



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1698

Segunda-feira - 09 de Março de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	2
Água Doce .....	2
Alto Bela Vista .....	4
Antônio Carlos .....	5
Bela Vista do Toldo .....	6
Benedito Novo .....	9
Biguaçu .....	9
Blumenau .....	33
Bom Jesus do Oeste .....	43
Bom Retiro .....	43
Botuvera .....	47
Braço do Trombudo .....	47
Brunópolis .....	48
Brusque .....	52
Caçador .....	53
Camboriú .....	57
Campo Alegre .....	62
Campos Novos .....	116
Capinzal .....	118
Caxambu do Sul .....	119
Chapadão do Lageado .....	122
Cocal do Sul .....	123
Concórdia .....	126
Cordilheira Alta .....	128
Coronel Freitas .....	136
Coronel Martins .....	137
Correia Pinto .....	138
Corupá .....	139
Curitibanos .....	142
Dionísio Cerqueira .....	144
Doutor Pedrinho .....	144
Erval Velho .....	158
Forquilha .....	163
Fraiburgo .....	168
Galvão .....	170
Garopaba .....	171
Gaspar .....	172
Governador Celso Ramos .....	173
Grão Pará .....	173
Guaraciaba .....	174
Guaramirim .....	174
Guarujá do Sul .....	175
Herval d'Oeste .....	176
Ibiam .....	178
Imbituba .....	263
Indaial .....	268
Ipumirim .....	294
Irineópolis .....	298
Itá .....	301

Itaiópolis .....	303
Itapiranga .....	304
Itapoá .....	307
Ituporanga .....	309
Jacinto Machado .....	312
Joaçaba .....	312
Lages .....	321
Lauro Muller .....	323
Lebon Régis .....	324
Luzerna .....	326
Macieira .....	342
Maracajá .....	373
Maravilha .....	374
Massaranduba .....	374
Modelo .....	375
Morro da Fumaça .....	380
Navegantes .....	386
Nova Trento .....	390
Novo Horizonte .....	391
Orleans .....	416
Ouro Verde .....	416
Palhoça .....	417
Palmitos .....	418
Papanduva .....	427
Passos Maia .....	437
Paulo Lopes .....	438
Penha .....	438
Pinheiro Preto .....	446
Pomerode .....	449
Porto Belo .....	454
Porto União .....	511
Presidente Castello Branco .....	516
Rio do Sul .....	517
Santa Cecília .....	523
Santa Terezinha do Progresso .....	523
Santiago do Sul .....	530
São Bento do Sul .....	530
São Domingos .....	536
São José .....	540
São José do Cedro .....	545
São Lourenço do Oeste .....	548
São Miguel da Boa Vista .....	550
São Miguel do Oeste .....	551
São Pedro de Alcântara .....	565
Schroeder .....	568
Serra Alta .....	583
Timbé do Sul .....	584
Timbó .....	587
Treze Tílias .....	590

Tunápolis .....	592
Urussanga .....	612
Vargeão .....	612
Videira .....	613
Vitor Meireles .....	623
Xavantina .....	627

### Associações

AMMVI .....	627
-------------	-----

### Consórcios

ARIS .....	628
CIGA .....	629
CIS/AMUREL .....	631
CIS/AMURES .....	631
CISAM .....	632
Consórcio CVC .....	632
CIGAMERIOS .....	633

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**Abdon Batista****PREFEITURA****PRORROGAÇÃO TP 04/2015**

A Prefeitura Municipal de Abdon Batista, comunica aos interessados do Edital de Licitação, modalidade TOMADA DE PREÇOS (no 04/2015), do tipo Menor Preço por ITEM, que tornou público, com base na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, tendo por objeto O objeto da presente Tomada de Preços é a contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada, com material e mão-de-obra, destinada a perfuração de poço tubular profundo no Parque Municipal de Eventos, conforme especificações e condições constantes do Anexo 1 - Projeto Básico, que integra o presente edital para todos os fins., conforme anexos, que está sendo PRORROGADO o prazo de recebimento e abertura dos envelopes "proposta de preço" e "documentação", para o dia 20 de março de 2015, para a entrega dos envelopes até às 13:45 horas, para o julgamento e início da disputa às 14:00 horas do mesmo dia.

Abdon Batista 04 de março de 2015.  
LUCIMAR ANTONIO SALMORIA  
PREFEITO MUNICIPAL

**Água Doce****PREFEITURA****DECRETO Nº 024/2015**

DECRETO Nº 024/2015 - DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015  
"ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VALTER VALENTIN RAMPAZZO, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º. Com fundamento no artigo 18 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014, fica anulado parcialmente o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) do seguinte elemento de despesa do orçamento vigente:

99 RESERVA DE CONTIGÊNCIA  
99 RESERVA DE CONTIGÊNCIA  
99.999.0099.9.999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA  
9.9.99.00.00.0679/158 Reserva de Contingência.....  
..... R\$ 20.000,00  
TOTAL ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto, será utilizado para suplementar o elemento de despesa:

16 DEFESA CIVIL  
01 DEFESA CIVIL  
06.182.0026.2.011 MANUTENÇÃO FUNDO MUN. DE DEFESA CIVIL  
3.3.90.00.00.0679/131 Aplicações Diretas..... R\$ 20.000,00  
TOTAL ..... R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 25 de fevereiro de 2015.  
VALTER VALENTIN RAMPAZZO  
Prefeito em Exercício

**DECRETO Nº 025/2015**

DECRETO Nº 025/2015 - DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VALTER VALENTIN RAMPAZZO, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 103.663,00 (cento e três mil e seiscentos e sessenta e três reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicação do superávit exercício 2014.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.90.00.00.0645/181 Aplicações Diretas, 3.3.90.00.00.0110/180-179-178 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

**03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**

**01 DEPTO. DE SERVIÇOS GERAIS**

04.122.0003.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM.FAZENDA E DEPTOS.

3.3.90.00.00.0110/180 Aplicações Diretas.....R\$ 3.625,00

**05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE**

**02 DEPARTAMENTO DE CULTURA**

13.392.0015.2.032 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA

3.3.90.00.00.0110/178 Aplicações Diretas..... R\$ 53.100,00

**03 DEPARTAMENTO DE ESPORTES**

**27.812.0016.2.036 MANUTENÇÃO DA CME**

3.3.90.00.00.0110/179 Aplicações Diretas..... R\$ 18.200,00

**14 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

**01 DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO BÁSICO**

3.3.90.00.00.0645/181 Aplicações Diretas.....R\$ 28.738,00

TOTAL ..... R\$ 103.663,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 25 de fevereiro de 2015.

VALTER VALENTIN RAMPAZZO

Prefeito em Exercício

**DECRETO Nº 026/2015**

DECRETO Nº 026/2015 - DE 02 DE MARÇO DE 2015

"INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ÁGUA DOCE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE ÁGUA DOCE, VALTER VALENTIN RAMPAZZO, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Água Doce,

**DECRETA:**

Art. 1º. Instituir o Fórum Municipal de Educação, que tem por finalidade realizar a Conferência Municipal de Educação de Água Doce, para elaborar, acompanhar e avaliar o Plano Municipal de Educação, bem como, a implementação de suas deliberações e promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Estadual e Nacional de Educação.

Parágrafo único - O Fórum Municipal de Educação é um órgão permanente, constituído por representantes de órgão e entidades públicas governamentais e não governamentais e da sociedade civil, com atuação e abrangência no município de Água Doce.

Art. 2º. Compete ao Fórum Municipal de Educação, devidamente assessorado pela Comissão Executiva do PME, nomeado por portaria específica:

I - Participar do processo de concepção, implementação e avaliação da política municipal de educação;

II - Acompanhar, junto a Câmara Municipal, a tramitação de projetos de leis referentes à política municipal de educação, em especial

a de projetos de leis dos planos decenais de educação definidos no artigo 214 da Constituição Federal, com alterações da Emenda à Constituição 59/2009;

III - Elaborar seu Regimento Interno e aprovar "ad referendum" o Regimento Interno da conferência municipal de educação;

IV- Zelar para que o fórum e a conferência de educação do Município estejam articulados à Conferência Nacional de Educação;

V - Planejar e coordenar a realização da conferência municipal de educação, bem como divulgar as suas deliberações;

VI - Colaborar na elaboração do Plano Municipal de Educação, no acompanhamento de sua implementação e na avaliação de seus processos e resultados;

VII - Convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação e mobilizar escolas e sociedade civil no que couber, em relação à Conferência Municipal de Educação;

VIII - Oferecer suporte técnico para organização e realização da Conferência Municipal de Educação;

IX - Acompanhar indicadores educacionais, articulando-se com observatórios de monitoramento de indicadores disponíveis;

X - Planejar e organizar espaços de debates sobre as políticas de educação;

XI - Coordenar a discussão e sistematizar as contribuições sobre temáticas relevantes à educação por ocasião de reuniões do fórum, sessões especiais e outros eventos;

XII - Contribuir na organização da Conferência Municipal e na elaboração do Plano Municipal de Educação;

XIII - Acompanhar e avaliar a implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação;

XIV - Realizar outras ações pertinentes.

Art. 3º. O Fórum terá acesso às informações e estatísticas educacionais, necessárias para o bom desempenho de seu trabalho.

Art. 4º. O Fórum Municipal de Educação será integrado pelas seguintes representatividades:

a) Secretaria Municipal de Educação - SMD:

- Secretário(a) Municipal de Educação;

- Diretores Escolares da Rede Municipal de Ensino;

- Representante do Transporte Escolar Municipal.

- Orientação escolar

b) Câmara Municipal de Vereadores:

- Membros da Comissão de Educação.

c) Conselho Municipal de Educação:

- Dois membros titulares do CME.

d) Conselho do FUNDEB:

- Dois membros titulares do FUNDEB.

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar:

- Dois membros titulares do CAE.

f) Conselhos Escolares:

- Um membro de cada Conselho Escolar.

g) Representante dos profissionais da educação:

- Nomeação de dois representantes de cada nível de escolaridade ofertado, da Rede Municipal e Estadual de Ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio).

h) Educação Especial:

- Dois pais de aluno.

i) Conselho Tutelar:

- Todos os conselheiros ativos.

j) Ensino Superior:

- Dois representantes dos alunos universitários.

k) Ensino Técnico Profissionalizante:

- Dois representantes dos alunos do ensino técnico.

l) Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social:

- Um representante de coordenação dos programas de saúde da família;

- Dois representantes dos agentes de saúde.

m) Secretaria Municipal de Administração e Finanças

- Dois representantes.

n) (outros).

§ 1º - Demais órgãos ou entidades interessadas em participar, poderão inscrever-se, de acordo com as normas constantes no Regimento Interno.

§ 2º - Os alunos da Educação Básica, por serem menor de idade, serão convidados a fazer parte do fórum, através de mobilização a ser coordenada pela equipe de planejamento e coordenação do PME, na quantidade e representatividade a ser definida pela mesma.

Art. 5º. Os representantes de que trata o art. 4º deste Decreto, serão indicados pelos dirigentes/responsáveis dos órgãos, entidades e representatividades a que pertencem e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. Os representantes de que trata o art. 4º deste decreto não serão remunerados por sua atuação, a qualquer título, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Art. 7º. A estrutura e os procedimentos operacionais do Fórum Municipal de Educação constarão do seu Regimento Interno, aprovado em reunião convocada para esse fim, observadas as disposições deste decreto.

Art. 8º. O cronograma de ação para realização do Fórum Municipal de Educação e de elaboração do Plano Municipal de Educação terá a seguinte organização:

ETAPA	PERÍODO DE EXECUÇÃO
I – Portaria de nomeação da Comissão de Coordenação, Sistematização e Readequação do PME.	Dezembro de 2014
II – Decreto de Instituição do Fórum Municipal de Educação	Março de 2015
III – Portaria de composição dos representantes do Fórum Municipal de Educação	Março de 2015
IV – Trabalhos de readequação e revisão do PME em relação ao novo PNE, com a Comissão de Coordenação	Março de 2015
V – Assembléia do Fórum Municipal de Educação para definição das metas e estratégias do Plano Municipal de Educação.	Abril de 2015
VI – Trabalho de sistematização do Plano Municipal de Educação para envio ao Poder Legislativo	Abril e Maio de 2015

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Água Doce (SC), em 02 de março de 2015.  
VALTER VALENTIN RAMPAZZO  
Prefeito Municipal em Exercício

## Alto Bela Vista

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 2.004 DE 05 DE MARÇO DE 2015

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

#### DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. JULIANA TEIXEIRA, para exercer o cargo de PROFESSOR II - 20 HORAS, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino na EDUCAÇÃO INFANTIL, em caráter temporário, na condição de não habilitada, classificada em 1º lugar da listagem de Professor de Base Diversificada no Processo Seletivo 003/2014, homologado através do Decreto n. 1.971, de 02 de fevereiro de 2015, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de Janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 02 de abril de 2015.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista/SC, em 05 de Março de 2015.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações



# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### 32º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

32º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 09/03/2015 a 08/04/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 06 de março de 2015.  
Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: FISCAL DE OBRAS E POSTURAS

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
02º	JANETE WEBER	0315

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2015 - PREGÃO PRESENCIAL (REGISTRO DE PREÇO) Nº. 009/2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 014/2015; Modalidade: Pregão Presencial (Registro de Preço) nº. 009/2015; Tipo: Menor Preço por Lote; Objeto: Aquisição parcelada de cestas básicas (gêneros alimentícios) destinados a famílias carentes do Município de Antônio Carlos S/C, para distribuição gratuita na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 23 de março 2015 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8618, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 06 de março de 2015.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N 148/2015

PORTARIA Nº 148/2015.

Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, ALESSANDRA SILVA DOS SANTOS, do cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, a partir de 06 de março de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - . Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de março de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 09 de março de 2015.

### PORTARIA N 149/2015

PORTARIA Nº 149/2015.

Concede Licença Premio a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, a pedido, LICENÇA PREMIO, por 60 dia, a servidora MARIA DAS NEVES PAULI, ocupante cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a partir de 31 de março de 2015, referente ao período aquisitivo de setembro/2009 a setembro/2014.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - . Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de março de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 09 de março de 2015.

### PORTARIA N 150/2015

PORTARIA Nº 150/2015.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, ALESSANDRA SILVA DOS SANTOS, para o Cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 09 de março de 2015, para atuar na Secretaria de Saude e Assistencia Social, passando a fazer parte do Quadro de Pessoal da Prefeitura.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 06 de março de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 09 de março de 2015.

## Bela Vista do Toldo

### PREFEITURA

#### **EDITAL DE CANCELAMENTO TEMPORÁRIO DE CONVOCAÇÃO 03/2015**

EDITAL Nº. 003/2015

CANCELA CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2014

O Município de Bela Vista do Toldo, inscrito no CNPJ sob nº01.612.888/0001-86, através do Prefeito Municipal GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, no uso das suas atribuições legais e considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral), bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 232 de 10 de fevereiro de 2015.

Considerando a necessidade de readequação da convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

#### RESOLVE:

1. Cancelar temporariamente a convocação dos candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral).

Bela Vista do Toldo/SC, 25 de fevereiro de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e fazenda

EDITAL Nº. 003/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

FERNANDA RUSKE DE SIQUEIRA

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL

MAHARA SHIMONA SHIMOGUIRI

#### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO 004/2015**

EDITAL Nº. 004/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2014

O Município de Bela Vista do Toldo, inscrito no CNPJ sob nº01.612.888/0001-86, através do Prefeito Municipal GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, no uso das suas atribuições legais e considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral), bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 232 de 10 de fevereiro de 2015.

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

#### RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2014 (Administração Geral), para comparecer no Departamento de

Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situado na Rua Estanislau Schumann nº 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC, no prazo de 2 (dois) dias manifestar seu interesse na vaga, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, e/ou requerer o prazo de até 30 (trinta) dias para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade - RG (cópia legível autenticada);
- b) Cadastro de Pessoas Físicas - C.P.F (cópia autenticada);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- d) Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição; (cópia autenticada);
- e) Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino; (cópia autenticada);
- f) Certidão de Nascimento e/ou Casamento; (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento dos filhos (menores de 21 anos); (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo, com o competente Registro no Conselho de Classe correspondente, se for o caso;
- i) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- j) Declaração de bens que constituem seu patrimônio; ([www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br))
- k) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos a qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitidas pelo respectivo órgão; ([www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br))
- l) 1 Foto 3X4 recente;
- m) Comprovante de residência e contato atualizados; (CÓPIA);
- n) Comprovante oficial de abertura de Conta Bancária junto a Caixa Econômica Federal contendo agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pelo Médico do Trabalho Dr. José Flavio Benetti, na Rua Barão do Rio Branco, nº 1345. O exame deverá ser agendado pelo candidato através do telefone nº 3622-4234.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para realização do exame pré-admissional deverão os concursados apresentar-se no consultório médico munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Setor de Recursos Humanos a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Setor de

Recursos Humanos e, Departamento Jurídico.

Bela Vista do Toldo/SC, 09 de março de 2015.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA  
Secretário Municipal de Administração e fazenda

EDITAL Nº. 004/2015  
Anexo I  
CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO  
LUIZ RODRIGO WAGNER

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
PAULA DAIANE RIBEIRO DE MELO  
CARGO: FISCAL DE OBRAS E TRIBUTOS  
DIOMAR RUDNICK

CARGO: MERENDEIRA  
JOSEFA APARECIDA CARVALHO IACHITZKI

CARGO: MONITOR (CRECHE)  
DISLAINE ROSA SCHIESSL  
ROSI ELISABETE SCHIESSL

CARGO: MOTORISTA  
ELTON RUBENS KARVAT

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS  
LUIZ CLARI CASTANHEIRA

CARGO: PROFESSOR DE ARTES  
CARINE RODRIGUES FERREIRA  
JUCÉLIA DO CARMO NEVES  
JOANIR RODRIGO SILVA

CARGO: PROFESSOR DE CIÊNCIAS  
ADRIANA JURASZEK

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS  
IDELCI KUIASKI SMEKATZ  
MARCELO MARTINS DE CARVALHO

CARGO: PROFESSOR SALA MULTIFUNCIONAL  
UADIA DE FÁTIMA SCHAFASCHEK

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM  
SILMARA SCHUMOVSKI KONKOL  
ROSIMERI DE FÁTIMA PIMENTEL DA SILVA

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO 005/2015**

EDITAL Nº. 005/2015  
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO  
PREVISTO NO EDITAL Nº 002/2014

O Município de Bela Vista do Toldo, inscrito no CNPJ sob nº01.612.888/0001-86, através do Prefeito Municipal GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, no uso das suas atribuições legais e considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 002/2014 (Emprego Público), bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 233 de 10 de fevereiro de 2015. Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

**RESOLVE:**

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 002/2014 (Emprego Público), para comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situado na Rua Estanislau Schumann nº 839, Centro, Bela Vista do Toldo/SC, no prazo de 2 (dois) dias manifestar seu interesse na vaga, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, e/ou requerer o prazo de até 30 (trinta) dias para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade - RG (cópia legível autenticada);
- b) Cadastro de Pessoas Físicas - C.P.F (cópia autenticada);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- d) Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição; (cópia autenticada);
- e) Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino; (cópia autenticada);
- f) Certidão de Nascimento e/ou Casamento; (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento dos filhos (menores de 21 anos); (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo, com o competente Registro no Conselho de Classe correspondente, se for o caso;
- i) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- j) Declaração de bens que constituem seu patrimônio; ([www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br))
- k) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos a qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitidas pelo respectivo órgão; ([www.pmbvt.sc.gov.br](http://www.pmbvt.sc.gov.br))
- l) 1 Foto 3X4 recente;
- m) Comprovante de residência e contato atualizados; (CÓPIA);
- n) Comprovante oficial de abertura de Conta Bancária junto a Caixa Econômica Federal contendo agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pelo Médico do Trabalho Dr. José Flávio Benetti, na Rua Barão do Rio Branco, nº 1345. O exame deverá ser agendado pelo candidato através do telefone nº 3622-4234.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para realização do exame pré-admissional deverão os concursados apresentar-se no consultório médico munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente

ao Setor de Recursos Humanos a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Setor de Recursos Humanos e, Departamento Jurídico.

Bela Vista do Toldo/SC, 09 de março de 2015.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARIO CESAR CORRÊA

Secretário Municipal de Administração e fazenda

EDITAL Nº. 005/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (RIO BONITO)

JOSIANE APARECIDA DREHER IARROCHESKI



**Benedito Novo****PREFEITURA****EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

Processo Licitatório nº 22/2015.

Inexigibilidade de licitação nº 22/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO  
(83.102.780/0001-08).

CONTRATADA: CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELLI EPP  
(19.354.317/0001-54).

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE 01 (UMA) VAGA EM CASA DE ACO-  
LHIMENTO PARA PROTEÇÃO INTEGRAL DE ADULTO COM VÍNCU-  
LOS FAMILIARES ROMPIDOS

VALOR MENSAL: R\$ 3.380,00 (três mil trezentos e oitenta reais).

VALOR TOTAL: R\$ 33.800,00 (trinta e três mil e oitocentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 25 "CAPUT" DA LEI 8666/93.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 02/03/2015 a 31/12/2015.

Benedito Novo, 06 de março de 2015.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito.

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 34/2014**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº  
34/2014

Referente: Processo Licitatório nº 16/2014

Contratada: EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA VB LTDA EPP

Objeto do Contrato: EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DO  
POSTO DE SAÚDE DE ALTO BENEDITO

Alteração: PRORROGAR PRAZO DE VIGENCIA E EXECUÇÃO PARA  
ATÉ 01/04/2015

Data Assinatura: 25/02/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

**Biguaçu****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015 - FMS**

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA SI-PNI, NAS SALAS DE VACINAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 10/03/2015, às 13h59min do dia 20/03/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 20/03/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (20/03/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (20/03/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), a partir do dia 10/03/2015.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: [comprasaudebigua@gmail.com](mailto:comprasaudebigua@gmail.com)



Biguaçu, SC, 06 de março de 2015.  
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros  
Secretário de Saúde

### **COMUNICADO PP 42/2015 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COMUNICADO DO PP 42/2015 PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 42/2015 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE CESTA BÁSICA DE CAFÉ PARA SEREM DISTRIBUIDAS AOS GRUPOS DE IDOSOS DO MUNICÍPIO", que devido a erros de digitação na retificação que saiu no DOM do dia 27/02/2015, página 23, que foi alterado a data e hora de abertura da licitação conforme segue:

Onde lê-se:

Até às 13:45 horas, do dia 08/12/2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 14:00 horas, do dia 08/12/2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Leia-se:

Até às 15:45 horas, do dia 17/03/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 16:00 horas, do dia 17/03/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 06 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

### **CONTRATO - 2015 HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E A BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU, PARA A CONCESSÃO ADMINISTRATIVA ONEROSA DE USO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, COM A FINALIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UMA UNIDADE HOSPITALAR.

O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU doravante denominado CONCEDENTE, com sede na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº, anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa - Biguaçu - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal RAMON WOLLINGER, brasileiro casado, portador do CPF/MF nº. 019.850.619-88 e do RG nº 2.954.911, residente e domiciliado na Rua: Avani Maria Freiburger, nº 515, Centro, Biguaçu-SC e a BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU/SC, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.506.030/0017-69, com sede na Rod SC 408, Km 97, s/n, Bairro Vendaval, Biguaçu/SC, CEP 88160-000, neste ato representada por seu representante legal Sr. Justino Scatolin, R.G. nº 1.041.412 SSP/PR, C.P.F. nº 170.252.499-04 brasileiro, administrador, conforme consta na Lei Municipal nº. 3465/2014, e ainda em conformidade com os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde - SUS, estabelecidos nas Leis Federais nº. 8.080/90 e nº. 8.142/90, com fundamento na Constituição Federal, em especial no seu artigo 196 e seguintes, e na Constituição do Estado de

Santa Catarina, RESOLVEM celebrar o presente CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, no âmbito do Município de Biguaçu, que será regido pelas cláusulas que seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente CONTRATO ADMINISTRATIVO tem por objeto a concessão onerosa de uso de bens móveis e imóveis, com a finalidade de implantação uma unidade hospitalar no Município de Biguaçu.

1.2 O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com a eficácia e a qualidade requeridas.

1.3 São partes integrantes deste CONTRATO o Edital de Concorrência, a Proposta Técnica e o Programa de Trabalho apresentado pela Concessionária para a participação no processo licitatório, de observância obrigatória naquilo que não confrontar com o disposto neste Contrato.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONCESSIONÁRIA**

2.1. Em cumprimento às suas obrigações, cabe à Concessionária, além das obrigações constantes das especificações técnicas e daquelas estabelecidas na legislação referente ao SUS, bem como nos diplomas federal, estadual e municipal que regem a presente contratação, as seguintes:

2.1.1 Prestar os serviços de assistência à saúde à população usuária do SUS - Sistema Único de Saúde, no percentual mínimo de 70% (setenta por cento) da demanda estimada de serviços, cuja comprovação ocorrerá nos termos estabelecidos pela Lei Federal n. 12.101, de 2009, para as entidades com certificação CEBAS/Saúde.

2.1.2. Responsabilizar-se pela indenização por danos decorrentes de ação dolosa, apurada em procedimento em que se assegure o exercício do contraditório, que seus gestores, nessa qualidade, causarem a paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, bem como aos bens públicos móveis e imóveis, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

2.1.3. Contratar pessoal para a execução das atividades previstas neste Contrato de Concessão, responsabilizando-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e tributários;

2.1.4. Contratar serviços de terceiros, sempre que necessário, responsabilizando-se pelos encargos daí decorrentes para execução das atividades previstas neste Contrato de Concessão.

2.1.5. Caberá à Concessionária apresentar relatórios mensais do cumprimento das atividades desenvolvidas no gerenciamento dos serviços de saúde objeto do Contrato de Concessão, contendo as principais realizações, demonstrativos dos resultados alcançados para as atividades indicadas no Programa de Trabalho.

2.1.6. O recrutamento e seleção de profissionais de saúde são de exclusiva responsabilidade da Concessionária.

2.1.6.1. É de responsabilidade exclusiva da Concessionária verificar o cumprimento da carga horária dos profissionais contratados.

2.1.7. Constituir escritório específico no município de Biguaçu para a centralização de toda a execução operacional dos serviços objeto da finalidade do Contrato de Concessão.

2.1.8. Receber os bens móveis discriminados no instrumento contratual, firmando declaração específica de que o patrimônio está sendo recebido em condições de uso e será restituído ao término do prazo de concessão.

2.1.9. Ressalvada a deterioração decorrente das condições normais de uso, restituir os bens móveis e imóveis recebidos em condições de uso, ficando responsável pela substituição em caso de perda, extravio e deterioração causada por ação ou omissão dolosa de seus funcionários e prestadores de serviço.

2.1.9.1. A Concessionária compromete-se, ainda, a utilizar os bens cedidos exclusivamente na execução do objeto da concessão, sendo vedado locar sob qualquer título, transferi-los para terceiros, ou para outra unidade administrada pela Concessionária, sob pena de

caracterizar inadimplemento contratual.

2.1.10. Realizar a atualização cadastral anual do Mobiliário, Materiais e Equipamentos Permanentes e de Informática, através de um inventário de todos os equipamentos existentes, informando sua localização, o nome e tipo do equipamento, assim como seu número de patrimônio. O Mobiliário e Materiais Permanentes adquiridos durante o período de vigência do contrato serão incorporados ao patrimônio do Fundo Municipal de Saúde.

2.1.11. Manter sistema de controle adequado e específico para o controle patrimonial das unidades objeto deste edital em seu escritório neste município.

2.1.12. Manter sistema informatizado adequado e específico para o controle administrativo, documental, indicadores de produção e metas de atendimento da unidade hospitalar objeto da concessão. Este sistema deverá ser um BI (Business Intelligence) para gerir informações à SMS e também deverá estar instalado em seu escritório neste município, com consulta de dados liberada para o gestor indicado pelo Secretário Municipal de Saúde.

2.1.13. Implantar pesquisa de satisfação do usuário eletrônica e online para a unidade com consulta de dados liberada para o gestor indicado pelo Secretário Municipal de Saúde.

2.1.14. Treinar e capacitar periodicamente a equipe de trabalho na boa prática de utilização dos bens imóveis, equipamentos e materiais, visando melhorar os processos e procedimentos de assistência à população.

2.1.15. Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou ao seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste Contrato de Concessão;

2.1.16. Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem pacientes para fins de experimentação;

2.1.17. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação dos serviços;

2.1.18. Esclarecer aos pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

2.1.19. Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

2.1.20. Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos pacientes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

3.1. Para a execução dos serviços objeto do presente contrato, o Concedente obriga-se a:

3.1.1. Prover a Concessionária dos meios necessários à execução do objeto deste Contrato de Concessão;

3.1.2. Nomear, por ocasião da assinatura do Contrato, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato de Concessão, para acompanhar, fiscalizar e aprovar o desenvolvimento das metas estabelecidas. A Concessionária integrará esta Comissão, assim como representantes da Secretaria Municipal de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde. A Comissão reunir-se-á mensalmente de forma ordinária e extraordinariamente quando se fizer necessário.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA AVALIAÇÃO

4.1. A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato de Concessão nomeada pelo Secretário Municipal de Saúde procederá à verificação trimestral das atividades desenvolvidas pela Concessionária, com base nos relatórios mensais apresentados nos termos da cláusula 2.1.5 do presente Contrato.

4.2. Após a verificação dos relatórios mensais, será elaborado relatório circunstanciado pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato de Concessão, o qual será enviado ao Secretário Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência do presente Contrato será de 30 (trinta) anos, tendo por termo inicial a data de sua assinatura, podendo

ser prorrogado por igual período, observada a conveniência da Administração e o interesse público.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS RECEITAS DA CONCESSÃO

6.1. A Concessionária poderá perceber receitas financeiras decorrentes de subvenções ou convênios firmados entidades públicas ou privadas, ficando obrigada a investir os recursos obtidos exclusivamente na manutenção, melhoria e ampliação dos atendimentos de saúde à população na unidade hospitalar objeto da concessão.

6.2. A Entidade prestará contas dos recursos públicos repassados a título de custeio e investimento e manterá registro contábil fiel de todas as demais receitas e despesas.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

7.1. O presente Contrato poderá ser alterado, parcial ou totalmente, mediante prévia justificativa por escrito que contere a declaração de interesse de ambas as partes.

7.2. A alteração total ou parcial do presente Contrato, bem como dos anexos que o integram deverá ser submetida à autorização do Secretário Municipal de Saúde, após parecer fundamentado da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato de Concessão.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. A rescisão do presente Contrato obedecerá às disposições contidas na Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

8.2. Em caso de rescisão unilateral por parte do CONCEDENTE, que não decorra de dolo dos gestores da concessionária, o Município de Biguaçu arcará com os custos relativos à dispensa do pessoal contratado para execução das obrigações do objeto deste contrato.

8.3. Em caso de rescisão unilateral por parte da CONCESSIONÁRIA, por ausência de interesse na continuidade do Contrato de Concessão, fica obrigada a manter as atividades objeto do presente Contrato, por um prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da denúncia.

8.4. Em caso de a entidade não obter receitas suficientes para o cumprimento das obrigações contratuais, conforme previsão de custos constante do Programa de Trabalho, fica autorizada a rescisão imediata do Contrato por parte da Concessionária.

8.4.1. Na hipótese de rescisão prevista no item 8.4., o Município de Biguaçu arcará com os custos relativos à dispensa do pessoal contratado para execução das obrigações do objeto deste contrato.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. A inobservância, pela Concessionária, de cláusula ou obrigação constante deste contrato e seus Anexos, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o CONCEDENTE, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, quais sejam:

a) Advertência;

b) Multa, em valor determinado pela Comissão de Fiscalização do Contrato de Concessão, equivalente aos prejuízos causados à Administração, conforme apurado em processo administrativo regular;

c) Suspensão temporária de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 01 (um) ano.

9.2. A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu, e dela será notificada a Concessionária.

9.3. As sanções previstas nas alíneas "a" e "c" desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a alínea "b".

9.4. Da aplicação das penalidades, a Concessionária terá o prazo de 05 (cinco) dias para interpor recurso, dirigido ao Secretário

Municipal de Saúde.

9.6. A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elidirá o direito de o CONCEDENTE exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos da Administração Pública, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal e/ou ética do autor do fato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA- DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. É vedada a cobrança por quaisquer serviços da assistência devida ao paciente atendido no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

10.2. Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercida pelo CONCEDENTE sobre a execução do presente Contrato, a Concessionária reconhece a prerrogativa de controle e autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS - Sistema Único de Saúde, decorrente da Lei nº. 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde), ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo, ou de notificação dirigida à Concessionária.

10.3. Aplicar-se-á a este contrato as disposições da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro do Município de Biguaçu, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Biguaçu/SC, 12 de fevereiro de 2015.

Ramon Wollinger  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

Sr. Justino Scatolin  
BENEFICIENCIA CAMILIANA DO SUL  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª - \_\_\_\_\_

2ª - \_\_\_\_\_

### CONVÊNIO 004/2015

CONVÊNIO Nº 004/2015

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A BENEFICIENCIA CAMILIANA DO SUL VISANDO A EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE.

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE BIGUAÇU inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.892.308/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Municipal RAMON WOLLINGER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 019.850.619-88 e do RG nº 2.954.911, residente e domiciliado na Rua: Avani Maria Freiburger, nº 515, Centro, Biguaçu-SC, doravante denominada CONVENIENTE, e a BENEFICIENCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU/SC, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.506.030/0017-69, com sede na Rod SC 408, Km 97, s/n, Bairro Vendaval, Biguaçu/SC, CEP 88160-000, doravante denominada CONVENIADA, neste ato representada por seu representante legal Sr. Justino Scatolin, R.G. nº 1.041.412 SSP/PR, C.P.F. nº 170.252.499-04 brasileiro, administrador, tendo em vista o disposto na Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 a 200;

a Lei nº 8.080/90, regulamentada pela pelo Decreto nº 7.508/2011 e 8142/90, as normas gerais da Lei nº 8.666/93, republicada em 06/07/94, e o que dispõe a Política Nacional de Atenção Hospitalar no Sistema Único de Saúde - SUS resolvem de comum acordo, celebrar o presente CONVÊNIO, cujas cláusulas seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Convênio tem por objeto, a transferência de recursos financeiros destinados ao custeio e manutenção dos serviços do Hospital Regional de Biguaçu, conforme Proposta de Trabalho apresentada pelo CONVENIADA e aprovada pelo CONVENIENTE, na concorrência pública 053/2014, que teve por objeto a concessão administrativa onerosa de uso de bens móveis e imóveis do Hospital Regional de Biguaçu.

Parágrafo único: Integre este CONVÊNIO, o Edital da Concorrência Pública n. 53/2014 com suas republicações e alterações, o Contrato de Concessão Onerosa, o Plano Operativo Assistencial (POA) homologado no referido certame e a proposta vencedora em sua íntegra.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do presente CONVÊNIO será de 05 (cinco) anos, podendo ser renovado por iguais períodos, tendo por termo inicial a data de sua assinatura, conforme previsto na Lei Municipal nº. 3465/2014.

§ 1º Deverá ser firmado termo aditivo para garantir a continuidade das ações e serviços prestados, além desse prazo, se de interesse do gestor municipal, estadual e federal do SUS e do prestador de serviço hospitalar.

§ 2º O POA terá validade de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por igual período devendo ser renovado após o término desse prazo.

§ 3º As metas quali-quantitativas poderão ter alteração antes de 12 (doze) meses de acordo com a avaliação da Comissão de Acompanhamento de Contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA EDIÇÃO DE TERMOS ADITIVOS

Fica estabelecido que os reajustes aos valores de remuneração dos procedimentos e incentivos contratados implicarão em formalização de Termo Aditivo simplificado, observada a ordem de datas, de forma a possibilitar transparência e compreensão dos registros.

Parágrafo único. Qualquer alteração não contemplada neste contrato ensejará a edição do Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Na execução do presente CONVÊNIO, os partícipes deverão observar as seguintes condições gerais:

I - A implantação do Hospital e o início da sua operação ficam condicionados à obtenção, pelo CONVENIENTE, de Alvará da Vigilância Sanitária, AVCB e Licença Ambiental do Hospital em questão.

II - O início da operação do Hospital depende de planejamento administrativo, composição do estoque, formação de equipe e outras medidas para o efetivo início das atividades, em razão de que os atendimentos médico-hospitalares da fase 1, iniciarão no prazo de 45 dias contados do atendimento cumulativo dos seguintes requisitos: 1) Assinatura do Contrato Administrativo de Concessão Onerosa de Bens Móveis e Imóveis; 2) Assinatura deste convênio, e a disponibilização da primeira parcela dos recursos de custeio e 3) após disponibilização de todos os equipamentos, itens de enxoval e outros acessórios previstos na Proposta, ou após a disponibilização dos recursos para suas aquisições.

III - O credenciamento dos serviços será realizado em nome da CONVENIADA (Beneficência Camiliana do Sul), e, por conseguinte, a produção SUS (paciente-dia) será efetivada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou Cadastro Nacional de Estabelecimentos de



Saúde (CNES) de titularidade da Beneficência Camiliana do Sul.

IV - As aquisições de bens duráveis realizadas pela CONVENIADA poderão ser efetuadas com o recurso do SUS, desde que seja suficiente e não prejudique a operacionalização das atividades do Hospital, observado o seguinte:

1. Os bens adquiridos com recursos públicos serão incorporados ao patrimônio da Concedente ou da fonte pagadora dos recursos;

2. Os itens necessários à implantação e operação do hospital, conforme previsto no edital, e que ainda não tenham sido adquiridos, deverão ser disponibilizados, se diretamente o equipamento, até 30 dias antes da implantação da respectiva fase, ou se em recurso para aquisição pela CONVENIADA, até 90 dias antes da implantação da fase.

3. O atraso na disponibilização do equipamento ou dos recursos previstos no item anterior implicará retardamento, na mesma proporção, na implantação das respectivas fases.

4. Os recursos de investimentos, destinados às aquisições dos bens, deverão ter fonte identificada e os respectivos montantes não serão deduzidos do custeio.

5. A CONVENIENTE é responsável exclusiva pelas reformas e adequações exigidas pelo Serviço de Vigilância Sanitária, para início das atividades.

V. as ações e serviços de saúde realizados pelo prestador de serviço hospitalar foram pactuados entre o gestor local e o prestador de serviço hospitalar, de acordo com as necessidades de saúde da população adstrita, da capacidade instalada e do parque tecnológico disponível;

VI. a inserção do hospital nas Redes Temáticas de Atenção à Saúde prioritárias do SUS foi pactuada de acordo com o perfil assistencial do hospital, as demandas do gestor e as necessidades de saúde da população;

VII. o acesso às ações e serviços contratados deverá ocorrer de acordo com as regras e fluxos estabelecidos pelo gestor, por meio de referência e contrarreferência, local e regional, respeitando-se os mecanismos vigentes das centrais de regulação e os regramentos da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde - RENASES;

VIII. a garantia de que não haverá qualquer tipo de ônus financeiro imposto aos usuários do SUS em decorrência das ações e serviços de saúde executados no âmbito deste convênio;

IX. a prescrição de medicamentos deverá observar a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME e as padronizações específicas feitas pelo gestor municipal e/ou estadual do SUS;

X. o atendimento ao usuário do SUS será humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização - PNH;

XI. a atenção hospitalar deverá ser pautada por protocolos clínicos assistenciais baseados em evidências em saúde e das normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde e demais gestores do SUS;

XII. o estabelecimento de metas e indicadores quali-quantitativos e respectivo valor financeiro, descritos no POA, poderá ser negociado para as atividades previstas nos eixos de gestão, assistência e avaliação, inclusive os compromissos específicos relativos às redes temáticas prioritárias do SUS;

XIII. o monitoramento e avaliação deste CONVÊNIO deverão ser realizados, obrigatoriamente, e de maneira sistemática, pela Comissão Permanente de Acompanhamento de Contrato e pela Gerência de Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS ENCARGOS COMUNS

São encargos comuns dos partícipes:

I. pactuação de mecanismos que assegurem o acesso às ações e serviços do hospital de forma regulada, por meio da Central de Regulação Municipal para os procedimentos ambulatoriais e pela Central de Regulação Estadual para os procedimentos hospitalares. Os procedimentos cirúrgicos eletivos (mutirão) serão autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde;

II. elaboração e implantação/implementação de protocolos assistenciais e operacionais e de encaminhamento de usuários entre os estabelecimentos da rede para as ações e serviços de saúde;

III. garantia do encaminhamento e atendimento de usuários entre os pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde - RAS;

IV. promoção de educação permanente da equipe da Secretaria Municipal de Saúde e do corpo de direção e dos demais trabalhadores do hospital, sendo que a cada partícipe responsabilizar-se-á por sua equipe;

V. garantia da existência de equipamentos médico-hospitalares suficientes, adequados, atualizados e em boas condições de utilização para dar cumprimento às ações e serviços de saúde contratualizados e aos padrões de qualidade estabelecidos pelo SUS, reservada total autonomia gerencial e administrativa a CONVENIADA;

VI. elaboração e aprovação do POA, quando novamente necessário, com antecedência de 60 (sessenta) dias em relação ao término de sua vigência para pactuação entre os partícipes;

VII. pactuação e implantação das alterações necessárias no Plano Operativo Assistencial, sempre que a variação no cumprimento das metas físicas e de qualidade e consequentemente do valor global mensal ficar além ou aquém dos limites citados neste CONVÊNIO, de acordo com disponibilidade orçamentária e financeira.

VIII. A instalação e operacionalização do Hospital dependem da existência de recursos de custeio, que deverão ser disponibilizadas de forma antecipada a cada exercício, a primeira delas 45 dias antes do início das atividades e as demais, a cada 30 dias.

#### CLÁUSULA SEXTA - DOS ENCARGOS DA CONVENIADA

Caberá à CONVENIADA:

I. cumprir todas as metas e condições especificadas no Plano Operativo Assistencial;

II. aplicar integralmente os recursos financeiros provenientes deste CONTRATO no HOSPITAL;

III. manter o CONVENIENTE informado e atualizado sobre o censo hospitalar e submeter-se às normas da regulação municipal, estadual e federal;

IV. atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;

V. contribuir para investigação de eventuais denúncias de cobrança indevida feita aos usuários ou seus representantes, por qualquer ação ou serviço de saúde contratualizado prestada pelo hospital ou profissional de saúde;

VI. manter o serviço de urgência e emergência geral ou especializado, quando existente, em funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, nos 7 (sete) dias da semana e implantar acolhimento com protocolo de classificação de risco;

VII. adotar a política de "Vaga Sempre", quando o hospital contar com porta de entrada hospitalar de urgência e emergência geral ou especializada, de acordo com o perfil e missão pactuada com o gestor e respeitando os fluxos regulatórios de Urgência e Emergência local;

VIII. afixar lista com a identificação da equipe técnica responsável, em local visível aos seus usuários, nas entradas de público externo ou salas de espera de atendimento aos pacientes do SUS;

IX. manter sempre atualizado o prontuário único multiprofissional dos usuários e o arquivo médico pelo prazo estabelecido em legislações específicas;

X. não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o usuário para fins de experimentação fora das normas que regulamentam a pesquisa em seres humanos e sem autorização da Comissão de Ética em Pesquisa, devidamente registrada no Ministério da Saúde;

XI. respeitar o direito ao acompanhante e garantir visita ampliada para os usuários internados;

XII. esclarecer, em linguagem clara e acessível aos usuários, sobre seu diagnóstico, plano terapêutico, prognóstico, direitos e informações pertinentes aos serviços oferecidos;

XIII. fazer respeitar a decisão do usuário ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo em casos iminente perigo de vida ou obrigação legal;

XIV. garantir a confidencialidade e confiabilidade dos dados e informações dos usuários;

XV. assegurar aos usuários o direito da assistência e orientação religiosa e espiritual, respeitando a crença dos mesmos;

XVI. estabelecer protocolos, normas e rotinas institucionalizadas para todas as ações e serviços de saúde prestados;

XVII. elaborar e instituir protocolos multiprofissionais para tratamento dos usuários com agravos e problemas de saúde mais frequentes e de maior complexidade;

XVIII. elaborar e instituir padronização de medicamentos e materiais médico-hospitalares;

XIX. implantar programa de gestão da segurança para os usuários e equipes, com redução da ocorrência dos eventos adversos;

XX. desenvolver e manter programa de humanização do atendimento, incorporando as diretrizes propostas pela Política Nacional de Humanização - PNH e Programas Municipais, Estaduais e Distritais;

XXI. participar de Programas Nacionais de Avaliação dos Serviços de Saúde implantadas pelo Ministério da Saúde;

XXII. garantir, em permanente funcionamento, as Comissões Assessoras, conforme as legislações vigentes:

- a) Comissão de Controle de Infecção Hospitalar;
- b) Comissão Multiprofissional de Terapia Nutricional;
- c) Comissão de Hemoterapia;
- d) Comissão Intrahospitalar de Doação de Órgãos e Transplantes;
- e) Comissão de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde;
- f) Comissão de Revisão e Análise de Óbitos;
- g) Comissão de Segurança do Paciente;
- h) Comissão de Revisão e Análise de Prontuários;
- i) Comissão de Ética Médica;
- j) Comissão de Ética de Enfermagem;
- k) Comissão de Documentação Médica e Estatística;

XXIII. registrar e apresentar de forma correta e sistemática os dados de produção para o Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), o Sistema de Informações Hospitalares (SIH), Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA) e outros Sistemas de Informação de produção de serviços ou de monitoramento hospitalar que venham a ser implementados no âmbito do SUS;

XXIV. disponibilizar periodicamente os dados ao gestor municipal para que possa atualizar o Sistema de Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde - SCNES, inclusive o cadastramento e o desligamento dos profissionais;

XXV. responder por distorções no faturamento da produção das ações e serviços de saúde, de acordo com os regulamentos do Sistema Nacional de Auditoria e das regras locais de controle e avaliação;

XXVI. proceder à atualização de dados junto ao Sistema Nacional de Agravo de Notificação (SINAN) em articulação com o Serviço de Vigilância Epidemiológica local, informando os eventos de Notificação Compulsória ou Agravos à saúde obrigatórios pelas Normas do SUS, com registro e envio dentro da periodicidade definida;

XXVII. notificar suspeitas de violência e negligência como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Maria da Penha e o Estatuto do Idoso;

XXVIII. garantir que os serviços de assistência à saúde sejam prestados por profissionais contratados e remunerados pelo hospital, sem ônus ou obrigações de qualquer espécie para o gestor municipal, sendo considerados, para efeitos deste Convênio, como profissionais do próprio estabelecimento hospitalar:

- a) os membros do seu corpo clínico;
- b) os profissionais que tenham vínculo de emprego com o próprio hospital;
- c) o profissional autônomo que, eventualmente ou permanentemente, preste formalmente serviços para o hospital, ou por este autorizado e formalmente cadastrado como terceiro no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde/CNES;

XXIX. responsabilizar-se pela contratação de pessoal para a execução dos serviços referidos neste CONVÊNIO, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício ou de prestação de serviços cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos

para Gestor Municipal, apresentando os respectivos comprovantes sempre que solicitados;

XXX. responsabilizar-se integralmente por manter em dia e remunerar os serviços terceirizados a eles vinculados;

XXXI. comunicar, imediatamente, ao gestor municipal e à Comissão de Acompanhamento do Contrato, com as respectivas propostas de solução, visando a não interrupção da assistência, a existência de equipamentos com defeito e/ou que necessitem de interrupção temporária de utilização para manutenção ou substituição, bem como ausência temporária de profissionais ou redução de insumos;

XXXII. responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e mobiliários para a execução dos serviços assistenciais de saúde previstos neste instrumento contratual;

XXXIII. garantir o atendimento dos serviços de urgência e emergência, independentemente dos limites físicos e financeiros constantes no POA, com a devida garantia de renegociação do POA e valores, se superados os tetos estipulados por três meses consecutivos ou por cinco meses intercalados, no prazo estipulado de um ano de validade de cada POA;

XXXIV. garantir a educação permanente dos recursos humanos em temáticas assistenciais e gerenciais, de maneira articulada com os demais pontos de atenção da rede de atenção à saúde;

XXXV. garantir que a utilização de hemocomponentes e hemoderivados seja feita em consonância com a Portaria MS/GM 1.737, de 19 de agosto de 2004 e da Portaria nº 1.353, de 13 de junho de 2011.

XXXVI. Utilizar recursos deste convênio para pagamento de obrigações resultantes de eventuais condenações ou acordos judiciais, além de autuações administrativas impostas:

Parágrafo único - Para todos os efeitos, considera-se que as quantias desembolsadas para pagamento de acordos ou sentenças judiciais, bem como penalidades administrativas, constituem-se em despesas operacionais equiparadas a qualquer outra.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS DA CONVENIENTE

Compete à Secretaria Municipal de Saúde:

- I. Entregar todos os equipamentos necessários ao funcionamento do Hospital, conforme previsão do edital
- II. transferir ao hospital, para conta específica, os recursos previstos neste instrumento contratual, observando o que segue:
  1. A implantação e manutenção do Hospital dependem do aporte efetivo de recursos financeiros públicos de custeio, nos valores previstos nesta proposta, já que a remuneração dos serviços prestados pelo SUS é insuficiente para cobrir os gastos.
  2. Os recursos de custeio serão corrigidos monetariamente em periodicidade anual, com base na variação acumulada do IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, como forma de recomposição das perdas inflacionárias e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na forma da Lei 8.666 / 93.
  3. No caso de pactuação de novas metas ou novos serviços, os valores ora propostos deverão sofrer alteração, mediante termo aditivo.
- III. instituir e garantir o funcionamento regular e adequado da Comissão de Acompanhamento de Contrato;
- IV. analisar e aprovar os relatórios apresentados pelo hospital, de acordo com o Plano Operativo Assistencial - POA;
- V. regular o acesso às ações e serviços de saúde ambulatoriais e hospitalares do contratado por meio das Centrais de Regulação;
- VI. controlar e avaliar as ações e serviços de saúde prestados na forma de:
  1. dispositivos de autorização prévia dos procedimentos ambulatoriais e de internação hospitalar do Projeto de Cirurgias Eletivas, salvo em situações em que fluxos sejam definidos a priori com autorização a posteriori;
  2. monitoramento da produção, avaliando sua compatibilidade com a capacidade operacional, complexidade do hospital, e de acordo com o previsto no POA;



3. pesquisas diretas junto ao usuário buscando avaliação da qualidade e satisfação em relação aos serviços prestados;  
VII. estabelecer mecanismos de controle de oferta e demanda de ações e serviços de saúde contratados;  
VIII. cumprir as regras de alimentação e processamento dos sistemas de Cadastro de Estabelecimentos de Saúde - SCNES e da produção das ações e serviços de saúde/SIA e SIH, além dos demais sistemas de informação estabelecidos pelo gestor no âmbito da atenção hospitalar no SUS;  
IX. apresentar, periodicamente, relatórios técnicos das ações e serviços de saúde ao Conselho Municipal de Saúde;  
X. apoiar o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos serviços do hospital, visando ampliação do atendimento aos usuários do SUS e melhorias do padrão de qualidade dos serviços;  
XI. acompanhar e analisar o alcance das metas e as justificativas enviadas pelo hospital, para a tomada de decisão sobre alterações no POA ou sua renovação;  
XII. auditar as contas hospitalares e serviços de saúde com a finalidade de garantir o acesso e a qualidade da assistência prestada aos usuários de acordo com as normas vigentes do SUS.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PLANO OPERATIVO ASSISTENCIAL

Para execução do presente CONVENIO, fica homologado o Plano Operativo Assistencial, parte integrante deste CONVÊNIO, que poderá sofrer alteração mediante a vontade dos entes envolvidos.

§ 1º. O Plano Operativo Assistencial - POA deverá sempre conter:  
I - a definição de todas as ações e serviços de saúde, nas áreas de assistência, gestão que serão prestados pelo hospital;  
II - a definição de metas físicas com os seus quantitativos na prestação dos serviços e ações contratados;  
III - a definição de metas qualitativas na prestação das ações e serviços contratados;  
IV - a definição da estrutura física e tecnológica;  
V - a definição de indicadores para avaliação das metas e desempenho organizacional;  
VI - a definição do teto financeiro mensal pactuado e sua variação de acordo com o cumprimento das metas.

#### CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para execução do presente CONVÊNIO o CONVENIENTE repassará à CONVENIADA, mensalmente, até o dia 05(cinco) de cada mês, recursos financeiros do Fundo Municipal, sob a forma de orçamentação global, em montante progressivo, segundo as etapas constantes dos quadros constantes do anexo I, de acordo com as seguintes etapas distintas:

a) ETAPA INICIAL - R\$ 2.612.914,04(dois milhões, seiscentos e doze mil, novecentos e quatorze reais e quatro centavos), enquanto inexistir a implantação da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do hospital;

b) ETAPA FINAL - R\$ 3.198.000,00(três milhões, cento e noventa e oito mil reais), a partir do momento que iniciar as atividades da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do hospital.

§ 1º. A primeira parcela do presente convênio será depositada na forma do Inciso VIII da cláusula quinta.

§ 2º Todos os recursos financeiros que compõem o orçamento do hospital e que subsidiam as ações e serviços para o SUS, constarão neste instrumento contratual, com especificação das fontes financeiras federal, estadual, municipal e outras.

§ 3º Os recursos serão repassados na forma de orçamentação conforme programação orçamentaria abaixo descrita:

a) dez por cento (10%) do valor pré-fixado terá seu repasse mensal condicionado ao cumprimento do percentual das metas qualitativas discriminadas no POA;

b) noventa por cento (90%) do valor pré-fixado terá seu repasse mensal condicionado ao cumprimento do percentual das metas quantitativas discriminadas no POA.

§ 4º As metas quantitativas e qualitativas pactuadas nas Redes

Temáticas de Atenção à Saúde deverão ter um cumprimento mínimo mensal de 85% (oitenta e cinco por cento) pelo hospital, conforme estipulado no POA, com implicação no pagamento proporcional e revisão das pactuações.

§ 5º Os valores que compõe este instrumento contratual poderão ser alterados em comum acordo entre o gestor de saúde Municipal e/ou Estadual e o hospital, mediante a celebração de Termo Aditivo e disponibilidade orçamentária.

§ 6º O ajuste das metas será celebrado mediante Termo Aditivo simplificado, alterando o Plano Operativo Assistencial - POA, tendo como referência os demais documentos a ele vinculados.

§ 7º A realização da despesa dos serviços executados por força deste instrumento contratual correrá à conta de dotação orçamentária consignada no Fundo Municipal de Saúde, a partir da dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - FUNDO DE RESERVA TÉCNICA

A CONVENIADA formará fundo, em conta bancária específica de sua titularidade, para cobrir eventuais condenações ou acordos judiciais, além de autuações administrativas impostas à CONVENIADA, que não decorram de ação dolosa de seus diretores, comprovada após direito a ampla defesa:

1. O fundo será constituído pela CONVENIADA, na proporção de 1/12 da parcela mensal devida na competência, até o limite total correspondente a dois repasses mensais vigentes, relativos à etapa final;

2. Havendo a utilização do fundo durante a vigência do Contrato Administrativo de Concessão Onerosa de Bens Móveis e Imóveis, fica a CONVENIADA autorizada a realizar a recomposição do mesmo;

3. O fundo será mantido e poderá ser utilizado pelo prazo de até 3 (três) anos após a rescisão do Contrato Administrativo de Concessão Onerosa de Bens Móveis e Imóveis; após o saldo será restituído à origem da fonte pagadora, inclusive com os acréscimos resultantes da sua aplicação financeira.

4. Após decorrido o prazo acima mencionado, caso verificado a existência de ação judicial ou autuação administrativa não definitivamente julgadas, serão mantidos recursos para fazer jus a estas obrigações, até que sejam definitivamente resolvidas, devendo o excedente ser restituído à origem da fonte pagadora;

5. No caso de ação de regresso favorável a CONVENIADA ou devolução de valores cobertos com verbas do fundo, este deverá ser recomposto, ou, na hipótese de seu encerramento, o recurso será repassado à origem da fonte pagadora;

6. A CONVENIADA deve comunicar em até 10 (dez) dias a fonte pagadora dos recursos toda e qualquer ação judicial e autuação administrativa.

7. O comprovante de depósito do valor destinado à formação do fundo em conta específica é documento hábil para comprovação da despesa, para fins de prestação de contas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO CENTRO DE CUSTOS COM-PARTILHADOS

As despesas do Hospital a que se refere este convênio, que incidirem sobre a matriz da CONVENIENTE, relativas à utilização compartilhada da sua estrutura física, lógica e de pessoal, serão ressarcidas mensalmente pelo CONVENIENTE.

§ 1º. O valor de tais despesas administrativas rateadas, será apurado com base na divisão por paciente-dia dos hospitais mantidos pela CONVENIADA no estado de Santa Catarina, limitadas ao máximo de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela de recursos públicos repassada com base no presente convênio.

§ 2º. A prestação de contas do valor rateado será feita mediante apresentação de planilha específica pela sede (matriz) da CONVENIADA, da qual constará o valor de rateio e a fórmula utilizada para apuração, e comprovante de transferência bancária ou recibo específico emitido pela Matriz, que se constituirão em comprovante

idôneo da quitação, para todos os fins jurídicos e contábeis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I. A CONVENIADA se obriga, além da prestação de contas mensal prevista no contrato de concessão onerosa, a encaminhar à SMS os seguintes documentos comprobatórios da execução das ações e serviços de saúde:

- a) os arquivos de produção para o SIA - Sistema de Informação Ambulatorial/SUS que serão validados e pagos após a conferência com o relatório de produção do SISREG - Sistema Nacional de Regulação;
  - b) os arquivos do SIH - Sistema de Informações Hospitalares/SUS, que serão validados e pagos após a auditoria in loco das contas hospitalares AIH(s) bloqueadas pelo SIHD2 - Sistema de Informações Hospitalares Descentralizadas do Ministério da Saúde;
  - c) os dados de atualização do CNES encaminhados à CONVENIENTE de forma sistemática sempre que houver alteração na situação cadastral da CONVENIADA, para evitar críticas no processamento das ações e procedimentos produzidos, que impossibilitam a aprovação e o pagamento;
  - d) os arquivos de produção mensal gerados serão enviados ao endereço de e-mail central.bigua@gmail.com; o relatório da produção física, juntamente com os encaminhamentos médicos e registros dos agendamentos do SISREG, serão entregues à Gerência de Controle e Avaliação da Secretaria Municipal de Saúde até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação do serviço;
  - e) o relatório trimestral das ações e serviços executados até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao término de cada trimestre, encaminhando-o também à Comissão Permanente de Acompanhamento de Contrato;
  - f) o relatório anual das ações e serviços executados até o 20º (vigésimo) dia útil do mês subsequente ao término do período de 12 (doze) meses da assinatura do POA;
  - g) os dados da CONVENIADA atualizados para alimentar o Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), o Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) e o Sistema de Informações Hospitalares Descentralizados (SIHD), ou outros sistemas de informações que venham a ser implementados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
  - h) arquivos de produção com não conformidades administrativas corrigidas, para serem reapresentados, desbloqueados e pagos conforme os prazos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, após pré-análise da documentação física de produção realizada pela Gerência de Controle e Avaliação e/ou Gerência de Auditoria;
  - i) a(s) Nota(s) Fiscal(is), com base no relatório de crítica disponível no site da Secretaria Municipal de Saúde e/ou planilha de bloqueio dos procedimentos com não conformidades administrativas elaborada pela Gerência de Controle e Avaliação;
- Parágrafo único - A (s) Nota(s) Fiscal (is), após "aceite" da Gerência de Controle e Avaliação, com encaminhamento ao Departamento Administrativo Financeiro para posterior pagamento da CONVENIADA;

II. A CONVENIENTE se obriga a:

- a) receber o relatório físico da CONVENIADA pela Gerência de Controle e Avaliação, que realizará pré-análise da documentação física de produção para visualizar possíveis não conformidades administrativas;
- b) possibilitar à CONVENIADA a reapresentação da produção com não conformidades administrativas corrigidas, conforme os prazos estabelecidos pelo Ministério da Saúde;
- c) disponibilizar, após 20 (vinte) dias da entrega do relatório de produção, o relatório de crítica contendo os valores aprovados para pagamento no site: [www.saudebigua.sc.gov.br/](http://www.saudebigua.sc.gov.br/), conforme cronograma do Ministério da Saúde;
- d) aceitar a(s) Nota(s) Fiscal(is) apresentadas pela CONVENIADA, após análise do relatório de crítica disponível no site da Secretaria Municipal de Saúde e/ou planilha de bloqueio dos procedimentos

com não conformidades administrativas elaboradas pela Gerência de Controle e Avaliação.

e) Prestar contas mensalmente à fonte pagadora dos recursos, na forma do Decreto Estadual nº 4272/2006, observadas as seguintes especificidades:

1. É expressamente prevista a possibilidade de contratação de profissionais autônomos, ainda que de forma esporádica, e o seu pagamento mediante emissão de Recibo de Pessoa Autônoma - RPA.
2. Fica a CONVENIENTE ou a fonte pagadora dos recursos, obrigados a analisar as contas e emitir parecer de, no prazo máximo de 60 dias da entrega da mesma, presumindo-se a aceitação sem ressalva na hipótese de ausência de manifestação neste período.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS INSTRUMENTOS DE CONTROLE

Para acompanhamento da execução deste instrumento contratual, o Prefeito Municipal instituirá a Comissão Permanente de Acompanhamento de Contrato, no prazo de 60 (sessenta) dias após a assinatura deste instrumento, através de Decreto Municipal com publicação da composição no Diário Oficial, composta no mínimo por:

- I - 02 (dois) representantes do Município de Biguaçu;
- II - 02 (dois) representantes do Hospital;
- III - 02 (dois) representantes do Conselho Municipal de Saúde;
- IV - 01 (um) representante da Comissão Intergestores Regional - CIR;

§ 1º A Comissão Permanente de Acompanhamento deve reunir-se periodicamente, no mínimo trimestralmente, com as seguintes atribuições:

- I - avaliação do cumprimento das metas físico-financeiras;
- II - acompanhamento dos indicadores quantitativos e qualitativos;
- III - propor readequações das metas pactuadas, dos recursos financeiros e outras que se fizerem necessárias nas cláusulas contratuais, desde que essas não alterem seu objeto, bem como propor novos indicadores de avaliação no POA;
- IV - Avaliar a qualidade da atenção à saúde dos usuários prestada pelo estabelecimento hospitalar.

§ 2º O hospital fica obrigado a fornecer à Comissão Permanente de Acompanhamento de Contrato todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento de suas finalidades.

§ 3º A existência da Comissão Permanente de Acompanhamento de Contrato não impede nem substitui as atividades próprias do Sistema Municipal de Auditoria e do Controle Avaliação da Secretaria Municipal e/ou Estadual.

§ 4º O mandato da Comissão será compatível com a vigência deste Convênio, devendo qualquer alteração da sua composição ser homologada pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 5º Os membros da Comissão não serão remunerados por esta atividade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O CONVÊNIO poderá ser alterado por acordo entre as partes, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e as necessidades do SUS, nos termos da Lei Federal 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do CONVÊNIO pelas partes, o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como, motivos previstos na Lei Federal nº. 8.666/93, sem prejuízo das multas cominadas na cláusula das penalidades deste Convênio e demais instrumentos correlacionados ao mesmo:

- I - descumprimento de cláusulas contratuais;
- II - solicitação e/ou exigência que o usuário realize pagamento por serviços de saúde custeados pelo SUS.
- III - alteração unilateral que cause diminuição da capacidade

operativa do hospital, sem negociação anterior;

IV - recusa de quaisquer das partes da renovação do POA nos prazos estabelecidos neste convênio;

V - paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria de Saúde Municipal;

VI - impedimento ou interposição de dificuldades para o acompanhamento, avaliação, regulação e auditoria pelos órgãos competentes;

VII - identificação de faltas reiteradas na sua execução dos serviços contratados;

VIII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificado e determinado pelo Gestor Municipal do SUS;

IX - os casos estabelecidos no art. 78, da Lei nº 8.666/93;

X - descumprimento do repasse financeiro pelo gestor municipal ao Hospital estabelecido neste instrumento contratual.

§ 1º Em caso de rescisão do contrato devido ao não cumprimento das Cláusulas deste Convênio, deverá haver comunicação formal por qualquer uma das partes à Comissão Intergestores Regional - CIR e/ou Comissão Intergestores Bipartite - CIB solicitando a sua mediação, podendo acionar também o Ministério da Saúde, quando a discordância entre as partes se mantiver.

§ 2º Em caso de rescisão do contrato de que trata o parágrafo anterior, deverá seguir o seguinte trâmite:

a) comunicação formal por qualquer uma das partes à Comissão Intergestores Regional - CIR e/ou Comissão Intergestores Bipartite - CIB solicitando a sua mediação;

b) esgotadas as negociações mediadas pela CIR e/ou CIB caberá sanções previstas neste contrato, sem prejuízo das dispostas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e o descredenciamento do hospital ao SUS.

§ 3º Em caso de rescisão deste convênio o gestor local deverá garantir aos usuários do SUS a prestação da assistência integral no território sob a sua responsabilidade.

§ 4º A rescisão deste instrumento contratual entre Gestor do SUS e Hospital deverá ser exarada no processo administrativo competente, assegurado o contraditório e a ampla defesa previstos na Lei 8.666/93, em especial ao seu artigo 79, com mediação da Comissão Intergestores Regional - CIR e Comissão Intergestores Bipartite - CIB.

§ 5º Da decisão do gestor local do SUS de rescindir este instrumento, caberá ao Hospital a interposição de recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

§ 6º Sobre o recurso, formulado nos termos do parágrafo anterior, o gestor local deverá manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

§ 7º Findo o contrato, caso qualquer das Partes tenha interesse de rescindir este instrumento, deverá comunicar ao gestor local do SUS, formalmente, com antecedência mínima de 90 (noventa oitenta) dias.

§ 8º Durante o período decorrente entre o pedido de rescisão pelo Hospital e a extinção do contrato, todos os serviços e respectivos pagamentos deverão ser mantidos, nos mesmos termos, podendo ser penalizado com multa, por qualquer negligência na qualidade ou quantidade dos atendimentos aos usuários do SUS, desde que não decorra de força maior;

§ 9º A inobservância, por parte da CONVENIADA, dos procedimentos de rescisão por sua iniciativa, ensejará a aplicação das penalidades previstas neste convenio e na Lei 8.666/93.

§ 10º Em razão de que todos os recursos gerados pelo funcionamento do Hospital, inclusive aqueles provenientes de outras fontes, além do atendimento ao SUS, serão obrigatoriamente empregados "na manutenção das atividades, melhoria e ampliação dos atendimentos de saúde" da unidade hospitalar, conforme dispõe o item 4.13 do Edital, fica autorizada a utilização de quaisquer das receitas do Hospital, produção SUS, verba de custeio ou quaisquer outras e, na hipótese de insuficiência de todas estas fontes, da reserva técnica, para pagamento de obrigações resultantes de eventuais condenações ou acordos judiciais, além de atuações

administrativas impostas à CONVENIADA, desde que não decorram de ação dolosa de seus diretores, comprovada após direito a ampla defesa, independente de sua natureza/origem que tenha gerado a responsabilidade.

§ 11º Eventuais despesas existentes à época de uma futura extinção do Contrato Administrativo de Concessão Onerosa de Bens Moveis e Imóveis, por iniciativa de qualquer das partes, independentemente da motivação, devido à responsabilização, tais como verbas rescisórias trabalhistas, processos judiciais pendentes, inclusive quanto às ações de indenização sob alegação de erro médico no atendimento a paciente, defeito na prestação de serviço ou qualquer outra, inclusive ações trabalhistas, serão quitadas com quaisquer receitas disponíveis, inclusive recursos públicos de custeio e, em caso de insuficiência destes, com emprego da reserva técnica de que trata a cláusula décima deste convênio. Observando que em caso de dolo da CONVENIADA esta não poderá usar verbas públicas para os pagamentos acima referidos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES

A inobservância pelo Hospital de cláusula(s) e/ou obrigação(ões) constantes deste instrumento ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, ensejará ao Hospital, garantido o direito de defesa prévia, aplicação, em cada caso, das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, em especial as seguintes:

I - advertência escrita: de acordo com o definido no Regulamento Municipal ou Estadual de Auditoria;

II - multa: de acordo com o definido no Contrato com o Município;

III - suspensão temporária:

a) cabe suspensão temporária de encaminhamento do usuário do SUS à assistência médico-hospitalar, ambulatorial, apoio diagnóstico terapêutico, urgência e emergência por reincidência nas infrações, ou seja, naquelas ações que resultem em danos pecuniários ao SUS, ou naquelas que infrinjam as normas reguladoras do SUS de natureza operacional, administrativa ou contratual ou naquelas que levarem prejuízos à assistência à saúde do usuário, devendo ser aplicada na competência do Secretário Municipal e/ou Estadual de Saúde;

b) cabe suspensão temporária para contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, devendo ser aplicada na competência do Secretário Municipal de Administração;

IV - descredenciamento do Hospital do SUS na forma do disposto neste contrato e na Portaria de Contratualização do MS vigente.

§ 1º A imposição das sanções previstas nesta cláusula ocorrerá depois de efetiva inspeção ou auditoria assistencial com notificação ao hospital.

§ 2º Os valores pecuniários relativos ao item II serão ressarcidos à SMS, através de desconto efetuado em créditos existentes do faturamento Ambulatorial/Hospitalar do prestador de serviços do SUS, após o envio do processo de Auditoria ao setor de Orçamento e Finanças com a devida instrução da aplicação da penalidade devida.

§ 3º Na aplicação das penalidades previstas nos itens I, II, III e IV, o Hospital poderá interpor recurso administrativo, dirigido a autoridade competente, nos prazos determinados pelo Regulamento de Auditoria do Sistema Municipal de Saúde.

§ 4º A declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, persistirá enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. A aplicação dessa penalidade é de competência do Secretário Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - PRAZO PARA VIABILIZAÇÃO DO INÍCIO DE OPERAÇÃO

O CONVENIENTE providenciará todas as condições de que tratam os incisos I e II da Cláusula Quarta deste convênio no prazo de 90(noventa) dias da publicação no D.O. do mesmo.

Parágrafo único: Findo este prazo, sem que tenham sido viabilizados os recursos financeiros e demais condições à cargo da CONVENIENTE para início de funcionamento do Hospital, a CONVENIADA, fica autorizada, a seu critério, a rescindir o presente CONVENIO, na forma do que dispõe a sua Cláusula Décima-Quinta, mediante simples notificação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde providenciará a publicação do extrato deste instrumento contratual e seus aditivos no Diário Oficial do Município, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, conforme disposto no art. 61 da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ELEIÇÃO DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Biguaçu para dirimir questões oriundas do presente CONVÊNIO, que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo Conselho Municipal de Saúde e para definir responsabilidades e sanções em caso de inadimplência.

Biguaçu/SC, 12 de Fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

JUSTINO SCATOLIN

Superintendente da Beneficência Camiliana do Sul

#### TESTEMUNHAS

Assinatura \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

#### ANEXO I

#### PLANO OPERATIVO ASSISTENCIAL - POA

#### PROGRAMA DE TRABALHO - DIVIDIDO EM ETAPA INICIAL E ETAPA FINAL

#### QUADROS - ETAPA INICIAL

#### COM PROPOSTA DE PRODUÇÃO ASSISTENCIAL MENSAL E VALORES INDIVIDUALIZADOS DE CUSTEIO MENSAIS.

PRODUÇÃO: Urgência / Emergência e Diagnóstico			
Serviço	Quantidade Mensal	Observação I	Observação II
Atendimento em Urgência e Emergência Inicialmente Referenciada	1.500 atendimentos	Produção por demanda referenciada por 01 profissional médico, ininterruptamente, especial-dades de Clínica Médica.	Manteremos de sobreaviso (à distância): Ortopedia, Cardiologia, Cirurgia Geral.
Raios X Urgência e Emergência Referenciada	850 exames	Em horário comercial, manteremos o profissional presencial. Atendimento para pacientes do Pronto Socorro.	Manteremos Equipe Permanente Contratada de Técnicos de Radiologia/Plantão.
Raios X Ambulatorial	1.450 exames	Com agendamento realizado via SISREG pelos municípios da Região.	O Hospital contará com aparelhos de raio x fixo e móvel para atendimento.
Anatomopatológico	100 análises	Terceirizado.	Para pacientes Internados.
Eletrocardiograma	250 exames	Realizado por profissional de nível superior – enfermeiro	Interpretado por Profissional Médico Cardiologista de sobre aviso.
Laboratório de Análises Clínicas	3.000 exames	Realizado por profissional de nível superior – Bioquímico	Serviço 24 horas, ininterrupto, destinado as demandas de atendimento internas do Hospital.
Ultrassonografia	255 exames	Em horário comercial, manteremos o profissional presencial, Manteremos Equipe Médica de Radiologia de sobreaviso.	O serviço será disponibilizado para atendimento da demanda reprimida ambulatorial da região, pré-cirúrgicos e outros serviços relacionados ao Hospital
Ecodoppler	48 Exames	Em horário comercial.	O serviço será disponibilizado para atendimento pré-cirúrgicos e outros serviços relacionados ao Hospital.
Ecocardiograma	58 Exames	Em horário comercial.	O serviço será disponibilizado para atendimento pré-cirúrgicos e outros serviços relacionados ao Hospital.



CUSTO: Serviço de Urgência / Emergência e Diagnóstico		
Subitem	R\$ Mensal	R\$ Anual
Pessoal Próprio com Encargos	R\$ 454.915,66	
Serviços Médicos	R\$ 157.041,00	
Serviços Terceiros	R\$ 50.000,00	
Gases Medicinais	R\$ 5.250,00	
Material e Medicamento Reembolsável	R\$ 76.670,00	
Material e Medicamento Não Reembolsável	R\$ 41.010,00	
Gêneros Alimentícios	R\$ 14.000,00	
Telefone	R\$ 3.500,00	
Água	R\$ 7.500,00	
Energia Elétrica	R\$ 40.000,00	
Aluguéis	R\$ 4.000,00	
Impostos	R\$ 2.100,00	
Despesas Jurídicas	R\$ 4.900,00	
Manutenção	R\$ 37.500,00	
Reserva Técnica	R\$ 50.000,00	
Despesa com viagem e estadia	R\$ 1.500,00	
Gerais	R\$ 57.500,00	
TOTAL GERAL *	R\$ 1.007.386,66	R\$ 12.088.639,92

#### PROPOSTA DE PRODUÇÃO E CUSTO ASSISTENCIAL MENSAL - SERVIÇO DE INTERNAÇÃO EM CLÍNICA MÉDICA E PEDIÁTRICA

PRODUÇÃO: Internação em Clínica Médica e Pediátrica (em paciente dia)		
Serviço	Quantidade Mensal	Observação
Produção do Serviço de Internação em Clínica Médica	850 internações	Com prescrição diária através de 01 visita médica, com taxa de ocupação prevista de 85% e média de permanência de 2,5 dias.
Produção do Serviço de Internação em Clínica Pediátrica	280 internações	Com prescrição diária através de 01 visita médica, com taxa de ocupação prevista de 85% e média de permanência de 2,5 dias.

CUSTO: Serviço de Internação em Clínica Médica e Pediátrica		
Subitem	R\$ Mensal	R\$ Anual
Pessoal Próprio com Encargos	R\$ 172.554,22	
Serviços Médicos	R\$ 145.760,00	
Serviços Terceiros	R\$ 10.000,00	
Gases Medicinais	R\$ 3.000,00	
Material e Medicamento Reembolsável	R\$ 48.790,00	
Material e Medicamento Não Reembolsável	R\$ 3.570,00	
Gêneros Alimentícios	R\$ 8.000,00	
Telefone	R\$ 700,00	
Água	R\$ 1.500,00	
Energia Elétrica	R\$ 8.000,00	
Aluguéis	R\$ 2.000,00	
Impostos	R\$ 300,00	
Despesas Jurídicas	R\$ 2.100,00	
Manutenção	R\$ 7.500,00	
Reserva Técnica	R\$ 50.000,00	
Despesa com viagem e estadia	R\$ 300,00	
Gerais	R\$ 1.500,00	
TOTAL GERAL	R\$ 465.574,22	R\$ 5.586.890,64



**PROPOSTA DE PRODUÇÃO ASSISTENCIAL MENSAL EM CENTRO CIRÚRGICO, CENTRO OBSTÉTRICO, SERVIÇO DE INTERNAÇÃO EM CLÍNICA CIRÚRGICA E CLÍNICA OBSTÉTRICA.**

PRODUÇÃO: Internação em Clínica Cirúrgica e Obstétrica (em paciente dia) e número de cirurgias e partos		
Serviço	Quantidade Mensal	Observação
Internação em Clínica de Cirurgia	674 internações	Com prescrição diária através de 01 visita médica, Com prescrição diária através de 01 visita médica, com taxa de ocupação prevista de 85% e média de permanência de, no máximo, 2 dias.
Internação em Clínica Obstétrica	398 internações	Com prescrição diária através de 01 visita médica Com prescrição diária através de 01 visita médica, com taxa de ocupação prevista de 85% e média de permanência de 2 dias.
Número de cirurgias	298 cirurgias	Com avaliação pré-cirúrgica, na internação.
Número de partos normais e cesáreos	160 partos	Com no mínimo 75% dos partos normais, de acordo com o preconizado pelo Ministério da Saúde.
CUSTO: Serviço de Internação em Clínica Cirúrgica e Obstétrica e Centro Cirúrgico e Centro Obstétrico		
Subitem	R\$ Mensal	R\$ Anual
Pessoal Próprio com Encargos	R\$ 253.602,41	
Serviços Médicos	R\$ 292.239,00	
Serviços Terceiros	R\$ 15.000,00	
Gases Medicinais	R\$ 3.750,00	
Material e Medicamento Reembolsável	R\$ 154.020,00	
Material e Medicamento Não Reembolsável	R\$ 39.280,00	
Gêneros Alimentícios	R\$ 10.000,00	
Telefone	R\$ 1.400,00	
Água	R\$ 3.000,00	
Energia Elétrica	R\$ 16.000,00	
Aluguéis	R\$ 2.000,00	
Impostos	R\$ 390,00	
Despesas Jurídicas	R\$ 0,00	
Manutenção	R\$ 15.000,00	
Reserva Técnica	R\$ 50.000,00	
Despesa com viagem e estadia	R\$ 600,00	
Gerais	R\$ 3.000,00	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 859.281,41</b>	<b>R\$ 10.311.376,92</b>

**PROPOSTA DE PRODUÇÃO ASSISTENCIAL MENSAL EM SERVIÇO DE AMBULATÓRIO DE ESPECIALIDADES**

PRODUÇÃO: Serviço de Ambulatório de Especialidades			
Serviço	Quantidade Mensal	Observação I	Observação II
13.1 Consultas Ambulatoriais (cfe. regulamentação do Gestor).	2.050	Com garantia de retorno, se realizada eletivamente. Considerar-se-á consulta e retorno como 2 procedimentos na contagem da produção.	Dentro das seguintes especialidades: cirurgia geral, cirurgia vascular, urologia, otorrinolaringologia, ortopedia, obstetrícia, ginecologia, anestesia, cardiologia e outras.

- Pactua-se a realização de, no mínimo, 70% das consultas, como procedimentos de forma eletiva.

CUSTO: Serviço de Ambulatório de Especialidades		
Subitem	R\$ Mensal	R\$ Anual
Pessoal Próprio com Encargos	R\$ 15.686,75	
Serviços Médicos	R\$ 168.960,00	
Serviços Terceiros	R\$ 20.000,00	
Gases Medicinais	R\$ 750,00	
Material e Medicamento Reembolsável	R\$ 1.105,00	
Material e Medicamento Não Reembolsável	R\$ 1.580,00	
Gêneros Alimentícios	R\$ 2.000,00	
Telefone	R\$ 700,00	
Água	R\$ 1.500,00	
Energia Elétrica	R\$ 8.000,00	
Alugueis	R\$ 1.000,00	
Impostos	R\$ 90,00	
Despesas Jurídicas	R\$ 0,00	
Manutenção	R\$ 7.500,00	
Reserva Técnica	R\$ 50.000,00	
Despesa com viagem e estadia	R\$ 300,00	
Gerais	R\$ 1.500,00	
TOTAL GERAL	R\$ 280.671,75	R\$ 3.368.061,00

SUB-ITEM	Urg/Emerg	Cl. Med+Ped	Cl.Cir+Obs	Ambulat	TOTAL
TOTAL MENSAL	R\$ 1.007.386,66	R\$ 465.574,22	R\$ 859.281,41	R\$ 280.671,75	R\$ 2.612.914,04

## QUADRO - ETAPA FINAL

## PROPOSTA DE PRODUÇÃO ASSISTENCIAL MENSAL EM SERVIÇO DE UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

PRODUÇÃO: Serviço de UTI Adulto e Neon, Tomografia, Hemodiálise e Hemoterapia			
Serviço	Quantidade Mensal	Observação I	Observação II
Unidade de Terapia Intensiva Adulto - Tipo I	230 Diárias	Com médico Intensivista como Médico Coordenador. 10 Leitos.	Com aplicação do Projeto de Humanização do Serviço
Unidade de Terapia Intensiva Neonatal - Tipo I	230 Diárias	Com médico Intensivista como Médico Coordenador. 10 Leitos.	Com aplicação do Projeto de Humanização do Serviço
Tomografia Para pacientes Internados e Emergências	380 exames	Em horário comercial, manteremos o técnico de radiologia presencial.	Manteremos Equipe de técnicos de sobre aviso.
Tomografia Ambulatorial	300 exames	Com agendamento realizado via SISREG pelos municípios da Região.	Nada Consta.
Hemodiálise	Mínimo de 20 sessões	Realizada exclusivamente a pacientes internados na UTI.	Nada consta.
Fisioterapia	1.300 sessões	Sessões - Realizadas por profissional de nível superior – Fisioterapeuta	Para atendimento aos pacientes internados.
Hemoterapia	150 sessões	Fornecidas pelo Hemosc	Nada consta.

CUSTO: Serviço de Unidade de Terapia Intensiva, Tomografia, Hemodiálise e Hemoterapia		
Subitem	R\$ Mensal	R\$ Anual

Pessoal Próprio com Encargos	R\$ 188.240,96	
Serviços Médicos	R\$ 154.000,00	
Serviços Terceiros	R\$ 5.000,00	
Gases Medicinais	R\$ 2.250,00	
Material e Medicamento Reembolsável	R\$ 144.415,00	
Material e Medicamento Não Reemb	R\$ 14.560,00	
Gêneros Alimentícios	R\$ 6.000,00	
Telefone	R\$ 700,00	
Água	R\$ 1.500,00	
Energia Elétrica	R\$ 8.000,00	
Alugueis	R\$ 1.000,00	
Impostos	R\$ 120,00	
Despesas Jurídicas	R\$ 0,00	
Manutenção	R\$ 7.500,00	
Reserva Técnica	R\$ 50.000,00	
Despesa com viagem e estadia	R\$ 300,00	
Gerais	R\$ 1.500,00	
TOTAL GERAL	R\$ 585.085,96	R\$ 7.021.031,52

SUB-ITEM	Urg/Emerg	Cl. Med+Ped	Cl.Cir+Obs	Ambulat	SUB-TOTAL	UTI Ad+N.	TOTAL
TOTAL MENSAL	1.007.386,66	465.574,22	859.281,41	280.671,75	2.612.914,04	585.085,96	3.198.000,00

#### QUADRO DE FUNCIONÁRIOS NECESSÁRIOS PARA FUNCIONAMENTO (EM ETAPAS)

	Etapa Inicial	Etapa Final	
Funções	Serviço de ambulatório, SADT, Centro Cirúrgico, Clínica Cirúrgica, Clínica Médica e serviço de Urgência e Emergência Referenciada, Serviço de Internação em Clínica Pediátrica, Centro Obstétrico e Clínica Obstétrica,	Tomografia, UTI adulto e UTI Neo natal, Hemodiálise, Fisioterapia e Hemoterapia	Total
Administrador	1	0	1
Assessor Imprensa	1	0	1
Assessor Jurídico	1	0	1
Assistente Administrativo	1	0	1
Assistente Jurídico	1	0	1
Assistente Social	1	0	1
Aux. Administrativo	8	0	8
Aux. de Almoxarifado	1	0	1
Aux. de Compras	1	0	1
Aux. de Contabilidade	1	0	1
Aux. de Cozinha	18	6	24
Aux. de Farmácia	8	2	10
Aux. de Laboratório	4	2	6
Aux. de Lavanderia	12	2	14
Aux. de Limpeza	15	5	20
Aux. de Manutenção	10	2	12
Aux. de Recursos Humanos	2	0	2
Aux. de Tesouraria	1	0	1
Bioquímicos/farmaceuticos	5	0	5
Chefe/Analista de DP/RH	1	0	1
Chefe/Supervisor de Esterilização	1	0	1
Chefe/Supervisor de Internação	1	0	1
Chefe/Supervisor de Lavanderia	0	0	0
Chefe/Supervisor de Limpeza	1	0	1
Chefe/Supervisor de Manutenção	1	0	1

Coletor de Laboratório	4	0	4
Coletor de Lixo	2	0	2
Comprador	1	0	1
Contador	1	0	1
Cozinheira	3	0	3
Digitadores	4	0	4
Enfermeiro – CCIH	1	0	1
Enfermeiro - Educ. Contin.	1	0	1
Enfermeiro - Qualidade	0	1	1
Enfermeiro – SAE	0	1	1
Enfermeiros	33	10	43
Escriturário	6	2	8
Faturista	2	0	2
Fisioterapeuta	2	3	5
Fonoaudiologo	1	1	2
Gerentes Financ/Assist/Apoio	3	0	3
Guardas/Vigias	8	0	8
Jardineiro	1	0	1
Nutricionista - Assistência	2	0	2
Nutricionista - Produção	1	0	1
Psicólogo	2	0	2
Recepcionistas	24	2	26
Téc. de Enfermagem	110	41	151
Téc. de Esterilização-CME	10	0	10
Téc. de Informática	2	0	2
Téc. de Manut. Eletronica	2	0	2
Téc. de Radiologia	5	0	5
Téc. de Seg. Trabalho	3	1	4
Terapeuta Ocupacional	1	0	1
Tesoureiro	2	0	2
Total	334	81	415
Médicos - Plantão Pr. Socorro	8	0	8
Médicos - Plantão UTIs	0	14	14
Médicos - Sobre-Avisos - Clinica Medica - Clinica Cirurgica - Cardiologia - Anestesiologia - Outras	30	0	30
Medicos - Sobre-Avisos - Clinica Obstetrica e Pediatrica	10	0	10
TOTAL MÉDICOS (APROXIMADO)	48	14	62

## PLANILHA GERAL DE CUSTEIO DO HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU

## ETAPA INICIAL

	Despesa Mensal Primeira Etapa
TOTAL GERAL MENSAL	R\$ 2.612.914,04

	Despesa Anual Primeira Etapa (em ano cheio)
TOTAL GERAL ANUAL	R\$ 31.354.968,48

## ETAPA FINAL

	Despesa Mensal Segunda Etapa
TOTAL GERAL MENSAL	R\$ 585.085,96

	Despesa Anual Segunda Etapa (em ano cheio)
TOTAL GERAL ANUAL	R\$ 7.021.031,52

## TOTAL - COM 100% DE FUNCIONAMENTO

	Despesa Mensal com 100% de funcionamento
TOTAL GERAL MENSAL	R\$ 3.198.000,00

	Despesa Anual com 100% de funcionamento
TOTAL GERAL ANUAL	R\$ 38.376.000,00

## REGRAS A SEREM SEGUIDAS

## QUANTO A NEGOCIAÇÃO:

- Em razão de que todos os recursos gerados pelo funcionamento do Hospital, inclusive aqueles provenientes de outras fontes, além do atendimento ao SUS, serão obrigatoriamente empregados "na manutenção das atividades, melhoria e ampliação dos atendimentos de saúde" da unidade hospitalar, conforme dispõe o item 4.13 do Edital, fica autorizada a utilização de quaisquer das receitas do Hospital, produção SUS, verba de custeio ou quaisquer outras e, na hipótese de insuficiência de todas estas fontes, da reserva técnica, para pagamento de obrigações resultantes de eventuais condenações ou acordos judiciais, além de autuações administrativas impostas à CONVENIADA, desde que não decorram de ação dolosa de seus diretores, comprovada após direito a ampla defesa, independente de sua natureza/origem que tenha gerado a responsabilidade.

- Eventuais despesas existentes à época de uma futura extinção do Contrato Administrativo de Concessão Onerosa de Bens Moveis e Imóveis, por iniciativa de qualquer das partes, independentemente da motivação, devido à responsabilização, tais como verbas rescisórias trabalhistas, processos judiciais pendentes, inclusive quanto às ações de indenização sob alegação de erro médico no atendimento a paciente, defeito na prestação de serviço ou qualquer outra, inclusive ações trabalhistas, serão quitadas com quaisquer receitas disponíveis, inclusive recursos públicos de custeio e, em caso de insuficiência destes, com emprego da reserva técnica de que trata a cláusula décima deste convênio. Observando que em caso de dolo da CONVENIADA esta não poderá usar verbas públicas para os pagamentos acima referidos.

## QUANTO AS METAS QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS:

- o cumprimento de metas quantitativas e qualitativas, estabelecidas neste plano operativo deverá ser avaliada pela Comissão Permanente de Acompanhamento do Convênio;

## Metas Quantitativas

- para as metas quantitativas avaliadas mensalmente haverá pagamento mensal de valores de acordo com o percentual do cumprimento de metas, observado o quadro a seguir;

	ATIVIDADE REALIZADA	VALOR A PAGAR
INTERNAÇÃO	Até 10% acima do volume contratado	100% do peso percentual da atividade.
	Entre 11% e 25% acima do volume contratado	De 111% a 125% X peso percentual da atividade X orçamento do hospital (R\$)
	Entre 85% e 100% do volume contratado	100% do peso percentual da atividade internação
	Entre 70% e 84,99% do volume contratado	90% X peso percentual da atividade internação X orçamento do hospital (R\$)
	Menos que 70% do volume contratado	70% X peso percentual da atividade internação X orçamento do hospital (R\$)
AMBULATÓRIO	Até 10% acima do volume contratado	100% do peso percentual da atividade
	Entre 11% e 25% acima do volume contratado	De 111% a 125% X peso percentual da atividade X orçamento do hospital (R\$)
	Entre 85% e 100% do volume contratado	100% do peso percentual da atividade ambulatorial
	Entre 70% e 84,99% do volume contratado	90% X peso percentual da atividade ambulatorial X orçamento do hospital (R\$)
	Menos que 70% do volume contratado	70% X peso percentual da atividade ambulatorial X orçamento do hospital (R\$)
SADT	Até 10% acima do volume contratado	100% do peso percentual da atividade.
	Entre 11% e 25% acima do volume contratado	De 111% a 125% X peso percentual da atividade X orçamento do hospital (R\$)
	Entre 85% e 100% do volume contratado	100% do peso percentual da atividade SADT
	Entre 70% e 84,99% do volume contratado	90% X peso percentual da atividade SADT X orçamento do hospital (R\$)
	Menos que 70% do volume contratado	70% X peso percentual da atividade SADT X orçamento do hospital (R\$)
URGÊNCIA / EMERGÊNCIA	Até 10% acima do volume contratado	100% do peso percentual da atividade Urg./Emerg.
	Entre 11% e 25% acima do volume contratado	De 111% a 125% X peso percentual da atividade Urg./Emerg X orçamento do hospital (R\$)
	Entre 85% e 100% do volume contratado	100% do peso percentual da atividade Urg./Emerg.
	Entre 70% e 84,99% do volume contratado	90% X peso percentual da atividade Urg./Emerg. X orçamento do hospital (R\$)



**Metas Quantitativas**

- para as metas qualitativas avaliadas mensalmente haverá pagamento mensal de valores de acordo com o alcance ou não das metas, observado o que segue;

1 - implantar e possuir em funcionamento as comissões básicas (ccih, prontuários e óbitos, ética medica, padronização medicamentos) a partir de 90 dias de inicio do atendimento ao publico no hospital;

2 - implantar e possuir em funcionamento pesquisa de satisfação dos clientes internados e do ambulatório (no mínimo de 10% em cada serviço) a partir de 90 dias de inicio do atendimento ao publico no hospital;

3 - apresentar o índice de infecção hospitalar mensalmente a partir de 90 dias de inicio do atendimento ao publico no hospital;

4 - apresentar a taxa de mortalidade operatória mensalmente a partir de 90 dias de inicio do atendimento ao publico no hospital;

5 - apresentar a taxa de cirurgias de urgência mensalmente a partir de 90 dias de inicio do atendimento ao publico no hospital;

6 - politica de educação permanente - apresentar quantitativos de cursos realizados e quantidade de participantes a partir de 90 dias de inicio do atendimento ao publico no hospital;

7 - ter gestão qualificada - apresentar relatório de atividades estatísticas, financeiras e custos a partir de 180 dias de inicio do atendimento ao publico no hospital;

8 - no caso das avaliações serem realizadas trimestralmente, se necessário, os valores eventualmente pagos a maior no período, serão deduzidos no pagamento dos meses do período subsequente, de acordo com o percentual de cumprimento de metas;

9 - Se o cumprimento das metas quantitativas for abaixo de 50% (cinquenta por cento) do estipulado, ou 30% (trinta por cento) acima do estipulado, por (3) três meses consecutivos ou 5 (cinco) meses alternados, o plano operativo e os valores contratuais serão revistos.

10 - Os valores previstos neste POA poderão ser alterados, de comum em acordo com o gestor municipal e estadual e o hospital, mediante celebração de Termo Aditivo que será devidamente publicado sendo que no caso de necessidade de recursos adicionais, estas serão provenientes da área denominada Teto de Média e Alta Complexidade do Fundo Municipal de Saúde e de acordo com disponibilidade orçamentária.

**DECRETO Nº 029/2015**

DECRETO Nº 029/2015 DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3514/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3530/2014 - Lei Orçamentária para 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária

para 2015, Lei Municipal nº 3530/2014:

**09. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTE**

0901.15.452.0009.2087	Mant. Dos Serviços de Educação no Trânsito	30.140,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.16.000000	Outras Despesas Correntes	30.140,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.16.000000	Investimentos	30.140,00

**12. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TECNOLÓGICO**

1201.13.691.0007.2073	Funcionamento Mant. Casa Empreendedor	6.000,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	1.000,00
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	5.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	6.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 05 de março de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.005/2015 - PROCESSO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - IL Nº 11/2015 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.005/2015

Processo: Inexigibilidade de Licitação - IL Nº 11/2015 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM E CARDIOLÓGICOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: CLÍNICA CARDIOLÓGICA BIGUAÇU LTDA.

Vigência: 13/02/2015 a 15/02/2016

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário de Saúde

**EXTRATO CONTRATO Nº 10.008/2015 - PROCESSO: DISPENSA DE LICITAÇÃO – DL Nº 02/2015 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.008/2015

Processo: Dispensa de Licitação - DL Nº 02/2015 - FMS

Objeto: ASSINATURA DE JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Fornecedor: OZIAS DEODATO ALVES JUNIOR ME

Valor: R\$ 1.679,16 (MIL SEISCENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS).

Vigência: 03/03/2015 a 31/12/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário de Saúde

**EXTRATO DO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 10.009/2015 - PROCESSO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 53/2014-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Contrato de Concessão nº 10.009/2015

Processo: Concorrência Pública nº 53/2014-FMS

Objeto: CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA A CONCESSÃO ADMINISTRATIVA ONEROSA DE USO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, COM A FINALIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UMA UNIDADE HOSPITALAR NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, POR MEIO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO A PARTIR DA MELHOR PROPOSTA TÉCNICA, SELECIONADA NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PELO EDITAL CORRELATO E SEUS ANEXOS.

CONCESSIONÁRIA: BENEFICIENCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU/SC

Vigência: 12/02/2015 a 12/02/2045.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário de Saúde

**EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 004/2015 - PROCESSO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 53/2014-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Convênio nº 004/2015

Processo: Concorrência Pública nº 53/2014-FMS

Objeto: a transferência de recursos financeiros destinados ao custeio e manutenção dos serviços do Hospital Regional de Biguaçu, conforme Proposta de Trabalho apresentada pelo CONVENIADA e aprovada pelo CONVENIENTE, na concorrência pública 053/2014, que teve por objeto a concessão administrativa onerosa de uso de bens móveis e imóveis do Hospital Regional de Biguaçu.

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE BIGUAÇU/SC, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONVENIADA: BENEFICIENCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU/SC

VIGÊNCIA: 05 anos.

DATA DE ASSINATURA: 12/02/2015.

PLANILHA GERAL DE CUSTEIO DO HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU

**ETAPA INICIAL**

	Despesa Mensal Primeira Etapa
TOTAL GERAL MENSAL	R\$ 2.612.914,04

	Despesa Anual Primeira Etapa (em ano cheio)
TOTAL GERAL ANUAL	R\$ 31.354.968,48

**ETAPA FINAL**

	Despesa Mensal Segunda Etapa
TOTAL GERAL MENSAL	R\$ 585.085,96

	Despesa Anual Segunda Etapa (em ano cheio)
TOTAL GERAL ANUAL	R\$ 7.021.031,52

**TOTAL - COM 100% DE FUNCIONAMENTO**

	Despesa Mensal com 100% de funcionamento
TOTAL GERAL MENSAL	R\$ 3.198.000,00

	Despesa Anual com 100% de funcionamento
TOTAL GERAL ANUAL	R\$ 38.376.000,00

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário de Saúde

**EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.211/2013 - PROCESSO: CONCORRÊNCIA - CC Nº 109/2013 – FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato do Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 10.211/2013

Processo: Concorrência - CC Nº 109/2013 - FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DO TIPO "MENOR PREÇO GLOBAL", PELO REGIME DE EXECUÇÃO "EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO", VISANDO A EXECUÇÃO DE OBRAS EXTERNAS AO HOSPITAL REGIONAL DE BIGUAÇU, NAS CONDIÇÕES FIXADAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, E EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS ARROLADOS AO EDITAL.

Fornecedor: NOVO TETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Vigência: 07/02/2015 a 07/05/2015.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

**LEI COMPLEMENTAR 075/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 075/2015 DE 04 DE MARÇO DE 2015

ALTERA A REDAÇÃO DO PARÁGRAFO TERCEIRO, DO ARTIGO 3º DA LEI COMPLEMENTAR 51/2012 - PLANO DE CARGOS, REMUNERAÇÃO E CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E SANCIONA A SEGUINTE LEI ORDINÁRIA:

Art. 1º Fica alterado o Parágrafo Terceiro do artigo 3º, da Lei Complementar 51/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Para efeito desta Lei, considera-se:

[...]

§ "3º Os detentores do cargo de Auxiliar de Sala são vinculados exclusivamente ao Quadro dos Profissionais do Magistério, e não integram o para nenhum efeito legal o Quadro de Pessoal da Administração Geral."

Art. 2º O artigo 4º da Lei Complementar 51/2012 passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º São partes integrantes do Plano de Cargos, Remunerações e Carreira (PCRC):

I - Anexo I - Do Quadro Geral de Cargos do Magistério Municipal da Administração Direta, que contém os cargos existentes, segregados em Áreas de Atuação e, sendo o caso, subdivididos em Disciplinas, com as respectivas cargas horárias e padrões de vencimento inicial;

II - Anexo II - Da Tabela de Vencimento;

III - Anexo II - A - Da Tabela de Vencimento e Evolução na Carreira do cargo de Professor I;

IV - Anexo II - B - Da Tabela de Vencimento e Evolução na Carreira do cargo de Professor II;

V - Anexo II - C - Da Tabela de Vencimento e Evolução na Carreira do cargo de Professor III;

VI - Anexo II - D - Da Tabela de Vencimento e Evolução na Carreira do cargo de Especialista em Educação;

VII - Anexo II - E - Da Tabela de Vencimento e Evolução na Carreira do cargo de Técnico em Educação;

VIII - Anexo II - F - Da Tabela de Vencimentos e Evolução na Carreira do cargo de Auxiliar de Sala;

IX - Anexo III - Da Tabela de Cargos Aglutinados e da Correlação de Novas Nomenclaturas;

X - Anexo IV - Da Tabela de Cargos Novos e suas Vagas;

XI - Anexo V - Do Quadro Geral de Vagas do Magistério Municipal;

XII - Anexo VI - Do Manual de Atribuições dos Cargos do Magistério Municipal."

Art. 3º Fica alterado o Anexo I - Do Quadro Geral de Cargos do Magistério Municipal, da Lei Complementar 51/2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I - DO QUADRO GERAL DE CARGOS DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL				
ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Professor I	40	8	R\$ 1.800,00
2	Professor I	30	6	R\$ 1.350,00
3	Professor I	20	3	R\$ 900,00
4	Professor I	10	1	R\$ 450,00
5	Professor II	40	10	R\$ 2.070,00
6	Professor II	30	7	R\$ 1.552,50
7	Professor II	20	4	R\$ 1.035,00
8	Professor II	10	2	R\$ 517,50
9	Professor III	40	10	R\$ 2.070,00
10	Professor III	30	7	R\$ 1.552,50
11	Professor III	20	4	R\$ 1.035,00
12	Professor III	10	2	R\$ 517,50
13	Especialistas em Assuntos Educacionais	40	11	R\$ 2.500,00

14	Especialistas em Assuntos Educacionais	30	9	R\$ 1.875,00
15	Especialistas em Assuntos Educacionais	20	5	R\$ 1.250,00
16	Técnico em Educação	40	8	R\$ 1.800,00
17	Auxiliar de Sala	30	4	R\$ 1.050,00

Art. 4º Fica acrescentado ao Anexo II - Tabelas de Vencimento - Progressão por Antiguidade - Progressão por Escolaridade, da Lei Complementar 51/2012, o "Anexo II - F", que vigorará com a seguinte redação:

Tabela 1 - Auxiliar de Sala										CH: 30 Horas
Padrão de Vencimento: 4										
	5,00%	A	B	C	D	E	F	G	H	I
I - (Habilitação)		R\$ 1.050,00	R\$ 1.102,50	R\$ 1.157,63	R\$ 1.215,51	R\$ 1.276,28	R\$ 1.340,10	R\$ 1.407,10	R\$ 1.477,46	R\$ 1.551,33
II - (Graduação)	10%	R\$ 1.155,00	R\$ 1.212,75	R\$ 1.273,39	R\$ 1.337,06	R\$ 1.403,91	R\$ 1.474,11	R\$ 1.547,81	R\$ 1.625,20	R\$ 1.706,46
III - (Especialização)	15%	R\$ 1.328,25	R\$ 1.394,66	R\$ 1.464,40	R\$ 1.537,62	R\$ 1.614,50	R\$ 1.695,22	R\$ 1.779,98	R\$ 1.868,98	R\$ 1.962,43
IV - (Mestrado)	20%	R\$ 1.593,90	R\$ 1.673,60	R\$ 1.757,27	R\$ 1.845,14	R\$ 1.937,40	R\$ 2.034,27	R\$ 2.135,98	R\$ 2.242,78	R\$ 2.354,92

Art. 5º Fica acrescentado ao Anexo V - Quadro de Vagas, da Lei Complementar 51/2012, a seguinte tabela:

CARGO	VAGAS - 115	VAGAS EXISTENTES	VAGAS OCUPADAS	VAGAS DISPONÍVEIS	VAGAS CRIADAS
Auxiliar de Sala 30 HORAS	Auxiliar de Sala	115	62	3	0

Art. 6º Fica revogado o item 6 - Auxiliar de Sala 30h, do Anexo I - Do Quadro Geral de Cargos da Administração Direta Grupo Ocupacional Funcional - ANM Atividade de Nível Médio, da Lei Complementar 47/2011.

Art. 7º Fica alterada a Tabela 1.24 do Anexo VI - Tabelas de Vencimento - Progressão por Antiguidade - Progressão por Escolaridade - Grupo Técnico - Ampliação de Jornada, da Lei Complementar 47/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

Tabela 1.24 - CARGO: Atendente Criança e do Adolescente, Auxiliar Consultório Dentário

CH: 30 horas

Padrão de Vencimento: 6

| Níveis | Referências |

=====										
=====										
	5,00%	A	B	C	D	E	F	G	H	I
I - (Habilitação)		R\$ 1.050,00	R\$ 1.102,50	R\$ 1.157,63	R\$ 1.215,51	R\$ 1.276,28	R\$ 1.340,10	R\$ 1.407,10	R\$ 1.477,46	R\$ 1.551,33
II - (Graduação)	10%	R\$ 1.155,00	R\$ 1.212,75	R\$ 1.273,39	R\$ 1.337,06	R\$ 1.403,91	R\$ 1.474,11	R\$ 1.547,81	R\$ 1.625,20	R\$ 1.706,46
III - (Especialização)	15%	R\$ 1.328,25	R\$ 1.394,66	R\$ 1.464,40	R\$ 1.537,62	R\$ 1.614,50	R\$ 1.695,22	R\$ 1.779,98	R\$ 1.868,98	R\$ 1.962,43
IV - (Mestrado)	20%	R\$ 1.593,90	R\$ 1.673,60	R\$ 1.757,27	R\$ 1.845,14	R\$ 1.937,40	R\$ 2.034,27	R\$ 2.135,98	R\$ 2.242,78	R\$ 2.354,92

Art. 8º Fica revogado o item 6 do Anexo VIII - Do Quadro Geral de Cargos e Vagas Grupo Ocupacional Funcional - ANM Atividade de Nível Médio, da Lei Complementar 47/2011.

Art. 9º Ficam revogadas demais disposições em contrário.

Art. 10 Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 04 de março de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 075/2015, de 04/03/2015  
Sanccionada em 04/03/2015  
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

## LEI COMPLEMENTAR Nº 076/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 076/2015 DE 04 DE MARÇO DE 2015

ESTABELECE O PISO SALARIAL PROFISSIONAL MUNICIPAL PARA OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS E DÁ OUTRAS PRIVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica estabelecido o piso salarial profissional municipal dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, fixado no valor de R\$ 1.014,00 (mil e quatorze reais) mensais.

Parágrafo Único: Fica estipulada a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais aos Agentes de Endemias, a qual deverá ser integralmente dedicada a ações e serviços de promoção da saúde, vigilância epidemiológica e combate a endemias em prol das famílias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territórios de atuação, segundo as atribuições previstas na Lei Federal 12.994/2014.

Art. 2º Por não constituir cargo de provimento efetivo, conforme preceitua art. 1º da Lei Municipal 47/2011, mas sim de processo seletivo especial previsto pela Lei Federal 11.350/2006, fica excluído o cargo de Agente de Endemias, do Anexo I - Do Quadro Geral de Cargos da Administração Direta Grupo Ocupacional Funcional - ANM atividade de nível médio, bem como do Anexo VIII - Do Quadro Geral de Cargos e Vagas Grupo Ocupacional Funcional - ANM Atividade de Nível Médio, passando os anexos a vigorar com a seguinte redação, respectivamente:

### ANEXO I - DO QUADRO GERAL DE CARGOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - ANM ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO

ORDEM	CARGO	CARGA HORÁRIA	PADRÃO	VENCIMENTO INICIAL
1	Agente de Cadastro	40	9	R\$ 1.350,00
2	Agente Fazendário	40	9	R\$ 1.350,00
3	Agente de Endemias	30	s	R\$ 940,00
4	Auxiliar de Biblioteca	30	3	R\$ 800,00
5	Auxiliar de Consultório Dentário	30	6	R\$ 1.050,00
6	Auxiliar de Sala	30	6	R\$ 1.050,00
7	Atendente da Criança e do Adolescente	30	6	R\$ 1.050,00
8	Escriturário	30	10	R\$ 1.380,00
9	Fiscal de Tributos I	40	9	R\$ 1.350,00
10	Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental	40	9	R\$ 1.350,00
11	Fiscal do Meio Ambiente	40	9	R\$ 1.350,00
12	Monitor de Transporte Escolar	40	4	R\$ 900,00

### NEXO VIII - DO QUADRO GERAL DE CARGOS E VAGAS GRUPO OCUPACIONAL FUNCIONAL - ANM ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO

ORDEM	CARGO	CARGA	VAGAS	VAGAS	VAGAS	VAGAS	VAGAS
		HORÁRIA	EXISTENTES	EXTINTAS	CRIADAS	OCUPADAS	DISPONÍVEIS
1	Agente de Cadastro	40	4	0	0	0	4
2	Agente Fazendário	40	6	0	0	0	6
3	Agente de Endemias	30	10	0	0	10	0



[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

### REPUBLICAÇÃO PP 266/2014 PMB E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
REPUBLICAÇÃO DO PP 266/2014 PMB

Devido à falta de empresas interessadas no PP 266/2014 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA USO DO SETOR DE ENGENHARIA", fica republicada a mesma para a seguinte data: RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 23/03/2015, até 15:45 horas.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 23/03/2015, às 16:00 horas.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 9 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 58/2015 PMB  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 04 (QUATRO) REFRIGERADORES PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 16:45 horas, do dia 20 março, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 17:00 horas, do dia 20 março, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 9 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

### TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2015-FMS -EM CONFORMIDADE COM A CHAMADA PÚBLICA Nº 52/2014 - FMS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2015-FMS  
EM CONFORMIDADE COM A CHAMADA PÚBLICA Nº 52/2014 - FMS

CONSIDERANDO a responsabilidade que o Município possui pela organização e garantia de acesso aos serviços especializados de saúde para o seu Território e Referência, e a PPI - Programação Pactuada e Integrada;

CONSIDERANDO a crescente ampliação da oferta de Serviços Especializados em Saúde da Rede Municipal, especialmente com a ampliação da Estratégia de Saúde da Família e Unidade de Pronto Atendimento 24horas, que refletem diretamente na solicitação de exames de diagnóstico por imagem e exames cardiológicos;

CONSIDERANDO o interesse em dispor de uma rede de serviços de saúde mais ampla e bem disposta à coletividade;

CONSIDERANDO a Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;

CONSIDERANDO a Portaria MS/GM nº. 1.034, de 05 de maio de 2010, que prevê a complementariedade na contratação de instituições privadas para a prestação de serviços de saúde, conforme seus artigos 3º e 6º;

CONSIDERANDO a solicitação disposta na Comunicação Interna nº. 05/2014 para que fossem realizados novos procedimentos licitatórios para aquisição de exames com finalidade diagnóstica (rol narrado no anexo que acompanha a CI em destaque), tendo que em vista que as licitações anteriormente realizadas (Chamadas Pública nº. 95/2013 e 138/2013) foram desertas, eis que nenhuma empresa demonstrou interesse em participar do regramento lá imposto;

CONSIDERANDO que os exames: ultrassonografia de abdômen inferior, ultrassonografia obstétrico morfológico, ultrassonografia obstétrico com doppler, ultrassonografia doppler de carótidas vertebrais, ultrassonografia de artérias renais, ultrassonografia doppler membros inferiores, ultrassonografia doppler membros superiores, ultrassonografia doppler aorta/ilíacas, holter 24h, mapa, contraste para ressonância, contraste para tomografia e sedação para ressonâncias não haviam sido licitados nos processos anteriormente mencionados (CP 95/2013 e CP 138/2013);

CONSIDERANDO que tais exames eram realizados no Sistema Único de Saúde - SUS, oferecido pelo Estado de Santa Catarina, motivo pelo qual não foram inclusos nos processos licitatórios anteriores;

CONSIDERANDO que o Estado de Santa Catarina reduziu, drasticamente, o número de atendimentos nos exames em destaque, ocasionando no aumento visível e preocupante da demanda reprimida dos pacientes necessitados de tais exames no Município de Biguaçu;

CONSIDERANDO as informações levantadas pela Gerência de Regulação, Registro, Auditoria e Sistema de Informação, somar número significativo, quais sejam:

ultrassonografia de abdômen inferior - 34 (trinta e quatro) pacientes sem atendimento nos últimos 12 (doze) meses,  
ultrassonografia obstétrico morfológico - 60 (sessenta) pacientes sem atendimento nos últimos 12 (doze) meses,  
ultrassonografia obstétrico com doppler - 60 (sessenta) pacientes sem atendimento nos últimos 12 (doze) meses,  
ultrassonografia doppler de carótidas vertebrais - 20 (vinte)

pacientes sem atendimento nos últimos 12 (doze) meses, ultrassonografia de artérias renais - 35 (trinta e cinco) pacientes sem atendimento nos últimos 12 (doze) meses, ultrassonografia doppler membros inferiores - 300 (trezentos) pacientes sem atendimento nos últimos 12 (doze) meses, ultrassonografia doppler membros superiores - 45 (quarenta e cinco) pacientes sem atendimento nos últimos 12 (doze) meses, ultrassonografia doppler aorta/ilíacas - 12 (doze) pacientes sem atendimento nos últimos 12 (doze) meses, holter 24h - 40 (quarenta) pacientes sem atendimento nos últimos 12 (doze) meses, mapa - 10 (dez) pacientes sem atendimento nos últimos 12 (doze) meses

contraste para ressonância - 170 (cento e setenta) pacientes sem atendimento nos últimos 12 (doze) meses, contraste para tomografia - 170 (cento e setenta) pacientes sem atendimento nos últimos 12 (doze) meses, sedação para ressonâncias - 170 (cento e setenta) pacientes sem atendimento nos últimos 12 (doze) meses

CONSIDERANDO que em atenção a necessidade de resguardar a população dependente do Sistema Único de Saúde - SUS a realização de determinados exames, optou-se pela seleção de exames pelos quais os municípios necessitam com maior frequência, com valores complementares, baseados pela pesquisa efetuada pela Gerência de Regulação, Registro, Auditoria e Sistema de Informação da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu;

CONSIDERANDO que as licitações anteriormente realizadas foram desertas (CP 95/2013 e CP 138/2013), optou-se pela complementação dos valores a título de tabela SUS, possibilitando que empresas do ramo que não demonstraram interesse em participar dos certames anteriores em razão do valor apresentado, possam, assim, fazê-lo no momento atual;

CONSIDERANDO que foi realizada pesquisa de mercado pela Gerência de Regulação, Registro, Auditoria e Sistema de Informação, através de 03 (três) orçamentos, optou-se pela utilização do menor valor de orçamento, haja vista a busca pela maior proximidade da tabela SUS;

CONSIDERANDO que os exames não licitados anteriormente deixaram de ser oferecidos pelo Estado - SUS, em provável desatualização de valores e dificuldade de atendimento das demandas com o preço defasado;

CONSIDERANDO a preocupação com a saúde pública ofertada a toda uma coletividade dependente do Sistema Único de Saúde, entendeu-se por bem utilizar-se do critério menor valor, inclusive para os exames acima listados (ultrassonografia de abdome inferior, ultrassonografia obstétrico morfológico, ultrassonografia obstétrico com doppler, ultrassonografia doppler de carótidas vertebrais, ultrassonografia de artérias renais, ultrassonografia doppler membros inferiores, ultrassonografia doppler membros superiores, ultrassonografia doppler aorta/ilíacas, holter 24h, mapa, contraste para ressonância, contraste para tomografia e sedação para ressonâncias), a fim de que empresas especializadas manifestem interesse em atender toda a demanda reprimida desta Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO que diante do procedimento de Chamada Pública para seleção de empresas com interesse em realizar exames de diagnóstico por imagem e cardiológicos para a esfera pública não resulta em competição ou concorrência, entendeu-se por bem realizar os procedimentos relativos à Inexigibilidade de Licitação, conforme orientação do Tribunal de Contas da União (TC-018.177/2010-7);

CONSIDERANDO que a saúde é um direito de todos e dever do

Estado, consoante disposição do art. 196 da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/1988 entendeu-se por bem inaustrar os procedimentos atinentes a presente Chamada Pública.

1. OBJETO: Seleção para contratação de empresa especializada na realização de exames de diagnóstico por imagem e cardiológicos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu.

2. EMPRESA CONTRATADA: RADIOLOGIA CONTINENTE EIRELLI ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua General Estilac, nº 122, bairro Coqueiros, Município de Florianópolis/SC, CEP: 88080-760.

3. VIGÊNCIA: da assinatura do contrato por até 12 (doze) meses.

4. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, da Lei 8.666/93, in verbis:

Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

Portaria nº 1034/2010, artigo 2º, inciso I e II, e subsequentes. Cita-se:

Art. 2º Quando as disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o gestor estadual ou municipal poderá complementar a oferta com serviços privados de assistência à saúde desde que:

I - Comprovada a necessidade complementação dos serviços públicos de saúde; e

II - Haja impossibilidade de ampliação dos serviços públicos de saúde

Biguaçu, 26 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação -Leandro Adriano de Barros

# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 10.563/2015

DECRETO Nº 10.563, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2015.  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.060, de 15 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por conta do superávit financeiro, no valor de R\$ 338.264,23 (trezentos e trinta e oito mil duzentos sessentos e sessenta e quatro reais e vinte e três centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

30 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

30.01 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança  
Atividade 30.01.08.243.0004.2163 - Man. Ativ. Inc. Guarda de Criança/Adol.

Modalidade 3.3.50 (26) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 30.000,00  
Modalidade 3.3.90 (27) Ap. Dir. - Outras Desp. Custeio R\$ 38.264,23

Fonte de Recursos 0609.00000

Atividade 30.01.08.243.0004.2164 - Man. Ações Def. Dir. Criança/Adol.

Modalidade 3.3.50 (28) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 200.000,00  
Modalidade 3.3.90 (29) Ap. Dir. - Outras Desp. Custeio R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0609.00000

Atividade 30.01.08.243.0004.2165 - Man. Ativ. Fundo Criança/Adol.  
Modalidade 3.3.90 (30) Ap. Dir. - Outras Desp. Custeio R\$ 30.000,00

Modalidade 4.4.90 (31) Ap. Diretas - Investimento R\$ 20.000,00  
Fonte de Recursos 0609.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de fevereiro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 10.578/2015

DECRETO Nº 10.578, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU - SETERB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.060, de 15

de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no valor de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

33 - SERVIÇO AUT. MUN. TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU  
3301 - Gabinete do Diretor-Presidente  
Atividade 33.01.04.122.0002.2212 - Man. Ativ. Gab. Dir. Pres. Seterb  
Modalidade 4.4.90 (3) Aplicações Diretas R\$ 2.900,00  
Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto, correrá por conta da redução da dotação orçamentária abaixo discriminada:

33 - SERV. AUT. MUN. TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU  
3301 - Gabinete do Diretor-Presidente  
Atividade 33.01.04.122.0002.2212 - Man. Ativ. Gab. Dir. Pres. Seterb  
Modalidade 3.3.90 (2) Aplicações Diretas R\$ 2.900,00  
Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de fevereiro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 10.581/2015

DECRETO Nº 10.581, DE 04 DE MARÇO DE 2015.  
ACRESCENTA INCISO AO ART. 1º DO DECRETO Nº 9.611, DE 20 DE JANEIRO DE 2012, QUE RELACIONA AS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS QUE INTEGRAM A "ÁREA AZUL" NO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 59, combinado com a alínea "a" do inciso I do art. 75 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e pelo art. 3º, da Lei nº 7.707, de 06 de dezembro de 2011,

#### DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 9.611, de 20 de janeiro de 2012, que relaciona as vias e logradouros públicos que integram a "Área Azul" no Município, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"Art. 1º [...]"

[...]

LIX - Rua Alberto Stein, do seu entroncamento com a Rua João Pessoa até o nº 240.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 18.500/2015**

PORTARIA N.º 18.500, DE 2 DE MARÇO DE 2015.

CONSTITUI COMISSÃO ELEITORAL PARA A COORDENAÇÃO DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DAS ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS COM ASSENTO NO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE - CMJ E DESIGNA SEUS MEMBROS.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o disposto no art. 6º, da Lei Complementar n. 921, de 24 de março de 2014, resolve

Art. 1º Constituir a Comissão Eleitoral para a coordenação do Processo de Eleição das entidades atuantes nos segmentos previstos nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do inciso II, do art. 5º, da Lei Complementar n. 921, de 24 de março de 2014, para comporem, juntamente com os demais membros, o Conselho Municipal da Juventude - CMJ no biênio 2015-2017.

Art. 2º Designar para integrar a Comissão Eleitoral os seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

I - joão paulo taumaturgo da silva, servidor público municipal ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Assuntos da Juventude;

II - PAMELA MEDEIROS REIS, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Expediente;

III - SHIRLENE REICHERT, servidora pública municipal ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessora de Monitoramento de Mídias.

Art. 3º Delegar à Comissão Eleitoral as seguintes competências:

I - definição dos termos do edital de eleição das entidades atuantes nos segmentos previstos nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do inciso II, do art. 5º, da Lei Complementar n. 921, de 24 de março de 2014;

II - divulgação do processo eleitoral;

III - coordenação do processo eleitoral em todas as suas etapas;

IV - apreciação e homologação das inscrições de entidades;

V - fiscalização da votação e sua apuração;

VI - lavratura de ata de apuração da eleição;

VII - recepção e apreciação de recursos e impugnações;

VIII - julgamento e deliberação acerca das ocorrências havidas durante o processo da eleição;

IX - publicação do resultado do processo de eleição;

X - deliberação sobre os casos omissos.

Art. 4º Nenhuma remuneração será conferida aos membros da Comissão pelo desempenho das atribuições previstas nesta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 2 de março de 2015.  
NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.501/2015**

PORTARIA N.º 18.501, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA CONSELHEIRA TUTELAR R.M.L.R.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de conformidade com a Lei Complementar nº 419, de 24 de outubro de 2003, e alterações posteriores, e de acordo com o encaminhamento efetuado por meio do Ofício n.º 002/2015, de 20/02/2015, subscrito pela Presidente da Comissão de Ética para os Conselhos Tutelares, resolve:

**DETERMINAR**

a abertura de Processo Administrativo, a ser conduzido pela Comissão de Ética para os Conselhos Tutelares designada pelas Portarias n.º 17.483, de 14/01/2014, 17.642, de 19/03/2014, 17.886, de 09/06/2014 e 18.483, de 26/02/2015, a fim de apurar a responsabilidade da Conselheira Tutelar R.M.L.R., matrícula nº 920345, de acordo com os documentos acostados ao Ofício nº 011/2015, de 05/02/2015, subscrito pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, por ter, em tese, infringido os incisos III, IV, e VI da Lei Complementar n.º 419, de 24 de outubro de 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 02 de março de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.502/2015**

PORTARIA Nº 18.502, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

**EXONERAR**

LUIZ FERNANDO SUPIS, do cargo em comissão de Diretor de Serviços Urbanos, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, nomeado pela Portaria nº 17.678, de 28/03/2014, no dia 04 de março de 2015;

MICHAEL JACKSON SCHOENFELDER MAIOCHI, do cargo em comissão de Gerente de Prestação de Contas, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, nomeado pela Portaria nº 16.687, de 21/02/2013, no dia 04 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de março de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 18.503/2015**

PORTARIA Nº 18.503, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA MICHAEL JACKSON SCHOENFELDER MAIOCHI PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE SERVIÇOS URBANOS, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SESUR.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

**NOMEAR**

MICHAEL JACKSON SCHOENFELDER MAIOCHI, para o exercício do cargo em comissão de Diretor de Serviços Urbanos, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, no dia 05 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de março de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.504/2015**

PORTARIA Nº 18.504, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

DISPENSA ERMÍ NUNES DE BRITO DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorando nº 074/15/DAF, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, resolve:

**DISPENSAR**

o servidor público municipal ERMÍ NUNES DE BRITO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Serviço de Frota, FGC-40%, concedida pela Portaria nº 17.669, de 24/03/2014, a contar de 28 de fevereiro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de março de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.505/2015**

PORTARIA Nº 18.505, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

DESIGNA ALEX POLICARPO VILLAR PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do

Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme solicitação contida no Memorando nº 074/2015/DAF, de 27/02/2015, resolve:

**DESIGNAR**

o servidor público municipal ALEX POLICARPO VILLAR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Serviço de Frota, FGC-40%, a contar de 02 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de março de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.506/2015**

PORTARIA Nº 18.506, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA TAISE VIEIRA DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

**EXONERAR**

TAISE VIEIRA, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Atendimento ao Público, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Administração, nomeada pela Portaria nº 18.372, de 22 de janeiro de 2015, no dia 05 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de março de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.507/2015**

PORTARIA Nº 18.507, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

EXONERA ADAIR TELLES DA SILVA DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DA CENTRAL SEMAFÓRICA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SESUR.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

**EXONERAR**

ADAIR TELLES DA SILVA, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Central Semafórica, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, nomeado pela Portaria nº 16.504, de 02 de janeiro de 2013,

no dia 09 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.508/2015**

PORTARIA Nº 18.508, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA ANA MARIA SURDI PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL - CMPC.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o artigo 10 da Lei Complementar nº 833, de 13/12/2011, e de conformidade com o Ofício FCB/Presidência nº 171/2014, de 20/10/2014, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 833, de 13/12/2011, para compor o Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC, juntamente com os demais membros:

ANA MARIA SURDI, representante titular da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, em substituição a MARELIZE AMANDIO PRADE, nomeada pela Portaria nº 17.787, de 08/05/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.509/2015**

PORTARIA Nº 18.509, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

DEMITE O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL V.M.R.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 201, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 185, III, do mesmo diploma legal, resolve:

DEMITIR

V.M.R., matrícula nº 22919-7, do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, lotado na Secretaria Municipal de Administração, por infringência ao artigo 190, II combinado com o artigo 204, ambos da Lei Complementar nº 660/07, qual seja, abandono de cargo público, à vista do que consta do Relatório Final e do Julgamento prolatado nos autos do Processo Administrativo Disciplinar - PAD nº 016/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 568/2015 - FAEMA**

PORTARIA Nº 568

NOMEIA KAROLINE DA COSTA DE BRITTO LIMA PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA DO MUSEU DE ECOLOGIA FRITZ MÜLLER DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAEMA.

JEAN CARLOS NAUMANN, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, e com fundamento no artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o artigo 5º, inciso IV, "b", artigo 14, IV, "b1" e artigo 20, todos da Lei Complementar nº 507, de 17/05/2005, e alterações subsequentes, resolve:

NOMEAR:

KAROLINE DA COSTA DE BRITTO LIMA, para exercer o cargo em comissão de Coordenadora do Museu de Ecologia Fritz Muller da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, símbolo CC-4, a contar desta data.

Blumenau, 02 de março de 2015.

JEAN CARLOS NAUMANN  
Presidente da FAEMA

#### **PORTARIA Nº 569/2015 - FAEMA**

PORTARIA nº 569/2015.

Dispõe sobre processo administrativo no âmbito da FAEMA, a fim de estabelecer a prioridade na tramitação nos requerimentos relativos ao licenciamento ambiental.

JEAN CARLOS NAUMANN, presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente (FAEMA), de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, I, da Lei Complementar nº 507/2005, e tendo em vista o disposto nos artigos 4º, I, e 34, da Lei Complementar nº 747, de 23 de março de 2010, no Decreto nº 10.330, de 25 de abril de 2014, e nas Resoluções nº 1 e nº 2 de 2014 do Conselho Municipal do Meio ambiente (CMMA),

CONSIDERANDO o dever de promover incessantemente a realização dos princípios e objetivos fundamentais traçados pela Constituição Federal para a Administração Pública, especialmente no seu art. 37, caput;

CONSIDERANDO o preceito constitucional por intermédio do qual se deve conciliar o direito indisponível de proteção ambiental com o desenvolvimento econômico sustentável e os princípios da legalidade, precaução, vedação do retrocesso e da segurança jurídica para que as futuras gerações possam também acessar ao meio ambiente, quer seja para o exercício das atividades econômicas, quer seja para a qualidade de vida (art. 225 da CF/88).

CONSIDERANDO os poderes administrativos como instrumentos de trabalho dirigidos à fiel consecução dos interesses públicos e para a melhor satisfação das finalidades do órgão administrativo, notadamente o poder vinculado, em cuja acepção se inscreve o dever objetivo de agir, pelo qual o agente executa, nos contornos do poder-dever, a função administrativa previamente descrita, sob o pálio dos poderes regulamentar, disciplinar e hierárquico adequados à realização das tarefas administrativas;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos que agilizem o controle e o licenciamento ambiental para atividades e empreendimentos enquadrados como potencial ou efetivamente degradadores do meio ambiente e utilizadores de recursos ambientais no município de Blumenau;

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º da Lei Complementar Municipal nº 507, de 17 de março de 2005, que elenca os objetivos essenciais da FAEMA no afã de realizar concreta, direta e

imediatamente, os fins desejados pelo Município de Blumenau em relação a sua política de meio ambiente;  
CONSIDERANDO o disposto na Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 acerca das atribuições dos órgãos locais integrantes do SISNAMA em relação ao sistema de licenciamento ambiental, seu desenvolvimento sustentável e melhoria contínua;  
CONSIDERANDO a necessidade de ordenar a atuação da autoridade ambiental na instauração e processamento do requerimento de licença ambiental no âmbito da FAEMA;

CONSIDERANDO a imprescindibilidade da introdução e regulamentação de procedimentos e rotinas a serem observados e empregados no monitoramento dos referidos processos administrativos em prol da eficiência do serviço público e celeridade no interesse do bem-estar coletivo;

CONSIDERANDO os demais dispositivos legais pertinentes à matéria ambiental, tais como Lei Ordinária Federal nº 6.766/1979, Lei Ordinária Federal nº 6.938/1981, Lei Complementar Municipal nº 747/2010, Lei Ordinária Federal nº 12.651/2012 dentre outras,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Regular os procedimentos e rotinas dos processos administrativos de requerimento de autorização ou licença ambiental no âmbito da FAEMA.

Art. 2º - Subordinam-se ao disposto nesta portaria os servidores da FAEMA no exercício das funções pertinentes ao controle das atividades e empreendimentos utilizadores de recursos ambientais ou considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como, sob qualquer forma, capazes de causar degradação ambiental.

Art. 3º - O procedimento de análise e emissão de autorização ou licenciamento ambiental seguirá a ordem de protocolização do requerimento.

§ 1º - O requerimento relativo a obra de utilidade pública ou de interesse social, bem como os de comprovada urgência, não se subsumem à regra do presente artigo, a critério da presidência da FAEMA.

§ 2º - A preferência de qualquer requerimento que não seja os previstos no parágrafo anterior poderá ser suspensa mediante decisão fundamentada do superior hierárquico do agente ambiental responsável pela análise e/ou tramitação do processo.

Art. 4º - Aos processos nos quais forem solicitadas providências complementares ao interessado deverá ser dada prioridade de análise e tramitação em relação aos demais processos quando do seu retorno à FAEMA.

Art. 5º - Todos os requerimentos deverão observar o disposto no Decreto Municipal nº 10.330, de 23 de março de 2010.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se sobre os processos em trâmite. Inclusive.

Blumenau, 06 de março de 2015.

JEAN CARLOS NAUMANN

Presidente

#### PORTARIA Nº 119/2015 - PROEB

PORTARIA RH N.º 119

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO

DE MAURICIO SOARES PIRES

RICARDO STODIECK, Presidente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9.º, inciso III, da Lei Complementar n. 10 de 21 de dezembro de 1998, resolve:

#### TORNAR SEM EFEITO,

De acordo com o artigo 16, § 4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por ter apresentado declaração e ser realocado para última colocação de classificação, a nomeação de

MAURICIO SOARES PIRES, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014, na 1ª colocação, através da Portaria RH Nº 113, de 25 de fevereiro de 2015.

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU- PROEB, em 06 de março de 2015

Ricardo Stodiek

Presidente

#### PORTARIA Nº 120/2015 - PROEB

PORTARIA RH N.º 120

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO

DE SAMIRA DARÓS

RICARDO STODIECK, Presidente da Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 9.º, inciso III, da Lei Complementar n. 10 de 21 de dezembro de 1998, resolve:

#### TORNAR SEM EFEITO,

De acordo com o artigo 16, § 4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por ter apresentado desistência do cargo, a nomeação de SAMIRA DARÓS, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014, na 4ª colocação, através da Portaria RH Nº 116, de 25 de fevereiro de 2015.

FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU- PROEB, em 06 de março de 2015

Ricardo Stodiek

Presidente

#### PORTARIA Nº 5669/2015 - SAMAE

PORTARIA Nº 5669/15

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

CONCEDER

Promoção Horizontal com base nos Artigos 24º e 25º, inciso I, da Lei Complementar nº. 661 de 28 de novembro de 2007, a partir de 01 de fevereiro de 2015, de acordo com o Processo Administrativo Nº. 090/1502, aos servidores:

Cadas- tro	Servidor	Cargo	Novo Padrão de Vencimen- to	GO	A partir de
1310-2	Cristóvão Pereira Silva	Técnico em Saneamento	D	GT	01/02/2015
1706-0	Maicon Juliano Franzen Lopes	Técnico Mecâ- nico	C	GT	01/02/2015
1446-0	Ageu Laureth Junior	Operador de ETA/ETE	I	GF	01/02/2015
1130-4	Arno Kling	Auxiliar Labora- tório Análise de Água	I	GO	01/02/2015

1289-0	Enorivaldo Vicente	Guarda	I	GF	01/02/2015
1304-8	Ivan Machado	Operador de ETA/ETE	I	GF	01/02/2015
1316-1	Jocélio Fabricio	Operador de ETA/ETE	I	GF	01/02/2015
1376-5	Nivaldo Michelmann	Operador de ETA/ETE	I	GF	01/02/2015
1372-2	Sergio Pereira Rodrigues	Operador de ETA/ETE	I	GF	01/02/2015

Samae, 23 de fevereiro de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 5670/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5670/15

CONCEDE A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA TOTAL AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL RELACIONADO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

##### **CONCEDER**

Licença Prêmio em Pecúnia Total, conforme art. 146 e art. 151, parágrafos 2º e 3º, da Lei Complementar nº 660 de 28 de novembro de 2007, regulamentado pelo Decreto nº 8.613, de 1º de fevereiro de 2008, em seus artigos 5º e 6º, aos servidores:

Fernando da Cunha Gomes, cadastro nº 1346-3, servidor público autárquico municipal desde 07/02/1995, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operador de ETA/ETE, lotado na Diretoria Administrativa, referente ao decênio 2005/2015, conforme Processo Administrativo nº 56/1501;

Enio Roberto Lana, cadastro nº 663-7, servidor público autárquico municipal desde 25/02/1985, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Manutenção, lotado na Diretoria de Operações, referente ao decênio 2005/2015, conforme Processo Administrativo nº 70/1502;

Nivaldo Michelmann, cadastro nº 1376-5, servidor público autárquico municipal desde 16/09/1996, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de ETA/ETE, lotado na Diretoria de Operações, referente ao decênio 2005/2015, conforme Processo Administrativo nº 71/1502.

Samae, 23 de fevereiro de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 5671/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5671/15

CONCEDE PRÊMIO ESPECIAL - 25 ANOS, À SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL QUE RELACIONA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

##### **CONCEDER**

Prêmio Especial de 25 anos, conforme Artigo 130, "Caput", da Lei Complementar de nº 660, de 28 de novembro de 2007, à:

Renaldo da Cruz, cadastro 1131-2, servidor público autárquico municipal desde 01/06/1992, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Manutenção, lotado na Diretoria de Operações, conforme Processo nº 69/1502.

Samae, 25 de fevereiro de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 5672/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5672/15

CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA À SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

##### **CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA**

Com base na Lei Complementar nº 308 de 22 de dezembro de 2000 em seu artigo 4º, inciso III e Artigo 30-B, com redação determinada pela Lei Complementar nº 479 de 29 de setembro de 2004, à servidora:

Maike Kaestner Kieser, cadastro nº 605-0, servidora pública autárquica municipal desde 01/01/1984, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Diretoria Financeira, conforme Processo ISSBLU nº 01265/01/2015 e PA 92/1502.

Samae, 25 de fevereiro de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 5673/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5673/15

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA AUTARQUICA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 20-A, Anexo III da Lei Complementar nº 509 de 17 de março de 2005, resolve;



**DESIGNAR**

A servidora pública autárquica municipal relacionada, ocupante de cargo de provimento efetivo, para o exercício, a contar de 02 de março de 2015, de Função Gratificada de Confiança, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 509, de 17 de maio de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 880 de 01 de abril de 2013:

Camila Santiago Shiguemoto, cadastro 1948-8, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotada na Diretoria Administrativa, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Compras, símbolo 50%.

Samae, 02 de março de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5674/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5674/15

NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

**NOMEAR**

De acordo com o Artigo 9, inciso I da Lei Complementar Nº 660, de 28 de novembro de 2007, o candidato aprovado no Concurso Público Nº 001/2014, a contar desta data:

JULIANO RIBEIRO DA VEIGA, para ocupar cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 3, do Grupo Ocupacional Funcional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 95/1503.

Samae, 03 de março de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5675/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5675/15

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO O SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL AIRTON PEREIRA

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº. 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

**EXONERAR**

Com base no artigo 46, inciso I, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007:

Airton Pereira, cadastro 2001-0, do cargo de provimento em comissão de Coordenador Técnico, a partir de 03 de março de 2015.

Samae, 03 de março de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5676/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº. 5676/15

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 20-A, Anexo III da Lei Complementar nº 509 de 17 de março de 2005, resolve;

**DESIGNAR**

O servidor público autárquico municipal relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo, para o exercício, a contar de 04 de março de 2015, de Função Gratificada de Confiança, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 509, de 17 de maio de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 880 de 01 de abril de 2013:

Airton Pereira, cadastro 2001-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, lotado na Diretoria Administrativa, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor Comercial de Resíduos Sólidos, símbolo 50%.

Samae, 04 de março de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5677/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5677/15

CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA À SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

**CONCEDE ABONO DE PERMANÊNCIA**

Com base na Lei Complementar nº 308 de 22 de dezembro de 2000 em seu artigo 4º, inciso III e Artigo 30-B, com redação determinada pela Lei Complementar nº 479 de 29 de setembro de 2004, ao servidor:

Luiz Araldi, cadastro nº 376-0, servidor público autárquico municipal desde 12/06/1978, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Diretoria de Operações, conforme Processo ISSBLU nº 01333/02/2015 e PA 79/1502.

Samae, 04 de março de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5678/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5678/15

DISPENSA SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela



Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 20-A, Anexo III da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, RESOLVE:

**DISPENSAR**

O servidor público autárquico municipal relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal, a contar de 05 de março de 2015, da seguinte função gratificada de confiança:

Luiz Eduardo Pereira, cadastro 1731-0, Agente Administrativo, lotado na Diretoria de Operações, da função de Coordenador de Educação, símbolo 50%, designado pela Portaria nº 5348/13 de 12/04/2013.

Samae, 05 de março de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5679/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº. 5679/15

DESIGNA SERVIDOR PUBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL PARA O EXERCICIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 20-A, Anexo III da Lei Complementar nº 509 de 17 de março de 2005, resolve;

**DESIGNAR**

O servidor público autárquico municipal relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo, para o exercício, a contar de 06 de março de 2015, de Função Gratificada de Confiança, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 509, de 17 de maio de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 880 de 01 de abril de 2013:

Adair Maresana, cadastro 1949-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Logística, lotado na Diretoria de Operações, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Educação, símbolo 50%.

Samae, 05 de março de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS

Diretor Presidente

**EXTRATO Nº 012/2015 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 012/2015

Inexigibilidade de Licitação nº. 001/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigiu o procedimento de Credenciamento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, I, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a contratação de suporte técnico do software "Automatos Service Manager (ASM)", com migração de dados e treinamento, para uso pela Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) da FURB.

Blumenau, 23 de janeiro de 2015.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

**EXTRATO Nº 029/2015 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 029/2015

Dispensa de Licitação nº. 025/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, XXI da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, destinada à Aquisição de leitora de microplacas TECAN INFINITE 200 PRO, para o Projeto "infraestrutura aos programas de pós graduação em áreas das ciências tecnológicas e da saúde", resultante do Convênio nº. 0.1.14.0049.00 firmado entre a Fundação Universidade Regional de Blumenau e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Blumenau, 25 de janeiro de 2015.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 1/2015**

DO OBJETO: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, conforme especificações constantes do Edital N.º 01/2015.

DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 12 meses, a contar de sua assinatura.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 3.3.9.0.39.27.00.00.00 - Locação de veículos para locomoção.

Blumenau, 27 de fevereiro de 2015.

EMPRESA:	Fast Moto Center Comércio de Veículos e Peças Automotores Ltda ME
CNPJ:	00.562.732/0001-75
TELEFONE:	8808-8282/3035-5313
ENDEREÇO:	Rua Marechal Floriano Peixoto, 114 – fundos, centro, Blumenau, SC, CEP 89.010-500
E-MAIL:	paulocicatto@gmail.com
REPRESENTANTE LEGAL:	Paulo Henrique Cicatto

Item	Quant. estimada	Un.	Descrição	Marca e modelo	Valor unitário mensal	Valor total mensal
1	03	Un	CONTRATAÇÃO MENSAL DE VEÍCULO DE PASSAGEIROS, SEM MOTORISTA, ANO NÃO INFERIOR A 2014/MODELO NÃO INFERIOR A 2014 (COM NO MÁXIMO 20.000 KM RODADOS), COM AR CONDICIONADO, KIT ELÉTRICO (VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRAVAS ELÉTRICAS), VIDROS COM PELÍCULA (CONFORME RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 254/2007), CINTO DE SEGURANÇA RETRÁTIL DIANTEIRO E TRASEIRO, RÁDIO AM/FM, DIREÇÃO ELÉTRICA/HIDRÁULICA, MOVIDO A GASOLINA E ÁLCOOL (FLEX), COM POTÊNCIA DE 1.6 CC, MODELO SEDAN, COM CAPACIDADE PARA 5 (CINCO) PASSAGEIROS, 5 (CINCO) PORTAS, AIR BAGS FRONTAIS, FREIOS ABS.	Renault Logan Expression 2015/2015 1.6 8V branco	R\$1.338,89	R\$4.016,67
2	15	Un.	CONTRATAÇÃO MENSAL DE VEÍCULO DE PASSAGEIROS, SEM MOTORISTA, ANO NÃO INFERIOR A 2014/MODELO NÃO INFERIOR A 2014 (COM NO MÁXIMO 20.000 KM RODADOS), COM AR CONDICIONADO, KIT ELÉTRICO (VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRAVAS ELÉTRICAS), VIDROS COM PELÍCULA (CONFORME RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 254/2007), CINTO DE SEGURANÇA RETRÁTIL DIANTEIRO E TRASEIRO, RÁDIO AM/FM, DIREÇÃO ELÉTRICA/HIDRÁULICA, MOVIDO A GASOLINA E ÁLCOOL (FLEX), COM POTÊNCIA DE 1.0 CC, MODELO HATCH, COM CAPACIDADE PARA 5 (CINCO) PASSAGEIROS, 5 (CINCO) PORTAS, AIR BAGS FRONTAIS, FREIOS ABS.	Renault Sandero Expression 2015/2015 1.0 16V branco	R\$1.247,77	R\$18.716,55
3	01	Un.	CONTRATAÇÃO MENSAL DE VEÍCULO DE PASSAGEIROS, SEM MOTORISTA, ANO NÃO INFERIOR A 2014/MODELO NÃO INFERIOR A 2014 (COM NO MÁXIMO 20.000 KM RODADOS), COM AR CONDICIONADO, KIT ELÉTRICO (VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRAVAS ELÉTRICAS), VIDROS COM PELÍCULA (CONFORME RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 254/2007), CINTO DE SEGURANÇA RETRÁTIL DIANTEIRO E TRASEIRO, RÁDIO AM/FM, DIREÇÃO ELÉTRICA/HIDRÁULICA, MOVIDO A GASOLINA E ÁLCOOL (FLEX), COM POTÊNCIA DE 1.8 CC, MODELO UTILITÁRIO, COM CAPACIDADE PARA 6 (SEIS) PASSAGEIROS, 2 (DUAS) PORTAS LATERAIS TRASEIRAS, AIR BAGS FRONTAIS, FREIOS ABS.	Fiat Doblò 1.8 16V 2015 FLEX 4P prata	R\$1.616,67	R\$1.616,67

Valor estimado mensal: R\$24.349,89

**ERRATA DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 1/2015**

DO OBJETO: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, conforme especificações constantes do Edital N.º 01/2015.

DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 12 meses, a contar de sua assinatura.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 3.3.9.0.39.27.00.00.00 - Locação de veículos para locomoção.

Blumenau, 27 de fevereiro de 2015.

EMPRESA:	Fast Moto Center Comércio de Veículos e Peças Automotores Ltda ME
CNPJ:	00.562.732/0001-75
TELEFONE:	8808-8282/3035-5313
ENDEREÇO:	Rua Marechal Floriano Peixoto, 114 – fundos, centro, Blumenau, SC, CEP 89.010-500
E-MAIL:	paulocicatto@gmail.com

REPRESENTANTE LEGAL:	Paulo Henrique Cicatto
----------------------	------------------------

Item	Quant. estimada	Un.	Descrição	Marca e modelo	Valor unitário mensal	Valor total mensal
1	03	Un	CONTRATAÇÃO MENSAL DE VEÍCULO DE PASSAGEIROS, SEM MOTORISTA, ANO NÃO INFERIOR A 2014/MODELO NÃO INFERIOR A 2014 (COM NO MÁXIMO 20.000 KM RODADOS), COM AR CONDICIONADO, KIT ELÉTRICO (VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRAVAS ELÉTRICAS), VIDROS COM PELÍCULA (CONFORME RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 254/2007), CINTO DE SEGURANÇA RETRÁTIL DIANTEIRO E TRASEIRO, RÁDIO AM/FM, DIREÇÃO ELÉTRICA/HIDRÁULICA, MOVIDO A GASOLINA E ÁLCOOL (FLEX), COM POTÊNCIA DE 1.6 CC, MODELO SEDAN, COM CAPACIDADE PARA 5 (CINCO) PASSAGEIROS, 5 (CINCO)PORTAS, AIR BAGS FRONTAIS, FREIOS ABS.	Renault Logan Expression 2015/2015 1.6 8V branco	R\$1.338,89	R\$4.016,67
2	15	Un.	CONTRATAÇÃO MENSAL DE VEÍCULO DE PASSAGEIROS, SEM MOTORISTA, ANO NÃO INFERIOR A 2014/MODELO NÃO INFERIOR A 2014 (COM NO MÁXIMO 20.000 KM RODADOS), COM AR CONDICIONADO, KIT ELÉTRICO (VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRAVAS ELÉTRICAS), VIDROS COM PELÍCULA (CONFORME RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 254/2007), CINTO DE SEGURANÇA RETRÁTIL DIANTEIRO E TRASEIRO, RÁDIO AM/FM, DIREÇÃO ELÉTRICA/HIDRÁULICA, MOVIDO A GASOLINA E ÁLCOOL (FLEX), COM POTÊNCIA DE 1.0 CC, MODELO HATCH, COM CAPACIDADE PARA 5 (CINCO) PASSAGEIROS, 5 (CINCO)PORTAS, AIR BAGS FRONTAIS, FREIOS ABS.	Renault Sandero Expression 2015/2015 1.0 16V branco	R\$1.247,77	R\$18.716,55
3	01	Un.	CONTRATAÇÃO MENSAL DE VEÍCULO DE PASSAGEIROS, SEM MOTORISTA, ANO NÃO INFERIOR A 2014/MODELO NÃO INFERIOR A 2014 (COM NO MÁXIMO 20.000 KM RODADOS), COM AR CONDICIONADO, KIT ELÉTRICO (VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRAVAS ELÉTRICAS), VIDROS COM PELÍCULA (CONFORME RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 254/2007), CINTO DE SEGURANÇA RETRÁTIL DIANTEIRO E TRASEIRO, RÁDIO AM/FM, DIREÇÃO ELÉTRICA/HIDRÁULICA, MOVIDO A GASOLINA E ÁLCOOL (FLEX), COM POTÊNCIA DE 1.8 CC, MODELO UTILITÁRIO, COM CAPACIDADE PARA 6 (SEIS) PASSAGEIROS, 2 (DUAS)PORTAS LATERAIS TRASEIRAS, AIR BAGS FRONTAIS, FREIOS ABS.	Fiat Doblò 1.8 16V 2015 FLEX 4P prata	R\$1.616,67	R\$1.616,67

Valor estimado mensal: R\$24.349,89

### EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 13/2012

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 13/2012

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e 14 BRASIL TELECOM CELULAR S/A

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL.

VALOR: R\$ 151.573,80 (cento e cinquenta e um mil, quinhentos e setenta e três reais e oitenta centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: PREGÃO Nº 13/2012, de 27/11/2012 e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

DATA: 05/12/2014

VENCIMENTO: 07/12/2015

## Bom Jesus do Oeste

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 4676/2015

DECRETO Nº 4676/15 DE 02 DE MARÇO DE 2015.  
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipal nº 942/14 de 15.10.2014 (LDO) e 943/14 de 15.10.2014 (LOA).

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Suplementar nos projetos abaixo, elementos respectivos, cria desdobramento de fonte de recursos dentro da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos no valor de R\$ 9.500,00 (Nove mil e quinhentos reais).

Órgão: 05 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte.  
Unidade Orçamentária: 05.04 - Departamento de Cultura.  
Proj/Ativ.: 1339200172.023 - Apoio a Difusão Cultural em Geral.  
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas. (1414)  
Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).  
Fonte: 03.00 - Superavit do Exercício Anterior

Órgão: 06 - Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social.  
Unidade Orçamentária: 06.01 - Fundo Municipal de Assistência Social.  
Proj/Ativ.: 0824400242.050 - Apoio a Manutenção de Apaes.  
Elemento: 3350 - Aplicações Diretas. (1413)  
Valor R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais).  
Fonte: 03.00 - Superavit do Exercício Anterior

Órgão: 08- Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos.  
Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos.  
Proj/Ativ.: 1545100331.031 - Implantação e Pavimentação de Passeios Públicos.  
Elemento: 4490 - Aplicações Diretas. (1416)  
Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).  
Fonte: 03.00 - Superavit do Exercício Anterior

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos extraídos do superávit financeiro do exercício de 2014, demonstrado no Balanço Patrimonial, conforme anexo 14 em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 02 de março de 2015.  
AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

## Bom Retiro

### PREFEITURA

#### 228.03.15 - P. CONCURSO PÚBLICO

PORTARIA Nº 228/15 de 03.03.15.  
NOMEIA NOVA COMISSÃO ESPECIAL PARA SUPERVISIONAR E ACOMPANHAR A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO E PROCESSOS SELETIVOS SIMPLIFICADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO-SC

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, Marcia Mariza Hemkmaier Fernandes no uso de suas atribuições legais,

Considerando a necessidade de provimento dos cargos públicos vagos, ora preenchidos com servidores contratados;  
Considerando a necessidade de conferir a maior transparência possível ao Concurso Público e Processos Seletivos de candidatos para o preenchimento de ditas vagas, coisa que aconselha a Constituição Federal;  
Considerando o pedido de dispensa, por impedimento, apresentado pelo servidor Saulo Steimbach, Assistente Administrativo, dispensando-o da Comissão Coordenadora do Concurso Público e Processo Seletivo Simplificado, para o provimento de vagas de diversos cargos/funções e cadastro de reserva, a serem admitidos em caráter efetivo e temporário referente aos editais em andamento, atribuindo a este o parentesco com a candidata Pâmela Deucher Steimbach;  
Considerando ainda o pedido de dispensa de Maria de Lourdes dos Santos que por motivos de força maior não estará presente na data do Concurso Público e dos Processos Seletivos Simplificados, resolve baixar a seguinte Portaria:

Art. 1º Fica constituída Nova Comissão encarregada de promover, supervisionar e acompanhar o Concurso Público e Processos Seletivos destinado à seleção de candidatos para o provimento dos cargos públicos existentes no quadro permanente efetivo e Temporário desta Prefeitura Municipal, ficando designados para sua composição as seguintes pessoas:  
I - Antônio Carlos Farias - Presidente;  
II - Verlani Possenti - Secretária;  
III - Jeferson Ulisses Nunes - Membro;  
IV - Patrícia Iracema Floriani.

Art. 2º Fica a Comissão, desde logo, autorizada a manter contatos com a empresa especializada na realização de Concurso Público e Processos Seletivos para estabelecer as condições com vistas à realização do mesmo, bem como, autorizada a baixar editais e adotarem todas as providências necessárias à realização do Concurso Público e Processos Seletivos.

Art. 3º Ficam designadas as seguintes competências da Comissão do Concurso Público e Processos Seletivos:  
I. Fiscalizar a aplicação das provas;  
II. Fiscalizar a correção das provas;  
III. Acompanhar o julgamento dos recursos interpostos pelos candidatos, com o parecer dos profissionais da empresa contratada;  
IV. Velar pela preservação do sigilo das provas;  
V. Analisar e referendar todos os editais do Concurso Público: principalmente em relação à homologação das inscrições e da lista de aprovados na Classificação final do Concurso Público.  
VI. O Presidente da Comissão do Concurso Público, será responsável em coordenar a comissão, o secretário será responsável pela lavratura das atas das reuniões da Comissão, e os membros em participar e fiscalizar o acompanhamento de todas as etapas do

## Concurso Público.

Art. 4º Ficam designadas as seguintes motivos de afastamento da Comissão do Concurso Público e Processos Seletivos:

I. A existência de candidatos funcionalmente vinculados a comissão do Concurso Público ou de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, cuja inscrição haja sido deferida.

II. Não poderão participar do Concurso Público, os membros da comissão deste certame e os profissionais responsáveis pela elaboração das provas objetivas, assim como seus parentes consanguíneos ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

III. Os motivos de suspeição e de impedimento deverão ser comunicados ao Presidente da Comissão do Concurso Público e dos Processos Seletivos, por escrito, até 03 (três) dias úteis após a publicação da relação dos candidatos inscritos no Diário Oficial.

IV. Os membros da Comissão do Concurso Público e dos Processos Seletivos, no seu afastamento, serão substituídos pelos suplentes, designados por resolução específica.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 091/2015 de 13 de janeiro de 2015 e será extinta após a homologação do Concurso Público e dos Processos Seletivos.

“REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE”

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 03 de março de 2015.

MARCIA MARIZA H. FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**229.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE PAMELA D. JUSTINA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 229/15 de 03.03.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

## RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (Quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 02 de março com término no dia 16 de março de 2015, a funcionária Pamela Della Justina, Ocupante do cargo de Zeladora - Nível 1, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
03 de março de 2015.

MARCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**230.03.15 - PORTARIA TAXISITAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 230/15 de 03.03.2015

DISPÕE SOBRE A OUTORGA DE PERMISSÃO OPERACIONAL DO SERVIÇO DE TRANSPORTE INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS - TAXI PARA O SR. OSNI HEINZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a publicação do Decreto nº. 08/15 de 05.02.15, que regulamentou a Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO o que dispõe o Art. 6º da Lei Municipal nº 2249/2014;

CONSIDERANDO que o permissionário cumpre com todos os ditames legais.

## RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER para o Sr. OSNI HEINZ, inscrito no C.P.F. n.º 136.040.319.15, a outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros - TAXI na cidade de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente outorga de Permissão Operacional para Prestação do Serviço Público de Transporte Individual de Passageiros - TAXI terá validade de 01 (um) ano a contar da data da expedição do Alvará, devendo ser renovada anualmente seguindo os trâmites previstos na Lei Municipal nº 2249/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 03 de março de 2015.

MARCIA M. H. FERNANDES Prefeita Municipal em Exercício	DARIO CESAR DE LINS Sec. Mun. Adm. e Fazenda
---	---

**231.03.15 - P. DES. MÉDICO SAULO E. BESEN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 231/15 de 04.03.15

Prorroga Contrato de Médico Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso VIII da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

## Resolve:

Prorrogar o Contrato em caráter emergencial de Saulo Etelvino Besen, para exercer o cargo de Médico - Nível - 11, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro - SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Equipe Saúde da Família - ESF - Comunidades do Interior, até o dia 31 de março de 2015 até a homologação do Processo Seletivo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de março de 2015.

MARCIA M. H. FERNANDES

Prefeita Municipal em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. Adm. e Fazenda



**232.03.15 - P. GRATIF. SAULO E. BESEN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 232/15 de 04.03.15

Prorroga Gratificação para Atendimento de Urgência e Emergência

A Prefeita Municipal em Exercício do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com a Lei Complementar nº 39/2013 de 22.01.13 que alterou o artigo 56 inciso IX da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Prorrogar a Gratificação mensal para atendimento de urgência e emergência, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento do cargo ao funcionário Saulo Etelvino Besen, ocupante do cargo de Médico - Padrão 1 - Nível 11 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Lei Complementar nº 39/2013 de 22 de janeiro de 2013, até o dia 31 de março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de março de 2015.

MARCIA M. H. FERNANDES

Prefeita Municipal em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. Adm. e Fazenda

**233.03.15 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE CLARICE A. SCHLEMPER**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 233/15 de 04.03.15

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita Municipal em Exercício do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 30 de março de 2015, a funcionária Clarice Amilda Schlemper, Ocupante do cargo de Agente de Saúde - Nível 3, do Quadro de Pessoal Contratado em caráter temporário do Município, com exercício no Fundo Municipal de Saúde - Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS - Centro.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de março de 2015.

MARCIA M. H. FERNANDES

Prefeita Municipal em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. Adm. e Fazenda

**234.03.15 - P.LIC. MOT. P. FAM. IZABEL MICHELS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 234/15 de 04.03.15

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, nos dias 02, 03 e 04 de março de 2015, a funcionária Izabel Michels, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola do Campo Cambará.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de março de 2015.

MARCIA M. H. FERNANDES

Prefeita Municipal em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. Adm. e Fazenda

**235.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE EUCLEBIA S. P. LOPES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 235/15 de 04.03.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 03, 04 e 05 de março de 2015, a funcionária Euclebia dos Santos Pereira Lopes, Ocupante do cargo de Motorista Socorrista - Padrão I - Nível 4, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício no Fundo Municipal de Saúde - Samu.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de março de 2015.

MARCIA M. H. FERNANDES

Prefeita Municipal em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. Adm. e Fazenda

**236.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIZETE L. S. MAFIOLETTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 236/15 de 04.03.15  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 04 de março de 2015, a funcionária Elizete Luzia da Silva Mafioletti, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola do Campo Paraíso da Serra.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de março de 2015.  
MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita Municipal em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

**237.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANGELITA AP. BORGES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 237/15 de 04.03.15  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 04 de março de 2015, a funcionária Angelita Aparecida Borges, Ocupante do cargo de Professora - Padrão I - Nível 22, 30 horas, do quadro de Pessoal Efetivo do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Municipal Patrícia Deucher.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de março de 2015.  
MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita Municipal em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

**238.03.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE HELIA M. ALVES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 238/15 de 05.03.15  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita Municipal em Exercício de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 05 e 06 de março de 2015, a funcionária Helia Marian Alves, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - Núcleo de Aprendizagem e Produção Maria Tristão da Silva "Maria Mariano".

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
05 de março de 2015.  
MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita Municipal em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. Adm. e Fazenda

**ERRATA PP 08/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC  
ERRATA MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015

O Município de Bom Retiro vem a público retificar Minuta do Edital Pregão Presencial 08/2015 de 06 de março de 2015, para Aquisição Aquisição de Material Escolar e Material de Expediente para atender as Secretarias Municipais de Educação, Administração, Agricultura e Transportes no exercício de 2015. Alterar na Minuta: Onde se lê: MARCIA MARIZA H. FERNANDES - Prefeita Municipal em Exercício

Leia-se: Albino Gonçalves Padilha - Prefeito Municipal

Bom Retiro, 07 de março de 2015.  
Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito

**MINUTA CHAMADA PÚBLICA 01/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC  
MINUTA EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2015

O Município de Bom Retiro torna público Edital de Chamada Pública 01/2015 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar de cooperativas e associações, para atender os alunos matriculados nas escolas que ofertam a educação infantil, ensino fundamental, médio, da rede pública municipal de ensino de Bom Retiro/SC. A abertura dos envelopes será dia 20/03/15 às 09h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049)32770183, das 09:00/12:00/13:30/17:00. Edital completo disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 09 de março de 2015.  
Albino Gonçalves Padilha  
Prefeito

## Botuvera

### PREFEITURA

**1784/2015**

=====

D E C R E T O Nº 1.784/2015

=====

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso IV, da Lei nº 1.290/2014, de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 22.676,82 (Vinte e dois mil seiscentos e setenta e seis reais e oitenta e dois centavos ), conforme abaixo especificado:

Unidade Gestora:	1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ				
Órgão Orçamentário:	6000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				
Unidade Orçamentária:	6001 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				
Função:	26 - Transporte				
Subfunção:	782 - Transporte Rodoviário				
Programa:	125 - MELHORIAS E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL				
Ação:	2.35 - MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS MUNICIPAIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS				
Despesa 662 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas					
Fonte de recurso:	3300 - Superavit- Recursos Ordinários - 0.3.00				
	Histórico	Tipo de Fonte	Suplementações(R\$)		
	Suplementação Orçamentária	Superavit Financeiro	22.676,82		
Total da Despesa:			22.676,82		

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 06 de março de 2015.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA

**CONCURSO 001/2014 E 002/2014**

MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS e EMPREGO  
REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1  
A PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO TORNA PÚBLICO que encontram-se disponíveis no Mural da Prefeitura Municipal e site [www.concursosss1.com.br](http://www.concursosss1.com.br), EDITAIS QUE DIVULGAM RESULTADO DOS RECURSOS, DA PROVA OBJETIVA, DA PROVA DE TÍTULOS E CLASSIFICAÇÃO FINAL PRELIMINAR.

Braço do Trombudo, 09 de março de 2015.

ROMILDO TESKE

Prefeito Municipal em Exercício.

**DECRETO 029/2015**

DECRETO Nº029/2015

Cria Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social de Braço do Trombudo.

Romildo Teske, Prefeito em exercício do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0821/2014 de 17.12.2014, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional especial no valor de R\$ 6.500,00 (Seis mil e quinhentos reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.100 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social  
(36) - 4.4.90.00.00.00.00.3.3105 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 6.500,00

TOTAL ..... R\$ 6.500,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2014 do recurso 3.3105 - Outras Transf. de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 05 de março de 2015.

Romildo Teske

Prefeito Municipal em exercício

**PORTARIA Nº 034/2015**

PORTARIA 034/2015

Designa Servidores para Autenticar Documentos.

Romildo Teske, Prefeito em exercício do município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, etc...

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam designadas as servidoras Denise Schüssler Werter, portadora do CPF nº 022.538.329-28, Juliana do Nascimento portadora do CPF nº 041.750.579-51 e Alair Franz Hein, portadora do CPF nº 020.357.019-70 para autenticar documentos públicos municipais, declarando-os como cópia fiel de documentos apresentados, a partir de 02.03.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 02.03.2015.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria nº 214/2013 de 22.10.2013.

Braço do Trombudo, em 05 de março de 2015

Romildo Teske

Prefeito Municipal em exercício

**Brunópolis****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 17/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS  
Processo Licitatório nº 17/2015 - Edital de Pregão Presencial nº 17/2015

Objeto: Contratação de serviços médicos. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09h00min do dia 20/03/2015, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armino Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet [www.brunopolis.sc.gov.br](http://www.brunopolis.sc.gov.br). Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal.

**LEI MUN. Nº 832**

LEI Nº. 832 DE 05 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S/A - EPAGRI.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei,

FAZ saber a todos os habitantes do município de Brunópolis que os Vereadores votaram e aprovaram e ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal de Brunópolis, autorizado a firmar Termo de Contrato de Prestação de Serviços com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A - EPAGRI.

Art. 2º. O presente Contrato tem por objetivo a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural pela EPAGRI ao Município de Brunópolis, conforme Plano de Trabalho daquele Órgão e de acordo com as Cláusulas do Contrato a ser firmado entre as partes.

Art. 3º. O Contrato ora autorizado terá vigência no período de fevereiro 2014 até 31/12/2015.

Art. 4º. Para execução deste Contrato de Cooperação entre as partes, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o repasse de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), em (10) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

Art. 5º. Fica convalidado o Termo de Contrato de Prestação de Serviços entre esta Prefeitura e a EPAGRI.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta do orçamento vigente.

Art. 7º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis, 05 de fevereiro de 2015.  
ADEMIL ANTONIO DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publica a Presente Lei no DOM

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

JUSTIFICATIVA  
Projeto de Lei nº 850/2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores;

Encaminhamos para apreciação e votação de Vossas Excelências, o presente Projeto de Lei, o qual visa obter autorização legislativa, para que esta Prefeitura celebre contrato de prestação de serviços, com a EPAGRI.

Vossas Excelências são sabedores de que funciona em nosso Município, um Escritório local da EPAGRI, contando atualmente com dois (2) Técnicos que vêm atendendo os produtores rurais de Brunópolis, sendo um Técnico Agrícola e uma Estensionista Rural.

Com o escritório local, o município passou a ter um melhor atendimento nesta área, o que justifica os valores propostos do Contrato.

Assim, a exemplo dos anos de 2013 e 2014, esperamos contar com o apoio de Vossas Excelências quanto a aprovação do presente projeto de Lei.

Aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Brunópolis, 25 de fevereiro de 2015.  
ADEMIL ANTONIO DA ROSA  
Prefeito Municipal



**RELAÇÃO DE CONTRATOS MÊS 01 - 2015****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

## Relação dos Contratos

Página: 1/1

Seq. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
270	001/2015	09/01/2015	31/12/2015	44/2014	Não	18.044,10		Compras	Mercado Palmares Ltda
	Objeto: Aquisição de gás de cozinha.	22/01/2015	31/12/2015	1/2015	Não	94.510,00		Compras	PRE-VALE PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA
271	002/2015	22/01/2015	31/12/2015	1/2015	Não	94.510,00		Compras	PRE-VALE PRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA
272	003/2015	23/01/2015	31/12/2015	2/2015	Não	815.377,50		Compras	AUTO POSTO BRUDIESEL LTDA
	Objeto: Aquisição de tubos de concreto	27/01/2015	31/07/2015	3/2015	Não	18.779,60		Compras	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIM
273	004/2015	27/01/2015	31/07/2015	3/2015	Não	18.779,60		Compras	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIM
	Objeto: Aquisição de combustíveis, óleos e lubrificantes	27/01/2015	31/07/2015	3/2015	Não	16.246,44		Compras	P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME
274	005/2015	27/01/2015	31/07/2015	3/2015	Não	16.246,44		Compras	P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME
	Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios	27/01/2015	31/07/2015	3/2015	Não	145.844,60		Compras	Mercado Palmares Ltda
275	006/2015	27/01/2015	31/07/2015	3/2015	Não	145.844,60		Compras	Mercado Palmares Ltda
	Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios	27/01/2015	31/07/2015	3/2015	Não	11.543,83		Compras	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
276	007/2015	27/01/2015	31/07/2015	3/2015	Não	11.543,83		Compras	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
	Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios	29/01/2015	31/12/2015	4/2015	Não	88.800,00		Compras	Farmácia Sul Brasil Ltda
277	008/2015	29/01/2015	31/12/2015	4/2015	Não	88.800,00		Compras	Farmácia Sul Brasil Ltda
	Objeto: Aquisição de medicamentos éticos e genéricos de acordo com tabela ABC FARMA	29/01/2015	31/12/2015		Não	15.480,00		Prestador de Serviços	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIM
278	009/2015	29/01/2015	31/12/2015		Não	15.480,00		Prestador de Serviços	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIM
	Objeto: O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas - PROLICITA, previamente aprovado em Assembleia Geral do Consórcio, para o exercício de 2015, na ação: Desenvolvimento Gestão de Contratações Compar	29/01/2015	31/12/2015		Não	36.000,00		Prestador de Serviços	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIM
279	010/2015	29/01/2015	31/12/2015		Não	36.000,00		Prestador de Serviços	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE-CIM
	Objeto: O contrato de delegação de execução orçamentária tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE na modalidade de aplicação 72 (Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos) para pagamento das despesas de Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas - PROLICITA, especificamente para despesas com a Manutenção da Iluminação Pública - MIP.								
<b>Total: 10</b>									

**RELAÇÃO DE CONTRATOS MÊS 02 - 2015****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS**

## Relação dos Contratos

Página: 1/1

Sequ. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
280	011/2015	02/02/2015	31/12/2015	5/2015	Não	33.224,50		Compras	Dinâmica Com.Sup.Inf. Ltda - ME
281	Objeto: Aquisição de produtos de higiene e limpeza	02/02/2015	31/12/2015	5/2015	Não	363,00		Compras	Mercado Palmares Ltda
282	Objeto: Aquisição de produtos de higiene e limpeza	013/2015	02/02/2015	31/12/2015	5/2015	3.660,00		Compras	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIM
283	Objeto: Aquisição de produtos de higiene e limpeza	014/2015	02/02/2015	31/12/2015	5/2015	15.207,43		Compras	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA -
284	Objeto: Aquisição de produtos de higiene e limpeza	015/2015	02/02/2015	31/12/2015	5/2015	4.721,38		Compras	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
285	Objeto: Aquisição de produtos de higiene e limpeza	016/2015	02/02/2015	31/12/2015	5/2015	18.379,90		Compras	P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME
286	Objeto: Aquisição de produtos de higiene e limpeza	017/2015	02/02/2015	31/12/2015	5/2015	10.998,30		Compras	AMANDA COMERCIO DE PAPEIS E EMBALAGENS I
287	Objeto: Aquisição de produtos de higiene e limpeza	018/2015	03/02/2015	03/03/2015	6/2015	6.600,00		Prestador de Serviços	NABOR ALVES DE RAMOS 22241957968
288	Objeto: Recuperação de Veículo	019/2015	04/02/2015	31/07/2015	7/2015	7.090,60		Compras	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIM
289	Objeto: Aquisição de produtos para cestas básicas	020/2015	04/02/2015	31/07/2015	7/2015	1.557,60		Compras	Mercado Palmares Ltda
290	Objeto: Aquisição de produtos para cestas básicas	021/2015	04/02/2015	31/07/2015	7/2015	5.203,00		Compras	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
291	Objeto: Aquisição de produtos para cestas básicas	022/2015	04/02/2015	31/07/2015	7/2015	6.828,80		Compras	P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME
292	Objeto: Aquisição de produtos para cestas básicas	023/2015	05/02/2015	05/03/2015	8/2015	4.820,00		Prestador de Serviços	SASSO E ORTIZ LTDA
293	Objeto: Recuperação de veículo Kombi Escolar	024/2015	11/02/2015	20/08/2015	9/2015	11.800,00		Prestador de Serviços	NABOR ALVES DE RAMOS 22241957968
294	Objeto: Recuperação de veículo Ônibus Escolar	025/2015	27/02/2015	31/12/2015	11/2015	16.300,00		Compras	SUPERAR LTDA - EPP
Total: 15									

# Brusque

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 396/2015, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA Nº 396/2015, de 18 de fevereiro de 2015.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 501/2013 - referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 08/2013 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

#### RESOLVE

Considerando, que o Sr. Prefeito Municipal converteu o julgamento do mesmo em diligência para a junta médica.

Considerando os prazos para ampla defesa e contraditório da indiciada;

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 ( sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor da servidora OSVALDINA JERÔNIMO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente Gerais, para apurar os fatos constantes do mem. 001/2013, da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de servidor em estágio Probatório e mem. nº 244/2013 do Diretor de RH datado de 14 de maio de 2013 em desacordo com as disposições do Decreto 6.287/10, em seu art. 13, letra "b".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 15 de fevereiro de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de fevereiro de 2015.

DIEGO FAGUNDES

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2015

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO nº 016/2015  
CONCORRÊNCIA nº 002/2015

OBJETO: Permissão de uso de espaço público para comercialização de alimentação - tipo Buffet - durante a 7ª Felicitá.

RESULTADO DA LICITAÇÃO: Aberta a sessão pública, no horário definido no edital e observado a publicação legal, não houve interessados na participação do certame licitatório. Isto posto e, considerando que não compareceu nenhum interessado à sessão pública, a Comissão de Licitação declarou deserta a presente licitação.

06/03/2015.

RAFAEL LUIZ PINTO

Presidente da Comissão de Licitação

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 226/2014

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO nº 226/2014  
CONCORRÊNCIA nº 020/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO ITAJAÍ MIRIM, FAZENDO A LIGAÇÃO ENTRE A RUA MAXIMILIANO FURBRINGER E O BAIRRO RIO BRANCO, MUNICÍPIO DE BRUSQUE.

RESULTADO DA PROPOSTA COMERCIAL: Após análise das propostas apresentadas pelas Empresas licitantes, conforme exigência editalícia, apresentou menor preço global, a empresa PACO-PEDRA PAV. E COM. DE PEDRAS LTDA, com valor global de R\$ 3.387.143,97 (três milhões e trezentos e oitenta e sete mil e cento e quarenta e três reais e noventa e sete centavos) que tendo atendido a todas as exigências do edital, foi declarada vencedora do certame licitatório, nos termos da Ata de Licitação e proposta comercial.

Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos.

06/03/2015

RAFAEL LUIZ PINTO

Presidente da Comissão de Licitação

### PORTARIA N. 033/2015 SAMAE

PORTARIA Nº. 033/2015

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 144, Seção VI, da LEI COMPLEMENTAR nº 147, 25 DE SETEMBRO DE 2009,

#### RESOLVE

1) Conceder Licença Prêmio, pelo período de 01(um) mês ao servidor DJANGO DEUCHER, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, referente ao exercício de 09/09/2009 a 08/09/2014;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do dia 02/03/2015, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 24 de fevereiro de 2015.

ROGERIO RISTOW

Diretor Presidente

SAMAE

# Caçador

**PREFEITURA**

**3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
08-2012 – FMS**

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08-2012 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2012 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2012, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATAÇÃO DE MONITOR DE OFICINAS DE TEATRO CONTRATADA: VENTO NEGRO COMPANHIA DE TEATRO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.765.272/0001-04, com sede na cidade de Caçador, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 08/2012 datado de 08 de Fevereiro de 2013, O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, iniciando nesta data e findando dia 09 de Fevereiro de 2016, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 12.450,00 (doze mil, quatrocentos e cinquenta reais), As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade

**3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
09-2012 – FMS**

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09-2012 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/12 - TOMADA DE PREÇO Nº 01/12, PRORROGAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE ATÉ 25%, CONTRATAÇÃO DE SEGUROS TOTAL E CONTRA SEGUROS, CONTRATADA: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 61.198.164/0001-60, na cidade de São Paulo/SP, Este aditivo contratual fica inteiramente vinculado ao contrato nº 09/2012 datado de 10 de fevereiro de O prazo de vigência da presente prorrogação é de 12 (doze) meses, iniciando na data de seu vencimento, ou seja, dia 14 de fevereiro de 2015 e findando dia 14 de fevereiro de 2016, O preço certo e ajustado para os acréscimos é de R\$ 9.889,20 (nove mil, oitocentos e oitenta e nove reais e vinte centavos, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

**7º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
65-2013 – FMS**

7º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 65-2013 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2013 - TOMADA DE PREÇO Nº 01/2013, ACRÉSCIMO ATÉ 25% E PRORROGAÇÃO DE PRAZO, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA ADEQUAÇÃO DE ALA FÍSICA DO HOSPITAL JONAS RAMOS PARA INSTALAÇÃO DA FARMÁCIA MUNICIPAL, CONTRATADA: LAJETEC LAJES ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 72.214.836/0001-08, com sede nesta cidade de Caçador, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 65/2013 datado de 08 de julho de 2013 e demais aditivos contratuais de prorrogação de prazo, O prazo de vigência do presente Aditivo para a execução dos serviços, que passa a vigorar é de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar do dia 30 de Janeiro de 2015 e findando no dia 15 de Março de 2015, O preço certo e ajustado para a totalidade dos acréscimos é de R\$ 6.627,88 (seis mil, seiscentos e vinte e sete reais e oitenta e oito centavos), As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam valendo em sua integralidade.

**CONTRATO ADMINISTRATIVO 01-2014-FMS**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2015 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 01/2015, CONTRATAÇÃO DE CLÍNICAS DE FISIOTERAPIA, CONTRATADA: CLÍNICA AMER & AMER SS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.055.871/0001-26, com sede na cidade de Caçador/SC, O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais O presente Contrato será válido para o período de 12 (doze) meses iniciando nesta data e findando dia 23 de fevereiro de 2016

**CONTRATO ADMINISTRATIVO 02-2014-FMS**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2015 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 01/2015, CONTRATAÇÃO DE CLÍNICAS DE FISIOTERAPIA CONTRATADA: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CAÇADOR LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 21.635.922/0001-45, com sede na cidade de Caçador/SC, O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais, O presente Contrato será válido para o período de 12 (doze) meses iniciando nesta data e findando dia 23 de fevereiro de 2016

**CONTRATO ADMINISTRATIVO 03-2014-FMS**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2015 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 01/2015, CONTRATAÇÃO DE CLÍNICAS DE FISIOTERAPIA, CONTRATADA: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA FISIODONTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.514.300/0001-02, com sede na cidade de Caçador/SC, O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). O presente Contrato será válido para o período de 12 (doze) meses iniciando nesta data e findando dia 23 de fevereiro de 2016

**CONTRATO ADMINISTRATIVO 04-2014-FMS**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004-2015 - FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 01/2015, CONTRATAÇÃO DE CLÍNICAS DE FISIOTERAPIA CONTRATADA: EQUI-LIBRIUM CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.428.994/0001-90, com sede na cidade de Caçador/SC, O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). O presente Contrato será válido para o período de 12 (doze) meses iniciando nesta data e findando dia 23 de fevereiro de 2016

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014-2015 -  
PREFEITURA**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014-2015 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 03/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA SHOWS DE ARTISTAS NACIONAIS PARA REALIZAÇÃO DOS FESTEJOS DE COMEMORAÇÃO DE ANIVERSÁRIO DE 81 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR, NOS DIAS DE 20 A 23 DE MARÇO DE 2015 NO PARQUE DAS ARAUCÁRIAS, CONTRATADA: LUCCO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 19.157.603/0001-20, com sede na Avenida Jandira, nº 452, Bairro Indianópolis, na cidade de São Paulo/SP, O preço dos serviços ora contratados será de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2015 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, de 06 de março de 2015.

Institui normas acerca da cobrança da dívida tributária do Município de Caçador por meio de protesto.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 25 B, de conformidade com os incisos I, II e IV, alínea "f", da Lei Complementar nº 209, de 23 de fevereiro de 2011 e suas alterações, e,

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a cobrança da dívida ativa, frente a edição do Decreto nº 5668, de 16 de agosto de 2013;

CONSIDERANDO o enorme quantitativo de ações executivas abarrotando o Judiciário local, fato que causa lentidão na tramitação dos processos de interesse do Município de Caçador;

CONSIDERANDO que as despesas processuais com as mais de 3.000 (três mil) ações executivas em trâmite são elevadas e na sua maioria dotadas de baixo índice de eficácia;

CONSIDERANDO, por fim, que o protesto de certidão da dívida ativa implicará, certamente, em uma melhoria na gestão pública, capaz de diminuir a inadimplência e aumentar significativamente a arrecadação municipal, permitindo o desenvolvimento de novas e melhores ações nas áreas de educação e saúde, bem como os investimentos em obras públicas, tudo em plena consonância com o princípio da eficiência previsto no artigo 37 da Constituição Federal, ao qual a Administração Pública deve obediência;

Resolve instituir a seguinte INSTRUÇÃO NORMATIVA:

**TÍTULO I  
DO PROCEDIMENTO**

Art. 1º As Certidões de Dívida Ativa do Município, representativas de créditos tributários e créditos não tributários, a partir do exercício de 2014, serão cobradas exclusivamente por meio de protesto extrajudicial.

Art. 2º No encaminhamento para o protesto extrajudicial, deverá o setor competente providenciar a correta identificação do contribuinte, a indicação precisa do número de inscrição no CPF ou no CNPJ e observar os demais elementos exigidos em lei.

Art. 3º Sendo inexitoso o protesto, nos casos de não localização do contribuinte, não ser o crédito tributário inferior a um salário mínimo e não estar prescrito, deverá ser encaminhada a CDA para a Procuradoria Geral do Município que promoverá, quando for o caso, o ajuizamento das respectivas execuções fiscais.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gilberto Nicolao Haudsch,  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA.

**PORTARIA Nº 25.353**

PORTARIA Nº 25.353, de 27 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 90, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, férias regulamentares acrescido do adicional de férias, especificando: código, período de aquisição, nome e período de gozo, conforme segue:

Código	Período Aquisitivo		Nome	Período Gozo	
12009	18/07/2012	17/07/2013	Luana Lourenço Longhi	08/03/2015	18/03/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.355**

PORTARIA Nº 25.355, de 27 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**RESOLVE:**

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 24.719, de 20 de Outubro de 2014, que colocou à disposição do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, a Servidora Pública Municipal ELIZETE REGINA BLEICHUVEHL, com efeitos a contar de 03 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.356**

PORTARIA Nº 25.356, de 27 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na LEI nº 3.065, de 21 de Novembro de 2013, que firmou Convênio com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador,

**RESOLVE:**

COLOCAR à disposição da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador - SDR, a Servidora Pública Municipal ELIZETE REGINA BLEICHUVEHL, ocupante do cargo de Chefe Serviço Desenvolvimento da Comunidade, lotada junto à Secretaria Municipal de Administração, com ônus para o Município, com efeitos a contar de 04 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 27 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.



**CÂMARA MUNICIPAL****CONTRATOS DE 06 A 21-2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 06/2015  
Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR  
Contratada...: DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS E REVISTAS LTDA  
Valor ..... : 8.209,00 (oito mil duzentos e nove reais)  
Vigência ..... : Início: 09/02/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.001.3.3.90.00.00.00.00.00 (5) Saldo: 630.445,78  
Objeto ..... : Processo licitatório para aquisição de materiais de expediente destinados à manutenção das atividades administrativas da Câmara Municipal durante o exercício de 2015.  
Caçador, 5 de Março de 2015  
Flavio Henrique dos Santos  
Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

Contrato Nº.: 07/2015  
Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR  
Contratada...: NELSON TOMASI EPP  
Valor ..... : 9.359,65 (nove mil trezentos e cinquenta e nove reais e sessenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 09/02/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.001.3.3.90.00.00.00.00.00 (5) Saldo: 630.445,78  
Objeto ..... : Processo licitatório para aquisição de materiais de expediente destinados à manutenção das atividades administrativas da Câmara Municipal durante o exercício de 2015.  
Caçador, 5 de Março de 2015  
Flavio Henrique dos Santos  
Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

Contrato Nº.: 08/2015  
Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR  
Contratada...: SUPERMERCADOS CEREAL LTDA  
Valor ..... : 27.407,90 (vinte e sete mil quatrocentos e sete reais e noventa centavos)  
Vigência ..... : Início: 09/02/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.001.3.3.90.00.00.00.00.00 (5), 2.161.3.3.90.00.00.00.00.00 (6)  
Objeto ..... : Processo licitatório para a aquisição de gêneros alimentícios e materiais descartáveis destinados à manutenção das atividades da Câmara Municipal e Câmara Mirim durante o exercício de 2015.  
Caçador, 5 de Março de 2015  
Flavio Henrique dos Santos  
Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

Contrato Nº.: 09/2015  
Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR  
Contratada...: PANIFICADORA E CONFEITARIA SANTELMO LTDA PRODUÇÃO  
Valor ..... : 10.332,50 (dez mil trezentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 09/02/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.161.3.3.90.00.00.00.00.00 (6) Saldo: 630.469,55  
Objeto ..... : Processo licitatório para a aquisição de lanches

prontos para as reuniões da Câmara Mirim durante o exercício de 2015.

Caçador, 5 de Março de 2015  
Flavio Henrique dos Santos  
Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

Contrato Nº.: 10/2015  
Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR  
Contratada...: VW COMÉRCIO ATACADISTA LTDA.  
Valor ..... : 27.538,60 (vinte e sete mil quinhentos e trinta e oito reais e sessenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 09/02/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.001.3.3.90.00.00.00.00.00 (5) Saldo: 584.802,72  
Objeto ..... : Processo licitatório para a aquisição de materiais de higiene e limpeza para uso nas dependências da Câmara Municipal durante o exercício de 2015.  
Caçador, 5 de Março de 2015  
Flavio Henrique dos Santos  
Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 11/2015  
Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR  
Contratada...: RADIO CACANJURE LTDA  
Valor ..... : 119.680,00 (cento e dezenove mil seiscentos e oitenta reais)  
Vigência ..... : Início: 18/02/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.161.3.3.90.00.00.00.00.00 (6) Saldo: 609.220,55  
Objeto ..... : Processo licitatório para a prestação do serviço de publicidade institucional através de emissora de rádio com frequência AM, destinada à cobertura jornalística das atividades da Câmara Municipal durante o exercício de 2015.  
Caçador, 5 de Março de 2015  
Flavio Henrique dos Santos  
Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

Contrato Nº.: 12/2015  
Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR  
Contratada...: REINBOLD LTDA ME  
Valor ..... : 10.250,00 (dez mil duzentos e cinquenta reais)  
Vigência ..... : Início: 23/02/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.161.3.3.90.00.00.00.00.00 (6) Saldo: 619.491,55  
Objeto ..... : Processo licitatório para a prestação do serviço de confecção de materiais impressos destinados à manutenção das atividades administrativas da Câmara Municipal durante o exercício de 2015.  
Caçador, 5 de Março de 2015  
Flavio Henrique dos Santos  
Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

Contrato Nº.: 13/2015  
Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR  
Contratada...: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL  
Valor ..... : 3.135,00 (três mil cento e trinta e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 24/02/2015 Término: 23/02/2016  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.001.3.3.90.00.00.00.00.00 (5) Saldo: 238.636,77

Objeto ..... : Contratação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), mediante dispensa de licitação, para a prestação do serviço de desenvolvimento, manutenção e hospedagem do site da Câmara Municipal.

Caçador, 5 de Março de 2015

Flavio Henrique dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

-----  
Aditivo Nº ..... : 14/2015 - Contrato Nº: 17/2014

Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Contratada...: SYSMATEC INFORMATICA EIRELI- ME

Valor ..... : 7.485,60 (sete mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos)

Vigência ..... : Início: 24/02/2015 Término: 23/02/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.001.3.3.90.00.00.00.00.00 (5) Saldo: 288.407,08

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de hora técnica de informática a fim de atender as necessidades da Câmara Municipal durante o exercício de 2014.

Caçador, 5 de Março de 2015

Wilson Luiz Binotto

Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

-----  
Contrato Nº.: 16/2015

Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Contratada...: ADRIANO MEIRELES RIBEIRO ME

Valor ..... : 29.300,00 (vinte e nove mil e trezentos reais)

Vigência ..... : Início: 26/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.161.3.3.90.00.00.00.00.00 (6) Saldo: 484.920,55

Objeto ..... : Processo licitatório para a prestação do serviço de publicidade institucional através de jornais e sites, destinada a publicações legais e cobertura jornalística das atividades da Câmara Municipal durante o exercício de 2015.

Caçador, 5 de Março de 2015

Flavio Henrique dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

-----  
ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Contrato Nº.: 17/2015

Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Contratada...: ARTE EDITORA JORNALÍSTICA LTDA EPP

Valor ..... : 15.170,70 (quinze mil cento e setenta reais e setenta centavos)

Vigência ..... : Início: 26/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.161.3.3.90.00.00.00.00.00 (6) Saldo: 484.920,55

Objeto ..... : Processo licitatório para a prestação do serviço de publicidade institucional através de jornais e sites, destinada a publicações legais e cobertura jornalística das atividades da Câmara Municipal durante o exercício de 2015.

Caçador, 5 de Março de 2015

Flavio Henrique dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

-----  
Contrato Nº.: 18/2015

Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Contratada...: FOLHA ALTO VALE EDITORA JORNALÍSTICA LTDA EPP Valor ..... : 38.655,00 (trinta e oito mil seiscentos e cinquenta e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 26/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.161.3.3.90.00.00.00.00.00 (6) Saldo: 484.920,55

Objeto ..... : Processo licitatório para a prestação do serviço de publicidade institucional através de jornais e sites, destinada a publicações

legais e cobertura jornalística das atividades da Câmara Municipal durante o exercício de 2015.

Caçador, 5 de Março de 2015

Flavio Henrique dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

-----  
Contrato Nº.: 19/2015

Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Contratada...: MARCIO CORDEIRO

Valor ..... : 2.200,00 (dois mil e duzentos reais)

Vigência ..... : Início: 26/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.161.3.3.90.00.00.00.00.00 (6) Saldo: 484.920,55

Objeto ..... : Processo licitatório para a prestação do serviço de publicidade institucional através de jornais e sites, destinada a publicações

legais e cobertura jornalística das atividades da Câmara Municipal durante o exercício de 2015.

Caçador, 5 de Março de 2015

Flavio Henrique dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

-----  
Contrato Nº.: 20/2015

Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Contratada...: PORTAL CAÇADOR ON LINE LTDA

Valor ..... : 21.659,00 (vinte e um mil seiscentos e cinquenta e nove reais)

Vigência ..... : Início: 26/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.161.3.3.90.00.00.00.00.00 (6) Saldo: 484.920,55

Objeto ..... : Processo licitatório para a prestação do serviço de publicidade institucional através de jornais e sites, destinada a publicações legais e cobertura jornalística das atividades da Câmara Municipal durante o exercício de 2015.

Caçador, 5 de Março de 2015

Flavio Henrique dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

-----  
Contrato Nº.: 21/2015

Contratante...: CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Contratada...: WILLIAM JOSÉ ALVES PEREIRA - ME

Valor ..... : 28.589,00 (vinte e oito mil quinhentos e oitenta e nove reais)

Vigência ..... : Início: 26/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.161.3.3.90.00.00.00.00.00 (6) Saldo: 484.920,55

Objeto ..... : Processo licitatório para a prestação do serviço de publicidade institucional através de jornais e sites, destinada a publicações legais e cobertura jornalística das atividades da Câmara Municipal durante o exercício de 2015.

Caçador, 5 de Março de 2015

Flavio Henrique dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

# Camboriú

## PREFEITURA

### CONTRATO DE FINANCIAMENTO N.º 35233490000001/2014/BNDES/CAIXA (PMAT)

Contrato de Financiamento n.º 35233490000001/2014/BNDES/CAIXA (PMAT) Creditada: Município de CAMBORIÚ/SC, CNPJ 83.102.293/0001-45 sediada no endereço Rua Getúlio Vargas, nº 77, Bairro Centro em Camboriú/SC, Financiador: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES, CNPJ 33.657.248/0001-89, Credora: Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04, endereço sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, lotes ¾ em Brasília, DF. Objeto: Modernização da administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (Saúde, Educação e Assistência Social) do Município de Camboriú, conforme projeto aprovado 64062592013, do Departamento de Financiamento a Projetos de Investimentos - DEPIN, no âmbito da linha de financiamento para a Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos BNDES PMAT Automático. Amparo Legal: Leis Municipais de n.º 2671, de 07/04/2014. Valor do financiamento: R\$ 3.285.644,00 (três milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e quatro reais) e valor da Contrapartida municipal é de R\$ 445.775,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e setenta e cinco reais), Prazos do contrato é de 24 para execução e 72 para amortização do financiamento, período total = 96 meses, sendo a vigência do contrato até 15/10/2022. Data da Assinatura: 01/10/2014. Signatários: pela CREDORA: Nome Renato Scalabrin CPF nº 592.401.999-34, cargo: Superintendente Regional; pela CREDITADA: Nome Luzia Lourdes Coppi Mathias, CPF nº: 486.011.019-68, Cargo: Prefeita Municipal.

### DL 002/15 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 002/2015 - FMS

Data: 06/03/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA E CUMPRIR AS AÇÕES JUDICIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE PELO PERÍODO DE 02 MESES, AUTOS Nº0900180-12.2014.8.24.0113 - ANTONIO DURATE MEDEIROS SEGUNDO, AUTOS Nº 0900174-05.2014.0113 - ENZO GABRIEL DOS SANTOS SECCO, AUTOS Nº 0900137-75.2014.8.24.0113 - MARIA VITORIA VECHI ROSA, AUTOS Nº0900190-56.2014.8.24.0113 - OLIVIA STALLOCH MACHADO.

Valor total: R\$ 17.436,80 (Dezessete Mil Quatrocentos e Trinta e Seis Reais e Oitenta Centavos).

Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.

Contratada: B.E NOLDIN & CIA LTDA ME

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV" da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 06 de Março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

PREFEITA MUNICIPAL

### PR 005/15 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2015-FUNDESB

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL (CONCRETO USINADO) PARA SER UTILIZADO EM RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS, CONSTRUÇÃO DE VIAS DE DIFÍCIL ACESSO (MORROS) E OUTROS SERVIÇOS EM QUE SEJA NECESSÁRIO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 23 (Vinte e Três) de Março de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 06 de Março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### PR 006/15 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2015-FUNDESB

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL (GALERIA) PARA SER APLICADO EM REDES PLUVIAIS E CÓRREGOS EM TODO O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 24 (Vinte e Quatro) de Março de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 06 de Março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### PR 15/15 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2015-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ESTAÇÕES PORTÁTEIS (RÁDIO/COMUNICAÇÃO) E CENTRAIS FIXAS, DESTINADO À EVENTOS REALIZADOS PELA MUNICIPALIDADE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 18



(Dezoito) de Março de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 06 de Março de 2015.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

### PR 16/15 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2015-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PINTURA DE FAIXAS SINALIZADORAS PARA DIVERSAS VIAS PÚBLICAS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 19 (Dezenove) de Março de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 06 de Março de 2015.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

### RESUMO DE CONTRATO MÊS 02/2015

RESUMO DE CONTRATO

FMS

Contrato nº 008/2015

Processo: Pregão Presencial nº 001/2015

Contratado: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

Data: 03/02/2015

Prazo: 31/12/2015

Valor: R\$ 7.920,00 (Sete mil novecentos e vinte reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE LEITE EM PÓ FÓRMULA LÁCTEA, PARA AS CRIANÇAS DE 0 A 06 MESES DE IDADE QUE FAZEM PARTE DO PROGRAMA DST/AIDS. DE ACORDO A PORTARIA Nº. 1071/2003 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, COM O ANEXO 2 QUE ESTABELECE NORMAS PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DA FÓRMULA INFANTIL PARA AS CRIANÇAS VERTICALMENTE EXPOSTAS AO HIV, DURANTE OS PRIMEIROS 06 MESES DE VIDA, BEM COMO AS RECOMENDAÇÕES DO CODEX ALIMENTARIUS PARA FÓRMULAS INFANTIS.

Contrato nº 009/2015

Processo: Pregão Presencial nº 003/2015

Contratado: LINEAR INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP

Data: 06/02/2015

Prazo: 31/12/2015

Valor: R\$ 3.499,98 (Três mil quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL, APARELHOS DE AR CONDICIONANDO, MICROCOMPUTADORES, ELETRO-DOMÉSTICOS E MATERIAIS DIVERSOS PARA EQUIPAR A NOVA SEDE DA UNIDADE DE SAÚDE DO CONDE VILA VERDE.

Contrato nº 010/2015

Processo: Pregão Presencial nº 003/2015

Contratado: L. MOHR LTDA ME

Data: 06/02/2015

Prazo: 31/12/2015

Valor: R\$ 5.269,98 (Cinco mil duzentos e sessenta e nove reais e noventa e oito centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL, APARELHOS DE AR CONDICIONANDO, MICROCOMPUTADORES, ELETRO-DOMÉSTICOS E MATERIAIS DIVERSOS PARA EQUIPAR A NOVA SEDE DA UNIDADE DE SAÚDE DO CONDE VILA VERDE.

Contrato nº 011/2015

Processo: Pregão Presencial nº 003/2015

Contratado: MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Data: 06/02/2015

Prazo: 31/12/2015

Valor: R\$ 5.350,00 (Cinco mil trezentos e cinquenta reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL, APARELHOS DE AR CONDICIONANDO, MICROCOMPUTADORES, ELETRO-DOMÉSTICOS E MATERIAIS DIVERSOS PARA EQUIPAR A NOVA SEDE DA UNIDADE DE SAÚDE DO CONDE VILA VERDE.

Contrato nº 012/2015

Processo: Pregão Presencial nº 003/2015

Contratado: DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS LTDA EPP

Data: 06/02/2015

Prazo: 31/12/2015

Valor: R\$ 43.274,94 (Quarenta e três mil duzentos e setenta e quatro reais e noventa e quatro centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL, APARELHOS DE AR CONDICIONANDO, MICROCOMPUTADORES, ELETRO-DOMÉSTICOS E MATERIAIS DIVERSOS PARA EQUIPAR A NOVA SEDE DA UNIDADE DE SAÚDE DO CONDE VILA VERDE.

Contrato nº 013/2015

Processo: Pregão Presencial nº 003/2015

Contratado: ADL COMERCIAL EIRELI - EPP

Data: 06/02/2015

Prazo: 31/12/2015

Valor: R\$ 7.650,01 (Sete mil seiscentos e cinquenta reais e um centavo)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL, APARELHOS DE AR CONDICIONANDO, MICROCOMPUTADORES, ELETRO-DOMÉSTICOS E MATERIAIS DIVERSOS PARA EQUIPAR A NOVA SEDE DA UNIDADE DE SAÚDE DO CONDE VILA VERDE.

Contrato nº 014/2015

Processo: Carta Convite Nº. 001/2015

Contratado: MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA

Data: 09/02/2015

Prazo: 12 (doze) meses

Valor: R\$ 76.219,50 (Setenta e seis mil duzentos e dezenove reais e cinquenta centavos).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE ELÉTRICA DE ILUMINAÇÃO DE TODOS OS LOCAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME PROJETO BÁSICO EM ANEXO.

Contrato nº 015/2015

Processo: Pregão Presencial nº 002/2015

Contratado: MGA SERVICOS ESPECIALIZADOS EIRELI - ME

Data: 10/02/2015

Prazo: 90 (noventa) dias

Valor: A empresa vencedora receberá 100% (cem por cento) das inscrições pagas pelos candidatos.

Descrição:

NÍVEL FUNDAMENTAL	R\$ 15,00
NÍVEL MÉDIO	R\$ 16,00
NÍVEL SUPERIOR	R\$ 17,00

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DE PREENCHIMENTO DE CARGOS EM CARATER TEMPORÁRIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Contrato nº 016/2015

Processo: Carta Convite nº 002/2015

Contratado: L.C.F DE JESUS & CIA LTDA - ME

Data: 12/02/2015

Prazo: 01 (um) ano

Valor: R\$: 76.000,00 (setenta e seis mil reais).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO E REPARO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.

Contrato nº 017/2015

Processo: Carta Convite nº 003/2015

Contratado: KILA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE REP. DE MÓVEIS LTDA

Data: 13/02/2015

Prazo: 31/12/2015

Valor: R\$ 39.394,60 (Trinta e nove mil e trezentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL PARA SEREM UTILIZADOS EM DIVERSOS LOCAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contrato nº 018/2015

Processo: Carta Convite nº 005/2015

Contratado: BARKI DISTRIBUIDORA LTDA

Data: 26/02/2015

Prazo: 31/12/2015

Valor: R\$ 76.938,00 (Setenta e seis mil e novecentos e trinta e oito reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE LEITE E COMPLEMENTO ALIMENTAR PARA SER DISTRIBUÍDO AS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, DEVIDAMENTE CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contrato nº 019/2015

Processo: Pregão Presencial nº 005/2015

Contratado: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

Data: 26/02/2015

Prazo: 25/02/2016

Valor: R\$ 56.040,00 (Cinquenta e seis mil e quarenta reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA E CUMPRIR AS AÇÕES JUDICIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE PELO PERÍODO DE 12 MESES, AUTOS Nº 0900137-75.2014.8.24.0113, AUTOS Nº 0900139-45.2014.8.24.0113, AUTOS Nº 500227909-2012.404.7208/SC, AUTOS Nº 0900107-40.2014.8.24.0113 -, AUTOS Nº 113.10.004647-0, AUTOS Nº 0900113-47.2014.8.24.0113, AUTOS Nº 0005999-23.2012.8.24.0113 -, AUTOS Nº 0002787-33.2008.8.240113, AUTOS Nº 113.10.002189-3

Contrato nº 020/2015

Processo: Pregão Presencial nº 005/2015

Contratado: B.E. NOLDIN E CIA LTDA

Data: 26/02/2015

Prazo: 25/02/2016

Valor: R\$ 11.292,00 (Onze mil e duzentos e noventa e dois reais)  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA E CUMPRIR AS AÇÕES JUDICIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE PELO PERÍODO DE 12 MESES, AUTOS Nº 0900137-75.2014.8.24.0113, AUTOS Nº 0900139-45.2014.8.24.0113, AUTOS Nº 500227909-2012.404.7208/SC, AUTOS Nº 0900107-40.2014.8.24.0113 -, AUTOS Nº 113.10.004647-0, AUTOS Nº 0900113-47.2014.8.24.0113, AUTOS Nº 0005999-23.2012.8.24.0113 -, AUTOS Nº 0002787-33.2008.8.240113, AUTOS Nº 113.10.002189-3

Contrato nº 021/2015

Processo: Pregão Presencial nº 005/2015

Contratado: CIRURGICA JAW COM.DE MATERIAL MÉDICO HOSP. LTDA

Data: 26/02/2015

Prazo: 25/02/2016

Valor: R\$ 1.260,00 (Um mil e duzentos e sessenta reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA E CUMPRIR AS AÇÕES JUDICIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE PELO PERÍODO DE 12 MESES, AUTOS Nº 0900137-75.2014.8.24.0113, AUTOS Nº 0900139-45.2014.8.24.0113, AUTOS Nº 500227909-2012.404.7208/SC, AUTOS Nº 0900107-40.2014.8.24.0113 -, AUTOS Nº 113.10.004647-0, AUTOS Nº 0900113-47.2014.8.24.0113, AUTOS Nº 0005999-23.2012.8.24.0113 -, AUTOS Nº 0002787-33.2008.8.240113, AUTOS Nº 113.10.002189-3

FUNDESB

Contrato nº 004/2015

Processo: Pregão Presencial nº 001/2015

Contratado: ALVES E ALVES AUTO ELETRICA

Data: 04/02/2015

Prazo: 31/12/2015

Valor: R\$ 6.099,90 (Seis mil noventa e nove reais e noventa centavos)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DOS VEICULOS SAVEIRO-VOLKSWAGEN, MONTANA CHEVRLEET, LOGAN RENAULT, L200 MITSUBISHI PERTECENTES A FROTA DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO.

FUNDESP

Contrato nº 001/2015

Processo: Carta Convite Nº. 001/2015

Contratado: L.C.F DE JESUS & CIA LTDA - ME

Data: 11/02/2015

Prazo: 31/12/2015

Valor: R\$ 64.725,50 (Sessenta e quatro mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDALHAS, TROFÉUS E TAÇAS PARA PREMIAÇÃO DE EVENTOS QUE SERÃO REALIZADOS NO DECORRER DO ANO DE 2015, REALIZADOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.

FME

Contrato nº 004/2015

Processo: Carta Convite Nº. 001/2015

Contratado: IMBRANET INTERNET E INFORMATICA LTDA ME

Data: 10/02/2015

Prazo: 12 (doze) meses

Valor: R\$ 38.500,00 (Trinta e oito mil e quinhentos reais).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REFERENTE A CONEXÃO DE INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA COM VELOCIDADE DE 10 MB DE DOWNLOAD E 10 MB DE UPLOAD. SE TRATANDO DE UM SERVIÇO ESSENCIALEINDISPENSÁVEL PARA OS ATENDIMENTOS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



NECESSITA-SE DE EMPRESA QUE FORNEÇA O REFERIDO SERVIÇO.

Contrato nº 005/2015

Processo: Pregão Presencial Nº 003/2015

Contratado: MARCIO CERATTI SERRALHERIA - ME

Data: 18/02/2015

Prazo: 31/12/2015

Valor: R\$ 47.515,00 (Quarenta e sete mil e quinhentos e quinze reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL REFERENTE A CONFEÇÃO, INSTALAÇÃO E MÃO DE OBRA DE CONserto EM ESQUADRIAS DE FERRO E ALUMINIO PARA PROTEÇÃO DOS PATRIMONIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Contrato nº 006/2015

Processo: Pregão Presencial Nº 003/2015

Contratado: NATAN LUIZ CERATTI - ME

Data: 18/02/2015

Prazo: 31/12/2015

Valor: R\$65.400,00 (Sessenta e cinco mil e quatrocentos reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL REFERENTE A CONFEÇÃO, INSTALAÇÃO E MÃO DE OBRA DE CONserto EM ESQUADRIAS DE FERRO E ALUMINIO PARA PROTEÇÃO DOS PATRIMONIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Contrato nº 007/2015

Processo: Pregão Presencial Nº 002/2015

Contratado: PL FERNANDES DISTRIBUIDORA LTDA

Data: 19/02/2015

Prazo:31/12/2015

Valor: R\$ 421.929,64 (Quatrocentos e vinte e um mil novecentos e vinte e nove reais e sessenta e quatro centavos).

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (IOGURTE, CARNE , FRANGO E SALSICHA, MENOS PERCÍVEIS, LEITE,PÃES, FORMULADOS) PARA O PREPARO DA MERENDA, A SEREM DISTRIBUÍDOS PONTO A PONTO CONFORME SOLICITAÇÃO/PLANILHA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, AOS 15 (QUINZE) CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 13 (TREZE) ESCOLAS URBANAS E 3 (TRÊS) DE CAMPO, TOTALIZANDO 30 UNIDADES ESCOLARES.

Contrato nº 008/2015

Processo: Pregão Presencial Nº 002/2015

Contratado: ATACADO FERREIRA E FILHOS LTDA EPP

Data: 19/02/2015

Prazo:31/12/2015

Valor: R\$ 294.004,74 (Duzentos e noventa e quatro mil e quatro reais e setenta e quatro centavos).

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (IOGURTE, CARNE , FRANGO E SALSICHA, MENOS PERCÍVEIS, LEITE,PÃES, FORMULADOS) PARA O PREPARO DA MERENDA, A SEREM DISTRIBUÍDOS PONTO A PONTO CONFORME SOLICITAÇÃO/PLANILHA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, AOS 15 (QUINZE) CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 13 (TREZE) ESCOLAS URBANAS E 3 (TRÊS) DE CAMPO, TOTALIZANDO 30 UNIDADES ESCOLARES.

Contrato nº 009/2015

Processo: Pregão Presencial Nº 002/2015

Contratado: SUPREMA COMERCIAL LTDA EPP

Data: 19/02/2015

Prazo:31/12/2015

Valor: R\$52.051,68 (Cinqüenta e dois mil e cinqüenta e um reais e sessenta e oito centavos).

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (IOGURTE, CARNE , FRANGO E SALSICHA, MENOS PERCÍVEIS,

LEITE,PÃES, FORMULADOS) PARA O PREPARO DA MERENDA, A SEREM DISTRIBUÍDOS PONTO A PONTO CONFORME SOLICITAÇÃO/PLANILHA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, AOS 15 (QUINZE) CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 13 (TREZE) ESCOLAS URBANAS E 3 (TRÊS) DE CAMPO, TOTALIZANDO 30 UNIDADES ESCOLARES.

Contrato nº 010/2015

Processo: Pregão Presencial Nº 002/2015

Contratado: BARKI DISTRIBUIDORA LTDA

Data: 19/02/2015

Prazo:31/12/2015

Valor: R\$ 188.936,22 (Cento e oitenta e oito mil e novecentos e trinta e seis reais e vinte e dois centavos).

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (IOGURTE, CARNE , FRANGO E SALSICHA, MENOS PERCÍVEIS, LEITE,PÃES, FORMULADOS) PARA O PREPARO DA MERENDA, A SEREM DISTRIBUÍDOS PONTO A PONTO CONFORME SOLICITAÇÃO/PLANILHA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, AOS 15 (QUINZE) CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 13 (TREZE) ESCOLAS URBANAS E 3 (TRÊS) DE CAMPO, TOTALIZANDO 30 UNIDADES ESCOLARES.

Contrato nº 011/2015

Processo: Pregão Presencial Nº 002/2015

Contratado: NAIR SEIDLER GORGES EPP

Data: 19/02/2015

Prazo:31/12/2015

Valor: R\$ 85.166,41 (Oitenta e cinco mil e cento e sessenta e seis reais e quarenta e um centavos).

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (IOGURTE, CARNE , FRANGO E SALSICHA, MENOS PERCÍVEIS, LEITE,PÃES, FORMULADOS) PARA O PREPARO DA MERENDA, A SEREM DISTRIBUÍDOS PONTO A PONTO CONFORME SOLICITAÇÃO/PLANILHA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, AOS 15 (QUINZE) CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 13 (TREZE) ESCOLAS URBANAS E 3 (TRÊS) DE CAMPO, TOTALIZANDO 30 UNIDADES ESCOLARES.

Contrato nº 012/2015

Processo: Chamamento Público Nº 001/2015

Contratado: COOPERATIVA REG. DE IND. E COM. DOLCIMAR LUIS BRUNETTO

Data: 25/02/2015

Prazo: 25/08/2015

Valor: R\$ 375.408,72 (Trezentos e setenta e cinco mil e quatrocentos e oito reais e setenta e dois centavos).

Objeto: CHAMADA PÚBLICA PARA PROCESSO DE SELEÇÃO DE GRUPOS FORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES E EMPREENDEDORES FAMILIARES RURAIS OU SUAS ORGANIZAÇÕES PARA MERENDA ESCOLAR, EMBASADA NO ART. 14 DA LEI 11.947/09, QUE DETERMINA SEJA UTILIZADO O MÍNIMO DE 30% DA VERBA DO FNDE DESTINADA AO PNAE, PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ( HORTI - FRUTI) PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DOS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

FMAS

Contrato nº 003/2015

Processo: Carta Convite Nº. 001/2015

Contratado: ATACADO FERREIRA E FILHOS LTDA EPP

Data: 10/02/2015

Prazo: 31/12/2015

Valor: R\$ 21.697,75 (Vinte e um mil seiscentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A ESCOLA MUNICIPAL DE PANIFICAÇÃO, PRECONIZADA NA LEI Nº

2586/2013, QUE INSTITUI À ESCOLA DE PANIFICAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. VISANDO À QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS SOCIAIS COORDENADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

FMC

Contrato nº 001/2015

Processo: Pregão Presencial Nº 002/2015

Contratado: P3 EVENTOS E ESPETÁCULOS LTDA EPP

Data: 05/02/2015

Prazo: 03 (três) meses

Valor: R\$ 129.000,00 (Cento e vinte e nove mil reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E EXECUÇÃO DO EVENTO QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 10,11 E 12 DE ABRIL DE 2015 NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ EVENTO ESTE QUE FAZ PARTE DO CALENDÁRIO DE FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO SEU 131º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA.

Contrato nº 002/2015

Processo: Pregão Presencial Nº 001/2015

Contratado: ALEJANDRO EFRAIN MARKER - ME

Data: 05/02/2015

Prazo: 31/12/2015

Valor: R\$ 96.480,00 (Noventa e seis mil quatrocentos e oitenta reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AULAS DE VIOLÃO, TEATRO, ACORDEON, VIOLINO, DESENHO DE OBSERVAÇÃO, FIGURA HUMANA E PREPARAÇÃO VOCAL SE FAZ NECESSÁRIO PARA SUPRIR TAIS NECESSIDADES, DEVIDO A GRANDE DEMANDA NOS REFERIDOS CURSOS.

Contrato nº 003/2015

Processo: Carta Convite Nº 001/2015

Contratado: L.C.F. DE JESUS & CIA. LTDA - ME

Data: 19/02/2015

Prazo: 31/12/2015

Valor: R\$ 17.765,45 (Dezessete mil e setecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDALHAS, TROFÉUS E TAÇAS PARA PREMIAÇÃO DE EVENTOS QUE SERÃO REALIZADOS NO DECORRER DO ANO DE 2015 PELA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMBORIÚ. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO

Contrato nº 004/2015

Processo: Carta Convite Nº 002/2015

Contratado: KILA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Data: 20/02/2015

Prazo: 31/12/2015

Valor: R\$ 15.355,80 (Quinze mil e trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS QUE SERÃO INSTALADOS NAS SALAS DE AULA, ALMOXARIFADO E RECEPÇÃO.COM O OBJETIVO DE ORGANIZAR O AMBIENTE E TODOS OS MATERIAS QUE SE ENCONTAM NESSES SETORES. A FIM DE MELHORAR O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES NA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMBORIÚ

Contrato nº 005/2015

Processo: Pregão Presencial Nº. 004/2015

Contratado: PRO OUT PRODUTORA LTDA

Data: 27/02/2015

Prazo: 31/12/2015

Valor: R\$ 44.000,00 (Quarenta e quatro mil reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FILMAGENS CINEMATOGRAFICA PARA A COBERTURA DO EVENTO CAMBORIÚ EXPORURAL 2015 QUE COMPÕEM A PROGRAMAÇÃO DAS

FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AOS 131 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLITICA DE CAMBORIÚ

PMC

Contrato nº 010/2015

Processo: Carta Convite Nº 003/2015

Contratado: AUTO POSTO CAMBORIÚ LTDA

Data: 26/02/2015

Prazo: 31/12/2015

Valor: R\$ 77.221,50 (Setenta e sete mil e duzentos e vinte e um reais e cinquenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES, GRAXAS E MATERIAL DE LIMPEZA AUTOMOTIVA, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS

FUCAM

Contrato nº 001/2015

Processo: Compra Direta Nº 005/2015

Contratado: IVAN BURGONNOVO

Data: 24/02/2015

Prazo: 28/03/2015

Valor: R\$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA TREINAMENTO - CURSO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL E PROCESSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL A SER MINISTRADO AOS FUNCIONÁRIOS DA FUCAM, COM OBJETIVO DE PROPORCIONAR UMA VISÃO GERAL SOBRE O PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE, BEM COMO A ELABORAÇÃO DE PORCESSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL.

ADITIVOS

FUNDESB

Quinto Termo Aditivo

Contrato nº 026/2011

Processo: Carta Convite Nº.027/2011

Contratado: LCT CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA

Data: 03/02/2015

Objeto:.. Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 81.000,00 (Oitenta e um mil reais), e o prazo contratual por 10 (dez) meses, ou seja, de até 25 de fevereiro de 2015 até 24 de dezembro de 2015, visto que o mesmo refere-se a fiscalização e supervisão da obra do parque linear que está em andamento e que foi prorrogado por 10 (dez ) meses, devido às alterações no projeto de barramento que foram aprovados apenas em outubro de 2014 pela Caixa Econômica Federal e o início da execução das obras da barragem e demais etapas do projeto apenas em dezembro de 2014, conforme justificativa da empresa executora da obra (contrato administrativo nº 024/2010). Desta forma, esse contrato deve acompanhar aquele, tendo em vista tal fiscalização que se faz necessário, conforme justificativa e solicitação da empresa e secretaria.

Décimo quinto aditivo

Contrato nº 054/2009

Processo: Concorrência Pública Nº002/2009

Contratado: CONSÓRCIO ECO-CAMBORIÚ

Data: 04/02/2015

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade, as partes resolvem reajustar o valor unitário dos itens 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4 do presente contrato, tendo em vista a previsão contratual que permite o reajuste anual com base na variação do INPC em 6,2283%, conforme item 4.8 do contrato administrativo, mantendo assim o equilíbrio econômico - financeiro. Sendo assim, o item 1.1 de R\$ 131,42 (cento e trinta e um reais e quarenta e dois centavos) por Ton para R\$ 139,60 (cento e trinta e

nove reais e sessenta centavos) por Ton; o item 1.2 de R\$ 129,78 (cento e vinte e nove reais e setenta e oito centavos) por Ton para R\$ 137,86 (cento e trinta e sete reais e oitenta e seis centavos) por Ton; o item 1.3 de R\$ 9,01 (Nove reais e um centavo) por Kg para R\$ 9,57 (Nove reais e cinquenta e sete centavos) por Kg e o item 1.4 de R\$ 4.408,93 (quatro mil quatrocentos e oito reais e noventa e três centavos) por mês para R\$ 4.683,53 (quatro mil seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e três centavos) por mês.

Segundo termo aditivo

Contrato nº 016/2013

Processo: Carta Convite Nº. 010/2013

Contratado: ECOLIBRA ENGENHARIA, PROJETOS E SUSTENTABILIDADE LTDA - EPP

Data: 18/02/2015

Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual e de execução do trabalho sócio ambiental da obra do parque linear de 26 de fevereiro de 2015 até 24 de dezembro de 2015, tendo em vista a necessidade de o serviço acompanhar a obra que tem esta data como data final do contrato, conforme justificativa e solicitação da empresa e Secretaria de Saneamento básico em anexo.

FMS

Segundo termo aditivo

Contrato nº 044/2014

Processo: Concorrência Pública Nº 002/2014

Contratado: MINAS ENGENHARIA LTDA -EPP

Data: 18/02/2015

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o prazo contratual/ execução da obra por mais 04 meses, ou seja, de 25 de fevereiro de 2015 até 24 de junho de 2015, tendo em vista as condições meteorológicas, erros no projeto, e demais justificativas conforme solicitação da empresa e secretaria e parecer do engenheiro responsável pela fiscalização da obra.

Segundo termo aditivo

Contrato nº 006/2014

Processo: Dispensa Licitatória Nº. 004/2014

Contratado: APAE DE CAMBORIÚ

Data: 20/02/2015

Objeto: Pelo presente instrumento, faça as necessidades da municipalidade as partes resolvem adiar o valor contratual R\$ 364.775,04 (Trezentos e sessenta e quatro mil e setecentos e setenta e cinco reais e quatro centavos) e o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, vigorando de 27 de fevereiro de 2015 até 26 de fevereiro de 2016, tendo em vista a necessidade do serviço referente ao atendimento de reabilitação de deficiência mental APAE conforme solicitação da secretaria.

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

## Campo Alegre

### PREFEITURA

#### 1ª RETIFICAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

##### 1ª RETIFICAÇÃO

##### CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar pública a primeira retificação ao Edital de Abertura nos seguintes termos.

Art. 1º - Fica alterado o item 7 do Edital do Concurso Público nº 002/2015, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ:

TABELA 7.1.1

Cargos	Período	Data	Horários
Todos os cargos	MANHÃ	12/04/2015	Abertura dos portões: 14h Fechamento dos portões: 14h45min Início da aplicação das provas: 15h Término das Provas: 18h

LEIA-SE:

TABELA 7.1.1

Cargos	Período	Data	Horários
Todos os cargos	TARDE	12/04/2015	Abertura dos portões: 14h Fechamento dos portões: 14h45min Início da aplicação das provas: 15h Término das Provas: 18h

ONDE SE LÊ:

7.2.1 - A Prova Objetiva será aplicada em 12 de abril de 2015, das 09h até às 12h, obedecido o cronograma da tabela 6.1, com duração de 03h (três horas) de prova.

LEIA-SE:

7.2.1 - A Prova Objetiva será aplicada em 12 de abril de 2015, das 15h até às 18h, obedecido o cronograma da tabela 7.1, com duração de 03h (três horas) de prova.

As demais disposições do edital do Concurso Público nº 002/2015, permanecem inalterados e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM), no site [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) e [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br). Também publique-se, nos mesmos, o Edital consolidado com a 1ª retificação.

Campo Alegre/SC, 06 de março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

**ADITIVO CONTRATUAL 47/2015**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 47/2015

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 006PL/2015 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 55/2014 (originado do Processo Licitatório nº 55/2014, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 55/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA VILMAR CONSTRUÇÕES LTDA A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 55/2014.

Cláusula Primeira - Da Vigência

O prazo de vigência do Contrato nº 55/2014 fica prorrogado até o dia 23 de abril de 2015.

Cláusula Segunda - Das Disposições Finais

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 55/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre/SC, 19 de fevereiro de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	VILMAR LINO DE LIMA Vilmar Construções Ltda CONTRATADA
---	--

**ATA PREGÃO ELETRÔNICO 20/2015**

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº. 20/2015)

Às 10:00 do dia 06/03/2015, reuniu-se a Pregoeira Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de material de expediente para diversos órgãos e unidades da administração municipal.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

**ATA PREGÃO ELETRÔNICO 22/2015**

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº. 22/2015)

Às 14:00 do dia 06/03/2015, reuniu-se a Pregoeira Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de baterias, à base de troca, para veículos leves, caminhões e máquinas da frota municipal.

A ata completa está disponível no site Cidade Compras (<http://www.cidadecompras.com.br/1/>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/nWhzho>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

**CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015**

EDITAL CONSOLIDADO COM A 1ª RETIFICAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar pública a abertura das inscrições ao Concurso Público de provas, para provimento efetivo das vagas nos cargos abaixo descritos e a formação de cadastro de reserva, durante o prazo de validade do Concurso Público nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas neste Edital, cuja realização ficará sob a responsabilidade da organizadora MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI, CNPJ/MF sob nº 20.267.664/0001-29 e supervisionado pela Comissão Fiscalizadora do Concurso Público, e será regido pelas instruções especiais constantes do presente instrumento, elaborado em conformidade com os ditames da Legislação Federal e Municipal vigente e pertinente.

**1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - O Concurso Público será regido por este Edital, seus Anexos, eventuais retificações e/ou aditamentos, e será realizado sob a responsabilidade da organizadora MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI, CNPJ/MF sob nº 20.267.664/0001-29, supervisionado pela Comissão de Fiscalização do Concurso Público.

1.2 - É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar todas as publicações referentes a este Concurso Público.

1.3 - O Regime Jurídico adotado é Estatutário.

**2 - DO CÓDIGO DO CARGO, DO CARGO, DA FUNÇÃO, DA CARGA HORÁRIA, DA HABILITAÇÃO EXIGIDA PARA PROVIMENTO, DAS VAGAS E DO VENCIMENTO:**

2.1 - Os cargos públicos a serem providos e os cargos para formação de cadastro de reserva são os abaixo:



Código	Cargo	Função	Carga Horária	Habilitação Profissional	Vagas	Vencimento (mensal)
01	Especialista em Assuntos Educacionais	Especialista em Assuntos Educacionais	40h	Formação superior em pedagogia, com habilitação em gestão, orientação ou supervisão escolar, ou pedagogia, com pós graduação específica na área, conforme art. 61, da Lei Federal nº 9.394/96 – LDB, ou licenciatura em pedagogia	CR	2.117,02
3	Professor II	Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)	Até 40 horas/aulas semanais.	Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	02	2.117,02
4	Professor III	Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental)	Até 40 horas/aulas semanais.	Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	05	2.117,02
5	Professor IV	Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental)	Até 40 horas/aulas semanais.	Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	01	2.117,02
6	Professor V	Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.	Até 40 horas/aulas semanais.	Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	01	2.117,02
7	Professor VI	Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	Até 40 horas/aulas semanais.	Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	01	2.117,02

8	Professor VII	Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	Até 40 horas/aulas semanais.	Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	CR	2.117,02
9	Professor VIII	Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	Até 40 horas/aulas semanais.	Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	CR	2.117,02
10	Professor IX	Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	Até 40 horas/aulas semanais.	Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	CR	2.117,02
11	Professor X	Professor de Ensino Religioso (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental)	Até 40 horas/aulas semanais.	Formação Superior com Licenciatura Plena específica na área.	01	2.117,02

#### \*Cadastro de reserva

2.2 - O conteúdo programático consta no anexo I desse Edital.

2.2 - As atribuições dos cargos constam do Anexo II deste Edital.

2.3 - O valor da taxa de inscrição será de R\$ 60,00 (sessenta) reais.

#### 3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 - As inscrições deverão ser efetuadas, única e exclusivamente, pela internet no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) no período de 06 de março de 2015 a 20 de março de 2015.

3.1.1 - Não será permitida inscrição pelos correios, fac-símile, condicional ou fora do prazo estabelecido no subitem 3.1 deste edital.

3.2 - Para inscrever-se, o candidato deverá:

3.2.1 - Acessar o endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) durante o período de inscrição, descrito no item 3.1 deste edital;

3.2.2 - Ler atentamente o Edital de Abertura e Anexo(s);

3.2.3 - Preencher corretamente o Formulário de Inscrição, e fazer a opção pelo CARGO para o qual pretende concorrer;

3.2.4 - Realizar o pagamento do boleto bancário em até 01 dia útil após o término das inscrições.

3.3 - O candidato será responsável por qualquer erro e/ou omissão, bem como pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição.

3.4 - O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata, ou ainda, que não atenda todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado em todas as fases do certame.

3.5 - Será divulgada a lista das inscrições homologadas, através de Edital disponibilizado no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) e afixado no Mural sede da Prefeitura, no dia 01 de abril de 2015, sobre a qual caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias, nos termos previstos pelo item 10 deste Edital.

3.6 - É única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Concurso Público que será feita em Mural Sede na Prefeitura de Campo Alegre/SC, e no endereço eletrônico e [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br).



3.7 - A organizadora MGA Concursos, não se responsabilizará por solicitação de inscrição via internet não recebida por falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

3.8 - São condições para a inscrição:

3.8.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do Art. 12 da Constituição Federal.

3.8.2 - Ter até a data da contratação, idade mínima de 18 anos, gozar de boa Saúde Física e Mental, estar no gozo dos direitos Políticos e Cíveis, e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar.

3.8.3 - Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para a cargo, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga.

3.8.4 - Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental.

#### 4 - DAS ISENÇÕES

4.1 Haverá isenção da Taxa de Inscrição para o Candidato inscrito no CadÚnico do Governo Federal, o candidato deverá estar cadastrado e atualizado no CadÚnico do Governo Federal. Para solicitação o candidato deverá escolher a opção de isento no formulário de inscrição e preencher o número do NIS.

4.1.1 O preenchimento de Solicitação de Isenção deverá ser realizado no momento da Inscrição através do Formulário de Inscrição no período de 06/03/2015 a 10/03/2015.

4.1.2 A relação das isenções deferidas será divulgada no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) devendo o candidato verificar o deferimento ou não na data 11/03/2015.

4.1.3 O Candidato que tiver a sua solicitação de isenção da Taxa de Inscrição INDEFERIDA, poderá impetrar recurso contra o Indeferimento da Solicitação de Isenção através do endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) nos dias 12/03/2015 a 16/03/2015.

4.1.4 - A Comissão de Acompanhamento do Concurso Público apreciará o recurso e emitirá o seu parecer até o dia 17/03/2015; havendo deferimento, a lista de candidatos isentos será republicada no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) no dia 17/03/2015.

4.1.5 - Caso o Candidato tenha seu recurso indeferido, ele deverá acessar o endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br), imprimir a 2ª via do Boleto Bancário até 20/03/2015 e efetuar o pagamento até o dia 20/03/2015.

#### 5 - DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE

5.1- Será assegurada a inscrição às Pessoas com Necessidades Especiais nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal e pela Lei nº 7.853/89 e legislação municipal, sendo assegurado o direito de inscrição para as funções em Concurso Público cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

5.1.1 - Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto nº 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ser-lhes-á reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas existentes para cada cargo, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente Concurso Público Classificatório.

5.1.1.1 - Se na aplicação do percentual resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para o PNE. Se inferior a 0,5 (cinco décimos) a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para o cargo ou cargo.

5.1.2 - Consideram-se PNE aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99.

5.1.3 - Aos Candidatos PNE, serão resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para os demais candidatos. Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, através de campo próprio na ficha de inscrição disponibilizada no site.

5.1.4 - O candidato deverá encaminhar via SEDEX com AR, no prazo de 06/03/2015 até o dia 20/03/2015, para a organizadora MGA Concursos, no endereço: Avenida Lucílio de Held, nº 1.378, sala 03- Jd. Alvorada - CEP: 87033-230 - Maringá/PR, na via original ou fotocópia autenticada, os documentos abaixo relacionados:

a) Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de prova.

b) Solicitação de prova especial, se necessário.

5.1.5 - O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital ou não solicitar prova em condições especiais não terá avaliação especificamente elaborada, não podendo impetrar recurso em favor de sua situação.

5.1.6 - Serão automaticamente indeferidas as inscrições na condição de PNE, dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital.

5.1.7 - Aos deficientes visuais (cegos) serão oferecidas provas no sistema braile e suas respostas deverão ser transcritas também em braile. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo ainda, utilizar-se de soroban. Aos deficientes visuais (amblíopes) serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho e letra correspondente a corpo 24.

5.1.8 - Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas a PNE, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem classificatória.

5.1.9 - O candidato que não atender ao solicitado no subitem 5.1.5 deste edital, não será considerado PNE, e passará automaticamente a concorrer às vagas de Ampla Concorrência.

5.1.10 - Ao ser convocado para investidura na cargo pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura do Município de Campo Alegre/SC, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da cargo. Será eliminado da lista de PNE o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constatare, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

5.1.11 - Será excluído do Concurso Público o candidato que tiver deficiência considerada incompatível com as atribuições do cargo, bem como aquelas conceituadas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e legislação aplicável a espécie, e que constituam inferioridade que implique em grau acentuado de dificuldade para integração social.

5.1.12 - Não serão considerados como deficiência os distúrbios passíveis de correção.

5.1.13 - Após o ingresso do candidato PNE, a necessidade especial não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação do cargo, e de aposentadoria por invalidez.

#### 6 - DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

6.1 - O Concurso Público será de provas objetivas constituído pela seguinte etapa:

6.1.1 - 1ª ETAPA - PROVA ESCRITA OBJETIVA - para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório.

6.1.2 - 2ª ETAPA - PROVA DE TÍTULOS - para todos os cargos, de caráter classificatório.

**7 - DAS PROVAS**

7.1 - As provas objetivas serão aplicadas na cidade de Campo Alegre/SC, na forma abaixo disposta:

TABELA 7.1.1

Cargos	Período	Data	Horários
Todos os cargos	TARDE	12/04/2015	Abertura dos portões: 14h Fechamento dos portões: 14h45min Início da aplicação das provas: 15h Término das Provas: 18h

7.1.2 - A Prova Objetiva de múltipla escolha conterá questões das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas.

**7.2 - DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA**

7.2.1 - A Prova Objetiva será aplicada em 12 de abril de 2015, das 15h até às 18h, obedecido o cronograma da tabela 7.1, com duração de 03h (três horas) de prova.

7.2.2 - A Prova Objetiva de múltipla escolha conterá questões das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas (item 7.4).

7.2.3 - As questões da Prova Objetiva serão de múltipla escolha com apenas uma alternativa correta.

7.2.4 - O Conteúdo Programático das Provas Objetivas está disposto no Anexo I deste Edital.

7.2.5 - O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 1 (uma) hora, munido de caneta azul ou preta, e um Documento de Identidade com foto, podendo ainda (opcional), apresentar lápis preto e borracha.

**7.3 - DO JULGAMENTO DAS PROVAS OBJETIVAS**

7.3.1 - A nota da Prova Objetiva será obtida pela multiplicação do número de acertos em cada disciplina pelo peso de cada questão.

7.3.2 - À Prova Objetiva será atribuído valor máximo de 100 (cem) pontos.

7.3.3 - À Prova Objetiva será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato que obtiver nota diferente de 0 (zero) na pontuação total da Prova Objetiva;

b) AUSENTE: o candidato não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação do Concurso Público.

7.3.4 - A pontuação relativa à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será (ão) atribuída(s) a todos os candidatos do respectivo cargo daquela questão, presentes à prova.

**7.4 - QUADRO DE PROVAS OBJETIVAS**

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL POR CADERNO
Todos os cargos	Língua Portuguesa	10	3,0	30
	Conhecimentos Locais	10	3,0	30
	Conhecimento Específico	10	4,0	40
TOTAL	---	30	---	100

**7.5 - DA PROVA DE TÍTULOS**

7.5.1 - Serão considerados os seguintes Títulos, na área da Educação:

TÍTULO	VALOR
Especialização	2,0 (dois) pontos
Mestrado	5,0 (cinco) pontos
Doutorado	10,0 (dez) pontos

7.5.2 - Somente serão aceitos títulos de especialização lato sensu com carga horária igual ou superior a 360 (trezentos e sessenta)

horas.

7.5.3 - Serão pontuados como títulos, Certificados ou Declaração de Conclusão do Curso acompanhado do respectivo histórico escolar, em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, que ateste a conclusão do curso.

7.5.4 - A soma total dos títulos não poderá ultrapassar "17 (dezesete) pontos", respeitando o quadro do item 7.5.1.

7.5.5 - Sobre a nota obtida pelos candidatos aprovados na prova objetiva serão somados os pontos referentes aos títulos para a classificação final.

7.5.6 - Os títulos serão contados tão somente se o candidato tiver realizado a prova objetiva.

7.5.7 - Os pontos dos títulos serão contados apenas para efeito de "classificação" e não de "aprovação".

7.5.8 - Os títulos deverão ser enviados via SEDEX para MGA CONCURSOS - Av. Lucílio de Held, Nº 1378 - Sala 03 - Maringá - PR - CEP: 87.033-230, até o dia 14/03/2015. Não serão considerados títulos apresentados, por qualquer outra forma, e estes deverão serem enviados em envelope identificado com nome, função e identificação, conforme modelo:

TÍTULOS	CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC Cargo: Nome do Candidato: RG nº:
---------	---

7.5.9 - Somente serão considerados os títulos entregues em cópia reprográfica autenticada em cartório.

7.5.10 - Não haverá segunda chamada para entrega de títulos, qualquer que seja o motivo de impedimento do candidato que não os apresentou no dia e horário da prova objetiva.

7.5.11 - Os documentos entregues não poderão ser retirados mesmo após o resultado final do concurso público, deverão ser arquivados junto ao processo.

**8 - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS**

8.1 - As Provas serão aplicadas nas datas e horários estipulados no subitem 7.1.1 deste Edital no Município de Campo Alegre/SC, em locais que serão oportunamente divulgados, com duração máxima de 03h (três horas), incluso o tempo para preenchimento da Folha de Respostas.

8.1.1 - As datas das Provas Objetivas poderão ser alteradas por necessidade da administração. Havendo alteração da data prevista, será publicada com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, ou a qualquer tempo em caso de calamidade pública.

8.2 - Caso o número de candidatos exceda a capacidade de alocação no Município, a organizadora do Concurso Público e a Administração Municipal poderão alterar horários das provas, dividir a aplicação das provas em mais de uma data, ou utilizar escolas de municípios vizinhos cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e através do endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br).

8.3 - Não haverá sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer ao local determinado para a realização das provas, com antecedência mínima de 01h (uma hora), munido de caneta azul ou preta, e um Documento de Identidade com foto, podendo ainda (opcional), apresentar lápis preto e borracha.

8.3.1 - Para a comprovação do "Documento de Identidade com foto" que trata o item 8.3, o candidato poderá apresentar um dos seguintes documentos:

- Cédula de Identidade - RG;
- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Certificado Militar;
- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei

9.503/97 (com foto);

f) Passaporte.

8.4 - Somente será admitido o ingresso e permanência na sala de prova do candidato munido de um dos documentos discriminados no subitem 8.3 deste Edital, desde que permita, com clareza, a sua identificação. Não será aceito protocolo ou cópia dos documentos citados, ainda que autenticada, ou qualquer outro documento diferente dos anteriormente definidos.

8.5 - Os portões dos locais de prova serão fechados 15 (quinze) minutos antes do horário de início da aplicação das provas - Horário Oficial de Brasília, NÃO SERÁ PERMITIDO, SOB QUALQUER HIPÓTESE, O INGRESSO DE CANDIDATOS NO LOCAL DE PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.

8.6 - Não será permitido o ingresso do candidato à sala de prova, após o horário definido para início da mesma.

8.7 - As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e similares. Reserva-se à Comissão de Fiscalização do Concurso Público e aos Fiscais, o direito de eliminar do certame o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

8.8 - Durante as provas, não serão permitidas: consultas bibliográficas de qualquer espécie; utilização de máquina calculadora, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, tablets, notebook, BIP, ou qualquer material que não seja o estritamente necessário para a realização das provas. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e deixados sobre a mesa do fiscal de sala até o término da prova.

8.9 - Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do fiscal de sala, podendo sair somente acompanhado do fiscal volante, designado pela Comissão de Fiscalização do Concurso Público.

8.10 - O candidato só poderá se ausentar da sala, após 01h (uma hora) do início das provas. No caso de término da prova o candidato deverá entregar ao fiscal de sala a respectiva Folha de Respostas com o Caderno de Questões.

8.11 - No início das provas o candidato receberá sua Folha de Respostas, o qual deverá ser assinado e ter seus dados conferidos e, em hipótese nenhuma, haverá substituição em caso de erro ou rasura do candidato.

8.12 - O candidato que necessitar alterar seus dados deverá comunicar imediatamente o Fiscal de Sala para que o mesmo registre em Ata a referida solicitação para correção posterior.

8.13 - As Provas Objetivas (escritas) desenvolver-se-ão através de questões de múltipla escolha, na forma estabelecida no presente Edital.

8.14 - Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude de afastamento, por qualquer motivo, de candidato da sala de prova.

8.15 - O preenchimento da Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato, sendo o único documento válido para a correção eletrônica e deverá ser entregue ao final da avaliação ao fiscal de sala.

8.15.1 - Não deverá ser feita nenhuma marcação na Folha de Resposta fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas Leitoras Ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

8.16 - A correção da Prova Objetiva será feita pelo sistema de Leitura Ótica, pelo que não serão computadas questões não assinaladas, ou que contenham emendas ou rasuras, ou que tenham sido respondidas a lápis, ou ainda, que contenham mais de uma alternativa assinalada.

8.17 - Em caso de anulação de questão, por qualquer razão, a pontuação correspondente àquela questão será atribuída a todos os candidatos, independente de recurso.

8.18 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a

publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes a este Concurso Público, os quais serão afixados no Mural Sede da Prefeitura e no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br), devendo ainda manter-se atualizado.

8.19 - O gabarito das provas objetivas estará disponível para consulta no site [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br), no dia subsequente à realização da prova.

## 9 - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

9.1 - O Candidato que necessitar de condições especiais para a realização da Prova Objetiva deverá requerer à Organizadora mediante solicitação simples, a ser enviada juntamente com Atestado Médico, original ou cópia autenticada, onde conste o motivo da incapacidade, no prazo de 06/03/2015 até o dia 20/03/2015.

9.1.1 - No caso de Candidata lactante, que necessite amamentar durante a realização das provas, a mesma deverá enviar cópia autenticada da certidão de nascimento do(a) menor.

9.1.1.1 - A candidata deverá levar um acompanhante que será responsável pela guarda da criança, e aguardará em sala específica para esse fim, o acompanhante não permanecerá na sala em hipótese alguma durante a amamentação.

9.1.1.2 - O tempo utilizado pela candidata na amamentação não será acrescido, sob hipótese alguma no período de tempo total destinado à realização das provas.

9.2 - A relação das solicitações de Condição Especial deferidas será divulgada no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br), através de Edital específico, devendo o candidato verificar o deferimento ou não na data de 01 de abril de 2015.

## 10 - DOS RECURSOS

10.1 - Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados, perante a organizadora do Concurso Público MGA Concursos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado do primeiro dia subsequente às datas do (a):

- a) Edital de Deferimento das Inscrições;
- b) Edital de Condições Especiais de prova para candidatos deficiente;
- c) Questões das Provas e Gabarito Preliminar;
- d) Edital de Resultado da Prova Objetiva e de Títulos;
- e) Edital de Homologação do Resultado Final;

10.2 - O recurso deverá ser preenchido no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) no link RECURSOS, o candidato deverá preencher corretamente.

- Nome do candidato;
- Número de inscrição;
- Número do documento de identidade;
- Cargo para o qual se inscreveu;
- A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
- A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso.

10.3 - Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e se for o caso anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração.

10.4 - Não serão aceitos recursos encaminhados, via fax e/ou correios, devendo estar devidamente embasado em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível, sob pena de indeferimento.

10.5 - Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito. A Comissão Fiscalizadora de Concurso Público constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

10.6 - As respostas aos recursos interpostos serão disponibilizadas através do endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br), após um dia útil da interposição do recurso.



**11 - DA PONTUAÇÃO FINAL**

11.1 - A pontuação final do candidato será a nota obtida na prova objetiva, e considerando também a prova de títulos, e será disponibilizada através de Edital de Classificação, a ser divulgado no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br).

11.2 - Caberá recurso da classificação geral, a ser interposto no prazo de 03 dias úteis a partir da publicação, nos termos estabelecidos no item 10 deste Edital.

11.3 - Em caso de deferimento do recurso, será republicada a lista classificatória, da qual não caberá mais recurso.

**12 - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

12.1 - Os candidatos serão classificados em ordem decrescente da pontuação final.

12.2 - Os candidatos classificados serão relacionados em duas listas, sendo uma Lista Geral (todos os candidatos aprovados) e outra Lista Especial. (PNE - Pessoa com Necessidades Especiais), se houver.

12.3 - Não ocorrendo Candidatos inscritos ou aprovados na condição de PNE - Pessoa com Necessidades Especiais, haverá somente a Lista Geral de Classificação Final.

12.4 - Na classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão obedecidos os seguintes fatores de desempate:

a) Idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, dando-se preferência ao de idade mais elevada;

b) Maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;

c) Maior nota na prova de Língua Portuguesa;

d) Maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;

e) Maior idade considerando ano, mês e dia de nascimento;

12.5 - Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará através de sorteio público.

**13 - DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO**

13.1 - São requisitos básicos para investidura no cargo público:

a) Aprovação neste Concurso Público ;

b) Nacionalidade brasileira;

c) Estar em pleno gozo dos direitos políticos;

d) Estar em dia com suas obrigações eleitorais;

e) Estar em dia com suas obrigações militares (se do sexo masculino) ;

f) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão, quando houver;

g) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;

h) Ser aprovado em exame médico pré-admissional; e

i) Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado do serviço público, mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental.

13.1.1 - No caso de Candidato PNE - Pessoa com Necessidades Especiais, deverá apresentar Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme declarado no ato da inscrição;

**14 - DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS**

14.1 - Os candidatos serão convocados por ordem crescente da classificação.

14.2 - O candidato classificado em Concurso Público poderá ser investido no cargo se atendidas, à época da convocação, todas as exigências para a investidura ora descrita, obedecido o interesse público, bem como a disponibilidade financeira da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

14.3 - Esgotada a lista de classificação do Concurso Público, os candidatos que não haviam manifestado interesse estarão novamente habilitados para a contratação por tempo determinado

neste exercício.

14.4 - Apenas na hipótese acima, a lista de classificação do Concurso Público será reaproveitada.

14.5 - Após a convocação, no prazo de 03 (três) dias os candidatos aprovados deverão se submeter à perícia médica para verificação da compatibilidade de sua saúde física e mental com o exercício das atribuições do cargo.

14.6 - O não comparecimento do candidato no local, dia e horários munidos dos documentos exigidos na data previamente designada implicará na desclassificação do candidato, podendo ser novamente convocado apenas em caso de reaproveitamento de lista.

14.7 - Ficará sem efeito a atribuição do contemplado que não comparecer no Setor de Recursos Humanos para a entrega dos documentos exigidos, não comprovar os requisitos exigidos no Edital, for declarado inabilitado no Exame de Saúde deixando de ser realizada a admissão.

**15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1 - Por ocasião da contratação deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos:

a) CPF/MF;

b) Título de Eleitor;

c) Carteira de Identidade RG;

d) Certificado de Escolaridade, Diploma ou Declaração de Conclusão de Curso;

e) Histórico Escolar;

f) Registro Profissional (Carteira do Conselho de Classe ou Órgão da Categoria), conforme o caso;

g) Certificado Militar (se homem);

h) Declaração de Não Acumulação de Cargo, Cargo, Cargo Pública ou proventos advindo de aposentadoria (Caso haja o acúmulo, apresentar Certidão do Órgão Empregador, contendo o Regime Jurídico, a carga horária e o horário de trabalho, com firma reconhecida);

i) 01 Foto 3X4;

j) Declaração de Bens;

k) Comprovante de votação da última eleição;

l) Comprovante de Residência.

15.2 - Para efeito de sua contratação fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade do cargo, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos.

15.3 - É vedada a contratação de profissional demitido a bem do serviço público nos últimos cinco anos, dos poderes públicos de quaisquer esferas, municipal, estadual ou federal.

15.4 - A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Concurso Público, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

15.5 - A inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Concurso Público, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração.

15.6 - A Organizadora bem como o órgão realizador do presente certame não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao Concurso Público.

15.7 - Após 180 (cento e oitenta) dias da divulgação oficial do Resultado Final do Concurso Público, as Folhas de Respostas serão digitalizadas, pela Organizadora do certame público, podendo após serem incineradas e mantidas em arquivo eletrônico, com cópia de segurança, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

15.8 - O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto à Prefeitura do Município de Campo Alegre/SC, após o Resultado Final.

15.9 - A validade do presente Concurso Público será de 2 (dois) anos, prorrogável por igual período conforme interesse da Administração.

15.10 - A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

15.11 - Ficam impedidos de participarem do certame aqueles que possuam com qualquer dos sócios da Organizadora relação de parentesco disciplinada nos artigos 1.591 a 1.595 do Novo Código Civil Brasileiro.

15.12 - Todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão dirimidos em comum pela organizadora e pela Prefeitura de Campo Alegre/SC, através da Comissão de Fiscalização do Concurso Público.

15.13 - A homologação do Concurso Público poderá ser efetuada por cargo, individualmente, ou pelo conjunto de funções constantes do presente Edital, a critério da Administração.

15.14 - As remunerações constantes do presente Edital são referentes à data do presente Edital, vinculadas aos dias efetivamente trabalhados pelo funcionário, estando sujeitas à alterações correspondentes aos dos cargos públicos efetivos.

15.15 - A aprovação no Concurso Público não ensejará a obrigatoriedade de contratação que se dará apenas em decorrência das necessidades da administração e da existência de vagas no período de vigência do Concurso Público.

15.16 - Caberá ao Prefeito do Município de Campo Alegre/SC a homologação dos resultados deste Concurso Público Classificatório.

15.17 - Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no endereço eletrônico [www.mga-concursospublicos.com.br](http://www.mga-concursospublicos.com.br).

15.18 - A Prefeitura do Município de Campo Alegre e a Organizadora, se eximem das despesas com viagens e estadias dos candidatos para comparecimento em quaisquer das fases deste Concurso Público.

15.19 - A Prefeitura Municipal de Campo Alegre e a empresa Organizadora, não se responsabilizarão por eventuais coincidências de locais, datas e horários de provas e quaisquer outras atividades ou eventos.

15.20 - As informações sobre o presente Concurso Público, até a publicação da Classificação Final, serão prestadas pela organizadora MGA Concursos por meio do telefone (44) 3346-8007 de segunda a sexta-feira das 9h às 12h e das 13h às 17h, sendo que após a competente homologação serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

15.21 - São partes integrantes deste Edital:

- a) Anexo I - Conteúdos Programáticos;
- b) Anexo II - Atribuições dos cargos.

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado nos murais: da sede da Prefeitura Municipal, na sede da Câmara Municipal de Vereadores, na sede da Casa da Cultura e na sede do IPRECAL, na íntegra, nos endereços eletrônicos: [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) e [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br) ; e ainda, seu extrato publicado na forma da legislação municipal pertinente vigente, ou seja, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM) e em jornal de circulação regional.

Campo Alegre/SC, 05 de março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

ANEXO I  
(CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015)

DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto;

interpretação do texto; gêneros e tipologias textuais. Fonética e Fonologia: ortografia; acentuação gráfica. Morfologia: as classes de palavras. Sintaxe: frase, oração, período; termos essenciais da oração; termos integrantes da oração (objeto direto, indireto, complemento nominal); termos acessórios da oração. Conjunções coordenativas (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); conjunções subordinativas adverbiais (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); concordância verbal e nominal. Suplemento ou Apêndice: crase; pontuação; funções do QUE e do SE; figuras de linguagem; vícios de linguagem.

CONHECIMENTOS LOCAIS: Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível municipal, regional, nacional.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS: Legislação da Educação Básica, LDB-Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN-Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP-Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino-Aprendizagem: Mediação professor-aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - Art's. 205 ao 219. Lei Federal 9.394/96. Lei Federal 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre.

PROFESSOR II - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU ENSINO FUNDAMENTAL): Origem e evolução da Educação Física; Educação do corpo e do movimento humano; Hábitos de vida saudável, Corporeidade/Movimento: Aptidão motora; tempo/espço; Jogos, Dança; Esporte; Fisiologia do exercício. Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: Mediação professor aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - Art's 205 ao 219. Lei Federal nº 9.394/96. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

PROFESSOR III - PROFESSOR DE ARTE (DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E/OU ENSINO FUNDAMENTAL): Conhecimentos Específicos para a área de atuação: História do Ensino da Arte no Brasil; Pressupostos Filosóficos Metodológicos do Ensino da Arte; Leitura, Produção, Contextualização; Artes Visuais; História da Arte; A ação pedagógica das atividades artísticas; Conhecimento,



Sensibilidade e Cultura; Imaginação e Linguagem; Intuição e Inspiração; Experimentação e Expressão nas diferentes Linguagens; Materialização Artística - Relação Forma e Configurações Expressivas; LDB, parâmetros curriculares nacionais e PCN de arte. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - Art's 205 ao 219. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre - SC.

**PROFESSOR IV - PROFESSOR DE INGLÊS (DOCÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL):** Classes Gramaticais, Interpretação de Texto; Vocabulário; Contextualização das palavras com vários significados; Gramática. Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: Mediação professor aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/1996. Constituição Federal de 1988 - Art's 205 ao 219. Lei Federal 9.394/96. Lei Federal 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre.

**PROFESSOR V - PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA (DOCÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL):** Acordo Ortográfico, Linguagem escrita: vocabulário, ortografia, pontuação, sílabas, acentuação gráfica, classes gramaticais, conjugação de verbos, regência, concordância, fonética, formação de palavras, linguagem figurada, discurso direto e indireto, análise sintática, emprego de pronomes, formas de tratamento, interpretação de textos, redação, versificação. Gêneros e tipologias textuais. Coesão e coerência. Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação. PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP - Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: Mediação professor aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - Art's. 205 ao 219. Lei Federal nº 9.394/96. Lei Federal 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Campo Alegre.

**PROFESSOR VI - PROFESSOR DE MATEMÁTICA (DOCÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL):** Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Álgebra: Equações e Inequações; Relações e funções; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Noções de probabilidade, Regra de três simples e composta, parte teórica e conceitual: adição, subtração, multiplicação, divisão com números inteiros e fracionários. Problemas envolvendo operações. Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP Projeto Político Pedagógico, Perspectivas Atuais da Educação, Currículo Escolar, Interdisciplinaridade, Diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: Mediação professor aluno, Plano de aula, Procedimentos metodológicos, Avaliação da aprendizagem, Inclusão. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - Art. nº 205 ao 219. Lei Federal 9.394/96. Lei Federal 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre.

**PROFESSOR VII - PROFESSOR DE CIÊNCIAS (DOCÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL):** Conhecimentos Específicos para a área de atuação: Matérias encontradas no ambiente; propriedades físicas e químicas; Substâncias fundamentais nas teorias atômicas - moleculares; Transformações químicas e físicas dos materiais; Organização dos materiais na terra e suas transformações; Energia no ambiente; Equilíbrio e movimento dos corpos; Organização, evolução e hipóteses sobre a origem do universo; Transformações terrestres; Características funcionais dos seres vivos; Ecossistemas; Controle ambiental. Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP - Projeto Político Pedagógico. Constituição Federal de 1988 - Art's. 205 ao 219. Lei Federal 9.394/96. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre.

**PROFESSOR VIII - PROFESSOR DE GEOGRAFIA (DOCÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL):** Formação territorial do Brasil; Desenvolvimento socioeconômico e a questão regional brasileira; As escalas geográficas e cartográficas para o conhecimento do território; Urbanização: dinâmica e tendências no Brasil e no Município. Rede e hierarquia urbanas no Brasil; Crescimento e distribuição espacial da população brasileira; Indústrias: estrutura, distribuição e crescimento no Brasil; Espaço rural e relações campo cidade; Aproveitamento energético no Brasil: fontes, distribuição espacial e novas tecnologias; Sistemas de Informações Geográficas: análise de dados, seleção e manipulação e elaboração de mapas temáticos; Análise do relevo aplicada ao planejamento ambiental; Pesquisa ambiental: análise de impactos e interdisciplinaridade; Geografia Física na avaliação das limitações, potencialidades e mudanças ambientais; Principais unidades do relevo brasileiro; Bacias hidrográficas: análise ambiental e manejo de recursos naturais; Litoral brasileiro; Erosão e conservação dos solos no Brasil: causas e consequências. Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação. PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP - Projeto Político Pedagógico. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A

construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - Art's. 205 ao 219. Lei Federal 9.394/96. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

**PROFESSOR IX - PROFESSOR DE HISTÓRIA (DOCÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL):** Fundamentos teóricos do pensamento histórico - História Positivista, Marxista, Nova História e as correntes atuais do pensamento historiográfico. Trabalho e Sociedade - Organização temporal e espacial das relações sociais de produção, destacando o trabalho na Modernidade. O trabalho no capitalismo, terceirização, o trabalho informal, diferentes tipos de exploração, alienação e os movimentos de resistência. Cultura - Representações culturais, mudanças culturais relacionadas aos meios de comunicação e aos movimentos sociais. Conceito de mestiçagem cultural. Ideias e Práticas Revolucionárias - Tecnológicas: industrial e dos meios de comunicação. Sociais: movimentos feministas e de jovens; ascensão do proletariado; as lutas étnicas. Políticas e ideológicas: grupos e correntes de contestação. Poder e Violência - Regimes autoritários do mundo contemporâneo e poder dos grupos organizados. Movimentos de resistências e reivindicatórios. Globalização - Meios de comunicação e transporte. A invenção da imprensa e divulgação de ideias. Novas formas de integração e desintegração econômica e distribuição de poder. A modernização do Brasil. Nação e Nacionalidade - O princípio das nacionalidades e a formação do Estado Nacional Brasileiro. Culturas e identidades. Disputas étnicas no Brasil, África e Europa. Cidadania - O Estado e a participação política do cidadão. Cidadania e liberdade: escravidão na Antiguidade e nos tempos modernos, servidão, movimentos em prol da igualdade étnica. Cidadania e manifestações culturais. Movimentos de preservação da memória nacional e dos grupos sociais. A construção de noções de temporalidade na história ensinada. Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação. PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP - Projeto Político Pedagógico. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - Art's. 205 ao 219. Lei Federal nº 9.394/96. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

**PROFESSOR X - PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO (DOCÊNCIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL):** O Ensino Religioso no contexto do Ensino Fundamental. Diversidades culturais religiosas no Brasil. Conteúdos do Ensino Religioso em diferentes denominações Religiosas. Fundamentos Gerais do Ensino Religioso; História, Legislação do Ensino Religioso; Fundamentos Epistemológicos do Ensino Religioso; Paradigmas Educacionais do Ensino Religioso; Fundamentos Específicos do Ensino Religioso; Culturas e Tradições Religiosas; Fenômeno Religioso: Teologias e outros discursos; e textos Sagrados Orais e Escritos; Ethos no Ensino Religioso; Fundamentos da Prática no Ensino Religioso; Legislação da Educação Básica, LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação. PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, PPP - Projeto Político Pedagógico. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas

metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - Art's. 205 ao 219. Lei Federal nº 9.394/96. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

## ANEXO II

(CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015)

### ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

#### ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS:

01. Desenvolver atividades de hábitos de estudo e organização;
02. Tratar de assuntos atuais e de interesse dos alunos fazendo integração junto às diversas disciplinas;
03. Orientar os professores na observação e registro do comportamento do aluno;
04. Buscar alternativas para superar as causas do desajustamento e aproveitamento deficiente do aluno;
05. Assessorar os professores no planejamento de experiências diversificadas que permitam ao aluno: a) Descobrir através da auto-avaliação e da execução de atividades, suas dificuldades e facilidades; b) Descobrir o seu modo e ritmo de trabalho; c) Descobrir sua forma de relacionar-se com os colegas e profissionais da escola;
06. Oferecer subsídios aos professores quanto a: a) Coleta e registro de dados de alunos através de observações, questionários, entrevistas, reuniões de alunos, reuniões com pais; b) Desenvolver um trabalho de prevenção; c) Estudo sobre o rendimento dos alunos e tarefas educativas conjuntas que levem ao alcance dos objetivos comuns; d) Avaliação dos resultados do processo ensino-aprendizagem, adequando-os aos objetivos. Educacionais, assessorando e decidindo junto com o professor e Conselho de Classe os casos de aprovação e reprovação do aluno.
07. Junto às famílias dos alunos: a) Entrevista com os pais para troca de dados e informações acerca do aluno; b) Propiciar aos pais o conhecimento de características do processo de desenvolvimento; psicológico da criança, bem como de suas necessidades e condicionamentos sociais; c) Refletir com os pais o desempenho dos seus filhos na escola e fornecer as observações sobre a integração social do aluno na escola, verificando variáveis externas que estejam interferindo no comportamento do aluno, para estudar diretrizes comuns a serem adotadas; d) Atendimentos individuais, sempre que for necessários para análise e reflexão dos problemas encontrados em situações de classe, recreios, desempenho escolar, pontualidade, cuidado com material de uso comum, relacionamento com os colegas de classes e outros alunos do Colégio, respeito aos professores e funcionários; e) Atendimento em grupo sempre que for necessário para reflexão de problemas citados acima ocorridas em situações de grupo.
08. Participar das reuniões de pais, preparação e realização dos Conselhos de Classe, em eventos da escola e atividades extracurriculares, mesmo fora do horário normal;
09. Acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino;
10. Participar na elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico da escola, assim como proceder ao acompanhamento das atividades nele proposta;
11. Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas aula estabelecidas;
12. Zelar pelo cumprimento do plano diário e anual dos docentes;
13. Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
14. Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar planos, programas

e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e da escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais;

15. Acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade do ensino;
16. Planejar, executar, avaliar os encaminhamentos, de forma permanente, dos conselhos de classe, das reuniões pedagógicas, reuniões de pais, de planejamento, grupos de estudo e projetos;
17. Propiciar a discussão junto aos pais, equipe pedagógica e professores, sobre o processo ensino aprendizagem dos alunos, visando o acompanhamento, discussão e encaminhamentos necessários;
18. Realizar e divulgar as referências bibliográficas e de outros materiais pedagógicos na área de educação, visando fundamentar, atualizar e redimensionar a ação pedagógica dos profissionais na escola;
19. Participar de cursos, seminários, encontros e outros, buscando fundamentação, atualização e redimensionamento da ação específica dos especialistas, com vistas a subsidiar uma postura de pesquisa e investigação, frente à práxis pedagógica;
20. Elaborar o relatório síntese das ações realizadas anualmente na unidade educativa;
21. Coordenar junto à Unidade Escolar a criação, organização e funcionamento das instâncias colegiadas, tais como: Conselho de Escola, A.P.P., Grêmio Estudantil e outros, incentivando a participação e democratização das decisões e das relações, na unidade escolar;
22. Coordenar junto à comunidade escolar o processo de elaboração, atualização do Regimento Escolar e a utilização deste, como instrumento de suporte pedagógico;
23. Participar da análise qualitativa e quantitativa do rendimento escolar, junto com os professores e direção, visando reduzir os índices de evasão e repetência, qualificando o processo ensino aprendizagem;
24. Substituir o professor na ausência do mesmo
25. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.
26. Manter-se firme quando necessário, sem intimidação, criando um clima de cooperação na escola.

#### PROFESSOR II AO X:

1. Planejar, ministrar aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao aperfeiçoamento profissional, buscando atualização constante e uma prática educacional mais competente;
2. Zelar pela aprendizagem dos educandos, buscando desenvolver atividades de ensino-aprendizagem diversificadas, permitindo que os alunos re-elaborem os conhecimentos adquiridos e produzam novos conhecimentos, respeitando os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social de cada um, garantindo a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura;
3. Participar da elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar, elaborando seu planejamento de acordo com as diretrizes norteadoras;
4. Realizar a recuperação contínua de estudos com os alunos que, durante o processo de ensino-aprendizagem, apresentarem um menor rendimento no domínio do conteúdo curricular ministrado;
5. Promover avaliações globais, contínuas e permanentes, acompanhando e enriquecendo o desenvolvimento do trabalho do aluno atribuindo-lhes notas e/ou, conceitos e avaliações descritivas nos prazos fixados, bem como relatórios de aproveitamento;
6. Manter e fazer com que seja mantida a disciplina, em sala de aula e fora dela, em cooperação com a Direção;
7. Zelar pela permanência de todos os alunos na escola, contribuindo para a diminuição do índice de evasão escolar;
8. Comunicar à Direção, e ao serviço de Supervisão, a relação dos alunos que apresentam rendimento insuficiente, oferecendo alternativas para sua recuperação;

9. Criar entre os alunos um clima de bom relacionamento, empenhando-se no cultivo de valores humanos, tais como: a solidariedade, a confiança, o respeito, o amor ao próximo e a responsabilidade em todas as tarefas;
10. Comparecer às reuniões, conselhos de classe e outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal;
11. Cooperar com as decisões da Direção e demais autoridades de ensino;
12. Colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade, estabelecendo as relações necessárias com os pais, dando-lhes ciência da situação de seus filhos e notificando-os em tempo hábil sobre o rendimento escolar de cada bimestre;
13. Colaborar com a Direção e com a Secretaria Municipal de Educação, na organização e na execução de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, recreativo ou promocional;
14. Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento demonstrando cordialidade, solidariedade e respeito com as crianças, com a equipe e com a comunidade em geral, exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração e iniciativa dentro e fora do contexto escolar;
15. Elaborar programas, projetos, planos de curso, Plano diário e anual atendendo ao avanço da tecnologia educacional às diretrizes curriculares, contribuindo para o aprimoramento e qualidade do ensino;
16. Executar o trabalho docente em consonância com a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino;
17. Manter-se atualizado sobre a legislação educacional
18. Levantar, interpretar e formar dados relativos a realidade de suas turmas;
19. Desenvolver atividades, tais como: estudo, pesquisa, confecção de materiais; com diversas estratégias para alunos com necessidades especiais como para os demais;
20. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

### CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015

#### CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar público a abertura das inscrições ao concurso público de provas, para provimento efetivo das vagas nos cargos abaixo descritos e a formação de cadastro de reserva, durante o prazo de validade do concurso público nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas neste Edital, cuja realização ficará sob a responsabilidade da organizadora MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI, CNPJ/MF sob nº 20.267.664/0001-29 e supervisionado pela Comissão de Fiscalização do Concurso Público, e será regido pelas instruções especiais constantes do presente instrumento, elaborado em conformidade com os ditames da Legislação Municipal vigente e pertinente.

#### 1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 - O Concurso Público será regido por este Edital, seus Anexos, eventuais retificações e/ou aditamentos, e será realizado sob a responsabilidade da organizadora MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI, CNPJ/MF sob nº 20.267.664/0001-29 e supervisionado pela Comissão de Fiscalização do Concurso Público.
- 1.2 - É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar todas as publicações referentes a este Concurso Público.
- 1.3 - O regime jurídico adotado é Estatutário.

#### 2 - DO CÓDIGO DO CARGO, DO CARGO, DA FUNÇÃO, DA CARGA HORÁRIA, DA ESCOLARIADA/HABILITAÇÃO EXIGIDOS, DAS



**VAGAS, DO VENCIMENTO E DA TAXA DE INSCRIÇÃO:**

2.1 - Os cargos públicos a serem providos e os cargos para formação de cadastro de reserva são os abaixo:

Código	Cargo	Função	Carga Horária	Escolaridade/ Habilitação	Vagas	Vencimento (men- sal) R\$	Taxa de ins- crição R\$
02	Assistente Social	Assistente Social	40 horas semanais	Curso Superior de Serviço Social. Registro no Conselho Regional de Serviço Social.	CR	3.116,76	60,00
04	Contador	Contador	40 horas semanais	Curso Superior de Ciências Contábeis. Registro no Conselho Regional de Contabilidade	CR	3.116,76	60,00
19	Fiscal	Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente.	40 horas semanais	Curso de nível médio e curso técnico em contabilidade, com registro no Conselho Regional de Contabilidade. Possuir carteira de habilitação A e B	CR	1.558,36	40,00
20	Agente Administrativo II	Agente Administrativo II	40 horas semanais	Nível Médio (2º grau). Conhecimentos básicos em informática.	CR	1.198,72	40,00
22	Instrutor de Música	Instrutor de Música – VIOLÃO	Por hora/aula	Curso de nível médio (2º grau) e comprovação de curso de formação de instrumento específico e/ou curso profissionalizante na área de atuação	01	6,22 a hora/aula	40,00
22	Instrutor de Música	Instrutor de Música - TECLADO	Por hora/aula	Curso de nível médio (2º grau) e comprovação de curso de formação de instrumento específico e/ou curso profissionalizante na área de atuação	CR	6,22 a hora/aula	40,00
22	Instrutor de Música	Instrutor de Música – BATERIA	Por hora/aula	Curso de nível médio (2º grau) e comprovação de curso de formação de instrumento específico e/ou curso profissionalizante na área de atuação	01	6,22 a hora/aula	40,00
24	Agente Operacional III	Operador de Máquinas e Equipamentos	40 horas semanais	Ensino fundamental (1º grau). Possuir habilitação CNH Categoria "C" ou superior, e aprovação em Prova Prática.	01	1.042,37	30,00
24	Agente Operacional III	Veículos Pesados	40 horas semanais	Ensino fundamental (1º grau). Possuir habilitação CNH Categoria "E", e aprovação em Prova Prática.	CR	1.042,37	30,00
24	Agente Operacional III	Agente de Manutenção	40 horas semanais	Ensino fundamental (1º grau) e aprovação em Prova Prática	CR	1.042,37	30,00
25	Motorista	Motorista de Veículos Leves	40 horas semanais	4ª série do 1º grau (ensino fundamental). Possuir habilitação própria para Carteira Categoria "D" ou "E", na forma do Código Nacional de Trânsito. Aprovação em Prova Prática.	CR	1.042,37	30,00
25	Motorista	Motorista da Saúde	40 horas semanais	4ª série do 1º grau (ensino fundamental). Possuir habilitação própria para Categoria "D" e "E", na forma do Código Nacional de Trânsito. Aprovação em Prova Prática.	CR	1.042,37	30,00
29	Agente Operacional I	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas semanais	Ensino Fundamental	04	755,33 + complemento para atingir o salário mínimo, se necessário.	30,00
29	Agente Operacional I	Auxiliar Operacional	40 horas semanais	Ensino Fundamental	CR	755,33 + complemento para atingir o salário mínimo, se necessário.	30,00
37	Agente Operacional V	Pedreiro / Carpinteiro	40 horas semanais	Ensino fundamental e aprovação em Prova Prática.	CR	1.125,89	30,00
87	Motorista de Transporte de Pessoas	Motorista de Transporte de Pessoas	40 horas semanais	Ensino Fundamental completo com CNH Categoria "D"; Curso de condutor de veículo de Transporte Escolar e, Aprovação em Prova Prática.	04	1.042,37	30,00

\*Cadastro de reserva

2.2 - O conteúdo programático consta no Anexo I desse Edital.

2.2 - As atribuições dos cargos constam do Anexo II deste Edital.

2.3 - O valor da taxa de inscrição de cada cargo está descrito na tabela acima, na coluna "Taxa de Inscrição R\$".

**3 - DAS INSCRIÇÕES**



3.1 - As inscrições deverão ser efetuadas, única e exclusivamente, pela internet no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) no período de 06 de março de 2015 a 20 de março de 2015.

3.1.1 - Não será permitida inscrição pelos correios, fac-símile, condicional ou fora do prazo estabelecido no subitem 3.1 deste edital.

3.2 - Para inscrever-se, o candidato deverá:

3.2.1 - Acessar o endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) durante o período de inscrição, descrito no item 3.1 deste edital;

3.2.2 - Ler atentamente o Edital de Abertura e Anexo(s);

3.2.3 - Preencher corretamente o Formulário de Inscrição, e fazer a opção pelo CARGO para o qual pretende concorrer;

3.2.4 - Realizar o pagamento do boleto bancário em até 01 dia útil após o término das inscrições.

3.3 - O candidato será responsável por qualquer erro e/ou omissão, bem como pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição.

3.4 - O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata, ou ainda, que não atenda todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado em todas as fases do certame.

3.5 - Será divulgada a lista das inscrições homologadas, através de Edital disponibilizado no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) e afixado no mural da Prefeitura, no dia 01 de abril de 2015, sobre a qual caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, nos termos previstos pelo item 9 deste Edital.

3.6 - É única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Concurso público que será feita no Mural na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, e no endereço eletrônico e [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br).

3.7 - A organizadora MGA Concursos, não se responsabilizará por solicitação de inscrição via internet não recebida por falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

3.8 - São condições para a inscrição:

3.8.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do Art. 12 da Constituição Federal.

3.8.2 - Ter até a data da contratação, idade mínima de 18 anos, gozar de boa Saúde Física e Mental, estar no gozo dos direitos Políticos e Cívicos, e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar.

3.8.3 - Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga.

3.8.4 - Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental.

#### 4- DAS ISENÇÕES

4.1 Haverá isenção da Taxa de Inscrição para o Candidato inscrito no CadÚnico do Governo Federal, o candidato deverá estar cadastrado e atualizado no CadÚnico do Governo Federal. Para solicitação o candidato deverá escolher a opção de isento no formulário de inscrição e preencher o número do NIS.

4.1.1 O preenchimento de Solicitação de Isenção deverá ser realizado no momento da Inscrição através do Formulário de Inscrição no período de 06/03/2015 a 10/03/2015.

4.1.2 A relação das isenções deferidas será divulgada no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) devendo o candidato verificar o deferimento ou não na data 11/03/2015.

4.1.3 O Candidato que tiver a sua solicitação de isenção da Taxa de Inscrição INDEFERIDA, poderá impetrar recurso contra o Indeferimento da Solicitação de Isenção através do endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) nos dias 12/03/2015 a 16/03/2015.

4.1.4 - A Comissão de Acompanhamento do Concurso Público apreciará o recurso e emitirá o seu parecer até o dia 17/03/2015; havendo deferimento, a lista de candidatos isentos será republicada no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) no dia 17/03/2015.

4.1.5 - Caso o Candidato tenha seu recurso indeferido, ele deverá acessar o endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br), imprimir a 2ª via do Boleto Bancário até 20/03/2015 e efetuar o pagamento até o dia 20/03/2015.

#### 5 - DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE

5.1- Será assegurada a inscrição às Pessoas com Necessidades Especiais nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal e pela Lei nº 7.853/89 e legislação municipal, sendo assegurado o direito de inscrição para as funções em Concurso Público, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

5.1.1 - Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto nº 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, será reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas existentes para cada cargo, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente Concurso Público.

5.1.1.1 - Se na aplicação do percentual resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para o PNE. Se inferior a 0,5 (cinco décimos) a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para o cargo.

5.1.2 - Consideram-se PNE aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99.

5.1.3 - Aos Candidatos PNE, serão resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, participarão do Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para os demais candidatos. Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, através de campo próprio na ficha de inscrição disponibilizada no site.

5.1.4 - O candidato deverá encaminhar via SEDEX com AR, no prazo de 06/03/2015 até o dia 20/03/2015, para a organizadora MGA Concursos, no endereço: Avenida Lucílio de Held, nº 1.378, sala 03 - Jd. Alvorada - CEP: 87033-230 - Maringá/PR, na via original ou fotocópia autenticada, os documentos abaixo relacionados:

a) Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de prova.

b) Solicitação de prova especial, se necessário.

5.1.5 - O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital ou não solicitar prova em condições especiais não terá avaliação especificamente elaborada, não podendo impetrar recurso em favor de sua situação.

5.1.6 - Serão automaticamente indeferidas as inscrições na condição de PNE, dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital.

5.1.7 - Aos deficientes visuais (cegos) serão oferecidas provas no sistema braile e suas respostas deverão ser transcritas também em braile. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo ainda, utilizar-se de soroban. Aos deficientes visuais (amblíopes) serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho e letra correspondente a corpo 24.

5.1.8 - Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas a PNE, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem classificatória.

5.1.9 - O candidato que não atender ao solicitado no subitem 5.1.5 deste edital, não será considerado PNE, e passará automaticamente a concorrer às vagas de Ampla Concorrência.

5.1.10 - Ao ser convocado para investidura no cargo público, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura do Município de Campo Alegre/SC, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo. Será eliminado da lista de PNE o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

5.1.11 - Será excluído do Concurso Público o candidato que tiver deficiência considerada incompatível com as atribuições do cargo, bem como aquelas conceituadas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e legislação aplicável a espécie, e que constituam inferioridade que implique em grau acentuado de dificuldade para integração social.

5.1.12 - Não serão considerados como deficiência os distúrbios passíveis de correção.

5.1.13 - Após o ingresso do candidato PNE, a necessidade especial não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação do cargo, e de aposentadoria por invalidez.

## 6 - DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

6.1 - O Concurso será composto da 1ª e 2ª etapa, com prova objetiva e prática, conforme abaixo:

6.1.1 - 1ª ETAPA - PROVA ESCRITA OBJETIVA, de caráter eliminatório e classificatório, para todos os cargos;

6.1.2 - 2ª ETAPA - PROVA PRÁTICA, de caráter eliminatório, apenas para os cargos: a) Agente Operacional III - Operador de Máquinas e Equipamentos; b) Agente Operacional III - Veículos Pesados; c) Agente Operacional III - Agente de Manutenção; d) Motorista - Motorista de Veículos Leves; e) Motorista - Motorista da Saúde; f) Agente Operacional V - Pedreiro/Carpinteiro; e g) Motorista de Transporte de Pessoas.

## 7 - DAS PROVAS

7.1 - As provas objetivas serão aplicadas na cidade de Campo Alegre/SC, na data de 12/04/2015, terá duração de 03(três) horas, em locais que serão oportunamente divulgados.

Cargos	Período	Data	Horários
Todos os cargos	MANHÃ	12/04/2015	Abertura dos portões: 08h Fechamento dos portões: 08h45min Início da aplicação das provas: 09h Término das Provas: 12h

7.1.1 - A Prova Objetiva de múltipla escolha conterá questões das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas (item 7.4).

## 7.2 - DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

7.2.1 - A Prova Objetiva de múltipla escolha conterá questões das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas (item 7.4).

7.2.2 - As questões da Prova Objetiva serão de múltipla escolha com apenas uma alternativa correta.

7.2.3 - O Conteúdo Programático das Provas Objetivas está disposto no Anexo I deste Edital.

7.2.4 - O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 1 (uma) hora, munido de caneta azul ou preta, e um Documento de Identidade com foto, podendo ainda (opcional), apresentar lápis preto e borracha.

## 7.3 DO JULGAMENTO DAS PROVAS OBJETIVAS

7.3.1 - A nota da Prova Objetiva será obtida pela multiplicação do número de acertos em cada disciplina pelo peso de cada questão.

7.3.2 - À Prova Objetiva será atribuído valor máximo de 100 (cem) pontos.

7.3.3 - À Prova Objetiva será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) na pontuação total da Prova Objetiva;

b) REPROVADO: o candidato que não obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) na pontuação total da Prova Objetiva;

c) AUSENTE: o candidato não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação do Concurso Público.

7.3.4 - A pontuação relativa à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será (ão) atribuída(s) a todos os candidatos do respectivo cargo daquela questão, presentes à prova.

## 7.4 QUADRO DE PROVAS OBJETIVAS

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL POR CADERNO
Cargos de nível superior	Língua Portuguesa	10	3,0	30
	Conhecimentos Locais	10	3,0	30
	Conhecimento Específico	10	4,0	40
TOTAL	---	30	---	100

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL POR CADERNO
Cargos de nível técnico (Fiscal)	Língua Portuguesa	10	3,0	30
	Conhecimentos Locais	10	3,0	30
	Conhecimento Específico	10	4,0	40
TOTAL	---	30	---	100

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL POR CADERNO
Cargos de nível médio	Língua Portuguesa	10	3,0	30
	Conhecimentos Locais	10	3,0	30
	Conhecimento Específico	10	4,0	40
TOTAL	---	30	---	100

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL POR CADERNO
Cargos de nível fundamental	Língua Portuguesa	10	3,0	30
	Conhecimentos Locais	10	3,0	30
	Matemática	10	4,0	40
TOTAL	---	30	---	100

## 7.5 - DAS PROVAS PRÁTICAS

7.5.1 - As provas práticas serão aplicadas em data e local a ser definido em edital de convocação.

7.5.2 - Os candidatos serão submetidos a avaliações, descritas no anexo III deste Edital.

7.5.3 - O candidato será considerado aprovado se receber nota da avaliação igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.

7.5.4 - O candidato ausente, desistente, ou descumprir as orientações dos examinadores será considerado eliminado na prova prática e consequentemente reprovado no concurso público.

7.5.5 - Não haverá 2ª (segunda) chamada para realização das provas em hipótese alguma.

**8 - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS**

8.1 - As Provas serão aplicadas na data estipulada no subitem 7.1.1 deste Edital no Município de Campo Alegre/SC, em locais e horários que serão oportunamente divulgados, com duração máxima de 03h (três horas), incluso o tempo para preenchimento da Folha de Respostas.

8.1.1 - As datas das Provas Objetivas poderão ser alteradas por necessidade da administração. Havendo alteração da data prevista, será publicada com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, ou a qualquer tempo em caso de calamidade pública.

8.2 - Caso o número de candidatos exceda a capacidade de alocação no Município, a organizadora do Concurso Público e a Administração Municipal poderão alterar horários das provas, dividir a aplicação das provas em mais de uma data, ou utilizar escolas de municípios vizinhos cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e através do endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br).

8.3 - Não haverá sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer ao local determinado para a realização das provas, com antecedência mínima de 01h (uma hora), munido de caneta azul ou preta, e um Documento de Identidade com foto, podendo ainda (opcional), apresentar lápis preto e borracha.

8.3.1 - Para a comprovação do "Documento de Identidade com foto" que trata o item 8.3, o candidato poderá apresentar um dos seguintes documentos:

- a) Cédula de Identidade - RG;
- b) Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- c) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- d) Certificado Militar;
- e) Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- f) Passaporte.

8.4 - Somente será admitido o ingresso e permanência na sala de prova do candidato munido de um dos documentos discriminados no subitem 8.3.1 deste Edital, desde que permita, com clareza, a sua identificação. Não será aceito protocolo ou cópia dos documentos citados, ainda que autenticada, ou qualquer outro documento diferente dos anteriormente definidos.

8.5 - Os portões dos locais de prova serão fechados 15 (quinze) minutos antes do horário de início da aplicação das provas - Horário Oficial de Brasília, **NÃO SERÁ PERMITIDO, SOB QUALQUER HIPÓTESE, O INGRESSO DE CANDIDATOS NO LOCAL DE PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.**

8.6 - Não será permitido o ingresso do candidato à sala de prova, após o horário definido para início da mesma.

8.7 - As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e similares. Reserva-se à Comissão de Fiscalização do Concurso Público e aos Fiscais, o direito de eliminar do certame o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

8.8 - Durante as provas, não serão permitidas: consultas bibliográficas de qualquer espécie; utilização de máquina calculadora, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, tablets, notebook, BIP, ou qualquer material que não seja o estritamente necessário para a realização das provas. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e deixados sobre a mesa do fiscal de sala até o término da prova.

8.9 - Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do fiscal de sala, podendo sair somente acompanhado do fiscal volante, designado pela Comissão de Fiscalização do Concurso Público.

8.10 - O candidato só poderá se ausentar da sala, após 01h (uma hora) do início das provas. No caso de término da prova o candidato deverá entregar ao fiscal de sala a respectiva Folha de

Respostas com o Caderno de Questões.

8.11 - No início das provas o candidato receberá sua Folha de Respostas, o qual deverá ser assinado e ter seus dados conferidos e, em hipótese nenhuma, haverá substituição em caso de erro ou rasura do candidato.

8.12 - O candidato que necessitar alterar seus dados deverá comunicar imediatamente o Fiscal de Sala para que o mesmo registre em Ata a referida solicitação para correção posterior.

8.13 - As Provas Objetivas (escritas) desenvolver-se-ão através de questões de múltipla escolha, na forma estabelecida no presente Edital.

8.14 - Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude de afastamento, por qualquer motivo, de candidato da sala de prova.

8.15 - O preenchimento da Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato, sendo o único documento válido para a correção eletrônica e deverá ser entregue ao final da avaliação ao fiscal de sala.

8.15.1 - Não deverá ser feita nenhuma marcação na Folha de Resposta fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas Leitoras Ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

8.16 - A correção da Prova Objetiva será feita pelo sistema de Leitura Ótica, pelo que não serão computadas questões não assinaladas, ou que contenham emendas ou rasuras, ou que tenham sido respondidas a lápis, ou ainda, que contenham mais de uma alternativa assinalada.

8.17 - Em caso de anulação de questão, por qualquer razão, a pontuação correspondente àquela questão será atribuída a todos os candidatos, independente de recurso.

8.18 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Concurso Público, os quais serão afixados no mural da Prefeitura, no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br), devendo ainda manter-se atualizado.

8.19 - O gabarito das provas objetivas estará disponível para consulta no site [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br), no dia subsequente à realização da prova.

**9 - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS**

9.1 - O Candidato que necessitar de condições especiais para a realização da Prova Objetiva deverá requerer à Organizadora mediante solicitação simples, a ser enviada juntamente com Atestado Médico, original ou cópia autenticada, onde conste o motivo da incapacidade, no prazo de 06/03/2015 até o dia 20/03/2015.

9.1.1 - No caso de Candidata lactante, que necessite amamentar durante a realização das provas, a mesma deverá enviar cópia autenticada da certidão de nascimento do(a) menor.

9.1.1.1 - A candidata deverá levar um acompanhante que será responsável pela guarda da criança, e aguardará em sala específica para esse fim, o acompanhante não permanecerá na sala em hipótese alguma durante a amamentação.

9.1.1.2 - O tempo utilizado pela candidata na amamentação não será acrescido, sob hipótese alguma no período de tempo total destinado à realização das provas.

9.2 - A relação das solicitações de Condição Especial deferidas será divulgada no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br), através de Edital específico, devendo o candidato verificar o deferimento ou não na data de 01 de abril de 2015.

**10 - DOS RECURSOS**

10.1 - Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados, perante a organizadora do Concurso Público MGA Concursos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado do primeiro dia subsequente às datas do (a):

- a) Edital de Deferimento das Inscrições;
- b) Edital de Condições Especiais de prova para candidatos deficiente;
- c) Questões das Provas e Gabarito Preliminar;



d) Edital de Resultado das Provas Objetivas e Prática.

10.2 - O recurso deverá ser preenchido no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) no link RECURSOS, o candidato deverá preencher corretamente.

- Nome do candidato;
- Número de inscrição;
- Número do documento de identidade;
- Cargo para o qual se inscreveu;
- A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
- A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso.

10.3 - Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e se for o caso anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração.

10.4 - Não serão aceitos recursos encaminhados, via fax e/ou correios, devendo estar devidamente embasado em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível, sob pena de indeferimento.

10.5 - Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito. A Comissão de Fiscalização do Concurso Público constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

10.6 - As respostas aos recursos interpostos serão disponibilizadas através do endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br), após um dia útil da interposição do recurso.

#### 11 - DA PONTUAÇÃO FINAL

11.1 - A pontuação final do candidato será a nota obtida na Prova Objetiva, considerando que a prova prática tem apenas caráter eliminatório, e será disponibilizada através de Edital de Classificação, a ser divulgado no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br).

11.2 - Caberá recurso da classificação geral, a ser interposto no prazo de 03 dias úteis a partir da publicação, nos termos estabelecidos no item 10 deste Edital.

11.3 - Em caso de deferimento do recurso, será republicada a lista classificatória, da qual não caberá mais recurso.

#### 12 - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1 - Os candidatos serão classificados em ordem decrescente da pontuação final.

12.2 - Os candidatos classificados serão relacionados em duas listas, sendo uma Lista Geral (todos os candidatos aprovados) e outra Lista Especial (PNE - Pessoa com Necessidades Especiais), se houver.

12.3 - Não ocorrendo Candidatos inscritos ou aprovados na condição de PNE - Pessoa com Necessidades Especiais, haverá somente a Lista Geral de Classificação Final.

12.4 - Na classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão obedecidos os seguintes fatores de desempate:

- a) Idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003, entre si e frente aos demais, dando-se preferência ao de idade mais elevada;
- b) Maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
- c) Maior nota na prova de Língua Portuguesa;
- d) Maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;
- e) Maior idade considerando ano, mês e dia de nascimento;

12.5 - Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará através de sorteio público.

#### 13 - DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

13.1 - São requisitos básicos para investidura no cargo público:

- a) Aprovação neste concurso público;
- b) Nacionalidade brasileira;
- c) Estar em pleno gozo dos direitos políticos;
- d) Estar em dia com suas obrigações eleitorais;
- e) Estar em dia com suas obrigações militares (se do sexo masculino);
- f) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão, quando houver;
- g) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;
- h) Ser aprovado em exame médico pré-admissional; e
- i) Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado do serviço público, mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental.

13.1.1 - No caso de Candidato PNE - Pessoa com Necessidades Especiais, deverá apresentar Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme declarado no ato da inscrição.

#### 14 - DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

14.1 - Os candidatos serão convocados por ordem crescente da classificação.

14.2 - O candidato classificado em concurso público poderá ser investido no cargo se atendidas, à época da convocação, todas as exigências para a investidura ora descrita, obedecido o interesse público, bem como a disponibilidade financeira da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

14.3 - Esgotada a lista de classificação do concurso público, os candidatos que não haviam manifestado interesse estarão novamente habilitados para a contratação por tempo determinado neste exercício.

14.4 - Apenas na hipótese acima, a lista de classificação do concurso público será reaproveitada.

14.5 - Após a convocação, no prazo de 03 (três) dias os candidatos aprovados deverão se submeter à perícia médica para verificação da compatibilidade de sua saúde física e mental com o exercício das atribuições do cargo.

14.6 - O não comparecimento do candidato no local, dia e horários munidos dos documentos exigidos na data previamente designada implicará na desclassificação do candidato, podendo ser novamente convocado apenas em caso de reaproveitamento de lista.

14.7 - O candidato que não comparecer no Setor de Recursos Humanos para a entrega dos documentos exigidos, não comprovar os requisitos exigidos no Edital, for declarado inabilitado no Exame de Saúde deixando de ser realizada a admissão, perderá o direito a investidura no cargo, sendo considerado como desistência.

#### 15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Por ocasião da contratação deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos:

- a) CPF/MF;
- b) Título de Eleitor;
- c) Carteira de Identidade RG;
- d) Certificado de Escolaridade, Diploma ou Declaração de Conclusão de Curso;
- e) Histórico Escolar;
- f) Registro Profissional (Carteira do Conselho de Classe ou Órgão da Categoria), conforme o caso;
- g) Certificado Militar (se homem);
- h) Declaração de Não Acumulação de Cargo, Cargo, Cargo Pública ou proventos advindo de aposentadoria (Caso haja o acúmulo, apresentar Certidão do Órgão Empregador, contendo o Regime Jurídico, a carga horária e o horário de trabalho, com firma reconhecida);
- i) 01 Foto 3X4;
- j) Declaração de Bens;
- k) Comprovante de votação da última eleição;



l) Comprovante de Residência;

m) Certidão de Regularidade Junto ao Conselho de Classe, conforme o caso.

15.2 - Para efeito de sua contratação fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade do cargo, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos.

15.3 - É vedada a contratação de profissional demitido a bem do serviço público nos últimos cinco anos, dos poderes públicos de quaisquer esfera, municipal, estadual ou federal.

15.4 - A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Concurso Público, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

15.5 - A inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Concurso Público, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração.

15.6 - A Organizadora bem como o órgão realizador do presente certame não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao Concurso Público.

15.7 - Após 180 (cento e oitenta) dias da divulgação oficial do Resultado Final do Concurso Público, as Folhas de Respostas serão digitalizadas, pela Organizadora do certame público, podendo após serem incineradas e mantidas em arquivo eletrônico, com cópia de segurança, pelo prazo de 05 (cinco anos).

15.8 - O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto à Prefeitura do Município de Campo Alegre/SC, após o Resultado Final.

15.9 - A validade do presente Concurso Público será de 2 (dois) anos, prorrogável por igual período conforme interesse da Administração.

15.10 - A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

15.11 - Ficam impedidos de participarem do certame aqueles que possuam com qualquer dos sócios da Organizadora relação de parentesco disciplinada nos artigos 1.591 a 1.595 do Novo Código Civil Brasileiro.

15.12 - Todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão dirimidos em comum pela organizadora e pela Prefeitura de Campo Alegre/SC, através da Comissão de Fiscalização do Concurso Público.

15.13 - A homologação do Concurso público poderá ser efetuada por cargo, individualmente, ou pelo conjunto de funções constantes do presente Edital, a critério da Administração.

15.14 - As remunerações constantes do presente Edital são referentes à data do presente Edital, vinculadas aos dias efetivamente trabalhados pelo funcionário, estando sujeitas à alterações correspondentes aos dos cargos públicos efetivos.

15.15 - A aprovação no Concurso Público não ensejará a obrigatoriedade de contratação que se dará apenas em decorrência das necessidades da administração e da existência de vagas no período de vigência do Concurso Público.

15.16 - Caberá ao Prefeito do Município de Campo Alegre/SC a homologação dos resultados deste Concurso Público.

15.17 - Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no endereço eletrônico [www.mga-concursospublicos.com.br](http://www.mga-concursospublicos.com.br).

15.18 - A Prefeitura do Município de Campo Alegre/SC e a Organizadora, se eximem das despesas com viagens e estadias dos candidatos para comparecimento em quaisquer das fases deste Concurso Público.

15.19 - A Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC e a empresa Organizadora, não se responsabilizarão por eventuais coincidências de locais, datas e horários de provas e quaisquer outras

atividades ou eventos.

15.20 - As informações sobre o presente Concurso Público, até a publicação da Classificação Final, serão prestadas pela organizadora MGA Concursos por meio do telefone (44) 3346-8007 de segunda a sexta-feira das 9h às 12h e das 13h às 17h, sendo que após a competente homologação serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

15.21 - São partes integrantes deste Edital:

a) Anexo I - Conteúdos Programáticos;

b) Anexo II - Atribuições dos cargos; e

c) Anexo III - Critérios de avaliação das provas práticas.

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado nos murais: da sede da Prefeitura Municipal, na sede da Câmara Municipal de Vereadores, na sede da Casa da Cultura e na sede do IPRECAL, na íntegra, nos endereços eletrônicos: [www.mga-concursospublicos.com.br](http://www.mga-concursospublicos.com.br) e [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br) e ainda, seu extrato publicado na forma da legislação municipal pertinente vigente, ou seja, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM) [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e em jornal de circulação regional.

Campo Alegre/SC, 04 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

(CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015)

#### DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

LÍNGUA PORTUGUESA: NÍVEL FUNDAMENTAL - Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto; Sinônimos e Antônimos; Divisão silábica; Tipos de Frases; Aumentativo e Diminutivo; Ortografia oficial; Acentuação gráfica; Verbo.

LÍNGUA PORTUGUESA: NÍVEL MÉDIO - Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto; interpretação do texto; gêneros e tipologias textuais. Fonética e Fonologia: ortografia; acentuação gráfica. Morfologia: as classes de palavras. Sintaxe: frase, oração, período; termos essenciais da oração; termos integrantes da oração (objeto direto, indireto, complemento nominal); termos acessórios da oração. Conjunções coordenativas (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); conjunções subordinativas adverbiais (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); concordância verbal e nominal. Suplemento ou Apêndice: crase; pontuação; funções do QUE e do SE; figuras de linguagem; vícios de linguagem.

LÍNGUA PORTUGUESA: NÍVEL TÉCNICO - Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto; interpretação do texto; gêneros e tipologias textuais. Fonética e Fonologia: ortografia; acentuação gráfica. Morfologia: as classes de palavras. Sintaxe: frase, oração, período; termos essenciais da oração; termos integrantes da oração (objeto direto, indireto, complemento nominal); termos acessórios da oração. Conjunções coordenativas (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); conjunções subordinativas adverbiais (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); concordância verbal e nominal. Suplemento ou Apêndice: crase; pontuação; funções do QUE e do SE; figuras de linguagem; vícios de linguagem.

LÍNGUA PORTUGUESA: NÍVEL SUPERIOR - Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto; interpretação do texto; gêneros e tipologias

textuais. Fonética e Fonologia: ortografia; acentuação gráfica. Morfologia: as classes de palavras. Sintaxe: frase, oração, período; termos essenciais da oração; termos integrantes da oração (objeto direto, indireto, complemento nominal); termos acessórios da oração. Conjunções coordenativas (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); conjunções subordinativas adverbiais (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); concordância verbal e nominal. Suplemento ou Apêndice: crase; pontuação; funções do QUE e do SE; figuras de linguagem; vícios de linguagem.

#### MATEMÁTICA: NIVEL FUNDAMENTAL

Números Naturais; Operações Fundamentais; Números Fracionários; Números Decimais; Multiplicação e divisão com 2 e 3 números no divisor. Resolução de situações problemas. Conjunto de números naturais. Sistema de medida e de numeração. Problemas com números naturais. Divisibilidade. Potenciação. Sistema métrico decimal, unidade de comprimento e de tempo. Matemática comercial: Razões e proporções; Grandezas diretas e inversamente proporcionais; Regra de três simples e compostas; Porcentagem; Juros Simples. Números negativos. Equação e Inequação. Números inteiros. Média aritmética e ponderada. MDC Máximo divisor comum e MMC mínimo múltiplo comum. Raiz. Fração - classificação, simplificação, operação.

**CONHECIMENTOS LOCAIS: NIVEL FUNDAMENTAL** - Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível municipal, regional, nacional.

**CONHECIMENTOS LOCAIS: NIVEL MÉDIO** - Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível municipal, regional, nacional.

**CONHECIMENTOS LOCAIS: NIVEL TÉCNICO** - Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível municipal, regional, nacional.

**CONHECIMENTOS LOCAIS: NIVEL SUPERIOR** - Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível municipal, regional, nacional.

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**ASSISTENTE SOCIAL:** Políticas Sociais Públicas no Brasil; A evolução histórica do Serviço Social no Brasil; Construção do conhecimento na trajetória histórica da profissão; As questões teóricas metodológicas do Serviço Social: métodos, instrumentais técnicos-operativos; A pesquisa social e sua relação com a prática do Serviço Social; Serviço Social e Assistência Social: trajetória, história e debate contemporâneo; Planejamento e administração no Serviço Social: tendências, os aspectos da prática profissional e a prática institucional; O processo de trabalho no Serviço Social; Interdisciplinaridade; Movimentos sociais; Terceiro Setor; Fundamentos Legais: Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei Orgânica da Assistência Social; Código de Ética do Assistente Social; Seguridade Social; Sistema Único de Saúde; Sistema Único de Assistência Social; Estatuto do Idoso; Lei Federal nº 8.662/93 (Lei que regulamenta a profissão do Assistente Social). Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC. Lei Complementar Municipal nº 006/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Campo Alegre/SC.

**CONTADOR:** Princípios Fundamentais de Contabilidade: Conceitos e Tipos. Noções Gerais: Conceitos e Objetivos da Contabilidade. Finalidades da Contabilidade. Campo de Atuação. Relatórios Gerenciais: Periodicidade, Comparações Real x Orçado, Consolidação Periódica, Fonte Única ou Banco de Dados. Patrimônio: Bens, direitos e Obrigações: Conteúdos, Classificações e Critérios de Avaliação. Patrimônio Líquido: Conceito, Estrutura e Importância. Variações Patrimoniais: Conceito e Classificação. Gestão: Conceito: Aspectos Econômicos e Financeiros. Despesas, Receitas, Resultados e Custos. Período Administrativo e Exercício Financeiro. Regimes de Caixa e Competência. Teoria da Escrituração: Conceitos e Finalidades. A Conta: Conceito, Estrutura, Classificação. Método de Escrituração: Partidas Dobradas, Princípios e Corolários. Plano de Contas: Estrutura do Plano de Contas. Livros de Escrituração. Registro de Operações. Depreciações, Amortizações e Provisões. Balancete de Verificação. Encerramento do Exercício. Determinação e Destinação do Crédito. Inventário: Conceito e Finalidades Principais. Classificação do Inventário. Avaliação e Reavaliação dos Bens e demais Elementos do Patrimônio. Orçamento: Conceito e Importância. Período Orçamentário. Orçamento de Vendas, Produção, Compras e Financeiro. Demonstrações Contábeis: Necessidade, Finalidade, Importância, e Época de Elaboração. Balanço Patrimonial. Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados. Demonstração do Resultado do Exercício. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. Análise de Balanços: Noções Gerais: Finalidades e aplicações de análise; planejamento, análise e controle; técnicas de análise; métodos de análise. Análise Econômica: Patrimonial: endividamento; garantia de capitais de terceiros; grau de imobilizações. Rentabilidade: formação do resultado; lucratividade; rentabilidade; economicidade; ponto de equilíbrio; análise de custos e receitas; taxas de retorno. Análise Financeira: Liquidez nos diversos níveis; dependência e independência financeira; capital circulante líquido; frequência e tempo de rotação: estoques, duplicatas a receber, fornecedores, ativo total, ativo operacional. Análise de Fluxo de Recursos: análise de origens e aplicações de recursos; análise das variações do capital circulante líquido, análise das variações das disponibilidades líquidas; análise das fontes de financiamento; Contabilidade de Custos: Conceitos; Classificação dos Custos; Os elementos de custos; Custo das matérias-primas; Custo da mão-de-obra; Os Custos Indiretos de Fabricação; Apropriação e contabilização dos custos; Taxas Departamentais; Sistemas de apuração de custos. Contabilidade Pública: Necessidades e serviços públicos. Fazendas públicas: conceito, elementos, características e classe. Órgãos e funções. Organismo público constitucional e organização administrativa. Administração das Fazendas Públicas e seus momentos: organização, gestão e contabilidade pública, conceito, objetivo, fins e preceitos fiscais. Controle interno e Controle externo da Administração Pública. A organização dos serviços de contabilidade, relacionamento com o estudo de organização e gestão. O órgão econômico estatal. Controle das Fazendas através da contabilidade e auditoria. Organismo Financeiro. Patrimônio das Fazendas Públicas. Conceituação. Estudo qualitativo do patrimônio das fazendas, substância e contra substância. Patrimônio financeiro e patrimônio permanentes. Bens públicos. Dívida pública. Estudo quantitativo do patrimônio das fazendas. Avaliação dos componentes patrimoniais e suas limitações. Critérios de avaliação e dispositivos legais. A gestão das fazendas públicas em seus vários aspectos. Processos fundamentais e processos acessórios de gestão. Período administrativo e exercício financeiro. Regimes contábeis. Gestão financeira. Equilíbrio anual e equilíbrio cíclico. Receita orçamentária e extra orçamentária. Despesa orçamentária e despesa extra orçamentária. Classificação da receita e da despesa. Fazes administrativas da receita e da despesa orçamentária superveniência e insubsistência. O regime de adiantamentos. O inventário nas fazendas públicas. Objeto e classificação dos inventários. Procedimentos dos inventários. Preceitos legais. A escrituração e suas limitações. Planos de contas. Sistemas Escrituração. Escrituração das operações típicas das fazendas públicas nos sistemas orçamentário, patrimonial,

de resultado e compensado. As operações de determinação dos resultados financeiros e econômicos do exercício. Balanços orçamentários, financeiro e patrimonial. Demonstração das variações, patrimoniais. Prestação e julgamento de contas governamentais. Prestação e julgamento de contas do grupo econômico estatal. Poder legislativo e Tribunal de Contas do Estado. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC. Lei Complementar Municipal nº 006/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Campo Alegre/SC.

**FISCAL:** Noções de Arquitetura e Meio Ambiente - Planejamento. Condicionantes. Licença e Aprovação de projetos. Conclusão de projetos aprovados - Recebimento das obras. Habite-se. Legislação Municipal. Lei de Zoneamento e suas alterações. Leis complementares. Condições Gerais das Edificações - Áreas. Classificação dos compartimentos. Circulação em um mesmo nível. Elementos básicos de projeto - Plantas. Cortes. Fachadas. Desenho de arquitetura - Símbolos e Convenções. Formatos. Desenho topográfico. Projeto de Reforma e Modificação. Elementos de construção - Fundações. Paredes. Coberturas. Revestimentos. Estruturas. Noções Básicas dos Materiais de Construção - Argamassas. Materiais cerâmicos. Materiais betuminosos. Concreto simples. Madeira. Aço. Execução de obras - Armação. Concretagem. Ferramentas. Metragem. Cálculos simples de áreas e volumes. Instalações Elétricas Prediais. Instalações Hidráulicas Prediais - Instalações de água potável. Instalações de esgotos sanitários. Instalações de águas pluviais. Serviços públicos - Redes de abastecimento de água. Redes de esgoto. Redes de águas pluviais. Legislação Ambiental. Direito Urbanístico. Código de Posturas do Município. Fiscalização de estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e notificações conforme o Código de Posturas. Noções de ecologia e preservação ambiental. Ecossistemas (definição, estrutura, fluxo de energia, cadeias alimentares, ciclos biogeoquímicos, sucessão ecológica e biomas). Recursos naturais: água, ar, solo, flora e fauna. O Meio Aquático (água na natureza, usos e qualidade da água, abastecimento, poluição e preservação dos mananciais). O Meio terrestre (solos - conceito, formação, composição, características, poluição e remediação). O Meio Atmosférico (características e composição da atmosfera, principais poluentes atmosféricos, noções de meteorologia e dispersão dos poluentes). Doenças relacionadas com o solo, ao ar e às águas. Saneamento básico (água, esgoto e lixo). Impactos ambientais decorrentes de atividades antrópicas. Educação ambiental. Ecoturismo. Esporte e turismo de aventura. Resgate e salvamento. Noções de Legislação Ambiental: a Política Nacional de Meio Ambiente; o Código Florestal; o Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Lei da Mata Atlântica, Constituição Federal e Estadual na parte ambiental e de Responsabilidade Civil, Criminal e Administrativa. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/ SC. Lei Complementar Municipal nº 006/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Campo Alegre/SC.

**AGENTE ADMINISTRATIVO II:** Fundamentos e evolução das principais teorias administrativas. Noções de informática. Segurança no trabalho. Administração de materiais e patrimônio. Administração de recursos humanos. Licitação. Código de Ética Profissional. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC. Lei Complementar Municipal nº 006/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Campo Alegre/SC.

**INSTRUTOR DE MÚSICA - VIOLÃO:** Metodologias de musicalização: principais correntes do séc. XX e discussão atual. Principais correntes surgidas no Brasil. Músicas folclóricas, étnicas e populares e sua utilização em sala de aula. Prática instrumental e canto coral na escola regular. Noções básicas de técnica vocal infantil e juvenil. História da música: da Antiguidade Clássica ao séc. XXI. Principais movimentos da música popular nos séculos XX e XXI. História da música no Brasil, do descobrimento aos dias atuais. História da música popular brasileira. Leitura e escrita da música:

a grafia musical tradicional e as propostas surgidas no século XX. Notações rítmicas, melódicas e harmônicas. Claves, escalas, intervalos, acordes, encadeamentos harmônicos, harmonia vocal e instrumental, polifonia, arranjo para conjuntos musicais escolares. Conjuntos instrumentais e vocais: principais tipos de conjuntos e suas características. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica Do Município de Campo Alegre/SC. Lei Complementar Municipal nº 006/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Campo Alegre/SC.

**INSTRUTOR DE MÚSICA - TECLADO:** Metodologias de musicalização: principais correntes do séc. XX e discussão atual. Principais correntes surgidas no Brasil. Músicas folclóricas, étnicas e populares e sua utilização em sala de aula. Prática instrumental e canto coral na escola regular. Noções básicas de técnica vocal infantil e juvenil. História da música: da Antiguidade Clássica ao séc. XXI. Principais movimentos da música popular nos séculos XX e XXI. História da música no Brasil, do descobrimento aos dias atuais. História da música popular brasileira. Leitura e escrita da música: a grafia musical tradicional e as propostas surgidas no século XX. Notações rítmicas, melódicas e harmônicas. Claves, escalas, intervalos, acordes, encadeamentos harmônicos, harmonia vocal e instrumental, polifonia, arranjo para conjuntos musicais escolares. Conjuntos instrumentais e vocais: principais tipos de conjuntos e suas características. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica Do Município de Campo Alegre - SC. Lei Complementar Municipal nº 006/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Campo Alegre/SC.

**INSTRUTOR DE MÚSICA - BATERIA:** Metodologias de musicalização: principais correntes do séc. XX e discussão atual. Principais correntes surgidas no Brasil. Músicas folclóricas, étnicas e populares e sua utilização em sala de aula. Prática instrumental e canto coral na escola regular. Noções básicas de técnica vocal infantil e juvenil. História da música: da Antiguidade Clássica ao séc. XXI. Principais movimentos da música popular nos séculos XX e XXI. História da música no Brasil, do descobrimento aos dias atuais. História da música popular brasileira. Leitura e escrita da música: a grafia musical tradicional e as propostas surgidas no século XX. Notações rítmicas, melódicas e harmônicas. Claves, escalas, intervalos, acordes, encadeamentos harmônicos, harmonia vocal e instrumental, polifonia, arranjo para conjuntos musicais escolares. Conjuntos instrumentais e vocais: principais tipos de conjuntos e suas características. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica Do Município de Campo Alegre/SC. Lei Complementar Municipal nº 006/2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Campo Alegre/SC.

## ANEXO II (CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015)

### ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

**ASSISTENTE SOCIAL:** 1. Planejar e desenvolver atividades voltadas ao atendimento das necessidades básicas do servidor público nas áreas de saúde, alimentação, transporte, educação, assistência, família e habitação; 2. Implementar formas de participação dos servidores da Administração Municipal, dentro de sua estrutura formal e informal; 3. Atender em nível individualizado e/ou agrupar situações problemáticas que refletem e/ou decorrem das relações do servidor com o trabalho, como: readaptação profissional, aposentadoria, relacionamento profissional, alcoolismo, acidente de trabalho, etc; 4. Discutir e orientar os servidores sobre seus direitos e deveres, de forma que estes se auto determinem quanto à vida funcional; 5. Articular com outras Secretarias Municipais e órgãos do Município a implantação de projetos na área social; 6. Articular com outras instituições a troca de informações, realização de trabalhos conjuntos, elaboração de novas propostas e encaminhamento de clientela para equacionamento



dos problemas sociais no Município; 7. Desenvolver e avaliar estudos, levantamentos e pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade social local; 8. Aplicar técnicas de pesquisa social para aprimorar as atividades de assistência social; 9. Participar na organização e realização de eventos populares; 10. Realizar estudos e diagnósticos dos fatos e fenômenos sociais das comunidades, visando a intervenção junto às pessoas ou grupos afetadas pelas mesmas; 11. Repassar informações para a população sobre recursos institucionais existentes no Município, através de atendimentos individualizados da APAE, dos grupos, postos de saúde e escolas; 12. Realizar atendimento à população carente, através de acompanhamento e encaminhamento de casos sociais, jurídicos e outros e, de prestação de auxílio de acordo com os recursos e critérios estabelecidos; 13. Promover triagem e encaminhamento de desabrigados e desassistidos à entidades próprias; 14. Propor e organizar trabalhos de formação profissional para adolescentes e adultos, considerando as ofertas no mercado de trabalho e os interesses da população; 15. Realizar trabalhos com crianças e adolescentes, nos termos da legislação específica (Estatuto da Criança e do Adolescente); 16. Assessorar a organização de mutirões, cooperativas outras formas associativas populares, para solução de problemas da população menos favorecida; 17. Supervisionar voluntários, estagiários e auxiliares, que contribuem na execução de trabalhos da área do Serviço Social; 18. Intermediar a relação do Poder Público com a comunidade, detectando focos de carência, a fim de garantir um atendimento eficaz; 19. Participar de equipes interdisciplinares, assegurando um trabalho articulado e de acordo com as diretrizes estabelecidas; 20. Participar e contribuir para a consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de Saúde e às intervenções epidemiológicas que forem assumidas pela Prefeitura Municipal; 21. Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais no município; 22. Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres socioeconômicos para efeitos de concessão de benefícios definidos pelo IPRECAL, nos termos da legislação de sua constituição; 23. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 24. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto às atribuições as disposições contidas na Lei Federal nº 8.662/93.

**CONTADOR:** 1. Supervisionar técnica e administrativamente a Contabilidade Municipal e controlar as transações financeiras; 2. Orientar subordinados sobre normas ou modificações da prática contábil; 3. Fiscalizar e orientar a perfeita contabilização financeira, patrimonial e orçamentária do Município, seus Fundos, Autarquias e Fundações; 4. Fiscalizar o empenho de recursos que passam pelos cofres municipais, através de balanços anuais e de prestações de contas do Executivo Municipal; 5. Elaborar projetos e fiscalizar a execução orçamentária do Município (Plano Plurianual, LDO e Orçamento Anual); 6. Efetuar auditorias e perícias contábeis; informar processos, efetuar cálculos, suas memórias e memoriais; 7. Efetuar as prestações de contas; 8. Controlar/avaliar e estudar a gestão econômica, financeira, patrimonial e orçamentária das entidades públicas; 9. Levantar balanços e balancetes exigidos pelas normas de Direito Financeiro; 10. Apurar e quantificar haveres e avaliação de direitos e obrigações; 11. Reavaliar bens e direitos patrimoniais; 12. Informar diligências baixadas pelo Tribunal de Contas e atinentes à sua responsabilidade Técnico-Profissional; 13. Contribuir para o equilíbrio das contas públicas através do planejamento e elaboração dos programas financeiros e orçamentários, calculando e especificando receitas e custos durante o período considerado; 14. Subsidiar a tomada de decisão em todos os níveis gerenciais, propiciando a adequação de projetos e programas à realidade financeira da Prefeitura, através da elaboração e retificação anual da proposta orçamentária; 15. Realizar atividades de programação orçamentária e financeira, e acompanhamento da execução de orçamento-programa, tanto física quanto monetariamente; 16. Analisar o custo do serviço

público e propor medidas para sua racionalização; 17. Avaliar o desempenho das entidades pertencentes à Administração Municipal, elaborando relatórios e sugestões visando o seu aperfeiçoamento; 18. Contabilizar as operações que traduzem a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Município; 19. Realizar tarefas ligadas à Contabilidade Geral; 20. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 21. Executar tarefas correlatas. Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Decreto Lei nº 9.295/1946.

**FISCAL DE OBRAS, POSTURAS E MEIO AMBIENTE:** 1. Elaborar e desenhar croquis na sua área de especialização, realizando estudos, levantamentos e efetuando cálculos que se fizerem necessários; 2. Fiscalizar as obras de construção civil executadas pelos municípios, visitando-as para verificar se as mesmas estão sendo construídas de acordo com o projeto aprovado segundo o Plano Diretor, Código de Obras e Edificações, Código de Posturas municipais e as normas técnicas vigentes; 3. Fiscalizar a conduta dos municípios em áreas de preservação ambiental e quando necessário intimar, comunicar, embargar e autuar as condutas que não estiverem de acordo com os requisitos legais exigidos; 4. Aplicar de forma eficiente a legislação nacional estipulada pelo Governo Federal sobre o meio ambiente; 5. Atender os requerentes orientando e esclarecendo de forma necessária para aprovação dos planos e projetos de construção, demolição, reforma etc., a fim de que atenda às normas técnicas e regulamentos administrativos; 6. Fiscalizar obra para fins de concessão de "habite-se", visitando as para verificar se foram construídas, de acordo com o projeto aprovado pelo Município; 7. Intimar, comunicar, embargar e autuar as obras que não estiverem de acordo com os requisitos legais exigidos; 6. Determinar o cumprimento das posturas municipais que estão sob sua competência; 8. Elaborar relatórios das atividades de sua área de atuação; 9. Informar processos referentes à construção, renovação de alvará, substituição de projetos, cancelamento de autos de infração, consulta de viabilidade, desmembramento, transferência de responsabilidade técnica, transferência de proprietário, aprovação de projeto, acréscimo e reforma, reconsideração de despacho, legalização, certidão de demolição e providências diversas etc.. 10. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 11. Informar Processos referentes a extração e utilização de Reservas Minerais do Município; 12. Fiscalizar a conduta dos Municípios conforme as determinações do Convênio com o Departamento Nacional de Produção Mineração - DNPM; 13. Executar outras atividades correlatas.

**AGENTE ADMINISTRATIVO II:** 1. Preencher formulários, fichas, mapas, relações, requisições e outros documentos, registrando e/ou transcrevendo dados e informações, pré-determinadas; 2. Expedir, receber papéis, documentos, processos e materiais providenciando a sua adequada distribuição, tramitação e encaminhamento; 3. Executar serviços de datilografia e digitação em geral, copiando textos, tabelas, planos demonstrativos, bem como emitir formulários, certidões, relatórios, entre outros; 4. Efetuar levantamento e prestar auxílio em pesquisas e outros trabalhos, de acordo com a orientação de seu superior; 5. Executar atividades de cadastramento, mediante levantamentos originais ou de atualização, conforme determinação de chefia; 6. Auxiliar e/ou efetuar cálculos e conferências em geral dentro de sua área de atuação, conforme determinação da chefia; 7. Organizar dados, registros e arquivar documentos, classificando-os por matérias, ordem alfabética ou outro sistema de classificação para possibilitar um controle sistemático do mesmo; 8. Realizar, segundo instruções recebidas, o levantamento para balancetes, inventários e balanços; 9. Efetuar registros contábeis de pequena complexidade; 10. Alimentar bancos de dados em computadores, através da digitação de dados e informações, conforme instruções da chefia; 11. Requisitar e distribuir materiais de consumo necessários ao serviço; 12. Atender ao público prestando informações, conferindo documentação,



preenchendo formulários, entregando documentos e executando outras atividades de sua área de competência; 13. Colaborar na elaboração de relatórios, atendendo as normas ou exigências na área; 14. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 17. Redigir informações rotineiras e relatórios e preencher guias e requisições; 18. Informar processos administrativos; 19. Assistir aos superiores; 20. Realizar atividades de assessoramento à direção da unidade escolar, responder pela secretaria da unidade escolar, apoiar os serviços administrativos da unidade escolar, analisar, organizar, registrar e documentar fatos ligados à vida escolar do aluno e à vida funcional dos servidores; 21. Controlar e inspecionar trabalhos operacionais específicos, cujo exercício seja de caráter essencial à população, emitindo relatórios e identificando as autoridades municipais envolvidas de todos os trabalhos realizados, devendo tal labor advir de convênios pré-firmados pela Administração Municipal; 22. Registrar e controlar, dentro outros, empréstimos de livros, revistas, periódicos, documentos, projetos e publicações em geral; 23. Executar outras atividades correlatas.

**INSTRUTOR DE MÚSICA - VIOLÃO:** 1. Planejar e ministrar aulas, orientando ao aprendizado de instrumentos musicais; 2. Elaborar programas e planos de cursos, atendendo ao avanço da tecnologia educacional; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; 3. Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com os parâmetro estipulados pela Diretoria de Desporto e Cultura; 4. Estabelecer formas alternativas para os alunos recuperarem horários perdidos; 5. Zelar pela aprendizagem do aluno; 6. Desenvolver programas culturais para apresentação à comunidade do aprendizado dos alunos; 7. Colaborar com o aprimoramento músico-cultural da comunidade; 8. Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de seus alunos; 9. Zelar pela disciplina do material docente; 10. Executar outras atividades correlatas.

**INSTRUTOR DE MÚSICA - TECLADO:** 1. Planejar e ministrar aulas, orientando ao aprendizado de instrumentos musicais; 2. Elaborar programas e planos de cursos, atendendo ao avanço da tecnologia educacional; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; 3. Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com os parâmetro estipulados pela Diretoria de Desporto e Cultura; 4. Estabelecer formas alternativas para os alunos recuperarem horários perdidos; 5. Zelar pela aprendizagem do aluno; 6. Desenvolver programas culturais para apresentação à comunidade do aprendizado dos alunos; 7. Colaborar com o aprimoramento músico-cultural da comunidade; 8. Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de seus alunos; 9. Zelar pela disciplina do material docente; 10. Executar outras atividades correlatas.

**INSTRUTOR DE MÚSICA - BATERIA:** 1. Planejar e ministrar aulas, orientando ao aprendizado de instrumentos musicais; 2. Elaborar programas e planos de cursos, atendendo ao avanço da tecnologia educacional; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; 3. Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com os parâmetro estipulados pela Diretoria de Desporto e Cultura; 4. Estabelecer formas alternativas para os alunos recuperarem horários perdidos; 5. Zelar pela aprendizagem do aluno; 6. Desenvolver programas culturais para apresentação à comunidade do aprendizado dos alunos; 7. Colaborar com o aprimoramento músico-cultural da comunidade; 8. Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de seus alunos; 9. Zelar pela disciplina do material docente; 10. Executar outras atividades correlatas.

**AGENTE OPERACIONAL III - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS:** 1. Operar máquinas de terraplanagem ou pavimentação tais como: motoniveladora, pá-carregadeira, retroescavadeira, tratores, rolo compacto, escavadeira hidráulica, entre outras, bem como operar máquina de usina asfáltica e britador fixo de pedra; 2. Dirigir caminhões e utilitários, conduzindo-os em trajeto determinado de acordo com as regras de trânsito e instruções recebidas, para efetuar o transporte de cargas; 3. Executar serviços de

corde, aterro, limpeza e nivelamento de terrenos e vias públicas; 4. Espalhar aterro, areia, pedra britada, cascalho asfáltico, executando a compactação através de máquina apropriada; 5. Abrir e limpar valas e canais para melhoria do sistema de drenagem, utilizando equipamento apropriado; 6. Carregar caminhões e silos de usina asfáltica e pedras, utilizando máquina carregadeira; 7. Operar máquina perfuradora, acionando e controlando os dispositivos de comando, para executar serviços de perfuração de rocha efetuando orifícios destinados a colocação de cargas explosivas; 8. Operar usina asfáltica e britador fixo de pedra, abastecendo-a, acionando-a e controlando seu funcionamento a fim de preparar pré misturado a frio e ou saibro para pavimentação e conservação de ruas e estradas; 09. Acionar o motor da máquina, manipulando os contatos de ignição e os controles do painel de força para fazer girar o misturador de asfalto ou brita; 10. Controlar o andamento das operações, observando no contador o tempo de mistura e registrando o número de misturas efetuadas, para dar execução ao programa de produção; 11. Acionar as correias transportadoras para que os agregados cheguem ao britador para obtenção de brita graduada; 12. Descarregar o asfalto frio ou brita graduada, abrindo a comporta do misturador para despeja-lo no veículo de transporte; 13. Conservar o veículo, levando, fazendo limpeza, ajustes e pequenos reparos necessários; 14. Ajudar na carga e descarga, quando necessário; 15. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos; 16 Executar outras atividades correlatas.

**AGENTE OPERACIONAL III - VEÍCULOS PESADOS:** 1. Operar máquinas de terraplanagem ou pavimentação tais como: motoniveladora, pá-carregadeira, retroescavadeira, tratores, rolo compacto, escavadeira hidráulica, entre outras, bem como operar máquina de usina asfáltica e britador fixo de pedra; 2. Dirigir caminhões e utilitários, conduzindo-os em trajeto determinado de acordo com as regras de trânsito e instruções recebidas, para efetuar o transporte de cargas; 3. Executar serviços de corte, aterro, limpeza e nivelamento de terrenos e vias públicas; 4. Espalhar aterro, areia, pedra britada, cascalho asfáltico, executando a compactação através de máquina apropriada; 5. Abrir e limpar valas e canais para melhoria do sistema de drenagem, utilizando equipamento apropriado; 6. Carregar caminhões e silos de usina asfáltica e pedras, utilizando máquina carregadeira; 7. Operar máquina perfuradora, acionando e controlando os dispositivos de comando, para executar serviços de perfuração de rocha efetuando orifícios destinados a colocação de cargas explosivas; 8. Operar usina asfáltica e britador fixo de pedra, abastecendo-a, acionando-a e controlando seu funcionamento a fim de preparar pré misturado a frio e ou saibro para pavimentação e conservação de ruas e estradas; 09. Acionar o motor da máquina, manipulando os contatos de ignição e os controles do painel de força para fazer girar o misturador de asfalto ou brita; 10. Controlar o andamento das operações, observando no contador o tempo de mistura e registrando o número de misturas efetuadas, para dar execução ao programa de produção; 11. Acionar as correias transportadoras para que os agregados cheguem ao britador para obtenção de brita graduada; 12. Descarregar o asfalto frio ou brita graduada, abrindo a comporta do misturador para despeja-lo no veículo de transporte; 13. Conservar o veículo, levando, fazendo limpeza, ajustes e pequenos reparos necessários; 14. Ajudar na carga e descarga, quando necessário; 15. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos; 16 Executar outras atividades correlatas.

**AGENTE OPERACIONAL III - AGENTE DE MANUTENÇÃO:** 1. Testar os circuitos da instalação para detectar partes ou peças defeituosas; 2. Instalar, reparar e/ou recondicionar aparelhos elétricos em geral, de uso da administração municipal; 3. Reparar câmaras de ar e substituir pneus de veículos de frota municipal; 4. Lubrificar e abastecer veículos, Injetando ou trocando óleo ou graxa lubrificante, utilizando os equipamentos apropriados; 5. Verificar Nível de óleo dos veículos, bem como retirar e limpar filtros, verificar nível

de água da baterias, radiador, fazendo a calibragem dos pneus e lavando o veículo; 7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 8. Executar outras atividades correlatas

**MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES:** 1. Dirigir veículos de pequeno porte, tais carros de passeio, caminhonetes etc; 2. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores; 3. Efetuar pequenos reparos de emergência; 4. Reportar defeitos aos encarregados da manutenção; 5. Providenciar abastecimento; 6. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados; 7. Transportar cargas leves ou pessoas; 8. Providenciar protocolos de correspondências, documentos e projetos relativos a Administração Pública em geral; 9. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos; 10. Executar tarefas correlatas.

**MOTORISTA DA SAÚDE:** 1. Dirigir veículos de pequeno e médio porte, tais como: ambulâncias, kombis, carros de passeio, caminhonetes etc; 2. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores; 3. Reportar defeitos aos encarregados da manutenção; 4. Providenciar abastecimento; 5. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados, para utilização nas Unidades de Saúde; 6. Transportar pessoas que necessitam da assistência à saúde; 7. Cumprir sobreaviso, conforme escala pré determinada (art. 82); 8. Cumprir sobreaviso nos dias de semana que não sejam feriados, quando houver acordo entre o servidor e o Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social; 9. Providenciar protocolos de exames e busca de resultados nas entidades de saúde que prestam assistência à comunidade; 10. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos; 11. Executar tarefas correlatas.

**AGENTE OPERACIONAL I - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:** 1. Remover o pó dos móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os; 2. Limpar escadas, pisos, paredes, janelas, calçadas, banheiros, copas, varrendo-os, ou limpando-os; 3. Limpar utensílios como: cinzeiros, lixeiros, objetos de adorno, vidros, entre outros; 4. Arrumar banheiros, limpando-os com sabão, detergente e desinfetante, reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes; 5. Queimar o lixo contaminado do serviço de saúde nos incineradores apropriados, separando as agulhas, vidros, medicamentos e vacinas vencidas, em recipientes apropriados para encaminhá-los ao aterro sanitário; 6. Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras; 7. Preparar e servir chá, café ou água; 8. Lavar a roupa, lençóis, cobertores, toalhas e demais roupas usadas nas creches municipais e nos serviços de saúde, retirando-os do varal, passando-os a ferro, esterilizando-os e guardando-os nas respectivas salas; 9. Executar serviços de limpeza da área externa das creches e escolas, postos de saúde e prédios municipais, varrendo ou lavando calçadas, pátios, paredes, janelas, como também roçando e capinando; 10. Auxiliar na preparação de refeições e merendas escolares, lavando, limpando, descascando e cortando verduras e demais alimentos, lavando e secando louças, servindo as refeições, merendas e fazendo a limpeza da cozinha; 11. Preparar e servir refeições, conforme instruções e cardápios pré-estabelecidos; 12. Auxiliar na execução dos trabalhos de almoxarifado, no recebimento, armazenamento e distribuição dos materiais e/ou equipamentos; 13. Regar e cuidar das flores e demais vegetação ornamental nas áreas interna e externa dos prédios municipais; 14. Transportar, carregar e descarregar viaturas, arrumar móveis, equipamentos, volumes e materiais em geral; 15. Executar serviços de coleta e entrega de documentos. Processo, correspondências, encomendas e outros afins dirigindo-se aos locais solicitados, recebendo e/ou entregando o material, objetivando atender as solicitações e necessidades administrativas da Administração Municipal; 16. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 17. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 18. Executar outras atividades

correlatas.

**AGENTE OPERACIONAL I - AUXILIAR OPERACIONAL:** 1. Exercer ou auxiliar na execução de quaisquer tarefas que não exijam qualificação profissional e/ou experiência prévia; 2. Abrir, fechar e limpar valas, desobstruindo caixas de captação e bueiros, entre outros; 3. Carregar e descarregar viaturas em geral; 4. Executar serviços de conservação e limpeza de estradas, jardins, praças, vias, logradouros e cemitérios públicos, terrenos baldios e outros, tapando buracos, capinando, orçando, varrendo, pintando meio fio e troncos de árvores, bem como a remoção de entulhos; 5. Operar roçadeiras nos serviços de limpeza de jardins e outros logradouros públicos; 6. Auxiliar a implantação e manutenção de estradas, executando serviços inerentes a sua função; 7. Podar, plantar e regar folhagens, árvores, grama, flores, entre outros, em parques, jardins e logradouros públicos; 8. Auxiliar no preparo da argamassa, concreto e nos serviços de pavimentação, carregando materiais, equipamentos e ferragens peculiares ao trabalho; 9. Executar Serviços de limpeza de terrenos; 10. Auxiliar na execução de pequenos trabalhos e reparos como montagem e desmontagem de andaimes, palcos, instalações de tubulações e outros similares; 11. Executar serviços de horta, virando e adubando a terra, capinando, plantando, transplantando mudas de verduras e legumes e regando os canteiros quando necessários; 12. Auxiliar nos serviços de manutenção e reparo das viaturas municipais; 13. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 14. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 15. Executar outras atividades correlatas.

**AGENTE OPERACIONAL V - PEDREIRO /CARPINTEIRO:** 1. Executar e reparar calçamento, compreendendo execução de sub-base e assentamento de lajotas, paralelepípedos, ladrilhos e outros. 2. Confeção e reforma em estruturas de madeira, coberturas, galpões etc, colocação de ferros e esquadrias, execução de caixarias para estruturas de concreto, revisão e construção de telhados com telhas de cerâmica, fibrocimento, alumínio e outros, selecionando materiais a fim de garantir um resultado adequado com qualidade; 3. Construção, instalação e manutenção de galerias, muros de arrimo, pontes de concreto e madeira, bocas de lobo, calçadas, paredes, pisos e outros trabalhos de alvenaria, assentando, rejuntando materiais, a partir de plantas, croquis ou instruções para edificação e conservação de equipamentos públicos. 4. Instalar peças de madeira, como forros, assoalhos, janelas, divisórias e similares, encaixando-as e fixando-as nos locais apropriados; 5. Reparar elementos de madeira, substituindo peças, fixando peças soltas para recompor a estrutura; 6. Executar serviços de cortes, lixamento das peças de madeira a serem utilizadas; 7. Preparar e executar serviços de estrutura de concreto em obras civis, conforme o projeto; 8. Colocar telhas e outros materiais para cobertura; 9. Fazer caixas de captação e muros de arrimo; 10. Rebocar e chapiscar paredes e muros em geral, construir alicerces para formar bases de paredes, muros e construções similares; 11. Executar trabalhos de manutenção corretiva de instalações, calçadas e estruturas semelhantes, reparando paredes e pisos, aparelhos sanitários, manilhas e outras peças; 12. Montar, instalar, reparar e desobstruir tubulações de redes de esgoto e sistemas hidráulicos; 13. Armar e desarmar andaime de madeira ou metálicos para execução da obra desejada; 14. Preparar e pintar superfícies internas e/ou externas, rapando-as e cobrindo-as com aplicação de tinta; 15. Colocar e fixar Planos de distribuição, caixas de fusíveis, tomadas e interruptores; 16. Testar os circuitos da instalação para detectar partes ou peças defeituosas; 17. Executar e recuperar a pavimentação de paralelepípedos e/ou lajotas; 18. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 19. Executar outras atividades correlatas.

**MOTORISTA DE TRANSPORTE DE PESSOAS:** 1. Conduzir veículos de Transporte Escolar, tais como ônibus, microônibus, vans, dentre outros, seguindo o itinerário conforme solicitado, zelando pela sua

segurança das pessoas transportadas, respeitando e cumprindo a legislação de trânsito e recomendações de direção defensiva; 2 Conduzir os veículos, acionando os comandos necessários, respeitando as sinalizações de trânsito, transportando passageiros, percorrendo locais pré-estabelecidos, anotando quilometragem e os locais visitados, visando cumprir solicitação superior; 3 Zelar pelo veículo verificando nível de óleo, estado dos pneus, abastecendo-o de combustível, testando seu sistema elétrico e mecânico, informando o superior imediato, sobre defeitos constatados a fim de providenciar a devida manutenção; 4 Verificar calibragem de pneus, chave de roda, triângulo, suspensor hidráulico (macaco hidráulico), socorro, cinto de segurança, pisca alerta, seta, luz alta e baixa, luz de freio, luz de ré, luz estacionária, limpador de pá-brisas, buzina, combustível, nível de óleo de freios, fitas, pastilhas em geral, amortecedores, dentre outros; 5 Verificar periodicamente o funcionamento do disco do tacógrafo e substituir quando for necessário; 6 Verificar IPVA, seguro, placas dianteiras e traseiras e lacre; 7- Observar as aparências internas e externas dos veículos e zelar pela conservação e higienização; 8 Levar o veículo à manutenção sempre que solicitado; 9 Anotar no relatório diário de uso do veículo, a hora da partida, percurso, os passageiros, a hora de retorno à sede e demais ocorrências, exigidas em normas da administração; 10- Participar e executar serviços de plantão e outras tarefas inerentes ao cargo; 11 Ser responsável pelo itinerário determinado, respeitando os horários e acompanhando o embarque e desembarque dos alunos (nos pontos indicados pela Secretaria Municipal de Educação), zelando pela segurança dos passageiros; 12- Manter disciplina no transporte, desempenhando a função de fiscal quando o veículo não tiver quem exerça tal função, encarregando-se da organização dos passageiros; 13 Dirigir corretamente não forçando ultrapassagem nem obstruindo a passagem de outros veículos, nem fazendo manobras perigosas colocando em risco outras pessoas ou mesmo outros veículos; 14 Recolher o veículo à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, deixando-o corretamente estacionado e fechado; 15 Pagar as multas obtidas na condução do veículo; 16 Observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do veículo, comunicando ao responsável; 17 Comportar-se com educação e respeito; 18 Auxiliar na Carga e descarga de Mercadorias e Materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados; 19 Entrega de documentos oficiais da administração pública em geral "protocolo"; 20 Zelar pela guarda dos veículos e equipamentos de trabalho; 21 Executar outras atividades compatíveis com a função.

#### ANEXO III

(CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015)

#### CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROVAS PRÁTICAS

##### AGENTE OPERACIONAL III - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Tarefa a ser executada: Manuseio de Máquina/Equipamento RETROESCAVADEIRA.

##### Critérios de avaliação:

I - Verificação do equipamento (pneus, água, óleo, bateria)

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

II - Habilidades ao operar o equipamento

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

III - Aproveitamento do Equipamento

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

IV - Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

V - Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

##### AGENTE OPERACIONAL III - VEÍCULOS PESADOS

Tarefa a ser executada: Manuseio de CAMINHÃO BASCULANTE

##### Critérios de avaliação:

I - Verificação do equipamento (pneus, água, óleo, bateria)

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

II - Habilidades ao operar o equipamento

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

III - Aproveitamento do Equipamento

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

IV - Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

V - Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

##### AGENTE OPERACIONAL III - AGENTE DE MANUTENÇÃO

Tarefa a ser executada: Troca de pneu veículo categoria B

##### Critérios de avaliação:

## I - Verificação dos materiais.

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

## II - Habilidades e agilidade na montagem

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

## III - Aproveitamento dos materiais

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

## IV - Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

## V - Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

## MOTORISTA - VEICULOS LEVES

Tarefa a ser executada: Dirigir veículo categoria B

Critérios de avaliação:

## I - Verificação do equipamento (pneus, água, óleo, bateria)

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

## II - Habilidades ao operar o equipamento

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

## III - Aproveitamento do Equipamento

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

## IV - Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

## V - Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

## MOTORISTA - MOTORISTA DA SAÚDE

Tarefa a ser executada: Dirigir ambulância

Critérios de avaliação:

## I - Verificação do equipamento (pneus, água, óleo, bateria)

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

## II - Habilidades ao operar o equipamento

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

## III - Aproveitamento do Equipamento

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

## IV - Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

## V - Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

## AGENTE OPERACIONAL V - PEDREIRO/CARPINTEIRO

Tarefa a ser executada: Mistura de massa e construção de pequeno muro.

Critérios de avaliação:

## I - Verificação dos materiais.

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

## II - Habilidades e agilidade na mistura

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto



**III - Aproveitamento dos materiais**

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

**IV - Produtividade**

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

**V - Técnica/Aptidão/Eficiência**

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

**MOTORISTA DE TRANSPORTE DE PESSOAS**

Tarefa a ser executada: Dirigir ônibus.

**Críterios de avaliação:****I - Verificação do veículo (pneus, água, óleo, bateria)**

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

**II - Habilidades ao operar o veículo**

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

**III - Aproveitamento do veículo**

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

**IV - Produtividade**

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

**V - Técnica/Aptidão/Eficiência**

Ótimo - 2,0 pontos  
 Bom - 1,5 pontos  
 Regular - 1,0 ponto  
 Ruim - 0,5 pontos  
 Péssimo - 0,0 ponto

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 31/2015**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 31/2015

Objeto: aquisição de equipamentos do tipo tablete doravante denominado Tablete Educacional, para atendimento, no âmbito do Projeto Educação Digital, das instituições educacionais das redes públicas de ensino fundamental e médio dos Estados, Municípios e do Distrito Federal de acordo com o Processo Licitatório, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO No 65/2013.

Dotação orçamentária:

Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Elemento de Despesa	Número Empenho	Data de Empenho	Valor R\$
10	22	449052	472/2015	06/02/2015	159.896,00

Vigência: 06/02/2015 a 06/02/2016

Do valor total: R\$ 159.896,00 (cento e cinquenta e nove mil e oitocentos e noventa e seis reais).

Contratado: Positivo Informática Ltda.

Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 38/2015**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 38/2015

Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2015.

Dotação orçamentária: 05.05.2015.3.3.90.30.00.00.00 - MERENDA ESCOLAR (recursos: 151).

Vigência: 19/02/2015 a 31/12/2015.

Do valor total: R\$ 1.395,00 (Mil trezentos e noventa e cinco reais)

Contratada: Mari Zilei Simões de Farias de Melo

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 39/2015**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 39/2015

Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2015.

Dotação orçamentária: 05.05.2015.3.3.90.30.00.00.00 - MERENDA ESCOLAR (recursos: 151).

Vigência: 19/02/2015 a 31/12/2015.

Do valor total: R\$ 2.680,00 (Dois mil seiscentos e oitenta reais)

Contratada: Iracema Rodrigues de Farias

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 40/2015**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 40/2015

Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2015.

Dotação orçamentária: 05.05.2015.3.3.90.30.00.00.00 - MERENDA ESCOLAR (recursos: 151).

Vigência: 19/02/2015 a 31/12/2015.

Do valor total: R\$ 1.650,00 (Mil e seiscentos e cinquenta reais).

Contratada: Maria Ivanir Simões de Farias

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2015**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2015

Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2015.

Dotação orçamentária: 05.05.2015.3.3.90.30.00.00.00 - MERENDA ESCOLAR (recursos: 151).

Vigência: 19/02/2015 a 31/12/2015.

Do valor total: R\$ 940,00 (novecentos reais).

Contratada: Marli Inêz da Cruz

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2015**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2015

Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2015.

Dotação orçamentária: 05.05.2015.3.3.90.30.00.00.00 - MERENDA ESCOLAR (recursos: 151).

Vigência: 19/02/2015 a 31/12/2015.

Do valor total: R\$ 5.950,00 (cinco mil novecentos e cinquenta reais).

Contratada: Nívea Simões de Farias

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2015**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2015

Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2015.

Dotação orçamentária: 05.05.2015.3.3.90.30.00.00.00 - MERENDA ESCOLAR (recursos: 151).

Vigência: 19/02/2015 a 31/12/2015.

Do valor total: R\$ 4.070,00 (quatro mil e setenta reais).

Contratada: Silmara de Almeida Coelho Zumbach

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2015**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2015

Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2015.

Dotação orçamentária: 05.05.2015.3.3.90.30.00.00.00 - MERENDA ESCOLAR (recursos: 151).

Vigência: 19/02/2015 a 31/12/2015.

Do valor total: R\$ 3.850,00 (três mil oitocentos e cinquenta reais).

Contratada: Méri Terezinha Simões de Farias

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 45/2015**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 45/2015

Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2015.

Dotação orçamentária: 05.05.2015.3.3.90.30.00.00.00 - MERENDA ESCOLAR (recursos: 151).

Vigência: 19/02/2015 a 31/12/2015.

Do valor total: R\$ 3.310,00 (três mil trezentos e dez reais).

Contratada: Renata Erna Schutzler Grosskopf

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 46/2015**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 46/2015

Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede municipal de ensino, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2015.

Dotação orçamentária: 05.05.2015.3.3.90.30.00.00.00 - MEREN-DA ESCOLAR (recursos: 151).

Vigência: 19/02/2015 a 31/12/2015.

Do valor total: R\$ 5.070,00 (cinco mil e setenta reais).

Contratada: Rosélia Uhlig de Farias

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 48/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 48/2015

Objeto: contratação de profissional para a prestação de serviços técnicos relacionados ao Sistema de Abastecimento de Água - SAA e ao Sistema de Esgotamento Sanitário - SES, deste Município.

Dotação orçamentária: -

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento de cada CONSORCIADO.

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	13.00	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental
Unidade	13.01	Serviço de Saneamento Ambiental
Função	17	Saneamento
Subfunção	512	Saneamento Básico Urbano
Programa	77	Águas de Campo Alegre
Projeto	2.105	Manut. e Coord. das Ativ. da Secretaria Mun.de Saneamento Ambiental
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física

Do valor total: R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais)

Vigência: 27/02/2015 a 31/12/2015.

Contratado: ABEL MORO

Base Legal: Lei Federal 11.107/05 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 49/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 49/2015

Objeto: rateio dos recursos necessários à implantação e manutenção das atividades constantes do Projeto Quiriri Sustentável - Linha 03 (Frente Estratégica de Licenciamento Ambiental Municipal e Arranjos Produtivos Locais).

Dotação orçamentária: -

As despesas decorrentes da execução do presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento de cada CONSORCIADO.

Município	% da participação	Valor (R\$)
Campo Alegre	50%	R\$ 9.242,50
Rio Negrinho	50%	R\$ 9.242,50
Total	100%	R\$ 18.485,00

Do valor total: R\$ 9.242,50 (nove mil duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência: 27/02/2015 a 31/12/2015.

Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI

Base Legal: Lei Federal 11.107/05 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 50/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 50/2015

Objeto: Locação de 01 (um) imóvel, situado na Rua Nereu Ramos, nº 385, Apartamento 03, Centro, na cidade de Campo Alegre/SC, contendo os seguintes cômodos: 01 sala, 02 quartos, 01 banheiro social, 01 cozinha, 01 lavanderia e uma garagem aberta para um carro, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo de Dispensa de Licitação nº 5/2015.

Dotação orçamentária: 03.01.2.102.3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços - Pessoa Jurídica, Secretaria Municipal de Administração, Serviço de Administração, Secretaria Municipal de Administração.

Vigência: 02/03/2015 a 31/12/2015.

Do valor total: R\$ 5.798,40 (cinco mil setecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos).

Contratada: REGINA IMÓVEIS LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

### EXTRATO DE CONTRATO Nº. 36/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 36/2015

Objeto: Contratação, por Inexigibilidade de Licitação, do professor José Sluminski, para lecionar, ensaiar e reger a Banda Municipal (Centro) e as fanfarras de Bateias de Baixo e Fragosos, totalizando 76 horas mensais, sendo de responsabilidade do contratado ainda, acompanhar a banda e as fanfarras nas apresentações culturais organizadas pela coordenadoria de cultura, conforme calendário, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório, modalidade Inexigibilidade de Licitação nº. 28/2015.

Dotação orçamentária: Nº. 11.01.1.005.3.3.90.39.00.00.00.00 , Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, Manutenção e Ampliação da Banda e Fanfarras, Coordenadoria de Cultura, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Vigência: 13/02/2015 a 31/12/2015.

Do valor total: R\$ 23.100,00 (vinte e três mil e cem reais).

Contratado: JOSÉ SLUMINSKI

Processo Licitatório, modalidade Inexigibilidade de Licitação nº. 12/2014 - Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 11.803 DE 06 DE MARÇO DE 2015**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 11.803 DE 06 DE MARÇO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, AUGUSTINHO JOSÉ DE JESUS MACHADO CUBAS, Matrícula Funcional nº 000122, Registro no Sistema sob nº 297180, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, ocupante do Cargo Público de Motorista, exercendo a função de Motorista da Saúde, referente ao período aquisitivo 15 de Abril de 2013 a 14 de Abril de 2014.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 09 de Março de 2015 á 18 de Março de 2015, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,  
06 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 09/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015**

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar público a abertura das inscrições ao Processo Seletivo de provas, para contratação temporária nos cargos abaixo descritos e a formação de cadastro de reserva, durante o prazo de validade do Processo Seletivo nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas neste Edital, cuja realização ficará sob a responsabilidade da organizadora MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - CNPJ/MF: 20.267.664/0001-29 e supervisionado pela Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo, e será regido pelas instruções especiais constantes do presente instrumento, elaborado em conformidade com os ditames da Legislação Municipal vigente e pertinente.

**1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - O Processo Seletivo será regido por este Edital, seus Anexos, eventuais retificações e/ou aditamentos, e será realizado sob a responsabilidade da organizadora MGA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - CNPJ/MF: 20.267.664/0001-29, supervisionado pela Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo.

1.2 - É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar todas as publicações referentes a este Processo Seletivo.

1.3 - O regime jurídico adotado é Regime Administrativo Especial (Contrato Temporário), nos termos estabelecidos pela Legislação Municipal vigente e pertinente.

**2 - DO CÓDIGO DO CARGO, DO CARGO, DA FUNÇÃO, DA CARGA HORÁRIA, DA ESCOLARIDADE/HABILITAÇÃO EXIGIDO, DAS VAGAS, DO VENCIMENTO E DA TAXA DE INSCRIÇÃO:**

2.1 - Os cargos públicos a serem contratados em caráter temporário e formação de cadastro de reserva são os abaixo:

Código	Cargo	Função	Carga Horária	Escolaridade/ Habilitação	Vaga	Vencimentos (mensal) R\$	Taxa de inscrição R\$
02	Assistente Social	Assistente Social	40 horas semanais	Curso Superior de Serviço Social. Registro no Conselho Regional de Serviço Social.	CR	3.116,76	60,00
04	Contador	Contador	40 horas semanais	Curso Superior de Ciências Contábeis. Registro no Conselho Regional de Contabilidade	CR	3.116,76	60,00
05	Enfermeiro	Enfermeiro	40 horas semanais	Curso Superior de Enfermagem. Registro no Conselho Regional de Enfermagem.	CR	3.116,76	60,00
06	Engenheiro	Engenheiro Agrônomo	40 horas semanais	Curso Superior de Engenharia Agrônoma. Registro no Conselho Regional (da área)	CR	3.116,76	60,00



06	Engenheiro	Engenheiro Civil	40 horas semanais	Curso Superior de Engenharia Civil Registro no Conselho Regional (da área)	CR	3.116,76 + 70% de Gratificação de Responsabilidade Técnica de Projetos e Fiscalização de obra pública	60,00
07	Farmacêutico	Farmacêutico	40 horas semanais	Curso de Nível Superior de Farmácia. Registro no Conselho Regional de Farmácia.	CR	3.116,76	60,00
08	Fisioterapeuta	Fisioterapeuta	30 horas semanais	Curso Superior de Fisioterapia. Registro no Conselho Regional de Terapia Ocupacional/ Fisioterapia.	CR	3.116,76	60,00
09	Fonoaudiólogo	Fonoaudiólogo	40 horas semanais	Curso Superior de Fonoaudiologia. Registro no Conselho Regional (da área)	CR	3.116,76	60,00
10	Médico I	Médico I	20 horas semanais	Curso Superior de Medicina. Registro no Conselho Regional de Medicina.	CR	3.116,76 acrescido de: 50% Gratificação Especial Médica	60,00
11	Médico II	Médico II	40 horas semanais	Curso Superior de Medicina. Registro no Conselho Regional de Medicina.	CR	6.233,52 acrescido de: 50% gratificação especial médica; Até 100% Gratificação ESF conforme localidade	60,00
13	Nutricionista	Nutricionista	40 horas semanais	Curso Superior de Nutrição. Registro no Conselho Regional (da área)	CR	3.116,76	60,00
14	Odontólogo I	Odontólogo I	20 horas semanais	Curso Superior de Odontologia. Registro no Conselho Regional de Odontologia.	CR	3.116,76	60,00
15	Odontólogo II	Odontólogo II	40 horas semanais	Curso Superior de Odontologia. Registro no Conselho Regional de Odontologia.	CR	6.233,52	60,00
16	Psicólogo	Psicólogo	40 horas semanais	Curso Superior de Psicologia. Registro no Conselho Regional de Psicologia	CR	3.116,76	60,00
17	Terapeuta Ocupacional	Terapeuta Ocupacional	40 horas semanais	Curso Superior de Terapia Ocupacional. Registro no Conselho Regional de Terapia Ocupacional e Fisioterapia.	CR	3.116,76	60,00
18	Técnico em Nível Médio	Técnico de Enfermagem	40 horas semanais	Curso de nível médio e curso técnico em enfermagem	CR	1.558,36	40,00
19	Fiscal	Fiscal de Obras, Posturas e Meio Ambiente	40 horas semanais	Curso de nível médio e curso técnico em contabilidade, com registro no Conselho Regional de Contabilidade. Possuir carteira de habilitação A e B	CR	1.558,36	40,00
19	Fiscal	Fiscal de Tributos Municipais	40 horas semanais	Curso de nível médio e curso técnico em contabilidade. Possuir carteira de habilitação A e B	CR	1.558,36	40,00
19	Fiscal	Fiscal da Vigilância Sanitária	40 horas semanais	Curso de nível médio e curso técnico em contabilidade. Possuir carteira de habilitação A e B	CR	1.558,36	40,00
20	Agente Administrativo II	Agente Administrativo II	40 horas semanais	Nível Médio (2º grau). Conhecimentos básicos em informática.	CR	1.198,72	40,00
22	Instrutor de Música	Instrutor de Música – VIOLÃO	Por hora/aula	Curso de nível médio (2º grau) e comprovação de curso de formação de instrumento específico e/ou curso profissionalizante na área de atuação	CR	6,22 a hora/aula	40,00
22	Instrutor de Música	Instrutor de Música – TECLADO	Por hora/aula	Curso de nível médio (2º grau) e comprovação de curso de formação de instrumento específico e/ou curso profissionalizante na área de atuação	CR	6,22 a hora/aula	40,00
22	Instrutor de Música	Instrutor de Música – BATERIA	Por hora/aula	Curso de nível médio (2º grau) e comprovação de curso de formação de instrumento específico e/ou curso profissionalizante na área de atuação	CR	6,22 a hora/aula	40,00
24	Agente Operacional III	Operador de Máquinas e Equipamentos	40 horas semanais	Ensino fundamental (1º grau). Possuir habilitação CNH Categoria "C" ou superior, e aprovação em prova prática	CR	1.042,37	30,00
24	Agente Operacional III	Veículos Pesados	40 horas semanais	Ensino fundamental (1º grau). Possuir habilitação CNH Categoria "E", e aprovação em prova prática	CR	1.042,37	30,00
24	Agente Operacional III	Agente de Manutenção	40 horas semanais	Ensino fundamental (1º grau) e aprovação em prova prática	CR	1.042,37	30,00
25	Motorista	Motorista de Veículos Leves	40 horas semanais	4ª série do 1º grau (ensino fundamental). Possuir habilitação própria para Carteira Categoria "D" ou "E", na forma do Código Nacional de Trânsito. Aprovação em prova prática.	CR	1.042,37	20,00

25	Motorista	Motorista da Saúde	40 horas semanais	4ª série do 1º grau (ensino fundamental). Possuir habilitação própria para Categoria "D" e "E", na forma do Código Nacional de Trânsito. Aprovação em prova prática.	CR	1.042,37	20,00
27	Agente Operacional II	Vigia	40 horas semanais	Alfabetizado	CR	906,40	20,00
28	Auxiliar de Odontologia	Auxiliar de Odontologia	40 horas semanais	Ensino Fundamental (1º grau).	CR	906,40	30,00
29	Agente Operacional I	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas semanais	Ensino Fundamental	CR	755,33 + complemento para atingir o salário mínimo, se necessário.	30,00
29	Agente Operacional I	Auxiliar Operacional (gari)	40 horas semanais	Ensino Fundamental	CR	755,33 + complemento para atingir o salário mínimo, se necessário.	30,00
31	Agente Administrativo III	Agente Administrativo III (Educação)	40 horas semanais	Superior em Pedagogia e conhecimentos em informática	CR	2.025,87	60,00
31	Agente Administrativo III	Agente Administrativo III (Administrativo)	40 horas semanais	Superior em Administração, Ciências Contábeis, Direito, Economia ou outra formação superior com pós-graduação em administração pública e conhecimentos em informática	CR	2.025,87	60,00
32	Médico IV	Médico Plantonista	Máximo 60 horas/semanais.	Curso Superior de Medicina com especialidade médica Registro no Conselho Regional de Medicina.	02	Vencimento: DIAS NORMAIS (que compreende os dias de segunda a sexta-feira, excluindo os pontos facultativos e feriados): Vencimento de R\$ 38,94 a hora normal, acrescido de: R\$ 14,60 de adicional noturno (quando for o caso); e R\$ 19,47 ref. 50% de Gratificação Especial Médica. então: Valor 12 horas diurna R\$ 700,92; e Valor 12 horas noturna R\$ 876,12. - SÁBADOS, DOMINGOS, FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS: Vencimento de R\$ 38,94 a hora normal, acrescido de: R\$ 19,47 de adicional noturno (quando for o caso); e R\$ 38,94 ref. 100% de Gratificação Especial Médica. Então: Valor 12 horas diurna R\$ 934,57; e Valor 12 horas noturna R\$ 1.168,20.	60,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidades de Bateias de Cima e Papanduvinha	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Bateias de Cima ou Papanduvinha	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidades de Tijucume e Cubatão	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Tijucume ou Cubatão	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidades de Ribeirão do Meio e Mato Bonito	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Ribeirão do Meio ou Mato Bonito	CR	906,41	30,00

32	Agente Comunitário de Saúde	Localidades de Ximbuva, Cãozinho e Onça Parda	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Ximbuva ou Cãozinho ou Onça Parda	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidade de Santana	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Santana	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidades de Rodeio Grande e Rodeio de Santa Cruz	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Rodeio Grande ou Rodeio de Santa Cruz	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidades de Campinas e Campinas dos Farias	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Campinas ou Campinas dos Farias	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Distrito de Bateias de Baixo	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir no Distrito de Bateias de Baixo	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidades de Pirizal e Papanduva	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Pirizal ou Papanduva	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidades de Avenca e Queimados	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Avenca ou Queimados	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidades de Saltinho, Lavrinha e Mutirão (Bateias de Baixo)	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Saltinho ou Lavrinha ou Mutirão (Bateias de Baixo)	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Bairro Cascatas (Vila Cedro)	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir no Bairro Cascatas (Vila Cedro)	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidade de São Miguel	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de São Miguel	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Bairro Belo Horizonte	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir no Bairro Belo Horizonte	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Bairro Cascatas (Conjunto Habitacional Bela Vista)	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir no Bairro Cascatas (Conjunto Habitacional Bela Vista)	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Bairro Santo Antônio e Cascatas	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir no Bairro Santo Antônio ou Cascatas	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Distrito de Fragosos	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir no Distrito de Fragosos	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidade de Corredeiras	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Corredeiras	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidades de Avenca do Rio Negro e Capinzal	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Avenca do Rio Negro ou Capinzal	CR	906,41	30,00
32	Agente Comunitário de Saúde	Localidade de Rio Represo	40 horas semanais	Ensino Fundamental, completo e residir na Localidade de Rio Represo	CR	906,41	30,00
33	Agente Operacional IV	Agente Operacional IV	40 horas semanais	Nível médio (2º grau)	CR	1.198,72	30,00
35	Instrutor de Informática	Instrutor de Informática	40 horas semanais	Nível médio (2º grau) em Informática ou Processamento de Dados	CR	1.198,72	30,00
37	Agente Operacional V	Pedreiro / Carpinteiro	40 horas semanais	Ensino fundamental e aprovação em prova prática	CR	1.125,89	30,00

84	Atendente de Sala	Atendente de Sala	40 horas semanais	Ensino Médio	CR	1.198,72	40,00
87	Motorista de Transporte de Pessoas	Motorista de Transporte de Pessoas	40 horas semanais	Ensino Fundamental completo com CNH Categoria "D"; Curso de condutor de veículo de Transporte Escolar e, aprovação em prova prática	CR	1.042,37	30,00

\*Cadastro de reserva

2.2 - O conteúdo programático consta no anexo I desse Edital.

2.2 - As atribuições dos cargos constam do Anexo II deste Edital.

2.3 - O valor da taxa de inscrição de cada cargo está descrito na tabela acima, na coluna "Taxa de Inscrição R\$".

### 3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1 - As inscrições deverão ser efetuadas, única e exclusivamente, pela internet no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) no período de 06 de março de 2015 a 20 de março de 2015.

3.1.1 - Não será permitida inscrição pelos correios, fac-símile, condicional ou fora do prazo estabelecido no subitem 3.1 deste edital.

3.2 - Para inscrever-se, o candidato deverá:

3.2.1 - Acessar o endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) durante o período de inscrição, descrito no item 3.1 deste edital;

3.2.2 - Ler atentamente o Edital de Abertura e Anexo(s);

3.2.3 - Preencher corretamente o Formulário de Inscrição, e fazer a opção pelo CARGO para o qual pretende concorrer;

3.2.4 - Realizar o pagamento do boleto bancário em até 01 dia útil após o término das inscrições.

3.3 - O candidato será responsável por qualquer erro e/ou omissão, bem como pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição.

3.4 - O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata, ou ainda, que não atenda todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado em todas as fases do certame.

3.5 - Será divulgada a lista das inscrições homologadas, através de Edital disponibilizado no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) e afixado no mural da Prefeitura, no dia 01 de abril de 2015, sobre a qual caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, nos termos previstos pelo item 9 deste Edital.

3.6 - É única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Processo Seletivo que será feita em Mural Sede na Prefeitura de Campo Alegre/SC, e no endereço eletrônico e [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br).

3.7 - A organizadora MGA Concursos, não se responsabilizará por solicitação de inscrição via internet não recebida por falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

3.8 - São condições para a inscrição:

3.8.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado nos termos do Art. 12 da Constituição Federal.

3.8.2 - Ter até a data da contratação, idade mínima de 18 anos, gozar de boa Saúde Física e Mental, estar no gozo dos direitos Políticos e Cíveis e, se do sexo masculino, estar quite com o Serviço Militar.

3.8.3 - Estar ciente que se aprovado, quando da convocação, deverá comprovar que preenche todos os requisitos exigidos para o cargo, constantes do presente Edital, sob pena de perda do direito à vaga.

3.8.4 - Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado "a bem do serviço público", mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental.

### 4 - DAS ISENÇÕES

4.1 - Haverá isenção da Taxa de Inscrição para o Candidato inscrito no CadÚnico do Governo Federal, o candidato deverá estar cadastrado e atualizado no CadÚnico do Governo Federal. Para solicitação o candidato deverá escolher a opção de isento no formulário de inscrição e preencher o número do NIS.

4.1.1 - O preenchimento de Solicitação de Isenção deverá ser realizado no momento da Inscrição através do Formulário de Inscrição no período de 06/03/2015 a 10/03/2015.

4.1.2 - A relação das isenções deferidas será divulgada no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) devendo o candidato verificar o deferimento ou não na data 11/03/2015.

4.1.3 - O Candidato que tiver a sua solicitação de isenção da Taxa de Inscrição INDEFERIDA, poderá impetrar recurso contra o Indeferimento da Solicitação de Isenção através do endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) nos dias 12/03/2015 a 16/03/2015.

4.1.4 - A Comissão de Acompanhamento do Concurso Público apreciará o recurso e emitirá o seu parecer até o dia 17/03/2015; havendo deferimento, a lista de candidatos isentos será republicada no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) no dia 17/03/2015.

4.1.5 - Caso o Candidato tenha seu recurso indeferido, ele deverá acessar o endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br), imprimir a 2ª via do Boleto Bancário até 20/03/2015 e efetuar o pagamento até o dia 20/03/2015.

### 5 - DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE

5.1 - Será assegurada a inscrição às Pessoas com Necessidades Especiais nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal e pela Lei Nº 7.853/89 e legislação municipal, sendo assegurado o direito de inscrição para as funções em Processo Seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

5.1.1 - Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7853/89, ser-lhes-á reservado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas existentes para cada cargo, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente Processo Seletivo.

5.1.1.1 - Se na aplicação do percentual resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para o PNE. Se inferior a 0,5 (cinco décimos) a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para o cargo ou cargo.

5.1.2 - Consideram-se PNE aqueles que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.



5.1.3 - Aos Candidatos PNE, serão resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para os demais candidatos. Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, através de campo próprio na ficha de inscrição disponibilizada no site.

5.1.4 - O candidato deverá encaminhar via SEDEX com AR, no prazo de 06/03/2015 até o dia 20/03/2015, para a organizadora MGA Concursos, no endereço: Avenida Lucílio de Held, nº 1378, sala 03- Jd. Alvorada - CEP: 87033-230 - Maringá/PR, na via original ou fotocópia autenticada, os documentos abaixo relacionados: a) Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de prova.

b) Solicitação de prova especial, se necessário.

5.1.5 - O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital ou não solicitar prova em condições especiais não terá avaliação especificamente elaborada, não podendo impetrar recurso em favor de sua situação.

5.1.6 - Serão automaticamente indeferidas as inscrições na condição de PNE, dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital.

5.1.7 - Aos deficientes visuais (cegos) serão oferecidas provas no sistema braile e suas respostas deverão ser transcritas também em braile. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo ainda, utilizar-se de soroban. Aos deficientes visuais (amblíopes) serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho e letra correspondente a corpo 24.

5.1.8 - Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas a PNE, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem classificatória.

5.1.9 - O candidato que não atender ao solicitado no subitem 5.1.5 deste edital, não será considerado PNE, e passará automaticamente a concorrer às vagas de Ampla Concorrência.

5.1.10 - Ao ser convocado para investidura no cargo público, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura do Município de Campo Alegre - SC, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo. Será eliminado da lista de PNE o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

5.1.11 - Será excluído do Processo Seletivo o candidato que tiver deficiência considerada incompatível com as atribuições do cargo, bem como aquelas conceituadas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e legislação aplicável a espécie, e que constituam inferioridade que implique em grau acentuado de dificuldade para integração social.

5.1.12 - Não serão considerados como deficiência os distúrbios passíveis de correção.

5.1.13 - Após o ingresso do candidato PNE, a necessidade especial não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação do cargo, e de aposentadoria por invalidez.

## 6 - DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

6.1 - O Processo Seletivo será composto da 1ª e 2ª etapa, com prova objetiva e prática, conforme abaixo:

6.1.1 - 1ª ETAPA - PROVA ESCRITA OBJETIVA, de caráter classificatório, para todos os cargos.

6.1.2 - 2ª ETAPA - PROVA PRÁTICA, de caráter eliminatório, apenas para os cargos: a) Agente Operacional III - Operador de Máquinas e Equipamentos; b) Agente Operacional III - Veículos

Pesados; c) Agente Operacional III - Agente de Manutenção; d) Motorista - Motorista de Veículos Leves; e) Motorista - Motorista da Saúde; f) Agente Operacional V - Pedreiro/carpinteiro; e g) Motorista de Pessoas.

## 7 - DAS PROVAS

7.1 - As provas objetivas serão aplicadas na cidade de Campo Alegre/SC, na data de 11/04/2015, com duração de 03 (três) horas, em locais que serão oportunamente divulgados.

Cargos	Período	Data	Horários
Todos os cargos	TARDE	11/04/2015	Abertura dos portões: 14h Fechamento dos portões: 14h45min Início da aplicação das provas: 15h Término das Provas: 18h

7.1.1 - A Prova Objetiva de múltipla escolha conterá questões das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas.

### 7.2 - DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

7.2.1 - A Prova Objetiva de múltipla escolha conterá questões das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas (item 7.4).

7.2.2 - As questões da Prova Objetiva serão de múltipla escolha com apenas uma alternativa correta.

7.2.3 - O Conteúdo Programático das Provas Objetivas está disposto no Anexo I deste Edital.

7.2.4 - O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 1 (uma) hora, munido de caneta azul ou preta, e um Documento de Identidade com foto, podendo ainda (opcional), apresentar lápis preto e borracha.

### 7.3 DO JULGAMENTO DAS PROVAS OBJETIVAS.

7.3.1 - A nota da Prova Objetiva será obtida pela multiplicação do número de acertos em cada disciplina pelo peso de cada questão.

7.3.2 - À Prova Objetiva será atribuído valor máximo de 100 (cem) pontos.

7.3.3 - À Prova Objetiva será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato que obtiver nota diferente de 0 (zero) na pontuação total da Prova Objetiva;

b) AUSENTE: o candidato não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação do Processo Seletivo.

7.3.4 - A pontuação relativa à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será (ão) atribuída(s) a todos os candidatos do respectivo cargo daquela questão, presentes à prova.

### 7.4 - QUADRO DE PROVAS OBJETIVAS

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL POR CADERNO
Cargos de nível superior	Língua Portuguesa	10	3,0	30
	Conhecimentos Locais	10	3,0	30
	Conhecimento Específico	10	4,0	40
TOTAL	---	30	---	100

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL POR CADERNO
Cargos de nível técnico	Língua Portuguesa	10	3,0	30
	Conhecimentos Locais	10	3,0	30
	Conhecimento Específico	10	4,0	40

TOTAL	---	30	---	100
-------	-----	----	-----	-----

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL POR CADERNO
Cargos de nível médio	Língua Portuguesa	10	3,0	30
	Conhecimentos Locais	10	3,0	30
	Conhecimento Específico	10	4,0	40
TOTAL	---	30	---	100

CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL POR CADERNO
Cargos de nível fundamental	Língua Portuguesa	10	3,0	30
	Conhecimentos Locais	10	3,0	30
	Matemática	10	4,0	40
TOTAL	---	30	---	100

## 7.5 - DAS PROVAS PRÁTICAS

7.5.1 - As provas práticas serão aplicadas em data e local a ser definido em edital de convocação.

7.5.2 - Os candidatos serão submetidos a avaliações, descritas no anexo III deste Edital.

7.5.3 - O candidato será considerado aprovado se receber nota da avaliação igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.

7.5.4 - O candidato ausente, desistente, ou descumprir as orientações dos examinadores será considerado eliminado na prova prática e consequentemente reprovado no Processo Seletivo.

7.5.5 - Não haverá 2ª (segunda) chamada para realização das provas em hipótese alguma.

## 8 - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

8.1 - As Provas serão aplicadas nas datas e horários estipulados no subitem 7.1 deste Edital no Município de Campo Alegre - SC, em locais que serão oportunamente divulgados, com duração máxima de 03h (três horas), incluso o tempo para preenchimento da Folha de Respostas.

8.1.1 - As datas das Provas Objetivas poderão ser alteradas por necessidade da administração. Havendo alteração da data prevista, será publicada com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, ou a qualquer tempo em caso de calamidade pública.

8.2 - Caso o número de candidatos exceda a capacidade de alocação no Município, a organizadora do Processo Seletivo e a Administração Municipal poderão alterar horários das provas, dividir a aplicação das provas em mais de uma data, ou utilizar escolas de municípios vizinhos cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e através do endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br).

8.3 - Não haverá sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer ao local determinado para a realização das provas, com antecedência mínima de 01h (uma hora), munido de caneta azul ou preta, e um Documento de Identidade com foto, podendo ainda (opcional), apresentar lápis preto e borracha.

8.3.1 - Para a comprovação do "Documento de Identidade com foto" que trata o item 7.3, o candidato poderá apresentar um dos seguintes documentos:

- Cédula de Identidade - RG;
- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Certificado Militar;
- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei

Federal nº 9.503/97 (com foto);

f) Passaporte.

8.4 - Somente será admitido o ingresso e permanência na sala de prova do candidato munido de um dos documentos discriminados no subitem 7.3 deste Edital, desde que permita, com clareza, a sua identificação. Não será aceito protocolo ou cópia dos documentos citados, ainda que autenticada, ou qualquer outro documento diferente dos anteriormente definidos.

8.5 - Os portões dos locais de prova serão fechados 15 (quinze) minutos antes do horário de início da aplicação das provas - Horário Oficial de Brasília, NÃO SERÁ PERMITIDO, SOB QUALQUER HIPÓTESE, O INGRESSO DE CANDIDATOS NO LOCAL DE PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.

8.6 - Não será permitido o ingresso do candidato à sala de prova, após o horário definido para início da mesma.

8.7 - As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e similares. Reserva-se à Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo e aos Fiscais, o direito de eliminar do certame o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

8.8 - Durante as provas, não serão permitidas: consultas bibliográficas de qualquer espécie; utilização de máquina calculadora, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, tablets, notebook, BIP, ou qualquer material que não seja o estritamente necessário para a realização das provas. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e deixados sobre a mesa do fiscal de sala até o término da prova.

8.9 - Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do fiscal de sala, podendo sair somente acompanhado do fiscal volante, designado pela Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo.

8.10 - O candidato só poderá se ausentar da sala, após 01h (uma hora) do início das provas. No caso de término da prova o candidato deverá entregar ao fiscal de sala a respectiva Folha de Respostas com o Caderno de Questões.

8.11 - No início das provas o candidato receberá sua Folha de Respostas, o qual deverá ser assinado e ter seus dados conferidos e, em hipótese nenhuma, haverá substituição em caso de erro ou rasura do candidato.

8.12 - O candidato que necessitar alterar seus dados deverá comunicar imediatamente o Fiscal de Sala para que o mesmo registre em Ata a referida solicitação para correção posterior.

8.13 - As Provas Objetivas (escritas) desenvolver-se-ão através de questões de múltipla escolha, na forma estabelecida no presente Edital.

8.14 - Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude de afastamento, por qualquer motivo, de candidato da sala de prova.

8.15 - O preenchimento da Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato, sendo o único documento válido para a correção eletrônica e deverá ser entregue ao final da avaliação ao fiscal de sala.

8.15.1 - Não deverá ser feita nenhuma marcação na Folha de Resposta fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas Leitoras Ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

8.16 - A correção da Prova Objetiva será feita pelo sistema de Leitura Ótica, pelo que não serão computadas questões não assinaladas, ou que contenham emendas ou rasuras, ou que tenham sido respondidas a lápis, ou ainda, que contenham mais de uma alternativa assinalada.

8.17 - Em caso de anulação de questão, por qualquer razão, a pontuação correspondente àquela questão será atribuída a todos os candidatos, independente de recurso.

8.18 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a

publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo, os quais serão afixados no mural da Prefeitura, no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br), devendo ainda manter-se atualizado.

8.19 - O gabarito das provas objetivas estará disponível para consulta no site [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br), no dia subsequente à realização da prova.

#### 9 - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

9.1 - O Candidato que necessitar de condições especiais para a realização da Prova Objetiva deverá requerer à Organizadora mediante solicitação simples, a ser enviada juntamente com Atestado Médico, original ou cópia autenticada, onde conste o motivo da incapacidade, no prazo de 06/03/2015 até o dia 20/03/2015.

9.1.1 - No caso de Candidata lactante, que necessite amamentar durante a realização das provas, a mesma deverá enviar cópia autenticada da certidão de nascimento do(a) menor.

9.1.1.1 - A candidata deverá levar um acompanhante que será responsável pela guarda da criança, e aguardará em sala específica para esse fim, o acompanhante não permanecerá na sala em hipótese alguma durante a amamentação.

9.1.1.2 - O tempo utilizado pela candidata na amamentação não será acrescido, sob hipótese alguma no período de tempo total destinado à realização das provas.

9.2 - A relação das solicitações de Condição Especial deferidas será divulgada no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br), através de Edital específico, devendo o candidato verificar o deferimento ou não na data de 01 de abril de 2015.

#### 10 - DOS RECURSOS

10.1 - Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados, perante a organizadora do Processo Seletivo MGA Concursos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado do primeiro dia subsequente às datas do (a):

- a) Edital de Deferimento das Isenções;
- b) Edital de Deferimento das Inscrições;
- c) Edital de Condições Especiais de prova para candidatos deficiente;
- d) Questões das Provas e Gabarito Preliminar;
- e) Edital de Resultado das Provas Objetivas e Práticas;

10.2 - O recurso deverá ser preenchido no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) no link RECURSOS, o candidato deverá preencher corretamente.

- Nome do candidato;
- Número de inscrição;
- Número do documento de identidade;
- Cargo para o qual se inscreveu;
- A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
- A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso.

10.3 - Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e se for o caso anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração.

10.4 - Não serão aceitos recursos encaminhados, via fax e/ou correios, devendo estar devidamente embasado em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível, sob pena de indeferimento.

10.5 - Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito. A Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

10.6 - As respostas aos recursos interpostos serão disponibilizadas

através do endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br), após um dia útil da interposição do recurso.

#### 11 - DA PONTUAÇÃO FINAL

11.1 - A pontuação final do candidato será a nota obtida na prova objetiva, considerando que a prova prática terá caráter eliminatório, e será disponibilizada através de Edital de Classificação, a ser divulgado no endereço eletrônico [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br).

11.2 - Caberá recurso da classificação geral, a ser interposto no prazo de 03 dias úteis a partir da publicação, nos termos estabelecidos no item 9 deste Edital.

11.3 - Em caso de deferimento do recurso, será republicada a lista classificatória, da qual não caberá mais recurso.

#### 12 - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1 - Os candidatos serão classificados em ordem decrescente da pontuação final.

12.2 - Os candidatos classificados serão relacionados em duas listas, sendo uma Lista Geral (todos os candidatos aprovados) e outra Lista Especial. (PNE - Pessoa com Necessidades Especiais), se houver.

12.3 - Não ocorrendo Candidatos inscritos ou aprovados na condição de PNE - Pessoa com Necessidades Especiais, haverá somente a Lista Geral de Classificação Final.

12.4 - Na classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão obedecidos os seguintes fatores de desempate:

- a) Idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, dando-se preferência ao de idade mais elevada;
  - b) Maior nota na prova de Conhecimentos Específicos;
  - c) Maior nota na prova de Língua Portuguesa;
  - d) Maior nota na prova de Conhecimentos Gerais;
  - e) Maior idade considerando ano, mês e dia de nascimento;
- 12.5 - Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará através de sorteio público.

#### 13 - DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

13.1 - São requisitos básicos para investidura no cargo público:

- a) Aprovação neste Processo Seletivo;
- b) Nacionalidade brasileira;
- c) Estar em pleno gozo dos direitos políticos;
- d) Estar em dia com suas obrigações eleitorais;
- e) Estar em dia com suas obrigações militares (se do sexo masculino) ;
- f) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão, quando houver;
- g) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;
- h) Ser aprovado em exame médico pré-admissional; e
- i) Não ter sido demitido por ato de improbidade ou exonerado do serviço público, mediante decisão transitada em julgado em qualquer esfera governamental.

13.1.1 - No caso de Candidato PNE - Pessoa com Necessidades Especiais, deverá apresentar Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme declarado no ato da inscrição.

#### 14 - DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

14.1 - Os candidatos serão convocados por ordem crescente da classificação.

14.2 - O candidato classificado em Processo Seletivo poderá ser investido no cargo se atendidas, à época da convocação, todas as exigências para a investidura ora descrita, obedecido o interesse público, bem como a disponibilidade financeira da Prefeitura



Municipal de Campo Alegre.

14.3 - Esgotada a lista de classificação do Processo Seletivo, os candidatos que não haviam manifestado interesse estarão novamente habilitados para a contratação por tempo determinado neste exercício.

14.4 - Apenas na hipótese acima, a lista de classificação do Processo Seletivo será reaproveitada.

14.5 - Após a convocação, no prazo de 03 (três) dias os candidatos aprovados deverão se submeter à perícia médica para verificação da compatibilidade de sua saúde física e mental com o exercício das atribuições do cargo.

14.6 - O não comparecimento do candidato no local, dia e horários munidos dos documentos exigidos na data previamente designada implicará na desclassificação do candidato, podendo ser novamente convocado apenas em caso de reaproveitamento de lista.

14.7 - Ficará sem efeito a atribuição contemplado que não comparecer no Setor de Recursos Humanos para a entrega dos documentos exigidos, não comprovar os requisitos exigidos no Edital, for declarado inabilitado no Exame de Saúde deixando de ser realizada a admissão.

## 15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Por ocasião da contratação deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos:

- a) CPF;
- b) Título de Eleitor;
- c) Carteira de Identidade RG;
- d) Certificado de Escolaridade, Diploma ou Declaração de Conclusão de Curso;
- e) Histórico Escolar;
- f) Registro Profissional (Carteira do Conselho de Classe ou Órgão da Categoria), conforme o caso;
- g) Certificado Militar (se homem);
- h) Declaração de Não Acumulação de Cargo, Cargo, Cargo Pública ou proventos advindo de aposentadoria (Caso haja o acúmulo, apresentar Certidão do Órgão Empregador, contendo o Regime Jurídico, a carga horária e o horário de trabalho, com firma reconhecida);
- i) 01 Foto 3X4;
- j) Declaração de Bens;
- k) Comprovante de votação da última eleição;
- l) Comprovante de Residência;
- m) Certidão de Regularidade Junto ao Conselho de Classe, conforme o caso.

15.2 - Para efeito de sua contratação fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade do cargo, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos.

15.3 - É vedada a contratação de profissional demitido a bem do serviço público nos últimos cinco anos, dos poderes públicos de quaisquer esfera, municipal, estadual ou federal.

15.4 - A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

15.5 - A inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração.

15.6 - A Organizadora bem como o órgão realizador do presente certame não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao Processo Seletivo.

15.7 - Após 180 (cento e oitenta) dias da divulgação oficial do Resultado Final do Processo Seletivo, as Folhas de Respostas serão digitalizadas, pela Organizadora do certame público, podendo após serem incineradas e mantidas em arquivo eletrônico, com cópia de segurança, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

15.8 - O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço

para correspondência, junto à Prefeitura do Município de Campo Alegre - SC, após o Resultado Final.

15.9 - A validade do presente Processo Seletivo será de 2 (dois) anos, prorrogável por igual período conforme interesse da Administração.

15.10 - A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

15.11 - Ficam impedidos de participarem do certame aqueles que possuam com qualquer dos sócios da Organizadora relação de parentesco disciplinada nos artigos 1.591 a 1.595 do Novo Código Civil Brasileiro.

15.12 - Todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão dirimidos em comum pela organizadora e pela Prefeitura de Campo Alegre - SC, através da Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo.

15.13 - A homologação do Processo Seletivo poderá ser efetuada por cargo, individualmente, ou pelo conjunto de funções constantes do presente Edital, a critério da Administração.

15.14 - As remunerações constantes do presente Edital são referentes à data do presente Edital, vinculadas aos dias efetivamente trabalhados pelo funcionário, estando sujeitas à alterações correspondentes aos dos cargos públicos efetivos.

15.15 - A aprovação no Processo Seletivo não ensejará a obrigatoriedade de contratação que se dará apenas em decorrência das necessidades da administração e da existência de vagas no período de vigência do Processo Seletivo.

15.16 - Caberá ao Prefeito do Município de Campo Alegre/SC a homologação dos resultados deste Processo Seletivo Classificatório.

15.17 - Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no endereço eletrônico [www.mga-concursospublicos.com.br](http://www.mga-concursospublicos.com.br).

15.18 - A Prefeitura do Município de Campo Alegre/SC, e a Organizadora, se eximem das despesas com viagens e estadias dos candidatos para comparecimento em quaisquer das fases deste Processo Seletivo.

15.19 - A Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC, e a empresa Organizadora, não se responsabilizarão por eventuais coincidências de locais, datas e horários de provas e quaisquer outras atividades ou eventos.

15.20 - As informações sobre o presente Processo Seletivo, até a publicação da Classificação Final, serão prestadas pela organizadora MGA Concursos por meio do telefone (44) 3346-8007 de segunda a sexta-feira das 9h às 12h e das 13h às 17h, sendo que após a competente homologação serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC.

15.21 - São partes integrantes deste Edital:

- a) Anexo I - Conteúdos Programáticos;
- b) Anexo II - Atribuições dos cargos
- c) Anexo III - Critérios de avaliação das provas práticas.

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado nos murais: da sede da Prefeitura Municipal, na sede da Câmara Municipal de Vereadores, na sede da Casa da Cultura e na sede do IPRECAL, na íntegra, nos endereços eletrônicos: [www.mga-concursospublicos.com.br](http://www.mga-concursospublicos.com.br) e [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br) e ainda, seu extrato publicado na forma da legislação municipal pertinente vigente, ou seja, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM) [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e em jornal de circulação regional.

Campo Alegre/SC, 05 de março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal



## ANEXO I (PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015)

### DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

**LÍNGUA PORTUGUESA: NIVEL FUNDAMENTAL:** Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto; Sinônimos e Antônimos; Divisão silábica; Tipos de Frases; Aumentativo e Diminutivo; Ortografia oficial; Acentuação gráfica; Verbo.

**LÍNGUA PORTUGUESA: NIVEL MÉDIO** Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto; interpretação do texto; gêneros e tipologias textuais. Fonética e Fonologia: ortografia; acentuação gráfica. Morfologia: as classes de palavras. Sintaxe: frase, oração, período; termos essenciais da oração; termos integrantes da oração (objeto direto, indireto, complemento nominal); termos acessórios da oração. Conjunções coordenativas (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); conjunções subordinativas adverbiais (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); concordância verbal e nominal. Suplemento ou Apêndice: crase; pontuação; funções do QUE e do SE; figuras de linguagem; vícios de linguagem.

**LÍNGUA PORTUGUESA: NIVEL TÉCNICO** Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto; interpretação do texto; gêneros e tipologias textuais. Fonética e Fonologia: ortografia; acentuação gráfica. Morfologia: as classes de palavras. Sintaxe: frase, oração, período; termos essenciais da oração; termos integrantes da oração (objeto direto, indireto, complemento nominal); termos acessórios da oração. Conjunções coordenativas (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); conjunções subordinativas adverbiais (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); concordância verbal e nominal. Suplemento ou Apêndice: crase; pontuação; funções do QUE e do SE; figuras de linguagem; vícios de linguagem.

**LÍNGUA PORTUGUESA: NIVEL SUPERIOR** Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto; interpretação do texto; gêneros e tipologias textuais. Fonética e Fonologia: ortografia; acentuação gráfica. Morfologia: as classes de palavras. Sintaxe: frase, oração, período; termos essenciais da oração; termos integrantes da oração (objeto direto, indireto, complemento nominal); termos acessórios da oração. Conjunções coordenativas (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); conjunções subordinativas adverbiais (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); concordância verbal e nominal. Suplemento ou Apêndice: crase; pontuação; funções do QUE e do SE; figuras de linguagem; vícios de linguagem.

### MATEMÁTICA: NIVEL FUNDAMENTAL

Números Naturais; Operações Fundamentais; Números Fracionários; Números Decimais; Multiplicação e divisão com 2 e 3 números no divisor. Resolução de situações problemas. Conjunto de números naturais. Sistema de medida e de numeração. Problemas com números naturais. Divisibilidade. Potenciação. Sistema métrico decimal, unidade de comprimento e de tempo. Matemática comercial: Razões e proporções; Grandezas diretas e inversamente proporcionais; Regra de três simples e compostas; Porcentagem; Juros Simples. Números negativos. Equação e Inequação. Números inteiros. Média aritmética e ponderada. MDC Máximo divisor comum e MMC mínimo múltiplo comum. Raiz. Fração - classificação, simplificação, operação.

**CONHECIMENTOS LOCAIS: NIVEL FUNDAMENTAL:** Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade,

geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível municipal, regional, nacional.

**CONHECIMENTOS LOCAIS: NIVEL MÉDIO:** Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível municipal, regional, nacional.

**CONHECIMENTOS LOCAIS: NIVEL TÉCNICO:** Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível municipal, regional, nacional.

**CONHECIMENTOS LOCAIS: NIVEL SUPERIOR:** Domínio de tópicos de diversas áreas, tais como: política, economia, sociedade, geografia, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura e suas vinculações históricas, em nível municipal, regional, nacional.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**ASSISTENTE SOCIAL:** Políticas Sociais Públicas no Brasil; A evolução histórica do Serviço Social no Brasil; Construção do conhecimento na trajetória histórica da profissão; As questões teóricas metodológicas do Serviço Social: métodos, instrumentais técnicos-operativos; A pesquisa social e sua relação com a prática do Serviço Social; Serviço Social e Assistência Social: trajetória, história e debate contemporâneo; Planejamento e administração no Serviço Social: tendências, os aspectos da prática profissional e a prática institucional; O processo de trabalho no Serviço Social; Interdisciplinaridade; Movimentos sociais; Terceiro Setor; Fundamentos Legais: Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei Orgânica da Assistência Social; Código de Ética do Assistente Social; Seguridade Social; Sistema Único de Saúde; Sistema Único de Assistência Social; Estatuto do Idoso; Lei Federal nº 8.662/93 (Lei que regulamenta a profissão do Assistente Social). Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

**CONTADOR:** Princípios Fundamentais de Contabilidade: Conceitos e Tipos. Noções Gerais: Conceitos e Objetivos da Contabilidade. Finalidades da Contabilidade. Campo de Atuação. Relatórios Gerenciais: Periodicidade, Comparações Real x Orçado, Consolidação Periódica, Fonte Única ou Banco de Dados. Patrimônio: Bens, direitos e Obrigações: Conteúdos, Classificações e Critérios de Avaliação. Patrimônio Líquido: Conceito, Estrutura e Importância. Variações Patrimoniais: Conceito e Classificação. Gestão: Conceito: Aspectos Econômicos e Financeiros. Despesas, Receitas, Resultados e Custos. Período Administrativo e Exercício Financeiro. Regimes de Caixa e Competência. Teoria da Escrituração: Conceitos e Finalidades. A Conta: Conceito, Estrutura, Classificação. Método de Escrituração: Partidas Dobradas, Princípios e Corolários. Plano de Contas: Estrutura do Plano de Contas. Livros de Escrituração. Registro de Operações. Depreciações, Amortizações e Provisões. Balancete de Verificação. Encerramento do Exercício. Determinação e Destinação do Crédito. Inventário: Conceito e Finalidades Principais. Classificação do Inventário. Avaliação e Reavaliação dos Bens e demais Elementos do Patrimônio. Orçamento: Conceito e Importância. Período Orçamentário. Orçamento de Vendas, Produção, Compras e Financeiro. Demonstrações Contábeis: Necessidade, Finalidade, Importância, e Época de Elaboração. Balanço Patrimonial. Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados. Demonstração do Resultado do Exercício. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. Análise de Balanços: Noções Gerais: Finalidades e aplicações de análise; planejamento, análise e controle; técnicas de análise; métodos de análise. Análise Econômica: Patrimonial: endividamento; garantia de capitais

de terceiros; grau de imobilizações. Rentabilidade: formação do resultado; lucratividade; rentabilidade; economicidade; ponto de equilíbrio; análise de custos e receitas; taxas de retorno. Análise Financeira: Liquidez nos diversos níveis; dependência e independência financeira; capital circulante líquido; frequência e tempo de rotação: estoques, duplicatas a receber, fornecedores, ativo total, ativo operacional. Análise de Fluxo de Recursos: análise de origens e aplicações de recursos; análise das variações do capital circulante líquido, análise das variações das disponibilidades líquidas; análise das fontes de financiamento; Contabilidade de Custos: Conceitos; Classificação dos Custos; Os elementos de custos; Custo das matérias-primas; Custo da mão-de-obra; Os Custos Indiretos de Fabricação; Apropriação e contabilização dos custos; Taxas Departamentais; Sistemas de apuração de custos. Contabilidade Pública: Necessidades e serviços públicos. Fazendas públicas: conceito, elementos, características e classe. Órgãos e funções. Organismo público constitucional e organização administrativa. Administração das Fazendas Públicas e seus momentos: organização, gestão e contabilidade pública, conceito, objetivo, fins e preceitos fiscais. Controle interno e Controle externo da Administração Pública. A organização dos serviços de contabilidade, relacionamento com o estudo de organização e gestão. O órgão econômico estatal. Controle das Fazendas através da contabilidade e auditoria. Organismo Financeiro. Patrimônio das Fazendas Públicas. Conceituação. Estudo qualitativo do patrimônio das fazendas, substância e contra substância. Patrimônio financeiro e patrimônio permanentes. Bens públicos. Dívida pública. Estudo quantitativo do patrimônio das fazendas. Avaliação dos componentes patrimoniais e suas limitações. Critérios de avaliação e dispositivos legais. A gestão das fazendas públicas em seus vários aspectos. Processos fundamentais e processos acessórios de gestão. Período administrativo e exercício financeiro. Regimes contábeis. Gestão financeira. Equilíbrio anual e equilíbrio cíclico. Receita orçamentária e extra orçamentária. Despesa orçamentária e despesa extra orçamentária. Classificação da receita e da despesa. Fazes administrativas da receita e da despesa orçamentária superveniência e insubsistência. O regime de adiantamentos. O inventário nas fazendas públicas. Objeto e classificação dos inventários. Procedimentos dos inventários. Preceitos legais. A escrituração e suas limitações. Planos de contas. Sistemas Escrituração. Escrituração das operações típicas das fazendas públicas nos sistemas orçamentário, patrimonial, de resultado e compensado. As operações de determinação dos resultados financeiros e econômicos do exercício. Balanços orçamentários, financeiro e patrimonial. Demonstração das variações, patrimoniais. Prestação e julgamento de contas governamentais. Prestação e julgamento de contas do grupo econômico estatal. Poder legislativo e Tribunal de Contas do Estado. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

ENFERMEIRO: Ética, deontologia, bioética e legislação em enfermagem; noções de saúde coletiva e epidemiologia; nutrição e dietética em saúde; semiologia e semiotécnica em enfermagem; sistematização da assistência em enfermagem; processo de cuidar em enfermagem clínica em todo o ciclo vital (recém nascidos, criança, adolescente, adulto, mulher e idoso); Código de Ética do profissional de enfermagem, processo de cuidar em enfermagem cirúrgica em todo o ciclo vital (recém nascidos, criança, adolescente, adulto, mulher e idoso); processo de cuidar em enfermagem em doenças transmissíveis; processo de cuidar em enfermagem em emergências e urgências; processo de cuidar em enfermagem em saúde mental e psiquiatria; administração e gerenciamento em saúde; saúde da família e atendimento domiciliar; biossegurança nas ações de enfermagem; enfermagem em centro de material e esterilização; programa nacional de imunização. Ética profissional. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos

Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

engenheiro agrônomo: Administração rural, irrigação e drenagem; Agricultura; Agricultura orgânica; Compostos orgânicos; Economia rural; Entomologia econômica; Fertilidade do Solo; Fisiologia vegetal; Fitopatologia; Fruticultura; Geologia geral; Irrigação e drenagem; Mecânica, máquinas e motores agrícolas; Meteorologia e Climatologia; Microbiologia agrícola; Olericultura Regional, Estufas e hidropônica; Paisagismo e arborização urbana; Plano Diretor; Máquinas e Implementos Agrícolas; Silvicultura. Legislação Ambiental. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

engenheiro civil: Orçamento e Planejamento de Obras, Engenharia de Avaliações, Estruturas de Concreto Armado, Fundações, Patologias em Edifícios, Práticas de Construção Civil, Análise Estrutural - Estática, Instalações Hidráulicas, Instalações Elétricas, Qualidade na Indústria da Construção Civil, Mecânica dos solos, Estruturas de madeira, Drenagem de Águas Pluviais, Materiais de Construção. Legislação Ambiental. Direito Urbanístico. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

FARMACÊUTICO: FARMACOLOGIA: Farmacocinética - Absorção, distribuição e Eliminação das Drogas; Farmacodinâmica - Mecanismo de Ação das Drogas que atuam em diversos Órgãos e Sistemas; Classificação dos medicamentos; Toxicologia; Interações medicamentosas. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica: Conceitos Gerais; uso Racional de Medicamentos; Intervenção Farmacêutica e otimização da farmacoterapia; Aspectos de biossegurança em farmácias; Farmacoepidemiologia e Farmacovigilância; Estudos de utilização de medicamentos; Farmacoterapia baseada em evidências. SELEÇÃO DE MEDICAMENTOS: Conceitos Gerais; Farmacoeconomia; Padronização de Medicamentos; Guias farmacoterapêuticos, Serviços e Centros de Informações de Medicamentos; Comissões de Farmácia e Terapêutica. MEDICAMENTOS SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL: Controle de Psicotrópicos, entorpecentes e antirretrovirais (Legislação e dispensação); Portaria nº 344/98; Medicamentos de referência, similares e genéricos. FARMACOTÉCNICA E TECNOLOGIA FARMACÊUTICA: Manipulação de Fórmulas Magistrais; Boas Práticas de Fabricação de Produtos Farmacêuticos; Farmacotécnica de Produtos Estéreis: Reconstituição, Diluição, Fracionamento e Estabilidade de Produtos Injetáveis; Preparo de Soluções Parenterais e Outras Formulações de Grande volume; Cálculos em farmácia; Noções Básicas de Filtração, Destilação e Esterilização. CONTROLE DE QUALIDADE: Controle de Qualidade de Matérias-primas e Produtos Farmacêuticos - Métodos físicos, químicos, físico-químicos, biológicos e microbiológicos; garantia de Qualidade em Farmácia Hospitalar. ÉTICA PROFISSIONAL: Legislação Sanitária aplicada à Farmácia. A organização Jurídica da profissão Farmacêutica. Histórico da profissão farmacêutica no Brasil e no mundo. Conceitos básicos em Ciências Farmacêuticas. Política de Medicamentos. História da Saúde Pública no Brasil. O SUS. EPIDEMIOLOGIA: Determinações Sociais do Processo Saúde/Doença e Aspectos Epidemiológicos. Indicadores de Saúde Gerais e Específicos. Doenças de Notificação Compulsória. Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Noções de controle de infecção hospitalar. LICITAÇÃO E AQUISIÇÃO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS: Administração de Farmácia dispensação, aviação de receitas, controle de estoque de medicamentos, normas, rotinas e recursos humanos.; Boas práticas de armazenamento e estocagem de medicamentos; Organização de Almoxarifados e Condições adequadas de Armazenamento; Controle e planejamento de Estoque de Medicamentos e Materiais de Consumo; Consumo Médio Mensal, Ponto de Requisição, Estoque Mínimo e Estoque Máximo Curvas ABC/XYZ; Sistemas de Distribuição e Dispensação de Medicamentos. Código de ética do Farmacêutico, Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios

e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

**FISIOTERAPEUTA:** Métodos e técnicas de avaliação, tratamento e procedimentos em fisioterapia. Provas de função muscular. Cine-siologia e Biomecânica. Análise da marcha. Exercícios terapêuticos e treinamento funcional. Indicação, contra-indicação, técnicas e efeitos fisiológicos da hidroterapia, massoterapia, mecanoterapia, crioterapia, eletroterapia, termoterapia superficial e profunda. Prescrição e treinamento de órteses e próteses. Anatomia, fisiologia, fisiologia do exercício e fisiopatologia, semiologia e procedimentos fisioterápicos nas áreas: neurológicas e neuropediátricas; ortopedia e traumatologia; cardiologia; pneumologia; ginecologia e obstetrícia. Geriatria: fisioterapia preventiva, curativa e reabilitadora. Ética profissional. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

**FONOAUDIOLOGO:** Anátomo-Fisiologia do sistema nervoso central; Anátomo-Fisiologia da audição; Anátomo-Fisiologia do sistema sensorio motor oral (incluindo fissuras lábio palatinas e disfagias); Anátomo-Fisiologia da voz; Intervenção fonoaudiológica em recém-nascidos; Avaliação, diagnóstico e intervenção em Audiologia (incluindo próteses auditivas); Aquisição, desenvolvimento, distúrbios e intervenção fonoaudiológica na linguagem oral (incluindo gagueira e afasia); Aquisição, desenvolvimento, alterações e intervenção na linguagem escrita (incluindo dislexia); Atuação fonoaudiológica junto ao idoso; Classificação, conceito, etiologia e reabilitação vocal (incluindo câncer de laringe); Fonoaudiologia e saúde pública; Fonoaudiologia escolar; , Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

**MÉDICO I -** Antibioticoterapia; Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Esquistossomose; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarreias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiência cardíaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis, Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor torácica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; Leishmaniose; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micoses superficiais; Obesidade; Dislipidemias. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública - Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Estratégia de avaliação em saúde: conceitos,

tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas. Lei orgânica do município de Campo Alegre/SC.

**MÉDICO II -** Antibioticoterapia; Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Esquistossomose; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarreias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiência cardíaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis, Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor torácica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; Leishmaniose; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micoses superficiais; Obesidade; Dislipidemias. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública - Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas. Lei orgânica do município de Campo Alegre/SC.

**MÉDICO IV PLANTONISTA -** Antibioticoterapia; Anemias; Hipertensão arterial; Diabetes; Parasitoses intestinais; Esquistossomose; Cefaléias; Febre de origem indeterminada; Diarreias; Úlcera péptica; Hepatite; Hipertireoidismo; Hipotireoidismo; Insuficiência cardíaca; Alcoolismo; Doenças sexualmente transmissíveis, Cardiopatia isquêmica; Arritmias cardíacas; Doença pulmonar obstrutiva crônica; Dor torácica; Dor lombar; Ansiedade; Asma brônquica; Pneumonias; Tuberculose; Hanseníase; Leishmaniose; AIDS; Infecção Urinária; Enfermidades bucais; Epilepsia; Febre reumática; Artrites; Acidentes por animais peçonhentos; Micoses superficiais; Obesidade; Dislipidemias. Ética profissional. Código de Ética Médica; Deontologia. Procedimentos básicos dos julgamentos disciplinares dos Conselhos Regionais; resoluções do Conselho Federal de Medicina, Crimes contra a saúde pública - Artigos 267 a 285 do Código Penal Brasileiro. Constituição Federal do Brasil de 1988. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Estratégia de avaliação em saúde: conceitos, tipos, instrumentos e técnicas; Conceitos e critérios de qualidade da atenção à saúde: acessibilidade, humanização do cuidado, satisfação do usuário e do trabalhador, equidade. Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Principais problemas de saúde da população e recursos existentes para o enfrentamento dos problemas. Lei orgânica do município de Campo Alegre/SC.

**NUTRICIONISTA:** Alimentos e nutrientes. Fisiologia e metabolismo da nutrição. Fundamentos básicos em nutrição humana. Microbiologia dos alimentos, saúde pública e legislação. Alimentos dietéticos e alternativos. Produção: administração de serviços de alimentação. Planejamento do serviço de nutrição e dietética; aspectos físicos do serviço de nutrição e dietética; sistema de distribuição



de refeições; serviços de alimentação hospitalar. Critérios para elaboração de cardápios. Saneamento e segurança na produção de alimentos e refeições. Gestão de estoque: curva ABC. Controle higiênico sanitário dos alimentos. Análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC). Dietoterapia. Saúde Pública: avaliação nutricional hospitalar e ambulatorial. Dietoterapia nas patologias do tubo gastrointestinal e órgãos anexos (fígado, pâncreas, endócrino e exócrino e vias biliares). Dietoterapia nas patologias renais. Dietoterapia nas patologias cardiovasculares. Dietoterapia na obesidade e magreza. Dietoterapia nas cirurgias digestivas. Dietoterapia na gravidez e lactação. Atenção nutricional ao idoso. Avaliação e internação de exames laboratoriais de rotina. Internação droga nutrientes. Dietoterapia pediátrica: avaliação nutricional; orientação nutricional nas síndromes diarreicas; orientação nutricional na recuperação do desnutrido, orientação nutricional nas afecções renais, orientação nutricional na obesidade, nas doenças gastrointestinais, nas cirurgias digestivas, nas pneumopatias, nas erosões do metabolismo. Terapia nutricional parenteral e enteral. Ética profissional. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Constituição Federal de 1988 - ART 205 ao 219. Lei Federal 9394/96. Lei Federal 8069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. PCNs e RCNs. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre - SC.

**ODONTOLOGO I** - Alterações no desenvolvimento e crescimento das estruturas orais e para-orais; Cárie dentária e suas sequelas; Neoplasias benignas de origem não-dontogênica; Lesões pré-malignas e malignas da cavidade oral; Tumores odontogênicos e não-odontogênicos; Cistos odontogênicos e não-odontogênicos; Manifestações orais das doenças sistêmicas e infecções orais por fungos, vírus e bactérias; Doenças das glândulas salivares; Lesões inflamatórias dos maxilares; Aspectos emiológicos da prática odontológica: anamnese, exames objetivos e complementares. **FARMACOLOGIA**- Conceitos gerais de vias de introdução e eliminação dos medicamentos e suas posologias; Anestésicos locais, analgésicos, antiinflamatórios, antibióticos, quimioterápicos e coagulantes: uso em odontologia; Pacientes especiais fármacos-dependentes, condutas do profissional de odontologia; Tratamento das emergências médicas no consultório dentário; Interações medicamentosas de interesse do cirurgião-dentista. **DENTÍSTICA** - Diagnóstico e plano de tratamento em dentística; Preparo do campo operatório, isolamento relativo e absoluto do campo operatório - instrumental e técnica; Técnicas de aumento de coroa clínica, cirurgia de cunha distal e proximal, espaço biológico - conceitos e importância; Materiais dentários: resina composta, ionômero de vidro, compômeros, amálgama dentário e materiais utilizados na proteção do complexo pulpar; Clareamento dental. **CIRURGIA** - Períodos pré e pós- operatórios; Exodontia; Acidentes e complicações em cirurgia buco-maxilo-facial: Cirurgia dos dentes inclusos; Princípios gerais de traumatologia buco-maxilo-facial: Tratamento cirúrgico das infecções orais bem como de cistos e tumores da cavidade oral; Cirurgia pré-protética; Instrumental cirúrgico; Anestesiologia. **RADIOLOGIA** - Princípios gerais de aplicação em odontologia; Conceito e física das radiações; Filmes e métodos de processamento radiográfico; Efeitos biológicos dos RX; Técnicas radiográficas intra e extra orais; Métodos de localização radiográfica; Interpretação radiográfica das patologias orais; Novos métodos em imagenologia odontológica. **BIOSEGURANÇA EM ODONTOLOGIA** - Métodos de controle de infecção e esterilização; Proteção profissional e do paciente. **OCCLUSÃO**- Fundamentos de oclusão e dos movimentos mandibulares; Classificação, diagnóstico e tratamento das disfunções têmporo- mandibulares. **ÉTICA E LEGISLAÇÃO ODONTOLÓGICA** - O código de ética odontológico. Saúde pública: Lei orgânica do SUS (8080/90), Legislação e Ética

profissional, Lei 7498/86, NOAS; Legislação Básica do SUS (Leis Federais 8080/90 e 8.142/90). Noas 2002. Programa Estratégia Saúde da Família - PSF (Programa Saúde da 'Família) - Normas e Bases Operacionais. Pacto pela vida, em defesa do SUS e de Gestão - Port MS 399/2006. Doenças, endêmicas de acordo com o perfil nosológico/ epidemiológico do Município: Dengue, esquistossomoses, hansen, tuberculose, DST/ AIOS, Leishmaniose, HAS, ICC - Insuficiência cardíaca congênita, dermatoses, diarreia, pneumonias, parasitoses, viroses, pré-natal de baixo risco, planejamento familiar, asma, ansiedades, depressão, psicose, diabetes mellitus e vulvovaginites; , Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC. **ODONTOLOGO II**- Alterações no desenvolvimento e crescimento das estruturas orais e para-orais; Cárie dentária e suas sequelas; Neoplasias benignas de origem não-dontogênica; Lesões pré-malignas e malignas da cavidade oral; Tumores odontogênicos e não-odontogênicos; Cistos odontogênicos e não-odontogênicos; Manifestações orais das doenças sistêmicas e infecções orais por fungos, vírus e bactérias; Doenças das glândulas salivares; Lesões inflamatórias dos maxilares; Aspectos emiológicos da prática odontológica: anamnese, exames objetivos e complementares. **FARMACOLOGIA** - Conceitos gerais de vias de introdução e eliminação dos medicamentos e suas posologias; Anestésicos locais, analgésicos, antiinflamatórios, antibióticos, quimioterápicos e coagulantes: uso em odontologia; Pacientes especiais fármacos-dependentes, condutas do profissional de odontologia; Tratamento das emergências médicas no consultório dentário; Interações medicamentosas de interesse do cirurgião-dentista. **DENTÍSTICA** - Diagnóstico e plano de tratamento em dentística; Preparo do campo operatório, isolamento relativo e absoluto do campo operatório - instrumental e técnica; Técnicas de aumento de coroa clínica, cirurgia de cunha distal e proximal, espaço biológico - conceitos e importância; Materiais dentários: resina composta, ionômero de vidro, compômeros, amálgama dentário e materiais utilizados na proteção do complexo pulpar; Clareamento dental. **CIRURGIA** - Períodos pré e pós- operatórios; Exodontia; Acidentes e complicações em cirurgia buco-maxilo-facial: Cirurgia dos dentes inclusos; Princípios gerais de traumatologia buco-maxilo-facial: Tratamento cirúrgico das infecções orais bem como de cistos e tumores da cavidade oral; Cirurgia pré-protética; Instrumental cirúrgico; Anestesiologia. **RADIOLOGIA** - Princípios gerais de aplicação em odontologia; Conceito e física das radiações; Filmes e métodos de processamento radiográfico; Efeitos biológicos dos RX; Técnicas radiográficas intra e extra orais; Métodos de localização radiográfica; Interpretação radiográfica das patologias orais; Novos métodos em imagenologia odontológica. **BIOSEGURANÇA EM ODONTOLOGIA** - Métodos de controle de infecção e esterilização; Proteção profissional e do paciente. **OCCLUSÃO**- Fundamentos de oclusão e dos movimentos mandibulares; Classificação, diagnóstico e tratamento das disfunções têmporo- mandibulares. **ÉTICA E LEGISLAÇÃO ODONTOLÓGICA** - O código de ética odontológico. Saúde pública: Lei orgânica do SUS (8080/90), Legislação e Ética profissional, Lei nº 7.498/86, NOAS; Legislação Básica do SUS (Leis Federais nº 8.080/90 e 8.142/90). Noas 2002. Programa Estratégia Saúde da Família - PSF (Programa Saúde da 'Família) - Normas e Bases Operacionais. Pacto pela vida, em defesa do SUS e de Gestão - Portaria MS nº 399/2006. Doenças, endêmicas de acordo com o perfil nosológico/ epidemiológico do Município: Dengue, esquistossomoses, hansen, tuberculose, DST/ AIOS, Leishmaniose, HAS, ICC - Insuficiência cardíaca congênita, dermatoses, diarreia, pneumonias, parasitoses, viroses, pré-natal de baixo risco, planejamento familiar, asma, ansiedades, depressão, psicose, diabetes mellitus e vulvovaginites; Organização dos serviços de saúde



no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

PSICÓLOGO: Teorias e técnicas psicoterápicas e teorias e técnicas psicoterápicas de fundamentação psicanalítica (infância, adolescência, idade adulta e velhice). O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas (infância e adolescência). Modelos de psicoterapia. Aplicações clínicas das psicoterapias. Avaliação, métodos e técnicas psicoterápicas. Manejo clínico das técnicas psicoterápicas. Conhecimentos gerais e específicos dos conceitos clínicos e terapêuticos fundamentais na psiquiatria e na saúde mental. Modelos de Psicologia do Desenvolvimento, Psicanalítico, Piagetiano, Aprendizagem Social. Cidadania, classes populares e doença mental. Política de saúde mental no Brasil: visão histórica; Medicina, psiquiatria, doença mental; Epidemiologia social das desordens mentais; Considerações sobre terapêuticas ambulatoriais em saúde mental; Perspectivas da psiquiatria pós asilar no Brasil; Saúde mental e trabalho; A história da Loucura: o modelo hospitalar e o conceito de doença mental; As Reformas Psiquiátricas; Legislação em Saúde Mental; Nosologia, Nosografia e psicopatologia: a clínica da Saúde Mental. Articulação entre clínica e reabilitação psicossocial. Projeto Terapêutico. Multidisciplinariedade. Noções básicas de psicanálise e suas interfaces com a saúde mental; Psicologia e Educação. Transtornos de Personalidade. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

TERAPEUTA OCUPACIONAL: Legislação Básica do SUS (Constituição Federal/88, Seção II - Da Saúde, Lei Federal nº 8.080, de 19/09/1990 e Lei Federal nº 8.142 de 26/12/1990). Reforma Psiquiátrica no SUS. Política Nacional de saúde mental. Legislação relacionada aos Centros de Apoio Psicossociais. Atividades e Recursos Terapêuticos. Fundamentos da Terapia Ocupacional. Neurologia. Ortopedia. Patologia de Órgãos e sistemas. Saúde Pública. Administração em Terapia Ocupacional. Pneumologia, Reumatologia, Psiquiatria, Cardiologia. Psicomotricidade. Terapia ocupacional aplicada a Neuro/ortopedia, a disfunções sensoriais, a problemas sociais, a saúde mental, a Psiquiatria, a Gerontologia e Geriatria, a Deficiência Mental, a Patologias diversas Prótese e órtese. Ética e Deontologia. Ética profissional; Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

TÉCNICO DE ENFERMAGEM: SUS - Sistema Único de Saúde; Lei Orgânica de Saúde 8.080/90; NOBSUS/96 Norma Operacional Básica do SUS; Lei nº 8142 de 28 de dezembro de 1990; Fundamentos da enfermagem técnicas básicas; Assistência de enfermagem em doenças transmissíveis; Ações de vigilância epidemiológica e imunização; Assistência de enfermagem em doenças crônicas degenerativas: diabetes e hipertensão; Enfermagem materno infantil; Atendimento de enfermagem à saúde da mulher; Planejamento familiar; Pré-natal, parto e puerpério; Climatério; Prevenção do câncer cérvico - uterino; Atendimento de enfermagem à saúde e adolescentes; Cuidados com o recém-nascido, aleitamento

materno; Crescimento e desenvolvimento; Doenças mais frequentes na infância; Principais riscos de saúde na adolescência; Enfermagem em urgência; Primeiros socorros. Ética profissional; Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

FISCAL DE OBRAS POSTURAS E MEIO AMBIENTE: Noções de Arquitetura e Meio Ambiente - Planejamento. Condicionantes. Licença e Aprovação de projetos. Conclusão de projetos aprovados - Recebimento das obras. Habite-se. Legislação Municipal. Lei de Zoneamento e suas alterações. Leis complementares. Condições Gerais das Edificações - Áreas. Classificação dos compartimentos. Circulação em um mesmo nível. Elementos básicos de projeto - Plantas. Cortes. Fachadas. Desenho de arquitetura - Símbolos e Convenções. Formatos. Desenho topográfico. Projeto de Reforma e Modificação. Elementos de construção - Fundações. Paredes. Coberturas. Revestimentos. Estruturas. Noções Básicas dos Materiais de Construção - Argamassas. Materiais cerâmicos. Materiais betuminosos. Concreto simples. Madeira. Aço. Execução de obras - Armação. Concretagem. Ferramentas. Metragem. Cálculos simples de áreas e volumes. Instalações Elétricas Prediais. Instalações Hidráulicas Prediais - Instalações de água potável. Instalações de esgotos sanitários. Instalações de águas pluviais. Serviços públicos - Redes de abastecimento de água. Redes de esgoto. Redes de águas pluviais. Legislação Ambiental. Direito Urbanístico. Código de Posturas do Município. Fiscalização de estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e notificações conforme o Código de Posturas. Noções de ecologia e preservação ambiental. Ecossistemas (definição, estrutura, fluxo de energia, cadeias alimentares, ciclos biogeoquímicos, sucessão ecológica e biomas). Recursos naturais: água, ar, solo, flora e fauna. O Meio Aquático (água na natureza, usos e qualidade da água, abastecimento, poluição e preservação dos mananciais). O Meio terrestre (solos - conceito, formação, composição, características, poluição e remediação). O Meio Atmosférico (características e composição da atmosfera, principais poluentes atmosféricos, noções de meteorologia e dispersão dos poluentes). Doenças relacionadas com o solo, ao ar e às águas. Saneamento básico (água, esgoto e lixo). Impactos ambientais decorrentes de atividades antrópicas. Educação ambiental. Ecoturismo. Esporte e turismo de aventura. Resgate e salvamento. Noções de Legislação Ambiental: a Política Nacional de Meio Ambiente; o Código Florestal; o Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Lei da Mata Atlântica, Constituição Federal e Estadual na parte ambiental e de Responsabilidade Civil, Criminal e Administrativa. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

FISCAL DE TRIBUTOS: Código Tributário Nacional. LC Federal nº 116/03, Código Civil Brasileiro - no tocante a empresas. Lei Complementar nº 123/06 (Estatuto da Microempresa). Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA: Lei nº 8.142/90 - Controle Social e Financiamento do SUS. Processo saúde-doença e seus determinantes/condicionantes; Promoção da saúde: conceitos e estratégias; Prevenção e promoção da Saúde: Visita Domiciliar - Saúde e comunidade. Avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário; Conceitos de eficácia e eficiência e efetividade em saúde coletiva; Estratégia de avaliações em saúde: conceitos, tipos instrumentos e técnicas; Noções básicas de epidemiologia, meio ambiente e saneamento; Noções básicas de doenças como Leishmaniose Visceral e Tegumentar, Dengue, Malária, Esquistossomose, dentre outras. Coleta seletiva do lixo; Riscos ambientais:

contaminantes (produtos químicos); Ética profissional. Lei nº 8.080/90. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - Princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde; Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: Situação atual, medidas de controle e tratamento; Planejamento e programação local de saúde, Distritos Sanitários e enfoque estratégico. Portarias e Leis do SUS, Políticas Públicas de Saúde e Pacto pela Saúde. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

**AGENTE ADMINISTRATIVO II:** Fundamentos e evolução das principais teorias administrativas. Noções de informática. Segurança no trabalho. Administração de materiais e patrimônio. Administração de recursos humanos. Licitação. Código de Ética Profissional. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

**INSTRUTOR DE MÚSICA - VIOLÃO:** Metodologias de musicalização: principais correntes do séc. XX e discussão atual. Principais correntes surgidas no Brasil. Músicas folclóricas, étnicas e populares e sua utilização em sala de aula. Prática instrumental e canto coral na escola regular. Noções básicas de técnica vocal infantil e juvenil. História da música: da Antiguidade Clássica ao séc. XXI. Principais movimentos da música popular nos séculos XX e XXI. História da música no Brasil, do descobrimento aos dias atuais. História da música popular brasileira. Leitura e escrita da música: a grafia musical tradicional e as propostas surgidas no século XX. Notações rítmicas, melódicas e harmônicas. Claves, escalas, intervalos, acordes, encadeamentos harmônicos, harmonia vocal e instrumental, polifonia, arranjo para conjuntos musicais escolares. Conjuntos instrumentais e vocais: principais tipos de conjuntos e suas características. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica Do Município de Campo Alegre/SC.

**INSTRUTOR DE MÚSICA - TECLADO:** Metodologias de musicalização: principais correntes do séc. XX e discussão atual. Principais correntes surgidas no Brasil. Músicas folclóricas, étnicas e populares e sua utilização em sala de aula. Prática instrumental e canto coral na escola regular. Noções básicas de técnica vocal infantil e juvenil. História da música: da Antiguidade Clássica ao séc. XXI. Principais movimentos da música popular nos séculos XX e XXI. História da música no Brasil, do descobrimento aos dias atuais. História da música popular brasileira. Leitura e escrita da música: a grafia musical tradicional e as propostas surgidas no século XX. Notações rítmicas, melódicas e harmônicas. Claves, escalas, intervalos, acordes, encadeamentos harmônicos, harmonia vocal e instrumental, polifonia, arranjo para conjuntos musicais escolares. Conjuntos instrumentais e vocais: principais tipos de conjuntos e suas características. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica Do Município de Campo Alegre/SC.

**INSTRUTOR DE MÚSICA - BATERIA:** Metodologias de musicalização: principais correntes do séc. XX e discussão atual. Principais correntes surgidas no Brasil. Músicas folclóricas, étnicas e populares e sua utilização em sala de aula. Prática instrumental e canto coral na escola regular. Noções básicas de técnica vocal infantil e juvenil. História da música: da Antiguidade Clássica ao séc. XXI. Principais movimentos da música popular nos séculos XX e XXI. História da música no Brasil, do descobrimento aos dias atuais. História da música popular brasileira. Leitura e escrita da música: a grafia musical tradicional e as propostas surgidas no século XX. Notações rítmicas, melódicas e harmônicas. Claves, escalas, intervalos, acordes, encadeamentos harmônicos, harmonia vocal e instrumental, polifonia, arranjo para conjuntos musicais escolares. Conjuntos instrumentais e vocais: principais tipos de conjuntos e suas características. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Orgânica Do Município de Campo Alegre/SC.

**AGENTE ADMINISTRATIVO III - EDUCAÇÃO:** Políticas Públicas para a Educação Infantil; Organização do trabalho pedagógico

da Educação Infantil; Projetos pedagógicos para o trabalho em Educação Infantil; Registros, planejamento e avaliações na Educação Infantil; Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Infantil; Educação, cultura e infância; Formação do professor de Educação Infantil; Teorias Educacionais que fundamentam a Educação Infantil; LDB, PCN de educação infantil. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - Art's 205 ao 219. Lei Federal nº 9.394/96. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Noções de Informática. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

**AGENTE ADMINISTRATIVO III - ADMINISTRAÇÃO:** Fundamentos e evolução das principais teorias administrativas. Administração de materiais e patrimônio. Administração de recursos humanos. Licitação. Noções de informática. Código de Ética Profissional. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

**AGENTE OPERACIONAL IV:** Fundamentos e evolução das principais teorias administrativas. Administração de materiais e patrimônio. Administração de recursos humanos. Licitação. Noções de informática. Código de Ética Profissional. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

**TÉCNICO EM INFORMÁTICA:** Memória do computador: utilização; bit, bytes e palavras; tamanho e posições da memória; memórias internas e auxiliares; programas em memória ROM; memória virtual; cache de memória e tempo de acesso e ciclo de memória. Unidade Central de Processamento: execução das instruções; velocidade de processamento; registradores; clock; barramentos; microcomputadores; sistemas operacionais em microcomputadores; instalação de microcomputadores. Unidades de entrada/saída e periféricos: introdução, tipos de dispositivos de entrada, tipos de dispositivo de saída e dispositivos de entrada/saída. Sistemas operacionais e linguagens de programação: apresentação e conceitos fundamentais; a evolução dos computadores; o software; as linguagens de programação; linguagens da WEB; programas compilados e programas interpretados; ferramentas do escritório moderno; linguagens orientadas a objeto. Organização da Informação: arquivos e registros; organização dos arquivos; procedimentos nos diversos arquivos; bancos de dados e bancos de dados orientados a objetos. Funcionamento do Computador: o suporte do processamento; a carga do sistema; os programas; instruções; multiprogramação e multiprocessamento; conceitos básicos em relação à configuração de setup e montagem do microcomputador. Introdução à Lógica de Programação: algoritmos, tipos de lógica, instrumentos da lógica de programação, fluxogramas, lógica estruturada, árvores e tabelas de decisão. Concepção e programação: conceitos, construção de algoritmos, procedimentos, funções, bibliotecas e estruturas de dados. Programação orientada a objetos. Linguagens de programação (Delphi, Visual Basic, Java, C++, ASP, PHP, AJAX, HTML, XML): conceitos. Manutenção preventiva e corretiva em terminais de computadores. Redes locais e teleprocessamento: redes de comunicação de dados, meios de comunicação, Internet (definição, funcionamento, serviços e protocolos); elementos de uma rede; conectividade; utilização de microcomputador em rede; estruturas de rede (topologia); padrões e interfaces; conceituação de redes locais; arquiteturas e topologias de redes. Modelo físico; sistemas operacionais de rede, protocolos e segurança nas redes. Principais componentes: hubs, "switches", pontes, amplificadores, repetidores e gateways. Meios físicos de transmissão: par trançado, cabo

coaxial, fibra ótica, wireless, outros meios de transmissão, ligação ao meio, ligações ponto a ponto, ligações multiponto, ligações em rede de fibra ótica. Sistemas operacionais de rede: servidores de aplicações, servidores de arquivos e sistemas de arquivos, discos e partições. Sistemas operacionais Windows. Utilitários Microsoft em português. implementação de banco de dados, criação e manutenção de tabelas, conceitos da linguagem SQL, uso da barra de ferramentas, atalhos e menus; MS Word; MS Excel; MS Power Point; BR-Office-Writer; BR-Office-Calc; BROffice-impress - Conceitos básicos. Uso de ambiente gráfico; execução de programas, aplicativos e acessórios; conceitos de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; uso dos recursos de rede; área de trabalho; configuração do ambiente gráfico; área de transferência; manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus; interação com o conjunto de aplicativos MS Office; instalação e desinstalação de aplicativos e periféricos. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

**ATENDENTE DE SALA:** Políticas Públicas para a Educação Infantil; Organização do trabalho pedagógico da Educação Infantil; Projetos pedagógicos para o trabalho em Educação Infantil; Registros, planejamento e avaliações na Educação Infantil; Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Infantil; Educação, cultura e infância; Formação do professor de Educação Infantil; Teorias Educacionais que fundamentam a Educação Infantil; LDB, PCN de educação infantil. Conhecimentos Pedagógicos e Legislação: Carga social da escola e compromisso social do educador - Concepções de Educação e Escola - Ética no trabalho docente - Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas. A construção do conhecimento: papel do educador, do educando e da sociedade. Projeto Político Pedagógico. Diferenças e Preconceitos na escola. Currículo em ação. Avaliação. Educação Inclusiva. Gestão Participativa na escola. Alfabetização em processo. Reflexões sobre alfabetização. A psicogênese da língua escrita. Constituição Federal de 1988 - Art's. 205 ao 219. Lei Federal nº 9.394/96. Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. Noções de Informática. Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC.

**ANEXO II**  
(PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015)

#### ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

**ASSISTENTE SOCIAL:** 1. Planejar e desenvolver atividades voltadas ao atendimento das necessidades básicas do servidor público nas áreas de saúde, alimentação, transporte, educação, assistência, família e habitação; 2. Implementar formas de participação dos servidores da Administração Municipal, dentro de sua estrutura formal e informal; 3. Atender em nível individualizado e/ou agrupar situações problemáticas que refletem e/ou decorrem das relações do servidor com o trabalho, como: readaptação profissional, aposentadoria, relacionamento profissional, alcoolismo, acidente de trabalho, etc; 4. Discutir e orientar os servidores sobre seus direitos e deveres, de forma que estes se auto determinem quanto à vida funcional; 5. Articular com outras Secretarias Municipais e órgãos do Município a implantação de projetos na área social; 6. Articular com outras instituições a troca de informações, realização de trabalhos conjuntos, elaboração de novas propostas e encaminhamento de clientela para equacionamento dos problemas sociais no Município; 7. Desenvolver e avaliar estudos, levantamentos e pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade social local; 8. Aplicar técnicas de pesquisa social para aprimorar as atividades de assistência social; 9. Participar na organização e realização de eventos populares; 10. Realizar estudos e diagnósticos dos fatos e fenômenos sociais das comunidades, visando a intervenção junto às pessoas ou grupos afetadas pelas mesmas; 11. Repassar informações para a população sobre recursos institucionais existentes no Município, através de atendimentos individualizados da APAE, dos grupos, postos de saúde e

escolas; 12. Realizar atendimento à população carente, através de acompanhamento e encaminhamento de casos sociais, jurídicos e outros e, de prestação de auxílio de acordo com os recursos e critérios estabelecidos; 13. Promover triagem e encaminhamento de desabrigados e desassistidos à entidades próprias; 14. Propor e organizar trabalhos de formação profissional para adolescentes e adultos, considerando as ofertas no mercado de trabalho e os interesses da população; 15. Realizar trabalhos com crianças e adolescentes, nos termos da legislação específica (Estatuto da Criança e do Adolescente); 16. Assessorar a organização de mutirões, cooperativas outras formas associativas populares, para solução de problemas da população menos favorecida; 17. Supervisionar voluntários, estagiários e auxiliares, que contribuem na execução de trabalhos da área do Serviço Social; 18. Intermediar a relação do Poder Público com a comunidade, detectando focos de carência, a fim de garantir um atendimento eficaz; 19. Participar de equipes interdisciplinares, assegurando um trabalho articulado e de acordo com as diretrizes estabelecidas; 20. Participar e contribuir para a consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de Saúde e às intervenções epidemiológicas que forem assumidas pela Prefeitura Municipal; 21. Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais no município; 22. Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sócio-econômicos para efeitos de concessão de benefícios definidos pelo IPRECAL, nos termos da legislação de sua constituição; 23. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 24. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto às atribuições as disposições contidas na lei federal nº 8662/93.

**CONTADOR:** 1. Supervisionar técnica e administrativamente a Contabilidade Municipal e controlar as transações financeiras; 2. Orientar subordinados sobre normas ou modificações da prática contábil; 3. Fiscalizar e orientar a perfeita contabilização financeira, patrimonial e orçamentária do Município, seus Fundos, Autarquias e Fundações; 4. Fiscalizar o empenho de recursos que passam pelos cofres municipais, através de balanços anuais e de prestações de contas do Executivo Municipal; 5. Elaborar projetos e fiscalizar a execução orçamentária do Município (Plano Plurianual, LDO e Orçamento Anual); 6. Efetuar auditorias e perícias contábeis; informar processos, efetuar cálculos, suas memórias e memoriais; 7. Efetuar as prestações de contas; 8. Controlar/avaliar e estudar a gestão econômica, financeira, patrimonial e orçamentária das entidades públicas; 9. Levantar balanços e balancetes exigidos pelas normas de Direito Financeiro; 10. Apurar e quantificar haveres e avaliação de direitos e obrigações; 11. Reavaliar bens e direitos patrimoniais; 12. Informar diligências baixadas pelo Tribunal de Contas e atinentes à sua responsabilidade Técnico-Profissional; 13. Contribuir para o equilíbrio das contas públicas através do planejamento e elaboração dos programas financeiros e orçamentários, calculando e especificando receitas e custos durante o período considerado; 14. Subsidiar a tomada de decisão em todos os níveis gerenciais, propiciando a adequação de projetos e programas à realidade financeira da Prefeitura, através da elaboração e retificação anual da proposta orçamentária; 15. Realizar atividades de programação orçamentária e financeira, e acompanhamento da execução de orçamento-programa, tanto física quanto monetariamente; 16. Analisar o custo do serviço público e propor medidas para sua racionalização; 17. Avaliar o desempenho das entidades pertencentes à Administração Municipal, elaborando relatórios e sugestões visando o seu aperfeiçoamento; 18. Contabilizar as operações que traduzem a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Município; 19. Realizar tarefas ligadas à Contabilidade Geral; 20. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 21. Executar tarefas correlatas. Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Decreto-Lei nº 9.295/1946.



**ENFERMEIRO:** 1. Efetuar levantamento e diagnóstico, junto às equipes de saúde, essenciais ao planejamento de ações de Saúde Pública; 2. Estabelecer objetivos e metas para os serviços de saúde; 3. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde da unidade local e desta com a comunidade; 4. Organizar sistema adequado de registro de atividade junto aos postos de saúde, recebendo e assegurando o encaminhamento de dados de interesse aos órgãos competentes e promover orientação sobre a importância do registro de dados do pessoal técnico e auxiliar de enfermagem em especial; 5. Implementar as ações de saúde pública de acordo com as Ações Integradas de Saúde e as diretrizes municipais de saúde, em especial aquelas relacionadas ao plano de enfermagem, e participar das atividades programáticas intrainstitucionais e interinstitucionais; 6. Elaborar estudos, que visem o aperfeiçoamento contínuo das atividades de enfermagem; 7. Realizar supervisão periódica das ações de saúde pertinentes à enfermagem, acompanhando e orientando a execução de atividades a nível local, nas atividades de consulta de enfermagem e consulta pré-natal; 8. Atender, em especial, crianças de 0 à 5 anos de idade, identificando e acompanhando grupos de riscos e fazendo visitas domiciliares; 9. Supervisionar as atividades de imunização provendo as necessidades de serviço de modo a garantir a ampliação de cobertura vacinal; 10. Contribuir ativamente para a implementação das atividades de vigilância epidemiológica de doenças infectocontagiosas e de vigilância epidemiológica nutricional; 11. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de saneamento e de proteção e recuperação do meio ambiente; 12. Garantir as ações de promoção da saúde da mulher e da criança junto à população, de acordo com as diretrizes do Sistema Municipal de Saúde; 13. Realizar periodicamente avaliação das ações de saúde implantadas na região, com a participação das equipes locais e regionais de saúde; 14. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município; 15. Executar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem, quando solicitado pelas entidades da Administração Municipal; 16. Prestar consulta de enfermagem e fazer prescrição de assistência de enfermagem, inclusive efetuando cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos científicos adequados e capacidade de tomar decisões imediatas; 17. Prescrever medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública ou em rotina aprovada pela instituição de saúde; 18. Prestar assistência de enfermagem à gestante, parturiente, puérpera e ao recém-nascido, inclusive prestando assistência obstétrica, em situação de emergência; 19. Participar de programas e nas atividades de assistências integral à saúde individual e de grupos específicos, particularmente daqueles prioritários e de alto risco; 20. Participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem; 21. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN nº 160); 22. Desenvolver, quando designado, todas as atribuições de enfermagem vinculadas ao Programa de Saúde da Família; 23. Como integrante da equipe de saúde:

a) prescrever medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pelos órgãos de saúde; b) assistir a gestante, parturiente e puérpera; c) prover a execução do parto sem distocia; d) acompanhar a evolução do trabalho de parto; e) participar em projetos de construção ou reforma de unidades de saúde;

24. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 25. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 26. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas na lei federal nº 7498/86.

**ENGENHEIRO AGRÔNOMO:** 1. Controlar e orientar o uso de adubos, defensivos, rações, sementes, solo, etc; 2. Zelar pela exploração racional da terra, água, flora e fauna; 3. Analisar dados meteorológicos para definir procedimentos próprios para as culturas cultivadas no Município; 4. Acompanhar a construção de instalações rurais e sistemas de drenagem e irrigação; 5. Orientar o combate de pragas, insetos, fungos e bactérias; 6. Desempenhar as atividades correlatas abaixo relacionadas: a) Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente à comunidade; b) Executar estudo, planejamento, projeto e especificação; c) Executar estudo de viabilidade técnico-econômica para projetos do Município; d) Prestar assistência, assessoria e consultoria aos produtores rurais beneficiados pelos programas implementados pelo Município; e) Executar vistoria, perícia, avaliação arbitramento, laudo e parecer técnico; f) Auxiliar na elaboração do Orçamento Anual; g) Efetuar a padronização, mensuração e controle de qualidade das atividades das pequenas propriedades rurais; h) Executar obras e serviço técnico indicados pela Administração Municipal; i) Fiscalizar obra e serviço técnico; j) Conduzir trabalho técnico, indicados pela Administração Municipal; k) Conduzir equipe de instalação, montagem, operação, reparo e manutenção dos equipamentos utilizados em sua atividade; l) Executar desenho técnico, quando indicado pela Administração Municipal; 7. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos; e 8. Desempenhar outras atividades afins.

**ENGENHEIRO CIVIL:** 1. Analisar projetos de construção, legalização e reforma de edificações, parcelamentos de solo e obras viárias, inclusive pontes, confrontando a documentação e plantas inclusas no processo com as normas e determinações do Plano Diretor, Código de Obras, Legislação Municipal e as normas técnicas vigentes; 2. Fornecer informações para emissão de certidões diversas na área de urbanismo, quando solicitadas pelos munícipes; 3. Atender os requerentes orientando e esclarecendo de forma necessária para aprovação dos planos e projetos de construção, demolição, reforma etc., afim de que atenda às normas técnicas e regulamentos administrativos; 4. Acompanhar e fiscalizar obras, realizar vistorias em ruas, servidões, edificações e demais serviços correlatos; 5. Elaborar projetos e orçamentos de obras em ruas, estradas, servidões, edificações e demais serviços correlatos; 6. Apoiar tecnicamente os demais órgãos da Administração Municipal quando necessário; 7. Emitir laudos de avaliação de terrenos e edificações, formulando pareceres técnicos para efeitos indenizatórios e questões correlatas; 8. Supervisionar levantamentos de ruas e servidões, com o objetivo de encaminhar os processos reivindicantes e definir propostas técnicas; 9. Orientar nas solicitações de levantamentos topográficos e serviços afins, com o objetivo de melhor atender os pleitos; 10. Analisar e dar parecer técnico sobre a viabilidade de uso e ocupação do solo; 11. Desenvolver pesquisas, estudos e projetos nas áreas de construção civil, sistema viário e transporte coletivo; 12. Elaborar relatórios diversos em suas áreas de atuação; 13. Atender ao público em assuntos relativos a prestação de serviços da Administração Municipal; 14. Participar das atividades realizadas em grupos de trabalho interdisciplinar, representando a municipalidade, em assuntos vinculados à sua área de atuação; 15. Realizar fiscalização de obras rodoviárias, orientando e determinando os serviços, quando a obra for contratada com terceiros; 16. Encaminhar à Administração Municipal os projetos de parcelamento para definição de áreas verdes e sistemas viários, os projetos de edificação para definição de acessos e estacionamentos, e os que exigirem estudo específico de localização; 17. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 18. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas na Lei Federal nº 5194/66.

**FARMACÊUTICO:** 1. Desempenhar funções de dispensação ou manipulação de fórmulas magistrais e farmacopéicas, à unidades de saúde da Administração Municipal; 2. Assinar a responsabilidade



técnica pela Farmácia Municipal; 3. Auxiliar os detentores dos cargos de fiscal de Vigilância Sanitária na prestação de seus serviços quando da fiscalização de entidades que operam com fórmulas, produtos, processos e métodos farmacêuticos ou de natureza farmacêutica; 4. Elaborar laudos técnicos e a realização de perícias técnicas na área de formação quando solicitado pela Administração Municipal; 5. Assessorar a Administração Municipal no desempenho e na construção de unidades laboratoriais setores em que se prepare ou fabrique produtos biológicos, soros, vacinas imunotrópicos entre outros para o uso humano e veterinário; 6. Auxiliar quando solicitado o detentor de cargo de Médico Veterinário; 7. Auxiliar no tratamento/controle de qualidade das águas de consumo humano no Município; 8. Elaborar levantamento estatístico sobre os medicamentos utilizados no Município; 9. Participar na elaboração de medidas de prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados pela má utilização de medicamentos; 10. Participar de estudos e elaboração de projetos para utilização pela comunidade de produtos fitoterápicos; 11. Executar consultoria, auditoria e emissão de pareceres sobre a matéria de Farmácia quando solicitadas pela Administração Municipal; 12. Realizar periodicamente avaliação das ações de saúde implantadas na região, com a participação das equipes locais e regionais de saúde. 13. Colaborar com as atividades executadas pelo Programa Saúde na Família; 14. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 15. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais/equipamentos de trabalho; 16. Executar outras atividades correlatas.

**FISIOTERAPEUTA:** 1. Planejar e desenvolver atividades voltadas ao atendimento da comunidade a fim de executar métodos e técnicas fisioterapêuticas com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade física; 2. Atender em nível individualizado e/ou agrupar situações problemáticas que refletem e/ou decorrem das relações de incapacidade física, parcial ou total; 3. Articular com outras Secretarias Municipais e outros órgãos do Município a implantação de projetos na área de Fisioterapia, em especial com crianças e idosos; 4. Participar da equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo nas unidades escolares aspectos preventivos ligados a assuntos de Fisioterapia, inclusive da APAE, caso haja convênio firmado pela municipalidade com esta entidade; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças, tais como a osteoporose; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 12. Executar outras atividades correlatas. Observar, as atribuições e disposições contidas no Decreto-Lei Federal nº 938/69.

**FONOAUDIÓLOGO:** 1. Planejar e desenvolver atividades voltadas ao atendimento de problemas de comunicação escrita e oral, voz e audição do servidor público; 2. Atender em nível individualizado e/ou agrupar situações problemáticas que refletem e/ou decorrem das relações de má utilização da voz, na comunidade em geral; 3. Articular com outras Secretarias Municipais e outros órgãos do Município a implantação de projetos na área de Fonoaudiologia; 4. Desenvolver trabalhos de prevenção no que se refere à área da comunicação escrita e oral, voz e audição; 5. Realizar terapia fonoaudiológica dos problemas de comunicação escrita e oral, voz e audição, da população em geral; 6. Participar da equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo nas unidades escolares aspectos preventivos ligados a assuntos fonoaudiológicos, inclusive da APAE, caso haja convênio firmado pela municipalidade com esta entidade; 7. Dar pareceres fonoaudiológicos, na área de comunicação escrita e oral, voz e audição; 8. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta

com a comunidade; 9. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de saneamento e higiene bucal; 15. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fonoaudiológica; 16. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 17. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 18. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto às atribuições as disposições contidas na Lei Federal nº 6.965/81.

**MÉDICO I:** 1. Realizar consultas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e a seu dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 12. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere a Lei Federal nº 3.268/57.

**MÉDICO II:** 1. Realizar consultas médicas, para diagnóstico de doenças e incapacidades na população; 2. Analisar, interpretar e solicitar exames para o perfeito diagnóstico de doenças e incapacidades; 3. Realizar pequenas cirurgias a nível ambulatorial; 4. Emitir atestados médicos; 5. Realizar colposcopia; 6. Realizar atendimento médico aos servidores e seus dependentes; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do físico e prevenção de doenças; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Fisioterapia; 10. Desenvolver suas atividades profissionais no Programa de Saúde da Família, coordenando a equipe e realizando as atribuições definidas no convênio firmado com Governo Federal. 11. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 12. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 13. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere a Lei Federal nº 3.268/57.

**NUTRICIONISTA:** 1. Efetuar levantamentos e diagnósticos, junto às equipes locais de saúde, das unidades da região correspondente, essenciais ao planejamento, estabelecendo objetivos e metas para o serviço de saúde, especialmente no que se refere as atividades inerentes à alimentação e nutrição; 2. Prestar atendimento ambulatorial de dietoterapia à população, garantindo o registro das consultas e elaborando os movimentos referentes as estas consultas; 3. Implementar as ações de saúde pública, de acordo com as diretrizes municipais de saúde, e participar das atividades programáticas intrainstitucionais e interinstitucionais; 4. Elaborar, junto aos profissionais de saúde local, regional de central, estudos e padronização relativas as atividades de nutrição e alimentação, buscando o aperfeiçoamento contínuo dos manuais de condutas dos serviços municipais de saúde; 5. Coordenar e supervisionar os Programas de Suplementação Alimentar (PSA), implantados na rede de saúde, articulando-se com as demais Instituições envolvidas no programa, segundo as diretrizes municipais de saúde; 6. Administrar o PSA, prestando contas do consumo de alimentos do número de beneficiários, dos desligamentos, etc., às demais entidades envolvidas no programa; 7. Garantir as ações de

promoção da saúde da mulher e da criança junto à população de acordo com as diretrizes municipais de saúde; 8. Participar de projetos de pesquisas que envolvam a ciência da Nutrição; 9. Emitir Parecer Técnico, quando solicitado, em assuntos relacionados à área de alimentação e nutrição; 10. Promover orientações junto aos órgãos municipais quanto à escolha, aquisição e estocagem de alimentos, bem como quanto à preparação, higiene de conservação dos mesmos; 11. Inspeccionar, junto aos órgãos que preparam merendas e alimentos, o processamento dos mesmos, os equipamentos utilizados na sua elaboração e a qualidade dos insumos e ingredientes utilizados; 12. Elaborar dietas para programas de merenda ou suplemento alimentar e assemelhados e inspecionar o seu cumprimento; 13. Elaborar e desenvolver o treinamento de pessoal encarregado de preparar merendas e alimentos, observando o nível de rendimento, habilidade e higiene; 14. Disseminar técnicas de nutrição e alimentação, através de cursos, palestras e outros eventos assemelhados; 15. Estudar os hábitos alimentares e o estudo nutricional da população, propondo medidas que visem a erradicação da desnutrição e deficiência alimentar; 16. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 17. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto às atribuições as disposições contidas no Decreto Federal nº 84.444/80.

**ODONTÓLOGO I:** 1. Praticar todos os atos pertinentes à Odontologia, decorrentes de conhecimentos adquiridos em curso regular ou em cursos de pós-graduação, nos termos da Lei nº 5.081 de 24 de agosto de 1966; 2. Prescrever e aplicar especialidades farmacêuticas de uso interno e externo indicadas em Odontologia; 3. Atestar, no setor de sua atividade profissional, estados mórbidos e outros, inclusive para justificação de faltas ao trabalho, público ou privado; 4. Proceder à perícia odonto-legal em foro civil, criminal, trabalhista e em sede administrativa, quando devidamente requisitado, pela Administração Municipal; 5. Aplicar anestesia local e truncular; 6. Prescrever e aplicar medicação de urgência no caso de acidentes graves que comprometam a vida e a saúde do paciente; 7. Utilizar, no exercício da função de perito-odontólogo, em casos de necropsia, as vias de acesso do pescoço e da cabeça; 8. Realizar exame bucal, e quando for o caso restaurações, tartarectomia e extração de dentes; 9. Efetuar aplicação de flúor e bochecho fluorado; 10. Realizar pequenas cirurgias; 11. Orientar a comunidade sobre a escovação dos dentes e higiene bucal básica; 12. Elaborar estudos, que visem o aperfeiçoamento contínuo das atividades de Odontologia; 13. Executar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de Odontologia, quando requisitado pela Administração Municipal; 14. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 15. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de saneamento e higiene bucal; 16. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Odontologia; 17. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 18. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 19. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto às atribuições as disposições contidas na Lei Federal nº 5.081/66.

**ODONTOLOGO II:** 1. Praticar todos os atos pertinentes à Odontologia, decorrentes de conhecimentos adquiridos em curso regular ou em cursos de pós-graduação, nos termos da Lei nº 5.081 de 24 de agosto de 1966; 2. Prescrever e aplicar especialidades farmacêuticas de uso interno e externo indicadas em Odontologia; 3. Atestar, no setor de sua atividade profissional, estados mórbidos e outros, inclusive para justificação de faltas ao trabalho, público ou privado; 4. Proceder à perícia odonto-legal em foro civil, criminal, trabalhista e em sede administrativa, quando devidamente requisitado pela Administração Municipal; 5. Aplicar anestesia local e truncular; 6. Prescrever e aplicar medicação de urgência no

caso de acidentes graves que comprometam a vida e a saúde do paciente; 7. Utilizar, no exercício da função de perito-odontólogo, em casos de necropsia, as vias de acesso do pescoço e da cabeça; 8. Realizar exame bucal, e quando for o caso restaurações, tartarectomia e extração de dentes; 9. Efetuar aplicação de flúor e bochecho fluorado; 10. Realizar pequenas cirurgias; 11. Orientar a comunidade sobre a escovação dos dentes e higiene bucal básica; 12. Elaborar estudos, que visem o aperfeiçoamento contínuo das atividades de Odontologia; 13. Executar consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de Odontologia quando requisitado pela Administração Municipal; 14. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 15. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de saneamento e higiene bucal; 16. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Odontologia; 17. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 18. Desenvolver suas atividades profissionais no Programa de Saúde da Família Bucal, coordenando a equipe e atendendo plenamente o convênio instituído com o Governo Federal; 19. Realizar periodicamente avaliação das ações de saúde odontológica, implantadas na região, com a participação das equipes locais e regionais de saúde; 20. Realizar, como convidado, palestras em escolas, unidades educacionais, disseminando informações sobre higiene bucal básica; 21. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 22. Executar outras atividades correlatas.

Observar, quanto às atribuições as disposições contidas na Lei Federal nº 5.081/66.

**PSICÓLOGO:** 1. Realizar entrevistas psicológicas com o objetivo de seleção ou remanejamento de servidores inclusive os de caráter temporário; 2. Elaborar e implantar programas e projetos de treinamento de desenvolvimento de pessoal; 3. Acompanhar os treinamentos nos cursos e avaliar os resultados dos treinamentos dos servidores; 4. Aplicar métodos e técnicas da psicologia do trabalho, para possibilitar o ajustamento do servidor no trabalho; 5. Participar da elaboração e aplicação de testes de seleção, de acordo com a função do cargo a ser preenchido; 6. Prestar assistência psicológica nas unidades de ensino municipal, inclusive APAE, fornecendo subsídios técnicos para orientação do processo ensino-aprendizagem; 7. Orientar e assistir aos professores e auxiliares de sala, quanto a sua postura diante das crianças com problemas emocionais e/ou psicomotores; 8. Sistematizar com a colaboração do professor o processo de acompanhamento dos alunos em todos os aspectos de seu desenvolvimento; 9. Informar os pais sobre a ação educativa da escola para que possam acompanhar com mais segurança os aspectos psico-pedagógicos da educação de seus filhos; 10. Contribuir para o funcionamento da equipe multiprofissional da área da saúde, com estudos e trabalhos grupais, com o enfoque psicológico das perturbações da saúde; 11. Orientar no atendimento aos casos de perturbações psíquicas, nas ações de prevenção às doenças e perturbações mentais e nas ações de promoção da saúde mental; 12. Orientar as ações de reabilitação e ressocialização dos doentes e perturbados mentais, principalmente os egressos de hospitais psiquiátricos; 13. Participar na realização de diagnóstico de comunidade; 14. Participar de estudos de técnicas psicoterápicas alternativas; 15. Participar de estudos relativos a utilização de ervas medicinais; 16. Assessorar tecnicamente as diversas áreas da municipalidade em questões psicológicas; 17. Realizar estudos psicológicos de interesse dos diversos órgãos da municipalidade; 18. Participar de Estudos de Técnicas Grupais; 19. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 20. Executar outras atividades correlatas.

**TERAPEUTA OCUPACIONAL:** 1. Planejar e desenvolver atividades voltadas ao atendimento da comunidade afim de executar

métodos e técnicas terapêuticas com a finalidade de restaurar, desenvolver e conservar a capacidade mental; 2. Atender em nível individualizado e/ou agrupar situações problemáticas que refletem e/ou decorrem das relações de incapacidade mental, parcial ou total; 3. Articular com outras Secretarias Municipais e outros órgãos do Município a implantação de projetos na área de Terapia Ocupacional, em especial com crianças e idosos; 4. Participar da equipe de orientação e planejamento escolar, inserindo nas unidades escolares aspectos preventivos ligados a assuntos de Terapia Ocupacional, inclusive da APAE, caso haja convênio firmado pela municipalidade com esta entidade; 7. Promover o fortalecimento e a integração da equipe de saúde de unidade local e desta com a comunidade; 8. Participar das atividades desenvolvidas pela municipalidade no sentido de promoção à ações de desenvolvimento do raciocínio e da mente;; 9. Participar e contribuir para a consecução de Programas, Campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde e Terapia Ocupacional; 10. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 11. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 12. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Decreto-Lei Federal nº 938/69.

**TÉCNICO EM NÍVEL MÉDIO - TÉCNICO DE ENFERMAGEM:** 1. Possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, excetuadas aquelas privativas do ocupante do cargo de Enfermeiro; 2. Concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; 3. Promover a divulgação do Programa de Proteção à Saúde da Mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando, ainda, orientações quanto ao planejamento familiar; 4. Administrar medicamentos mediante prescrição médica; 5. Participar de vacinações suas programações; 6. Fazer coleta de material para exames, quando indicado; 7. Fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; 8. Desenvolver atividades de pré e pós-consulta médica; 9. Participar de atividades de saúde a nível comunitário; 10. Fazer a previsão e vistoriar o equipamento de assistência de enfermagem; 11. Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações Integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo Município; 12. Cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem; 13. Colaborar quando indicado no Programa Saúde na Família - PSF; 14. Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 15. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 16. Executar outras atividades correlatas.

**FISCAL DE OBRAS, POSTURAS E MEIO AMBIENTE:** 1. Elaborar e desenhar croquis na sua área de especialização, realizando estudos, levantamentos e efetuando cálculos que se fizerem necessários; 2. Fiscalizar as obras de construção civil executadas pelos municípios, visitando-as para verificar se as mesmas estão sendo construídas de acordo com o projeto aprovado segundo o Plano Diretor, Código de Obras e Edificações, Código de Posturas municipais e as normas técnicas vigentes; 3. Fiscalizar a conduta dos municípios em áreas de preservação ambiental e quando necessário intimar, comunicar, embargar e atuar as condutas que não estiverem de acordo com os requisitos legais exigidos; 4. Aplicar de forma eficiente a legislação nacional estipulada pelo Governo Federal sobre o meio ambiente; 5. Atender os requerentes orientando e esclarecendo de forma necessária para aprovação dos planos e projetos de construção, demolição, reforma etc., a fim de que atenda às normas técnicas e regulamentos administrativos; 6. Fiscalizar obra para fins de concessão de "habite-se", visitando-as para verificar se foram construídas, de acordo com o projeto aprovado pelo Município; 7. Intimar, comunicar, embargar

e atuar as obras que não estiverem de acordo com os requisitos legais exigidos; 6. Determinar o cumprimento das posturas municipais que estão sob sua competência; 8. Elaborar relatórios das atividades de sua área de atuação; 9. Informar processos referentes à construção, renovação de alvará, substituição de projetos, cancelamento de autos de infração, consulta de viabilidade, desmembramento, transferência de responsabilidade técnica, transferência de proprietário, aprovação de projeto, acréscimo e reforma, reconsideração de despacho, legalização, certidão de demolição e providências diversas etc.. 10. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 11. Informar Processos referentes a extração e utilização de Reservas Minerais do Município; 12. Fiscalizar a conduta dos Municípios conforme as determinações do Convênio com o Departamento Nacional de Produção Mineração - DNPM; 13. Executar outras atividades correlatas.

**FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS:** 1. Fiscalizar o cumprimento da obrigação principal e das obrigações acessórias em relação ao ISS, IPTU, ITBI, contribuição de melhoria, taxas instituídas pelo Município em razão do exercício do poder de polícia municipal ou pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos a sua disposição, e quaisquer outros tributos ou contribuições, existentes ou que venham a ser instituídas em favor do Município, podendo para tanto: a) exercer a fiscalização sobre todas as pessoas, físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive sobre os responsáveis tributários e as que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal; b) proceder ao exame e verificação de mercadorias, livros fiscais e contábeis, notas fiscais de serviço, notas fiscais, comprovantes de recolhimento de tributos, arquivos físicos ou magnéticos, equipamentos de processamento de dados, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, de quaisquer pessoas, em especial contribuintes e responsáveis tributários, e demais documentos necessários à fiscalização dos tributos municipais; c) apreender livros, arquivos físicos ou magnéticos, equipamentos de processamento de dados, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, mercadorias, podendo também nomear depositário do que for apreendido; d) proceder à constituição do crédito tributário do Município, quando o mesmo deva ser constituído de ofício; e) decidir quanto aos pedidos de crédito Tributário do Município, quando o mesmo deva ser constituído de ofício; f) intimar o contribuinte ou responsável tributário a apresentar, perante a repartição fazendária, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, bem como informações ou comunicações, verbais ou escritas, de interesse da Administração Tributária; g) intimar o contribuinte ou responsável tributário a comparecer perante a repartição fazendária; h) solicitar a apresentação, em juízo, dos livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, quando houver negativa em apresentá-los, sem prejuízo da comunicação ao Ministério Público, por conduta criminal tipificada em lei federal; i) requisitar o auxílio da força pública estadual ou federal, civil ou militar, quando vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou, em decorrências delas, quando seja necessário à efetivação de medidas previstas na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção; j) fiscalizar na rede arrecadadora os controles e comprovantes relativos à arrecadação de tributos municipais; k) expedir intimações, lavrar termos de início, de prorrogação ou de término de fiscalização, de ocorrência, de verificação fiscal e de apreensão, bem como quaisquer outros procedimentos necessários à formalização da ação fiscal; l) desenvolver quaisquer outras atividades, não especificadas anteriormente, e relacionadas com a fiscalização de tributos municipais; 2. Verificar, em relação aos contribuintes do ICMS estabelecidos no território do Município, a Declaração de Informações Econômico Fiscal - DIEF e a apuração do valor adicionado, com o propósito de assegurar a integridade dos valores pertencentes ao Município na arrecadação do referido tributo ( CF/88, art.158, IV); 3. Promover o intercâmbio



de informações de natureza fiscal, com outros Municípios, com o Estado e a União, na forma autorizada pela legislação; 4. Manter sigilo sobre suas atividades, na forma em que estabelecido pela legislação pertinente; 5. Participar de Comissões Fiscais, quando solicitado pela Chefia, para estudar o interditamento de estabelecimentos que funcionem irregularmente, bem como de grupos de trabalho para a realização de quaisquer outras atividades que necessitem de conhecimento técnico relativo a sua área de atuação; 6. Orientar os contribuintes e responsáveis tributários, quanto às suas obrigações tributárias principal e acessórias, no que se refere a escrituração dos livros fiscais e demais registros legais, ao recolhimento dos tributos e outras informações pertinentes; 7. Atender a plantões fiscais, de acordo com a escala e horários estabelecidos, com o propósito de assistir os contribuintes, responsáveis e demais interessados, no que diz respeito à interpretação e aplicação uniforme, eficaz e equitativa da legislação tributária municipal; 8. Proceder a auditorias e fiscalizações especiais, quando determinadas pela chefia; 9. Informar os processos contenciosos decorrentes do lançamento de créditos tributários municipais, especialmente aqueles constituídos de ofício; 10. Informar o Ministério Público relativamente a atos e fatos apurados em processo de fiscalização que, em tese, constituam crimes contra a ordem tributária; 11. Apresentar sugestões visando o aperfeiçoamento da legislação tributária; 12. Elaborar relatórios mensais de suas atividades; 13. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 14. Executar outras atividades correlatas.

**FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA:** 1. Atender os munícipes, prestando-lhes informações e/ou recebendo as queixas referentes à saúde pública; 2. Conhecer, observar e manter-se atualizado quanto à legislação pertinente à sua área de atuação, emanadas da União, Estado e Município, entre as quais: Legislação Ambiental, Legislação Sanitária, Saúde Pública etc.; 3. Vistoriar os mananciais de água, orientando para sua preservação e/ou recuperação; 4. Contribuir nos levantamentos de dados essenciais ao serviço, estabelecendo prioridades à implantação de saneamento básico; 5. Elaborar, sob orientação, programas de trabalho, recomendação técnicas e normas sanitárias bem como realizar o acompanhamento dos projetos; 6. Executar visitas com vistas à inspecionar e fiscalizar as instalações e o funcionamento de estabelecimentos de interesse da saúde pública e entre os quais: indústrias farmacêuticas, químicas e alimentares, restaurantes, bares, farmácias, consultórios, clínicas, escolas, creches, asilos, orfanatos, etc.; 7. Inspeccionar e fiscalizar as instalações e o funcionamento de ambientes e locais de lazer, de ambientes e locais de trabalho, no que diz respeito ao cumprimento das normas relativas à saúde pública; 8. Executar a vigilância sanitária de alimentos, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos e perfumes, saneantes e domissanitários, produtos químicos, sangue e hemoderivados e fontes de radiação ionizantes; 9. Notificar, intimar, autuar, multar e embargar atividades que contrariem a legislação sanitária do Município; 10. Atender as reclamações dos munícipes; 11. Participar de programas, projetos e campanhas relacionadas ao saneamento e meio ambiente, colaborando para a divulgação de conhecimentos à população; 12. Manter contato com os denunciantes para servirem de testemunhas nos autos dos processos; 13. Elaborar relatórios das atividades realizadas; 14. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do trabalho; 15. Zelar pela guarda e conservação dos materiais, equipamentos e veículos utilizados; 16. Executar outras atividades correlatas.

**AGENTE ADMINISTRATIVO II:** 1. Preencher formulários, fichas, mapas, relações, requisições e outros documentos, registrando e/ou transcrevendo dados e informações, pré-determinadas; 2. Expedir, receber papéis, documentos, processos e materiais providenciando a sua adequada distribuição, tramitação e encaminhamento; 3. Executar serviços de datilografia e digitação em geral, copiando textos, tabelas, planos demonstrativos, bem como emitir

formulários, certidões, relatórios, entre outros; 4. Efetuar levantamento e prestar auxílio em pesquisas e outros trabalhos, de acordo com a orientação de seu superior; 5. Executar atividades de cadastramento, mediante levantamentos originais ou de atualização, conforme determinação de chefia; 6. Auxiliar e/ou efetuar cálculos e conferências em geral dentro de sua área de atuação, conforme determinação da chefia; 7. Organizar dados, registros e arquivar documentos, classificando-os por matérias, ordem alfabética ou outro sistema de classificação para possibilitar um controle sistemático do mesmo; 8. Realizar, segundo instruções recebidas, o levantamento para balancetes, inventários e balanços; 9. Efetuar registros contábeis de pequena complexidade; 10. Alimentar bancos de dados em computadores, através da digitação de dados e informações, conforme instruções da chefia; 11. Requisitar e distribuir materiais de consumo necessários ao serviço; 12. Atender ao público prestando informações, conferindo documentação, preenchendo formulários, entregando documentos e executando outras atividades de sua área de competência; 13. Colaborar na elaboração de relatórios, atendendo as normas ou exigências na área; 14. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 15. Redigir informações rotineiras e relatórios e preencher guias e requisições; 16. Informar processos administrativos; 17. Assistir aos superiores; 18. Realizar atividades de assessoramento à direção da unidade escolar, responder pela secretaria da unidade escolar, apoiar os serviços administrativos da unidade escolar, analisar, organizar, registrar e documentar fatos ligados à vida escolar do aluno e à vida funcional dos servidores; 19. Controlar e inspecionar trabalhos operacionais específicos, cujo exercício seja de caráter essencial à população, emitindo relatórios e cientificando as autoridades municipais envolvidas de todos os trabalhos realizados, devendo tal labor advir de convênios pré-firmados pela Administração Municipal; 20. Registrar e controlar, dentro outros, empréstimos de livros, revistas, periódicos, documentos, projetos e publicações em geral; 21. Executar outras atividades correlatas.

**INSTRUTOR DE MÚSICA - VIOLÃO:** Planejar e ministrar aulas, orientando ao aprendizado de instrumentos musicais; 2. Elaborar programas e planos de cursos, atendendo ao avanço da tecnologia educacional; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; 3. Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com os parâmetros estipulados pela Diretoria de Desporto e Cultura; 4. Estabelecer formas alternativas para os alunos recuperarem horários perdidos; 5. Zelar pela aprendizagem do aluno; 6. Desenvolver programas culturais para apresentação à comunidade do aprendizado dos alunos; 7. Colaborar com o aprimoramento músico-cultural da comunidade; 8. Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de seus alunos; 9. Zelar pela disciplina do material docente; 10. Executar outras atividades correlatas.

**INSTRUTOR DE MÚSICA - TECLADO:** Planejar e ministrar aulas, orientando ao aprendizado de instrumentos musicais; 2. Elaborar programas e planos de cursos, atendendo ao avanço da tecnologia educacional; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; 3. Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com os parâmetros estipulados pela Diretoria de Desporto e Cultura; 4. Estabelecer formas alternativas para os alunos recuperarem horários perdidos; 5. Zelar pela aprendizagem do aluno; 6. Desenvolver programas culturais para apresentação à comunidade do aprendizado dos alunos; 7. Colaborar com o aprimoramento músico-cultural da comunidade; 8. Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de seus alunos; 9. Zelar pela disciplina do material docente; 10. Executar outras atividades correlatas.

**INSTRUTOR DE MÚSICA - BATERIA:** Planejar e ministrar aulas, orientando ao aprendizado de instrumentos musicais; 2. Elaborar programas e planos de cursos, atendendo ao avanço da tecnologia educacional; Contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; 3. Avaliar o desempenho dos alunos de acordo com os parâmetros estipulados pela Diretoria de Desporto e Cultura;



4. Estabelecer formas alternativas para os alunos recuperarem horários perdidos; 5. Zelar pela aprendizagem do aluno; 6. Desenvolver programas culturais para apresentação à comunidade do aprendizado dos alunos; 7. Colaborar com o aprimoramento músico-cultural da comunidade; 8. Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de seus alunos; 9. Zelar pela disciplina do material docente; 10. Executar outras atividades correlatas.

**AGENTE OPERACIONAL III - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS:** 1. Operar máquinas de terraplanagem ou pavimentação tais como: motoniveladora, pá-carregadeira, retroescavadeira, tratores, rolo compacto, escavadeira hidráulica, entre outras, bem como operar máquina de usina asfáltica e britador fixo de pedra; 2. Dirigir caminhões e utilitários, conduzindo-os em trajeto determinado de acordo com as regras de trânsito e instruções recebidas, para efetuar o transporte de cargas; 3. Executar serviços de corte, aterro, limpeza e nivelamento de terrenos e vias públicas; 4. Espalhar aterro, areia, pedra britada, cascalho asfáltico, executando a compactação através de máquina apropriada; 5. Abrir e limpar valas e canais para melhoria do sistema de drenagem, utilizando equipamento apropriado; 6. Carregar caminhões e silos de usina asfáltica e pedras, utilizando máquina carregadeira; 7. Operar máquina perfuradora, acionando e controlando os dispositivos de comando, para executar serviços de perfuração de rocha efetuando orifícios destinados a colocação de cargas explosivas; 8. Operar usina asfáltica e britador fixo de pedra, abastecendo-a, acionando-a e controlando seu funcionamento a fim de preparar pré misturado a frio e ou saibro para pavimentação e conservação de ruas e estradas; 09. Acionar o motor da máquina, manipulando os contatos de ignição e os controles do painel de força para fazer girar o misturador de asfalto ou brita; 10. Controlar o andamento das operações, observando no contador o tempo de mistura e registrando o número de misturas efetuadas, para dar execução ao programa de produção; 11. Acionar as correias transportadoras para que os agregados cheguem ao britador para obtenção de brita graduada; 12. Descarregar o asfalto frio ou brita graduada, abrindo a comporta do misturador para despejá-lo no veículo de transporte; 13. Conservar o veículo, levando, fazendo limpeza, ajustes e pequenos reparos necessários; 14. Ajudar na carga e descarga, quando necessário; 15. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos; 16 Executar outras atividades correlatas.

**AGENTE OPERACIONAL III - VEÍCULOS PESADOS:** 1. Operar máquinas de terraplanagem ou pavimentação tais como: motoniveladora, pá-carregadeira, retroescavadeira, tratores, rolo compacto, escavadeira hidráulica, entre outras, bem como operar máquina de usina asfáltica e britador fixo de pedra; 2. Dirigir caminhões e utilitários, conduzindo-os em trajeto determinado de acordo com as regras de trânsito e instruções recebidas, para efetuar o transporte de cargas; 3. Executar serviços de corte, aterro, limpeza e nivelamento de terrenos e vias públicas; 4. Espalhar aterro, areia, pedra britada, cascalho asfáltico, executando a compactação através de máquina apropriada; 5. Abrir e limpar valas e canais para melhoria do sistema de drenagem, utilizando equipamento apropriado; 6. Carregar caminhões e silos de usina asfáltica e pedras, utilizando máquina carregadeira; 7. Operar máquina perfuradora, acionando e controlando os dispositivos de comando, para executar serviços de perfuração de rocha efetuando orifícios destinados a colocação de cargas explosivas; 8. Operar usina asfáltica e britador fixo de pedra, abastecendo-a, acionando-a e controlando seu funcionamento a fim de preparar pré misturado a frio e ou saibro para pavimentação e conservação de ruas e estradas; 09. Acionar o motor da máquina, manipulando os contatos de ignição e os controles do painel de força para fazer girar o misturador de asfalto ou brita; 10. Controlar o andamento das operações, observando no contador o tempo de mistura e registrando o número de misturas efetuadas, para dar execução ao programa de produção; 11. Acionar as correias transportadoras para que os

agregados cheguem ao britador para obtenção de brita graduada; 12. Descarregar o asfalto frio ou brita graduada, abrindo a comporta do misturador para despejá-lo no veículo de transporte; 13. Conservar o veículo, levando, fazendo limpeza, ajustes e pequenos reparos necessários; 14. Ajudar na carga e descarga, quando necessário; 15. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos; 16 Executar outras atividades correlatas.

**AGENTE OPERACIONAL III - AGENTE DE MANUTENÇÃO** - 1. Testar os circuitos da instalação para detectar partes ou peças defeituosas; 2. Instalar, reparar e/ou recondicionar aparelhos elétricos em geral, de uso da administração municipal; 3. Reparar câmaras de ar e substituir pneus de veículos de frota municipal; 4. Lubrificar e abastecer veículos, Injetando ou trocando óleo ou graxa lubrificante, utilizando os equipamentos apropriados; 5. Verificar Nível de óleo dos veículos, bem como retirar e limpar filtros, verificar nível de água da baterias, radiador, fazendo a calibragem dos pneus e lavando o veículo; 7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 8. Executar outras atividades correlatas.

**MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES** - 1. Dirigir veículos de pequeno porte, tais carros de passeio, caminhonetes etc; 2. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores; 3. Efetuar pequenos reparos de emergência; 4. Reportar defeitos aos encarregados da manutenção; 5. Providenciar abastecimento; 6. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados; 7. Transportar cargas leves ou pessoas; 8. Providenciar protocolos de correspondências, documentos e projetos relativos a Administração Pública em geral; 9. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos; 10. Executar tarefas correlatas.

**MOTORISTA DA SAÚDE** - 1. Dirigir veículos de pequeno e médio porte, tais como: ambulâncias, kombis, carros de passeio, caminhonetes etc; 2. Efetuar as verificações necessárias à identificação de problemas ou revisões periódicas nos motores; 3. Reportar defeitos aos encarregados da manutenção; 4. Providenciar abastecimento; 5. Auxiliar na carga e descarga de mercadorias, materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados, para utilização nas Unidades de Saúde; 6. Transportar pessoas que necessitam da assistência à saúde; 7. Cumprir sobreaviso, conforme escala pré determinada (art. 82); 8. Cumprir sobreaviso nos dias de semana que não sejam feriados, quando houver acordo entre o servidor e o Secretário da Saúde e Bem Estar Social; 9. Providenciar protocolos de exames e busca de resultados nas entidades de saúde que prestam assistência à comunidade; 10. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos; 11. Executar tarefas correlatas.

**AGENTE OPERACIONAL II - VIGIA:** 1. Realizar serviços de vigilância, zelando pelo patrimônio protegido, em área previamente definida; 2. Comunicar quaisquer incidentes ocorridos com o patrimônio público a sua chefia imediata; 3. Zelar pela ordem guarda conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 4. Executar outras atividades correlatas.

**AUXILIAR DE ODONTOLOGIA:** 1. Preparar o atendimento ambulatorial, responsabilizando-se pelo preparo e esterilização do material e equipamento a serem utilizados; 2. Receber, conferir e armazenar material de consumo, de expediente e medicamentos utilizados no atendimento; 3. Assistir ao Odontólogo no planejamento e programação dos atendimentos à comunidade; 4. Atender os pacientes nas unidades de atendimento, tomando conhecimento do caso encaminhando-o ao profissional competente; 5. Preencher, após conferir, o movimento de estoques ou arquivo de receita, o mapa mensal de consumo de medicamentos; 6. Auxiliar a equipe multiprofissional de saúde no atendimento às necessidades das comunidades; 7. Contribuir para organização e

orientação de grupos de saúde na comunidade; 8. Promover o bom relacionamento entre a comunidade e o serviço de odontologia; 9. Requisitar imediatamente, após avaliação de necessidades ou detecção de problemas, os reparos ou reposição de material permanente avariado, ao odontólogo; 10. Participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às Ações integradas de Saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pela Prefeitura Municipal; 11. Zelar pela ordem, guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 12. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 13. Executar outras atividades correlatas.

**AGENTE OPERACIONAL I - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 1.** Remover o pó dos móveis, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os; 2. Limpar escadas, pisos, paredes, janelas, calçadas, banheiros, copas, varrendo-os, ou limpando-os; 3. Limpar utensílios como: cinzeiros, lixeiros, objetos de adorno, vidros, entre outros; 4. Arrumar banheiros, limpando-os com sabão, detergente e desinfetante, reabastecendo-os de papel higiênico, toalhas e sabonetes; 5. Queimar o lixo contaminado do serviço de saúde nos incineradores apropriados, separando as agulhas, vidros, medicamentos e vacinas vencidas, em recipientes apropriados para encaminhar ao aterro sanitário; 6. Coletar o lixo e depositá-lo nas lixeiras; 7. Preparar e servir chá, café ou água; 8. Lavar a roupa, lençóis, cobertores, toalhas e demais roupas usadas nas creches municipais e nos serviços de saúde, retirando-os do varal, passando-os a ferro, esterilizando-os e guardando-os nas respectivas salas; 9. Executar serviços de limpeza da área externa das creches e escolas, Postos de saúde e prédios municipais, varrendo ou lavando calçadas, pátios, paredes, janelas, como também roçando e capinando; 10. Auxiliar na preparação de refeições e merendas escolares, lavando, limpando, descascando e cortando verduras e demais alimentos, lavando e secando louças, servindo as refeições, merendas e fazendo a limpeza da cozinha; 11. Preparar e servir refeições, conforme instruções e cardápios pré-estabelecidos; 12. Auxiliar na execução dos trabalhos de almoxarifado, no recebimento, armazenamento e distribuição dos materiais e/ou equipamentos; 13. Regar e cuidar das flores e demais vegetação ornamental nas áreas interna e externa dos prédios municipais; 14. Transportar, carregar e descarregar viaturas, arrumar móveis, equipamentos, volumes e materiais em geral; 15. Executar serviços de coleta e entrega de documentos. Processo, correspondências, encomendas e outros afins dirigindo-se aos locais solicitados, recebendo e/ou entregando o material, objetivando atender as solicitações e necessidades administrativas da Administração Municipal; 16. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 17. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 18. Executar outras atividades correlatas.

**AGENTE OPERACIONAL I - AUXILIAR OPERACIONAL (gari): 1.** Exercer ou auxiliar na execução de quaisquer tarefas que não exijam qualificação profissional e/ou experiência prévia; 2. Abrir, fechar e limpar valas, desobstruindo caixas de captação e bueiros, entre outros; 3. Carregar e descarregar viaturas em geral; 4. Executar serviços de conservação e limpeza de estradas, jardins, praças, vias, logradouros e cemitérios públicos, terrenos baldios e outros, tapando buracos, capinando, orçando, varrendo, pintando meio fio e troncos de árvores, bem como a remoção de entulhos; 5. Operar roçadeiras nos serviços de limpeza de jardins e outros logradouros públicos; 6. Auxiliar a implantação e manutenção de estradas, executando serviços inerentes a sua função; 7. Podar, plantar e regar folhagens, árvores, grama, flores, entre outros, em parques, jardins e logradouros públicos; 8. Auxiliar no preparo da argamassa, concreto e nos serviços de pavimentação, carregando materiais, equipamentos e ferragens peculiares ao trabalho; 9. Executar Serviços de limpeza de terrenos; 10. Auxiliar na execução de pequenos trabalhos e reparos como montagem e desmontagem

de andaimes, palcos, instalações de tubulações e outros similares; 11. Executar serviços de horta, virando e adubando a terra, capinando, plantando, transplantando mudas de verduras e legumes e regando os canteiros quando necessários; 12. Auxiliar nos serviços de manutenção e reparo das viaturas municipais; 13. Zelar pela guarda, conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 14. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 15. Executar outras atividades correlatas.

**AGENTE ADMINISTRATIVO III (EDUCAÇÃO) - 17.** Executar nas tarefas e programas das secretarias das escolas juntamente com os Diretores; 18. Organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar e o registro de assentamentos dos alunos, de forma a permitir, em qualquer época a verificação da identidade e regularidade da vida escolar do aluno e a autenticidade dos documentos escolares; 19. Redigir e expedir toda a correspondência oficial da unidade Escolar 20. Organizar e manter em dia a coletânea das Leis, regulamentos, diretrizes, ordens de serviço, circulares, Resoluções e demais documentos; 21. Coordenar e supervisionar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso juntamente com o Diretor; 22. Assinar juntamente com o Diretor quando este solicitar os documentos escolares que forem expedidos, inclusive os certificados; 23. Preparar e secretariar reuniões quando convocado pelo Diretor; 24. Conhecer a estrutura, compreender e viabilizar o funcionamento das unidades escolares; 25. Registrar e manter atualizados os assentamentos funcionais dos servidores; 26. Realizar atividades de assessoramento à direção da unidade escolar, responder pela secretaria da unidade escolar, apoiar os serviços administrativos da unidade escolar, analisar, organizar, registrar e documentar fatos ligados à vida escolar do aluno e à vida funcional dos servidores; 27. Controlar e inspecionar trabalhos operacionais específicos, cujo exercício seja de caráter essencial à população, emitindo relatórios e cientificando as autoridades municipais envolvidas de todos os trabalhos realizados, devendo tal labor advir de convênios pré-firmados pela Administração Municipal; 28. Executar outras atividades correlatas.

**AGENTE ADMINISTRATIVO III (ADMINISTRATIVO): 1.** Planejar e Coordenar trabalhos; 2. Redigir e elaborar documentos, editais, análises e outras informações administrativas, tributárias, aplicando a forma e terminologia adequada; 3. Executar atividades de informática elementares inclusive o uso de software; 4. Efetuar levantamentos, cadastramentos, pesquisas e outros trabalhos, de acordo com a orientação de seu superior; 5. Efetuar cálculos, criar planilhas e conferências em geral dentro de sua área de atuação, conforme determinação da chefia; 6. Organizar dados, registros e arquivar documentos, classificando-os por matérias, ordem alfabética ou outro sistema de classificação para possibilitar um controle sistemático do mesmo; 7. Realizar, segundo instruções recebidas, o levantamento para balancetes, inventários e balanços; 8. Efetuar registros contábeis de média complexidade; 9. Alimentar bancos de dados em computadores, através da digitação de dados e informações, conforme instruções da chefia; 10. Requisitar e distribuir materiais de consumo necessários ao serviço; 12. Atender ao público; 13. Elaborar relatórios, atendendo as normas ou exigências na área; 14. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 15. Participar ativamente das ações desenvolvidas pela Administração Municipal; 16. Gerenciar situações problemas; 28. Executar outras atividades correlatas.

**MÉDICO IV - MÉDICO PLANTONISTA: 1.** Acolher, reconhecer e diagnosticar medidas terapêuticas para tratamento e ou controle das diversas patologias como urgências cardio respiratória, do sistema nervoso central, gastrintestinais, genito-urinárias, endocrinológicas, hematológicas, vasculares, otorrinolaringológicas, oftalmológicas, em saúde mental, traumáticas e gineco obstétricas de acordo com as instruções e protocolos relativos a cada tipo de patologia, 2. Conhecer e realizar manejo de equipamentos; 3.

Conhecer soluções e medicamentos; 4. Responsabilizar se pelo encaminhamento adequado do paciente, quando a patologia apresentada exigir recursos terapêuticos e ou diagnósticos inexistentes na unidade; 5. Conhecer o sistema de saúde e a rede hierarquizada de assistência; 6. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 7. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 8. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto as atribuições as disposições contidas no Regulamento a que se refere à Lei Federal Nº 3268/57.

**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** (para todas as regiões: Localidades de Bateias de Cima e Papanduvinha; Localidades de Tijucume e Cubatão; Localidades de Ribeirão do Meio e Mato Bonito; Localidades de Ximbuva, Cãozinho e Onça Parda; Localidade de Santana; Localidades de Rodeio Grande e Rodeio de Santa Cruz; Localidades de Campinas e Campinas dos Farias; Distrito de Bateias de Baixo; Localidades de Pirizal e Papanduva; Localidades de Avenca e Queimados; Localidades de Saltinho, Lavrinha e Murirão (Bateias de Baixo); Bairro Cascatas (Vila Cedro); Localidade de São Miguel; Bairro Belo Horizonte; Bairro Cascatas (Conjunto Habitacional Bela Vista); Bairro Santo Antônio e Cascatas; Distrito de Fragosos; Localidade de Corredeiras; Localidades de Avenca do Rio Negro e Capinzal; Localidade de Rio Represo): 1. O Agente Comunitário de Saúde tem como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal, distrital, estadual ou federal. São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação: I - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; II - a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva; III - o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; IV - o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; V - a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; VI - a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida. 2. Executar outras atividades correlatas. Observar, quanto às atribuições as disposições contidas na Lei Federal nº 11.350/2006.

**AGENTE OPERACIONAL IV:** 1. Interpretar mapas e projetos, preencher formulários, fichas, relações, requisições e outros documentos, registrando e/ou executando dados; 2. Auxiliar na abertura de valas para redes de encanamento de água e esgoto; 3. Executar serviços de motorista leve para o transporte de ferramentas e de materiais, entre outros; 4. Efetuar levantamentos e prestar auxílio em pesquisas e cadastramentos, de acordo com a orientação de seu superior; 5. Instalar redes de sistemas hidráulicos dos bens públicos ou comunitários no município; 6. Reparar e executar manutenção nos sistemas hidráulicos dos bens públicos ou comunitários no município; 7. Organizar dados, registros e documentos, possibilitando um controle sistemático do mesmo; 8. Instalar e substituir hidrômetros nos sistemas hidráulicos dos bens públicos ou comunitários no município; 9. Analisar e registrar ocorrências nos hidrômetros instalados nos sistemas hidráulicos dos bens públicos ou comunitários no município; 10. Proceder a dosagem de produtos químicos para tratamento de água em sistemas comunitários; 11. Instalar e controlar o funcionamento de bombas de recalque nos sistemas hidráulicos dos bens públicos ou comunitários no município; 12. Coletar amostras de água para análise quando necessário; 13. Realizar serviços de manutenção, limpeza e reparos em equipamentos hidráulicos nos bens públicos; 14. Realizar serviços de manutenção e revisão elétrica nos equipamentos públicos; 15. Realizar serviços de manutenção nas praças e logradouros públicos; 16. Realizar pintura nos meios fios e faixas de segurança; 17. Alimentar bancos de dados em computadores, através da digitação de dados e informações, conforme instruções

da chefia; 18. Requisitar e distribuir materiais de consumo necessários ao serviço; 19. Colaborar na distribuição de correspondências e documentação e na elaboração de relatórios, atendendo as normas ou exigências na área; 20. Zelar pela guarda dos materiais e equipamentos de trabalho; 21. Assistir aos superiores; 22. Controlar e inspecionar trabalhos operacionais específicos, cujo exercício seja de caráter essencial à população, emitindo relatórios e cientificando as autoridades municipais envolvidas de todos os trabalhos realizados, devendo tal labor advir de convênios pré-firmados pela Administração Municipal; 23. Executar outras atividades correlatas. 24. Operacionalizar equipamentos, como roçadeiras, parafusadeiras, furadeiras, betoneiras e outros.

**INSTRUTOR DE INFORMÁTICA:** 1. Manter os equipamentos de informática em condições de uso; 2. Passar conhecimentos de informática para os alunos da rede Municipal de Ensino e interessados da Comunidade em geral; 3. Ser responsável pelas estações de rede dos Telecentros de Informática; 4. Responsabilizar-se pela elaboração, distribuição e segurança de trabalho dos usuários; 5. Realizar a manutenção geral de uso dos sistemas adotados pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer; 6. Preparar backup's, treinar os professores da rede Municipal de Ensino repassando conhecimentos dos softwares específicos tais como: Window XP Vista, Office XP 2007, Open Office e Broffice Linux; 7. Proceder tarefas de rotina de digitação; 8. Operar computadores, observando e controlando seu funcionamento para processar os programas elaborados; 9. Analisar, antes do processamento, o programa a ser executado, estudando as indicações e instalações do sistema determinado; 10. Identificar erros e adotar as medidas prescritas para corrigi-los ou reportá-los ao responsável; 11. Zelar pela ordem guarda conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; 12. Atender as normas de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho; 13. Executar outras atividades correlatas.

**AGENTE OPERACIONAL V PEDREIRO/CARPINTEIRO:** 1. Executar e reparar calçamento, compreendendo execução de sub-base e assentamento de lajotas, paralelepípedos, ladrilhos e outros. 2. Confeção e reforma em estruturas de madeira, coberturas, galpões etc, colocação de ferros e esquadrias, execução de caixarias para estruturas de concreto, revisão e construção de telhados com telhas de cerâmica, fibrocimento, alumínio e outros, selecionando materiais a fim de garantir um resultado adequado com qualidade; 3. Construção, instalação e manutenção de galerias muros de arrimo, pontes de concreto e madeira, bocas de lobo, calçadas, paredes, pisos e outros trabalhos de alvenaria, assentando, rejuntando materiais, a partir de plantas, croquis ou instruções para edificação e conservação de equipamentos públicos. 4. Instalar peças de madeira, como forros, assoalhos, janelas, divisórias e similares, encaixando-as e fixando-as nos locais apropriados; 5. Reparar elementos de madeira, substituindo peças, fixando peças soltas para recompor a estrutura; 6. Executar serviços de cortes, lixamento das peças de madeira a serem utilizadas; 7. Preparar e executar serviços de estrutura de concreto em obras civis, conforme o projeto; 8. Colocar telhas e outros materiais para cobertura; 9. Fazer caixas de captação e muros de arrimo; 10. Rebocar e chapiscar paredes e muros em geral, construir alicerces para formar bases de paredes, muros e construções similares; 11. Executar trabalhos de manutenção corretiva de instalações, calçadas e estruturas semelhantes, reparando paredes e pisos, aparelhos sanitários, manilhas e outras peças; 12. Montar, instalar, reparar e desobstruir tubulações de redes de esgoto e sistemas hidráulicos; 13. Armar e desarmar andaime de madeira ou metálicos para execução da obra desejada; 14. Preparar e pintar superfícies internas e/ ou externas, rapando-as e cobrindo-as com aplicação de tinta; 15. Colocar e fixar Planos de distribuição, caixas de fusíveis, tomadas e interruptores; 16. Testar os circuitos da instalação para detectar partes ou peças defeituosas; 17. Executar e recuperar a pavimentação de paralelepípedos e/ou lajotas; 18. Zelar pela guarda de materiais e equipamentos de trabalho; 19. Executar



outras atividades correlatas.

**ATENDENTE DE SALA:** 1. Acompanhar e auxiliar alunos da Educação Infantil; 2. Auxiliar os professores: No cuidado das crianças, Realizando atividades de rotina tais como: troca de fraldas, alimentação, locomoção, banho, escovação dentária, higiene, zelar pelo correto acompanhamento na hora do repouso/sono; 3. Controlar e organizar os pertences das crianças; 4. Permanecer em tempo integral na sala de aula, exceto se autorizado pelo professor para desempenhar atividades relacionadas com o trabalho da sala; 5. Receber as crianças antes do início das aulas ou entregá-las após o encerramento aos pais ou responsáveis, conforme determinação da direção (do regulamento) da instituição; 6. Utilizar uniforme (vestuário) adequado para as atividades; 7. Participar das reuniões, cursos, conselhos de classes paradas pedagógicas e em outras atividades sempre que for convidado ou convocado, ainda que em horários e em datas diferentes do normal; 8. Zelar pelo nome e respeito do Estabelecimento dentro e fora dele, exercendo sua função dentro de princípios éticos, desenvolvendo o espírito de colaboração, cordialidade, solidariedade e respeito com as crianças, com a equipe e com a comunidade em geral; e iniciativa dentro e fora do contexto escolar; 9. Acompanhar o (s) aluno (s) no recreio incentivando a interação com os demais alunos da UE; 10. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

**MOTORISTA DE TRANSPORTE DE PESSOAS:** 1 Conduzir veículos de Transporte Escolar, tais como ônibus, microônibus, vans, dentre outros, seguindo o itinerário conforme solicitado, zelando pela sua segurança das pessoas transportadas, respeitando e cumprindo a legislação de trânsito e recomendações de direção defensiva; 2 Conduzir os veículos, acionando os comandos necessários, respeitando as sinalizações de trânsito, transportando passageiros, percorrendo locais pré-estabelecidos, anotando quilometragem e os locais visitados, visando cumprir solicitação superior; 3 Zelar pelo veículo verificando nível de óleo, estado dos pneus, abastecendo-o de combustível, testando seu sistema elétrico e mecânico, informando o superior imediato, sobre defeitos constatados a fim de providenciar a devida manutenção; 4 Verificar calibragem de pneus, chave de roda, triângulo, suspensor hidráulico (macaco hidráulico), socorro, cinto de segurança, pisca alerta, seta, luz alta e baixa, luz de freio, luz de ré, luz estacionária, limpador de pá-rrisa, buzina, combustível, nível de óleo de freios, fitas, pastilhas em geral, amortecedores, dentre outros; 5 Verificar periodicamente o funcionamento do disco do tacógrafo e substituir quando for necessário; 6 Verificar IPVA, seguro, placas dianteiras e traseiras e lacre; 7- Observar as aparências internas e externas dos veículos e zelar pela conservação e higienização; 8 Levar o veículo à manutenção sempre que solicitado; 9 Anotar no relatório diário de uso do veículo, a hora da partida, percurso, os passageiros, a hora de retorno à sede e demais ocorrências, exigidas em normas da administração; 10- Participar e executar serviços de plantão e outras tarefas inerentes ao cargo; 11 Ser responsável pelo itinerário determinado, respeitando os horários e acompanhando o embarque e desembarque dos alunos (nos pontos indicados pela Secretaria Municipal de Educação), zelando pela segurança dos passageiros; 12- Manter disciplina no transporte, desempenhando a função de fiscal quando o veículo não tiver quem exerça tal função, encarregando-se da organização dos passageiros; 13 Dirigir corretamente não forçando ultrapassagem nem obstruindo a passagem de outros veículos, nem fazendo manobras perigosas colocando em risco outras pessoas ou mesmo outros veículos; 14 Recolher o veículo à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, deixando-o corretamente estacionado e fechado; 15 Pagar as multas obtidas na condução do veículo; 16 Observar os períodos de revisão e manutenção preventiva do veículo, comunicando ao responsável; 17 Comportar-se com educação e respeito; 18 Auxiliar na Carga e descarga de Mercadorias e Materiais, equipamentos e outros bens que serão ou foram transportados; 19

Entrega de documentos oficiais da administração pública em geral "protocolo"; 20 Zelar pela guarda dos veículos e equipamentos de trabalho; 21 Executar outras atividades compatíveis com a função.

**ANEXO III**  
(PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015)

#### CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROVAS PRÁTICAS

#### AGENTE OPERACIONAL III - OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Tarefa a ser executada: Manuseio de Máquina/Equipamento RETROESCAVADEIRA.

Critérios de avaliação:

I - Verificação do equipamento (pneus, água, óleo, bateria)

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

II - Habilidades ao operar o equipamento

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

III - Aproveitamento do Equipamento

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

IV - Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

V - Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

#### AGENTE OPERACIONAL III - VEICULOS PESADOS

Tarefa a ser executada: Manuseio de CAMINHÃO BASCULANTE

Critérios de avaliação:

I - Verificação do equipamento (pneus, água, óleo, bateria)

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

II - Habilidades ao operar o equipamento

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos



Péssimo - 0,0 ponto

III - Aproveitamento do Equipamento

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

IV - Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

V - Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

AGENTE OPERACIONAL III - AGENTE DE MANUTENÇÃO

Tarefa a ser executada: Troca de pneu - veículo categoria B

Critérios de avaliação:

I - Verificação dos materiais.

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

II - Habilidades e agilidade na montagem

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

III - Aproveitamento dos materiais

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

IV - Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

V - Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

MOTORISTA - VEICULOS LEVES

Tarefa a ser executada: Dirigir veículo categoria B

Critérios de avaliação:

I - Verificação do equipamento (pneus, água, óleo, bateria)

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

II - Habilidades ao operar o equipamento

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

III - Aproveitamento do Equipamento

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

IV - Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

V - Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

MOTORISTA - MOTORISTA DA SAÚDE

Tarefa a ser executada: Dirigir ambulância

Critérios de avaliação:

I - Verificação do equipamento (pneus, água, óleo, bateria)

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

II - Habilidades ao operar o equipamento

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

III - Aproveitamento do Equipamento

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

IV - Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

V - Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

AGENTE OPERACIONAL V - PEDREIRO/CARPINTEIRO

Tarefa a ser executada: Mistura de massa e construção de pequeno muro.

Critérios de avaliação:

I - Verificação dos materiais.

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

II - Habilidades e agilidade na mistura

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

III - Aproveitamento dos materiais

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

IV - Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

V - Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

MOTORISTA DE TRANSPORTE DE PESSOAS

Tarefa a ser executada: Dirigir ônibus.

Critérios de avaliação:

I - Verificação do veículo (pneus, água, óleo, bateria)

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

II - Habilidades ao operar o veículo

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

III - Aproveitamento do veículo

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

IV - Produtividade

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

V - Técnica/Aptidão/Eficiência

Ótimo - 2,0 pontos

Bom - 1,5 pontos

Regular - 1,0 ponto

Ruim - 0,5 pontos

Péssimo - 0,0 ponto

# Campos Novos

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PP 01/2015 FUNDECAMPOS** AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº01/2015 - FUNDECAMPOS

O Município de Campos Novos, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, torna público que fará realizar no dia 20 de Março de 2015 às 14 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto a REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CIRURGIA DE CASTRAÇÃO DE CÃES E GATOS CONFORME PROJETO DE CONTROLE POPULACIONAL DE ANIMAIS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30min às 11h e das 13h30min às 17h00min diariamente.

Campos Novos, 06 de Março de 2015.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 7.216/14 DE 19/12/2014 CANCELA DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NOS EXERCÍCIOS DE 2009 A 2013 DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS POR SE TRATAR DE VALORES INDEVIDOS.**

DECRETO Nº 7.216/14 DE 19/12/2014  
CANCELA DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NOS EXERCÍCIOS DE 2009 A 2013 DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS POR SE TRATAR DE VALORES INDEVIDOS

Jairo Luft, Prefeito em exercício do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica.  
DECRETA:

Art. 1º Ficam canceladas as seguintes despesas inscritas em restos a pagar nos exercícios de 2009 a 2013, do município de Campos Novos, por se tratarem de valores indevidos:  
Prefeitura Municipal:

Empenho 89/2013  
Fornecedor: Sirlene Swed Dombrowski  
Valor: R\$ 300,00 ( Trezentos reais)  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 349/2013  
Fornecedor V.T Engenharia e Construções Ltda  
Valor: R\$ 18.518,73 ( Dezoito mil, quinhentos e dezoito reais e setenta e três centavos )  
Justificativa: empenhado em duplicidade.

Empenho 504/2013  
Fornecedor: CN System Informática Ltda  
Valor: R\$ 21.800,00 ( Vinte e um mil e oitocentos reais)  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 739/2013  
Fornecedor: Controller Tecnologia e Sistemas de Informação Ltda

Valor: R\$ 9.179,52 ( Nove mil, cento e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos)  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 792/2013  
Fornecedor : Clube Aqua Camponovense  
Valor: R\$ 1.580,00 ( Mil quinhentos e oitenta reais )  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 1336/2013  
Fornecedor: Onseg Serviços de Vigilância e Segurança Ltda  
Valor: R\$ 84,00 ( Oitenta e quatro reais )  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 1495/2013  
Fornecedor: Amplas Net Provedor de Internet Ltda,  
Valor: R\$ 2.929,50 ( Dois mil, novecentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos)  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 1496/2013  
Fornecedor: Amplas Net Provedor de Internet Ltda  
Valor: R\$ 1.046,10 ( Mil e quarenta e seis reais e dez centavos)  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 1592/2013  
Fornecedor :Amplas Net Provedor de Internet Ltda  
Valor: R\$ 2.962,90 ( Dois mil, novecentos e sessenta e dois reais e noventa centavos) Justificativa: empenhado maior.

Empenho 1766/2013  
Fornecedor: Amplas Net Provedor de Internet Ltda  
Valor: R\$ 951,00 ( Novecentos e cinquenta e um reais )  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 2297/2013  
Fornecedor: Selbetti Gestão de Documentos S.A  
Valor: R\$ 1.810,40 ( Mil oitocentos e dez reais e quarenta centavos)  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 2939/2013  
Fornecedor: V.T Engenharia e Construções Ltda  
Valor: R\$ 258,85 ( Duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos)  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 2940/2013  
Fornecedor: V.T Engenharia e Construções Ltda  
Valor: R\$ 4.914,20 ( Quatro mil, novecentos e quatorze reais e vinte centavos)  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 3320/2013  
Fornecedor: Consórcio de Inf. Na Gestão Pública Municipal  
Valor: RS 1.740,00 ( Mil setecentos e quarenta reais)  
Justificativa: empenhado a maior.

Empenho 3499/2013  
Fornecedor: Amplas Net Provedor de Internet Ltda  
Valor: R\$ 150,00 ( Cento e cinquenta reais)  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 3523/2013  
Fornecedor: Amplas Net Provedor de Internet Ltda  
Valor: R\$ 300,00 ( Trezentos reais )  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 3599/2013

Fornecedor: Selbetti Gestão de Documentos S.A  
Valor: R\$ 512,06 ( Quinhentos e doze reais e seis centavos)  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 3737/2013  
Fornecedor: Reunidas S/A Transportes Coletivos  
Valor: R\$ 127,88 ( Cento e vinte e sete reais e oitenta e oito reais)  
Justificativa: empenho estimado maior.

Empenho 3757/2013  
Fornecedor: Postimix Soluções Gráficas  
Valor: R\$ 91,92 ( Noventa e um reais e noventa e dois centavos )  
Justificativa: empenho estimado maior.

Empenho 3805/2013  
Fornecedor: V.T Engenharia e Construções Ltda  
Valor: R\$ 2.704,26 ( Dois mil, setecentos e quatro reais e vinte e seis centavos)  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 3828/2013  
Fornecedor Figueiredo Comercio de Frutas e Verduras Ltda  
Valor: R\$ 149,00 ( Cento e quarenta e nove reais )  
Justificativa: mercadoria não entregue.

Empenho 3859/2013  
Fornecedor: Alda Vagner Transportes Me  
Valor: R\$ 72,50 ( Setenta e dois reais e cinquenta centavos )  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 3858/2013  
Fornecedor : Alda Vagner Transportes Me  
valor : R\$ 1296,19 ( Mil duzentos e noventa e seis reais e dezoito centavos)  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 3949/2013  
Fornecedor: Adriano Pereira da Silva Me  
Valor: R\$ 3.442,25 ( Três mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos)  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 4086/2013  
Fornecedor: Auto Posto Tropeiro Ltda  
Valor: R\$ 33.171,35 ( Trinta e três mil, cento e setenta e um reais e trinta e cinco centavos)  
Justificativa: empenhado indevidamente.

Empenho 3580/2011  
Fornecedor: MI Comércio e Serviços de Informática Ltda  
Valor: R\$ 19.260,00 ( dezenove mil, duzentos e sessenta reais)  
Justificativa: material não entregue.

Empenho 2601/2013  
Fornecedor Hoken International Company Ltda  
Valor : R\$ 66,85 ( sessenta e seis reais e oitenta e cinco centavos)  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 3064/2010  
Ordem de Pagamento 7659/2010  
Fornecedor: Auto Posto Tropeiro Ltda  
Valor: R\$ 20.790,49 ( vinte mil, setecentos e noventa reais e quarenta e nove centavos)  
Justificativa: empenhado e liquidado indevidamente.

Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário:  
Empenho 2/2012  
Fornecedor: Onseg Sistemas de Segurança Ltda ME  
Valor: R\$ 517,11 ( Quinhentos e dezessete reais e onze centavos)

Justificativa: empenhado maior.

Empenho 11/2011  
Fornecedor: Auto Posto Tropeiro  
Valor: R\$ 951,01 ( novecentos e cinquenta e um reais e um centavo)  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 12/2011  
Fornecedor : Posto de Serviços Corujão Ltda  
Valor : R\$ 1056,25 ( Mil e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos)  
Justificativa: empenhado maior.

Fundação Cultural Camponovense:

Empenho 5/2013  
Fornecedor: Onseg Sistemas de Segurança Ltda ME  
Valor: R\$ 231,58 ( duzentos e trinta e um reais e cinquenta e oito centavos)  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 6/2013  
Fornecedor: Onseg Sistemas de Segurança Ltda ME  
Valor: R\$ 243,55 ( duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e cinco centavos)  
Justificativa : empenhado maior.

Empenho 71/2013  
Fornecedor: Onseg Sistemas de Segurança Ltda ME  
Valor: R\$ 342,75 ( trezentos e quarenta e dois reais e setenta e cinco centavos)  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 72/2013  
Fornecedor: Onseg Sistemas de Segurança Ltda ME  
Valor: R\$ 329,46 ( Trezentos e vinte e nove reais e quarenta e seis centavos)  
Justificativa: empenhado maior.

Fundo Municipal de Assistência Social:

Empenho 42/2013  
Fornecedor: Amplasnet Provedora de Internet Ltda  
Valor: R\$ 626,00 ( seiscentos e vinte e seis reais )  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 166/2013  
Fornecedor: Indio Emanuel de Lima Bezerra - ME  
Valor: R\$ 718,00 ( setecentos e dezoito reais)  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 303/2013  
Fornecedor: Onseg Sistemas de Segurança Ltda ME  
Valor: R\$ 187,01 ( Cento e oitenta e sete reais e um centavo)  
Justificativa: empenhado maior.

Empenho 395/2013  
Fornecedor: Onseg Sistemas de Segurança Ltda ME  
Valor: R\$ 380,25 ( Trezentos e oitenta reais e vinte e cinco centavos )  
Justificativa: empenhado maior.

Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros:

Empenho 184/2013  
Fornecedor: Giovanni Comercio de Pneus LTDA  
Valor: R\$ 888,00 ( Oitocentos e oitenta e oito reais)  
Justificativa: empenhado indevidamente.



Empenho 185/2013  
Fornecedor: Giovanni Comercio de Pneus LTDA  
Valor: R\$ 35,00 ( Trinta e cinco reais)  
Justificativa: empenhado indevidamente.

Fundação do Meio Ambiente de Campos Novos:

Empenho 1/2011  
Fornecedor: Betha Sistemas LTDA  
Valor: R\$ 486,00 ( Quatrocentos e oitenta e seis reais)  
Justificativa: empenhado maior.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 19 de dezembro de 2014.  
Jairo Luft  
Prefeito Municipal em exercício

## Capinzal

### PREFEITURA

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO CIALAR 2015

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL  
ABRIGO CASA LAR  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O PRESIDENTE DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), constituído pelos municípios de Capinzal, Ipira, Piratuba, Ouro e Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, convoca, nos termos das disposições do Estatuto Social, os representantes dos entes consorciados para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 13 de março de 2015, as 9:00h, na sede do Consorcio, situada em Capinzal, sito à Rua Emilia Barison, 130, Loteamento Santa Terezinha, Capinzal, a fim de deliberarem sobre a seguinte pauta;

#### ORDEM DO DIA:

1. Visita ao CIALAR, apresentação das dependências e dos trabalhos realizados;
2. Prestação de Contas;
3. Deliberação a respeito da prorrogação ou não do seletivo 001/2013;
4. Discussão sobre novo seletivo e seu prazo de vigência;
5. Debate a respeito da inclusão do cargo de motorista;
6. Assuntos gerais;

Capinzal, 04 de Março de 2015.

Vitor João Faccin

Presidente do CIALAR

### SIMAE

#### RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/07/2015

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: CAO/0087/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº: CAO/07/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE DOIS AUTOMÓVEIS TIPO POPULAR.

FICA RETIFICADA A ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO CONSTANTE NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO PRESENTE EDITAL, ONFOME SEGUE:

DESCRIÇÃO ANTERIOR	DESCRIÇÃO RETIFICADA
- Duas (02) portas;	- No mínimo Duas (02) portas;

AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS DEMAIS ITENS DO EDITAL, NÃO RELACIONADOS ACIMA, PERMANECEM INALTERADAS, MANTIDAS CONFORME PUBLICADO NO EDITAL DE ABERTURA DO CERTAME.

MAIORES ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER PRESTADOS NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO À RUA DOMINGOS OMIZOLLO, Nº 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000, OU PELO FONE (049) 3555-1107, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DAS 08:00 ÀS 12:00 E DAS 13:30 ÀS 17:30 HORAS.

CAPINZAL/SC, 06 DE MARÇO DE 2015.

EDILSON DOS SANTOS VILARINO

PREGOEIRO

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 12/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 12/2015

Edital: Pregão Presencial Nº.: 03/2015

Tipo: Menor Preço/Por Item.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE PASTAGENS FISCALIZADAS.

Entrega dos Envelopes: 07h55min do dia 19 de Março de 2015.

Abertura dos Envelopes: 08h00min do dia 19 de Março de 2015.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h00min às 13h00min pelo fone (49) 3326-0127, e pelo site [www.caxambudosul.sc.gov.br](http://www.caxambudosul.sc.gov.br).

CAXAMBU DO SUL, 06 DE MARÇO DE 2015.

VILMAR FOPPA

PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO 13/2015

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 13/2015

Edital: Pregão Presencial Nº.: 04/2015

Tipo: Menor Preço/Por Item.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DE TODOS OS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL..

Entrega dos Envelopes: 07h55min do dia 20 de Março de 2015.

Abertura dos Envelopes: 08h00min do dia 20 de Março de 2015.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h00min às 13h00min pelo fone (49) 3326-0127, e pelo site [www.caxambudosul.sc.gov.br](http://www.caxambudosul.sc.gov.br).

CAXAMBU DO SUL, 06 DE MARÇO DE 2015.

VILMAR FOPPA

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO ATA RP 02/2015

Estado de Santa Catarina												
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL												
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS												
Ata Nº.:		02/2015										
Detentora:		CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA										
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE PNEUS NOVOS, CAMARAS DE AR E PROTETORES PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL.										
Fornecedor: 2727 - CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA												
Item		Especificação			Unid	Marca		Quantidade	Preço Unitário		Preço Total	
15	PNEU 1000X20 16 LONAS LISO RADIAL			un	D651 DRC 18		20,000		975,0000		19.500,00	
20	PNEU 205X60 16 RADIAL			un	AH01 AEOLU		8,000		199,0000		1.592,00	

Vigência ..... : Início : 05/03/2015 Término : 04/03/2016.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 02/2015.

CAXAMBU DO SUL, 05 de Março de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

**EXTRATO ATA RP 03/2015**

Estado de Santa Catarina								
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL								
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS								
Ata Nº.:		03/2015						
Detentora:		COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESÓRIOS LTDA						
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE PNEUS NOVOS, CAMARAS DE AR E PROTETORES PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL.						
Fornecedor: 2759 - COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESÓRIOS LTDA								
Item	Especificação			Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PROTETOR PARA PNEU 1000X20			un	ZCRUBBER	20,000	22,0000	440,00
3	PNEU 17.5X25 - 16 LONAS			un	PEGASUS	2,000	1.969,0000	3.938,00
8	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400X24			un	ZCRUBBER	20,000	127,0000	2.540,00
9	PROTETOR PARA PNEU 1400X24			un	ZCRUBBER	20,000	35,0000	700,00
11	CAMARA DE AR PARA PNEU 17.5X25			un	FOREVER	6,000	160,0000	960,00
18	PNEU 12.5X80X18 12 LONAS			un	FORERUNNE	4,000	748,0000	2.992,00
25	CAMARA DE AR 14.9X28			un	MAGGION	2,000	159,0000	318,00
27	CAMARA DE AR 12.5X80X18			un	FLEXEM	4,000	65,0000	260,00

Vigência ..... : Início : 05/03/2015 Término : 04/03/2016.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 02/2015.

CAXAMBU DO SUL, 05 de Março de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

**EXTRATO ATA RP 04/2015**

Estado de Santa Catarina											
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL											
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS											
Ata Nº.:		04/2015									
Detentora:		JK PNEUS LTDA									
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE PNEUS NOVOS, CAMARAS DE AR E PROTETORES PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL.									
Fornecedor: 2618 - JK PNEUS LTDA											
Item		Especificação			Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário		Preço Total	
14	PNEU 14.9 X 28 - 10 LONAS			un	FIRESTONE	2,000	1.329,0000	2.658,0000			
19	CAMARA DE AR 23.1X30			un	RS	2,000	318,0000	636,00			

Vigência ..... : Início : 05/03/2015 Término : 04/03/2016.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 02/2015.

CAXAMBU DO SUL, 05 de Março de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

**EXTRATO ATA RP 05/2015**

Estado de Santa Catarina									
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL									
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS									
Ata Nº.:		05/2015							
Detentora:		MODELO PNEUS LTDA							
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE PNEUS NOVOS, CAMARAS DE AR E PROTETORES PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL.							
Fornecedor: 2173 - MODELO PNEUS LTDA									
Item	Especificação			Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário		Preço Total
16	PNEU 23.1X30 16 LONAS PARA TRATOR AGRÍCOLA			un	FIRESTONE/	2,000	3.190,0000		6.380,00
24	PNEU 1000X20 16 LONAS BORRACHUDO RADIAL			un	FIRESTONE/	20,000	1.096,0000		21.920,00

Vigência ..... : Início : 05/03/2015 Término : 04/03/2016.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 02/2015.

CAXAMBU DO SUL, 05 de Março de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

**EXTRATO ATA RP 06/2015**

Estado de Santa Catarina									
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL									
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS									
Ata Nº.:		06/2015							
Detentora:		RODA BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA.							
Objeto.....:		REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE PNEUS NOVOS, CAMARAS DE AR E PROTETORES PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL.							
Fornecedor: 2760 - RODA BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS PARA VEÍCULOS LTDA									
Item	Especificação			Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário		Preço Total
2	PNEU 205X70 15 RADIAL			un	LINGLONG	12,000	209,0000		2.508,00
4	PNEU 185X65 - 14 RADIAL			un	JK SPORT	12,000	168,0000		2.016,00
5	PNEU 175X70 - 14 RADIAL			un	LINGLONG	26,000	154,0000		4.004,00
6	PNEU 175X70 - 13 RADIAL			un	SAILUN ATRE	52,000	130,0000		6.760,00
7	PNEU 215X75 - 17.5 RADIAL			un	LINGLONG	12,000	452,0000		5.424,00
10	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000X20			un	BBW V3	20,000	59,0000		1.180,00
12	PNEU 205 X 55 - 16 RADIAL			un	LINGLONG	36,000	199,0000		7.164,00
13	PNEU 205 X 75 - 16 RADIAL			un	LINGLONG	12,000	294,0000		3.528,00
17	PNEU 19.5LX24 12 LONAS			un	SUPERGUID	2,000	1.492,0000		2.984,00
21	PNEU 1400X24 16 LONAS			un	SUPERGUID	18,000	1.525,0000		27.450,00
22	PNEU DIANT. 90/90/19			un	ROTTYRE	1,000	125,0000		125,00
23	PNEU TRAS. 110/90/17			un	ROTTYRE	1,000	145,0000		145,00
26	CAMARA DE AR 19.5X24			un	BBW TR218	2,000	155,0000		310,00

Vigência ..... : Início : 05/03/2015 Término : 04/03/2016.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 02/2015.

CAXAMBU DO SUL, 05 de Março de 2015.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal



# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 19 de março de 2015, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de peças e à contratação de mão-de-obra (serviços mecânicos) para conserto do Veículo Doblo - Placa MJS 0498, utilizado no transporte de pacientes pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 09 de março de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 19 de março de 2015, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de peças e à contratação de mão-de-obra (serviços mecânicos) para conserto do Veículo Doblo - Placa MJS 0498, utilizado no transporte de pacientes pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 09 de março de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### Portaria n. 148.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIANº 148/2015

Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, Lei Complementar 008 de 23.12.199 e de acordo com o Anexo Único da Lei Complementar 047 de 01.12.2010,

#### RESOLVE:

Art.1º Nomear MARCOS GEONAVI ABREU, para ocupar o cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Esportes, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Nível DAS-5, Anexo Único, da LC nº. 047 de 01.12.2010, a partir de 09.03.2015.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 06 de março de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### Portaria n. 149.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 149/2015

- Considerando, os efeitos da Portaria n. 142/2015 de 04/03/2015, que concede Licença para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Neide Sebold da Silva.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº 0085 de 30.06.99, Lei Complementar nº 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99;

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário MARIA LUIZA GOEDERT JEREMIAS, para exercer as funções do cargo de Professora - ACT - 40 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na área de Educação Infantil turma do 2º anos, na Unidade de Educação Infantil Maria Fuck Kreusch, pelo período de 09.03.2015 a 25.04.2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 06 de março de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 146/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 146/2015

"ALTERA A PORTARIA Nº 309/2012, DE 03 DE AGOSTO DE 2012, QUE NOMEIA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOSÉ BRÁULIO INÁCIO, Prefeito do Município de Chapadão do

Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere o Artigo 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com o art. 4º-C, da Lei Complementar nº 047 de 01.12.2010, alterada pela Lei Complementar nº 063 de 12.07.2012,

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar a alínea a do inciso III, do art.1º da Portaria nº 309/2012 de 03 de agosto de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

.....  
III - Setor Técnico .....

a) Walmir Vieira Wolff Junior - representante da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.  
.....

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 06 de março de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

## Cocal do Sul

### PREFEITURA

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/ FMS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 02/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/FMS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/FMS/2015

Objeto: estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de preços de medicamentos controlados, para uso no CAPS do Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 26/01/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 21.633,09 (Vinte e um mil seiscentos e trinta e três reais e nove centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/ PMCS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 01/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: QFAZ ESTRUTURAS E EVENTOS LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/PMCS/2015

Objeto: estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de preços para locação de estruturas para eventos, para uso no Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 23/01/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 196.000,00 (Cento e noventa e seis mil reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/ FMS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 03/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: PROFARMA SPECIALTY S.A

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/FMS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/FMS/2015

Objeto: estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de preços de medicamentos controlados, para uso no CAPS do Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 26/01/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 28.656,95 (Vinte e oito mil seiscentos e cinquenta e seis reais e noventa e cinco centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/FMS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 04/2015  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
DETENTORA DA ATA: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/FMS/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/FMS/2015

Objeto: estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de preços de medicamentos controlados, para uso no CAPS do Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 26/01/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 16.090,00 (Dezesseis mil e noventa reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/FMS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2015  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
DETENTORA DA ATA: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA .  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/FMS/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/FMS/2015

Objeto: estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de preços de medicamentos controlados, para uso no CAPS do Município de Cocal do Sul.

Assinatura: xx/xx/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 56.435,70 (Cinquenta e seis mil quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/FMS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 06/2015  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
DETENTORA DA ATA: ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/FMS/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/FMS/2015

Objeto: estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de preços de medicamentos controlados, para uso no CAPS do Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 26/01/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 870,00 (Oitocentos e setenta reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/FMS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 07/2015  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
DETENTORA DA ATA: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/FMS/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/FMS/2015

Objeto: estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de preços de medicamentos controlados, para uso no CAPS do Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 26/01/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 45.489,64 (Quarenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta e quatro centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/FMS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 08/2015  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
DETENTORA DA ATA: LA DALLA PORTA JUNIOR  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/FMS/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/FMS/2015

Objeto: Estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de preços de medicamentos controlados, para uso no CAPS do Município de Cocal do Sul, de acordo com as especificações a seguir.

Assinatura: 26/01/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 193.659,78 (cento e noventa e três mil seiscentos e cinquenta e nove reais e setenta e oito centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/PMCS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 09/2015  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
DETENTORA DA ATA: DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI - EPP  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/PMCS/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/PMCS/2015

Objeto: estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de preços para compra de aparelhos de TV e fornecimento com instalação de condicionadores de ar tipo split.

Assinatura: xx/xx/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 13.832,00 (Treze mil oitocentos e trinta e dois reais )

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/PMCS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
DETENTORA DA ATA: BRM CONDICIONADORES DE AR LTDA -ME  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/PMCS/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/PMCS/2015

Objeto: estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de preços para compra de aparelhos de TV e fornecimento com instalação de condicionadores de ar tipo split.

Assinatura: 04/03/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 10.830,00 (Dez mil oitocentos e trinta reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/PMCS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2015  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
DETENTORA DA ATA: FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/PMCS/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/PMCS/2015

Objeto: estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de preços para compra de aparelhos de TV e fornecimento com instalação de condicionadores de ar tipo split.

Assinatura: 04/03/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 14.820,00 (Quatorze mil oitocentos e vinte reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/PMCS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2015  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
DETENTORA DA ATA: ADAGIL - MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES EIRELI  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/PMCS/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/PMCS/2015

Objeto: estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de preços para compra de aparelhos de TV e fornecimento com instalação de condicionadores de ar tipo split.

Assinatura: 04/03/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 97.185,00 (Noventa e sete mil cento e oitenta e cinco reais)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/PMCS/2015**

CONTRATO Nº: 08/PMCS/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/PMCS/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/PMCS/2015

Objeto: A contratação do serviço de banco de preços, conforme descrição de proposta anexada.

Assinatura: 25/02/2015

Vigência: Início: 25/02/2015 Término: 25/02/2016.

Valor: R\$ 5.990,00 (Cinco mil novecentos e noventa reais)

Dotação Orçamentária: 05.01.2.006.3.3.90.39.01(22).

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/PMCS/2015**

CONTRATO Nº: 09/PMCS/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: VIEIRA E MORO SERVIÇOS GERAIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/PMCS/2015

CONVITE Nº. 01/PMCS/2015

Objeto: a contratação de empresa para prestação de serviço de entrega de notificações, panfletos, informativos, folders e documentos correlatos, conforme necessidades das unidades administrativas da Prefeitura de Cocal do Sul, para o exercício de 2015.

Assinatura: 27/02/2015

Vigência: Início: 27/02/2015 Término: 31/12/2015

Valor: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.99(22).



# Concórdia

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015-FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2015 - FMAS

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviço de monitoramento eletrônico, no CRAS I, CRAS II, CREAS, Centros de Convivência dos Bairros Itaíba, Vista Alegre, Estados e Frei Lency, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e seu Almoxarifado, com recursos oriundos dos repasses Fundo a Fundo (Governo Federal), FNAS, PAIF, IGD/SUAS, IGD/PBF (Governo do Estado), FEAS/CREAS (Custeio) e próprios, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 23/03/2015.

Início da Sessão: dia 23/03/2015, às 08h e 30min, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 06 de março de 2015.

LAURI GARBOSSA

Gestor do FMAS

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2015 - PMC

Obras E Serviços De Engenharia

Objeto: a) Contratação de empresa do ramo de construção civil e/ou estruturas pré-moldadas de concreto, para construção de 3 (três) Galpões e estrutura para caixa d'água a ser executado em regime de empreitada global (material e mão de obra);

b) Contratação de empresa do ramo de construção civil e/ou irrigação e drenagem para construção de cisterna a ser executada em regime de empreitada global (material e mão de obra);

2.1.1. As obras deverão ser executadas no Parque de Exposições, neste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" e "E" deste Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 27/03/2015, ÀS 16h00min.

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 24/03/2015, às 16h00min.

O recebimento do Envelope 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 27/03/2015, às 16h00min.

Abertura: dia 30/03/2015, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 06 de março de 2015.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura

### ERRATA 001 DO EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS – OBRAS Nº 6/2015-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

ERRATA 001 DO EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS – OBRAS Nº 6/2015-PMC

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras torna pública a correção do edital de licitação Tomada de Preços nº 6/2015 PMC, cujo objeto é contratação de empresa do ramo de instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra), para execução de serviços especializados na manutenção do sistema de iluminação pública, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Onde lê-se: "INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 30/03/2015". Leia-se: "INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 27/03/2015". Onde lê-se: "INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 27/03/2015" Leia-se: "INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 30/03/2015"

Onde lê-se: "Abertura: dia 31/03/2015, às 16:00" Leia-se: "Abertura: dia 31/03/2015, às 14:00". A data da abertura dos envelopes fica marcada para a mesma data. Informações complementares: o Edital e alterações em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 6 de março de 2015.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

### EXTRATO 11º TA CONTRATO Nº 2/2013 -FMC

Contrato Nº : 2/2013

Aditivo Nº : 11 TA/2015

Tipo Aditivo : Supressão

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 1/2012

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para execução de obra de reforma e ampliação do antigo prédio do fórum da Comarca de Concórdia, visando à instalação do Centro Cultural de Concórdia, neste Município.

Vigência : Início: 06/03/2013 Término: 05/05/2015

Assinatura : 24/02/2015

Valor Suprimido R\$ : 13.912,26 (treze mil e novecentos e doze reais e vinte e seis centavos)

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 17/2014 -FMC**

Contrato Nº : 17/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2015

Tipo Aditivo : Supressão

Contratante : FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 5/2014

Objeto : Aquisição e instalação de equipamentos para rede lógica e monitoramento por imagem, para o Centro Cultural Concórdia, com recursos oriundos do repasse MINC/PRONAC - patrocinados pela Tractebel, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 08/12/2014 Término: 07/08/2016

Assinatura : 27/02/2015

Valor R\$: 1.342,00 (Um Mil e Trezentos e Quarenta e Dois Reais)

**EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 15/2014 -FMC**

Contrato Nº : 15/2014

Aditivo Nº : 2 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : PISOCENTER MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 4/2014

Objeto : Aquisição e instalação de climatizadores de ar novos, para o Centro Cultural Concórdia com recursos oriundos do convênio PRONAC 145.465 e conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do

Vigência : Início: 12/02/2015 Término: 27/05/2015

Assinatura : 12/02/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A SESSÃO DE ABERTURA DA PROPOSTA TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2015 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2015 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para execução de drenagem pluvial, a ser realizada nas Ruas 29 de Julho, Charruas, Tapes e Carajás, localizadas no Bairro Itaíba, com recursos oriundos do Convênio nº 789301/2013, através do Processo nº 2623.1007674-17/2013, celebrado com a Caixa Econômica Federal/ Ministério das Cidades e contrapartida municipal, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA A SESSÃO DE ABERTURA DA PROPOSTA**

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do certame as empresas: L B COMERCIO E SERVICOS LTDA, OLIVEIRA TERRAPLANAGENS LTDA ME, MARCOS AURELIO DE SOUSA -EIRELI-ME.. Aberta a sessão pública pelo Presidente em Exercício da Comissão, os Envelopes apresentados pelas licitantes foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro dos prazos fixados no Edital, com exceção da empresa OLIVEIRA TERRAPLANAGENS LTDA ME, que protocolou na data de 05/03/2015, às 16:15 horas. Desta forma restando DESQUALIFICADA para participação neste certame. Na sequência, o Presidente da Comissão solicitou que o representante

presente apresentasse a documentação comprobatória de posse de poderes para representar sua empresa. Assim o fez MARCOS AURELIO DE SOUSA - EIRELI-ME (Não se enquadra), representada pelo Sr. MARCO ANTONIO LUCAS. Em seguida, procedeu-se A abertura do Envelope nº 01 - Documentação de Habilitação, sendo que os documentos nele contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão e representante legal presente constatando-se que a licitante MARCOS AURELIO DE SOUSA - EIRELI-ME (Não se enquadra), deixou de apresentar a comprovação de inscrição junto ao MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA ou SICAF, e o mesmo ter protocolado o envelope 1 documentação, na data de 02/03/2015, às 16:25 horas, incorreu no descumprimento do item 1.2, do edital, restando desta forma, INABILITADA. A empresa L B COMERCIO E SERVICOS LTDA apresentou sua documentação de habilitação de acordo com os requisitos exigidos no Edital e sendo assim julgada HABILITADA. Em razão da ausência do representante legal das licitantes L B COMERCIO E SERVICOS LTDA, OLIVEIRA TERRAPLANAGENS LTDA ME, o Presidente em exercício da Comissão solicitou que fosse registrado o resumo do julgamento da fase de habilitação deste certame, sendo publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida intimação. Por fim, ressaltou que se não houver interposição de recursos, o proponente habilitado fica desde já convocado, a comparecer neste mesmo local, às 08:30 (oito horas e trinta minutos) do próximo dia 17 (dezessete) de março de 2015, para participar da sessão de abertura e julgamento de sua proposta de preços (Envelope 2) Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente ata aprovada e assinada pelo Presidente em exercício, membros da Comissão Permanente de Licitações e o representante legal presente

Concórdia, SC, 06 de março de 2015.

MAURO FRIGO

Presidente em Exercício da C.P.L

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 114/2015

DECRETO Nº 114/2015, DE 04 DE MARÇO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica demitida a partir de 07/03/2015, a Sra. FRANCIELI MARTINS, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### DECRETO N. 115/2015

DECRETO Nº 115/2015, DE 04 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e em especial ao disposto no Art. 16, da Lei Complementar 93/2013 e alterações,

#### DECRETA:

Art. 1º Concede progressão por Mérito na ordem de 1 % (um por cento), sobre o vencimento base do cargo efetivo, aos servidores público municipal, conforme Anexo único a este Decreto.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 04 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

#### ANEXO ÚNICO

SERVIDORES QUE SERÁ CONCEDIDO A PROGRESSÃO POR MÉRITO  
CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 93/2013

1. Adriana Favaretto
2. Aline Tecchio Borsoi
3. André Luiz Nassinger
4. Arlete Grolli
5. Diva Correa Figueiró
6. Eder Pizzatto
7. Ivete Atuati Piaia
8. Kátia Rosy Grando
9. Sandra Zardo Morescho
10. Simone Detofeno
11. Sonia Alberton Magioni
12. Sonia Fátima Cenci
13. Vania Pedersetti Graciani
14. Zenilda Malacarne Stakonski

### DECRETO N. 117/2015

DECRETO Nº 117/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015

"DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e em especial ao disposto no Art. 35, parágrafo I da Lei Complementar Nº 18/2011,

#### DECRETA:

Art. 1º Remove de ofício no interesse da Administração a partir desta data, a servidora municipal Sra. ISABEL CRISTINA TOZZO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social para a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 05 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

### LEI COMPLEMENTAR Nº 114/2015 - "INSTITUI PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL NO MUNICÍPIO"

LEI COMPLEMENTAR N. 114/2015

"Institui Programa de Recuperação Fiscal no Município e dá outras providências".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover programa de recuperação de crédito fiscal de Cordilheira Alta - PREFICA - cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2014, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, em cobrança judicial ou não, abrangendo todos os Tributos e outros créditos originários de prestação de serviço.

Art. 2º O ingresso no programa de que trata esta Lei Complementar, dar-se-á por opção do devedor, através de requerimento, dispensado do pagamento de taxa de protocolo, até a data de sessenta dias após a entrada em vigor da presente Lei Complementar.

Art. 3º O débito consolidado na forma desta Lei Complementar, atualizado monetariamente até a data da assinatura de adesão ao programa, será pago em cota única, com vencimento no dia da assinatura da adesão, autorizada a concessão de 50% (cinquenta por cento) de anistia sobre os encargos como multas, juros e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores.

Art. 4º A parcela do PREFICA não recolhida na data do acordo perderá o benefício concedido, restabelecendo-se o débito em sua totalidade, com todos os acréscimos legais calculados na forma da legislação aplicável.

Art. 5º O município promoverá ampla divulgação e publicidade desta Lei Complementar, ficando autorizada a contratação de meios de comunicação em caráter excepcional para a consecução do objeto deste artigo.

Art. 6º Para os débitos que estejam em fase de execução fiscal, o contribuinte que ingressar no Programa, deverá efetuar o pagamento das custas e despesas processuais decorrentes, honorários de sucumbência, calculados pelo Poder Judiciário, encaminhar o comprovante para o fisco municipal que pedirá a extinção do feito após a quitação de todos os débitos.

Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a permutar créditos tributários ou não, inscritos em dívida ativa ou não, em fase de cobrança judicial ou não, com os incentivos desta lei para aqueles vencidos até 31 de dezembro de 2014, desde que a proposta seja protocolada no prazo do artigo 2º desta Lei Complementar e façam parte da proposta todo e qualquer débito do contribuinte com o município até a data da efetivação do acordo.

Art. 8º Os débitos originários de serviços de hora máquina poderão ser enquadrados na Lei de Incentivos à Agricultura sendo que deverão ser quitados na forma proposta nesta Lei Complementar, cumpridas as exigências e requisitos previstos Lei específica.

Art. 9 A adesão ao PREFICA importa em renúncia a recursos administrativos e judiciais que visem reclamar presumíveis direitos dos contribuintes.

Art. 10 No caso de cobrança indevida de Tributos por parte do município, fica autorizada a compensação dos créditos dos contribuintes em tributos futuros e/ou outros serviços prestados pela municipalidade, calculando-se o valor do crédito atualizado pelo índice que corrige os tributos municipais, até as datas das compensações.

Art. 11 Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão utilizados recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 12 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 05 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2015 - "REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL"**

LEI COMPLEMENTAR N. 115/2015

"REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica sancionada e promulgada a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I**

#### **SEÇÃO I**

##### **DA NATUREZA E FINALIDADE**

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Cordilheira Alta, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, observado o disposto no art. 17, § 4º, da Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Art. 2º O Conselho Municipal de Assistência Social de Cordilheira Alta é vinculado à estrutura do órgão gestor da política de assistência social (Secretaria/Departamento Municipal de Assistência Social) que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições.

Parágrafo único. O Índice de Gestão Descentralizada do SUAS (IGDSUAS) instituído pela Lei nº 12.435/2011 e as Portarias nº 337/2011 e nº 07/2012, definem que no mínimo 3% dos recursos do IGDSUAS devem ser destinados ao Conselho de Assistência Social, preferencialmente por meio de dotação orçamentária própria e com planejamento da destinação dos recursos feito em conjunto com os membros do Conselho e aprovado por este.

Art. 3º O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle sobre a Política de Assistência Social, em âmbito municipal.

§1º As ações deliberativas/reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de resoluções, as ações da assistência social, contribuindo para a continuação do processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e da Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

§2º As ações de acompanhamento e avaliação devem ser direcionadas às atividades e aos serviços prestados pelas entidades e organizações de assistência social públicas e privadas, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social.

§3º O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da Política.

### **CAPÍTULO II**

#### **SEÇÃO I**

##### **DAS ATRIBUIÇÕES**

Art. 4º São atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS):



I - elaborar e aprovar seu regimento interno e o conjunto de normas administrativas definidos pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

II - aprovar a política municipal de assistência social, elaborada em consonância com a política nacional e estadual de assistência social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação;

III - convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas, constituir a comissão organizadora e o respectivo Regimento Interno;

IV - encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

V - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estaduais e Municipais;

VI - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, no âmbito do município, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

VII - aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) Recursos Humanos (NOB RH/SUAS);

VIII - zelar pela implementação do SUAS, buscando suas especificidades no âmbito das três esferas de governo e efetiva participação dos segmentos representativos dos Conselhos;

IX - aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

X - aprovar os critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XI - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios e serviços;

XII - inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como inscrever os programas, projetos e as ações da assistência social, no âmbito municipal;

XIII - informar ao CNAS sobre o cancelamento de inscrição das entidades e organizações de assistência social, a fim de que este adote as medidas cabíveis;

XIV - encaminhar a documentação ao gestor municipal das entidades e organizações de assistência social que compõem a rede socioassistencial no município para inclusão no Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009;

XIV - acompanhar o processo do pacto de gestão entre as esferas nacional, estadual, do Distrito Federal e municipal, efetivadas na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e Comissão Intergestores Bipartite (CIB), estabelecido na NOB/SUAS;

XV - divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;

XVI - estabelecer e fortalecer a interlocução com os demais Conselhos das políticas setoriais;

XVII - regulamentar a forma de concessão e valor para o pagamento dos Benefícios Eventuais.

XVIII - na falta de conselho municipal do idoso, estabelecer a forma de participação do idoso no custeio de entidade de longa permanência, observando-se o limite definido na Lei nº 10.741/2003 - Estatuto do Idoso;

XIX - acionar o Ministério Público como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

XX - publicar no respectivo meio de comunicação Oficial do Município, todas as suas deliberações.

## SEÇÃO II DO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º Para o exercício de suas atribuições, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) solicitará os seguintes documentos e informações:

I - da Secretaria Municipal de Assistência Social:

- a) a política municipal de assistência social;
- b) o plano municipal de assistência social;
- c) o plano de ação;
- d) a proposta orçamentária da assistência social para apreciação e aprovação;
- e) o plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), contendo ações, prazos e metas a serem executadas, articulando-se as ofertas da assistência social e as demais políticas pertinentes;
- f) o plano de aplicação do fundo municipal, balancete mensal e prestação de contas ao final do exercício;
- g) as informações relativas ao volume de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e do Fundo Estadual de Assistência Social, quando for o caso;
- h) as informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) às entidades e organizações de assistência social;
- i) a relação das contas correntes que compõem o respectivo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);
- j) os demonstrativos das contas bancárias sob gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);
- k) o relatório anual da gestão e demonstrativo sintético de execução física e financeira.

II - das entidades e organizações de assistência social:

- a) o estatuto social;
- b) o plano de trabalho;
- c) o relatório anual de execução; e
- d) os documentos contábeis.

III - do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS):

- a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembléia Geral, principalmente as atas;
- b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo CNAS.

IV - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS);

V - da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Além dos documentos elencados nos incisos de I a V, o CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas atribuições.

## SEÇÃO III DA COMPOSIÇÃO

Art. 6º O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) é composto de, no mínimo, 08 membros e respectivos suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I - Quatro representantes de entidades governamentais do Município e respectivos suplentes, da seguinte forma:

- a) dois da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) um da Secretaria Municipal de Educação;
- c) um da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

II - Quatro representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, eleitos em foro próprio, da seguinte forma:

- a) dois representantes dos usuários ou organizações de usuários da assistência social;
- b) um representantes de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS; e

c) um representantes de entidades de trabalhadores do setor.  
Parágrafo Único: No caso de não haver inicialmente representação de um dos segmentos do inciso II do presente artigo, a vaga poderá ser preenchida por um dos demais segmentos, conforme Regimento Interno.

Art. 7º Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política Municipal de Assistência Social, organizada nas seguintes formas:

I - grupos que têm como objetivo a luta por direitos, reconhecidos como legítimos;

II - movimentos sociais, as associações, fóruns, redes ou outras denominações, sob diferentes formas de constituição jurídica, política ou social.

Parágrafo único. Os movimentos sociais deverão comprovar sua existência de, no mínimo, dois anos, por meio de:

a) um instrumento de comunicação e informação de circulação regional;

b) relatório de atividades ou de reuniões do movimento; e

c) documento oficial de sua criação e existência.

Art. 8º Serão consideradas representações de usuários aqueles indivíduos e/ou grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo caracterizado seu protagonismo mediante participação efetiva nos Serviços socioassistenciais desenvolvidos pelo SUAS.

Art. 9º Serão consideradas entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

§1º As entidades e organizações de assistência social podem ser consideradas isoladas ou cumulativamente:

a) de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei n. 8.742 de 1993, e Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.

b) de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei n. 8.742 de 1993; e

c) de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei n. 8.742 de 1993.

§ 2º Na hipótese de atuação em mais de um município ou estado, as entidades e organizações de assistência social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo município que se pretende atingir, apresentando, para tanto, o plano ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades.

§ 3º Somente poderão executar serviços, programas e projetos de assistência social vinculados à rede socioassistencial que integra o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) as entidades e organizações inscritas de acordo com este artigo.

Art. 10 Serão consideradas entidades de trabalhadores do setor as associações de trabalhadores, sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos Estaduais de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social, na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos e no Sistema Único de Assistência Social, mediante os critérios estabelecidos no Regimento Interno do CMAS.

Art. 11 Os representantes do Governo de que trata o inciso I do art. 5º devem ser indicados e nomeados pelo respectivo Chefe do Poder Executivo.

Art. 12 A eleição do representante dos usuários da Política de Assistência Social de que trata o inciso I do art. 6º, será realizada em Fórum dos usuários dos Serviços das Proteções Sociais Básica e Especial, organizada e coordenada pelo Presidente do CMAS, amplamente divulgada nos serviços socioassistenciais.

Art. 13 A eleição da sociedade civil de que trata o inciso II do art. 6º ocorrerá em fórum próprio, coordenado pela sociedade civil e sob a supervisão do Ministério Público.

§ 1º Caberá a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social encaminhar ao órgão oficial do município responsável pelas publicações, a convocação dos fóruns de que trata os artigos 11 e 12, por meio de chamamento público em diário de grande circulação municipal.

§ 2º Após a escolha dos representantes dos usuários e da sociedade civil, a Presidência do CMAS encaminhará ao Chefe do Poder Executivo a nominata para a respectiva nomeação em forma de Decreto.

§ 3º O processo de eleição dos representantes dos usuários e da sociedade civil será fixado em regimento interno próprio para esta finalidade.

Art. 14 A função dos conselheiros do CMAS não será remunerada, mas considerada como de serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou grupos de trabalho e participação em atividades afins.

Parágrafo único. O ressarcimento de despesas e o adiantamento ou pagamento de diárias aos Conselheiros e pessoas a serviço do CMAS obedecerá às normas instituídas pelo Município aos servidores públicos em atos idênticos ou assemelhados.

Art. 15 Os conselheiros titulares e suplentes terão mandato de dois anos, permitida uma única recondução.

Art. 16 A participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não cabe nos Conselhos de Assistência Social, sob pena de incompatibilidade de poderes.

Art. 17 O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) será presidido por um de seus integrantes, eleito entre seus membros em reunião plenária, para mandato de um ano.

Art. 18 Junto ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) poderá atuar, com direito a voz, representante do Ministério Público, bem como representantes dos Conselhos Municipais afins e de todas as entidades da sociedade civil, inscritas no Conselho e representantes e ou organizações de usuários da assistência social.

Art. 19 Os membros referidos do art. 5º, incisos I e II, desta Lei poderão perder o mandato antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:

I - por falecimento;

II - por renúncia;

III - pela ausência, sem justificativa, em três reuniões consecutivas do conselho, ou cinco alternadas;

IV - pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro (a), por decisão da maioria dos membros do CMAS;

V - por requerimento da maioria simples dos usuários dos serviços socioassistenciais;

VI - por requerimento da entidade da sociedade civil, da qual o conselheiro representa; e

VII - por interesse do responsável do Chefe do Poder Executivo quando se tratar de conselheiro por ele indicado.

Parágrafo único. No caso de perda do mandato será designado novo conselheiro para a titularidade da função, respeitando as respectivas suplências de que trata o art. 5º, incisos I e II, da presente Lei.

#### SEÇÃO IV

##### DA ORGANIZAÇÃO

Art. 20 O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) compor-se-á dos seguintes órgãos:

I - Assembleia Geral;

II - Mesa Diretora;

III - Comissões; e

IV - Secretaria Executiva.

§ 1º A Assembleia Geral é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

§ 2º A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembleia Geral para mandato de um ano, permitida uma única recondução, é composta pelos seguintes cargos:

a) Presidente;

b) Vice-Presidente;

c) 1º Secretário; e

d) 2º Secretário.

§ 3º A composição da Mesa Diretora deverá obedecer aos princípios da paridade e da alternância governamental e sociedade civil, respeitadas as seguintes condições:

a) Quando houver vacância no cargo de presidente não poderá o/a vice-presidente assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição para finalizar o mandato, conforme previsão a constar no Regimento Interno do Conselho;

b) Sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora ou similar, seja ele representante de um órgão governamental ou de uma entidade da sociedade civil, caberá ao plenário do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, devendo essa situação e a forma de sucessão estar contempladas no Regimento Interno;

§ 4º As Comissões Temáticas serão criadas por resoluções, aprovadas em Assembleia Geral, conforme a necessidade da demanda, integradas por conselheiros (as) titulares e suplentes, sendo obrigatória a designação das seguintes Comissões:

a) de Normas, Regulamentos e Inscrições;

b) de Financiamento e Orçamento;

c) de Políticas; e

d) de Divulgação e Comunicação.

§ 5º O CMAS poderá instituir grupos de trabalho de caráter temporário, composto por conselheiros titulares e suplentes, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos,

podendo, inclusive, convidar para participar destes grupos de trabalho representantes de órgãos ou entidades públicas e privadas e de outros poderes, sem direito a voto.

§6º As ações de capacitação dos/as Conselheiros/as deverão ser programadas, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação, a ser previsto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

§7º A Secretaria Executiva, é o órgão de apoio técnico administrativo do Conselho, será composta de funcionário designado pelo gestor responsável pela execução da política municipal de assistência social e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo para o assessoramento do CMAS, cuja competência será definida em Regimento Interno.

§8º A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do CMAS para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações.

§9º A Secretaria Executiva subsidiará a Assembleia Geral com assessoria técnica e poderá se valer de consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para dar suporte e/ou prestar apoio técnico-logístico ao Conselho.

#### SEÇÃO V

##### DO FUNCIONAMENTO

Art. 21 A Assembleia Geral reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá, também, o quorum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões e para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 22 O CMAS tem autonomia de se auto convocar, devendo esta previsão constar do Regimento Interno, e suas reuniões serão abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas respeitando o mínimo, 10 (dez) dias.

Art. 23 A cada nova gestão será realizado o Planejamento Estratégico do CMAS, com o objetivo de definir metas, ações e estratégias e prazos, envolvendo todos (as) os(as) Conselheiros(as), titulares e suplentes, e a Secretaria Executiva.

#### CAPÍTULO III

##### DA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA E DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

Art. 24 A coordenação e execução da Política e do Plano Municipal de Assistência Social ficam a cargo da Secretaria responsável pela Assistência Social no Município, competindo-lhe:

I - coordenar e executar as ações no campo da assistência social;

II - elaborar o diagnóstico social e propor o plano de assistência social do Município;

III - propor ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) a política municipal de assistência social, suas normas gerais, bem como os critérios de prioridades e de elegibilidades, além de padrões de qualidade na prestação de benefícios, serviços, programas e projetos;

IV - elaborar a proposta orçamentária da assistência social, em conjunto com as demais áreas governamentais, especialmente a da seguridade social, encaminhando-a ao Chefe do Poder Executivo, depois de apreciada e aprovada pelo CMAS;

V - encaminhar para a apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), os relatórios trimestrais e anuais de atividade e de realização financeira dos recursos destinados à assistência social;

VI - prestar assessoramento técnico às entidades e organizações



de assistência social;

VII - formular política para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social;

VIII - coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro da rede socioassistencial Governamental e da sociedade civil do Município e encaminhar para o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009;

IX - articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde e previdência social, bem como os demais setores afins;

X - expedir atos normativos necessários à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), observadas as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);

XI - elaborar e submeter à deliberação do CMAS os planos anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

XII - envidar esforços para a garantia de apoio técnico ao Conselho Municipal de Assistência Social, bem como a órgãos municipais e entidades não-governamentais, no sentido de tornar efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS);

XIII - viabilizar o Sistema de Informações Sociais;

XIV - destinar recursos financeiros do município, a título de participação no custeio dos Benefícios Eventuais, estabelecidos pelo CMAS.

#### CAPÍTULO IV

#### DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 25 Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), instrumento de captação e aplicação de recursos e tem por objetivo proporcionar recursos e meios para financiar a execução da política de assistência social, apoiando serviços, programas, projetos e benefícios específicos de assistência social.

Art.26 No exercício da orientação e controle do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), o Conselho Municipal de Assistência Social adotará as seguintes medidas:

I - orientar, controlar e fiscalizar a gestão do Fundo Municipal, por meio de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária, que trata da destinação dos recursos; aos critérios de partilha; ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira;

II - certificar se a Secretaria Municipal de Assistência Social divulga amplamente, para a comunidade local, os benefícios, serviços, programas, projetos assistenciais, bem como os recursos disponibilizados pelo poder público;

III - assegurar que o orçamento do município disponibilize recursos próprios destinados à assistência social, alocados no Fundo Municipal, o que constitui condição para os repasses de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS);

IV - apreciar e aprovar a proposta de Lei Orçamentária Municipal, na Função - Assistência Social, por ocasião de sua apreciação, considerando os seguintes aspectos:

a) se contempla a apresentação dos programas e das ações, em coerência com o plano municipal de assistência social, de acordo com os níveis de complexidade dos serviços, programas, projetos e benefícios, alocando-os como sendo de proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade, de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);

b) se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não-governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados às atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor desta política;

V - decidir sobre a regularidade do plano de ação anual, indicando se está regular, autorizando o repasse de recursos do FNAS, ou

não regular, não autorizando referido repasse;

VI - analisar se foram cumpridas as metas físicas e financeiras constantes do plano de ação, mediante a emissão de parecer indicando se está regular, autorizando o repasse dos recursos do FNAS; ou não regular, não autorizando o repasse dos referidos recursos, fazendo-se constar, ainda, avaliação sobre os seguintes aspectos que envolvem o plano de ação, além de sugestões para melhoria do processo:

a) a análise da documentação recebida do órgão gestor da assistência social, bem como de sua capacidade de gestão;

b) relação com o plano municipal de assistência social;

c) a execução e a aplicação dos recursos financeiros recebidos na conta do respectivo fundo de assistência social;

d) regularização no alcance da previsão de atendimento;

e) a qualidade dos serviços prestados; e

f) articulação com as demais políticas sociais.

VII - verificar, mediante acesso à Rede de Sistema Único de Assistência Social (SUAS), se o plano de ação está em conformidade com o plano municipal de assistência social, aprovado pelo próprio Conselho;

VIII - analisar o plano de ação e verificar se as metas de atendimento de usuários estão de acordo com os dados da efetiva demanda local, para os serviços co-financiados pelos pisos de proteção social básica e de proteção social especial;

IX - convocar o Conselho para análise e deliberação das prestações de contas, do co-financiamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira do SUAS; X - certificar se o município recebe, com regularidade, recursos do FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social, e propor medidas saneadoras para solução do problema, previstas no Regime Interno;

XI - verificar as razões para os eventuais atrasos ou suspensão de repasse dos recursos às entidades de assistência social e propor medidas para solução do problema, previsto no Regime Interno;

Art. 27 Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS):

I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social e outros legalmente instituídos;

II - dotação consignada anualmente no Orçamento do Município e os outros recursos adicionais que lhe sejam destinados;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências por força da lei e de convênios;

VI - recursos de convênios firmados com outras entidades;

VII - percentual de cinco por cento da receita líquida advinda da exploração de jogos e loterias municipais e ingressos para espetáculos e eventos realizados em locais públicos;

VIII - doações em espécies;

IX - recursos captados junto a organismos internacionais, para projetos autofinanciáveis e de interesse estratégico, visando a ampliação, cobertura e melhoria da qualidade de atendimento;

X - rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras; e

XI - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º Os recursos previstos nos incisos I a XI do presente artigo serão automaticamente transferidos para a conta do FMAS, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º Os recursos que compõem o FMAS serão depositados em instituições financeiras oficiais, em contas especiais, sob a denominação - Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS).



Art. 28 O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social e pela Política Municipal, sob orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Parágrafo único. O orçamento do FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 29 Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) serão aplicados em:

- I - financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social ou por órgãos conveniados;
- II - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado, para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;
- III - aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;
- IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;
- V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;
- VI - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;
- VII - pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Orgânica de Assistência Social;
- VIII - atendimento das ações sócioassistenciais de caráter emergencial;
- IX - provimento de recursos às entidades não-governamentais vinculadas aos objetivos da Política Municipal de Assistência Social e inscritas no CMAS competente, conforme disposto na Lei Orgânica de Assistência Social; e
- X - custeio das despesas dos Conselheiros em representações e ou participações em seminários, cursos e eventos e outros relevantes à consecução da Política Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Incluem-se neste artigo os recursos necessários ao atendimento de situações de vulnerabilidade, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e os casos de calamidade pública, conforme disposto no art. 22 e parágrafos da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Art. 30 O repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As transferências de recursos para organizações governamentais e da sociedade civil de assistência social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 31 As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), mensal e anualmente, de forma analítica que, por sua vez, se manifestará sobre a sua aprovação.

§ 1º O FMAS deverá ter contabilidade própria capaz de tornar evidente suas operações e permitir o exercício das funções de controle e avaliação de resultados.

§ 2º A escrituração contábil do FMAS far-se-á com base em documentos hábeis, segundo normas e padrões estabelecidos na legislação pertinente, com elaboração de balancetes mensais e balanços anuais.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32 Cumpre ao Poder Executivo Municipal prover a infraestrutura necessária para o funcionamento do CMAS, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros.

Art. 33 Será emitido certificado a todos os Conselheiros regularmente nomeados, no ato de sua posse e ao término do respectivo mandato, em reconhecimento aos serviços de relevante interesse público e social prestados.

§1º Os Conselheiros admitidos anteriormente a esta Lei e que se encontram ativos quando da publicação desta, deverão receber o certificado ao término do seu mandato.

§2º Será expedido pelo CMAS aos interessados, quando requerido, certificado de participação nas Comissões Temáticas e nos Grupos de Trabalho.

Art. 34 Poderão ser convidados a participar das reuniões do CMAS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários que da pauta constar temas de sua área de atuação e ou de seu interesse.

Art. 35 O CMAS deverá estar atento à interface das políticas sociais, de forma a propiciar significativos avanços, tais como:

- I - ampliação do universo de atenção para os segmentos excluídos e vulnerabilizados;
- II - demanda e execução de ações próprias focadas nos destinatários em articulação com outras políticas públicas;
- III - articulação das ações e otimização dos recursos, evitando-se a superposição de ações e facilitando a interlocução com a sociedade;
- IV - racionalização dos eventos do CMAS, de maneira a garantir a participação dos(as) Conselheiros(as), principalmente daqueles(as) que fazem parte de outros Conselhos; e
- V - garantia da construção da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 36 As Assembleias Gerais do CMAS são abertas à participação de todos os cidadãos.

Art. 37 O Regimento Interno do CMAS complementarà a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei para seus integrantes e estabelecerá as normas de funcionamento do CMAS, devendo ser submetido à Assembleia Geral que será especialmente convocada para este fim, submetendo-o ao Chefe do Poder Executivo para homologação mediante Decreto.

Parágrafo único. Qualquer alteração posterior ao Regimento Interno dependerá da deliberação de dois terços dos membros do CMAS e homologação, por Decreto, do Chefe do Poder Executivo.

Art. 38 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis Municipais nº 198/1996 e nº 218/1997.

Cordilheira Alta, SC, 05 de março de 2015.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

**LEI Nº 1135/2015 - "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO REALIZAR DESPESAS AO DIA DA MULHER"**

LEI N. 1135/2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR DESPESAS COM A PROGRAMAÇÃO ALUSIVA AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em especial aos dispositivos da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Face ao Programa "ARTE DE SER MULHER", fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar as despesas da Programação alusiva ao Dia Internacional da Mulher - dia 07 de março de 2015 - nos termos do anexo desta lei, bem como previsão de despesas para a efetivação do mesmo.

Art. 2º Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão utilizados recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 05 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

**ANEXO I  
DISCRIMINATIVO COM ESTIMATIVA DE GASTOS**

ITEM	DISCRIMINATIVO	VALOR ESTIMADO
01	Ornamentação do local do evento	R\$ 2.190,00
02	Banner para divulgação do evento	R\$ 395,00
03	Lanches, sobremesas e utensílios	R\$ 1.479,72
04	Transporte dos participantes (ida e volta)	R\$ 836,00
05	Presentes (sombinhas em alumínio – 400 un.)	R\$ 6.400,00
06	Sistemas de som	R\$ 850,00
07	Palestrante/Animador (João Kuiudo)	R\$ 6.000,00
	VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 18.150,72

Cordilheira Alta, SC, 05 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 1136/2015 - " APROVA DESMEMBRAMENTO VALLANI"**

LEI Nº 1136/2015

"APROVA O DESMEMBRAMENTO EM TRÊS UNIDADES DO IMÓVEL MATRICULADO NO CRI SOB O N. 108.722, COM ÁREA DE 3.664,00m², LOTE N. 41, QUADRA N. 20, DISTRITO DE FERNANDO MACHADO, NESTE MUNICÍPIO, NA FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Desmembramento do Lote Urbano n. 41, da Quadra n. 20, situado no Distrito de Fernando Machado, Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, com área de 3.664,00m² (três mil seiscentos e sessenta e quatro metros quadrados), em três novas áreas, conforme indica o Art.2º.

§ 1º O imóvel referido no caput deste artigo encontra-se matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó/SC, sob n. 108.722, possuindo os seguintes limites e confrontações: ao Norte, com o lote n. 45, matriculado no CRI sob o n. 31.267, em 91,60 metros; ao Sul, com a Rua "Sem Nome", em 91,60 metros; ao Leste, com a Rua 7 de Setembro, em 40,00 metros; ao Oeste, com área de APP do Lageado e imóvel matriculado no CRI n. 7.785, em 40,00 metros.

§ 2º A propriedade do imóvel indicado no parágrafo anterior é titularizada pelo Sr. Edgar Villani, Sra. Marcia Schaus Villani e Sra. Ediléia Villani.

Art. 2º As áreas desmembradas passam a possuir seguintes características:

§ 1º Lote n. 41 - ao Norte, com parte do lote n. 42, na extensão de 29,00 metros; ao Sul, com a Rua "Sem Nome", na extensão de 29,00 metros; ao Leste, com a Rua 7 de Setembro, na extensão de 20,00 metros; ao Oeste, com parte do lote n. 46, na extensão de 20,00 metros, perfazendo um total de 580,00 m² (quinhentos e oitenta metros quadrados).

§ 2º Lote nº 41A - ao Norte, com parte do lote n. 45, matriculado no CRI sob o n. 31.267, na extensão de 45,00 metros; ao Sul, com o lote n. 41 e parte do lote n. 46, na extensão de 29,00 metros; ao Leste, com a Rua 7 de Setembro, na extensão de 20,00 metros; e ao Oeste, com parte do lote n. 46, na extensão de 20,00 metros, perfazendo um total de 900,00 m² (novecentos metros quadrados).

§ 3º Lote nº 41B - ao Norte, com parte do lote n. 45, matriculado no CRI sob o n. 31.267, na extensão de 46,60 metros, e com parte do lote n. 42, na extensão de 16,00 metros; ao Sul, com a Rua "Sem Nome", na extensão de 62,60 metros; ao Leste, com o lote n. 41 e com o lote n. 42, na extensão de 20,00 metros; e ao Oeste, com área de APP do Lageado e imóvel matriculado no CRI n. 7.785, na extensão de 40,00 metros, perfazendo um total de 2.184,00 m² (dois mil cento e oitenta e quatro metros quadrados).

Art. 3º Os proprietários dos Imóveis apresentarão à Prefeitura Municipal, a certidão de inteiro teor da matrícula relativa ao desmembramento ora aprovado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 05 de março de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº 05 A 15/2015**

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

2º TERMO ADITIVO Nº 05/2015 AO CONTRATO Nº 85/2014

Contratado: Construtora Guilherme Arthur Ltda ME

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO do Contrato nº 85/2014, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 30/04/2015, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 30/04/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

5º TERMO ADITIVO Nº 06/2015 AO CONTRATO Nº 137/2013

Contratado: AZEVEDO PROJETO E CONSTRUÇÃO LTDA ME

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA do Contrato nº 137/2013, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 30/04/2015, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 30/04/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

3º TERMO ADITIVO Nº 07/2015 AO CONTRATO Nº 144/2013

Contratado: INSTITUTO DE ENSINO TEOLÓGICO CRISTÃO - IE-TEC

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA do Contrato nº 144/2013, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31/03/2015, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 31/03/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

5º TERMO ADITIVO Nº 08/2015 AO CONTRATO Nº 128/2013

Contratado: BRITTER RODOVIAS LTDA

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES do Contrato nº 128/2013, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 30/04/2015, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 30/04/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

2º TERMO ADITIVO Nº 09/2015 AO CONTRATO Nº 61/2014

Contratado: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES do Contrato nº 61/2014, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31/07/2015, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 31/07/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

2º TERMO ADITIVO Nº 10/2015 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 46/2013

Contratado: QUALILAB LABORATÓRIO LTDA

Objeto: Fica alterada a Sub-Cláusula Décima Segunda - Dos Prazos e Suas Prorrogações do Termo de Credenciamento nº 46/2013, prorrogando-se o termo final de vigência para 28/02/2016, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 28/02/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

2º TERMO ADITIVO Nº 11/2015 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 45/2013

Contratado: ADALBERTO CIARINI ME

Objeto: Fica alterada a Sub-Cláusula Décima Segunda - Dos Prazos

e Suas Prorrogações do Termo de Credenciamento nº 45/2013, prorrogando-se o termo final de vigência para 28/02/2016, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 28/02/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

2º TERMO ADITIVO Nº 12/2015 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 44/2013

Contratado: FABIO DA ROSA RAMINELLI ME

Objeto: Fica alterada a Sub-Cláusula Décima Segunda - Dos Prazos e Suas Prorrogações do Termo de Credenciamento nº 44/2013, prorrogando-se o termo final de vigência para 28/02/2016, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 28/02/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 13/2015 AO CONTRATO Nº 11/2015

Contratado: Jean Carlos Ferrari Eireli - ME

Objeto: Fica aditada na Cláusula Quarta do contrato 11/2015, o valor de R\$ 937,50 (Novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Vigência: 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 14/2015 AO CONTRATO Nº 03/2015

Contratado: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES do Contrato nº 03/2015, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 05/05/2015, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações

Vigência: 05/05/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 15/2015 AO CONTRATO Nº 02/2015

Contratado: LEANDRO PAGLIARI ME

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO do Contrato nº 02/2015, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 20/04/2015, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações.

Vigência: 20/04/2015

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 054, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 054, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Edirleia Santetti para o respectivo Cargo de Provimento em Comissão de Assessora de Secretaria, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, conforme Lei Complementar Municipal 34/2013, de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 03 de março de 2015.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 055, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 055, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor Leocir Basi para o respectivo Cargo de Provimento em Comissão de Diretor Geral de Agricultura e Meio Ambiente, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, conforme Lei Complementar Municipal 34/2013, de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 03 de março de 2015.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº. 053, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 053, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO- CMDI A PARTICIPAR DA III CONFERÊNCIA REGIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo item VI e XL do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/1994, RESOLVE:

CONSIDERANDO a Resolução 001/2015 e Ata nº 01/2015, na qual o Conselho Municipal do Idoso - CMDI do Município de Coronel Martins-SC, em reunião realizada em 19/02/2015, aprova participação deste Conselho na III Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa de Santa Catarina, juntamente com demais Municípios da AMNOROESTE;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Conselho Municipal do Idoso - CMDI do Município de Coronel Martins- SC a participar da III Conferência Regional da Pessoa Idosa de Santa Catarina tendo como tema: "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de todas as Idades", a ser realizada em parceria com Municípios da AMNOROESTE em São Lourenço do Oeste- SC no dia 24 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3 Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 03 de março de 2015.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº. 056, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 056, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA SERVIDOR PÚBLICO A CONDUIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 94 da Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

#### AUTORIZAR:

Art. 1º O Servidor Público Municipal, a baixo nominado, a conduzir os veículos da frota Municipal, quando a serviço do Poder Executivo.

NOME DO SERVIDOR	CARGO
LEOCIR BASI	Diretor Geral de Agricultura e Meio Ambiente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
03 de março de 2015.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal



Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Chefe de Gabinete

### **ERRATA AO DECRETO Nº. 052, DE 03 DE MARÇO DE 2015.**

ERRATA AO DECRETO Nº. 052, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

A presente Errata consiste na Alteração no teor do Decreto 052, de 03 de março de 2015, o qual possui erro no mês de referência, onde lê-se:

DECRETO Nº. 052 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

Leia-se:  
DECRETO Nº. 052 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 05 de março de 2015.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº. 039, DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 039, DE 02 DE MARÇO DE 2015.  
DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS COMO ORDENADORES PRIMÁRIOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994; RESOLVE;

#### **DESIGNAR:**

Art. 1º Designa os servidores abaixo relacionados como Ordenadores Primários das Despesas do Município de Coronel Martins SC, os quais ficam autorizados a responder por pagamentos, com efeitos retroativos a partir de 06 de janeiro de 2015.

Servidor	Cargo	Órgão
Fabiane Knispel Burato	Secretária de Saúde	Funsau
Ederson da Silva Prado	Contador Geral	Contabilidade e demais fundos especiais municipais

Parágrafo único: Quando das ausências temporárias do Prefeito Municipal, ainda que não impliquem na transmissão do cargo, o Vice-Prefeito fica designado como ordenador primário das despesas da Administração Pública.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº. 109 de 02 de julho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
02 de março de 2015.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO  
Chefe de Gabinete

## **Correia Pinto**

### **PREFEITURA**

### **PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 09/2015 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PREGÃO PRESENCIAL 09/2015 - PREFEITURA  
SEGUNDA CHAMADA

Objeto: TRANSPORTE DIÁRIO, DE ÔNIBUS, PARA PROFESSORES - LINHA BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA. TOTAL DE KILOMETRAGEM - 25 KM POR PERCURSO, VEZES 4 PERCURSOS POR DIA, VEZES 22 DIAS POR MÊS = 2.200 KM POR MÊS, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL. Tipo: Menor preço GLOBAL. Abertura dos envelopes: 19/03/2014 às 14:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 09 de março de 2015.  
VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES  
Pregoeiro Municipal

# Corupá

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 862/15

DECRETO Nº 862/15

AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CORUPAENSE DOS ARTESÃOS - ACART, A FAZER USO DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o uso do espaço público da Praça Artur Müller, no dia 07 de março de 2015, das 08 às 17 horas, para a realização de feira, tendo como responsável a Associação Corupaense dos Artesãos - ACART.

Art. 2º - Toda a limpeza (principalmente dos banheiros), segurança, zelo e integridade do patrimônio público, relativamente ao local da realização do evento, fica sob inteira responsabilidade da Associação Corupaense dos Artesãos - ACART.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
05 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### DECRETO Nº 863/15

DECRETO Nº 863/15

AUTORIZA A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTA DE JARAGUÁ DO SUL - CDL, A FAZER USO DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o uso do espaço público da Praça Artur Müller, no dia 07 de março de 2015, das 09 às 13 horas, para a realização ações gratuitas voltadas à comunidade, tais como distribuição de pipoca, pintura facial, entre outras, tendo como responsável a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTA DE JARAGUÁ DO SUL - CDL.

Art. 2º - Toda a limpeza (principalmente dos banheiros), segurança, zelo e integridade do patrimônio público, relativamente ao local da realização do evento, fica sob inteira responsabilidade da CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTA DE JARAGUÁ DO SUL - CDL.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
05 de março de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### DECRETO Nº. 842/2015

DECRETO Nº. 842/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal em Exercício de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 31.249,80 (trinta e um mil e duzentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.1005		Constr., Ampl. E Melhoria das Unidades de Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00	0.3.00.58	Aplicações Diretas	31.249,80
		TOTAL	31.249,80

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2014, fonte 03.00.58 - salário educação no valor de R\$ 31.249,80 (trinta e um mil e duzentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
12 de janeiro de 2015.

LORIANO ROGÉRIO COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta

Secretaria de Administração e Fazenda aos doze dias do mês de janeiro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### DECRETO Nº. 846/2015

DECRETO Nº. 846/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 30.678,21 (trinta mil e seiscentos e setenta e oito reais e vinte e um centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infra Estrutura	
07.002		Divisão de Serviços Públicos	
006.181.0040.2016		Trânsito Municipal e Convênio SSP	
3.3.90.00.00.00.00	0.3.00.55	Aplicações Diretas	7.256,17
3.3.90.00.00.00.00	0.3.00.54	Aplicações Diretas	16.246,71
3.3.90.00.00.00.00	0.3.00.56	Aplicações Diretas	7.175,33
		TOTAL	31.249,80

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2014, fonte 03.00.54 - Convênio Trânsito-Militar no valor de R\$ 16.246,71 (dezesesseis mil e duzentos e quarenta e seis reais e setenta e um centavos), fonte 03.00.55 - Convênio Trânsito-Civil no valor de R\$ 7.256,17 (sete mil e duzentos e cinquenta e seis reais e dezessete centavos) e fonte 03.00.56 - Convênio Trânsito-Prefeitura no valor de R\$ 7.175,33 (sete mil e cento e setenta e cinco reais e trinta e três centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
30 de janeiro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos trinta dias do mês de janeiro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### DECRETO Nº. 838/2015

DECRETO Nº. 838/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal em exercício de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 74.000,00( setenta e quatro mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.50.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
08.000	0.1.02.00	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	21.000,00
08.001	0.1.01.00	Divisão de Educação	53.000,00
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.50.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
		TOTAL	74.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	21.000,00
08.000		Secretaria Municipal de Educação e Cultura	
08.001	0.1.01.00	Divisão de Educação	53.000,00
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
		TOTAL	74.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
05 de janeiro de 2015.

LORIANO ROGÉRIO DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos cinco dias do mês de

janeiro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### DECRETO Nº. 840/2015

DECRETO Nº. 840/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal em exercício de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 15.000,00( quinze mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.50.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	15.000,00
		TOTAL	15.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas	15.000,00
		TOTAL	15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
12 de janeiro de 2015.

LORIANO ROGÉRIO DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos doze dias do mês de janeiro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

### DECRETO Nº. 845/2015

DECRETO Nº. 845/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 4.932,00( quatro mil e novecentos e trinta e dois reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2039		Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal	
3.3.93.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	4.932,00
		TOTAL	4.932,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2039		Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal	
3.1.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	2.729,00
3.3.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	1.469,00
4.4.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	734,00
		TOTAL	4.932,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
30 de janeiro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos trinta dias do mês de janeiro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.



**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 055/14**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 055/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.620.927/0001-12 e Inscrição Estadual nº 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, bairro Figueirinha - CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIABILIZAR A EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, EM REGIME DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, TERRAPLANAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DAS RUAS ERVINO EMÍLIO MOREIRA, 21 DE ABRIL, WERNER WEBER E MARECHAL CASTELO BRANCO (COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS), ABRANGENDO UMA EXTENSÃO DE 1.212,04 METROS, NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO.**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO**

Conforme disposto na Cláusula Décima Sexta do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 08 de Agosto de 2014 até 10 de Outubro de 2015.

Data da Assinatura: 08/08/2014

Data da Vigência: 10/10/2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 100/14**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 100/14

MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

A empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.620.927/0001-12 e Inscrição Estadual nº 253.992.443, estabelecida na Rua Anélio Niccocelli, 1720, bairro Figueirinha - CEP 89270-000, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA VIABILIZAR A EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, EM REGIME DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, TERRAPLANAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DA RUA 156 - GUILHERME HAUFFE DO BAIRRO ANO BOM (COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS) NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS E DEMAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE PROCESSO.**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO**

Conforme disposto na Cláusula Décima Primeira do Contrato original, prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato pelo período de 16 de Dezembro de 2014 até 03 de Maio de 2016.

Data da Assinatura: 16/12/2014

Data da Vigência: 03/05/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

**Curitibanos****PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 4/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 4/2015

Aos seis dias do mês de Março de 2015, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Presidente do Fundo Municipal de Assistência Social, João Carlos Martins dos Santos, doravante denominado simplesmente de FUNDO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 4/2015, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto da presente Ata é AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOTECA E BRINQUEDOS COMPLEMENTARES PARA UTILIZAÇÃO DOS USUÁRIOS E DA EQUIPE DE REFERENCIA DO CRAS E CREAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS**

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR**

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

##### I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

- a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.
- b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

##### II. Por iniciativa do fornecedor:

- a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 06 de Março de 2015.

João Carlos Martins dos Santos

Presidente do Fundo

Representante Empresa detentora dos preços registrados

## REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2015

### REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2015

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA MANUTENÇÃO DAS PONTES, PARA O ANO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 20/03/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 18:00 horas do dia 20/03/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 06 de Março de 2015.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

## Dionísio Cerqueira

### PREFEITURA

#### LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
AVISO DE LICITAÇÃO.

A prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica os interessados que se encontra aberta a Licitação Tipo Concorrência Pública nº 028/2015, Processo 028/2015, Objeto: Doação com encargos com cláusulas de reversão de área de terra na área Empresarial Deonelo Luciano Colombo conforme lei Municipal nº 3.146 de 10 de maio de 2015 - Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 09/04/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.413,.

Dionísio. Cerqueira, 06/03/2015.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
AVISO DE LICITAÇÃO.

A prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica os interessados que se encontra aberta a Licitação Tipo Tomada de Preço nº 027/2015, Processo 027/2015, Objeto: Cobertura de quadra poliesportiva segundo modelo padrão FNDE.- Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 26/03/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto. de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.413,.

Dionísio. Cerqueira, 06/03/2015.

Altair Rittes

Prefeito Municipal

## Doutor Pedrinho

### PREFEITURA

#### REPUBLICAÇÃO - CONTRATO Nº 12/2015.

\*REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO NO TEXTO.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2015

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE inscrito no CNPJ sob nº 11.257.200/0001-40, Rua Brasília, 02, Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada pela SECRETÁRIA DE SAÚDE, KARIM DENISE VIVIANI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.157.032/0001-22, situado à ESTRADA BOA ESPERANÇA, nº 1918, cidade de Rio do Sul, SC neste ato representado pelo Sr. RAMON FRANCISCO ANDRADE, CPF sob nº 057.713.349-79, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 003/2015, Homologado em 19022015, e disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93, do Decreto Municipal nº 15/2007, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DE USO NAS UNIDADES DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO, conforme características e quantidades assim especificadas:

METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
003	100,00000	GA-LAO	4,2500	425,00	ÁGUA DEIONIZADA 5000ML
Marca: 0001 Caithec					
004	15.000,00000	UNID	0,0390	585,00	AGULHA DESC 13X4,5
Marca: 0001 Solidor					
008	1.500,00000	UNID	0,0460	69,00	AGULHA DESC 25 X 7
Marca: 0001 Solidor					
009	1.000,00000	UNID	0,0460	46,00	AGULHAS DESCARTÁVEIS 25X8.
Marca: 0001 Solidor					
010	2.000,00000	UNID	0,0460	92,00	AGULHA DESC 30 X 8
Marca: 0001 Solidor					
013	300,00000	ROLO	6,7900	2.037,00	ALGODÃO HIDROFILO 1000GRS.
Marca: 0001 Algobom					
017	3.500,00000	UNID	0,2090	731,50	ATADURA DE CREPOM, 13 FIOS CM², MEDINDO 10CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRIMENTO E DE-MAIS CARACTERISTICAS MÍNIMAS CONTIDAS NO EDITAL.
Marca: 0001 Biotextil					

019	5.000,00000	UNID	0,3090	1.545,00	ATADURA CREPOM 15CM
Marca: 0001 Biotextil					
020	5.000,00000	UNID	0,4190	2.095,00	ATADURA DE CREPOM, 13 FIOS CM², MEDINDO 20CM DE LARGURA COM 1,80 MEROS DE COMPRIMENTO E DEMAIS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS CONTIDAS NO EDITAL.
Marca: 0001 Biotextil					
021	120,00000	ROLO	2,6300	315,60	ATADURA RAYON 7,5 X 5m
Marca: 0001 Polar Fix					
028	1.000,00000	PACOTE	7,9400	7.940,00	COMPRESSA GAZE HIDRÓFILA, MEDINDO 7,5 CM X 7,5 CM DOBRADA. E DEMAIS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DO EDITAL.
Marca: 0001 Hospitex					
030	15,00000	CAIXA	9,2000	138,00	STOPPER ADESIVO C/500 BEGE
Marca: 0001 Ciex					
036	1.000,00000	UNID	0,9090	909,00	EQUIPO MACRO GOTAS PARA INFUSÕES DE SOLUÇÕES PARENTAIS..... E DEMAIS CARACTER. MÍNIMAS CONTIDAS NO EDITAL.
Marca: 0001 TKL					
039	40,00000	ROLO	3,6700	146,80	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL 10 X 4,5 C/C
Marca: 0001 Missner					
042	500,00000	UNID	0,7590	379,50	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL MEDIO LUBRIFICADO, ESTERIL, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRURGICO.
Marca: 0001 Adlin					
044	100,00000	ROLO	1,5500	155,00	FITA ADESIVA 16 X 50
Marca: 0001 Ciex					
045	50,00000	ROLO	2,4200	121,00	FITA PARA AUTOCLAVE
Marca: 0001 Ciex					
046	30,00000	FRASCO	3,1200	93,60	FIXADOR CITOLOGICO SPRAY com 30 ml
Marca: 0001 Adlin					

049	100,00000	UNID	17,1000	1.710,00	GAZE EM ROLO, TIPO QUEIJO, MEDINDO 91 CM X 91M, COM 13 FIOS POR CM², NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO, 04 DOBRAS, 08 CAMADAS, MASSA POR UNIDADE PESO 1.987 KG COM VARIAÇÃO DE 5% ISENTO DE EMBALAGEM, COM TRAMA FECHADA, TEXTURA UNIFORME, ADEQUADA, ALVEJADA E HIDROFILIZADA, ISENTA DE RESÍDUOS...
Marca: 0001 Biotextil					
064	200,00000	UNID	0,1360	27,20	DISPOSITIVO PARA PUNÇÃO VENOSA, Nº 19, CURTA DURAÇÃO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL E DEMAIS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DO EDITAL.
Marca: 0001 Lamedid					
065	300,00000	UNID	0,1360	40,80	DISPOSITIVO PARA PUNÇÃO VENOSA, Nº 23, CURTA DURAÇÃO, DESCARTÁVEL, ESTERIL E DEMAIS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS CONTIDAS NO EDITAL.
Marca: 0001 Lamedid					
066	200,00000	UNID	0,1360	27,20	DISPOSITIVO PARA PUNÇÃO VENOSA, Nº 25, CURTA DURAÇÃO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, E DEMAIS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS CONTIDAS NO EDITAL.
Marca: 0001 Lamedid					
067	200,00000	UNID	0,1360	27,20	DISPOSITIVO PARA PUNÇÃO VENOSA, Nº 27, CURTA DURAÇÃO, DESCARTÁVEL, ESTERIL, E DEMAIS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS CONTIDAS NO EDITAL.
Marca: 0001 Lamedid					
068	2.000,00000	UNID	0,1860	372,00	SERINGA 10ML SEM AGULHA.
Marca: 0001 Embramac					
069	800,00000	UNID	0,2290	183,20	SERINGA 20ML SEM AGULHA.
Marca: 0001 Embramac					
070	3.000,00000	UNID	0,0750	225,00	SERINGA 3ML SEM AGULHA.
Marca: 0001 Embramac					
072	15.000,00000	UNID	0,1790	2.685,00	SERINGA DESC. P/ INSULINA 01CC ULTRA FINE C/AG.8MM X 0,3MM/30G
Marca: 0001 Solidor					
073	10,00000	UNID	2,8800	28,80	SONDA ENDOTRAQUEAL DESC. C/B. Nº 7.0
Marca: 0001 Solidor					



074	10,00000	UNID	2,8800	28,80	SONDA ENDOTRAQUEAL DESC. C/B. Nº 7.5
Marca: 0001 Solidor					
081	1.000,00000	UNID	1,9490	1.949,00	SORO FISIOLÓGICO 250ML SIST. FECH. BOLSA
Marca: 0001 Equiplex					
082	500,00000	UNID	2,3300	1.165,00	SORO FISIOLÓGICO 500ML SIST. FECH. BOLSA
Marca: 0001 Eurofarma					
084	800,00000	UNID	2,5300	2.024,00	SORO GLICOFISIOLO- GICO 500ML SIST.FECH. BOLSA
Marca: 0001 Eurofarma					
085	500,00000	FRAS- CO	3,9800	1.990,00	SORO GLICOFISIOLOGI- CO 1000ML SIST.FECH. BOLSA
Marca: 0001 Eurofarma					
091	25,00000	ROLO	27,6300	690,75	PAPEL GRAU CIRURGICO 15 X 100mt
Marca: 0001 Esterilcare					
093	25,00000	ROLO	14,9900	374,75	PAPEL GRAU CIRURGICO 10 X 100mt
Marca: 0001 Esterilcare					
Total METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA 31.372,70 Julgamento: MEN. PREÇO					

1.2 - O Edital e a Proposta de Preços vencedora da Licitação nº 003/2015 vincula-se ao presente contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - A despesa decorrente deste contrato correrá à conta do Orçamento-Programa anual do MUNICÍPIO, observado a seguinte Código Dotação / Descrição:

Código Dotação / Descrição:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
0601- FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
2024 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
33903036 - MATERIAL HOSPITALAR  
1020000 - REC. DE IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP-SAÚDE

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O valor total deste contrato é de R\$ 31.372,70 (trinta e um mil, trezentos e setenta e dois reais e setenta centavos).

§ 1º - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95, porém o preço do objeto contratado poderá sofrer "revisão de preços" para mais ou para menos (conforme art. 37, XXI, da CF e art. 65, II, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo ao contrato, sempre que for demonstrada a ocorrência de aumento dos insumos ou preços das distribuidoras que afetem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. O pedido de revisão deverá ser instruído com comprovante dos fatos que dão ensejo a alteração pretendida, e esta somente poderá ser feita após análise dos elementos apresentados e da comparação do preço base de mercado com o preço final a ser praticado (o qual não poderá ultrapassar o preço praticado na praça pela concorrência).

§ 2º - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos,

taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

§ 3º - O pagamento será efetuado até o 15º dia do mês subsequente ao da entrega dos produtos licitados, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aceita pelo MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1 - A entrega do objeto contratado, após efetuada sua solicitação, deverá ocorrer em até 07 (sete) dias úteis, nas condições estipuladas no presente contrato, no edital e seus anexos.

4.2 - Os equipamentos/materiais médico-hospitalares, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua Santa Catarina, 93, Centro, Município de Doutor Pedrinho, SC, em dias úteis e no horário de expediente.

4.3 - No ato da entrega dos equipamentos/materiais médico-hospitalares, a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal/fatura que estará submetida à aprovação e liquidação, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Pregão Presencial e neste Contrato.

4.4 - Os equipamentos/materiais médico-hospitalares que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à CONTRATADA, sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO.

4.5 - Se as substituições dos equipamentos/materiais médico-hospitalares rejeitados não forem realizadas no prazo estipulado, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas neste Contrato, no Edital e em Lei.

4.6 - A CONTRATADA será responsável por eventuais danos havidos nos itens do objeto que forem entregues, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar o MUNICÍPIO do prejuízo causado.

4.7 - Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:  
a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com a especificação;  
b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e a consequente aceitação.

4.8 - O recebimento dos equipamentos/materiais médico-hospitalares, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

5.1 - O prazo do presente contrato é contado da data de sua assinatura estendendo-se até 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - A CONTRATADA obriga-se a:

- Fornecer o objeto deste contrato nas especificações contidas no Edital de licitação e na proposta vencedora;
- Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto

da licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

e) Fornecer o objeto contratado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

f) Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

##### 7.1 - Constitui obrigação do MUNICÍPIO:

- a) Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto deste contrato;
- b) Aplicar à CONTRATADA as penalidades devidas, quando for o caso;
- c) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- d) Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

7.2 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos itens fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se também a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

§ 1º - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

§ 2º - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§ 3º - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

§ 4º - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

§ 1º - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

§ 2º - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA COBRANÇA JUDICIAL

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão

cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressaltando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1 - Fica designado a Secretaria de Saúde Municipal para efetuar o acompanhamento e fiscalização da correta execução deste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó - SC, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 26 de Fevereiro de 2015.

KARIM DENISE VIVIANI  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DOUTOR PEDRINHO

CONTRATADA  
RAMON FRANCISCO ANDRADE  
METROMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

#### REPUBLICAÇÃO - CONTRATO Nº 13/2015.

\*REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO NO TEXTO.  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2015

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE inscrito no CNPJ sob nº 11.257.200/0001-40, Rua Brasília, 02, Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada pela SECRETÁRIA DE SAÚDE, KARIM DENISE VIVIANI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.802.002/0001-02, situado à ESRTADA BOA ESPERANÇA, 2320 - FUNDO CANOAS, cidade de Rio do Sul, SC - CEP: 89.163-554 neste ato representado pelo Sr. MAICON CORDOVA PEREIRA, CPF sob nº 015.886.939-70, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 003/2015, Homologado em 19/02/2015, e disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93, do Decreto Municipal nº 15/2007, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DE USO NAS UNIDADES DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO, conforme características e quantidades assim especificadas:

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
012	100,00000	LITR	3,4900	349,00	ALCOOL ETÍLICO 70% 1000ML
Marca: 0001 DA ILHA					

027	24,00000	LITR	7,3718	176,92	CLOREXIDINA 0,5% ALCOOLICA. 1000ml
Marca: 0001 VIC PHARMA					
034	40,00000	PACO	12,1800	487,20	ENVELOPE P/ AUTOCLAVE 90 X 260 mm C/ 100 unid.
Marca: 0001 HARBO					
060	12,00000	LITR	13,3455	160,15	P.V.P.I DEGERM 1000ML
Marca: 0001 VIC PHARMA					
061	12,00000	LITR	14,8284	177,94	P.V.P.I TOPICO 1000ML
Marca: 0001 VIC PHARMA					
062	200,00000	FRAS	2,9233	584,66	RINGER COM LACTATO 500ML SIST. FECHADO BOLSA
Marca: 0001 SEGMENTA-EUROFARMA					
083	500,00000	UNID	3,7650	1.882,50	SORO FISIOLÓGICO 1000ML SIST. FECH. BOLSA
Marca: 0001 SEGMENTA-EUROFARMA					
086	300,00000	FRAS	4,0500	1.215,00	SORO GLICOSADO 5% 1000ml SIST. FECHADO FRASCO
Marca: 0001 SEGMENTA-EUROFARMA					
087	2.000,00000	UNID	0,4449	889,80	INTEGRADOR PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR
Marca: 0001 SISPACK					
088	2,00000	UNID	958,8738	1.917,75	CARTUCHOS DE ELETRÓDOS COM BATERIA ADULTO COMPATÍVEL COM APARELHO HEART-SIIME SAMARITAM PAD.
Marca: 0001 HEARTSINE					
Total ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA				7.840,92	
Julgamento: MEN. PREÇO					

1.2 - O Edital e a Proposta de Preços vencedora da Licitação nº 003/2015 vincula-se ao presente contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - A despesa decorrente deste contrato correrá à conta do Orçamento-Programa anual do MUNICÍPIO, observado a seguinte Código Dotação / Descrição:

Código Dotação / Descrição:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
0601- FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
2024 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
33903036 - MATERIAL HOSPITALAR  
1020000 - REC. DE IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP-SAÚDE

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O valor total deste contrato é de R\$ 7.840,92 (sete mil, oitocentos e quarenta reais e noventa e dois centavos).

§ 1º - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95, porém o preço do objeto contratado poderá sofrer "revisão de preços" para mais ou para menos (conforme art. 37, XXI, da CF e art. 65, II, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo ao contrato, sempre que for demonstrada a ocorrência de aumento dos insumos ou

preços das distribuidoras que afetem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. O pedido de revisão deverá ser instruído com comprovante dos fatos que dão ensejo à alteração pretendida, e esta somente poderá ser feita após análise dos elementos apresentados e da comparação do preço base de mercado com o preço final a ser praticado (o qual não poderá ultrapassar o preço praticado na praça pela concorrência).

§ 2º - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

§ 3º - O pagamento será efetuado até o 15º dia do mês subsequente ao da entrega dos produtos licitados, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aceita pelo MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1 - A entrega do objeto contratado, após efetuada sua solicitação, deverá ocorrer em até 07 (sete) dias úteis, nas condições estipuladas no presente contrato, no edital e seus anexos.

4.2 - Os equipamentos/materiais médico-hospitalares, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua Santa Catarina, 93, Centro, Município de Doutor Pedrinho, SC, em dias úteis e no horário de expediente.

4.3 - No ato da entrega dos equipamentos/materiais médico-hospitalares, a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal/fatura que estará submetida à aprovação e liquidação, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Pregão Presencial e neste Contrato.

4.4 - Os equipamentos/materiais médico-hospitalares que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à CONTRATADA, sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO.

4.5 - Se as substituições dos equipamentos/materiais médico-hospitalares rejeitados não forem realizadas no prazo estipulado, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas neste Contrato, no Edital e em Lei.

4.6 - A CONTRATADA será responsável por eventuais danos havidos nos itens do objeto que forem entregues, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar o MUNICÍPIO do prejuízo causado.

4.7 - Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:  
a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com a especificação;  
b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e a consequente aceitação.

4.8 - O recebimento dos equipamentos/materiais médico-hospitalares, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

5.1 - O prazo do presente contrato é contado da data de sua assinatura estendendo-se até 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**6.1 - A CONTRATADA obriga-se a:**

- a) Fornecer o objeto deste contrato nas especificações contidas no Edital de licitação e na proposta vencedora;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto da licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- e) Fornecer o objeto contratado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO****7.1 - Constitui obrigação do MUNICÍPIO:**

- a) Atestar nas notas fiscais/faturas a afetiva entrega do objeto deste contrato;
- b) Aplicar à CONTRATADA as penalidades devidas, quando for o caso;
- c) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- d) Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

7.2 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos itens fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se também a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES**

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

§ 1º - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

§ 2º - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

- I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.
- II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§ 3º - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

§ 4º - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

§ 1º - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

§ 2º - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA COBRANÇA JUDICIAL**

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

11.1 - Fica designado a Secretaria de Saúde Municipal para efetuar o acompanhamento e fiscalização da correta execução deste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó - SC, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 26 de Fevereiro de 2015.

KARIM DENISE VIVIANI  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DOUTOR PEDRINHO/SC

CONTRATADA  
MAICON CORDOVA PEREIRA  
ALTERMED MAT NED HOSP LTDA

**REPUBLICAÇÃO - CONTRATO Nº 14/2015.**

\*REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO NO TEXTO.  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14/2015

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE inscrito no CNPJ sob nº 11.257.200/0001-40, Rua Brasília, 02, Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada pela SECRETÁRIA DE SAÚDE, KARIM DENISE VIVIANI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.033.589/0001-12, situado à Rua VIA EXPRESSA PAUL FRITZ KUEHNRIKH, 1515 - BAIRRO: ITROUPAVA NORTE cidade de BLUMENAU-SC, CEP: 89.052-381 neste ato representado pelo Sra. DEISE EVANI PEREIRA WANDALL, CPF sob nº 775.898.829,68, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 003/2015, Homologado em 19/02/2015, e disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93, do Decreto Municipal nº 15/2007, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DE USO NAS UNIDADES DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO, conforme características e quantidades assim especificadas:



OLIMED MATERTIAL HOSPITALAR LTDA					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
047	400,00000	ROLO	0,9850	394,00	FITA MICROPORE 2,5 X 4,5 COR DA PELE C/C
Marca: 0001 MISSNER					
048	100,00000	ROLO	1,6490	164,90	FITA MICROPORE 5,0 X 4,5 COR DA PELE C/C
Marca: 0001 MISSNER					
052	200,00000	PARE	0,7500	150,00	LUVA CIRURGICA ESTERIL, Nº 7,5, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, COM ALTA SENSIBILIDADE TÁTIL, IMPERMEÁVEL, BOA ELASTICIDADE E RESISTENCIA, FORMATO ANATÔMICO, ACABAMENTO COM PUNHO, TEXTURA UNIFRME, SEM FALHAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ENVELOPADAS AOS PARES. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA, DATA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE.
Marca: 0001 MAXITEX					
053	200,00000	PARE	0,7500	150,00	LUVA CIRURGICA ESTÉRIL Nº 8,0 CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL COM ALTA SENSIBILIDADE TÁTIL, IMPERMEÁVEL, BOA ELASTICIDADE E RESISTÊNCIA, FORMATO ANATÔMICO, ACABAMENTO COM PUNHO, TEXTURA UNIFORME, SEM FALHAS, LUBRIFICADAS COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ENVELOPADAS AOS PARES, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA, DATA, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.
Marca: 0001 MAXITEX					

054	50,00000	CAIX	11,9800	599,00	LUVA PARA PROCEDIMENTOS, TAMANHO EXTRA PEQUENO, NÃO ESTERIL, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL FLEXIVEL, COM BAINHA, AMBIDESTRA, COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO FORMATO ANATÔMICO DA MÃO E AJUSTE AO ANTEBRAÇO, MATERIAL RESISTENTE, SEM FUROS, QUE PERMITA SENSIBILIDADE TÁTIL, LEVEMNTE LUBRIFICADA COM PÓ BIO ABSORVÍVEL ATÓXICO. DEVE APRESENTAR CONFORMIDADE COM A RDC Nº 05 DE 19/02/2008, ESTAR DE ACORDO COM A NORMA TÉCNICA NBR 13392, PORTARIA Nº 233, DE 30/07/2008 DO INMETRO E NR 6 DO MINISTERIO DO TRABALHO.
Marca: 0001 NUGARD					
055	100,00000	CAIX	11,9990	1.199,90	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO PEQUENO, CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DO EDITAL.
Marca: 0001 NUGARD					
056	200,00000	CAIX	11,9900	2.398,00	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO MÉDIO, CONFORME DESCRIÇÕES MÍNIMAS CONTIDAS NO EDITAL.
Marca: 0001 NUGARD					
057	50,00000	CAIX	11,9900	599,50	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO GRANDE, CONFORME CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS CONTIDAS NO EDITAL.
Marca: 0001 NUGARD					
071	3.000,00000	UNID	0,0780	234,00	SERINGA 5ML SEM AGULHA.
Marca: 0001 SR					
Total OLIMED MATERTIAL HOSPITALAR LTDA				5.889,30	Julgamento: MEN. PREÇO

1.2 - O Edital e a Proposta de Preços vencedora da Licitação nº 003/2015 vincula-se ao presente contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - A despesa decorrente deste contrato correrá à conta do Orçamento-Programa anual do MUNICÍPIO, observado a seguinte Código Dotação / Descrição:

Código Dotação / Descrição:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

0601- FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

2024 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

33903036 - MATERIAL HOSPITALAR  
1020000 - REC. DE IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP-SAÚDE

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O valor total deste contrato é de R\$ 5.889,30 (cinco mil, oitocentos e oitenta e nove reais e trinta centavos).

§ 1º - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95, porém o preço do objeto contratado poderá sofrer "revisão de preços" para mais ou para menos (conforme art. 37, XXI, da CF e art. 65, II, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo ao contrato, sempre que for demonstrada a ocorrência de aumento dos insumos ou preços das distribuidoras que afetem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. O pedido de revisão deverá ser instruído com comprovante dos fatos que dão ensejo a alteração pretendida, e esta somente poderá ser feita após análise dos elementos apresentados e da comparação do preço base de mercado com o preço final a ser praticado (o qual não poderá ultrapassar o preço praticado na praça pela concorrência).

§ 2º - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

§ 3º - O pagamento será efetuado até o 15º dia do mês subsequente ao da entrega dos produtos licitados, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aceita pelo MUNICÍPIO.

### CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1 - A entrega do objeto contratado, após efetuada sua solicitação, deverá ocorrer em até 07 (sete) dias úteis, nas condições estipuladas no presente contrato, no edital e seus anexos.

4.2 - Os equipamentos/materiais médico-hospitalares, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua Santa Catarina, 93, Centro, Município de Doutor Pedrinho, SC, em dias úteis e no horário de expediente.

4.3 - No ato da entrega dos equipamentos/materiais médico-hospitalares, a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal/fatura que estará submetida à aprovação e liquidação, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Pregão Presencial e neste Contrato.

4.4 - Os equipamentos/materiais médico-hospitalares que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à CONTRATADA, sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO.

4.5 - Se as substituições dos equipamentos/materiais médico-hospitalares rejeitados não forem realizadas no prazo estipulado, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas neste Contrato, no Edital e em Lei.

4.6 - A CONTRATADA será responsável por eventuais danos havidos nos itens do objeto que forem entregues, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar o MUNICÍPIO do prejuízo causado.

4.7 - Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:  
a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e a consequente aceitação.

4.8 - O recebimento dos equipamentos/materiais médico-hospitalares, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

5.1 - O prazo do presente contrato é contado da data de sua assinatura estendendo-se até 31 de dezembro de 2015.

### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - A CONTRATADA obriga-se a:

- Fornecer o objeto deste contrato nas especificações contidas no Edital de licitação e na proposta vencedora;
- Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto da licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- Fornecer o objeto contratado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 - Constitui obrigação do MUNICÍPIO:

- Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto deste contrato;
- Aplicar à CONTRATADA as penalidades devidas, quando for o caso;
- Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

7.2 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos itens fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se também a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

§ 1º - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

§ 2º - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

- 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.
- 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§ 3º - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

§ 4º - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

§ 1º - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

§ 2º - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA COBRANÇA JUDICIAL

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1 - Fica designado a Secretaria de Saúde Municipal para efetuar o acompanhamento e fiscalização da correta execução deste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó - SC, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 26 de Fevereiro de 2015.  
KARIM DENISE VIVIANI  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DOUTOR PEDRINHO/sc

CONTRATADA  
DEISE EVANI PEREIRA WANDALL  
OLIMED MAT. HOSPITALAR LTDA

### REPUBLIÇÃO - CONTRATO Nº 15/2015.

\*REPUBLIÇÃO POR INCORREÇÃO NO TEXTO.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2015

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE inscrito no CNPJ sob nº 11.257.200/0001-40, Rua Brasília, 02, Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada pela SECRETÁRIA DE SAÚDE, KARIM DENISE VIVIANI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa ALIANÇA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.501.603/0001-65, situado à AV. OSCAR BARCELOS, nº205, cidade de Rio do Sul, SC - CEP: 89.160-000 neste ato representado pelo Sr. GILMAR LAMEGO, CPF sob nº 539.236.009-25, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 003/2015, Homologado em 19/02/2015, e disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93, do Decreto Municipal nº 15/2007, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DE USO NAS UNIDADES DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO, conforme características e quantidades assim especificadas:

ALIANCA HOSPITALAR LTDA					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
002	20,00000	UNID	1,5000	30,00	ALMOTOLIA ESCURA 250ML BICO CURVO
Marca: 0001 JP					
006	1.500,00000	UNID	0,0470	70,50	AGULHA DESCARTÁVEL 25 X 5.5
Marca: 0001 LABOR					
011	1.000,00000	UNID	0,0460	46,00	AGULHAS DESCARTÁVEIS 40X12.
Marca: 0001 LABOR					
025	200,00000	UNID	0,5800	116,00	CATETER PERIFÉRICO Nº 24 E DEMAIS CARACT. MÍNIMAS CONTIDAS NO EDITAL.
Marca: 0001 LABOR					
033	20,00000	PACO	22,8000	456,00	ENVELOPE P/ AUTOCLAVE 150 X 300MM C/100
Marca: 0001 VEDAMAX					
037	200,00000	UNID	0,5200	104,00	EQUIPO MULTIVIAS COM 2 VIAS COM CLAMP
Marca: 0001 VITAL					
040	30,00000	PACO	4,3000	129,00	ESPATULA DE AYRES DESC. C/ 100
Marca: 0001 ESTILO					
058	40,00000	UNID	7,9000	316,00	MALHA TUBULAR 15CM X 25MT
Marca: 0001 ORTOFEN					
063	2.000,00000	UNID	0,1800	360,00	SACO DE LIXO HOSPITALAR 60 LT
Marca: 0001 NEKPLAST					
075	30,00000	UNID	1,8000	54,00	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 12
Marca: 0001 SOLIDOR					

076	30,00000	UNID	1,8000	54,00	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 14
Marca: 0001 SOLIDOR					
077	30,00000	UNID	1,8000	54,00	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 18
Marca: 0001 SOLIDOR					
078	30,00000	UNID	1,8000	54,00	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº 22
Marca: 0001 SOLIDOR					
079	30,00000	UNID	9,1000	273,00	SONDA PARA ALIM. ENT. 12FR POLIURETANO
Marca: 0001 SOLUMED					
080	100,00000	UNID	0,6500	65,00	CATETER P/ OXIGENIO TIPO ÓCULOS
Marca: 0001 MEDSONDA					
089	2,00000	UNID	1.200,0000	2.400,00	CARTUCHOS DE ELETRODOS COM BATERIA INFANTIL COMPATÍVEL COM APARELHO HEARTSII-ME SAMARITAM PAD.
Marca: 0001 HEARSIME					
090	10,00000	UNID	42,8000	428,00	PAPEL GRAU CIRURGICO 20 X 100mt
Marca: 0001 VEDAMAX					
Total ALIANCA HOSPITALAR LTDA			5.009,50 Julgamento: MEN. PREÇO		

1.2 - O Edital e a Proposta de Preços vencedora da Licitação nº 003/2015 vincula-se ao presente contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - A despesa decorrente deste contrato correrá à conta do Orçamento-Programa anual do MUNICÍPIO, observado a seguinte Código Dotação / Descrição:

Código Dotação / Descrição:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL  
0601- FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
2024 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
33903036 - MATERIAL HOSPITALAR  
1020000 - REC. DE IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP-SAÚDE

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O valor total deste contrato é de R\$ 5.009,50 (cinco mil, nove reais e cinquenta centavos).

§ 1º - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95, porém o preço do objeto contratado poderá sofrer "revisão de preços" para mais ou para menos (conforme art. 37, XXI, da CF e art. 65, II, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo ao contrato, sempre que for demonstrada a ocorrência de aumento dos insumos ou preços das distribuidoras que afetem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. O pedido de revisão deverá ser instruído com comprovante dos fatos que dão ensejo a alteração pretendida, e esta somente poderá ser feita após análise dos elementos apresentados e da comparação do preço base de mercado com o preço final a ser praticado (o qual não poderá ultrapassar o preço praticado na praça pela concorrência).

§ 2º - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão

inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

§ 3º - O pagamento será efetuado até o 15º dia do mês subsequente ao da entrega dos produtos licitados, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aceita pelo MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1 - A entrega do objeto contratado, após efetuada sua solicitação, deverá ocorrer em até 07 (sete) dias úteis, nas condições estipuladas no presente contrato, no edital e seus anexos.

4.2 - Os equipamentos/materiais médico-hospitalares, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua Santa Catarina, 93, Centro, Município de Doutor Pedrinho, SC, em dias úteis e no horário de expediente.

4.3 - No ato da entrega dos equipamentos/materiais médico-hospitalares, a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal/fatura que estará submetida à aprovação e liquidação, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Pregão Presencial e neste Contrato.

4.4 - Os equipamentos/materiais médico-hospitalares que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à CONTRATADA, sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO.

4.5 - Se as substituições dos equipamentos/materiais médico-hospitalares rejeitados não forem realizadas no prazo estipulado, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas neste Contrato, no Edital e em Lei.

4.6 - A CONTRATADA será responsável por eventuais danos havidos nos itens do objeto que forem entregues, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar o MUNICÍPIO do prejuízo causado.

4.7 - Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e a consequente aceitação.

4.8 - O recebimento dos equipamentos/materiais médico-hospitalares, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

5.1 - O prazo do presente contrato é contado da data de sua assinatura estendendo-se até 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Fornecer o objeto deste contrato nas especificações contidas no Edital de licitação e na proposta vencedora;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou



supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto da licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

e) Fornecer o objeto contratado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

f) Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

##### 7.1 - Constitui obrigação do MUNICÍPIO:

a) Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto deste contrato;

b) Aplicar à CONTRATADA as penalidades devidas, quando for o caso;

c) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

d) Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

7.2 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos itens fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se também a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

§ 1º - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

§ 2º - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.

II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§ 3º - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

§ 4º - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

§ 1º - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

§ 2º - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA COBRANÇA JUDICIAL

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de

multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1 - Fica designado a Secretaria de Saúde Municipal para efetuar o acompanhamento e fiscalização da correta execução deste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó - SC, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 26 de Fevereiro de 2015.

KARIM DENISE VIVIANI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DOUTOR PEDRINHO/SC

CONTRATADA

GILMAR LAMEGO

ALIANÇA HOSPITALAR LTDA -EPP

#### REPUBLICAÇÃO - CONTRATO Nº 16/2015.

\*REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO NO TEXTO.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2015

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE inscrito no CNPJ sob nº 11.257.200/0001-40, Rua Brasília, 02, Doutor Pedrinho - SC, neste ato representada pela SECRETÁRIA DE SAÚDE, KARIM DENISE VIVIANI, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a Empresa PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.505.263/0001-40, situado à Rua COLIBRI, 425, BAIRRO SALTO WEISSBACH cidade de BLUMENAU-SC, CEP: 89.032-235, neste ato representado pelo Sr. MARCOS ANTONIO LOBO, CPF sob nº 043.585.139-05, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital Pregão Presencial nº 003/2015, Homologado em 19/05/2015, e disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93, do Decreto Municipal nº 15/2007, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES DE USO NAS UNIDADES DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO, conforme características e quantidades assim especificadas:

PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição

001	30,00000	PACO	2,2000	66,00	ABAIXADOR DE LÍNGUA PCT C/100, COM AS EXTREMIDADES AR-REDONDADAS, LISAS, SUPERFÍCIES E BORDAS PERFITAMENTE ACA-BADAS, ESPESSURA E LARGURA UNIFORMES EM SUA EXTENSÃO, MEDINDO 14CM DE COMPRIMENTO, 1,4CM DE LARGURA E 0,5MM DE ESPESSURA, APRESEN-TANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICA-ÇÃO, LOTE, PROCEDÊN-CIA E VALIDADE.
Marca: 0001 ESTILO					
005	1.500,00000	UNID	0,0400	60,00	AGULHA DESC 20 X 5,5
Marca: 0001 LABOR					
007	3.000,00000	UNID	0,0450	135,00	AGULHA DESC 25 X 6
Marca: 0001 LABOR					
014	400,00000	UNID	0,1600	64,00	ATADURA DE CREPON 04CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRI-MENTO DESENROLADA EM REPOUSO, E DEMAIS CA-RACTERÍSTICAS MÍNIMAS CONTIDAS NO EDITAL.
Marca: 0001 ORTOFEN					
015	700,00000	UNID	0,1600	112,00	ATADURA DE CREPOM, 13 FIOS CM², MEDINDO 06 CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COM-PRIMENTO E DEMAIS CA-RACTERÍSTICAS MÍNIMAS CONTIDAS NO EDITAL.
Marca: 0001 PEROLA					
016	400,00000	UNID	0,2100	84,00	ATADURA DE CREPOM, 13 FIOS CM², MEDINDO 08 CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COM-PRIMENTO E DEMAIS CA-RACTERÍSTICAS MINIMAS CONTIDAS NO EDITAL.
Marca: 0001 PEROLA					
018	3.500,00000	UNID	0,3100	1.085,00	ATADURA DE CREPOM, 13 FIOS CM², MEDINDO 12CM DE LARGURA COM 1,80 METROS DE COMPRI-MENTO E DEMAIS CARAC-TERISTICAS CONTIDAS NO EDITAL.
Marca: 0001 PEROLA					
022	200,00000	UNID	0,5000	100,00	CATETER PERIFERICO Nº18 E DEMAIS CARACTER. MÍNIMAS CONTIDAS NO EDITAL.
Marca: 0001 SOLIDOR					

023	200,00000	UNID	0,5000	100,00	CATETER PERIFERICO Nº20 E DEMAIS CARACTER. MÍNIMAS CONTIDAS NO EDITAL.
Marca: 0001 SOLIDOR					
024	400,00000	UNID	0,5000	200,00	CATETER PERIFERICO Nº 22 E DEMAIS CARACTER. MÍNIMAS CONTIDAS NO EDITAL.
Marca: 0001 SOLIDOR					
026	24,00000	LITR	9,7000	232,80	CLOREXIDINA 2% DE-GERM. 1000ml
Marca: 0001 RICIE					
029	80,00000	UNID	2,4500	196,00	COLETOR DE MATERIAL PERFUROCORTANTE COM 13 LITROS EM MATERIAL RESISTENTE A PERFURA-ÇÕES, IMPERMEAVEL, COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO PRATICO E SEGURO AO MANUSEIO. OPRODUTO DEVERÁ APRESENTAR LAUDO ANA-LÍTICO QUE COMPROVE CUMPRIMENTO DA NBR 3853.
Marca: 0001 DESCARBOX					
031	24,00000	LITR	21,0000	504,00	SOLUÇÃO LIMPADORA DETERGENTE ENZIMÁ-TICO 1000ML E DEMAIS CARACTER. MÍNIMAS CONTIDAS NO EDITAL.
Marca: 0001 LUCKMANN					
032	30,00000	PACO	33,0000	990,00	ENVELOPE P/ AUTOCLA-VE 200 X 330mm C/ 100 unid>
Marca: 0001 VEDAMAX					
035	10,00000	PACO	47,7000	477,00	ENVELOPE P/ AUTOCLAVE 250 X 400MM
Marca: 0001 VEDAMAX					
038	1.000,00000	UNID	0,1500	150,00	ESCOVA CERVICAL DESCARTAVEL ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRURGI-CO COM 22 CM DE COM-PRIMENTO E 0,3CM DE CERDAS MACIAS EM FOR-MATO CONICO COM APCE NO POLO SUPERIOR, TIPO DE EMBALAGEM E ACON-DICIONAMENTO ADOTA-DOS, SEGUE AS AS NORMAS VIGENTES DAANISA.
Marca: 0001 KOLPLAST					
041	500,00000	UNID	0,7000	350,00	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL, GRANDE LUBRIFICADO, ESTERIL, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRURGICO.
Marca: 0001 KOLPLAST					

043	500,00000	UNID	0,8900	445,00	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL PEQUENO LUBIFICADO, ESTERIL, EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRURGICO.
Marca: 0001 KOLPLAST					
050	12,00000	LITR	15,5900	187,08	QUARTENARIO DE AMO- NIA 5000ML
Marca: 0001 RICIE					
051	40,00000	GALA	37,7600	1.510,40	GLUTALOLDEIDO 2% 28DD 5LT
Marca: 0001 CINORD					
059	5,00000	ROLO	5,4600	27,30	LENÇOL HOSPITALAR 70 X 50 BRANCO PLUS
Marca: 0001 FLEXPEL					
092	25,00000	ROLO	22,1800	554,50	PAPEL GRAU CIRURGICO 12CM X 100MT
Marca: 0001 HOSPFLEX					
Total PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA					7.630,08
Julgamento: MEN. PREÇO					

1.2 - O Edital e a Proposta de Preços vencedora da Licitação nº 003/2015 vincula-se ao presente contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - A despesa decorrente deste contrato correrá à conta do Orçamento-Programa anual do MUNICÍPIO, observado a seguinte Código Dotação / Descrição:

Código Dotação / Descrição:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL  
0601- FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
2024 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
33903036 - MATERIAL HOSPITALAR  
1020000 - REC. DE IMPOSTOS E DE TRANSF. IMP-SAÚDE

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - O valor total deste contrato é de R\$ 7.630,08 (SETE MIL, SEISCENTOS E TRINTA REAIS E OITO CENTAVOS).

§ 1º - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95, porém o preço do objeto contratado poderá sofrer "revisão de preços" para mais ou para menos (conforme art. 37, XXI, da CF e art. 65, II, §1º da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo ao contrato, sempre que for demonstrada a ocorrência de aumento dos insumos ou preços das distribuidoras que afetem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. O pedido de revisão deverá ser instruído com comprovante dos fatos que dão ensejo a alteração pretendida, e esta somente poderá ser feita após análise dos elementos apresentados e da comparação do preço base de mercado com o preço final a ser praticado (o qual não poderá ultrapassar o preço praticado na praça pela concorrência).

§ 2º - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

§ 3º - O pagamento será efetuado até o 15º dia do mês subsequente ao da entrega dos produtos licitados, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aceita pelo MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1 - A entrega do objeto contratado, após efetuada sua solicitação, deverá ocorrer em até 07 (sete) dias úteis, nas condições estipuladas no presente contrato, no edital e seus anexos.

4.2 - Os equipamentos/materiais médico-hospitalares, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua Santa Catarina, 93, Centro, Município de Doutor Pedrinho, SC, em dias úteis e no horário de expediente.

4.3 - No ato da entrega dos equipamentos/materiais médico-hospitalares, a CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal/fatura que estará submetida à aprovação e liquidação, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Pregão Presencial e neste Contrato.

4.4 - Os equipamentos/materiais médico-hospitalares que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à CONTRATADA, sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO.

4.5 - Se as substituições dos equipamentos/materiais médico-hospitalares rejeitados não forem realizadas no prazo estipulado, a CONTRATADA estará sujeita às sanções previstas neste Contrato, no Edital e em Lei.

4.6 - A CONTRATADA será responsável por eventuais danos havidos nos itens do objeto que forem entregues, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar o MUNICÍPIO do prejuízo causado.

4.7 - Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:  
a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com a especificação;  
b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e a consequente aceitação.

4.8 - O recebimento dos equipamentos/materiais médico-hospitalares, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela sua qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

5.1 - O prazo do presente contrato é contado da data de sua assinatura estendendo-se até 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - A CONTRATADA obriga-se a:

- Fornecer o objeto deste contrato nas especificações contidas no Edital de licitação e na proposta vencedora;
- Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto da licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- Fornecer o objeto contratado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO****7.1 - Constitui obrigação do MUNICÍPIO:**

- a) Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto deste contrato;
- b) Aplicar à CONTRATADA as penalidades devidas, quando for o caso;
- c) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- d) Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção.

7.2 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos itens fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se também a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES**

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

§ 1º - A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração.

§ 2º - A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:

- I - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso na entrega do objeto.
- II - 0,7% (sete décimos por cento) ao dia de atraso na entrega do objeto, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§ 3º - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

§ 4º - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

§ 1º - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

§ 2º - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA COBRANÇA JUDICIAL**

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

11.1 - Fica designado a Secretaria de Saúde Municipal para efetuar o acompanhamento e fiscalização da correta execução deste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó - SC, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 26 de FEVEREIRO de 2015.

KARIM DENISE VIVIANI  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DOUTOR PEDRINHO/SC

CONTRATADA  
MARCOS ANTONIO LOBO  
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA



# Erval Velho

## PREFEITURA

### DECRETO 1943/2015

DECRETO 1943, de 20 de fevereiro de 2015.

Homologa Resultado Final do Processo Seletivo n. 007/2014, de que trata o Edital n. 007, de 29 de dezembro de 2014 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal de acordo com o Edital n. 007, de 29 de dezembro de 2014, homologa classificação e resultado final do processo seletivo nº 007/2014.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica de acordo com o disposto no Edital do Processo Seletivo n.007/2014, de 29 de dezembro de 2014, homologado o resultado final, da seguinte forma:

#### Cargo: Agente Comunitário de Saúde

Insc:	Nome	Classificação
0025	Larisa Dias de Oliveira	1º lugar
0035	Lurdes Noeli da Costa	2º lugar
0007	Jonei de Moraes	3º lugar
0028	Roseli Padilha Vettori	4º lugar
0047	Willian Varela	5º lugar
0044	Ana Cristina Garipuna	6º lugar

#### Cargo: Professor Educação Física

Insc:	Nome	Classificação
0023	Pamela Fagundes Serena	1º lugar
0048	Dionathas Rodrigues de Oliveira	2º lugar
0002	Paulo Roberto de Matos	3º lugar
0001	Emanuelle Gomes Vieira	4º lugar

#### Cargo: Auxiliar de Saúde Bucal

Insc:	Nome	Classificação
0039	Marceli Aparecida de Souza	1º lugar
0032	Maria Albertina Fongaro Artuzzo Costa	2º lugar
0030	Carla Brocardo	3º lugar

#### Cargo: Professor de Inglês

Insc:	Nome	Classificação
0037	Jose Mario Piovesan	1º lugar

#### Cargo: Professor de Educação Infantil e Séries Iniciais

Insc:	Nome	Classificação
0034	Josiane Regina Habeck	1º lugar
0008	Sandra Regina Marcon Fattori	2º lugar
0022	Suzana Cassia Martinazo	3º lugar
0009	Marta Recalcatti	4º lugar
0013	Franciele Carabolante Pinto	5º lugar
0029	Andressa Gerhardt Dala Lasta	6º lugar

#### Cargo: Técnico de Enfermagem

Insc:	Nome	Classificação
0031	Marinez de Oliveira Tozatti	1º lugar
0033	Amanda Paula Leite	2º lugar
0018	Daiana Moreira de Souza	3º lugar
0003	Carla Teodoro	4º lugar

#### Cargo: Operador de Máquina

Insc:	Nome	Classificação
Não Houve Aprovados		

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 20 de fevereiro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 20 de fevereiro de 2015

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças.

### DECRETO 1944/2015

DECRETO 1944, de 20 de fevereiro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO. E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, Prefeito Municipal de Erval Velho - Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, e autoriza conforme Lei nº 1378 de 15 de dezembro de 2014.

#### DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Erval velho Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.022,56 para a SUPLEMENTAÇÃO da dotação abaixo;  
ÓRGÃO - 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
UNIDADE - 02 - DEPARTAMENTO DE FAZENDA  
PROJ/ATIV. - 2.011 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FAZENDA  
3.3.90.00.00.00.0434 ..... R\$ 7.022,56

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, na fonte de recurso 434 transferências de Convênios da União - Outros, conforme § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - Estado de Santa Catarina, em 20 de fevereiro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

Gelson Camilo Dalmedico  
Diretor de Administração e Finanças

**PORTARIA 3059/2015**

PORTARIA 3059, de 20 de fevereiro de 2015.

Exonera Servidor e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art.1º. EXONERAR a pedido a Senhora VANDREIA SCHREIDER, do cargo de provimento efetivo de Professor de Inglês, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, nomeada pela Portaria nº 2432, de 09 de março de 2011.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,  
em 20 de fevereiro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 3060/2015**

PORTARIA 3060, de 23 de fevereiro de 2015.

Nomeia por Concurso Servidor que menciona e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001, Lei Complementar n. 020/2009, de 08 de abril de 2009 e em especial o disposto no Edital n. 001, de 23 de outubro de 2014 do Concurso Público Municipal n. 001/2014,

**RESOLVE:**

Art.1º. Nomear por Concurso MARIANGELA CASANOVA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, nascida em 02 de janeiro de 1981, para exercer o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, nível 08 - A, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, com carga horária de 40 horas semanais e vencimentos de R\$ 2.421,33 (Dois mil quatrocentos e vinte um reais e trinta três centavos)

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,  
em 23 de fevereiro de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA 3061/2015**

PORTARIA 3061, de 23 de fevereiro de 2015.

Nomeia Integrantes do Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, e de acordo com o parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 0935/2001, de 19 de abril de 2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear as pessoas a seguir relacionadas para comporem o CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO de Erval Velho representando suas respectivas entidades:

**GOVERNAMENTAL****SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Titular: Silvano Rodrigo Pratto  
Suplente: Jussara Martini

**ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**

Titular: Lurdes Maria Rissotto  
Suplente: Vilma Pires Fontana

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

Titular: Sandra Masson  
Suplente: Tânia Maria Antunes Alberti

Titular: Acyr da Silva  
Suplente: Jackson Luiz Nunes

**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

Titular: Alécio José Massoco  
Suplente: José Primo

**NÃO GOVERNAMENTAL****CLUBE DE IDOSOS BARRA FRIA**

Titular: Alcedir Lavratti  
Suplente: Elpidio Trindade

**CLUBE DE IDOSOS TALISMÃ**

Titular: Ataíde da Silva  
Suplente: Marli Odila Wasen Alves

**LIONS CLUBE DE ERVAL VELHO**

Titular: Christian Conte  
Suplente: Marli Einsfeld

**SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE ERVAL VELHO**

Titular: Vanessa Talita Parissenti  
Suplente: Andreia Gemeli Tonet

**CLUBE DE MÃES ROSAS DOURADAS**

Titular: DulceTerezinha Danielli Tonial  
Suplente: Marisa Terezinha Rodrigues

Art. 2º. O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por mais dois anos, sendo permitida a substituição a qualquer tempo, a critério dos órgãos e entidades representadas a pedido destas, será considerado como "Serviço Relevante Prestado ao Município de Erval Velho" e será exercido de forma gratuita.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,  
em 23 de fevereiro de 2015.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA 3062/2015**

PORTARIA 3062, de 25 de fevereiro de 2015.

Designa Comissão Especial para acompanhamento do Processo Seletivo nº 001/2015 e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI do artigo 85, todos da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Designar os servidores abaixo relacionados sob a presidência do primeiro, para integrarem a Comissão Especial do Processo Seletivo nº 001/2015 para acompanhamento dos atos relacionados ao referido Processo Seletivo, de Provas de Títulos a ser executada pela própria Administração.

#### **Titulares:**

1. Sandra Masson
2. Vania Recalcatti Piovesan
3. Rejane Maria Provensi Barcaro

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,  
em 25 de fevereiro de 2015.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA 3063/2015**

PORTARIA 3063, de 02 de março de 2015.

Nomeia por Concurso Servidor que menciona e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001, Lei Complementar n. 020/2009, de 08 de abril de 2009 e em especial o disposto no Edital n. 001, de 23 de outubro de 2014 do Concurso Público Municipal n. 001/2014,

#### **RESOLVE:**

Art.1º. Nomear por Concurso BÁRBARA LUANA GOMES ROVEDA, brasileira, solteira, nascida em 03 de agosto de 1992, para exercer o cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, nível 09 - A, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, com carga horária de 40 horas semanais e vencimentos de R\$ 2.860,21 (Dois mil

oitocentos e sessenta reais e vinte um centavos).

Art.2º.Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC,  
em 02 de março de 2015.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA 3064/2015**

PORTARIA 3064, de 02 de março de 2015.

Contrata servidor por tempo determinado e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, mais o disposto no inciso III, do artigo 2º, da Lei Complementar nº 043, de 29 de agosto de 2013, em conformidade com a Lei Complementar nº 007 de 28 de dezembro de 2001, de acordo com o Processo Seletivo n. 007/2014, originado pelo Edital n. 007/2014, de 29 de dezembro de 2014,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Contratar por tempo determinado a Senhora MARINEZ DE OLIVEIRA TOZATTI, para ocupar temporariamente o cargo de Técnico em Enfermagem, nível 05-A, com carga horária de 40hs (quarenta horas) semanais, conforme prevê a legislação vigente, até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado por interesse público ou ainda podendo ocorrer a rescisão a qualquer tempo a critério da Administração.

Art. 2º. Concede a servidora Adicional de Insalubridade, no percentual de 20% (vinte por cento) do Salário Mínimo Nacional, em grau médio, de acordo com Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho- SC,  
em 02 de março de 2015.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA 3065/2015**

PORTARIA 3065, de 02 de março de 2015.

Contrata servidores por tempo determinado para o preenchimento de vagas do Quadro do Magistério Público Municipal.

Walter kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com o artigo 2º, da Lei Municipal n. 0937/2001, e Alterações Posteriores, com a Lei Complementar n.

021/2009, com a Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001, e conforme Edital n. 007/2014, de 29 de dezembro de 2014. RESOLVE:

Art. 1º. Contratar por tempo determinado para o preenchimento de vagas do Quadro do Magistério Público Municipal, os Professores abaixo relacionados, até o término do ano letivo, limitando-se a 31 de dezembro de 2015, podendo haver rescisão antecipadamente a critério da Administração:

Nome	Nível	Carga Horária
Francieli Carabolante Pinto	Habilitado venc. nível 02-A	20 horas
Josiane Regina Habech	Ensino Médio Magistério venc. nível 01-A	20 horas
Marta Recalcatti	Habilitado venc. nível 02-A	20 horas
Sandra R. Marcon Fattori	Habilitado venc. nível 02-A	20 horas

Art. 2º. Os professores farão jus ao recebimento de Regência de Classe de acordo com o § 3º do artigo 7º, da Lei Complementar n.021/2009.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 02 de março de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 3066/2015

PORTARIA 3066, de 02 de março de 2015.

Concede férias a servidores que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias aos servidores abaixo relacionados pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 02 de março à 31 de março de 2015, conforme respectivos períodos aquisitivos:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo		
Jacques Conceição Davoglio	Operador de Máquinas	01/07/2013	A	28/02/2015
Mário Lourenço de Almeida	Agente de Serviços Externos	17/03/2013	A	16/03/2014
Silvana C. Festugato Herrmann	Odontóloga	13/11/2013	A	12/11/2014

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC, em 02 de março de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 3067/2015

PORTARIA 3067, de 03 de março de 2015.

Nomeia por Concurso Servidor que menciona e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001, Lei Complementar n. 020/2009, de 08 de abril de 2009 e em especial o disposto no Edital n. 001, de 23 de outubro de 2014 do Concurso Público Municipal n. 001/2014,

RESOLVE:

Art.1º. Nomear por Concurso LUCILENE DE FÁTIMA DOS SANTOS, brasileira, solteira, nascida em 13 de maio de 1972, para exercer o cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 08 - A, do Quadro de Pessoal do Município de Erval Velho, com carga horária de 40 horas semanais e vencimentos de R\$ 2.421,33 (Dois mil quatrocentos e vinte um reais e trinta três centavos).

Art.2º. Conforme §1º do art.13 da Lei Complementar n. 007/2001, a servidora terá o prazo de 30 (trinta) dias para a posse do referido cargo.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, em 03 de março de 2015.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 3068/20015

PORTARIA 3068, de 03 de março de 2015.

Concede licença maternidade à servidora que menciona e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquela contida no inciso XXVI do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Complementar nº 028 de 10 de junho de 2010.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Maternidade à Senhora ANA CLAUDIA PIOVEZAN BOF, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, designada para desempenhar a função de Fiscal Sanitário, pelo período de 60 (sessenta) dias a contar de 01 de março de 2015, com término previsto para 29 de abril de 2015, sem prejuízos no seu vencimento.

Art.2º. Os vencimentos serão pagos com recursos do Município.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2015.



Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,  
em 03 de março de 2015.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 3069/2015

PORTARIA 3069, de 05 de março de 2015.  
Concede férias a servidor que especifica e dá outras providências.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal de Erval Velho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente aquelas contidas no artigo 64, da Lei Complementar n. 007, de 28 de dezembro de 2001.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias ao servidor abaixo mencionado pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 05 de março à 03 de abril de 2015, conforme respectivo período aquisitivo:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo	
Ronei Dalla Costa	Técnico em Informática	05/04/2013	A 04/04/2014

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho - SC,  
em 05 de março de 2015.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### RESULTADO DEFINITIVO SELETIVO 001/2015

RESULTADO DEFINITIVO DA CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015 PARA CARGO DE PROFESSOR DE INGLÊS  
ÁREA 1 - EDUCAÇÃO INFANTIL  
NÍVEL DE PROFESSOR NÃO HABILITADO

Classificação	Nome	Nº de horas de aperfeiçoamento	Tempo de serviço
1º	Bruna Primo	460	6m, 24d

Erval Velho, 07 de março de 2015.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito municipal

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

### RESULTADO PROVISÓRIO SELETIVO 001/2015

RESULTADO PROVISÓRIO DA CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015 PARA CARGO DE PROFESSOR DE INGLÊS  
ÁREA 1 - EDUCAÇÃO INFANTIL  
NÍVEL DE PROFESSOR NÃO HABILITADO

Classificação	Nome	Nº de horas de aperfeiçoamento	Tempo de serviço
1º	Bruna Primo	460	6m, 24d

Erval Velho, 05 de março de 2015.  
Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito municipal

Alduir Antonio Mocelin  
Secretário de Administração e Finanças

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/PMF/2015  
(Referente Pregão Presencial nº. 20/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. BONDMMANN QUÍMICA LTDA, estabelecida na Rua Diretor Augusto Pestana, 2250, Bairro Fátima, Canoas/RS, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº. 94.984.796/0001-08, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Rogério da Costa, portador da CI nº. 2808736 e inscrito no CPF nº. 813.889.009-63;

2. ROMANO COMÉRCIO ATAC. DE DER. DE PETRÓLEO LTDA, estabelecida na Rodovia SCT 285, 550, Linha Seminário, Turvo/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 11.496.657/0001-08, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Felipe Dagostin, portador da CI nº 3.659.797 e inscrito no CPF nº 023.493.879-09;

3. SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA, estabelecida na Estrada Federal BR 116, Km 172, s/n, Sala 03, Caxias do Sul/RS, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 07.551.295/0001-33, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Douglas de Braga, portador da CI nº 6075107463 e inscrito no CPF nº 004.728.650-48;

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 20/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO de Lubrificantes, Graxas e afins para uso na manutenção e conservação dos veículos da frota do Município de Forquilha, para futuras aquisições.

#### Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

#### Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro

das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 07 (sete) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

**Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento**

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

**Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição**

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

**Cláusula Sétima - Das Obrigações****1. Do Município:**

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;  
1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;  
1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

**2. Da Detentora da Ata:**

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

**Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções**

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data apazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

**Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços**

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

**Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária**

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

**Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais**

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 20/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

**Cláusula Vigésima  
Do Foro**

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 23 de fevereiro de 2015.  
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

BONDMANN QUÍMICA LTDA  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Rogério da Costa  
CPF: 813.889.009-63

ROMANO COMÉRCIO ATAC. DE DER. DE PETRÓLEO LTDA  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Felipe Dagostin  
CPF: 023.493.879-09

SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Douglas de Braga  
CPF: 023.493.879-09

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 36/PMF/2014-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 178/PMF/2014**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 178/2014 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 36/2014 - PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE MELHORIA E/OU EXTENSÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, para uso nos diversos espaços públicos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 01/12/2015  
2ª Publicação.

**ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 21/PMF/2015****AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 21/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo contratação de empresa especializada para prestar serviços de pavimentação, urbanização e acessibilidade de passeios públicos com extensão total de 643,00m e área de passeios de 1.479,25m², das ruas João José Back e Professor Arlindo Junkes, Centro, município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 27 de fevereiro de 2015 às 09:00 horas.  
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 09 de fevereiro de 2015.  
VALDECIR TISCOSKI  
Presidente da Comissão de Licitação



## AVISO DE LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA DO TIPO TÉCNICA E PREÇO Nº. 40/PMF/2015

### AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Concorrência Pública do tipo técnica e preço Nº. 40/PMF/2015.

OBJETIVO: Constitui o objeto da presente licitação a contratação de Agência para a prestação de serviços de publicidade, compreendendo: planejamento, criação, distribuição, veiculação e controle de campanhas publicitárias e demais serviços descritos no § 1º do art. 2º da Lei 12.232/10.

DATA DE ABERTURA: Dia 22 de abril de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail processos@forquilha.sc.gov.br e licitações@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 06 de março de 2015.  
VALDECIR TISCOSKI  
Presidente da Comissão de Licitações

## AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/FMS/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORQUILHA

### AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 07/FMS/2015.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objeto, a aquisição de materiais diversos para uso nas oficinas terapêuticas, vinculadas ao CAPS (centro de atenção psicossocial) por meio da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 20 de março de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00, 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: licitações@forquilha.sc.gov.br e processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 06 de março de 2015.  
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

## CHAMAMENTO 19. SUBCOMISSÃO - ATA 02 COMUNICADO

O Município de Forquilha/SC torna público para conhecimento dos interessados, a relação, em ordem alfabética, dos nomes dos profissionais, previamente cadastrados, que participarão do sorteio dos membros que irão compor a "Subcomissão Técnica" que irá proceder à análise e ao julgamento das propostas técnicas a serem apresentadas em licitação, na modalidade de concorrência pública, tipo técnica e preço, objetivando a contratação de agência para a prestação de serviços de publicidade, nos termos da Lei Federal nº 12.232/2010, a saber:

### a) Vinculados ao Município:

ORDEM	NOME	HABILITAÇÃO
01	Carla Machado Giassi	Formação: Jornalista
02	Eder Ferreira da Silva	Experiência profissional: Assessoria de Comunicação
03	Erika De Luca Tiscoski	Formação: Habilitação em Marketing
04	Taniane Gonçalves	Experiência profissional: Assessoria de Comunicação

### b) Não vinculados ao Município:

ORDEM	NOME	HABILITAÇÃO
01	Karina Eyng Zanoni	Experiência profissional: Empresária (Impressão gráfica)
02	Mateus Teodoro Longaretti	Experiência profissional: Empresário (comunicação visual)
03	Silmar Vieira	Formação: Jornalista

A Sessão pública para sorteio dos profissionais que irão compor a Subcomissão Técnica será realizada no dia 30 de março de 2015, às 14h00min, na sala de reunião no prédio da PREFEITURA - situado a Avenida 25 de julho, 3400, FORQUILHA/SC.

Serão sorteados 3 (três) nomes dentre os profissionais cadastrados, dos quais 2 (dois) com vínculo com o Município de Forquilha e 1 (um) sem vínculo com o Município de Forquilha.

Nos termos do parágrafo 9º, do artigo 10, da Lei Federal 12.232/2010, o sorteio será processado de modo a garantir o preenchimento das vagas da Subcomissão Técnica de acordo com a proporcionalidade do número de membros que mantenham ou não vínculo com o Município de Forquilha.

Nos termos do parágrafo 5º, do artigo 10, da Lei Federal 12.232/2010, até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação acima, mediante fundamentos jurídicos plausíveis. As impugnações deverão se protocolizadas no setor de licitações, localizado no Paço Municipal 26 de Abril, Av. 25 de Julho, Centro, Forquilha/SC..

Forquilha/SC, 06 de março de 2015.  
VALDECIR TISCOSKI  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/FMS/2015

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 11/2015

CONTRATANTE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO - RESTAURANTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS LTDA ME

DO OBJETO - contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições diversas, em atendimento as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 1.011,75 (hum mil onze reais e setenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0501.1005.3390 (51)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 11/

PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA - 05 de fevereiro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/FMS/2015**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 13/2015  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA

OBJETO - contratação de empresa especializada para construção da Academia de Saúde, com área de 55 m², localizada na Rua Bonifácio Back, Bairro Santa Isabel, Forquilha/SC (anexo ao Complexo Esportivo), conforme Proposta nº. 10540697000113006 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 80.111,04 (oitenta mil cento e onze reais e quatro centavos).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 270 (duzentos e setenta) dias corridos (prazo de execução + 90 dias) contados a partir da data de sua assinatura. - 06/11/2015.

DOTAÇÃO - 1701.2050.4490 (23)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 02/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA - 06 de fevereiro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/PMF/2015**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 25/2015  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRATADO - RESTAURANTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS LTDA ME

DO OBJETO - O presente termo tem por objetivo a contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições diversas, em atendimento as necessidades das Secretarias do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 17.537,00 (dezessete mil e quinhentos e trinta e sete reais)

VIGÊNCIA - 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (145)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 11/PMF/2015.

DATA DA ASSINATURA - 05 de fevereiro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/PMF/2015**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 30/2015  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - TRANSPORTES COLETIVOS SÃO MARCOS LTDA.

OBJETO - Empresa especializada para prestar serviços de transporte de passageiros com veículos tipo ônibus, para atender as necessidades da Secretaria de Educação e Secretaria de Esporte do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 171.660,00 (cento e setenta e um mil seiscentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2015

DOTAÇÃO - Secretaria de Educação: 0501.2015.3390 (82); Secretaria de Esporte: 0803.2019.3390 (163);

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial Nº 14/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA - 19 de fevereiro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005\_2015 RP 0002-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0005/2015 - FMS

Registro de Preços nº 0002/2015

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de materiais de consumo e materiais específicos para realização de exames laboratoriais, para uso no Laboratório de Análises Clínicas da Secretaria de Saúde. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 23.03.2015. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br) e e-mail: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 05 de março de 2015.

Nilce Pinz

Secretária Municipal de Saúde

### PORTARIA Nº 0761/2015

PORTARIA Nº 0761, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005, de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0497/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JANE DE FÁTIMA MACHADO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 983.562.329-53, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 0762/2015

PORTARIA Nº 0762, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005, de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo;

e em conformidade com a comunicação interna nº 0498/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IVONE APARECIDA DE LARA SCALABRIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 082.653.839-83, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 0763/2015

PORTARIA Nº 0763, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005, de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0499/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário JULVANA BRAGHIROLI CORREA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 007.568.489-62, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 0764/2015

PORTARIA Nº 0764, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003, de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 093/2015, da Secretaria Municipal de Saúde;

#### RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário RITA DE CÁLIA BORGES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 799.790.929-04, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de

40 horas semanais, no período de 09 de março de 2015 até 08 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0765/2015**

PORTARIA Nº 0765, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003, de 19 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0500/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário DIVANIR BENTO DE ANDRADE DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 029.295.229-50, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0766/2015**

PORTARIA Nº 0766, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a comunicação interna n.º 0496/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 36 (trinta e seis) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora SÔNIA BRAZ DE OLIVEIRA WEBER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 712.971.389-53, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, no período de 09 de março de 2015 até 10 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0767/2015**

PORTARIA Nº 0767, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 0493/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear VERONICA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 043.539.109-73, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 1, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 0768/2015**

PORTARIA Nº 0768, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANA PAULA MACIEL DE MELO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.875.309-02, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de março de 2015 até 08 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de março de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



**REC.FEDERAIS 05.03.2015****NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS**

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
05.03.2015	FNAS	ACS	55.770,00
05.03.2015	FNAS	NASF	20.000,00
03.03.2015	FNAS	PMAQ	43.900,00
03.03.2015	FNAS	SAÚDE BUCAL	6.690,00
03.03.2015	FNAS	SAÚDE DA FAMÍLIA	46.345,00
05.03.2015	FNAS	MAC UNIÃO	95.000,05
05.03.2015	FNAS	MAC	7.500,00
05.03.2015	FNAS	RSME	28.305,00
05.03.2015	FNAS	PVVS	2.500,00
05.03.2015	FNAS	PFVS	9.082,59

Secretaria de Finanças

**Galvão****PREFEITURA****PROCESSO DE LICITAÇÃO 016/2015****EXTRATO DE EDITAL**

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 016/2015, Edital de Pregão Presencial - Sistema de Registro de Preço 011/2015, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 19 de março de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE SEMEN BOVINO RAÇAS DIVERSAS CONGELADO, NITROGENIO PARA ABASTECIMENTO DE BOTIJÕES, LUVAS ESPECIAIS E.V.A, LUVAS E BAINHAS PARA INSEMINAÇÃO, E OUTROS, conforme quantitativos e especificações estabelecidas no Anexo I. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão - SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br)

Galvão - SC, 06 de março de 2015.

Neri Pedersetti

Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO RETIFICAÇÃO DE EDITAL PE012/2015

AVISO RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 012/2015

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que RETIFICOU o edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2015, que tem por objeto o registro de preços, para aquisição de leites especiais e fraldas Geriátricas, para pacientes cadastrados no sistema Único de Saúde da Secretária Municipal de Saúde de Garopaba. A retificação refere-se a especificação do item 9, conforme segue:

#### ONDE SE LÊ:

LEITE EM PÓ (REF.: PREGOMIM, Embalagem com no mínimo 400g). Dieta semi-elementar e hipoalergênica, à base de proteína extensamente hidrolisada de soro do leite, TCM, óleos vegetais, de Mortierella alpina e de peixe; maltodextrina, vitaminas, minerais e oligoelementos. Produto Deve atender a todas as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS e da Portaria M.S. no 977/1998. Não contem glúten.

#### LEIA-SE:

LEITE EM PÓ (REF.: PREGOMIM) Fórmula infantil semi-elementar e hipoalérgica à base de proteínas extensamente hidrolisadas, para lactentes de 0 a 12 meses de idade com alergia às proteínas intactas. Isenta de lactose, sacarose, frutose e glúten. Lata com 400g.

Em função das alterações promovidas influenciarem diretamente na formulação das propostas de preço ficam prorrogados os prazos da licitação conforme segue:

As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 14h00min do dia 18/03/2015. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 18/03/2015, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 05 de março de 2015

Rafael de Souza

Pregoeiro

### PORTARIA N.º 177/2015.

PORTARIA N.º 177, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 002/2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

#### RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelos servidores municipais: GABRIELA RODRIGUES PEREIRA, CPF nº 036.349.169-40, GRAZIELA DA SILVEIRA ESTÁCIO, CPF nº 079.576.929-66 e JOÃO DA SILVA PACHECO, CPF nº

077.198.849-49 para, sob a presidência da primeira, efetuarem o processo de avaliação referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter Temporário n.º 002/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

### PORTARIA N.º 178/2015.

PORTARIA N.º 178, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 003/2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

#### RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelos servidores municipais: NAZARENO ADELINO DE SOUZA, CPF nº 416.470.179-04, MAURILIO MACHADO, CPF nº 021.333.839-48 e MARIANE FERNANDES DE ÁVILA, CPF nº 043.700.959-99 para, sob a presidência do primeiro, efetuarem o processo de avaliação referente ao Edital de Contratação de Profissionais em Caráter Temporário n.º 003/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DE SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR

AVISO DE SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015

Devido a inconsistências de informações dispostas na Proposta de Preços da presente Licitação, fica suspenso o Processo Licitatório Pregão Presencial nº 026/2015. Assim que for regularizada as informações necessárias ao bom andamento do processo supracitado, será reagendado nova data para Abertura e Julgamento da Licitação.

Gaspar (SC), em 05 de março de 2015.

JEAN CARLOS DE OLIVEIRA

Pregoeiro - Dec. 6.094/2014

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação Nº 6/2015

OBJETO: Contratação de instituição especializada para elaboração e realização de Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas do quadro e reserva técnica de servidores da administração direta e indireta do município. CONTRATADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM (33.645.482/0001-96). BASE LEGAL: Art. 24, XIII, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 03 de março de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

## SAMAE - GASPAR

### PORTARIA N. 27 DE 03 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA N. 27 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA DIRETOR GERAL TÉCNICO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE O SERVIDOR CRISTIANO POLEZA

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir do dia 03 de março de 2015, o servidor CRISTIANO POLEZA, portador do CPF nº 017.453.899-54 e da CI nº. 3.566.186-0 para o cargo de Diretor Geral Técnico do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Nível CC, Ref. 64, com 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 03 de março de 2015.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor-Presidente

### PORTARIA N. 32 DE 06 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº. 32, de 06 de março de 2015.

Nomeia a servidora Fernanda Gelatti para exercer a função de Fiscal de Contratos.

O Diretor-Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 7º, da Lei nº. 3.146, de 15 de outubro de 2.009, RESOLVE:

CONSIDERANDO, que cabe à Autarquia, nos termos do disposto nos artigos 58, inciso III e 67, da Lei nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração; e

CONSIDERANDO, que os órgãos públicos devem manter fiscal designado durante a vigência dos contratos celebrados, nos exatos ditames da lei em referência.

RESOLVE,

Art. 1º. Designar a servidora FERNANDA GELATTI, sob matrícula nº 306, Gerente de Resíduos Sólidos, como Fiscal dos Contratos cujos números seguem abaixo: i) 13/2010, celebrado com a empresa SAY MULLER SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 07.336.801/0001-71, cujo objeto é a execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e compactáveis domiciliares, comercial-industriais (com características domiciliares, das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do Município de Gaspar; ii) 22/2010, celebrado com a empresa RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 95.886.735/0005-02, cujo objeto são os serviços de tratamento e disposição final de resíduos sólidos compactáveis domiciliares, comercial-industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de

áreas públicas do Município de Gaspar, em Aterro Sanitário ou local ambientalmente licenciado, que esteja de acordo com a legislação ambiental e comercial vigente e, portador de todas as licenças necessárias conforme preconiza o órgão ambiental competente; iii) 46/2014, celebrado com a empresa RECICLAR COLETA SELETIVAS E TRANSP. DE RESÍDUOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 06.052.829/0001-26, cujo objeto é a alienação de Resíduos Sólidos recicláveis, com características de domiciliares do Município de Gaspar - SC; e iv) 63/2014, celebrado com a empresa SAY MULLER SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.336.801/0001-71, cujo objeto é a Execução dos serviços de coleta e transporte dos resíduos sólidos recicláveis provenientes de domicílios, estabelecimentos comerciais e industriais com características de domiciliares, das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do município de Gaspar/SC.

Art. 2º. Dê ciência aos interessados - Fiscal nomeada e Diretor de Compras.

Art. 3º. Autue-se nos procedimentos das respectivas licitações.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor-Presidente

**Governador Celso Ramos****CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO 03/2015**

RESOLUÇÃO Nº 03/2015

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno, art. 37 e conforme a indicação do líder do partido SD junto a Câmara Municipal na sessão do dia dois de março de 2015.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar como membro da Comissão de Finanças e Orçamento, substituindo ao vereador licenciado Antônio Marcos Testoni, o vereador Gabriel Ruan Duarte.

Art. 2º - Está resolução entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos - SC 02 de março de 2015.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA

Presidente da Câmara

**Grão Pará****PREFEITURA****PR 11/2015 MERENDA**

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 37/2015

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 11/2015-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA MERENDA ESCOLAR E PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ. Data e Horário de Abertura: 19/03/2015, às 14 h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 03 de março de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

**PR 12/20015 TELEFONE MÓVEL**

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 38/2015

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 12/2015-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM PLANO DE TELEFONE MÓVEL COM 20 (VINTE) LINHAS E RESPECTIVOS APARELHOS MÓVEIS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ. Data e Horário de Abertura: 26/03/2015, às 14 h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 03 de março de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal



## Guaraciaba

### PREFEITURA

#### EXTRATO CONTRATO 05.2015 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE GUARACIABA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 05/2015  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE GUARACIABA  
Contratada....: NILCIANE F. DA SILVA ZANGALLI  
Valor ..... : 5.760,00 (cinco mil setecentos e sessenta reais)  
Vigência ..... : Início: 05/03/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR PARA MINISTRAR (OITO HORAS SEMANAIS TOTALIZANDO 32 HORAS MENSAIS) HORAS/AULA DE DANÇA, VISANDO A CAPACITAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FREQUENTAM O PROGRAMA " SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV" DO MUNICIPIO DE GUARACIABA/SC.  
Contratada....: NILCIANE F. DA SILVA ZANGALLI  
Vigência ..... : Início: 05/03/2015 Término: 05/03/2015  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Recursos ..... : Dotação:

## Guaramirim

### PREFEITURA

#### AVISO ALTERACAO 03 2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão – Registro de Preços - 03/2015
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR.
ALTERAÇÕES
Fica alterado o Item 07 do Edital;
- referente a horários de entrega dos produtos.
Fica alterado no Anexo II, Minuta do Contrato a Cláusula segunda e onze.
Fica alterado no Anexo VIII, Minuta da Ata de Registro de Preço, Cláusula quarta e quinta.
Data de abertura para :
Entrega dos Envelopes: 12/03/2015 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 12/03/2015 às 09:00h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a> ou pelo fone (47) 3373-4433
GUARAMIRIM (SC), 05/03/2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

#### AVISO DE LICITAÇÃO Nº15/2015 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 15/2015
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GASOLINA COMUM
Entrega dos Envelopes: 20/03/2015 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 20/03/2015 às 09:00h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a> ou pelo fone (47) 3373-0247
GUARAMIRIM (SC), 06/03/2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE DISPENSA Nº04/2015-FMAS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo de Licitação: 04/2015 - FMAS

Modalidade: Dispensa

Objeto: LOCAÇÃO DE TENDAS E ACESSÓRIOS PARA O EVENTO DO DIA DA MULHER.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: Lonas Brasil Ltda ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 07.450.192/0001-87, com sede na Rua Hilário Hach, nº10, no Município de Guaramirim, SC.

Valor: R\$820,00 (oitocentos e vinte reais)

GUARAMIRIM (SC), 09/03/2015.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE DISPENSA Nº05/2015-FMAS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo de Licitação: 05/2015 - FMAS

Modalidade: Dispensa

Objeto: AQUISIÇÃO DE FLORES (ROSAS) PARA SER ENTREGUE AS MULHERES NO EVENTO A SER REALIZADO PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL "DIA DA MULHER", ATRAVÉS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO FUNDAMENTADA NOS ARTIGOS 23, INCISO II, ALÍNEA "A" E 24, II DA LEI 8.666/93..

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: Salete Maria Ranghetti Spezia - ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 79.267.928/0001-97, com sede na Rua 11 de Novembro, nº2514, no Município de Massaranduba, SC.

Valor: R\$2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais)

GUARAMIRIM (SC), 09/03/2015.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE DISPENSA Nº07/2015-FMAS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo de Licitação: 07/2015 - FMAS

Modalidade: Dispensa

Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO TEATRAL PARA O EVENTO DO "DIA DA MULHER", COM A PEÇA "AS VÁRIAS IDENTIDADES DA MULHER", ATRAVÉS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO FUNDAMENTADA NOS ARTIGOS 23, INCISO II, ALÍNEA "A" E 24, II DA LEI 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: Dionisos Teatro Ltda ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.941157/0001-84, com sede na Rua Matilde Amim, nº63, no Município de Joinville, SC.

Valor: R\$2.400,00 (dois mil quatrocentos reais)

GUARAMIRIM (SC), 09/03/2015.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

**Guarujá do Sul****PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO - PREF 35 A 39**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 35/2015.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 13/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: R.M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA ME

OBJETO: Contratação de serviços de recapagens e vulcanizações de pneus da frota de veículos e máquinas da municipalidade de Guarujá do Sul, para o exercício de 2015.

VALOR: R\$ 15.134,00

VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 06 de março de 2015..

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 36/2015.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 13/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: F.M. PNEUS LTDA

OBJETO: Contratação de serviços de recapagens e vulcanizações de pneus da frota de veículos e máquinas da municipalidade de Guarujá do Sul, para o exercício de 2015.

VALOR: R\$ 19.906,00

VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 06 de março de 2015..

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 37/2015.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 13/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA

OBJETO: Contratação de serviços de recapagens e vulcanizações de pneus da frota de veículos e máquinas da municipalidade de Guarujá do Sul, para o exercício de 2015.

VALOR: R\$ 13.054,00

VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 06 de março de 2015..

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 38/2015.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 13/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: COMERCIO DE PNEUS E RECAPAGENS BOA VISTA LTDA

OBJETO: Contratação de serviços de recapagens e vulcanizações

de pneus da frota de veículos e máquinas da municipalidade de Guarujá do Sul, para o exercício de 2015.

VALOR: R\$ 6.601,00

VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 06 de março de 2015..

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 39/2015.

PROCESSO LICITATORIO Nº. 13/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: RECAPADORA MARREAS LTDA EPP

OBJETO: Contratação de serviços de recapagens e vulcanizações de pneus da frota de veículos e máquinas da municipalidade de Guarujá do Sul, para o exercício de 2015.

VALOR: R\$ 14.724,00

VIGENCIA: 31/12/2015

Guarujá do Sul, SC, 06 de março de 2015..

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

## Herval d'Oeste

### PREFEITURA

#### CONVOCAÇÃO Nº 10 - MARGARETE DE OLIVEIRA CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

Resolve:

Art. 1º Convocar a senhora MARGARETE DE OLIVEIRA, brasileira, inscrita no CPF sob o Nº 022.084.640-52, reclassificada em 10º. Lugar no Processo Seletivo nº016/2014/SMECE/SMAMA, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.397 de 13 de Fevereiro de 2015, para o Cargo Segundo Professor De Turma - Educação Especial - Não Habilitado, com Certificado de curso de formação continuada em Braille, Sorobã, Baixa Visão e Orientação e Mobilidade para assumir 40hs, sendo 20 hs período matutino no CME. Pequeno Príncipe, e 20 hs período vespertino na EBM Cruz e Soza, até o termino do ano letivo.

Art. 2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste para manifestar-se sobre a vaga.

Art. 3º A posse do aprovado, ora convocado, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC) em 03 de março de 2015.

Lourdes Ferreira Brandão

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

MARGARETE DE OLIVEIRA

#### CONVOCAÇÃO Nº 102 - ROSANE BERNARDI DA CRUZ CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora ROSANE BERNARDI DA CRUZ, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 892.854.689-34, reclassificada em 102º. Lugar no Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal nº 3248/2014, para o Cargo de Professor de Educação Infantil - Habilitado, para assumir 40hs no período Matutino/Vespertino no CMEI Valdete Souza Nodari, em substituição a professora Rosemari Aparecida Danielli Hack no período de 09 de março a 07 de abril de 2015 ou enquanto perdurar seu afastamento.

. 2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste para manifestar-se sobre a vaga.

Art. 3º A posse do aprovado, ora convocado, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC) em 03 de março de 2015.

Lourdes Ferreira Brandão

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ROSANE BERNARDI DA CRUZ

**PORTARIA Nº 377/2015**

PORTARIA Nº 377/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO à Servidora EUGÊNIA BUCCO (Matr. 1358), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Administrador de Saúde Pública, Nível - 12/1, Referência "E", a contar de 19 de fevereiro de 2015, conforme o disposto no artigo 92, § 3º, inciso III, "a", da Lei Complementar Nº 281/2011 de 19 de Agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Março de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 378/2015**

PORTARIA Nº 378/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Redução da Jornada de Trabalho, à Servidora ANA CÉLIA DE ANDRADE SEVERO DOMINGUES (Matr. 1075), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/ Referência - 3/C, 40 horas semanais, constante do Anexo V da LC Nº 280/2011, conforme Parecer Jurídico nº 010/2015, exarado em 27 de fevereiro de 2015, e conforme o disposto no artigo nº 126, § 2º da Lei Complementar nº 281/2011, passando seu horário de trabalho das 07h:00 às 12h:00.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Março de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 379/2015**

PORTARIA Nº 379/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

DISPENSAR, a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora PAMELA RODRIGUES OLIVO (Matr. 4094), a contar de 04 de março de 2015, a qual exerce a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 316/2013, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Março de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal



**Ibiam****PREFEITURA****AD 001 ATA 7**

TERMO ADITIVO Nº 001/2015.

Ata de Registro de Preços Nº 007/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 057/2014

PREGÃO PRESENCIAL No 042/2014

Termo aditivo a Ata de Registro de Preços nº 007/2014, que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CNPJ sob nº 11.250.761/0001-18, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e a empresa MAZP DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 85.050.474/0001-09, com sede na Rua LIDIA CAMARGO ZAMPIERI Nº 1438/ARAUCÁRIA-PR CEP 83.708-135 neste ato representado por seu Gerente o Sr. IDIOMAR ZANELLA, CPF nº: 815.440.659-49, CI nº 5.099.325-6/SSP/PR, com amparo no Art. 65,"d" da Lei 8666/93, pactuam este Aditivo nas seguintes condições:

Cláusula Primeira - Conforme pedido do contratado com a devida comprovação, e mediante o de acordo do Prefeito Municipal fica reajustado o valor pago por litro da gasolina em mais 7,5%, conforme notas fiscais anexas a solicitação do contratado, conforme segue tabela a baixo.

Item	Objeto	Valor atual	Valor com aumento de 7,5%
8	Gasolina comum	R\$ 2,95	3,17

Cláusula Segunda - Este Aditivo terá sua vigência com início em 11/02/2015.

Cláusula Terceira - As demais Cláusulas e condições da Ata de SRP 007/2014, permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em três vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 11 de Fevereiro de 2015.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

MAZP DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA  
CNPJ: 85.050.474/0001-09  
Gerente: IDIOMAR ZANELLA  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

Laelcio A. Gasaniga  
CPF - 807.451.729-20

Erica Thome Laidnes  
CPF: 006.854.259-32

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado- OAB/SC 13.747

**AD 01 ATA 16**

TERMO ADITIVO Nº 001/2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 049/2014

PREGÃO PRESENCIAL No 035/2014

Termo aditivo a Ata de SRP nº 016/2014, que entre si celebram o Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e a empresa SAFRA DIESEL LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 76.578.202/0001-87, com sede no Acesso SC 480 Nº 941 Chapecó -SC CEP 89.801-970, neste ato representado por seu Gerente o Sr. RENI PERIZZOLO, CPF:097.840.980-91, CI:5.581.909-SSP-SC, com amparo no Art. 65,"d" da Lei 8666/93, pactuam este Aditivo nas seguintes condições:

Cláusula Primeira - Conforme pedido do contratado com a devida comprovação, e mediante o de acordo do Prefeito Municipal fica reajustado o valor pago por litro do óleo diesel comum e do óleo S10, conforme notas fiscais anexas a solicitação do contratado, conforme segue tabela a baixo.

Item	Objeto	Valor atual	Valor com aumento	Percentual de aumento
25	Óleo diesel S10	R\$ 2,71	2,90	7,1%
24	Óleo Diesel comum	R\$ 2,48	2,67	7,7%

Cláusula Segunda - Este Aditivo terá sua vigência com início em 11/02/2015.

Cláusula Terceira - As demais Cláusulas e condições da Ata SRP 016/2015 da Prefeitura de Ibiam, permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em três vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 11 de Fevereiro de 2015.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

SAFRA DIESEL LTDA  
CNPJ: 76.578.202/0001-87  
Gerente: RENI PERIZZOLO  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

Laelcio A. Gasaniga  
CPF - 807.451.729-20

Irley Lamperti  
CPF: 572.241.539-15

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado- OAB/SC 13.747

**AD 01 ATA 5**

TERMO ADITIVO Nº 001/2015.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2014 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 050/2014

PREGÃO PRESENCIAL No 036/2014

Termo aditivo a Ata de SRP nº 005/2014, que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida 20 de Julho, Centro de Ibiã, inscrito no CGC/MF sob nº 11.250.761/0001-18, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e a empresa SAFRA DIESEL LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 76.578.202/0001-87, com sede no Acesso SC 480 Nº 941 Chapecó -SC CEP 89.801-970, neste ato representado por seu Gerente o Sr. RENI PERIZZOLO, CPF:097.840.980-91, CI:5.581.909-SSP-SC, com amparo no Art. 65,"d" da Lei 8666/93, pactuam este Aditivo nas seguintes condições:

Cláusula Primeira - Conforme pedido do contratado com a devida comprovação, e mediante o de acordo do Prefeito Municipal fica reajustado o valor pago por litro do óleo diesel comum e do óleo S10, conforme notas fiscais anexas a solicitação do contratado, conforme segue tabela a baixo.

Item	Objeto	Valor atual	Valor com aumento	Percentual de aumento
12	Óleo diesel S10	R\$ 2,71	2,90	7,1%
11	Óleo Diesel comum	R\$ 2,48	2,67	7,7%

Cláusula Segunda - Este Aditivo terá sua vigência com início em 11/02/2015.

Cláusula Terceira - As demais Cláusulas e condições da Ata SRP 005/2014 do FMS, permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em três vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiã, 11 de Fevereiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

SAFRA DIESEL LTDA  
CNPJ: 76.578.202/0001-87  
Gerente: RENI PERIZZOLO  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga  
CPF - 807.451.729-20

Erica Thome Laidnes  
CPF: 006.854.259-32

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado- OAB/SC 13.747

**AD 1 ATA 20**

TERMO ADITIVO Nº 001/2015.

Ata de Registro de Preços Nº 020/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 056/2014

PREGÃO PRESENCIAL No 041/2014

Termo aditivo ao Contrato nº 011/2014, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiã, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São

Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e a empresa MAZP DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 85.050.474/0001-09, com sede na Rua LIDIA CAMARGO ZAMPIERI Nº 1438/ARAUCÁRIA-PR CEP 83.708-135 neste ato representado por seu Gerente o Sr. IDIOMAR ZANELLA, CPF nº: 815.440.659-49, CI nº 5.099.325-6/SSP/PR, com amparo no Art. 65,"d" da Lei 8666/93, pactuam este Aditivo nas seguintes condições:

Cláusula Primeira - Conforme pedido do contratado com a devida comprovação, e mediante o de acordo do Prefeito Municipal fica reajustado o valor pago por litro da gasolina em mais 7,5%, conforme notas fiscais anexas a solicitação do contratado, conforme segue tabela a baixo.

Item	Objeto	Valor atual	Valor com aumento de 7,5%
8	Gasolina comum	R\$ 2,95	3,17

Cláusula Segunda - Este Aditivo terá sua vigência com início em 11/02/2015.

Cláusula Terceira - As demais Cláusulas e condições da Ata 020//2014 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em três vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiã, 11 de Fevereiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

MAZP DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA

CNPJ: 85.050.474/0001-09

Gerente: IDIOMAR ZANELLA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga  
CPF - 807.451.729-20

Irley Lamperti  
CPF: 572.241.539-15

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado- OAB/SC 13.747

**ATA 1**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 001/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 076/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 053/2014

SRP Nº 026/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos Quatorze dias do mês de Janeiro, do ano de dois mil e quinze, o Fundo Municipal de Saúde de Ibiã/SC, inscrito no CNPJ sob n. 11.250.761/0001-18, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, Nº 20, Centro, Ibiã, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 053/2014, Processo

Licitatorio 076/2014, SRP 026/2014, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s) GRÁFICA BOSCARDIN LTDA-EPP, CNPJ: 08.933.626/0001-62, situada na Rua Vicente Dutra, 121, Casa, Bairro Fátima, Frederico Westphalen/RS, CEP: 98.400-000, representada neste ato por seu Sócio Administrador o Sr. Nelson Boscardin, CPF: 056.243.200-00, RG: 7012850769SSP/RS, residente na cidade de Frederico Westphalen de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de:

Item	Quantidade estimada	Valor unitário	Descrição do item	Unidade
1	2000	0,80	Envelopes saco branco 18x25 cm, personalizados em seleção de cores, papel 115 grs, com abertura lateral, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
2	1000	0,93	Envelopes saco branco 20x28 cm, personalizados em seleção de cores, papel 115 grs, com abertura lateral, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset.FMS	UN
3	1000	5,31	Envelopes saco prata 24x34 cm, personalizados em seleção de cores, papel 115 grs, com abertura lateral, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
4	1000	5,41	Envelopes saco prata 26x36 cm, personalizados em seleção de cores, papel 115 grs, com abertura lateral, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
5	500	2,16	Envelopes saco branco 37x47 cm, personalizados em seleção de cores, papel 115 grs, com abertura lateral, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
6	5000	0,31	Pastas personalizadas impressão em papel triplex 350 grs em seleção de cores, verniz UV total, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset, em duas partes sendo capa e contra capa com 2 vincos no tamanho de 28,5x34 cm, frente e verso para o setor da Educação	UN
7	3000	0,31	Folhas ofício A4 personalizadas em seleção de cores, papel 90 grs, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset - Assistência Social	UN

8	1000	4,25	Pastas personalizadas impressão em papel triplex 350 grs em seleção de cores, verniz UV total, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset, em duas partes sendo capa e contra capa com 2 vincos no tamanho de 28,5x34 cm, frente e verso para o setor da Saúde	UN
9	1000	2,86	Pastas personalizadas impressão em papel triplex 300 grs em seleção de cores, verniz UV total, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset, com bolso interno sendo a impressão terá impressão em cima do bolso	UN
10	400	0,52	Folha MS-HIPERDIA, tamanho 20x30cm, impressão em preto, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
11	10	16,4	Declaração de comparecimento personalizado em seleção de cores papel 90 grs, tamanho 14x18 cm, blocos com 100 folhas, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
12	10	16,4	Atestado médico personalizado em seleção de cores papel 90 grs, tamanho 15x20 cm, blocos com 100 folhas, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
13	200	1,08	Relatório da situação de saúde e acompanhamento das famílias na área, tamanho 20x30cm, impressão em preto, frente verso, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
14	200	3,23	Relatório mensal - coordenação PACS, tamanho 20x30cm, impressão em preto, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
15	200	1,49	Carteira de agente comunitário da saúde para PSF papel cartolina 180 grs, personalizado em seleção de cores, tamanho 20x8 cm, bloco com 100 folhas, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
16	400	0,83	Carteirinha programa as saúde da família PSF papel cartolina 180 grs, personalizado em seleção de cores, tamanho 8,5x16 cm, impressão frente e verso, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
17	20	30,42	Requisição de exame cito patológico do colo do útero papel 90 grs, impressão na cor violeta frente e verso, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN

18	850	0,49	Cartão do hipertenso e diabéticos papel cartolina 180 grs, personalizado em seleção de cores, tamanho 9,5x31 cm, impressão frente e verso, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
19	2000	0,43	Cartão da família personalizado em seleção de cores papel cartolina 180 grs, tamanho 18,5x25 cm, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
20	150	19,93	Receituário médico personalizado em seleção de cores papel copiativo, 2x50, sendo primeira via branca e segunda via verde, tamanho 15x20 cm, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
21	100	19,93	Receituário controle especial personalizado papel copiativo, 2x50, sendo primeira via branca e segunda via rosa, tamanho 15x20 cm, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
22	100	16,02	Requisição de exame personalizado impressão em preto, papel 90 grs, tamanho 15x20 cm, blocos com 100 folhas, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
23	200	7,48	Caderneta da saúde da criança - menino, capa no papel couche 250 grs personalizada em seleção de cores, sendo parte interna em uma cor (8 paginas em colorido) com 26 folhas no papel 90 grs, tamanho 15,5x12,5 cm fechada, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
24	200	7,48	Caderneta da saúde da criança - menina, capa no papel couche 250 grs personalizada em seleção de cores, sendo parte interna em uma cor (8 paginas em colorido) com 26 folhas no papel 90 grs, tamanho 15,5x12,5 cm fechada, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
25	3000	0,31	Cadastro domiciliar impresso no papel 75 grs em uma cor, 1x100	UN
26	6000	0,31	Cadastro individual impresso no papel 75 grs em uma cor, 1x100, frente e verso	UN
27	500	0,41	Ficha de serviço de odontologia papel offset 180 grs, tamanho 21x14 cm, impressão em preto, frente verso, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
28	500	0,41	Fichas programa saúde da família papel offset 180 grs, tamanho 15x20cm, impressão em preto, frente verso, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN

29	500	0,41	Fichas de atendimento - Criança papel offset 180 grs, tamanho 15x20cm, impressão em preto, frente verso, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
30	500	0,41	Fichas de atendimento - Adulto papel offset 180 grs, tamanho 15x20cm, impressão em preto, frente verso, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
31	2000	0,31	Relatório de visita domiciliar papel offset 90 grs impressão em preto frente e verso, tamanho 21x30, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
32	200	1,08	Fichas B-GES papel 90 grs, tamanho 20x30cm, impressão em preto, frente verso, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
33	500	0,44	Fichas B-HA papel 90 grs, tamanho 20x30cm, impressão em preto, frente verso, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
34	200	1,08	Fichas B-DIA papel 90 grs, tamanho 20x30cm, impressão em preto, frente verso, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
35	500	0,44	Fichas A papel 90 grs, tamanho 20x30cm, impressão em preto, frente verso, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
36	5000	0,31	Ficha de visita domiciliar impresso no papel 75 grs em uma cor, 1x100	UN
37	5000	0,31	Ficha de atendimento individual impresso no papel 75 grs em uma cor, 1x100, frente e verso	UN
38	5000	0,31	Ficha de atendimento odontológico individual impresso no papel 75 grs em uma cor, 1x100, frente e verso	UN
39	3000	0,31	Ficha de atividade coletiva impresso no papel 75 grs em uma cor, 1x100, frente e verso	UN
40	4000	0,31	Ficha de procedimentos impresso no papel 75 grs em uma cor, 1x100	UN
41	2500	2,56	Cartilha informativa, tamanho: aberta 30 x 21cm, com capa e contra-capas coloridas e confeccionada em papel colche 150Gr. Parte interna(folhas internas), em papel 75Gr, impressão interna em uma cor. Com 20 páginas	UN

e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIA E EM SEU ANEXO I, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data da sua publicação.



a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiam.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiam, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

### 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

### 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiam, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

### 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Manutenção das Atividades da Saúde: Reduzido 9 - Complemento do Detalhamento: 339039630000 - Serviços Gráficos e Editoriais.

### 8. - DO CONTRATO, DO PAGAMENTO E DO PRAZO DE ENTREGA:

8.1. A critério do FMS de Ibiam, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.567/2013, através de Ordem Bancária, mediante recebimento pelo setor de compras do Município de Ibiam da nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: [compras@ibiam.sc.gov.br](mailto:compras@ibiam.sc.gov.br) e [nfe@ibiam.sc.gov.br](mailto:nfe@ibiam.sc.gov.br).

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 48(quarenta e oito) horas, para fornecer os itens conforme AF. Para cada dia de atraso no fornecimento dos itens, poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 20(vinte) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constatare que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

8.8. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo

fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.9. Após a solicitação o fornecedor terá um prazo de até 5(cinco) dias corridos, para fornecimento do material, sob pena de cancelamento da presente ata e aplicação das penalidades cabíveis.

8.10 A Administração não efetuara pagamento de itens não autorizados pela administração municipal e em desacordo com esta Ata e com o Anexo I do Edital de Pregão n. 053/2014 sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 11.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renovação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 076/2014, Pregão Presencial 053/2014, SRP 026/2014 será exercida pelo Secretário de Saúde conforme Portaria Municipal 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigará-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 053/2014 e Ata do respectivo

processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 053/2014

#### 12- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

e) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da

quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SÉXTO - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

### 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

### 14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO E DA RESCISÃO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

14.3. A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pela CONTRATANTE. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurando o contraditório e a ampla defesa, com as consequências previstas abaixo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão contratual poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, e precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

II - amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência da

CONTRATANTE.

III - judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido e, ainda, terá direito a devolução de garantia e pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

PARÁGRAFO QUARTO - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Oficial dos Municípios - DOM;

### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DOS CASOS OMISSOS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 075/2014; o Edital do Pregão n. 052/2014, SRP 025/2014 as propostas com preços e especificações.

16.2. A execução deste contrato, bem assim os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei nº 8.666/93 e Lei 10.520/02.

### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC, 14 de Janeiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Município de Ibiam

GRÁFICA BOSCARDIN LTDA-EPP

CNPJ: 08.933.626/0001-62

Sócio Adm.: Nelson Boscardin

Fornecedor

TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga

CPF - 807.451.729-20

Erica Thome Laidenes

CPF: 006.854.259-32

Evandro Carlos dos Santos

Advogado - OAB/SC 13.747

**ATA 1**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 001/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 075/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 052/2014

SRP Nº 025/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos quatorze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e quinze, o Município de Ibiã/SC, inscrito no CNPJ sob n. 01.612/745.0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, Nº 20, Centro, Ibiã, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 052/2014, Processo Licitatório 075/2014, SRP 025/2014, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s) GRÁFICA BOSCARDIN LTDA-EPP, CNPJ: 08.933.626/0001-62, situada na Rua Vicente Dutra, 121, Casa, Bairro Fátima, Frederico Westphalen/RS, CEP: 98.400-000, representada neste ato por seu Sócio Administrador o Sr. Nelson Boscardin, CPF: 056.243.200-00, RG: 7012850769SSP/RS, residente na cidade de Frederico Westphalen, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

**1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL**

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de:

Item	Quantidade estimada	Valor unitário	Objeto	Unidade
1	4000	0,55	Envelopes ofício branco 11,5x23 cm, personalizados em seleção de cores, papel 90grs, com abertura lateral, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
2	3000	0,8	Envelopes saco branco 18x25 cm, personalizados em seleção de cores, papel 115 grs, com abertura lateral, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
3	2000	5,31	Envelopes saco prata 24x34 cm, personalizados em seleção de cores, papel 115 grs, com abertura lateral, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
4	2000	5,41	Envelopes saco prata 26x36 cm, personalizados em seleção de cores, papel 115 grs, com abertura lateral, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
5	40000	0,31	Folhas ofício A4 personalizadas em seleção de cores, papel 90 grs, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN

6	1000	4,23	Pastas personalizadas impressão em papel triplex 350 grs em seleção de cores, verniz UV total, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset, em duas partes sendo capa e contra capa com 2 vincos no tamanho de 28,5x34 cm, frente e verso para o setor da Educação	UN
7	500	4,22	Pastas personalizadas impressão em papel triplex 350 grs em seleção de cores, verniz UV total, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset, em duas partes sendo capa e contra capa com 2 vincos no tamanho de 28,5x34 cm, frente e verso para o setor de licitações	UN
8	1500	2,86	Pastas personalizadas impressão em papel triplex 300 grs em seleção de cores, verniz UV total, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset, com bolso interno sendo a impressão terá impressão em cima do bolso	UN
9	1500	2,66	Pastas personalizadas impressão em papel triplex 300 grs em seleção de cores, verniz UV total, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset, com orelha	UN
10	1000	4,24	Pastas personalizadas impressão em papel triplex 350 grs em seleção de cores, verniz UV total, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset, em duas partes sendo capa e contra capa com 2 vincos no tamanho de 28,5x34 cm, frente e verso para o setor de Contabilidade	UN
11	500	4,25	Pastas personalizadas impressão em papel triplex 350 grs em seleção de cores, verniz UV total, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset, em duas partes sendo capa e contra capa com 2 vincos no tamanho de 28,5x34 cm, frente e verso para o setor de Contabilidade	UN
12	2500	2,24	Pasta de bloco de produtor papel triplex 300 grs em seleção de cores com verniz UV total, tamanho 50x22 cm, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
13	700	8,33	Pasta de bloco de produtor impresso em lona com zíper em seleção de cores com verniz UV total, tamanho 29x34 cm, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
14	500	2,62	Diário de movimentação de veículos tamanho 15,5x22,5 cm, capa e contra capa em papel triplex 230 grs em seleção de cores, parte interna com 12 folhas no papel 90 grs em uma cor frente e verso, colado e grampeado, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN



15	10000	0,17	Memorando, personalizado em seleção de cores, papel 90 grs, blocos de 1x50, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
16	100	15,24	Ordem de abastecimento papel copiativo, 3x50, tamanho 10x15 cm, sendo primeira via branca, segunda amarela e terceira verde, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
17	80	29,47	Ordem de serviço papel copiativo, 3x50, tamanho 15x23 cm, sendo primeira via branca, segunda amarela e terceira verde, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
18	20000	0,52	Formulário contínuo para bloco de produtor rural, conforme numeração e padrões do estado de Santa Catarina (Secretaria da Fazenda), em quatro vias carbonadas, tamanho 24x21, 5 cm total valor do jogo com quatro vias carbonadas	UN
19	80	29,47	Solicitação de serviço papel copiativo, tamanho 15x23 cm, sendo primeira via branca, segunda rosa e terceira verde, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
20	100	29,47	Requisição de compra/serviços, 3x50, tamanho 14x21 cm em papel copiativo sendo primeira via branca, segunda rosa e terceira azul, com criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN
21	1400	3,86	Calendários de eventos 2015, base em papel triplex 250grs. Verniz uv total, com fotos coloridas, tamanho 30 x 40, grampeadas na base, com 2 meses cada folha, papel 90Grs. Com baquete na parte superior.	UN
22	2000	5,32	Envelopes saco prata 24x34 cm, personalizados em seleção de cores, papel 115 grs, com abertura lateral, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset.	UN
23	2000	5,42	Envelopes saco prata 26x36 cm, personalizados em seleção de cores, papel 115 grs, com abertura lateral, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset.	UN
24	1000	2,16	Envelopes saco branco 37x47 cm, personalizados em seleção de cores, papel 115 grs, com abertura lateral, criação, montagem e fotolito por conta da gráfica e deverá ser apresentado modelo impresso em offset	UN

e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIA E EM SEU ANEXO I, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data da sua publicação.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiã.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiã, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

## 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

## 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiã, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

## 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Secretaria de Planejamento e Gestão: Reduzido 12 - Complemento do Detalhamento: 339039630000 - Serviços Gráficos e Editoriais.

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente: Reduzido 29, Complemento do Detalhamento 339039630000 - Manutenção das Atividades de Apoio ao Agricultor.

#### 8. - DO CONTRATO, DO PAGAMENTO E DO PRAZO DE ENTREGA:

8.1. A critério do Município de Ibiã, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.567/2013, através de Ordem Bancária, mediante recebimento pelo setor de compras do Município de Ibiã da nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: [compras@ibiam.sc.gov.br](mailto:compras@ibiam.sc.gov.br) e [nfe@ibiam.sc.gov.br](mailto:nfe@ibiam.sc.gov.br).

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 48(quarenta e oito) horas, para fornecer os itens conforme AF. Para cada dia de atraso no fornecimento dos itens, poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 20(vinte) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constatare que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no

edital e respectiva ata de registro de preços.

8.8. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.9. Após a solicitação o fornecedor terá um prazo de até 5(cinco) dias corridos, para fornecimento do material, sob pena de cancelamento da presente ata e aplicação das penalidades cabíveis.

8.10 A Administração não efetuará pagamento de itens não autorizados pela administração municipal e em desacordo com esta Ata e com o Anexo I do Edital de Pregão n. 052/2014 sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 11.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 075/2014, Pregão Presencial 052/2014, SRP 025/2014 será exercida pelos Secretários de Administração e Agricultura conforme Portaria Municipal 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigará-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à

aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 052/2014 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 052/2014

## 12- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

e) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos,

sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SÉXTO - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

## 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

## 14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO E DA RESCISÃO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

14.3. A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pela CONTRATANTE. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurando o contraditório e a ampla defesa, com as consequências previstas abaixo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão contratual poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, e



precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

II - amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência da CONTRATANTE.

III - judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78da Lei nº 8.666/93;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamente comprovados, quando os houver sofrido e, ainda, terá direito a devolução de garantia e pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

PARÁGRAFO QUARTO - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

#### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Oficial dos Municípios - DOM;

#### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DOS CASOS OMISSOS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 075/2014; o Edital do Pregão n. 052/2014, SRP 025/2014 as propostas com preços e especificações.

16.2. A execução deste contrato, bem assim os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei nº 8.666/93 e Lei 10.520/02.

#### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC, 14 de Janeiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Município de Ibiam

GRÁFICA BOSCARDIN LTDA-EPP

CNPJ: 08.933.626/0001-62

Sócio Adm.: Nelson Boscardin

Fornecedor

TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga

CPF - 807.451.729-20

Sergio Ramos

CPF: 693.254.489-04

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

#### ATA 2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 002/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 080/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 055/2014

SRP Nº 027/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos quatorze dias do mês de Janeiro, do ano de dois mil e quinze, o Município de Ibiam/SC, inscrito no CNPJ sob n. 01.612/745.0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, Nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 055/2014, Processo Licitatorio 080/2014, SRP 027/2014, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), ANDRE FALAVINHA ME, CNPJ: 09.569.503/0001-57, representada neste ato, por seu Administrador, o Sr. Andre Falavinha, CPF: 063.170.079-00, RG 4.488.216 de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de:

N.	Qdade estima- da	Und	Especificações	Valor por m²
01	9.796m²	M²	Serviços de dedetização, desratização e descupinização, dos prédios públicos do Município de Ibiam, para o período de 12 meses. A empresa vencedora deve, mensalmente fazer visita, para verificar os porta isca, que a empresa deve instalar para controle de ratos/roedores.. A quantidade de m² licitada é uma mera expectativa de contratação, sendo autorizada somente a quantia necessária para suprir as necessidades do Município, durante o período de doze meses.	5,70

e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIA E EM SEU ANEXO I, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

#### 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data da sua publicação.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.



### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiam.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiam, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

### 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

### 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiam, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

### 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Secretaria de Planejamento e Gestão: Reduzido 12 - Complemento

do Detalhamento: 339039990000 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

Secretaria de Educação: Reduzido 71, Complemento do Detalhamento 339039630000 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental.

Secretaria de Educação: Reduzido 83, Complemento do Detalhamento 339039630000 - Manutenção da Educação Infantil.

### 8. - DO CONTRATO, DO PAGAMENTO E DO PRAZO DE ENTREGA:

8.1. A critério do Município de Ibiam, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.567/2013, através de Ordem Bancária, mediante recebimento pelo setor de compras do Município de Ibiam da nota fiscal impressa e devidamente liquidada pelo secretário competente. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: [compras@ibiam.sc.gov.br](mailto:compras@ibiam.sc.gov.br) e [nfe@ibiam.sc.gov.br](mailto:nfe@ibiam.sc.gov.br).

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 48(quarenta e oito) horas, para fornecer os itens conforme AF. Para cada dia de atraso no fornecimento dos itens, poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 20(vinte) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

8.8. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.9. Após a solicitação o fornecedor terá um prazo de até 5(cinco) dias corridos, para fornecimento do material, sob pena de cancelamento da presente ata e aplicação das penalidades cabíveis.

8.10 A Administração não efetuara pagamento de itens não autorizadas pela administração municipal e em desacordo com esta Ata e com o Anexo I do Edital de Pregão n. 055/2014 sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 11.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renovação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 080/2014, Pregão Presencial 055/2014, SRP 027/2014 será exercida pelos Secretários de Administração e Agricultura conforme Portaria Municipal 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a

manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 055/2014 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 055/2014

#### 12- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

e) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SÉXTO - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

### 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

### 14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO E DA RESCISÃO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

14.3. A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pela CONTRATANTE. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurando o contraditório e a ampla defesa, com as consequências previstas abaixo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão contratual poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, e precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade

competente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

II - amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência da CONTRATANTE.

III - judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamente comprovados, quando os houver sofrido e, ainda, terá direito a devolução de garantia e pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

PARÁGRAFO QUARTO - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Oficial dos Municípios - DOM;

### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DOS CASOS OMISSOS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 080/2014; o Edital do Pregão n. 055/2014, SRP 027/2014 as propostas com preços e especificações.

16.2. A execução deste contrato, bem assim os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei nº 8.666/93 e Lei 10.520/02.

### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC, 14 de Janeiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

ANDRE FALAVINHA ME  
CNPJ: 09.569.503/0001-57  
Adm: André Falavinha  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:  
Laelcio A. Gasaniga  
CPF - 807.451.729-20

Erica Thomé Laidnes  
CPF: 006.854.259-32

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

**ATA 3**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 003/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 002/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2015

SRP Nº 001/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos onze dias do mês de Fevereiro, do ano de dois mil e quinze, o Município de Ibiã, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiã, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 001/2015, Processo Licitatório 002/2015, SRP 001/2015 RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), COMERCIO E TRANSPORTE JEAN E VERA LTDA ME, CNPJ: 11.385.570/0001-63, estabelecida na Rua 20 de Julho, Centro, Ibiã/SC, CEP: 89.652-000, representada neste ato por seu Administrador, o Sr. Jean Felipe K. Mazurek, CPF: 067.544.929-45, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que é parte integrante este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

**1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL**

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados dos itens, conforme segue:

Item	Det. Comp.	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Objeto
6	3040016	UN	50	6,29	Achocolatado em pó, sabor morango, contendo as seguintes vitaminas e minerais: cálcio, ferro, magnésio, vitaminas, B1, B2, B6, B12, niacina, ácido pantotênico e biotina, embalagem 380 g. Validade mínima 6 meses
8	3030002	EMB	150	7,99	AÇÚCAR CRISTAL DE ORIGEM VEGETAL, CONSTITUÍDO FUNDAMENTALMENTE POR SACAROSE DE CANA DE AÇÚCAR. COMPOSIÇÃO: SACAROSE NO MÍNIMO 99,60%, SAIS MINERAIS NO MÁXIMO 0,07%. EMBALAGEM COM 5 KG. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES
10	3040018	pct	60	6,59	Açúcar mascavo. Rótulo com informações nutricionais e registro nos órgãos competentes Embalagem até 1 Kg. Validade mínima 3 meses
18	3090002	EMB	100	9,90	ARROZ PARABOLIZADO, TIPO 1, LONGO, FINO, POLIDO, EMBALAGEM COM 5 KG. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.
25	3070012	UN	48	3,99	Bebida à base de soja, sem sabor, embalagem tetrapak, contendo 1 litro

27	3070014	UN	500	2,75	Bebida fermentada láctea com polpa de fruta, sabores diversos( morango, coco, ameixa, pêssego ) contém soro de leite em pó reconstituído, leite pasteurizado, açúcar, polpa de frutas, embalagem plástica 900 g. Validade mínima 15 dias
37	3100046	pct	100	3,69	Biscoito salgado, tipo água e sal, embalagem dupla, com 360 gramas. Validade mínima de 6 meses
39	3100005	EMB	100	3,60	BISCOITO SALGADO, TIPO CRACKER, EMBALAGEM DUPLA, COM 360G. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.
40	3100004	EMB	100	3,99	BISCOITO SALGADO, TIPO COQUETEL, CADA 30 GRAMAS DO PRODUTO DEVERÁ CONTER 0,8G DE FIBRA ALIMENTAR. EMBALAGEM DUPLA COM PESO LÍQUIDO DE 360G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.
41	3100048	pct	30	3,89	Biscoito salgado, tipo integral, embalagem dupla, com 360 gramas. Validade mínima de 6 meses
48	3060004	EMB	20	1,59	CANELA EM PÓ, EMBALAGEM COM 30G, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.
49	3090004	EMB	50	2,89	CANJICA DE MILHO, GRUPO: MISTURADASUBGRUPO: DES-PELICULADA, CLASSE: BRANCA, TIPO 1. EMBALAGEM COM 500 GRAMAS. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.
50	3090017	EMB	35	2,29	CANJIQUELHA AMARELA(QUIREIRA DE MILHO). COM ROTULO. EMBALAGEM COM 500 GRAMAS.
58	3030041	CX	100	2,29	Chás diversos sabores ( camomila, erva doce, erva cidreira, hortelã, maçã) caixa com 10 sachês
69	3040004	EMB	50	8,99	DOCE DE LEITE, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. CADA 20G DO PRODUTO DEVE CONTER: 47MG DE CÁLCIO. EMBALAGEM COM 900G. VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES.
72	3060008	EMB	70	5,99	EXTRATO DE TOMATE, SEM AROMATIZANTES E CORANTES ARTIFICIAIS, SEM CONSERVADORES. CONTENDO OS SEGUINTE INGREDIENTES: TOMATE, AÇÚCAR E SAL. CADA 30G. DO PRODUTO DEVE CONTER 20KCAL, 0,9G DE FIBRA ALIMENTAR E NO MÁXIMO 130MG DE SÓDIO. EMBALAGEM COM 850G. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.
75	3080013	EMB	20	4,49	Farinha láctea instantânea a base: farinha de trigo/ leite em pó integral / açúcar / sal / vitaminas / sais minerais/aromatizantes. Diversos sabores aveia, cereais e tradicional. Embalagem 230 g



77	3080014	pct	30	3,29	Farinha de trigo integral, rótulo com informações nutricionais e registro nos órgãos competentes. Embalagem 1 kg. Validade mínima de 4 meses
80	3090006	EMB	220	3,80	FEIJÃO PRETO TIPO 1, LIMPO, LIVRE DE IMPUREZAS, GRUPO 1, FEIJÃO COMUM, CLASSE PRETO. EMBALAGEM COM 1KG. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.
85	3080005	EMB	50	8,40	FUBÁ 100% NATURAL DE MILHO, ENRIQUECIDO COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO. CADA 50G. DEVE CONTER NO MÍNIMO 2,1MG DE FERRO E 75MG DE ÁCIDO FÓLICO. EMBALAGEM COM 5KG. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.
91	3030024	UN	55	2,50	LEITE CONDENSADO EMBALAGEM TETRA PAK DE 395 G. VALIDADE MÍNIMA 4 MESES
94	3090008	EMB	80	3,49	LENTILHA, TIPO 1 CLASSE GRAU-DA, RICA EM ÁCIDO FÓLICO E PROTEÍNAS, FONTE DE FERRO, VITAMINA B1, B5 E B6. EMBALAGEM COM 500 GRAMAS. VALIDADE 6 MESES.
100	3100052	pct	52	2,99	Macarrão para fuso integral para fuso ou pena, massa alimentícia com trigo integral. Embalagem 500 g. Validade mínima 6 meses
104	3100010	EMB	120	2,29	MACARRÃO TIPO PENA MASSA ALIMENTÍCIA DE SÊMOLA DE TRIGO, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS E CORANTES NATURAIS(CÚRCUMA E URUCUM). TEMPO DE COZIMENTO DE 9 A 11 MINUTOS. CADA 80G DO PRODUTO DEVE CONTER NO MÍNIMO 2.2G. DE FIBRA ALIMENTAR. EMBALAGEM COM 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.
106	3100025	EMB	100	4,59	MACARÃO COM OVOS, TIPO ESPAGUETE, Nº 1. EMBALAGEM COM 1 KG
123	3110005	UN	140	2,99	OLEO DE SOJA REFINADO EMBALAGEM COM 900 ML
141	3080017	EMB	50	1,70	Pó para gelatina zero açúcar (diet), sabores diversos uva, morango, abacaxi, cereja. Embalagem 12 g. Validade mínima 6 meses
147	3090010	EMB	100	3,49	SAGU TIPO 1, CLASSE PEROLA. EMBALAGEM COM 500G. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.
150	3120004	EMB	180	6,40	SARDINHA AO PRÓPRIO SUCO COM ÓLEO DE SOJA. LATA COM 250G. 165G DRENADO. VALIDADE MÍNIMA 12 MESES.
155	3030014	EMB	22	6,49	VINAGRE DE ALCOOL FERMENTADO ACÉTICO DE ALCOOL HIDRATADO, ACIDEZ 4,2%. EMBALAGEM DE 3 LITROS. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE 6 MESES.

156	3030015	EMB	24	10,9	VINAGRE DE VINHO TINTO, FERMENTADO ACÉTICO DE VINHO TINTO E ÁGUA, ACIDEZ 4,2%. EMBALAGEM DE 3 LITROS. VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES.
-----	---------	-----	----	------	---

e conforme proposta vencedora e NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIA E EM SEU ANEXO I, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

## 2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura da respectiva ata.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Secretário de Educação do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiã.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiã, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

## 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

## 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiã, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, que poderá substituir o contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

## 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Reduzido	Elemento	Descrição	Complemento do detalhamento
62	33900000000000	PROGRAMA SUPLEM DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	33903007000000
63	33900000000000	PROGRAMA SUPLEM DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	33903007000000

## 8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiã, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado por decreto municipal, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente da conferência por parte da comissão, de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado mediante apresentação das certidões negativas de Débito a seguir relacionadas: Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União e INSS, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS, CNDT e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção,

desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24(vinte e quatro) horas, para fornecer os itens que foi vencedor. A empresa fica obrigada a substituir itens com defeito ou que não atendam as exigências do município, ou que estiverem em desacordo com as a marca ou amostras apresentadas, sem custos adicionais para o município, devendo fazê-lo no prazo de até 24 horas. Para cada dia de atraso no fornecimento da mercadoria, e também no caso de troca de produtos entregues em desacordo com o edital/amostras poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 10(dez) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

Os itens solicitados na AF-Autorização de Fornecimento, devem ser fornecidos, sempre no período da manhã, das 07:30 até 11:00 horas. Fora deste horário os itens não serão recebidos, devendo o fornecedor retornar no dia seguinte. Não será dado o aceite na nota até a conferência de cada item fornecido. Lembrando que itens em desacordo com o edital ou com as amostras enseja na aplicação de multas previstas no edital e respectiva Ata, em especial o constante no item 8.4 desta ata.

8.8. A Administração não efetuará pagamento de itens não autorizados pela administração municipal e em desacordo com esta Ata e com o Anexo I do Edital de Pregão n. 001/2015 sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no item 12.

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 002/2015, Pregão Presencial 001/2015, SRP 001/2015 será exercida pelo Secretário de: Secretario de Educação do Município de Ibiã, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 001/2015 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 001/2015

## 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer além do estabelecido no item 11.7 deste edital, as seguintes penalidades, isolada ou conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 5 (cinco) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou

pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

## 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em

decorrência de eventual redução ou aumento ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado. Os preços poderão ser revisados caso o fornecedor elabore um requerimento solicitando o aumento dos preços e comprovando com apresentação de notas fiscais de compra do produto (no mínimo uma anterior e outra posterior ao aumento).

#### 14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios de SC - DOM/SC;

#### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 002/2015; Edital do Pregão n. 001/2015, SRP 001/2015 as propostas com preços e especificações.

#### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC, 11 de Fevereiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

COM. E TRANSP. JEAN E VERA LTDA ME

CNPJ: 11.385.570/0001-63

Adm. Jean Felipe K. Mazurek

Fornecedor

#### TESTEMUNHAS:

Adriana Taiba

Luciana Balen

CPF: 645.608.800-34

CPF: 042.307.839-90

Evandro Carlos dos Santos

Advogado - OAB/SC 13.747

#### ATA 4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 004/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 005/2014.

PREGÃO PRESENCIAL N. 004/2014

SRP Nº 001/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos doze dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quatorze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 004/2014, Processo Licitatório 005/2014, SRP 001/2014 RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), RENATO MARCELO SEFFRIN LUTZ-ME, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ:14.633.520/0001-46, com sede na AV.20 DE JULHO,CEP:89652-000 IBIAM-SC, neste ato representado por seu Gerente o Sr. RENATO MARCELO SEFFRIN LUTZ, CPF:017.830.949-40, CI:2.145.478, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que é parte integrante este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para possíveis aquisições futuras, com pedidos parcelados de:

i_ item	pre_ co_ unit_ part	preco_ total	qtde_ cota- da	nome_ marca	espec_mat	un_codi
1	5,49	274,5	50		ABACATE MADURO - ABACATE NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO, ISENTO DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, LIVRE DE SUBSTÂNCIAS TERROSAS E SUJIDADES.	kg
2	5,06	607,2	120		ABACAXI, FRUTAS FIRMES, SEM MACHUCADOS, DE 1º QUALIDADE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, FRUTAS LIMPAS. PESO MÍNIMO DA UNIDADE 1,4KG.	UN



3	2,17	217	100		ABOBRINHA CONSISTENCIA FIRME, TAMANHO MÉDIO, BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL E ODOR ESTRANHO. CASCA BRILHANTE E LIMPA.	kg
4	3,26	130,4	40		ACELGA BEM FORMADA, FIRME, SEM MANCHAS DE APODRECIMENTO, LIVRE DE SUJIDADES. PESO MÍNIMO DE 1,5KG CADA UNIDADE.	UN
8	6,95	486,5	70	DOCICAM	AÇÚCAR MASCAVO, EMBALAGEM COM 1KG.	kg
10	8,5	3867,5	455	TREZE TÍLIAS	AGUA MINERAL SEM GÁS 20 LITROS, SOMENTE A AGUA SEM A EMBALAGEM.	UN
13	3,25	195	60	GOIS	ALHO, BULBO INTEIRO E SÃO, SEM BROTO, DE 1º QUALIDADE. EMBALAGEM COM 200 GRAMAS. VALIDADE MÍNIMA 3 MESES.	EMB
22	7,5	300	40	PECCIN	BALAS SORTIDAS DE IOGURTE. EMBALAGEM COM 600 GRAMAS.	EMB
23	1,35	1012,5	750		BANANA CONSISTÊNCIA FIRME, EM INÍCIO DE MATURAÇÃO, DE 1º QUALIDADE, FRESCAS, LIVRE DE PERFURAÇÕES, COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA E MACHUCADOS, ISENTO DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL E AROMA ESTRANHO. PENCAS COM NO MÍNIMO 10 BANANAS. PESO APROXIMADO DA UNIDADE:	kg
24	2,55	76,5	30		BANANA MAÇA/PRATA, GRAU DE MATURAÇÃO INTERMEDIÁRIO. FRUTAS BEM DESENVOLVIDAS, COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORME	kg
25	3,16	158	50		BATATA DOCE, NOVA, UNIFORME, FIRME E BEM DESENVOLVIDA, SEM RUPTURAS OU DEFEITOS, LIMPA.	kg
27	7,35	588	80		BATATA SALSA, NOVA, UNIFORME E BEM DESENVOLVIDA, SEM RUPTURAS OU DEFEITOS, LIMPA, SELECIONADA, DE PRIMEIRA QUALIDADE	kg

28	4,15	186,75	45	ADES	BEBIDA DE SOJA SABORES DIVERSOS ( LARANJA, MORANGO, MAÇA, UVA, MARACUJÁ, ABACAXI) EMBALAGEM TETRA PACK OU TETRA BRICK ASSEPTIC COM 1 LITRO. INGREDIENTES: EXTRATO DE SOJA, ÁGUA, AÇÚCAR, SAL, ÓLEO VEGETAL DE SOJA, AROMATIZANTE, ESTABILIZANTE, VITAMINAS E EM	EMB
30	2,1	273	130		BETERRABA DE PRIMEIRA QUALIDADE, NOVA, FIRME, SEM FOLHAS, SEM RACHADURA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL. PESO MÍNIMO DA UNIDADE: 250G.	kg
34	2,95	236	80	PARATI	Biscoito doce tipo maria. Embalagem dupla, peso líquido 370g. Validade mínima 6 meses.	EMB
35	3,55	284	80	PARATI	Biscoito doce tipo maria, sabor chocolate. Embalagem dupla, peso líquido 370g. Validade mínima 6 meses.	EMB
41	3,89	369,55	95	LAR	BRÓCOLIS DE 1º QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO DO TAMANHO, COR PRÓPRIA, SEM PARTES AMARELADAS, LIVRE DE SUJIDADES. PESO MÍNIMO DA UNIDADE: 400G.	UN
43	8,25	2310	280	MELITA	CAFÉ EM PÓ, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS	EMB
50	4,99	1152,7	231		CAQUI FUYU DE BOA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, TAMANHO MÉDIO, GRAU DE MATURAÇÃO INTERMEDIÁRIO, BEM DESENVOLVIDO, LIVRE DE SUJIDADES, SEM LESÕES, PERFURAÇÕES E/OU CORTES.	kg
51	14	3080	220	GUZZI	CARNE BOVINA INSPECIONADA, TIPO COUXÃO DURO, EM CUBOS, EMBALAGEM LACRADA RESISTENTE AO TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO, IDENTIFICADAS CONFORME LEGISLAÇÃO EM VIGOR, CONTENDO TAMBÉM DATA DE VALIDADE ENTRE OUTROS.	kg

52	10,5	2310	220	GUZZI	CARNE BOVINA MOÍDA, FRESCA DE 1º CATEGORIA, RESFRIADA, INSPECIONADA, A CARNE DEVE SER MOÍDA NO DIA DA ENTREGA E RESFRIADA ANTES DA MESMA, EMBALADA EM SACOS DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, ATÓXICO, LACRADO, RESISTENTE AO TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO, IDEN	kg
53	11	1210	110	GUZZI	CARNE SUÍNA MOÍDA, INSPECIONADA, DE 1º CATEGORIA, RESFRIADA. A CARNE DEVE SER MOÍDA NO DIA DA ENTREGA E RESFRIADA ANTES DA MESMA, EMBALADA EM SACOS DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, ATÓXICO, LACRADO, RESISTENTE AO TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO, IDENTIFICADA	kg
54	1,45	203	140		CEBOLA DE 1º QUALIDADE, NOVA, COM CASCA SÃ, SEM RUPTURAS. ISENTA DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL. PESO MÍNIMO DA UNIDADE: 140G.	kg
55	2,38	285,6	120		CENOURA DE 1º QUALIDADE, FRESCA, FIRME, LIMPA, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETAM A SUA APARÊNCIA, ISENTA DE UMIDADE EXTERNA. PESO MÍNIMO DE CADA UNIDADE: 130G.	kg
58	2,95	1032,5	350	MATE LEÃO	CHÁ DIVERSOS SABORES(NATURAL, PESSEGO, CAMOMILA, ERVA DOCE, CIDREIRA, ORTELÃ, MAÇA,...). EMBALAGEM COM 20 SACHÊS	EMB
60	2,35	329	140		CHUCHU, VERDE, FRESCO, COM GRAU DE MADURAÇÃO INTERMEDIÁRIO, CONCISTENCIA FIRME, NÃO DEVERÁ APRESENTAR PERFURAÇÕES OU COLORAÇÃO NÃO CARACTERISTICA.	kg
69	8,5	425	50	TIROL	DOCE DE LEITE, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. CADA 20G DO PRODUTO DEVE CONTER: 47MG DE CÁLCIO. EMBALAGEM COM 900G. VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES.	EMB

71	5,3	106	20	SUPER FREEZER	Embalagem plástica picotada, rolo com 100 unidades, pacotes com capacidade para 08 kg.	UN
73	1,45	181,25	125	QUERO	ERVILHA EM CONSERVA, EMBALAGEM TETRA PAK, PESO LÍQUIDO 200 G. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES	UN
81	4,45	222,5	50	ROYAL	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO. DEVE CONTER OS SEGUINTE INGREDIENTES: AMIDO DE MILHO OU FÉCULA DE MANDIOCA, FOSFATO MONOCÁLCIO, BICARBONATO DE SÓDIO E CARBONATO DE CÁLCIO. EMBALAGEM COM 250G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	EMB
87	3,6	360	100	BIGFESTA	GARFINHO PARA BOLO, EMBALAGEM COM 50UN.	EMB
90	3,75	2025	540	TIROL	IOGUTE DIVERSOS SABORES(MORANGO, AMEIXA, COCO, PESSEGO, SALADA DE FUTAS...), COM POLPA DA FRUTA, EMBALAGEM COM 1 LITRO.	EMB
91	1,68	504	300		LARANJA PERA, SELECIONADA, DE BOA QUALIDADE, FRESCA, FIRME, LIVRE DE SUJIDADES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVE SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, ISENTA DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA. PESO MÍNIMO DA UNIDADE. 150G.	kg
94	3,6	180	50	PINDUCA	LENTILHA, TIPO 1 CLASSE GRAUDA, RICA EM ÁCIDO FÓLICO E PROTEÍNAS, FONTE DE FERRO, VITAMINA B1, B5 E B6. EMBALAGEM COM 500 GRAMAS. VALIDADE 6 MESES.	EMB
95	3,5	210	60		LIMÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE, NOVO, COM BASTANTE SUÇO, LIVRE DE LESÕES FÍSICAS OU MECÂNICAS.	kg

99	4,3	3225	750		MAÇÃ GALA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM GRAU DE MATURIDADE TAL QUE LHE PERMITA SUPOSTAR O TRANSPORTE, MANIPULAÇÃO E CONSERVAÇÃO ADEQUADA, APRESENTADO COR, TAMANHO E FORMAÇÃO UNIFORME, NÃO APRESENTANDO MANCHAS, MACHUCADURAS, BOLORES OU SEJIDADES. DEVENDO APR	kg
101	2,75	288,75	105	ISABELA	MACARRÃO PARA SOPA, COM OVOS, DIVERSOS TIPOS( ALFABETO, ARGOLINHA, CONCHINHA... ), MASSA ALIMENTÍCIA DE SEMOLA DE TRIGO, ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO. EMBALAGEM DE 500G. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	EMB
106	3,35	603	180		MAMÃO FORMOSA, PRODUTO FRESCO, COM GRAU DE MATURAÇÃO INTERMEDIÁRIO, CONSISTÊNCIA FIRME, NÃO DEVE APRESENTAR PERFURAÇÕES, MACHUCADOS, LIVRE DE SUJIDADES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO.	kg
109	1,3	962	740		MELANCIA FRESCA, COM GRAU MÁXIMO DE TAMANHO, APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPOSTAR A MANIPULAÇÃO, COM ASPECTO E COR PRÓPRIA, NÃO DEVE CONTER SUJIDADES, NÃO ESTAR DANIFICADA POR QUALQUER LESÃO FÍSICA OU QUÍMICA	kg
112	1,85	231,25	125	QUERO	MILHO VERDE EM CONSERVA, EMBALAGEM TERA PAK, PESO LÍQUIDO 200 G. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES	UN

116	6,8	204	30	FRIAVES	MOELA DE FRANGO CONGELADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA FLEXÍVEL, ATÓXICA, RESISTENTE, EM EMBALAGENS DE 1KG, CONTENDO NO ROTULO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, REGISTRO NO SIF, DATA VALIDADE, IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE CARNE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	kg
117	2,29	178,62	78		MORANGA TIPO CABOTIÁ, GRAU DE MATURAÇÃO INTERMEDIÁRIA, CONSISTENCIA FIRME, ISENTA DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL E DE PERFURAÇÕES. UNIDADE COM TAMANHO MÉDIO.	kg
129	3,85	57,75	15	WILDA PRATIC	Papel aluminio, rolo com 7,5m x 45cm	UN
130	2,83	90,56	32	MAXIM	PAPEL TOALHA PARA ALIMENTOS COM 60 FOLHAS DUPLAS, BRANCO, PICOTADO, PACOTE COM 2 ROLOS.	pct
132	3,7	173,9	47	MAREZANI	Pepino em Conserva, com registro no Min. da Agric. Embalagem de vidro com 200g.	UN
137	0,75	225	300	MINAPLAST	PRATINHOS DESCARTÁVEIS PARA BOLO, EMBALAGEM COM 10UN.	EMB
140	3,4	153	45		REPOLHO ROXO, LISO, FRESCO, LIMPO, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDO, CONSISTENCIA FIRME, NÃO DEVERÁ APRESENTAR PERFURAÇÕES, MACHUCADOS E/OU COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA. PESO MÍNIMO DE 1KG CADA REPOLHO.	UN
141	2,45	220,5	90		REPOLHO BRANCO, LISO, FRESCO, LIMPO, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDO, CONSISTENCIA FIRME, NÃO DEVERÁ APRESENTAR PERFURAÇÕES, MACHUCADOS E OU COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA. PESO MÍNIMO DA UNIDADE: 2KG.	UN
142	3,6	360	100	LORENS	SAGU TIPO 1, CLASSE PEROLA. EMBALAGEM COM 500G. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	EMB
145	31,9	957	30	PERDIGÃO	SALSICHA TIPO HOT DOG, CONGELADA, EMB. COM 5 KG. VALIDADE MÍNIMA 1 MES.	EMB

149	3,55	497	140	TOMATE DE 1º QUALIDADE, COM GRAU DE MATURAÇÃO INTERMEDIÁRIO, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDO, CONSISTENCIA FIRME, NÃO DEVERÁ APRESENTAR PERFURAÇÕES, MACHUCADOS OU COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA. PESO MÍNIMO DA UNIDADE: 120G.	kg
152	4,45	445	100	VAGEM DE BOA QUALIDADE, LIMPA, NOVA, COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORMES, SEM LESÕES, PERFURAÇÕES OU INSETOS.	kg

e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E EM SEU ANEXO I, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

## 2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(dois) meses, contados a partir da data de assinatura da respectiva ata.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiam.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiam, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

## 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

## 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiam, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

## 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Despesas	Orgão	Unidades	Elementos	Descricao	cdelementos
12	2	2	3390000000000000	MANUT. DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	33903007000000
29	2	4	3390000000000000	MANUT. ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903007000000
53	2	5	3390000000000000	MANUT. SECRET. INFRAESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903007000000
60	2	6	3390000000000000	PROGRAMA SUPLEM DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	33903007000000
61	2	6	3390000000000000	PROGRAMA SUPLEM DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	33903007000000
69	2	6	3390000000000000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903015000000
90	2	7	3390000000000000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	33903007000000

## 8. DO PAGAMENTO

11.1. O valor total estimado desta ata é de R\$ 34.261,27 (Trinta e quatro mil, duzentos e sessenta e um reais e vinte e sete centavos). Ao critério do Município de Ibiam, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

11.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal,



aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

11.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo decreto municipal 2.567/2013, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente da conferência por parte da comissão, de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

11.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

11.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.4. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24(vinte e quatro) horas, para fornecer os itens que foi vencedor. A empresa fica obrigada a substituir itens com defeito ou que não atendam as exigências do município, ou que estejam em desacordo com as a marca ou amostras apresentadas, sem custos adicionais para o município, devendo fazê-lo no prazo de até 24 horas. Para cada dia de atraso no fornecimento da mercadoria, e também no caso de troca de produtos entregues em desacordo com o edital/amostras poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 10(dez) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

Os itens solicitados na AF-Autorização de Fornecimento, devem ser fornecidos, sempre no período da manhã, das 07:30 até 10:30 horas. Fora deste horário os itens não serão recebidos, devendo o fornecedor retornar no dia seguinte. Não será dado o aceite na nota até a conferência de cada item fornecido. Lembrando que itens em desacordo com o edital ou com as amostras enseja na aplicação de multas previstas no edital e respectiva Ata, em especial o constante no item 8.4 desta ata.

8.5. A Administração não efetuará pagamento de itens não autorizados pela administração municipal e em desacordo com esta Ata e com o Anexo I do Edital de Pregão n. 004/2014 sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 11.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4. consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 005/2014, Pregão Presencial 004/2014, SRP 001/2014 será exercida pelo Secretário de: Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, Secretário de Agricultura e pelo Secretário de Educação e Secretário de Administração(conforme o Item) do Município de Ibiã, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 004/2014 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 004/2014

11.6. Obrigar-se ao acréscimo de 25% (vinte cinco por cento), estipulado no Edital n. 038/2013, conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

## 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer além do estabelecido no item 11.7 deste edital, as seguintes penalidades, isolada ou conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 5 (cinco) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos,

sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

## 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ou aumento ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado. Os preços poderão ser revisados caso o fornecedor elabore um requerimento solicitando o aumento dos preços e comprovando com apresentação de notas fiscais de compra do produto (no mínimo uma anterior e outra posterior ao aumento).

## 14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

## 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação

(ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal, Diário Oficial do Estado de Santa Catarina;

#### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 005/2014; Edital do Pregão n. 004/2014, SRP 001/20014 as propostas com preços e especificações.

#### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC, 13 de Fevereiro de 2014.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

RENATO MARCELO SEFFRIN LUTZ-ME  
CNPJ: 14.633.520/0001-46  
Sócio Adm: Renato M. S. Lutz  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Lucila Ciarnoschi  
CPF: 438.843.349-72

Luciana T. Balem  
CPF: 042.307.839-90

Melzi Cavazzola  
Advogado - OAB/SC 3.076

#### ATA 5

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 005/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 002/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2015  
SRP Nº 001/2015  
VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos onze dias do mês de Fevereiro, do ano de dois mil e quinze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 001/2015, Processo Licitatório 002/2015, SRP 001/2015 RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), MERCADO RZ LTDA EPP, CNPJ 85.373.157/0001-15, estabelecida na Rua Av. XV de Novembro, 357, Centro, Videira/SC, CEP: 89.560-000, representada neste ato por seu Sócio Administrador o Sr. Eloi Marcelino Parizotto, CPF: 551.607.949-72, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que é parte integrante este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que

se seguem:

#### DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados dos itens, conforme segue:

Item	Quant.	Valor Unit.	Objeto Unid.	
5	300	5,67	ACHOCOLATADO EM PÓ CONTENDO AS SEGUINTE VITAMINAS E MINERAIS: CALCIO, FERRO, MAGNÉSIO, VITAMINAS B1, B2, B6, B12, NIACINA, ÁCIDO PANTOTÉICO, E BIOTINA. EMBALAGEM COM 400 GRAMAS. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	EMB
9	30	1,21	AÇÚCAR DE BAUNILHA, EMBALAGEM COM 100 GRAMAS. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	EMB
14	45	3,59	AMENDOIM SELECIONADO DESCASCADO. EMBALAGEM 500 G	EMB
15	70	5,25	AMIDO DE MILHO, CADA 20G DEVERÁ CONTER 68 KCAL, SENDO 17G DE CARBOIDRATOS. EMBALAGEM COM 1 KG. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	EMB
16	10	42,54	APRESUNTADO PRODUZIDO A PARTIR DE CORTES SUÍNOS SELECIONADOS, DE 1ª QUALIDADE. PRODUTO INSPECIONADO E COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PEÇAS COM APROXIMADAMENTE 3,KG. VALIDADE MÍNIMA 1 MÊS.	EMB
17	20	11,21	ARROZ BRANCO, TIPO 1, LONGO, FINO, POLIDO. EMBALAGEM COM 5KG	EMB
26	40	4,91	Bebida a base de soja diversos sabores ( abacaxi, uva, morango, manga ) . Embalagem tetrapack 1 litro. Validade mínima 3 meses	UN
29	40	4,71	BIJU EMBALAGEM COM 1 KG, VALIDADE MÍNIMA 6 MESES	kg
30	100	3,62	BISCOITO DOCE, SABOR LEITE, CADA 30G. DO PRODUTO DEVERÁ CONTER NO MÍNIMO 49 MG DE CALCIO, 0,6G DE FIBRA ALIMENTAR E NO MÁXIMO 113MG DE SÓDIO. EMBALAGEM DUPLA, COM PESO LÍQUIDO DE 400 GRAMAS. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	EMB
31	100	3,43	BISCOITO DOCE SABOR MAIZENA, EMBALAGEM DUPLA, COM PESO LÍQUIDO DE 400 GRAMAS. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	EMB
33	50	3,46	Biscoito doce, tipo maria. Embalagem dupla, com peso líquido de 400 gramas. Validade mínima de 6 meses	pct
34	70	4,14	BISCOITO DOCE TIPO MARIA SABOR CHOCOLATE. PACOTE 400 G. VALIDADE MÍNIMA 3 MESES	EMB
43	22	4,64	EMBALAGEM PLÁSTICA PICOTADA, ROLO COM 100 UN. CAPACIDADE DE 5KG CAPA PACOTE,	UN
44	16	6,9	Embalagem plástica picotada, rolo com 100 unidades, pacotes com capacidade para 08 kg.	UN
46	65	10,07	CAFÉ EM PÓ, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS	EMB
47	20	2,11	Canela em pau ( rama ), embalagem 20 g, registro nos órgãos competentes. Validade mínima 6 meses	pct

51	220	17,98	CARNE BOVINA MOÍDA, FRESCA DE 1º CATEGORIA, RESFRIADA, INSPECIONADA, A CARNE DEVE SER MOÍDA NO DIA DA ENTREGA E RESFRIADA ANTES DA MESMA, EMBALADA EM SACOS DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, ATÓXICO, LACRADO, RESISTENTE AO TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO, IDENTIFICADA COM O NOME DO PRODUTO. EMBALAGEM COM 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	kg
53	220	11,81	CARNE SUÍNA MOÍDA, INSPECIONADA, DE 1º CATEGORIA, RESFRIADA. A CARNE DEVE SER MOÍDA NO DIA DA ENTREGA E RESFRIADA ANTES DA MESMA, EMBALADA EM SACOS DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, ATÓXICO, LACRADO, RESISTENTE AO TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO, IDENTIFICADAS COM O NOME DO PRODUTO. EMBALAGEM COM 1 KG. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	kg
56	50	35,56	CEREAL DE MILHO COM AÇÚCAR, EM FLOCOS. EMB. COM 2KG. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	EMB
57	40	38	Cereal de milho com açúcar, sabor chocolate, em flocos ou bolinhas. Embalagem de 2 Kg. Validade mínima de 6 meses	pct
59	25	7,33	Chocolate granulado, rótulo com informações nutricionais e registro nos órgãos competentes. Embalagem 500 g. Validade mínima 3 meses	pct
60	40	7,4	CHOCOLATE EM PÓ SOLÚVEL, CONTENDO NO MÍNIMO 50% DE CACAU. EMBALAGEM COM 1KG	kg
62	20	26,44	COCO RALADO, DESIDRATADO E PARCIALMENTE DESENGORDURADO, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. EMBALAGEM COM 1KG. VALIDADE MÍNIMA 3 MESES.	EMB
63	30	3	COLORÍFICO, VERMELHO. EMBALAGEM COM 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	EMB
67	20	3,44	CRAVO DA INDIA, EMBALAGEM COM 20G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	EMB
71	40	5,37	ERVILHA SECA EM GRÃOS, PARTIDA, DEVE CONSTAR NA EMBALAGEM DATA DE FABRICAÇÃO, VALORES NUTRICIONAIS, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, ENTRE OUTROS. PRAZO DE VALIDADE NO MÍNIMO DE SEIS MESES, PACOTE COM 500 GRAMAS.	pct
73	20	3,32	Farinha de arroz, rótulo com informações nutricionais e registro nos órgãos competentes. Embalagem 1 kg. Validade mínima de 3 meses	pct
74	35	4,16	Farinha de aveia, com rótulo nutricional e registro nos órgãos competentes, embalagem 500 gramas. Validade mínima 3 meses	pct
76	50	10,62	FARINHA DE TRIGO, ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO. TIPO ESPECIAL. EMBALAGEM COM 5 KG. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES.	EMB
78	20	3,09	Farinha de trigo para kibe, rótulo com informações nutricionais e registro nos órgãos competentes. Embalagem 500 g. Validade mínima de 3 meses	pct
79	40	3,56	FEIJÃO CARIOCA, TIPO 1. EMBALAGEM 1 KG	kg

81	55	5,44	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO. DEVE CONTER OS SEGUINTE INGREDIENTES: AMIDO DE MILHO OU FÉCULA DE MANDIOCA, FOSFATO MONOCÁLCIO, BICARBONATO DE SÓDIO E CARBONATO DE CÁLCIO. EMBALAGEM COM 250G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	EMB
83	20	4,15	FILME DE PVC ESTICÁVEL, TRANSPARENTE, PRÓPRIO PARA EMBALAR ALIMENTOS, 30X28CM, EMBALAGEM COM 1 UNIDADE DE 30 METROS.	UN
86	60	23,67	GELATINA EM PÓ NOS SEGUINTE SABORES: MORANGO, TANGERINA, ABACAXI, FRAMBOESA, TUTI-FRUTI, E UVA, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES. PACOTES COM 1KG.	EMB
87	16	18,51	GRANOLA TRADICIONAL, GRÃOS E SEMENTES. CEREAL INTEGRAL RICO EM FIBRAS E PROTEÍNAS. ZERO GORDURAS TRANS. EMBALAGEM COM 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	EMB
88	540	4,2	IOGURTE DIVERSOS SABORES(MORANGO, AMEIXA, COCO, PESSEGO, SALADA DE FUTAS...), COM POLPA DA FRUTA, EMBALAGEM COM 1 LITRO.	EMB
93	10	48,48	Leite zero lactose. Embalagem tetrapak, contendo 1 litro. Validade mínima de 3 meses	CAX
96	40	3,94	LINHAÇA, SEMENTE DE LINHO/LINHAÇA, EMBALAGEM COM 200G. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	EMB
99	100	3,41	Macarrão, massa alimentícia de sêmola de trigo com vegetais, enriquecida com ferro e ácido fólico parafuso ou pena tricolor. Pacote 500 g. Validade mínima de 6 meses	pct
101	100	3,13	MACARRÃO PARA SOPA, COM OVOS, DIVERSOS TIPOS( ALFABETO, ARGOLINHA, CONCHINHA... ), MASSA ALIMENTÍCIA DE SEMOLA DE TRIGO, ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO. EMBALAGEM DE 500G. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	EMB
103	360	2,7	MACARRÃO TIPO PARAFUSO, MASSA ALIMENTÍCIA DE SÊMOLA DE TRIGO, ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, OVOS E CORANTES NATURAIS(CÚRCUMA E URUCUM). EMBALAGEM COM 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	EMB
105	120	2,69	MACARRÃO TIPO RIGATONI(CANUDO), COM OVOS, MASSA ALIMENTÍCIA DE SEMOLA DE TRIGO, ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, EMBALAGEM COM 500G. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	EMB
111	30	15,62	MEL IN NATURA , DE 1º QUALIDADE COM REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA. EMBALAGEM DE VIDRO OU PLÁSTICA DE 1 KILO.	kg
112	30	10,81	Melado de cana, rótulo nutricional, e com registro nos órgãos competentes , embalagem 1 kg	EMB
117	60	11,34	MISTURA PARA MINGAU, ARROZ, MILHO OU MULTIGRÃOS, TIPO MUCILON, EMBALAGEM COM 400 GRAMAS.	EMB



118	20	5,25	MOELA DE FRANGO CONGELADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA FLEXIVEL, ATÓXICA, RESISTENTE, EM EMBALAGENS DE 1KG, CONTENDO NO ROTULO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, REGISTRO NO SIF, DATA VALIDADE, IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE CARNE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	kg
120	100	3,84	MORTADELA DE FRANGO SEM GORDURA, EMBALAGEM DE 500 G. EMBALAGEM PLÁSTICA E REGISTRADO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	UN
121	20	4,57	Noz moscada, com registro nos órgãos competentes, embalagem 25 g	EMB
122	24	6,47	Óleo de girassol ou milho. Embalagem plástica 900 ml. Validade mínima 6 meses	EMB
124	240	4,55	OVOS DE GALINHA. O PRODUTO DEVE APRESENTAR REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA E LIMPA. EMBALAGEM PLASTICA CONTENDO 1 DUZIA. VALIDADE MÍNIMA 20 DIAS.	EMB
126	20	4,15	Orégano com registro nos órgãos competentes. Pacote com 100 gramas	EMB
134	25	4,98	Papel aluminio, rolo com 7,5m x 45cm	UN
138	100	5,03	Polpa de fruta congelada, diversos sabores de 1 qualidade. Embalagem até 400 gramas. Em saco plástico transparente e resistente com especificações dos ingredientes. Data de fabricação e prazo de validade. Registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde	pct
139	90	19,78	PÓ PARA PUDIM NOS SABORES BAUNILHA, CHOCOLATE, CARAMELO, MORANGO, COCO. EMBALAGEM DE 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	EMB
140	50	1,65	Pó para pudim zero açúcar ( diet ) sabores de baunilha, chocolate, morango, coco, caramelo. Embalagem de 30 g. Validade mínima 6 meses	EMB
142	30	45,74	QUEIJO MUSSARELA, PRODUTO ELABORADO UNICAMENTE COM LEITE DE VACA, COM ASPECTO DE MASSA SEMI-DURA, COR: BRANCO CREME HOMOGÊNEA, RESFRIADO. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE EM PEÇAS, NA EMBALAGEM ORIGINAL. EMBALAGEM COM 2KG. VALIDADE MÍNIMA 1 MÊS.	EMB
143	60	5,11	QUEIJO TIPO RICOTA. EMBALAGEM COM 500GRAMAS, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	EMB
146	70	3,58	Requeijão cremoso , rótulo com informações nutricionais e registro no SIF. Embalagem com 180 gramas. Validade mínima 1 mês	EMB
148	100	1,29	SAL REFINADO, IODADO, CONTENDO OS SEGUINTE INGREDIENTES: SAL REFINADO(CLORETO DE SÓDIO), IODATO DE POTÁSSIO(INS 917) E ANTIUMECTANTE(INS 535). CADA 1G DO PRODUTO DEVE CONTER: 390MG DE SÓDIO, E 25 MCG DE IODO. EMBALAGEM COM 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	EMB

que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura da respectiva ata.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Secretário de Educação do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiã.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiã, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

## 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

## 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiã, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, que poderá substituir o contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento

e conforme proposta vencedora e NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E EM SEU ANEXO I,

da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

#### 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Reduzido	Elemento	Descrição	Complemento do detalhamento
62	33900000000000	PROGRAMA SUPLEM DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	33903007000000
63	33900000000000	PROGRAMA SUPLEM DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	33903007000000

#### 8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiam, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preços, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado por decreto municipal, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente da conferência por parte da comissão, de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado mediante apresentação das certidões negativas de Débito a seguir relacionadas: Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União e INSS, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS, CNDT e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24(vinte e quatro) horas, para fornecer os itens que foi vencedor. A empresa fica obrigada a substituir itens com defeito ou que não atendam as exigências do município, ou que estejam em desacordo com as

a marca ou amostras apresentadas, sem custos adicionais para o município, devendo fazê-lo no prazo de até 24 horas. Para cada dia de atraso no fornecimento da mercadoria, e também no caso de troca de produtos entregues em desacordo com o edital/amostras poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 10(dez) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

Os itens solicitados na AF-Autorização de Fornecimento, devem ser fornecidos, sempre no período da manhã, das 07:30 até 11:00 horas. Fora deste horário os itens não serão recebidos, devendo o fornecedor retornar no dia seguinte. Não será dado o aceite na nota até a conferência de cada item fornecido. Lembrando que itens em desacordo com o edital ou com as amostras enseja na aplicação de multas previstas no edital e respectiva Ata, em especial o constante no item 8.4 desta ata.

8.8. A Administração não efetuará pagamento de itens não autorizados pela administração municipal e em desacordo com esta Ata e com o Anexo I do Edital de Pregão n. 001/2015 sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no item 12.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 002/2015, Pregão Presencial 001/2015, SRP 001/2015 será exercida pelo Secretário de: Secretario de Educação do Município de Ibiam, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando

a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 001/2015 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 001/2015

#### 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer além do estabelecido no item 11.7 deste edital, as seguintes penalidades, isolada ou conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 5 (cinco) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e

qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO SEGUNDA** - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEXTA** - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

#### 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ou aumento ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

Os preços poderão ser revisados caso o fornecedor elabore um requerimento solicitando o aumento dos preços e comprovando com apresentação de notas fiscais de compra do produto (no mínimo uma anterior e outra posterior ao aumento).

#### 14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios de SC - DOM/SC;

#### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 002/2015; Edital do Pregão n. 001/2015, SRP 001/2015 as propostas com preços e especificações.

#### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC, 11 de Fevereiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

MERCADO RZ LTDA EPP  
CNPJ: 85.373.157/0001-15  
Adm. Eloi Marcelino Parizotto  
Fornecedor

#### TESTEMUNHAS:

Adriana Taiba  
CPF: 645.608.800-34

Luciana Balen  
CPF: 042.307.839-90

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

#### ATA 6

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 006/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 002/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2015

SRP Nº 001/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos onze dias do mês de Fevereiro, do ano de dois mil e quinze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 001/2015, Processo Licitatório 002/2015, SRP 001/2015 RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), PANIFICADORA IBIAM LTDA ME, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 04.930.512/0001-08, com sede na AV.20 DE JULHO, 567 CEP:89652-000, Ibiam/SC, neste ato representado por seu Gerente o Sr. JOSÉ DISSEGNA, CPF:423.837.579-34, CI:25R 1.076.464, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que é parte integrante este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados dos itens, conforme segue:

Item	Quant.	Valor Unit.	Objeto	Unidade
11	40	4,52	Aipim/ mandioca ,congelada, descascada. Com registro nos órgãos competentes. Embalagem 750 gramas	UN
13	30	17,49	Ameixa preta seca, com caroço. Rótulo com informações nutricionais e registro nos órgãos competentes. Embalagem 500 gramas. Validade mínima 2 meses	pct
68	150	9,14	CUCA SOVADA, COM COBERTURA DE FAROFA, SEM RECHEIO, FABRICADA NO MÁXIMO NO DIA ANTERIOR AO DO FORNECIMENTO DO ITEM. PESO DE CADA UNIDADE 50G.	kg
127	460	7,49	PÃO FRANCES, PESO MÍNIMO DE CADA UNIDADE 50G	kg
128	100	9,98	Pão integral ou centeio tipo francês. Peso mínimo de cada unidade: 50 g	kg



130	130	9,81	PÃO DE FORMA TIPO CASEIRO, DEVE CONTER COR E ODOR CARACTERÍSTICOS. FEITO A BASE DE FARINHA DE TRIGO DE PRIMEIRA QUALIDADE. DEVE APRESENTAR BOA TEXTURA, NÃO ESFARELAR. EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE, FECHADA, NA QUAL DEVE CONTER ENTRE OUTROS: DADOS NUTRICIONAIS, PESO LÍQUIDO, DATA FABRICAÇÃO E DATA VALIDADE, DEVE SER FABRICADO NO MÁXIMO NO DIA ANTERIOR AO FORNECIMENTO. PESO APROXIMADO DE 1KG CADA PÃO, COM REGISTRO NOS ORGÃOS COMPETENTES.	kg
131	50	11,06	Pão de forma integral ou centeio caseiro, deve conter cor e odor característico, feito à base de farinha de trigo e farinha de trigo integral de primeira qualidade. deve apresentar boa textura ( não esfarelar ). embalagem de plástico transparente, fechada. deve conter data de fabricação, data de validade e informações nutricionais. pesando aproximadamente 1 kg.	kg
132	120	10,14	PÃO DE LEITE, DEVE CONTER COR E ODOR CARACTERÍSTICOS. FEITO A BASE DE FARINHA DE TRIGO DE PRIMEIRA QUALIDADE. DEVE APRESENTAR BOA TEXTURA, NÃO ESFARELAR. EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE, FECHADA, NA QUAL DEVE CONTER ENTRE OUTROS: DADOS NUTRICIONAIS, PESO LÍQUIDO, DATA FABRICAÇÃO E DATA VALIDADE, DEVE SER FABRICADO NO MÁXIMO NO DIA ANTERIOR AO FORNECIMENTO. PESO APROXIMADO DE 1KG CADA PÃO, COM REGISTRO NOS ORGÃOS COMPETENTES.	kg
133	130	19,46	Pão de queijo, peso mínimo 50 gramas.	kg
151	150	15,79	SONHO COM RECHEIO(SABOR DO RECHEIO CONFORME SOLICITADO PELA SEC. DE EDUCAÇÃO), PESO MÍNIMO DE CADA UNIDADE 100G. DATA DE FABRICAÇÃO: NO MÁXIMO O DIA ANTERIOR AO DIA DA ENTREGA.	kg

e conforme proposta vencedora e NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E EM SEU ANEXO I, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(dois) meses, contados a partir da data de assinatura da respectiva ata.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Secretário de

Educação do Município de Ibiá, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiá.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiá, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

## 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

## 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiá, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, que poderá substituir o contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

## 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Reduzido	Elemento	Descrição	Complemento do detalhamento
62	33900000000000	PROGRAMA SUPLEM DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	33903007000000
63	33900000000000	PROGRAMA SUPLEM DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	33903007000000

## 8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiam, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado por decreto municipal, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente da conferência por parte da comissão, de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado mediante apresentação das certidões negativas de Débito a seguir relacionadas: Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União e INSS, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS, CNDT e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, para fornecer os itens que foi vencedor. A empresa fica obrigada a substituir itens com defeito ou que não atendam as exigências do município, ou que estiverem em desacordo com as a marca ou amostras apresentadas, sem custos adicionais para o município, devendo fazê-lo no prazo de até 24 horas. Para cada dia de atraso no fornecimento da mercadoria, e também no caso de troca de produtos entregues em desacordo com o edital/amostras poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00 (Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 10 (dez) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1 (do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

Os itens solicitados na AF-Autorização de Fornecimento, devem ser fornecidos, sempre no período da manhã, das 07:30 até 11:00 horas. Fora deste horário os itens não serão recebidos, devendo o fornecedor retornar no dia seguinte. Não será dado o aceite na nota até a conferência de cada item fornecido. Lembrando que itens em desacordo com o edital ou com as amostras enseja na aplicação de multas previstas no edital e respectiva Ata, em especial o constante no item 8.4 desta ata.

8.8. A Administração não efetuará pagamento de itens não autorizados pela administração municipal e em desacordo com esta Ata e com o Anexo I do Edital de Pregão n. 001/2015 sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no item 12.

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4. consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 002/2015, Pregão Presencial 001/2015, SRP 001/2015 será exercida pelo Secretário de: Secretário de Educação do Município de Ibiam, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 001/2015 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 001/2015

## 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer além do estabelecido no item 11.7 deste edital, as seguintes penalidades, isolada ou conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 5 (cinco) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que

determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas conjuntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

## 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ou aumento ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado. Os preços poderão ser revisados caso o fornecedor elabore um requerimento solicitando o aumento dos preços e comprovando com apresentação de notas fiscais de compra do produto (no mínimo uma anterior e outra posterior ao aumento).

## 14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela



Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

## 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios de SC - DOM/SC;

## 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 002/2015; Edital do Pregão n. 001/2015, SRP 001/2015 as propostas com preços e especificações.

## 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC, 11 de Fevereiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

PANIFICADORA IBIAM LTDA ME

CNPJ: 04.930.512/0001-08

Adm. JOSÉ DISSEGNA

Fornecedor

## TESTEMUNHAS:

Adriana Taiba

Luciana Balen

CPF: 645.608.800-34

CPF: 042.307.839-90

Evandro Carlos dos Santos

Advogado - OAB/SC 13.747

## CON 14

CONTRATO Nº 014/2015.

Termo de Contrato Público Administrativo de Prestação de Serviço Técnico Profissional Sem Vínculo Empregatício.

O Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSÉ BUSATTO, brasileiro casado, residente nesta cidade inscrito no CPF/MF sob nº 497.720.319-49 e CI 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE e a empresa BRANDALISE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO

LTDA, CNPJ: 07.127.755/0001-09, estabelecida na Rua Brasil, 457, Terreo, Centro, na cidade de Videira/SC, representada por seu Sócio Administrador o Sr. EVAIR GILMAR BRANDALISE, CPF: 789.394.619-91, CI. 2.821.146/SSI-SC, denominada neste instrumento de CONTRATADA, celebram o presente contrato de acordo com o disposto nos Artigos 24, II e 54 de Lei 8.666/93 com alterações subsequentes, sujeitando-se às normas do supra mencionado diploma legal, mediante os Artigos e condições a seguir estabelecidas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto Contratado

1.1 - Este contrato tem por objeto aquisição de serviços na área de Medicina Ocupacional e Segurança do Trabalho, auxiliando-a no cumprimento da realização de PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional; PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais; LTCAT - Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho e ASO - Atestado de Saúde Ocupacional e Audiometria conforme avaliação Médica..

### SERVIÇOS

- Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT): análise quantitativa e qualitativa da exposição dos trabalhadores aos riscos existentes no ambiente laboral (agentes físicos, agentes químicos e agentes biológicos. periculosidade, insalubridade e caracterização aposentadoria conforme determina o INSS, no seu Decreto 3.048 de 06.05.1999 e alterado pelo Decreto nº 4.882 de 18/11/2003.

- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA): programa desenvolvido com a finalidade de preservar a saúde e integridade dos trabalhadores, estando articulado com o disposto na demais Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial com a NR - 9, através de antecipação, reconhecimento, avaliação e controle de riscos ambientais.

- Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO): programa desenvolvido para promover e preservar a saúde do trabalhador. É elaborado a partir do conhecimento das condições de trabalho, incluindo os processos e ambiente. Identifica os riscos e exigências físicas e psíquicas das atividades dos trabalhadores e propõe medidas, visando a eliminação ou redução da probabilidade de adoecimento pelo trabalho.

- Exame Médico Ocupacional: exames médicos (admissional, periódico, retorno ao trabalho, mudança de função e demissional) que compreendem avaliação clínica e exames complementares, realizados de acordo com os termos especificados na Norma Regulamentadora nº 7, com a finalidade de avaliar a saúde no aspecto geral, capacidade laborativa e as possíveis repercussões do trabalho sobre a saúde.

- Audiometria Ocupacional: exame complementar que compreende o surgimento das necessidades por exames audiométricos, exigidos de acordo com os riscos a que estão expostos os trabalhadores, a partir da elaboração do PCMSO.

## CLÁUSULA SEGUNDA - Do Valor, Forma de Pagamento e Reajuste

2.1 - O preço total para o fornecimento do objeto descrito na Cláusula Primeira deste contrato, bem como acompanhar possíveis Perícias Judiciais, será de R\$ 7.440,00(Seze mil, quatrocentos e quarenta reais), divididos em 12(doze) parcelas iguais de R\$ 620,00(seiscentos e vinte reais).

## PROGRAMAS DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO

- PPRA: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais: - PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

- LTCAT: laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho

- ASO: Atestado de Saúde Ocupacional (admissionais, demissionais, periódicos, mudança de função e retorno ao trabalho.

- Exames de Audiometria conforme avaliação médica.

- Orientações e Visitas periódicas (mensal), na área de segurança do trabalho.

2.1.2 - O LTCAT e o PPRA e PCMSO serão realizados um por no



ano, e o ASO(Atestado de Saúde Ocupacional) e Exame Audiométrico será realizado conforme a necessidade(por funcionário).

2.1.3 - O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente, e será efetuado após à prestação dos serviços, conforme Decreto Municipal (fixa cronograma de pagamento), mediante de relatório dos serviços prestados e apresentação de Nota Fiscal Emitida sem rasuras e, em letra bem legível contendo o número da sua conta bancária, o nome do banco e a respectiva agência. A Contratada deverá discriminar na Nota Fiscal, os serviços prestados, deverá constar ainda o número do Contrato, anexando a Nota Fiscal cópia do comprovante de recolhimento da Previdência Social do período, comprovante de recolhimento da GFIP do período e cópia das folhas de pagamento quitadas dos seus empregados do mesmo período. Nos aspectos previdenciários serão respeitadas as normas previdenciárias vigentes.

§ 1º -Não Haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea d, do inciso II, do artigo 65, da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Da Vigência

3.1 - O presente Contrato terá vigência, a partir da sua assinatura, com término em 20 de dezembro de 2015, podendo ser alterado conforme parágrafo 1º do artigo 65, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

#### CLÁUSULA QUARTA - Das Dotações Orçamentárias

4.1 - As despesas decorrentes do presente, correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ADMINISTRATIVA  
Atividade : 2018 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Comp. Do Detalhamento: 339039500000 - Reduzido 12

#### CLÁUSULA QUINTA - Eventual Atraso do Município

5.1 - Eventuais atrasos nos pagamentos a serem efetuados pelo Município serão remunerados a títulos de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do Município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

#### CLÁUSULA SEXTA - Das Obrigações da Contratada

6.1 - Prestar os serviços contratados, conforme solicitado pela Prefeitura Municipal de Ibiã;

6.1.2 - Assumir a responsabilidade por todos os tributos e demais encargos incidentes sobre a prestação dos serviços hora contratados;

6.1.3 - O presente Contrato não será de nenhuma forma, fundamento para constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a Contratada colocar a seu serviço;

6.1.4 - É de inteira responsabilidade da Contratada os danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado;

6.1.5 - O contratado deverá manter durante toda a vigência deste Contrato, todas as condições habilitação exigidas na fase inicial da licitação;

6.1.6 - É de inteira responsabilidade do contratado, todas as despesas relativas a transporte e demais despesas, quando da prestação dos serviços no Município.

6.1.7 - O CONTRATADO cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

6.1.7 O CONTRATADO obriga-se a fornecer à Prefeitura de Ibiã, os relatórios dos trabalhos realizados na cláusula segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - Das Obrigações da Contratante

7.1 - Pagar no prazo fixado o valor estabelecido na cláusula segunda deste Contrato;

7.1.2 - Esclarecer todas as dúvidas que lhe forem apresentadas;

7.1.3 - Cumprir e fazer cumprir as demais cláusulas e condições previstas neste Contrato.

7.1.4 - Agendar com antecedência os exames médicos e audiométricos;

7.1.5 - Designar um funcionário para acompanhamento aos profissionais da CONTRATADA na realização dos trabalhos na Prefeitura;

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Administração:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

-

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá as seguintes penalidades:

a) 1% (um por cento) sobre o valor do contrato por dia em que não foi prestado o serviço;

b) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato caso não seja efetuado o serviço, objeto do presente contrato por mais de 05 (cinco) dias, sem prejuízo da alínea anterior.

As multas previstas nas letras a) e b) são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1 - A CONTRATADA se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

9.1.2 - O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos, obrigações, vinculações a legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária decorrentes da execução no presente contrato.

9.1.3 - A CONTRATADA assume, como exclusivamente seus, os riscos e despesas decorrentes do fornecimento dos serviços previstos no presente contrato.

9.1.4 - O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco) do mês subsequente a data de sua assinatura.

9.1.5 Eventuais exames de complementação e/ou encaminhamento

a médico especializado, bem como as avaliações de agentes químicos quando julgado necessário, não são objeto deste contrato, sendo de responsabilidade da contratante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

10.1 - O atraso injustificado da entrega da parcela de compra, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de mora, calculada na proporção de 1% (um por cento), ao dia sobre o valor da obrigação não assumida, se o atraso for até 5(cinco) dias. Excedido este prazo, a multa será de 5%(cinco por cento).

10.1.2 - O produto fornecido incorretamente e portanto não aceito, deverá ser substituído por outro na especificação correta, em prazo não superior a 02 (dois) dias corridos;

10.1.3 - A não ocorrência da substituição dentro do prazo acima, ensejará a aplicação da multa prevista no item 10.1 deste contrato.

10.1.4 - O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que o adjudicatário tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;

10.1.5 - Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa atualizado, deverá ser pago, pelo inadimplente em conta e banco indicados pelo contratante. Na ocorrência do não pagamento, o valor será inscrito em dívida ativa para cobrança judicial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 - Da penalidade aplicada caberá recursos, conforme Art. 109 da Lei 8666/93 no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

12.1 - O Município a seu critério e através do Secretario de Administração, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização dos serviços contratados, conforme Portaria 0185/2011.

a) A contratada declara aceitar integralmente todos os métodos e formas de fiscalização feita pela contratante, bem como inspeção de rotina e fiscalização da forma de execução dos serviços ora contratados.

b) A existência e atuação da fiscalização feita pela contratante, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto contratado e a suas consequências e implicações presentes ou futuras.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

13.1 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) de acordo com o que preceitua o art. 65, § 1º da Lei Federal n.º 8.666/93. Sempre através de Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

14.1 - O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de quinze (15) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o

interesse público;

c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

§ 1º - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 2º - A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na Cláusula Oitava deste contrato.

§ 3º - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

15.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21/6/93, suas alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO LOCAL DE ATENDIMENTO

☐ Exame médico: o atendimento será realizado no local de trabalho da contratante.

☐ Exame de audiometria: o atendimento será realizado no local de trabalho da contratante.

☐ Para elaboração dos LTCAT, ASO e PPRA será feito vistoria no local de trabalho da contratante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Tangará/SC, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes subscrevem este, para que produza os legais e desejados efeitos, em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Ibiam - SC, em 19 de Janeiro de 2015.

CLOVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Contratante

BRANDALISE ASSES. E CONSUL. LTDA

CNPJ- 07.127.755/0001-09

Sócio Adm: Evair Gilmar Brandalise

Contratado

TESTEMUNHAS :

Carmelita Chiesa Tragancin

CPF - 490.157.709-30

Laelcio A. Gasaniga

CPF: 807.451.729-20

Evandro Carlos dos Santos

Procurador do Município - OAB/SC 13.747

**CONT 1**

CONTRATO Nº 001/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 074/2014

PREGÃO PRESENCIAL No 051/2014

Que entre si fazem o Fundo Municipal de Saúde de Ibiã-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 11.250.761/0001-18, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiã - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 61.198.164/0001-60, com sede na Avenida Rio Branco, 1.489, Rua Guaianases, 1238, Bairro Campos Eliseus, CEP: 01.205.001, São Paulo/SP, neste ato representado por seu Procurador o Sr. Angelo Augusto de Almeida, CPF: 108.762.208-55 CI 2.142.418-6, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 074/2014 e Pregão Presencial nº 051/2014, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO** - O presente Contrato tem por objeto a Contratação de Seguro para a Frota do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, conforme tabela abaixo:

Lote	Descrição do Objeto	Valor da Franquia	Valor do Seguro
1	Saveiro CS ST M, 0 km, marca Volkswagen, 2 portas, cor branca, Pot. 103HP, Chassi 9BWKB45U3FP111184, Renavam 1022596796. Ano/modelo: 2014/2015. Para cobertura mínima de: Casco: 100% tabela FIPE, Franquia: Indicar o valor em moeda corrente, não em percentuais. DMT: 150.000,00 DCT: 150.000,00 DMO: 50.000,00 Morte: 30.000,00 Invalidez: 30.000,00 Sem Franquia: Assistência técnica 24 horas sem limite de quilometragem, para cada sinistro, e para cada veículo, carro reserva por 15 dias, Proteção sem franquia a vidros(Vidro, retrovisor, Farol e Lanterna);	R\$ 1.300,00	R\$ 1.135,21

**CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE ENTREGA**

Os prazos são os seguintes:

- Para entrega da proposta da seguradora: é de, no máximo, 05 (cinco) dias após recebimento da autorização de fornecimento emitida pela Diretoria de Compras do Município e para a entrega das apólices é de, no máximo, 15 (quinze) dias a contar da aceitação da propostas da seguradora.
- Para apresentação do laudo de avaliação do perito, do carro sinistrado indicando se o mesmo tem conserto e se é caso de perda total: de até 48(quarenta e oito horas), contadas do comunicado do sinistro a empresa contratada.
- Para fornecimento do carro reserva: de até 24(vinte e quatro

horas), contadas do comunicado do sinistro a empresa contratada, o carro reserva deve ser entregue no Município de Ibiã(Prefeitura), sem custos adicionais.

d) Para Liberação do seguro: de até 36 horas contadas do comunicado do sinistro a empresa contratada.

e) Para Conserto do veículo: de até 15 dias, contadas do comunicado do sinistro a empresa contratada.

f) Para assistência técnica, serviço de guincho de até 2(duas) hora após a comunicação do acidente para a empresa contratada.

O atraso ou descumprimento nos prazos estabelecidos no item 9.1 deste edital, acarretará ao contratado multa diária e por item não cumprido de R\$ 1.000,00(um mil reais), salvo justificativa apresentada por escrito, protocolada no Setor de Protocolo da Prefeitura de Ibiã, devidamente comprovada e aceita pela Administração Municipal.

A vigência do Contrato firmado com o proponente vencedor entra em vigor na data de sua assinatura vigência até 02/09/2015, esta data também será considerada como vigência da apólice. Portanto a vigência da apólice é até 02/09/2015, podendo a critério da administração ser renovado ou prorrogado, conforme o art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93. No primeiro ano os preços são fixos e irrevogáveis; após decorridos 12 meses contados da apresentação da proposta os valores podem ser reajustados, conforme planilha apresentada pelo vencedor e mediante o aceite do Executivo Municipal. Durante a vigência da apólice decorrente deste processo, caso algum item/veículo constante na relação dos segurados, seja leilado, a apólice, mediante solicitação por escrito por parte do Executivo Municipal poderá sofrer o endosso para outro veículo que venha a ser adquirido.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por Comissão Especial ou servidor, designado pelo Município de Ibiã, conforme portaria 185/2011, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Prefeitura não serão consideradas como motivos para contestação de multas ou penalidades aplicadas em razão de atraso na entrega da mercadoria ou em desacordo com o solicitado nas respectivas A. Fs.

O FORNECIMENTO DOS ITENS LICITADOS SOMENTE PODERÁ SER EFETUADO MEDIANTE EMISSÃO DA RESPECTIVA AF-AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, EMITIDA PELO SETOR DE COMPRAS DO MUNICIPIO DE IBIAM.

**CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta:

**CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros serão próprios do Município do orçamento do exercício financeiro de 2014, conforme segue:

Despesas	Elementos	Descrição	C. elementos
09	3390000000000000	Man. Das ativ. Do F. M. de Saúde	3390396900000

**CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O preço total ajustado para o objeto deste contrato é de R\$ 1.135,21(Um mil, cento e trinta e cinco reais e vinte e um

centavos) O valor unitário que será pago para cada veículo bem como o valor da franquia deve estar discriminado na apólice e deve ser o mesmo constante na ata da sessão do pregão de declarou a empresa vencedora. O pagamento pelo fornecimento do objeto deste Processo Licitatório será liberado após o recebimento da apólice e conforme decreto municipal 2567/2013, mediante apresentação de nota fiscal impressa e eletrônica devidamente liquidada pelo Secretário responsável, e apresentação de todas as Certidões negativas de débito exigidas na habilitação, item 6.2 e 6.3 letra "a" deste edital. A empresa vencedora deve encaminhar o arquivo XML no seguinte endereço eletrônico: nfe@ibiam.sc.gov.br. O pagamento somente será liberado mediante transferência bancária conforme indicado na proposta da empresa vencedora (nº de Banco, agência, conta corrente), não será impresso pelo FMS Boleto Bancário, somente será aceito se vir impresso junto com a nota fiscal.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

É assegurado à CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada assinar aditivo de redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA: VIGÊNCIA

A vigência do Contrato firmado com o proponente vencedor entra em vigor na data de sua assinatura vigência até 02/09/2015, esta data também será considerada como vigência da apólice. Portanto a vigência da apólice é até 02/09/2015, podendo a critério da administração ser renovado ou prorrogado, conforme o art. 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93. No primeiro ano os preços são fixos e irrevogáveis; após decorridos 12 meses contados da apresentação da proposta os valores podem ser reajustados, conforme planilha apresentada pelo vencedor e mediante o aceite do Executivo Municipal.

Durante a vigência da apólice decorrente deste processo, caso algum item/veículo constante na relação dos segurados, seja leiloadado, a apólice, mediante solicitação por escrito por parte do Executivo Municipal poderá sofrer o endosso para outro veículo que venha a ser adquirido.

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 051/2014, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, conforme portaria 185/2011, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.



**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO**

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO**

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 051/2014, Processo Licitatório nº 074/2014, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, e demais legislação vigente e pertinente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO**

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 1.351/05.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

Este contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO**

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 07 de Janeiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CNPJ: 61.198.164/0001-60

P/P: Angelo Augusto de Almeida

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga  
CPF - 807.451.729-20

Irley Lampertti  
CPF: 572.241.539-15

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

**CONT 15**

CONTRATO N º 015/2015

Processo Licitatório nº 068/2014 - Tomada de Preço nº 009/2014 O MUNICÍPIO DE IBIAM/SC, sito a Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, CEP: 89.652-000, CNPJ Nº: 01.612.745/0001-74, por intermédio do Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado à empresa KERBER-MIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 79.280.459/0001-46, com sede na Rod. SC 283, nº 100, Vila Frágosos, Interior, Concórdia/SC, neste ato representado por sua Sócia Administradora a Sra. Regina Kerber Pontes Cadore Furlanetto, CPF: 503.699.039-00, CI 1.456.530, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 068/2014 de acordo com o disposto no Artigo 54 de Lei 8.666/93 com alterações subsequentes, na modalidade de Tomada de Preço nº 009/2014, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, e LC 123/06, 147/14 tem entre si ajustado as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - O presente contrato tem por objeto a Construção de uma ponte em concreto armado, com extensão de 24,50m, na Linha Santo Alécio(Elias Strapasson), no interior do Município de Ibiã, com recursos próprios, Conforme especificado no Edital, Memorial Descritivo, Projetos, Plantas, Orçamento Quantitativo e Cronograma Físico-Financeiro, e proposta da empresa vencedora. Conforme Segue:

2

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Valor Total Orçado
1	1	GLO	Construção de uma ponte em concreto armado, na Linha Santo Alécio, interior do Município de Ibiã, com extensão de 24,50m, conforme projeto, plantas, memorial descritivo, BDI, orçamento e cronograma financeiro da obra.	R\$ 116.414,56

1.1.1 - AO CONCLUIR A OBRA(antes do Termo de Recebimento Definitivo) A CONTRATADA É RESPONSÁVEL PELA OBTENÇÃO DO HABITE-SE JUNTO AO SETOR DE TRIBUTOS DO MUNICÍPIO DE IBIAM, DEVENDO RECOLHER O VALOR CORRESPONDENTE E COMPROVAR O PAGAMENTO DOS TRIBUTOS NECESSÁRIOS.

1.1.2 - Entregar, após a conclusão da obra, e antes da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, o "as built"- Como Construído, isto é, uma via completa do projeto, com as alterações que se fizerem necessárias durante o decorrer da obra ou serviço, inclusive aquelas relativas a locação.

1.1.3 - Responder pela solidez e segurança de toda construção (obra), após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, conforme previsto no artigo 618, do Código Civil ("..o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO, DO PRAZO E VIGÊNCIA**

2.1 - O objeto deste contrato deve ser entregue conforme

cronograma físico-financeiro da obra( anexo a este edital). Devendo ser dado início a construção da obra em no máximo 2(dois) dias após o envio da Autorização de Fornecimento pelo setor de compras no e-mail indicado pela empresa vencedora, conforme esta tenha indicado em sua proposta. Para cada dia de atraso na execução de cada parcela da obra, poderá o Município cobrar multa de R\$ 500,00(Quinhentos reais) por dia de atraso. Combinado com as demais sanções constantes no edital e contrato deste processo.

2.1.2 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de termo aditivo.

2.1.3 - Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade da Prefeitura de Ibiã e serão considerados quando forem anotados no relatório dos serviços prestados.

O FORNECIMENTO DOS ITENS LICITADOS SOMENTE PODERÁ SER EFETUADO MEDIANTE SOLICITAÇÃO FEITA POR ESCRITO PELO SETOR DE COMPRAS DO MUNICÍPIO E MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA RESPECTIVA NOTA FISCAL DEVIDAMENTE LIQUIDADA PELA SECRETARIA COMPETENTE.

2.2 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada, bem como todos os custos de aquisição deverão ser de encargo da Contratada. Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

2.2.1 - A execução da obra e dos serviços deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Contrato sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada pela Prefeitura de Ibiã.

2.2.2 - O diário de obra deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à Prefeitura de Ibiã(Setor de Licitações) de Ibiã e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser vistado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável pela Fiscalização.

2.2.3 - A CONTRATADA se obriga a executar os serviços objeto do presente Contrato em perfeita harmonia e concordância com o Projeto de Engenharia do FNDE, aprovado para a obra, bem como de conformidade com o Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n 009/2014 e os respectivos anexos, e a Proposta que apresentou e teve aceite neste certame licitatório, documentos estes que ficam fazendo parte integrante e inseparável do presente Contrato, como se aqui integral e expressamente estivessem reproduzidos.

2.2.4 - O andamento dos serviços obedecerá rigorosamente ao cronograma apresentado e aprovado pelo Município de Ibiã, sob a supervisão de Engenheiro responsável pela fiscalização, conforme projeto integrante deste contrato.

2.2.5 - A forma de execução é por preço unitário, de acordo com a proposta apresentada, obedecidas às normas técnicas e especificações contidas nos Anexos deste Edital.

**CLAUSULA TERCEIRA - PREÇOS E PAGAMENTOS**

3.1 - A Prefeitura de Ibiã pagará a CONTRATADA pela execução dos serviços contratados e efetivamente executados no período, obedecendo rigorosamente o constante no cronograma físico

financeiro da obra, de acordo com os preços correspondentes na planilha apresentada. Não acarretando qualquer acréscimo nos valores contratados. O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 116.414,56(Cento e dezesseis mil, quatrocentos e quatorze mil e cinquenta e seis centavos), sendo com custos e despesas com material R\$ 72.964,66(Setenta e dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), custo com pessoal de R\$ 43.449,90(Quarenta e três mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e noventa centavos), BDI aplicado à obra de 25% Será descontado no ato do pagamento o I.S.S. correspondendo a 3% (três por cento) sobre o valor do contrato, exceto se o proponente for empresa cadastrada no município e já contribui com I.S.S.Q.N.; 11% de INSS sobre serviços. Os pagamentos dos serviços serão efetuados conforme boletim de medição expedido pelo engenheiro da AMARP e conforme Decreto 2.567/2013 mediante liquidação da correspondente nota fiscal pelo Secretário de Saúde, sendo indispensável a apresentação de Diário de Obra(Os Diários de Obra deverão ser fornecidos ao Setor de Licitações da Prefeitura de Ibiã obrigatoriamente até 27 de cada mês, ou caso este dia seja em final de semana, deve-se considerar o último dia útil anterior ao dia 27, devidamente assinado pelo Engenheiro responsável pela Execução e pelo Engenheiro responsável pela Fiscalização, caso falte alguma assinatura não serão aceitos, sob pena de aplicação das penalidades constantes neste edital). O pagamento somente será liberado mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débito Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS, CNDT e Falência e concordata. A empresa vencedora deverá apresentar folha de pagamento quitada dos empregados que atuaram na obra no período, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente. No ato do pagamento a contratada deverá apresentar ainda, as GPS vinculadas à matrícula no INSS da obra, mensais, referentes aos empregados que trabalharam na mesma. A Contratada deverá apresentar ainda, declaração com firma reconhecida, que nenhuma pessoa trabalhou na obra no período, sem que estivesse contratada de acordo com a Legislação Trabalhista e Previdenciária em vigor no Brasil. Nos aspectos previdenciários serão observados o que dispõe a legislação vigente. Caso o vencimento do prazo de liquidação da fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período OBS: O último pagamento fica condicionado a apresentação da Certidão Negativa de Débitos referente ao número da CEI cadastrado no INSS no início da obra.

3.2 - De cada valor, proveniente de medição, será feito o pagamento, mediante fatura, em moeda corrente nacional;

3.3 - Os quantitativos dos serviços relacionados no Orçamento anexo a este edital, para efeito de pagamento, deverão ser considerados apenas como previstos, não importando em obrigação da Prefeitura de autorizar sua execução integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações subsequentes;

3.4 - Os resultados das medições dos serviços serão lançados em formulários apropriados;

3.5 - As Medições dos serviços serão obrigatoriamente assinadas com identificação pelo Engenheiro responsável pela Fiscalização, e pelo Secretário de Saúde do Município.

3.6 - Os serviços serão aferidos mensalmente e a data da medição será a do dia 27 de cada mês, caso seja final de semana considerar-se-á o último dia útil anterior ao dia 27.

3.7 - Não serão admitidos adiantamentos e os pagamentos não realizados no prazo previsto no item 10.2.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE

4.1 - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

4.2 - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supracitado, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Prefeitura de Ibiã.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

- Os recursos financeiros para execução do objeto deste contrato, são próprios do Município de Ibiã, na seguinte rubrica orçamentária:

Despesas	Elementos	Descrição	Complemento do Detalhamento
48	44900000000000	Obras Contratadas	44905198000000

#### CLÁUSULA SEXTA - PENALIDADES

6.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Contratante,

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- Suspensão do direito de licitar junto à Administração por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

**CLÁUSULA SETIMA - DA RESCISÃO DAS MULTAS E DAS SANÇÕES**

7.1 Os preços que regerão o Contrato serão os constantes da Proposta de Preços apresentada pela empresa vencedora.

7.2 Constará do contrato a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições da habilitação e qualificação exigidas por esta licitação.

7.3 O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto no item 17, deste Edital.

7.4 - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

7.5 - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

c) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da empresa;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

l) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

7.6 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

7.7 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

7.8 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

7.9 - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

7.10 - Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

7.11 - A Prefeitura Municipal de Ibiá aplicará as seguintes multas:

Multa de 500,00(Quinhentos reais) por dia de atraso ou serviços executados em desacordo com o edital, projeto, memorial descritivo, cronograma-físico-financeiro e outros anexos deste edital.

7.12 - Multa de 0,02% (dois centésimo por cento) do valor do contrato por dia que exceder o prazo para conclusão dos serviços, caso não houver justificativa aceitável pelo referido atraso.

7.13 - Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura aplicará as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

7.14 - Advertência escrita, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Edital ou do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido, das demais sanções ou multas;

7.15 - 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, a critério da Administração de Ibiá quando os serviços não forem executados perfeitamente de acordo com as Especificações Técnicas aplicáveis no caso, e quando a administração ou a fiscalização for erroneamente informada;

7.16 - 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total.

7.17 Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município de Ibiá, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

7.18 - Declaração de inidoneidade para participar de licitação e contratar com o Município de Ibiá, quando a inexecução do contrato decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, na forma da legislação em vigor.

7.19 - A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, inciso II e Art. 77 a 80, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, nos seguintes casos:

a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

§ 1º - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 2º - A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas



na Cláusula Oitava deste contrato.

§ 3º - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

8.2 - A CONTRATADA não poderá sub-empregar o total dos serviços a ela adjudicados.

8.3 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

8.4 - A CONTRATADA providenciará, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

8.5 - A CONTRATADA providenciará, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

8.6 - Manter em local visível ao público, placa de identificação da obra.

8.7 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos da , fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.8 - A CONTRATADA providenciará a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução dos serviços contratados, devendo apresentá-la ao Município, quitada.

8.9 - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução da obra.

8.10 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.11 - A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

8.12 - São também obrigações da empresa CONTRATADA, visando à execução dos serviços objeto deste edital:

8.13- Executar os serviços, sob o regime de empreitada por preço global, obedecendo fielmente aos projetos, memoriais descritivos, planilhas e especificações, Anexos do edital, que passam a fazer parte integrante do presente Contrato, como se transcritos fossem.

8.14 - Na execução dos serviços a contratada deverá observar os requisitos básicos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, determinados nas normas técnicas elaboradas pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT.

8.15 - Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento de materiais, mão de obra, despesas de mobilização, desmobilização, instalação do canteiro de obras, transportes, pagamento de seguros, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

8.16 - Cumprir fielmente os prazos de execução dos serviços nos termos avençados, executando-os sob sua inteira responsabilidade.

8.17 - Remover após a conclusão da obra, todo o equipamento utilizado e o material excedente, todo o entulho e as obras provisórias de qualquer espécie, entregando os serviços, o local e as áreas contíguas, rigorosamente limpas e em condições de uso imediato.

8.18 - A Contratada se obriga a fornecer as "ARTs" complementares.

8.19 - Manter Diário de Obra em local de fácil acesso da fiscalização da contratante.

8.20 - Designar em caráter permanente um engenheiro para dirigir a execução dos serviços.

8.21 - Manter no canteiro de obras, cópias dos seguintes documentos, dentre outros, conforme o caso: Projetos completos, com detalhes construtivos, especificações, memoriais descritivos e caderno de encargos, instruções e normas da Administração sobre obras públicas, planilha orçamentária do contrato e de medição, cronogramas, licenças e Alvarás, Ordem de Serviço, Diário de Obras, ARTs, manifestações por escrito de ocorrências, aos superiores e à contratada e medições realizadas.

8.22 - Cumprir as instruções exigidas no Memorial Descritivo.

8.23 - Atender às determinações que lhe forem feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente contrato e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.24 - Entregar, após a conclusão da obra, e antes da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, o "as built"- Como Construído, isto é, uma via completa do projeto, com as alterações que se fizerem necessárias durante o decorrer da obra ou serviço, inclusive aquelas relativas a locação.

8.25 - Responder pela solidez e segurança de toda construção (obra), após a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, conforme previsto no artigo 618, do Código Civil ("...o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo).

8.26 - Responsabilidade Civil e Criminal: Responsabilizar-se civil e criminalmente sobre fatos e atos cometidos por seus funcionários, bem como aqueles que ocorrerem aos mesmos na execução da obra no período contratual, isentando o município de qualquer responsabilidade, seja ela solidária ou subsidiária.

8.27 - A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços, dos materiais e ambiental é integral da CONTRATADA, bem como as responsabilidades sobre as obrigações especificadas no Contrato.

8.28 - A CONTRATADA fica ciente de que a Contratante, sob a Supervisão do Engenheiro Fiscal, se reserva o direito de apresentar alterações ao projeto, podendo acarretar redução ou acréscimo no volume dos serviços, bem como mudanças das soluções de projeto.

8.29 - Encaminhar Relatório/Diário de Obras com os registros da execução da obra, ao Setor de Licitações do Município de Ibiã (-DEVIDAMENTE ASSINADO), localizado na Rua Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiã - SC, até o dia 27 de cada mês.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

9.1 - Fiscalizar e Emitir Laudo comprovando a execução dos Serviços para a Prefeitura de Ibiã.

9.2 - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

9.3 - Cumprir as condições de pagamento estabelecidas no contrato.

#### CLÁUSULA DECIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. A proponente, à qual for adjudicado o objeto da presente licitação, será notificada a comparecer para assinatura do contrato, devendo para isso efetuar na Prefeitura Municipal de Ibiã/SC, a título de Garantia de Execução, o recolhimento de 5% (cinco por cento) do valor total da proposta.

10.2 A Garantia de Execução deverá ser feita em dinheiro;

10.3 Em caso de rescisão do contrato e/ou interrupção dos trabalhos, desistência ou paralisação da obra, não será devolvida a Garantia de Execução, a não ser que a rescisão e/ou a paralisação decorra de acordo com o Município de Ibiã - SC.

10.4 A Garantia de Execução somente será levantada 60 (sessenta) dias após o Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços. No caso de rescisão do contrato por inadimplência da contratada ou atraso na execução dos serviços (o prazo de execução é conforme cronograma físico-financeiro da obra) não será devolvida a Garantia de Execução, que será apropriada pelo Município de Ibiã/SC

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre mediante formalização de Termo Aditivo.

11.2 - Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade da Prefeitura e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

11.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e em ambos os casos com justificativa circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA

12.1 - A fiscalização da obra será efetuada pela Prefeitura de Ibiã, através do Secretário de Obras e pelo Engenheiro responsável pela fiscalização, a qual caberá verificar se no seu

desenvolvimento, estão sendo cumpridos, o termo de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

12.2 - A fiscalização se efetivará no local da obra.

12.3 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo da Prefeitura de Ibiã e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

12.4 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

12.5 - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

12.6 - A Contratada fica obrigada a manter a obra e serviço por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

12.7 - Decorridos 90 (noventa) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executados e aceitos pela Comissão de Vistoria, e comprovado o pagamento de contribuição devida à Previdência Social relativa ao período de execução da obra, incluindo-se a CND - CEI do INSS referente à obra objeto deste contrato, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

12.8 - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA PUBLICAÇÃO

13.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 009/2014, Processo Licitatório n. 068/2014 da Prefeitura do Município de Ibiã/SC, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões

13.2 - A Administração Municipal de Ibiã, providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco) do mês subsequente a data de assinatura do mesmo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

14.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações, LC 123/06 e LC 147/14.

Parágrafo único - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará/SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.2 - O presente Contrato somente surtirá seus jurídicos e legais efeitos após a sua publicação.

15.3 - E, por assim estarem acordes, assinam o presente Contrato, os representantes das partes contratantes, bem como as testemunhas abaixo identificadas.

Ibiam/SC, 27 de Janeiro de 2015.

Clovis Jose Busatto  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

KERBERMIX SERV. DE CONCRET. TDA EPP  
CNPJ: 79.280.459/0001-46  
Sóc. Adm: Regina K. P. C. Furlanetto  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Laelcio Antonio Gasaniga  
CPF:807.451.729-20

Irley Lamperti  
CPF: 572.241.539-15

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado OAB/SC 13.747

## CONT 16

CONTRATO Nº 016/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 003/2015  
PREGÃO N. 002/2015

A Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE e a empresa TRANSPORTES FELICETTI LTDA ME, CNPJ: 12.875.668/0001-61, estabelecida na Linha Santo Alcécio, Interior, Ibiam/SC, representada neste ato por seu Sócio Administrador o Sr. Ivan Felicetti, CPF: 907.323.919-20, CI. 3.156.301, denominada neste instrumento de CONTRATADA, celebram o presente contrato decorrente do processo licitatório nº 003/2015, de acordo com o disposto na Lei 10.520 no Artigo 54 de Lei 8.666/93, com alterações subsequentes, e LC 123/06, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2013 da Prefeitura Municipal de Ibiam, de acordo com o disposto no Artigo 54 de Lei 8.666/93 com alterações subsequentes, mediante os Artigos e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO** - Contratação de Pessoa Jurídica para efetuar os serviços de transporte escolar para o ano letivo de 2015, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, relativos a aproximadamente 203 dias Letivos. O Município de Ibiam reserva-se o direito de rescindir a qualquer momento e sem direito a indenização e/ou reclamação, contrato(s), decorrentes deste processo para realizar o transporte com veículo próprio do Município de Ibiam. Somente serão pagos os quilometro percorridos a partir da entrada no veículo do primeiro aluno. Não serão pagos quilômetros realizados com carro vazio(sem alunos). Para os seguintes percursos:

Item	Quantidade	Valor por Km rodado	Objeto	Unidade
7	12180 Km ano	R\$ 2,75	Transporte escolar para a APAE/Ibiam, e vice e versa no período manhã e tarde, para aproximadamente 203 dias letivos. Veiculo com capacidade mínima para 15 passageiros, veiculo deve estar em ótimo estado de conservação e ter no máximo 07 anos de fabricação. Quilometragem diária de 60 km.  Tipo de veículo: Kombi/Micro-ônibus. (van)	km

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

Das Condições de Prestação do Serviço - Os serviços de transporte escolar objeto do presente certame licitatório deverão ser realizados com base no calendário escolar, ou seja, durante o ano letivo de 2015, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação. Os Veículos utilizados para o transporte escolar, deverão estar estacionados no pátio da escola, com antecedência máxima de 5(cinco) minutos, do horário de chegada ou saída dos alunos. Motoristas que chegarem antes, deste horário, e que por ventura algum aluno, venha a sofrer algum tipo de acidente, será responsabilizado, e arcará com as despesas Sob pena de aplicação das penalidades constantes neste edital.

10.2 - Dos Prazos e Vigência - A contagem do prazo para execução dos serviços, terá início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31.12.2015.

O prazo de vigência do Contrato decorrente desta Licitação será até 31/12/2015, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por iguais e sucessivos períodos, por interesse da Administração e com anuência do Contratado, se houver interesse de ambas as partes, nos termos do Art. 57, Inciso II, da Lei Nº 8.666, de 21/6/1993 e legislação subsequente.

10.3 - No primeiro ano de sua vigência o valor será fixo(salvo motivo justo e devidamente comprovado, conforme item 11.3 deste edital). Após esse período poderá ser reajustado pela variação do INPC dos últimos doze meses ou por outro indexador que vier a substituí-lo, (caso o INPC seja extinto. Na indisponibilidade do INPC de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

Caso ocorra prorrogação de prazo mediante termo aditivo, o mesmo somente será efetuado mediante apresentação de todas as negativas e demais documentos conforme exigido na habilitação e assinatura do contrato do respectivo processo licitatório acompanhadas de ofício do contratado manifestando interesse em prorrogar a vigência do respectivo contrato.

## CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a) O preço ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 2,75(dois reais e setenta e cinco centavos) por km. Os custos estão expressos na proposta vencedora, a qual faz parte integrante deste contrato. O valor total do presente contrato será de R\$ 33.495,00(Trinta e três mil, quatrocentos e noventa e cinco reais).

b) Os pagamentos serão mensais, na conformidade com a quantidade de quilômetros percorridos com base nos dias letivos, conforme relatório fornecido pela secretaria de educação do Município



de Ibiã, e será liberado conforme decreto municipal que fixa o cronograma de pagamento e mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica (devidamente liquidada pela secretária de educação). A empresa deve encaminhar o arquivo XML para o seguinte endereço: nfe@ibiam.sc.gov.br

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

11.1.2 O pagamento somente será realizado mediante apresentação das certidões negativas de Débito assegurar relacionadas: Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União e INSS, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS, CNDT e Falência e Concordata, devidamente atualizada. Também não será efetuado o pagamento para empresas que estejam com algum dos seguintes documentos vencidos, Licenciamento anual do veículo (IPVA, Seguro e Taxa), Seguro, Inspeção Semestral, Carteira de habilitação do motorista, Curso especializado para o motorista, e outros, conforme exigido no item 15.6 e 15.7 do respectivo edital e conforme Cláusula nona do presente contrato.

11.1.3 Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

A nota fiscal, deverá especificar a descrição do item, objeto ao qual a contratada foi vencedora, número do contrato, nº do Processo e do Pregão, não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde, deverá constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

#### MUNICÍPIO DE IBIAM

Travessa Leoniza Carvalhop Agostini, nº 20  
CNPJ - 01.612.745/0001-74

**CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE** - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá

convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

**CLÁUSULA SEXTA - DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO** - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** - As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório n. 003/2015, para o ano de 2015, correrão por conta dos recursos orçamentários:

Reduzido	Atividade	Complemento do Detalhamento
71	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
72	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
73	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
74	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

**Parágrafo Primeiro** - Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

**Parágrafo Segundo** - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento ajustado,
- Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

**Parágrafo Terceiro** - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências da Secretaria de Educação, de maneira a atender as necessidades.
- A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.
- A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.
- A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados à esta Municipalidade ou à terceiros.



f) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o itinerário estabelecido na cláusula segunda, levando em consideração a necessidade de alteração do trajeto, horário e número total de passageiros que cada veículo transportará, quando conveniente aos alunos e determinado pelo Município.

g) Permitir que os Prepostos do Município inspecionem, a qualquer tempo e hora andamento dos serviços e estado dos veículos colocados a disposição do Transporte Escolar.

h) A Contratada é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, bem como eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessárias por qualquer motivo.

i) A Contratada sujeitar-se-á as determinações do Município relativo ao número total de passageiros que cada veículo poderá transportar, objetivando a segurança dos passageiros.

j) A Contratada é responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

l) A CONTRATADA assumirá todas as despesas com o veículo e sua manutenção, com pessoal, encargos trabalhistas, seguros e normas do transportes de passageiros. A contratada assume com assinatura do presente instrumento, total responsabilidade, civil e criminal pelo transporte dos alunos, eximindo à administração municipal de qualquer compromisso presente ou futuro.

m) O objeto do presente contrato e a conseqüente prestação de serviços da contratada, determinam como prioridade os transportes de alunos, vedado o transporte de passageiros.

n) A contratada deve transportar somente alunos devidamente matriculados nas escolas Municipal e Estadual, o transporte de passageiros é terminantemente proibido, nos da Decisão nº 1244/2005 do TCE/SC, que resultou no prejulgado de n.º 1658, nos seguintes termos:

É proibido ao Município, através dos ônibus da Secretaria Municipal de Educação, adquiridos para o transporte de estudantes, inclusive aos residentes no interior da municipalidade, transportar cidadãos não estudantes, por ofender aos princípios da moralidade e impessoalidade administrativa, insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal. Caso o transportador descumpra esta exigência, o contrato será rescindido.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obrigatoriamente, deve cumprir integralmente, durante a vigência do presente contrato, para o(s) veículo(s) que serão utilizados no transporte escolar, e para o(s) condutor(es) (motorista) o que segue:

Manter em dia(vigente) seguro do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na prestação de serviço de transporte escolar e Seguro por Danos Pessoais para os Ocupantes do veículo sendo de no mínimo R\$ 50.000,00(CINQUENTA MIL REAIS) por ocupante;

a) Cópia da documentação do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na execução do transporte escolar, DEVIDAMENTE LICENCIADO para o ano de 2015;

b) Quando os veículos não forem de propriedade do Contratado apresentar documento com firma reconhecida em cartório, que comprove o direito deste, utilizá-lo para execução do objeto deste certame licitatório.

c) Os veículos utilizados para o transporte escolar, devem atender

plenamente a determinação do Código Brasileiro de Trânsito de acordo com os Art. 136, 137, 139, conforme segue:

Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I - registro como veículo de passageiros;

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, em perfeitas condições de funcionamento, e com certificado de aferido, emitido pelo INMETRO, ou por entidade por ele credenciada;;

V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI - cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

Os veículos utilizados para o transporte escolar, também devem possuir extintor de incêndio, com carga adequada(pó químico seco, ou gás carbônico), aferido pelo INMETRO, e respeitando o prazo de validade.

É vedada a ampliação de capacidade de lotação do(s) veículo(s) utilizado(s) no transporte escolar, sem prévia autorização do DETRAN

Art. 137. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

Art. 139. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal de aplicar as exigências previstas em seus regulamentos, para o transporte de escolares.

e) Alvará Sanitário, e Alvará de Localização e Funcionamento.

f) Comprovação de que possui motorista, devidamente habilitado, nos termos do Art. 138 do Código Brasileiro de Trânsito), indicar o nome do mesmo, qual a linha o profissional irá atuar, e o vínculo entre este e a empresa(contrato social, contrato de prestação de serviços com firma reconhecida em cartório, ou inscrição junto ao INSS(carteira de trabalho).

#### Do Condutor:

a) Apresentar documentação que ateste o cumprimento pelo motorista, que efetuará o serviço, das exigências previstas no artigo 138 do Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9503, de 23 de setembro de 1997, ou seja:

1) ter idade superior a vinte e um anos;

2) Carteira de Habilitação válida, no mínimo categoria D (inciso I, art. 143 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997); tratando-se de CNH emitida por outra Unidade de Federação, apresentar Certidão Negativa de Pontuação, Suspensão e Cassação da CNH, emitida pelo DETRAN de origem da CNH;

3) não ter cometido infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

4) ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN (inciso IV, art. 145 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 e art. 33 da Resolução n. 168, de 14 de dezembro de 2004, atualizada do CONTRAN).

5) Apresentar documentação que atenda o artigo n. 329 da Lei n.

9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro. CERTIDÃO NEGATIVA DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL RELATIVAMENTE AOS CRIMES DE HOMICÍDIO, ROUBO, ESTUPRO, E CORRUPÇÃO DE MENORES.

6) Certidão Negativa de Crimes cometidos na condução de veículo automotor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Administração municipal nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES - A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

a) A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretária Municipal de Educação do Município de Ibiá, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c portaria municipal 0185/2011.

b) O Município a seu critério e através do departamento de educação, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as linhas e do comportamento do pessoal da contratada.

c) A contratada declara aceitar integralmente todos os métodos e formas de fiscalização feita pela contratante, bem como inspeção de rotina e fiscalização da forma de execução dos serviços ora contratados.

d) A existência e atuação da fiscalização feita pela contratante, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto contratado e a suas consequências e implicações presentes ou futuras.

e) A fiscalização será exercida pelo poder público concedente, Prefeitura Municipal através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LIBERAÇÃO - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n 1.351/05 e LC 123/06.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL - Este Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 003/2015, Pregão Presencial n. 002/2015, da Prefeitura de Ibiá, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n.8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas

dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 1.351/05.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS** - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiro. Após o início do ano letivo, verificando a necessidade, poderão sofrer alteração a quantidade de km mencionados, com fundamento do artigo 65, § 1º da Lei Federal N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO** - Fica eleito o foro da Comarca de Tangará/SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

IbiamSC), 09 de Fevereiro de 2015

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

TRANSPORTES FELICETTI LTDA ME

CNPJ: 12.875.668/0001-61

Adm: Ivan Felicetti

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Luciana Balen

Catarina Borsoi

CPF: 042.307.839-90

CPF: 572.246.259-49

Evandro Carlos dos Santos

Procurador Geral - OAB/SC 13.747

## CONT 17

CONTRATO Nº 017/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 003/2015

PREGÃO N. 002/2015

A Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE e a empresa ORINEU OLIVO DOS SANTOS CARDOSO ME, CNPJ: 17.447.045/0001-01, estabelecida na Rua São Sebastião, nº 84 Centro, Sala, Ibiam/SC, representada neste ato por seu Sócio Administrador o Sr. Orineu Olivo dos Santos Cardoso, CPF: 637.905.809-53, CI. 2.416.270, denominada neste instrumento de CONTRATADA, celebram o presente contrato decorrente do processo licitatório nº 003/2015, de acordo com o disposto na Lei 10.520 no Artigo 54 de Lei 8.666/93, com alterações subsequentes, e LC 123/06, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2013 da Prefeitura Municipal de Ibiam, de acordo com o disposto no Artigo 54 de Lei 8.666/93 com alterações subsequentes, mediante os Artigos e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO** - Contratação de Pessoa Jurídica para efetuar os serviços de transporte escolar para o ano letivo de 2015, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, relativos a aproximadamente 203 dias Letivos. O Município de Ibiam reserva-se o direito de rescindir a qualquer momento e sem direito a indenização e/ou reclamação, contrato(s), decorrentes deste processo para realizar o transporte com veículo próprio do Município de Ibiam. Somente serão pagos os quilometro percorridos a partir da entrada no veículo do primeiro aluno. Não serão pagos quilômetros realizados com carro vazio(sem alunos). Para os seguintes percursos:

Item	Quantidade	Valor por Km rodado	Objeto	Unidade
5	12383	2,75	Transporte escolar para a Linha Central/Ibiam, e vice e versa no período manhã e tarde, para aproximadamente 203 dias letivos. Veículo com capacidade mínima para 15 passageiros, veículo deve estar em ótimo estado de conservação e ter no máximo 07 anos de fabricação. Quilometragem diária de 61 km.  Tipo de veículo: Kombi/Micro-ônibus. (van)	km

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

Das Condições de Prestação do Serviço - Os serviços de transporte escolar objeto do presente certame licitatório deverão ser realizados com base no calendário escolar, ou seja, durante o ano letivo de 2015, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação. Os Veículos utilizados para o transporte escolar, deverão estar estacionados no pátio da escola, com antecedência máxima de 5(cinco) minutos, do horário de chegada ou saída dos alunos. Motoristas que chegarem antes, deste horário, e que por ventura algum aluno, venha a sofrer algum tipo de acidente, será responsabilizado, e arcará com as despesas Sob pena de aplicação das penalidades constantes neste edital.

10.2 - Dos Prazos e Vigência - A contagem do prazo para execução dos serviços, terá início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31.12.2015.

O prazo de vigência do Contrato decorrente desta Licitação será até 31/12/2015, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por iguais e sucessivos períodos, por interesse da Administração e com anuência do Contratado, se houver interesse de ambas as partes, nos termos do Art. 57, Inciso II, da Lei Nº 8.666, de 21/6/1993 e legislação subsequente.

10.3 - No primeiro ano de sua vigência o valor será fixo(salvo motivo justo e devidamente comprovado, conforme item 11.3 deste edital). Após esse período poderá ser reajustado pela variação do INPC dos últimos doze meses ou por outro indexador que vier a substituí-lo, (caso o INPC seja extinto. Na indisponibilidade do INPC de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

Caso ocorra prorrogação de prazo mediante termo aditivo, o mesmo somente será efetuado mediante apresentação de todas as negativas e demais documentos conforme exigido na habilitação e assinatura do contrato do respectivo processo licitatório acompanhadas de ofício do contratado manifestando interesse em prorrogar a vigência do respectivo contrato.



**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

a) O preço ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 2,75(dois reais e setenta e cinco centavos) por km. Os custos estão expressos na proposta vencedora, a qual faz parte integrante deste contrato. O valor total do presente contrato será de R\$ 34.053,25(Trinta e quatro mil, cinquenta e três reais).

b) Os pagamentos serão mensais, na conformidade com a quantidade de quilômetros percorridos com base nos dias letivos, conforme relatório fornecido pela secretaria de educação do Município de Ibiã, e será liberado conforme decreto municipal que fixa o cronograma de pagamento e mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica(devidamente liquidada pela secretária de educação). A empresa deve encaminhar o arquivo XML para o seguinte endereço: nfe@ibiam.sc.gov.br

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

11.1.2 O pagamento somente será realizado mediante apresentação das certidões negativas de Débito assegurar relacionadas: Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União e INSS, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS, CNDT e Falência e Concordata, devidamente atualizada. Também não será efetuado o pagamento para empresas que estejam com algum dos seguintes documentos vencidos, Licenciamento anual do veículo(IPVA, Seguro e Taxa), Seguro, Inspeção Semestral, Carteira de habilitação do motorista, Curso especializado para o motorista, e outros, conforme exigido no item 15.6 e 15.7 do respectivo edital e conforme Cláusula nona do presente contrato.

11.1.3 Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

A nota fiscal, deverá especificar a descrição do item, objeto ao qual a contratada foi vencedora, número do contrato, nº do Processo e do Pregão, não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde, deverá constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

Travessa Leoniza Carvalhop Agostini, nº 20  
CNPJ - 01.612.745/0001-74

**CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE** - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como,

lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

**CLÁUSULA SEXTA - DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO** - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** - As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório n. 003/2015, para o ano de 2015, correrão por conta dos recursos orçamentários:

Reduzido	Atividade	Complemento do Detalhamento
71	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
72	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
73	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
74	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000

**CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Parágrafo Primeiro - Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento ajustado,
- Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências da Secretaria de Educação, de maneira a atender as necessidades.
- A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.
- A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela



assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

d) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

e) A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

f) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o itinerário estabelecido na cláusula segunda, levando em consideração a necessidade de alteração do trajeto, horário e numero total de passageiros que cada veículo transportará, quando conveniente aos alunos e determinado pelo Município.

g) Permitir que os Prepostos do Município inspecionem, a qualquer tempo e hora andamento dos serviços e estado dos veículos colocados a disposição do Transporte Escolar.

h) A Contratada é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, bem como eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessárias por qualquer motivo.

i) A Contratada sujeitar-se-á as determinações do Município relativo ao número total de passageiros que cada veículo poderá transportar, objetivando a segurança dos passageiros.

j) A Contratada é responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

l) A CONTRATADA assumirá todas as despesas com o veículo e sua manutenção, com pessoal, encargos trabalhistas, seguros e normas do transportes de passageiros. A contratada assume com assinatura do presente instrumento, total responsabilidade, civil e criminal pelo transporte dos alunos, eximindo à administração municipal de qualquer compromisso presente ou futuro.

m) O objeto do presente contrato e a conseqüente prestação de serviços da contratada, determinam como prioridade os transportes de alunos, vedado o transporte de passageiros.

n) A contratada deve transportar somente alunos devidamente matriculados nas escolas Municipal e Estadual, o transporte de passageiros é terminantemente proibido, nos da Decisão nº 1244/2005 do TCE/SC, que resultou no prejudgado de n.º 1658, nos seguintes termos:

É proibido ao Município, através dos ônibus da Secretaria Municipal de Educação, adquiridos para o transporte de estudantes, inclusive aos residentes no interior da municipalidade, transportar cidadãos não estudantes, por ofender aos princípios da moralidade e impessoalidade administrativa, insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal. Caso o transportador descumpra esta exigência, o contrato será rescindido.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obrigatoriamente, deve cumprir integralmente, durante a vigência do presente contrato, para o(s) veículo(s) que serão utilizados no transporte escolar, e para o(s) condutor(es) (motorista) o que segue:

Manter em dia(vigente) seguro do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na prestação de serviço de transporte escolar e Seguro por

Danos Pessoais para os Ocupantes do veículo sendo de no mínimo R\$ 50.000,00(CINQUENTA MIL REAIS) por ocupante;

a) Cópia da documentação do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na execução do transporte escolar, DEVIDAMENTE LICENCIADO para o ano de 2015;

b) Quando os veículos não forem de propriedade do Contratado apresentar documento com firma reconhecida em cartório, que comprove o direito deste, utilizá-lo para execução do objeto deste certame licitatório.

c) Os veículos utilizados para o transporte escolar, devem atender plenamente a determinação do Código Brasileiro de Trânsito de acordo com os Art. 136, 137, 139, conforme segue:

Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I - registro como veículo de passageiros;

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, em perfeitas condições de funcionamento, e com certificado de aferido, emitido pelo INMETRO, ou por entidade por ele credenciada;;

V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI - cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

Os veículos utilizados para o transporte escolar, também devem possuir extintor de incêndio, com carga adequada(pó químico seco, ou gás carbônico), aferido pelo INMETRO, e respeitando o prazo de validade.

É vedada a ampliação de capacidade de lotação do(s) veículo(s) utilizado(s) no transporte escolar, sem prévia autorização do DETRAN

Art. 137. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

Art. 139. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal de aplicar as exigências previstas em seus regulamentos, para o transporte de escolares.

e) Alvará Sanitário, e Alvará de Localização e Funcionamento.

f) Comprovação de que possui motorista, devidamente habilitado, nos termos do Art. 138 do Código Brasileiro de Trânsito), indicar o nome do mesmo, qual a linha o profissional ira atuar, e o vínculo entre este e a empresa(contrato social, contrato de prestação de serviços com firma reconhecida em cartório, ou inscrição junto ao INSS(carreira de trabalho).

Do Condutor:

a) Apresentar documentação que ateste o cumprimento pelo motorista, que efetuará o serviço, das exigências previstas no artigo 138 do Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9503, de 23 de setembro de 1997, ou seja:

1) ter idade superior a vinte e um anos;

2) Carteira de Habilitação válida, no mínimo categoria D (inciso I, art. 143 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997); tratando-se de CNH emitida por outra Unidade de Federação, apresentar Certidão Negativa de Pontuação, Suspensão e Cassação da CNH, emitida pelo DETRAN de origem da CNH;

3) não ter cometido infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

4) ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN (inciso IV, art. 145 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 e art. 33 da Resolução n. 168, de 14 de dezembro de 2004, atualizada do CONTRAN).

5) Apresentar documentação que atenda o artigo n. 329 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro. CERTIDÃO NEGATIVA DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL RELATIVAMENTE AOS CRIMES DE HOMICÍDIO, ROUBO, ESTUPRO, E CORRUPÇÃO DE MENORES.

6) Certidão Negativa de Crimes cometidos na condução de veículo automotor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Administração municipal nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES - A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

a) A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretária Municipal de Educação do Município de Ibiam, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c portaria municipal 0185/2011.

b) O Município a seu critério e através do departamento de educação, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as linhas e do comportamento do pessoal da contratada.

c) A contratada declara aceitar integralmente todos os métodos e formas de fiscalização feita pela contratante, bem como inspeção de rotina e fiscalização da forma de execução dos serviços ora contratados.

d) A existência e atuação da fiscalização feita pela contratante, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto contratado e a suas consequências e implicações presentes ou futuras.

e) A fiscalização será exercida pelo poder público concedente, Prefeitura Municipal através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LIBERAÇÃO - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da

Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL - O

presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 1.351/05 e LC 123/06.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL** - Este Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 003/2015, Pregão Presencial n. 002/2015, da Prefeitura de Ibiã, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n.8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 1.351/05.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS** - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiro. Após o início do ano letivo, verificando a necessidade, poderão sofrer alteração a quantidade de km mencionados, com fundamento do artigo 65, § 1º da Lei Federal N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO** - Fica eleito o foro da Comarca de Tangará/SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ibiã/SC, 09 de Fevereiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

ORINEU O. DOS SANTOS CARDOSO ME

CNPJ: 17.447.045/0001-01

Sócio Adm: Orineu O. S. Cardoso

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Luciana Balen

Catarina Borsoi

CPF: 042.307.839-90

CPF: 572.246.259-49

Evandro Carlos dos Santos

Procurador Geral - OAB/SC 13.747

## CONT 18

CONTRATO Nº 018/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 003/2015

PREGÃO N. 002/2015

A Prefeitura Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiã, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE e a empresa NELSON JOSE SOUTHER MEI, CNPJ: 17.468.255/0001-86, Estabelecida na Estrada Linha São Pascoal, S/N, Interior, Ibiã/SC, CEP: 89.652-000, representada neste ato por seu sócio administrador o Sr. Nelson J. Southier, CPF: 703.074.829-87, CI 11/R 2.630.264, denominada

neste instrumento de CONTRATADA, celebram o presente contrato decorrente do processo licitatório nº 003/2015, de acordo com o disposto na Lei 10.520 no Artigo 54 de Lei 8.666/93, com alterações subsequentes, e LC 123/06, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2013 da Prefeitura Municipal de Ibiã, de acordo com o disposto no Artigo 54 de Lei 8.666/93 com alterações subsequentes, mediante os Artigos e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO** - Contratação de Pessoa Jurídica para efetuar os serviços de transporte escolar para o ano letivo de 2015, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, relativos a aproximadamente 203 dias Letivos. O Município de Ibiã reserva-se o direito de rescindir a qualquer momento e sem direito a indenização e/ou reclamação, contrato(s), decorrentes deste processo para realizar o transporte com veículo próprio do Município de Ibiã. Somente serão pagos os quilômetros percorridos a partir da entrada no veículo do primeiro aluno. Não serão pagos quilômetros realizados com carro vazio(sem alunos). Para os seguintes percursos:

Item	Quantidade	Valor por Km rodado	Objeto	Unidade
1	17052	3,30	Transporte escolar para a linha Cerro Azul/Ibiã, e vice e versa no período da tarde, por aproximadamente 203 dias letivos. Veículo com capacidade mínima para 25 passageiros, veículo deve estar em excelente estado de conservação. Quilometragem diária de 84Km.  Tipo de veículo: Ônibus/Micro-ônibus.	km

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

Das Condições de Prestação do Serviço - Os serviços de transporte escolar objeto do presente certame licitatório deverão ser realizados com base no calendário escolar, ou seja, durante o ano letivo de 2015, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação. Os Veículos utilizados para o transporte escolar, deverão estar estacionados no pátio da escola, com antecedência máxima de 5(cinco) minutos, do horário de chegada ou saída dos alunos. Motoristas que chegarem antes, deste horário, e que por ventura algum aluno, venha a sofrer algum tipo de acidente, será responsabilizado, e arcará com as despesas Sob pena de aplicação das penalidades constantes neste edital.

10.2 - Dos Prazos e Vigência - A contagem do prazo para execução dos serviços, terá início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31.12.2015.

O prazo de vigência do Contrato decorrente desta Licitação será até 31/12/2015, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por iguais e sucessivos períodos, por interesse da Administração e com anuência do Contratado, se houver interesse de ambas as partes, nos termos do Art. 57, Inciso II, da Lei Nº 8.666, de 21/6/1993 e legislação subsequente.

10.3 - No primeiro ano de sua vigência o valor será fixo(salvo motivo justo e devidamente comprovado, conforme item 11.3 deste



edital). Após esse período poderá ser reajustado pela variação do INPC dos últimos doze meses ou por outro indexador que vier a substituí-lo, (caso o INPC seja extinto. Na indisponibilidade do INPC de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

Caso ocorra prorrogação de prazo mediante termo aditivo, o mesmo somente será efetuado mediante apresentação de todas as negativas e demais documentos conforme exigido na habilitação e assinatura do contrato do respectivo processo licitatório acompanhadas de ofício do contratado manifestando interesse em prorrogar a vigência do respectivo contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a) O preço ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 3,30(Três reais e trinta centavos) por km. Os custos estão expressos na proposta vencedora, a qual faz parte integrante deste contrato. O valor total do presente contrato será de R\$ 56.271,60(Cinquenta e seis mil, duzentos e setenta e um reais e sessenta centavos).

b) Os pagamentos serão mensais, na conformidade com a quantidade de quilômetros percorridos com base nos dias letivos, conforme relatório fornecido pela secretaria de educação do Município de Ibiã, e será liberado conforme decreto municipal que fixa o cronograma de pagamento e mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica(devidamente liquidada pela secretária de educação). A empresa deve encaminhar o arquivo XML para o seguinte endereço: nfe@ibiam.sc.gov.br

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

11.1.2 O pagamento somente será realizado mediante apresentação das certidões negativas de Débito assegurar relacionadas: Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União e INSS, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS, CNDT e Falência e Concordata, devidamente atualizada. Também não será efetuado o pagamento para empresas que estejam com algum dos seguintes documentos vencidos, Licenciamento anual do veículo(IPVA, Seguro e Taxa), Seguro, Inspeção Semestral, Carteira de habilitação do motorista, Curso especializado para o motorista, e outros, conforme exigido no item 15.6 e 15.7 do respectivo edital e conforme Cláusula nona do presente contrato.

11.1.3 Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

A nota fiscal, deverá especificar a descrição do item, objeto ao qual a contratada foi vencedora, número do contrato, nº do Processo e do Pregão, não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde, deverá constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE IBIAM

Travessa Leoniza Carvalhop Agostini, nº 20  
CNPJ - 01.612.745/0001-74

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho

de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

CLÁUSULA SEXTA - DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS - As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório n. 003/2015, para o ano de 2015, correrão por conta dos recursos orçamentários:

Reduzido	Atividade	Complemento do Detalhamento
71	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
72	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
73	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
74	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro - Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ajustado,  
b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste



**Contrato.**

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências da Secretaria de Educação, de maneira a atender as necessidades.

b) A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

c) A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

d) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

e) A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

f) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o itinerário estabelecido na cláusula segunda, levando em consideração a necessidade de alteração do trajeto, horário e numero total de passageiros que cada veículo transportará, quando conveniente aos alunos e determinado pelo Município.

g) Permitir que os Prepostos do Município inspecionem, a qualquer tempo e hora andamento dos serviços e estado dos veículos colocados a disposição do Transporte Escolar.

h) A Contratada é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, bem como eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessárias por qualquer motivo.

i) A Contratada sujeitar-se-á as determinações do Município relativo ao número total de passageiros que cada veículo poderá transportar, objetivando a segurança dos passageiros.

j) A Contratada é responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

l) A CONTRATADA assumirá todas as despesas com o veículo e sua manutenção, com pessoal, encargos trabalhistas, seguros e normas dos transportes de passageiros. A contratada assume com assinatura do presente instrumento, total responsabilidade, civil e criminal pelo transporte dos alunos, eximindo à administração municipal de qualquer compromisso presente ou futuro.

m) O objeto do presente contrato e a conseqüente prestação de serviços da contratada, determinam como prioridade os transportes de alunos, vedado o transporte de passageiros.

n) A contratada deve transportar somente alunos devidamente matriculados nas escolas Municipal e Estadual, o transporte de passageiros é terminantemente proibido, nos da Decisão nº 1244/2005 do TCE/SC, que resultou no prejudgado de n.º 1658, nos seguintes termos:

É proibido ao Município, através dos ônibus da Secretaria Municipal de Educação, adquiridos para o transporte de estudantes, inclusive aos residentes no interior da municipalidade, transportar cidadãos não estudantes, por ofender aos princípios da moralidade

e impessoalidade administrativa, insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal. Caso o transportador descumpra esta exigência, o contrato será rescindido.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA obrigatoriamente, deve cumprir integralmente, durante a vigência do presente contrato, para o(s) veículo(s) que serão utilizados no transporte escolar, e para o(s) condutor(es) (motorista) o que segue:

Manter em dia(vigente) seguro do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na prestação de serviço de transporte escolar e Seguro por Danos Pessoais para os Ocupantes do veículo sendo de no mínimo R\$ 50.000,00(CINQUENTA MIL REAIS) por ocupante;

a) Cópia da documentação do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na execução do transporte escolar, DEVIDAMENTE LICENCIADO para o ano de 2015;

b) Quando os veículos não forem de propriedade do Contratado apresentar documento com firma reconhecida em cartório, que comprove o direito deste, utilizá-lo para execução do objeto deste certame licitatório.

c) Os veículos utilizados para o transporte escolar, devem atender plenamente a determinação do Código Brasileiro de Trânsito de acordo com os Art. 136, 137, 139, conforme segue:

Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I - registro como veículo de passageiros;

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, em perfeitas condições de funcionamento, e com certificado de aferido, emitido pelo INMETRO, ou por entidade por ele credenciada;;

V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI - cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

Os veículos utilizados para o transporte escolar, também devem possuir extintor de incêndio, com carga adequada(pó químico seco, ou gás carbônico), aferido pelo INMETRO, e respeitando o prazo de validade.

É vedada a ampliação de capacidade de lotação do(s) veículo(s) utilizado(s) no transporte escolar, sem prévia autorização do DETRAN

Art. 137. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

Art. 139. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal de aplicar as exigências previstas em seus regulamentos, para o transporte de escolares.

e) Alvará Sanitário, e Alvará de Localização e Funcionamento.

f) Comprovação de que possui motorista, devidamente habilitado, nos termos do Art. 138 do Código Brasileiro de Trânsito), indicar o nome do mesmo, qual a linha o profissional ira atuar, e o vinculo

entre este e a empresa(contrato social, contrato de prestação de serviços com firma reconhecida em cartório, ou inscrição junto ao INSS(carteira de trabalho).

Do Conductor:

a) Apresentar documentação que ateste o cumprimento pelo motorista, que efetuará o serviço, das exigências previstas no artigo 138 do Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9503, de 23 de setembro de 1997, ou seja:

1) ter idade superior a vinte e um anos;

2) Carteira de Habilitação válida, no mínimo categoria D (inciso I, art. 143 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997); tratando-se de CNH emitida por outra Unidade de Federação, apresentar Certidão Negativa de Pontuação, Suspensão e Cassação da CNH, emitida pelo DETRAN de origem da CNH;

3) não ter cometido infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

4) ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN (inciso IV, art. 145 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 e art. 33 da Resolução n. 168, de 14 de dezembro de 2004, atualizada do CONTRAN).

5) Apresentar documentação que atenda o artigo n. 329 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro. CERTIDÃO NEGATIVA DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL RELATIVAMENTE AOS CRIMES DE HOMICÍDIO, ROUBO, ESTUPRO, E CORRUPÇÃO DE MENORES.

6) Certidão Negativa de Crimes cometidos na condução de veículo automotor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Administração municipal nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES - A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

a) A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretária Municipal de Educação do Município de Ibiam, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c portaria municipal 0185/2011.

b) O Município a seu critério e através do departamento de educação, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as linhas e do comportamento do pessoal da contratada.

c)A contratada declara aceitar integralmente todos os métodos e formas de fiscalização feita pela contratante, bem como inspeção de rotina e fiscalização da forma de execução dos serviços ora contratados.

d) A existência e atuação da fiscalização feita pela contratante, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto contratado e a suas consequências e implicações presentes ou futuras.

e) A fiscalização será exercida pelo poder público concedente, Prefeitura Municipal através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LIBERAÇÃO - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL** - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n 1.351/05 e LC 123/06.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL** - Este Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 003/2015, Pregão Presencial n. 002/2015, da Prefeitura de Ibiã, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n.8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 1.351/05.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS** - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiro. Após o início do ano letivo, verificando a necessidade, poderão sofrer alteração a quantidade de km mencionados, com fundamento do artigo 65, § 1º da Lei Federal N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO** - Fica eleito o foro da Comarca de Tangará/SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ibiã/SC), 09 de Fevereiro de 2015.

**CLOVIS JOSE BUSATTO**

Prefeito Municipal

**CONTRATANTE**

**NELSON JOSE SOUTHER MEI**

CNPJ: 17.468.255/0001-86

Gerente: Nelson José Southier

**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

Luciana Balen

CPF: 042.307.839-90

Catarina Borsoi

CPF: 572.246.259-49

Evandro Carlos dos Santos

Procurador Geral - OAB/SC 13.747

## CONT 19

CONTRATO Nº 019/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 003/2015

PREGÃO N. 002/2015

A Prefeitura Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiã, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE e a empresa JOCIMAR CORDEIRO DOS SANTOS MEI, CNPJ: 19.442.842/0001-21, estabelecida na Rua Avenida 20 de Julho, Centro, na cidade de Ibiã, representada neste ato por seu Sócio Administrador o Sr. Jocimar Cordeiro dos Santos, CPF: 058.886.849-37, CI. 4507369, denominada neste instrumento de CONTRATADA, celebram o presente contrato decorrente do processo licitatório nº 003/2015, de acordo com o disposto na Lei 10.520 no Artigo 54 de Lei 8.666/93, com alterações subsequentes, e LC 123/06, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2013 da Prefeitura Municipal de Ibiã, de acordo com o disposto no Artigo 54 de Lei 8.666/93 com alterações subsequentes, mediante os Artigos e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO** - Contratação de Pessoa Jurídica para efetuar os serviços de transporte escolar para o ano letivo de 2015, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, relativos a aproximadamente 203 dias Letivos. O Município de Ibiã reserva-se o direito de rescindir a qualquer momento e sem direito a indenização e/ou reclamação, contrato(s), decorrentes deste processo para realizar o transporte com veículo próprio do Município de Ibiã. Somente serão pagos os quilômetro percorridos a partir da entrada no veículo do primeiro aluno. Não serão pagos quilômetros realizados com carro vazio(sem alunos). Para os seguintes percursos:

Item	Quantidade	Valor por Km rodado	Objeto	Unidade
4	13601	2,75	Transporte escolar para a Linha União/Ibiã, e vice e versa no período manhã e tarde, para aproximadamente 203 dias letivos. Veículo com capacidade mínima para 15 passageiros, veículo deve estar em ótimo estado de conservação e ter no máximo 07 anos de fabricação. Quilometragem diária de 67 km.  Tipo de veículo: Kombi/Micro-ônibus. (van)	km

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

Das Condições de Prestação do Serviço - Os serviços de transporte escolar objeto do presente certame licitatório deverão ser realizados com base no calendário escolar, ou seja, durante o ano letivo de 2015, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação. Os Veículos utilizados para o transporte escolar, deverão estar estacionados no pátio da escola, com antecedência máxima de 5(cinco) minutos, do horário de chegada ou saída dos alunos.



Motoristas que chegarem antes, deste horário, e que por ventura algum aluno, venha a sofrer algum tipo de acidente, será responsabilizado, e arcará com as despesas Sob pena de aplicação das penalidades constantes neste edital.

10.2 - Dos Prazos e Vigência - A contagem do prazo para execução dos serviços, terá início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31.12.2015.

O prazo de vigência do Contrato decorrente desta Licitação será até 31/12/2015, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por iguais e sucessivos períodos, por interesse da Administração e com anuência do Contratado, se houver interesse de ambas as partes, nos termos do Art. 57, Inciso II, da Lei Nº 8.666, de 21/6/1993 e legislação subsequente.

10.3 - No primeiro ano de sua vigência o valor será fixo(salvo motivo justo e devidamente comprovado, conforme item 11.3 deste edital). Após esse período poderá ser reajustado pela variação do INPC dos últimos doze meses ou por outro indexador que vier a substituí-lo, (caso o INPC seja extinto. Na indisponibilidade do INPC de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

Caso ocorra prorrogação de prazo mediante termo aditivo, o mesmo somente será efetuado mediante apresentação de todas as negativas e demais documentos conforme exigido na habilitação e assinatura do contrato do respectivo processo licitatório acompanhadas de ofício do contratado manifestando interesse em prorrogar a vigência do respectivo contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a) O preço ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 2,75(Dois reais e setenta e cinco centavos) por km. Os custos estão expressos na proposta vencedora, a qual faz parte integrante deste contrato. O valor total do presente contrato será de R\$ 37.402,75(Trinta e sete mil, quatrocentos e dois reais e setenta e cinco centavos).

b) Os pagamentos serão mensais, na conformidade com a quantidade de quilômetros percorridos com base nos dias letivos, conforme relatório fornecido pela secretaria de educação do Município de Ibiã, e será liberado conforme decreto municipal que fixa o cronograma de pagamento e mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica(devidamente liquidada pela secretária de educação). A empresa deve encaminhar o arquivo XML para o seguinte endereço: nfe@ibiam.sc.gov.br

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

11.1.2 O pagamento somente será realizado mediante apresentação das certidões negativas de Débito assegurar relacionadas: Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS, CNDT e Falência e Concordata, devidamente atualizada. Também não será efetuado o pagamento para empresas que estejam com algum dos seguintes documentos vencidos, Licenciamento anual do veículo(IPVA, Seguro e Taxa), Seguro, Inspeção Semestral, Carteira de habilitação do motorista, Curso especializado para o motorista, e outros, conforme exigido no item 15.6 e 15.7 do respectivo edital e conforme Cláusula nona do presente contrato.

11.1.3 Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive

obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

A nota fiscal, deverá especificar a descrição do item, objeto ao qual a contratada foi vencedora, número do contrato, nº do Processo e do Pregão, não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde, deverá constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

#### MUNICÍPIO DE IBIAM

Travessa Leoniza Carvalhop Agostini, nº 20

CNPJ - 01.612.745/0001-74

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

CLÁUSULA SEXTA - DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS - As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório n. 003/2015, para o ano de 2015, correrão por conta dos recursos orçamentários:

Reduzido	Atividade	Complemento do Detalhamento
71	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
72	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
73	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
74	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000



**CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Parágrafo Primeiro - Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado,
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências da Secretaria de Educação, de maneira a atender as necessidades.
- b) A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.
- c) A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- d) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.
- e) A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados à esta Municipalidade ou à terceiros.
- f) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o itinerário estabelecido na cláusula segunda, levando em consideração a necessidade de alteração do trajeto, horário e número total de passageiros que cada veículo transportará, quando conveniente aos alunos e determinado pelo Município.
- g) Permitir que os Prepostos do Município inspecionem, a qualquer tempo e hora andamento dos serviços e estado dos veículos colocados a disposição do Transporte Escolar.
- h) A Contratada é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, bem como eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessárias por qualquer motivo.
- i) A Contratada sujeitar-se-á as determinações do Município relativo ao número total de passageiros que cada veículo poderá transportar, objetivando a segurança dos passageiros.
- j) A Contratada é responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
- l) A CONTRATADA assumirá todas as despesas com o veículo e

sua manutenção, com pessoal, encargos trabalhistas, seguros e normas do transportes de passageiros. A contratada assume com assinatura do presente instrumento, total responsabilidade, civil e criminal pelo transporte dos alunos, eximindo à administração municipal de qualquer compromisso presente ou futuro.

m) O objeto do presente contrato e a consequente prestação de serviços da contratada, determinam como prioridade os transportes de alunos, vedado o transporte de passageiros.

n) A contratada deve transportar somente alunos devidamente matriculados nas escolas Municipal e Estadual, o transporte de passageiros é terminantemente proibido, nos da Decisão nº 1244/2005 do TCE/SC, que resultou no prejudgado de n.º 1658, nos seguintes termos:

É proibido ao Município, através dos ônibus da Secretaria Municipal de Educação, adquiridos para o transporte de estudantes, inclusive aos residentes no interior da municipalidade, transportar cidadãos não estudantes, por ofender aos princípios da moralidade e impessoalidade administrativa, insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal. Caso o transportador descumpra esta exigência, o contrato será rescindido.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA obrigatoriamente, deve cumprir integralmente, durante a vigência do presente contrato, para o(s) veículo(s) que serão utilizados no transporte escolar, e para o(s) condutor(es) (motorista) o que segue:

Manter em dia(vigente) seguro do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na prestação de serviço de transporte escolar e Seguro por Danos Pessoais para os Ocupantes do veículo sendo de no mínimo R\$ 50.000,00(CINQUENTA MIL REAIS) por ocupante;

a) Cópia da documentação do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na execução do transporte escolar, DEVIDAMENTE LICENCIADO para o ano de 2015;

b) Quando os veículos não forem de propriedade do Contratado apresentar documento com firma reconhecida em cartório, que comprove o direito deste, utilizá-lo para execução do objeto deste certame licitatório.

c) Os veículos utilizados para o transporte escolar, devem atender plenamente a determinação do Código Brasileiro de Trânsito de acordo com os Art. 136, 137, 139, conforme segue:

Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I - registro como veículo de passageiros;

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, em perfeitas condições de funcionamento, e com certificado de aferido, emitido pelo INMETRO, ou por entidade por ele credenciada;;

V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI - cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

Os veículos utilizados para o transporte escolar, também devem possuir extintor de incêndio, com carga adequada (pó químico seco, ou gás carbônico), aferido pelo INMETRO, e respeitando o prazo de validade.

É vedada a ampliação de capacidade de lotação do(s) veículo(s) utilizado(s) no transporte escolar, sem prévia autorização do DETRAN

Art. 137. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

Art. 139. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal de aplicar as exigências previstas em seus regulamentos, para o transporte de escolares.

e) Alvará Sanitário, e Alvará de Localização e Funcionamento.

f) Comprovação de que possui motorista, devidamente habilitado, nos termos do Art. 138 do Código Brasileiro de Trânsito), indicar o nome do mesmo, qual a linha o profissional ira atuar, e o vínculo entre este e a empresa (contrato social, contrato de prestação de serviços com firma reconhecida em cartório, ou inscrição junto ao INSS (carteira de trabalho).

Do Condutor:

a) Apresentar documentação que ateste o cumprimento pelo motorista, que efetuará o serviço, das exigências previstas no artigo 138 do Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9503, de 23 de setembro de 1997, ou seja:

1) ter idade superior a vinte e um anos;

2) Carteira de Habilitação válida, no mínimo categoria D (inciso I, art. 143 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997); tratando-se de CNH emitida por outra Unidade de Federação, apresentar Certidão Negativa de Pontuação, Suspensão e Cassação da CNH, emitida pelo DETRAN de origem da CNH;

3) não ter cometido infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

4) ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN (inciso IV, art. 145 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 e art. 33 da Resolução n. 168, de 14 de dezembro de 2004, atualizada do CONTRAN).

5) Apresentar documentação que atenda o artigo n. 329 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro. CERTIDÃO NEGATIVA DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL RELATIVAMENTE AOS CRIMES DE HOMICÍDIO, ROUBO, ESTUPRO, E CORRUPÇÃO DE MENORES.

6) Certidão Negativa de Crimes cometidos na condução de veículo automotor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Administração municipal nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES - A contratada

se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

a) A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretária Municipal de Educação do Município de Ibiá, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c portaria municipal 0185/2011.

b) O Município a seu critério e através do departamento de educação, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as linhas e do comportamento do pessoal da contratada.

c) A contratada declara aceitar integralmente todos os métodos e formas de fiscalização feita pela contratante, bem como inspeção de rotina e fiscalização da forma de execução dos serviços ora contratados.

d) A existência e atuação da fiscalização feita pela contratante, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto contratado e a suas consequências e implicações presentes ou futuras.

e) A fiscalização será exercida pelo poder público concedente, Prefeitura Municipal através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LIBERAÇÃO - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93

atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL** - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 1.351/05 e LC 123/06.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL** - Este Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 003/2015, Pregão Presencial n. 002/2015, da Prefeitura de Ibiam, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n.8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 1.351/05.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS** - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiro. Após o início do ano letivo, verificando a necessidade, poderão sofrer alteração a quantidade de km mencionados, com fundamento do artigo 65, § 1º da Lei Federal N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO** - Fica eleito o foro da Comarca de Tangará/SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ibiam/SC, 09 de Fevereiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

JOCIMAR CORDEIRO DOS SANTOS MEI,

CNPJ: 19.442.842/0001-21

Gerente: Jocimar Cordeiro dos Santos

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Luciana Balen

Catarina Borsoi

CPF: 042.307.839-90

CPF: 572.246.259-49

Evandro Carlos dos Santos

Procurador Geral - OAB/SC 13.747

## CONT 2

CONTRATO Nº 002/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 081/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 056/2014

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM VINCULO EMPREGATÍCIO QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE IBIAM, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E CLINICA CLIMAD LTDA

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Ibiam, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida 20 de Julho, 649, Ibiam - SC, CNPJ n. 11.250.761/0001-18, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis Jose Busatto, brasileiro casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e a empresa CLÍNICA CLIMAD LTDA, com sede à Rua Padre Anchieta, nº 579 Bairro Matriz, Videira/SC, CNPJ: 04.472.781/0001-78, representada neste ato por seu Sócio Administrador o Sr. Heriberto Agudelo Enriquez, portador do CPF nº 942.279.699-72, documento de identidade nº 25/R 4.978.333, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços médicos em decorrência do Processo Licitatório n. 081/2014, na Modalidade de Pregão Presencial n. 056/2014 mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS

I - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

I - O presente Contrato tem por objeto a Contratação de Clínica para prestação de serviços profissionais de Médico

Item	Valor mensal	Objeto	Quantidade
2	R\$ 6.000,00	Contratação de Clínica para prestação de serviços profissionais de Médico Clínico Geral, para atendimento na Unidade Básica de Saúde de Ibiam(Posto de Saúde), durante o ano de 2015. O profissional deve prestar os serviços à população, duas vezes por semana. Os dias da semana e o período serão determinados pela Secretaria Municipal de Saúde de Ibiam, no mínimo duas horas semanais. O contratado prestará atendimento, com equipamentos, aparelhagens, materiais e afins de propriedade do contratante.	12 meses

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS PRAZOS****I - Das Condições da Prestação de Serviços**

a) Os serviços deverão ser prestados utilizando-se as dependências físicas do Posto de Saúde de Ibiã, situado na Avenida 20 de Julho, 649, Ibiã - SC, equipamentos, aparelhagens e materiais afins, de propriedades do contratante. Em dias a serem definidos pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã.

II - Da Vigência do Contrato - A contagem do prazo passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 30/12/2015. Podendo ser renovado por iguais períodos até o limite de 48 meses, por interesse da Administração e com anuência do Contratado, se houver interesse de ambas as partes, nos termos do Art. 57, Inciso II, da Lei Nº 8.666, de 21/6/1993 e legislação subsequente.

a) - No primeiro ano de sua vigência o valor será fixo. Após será corrigido pela variação do INPC ou outro indexador que vier a substituí-lo, dos últimos doze meses. Na indisponibilidade do INPC de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

I - O preço total ajustado, para o período de Janeiro até Dezembro, do ano de 2015, é de R\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil reais). O pagamento será realizado após a prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal eletrônica acompanhada de relatório das consultas realizadas no período, devidamente assinado pelo profissional (Médico), e pelo Secretário de Saúde de Ibiã. E mediante apresentação de todas as certidões negativas de débitos de regularidade fiscal exigidas no respectivo edital. O pagamento será efetuado conforme fixado no Decreto Municipal 2.567/2013 (cronograma de pagamento), através de crédito em conta no banco indicado pela contratada na respectiva proposta. A contratada deverá encaminhar para a Prefeitura o arquivo XML da nota eletrônica, no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br. E no compras@ibiam.sc.gov.br.

II - A nota fiscal eletrônica deverá conter todas as especificações do objeto, conforme itens, deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento dos serviços, não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde, deverá constar, além de seus elementos padronizados, no mínimo os seguintes dizeres:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVENIDA 20 DE JULHO, 649, IBIAM - SC  
CNPJ - 11.250.761/0001-18  
Banco, contra corrente, nº do Processo e nº do contrato

**CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE**

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);  
II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.  
(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

**CLÁUSULA SEXTA - DO EVENTUAL ATRASO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

I - Na eventualidade do Fundo Municipal de Saúde não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS**

I - As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015:

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Aplicação: 39900000 - Red. 14

Complemento do Detalhamento: 319034010000 - Substituição de Mão de Obra

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Aplicação: 39900000 - Red. 6

Complemento do Detalhamento: 319034010000 - Substituição de Mão de Obra

**CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

Parágrafo Primeiro - Constitui direito da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições estabelecidas pelo edital e pelo presente Contrato e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

I - Efetuar o pagamento à Contratada de acordo as condições estabelecidas no Edital e as efetivas retenções de acordo com as legislações vigentes.

II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

III - Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos materiais com vistas à execução do objeto deste Contrato.

IV - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registros próprios, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela prestação dos serviços, objeto desta licitação, bem como por quaisquer danos decorrentes da prestação dos serviços, causados a esta



Municipalidade ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato, e deverá iniciar os serviços no ato da assinatura do contrato e término no dia 30 de dezembro de 2015.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências da Secretaria de Saúde, de maneira a atender as necessidades.

IV - A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

V - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

VI - Permitir que os Prepostos do Município inspecionem, a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços.

VII - Fornecer ao Município, sempre que solicitado, quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

VIII - O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com a contratada.

IX - É da contratada a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços contratados, em qualquer esfera.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES

I - A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I - A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Secretário de Saúde do Município de Ibiá (Gestor do FMS), nos termos do Art. 67, § 1º e § 2º da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, c/c Portaria 0185/2011.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO

I - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo

disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

Parágrafo Primeiro - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas no Edital e neste Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na cláusula nona, deste contrato.

Parágrafo Segundo - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

I - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

b) Entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste Edital;

c) A subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação do licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

f) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) A dissolução da empresa;

h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

j) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

II - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Terceiro - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

Parágrafo Quarto - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da

**Lei de Licitações.**

Parágrafo Quinto - O presente contrato poderá ser rescindido por ambas as partes, por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, à respectiva comunicação deverá ser feita com 30 (trinta) dias de antecedência, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

I - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**

I - Este Contrato está vinculado ao Processo Licitatório n. 081/2014, Pregão Presencial n. 056/2014, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n. 1.351, de 07 de dezembro de 2005.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DA PUBLICAÇÃO**

I - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

II - A Administração municipal, providenciará à publicação do extrato do presente contrato, até o dia 5(cinco) do mês subsequente a data de sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

I - Fica eleito o foro da Comarca de Tangará, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

II - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ibiam - (SC), 14 de Janeiro de 2015.

Clovis Jose Busatto  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

Clínica Climad Ltda  
CNPJ: 04.472.781/0001-78  
Soc. Adm.: Dr. Heriberto Agudelo Enriquez  
CONTRATADA

**TESTEMUNHAS:**

Laelcio A. Gasaniga  
CPF - 807.451.729-20

Erica Thome Laidnes  
CPF: 006.854.259-32

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

**CONT 20**

CONTRATO Nº 020/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 003/2015

PREGÃO N. 002/2015

A Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE e a empresa ANA CLEIA COSTA DE OLIVEIRA MEI, CNPJ: 21.492.868/0001-26, estabelecida na Rua Maria Rita Gomes de Oliveira, 239, Centro, na cidade de Ibiam, representada neste ato por sua Administradora a Sra. Ana Cleia Costa de Oliveira, CPF: 071.425.539-44, CI. 54676436, denominada neste instrumento de CONTRATADA, celebram o presente contrato decorrente do processo licitatório nº 003/2015, de acordo com o disposto na Lei 10.520 no Artigo 54 de Lei 8.666/93, com alterações subsequentes, e LC 123/06, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2013 da Prefeitura Municipal de Ibiam, de acordo com o disposto no Artigo 54 de Lei 8.666/93 com alterações subsequentes, mediante os Artigos e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO** - Contratação de Pessoa Jurídica para efetuar os serviços de transporte escolar para o ano letivo de 2015, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, relativos a aproximadamente 203 dias Letivos. O Município de Ibiam reserva-se o direito de rescindir a qualquer momento e sem direito a indenização e/ou reclamação, contrato(s), decorrentes deste processo para realizar o transporte com veículo próprio do Município de Ibiam. Somente serão pagos os quilometro percorridos a partir da entrada no veículo do primeiro aluno. Não serão pagos quilômetros realizados com carro vazio(sem alunos). Para os seguintes percursos:

Item	Quantidade	Valor por Km rodado	Objeto	Unidade
6	7917	2,75	Transporte escolar para a Linha Gramadinho/Ibiam, e vice e versa no período manhã e tarde, para aproximadamente 203 dias letivos. Veiculo com capacidade mínima para 15 passageiros, veiculo deve estar em ótimo estado de conservação e ter no máximo 07 anos de fabricação. Quilometragem diária de 39 km.  Tipo de veículo: Kombi/Micro-ônibus. (van)	km

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO**

Das Condições de Prestação do Serviço - Os serviços de transporte escolar objeto do presente certame licitatório deverão ser realizados com base no calendário escolar, ou seja, durante o ano letivo de 2015, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação. Os Veículos utilizados para o transporte escolar, deverão estar estacionados no pátio da escola, com antecedência máxima de 5(cinco) minutos, do horário de chegada ou saída dos alunos.

Motoristas que chegarem antes, deste horário, e que por ventura algum aluno, venha a sofrer algum tipo de acidente, será responsabilizado, e arcará com as despesas Sob pena de aplicação das penalidades constantes neste edital.

10.2 - Dos Prazos e Vigência - A contagem do prazo para execução dos serviços, terá início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31.12.2015.

O prazo de vigência do Contrato decorrente desta Licitação será até 31/12/2015, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por iguais e sucessivos períodos, por interesse da Administração e com anuência do Contratado, se houver interesse de ambas as partes, nos termos do Art. 57, Inciso II, da Lei Nº 8.666, de 21/6/1993 e legislação subsequente.

10.3 - No primeiro ano de sua vigência o valor será fixo(salvo motivo justo e devidamente comprovado, conforme item 11.3 deste edital). Após esse período poderá ser reajustado pela variação do INPC dos últimos doze meses ou por outro indexador que vier a substituí-lo, (caso o INPC seja extinto. Na indisponibilidade do INPC de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

Caso ocorra prorrogação de prazo mediante termo aditivo, o mesmo somente será efetuado mediante apresentação de todas as negativas e demais documentos conforme exigido na habilitação e assinatura do contrato do respectivo processo licitatório acompanhadas de ofício do contratado manifestando interesse em prorrogar a vigência do respectivo contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a) O preço ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 2,75(Dois reais e setenta e cinco centavos) por km. Os custos estão expressos na proposta vencedora, a qual faz parte integrante deste contrato. O valor total do presente contrato será de R\$ 21.771,75(Vinte e um mil, setecentos e setenta e um reais e setenta e cinco centavos).

b) Os pagamentos serão mensais, na conformidade com a quantidade de quilômetros percorridos com base nos dias letivos, conforme relatório fornecido pela secretaria de educação do Município de Ibiã, e será liberado conforme decreto municipal que fixa o cronograma de pagamento e mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica(devidamente liquidada pela secretária de educação). A empresa deve encaminhar o arquivo XML para o seguinte endereço: nfe@ibiam.sc.gov.br

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

11.1.2 O pagamento somente será realizado mediante apresentação das certidões negativas de Débito assegurar relacionadas: Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS, CNDT e Falência e Concordata, devidamente atualizada. Também não será efetuado o pagamento para empresas que estejam com algum dos seguintes documentos vencidos, Licenciamento anual do veículo(IPVA, Seguro e Taxa), Seguro, Inspeção Semestral, Carteira de habilitação do motorista, Curso especializado para o motorista, e outros, conforme exigido no item 15.6 e 15.7 do respectivo edital e conforme Cláusula nona do presente contrato.

11.1.3 Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive

obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

A nota fiscal, deverá especificar a descrição do item, objeto ao qual a contratada foi vencedora, número do contrato, nº do Processo e do Pregão, não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde, deverá constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

#### MUNICÍPIO DE IBIAM

Travessa Leoniza Carvalhop Agostini, nº 20

CNPJ - 01.612.745/0001-74

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

CLÁUSULA SEXTA - DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS - As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório n. 003/2015, para o ano de 2015, correrão por conta dos recursos orçamentários:

Reduzido	Atividade	Complemento do Detalhamento
71	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
72	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
73	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
74	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000



**CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Parágrafo Primeiro - Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado,
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências da Secretaria de Educação, de maneira a atender as necessidades.
- b) A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.
- c) A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- d) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.
- e) A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados à esta Municipalidade ou à terceiros.
- f) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o itinerário estabelecido na cláusula segunda, levando em consideração a necessidade de alteração do trajeto, horário e número total de passageiros que cada veículo transportará, quando conveniente aos alunos e determinado pelo Município.
- g) Permitir que os Prepostos do Município inspecionem, a qualquer tempo e hora andamento dos serviços e estado dos veículos colocados a disposição do Transporte Escolar.
- h) A Contratada é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, bem como eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessárias por qualquer motivo.
- i) A Contratada sujeitar-se-á as determinações do Município relativo ao número total de passageiros que cada veículo poderá transportar, objetivando a segurança dos passageiros.
- j) A Contratada é responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.
- l) A CONTRATADA assumirá todas as despesas com o veículo e

sua manutenção, com pessoal, encargos trabalhistas, seguros e normas do transportes de passageiros. A contratada assume com assinatura do presente instrumento, total responsabilidade, civil e criminal pelo transporte dos alunos, eximindo à administração municipal de qualquer compromisso presente ou futuro.

m) O objeto do presente contrato e a consequente prestação de serviços da contratada, determinam como prioridade os transportes de alunos, vedado o transporte de passageiros.

n) A contratada deve transportar somente alunos devidamente matriculados nas escolas Municipal e Estadual, o transporte de passageiros é terminantemente proibido, nos da Decisão nº 1244/2005 do TCE/SC, que resultou no prejudgado de n.º 1658, nos seguintes termos:

É proibido ao Município, através dos ônibus da Secretaria Municipal de Educação, adquiridos para o transporte de estudantes, inclusive aos residentes no interior da municipalidade, transportar cidadãos não estudantes, por ofender aos princípios da moralidade e impessoalidade administrativa, insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal. Caso o transportador descumpra esta exigência, o contrato será rescindido.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA obrigatoriamente, deve cumprir integralmente, durante a vigência do presente contrato, para o(s) veículo(s) que serão utilizados no transporte escolar, e para o(s) condutor(es) (motorista) o que segue:

Manter em dia(vigente) seguro do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na prestação de serviço de transporte escolar e Seguro por Danos Pessoais para os Ocupantes do veículo sendo de no mínimo R\$ 50.000,00(CINQUENTA MIL REAIS) por ocupante;

a) Cópia da documentação do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na execução do transporte escolar, DEVIDAMENTE LICENCIADO para o ano de 2015;

b) Quando os veículos não forem de propriedade do Contratado apresentar documento com firma reconhecida em cartório, que comprove o direito deste, utilizá-lo para execução do objeto deste certame licitatório.

c) Os veículos utilizados para o transporte escolar, devem atender plenamente a determinação do Código Brasileiro de Trânsito de acordo com os Art. 136, 137, 139, conforme segue:

Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I - registro como veículo de passageiros;

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, em perfeitas condições de funcionamento, e com certificado de aferido, emitido pelo INMETRO, ou por entidade por ele credenciada;;

V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI - cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.



Os veículos utilizados para o transporte escolar, também devem possuir extintor de incêndio, com carga adequada (pó químico seco, ou gás carbônico), aferido pelo INMETRO, e respeitando o prazo de validade.

É vedada a ampliação de capacidade de lotação do(s) veículo(s) utilizado(s) no transporte escolar, sem prévia autorização do DETRAN

Art. 137. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

Art. 139. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal de aplicar as exigências previstas em seus regulamentos, para o transporte de escolares.

e) Alvará Sanitário, e Alvará de Localização e Funcionamento.

f) Comprovação de que possui motorista, devidamente habilitado, nos termos do Art. 138 do Código Brasileiro de Trânsito), indicar o nome do mesmo, qual a linha o profissional ira atuar, e o vínculo entre este e a empresa (contrato social, contrato de prestação de serviços com firma reconhecida em cartório, ou inscrição junto ao INSS (carteira de trabalho).

Do Condutor:

a) Apresentar documentação que ateste o cumprimento pelo motorista, que efetuará o serviço, das exigências previstas no artigo 138 do Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9503, de 23 de setembro de 1997, ou seja:

1) ter idade superior a vinte e um anos;

2) Carteira de Habilitação válida, no mínimo categoria D (inciso I, art. 143 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997); tratando-se de CNH emitida por outra Unidade de Federação, apresentar Certidão Negativa de Pontuação, Suspensão e Cassação da CNH, emitida pelo DETRAN de origem da CNH;

3) não ter cometido infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

4) ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN (inciso IV, art. 145 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 e art. 33 da Resolução n. 168, de 14 de dezembro de 2004, atualizada do CONTRAN).

5) Apresentar documentação que atenda o artigo n. 329 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro. CERTIDÃO NEGATIVA DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL RELATIVAMENTE AOS CRIMES DE HOMICÍDIO, ROUBO, ESTUPRO, E CORRUPÇÃO DE MENORES.

6) Certidão Negativa de Crimes cometidos na condução de veículo automotor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Administração municipal nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES - A contratada

se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

a) A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretária Municipal de Educação do Município de Ibiã, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c portaria municipal 0185/2011.

b) O Município a seu critério e através do departamento de educação, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as linhas e do comportamento do pessoal da contratada.

c) A contratada declara aceitar integralmente todos os métodos e formas de fiscalização feita pela contratante, bem como inspeção de rotina e fiscalização da forma de execução dos serviços ora contratados.

d) A existência e atuação da fiscalização feita pela contratante, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto contratado e a suas consequências e implicações presentes ou futuras.

e) A fiscalização será exercida pelo poder público concedente, Prefeitura Municipal através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LIBERAÇÃO - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93

atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL** - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 1.351/05 e LC 123/06.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL** - Este Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 003/2015, Pregão Presencial n. 002/2015, da Prefeitura de Ibiã, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n.8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 1.351/05.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS** - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiro. Após o início do ano letivo, verificando a necessidade, poderão sofrer alteração a quantidade de km mencionados, com fundamento do artigo 65, § 1º da Lei Federal N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO** - Fica eleito o foro da Comarca de Tangará/SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ibiã/SC), 09 de Fevereiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

ANA CLEIA COSTA DE OLIVEIRA MEI

CNPJ: 21.492.868/0001-26

Gerente: Ana Cleia C. de Oliveira

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Luciana Balen

Catarina Borsoi

CPF: 042.307.839-90

CPF: 572.246.259-49

Evandro Carlos dos Santos

Procurador Geral - OAB/SC 13.747

## CONT 21

CONTRATO Nº 021/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 008/2015

DISPENSA N. 001/2015

A Prefeitura Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiã, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE e a empresa LUIZ CERON MEI, CNPJ: 15.643.537/0001-47, estabelecida na Rua Linha São Pascoal, Interior, Ibiã/SC, representada neste ato por seu Proprietário o Sr. Luiz Ceron, brasileiro, casado, CPF: 604.203.329-87, CI. 10/R 2.110.742SSP/SC, denominada neste instrumento de CONTRATADA, celebram o presente contrato decorrente do processo licitatório nº 008/2015, de acordo com o disposto no Artigo 54 de Lei 8.666/93, com alterações subsequentes, e LC 123/06, na modalidade de DISPENSA nº 001/2015 da Prefeitura Municipal de Ibiã, de acordo com o disposto no Artigo 54 de Lei 8.666/93 com alterações subsequentes, mediante os Artigos e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO** - Contratação de Pessoa Jurídica para efetuar os serviços de transporte escolar até a contratação dos serviços em decorrência do Processo Licitatório 009/2015, com data de abertura dos envelopes de proposta e documentação, marcada para o dia 10/03/2015. O Município de Ibiã reserva-se o direito de rescindir a qualquer momento e sem direito a indenização e/ou reclamação, contrato(s), decorrentes deste processo para realizar o transporte com veículo próprio do Município de Ibiã. Somente serão pagos os quilômetro percorridos a partir da entrada no veículo do primeiro aluno. Não serão pagos quilômetros realizados com carro vazio(sem alunos). Para o seguinte percurso:

Item	Quantidade	Valor por Km rodado	Objeto	Unidade
1	1.440	3,30	Transporte escolar para a Linha São Pascoal/ São Sebastião/Ibiã, e vice e versa no período de manhã e tarde, por aproximadamente 203 dias letivos. Veículo com capacidade mínima para 40 passageiros, veículo deve estar em excelente estado de conservação. Quilometragem diária de 96 Km. Tipo de veículo: Ônibus.	km

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO**

Das Condições de Prestação do Serviço - O Veículo utilizado para o transporte escolar, deverão estar estacionados no pátio da escola, com antecedência máxima de 5(cinco) minutos, do horário de chegada ou saída dos alunos.

10.2 - Dos Prazos e Vigência - A contagem do prazo para execução dos serviços, terá início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 10/03/2015.

O prazo de vigência do Contrato decorrente desta Licitação será até 10/03/2015, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo caso o processo licitatório em andamento, não possa ser homologado, até a contratação de transportador mediante novo processo licitatório.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

a) O preço ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 3,30(Três reais e trinta centavos por km. Os custos estão expressos na proposta vencedora, a qual faz parte integrante deste contrato. O valor total do presente contrato será de R\$ 4.752,00(Quatro mil, setecentos e cinquenta e dois reais).

b) Os pagamentos serão mensais, na conformidade com a quantidade de quilômetros percorridos com base nos dias letivos, conforme relatório fornecido pela secretaria de educação do Município de Ibiã, e será liberado conforme decreto municipal que fixa o cronograma de pagamento e mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica(devidamente liquidada pela secretária de educação). A empresa deve encaminhar o arquivo XML para o seguinte endereço: nfe@ibiam.sc.gov.br

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

11.1.2 O pagamento somente será realizado mediante apresentação das certidões negativas de Débito assegurar relacionadas: Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União e INSS, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS, CNDT e Falência e Concordata, devidamente atualizada. Também não será efetuado o pagamento para empresas que estejam com algum dos seguintes documentos vencidos, Licenciamento anual do veículo(IPVA, Seguro e Taxa), Seguro, Inspeção Semestral, Carteira de habilitação do motorista, Curso especializado para o motorista, e outros, conforme exigido no item 15.6 e 15.7 do respectivo edital e conforme Cláusula nona do presente contrato.

11.1.3 Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

A nota fiscal, deverá especificar a descrição do item, número do contrato, nº do Processo e da Dispensa, não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde, deverá constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE IBIAM

Travessa Leoniza Carvalhop Agostini, nº 20  
CNPJ - 01.612.745/0001-74

**CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE** - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da

alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

**CLÁUSULA SEXTA - DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO**

Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório n. 008/2015, para o ano de 2015, correrão por conta dos recursos orçamentários:

Reduzido	Atividade	Complemento do Detalhamento
71	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
72	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
73	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
74	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000

**CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Parágrafo Primeiro - Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento ajustado,
- Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.



c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências da Secretaria de Educação, de maneira a atender as necessidades.

b) A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

c) A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

d) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

e) A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

f) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o itinerário estabelecido na cláusula segunda, levando em consideração a necessidade de alteração do trajeto, horário e número total de passageiros que cada veículo transportará, quando conveniente aos alunos e determinado pelo Município.

g) Permitir que os Prepostos do Município inspecionem, a qualquer tempo e hora andamento dos serviços e estado dos veículos colocados a disposição do Transporte Escolar.

h) A Contratada é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, bem como eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessárias por qualquer motivo.

i) A Contratada sujeitar-se-á as determinações do Município relativo ao número total de passageiros que cada veículo poderá transportar, objetivando a segurança dos passageiros.

j) A Contratada é responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

l) A CONTRATADA assumirá todas as despesas com o veículo e sua manutenção, com pessoal, encargos trabalhistas, seguros e normas dos transportes de passageiros. A contratada assume com assinatura do presente instrumento, total responsabilidade, civil e criminal pelo transporte dos alunos, eximindo à administração municipal de qualquer compromisso presente ou futuro.

m) O objeto do presente contrato e a consequente prestação de serviços da contratada, determinam como prioridade os transportes de alunos, vedado o transporte de passageiros.

n) A contratada deve transportar somente alunos devidamente matriculados nas escolas Municipal e Estadual, o transporte de passageiros é terminantemente proibido, nos da Decisão nº 1244/2005 do TCE/SC, que resultou no prejudgado de nº 1658, nos seguintes termos:

É proibido ao Município, através dos ônibus da Secretaria Municipal de Educação, adquiridos para o transporte de estudantes,

inclusive aos residentes no interior da municipalidade, transportar cidadãos não estudantes, por ofender aos princípios da moralidade e impessoalidade administrativa, insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal. Caso o transportador descumpra esta exigência, o contrato será rescindido.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obrigatoriamente, deve cumprir integralmente, durante a vigência do presente contrato, para o(s) veículo(s) que serão utilizados no transporte escolar, e para o(s) condutor(es) (motorista) o que segue:

Manter em dia(vigente) seguro do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na prestação de serviço de transporte escolar e Seguro por Danos Pessoais para os Ocupantes do veículo sendo de no mínimo R\$ 50.000,00(CINQUENTA MIL REAIS) por ocupante;

a) Cópia da documentação do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na execução do transporte escolar, DEVIDAMENTE LICENCIADO para o ano de 2015;

b) Quando os veículos não forem de propriedade do Contratado apresentar documento com firma reconhecida em cartório, que comprove o direito deste, utilizá-lo para execução do objeto deste certame licitatório.

c) Os veículos utilizados para o transporte escolar, devem atender plenamente a determinação do Código Brasileiro de Trânsito de acordo com os Art. 136, 137, 139, conforme segue:

Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I - registro como veículo de passageiros;

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, em perfeitas condições de funcionamento, e com certificado de aferido, emitido pelo INMETRO, ou por entidade por ele credenciada;;

V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI - cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

Os veículos utilizados para o transporte escolar, também devem possuir extintor de incêndio, com carga adequada(pó químico seco, ou gás carbônico), aferido pelo INMETRO, e respeitando o prazo de validade.

É vedada a ampliação de capacidade de lotação do(s) veículo(s) utilizado(s) no transporte escolar, sem prévia autorização do DETRAN

Art. 137. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

Art. 139. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal de aplicar as exigências previstas em seus regulamentos, para o transporte de escolares.

e) Alvará Sanitário, e Alvará de Localização e Funcionamento.

f) Comprovação de que possui motorista, devidamente habilitado,



nos termos do Art. 138 do Código Brasileiro de Trânsito), indicar o nome do mesmo, qual a linha o profissional ira atuar, e o vínculo entre este e a empresa(contrato social, contrato de prestação de serviços com firma reconhecida em cartório, ou inscrição junto ao INSS(carteira de trabalho).

Do Condutor:

a) Apresentar documentação que ateste o cumprimento pelo motorista, que efetuará o serviço, das exigências previstas no artigo 138 do Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9503, de 23 de setembro de 1997, ou seja:

1) ter idade superior a vinte e um anos;

2) Carteira de Habilitação valida, no mínimo categoria D (inciso I, art. 143 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997); tratando-se de CNH emitida por outra Unidade de Federação, apresentar Certidão Negativa de Pontuação, Suspensão e Cassação da CNH, emitida pelo DETRAN de origem da CNH;

3) não ter cometido infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

4) ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN (inciso IV, art. 145 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 e art. 33 da Resolução n. 168, de 14 de dezembro de 2004, atualizada do CONTRAN).

5) Apresentar documentação que atenda o artigo n. 329 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro. CERTIDÃO NEGATIVA DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL RELATIVAMENTE AOS CRIMES DE HOMICÍDIO, ROUBO, ESTUPRO, E CORRUPÇÃO DE MENORES.

6) Certidão Negativa de Crimes cometidos na condução de veículo automotor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

À contratada total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, nos termos do Art. 87 da Lei 8.666/93, isolada ou conjuntamente, a critério da Administração, conforme segue:

a) advertência;

b) multa administrativa, o equivalente a 10% do valor da proposta;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES

A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

a) A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretária Municipal de Educação do Município de Ibiam, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c portaria municipal 0185/2011.

b) O Município a seu critério e através do departamento de educação, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as linhas e do comportamento do pessoal da contratada.

c) A contratada declara aceitar integralmente todos os métodos e formas de fiscalização feita pela contratante, bem como inspeção de rotina e fiscalização da forma de execução dos serviços ora contratados.

d) A existência e atuação da fiscalização feita pela contratante, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto contratado e a suas consequências e implicações presentes ou futuras.

e) A fiscalização será exercida pelo poder público concedente, Prefeitura Municipal através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LIBERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 008/2015, Dispensa n. 001/2015, da Prefeitura de Ibiã, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n.8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS

Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiro. Após o início do ano letivo, verificando a necessidade, poderão sofrer alteração a quantidade de km mencionados, com fundamento do artigo 65, § 1º da Lei Federal N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Tangará/SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ibiã(SC), 18 de Fevereiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

LUIZ CERON MEI  
CNPJ: 15.643.537/0001-47  
Proprietário: Luiz Ceron  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:  
Luciana Balen                      Catarina Borsoi  
CPF: 042.307.839-90              CPF: 572.246.259-49

Evandro Carlos dos Santos  
Procurador Geral - OAB/SC 13.747

### CONT 3

CONTRATO Nº 003/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 081/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 056/2014

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM VINCULO EMPREGATÍCIO QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE IBIAM, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E CLÍNICA MÉDICA DR. MADEIRA LTDA

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Ibiã, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida 20 de Julho, 649, Ibiã - SC, CNPJ n. 11.250.761/0001-18, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis Jose Busatto, brasileiro casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e a empresa CLÍNICA MÉDICA DR. MADEIRA LTDA, com sede à Rua Veneriano dos Passos, 213, Sala 03, Centro, Videira/SC, CNPJ: 05462.961/0001-31, representada neste ato por seu Sócio Administrador o Sr. Luciano Madeira da Silveira, portador do CPF nº 900.179.780-68, documento de identidade nº 6.739.187, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços médicos em decorrência do Processo Licitatório n. 081/2014, na Modalidade de Pregão Presencial n. 056/2014 mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS

I - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

I - O presente Contrato tem por objeto a Contratação de Clínica para prestação de serviços profissionais de Médico

Item	Valor mensal	Objeto	Quantidade
1	R\$ 4.000,00	Contratação de Clínica para prestação de serviços profissionais de Médico Pediatra, para atendimento na Unidade Básica de Saúde de Ibiã(Posto de Saúde), durante o ano de 2015. O profissional deve prestar os serviços à população, duas vezes por mês. Os dias do mês e o período serão determinados pela Secretaria Municipal de Saúde de Ibiã, no mínimo seis horas mensais. O contratado prestará atendimento, com equipamentos, aparelhagens, materiais e afins de propriedade do contratante.	12 meses

#### CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS PRAZOS

##### I - Das Condições da Prestação de Serviços

a) Os serviços deverão ser prestados utilizando-se as dependências físicas do Posto de Saúde de Ibiã, situado na Avenida 20 de Julho, 649, Ibiã - SC, equipamentos, aparelhagens e materiais afins, de propriedades do contratante. Em dias a serem definidos pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã.

II - Da Vigência do Contrato - A contagem do prazo passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 30/12/2015. Podendo ser renovado por iguais períodos até o limite de 48 meses, por interesse da Administração e com

anuência do Contratado, se houver interesse de ambas as partes, nos termos do Art. 57, Inciso II, da Lei Nº 8.666, de 21/6/1993 e legislação subsequente.

a) - No primeiro ano de sua vigência o valor será fixo. Após será corrigido pela variação do INPC ou outro indexador que vier a substituí-lo, dos últimos doze meses. Na indisponibilidade do INPC de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O preço total ajustado, para o período de Janeiro até Dezembro, do ano de 2015, é de R\$ 48.000,00(Quarenta e oito mil reais). O pagamento será realizado após a prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal eletrônica acompanhada de relatório das consultas realizadas no período, devidamente assinado pelo profissional(Médico), e pelo Secretário de Saúde de Ibiã. E mediante apresentação de todas as certidões negativas de débitos de regularidade fiscal exigidas no respectivo edital O pagamento será efetuado conforme fixado no Decreto Municipal 2.567/2013( cronograma de pagamento), através de crédito em conta no banco indicado pela contratada na respectiva proposta. A contratada deverá encaminhar para a Prefeitura o arquivo XML da nota eletrônica, no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br. E no compras@ibiam.sc.gov.br.

II - A nota fiscal eletrônica deverá conter todas as especificações do objeto, conforme itens, deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento dos serviços, não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde, deverá constar, além de seus elementos padronizados, no mínimo os seguintes dizeres:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVENIDA 20 DE JULHO, 649, IBIAM - SC  
CNPJ - 11.250.761/0001-18  
Banco, contra corrente, nº do Processo e nº do contrato

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);  
II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro,

devidamente comprovado e aceito pela Administração.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO EVENTUAL ATRASO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

I - Na eventualidade do Fundo Municipal de Saúde não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

I - As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015:

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aplicação: 39900000 - Red. 14

Complemento do Detalhamento: 319034010000 - Substituição de Mão de Obra

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aplicação: 39900000 - Red. 6

Complemento do Detalhamento: 319034010000 - Substituição de Mão de Obra

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro - Constitui direito da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições estabelecidas pelo edital e pelo presente Contrato e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

I - Efetuar o pagamento à Contratada de acordo as condições estabelecidas no Edital e as efetivas retenções de acordo com as legislações vigentes.

II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

III - Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos materiais com vistas à execução do objeto deste Contrato.

IV - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registros próprios, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela prestação dos serviços, objeto desta licitação, bem como por quaisquer danos decorrentes da prestação dos serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato, e deverá iniciar os serviços no ato da assinatura do contrato e término no dia 30 de dezembro de 2015.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências da Secretaria de Saúde, de maneira a atender as necessidades.

IV - A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

V - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

VI - Permitir que os Prepostos do Município inspecionem, a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços.

VII - Fornecer ao Município, sempre que solicitado, quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

VIII - O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com a contratada.

IX - É da contratada a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços contratados, em qualquer esfera.

#### CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES

I - A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I - A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Secretário de Saúde do Município de Ibiá (Gestor do FMS), nos termos do Art. 67, § 1º e § 2º da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, c/c Portaria 0185/2011.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO

I - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

Parágrafo Primeiro - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas no Edital e neste Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na cláusula nona, deste contrato.

Parágrafo Segundo - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas

seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

I - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

b) Entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste Edital;

c) A subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação do licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

f) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) A dissolução da empresa;

h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

j) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

II - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Terceiro - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

Parágrafo Quarto - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

Parágrafo Quinto - O presente contrato poderá ser rescindido por ambas as partes, por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, à respectiva comunicação deverá ser feita com 30 (trinta) dias de antecedência, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos



serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

I - Este Contrato está vinculado ao Processo Licitatório n. 081/2014, Pregão Presencial n. 056/2014, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n. 1.351, de 07 de dezembro de 2005.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DA PUBLICAÇÃO

I - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

II - A Administração municipal, providenciará à publicação do extrato do presente contrato, até o dia 5(cinco) do mês subsequente a data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Tangará, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

II - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ibiam - (SC), 14 de Janeiro de 2015.

Clovis Jose Busatto  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

Clínica Médica Dr. Madeira Ltda  
CNPJ: 05.462.961/0001-31  
Soc. Adm.: Lucino Madeira da Silveira  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga  
CPF - 807.451.729-20

Erica Thome Laidnes  
CPF: 006.854.259-32

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

#### CONT 6

CONTRATO Nº 006/2015

Processo Licitatório nº 079/2014 - Tomada de Preço nº 011/2014

Que entre si fazem O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM/SC, sito a Avenida 20 de Julho, nº 20, Centro, CEP: 89.652-000, CNPJ Nº: 11.250.761/0001-18, por intermédio do Prefeito Municipal o Prefeito Municipal o Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado à empresa SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 03.392.348/0001-60, com sede na Vila São Roque S/N, Sala 01, Interior, Chapecó/SC, neste ato representado por

seu Sócio Adm. o Sr. Jeferson Doacyr Balbinot, CPF: 034.244.159-04, CI 12/C-3.420.715, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 079/2014 de acordo com o disposto no Artigo 54 de Lei 8.666/93 com alterações subsequentes, na modalidade de Tomada de Preço nº 011/2014, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, e LC 123/06, e LC 0147/2014, tem entre si ajustado as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 -CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA REGULAR, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS HOSPITALARES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SEGURANÇA E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTES. Conforme Segue:

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Valor Mensal
1	12	mês	Serviço de coleta, transporte e incineração para até 600 litros/mês de resíduos sólidos tipo A/E provenientes das área de saúde, de acordo com a RDC 306/04 e 305/02 da Anvisa e demais legislações vigentes relacionadas aos resíduos de saúde.A coleta deverá ser quinzenal através de veículos especializados, licenciados e identificados para este tipo de transporte.	1.280,00
2	600	LT	Serviço de coleta, transporte e incineração para até 50 litros/mês excedentes de resíduos sólidos tipo A/E provenientes da área de saúde, de acordo com a RDC 306/04 e 305/02 da ANVISA e demais legislações vigentes relacionadas aos resíduos de saúde. A coleta deverá ser quinzenal através de veículos especializados, licenciados e identificados para este tipo de transporte. O desembolso será variável somente da quantidade de litros coletados exedentes ao contratado no item 1.	1,50
3	360	Kg	Serviço de coleta, transporte e incineração para até 30 Kg/mês excedentes de resíduos sólidos tipo B provenientes da área de saúde, de acordo com a RDC 306/04 e 305/02 da ANVISA e demais legislações vigentes relacionadas aos resíduos de saúde. A coleta deverá ser quinzenal através de veículos especializados, licenciados e identificados para este tipo de transporte. O desembolso será variável somente da quantidade de quilos.	3,50

a) Lixo Hospitalar: entendido como os resíduos sólidos gerados pelas ações de proteção e recuperação da saúde de pessoas, executadas por serviços de saúde como hospitais, clínicas, farmácias, laboratórios, etc.

d) Coleta seletiva, transporte e disposição final de resíduos domiciliares sólidos recicláveis.

**1.1 - DO TRANSPORTE DE LIXO:**

O lixo será transportado com meios e equipamentos de transporte hábeis e exclusivos para esta atividade, de propriedade e de responsabilidade de operação da empresa licitante à qual adjudicado o objeto desta licitação.

**1.3 - DO TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO:**

O lixo coletado e transportado será tratado, industrializado quando possível, e terá tratamento adequado em estabelecimento de separação, compostagem e aterro sanitário propriedade da empresa licitante vencedora ou apresentação de contrato com empresa receptora dos materiais a que se refere o objeto deste contrato. A Empresa deverá apresentar a Licença Ambiental de Operação (LAO), ou Licença Ambiental de Instalação (LAI) da unidade de separação de Lixo e do Aterro Sanitário.

**1.4 - DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

A proponente deverá apresentar documentos que comprovem possuir os equipamentos necessários para a prestação do serviço.

**1.5 - DA OPERACIONALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO:**

A operacionalização do objeto da presente licitação obedecerá às normas do presente. Às disposições do respectivo contrato administrativo vigente e pertinente e, ainda das normas inerentes emanadas, e aplicáveis ao objeto, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA e da Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina - FATMA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO, DO PRAZO E VIGÊNCIA**

2.1 - O contrato decorrente deste processo tem vigência até 31/12/2015, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos conforme Art. 57 da lei 8666/93 e alterações posteriores. No primeiro ano os preços são fixos e irrevogáveis. Após este período podem ser reajustados pelos índices do INPC do período(-considerando a data de formulação da proposta).

**CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇOS E PAGAMENTOS**

3.1 - O valor total ajustado para a execução dos serviços é de R\$ 17.520,00(Dezessete mil, quinhentos e vinte reais). Os pagamentos dos serviços serão efetuados mediante apresentação de relatório contendo as quantidades coletadas, devidamente atestado pela Gestora do FMS e pelo responsável pela empresa acompanhado da respectiva nota fiscal eletrônica e do relatório das quantidades coletadas no período, a empresa também deve apresentar todas as certidões negativas de débito atualizadas, o pagamento será liberado conforme Decreto Municipal 2.567/2013

10.1.7 Será descontado no ato do pagamento o I.S.S. correspondendo a 3% (três por cento) sobre o valor do contrato, exceto se o proponente for empresa cadastrada no município e já contribui com I.S.S.Q.N.; 11% de INSS sobre serviços.

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE**

4.1 - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

4.2 - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supracitado, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Prefeitura de Ibiam.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

6.1 - A despesa decorrente desta licitação correrá à conta do orçamento da Prefeitura de Ibiam/SC vigente para o exercício 2015, na seguinte rubrica orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Aplicação: 33903928- Reduzido: 9

**CLÁUSULA SETIMA - PENALIDADES**

7.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Contratante:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- Suspensão do direito de licitar junto à Administração por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO**

8.1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, inciso II e Art. 77 a 80, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, nos seguintes casos:

a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

§ 1º - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

§ 2º - A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na Cláusula Oitava deste contrato.

§ 3º - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

9.2 - A CONTRATADA não poderá sub-empregar o total dos serviços a ela adjudicados, sendo-lhe, entretanto permitido fazê-lo parcialmente em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, continuando a responder, porém, direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais, sendo necessária a autorização prévia desta Municipalidade. Na eventualidade de sub-contratação, a contratada responderá diretamente pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais e contratuais perante a Prefeitura de Ibiá, independente da origem ou da razão das responsabilidades. Na sub-contratação, a contratada deverá exigir e apresentar ao Município todas as condições inerentes à habilitação no certame que deu origem a este contrato, como se a sub-empregadora interessada nele fosse.

9.3 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

9.4 - A CONTRATADA providenciará, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

9.5 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos da , fornecendo as informações e demais elementos necessários.

9.6 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

9.7 - A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do artigo 27, da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

9.8 - São também obrigações da empresa CONTRATADA, visando à execução dos serviços objeto deste edital:

9.9 - Executar os serviços, sob o regime de empreitada por preço global, obedecendo fielmente aos projetos, memoriais descritivos, planilhas e especificações, Anexos do edital, que passam a fazer parte integrante do presente Contrato, como se transcritos fossem.

9.10 - Na execução dos serviços a contratada deverá observar os requisitos básicos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, determinados nas normas técnicas elaboradas pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT.

9.11 - Arcar com todas as despesas decorrentes do fornecimento de materiais, mão de obra, despesas de mobilização, desmobilização, instalação do canteiro de obras, transportes, pagamento de seguros, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária.

9.12 - Cumprir fielmente os prazos de execução dos serviços nos termos avençados, executando-os sob sua inteira responsabilidade.

9.13 - - A responsabilidade pelo controle de qualidade dos serviços, dos materiais e ambiental é integral da CONTRATADA, bem como as responsabilidades sobre as obrigações especificadas no Contrato.

#### CLÁUSULA DECIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

10.1 - Fiscalizar e Emitir Laudo comprovando a execução dos Serviços para a Prefeitura de Ibiá.

10.2 - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

10.3 - Cumprir as condições de pagamento estabelecidas no contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

11.2 - Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade da Prefeitura e serão considerados quando forem comunicados por escrito à Gestora do FMS de Ibiá, mediante o "DE ACORDO" da Gestora.

11.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e em ambos os casos com justificação circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 - A fiscalização da obra será efetuada pelo FMS conforme Portaria 0185/2011, através do Secretário de Saúde, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento, estão sendo cumpridos, o termo de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E

**DA PUBLICAÇÃO**

13.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 011/2014, Processo Licitatório n. 079/2014 da Prefeitura do Município de Ibiã/SC, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

13.2 - A Administração Municipal de Ibiã, providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco) do mês subsequente a data de assinatura do mesmo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

14.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e LC 123/06 e LC 0147/2014.

Parágrafo único - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará/SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.2 - O presente Contrato somente surtirá seus jurídicos e legais efeitos após a sua publicação.

15.3 - E, por assim estarem acordes, assinam o presente Contrato, os representantes das partes contratantes, bem como as testemunhas abaixo identificadas.

Ibiã/SC, 27 de Janeiro de 2015.

Clovis José Busatto **SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**  
 Prefeito Municipal CNPJ: 03.392.348/0001-60  
**CONTRATANTE** Sócio Adm.: Jeferson Doacyr Balbinot  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

Laelcio A. Gasaniga  
 CPF - 807.451.729-20

Erica Thome Laidnes  
 CPF: 006.854.259-32

Evandro Carlos dos Santos  
 Advogado - OAB/SC 13.747

**CONT 7**

CONTRATO Nº 007/2015  
 PROCESSO LICITATÓRIO N. 005/2015  
 PREGÃO PRESENCIAL N. 004/2015

**TERMO DE CONTRATO, SEM VINCULO EMPREGATÍCIO QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE IBIAM, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ELETRO BLUMED COM. DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA**

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Ibiã, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida 20 de Julho, 649, Ibiã - SC, CNPJ n. 11.250.761/0001-18, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis Jose Busatto, brasileiro casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de **CONTRATANTE**, e a empresa **ELETRO BLUMED COM. DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA**, estabelecida na Rua Henrique Bennertz,

164, Itoupava Norte, Blumenau/SC, CEP: 89.053-220, CNPJ: 76.340.298/0001-40, representada neste ato por seu Sócio Administrador o Sr. Hercilio Alfarth, portador do CPF: 066.295.989-20., documento de identidade n. 139.156-9, doravante denominado **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente contrato, em decorrência do Processo Licitatório n. 005/2015, na Modalidade de Pregão Presencial n. 004/2015 mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS**

I - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

I - O presente Contrato tem por objeto o que segue:

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Valor unitário
1	1	Unidade	AMPOLA DE RAO X NOVA, UNIDADE SELADA, COM TUBO DE RAO X, MODELO 22/47/125, COM GARANTIA MÍNIMA DE DOZE MESES, PARA O APARELHO RADIOLOGICO DA MARCA 300 MA MESA BUCKY.	R\$ 13.800,00
2	1	Unidade	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E CALIBRAGEM DA AMPOLA DE RAO X, MODELO 22/47/125, PARA O APARELHO RADIOLOGICO DA MARCA 300 MA MESA BUCKY.	R\$ 1.800,00

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS PRAZOS**

I - Das Condições de Entrega e Prestação de Serviços

a) Após a solicitação formal, com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 3(três) dias, para fornecer o item e para prestar os serviços que foi vencedor. A empresa fica obrigada a substituir itens com defeito ou que não atendam as exigências do município, ou que estiverem em desacordo com as a marca cotada, sem custos adicionais para o município, devendo fazê-lo no prazo de até 48 horas. Para cada dia de atraso no fornecimento da mercadoria, e também no caso de troca de produtos entregues em desacordo com o edital poderá o Município cobrar multa diária de R\$ 600,00(seiscentos reais) da empresa vencedora do item, caso o atraso seja superior a 10(dez) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços. O objeto desta licitação, devem ser fornecido no Hospital Municipal Frei Rogério, no Município de Tangará/SC, para manutenção do Aparelho de Raio X do Município de Ibiã, que esta cedido ao Município de Tangará/SC, conforme Lei Municipal 454/2010. O item(tubo) deve ser novo, e atender plenamente as normas vigentes que tratam deste tipo de material, sob pena de aplicação a contratada das sanções previstas neste edital.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

I - O valor total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato é de R\$ 15.600,00(Quinze mil e seiscentos reais). O pagamento será efetuado após o recebimento do item/serviço, conforme cronograma de pagamento fixado por Decreto Municipal, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal



eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br

11.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

11.5. O pagamento somente será realizado mediante apresentação das certidões negativas de Débito a seguir relacionadas: Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União e INSS, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS, CNDT e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

11.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVENIDA 20 DE JULHO, 649, IBIAM - SC  
CNPJ - 11.250.761/0001-18  
Banco, Conta corrente, Processo Licitatório, nº de contrato

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO EVENTUAL ATRASO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

I - Na eventualidade do Fundo Municipal de Saúde não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

I - As despesas decorrentes na execução do presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015:

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aplicação: 39900000 - Red. 9

Complemento do Detalhamento: 339039170000 - Manutenção e Conservação de Maquinas e Equipamentos

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aplicação: 39900000 - Red. 9

Complemento do Detalhamento: 339030250000 - Material para Manutenção de Bens Móveis

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro - Constitui direito da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições estabelecidas pelo edital e pelo presente Contrato e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

I - Efetuar o pagamento à Contratada de acordo as condições estabelecidas no Edital e as efetivas retenções de acordo com as legislações vigentes.

II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

III - Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos materiais com vistas à execução do objeto deste Contrato.

IV - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registros próprios, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela prestação dos serviços, objeto desta licitação, bem como por quaisquer danos decorrentes do fornecimento do objeto deste contrato, causados a esta Municipalidade ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências da Secretaria de Saúde, de maneira a atender as necessidades.

IV - A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

V - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

VI - Permitir que os Prepostos do Município inspecionem, a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços.

VII - Fornecer ao Município, sempre que solicitado, quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

VIII - O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com a contratada.

IX - É da contratada a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços contratados, em qualquer esfera.

**CLÁUSULA NONA - . DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO**

O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente, por via postal, ou através de e-mail oficial da empresa, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Clausula Nona deste contrato.

O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

b) prestação dos serviços fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

c) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da empresa;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

l) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

Parágrafo Primeiro - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

**CLAUSULA DECIMA - PENALIDADES**

À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer além das demais sanções previstas neste edital, as seguintes penalidades, isolada ou conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 5 (cinco) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto

da multa devida na proporção do crédito.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEXTA** - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

Não cumprimento do horário pré - estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, e/ou utilizar veículo diferente do indicado na licitação, acarretará no não pagamento da quilometragem efetuada no dia do ocorrido, bem como as demais sanções legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES

I - A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I - A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Secretário de Saúde do Município de Ibiã (Gestor do FMS), nos termos do Art. 67, § 1º e § 2º da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, c/c Portaria 0185/2011.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LIBERAÇÃO

I - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

I - Este Contrato está vinculado ao Processo Licitatório n. 005/2015, Pregão Presencial n. 004/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n. 1.351, de 07 de dezembro de 2005.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DA PUBLICAÇÃO

I - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA,

de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

II - A Administração municipal, providenciará à publicação do extrato do presente contrato, até o dia 5(cinco) do mês subsequente a data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Tangará, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

II - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ibiã - (SC), 18 de Fevereiro de 2015.

Clovis Jose Busatto  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

ELETRO BLUMED COM. DE EQUIP. MÉD. HOSP. LTDA  
CNPJ: 76.340.298/0001-40  
Soc. Adm. Hercilio Alfarth  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga  
CPF - 807.451.729-20

Erica Thome Laidnes  
CPF: 006.854.259-32

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

#### CONT 8

Contrato Nº 008/2015

CREDENCIAMENTO Nº 001/2015 - FMS

Processo Licitatório nº 007/2015 - Inexigibilidade nº 001/2015

Pelo presente instrumento de que celebram, O MUNICÍPIO DE IBIAM, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.250.761/0001-18, com sede na Avenida 20 de Julho, 649, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Clovis Jose Busatto, brasileiro, casado, CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, credencia, nos termos do artigo 25, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, a empresa G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLÓGICAS LTDA, Pessoa Jurídica, com inscrição no CNPJ n. 78.491.172/0001-00, situada na Avenida XV de Novembro, nº 138, Centro, Joaçaba/SC, neste ato representada pelo seu administrador o Senhor Glaucio Grandi Galli, inscrito no CPF n. 503.656.819-20, CI 11/R 1.074.687, em decorrência do edital de credenciamento 001/2015, Decreto 2746/2015, Processo Licitatório nº 007/2015, Inexigibilidade nº 001/2015, com objetivo de prestar os serviços a seguir descritos:

ITEM	DESCRIÇÃO	Valor Unitário
01	A FRESCO	4,00
02	ACIDO URICO	4,00
03	ALBUMINA	5,00
04	ALFA 1 GLICOPROTEINA ACIDA	12,00

05	ALFA FETO PROTEINA	9,00
06	AMILASE	4,00
07	ANTI HAV IGG	23,50
08	ANTI HAV IGM	23,50
09	ANTI HBC IGG	11,00
10	ANTI HBC IGM	11,00
11	ANTI HBE	24,00
12	ANTI HBS	20,00
13	ANTI HCV	23,50
14	ANTI HIV	24,00
15	ANTI MICROSSOMAL (ANTI TPO)	13,00
16	ANTI TIREOGLOBULINA	13,00
17	ANTIBIOGRAMA – TESTE DE SENSIBILIDADE PARA ANTIBIOTICOS	7,00
18	ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	5,00
19	ANTIGENO CARCINO EMBRIONARIO	10,00
20	BAAR – BACTEROSCOPIA	5,00
21	BETA HCG	14,00
22	BETA HCG QUANTITATIVO	15,00
23	BILIRRUBINAS TOTAL E FRAÇÕES	4,00
24	CARIÓTIPO BANDA G	360,00
25	CA 125	13,00
26	CA 15/3	13,00
27	CA 19/9	13,00
28	CALCIO	4,00
29	CAPACIDADE TOTAL DE LIGAÇÃO DE FERRO	6,00
30	CARBAMAZEPINA	25,00
31	CHLAMYDIA IGA	24,00
32	CHLAMYDIA IGG	24,00
33	CHLAMYDIA IGM	24,00
34	CITOMEGALOGIRUS IGG	10,00
35	CITOMEGALOVIRUS IGM	10,00
36	CLEARENCE DE CREATININA	9,00
37	COLESTEROL TOTAL	4,00
38	COLESTEROL VLDL	4,00
39	COLESTEROL HDL	4,00
40	COLESTEROL LDL	4,00
41	COLINESTERASE	5,00
42	COOMBS INDIRETO	5,00
43	COPROCULTURA	12,00
44	COPROLOGIA FUNCIONAL	7,00
45	CORTISOL	17,00
46	CREATINO FOSFOQUINASE (CPK)	14,00
47	CREATININA	4,00
48	CULTURA	8,00
49	DESIDROGENASE LACTICA - LDH	6,00
50	ELETOFORESE DE HEMOGLOBINA	18,00
51	ELETOFORESE DE PROTEINAS	9,00
52	EPSTEIN BAAR IGG - ANTICORPOS	17,00
53	EPSTEIN BAAR IGM - ANTICORPOS	17,00
54	ESTRADIOL	11,00
55	FAN (FATOR ANTI- NUCLEO)	15,00
56	FATOR REUMATOIDE - LATEX	5,00

57	FATOR RH	3,00
58	FERRITINA	20,00
59	FERRO	4,00
60	FOSFATASE ALCALINA	4,00
61	FOSFATASE ACIDA TOTAL	5,00
62	FOSFORO	4,00
63	GAMA GLUTAMIL TRANSFERASE	5,50
64	GASOMETRIA	50,00
65	GLICOSE	4,00
66	GRAM- BACTEROSCOPIA	3,00
67	GRUPO SANGUINEO (ABO)	3,00
68	HBEAG	20,00
69	HBS AG- ANTIGENO AUSTRALIA	17,50
70	HEMOGLOBINA GLICOSILADA	12,00
71	HEMOGRAMA	6,00
72	HOMOCISTEÍNA	30,00
73	HORMONIO CRESCIMENTO - GH	18,00
74	HORMONIO FOLICULO ESTIMULANTE - FSH	14,00
75	HORMONIO LUTEINIZANTE - LH	14,00
76	IGE ESPECIFICO	20,00
77	IGE TOTAL	17,00
78	IGF-1 SOMATOMEDINA C	24,00
79	IMUNOGLOBULINA IGA	13,00
80	IMUNOGLOBULINA IGG	13,00
81	IMUNOGLOBULINA IGM	13,00
82	INSULINA	16,00
83	LACTOSE, TESTE DE TOLERÂNCIA	35,00
84	LIPASE	10,00
85	LITIO	5,50
86	MAGNESIO	4,00
87	MANTOUX - PPD	24,00
88	MICOLOGICO	10,00
89	OXIURUS (SWAB ANAL)	4,00
90	PARASITOLÓGICO DE FEZES	4,00
91	PLAQUETAS	3,00
92	POTASSIO	5,00
93	PROLACTINA	15,00
94	PROTEÍNA C QUANTITATIVA ULTRA SENSÍVEL	12,00
95	PROTEINA C REATIVA	8,00
96	PROTEINAS TOTAIS E FRAÇÕES	7,00
97	PROTEINA URINARIA	5,00
98	PSA TOTAL e LIVRE	35,00
99	PSA TOTAL	20,00
100	RETICULOCITOS	6,00
101	ROTAVIRUS	15,00
102	RUBEOLA - ANTICORPOS IGG	20,00
103	RUBÉOLA - ANTICORPOS IGM	20,00
104	SANGUE OCULTO	9,00
105	SEDIMENTO CORADO	3,00
106	SODIO	3,00
107	T3 LIVRE	11,00
108	T3 TOTAL	11,00
109	T4 LIVRE	11,00



110	T4 TOTAL	11,00
111	TEMPO COAGULAÇÃO	3,00
112	TEMPO PROTOMBINA (TAP)	5,00
113	TEMPO SANGRAMENTO	3,00
114	TEMPO DE TROMBOPLASTINA - KPTT	4,00
115	TESTOSTERONA	15,00
116	TRANSAMINASE - TGO	4,00
117	TRANSAMINASE - TGP	4,00
118	TOXOPLASMOSE IGG	19,00
119	TOXOPLASMOSE IGM	19,00
120	TRAB	24,00
121	TRANSFERRINA	9,00
122	TRIGLICERIDEOS	5,00
123	TSH	11,00
124	UREIA	4,00
125	URINA PARCIAL	5,00
126	UROCULTURA	12,00
127	VDRL	5,00
128	VHS	3,00
129	VITAMINA B 12	16,00
130	25 – HIDROXI VITAMINA D	30,00

Assume as condições do presente Termo de Credenciamento, compromissando-se a:

1. Prestar os serviços acima descritos conforme consta no item 2.2 do respectivo edital.
2. Prestar contas ao Município de Ibiã, bem como ao Fundo Municipal de Saúde, de todos os serviços efetuados e pessoal envolvido.
3. Na execução das atividades objeto deste Termo de Credenciamento, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (clientes).
4. Não delegar ou transferir no todo ou em parte os serviços objeto deste Termo de Credenciamento.
5. Apresentar, sempre que solicitado, documentação necessária para manutenção das condições de habilitação.
6. O Município, pagará o valor unitário por atendimento feito mensalmente para cada exame realizado, conforme constante no Decreto n. 2746/2015, identificado como Anexo I, do edital de Credenciamento 001/2015 do FMS, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos.
7. O pagamento das notas fiscais eletrônicas, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será realizado após a prestação dos serviços, conforme cronograma de pagamento fixado por Decreto Municipal, mediante apresentação de nota fiscal impressa e liquidada pela Secretária de Saúde do Município de Ibiã, acompanhada da relação dos exames realizados no período (e do arquivo XML enviado no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br), devidamente liquidada do Secretário de Saúde, acompanhada de relatório dos exames realizados mediante prévia autorização do FMS e da relação de pacientes que realizaram os exames. O pagamento será realizado através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada.

8. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado.

9. Facultar-se-á ao Município através do Fundo Municipal de Saúde a concessão de reajuste de preços no pagamento dos serviços credenciados na proporção da publicação de tabelas atualizadas no âmbito de cada especialidade.

10. Os pagamentos oriundos dos serviços acima descritos correrão pela seguinte dotação orçamentária, do exercício de 2015:

Fundo Municipal de Saúde

Reduzido 09

Detalhamento do Complemento: 339039500000 - Serv. Médico-Hospitalar, Odontológico e Laboratorial.

Ainda, fica ciente que:

1. Facultar-se-á ao Município a concessão de reajuste de preços no pagamento dos serviços credenciados na proporção da publicação de tabelas atualizadas no âmbito de cada especialidade.

2. Que os valores a serem pagos pelos serviços prestados, serão depositados/creditados/transferidos, na conta da credenciada.

3. O Município de Ibiã, não se responsabilizará pelo pagamento de serviços prestados de forma diversa ao estabelecido neste Termo de Credenciamento.

4. O presente Credenciamento poderá ser rescindido pelo Credenciado ou revogado pelo, Município de Ibiã, através do Fundo Municipal de Saúde mediante notificação por escrito com antecedência de 30 (trinta) dias.

5. Compete ao Município de Ibiã resolver os casos omissos, e fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Santa Catarina, para dirimir as questões relativas ao presente Termo.

6. Faz parte integrante deste Termo o Edital de Credenciamento.

7. O presente Termo de Credenciamento é VALIDO ATÉ dia 30/12/2015.

Ibiã - SC, 23 de Fevereiro de 2015.

MUNICÍPIO DE IBIAM

Clovis Jose Busatto

Prefeito Municipal

Contratante

G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLÓGICAS LTDA

CNPJ: 78.491.172/0001-00

Sócio Administrador: Glaucio Grando Galli

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Laelcio A. Gasaniga  
CPF - 807.451.729-20

Erica Thome Laidnes  
CPF: 006.854.259-32

Evandro Carlos dos Santos

Procurador do Município - OAB/SC 13.747

# Imbituba

## PREFEITURA

### EXTRATO: PMI SEAPI 2015/40 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAPI 2015/40 A00

Contratada: IMBIMOLDE PRÉ-MOLDADOS & CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

C.N.P.J: 10.975.264/0001-14

Objeto: IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO COM PEÇAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO PCC E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, DA RUA ROQUE IZIDORO ALVES, SITUADA NO BAIRRO DE ALTO ARROIO - IMBITUBA/SC.

Valor: R\$48.216,35 Prazo: 180 dias

Fundamento: Processo nº. 22/2015 Carta Convite 02/2015

Imbituba, 03 de março de 2015.

Rui Geraldo Rodrigues

Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Infraestrutura - Seapi Contratante

Imbimolde Pre Moldados & Construções Ltda Epp

Representante Legal

Contratada

### HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEDUC Nº 02/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEDUC Nº 02/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Senhor JAISON CARDOSO DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado realizado para o preenchimento dos empregos públicos temporários existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura, conforme Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e as Leis Complementares n.º 3.135, de 25 de julho de 2007; 3.330, de 30 de abril de 2008; 3.436, de 22 de janeiro de 2009, e por recomendação da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP, HOMOLOGA o resultado final do Processo Seletivo Simplificado objeto do EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEDUC N.º 02/2015. Determina, por sua vez, a publicação no órgão oficial, no site da Prefeitura Municipal de Imbituba, no DOM - Diário Oficial dos Municípios, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Imbituba, 06 de março de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

### PORTARIA PMI/GGP Nº 145/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 145, de 04 de março de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidores de carreira em funções gratificadas de Gerentes, Coordenadores e Supervisores dos órgãos superiores, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29

de abril de 1991, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores de carreira abaixo descritos, nas funções gratificadas de Gerentes, Coordenadores e Supervisores, para a atuação junto aos respectivos órgãos superiores.

GERENTES – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Gerência de Atos Normativos	GAB	Ana Maria Espíndola	578.446.159-15	02/03/2015
Gerência do Contencioso Trabalhista	PGM	Diego Silveira	036.572.919-11	02/03/2015
Gerência de Tecnologia da Informação	SEAGP	Wagner Luiz Rausseng Olegário	037.508.539-40	02/03/2015
Gerência de Defesa Civil	SEAGP	Maurício Mazzoca Pires	469.077.260-68	02/03/2015
Gerência de Cobrança e Dívida Ativa	SEFAZ	Denise Martins Moraes	725.637.299-04	02/03/2015
Gerência do Cadastro Fiscal	SEFAZ	Cleber de Melo	032.928.989-60	02/03/2015
Gerência de Contabilidade Pública	SEFAZ	George Willian dos Santos	888.356.939-34	02/03/2015
Gerência de Administração Fazendária	SEFAZ	Simone Hipólito Martins	035.259.199-48	02/03/2015
Gerência de Captação de Recursos	SEFAZ	Valéria de Souza Antônio	005.990.799-16	02/03/2015
Gerência de Controle Administrativo	SEMU-SA	Hellen Monteiro Correia	030.983.729-40	02/03/2015
Gerência de Compras	SEMU-SA	Josiane dos Santos Cardoso	029.187.089-92	02/03/2015
Gerência de Logística de Suprimentos	SEMU-SA	Maria de Lourdes David	888.440.999-34	02/03/2015
Gerência do Fundo Municipal de Saúde	SEMU-SA	Milane Regina Domingos Arent	946.999.849-91	02/03/2015
Gerência do Centro Referência de Saúde da Mulher	SEMU-SA	Vanessa Gomes Rafael	029.836.929-06	02/03/2015
Gerência de Programas e Ações Estratégicas	SEMU-SA	Glicélia Campos da Rocha Speck	027.496.929-70	02/03/2015
Gerência de Apoio à Saúde da Família	SEMU-SA	Ane Carine Correa Ribas	000.325.180-21	02/03/2015
Gerência de Proteção Básica	SEAST	Viviane Marques Bezerra	008.589.659-41	02/03/2015
Gerência do Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente	SEAST	Marivone Mendonça Damázio	781.479.999-68	02/03/2015
Gerência de Trabalho e Renda	SEAST	Romário da Rosa	823.262.829-49	02/03/2015

Gerência de Saneamento Ambiental	SE-DURB	Alexandro Tolentino Pamato	888.377.189-34	02/03/2015
Gerência de Desenvolvimento Habitacional	SE-DURB	Rosinete Delfino Laurindo	888.539.509-00	02/03/2015
Gerência de Manutenção e Reparo de Veículos Automotores	SEAPI	Eugênio da Rosa	343.244.459-15	02/03/2015
Gerência de Fomento e Incentivo à Cultura	SETEC	Gláucia Maindra da Silva	027.003.089-13	02/03/2015
Gerência Executiva da Educação Básica	SEDUC	Isabel da Fonseca Cavalcanti	032.855.319-08	02/03/2015

## COORDENADORES – LC nº 4.514/2015

Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Coordenadoria de Auditoria	CGM	Cecília de Sá Dutra	066.196.089-73	02/03/2015
Coordenadoria do Arquivo Público Municipal	SEAGP	Jadir Joaquim Maria	416.465.259-49	02/03/2015
Coordenadoria de Fiscalização Tributária	SEFAZ	Ezequiel de Souza	507.270.289-87	02/03/2015
Coordenadoria de Planejamento	SEMUSA	Marília Mendonça	343.242.919-34	02/03/2015
Coordenadoria de Atenção Básica	SEMUSA	Zuleide Raquel Pamato de Souza	741.381.119-72	02/03/2015
Coordenadoria do Laboratório de Análises Clínicas	SEMUSA	João Geraldo Speck	029.524.169-15	02/03/2015
Coordenadoria do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO	SEMUSA	Jatir João de Amorim	342.736.389-91	02/03/2015
Coordenadoria de Programas do Centro Referência de Saúde da Mulher	SEMUSA	Maria Luiza Speck de Souza	290.198.349-91	02/03/2015
Coordenadoria do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS	SEAST	Rosiane da Silva Costa	806.483.129-68	02/03/2015
Coordenadoria do Programa ACALENTO	SEAST	Cristina Poluceno de Oliveira de Mello	020.818.189-06	02/03/2015
Coordenadoria de Fiscalização Edilícia e Urbanística	SEDURB	Ângelo Manoel da Silva Filho	591.490.789-68	02/03/2015
Coordenadoria de Iluminação Pública e Eficiência Energética	SEAPI	Vânio Mário Laurentino	578.444.539-15	02/03/2015
Coordenadoria de Programas e Ações Estratégicas	SEMUSA	Márcia Regina Fernandes Deobrandino	888.378.829-04	02/03/2015

## SUPERVISORES – LC nº 4.514/2015

Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Supervisão de Auditoria	SEMUSA	Marilandi Fernandes Costa da Rosa	520.893.129-04	02/03/2015
Supervisão de Autorização de Internação Hospitalar	SEMUSA	Patrícia da Rosa Teixeira	018.815.199-02	02/03/2015
Supervisão de Execução de Edificações	SEAPI	Luiz Roberto Pacheco	520.802.509-49	02/03/2015
Supervisão de Execução de Vias	SEAPI	João Batista Vieira	020.848.829-40	02/03/2015

Art. 2º Os servidores de carreira nomeados para a função gratificada de Gerente, perceberão gratificação de 50% (cinquenta por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 31, § 2º, III da LC nº 4.514/2015.

Art. 3º Os servidores de carreira nomeados para a função gratificada de Coordenador(a), perceberão gratificação de 33% (trinta e três por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 31, § 2º, II da LC nº 4.514/2015.

Art. 4º Os servidores de carreira nomeados para a função gratificada de Supervisor(a), perceberão gratificação de 17% (dezessete por cento) de seu salário base, nos termos do Art. 31, § 2º, I da LC nº 4.514/2015.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de março de 2015.

Imbituba, 04 de março de 2015.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/GGP Nº 146/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 146, de 04 de março de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidores de carreira do magistério em funções gratificadas de Gestores de Unidades dos órgãos superiores, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, ainda com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear os servidores de carreira do magistério abaixo descritos, nas funções gratificadas de Gestores de Unidades, para a atuação junto aos respectivos órgãos superiores.

GESTORES DE UNIDADES – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Unidade Gestora do Serviço Postal Comunitário de Araçatuba	SEAGP	Solange Ávila	725.624.209-34	02/03/2015
Unidade Gestora do Serviço de Identificação Civil do IGP/SC	SEAGP	Rute Maria Fernandes Rodrigues	691.538.259-34	02/03/2015
Unidade Gestora da Secretaria da Junta Militar	SEAGP	Shirley Nascimento dos Passos Mattos	037.822.599-55	02/03/2015
Unidade Gestora de Isenção e Remissão Fiscal	SEFAZ	Jesana Anselmo da Rosa	008.181.999-46	02/03/2015
Unidade Gestora Educacional	SEDUC	Adriana de Souza Miguel Hercílio	888.426.659-91	02/03/2015
Unidade Gestora da Captação de Recursos e Prestação de Conta	SEDUC	Tânia Bittencourt Mota Alves	888.384.129-87	02/03/2015
Unidade Gestora do Material Didático	SEDUC	Andreia Mendes da Silva	019.080.839-05	02/03/2015
Unidade Gestora do Transporte Escolar	SEDUC	Eliane de Abreu Ceciliano	578.630.759-04	02/03/2015
Unidade Gestora do Controle Administrativo	SEDUC	Vera Lúcia Vieira Silveira	591.555.669-87	02/03/2015
Unidade Gestora Pedagógica	SEDUC	Rozenilda Matos Rodrigues da Rosa	560.324.639-15	02/03/2015
Unidade de Apoio à Gestão Escolar	SEDUC	Marlise Antunes de Carvalho	754.563.899-91	02/03/2015
Unidade Gestora de Projetos Educacionais	SEDUC	Maria Gorete da Silva Campos	716.138.389-72	02/03/2015
Unidade Gestora do Sistema de Ensino	SEDUC	Andreia Pacheco da Rosa Cândido	888.397.969-91	02/03/2015
Unidade Gestora do Ensino Fundamental	SEDUC	Fabiane Corrêa do Nascimento	781.465.009-78	02/03/2015
Unidade Gestora da Educação Infantil	SEDUC	Valdirene Dias Gonçalves	888.453.119-53	02/03/2015
Unidade Gestora da Educação Especial e Inclusão Educacional	SEDUC	Magali Aparecida Vieira	806.475.299-04	02/03/2015
Unidade Gestora da Inovação Tecnológica	SEDUC	Michele Ferreira da Silva	020.014.579-79	02/03/2015
Unidade Gestora do Programa Saúde na Escola	SEMU-SA	Maria Eliete Pereira	770.034.899-53	02/03/2015
Unidade Gestora dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF)	SEMU-SA	Elisangela Pereira	806.481.779-04	02/03/2015

Unidade Gestora de Transferência e Complementação de Renda	SEAST	Aline Cardoso Pacheco	754.550.999-49	02/03/2015
Unidade Gestora de Segurança Alimentar e Nutricional	SEAST	Rose Meri de Mendonça Beza	454.749.079-15	02/03/2015
Unidade Gestora de Capacitação para o Emprego e Geração de Renda	SEAST	Mônica Brasiense Soares	029.194.299-73	02/03/2015
Unidade Gestora do Controle Administrativo	SEAST	Leda Borges Martins	454.764.039-49	02/03/2015
Unidade Gestora do Controle Social	SEAST	Adriana Pereira Fornasa	742.237.809-30	02/03/2015
Unidade Gestora de Programas, Serviços e Projetos	SEAST	Zenaide Ovídio Lúcio	455.240.769-49	02/03/2015
Unidade Gestora de Viabilidade Urbanística	SE-DURB	Lisiane Bittencourt Vieira	888.448.389-15	02/03/2015
Unidade Gestora do Serviço Público Funerário de Imbituba	SEAPI	Arlei Lima	305.910.589-87	02/03/2015
Unidade Gestora de Projetos Sócioesportivos	SETEC	Nilo Pitigliani de Carvalho	521.041.769-72	02/03/2015
Unidade Gestora do Patrimônio Cultural	SETEC	Andreza Corrêa Pacheco	028.159.699-98	02/03/2015

Art. 2º Os servidores de carreira do magistério, nomeados para a função gratificada de Gestor de Unidade, perceberão gratificação correspondente, nos termos da LC nº 4.514/2015, em seu anexo III.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de março de 2015.

Imbituba, 04 de março de 2015.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **PORTARIA PMI/GGP Nº 147/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 147, de 04 de março de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de servidores de carreira em funções gratificadas de Conciliador-Chefe, Chefe de Cartório, Assistente de Cartório, Oficial de Justiça, Cooperador de Dívida Ativa, Agente de Dívida Ativa, junto ao Programa do Executivo Fiscal, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, ainda, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na



legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear os servidores de carreira abaixo descritos, nas funções gratificadas de Conciliador-Chefe, Chefe de Cartório, Assistente de Cartório, Oficial de Justiça, Cooperador de Dívida Ativa, Agente de Dívida Ativa, para a atuação junto ao Programa do Executivo Fiscal.

PROGRAMA DO EXECUTIVO FISCAL – LC nº 4.514/2015				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Conciliador-Chefe	PGM	Erico José Laurentino	770.036.169-04	02/03/2015
Chefe de Cartório	PGM	Fernando Melo da Silva	021.257.649-62	02/03/2015
Chefe de Cartório	PGM	Luciano Alves Zanini	888.521.309-00	02/03/2015
Assistente de Cartório	PGM	Luiz Otávio Ribeiro de Castro Rocha	047.912.069-24	02/03/2015
Assistente de Cartório	PGM	Vera Lúcia de Carvalho Barjona	052.784.009-27	02/03/2015
Oficial de Justiça	PGM	Adriano Elpidio Duarte	026.295.679-90	02/03/2015
Oficial de Justiça	PGM	Ramon Pereira Silva	006.652.729-52	02/03/2015
Cooperadora de Dívida Ativa	PGM	Ladjane Bellina Bitencourt	028.771.059-97	02/03/2015
Agente de Dívida Ativa	PGM	Claudionor Marcos de Castro	886.590.978-15	02/03/2015

Art. 2º Os servidores de carreira, nomeados para as referidas funções gratificadas, perceberão gratificação correspondente na legislação em vigor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de março de 2015.

Imbituba, 04 de março de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/GGP Nº 148/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 148, de 04 de março de 2015.

Dispõe sobre a nomeação de Auditora Técnica e, dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a Sra. JANNE RAMOS DE SOUZA, brasileira, inscrita

no CPF sob o n.º 784.792.079-49, para exercer o cargo de Auditora Técnica do Sistema Municipal de Auditoria do SUS, junto a Procuradoria Geral do Município, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 02 de março de 2015.

Imbituba, 04 de março de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 (FUNREBOM)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNREBOM

PROCESSO Nº 01/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba através do Fundo Municipal de Reequipamento dos Bombeiros comunica que realizará às 16:00 horas do dia 19 de março de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para transformação de 01 (um) veículo marca/ modelo Mercedes sprinter, 0 (zero) km, longo, teto alto, original de fábrica, carroceria monobloco, de propriedade do corpo de bombeiros militar de Imbituba/SC, em ambulância tipo auto socorro de urgência - ASU.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 12 de dezembro de 2015.

Rafael Fortunato Camilo  
Comandante da 2ª/8º BBM

**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015 (PMI)**

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 33/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 19 de março de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a aquisição de lâmina reta 1,83m 8 furos, parafusos 12,9 5/8 x 2 ¼ e porcas 5/8 nc de aço para a moto niveladora.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 09 de março de 2015.  
Rui Geraldo Rodrigues  
Secretário Municipal da SEAPI

### **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015 (SEMUSA)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO Nº 17/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 19 de março de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de passagens rodoviárias urbanas para uso dos pacientes dos programas do CAPS I e das agentes do programa saúde da família (reuniões mensais) da secretaria municipal de saúde.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 09 de março de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de Saúde

### **PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
COMUNICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba através de seu Pregoeiro Oficial comunicam que fica SUSPENSA a abertura do Processo Licitatório 24/2015 - Pregão Presencial 14/2015 para revisão do edital.

Imbituba, 09 de março de 2015.  
Dilson Petrassen Junior  
Pregoeiro Oficial

---

## **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **PORTARIA CMI Nº 029/2015**

PORTARIA CMI Nº 029/2015

"Dispõe sobre a admissão de Telefonista/Recepcionista aprovada em concurso público, e dá outras providências."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37, II da Constituição Federal de 1988 e a Lei Municipal n.º 1.145/91, de 15 de maio de 1991,

Considerando a homologação do resultado final do Concurso Público realizado consoante as disposições do Edital nº 001/2014, de 08 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir do dia 06 de março de 2015, a Senhora Mislene Soares Rodrigues da Rosa, brasileira, casada, portadora do

RG n.º 3.386.934 SSP/SC e do CPF n.º 024.650.999-65, aprovada e classificada como 1ª colocada em concurso público nos termos do Edital n.º 001/2014, para provimento do emprego público de TELEFONISTA/RECEPCIONISTA, com a remuneração e vantagens estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 2º A candidata nomeada fica lotada no Departamento Administrativo, no quadro de pessoal criado nos termos do artigo 19. da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, com atribuições previstas no ANEXO VII da mesma Lei.

Art. 3º No prazo do estágio probatório de 03 (três) anos, o empregado será submetido a avaliações periódicas de desempenho por Comissão designada por ato do Chefe do Poder Legislativo. Parágrafo único. Satisfeitos os critérios de avaliação de desempenho, será expedido ato de efetivação do empregado no serviço público municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 06 de março de 2015.

Luiz Claudio Carvalho de Souza  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 06/03/2015.

### **PORTARIA CMI Nº 030/2015**

PORTARIA CMI Nº 030/2015

"Dispõe sobre a admissão de Técnica Legislativa aprovada em concurso público, e dá outras providências."

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37, II da Constituição Federal de 1988 e a Lei Municipal n.º 1.145/91, de 15 de maio de 1991,

Considerando a homologação do resultado final do Concurso Público realizado consoante as disposições do Edital nº 001/2014, de 08 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir do dia 06 de março de 2015, a Senhora Rafaela da Rosa Oliveira, brasileira, solteira, portadora do RG n.º 3.823.200 SSP/SC e do CPF n.º 065.657.379-16, aprovada e classificada como 3ª colocada em concurso público nos termos do Edital n.º 001/2014, para provimento do emprego público de TÉCNICA LEGISLATIVA, com a remuneração e vantagens estabelecidas na legislação em vigor.

Art. 2º A candidata nomeada fica lotada no Departamento Administrativo, no quadro de pessoal criado nos termos do artigo 19. da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, com atribuições previstas no ANEXO VII da mesma Lei.

Art. 3º No prazo do estágio probatório de 03 (três) anos, o empregado será submetido a avaliações periódicas de desempenho por Comissão designada por ato do Chefe do Poder Legislativo. Parágrafo único. Satisfeitos os critérios de avaliação de desempenho, será expedido ato de efetivação do empregado no serviço público municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 06 de março de 2015.  
Luiz Cláudio Carvalho de Souza  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 06/03/2015.

### **PORTARIA CMI – LEG Nº 005/2015**

PORTARIA CMI - LEG Nº 005/2015

Altera a composição da Comissão Permanente de Educação, Tecnologia, Informática, Comunicação, Turismo, Cultura, Desportos, Meio Ambiente, Saúde e Assistência Social para a 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, da Câmara Municipal de Imbituba.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 35, VIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a composição da Comissão Permanente de Educação, Tecnologia, Informática, Comunicação, Turismo, Cultura, Desportos, Meio Ambiente, Saúde e Assistência Social para a 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, da Câmara Municipal de Imbituba, designada pela Portaria nº 001, 23 de Janeiro de 2015, que passa a ser composta pelos membros abaixo nominados:

- a) Rogberto de Farias Pires (PPS) - Presidente;
- b) Zeli Pires (DEM) - Vice-Presidente; e
- c) Anderson Teixeira (PSD) - Membro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando inalterados os demais dispositivos da Portaria nº 002, de 03 de março de 2015.

Sala das Sessões, 06 de março de 2015.  
Luiz Cláudio Carvalho de Souza  
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 06/03/2015 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

## **Indaial**

### **PREFEITURA**

#### **ATA Nº 009/2015**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2015

EDITAL DE PREGÃO Nº 011/2015-10430

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2015

Ao terceiro dia do mês de março de dois mil e quinze, de um lado o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS - OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo Licitatório nº 023/2015 - Edital de Pregão nº 011/2015-10430, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

#### **1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):**

1.1. JACINTA JANUÁRIO ANTUNES EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.388.116/0001-51, estabelecida à Rua Avelino Zanoello, nº 48 - Bairro São Miguel, no município de Lages - Estado de Santa Catarina.

1.2. FENÍCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS E MEDALHAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.839.972/0001-90, estabelecida à Rua Ludovico Cavinato, nº 2526 - Sala B - Bairro Santa Catarina, no município de Caxias do Sul - Estado do Rio Grande do Sul.

#### **2. DO OBJETO:**

2.1. Constitui-se como objeto da presente Ata, o registro de preços para a aquisição de medalhas e troféus, conforme as especificações constantes no Anexo VI - Termo de Referência do Objeto, do Edital de Pregão no 011/2015-10430.

2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

#### **3. VALORES REGISTRADOS:**

3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

## 3.1.1.

JACINTA JANUARIO ANTUNES EPP						
LOTE 01.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	MEDALHA, TIPO SIMPLES. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO VI TERMO DE REFERENCIA DO EDITAL.	UNIDADE		3.600	R\$3,04	R\$10.944,00
2	MEDALHA, TAMANHO PEQUENO. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	UNIDADE		2.400	R\$3,82	R\$9.168,00
3	MEDALHA, TAMANHO MÉDIO. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	UNIDADE		2.400	R\$4,51	R\$10.824,00
4	MEDALHA, TAMANHO GRANDE. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	UNIDADE		1.800	R\$5,92	R\$10.656,00
LOTE 02.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
5	TROFÉU, PADRÃO 01 E 02, TAMANHO 20 CM. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	UNIDADE		120	R\$36,98	R\$4.437,60
6	TROFÉU, PADRÃO 01 E 02, TAMANHO 25 CM. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	UNIDADE		120	R\$41,85	R\$5.022,00
7	TROFÉU, PADRÃO 01 E 02, TAMANHO 30 CM. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	UNIDADE		120	R\$46,71	R\$5.605,20
8	TROFÉU, PADRÃO 01 E 02, TAMANHO 35 CM. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	UNIDADE		120	R\$57,42	R\$6.890,40
9	TROFÉU, PADRÃO 01 E 02, TAMANHO 40 CM. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	UNIDADE		120	R\$61,31	R\$7.357,20
10	TROFÉU, PADRÃO 01 E 02, TAMANHO 50 CM. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	UNIDADE		120	R\$85,65	R\$10.278,00
11	TROFÉU, PADRÃO 01 E 02, TAMANHO 60 CM. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	UNIDADE		60	R\$134,30	R\$8.058,00
12	TROFÉU, PADRÃO 01 E 02, TAMANHO 70 CM. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	UNIDADE		48	R\$144,04	R\$6.913,92
13	TROFÉU, PADRÃO 01 E 02, TAMANHO 80 CM. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	UNIDADE		48	R\$182,96	R\$8.782,08
14	TROFÉU, PADRÃO 01 E 02, TAMANHO 120 CM. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	UNIDADE		20	R\$262,78	R\$5.255,60
Total do Fornecedor:						R\$110.192,00
FENICIA IND. COM. TROFÉUS E MEDALHAS LTDA						
LOTE 03.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
15	TROFÉU, PERSONALIZADO MEDINDO 30 CM. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	UNIDADE		220	R\$38,95	R\$8.569,00
16	MEDALHA DE ACRÍLICO CRISTAL PERSONALIZADA 2 MM. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO VI - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.	UNIDADE		500	R\$4,20	R\$2.100,00
Total do Fornecedor:						R\$10.669,00

O valor total da presente ata de registro de preço é de R\$ 120.861,00 (cento e vinte mil, oitocentos e sessenta e um reais).

3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infelizmente do trabalho e



responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

#### 4. REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

#### 5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.

5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.

5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.

5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.

5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

#### 6. FISCALIZAÇÃO:

6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.

6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

#### 7. PRAZO DE VALIDADE:

7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

#### 8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo

e no endereço constante no edital.

8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;

8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;

8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.

8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 023/2015 - Edital de Pregão nº 011/2015-10430.

#### 9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.

9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.

9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

#### 10. SANÇÕES:

10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.

10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:

a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;

c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;

d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por

acumulação de 03 (três) advertências;

e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;

f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;

g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;

b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

#### 11. RESCISÃO DA ATA:

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

a) descumprir as condições da ata de registro de preços;

b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

#### 12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos

encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

#### 13. FORO:

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

#### 14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

#### 15. AS PARTES:

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 03 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal	JACINTA JANUÁRIO ANTUNES EPP Jacinta Januário Antunes Diretora  FENÍCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS E MEDALHAS LTDA Monica Giazzon Cavalli Sócia Proprietária
--	--

#### Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

**CONTRATO Nº 037/2015**

CONTRATO Nº 037/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH - GABINETE DO PREFEITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo

Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.160.936/0001-91, com sede na rua Henrique Vigarani nº 90, bairro Barra do Rio, na cidade de Itajaí - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Jorge Goetten de Lima, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 439.279.989/15 e Cédula de Identidade nº 867.513, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTO LEGAL**

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 022/2015 - Edital de Pregão nº 010/2015-10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

**CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO**

3.1. Constitui-se como objeto do presente edital, a contratação de terceirização para serviços continuados de serventes de limpeza e cozinheiro(a), conforme quantitativos e especificações do quadro à seguir:

ITEM	QUANT	UNID	SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO (EM R\$)	VALOR MÊS (EM R\$)	VALOR ANUAL
------	-------	------	----------	-------------------------	--------------------	-------------

01	28	Postos	Serventes para a realização de serviços de limpeza, para asseio e conservação em prédios escolares, em jornada de trabalho de 40h semanais.(contratação esta pelo período 12 (doze) meses)	2.900,00	34.800,00	974.400,00
02	01	Posto	Serventes para a realização de serviços de limpeza, para asseio e conservação em prédios escolares, em jornada de trabalho de 12 x 36 horas.(contratação esta pelo período 12 (doze) meses)	5.900,00	5.900,00	69.600,00
03	01	Posto	Cozinheiro(a) e artífice de copa e cozinha para preparar e servir a alimentação escolar, em jornada de trabalho de 12 x 36 horas.(contratação esta pelo período 12 (doze) meses)	5.300,00	5.300,00	63.600,00

3.1.1. As especificações dos itens mencionados no quadro acima, estão inseridas no Anexo VI - Termo de Referência do Objeto, do edital mencionado na Cláusula Primeira.

**3.2. LOCAL DE ENTREGA:**

3.2.1. Os serviços serão realizados em unidades administrativas, assistencial e de saúde das unidades requisitantes da CONTRATANTE.

3.2.2. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo ao que ficou paralisado.

**CLÁUSULA QUARTA: VALOR DO CONTRATO**

4.1. O valor total do presente contrato é de R\$1.107,600,00 (um milhão cento e sete mil e seiscentos reais).

4.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

**CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015, e as respectivas para os exercícios seguintes:

- 04.01.004.122.004.2062.339034010000.01000000 - Recurso Próprio
- 05.01.012.361.005.2100.339034010000.01000000 - Recurso Próprio
- 06.01.020.122.006.2150.339034010000.01000000 - Recurso Próprio
- 09.02.015.181.009.2237.339034010000.01000000 - Recurso Próprio
- 10.01.017.512.010.2263.339034010000.01000000 - Recurso Próprio
- 21.01.006.181.021.2304.339034010000.01000000 - Recurso Próprio
- 21.01.006.181.021.2304.339034010000.01120000 - Convênio de Trânsito
- 21.01.006.181.021.2304.339034010000.01000004 - DEMUTTIN II
- 30.01.010.301.030.2441.339034010000.01381701 - MAC União
- 30.01.010.301.030.2441.339034010000.01020000 - Próprio Saúde
- 30.01.010.301.030.2462.339034010000.01380900 - PAB Fixo
- 30.01.010.301.030.2466.339034010000.01385700 - CAPS
- 30.01.010.304.030.2449.339034010000.01001500 - Vigilância Sanitária Municipal
- 30.01.010.305.030.2450.339034010000.01381600 - VSE
- 30.01.010.305.030.2450.339034010000.01020000 - Próprio Saúde
- 31.01.008.244.031.2516.339034010000.01000000 - Recurso Próprio
- 31.01.008.244.031.2517.339034010000.01000000 - Recurso Próprio
- 31.01.008.244.031.2505.339034010000.01000000 - Recurso Próprio
- 31.02.008.244.031.2518.339034010000.01000000 - Recurso Próprio
- 40.01.027.812.040.2601.339034010000.01000000 - Recurso Próprio
- 41.01.013.391.041.2656.339034010000.01000000 - Recurso Próprio

**CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO -**

6.1. Os pagamentos serão mensais. A cada 30 (trinta) dias, a CONTRATANTE realizará a medição dos serviços efetivamente realizados no período, atestando a execução dos mesmos. Findo o período, a medição será realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

6.1.1. A CONTRATADA deverá apresentar até o 2º (segundo) dia corrido da aprovação da medição, nota fiscal-fatura correspondente aos valores dos serviços executados a preços unitários do contrato.

6.1.2. Estes pagamentos decorrentes dos serviços realmente executados serão efetuados no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de apresentação da fatura, desde que compatível com a medição realizada pela CONTRATANTE.

6.2. Quando inadimplente, e período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento não for superior a quinze dias, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu

pagamento.

6.3. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do mesmo.

6.3. Em razão da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho - TST, e do art. 19-A da IN/MARE nº 03 de 15 de outubro de 2009, a Administração poderá adotar, facultativamente, e a seu critério, as seguintes regras para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas:

6.3.1. Os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada serão depositados pela Administração em conta vinculada específica, que somente será liberada para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

a) - parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;

b) - parcialmente, pelo valor correspondente aos 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;

c) - parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;

d) - ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e,

e) - o saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

6.3.2. A licitante que vier a ser contratada, mediante a apresentação da proposta no certame, autoriza, desde já, a Administração, que correrá a seu critério, a adotar as seguintes medidas para o cumprimento dos direitos trabalhistas:

a) - fazer a retenção na fatura e o depósito direto dos valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da contratada nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores da contratada, observada a legislação específica; e,

b) - fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.3.3. O pagamento dos salários dos empregados pela empresa contratada deverá ocorrer via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração.

6.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.5. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue: Banco do Brasil - Agência 0276-3 - Conta 47.455 - X



**CLÁUSULA SÉTIMA: REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

**7.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:**

7.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

**7.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

7.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

**CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS**

8.1. O prazo do presente Contrato é de 03 de março de 2015 até 03 de março de 2016, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

8.1.1. Os serviços serão realizados (previsão) a partir de 09/03/2015.

8.1.2. O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.2. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos indenizatórios à CONTRATADA.

**CLÁUSULA NONA: DEVERES DA CONTRATADA**

9.1. Assegurar a realização dos serviços constantes no objeto, conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Emitir relatórios dos serviços prestados, sempre que solicitado, atendendo à demanda num prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

9.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus

empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.6. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato.

9.7. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado.

9.8. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.9. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.10. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.11. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 022/2015 - Edital de Pregão nº 010/2015-10430.

9.12. Manter atualizados os registros e anotações trabalhistas dos profissionais alocados na prestação dos serviços e exibi-los sempre que exigidos pela CONTRATANTE.

9.13. Acatar solicitação da CONTRATANTE de afastamento e/ou dispensa de empregado e/ou equipamentos cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.13.1. Constituem motivos para afastamento e/ou dispensa de empregado, os constantes no art. 482 da Lei Federal nº 5.452/43.

9.14. Cumprir o escalonamento de férias do pessoal, de acordo com as necessidades da CONTRATANTE e provendo a substituição dos mesmos nestes períodos.

9.15. Efetuar a remuneração dos seus profissionais, respeitada a legislação trabalhista.

9.16. Providenciar crachá para todos os funcionários contendo a identificação da empresa de modo legível.

9.17. Providenciar uniforme para todos os funcionários, bem como o material relativo ao EPI necessário para a perfeita realização dos serviços.

9.18. Prestar informações sempre que solicitado pela CONTRATANTE, referentes à regulamentação profissional, piso salarial e demais informações de seus profissionais alocados.

9.19. Apresentar, em até 15 (quinze) dias da data de assinatura deste contrato, a garantia de execução de contrato - modalidade de seguro garantia no valor de R\$55.380,00 (cinquenta e cinco mil trezentos e oitenta reais), de acordo com o item 15.2 do Processo Licitatório nº 022/2015 - Edital de Pregão nº 010/2015-10430, com validade até 03 (três) meses após o término da vigência

contratual.

9.19.1. A CONTRATADA se comprometerá a aumentar a garantia prestada, em virtude do reajustamento e/ou revisão dos valores providos pela Administração.

9.19.2. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DEVERES DA CONTRATANTE

10.1. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.2. Fiscalizar a prestação dos serviços objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.3. Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços contratados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: FISCALIZAÇÃO

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.1. Solicitar à CONTRATADA o afastamento ou a substituição de qualquer de seus empregados ou de prepostos, por ineficiência, incompetência, má conduta ou falta de respeito a seus dirigentes, seus empregados ou terceiros;

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade ou não especificado, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.2.4. Impugnar todo e qualquer serviço feito em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

11.2.5. Ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que esta tenha direito à indenização, caso, dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da entrega da notificação correspondente, não seja atendida qualquer reclamação por falha ou incorreção no serviço prestado.

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo da prestação dos serviços objeto do edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES

12.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

12.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,2% (dois décimos percentual) do valor do

contrato, por dia de atraso injustificado.

b) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato.

c) - No valor de 3,0% (três por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências.

e) - No valor de 3,0% (três por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas.

f) - No valor de 4,0% (quatro por cento) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto sem autorização expressa da CONTRATANTE;

g) - No valor de 5,0% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

i) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE.

j) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.1.3. Suspensão de Participação, em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do orçamento básico do edital; e,

b) - Quaisquer dos motivos expostos nas alíneas "e" à "g", do item 12.1.2.

12.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

c) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.1.5. Além das sanções previstas nos itens 12.1.1 à 12.1.4, a Administração poderá aplicar quaisquer outras sanções previstas na Lei Federal no 8.666/93 e na Lei Federal no 12.846/13.

12.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

### 13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

13.1.1. O não cumprimento, ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.3. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.5. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.6. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.9. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.10. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos serviços já realizados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.11. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.12. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.13. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.4 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinado por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.9 e 13.1.11 à 13.1.13.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 13.1.8 à 13.1.11, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

- a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;
- b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,
- c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

- a) - quando necessária a modificação do modo de prestação dos serviços, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de prestação do serviço;
- c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato; e,
- d) - quando conveniente a substituição da garantia de execução.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste edital.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: AS PARTES

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 03 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA Jorge Goetten de Lima Contratada
--	---

SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
Márcio Antonio Ferrari Giovanne Huebes Nicolletti  
Secretário Municipal Secretária Municipal

SECRETARIA DE SANEAMENTO SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
E E MEIO AMBIENTE HABITAÇÃO  
Jânio Vilson de Aviz Paulo Roberto Ledra  
Secretário Municipal Secretário Municipal

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanne Huebes Nicolletti Secretária Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Enilson Erley Freitas Secretário Municipal
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Ademir Packer Presidente Fundação	FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wanser Ribeiro Diretora Executiva

GABINETE DO PREFEITO PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO  
João Vicente Schroeder Silmara Fruet  
Chefe Gabinete OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

#### CONTRATO Nº 038/2015

CONTRATO Nº 038/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA - ME, NA FORMA ABAIXO.

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.483.817-32, com sede na rua General Osório, nº 2.600, fundos, bairro Velha, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Antonio Dorival Roncaglio, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 445.259.319/49 e Cédula de Identidade nº 829.883-SSP-SC, residente à Rua General Osório, nº 2.600, bairro Velha, cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente contrato se regula pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, tendo em vista a adjudicação e homologação do resultado, bem como aos termos da proposta que apresentou, no Processo Licitatório nº 267/2014 - Edital de Tomada de Preços nº 027/2014-10430.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente contrato, a execução de terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação em paralelepípedos, e passeio de pedestres em blocos intertravados, da Rua Reinhold Schroeder, com extensão de 465,50 metros (início: estaca 9+6,00 PP; término: estaca 32+11,50 PF), conforme anexos VI, VII e VIII do edital mencionado na Cláusula Primeira.

3.1.1. Execução do Contrato de Repasse no 803519/2014/Ministério das Cidades/Caixa - Processo no 2622.1016557-53/2014.

3.1.2. A CONTRATADA fornecerá toda a mão-de-obra e os



materiais necessários para a execução da obra, de acordo com os projetos da mesma.

3.2. A obra será executada na Rua Reinhold Schroeder - Bairro Encano - CEP: 89130-000, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA QUARTA: EXECUÇÃO DA OBRA/SERVIÇOS

4.1. Para todos os efeitos a CONTRATADA será a responsável pela execução do contrato de acordo com as disposições nas legislações afins.

4.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

4.2.1. Eventuais divergências nas especificações e/ou anexos deverão ser resolvidas pela fiscalização da CONTRATANTE.

4.3. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

4.4. A CONTRATANTE se reserva no direito de fornecer qualquer tipo de material, equipamento ou executar em parte ou no todo qualquer serviço inerente a obra, desde que esta não esteja prevista na planilha de preços da proposta da CONTRATADA.

4.5. A CONTRATADA será responsável pelo controle e manutenção do tráfego de veículos nos locais das obras, bem como pela sinalização dos mesmos tanto no período diurno quanto noturno. Sendo que se algum acidente ocorrer em virtude de falha na sinalização a CONTRATADA será a responsável para todos os efeitos.

4.6. A CONTRATADA terá que respeitar todas as Leis e Normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do Município de Indaial, bem como todas as normas de execução propostas pela ABNT.

4.7. Constatado qualquer erro ou imperícia na execução, será de responsabilidade da CONTRATADA a correção, revisão e/ou nova execução das partes impugnadas.

4.8. A CONTRATADA se obriga a executar eventuais serviços não constantes deste contrato, mas considerados essenciais ao desenvolvimento dos serviços, sem, no entanto, modificar e/ou descaracterizar o objeto do contrato. Estes serviços serão pagos através de orçamento elaborado pela CONTRATADA após aprovação pela CONTRATANTE, antes do início destes serviços.

4.9. Quando for entregue a obra, a CONTRATADA terá que realizar a limpeza total do canteiro de obras.

#### CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo do presente contrato é de 05 de março de 2015 até 02 de julho de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

5.1.1. A assinatura da ordem de serviços ocorrerá em até 30 (trinta) dias, justificadamente podendo ser prorrogado por igual período, contados a partir da data de assinatura do contrato.

5.2. Ocorrendo impedimento ou paralisação do contrato, o

cronograma de entrega será prorrogado automaticamente, por Termo Aditivo, por igual tempo ao que ficou paralisado.

#### CLÁUSULA SEXTA: SUBCONTRATAÇÃO DA OBRA

6.1. A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

6.2. Os serviços de subempreitada somente serão admissíveis após consulta e consentimento expresso da CONTRATANTE, respeitando os limites do presente contrato.

6.3. É terminantemente proibida a subcontratação da obra e/ou serviços dela resultantes da parcela de maior relevância exigida como qualificação técnica.

6.4. A empresa SUBCONTRATADA deverá submeter-se, obrigatoriamente, à todas as qualificações habilitatórias da CONTRATADA, constantes no item 07 do edital originário do presente contrato.

6.5. Em qualquer caso, a CONTRATADA assume para todos os efeitos, a responsabilidade direta e integral pela execução das obras ou serviços de obrigação da SUBCONTRATADA.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$690.016,34 (seiscentos e noventa mil dezesseis reais e trinta e quatro centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

7.1.1. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução das obras, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa das obras, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA: FORMA DE PAGAMENTO

8.1. Os pagamentos serão mensais. A cada 30 (trinta) dias, a CONTRATANTE realizará a medição dos serviços efetivamente realizados no período, atestando a execução dos mesmos. Findo o período, a medição será realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

8.1.1. A CONTRATADA deverá apresentar até o 2º (segundo) dia corrido da aprovação da medição, nota fiscal-fatura correspondente aos valores dos serviços executados à preços unitários do contrato.

8.1.2. Estes pagamentos decorrentes dos serviços realmente executadas serão efetuados no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de apresentação da fatura, desde que compatível com a medição realizada pela CONTRATANTE.

8.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

8.3. Para recebimento dos pagamentos a CONTRATADA terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia das guias de pagamento do INSS e FGTS relativos aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

8.4. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

8.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

8.6. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco SICOOB  
Agência 3269-0  
Conta 51.768-2

#### CLÁUSULA NONA: REAJUSTE DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

9.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

##### 9.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:

9.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo INCC - Índice Nacional de Custos da Construção, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

##### 9.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

9.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas provenientes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 23.01.015.451.023.1365.449051980000.01000000 - Recurso Próprio
- 23.01.015.451.023.1365.449051980000.01245456 - União/Reinhold Schoreder
- 23.01.015.451.023.1365.449051980000.03245456- União/Reinhold Schoreder- EA

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: ADITIVOS

11.1. Tendo em vista o critério do regime de contrato, empreitada pelo preço unitário, serão admitidos Termos Aditivos para alteração das quantidades utilizadas, de acordo com as medições realizadas, dos materiais efetivamente utilizados.

11.1.1. Ocorrendo a alteração do projeto, será avaliada pela

Fiscalização e o Preposto responsável pela medição das obras e serviços a necessidade de alteração do valor da obra e/ou serviços.

11.2. Termos Aditivos para alteração do cronograma da obra serão efetuados de acordo com o item 5.2 do presente contrato e a legislação correlata.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: AS BUILT

12.1. No caso do projeto sofrer alterações, a CONTRATADA deverá apresentar, à suas expensas, um novo catálogo de projetos durante a construção da obra, que retrate a forma exata de como foi construído ou reformado o objeto contratado.

12.1.1. O novo catálogo de projetos deverá ser apresentado em mídia magnética (CD ou DVD) e impresso em, pelo menos, 01 (uma) via.

12.2. O projeto deverá ser elaborado pelo responsável técnico indicado pela CONTRATADA, ou outro com capacidade técnica comprovadamente equivalente, e que integre o seu quadro de profissionais, desde que aprovado pela Administração, e que deverá emitir a ART devidamente registrada no CREA/SC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

13.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos à mais ampla e irrestrita fiscalização da CONTRATANTE, a qualquer hora, em toda a área abrangida pelo canteiro, por seus representantes devidamente credenciados.

13.2. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, com profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo das obras e serviços, assim como o acompanhamento do desenvolvimento da execução.

13.3. À fiscalização compete:

13.3.1. O encaminhamento e controle da execução das obras e serviços, as avaliações e medições dos serviços, até a sua conclusão, observadas todas as condições expressas nos documentos que compõe o contrato;

13.3.2. Proceder as medições com a presença e a participação da CONTRATADA, cabendo a esta encaminhar à CONTRATANTE os respectivos faturamentos nos prazos previstos;

13.4. Constatada a inoperância, desleixo, incapacidade ou ato desabonador, praticado pela CONTRATADA, ou seu representante ou de seus subcontratados, a CONTRATANTE poderá recomendar o afastamento e/ou realocação do preposto ou de qualquer empregado, bem como de subcontratados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECEBIMENTO DA OBRA

14.1. Na data em que considerar concluídos os serviços, a CONTRATADA notificará a CONTRATANTE que vistoriará as obras e, verificando plena conformidade com os projetos, plantas, detalhes e especificações aprovadas para execução, bem como limpeza da obra, lavrará, no prazo de 15 (quinze) dias, o Termo de Aceitação Provisória, assinado também pela CONTRATADA.

14.1.1. Os trabalhos que conforme critério do edital não apresentarem as condições estabelecidas, mas cujas desconformidades sejam de pequena monta, serão rejeitados, sem prejuízo da Aceitação Provisória, que conterà a ressalva, cabendo a CONTRATADA todos os ônus e encargos da reparação que deverá se efetivar

dentro do prazo de observação de 20 (vinte) dias corridos.

14.1.2. No caso da não aceitação provisória, a CONTRATADA deverá tomar todas as providências para sanar os problemas que determinaram a não aceitação, no prazo a ser fixado pela CONTRATANTE, sem prejuízo de aplicação, pela CONTRATANTE, das penalidades previstas nas disposições contratuais que lhe forem aplicáveis.

14.1.3. Não sendo realizadas, na sua totalidade, as reparações exigidas pela CONTRATANTE, esta poderá ingressar em juízo com a competente ação de perdas e danos, sem prejuízo das multas estabelecidas neste contrato e seus anexos.

14.2. Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação das obras, a CONTRATADA poderá requerer a Aceitação Definitiva das mesmas.

14.3. A Aceitação Definitiva só será concedida quando a obra estiver totalmente concluída, após vistoria que a comprove, ocasião em que será lavrado e assinado o Termo de Aceitação e Recebimento Definitivo, com mútua e geral quitação.

14.4. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA: EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.1. A CONTRATADA terá que apresentar no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, ou junto com a primeira fatura, os seguintes elementos:

15.1.1. Registro do contrato junto ao CREA e/ou CAU, bem como cópia da ART de execução;

15.1.1.1. Caso a empresa seja sediada em outro Estado é necessário o visto do CREA/SC e a quitação da anuidade do corrente exercício no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

15.1.2. Registro do Cadastro Específico do INSS - CEI; e,

15.1.3. Relação com os nomes e registros dos profissionais responsáveis pela execução das obras.

15.2. A CONTRATADA deverá apresentar durante a realização das obras, sempre que for solicitada, regularidade fiscal com todos os tributos e taxas a ele atribuído.

15.3. Apresentar, em até 15 (quinze) dias da data de assinatura deste contrato, a garantia de execução de contrato - modalidade fiança bancária no valor de R\$34.500,081 (trinta e quatro mil quinhentos reais e oitenta e um centavos), de acordo com o item 15.2 do Processo Licitatório nº 267/2014 - Edital de Tomada de Preços nº 027/2014-10430, com validade até 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

15.3.1. A CONTRATADA se comprometerá a aumentar a garantia prestada, em virtude do reajustamento e/ou revisão dos valores providos pela Administração.

15.3.2. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Sem que a ela se limite sua responsabilidade, será a CONTRATANTE responsável por:

16.1. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento das obras;

16.1.2. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste contrato;

16.1.3. Garantir à CONTRATADA a fidelidade das informações e acesso à documentação técnica para que os serviços se desenvolvessem sem percalços e no prazo acordado;

16.1.4. Apresentação da Comissão de Fiscalização das Obras, com a devida credencial de identificação. Comissão essa, que poderá ser modificada a critério da CONTRATANTE.

16.1.5. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. São obrigações da CONTRATADA sem que a elas se limitem:

17.1.1. Respeitar todas as Leis e as Normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do Município de Indaial, bem como todas as normas de execução propostas pela ABNT;

17.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, dentro de prazos viáveis, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções encontrados nas obras decorrentes dos serviços efetuados;

17.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

17.1.4. Comunicar à CONTRATANTE, o engenheiro preposto que representará a CONTRATADA na execução do contrato, na data da Ordem de Início dos Serviços;

17.1.5. Fornecer a pedido da CONTRATANTE, solução técnica alternativa, desde que tecnicamente similar ou superior a solução anteriormente proposta;

17.1.6. Responsabilizar-se pelo controle de qualidade dos serviços e dos materiais que fornecer para serem utilizados na obra, apresentando o resumo dos ensaios de controle tecnológico, dos serviços de engenharia, sujeitos a controle laboratorial, executados pela CONTRATADA, durante o período da medição.

17.1.7. Permitir e facilitar a inspeção ao local das obras, pela fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados, pelos técnicos da CONTRATANTE, entre ela, dos ensaios propriamente ditos, citados no item anterior.

17.1.8. Elaboração e disponibilização do Diário de Obra, devidamente assinado pelo responsável preposto pela CONTRATADA e com discriminação de todas as ocorrências da obra para o acompanhamento de sua execução, que deverá ser entregue à Comissão de Fiscalização.

17.1.9. Quitação de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

17.1.10. Acatar solicitação da CONTRATANTE de afastamento e/ou dispensa de empregado e/ou equipamentos cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

17.1.10.1. Constituem motivos para afastamento e/ou dispensa de empregado, os constantes no art. 482 da Lei Federal nº 5.452/43.

17.1.11. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

17.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 267/2014 - Edital de Tomada de Preços nº 027/2014-10430.

17.1.13. Responsabilizar-se pela guarda e manutenção das obras, equipamentos e materiais até o recebimento definitivo pela CONTRATANTE.

17.1.14. Assegurar a realização das obras conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: ALTERAÇÃO CONTRATUAL

18.1. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

18.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

18.1.2. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

18.1.3. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

18.1.4. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

18.1.5. Possíveis supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes;

18.1.6. Para restabelecer a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma da Cláusula Nona do presente contrato.

18.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes serão pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA: RESCISÃO CONTRATUAL

19.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

19.1.1. Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata, falência, protesto, recuperação judicial, concurso de credores, transformações, cisões ou fusões;

19.1.2. Caso o contrato venha a ser objeto de qualquer espécie

de transações, tais como transferências, cauções ou outras sem a prévia autorização da CONTRATANTE;

19.1.3. Caso a obra não seja concluída 30 (trinta) dias após o prazo contratual, injustificadamente;

19.1.4. Paralisações dos serviços, atraso na execução das obras ou conclusão fora do prazo previsto;

19.1.5. Imperícia, negligência, imprudência, ou desídia na observância das condições técnicas estabelecidas no contrato e seus anexos, ou na execução das obras.

19.1.6. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

19.1.7. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

19.1.8. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

19.1.9. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

19.1.10. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

19.1.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

19.1.12. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

19.1.13. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

19.1.14. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

19.1.15. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

19.1.16. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

19.1.17. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

19.1.18. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 20.5 do presente contrato.

19.2. A rescisão do contrato poderá ser:



19.2.1.Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos previstos nos itens 19.1.1 à 19.1.14 e 19.1.16 à 19.1.18.

19.2.2.Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

19.2.3.Judicial, nos termos da legislação;

19.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

19.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 19.1.9 à 19.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

19.5. Rescindido o Contrato, tem a CONTRATADA o prazo de 10 (dez) dias, a contar do acerto final de contas, para se retirar do local das obras e deixá-lo inteiramente desimpedido.

19.6. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS SANÇÕES

20.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas, ou notificação prévia para a correção de erros.

20.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,1% (um décimo percentual) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

b) - No valor de 1% (um por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências.

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Sétima, desde que não previstos em outras cláusulas.

d) - No valor de 2,5% (dois por cento e cinco décimos) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto sem autorização expressa da CONTRATANTE, ou fora dos padrões da ABNT;

e) - No valor de 3% (três por cento) do valor do contrato por inobservância do item 6.2 do presente contrato.

f) - No valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

g) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono do canteiro de obras sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE.

i) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

20.1.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo

de 02 (dois) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "g" à "i" do item 20.1.2, e item 20.1.4.

20.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas forem iguais ou superior à 10% (dez por cento) do valor do contrato;

b) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

d) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

20.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

20.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

21.2. Fica acordado que, conforme previsão legal, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da CONTRATADA.

21.3. A CONTRATADA responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança da obra/serviço, assim em razão dos materiais, como do solo, conforme dispõe o art. 618 do Código Civil Brasileiro.

21.4. A responsabilidade técnica pela execução dos serviços objeto deste contrato, será(ão) do(s) profissional(is) indicado(s) como qualificação técnica na licitação.

21.5. Passam a integrar o presente Contrato, independente de transcrição, planilha orçamentária da proposta de preços da CONTRATADA, do Processo Licitatório nº 267/2014 - Edital de Tomada de Preços nº 027/2014-10430.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO -

22.1. As partes elegem, em comum acordo, o Foro da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

23.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;  
b) - Lei Orgânica do Município de Indaial;

c) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;  
 d) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;  
 e) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;  
 f) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;  
 g) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;  
 h) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;  
 i) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal;  
 j) - Normas Técnicas para Obras e Serviços de Engenharia da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;  
 k) - Lei Federal nº 5.194/66. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo;  
 l) - Lei Federal nº 12.378/10. Regula o exercício de Arquitetura e Urbanismo, cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo no Brasil;  
 e,  
 m) - Lei Federal nº 6.496/77. Institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: AS PARTES

24.1. E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 05 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA Antonio Dorival Roncaglio Contratada

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome Legível: \_\_\_\_\_  
 CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome Legível: \_\_\_\_\_  
 CPF.: \_\_\_\_\_

#### CONTRATO Nº 039/2015

CONTRATO Nº 039/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA - ME, NA FORMA ABAIXO.

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE OBRAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo,

brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.483.817-32, com sede na rua General Osório, nº 2.600, fundos, bairro Velha, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Antonio Dorival Roncaglio, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 445.259.319/49 e Cédula de Identidade nº 829.883-SSP-SC, residente à Rua General Osório, nº 2.600, bairro Velha, cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente contrato se regula pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, tendo em vista a adjudicação e homologação do resultado, bem como aos termos da proposta que apresentou, no Processo Licitatório nº 256/2014 - Edital de Tomada de Preços nº 024/2014-10430.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DO OBJETO

3.1. Constitui-se como objeto do presente contrato, a execução de terraplenagem, complementação de drenagem pluvial, e pavimentação em blocos de concreto intertravados da Rua Luigi Panini, com extensão de 320,00 metros (início: interseção com a Rua Mal. Floriano Peixoto - estaca 0+0,00 PP; término: defronte à E.B.M. Profa. Ana Lúcia Hiendlmayer - estaca 16+0,00 PF), conforme anexos VI, VII e VIII do edital mencionado na Cláusula Primeira.

3.1.1. Execução do Contrato de Repasse no 783091/2013/Ministério das Cidades/Caixa - Processo no 2622.1003992-13/2013.

3.1.2. A CONTRATADA fornecerá toda a mão-de-obra e os materiais necessários para a execução da obra, de acordo com os projetos da mesma.

3.2. A obra será executada na Rua Luigi Panini - Bairro Estrada das Areias - CEP: 89130-000, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA QUARTA: EXECUÇÃO DA OBRA/SERVIÇOS

4.1. Para todos os efeitos a CONTRATADA será a responsável pela execução do contrato de acordo com as disposições nas legislações afins.

4.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

4.2.1. Eventuais divergências nas especificações e/ou anexos deverão ser resolvidas pela fiscalização da CONTRATANTE.

4.3. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa

ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

4.4. A CONTRATANTE se reserva no direito de fornecer qualquer tipo de material, equipamento ou executar em parte ou no todo qualquer serviço inerente a obra, desde que esta não esteja prevista na planilha de preços da proposta da CONTRATADA.

4.5. A CONTRATADA será responsável pelo controle e manutenção do tráfego de veículos nos locais das obras, bem como pela sinalização dos mesmos tanto no período diurno quanto noturno. Sendo que se algum acidente ocorrer em virtude de falha na sinalização a CONTRATADA será a responsável para todos os efeitos.

4.6. A CONTRATADA terá que respeitar todas as Leis e Normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do Município de Indaial, bem como todas as normas de execução propostas pela ABNT.

4.7. Constatado qualquer erro ou imperícia na execução, será de responsabilidade da CONTRATADA a correção, revisão e/ou nova execução das partes impugnadas.

4.8. A CONTRATADA se obriga a executar eventuais serviços não constantes deste contrato, mas considerados essenciais ao desenvolvimento dos serviços, sem, no entanto, modificar e/ou descaracterizar o objeto do contrato. Estes serviços serão pagos através de orçamento elaborado pela CONTRATADA após aprovação pela CONTRATANTE, antes do início destes serviços.

4.9. Quando for entregue a obra, a CONTRATADA terá que realizar a limpeza total do canteiro de obras.

#### CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo do presente contrato é de 05 de março de 2015 até 02 de julho de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

5.1.1. A assinatura da ordem de serviços ocorrerá em até 30 (trinta) dias, justificadamente podendo ser prorrogado por igual período, contados a partir da data de assinatura do contrato.

5.2. Ocorrendo impedimento ou paralisação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente, por Termo Aditivo, por igual tempo ao que ficou paralisado.

#### CLÁUSULA SEXTA: SUBCONTRATAÇÃO DA OBRA

6.1. A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

6.2. Os serviços de subempreitada somente serão admissíveis após consulta e consentimento expresso da CONTRATANTE, respeitando os limites do presente contrato.

6.3. É terminantemente proibida a subcontratação da obra e/ou serviços dela resultantes da parcela de maior relevância exigida como qualificação técnica.

6.4. A empresa SUBCONTRATADA deverá submeter-se, obrigatoriamente, à todas as qualificações habilitatórias da CONTRATADA, constantes no item 07 do edital originário do presente contrato.

6.5. Em qualquer caso, a CONTRATADA assume para todos os

efeitos, a responsabilidade direta e integral pela execução das obras ou serviços de obrigação da SUBCONTRATADA.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$484.410,05 (quatrocentos e oitenta e quatro mil quatrocentos e dez reais e cinco centavos), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

7.1.1. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução das obras, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa das obras, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA: FORMA DE PAGAMENTO

8.1. Os pagamentos serão mensais. A cada 30 (trinta) dias, a CONTRATANTE realizará a medição dos serviços efetivamente realizados no período, atestando a execução dos mesmos. Findo o período, a medição será realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos.

8.1.1. A CONTRATADA deverá apresentar até o 2º (segundo) dia corrido da aprovação da medição, nota fiscal-fatura correspondente aos valores dos serviços executados à preços unitários do contrato.

8.1.2. Estes pagamentos decorrentes dos serviços realmente executados serão efetuados no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data de apresentação da fatura, desde que compatível com a medição realizada pela CONTRATANTE.

8.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

8.3. Para recebimento dos pagamentos a CONTRATADA terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia das guias de pagamento do INSS e FGTS relativos aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

8.4. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

8.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

8.6. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco SICOOB  
Agência 3269-0  
Conta 51.768-2

**CLÁUSULA NONA: REAJUSTE DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO**

9.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

**9.1.1. REAJUSTE DE PREÇOS:**

9.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo INCC - Índice Nacional de Custos da Construção, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da data de realização do orçamento básico do edital que originou o presente contrato, de acordo com o art. 3º, § 1º da Lei Federal nº 10.192/01.

**9.1.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

9.1.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração do fornecimento do produto/equipamento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA: RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

10.1. As despesas provenientes do presente contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015:

- 23.01.015.451.023.1379.449051980000.01000000 - Recurso Próprio
- 23.01.015.451.023.1379.449051980000.01245462 - União/Luigi Panini/Leandro Uller

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: ADITIVOS**

11.1. Tendo em vista o critério do regime de contrato, empreitada pelo preço unitário, serão admitidos Termos Aditivos para alteração das quantidades utilizadas, de acordo com as medições realizadas, dos materiais efetivamente utilizados.

11.1.1. Ocorrendo a alteração do projeto, será avaliada pela Fiscalização e o Preposto responsável pela medição das obras e serviços a necessidade de alteração do valor da obra e/ou serviços.

11.2. Termos Aditivos para alteração do cronograma da obra serão efetuados de acordo com o item 5.2 do presente contrato e a legislação correlata.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: AS BUILT**

12.1. No caso do projeto sofrer alterações, a CONTRATADA deverá apresentar, à suas expensas, um novo catálogo de projetos durante a construção da obra, que retrate a forma exata de como foi construído ou reformado o objeto contratado.

12.1.1. O novo catálogo de projetos deverá ser apresentado em mídia magnética (CD ou DVD) e impresso em, pelo menos, 01 (uma) via.

12.2. O projeto deverá ser elaborado pelo responsável técnico indicado pela CONTRATADA, ou outro com capacidade técnica comprovadamente equivalente, e que integre o seu quadro de profissionais, desde que aprovado pela Administração, e que deverá emitir a ART devidamente registrada no CREA/SC.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO**

13.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos à mais ampla e irrestrita fiscalização da CONTRATANTE, a qualquer hora, em toda a área abrangida pelo canteiro, por seus representantes devidamente credenciados.

13.2. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, com profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo das obras e serviços, assim como o acompanhamento do desenvolvimento da execução.

13.3. À fiscalização compete:

13.3.1. O encaminhamento e controle da execução das obras e serviços, as avaliações e medições dos serviços, até a sua conclusão, observadas todas as condições expressas nos documentos que compõe o contrato;

13.3.2. Proceder as medições com a presença e a participação da CONTRATADA, cabendo a esta encaminhar à CONTRATANTE os respectivos faturamentos nos prazos previstos;

13.4. Constatada a inoperância, desleixo, incapacidade ou ato desabonador, praticado pela CONTRATADA, ou seu representante ou de seus subcontratados, a CONTRATANTE poderá recomendar o afastamento e/ou realocação do preposto ou de qualquer empregado, bem como de subcontratados.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECEBIMENTO DA OBRA**

14.1. Na data em que considerar concluídos os serviços, a CONTRATADA notificará a CONTRATANTE que vistoriará as obras e, verificando plena conformidade com os projetos, plantas, detalhes e especificações aprovadas para execução, bem como limpeza da obra, lavrará, no prazo de 15 (quinze) dias, o Termo de Aceitação Provisória, assinado também pela CONTRATADA.

14.1.1. Os trabalhos que conforme critério do edital não apresentarem as condições estabelecidas, mas cujas desconformidades sejam de pequena monta, serão rejeitados, sem prejuízo da Aceitação Provisória, que conterà a ressalva, cabendo a CONTRATADA todos os ônus e encargos da reparação que deverá se efetivar dentro do prazo de observação de 20 (vinte) dias corridos.

14.1.2. No caso da não aceitação provisória, a CONTRATADA deverá tomar todas as providências para sanar os problemas que determinaram a não aceitação, no prazo a ser fixado pela CONTRATANTE, sem prejuízo de aplicação, pela CONTRATANTE, das penalidades previstas nas disposições contratuais que lhe forem aplicáveis.

14.1.3. Não sendo realizadas, na sua totalidade, as reparações exigidas pela CONTRATANTE, esta poderá ingressar em juízo com a competente ação de perdas e danos, sem prejuízo das multas estabelecidas neste contrato e seus anexos.

14.2. Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação das obras, a CONTRATADA poderá requerer a Aceitação Definitiva das mesmas.

14.3. A Aceitação Definitiva só será concedida quando a obra estiver totalmente concluída, após vistoria que a comprove, ocasião em que será lavrado e assinado o Termo de Aceitação e Recebimento Definitivo, com mútua e geral quitação.

14.4. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.



**CLÁUSULA QUINTA: EXECUÇÃO DO CONTRATO**

15.1. A CONTRATADA terá que apresentar no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, ou junto com a primeira fatura, os seguintes elementos:

15.1.1. Registro do contrato junto ao CREA e/ou CAU, bem como cópia da ART de execução;

15.1.1.1. Caso a empresa seja sediada em outro Estado é necessário o visto do CREA/SC e a quitação da anuidade do corrente exercício no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

15.1.2. Registro do Cadastro Específico do INSS - CEI; e,

15.1.3. Relação com os nomes e registros dos profissionais responsáveis pela execução das obras.

15.2. A CONTRATADA deverá apresentar durante a realização das obras, sempre que for solicitada, regularidade fiscal com todos os tributos e taxas a ele atribuído.

15.3. Apresentar, em até 15 (quinze) dias da data de assinatura deste contrato, a garantia de execução de contrato - modalidade fiança bancária no valor no valor de R\$24.220,50 (vinte e quatro mil duzentos e vinte reais e cinquenta centavos), de acordo com o item 15.2 do Processo Licitatório nº 256/2014 - Edital de Tomada de Preços nº 024/2014-10430, com validade até 03 (três) meses após o término da vigência contratual.

15.3.1. A CONTRATADA se comprometerá a aumentar a garantia prestada, em virtude do reajustamento e/ou revisão dos valores providos pela Administração.

15.3.2. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

16.1. Sem que a ela se limite sua responsabilidade, será a CONTRATANTE responsável por:

16.1.1. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento das obras;

16.1.2. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste contrato;

16.1.3. Garantir à CONTRATADA a fidelidade das informações e acesso à documentação técnica para que os serviços se desenvolvessem sem percalços e no prazo acordado;

16.1.4. Apresentação da Comissão de Fiscalização das Obras, com a devida credencial de identificação. Comissão essa, que poderá ser modificada a critério da CONTRATANTE.

16.1.5. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes neste contrato e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

17.1. São obrigações da CONTRATADA sem que a elas se limitem:

17.1.1. Respeitar todas as Leis e as Normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do Município de Indaial, bem como todas as normas de execução propostas pela ABNT;

17.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, dentro de prazos viáveis, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções encontrados nas obras decorrentes dos serviços efetuados;

17.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

17.1.4. Comunicar à CONTRATANTE, o engenheiro preposto que representará a CONTRATADA na execução do contrato, na data da Ordem de Início dos Serviços;

17.1.5. Fornecer a pedido da CONTRATANTE, solução técnica alternativa, desde que tecnicamente similar ou superior a solução anteriormente proposta;

17.1.6. Responsabilizar-se pelo controle de qualidade dos serviços e dos materiais que fornecer para serem utilizados na obra, apresentando o resumo dos ensaios de controle tecnológico, dos serviços de engenharia, sujeitos a controle laboratorial, executados pela CONTRATADA, durante o período da medição.

17.1.7. Permitir e facilitar a inspeção ao local das obras, pela fiscalização, em qualquer dia e hora, devendo prestar as informações e esclarecimentos solicitados, pelos técnicos da CONTRATANTE, entre ela, dos ensaios propriamente ditos, citados no item anterior.

17.1.8. Elaboração e disponibilização do Diário de Obra, devidamente assinado pelo responsável preposto pela CONTRATADA e com discriminação de todas as ocorrências da obra para o acompanhamento de sua execução, que deverá ser entregue à Comissão de Fiscalização.

17.1.9. Quitação de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

17.1.10. Acatar solicitação da CONTRATANTE de afastamento e/ou dispensa de empregado e/ou equipamentos cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

17.1.10.1. Constituem motivos para afastamento e/ou dispensa de empregado, os constantes no art. 482 da Lei Federal nº 5.452/43.

17.1.11. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

17.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 256/2014 - Edital de Tomada de Preços nº 024/2014-10430.

17.1.13. Responsabilizar-se pela guarda e manutenção das obras, equipamentos e materiais até o recebimento definitivo pela CONTRATANTE.

17.1.14. Assegurar a realização das obras conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

18.1. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

18.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das

especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

18.1.2. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;

18.1.3. Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

18.1.4. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

18.1.5. Possíveis supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes;

18.1.6. Para restabelecer a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma da Cláusula Nona do presente contrato.

18.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes serão pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA: RESCISÃO CONTRATUAL

19.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

19.1.1. Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata, falência, protesto, recuperação judicial, concurso de credores, transformações, cisões ou fusões;

19.1.2. Caso o contrato venha a ser objeto de qualquer espécie de transações, tais como transferências, cauções ou outras sem a prévia autorização da CONTRATANTE;

19.1.3. Caso a obra não seja concluída 30 (trinta) dias após o prazo contratual, injustificadamente;

19.1.4. Paralisações dos serviços, atraso na execução das obras ou conclusão fora do prazo previsto;

19.1.5. Imperícia, negligência, imprudência, ou desídia na observância das condições técnicas estabelecidas no contrato e seus anexos, ou na execução das obras.

19.1.6. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

19.1.7. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

19.1.8. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

19.1.9. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

19.1.10. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

19.1.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

19.1.12. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

19.1.13. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

19.1.14. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

19.1.15. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

19.1.16. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

19.1.17. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

19.1.18. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 20.5 do presente contrato.

19.2. A rescisão do contrato poderá ser:

19.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos previstos nos itens 19.1.1 à 19.1.14 e 19.1.16 à 19.1.18.

19.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

19.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

19.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

19.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 19.1.9 à 19.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

19.5. Rescindido o Contrato, tem a CONTRATADA o prazo de 10 (dez) dias, a contar do acerto final de contas, para se retirar do local das obras e deixá-lo inteiramente desimpedido.

19.6. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS SANÇÕES**

20.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.1.1. Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas, ou notificação prévia para a correção de erros.

20.1.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

a) - No valor de 0,1% (um décimo percentual) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

b) - No valor de 1% (um por cento) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências.

c) - No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Sétima, desde que não previstos em outras cláusulas.

d) - No valor de 2,5% (dois por cento e cinco décimos) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto sem autorização expressa da CONTRATANTE, ou fora dos padrões da ABNT;

e) - No valor de 3% (três por cento) do valor do contrato por inobservância do item 6.2 do presente contrato.

f) - No valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

g) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

h) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono do canteiro de obras sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE.

i) - No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

20.1.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "g" à "i" do item 20.1.2, e item 20.1.4.

20.1.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) - Se o valor acumulado das multas forem iguais ou superior à 10% (dez por cento) do valor do contrato;

b) - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c) - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

d) - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.2. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

20.3. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

20.4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

21.2. Fica acordado que, conforme previsão legal, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da CONTRATADA.

21.3. A CONTRATADA responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança da obra/serviço, assim em razão dos materiais, como do solo, conforme dispõe o art. 618 do Código Civil Brasileiro.

21.4. A responsabilidade técnica pela execução dos serviços objeto deste contrato, será(ão) do(s) profissional(is) indicado(s) como qualificação técnica na licitação.

21.5. Passam a integrar o presente Contrato, independente de transcrição, planilha orçamentária da proposta de preços da CONTRATADA, do Processo Licitatório nº 256/2014 - Edital de Tomada de Preços nº 024/2014-10430.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO -**

22.1. As partes elegem, em comum acordo, o Foro da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

23.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal;
- j) - Normas Técnicas para Obras e Serviços de Engenharia da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;
- k) - Lei Federal nº 5.194/66. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo;
- l) - Lei Federal nº 12.378/10. Regula o exercício de Arquitetura e Urbanismo, cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo no Brasil;
- e,
- m) - Lei Federal nº 6.496/77. Institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: AS PARTES**

24.1. E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 05 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	TERRAPLENAGEM ÁGUA VERDE LTDA Antonio Dorival Roncaglio Contratada

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

### **TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 023/2015**

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 023/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, MOSER COMÉRCIO DE DIVISÓRIAS E FORRO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 81.868.358/0001-32, com sede na Rua Austria, nº 1.724, Galpão, bairro das Nações, na cidade de Timbó - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Charles Moser, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF sob nº 511.693.209-53 e Cédula de Identidade nº 3/R.1.247.755, residente e domiciliado na Rua Birmania, nº 141, bairro das Nações, na cidade de Timbó - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto à aquisição e instalação de divisórias modulares, passa vigorar da seguinte forma:

#### **CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS**

8.1. O prazo do presente Contrato é de 03 de março de 2015 até 16 de abril de 2015.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 03 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	MOSER COMÉRCIO DE DIVISÓRIAS E FORRO LTDA Charles Moser Contratada

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

### **TERMO ADITIVO Nº 002 DO CONTRATO Nº 046/2014**

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 046/2014

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 19.354.317/0001-54, estabelecida à Rua Professor Francisco Bodenmuller, nº 100, Bairro Centro, na cidade de Brusque - Estado de Santa Catarina, neste ato representada por sua representante legal Sra. Maria de Lourdes Dalago, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF sob nº 506.988.699-15 e Cédula de Identidade nº 1.119.361-1-SESP/SC, residente à Rua ST 007, nº 50, Bairro Santa Terezinha, na cidade de Brusque - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, através do Processo Licitatório nº 026/2014 - Termo de Inexigibilidade nº 002/2014 - 18201 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, celebrar o presente Termo Aditivo ao contrato, o qual reger-se-á pelas condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Primeiramente, cumpre esclarecer que, a Comunicação Interna nº 095/2015 é um complemento da Comunicação Interna nº



027/2015, no tocante a soma de valores. Como bem enfatizou o Gestor de Contratos, in verbis: "Tendo em vista o erro de cálculo apresentado na comunicação interna 027/2015, estamos encaminhando a presente comunicação solicitando errata ao abaixo exposto:"

Isto porque, o Termo Aditivo nº 001 do respectivo Contrato, já foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM. Razão pela qual, restou necessário a confecção do presente Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quarta, item 4.1, do contrato original que tem como objeto a contratação de 03 (três) vagas para adultos para os acolhimentos da Sra. Simone Malkowski, Sra. Neiva Maria da Silva e Sr. Antônio Cacemiro de Amorim, que necessitam de proteção integral por encontrar-se com seus direitos violados, vínculos familiares rompidos, de acordo com laudo de Assistente Social, passa a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

4.1. O preço unitário (mensal/vaga) contratado é de R\$3.380,00 (três mil trezentos e oitenta reais), e descontado o valor de 100% do BPC, sendo de responsabilidade do Fundo Municipal de Assistência Social, o valor de R\$2.592,00 (dois mil quinhentos e noventa e dois reais), perfazendo o valor total mensal de R\$7.776,00 (sete mil, setecentos e setenta e seis reais), o valor total anual de R\$93.312,00 (noventa e três mil, trezentos e doze reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial (SC), 03 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI Maria de Lourdes Dalago Contratada
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretária Municipal	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

### TERMO ADITIVO Nº 003 DO CONTRATO Nº 053/2014

#### TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 053/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.160.936/0001-91, com sede na rua Cel. Feddersen, nº 2.781, sala 01, bairro Vila Mariana, na cidade de Taió - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Nelson Nazareno de Lima, brasileiro, gerente, inscrito no CPF sob nº 777.735.359/49 e Cédula de Identidade nº 2261233 SSP/SC, residente na Rua Santana, nº 660, bairro João Paulo II, na cidade de Indaial - Estado Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava, item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação de empresa para a terceirização de serviços de Servente (limpeza para asseio e conservação), Merendeira (artifice de copa e cozinha), e Zelador, passa vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

8.1. O prazo deste Contrato é 02 de março de 2015 até 02 de março de 2016, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 03 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA Nelson Nazareno de Lima Contratada
PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal

Testemunhas:

Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 003 DO CONTRATO Nº 071/2013**  
TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 071/2013

Pelo presente Termo Aditivo que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, JOSÉ CESLAU FRAGA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.177.816/0001-12, com sede na Avenida Manoel Simão, nº 130, Sala 01 A, bairro das Nações, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. José Ceslau Fraga, brasileiro, casado, farmacêutico, inscrito no CPF sob nº 220.459.539-04 e Cédula de Identidade nº 132.350-4 SSP/SC, residente e domiciliado na rua José Odorizzi, nº 60, bairro Centro, na cidade de Rio dos Cedros - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e, solicitação em anexo, a cláusula sétima item 7.1, do contrato original, que tem como objeto o credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços de procedimentos e exames laboratoriais, a fim de apoiar as atividades operacionais da Secretaria de Saúde ao atendimento aos pacientes, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO:**

7.1. O prazo deste Contrato será de 20 de março de 2015 a 20 de março de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, em 04 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Enilson Erley de Freitas Secretário de Saúde
JOSÉ CESLAU FRAGA LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA - ME José Ceslau Fraga Contratada	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 005 DO CONTRATO Nº 016/2012**  
TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO 016/2012

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0003-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE; e, SISTEMÁFOS ENGENHARIA DE TRÁFEGO E TRANSPORTE, inscrito no CNPJ sob nº 06.040.804/0001-09, com sede na Rua Morato Coelho, nº 1.430, apto 51, bairro Pinheiros, CEP 05417-002, na cidade de São Paulo - Estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Wagner Bonetti Junior, inscrito no C.P.F. sob nº 028.231.408-72, e R.G. sob nº 5.231.324-2, residente e domiciliado na Rua Morato Coelho, nº 1.430, apto 51, bairro Pinheiros, CEP 05417-002, na cidade de São Paulo - Estado de São Paulo, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, a cláusula quarta, item 4.1, do contrato original, que tem como objeto os serviços de engenharia de trânsito e transportes na forma de consultoria especializada, passam a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO:**

4.1. O valor total do presente contrato passa a ser R\$37.419,92 (trinta e sete mil, quatrocentos e dezenove reais e noventa e dois centavos), subdivididos em 08 (oito) parcelas fixas de R\$4.677,49 (quatro mil, seiscentos e setenta e sete reais e quarenta e nove centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial, 02 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal	SISTEMÁFOROS ENGENHARIA DE TRÁFEGO E TRANSPORTE Wagner Bonetti Junior Contratada
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal	PROCURADORIA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

### **TERMO ADITIVO Nº 005 DO CONTRATO Nº 318/2010** TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 318/2010

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - GABINETE DO PREFEITO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE OBRAS - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - FUNDO MUNICIPAL DE EQUIPAMENTO E MELHORIA DA PM/SC - INDAIAL - FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - DEMUTTIN - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 92.821.701/0046-01, com sede na rua Bahia, nº 2.291, bairro Salto, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seus Representantes Legais, Srs. Adriano Araldi, Gerente Executivo, inscrito no CPF sob nº 848.925.529-68, e Altair Braatz, Gerente Administrativo-Financeiro, inscrito no CPF sob nº 624.463.209-53, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula sétima, item 7.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação de serviço de divulgação, em jornais de ampla circulação diária regional, estadual e nacional, de avisos, editais e decisões relativas a licitação, contrato e processo seletivo, passa a vigorar da seguinte forma:

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:**

7.1. O prazo deste Contrato será de 10 de março de 2015 a 08 de novembro de 2015, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo de contrato passa a fazer parte do original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 05 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A. Adriano Araldi Contratada
RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A. Altair Braatz Contratada	FUNDO MUNICIPAL DE EQUIP. MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE INDAIAL/SC Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antônio Ferrari Secretário Municipal	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Remir José de Faveri Secretário Municipal	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO Marcelo Lanznaster Secretário Municipal
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jânio Vilson de Aviz Secretário Municipal	GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES Ademir Packer Presidente Fundação
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE Enilson Erley de Freitas Secretário Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO FMT/DEMUTTIN Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215 Procuradora Geral	

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 005 DO CONTRATO Nº 319/2010**  
TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 319/2010

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - GABINETE DO PREFEITO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE OBRAS - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - FUNDO MUNICIPAL DE EQUIPAMENTO E MELHORIA DA PM/SC - INDAIAL - FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - DEMUTTIN - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A. Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 92.821.701/0046-01, com sede na rua Bahia, nº 2.291, bairro Salto, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seus Representantes Legais, Srs. Adriano Araldi, Gerente Executivo, inscrito no CPF sob nº 848.925.529-68, e Altair Braatz, Gerente Administrativo-Financeiro, inscrito no CPF sob nº 624.463.209-53, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações e solicitação em anexo, a cláusula sétima, item 7.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação de serviço de divulgação, em jornais de ampla circulação diária regional, estadual e nacional, de avisos, editais e decisões relativas a licitação, contrato e processo seletivo, passam a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:**

7.1. O prazo deste Contrato será de 10 de março de 2015 a 08 de novembro de 2015, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo de contrato passa a fazer parte do original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 05 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A. Adriano Araldi Contratada
---	---

RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A. Altair Braatz Contratada	FUNDO MUNICIPAL DE EQUIP. MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE INDAIAL/SC Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antônio Ferrari Secretário Municipal	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Remir José de Faveri Secretário Municipal	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO Marcelo Lanznaster Secretário Municipal
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jânio Wilson de Aviz Secretário Municipal	GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES Ademir Packer Presidente Fundação
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE Enilson Erley de Freitas Secretário Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO FMT/DEMUTTIN Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215 Procuradora Geral	

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_



**Ipumirim****PREFEITURA****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.8.9734 DE 06 DE MARÇO DE 2015/PM**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO 8/2015

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2015, do PROCESSO Nº 8/2015, homologado aos 06 de março de 2015, cujo objeto é: aquisição de mudas de flores com entrega parcelada, destinado as atividades da Secretaria Municipal de Urbanismo, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2015.8.9734 de 06 de março de 2015

FORNECEDOR: FLORES DA ESTAÇÃO EIRELI-ME, situada na ESTRADA GERAL PRESIDENTE KENNEDY, S/N, município de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 20.872.154/0001-80 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 257.434.640, representado pelo Senhor JAIR GODIENSKI, CPF:715.256.450-72.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	mudas de flores para jardim embaladas em bandeja	UN	30.000,00		0,50	15.000,00
2	Mudas de flores embaladas em bandeja plástica	UN	40.000,00		0,12	4.800,00
Valor Total Registrado					19.800,00	

A atas retrocitada possui vigência de 12 (doze) meses.

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 18/2015,PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2015/PM**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 18/2015

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 09:00:00 horas do dia 20/03/2015, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 20/03/2015. Objeto da licitação: Contratação de serviço de transporte escolar para os alunos da Educação Básica do Município, transporte dos Idosos e portadores de necessidades especiais beneficiados pela Lei M. 852/91, transporte dos Professores e alunos matriculados em atividades complementares no turno contrário do horário normal de aula, da rede publica de ensino e Agentes Comunitárias de Saúde do Município de Ipumirim, com vigência a partir de 2015, prorrogável por um período total Maximo de até 60 meses,sendo que cada prorrogação não poderá ultrapassar 12 meses. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 06/03/2015

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL 8, PP 2-2015/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  <b>CNPJ: 82.814.575/0001-02</b> <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 2/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 8/2015</b> <b>Data do Processo: 19/02/2015</b>
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

aquisição de mudas de flores com entrega parcelada, destinado as atividades da Secretaria Municipal de Urbanismo.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 2/2015 (Sequência: 2)**

Ao(s) 5 de Março de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 8/2015, Licitação nº 2/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio, designada pelo Decreto nº 1644/2009, deu abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentou-se para participar do certame a empresa FLORES DA ESTAÇÃO EIRELI-ME. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que o representante apresentasse a documentação comprobatória de posse de poderes para representar sua empresa e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez a Srª JAIR GODIENSKI, sócio proprietário da empresa FLORES DA ESTAÇÃO EIRELI-ME. A empresa acima transcrita se credencia como Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, a empresa apresentou a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro e o representante legal da licitante presente. Na análise da proposta constatou-se que a empresa apresentou a proposta conforme exigências do presente Edital, estando habilitada para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, sendo que a licitante presente não manifestou interesse na redução dos preços mantendo os valores da proposta inicial, por estar dentro dos limites fixados no Edital, foi classificada. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro e o representante legal da licitante. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme o presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelo participante presente, a parte não manifestou qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro e o representante legal da empresa presente ao final da sessão.

**Participante: 9734 - FLORES DA ESTAÇÃO EIRELI-ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	mudas de flores para jardim embaladas em bandeja plasticas, pronta para plantio com no minimo de 15 a 20cm de altura, nas seguintes espécies - boca de leão, amor perfeito, mini amor perfeito, petunia, cravina, tagetes, tagetão, salvia, toreneia e vinca.	UN	30.000,00		0,0000	0,50	15.000,00
2	Mudas de flores embaladas em bandeja plastica, para replante em bandejas com no minimo 03 a 05 cm de altura, nas seguintes espécies - - boca de leão, amor perfeito, mini amor perfeito, petunia, cravina, tagetes, tagetão, salvia, toreneia e vinca.	UN	40.000,00		0,0000	0,12	4.800,00

**Total do Participante ----->** 19.800,00

**Total Geral ----->** 19.800,00

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 2/2015 - PR</b>
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 8/2015 Data do Processo: 19/02/2015
Folha: 2/2	

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Ipumirim, 5 de Março de 2015

**COMISSÃO:**

LAUDECIR FRANCIO - ..... - Pregoeiro(a)  
JUCILENE GOLDONI CALIARI - ..... - Equipe de Apoio

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 8, PP 2-2015/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 2/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 8/2015 Data do Processo: 19/02/2015
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 8/2015  
b ) Licitação Nr.: 2/2015-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 06/03/2015  
e ) Objeto da Licitação aquisição de mudas de flores com entrega parcelada, destinado as atividades da Secretaria Municipal de Urbanismo.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**FLORES DA ESTAÇÃO EIRELI-ME (9734)**

1 mudas de flores para jardim embaladas em bandeja plasticas, pronta para plantio com no minimo de 15 a 20cm de altura, nas seguintes espécies - boca de leão, amor perfeito, mini amor perfeito, petunia, cravina, tagetes, tagetão, salvia, torenea e vinca.	UN	30.000,00	0,0000	0,50	15.000,00
2 Mudas de flores embaladas em bandeja plastica, para replante em bandejas com no minimo 03 a 05 cm de altura, nas seguintes espécies - - boca de leão, amor perfeito, mini amor perfeito, petunia, cravina, tagetes, tagetão, salvia, torenea e vinca.	UN	40.000,00	0,0000	0,12	4.800,00

**Total do Fornecedor: 19.800,00**

**Total Geral: 19.800,00**

Ipumirim, 6 de Março de 2015.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL



# Irineópolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.780/2015

DECRETO N.º 2780/2015, DE 06 DE MARÇO DE 2015.  
PROMOVE TRANSFERÊNCIA/CESSÃO DE BEM MÓVEL MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 65, inciso VII, e, 87, inciso I, alínea "i", todos da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a atual disponibilidade dos veículos:

- AUTOMÓVEL MODELO TIGGO 2.0, MARCA CHERY, COR PRATA, ANO E MODELO 2011, A GASOLINA, 04 CILINDROS, 5 MARCHAS, CODIGO DO RENAVAL Nº 319299546, CHASSI Nº 9UJDB14B9BU005661, Cadastrado no Patrimônio sob o nº 8492, pertencente ao Gabinete do Prefeito;
- AUTOMÓVEL PASSAGEIRO MARCA FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, COR VERMELHA, ANO DE FABRICAÇÃO 2005, MODELO 2006, COMBUSTIVEL ALCOOL/GASOLINA, 05 PASSAGEIROS, 066 CV, CHASSI Nº 9BD15802764765604, PLACAS MEA-6538, Cadastrado no Patrimônio sob o nº 4572, pertencente ao Gabinete do Prefeito;
- MOTOCICLETA MARCA JTA/SUZUKI, MODELO EN 125 YES NACIONAL 125 CC 13HP RENAVAL 020704 ANO MODELO 2007/2008, CHASSI 8CDNF41LJ8MO94797, COR PRATA MOTOR F 466-BR 195914 A GASOLINA, Cadastrado no Patrimônio sob o nº 6058, pertencente a Secretaria Municipal da Educação.

CONSIDERANDO a inexistência de prejuízos no que se refere a adequada e eficiente prestação de serviços;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o AUTOMÓVEL MODELO TIGGO 2.0, MARCA CHERY, COR PRATA, ANO E MODELO 2011, A GASOLINA, 04 CILINDROS, 5 MARCHAS, CODIGO DO RENAVAL Nº 319299546, CHASSI Nº 9UJDB14B9BU005661, Cadastrado no Patrimônio sob o nº 8492, pertencente ao Gabinete do Prefeito; o AUTOMÓVEL PASSAGEIRO MARCA FIAT UNO MILLE FIRE FLEX, COR VERMELHA, ANO DE FABRICAÇÃO 2005, MODELO 2006, COMBUSTIVEL ALCOOL/GASOLINA, 05 PASSAGEIROS, 066 CV, CHASSI Nº 9BD15802764765604, PLACAS MEA-6538, Cadastrado no Patrimônio sob o nº 4572, pertencente ao Gabinete do Prefeito e a MOTOCICLETA MARCA JTA/SUZUKI, MODELO EN 125 YES NACIONAL 125 CC 13HP RENAVAL 020704 ANO MODELO 2007/2008, CHASSI 8CDNF41LJ8MO94797, COR PRATA MOTOR F 466-BR 195914 A GASOLINA, Cadastrado no Patrimônio sob o nº 6058, pertencente a Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º - Em virtude da transferência ora efetivada, as despesas com a manutenção do referido veículo, ficarão sob a responsabilidade da Secretaria da Saúde, inclusive seu eventual condutor.

Art.3º - Fica o Departamento de Patrimônio e Material autorizada a promover a respectiva transferência.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), em 06 de março de 2015.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### EDITAL Nº 05/2015

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2015

Secretaria Municipal de Educação

A Secretária Municipal de Educação do Município de Irineópolis, SC, torna pública, pelo presente, as normas da CHAMADA PÚBLICA para a contratação temporária de Monitores de Creche para atuar no ano de 2015.

1- Os candidatos interessados deverão dirigir-se à Secretaria Municipal de Educação do dia 09/03/2015 a 11/03/2015 das 08:30 às 11:30 hs e das 13:00 às 17:00hs.

#### 2- Vagas

Monitor de Creche	44 hs	Matutino e Vespertino	Centro de Educação Infantil Santo Antonio
-------------------	-------	-----------------------	---

#### 3 - Critérios para escolha:

##### 3.1 - Para Monitores de Creche:

- a- Licenciatura em Pedagogia
- a- Cursando Pedagogia
- b- Curso completo de Magistério.

3.3 - Havendo dois ou mais interessados na vaga com a mesma formação o primeiro critério de desempate será curso de especialização, persistindo o empate, ficará com a vaga o mais idoso.

3.4 - Havendo dois ou mais profissionais não habilitados interessados na vaga será dada a preferência ao que tiver cursando maior fase do curso de graduação, persistindo o empate ficará com a vaga o mais idoso.

3.5 - Somente poderão escolher a vaga quem tiver em mãos o Diploma da graduação e ou atestado de frequência na fase atual e ou diploma de magistério e ter a idade igual ou superior a18 (dezoito) anos.

3.6 - Os casos omissos nesse edital serão julgados pela equipe da Secretaria Municipal de Educação.

3.7 - Este edital justifica-se à necessidade urgente de profissionais na respectiva escola e devido a desistência de Monitores de Creches aprovados no concurso público Edital nº 001/2014 de 03/04/2014 da Prefeitura Municipal de Irineópolis.

3.8. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis (SC), 06 de março de 2015.

Lillian Eliane Batschauer Ferreira  
Secretária Municipal de Educação

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2015

Secretaria Municipal de Educação

#### ANEXO I

#### FICHA INSCRIÇÃO

#### DADOS PESSOAIS:

Nome:	
RG:	CPF:
Data Nasc.:	
Endereço:	Nº:
Bairro:	Cidade
Fone Resid.:	Celular:
Fone Recado:	E-mail:

**DADOS FUNCIONAIS:**

Cargo:

Formação:

Irineópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura Candidato

Carimbo e assinatura responsável pela Inscrição

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2015 - FMAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO Nº 03/2015

Contratante - Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada - Frutas e Verduras Indiana Ltda

Objeto - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MANUTENÇÃO DE ALIMENTAÇÃO (ALMOÇO) PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO GRUPO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV QUE ENCONTRAM-SE EM ANDAMENTO NA LOCALIDADE DE RIO BRANCO, NO NÚCLEO EDUCACIONAL GUILHERME BOSSOW NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS.

Valor - R\$ 4.128,50 (Quatro mil, cento e vinte e oito reais e cinquenta centavos).

Vigência - 02/02/2015 a 31/12/2015.

Base Legal - Processo Licitatório nº 02/2015 - Pregão Presencial nº 02/2015, Lei nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93 consolidada.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2015 - FMAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO Nº 04/2015

Contratante - Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada - Lech &amp; Cia Ltda.

Objeto - AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MANUTENÇÃO DE ALIMENTAÇÃO (ALMOÇO) PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO GRUPO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV QUE ENCONTRAM-SE EM ANDAMENTO NA LOCALIDADE DE RIO BRANCO, NO NÚCLEO EDUCACIONAL GUILHERME BOSSOW NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS.

Valor - R\$ 20.653,12 (vinte mil, seiscentos e cinquenta e três reais e doze centavos).

Vigência - 02/02/2015 a 31/12/2015.

Base Legal - Processo Licitatório nº 02/2015 - Pregão Presencial nº 02/2015, Lei nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93 consolidada.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA N º 076/2015**

PORTARIA N º. 076/2015.

REVOGA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 008/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar nº 007/2001, de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º REVOGAR a contar desta data, os efeitos da Portaria nº 008/2015, de 21/01/2015, que designou o servidor NELSON CARVALHO DA ROCHA, ocupante do cargo de Motorista para exercer a Função Específica de Motorista de Caminhão.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Irineópolis (SC), 02 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 077/2015**

PORTARIA N º. 077/2015.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e, amparado no que dispõe a Lei Complementar nº 056/2012 de 10/02/2012, e no Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar nº. 064/2013, de 26/02/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR MARIANE JURASZEK, nascida em 02/06/1986, portadora do CPF nº 057.613.059-17, RG. nº 4.819.448, SESP/SC, para no período de 23/02/2015 a 17/07/2015, exercer as atividades de Professora ACT (10h/sem), conforme classificação em chamada pública da Secretaria Municipal da Educação, Edital nº 003/2015, homologado em 19/02/2015 e Contrato de Trabalho Temporário nº20/2015/SME, para atuar junto as Escolas do Campo com a disciplina de Inglês.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 23/02/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 078/2015**

PORTARIA N º 078/2015.

REDUZ CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º - REDUZIR a pedido, a carga horária do contrato de trabalho da professora ACT CIBELE KARINA DOS SANTOS, nascida em 02/06/1988, portadora do CPF nº 010.350.919-41, RG nº 9.673.448-4 SSP/PR, reduzindo-se 20 h/sem, passando assim, de 40 h/sem para 20 h/sem, a partir de 02/03/2015.

Art. 2º - A carga horária mantida de 20 h/sem será para atuação junto ao NE Presidente Adolfo Konder, em substituição a Professora Francieli Lemes Barbosa, em gozo de Licença Maternidade.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 079/2015**

PORTARIA N º 079/2015.

REDUZ CARGA HORÁRIA DE PROFESSOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º - REDUZIR a pedido, a carga horária do contrato de trabalho do professor efetivo IVAN HENGEL, nascido em 12/05/1966, portador do CPF nº 638.611.789-15, RG. nº 1.456.087 SESP/SC, reduzindo-se 20 h/sem, passando assim, de 40 h/sem para 20 h/sem em caráter efetivo e irrevogável, a partir de 02/03/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 080/2015**

PORTARIA Nº. 080/2015.

EXONERA SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE :**

Art 1º - Considerar exonerado em data de 01/03/2015, em razão de resultado do Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 328/2014, o servidor CLAUDINEI MARTINS ROSA do cargo efetivo de Vigia, para o qual foi admitido através da Portaria nº 107/2014 de 18/02/2014.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/03/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 02 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 082/2015**

PORTARIA N º. 082/2015.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art 1º - NOMEAR, sob o regime de trabalho estatutário JULIANA SAN MARTIM PORTES, nascida em 30/811/1988, portadora do CPF nº 056.727.459-46, RG. nº 5.241.068-4, SSP/SC, para exercer o cargo de Psicóloga (44h/sem), do Quadro de Pessoal Efetivo da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme aprovação em Concurso Público nº 001/2014, homologado em 15/07/2014.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 083/2015**

PORTARIA Nº. 083/2015.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder férias regulamentares, aos servidores públicos municipais abaixo relacionados:

Nº de Ordem	NOME	Período de Férias
1.	Clevertton Dione Rodrigues	02/03 a 31/03/2015
2.	Circe Neppel Sfair	02/03 a 31/03/2015
3.	Clair Terezinha Liczkoski Packowski	02/03 a 31/03/2015
4.	Igor Daniel Santos	09/03 a 23/03/2015
5.	Karla Adriana Morais	02/03 a 31/03/2015
6.	Keitty Suzelen Ivas	02/03 a 31/03/2015
7.	Ligia Tuon Custódio	02/03 a 31/03/2015
8.	Lucio Flávio Lima	09/03 a 28/03/2015
9.	Osmario Nigrin	04/03 a 02/04/2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 02 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA N º 084/2015**

PORTARIA Nº. 084/2015.

EXONERA CONSELHEIRO TUTELAR A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art 1º - Exonerar a pedido, o servidor DANIEL APPEL, ocupante da função pública de Conselheiro Tutelar, para o qual foi admitido através da Portaria nº 118/2014 de 05/03/2014.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 03 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA N º 085/2015**

PORTARIA Nº. 085/2015.

DISPENSA A PEDIDO PROFESSORA ADMITIDA POR PRAZO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art 1º - Dispensar a pedido, a servidora CRISLAINE DRANKA NOGARA, das atividades de Professora ACT (40 h/sem), para a qual foi admitida através da Portaria nº 022/2015 de 02/02/2015.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 03 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

# Itá

## PREFEITURA

### **AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

A Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que realizou Dispensa de Licitação nº 001/2015, em prol da EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SC, CNPJ nº. 83.052.191/0022-97, visando elaboração de projetos, pesquisas, apoio técnico, acompanhamento de safra e produtos agropecuários entre outros, até 31 de dezembro de 2015. O valor a ser pago pelo serviço é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), sendo pago em dez parcelas iguais de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Fundamentação legal: Art. 24, inciso VIII da Lei nº. 8.666/93.

Itá SC., 06 de março de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

### **AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2015, INEXIBILIDADE Nº 002/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2015

INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá - SC torna público a todos os interessados que estão abertos a partir de 09 de março de 2015 estando permanentemente aberto o Credenciamento de Pessoas Físicas e Jurídicas para prestação de serviços de inseminação artificial, conforme Art. 25, "caput" da Lei nº. 8.666/93. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e/ou pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá SC., 06 de março de 2015.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal



**EDITAL 028 - PROCESSO SELETIVO 017/2014**

EDITAL 028 - CONVOCAÇÃO EM CARATER EMERGENCIAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 017/2014 - 18º CHAMADA 06/03/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 017/2014, homologado pelo Decreto 005/2015 de 12 de janeiro de 2015, para comparecerem no dia 09 de MARÇO 2015, às 8h, ESTE CHAMAMENTO SERÁ PARA SUPRIR EM CARATER EMERGENCIAL E TEMPORÁRIO A NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE CLASSE ATÉ QUE O RESULTADO FINAL PS 001/2015 SEJA HOMOLOGADO na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal, nº16 - Vila Gerasul, Itá/SC.

Professor Educação Infantil, Séries Iniciais e  
Finais do Ensino Fundamental

Auxiliar de Classe (20h) - 1 vaga

Nome	Assinatura
Clarice Drexler	

Itá, 06 de Março de 2015  
LEIDE MARA BENDER  
Prefeita Municipal de Itá

**EDITAL CONSEG**

CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DE ITÁ  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA  
GESTÃO 2015/2017

O Presidente da Comissão Eleitoral do Conselho Comunitário de Segurança de Itá (CONSEG), Sr. Leonir José Sartoretto, no uso de suas atribuições legais, deixa público e convoca os membros efetivos aptos para inscrição de chapas que concorrerão às eleições da nova Diretoria do CONSEG, para o período de 2015/2017, conforme previstas no Regulamento dos Conselhos Comunitários de Segurança e o disposto no presente Edital.

Art. 1º - A eleição dar-se-á por votação ou por aclamação a ser realizada na Câmara Municipal de Vereadores de Itá - SC, na Rua nº 01, 357, Centro - Itá - SC, no dia 31 de março de 2015, com início às 18:30 horas, findando às 19:00 horas, impreterivelmente.

Art. 2º - Poderão votar os membros efetivos aptos a voto, observando-se o artigo 39 do Regulamento dos CONSEG's.

Art. 3ª - A votação se destina a eleger chapa completa mínima conforme art. 15 e 16 do Regulamento dos Conselhos Comunitários de Segurança, a saber:

- Presidente;
- Vice-Presidente;
- 1º Secretário;
- 2º Secretário;
- Diretoria Social e Assuntos Comunitários;
- Comissão de Ética e Disciplina.

Art. 4º- Serão aceitas somente inscrições de chapas completas, conforme Regulamento dos CONSEG, disponíveis para consulta junto à Comissão Eleitoral abaixo designada.

Art. 5º - As inscrições das chapas serão feitas junto à Comissão Eleitoral, sito Pça. Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100, Centro (Prefeitura Municipal de Itá- SC), a partir do lançamento deste edital, impreterivelmente, até às 17:00 horas do dia 25 de março de 2015, mediante preenchimento de requerimento, com a apresentação dos documentos exigidos para o pleito, a saber: Cédula de Identidade, comprovante de residência ou declaração de que trabalhe ou estude na área abrangida pelo CONSEG, a serem entregues para o Sr. Elton Thomas.

Itá, em 20/02/2015.

**COMISSÃO ELEITORAL:**

Presidente: Leonir José Sartoretto

Endereço Profissional: Pça. Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100, Centro (Prefeitura Municipal de Itá- SC)

Fone: (49) 3458-9500

Vice: Luiz Carlos Puntel

Endereço Profissional: Pça. Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100, Centro (Prefeitura Municipal de Itá- SC)

Fone: (49) 3458-9500

Secretário: Elton Thomas

Endereço: Pça. Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100, Centro (Prefeitura Municipal de Itá- SC)

Fone: (49) 3458-9500

# Itaiópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2015 – PR Nº 11/2015

Processo Licitatório nº 13/2015 - Pregão Presencial nº 11/2015 - Objeto: contratação de empresas para prestarem serviços de recapagem de pneus para a frota municipal. PROPONENTES: FM Pneus Ltda. - ITENS: 2 (24 UN - recapagem de pneus 17,5 x 25, recapagem a quente - R\$ 1.115,00), 3 (40 UN - recapagem de pneu 1400x24 recapagem a quente - R\$ 799,00) e 9 (24 UN - recapagem de pneu 18.4x30, recapagem a quente - R\$ 1.119,00), VALOR TOTAL: R\$ 85.576,00; RB Recapagens Blumenau Ltda. - ITENS: 1 (30 UN - recapagem pneu 900x20, convencional, borrachudo, recapagem a frio - R\$ 382,00), 5 (20 UN - recapagem de pneu 1300x24 recapagem a quente - R\$ 798,00), 6 (20 UN - recapagem de pneu 7,50x16, convencional, recapagem a frio - R\$ 312,00), 8 (32 UN - recapagem de pneu 2,75/80 R 22,5 borrachudo, recapagem a frio - R\$ 520,00), 12 (60 UN - recapagem de pneu 1000x20 radial, borrachudo, recapagem a frio - R\$ 381,00) e 13 (8 UN - recapagem de pneu 10/16,5 Bob Cat, recapagem a quente - R\$ 420,00). VALOR TOTAL: R\$ 76.520,00 e Recauchutadora de Pneus Neri Ltda. EPP - ITENS: 4 (60 UN - recapagem de pneus 100x20, convencional, borrachudo, recapagem a frio - R\$ 382,00), 7 (24 UN - recapagem de pneus 19,5x24, recapagem a quente - R\$ 1.118,00), 10 (24 UN - recapagem de pneu 16.9x28, recapagem a quente - R\$ 804,00) e 11 (24 UN - recapagem de pneu 12,5/80x18, recapagem a quente - R\$ 479,00), VALOR TOTAL: R\$ 80.544.000,00. PRAZO: 12 meses.

Itaiópolis, 02 de março de 2015.  
JOSÉ HERALDO SCHRITKE  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO - PR Nº 8/2015

EXTRATO DE CONTRATO - Processo Licitatório nº 9/2015 - Pregão Presencial nº 8/2015. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios (merenda escolar) para as Escolas da Rede Municipal de Ensino, Pré Escolas e Centros de Educação Infantil do Município. CONTRATADA: Alimentar Distribuidora Ltda. CONTRATO Nº 44/2015, VALOR TOTAL: R\$ 33.960,24. PRAZO: 31/07/2015. Itaiópolis, 26/02/2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO - PR Nº 9/2015

EXTRATO DE CONTRATO - Processo Licitatório nº 10/2015 - Pregão Presencial nº 9/2015. Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de retífica e montagem de motor da motoniveladora Caterpillar 120B. CONTRATADA: Prima Comércio de Peças e Correias Ltda. CONTRATO Nº 43/2015, VALOR TOTAL: R\$ 18.000,00. PRAZO: 30 dias. Itaiópolis, 24/02/2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATOS - PR Nº 8/2015

EXTRATOS DE CONTRATOS - Processo Licitatório nº 9/2015 - Pregão Presencial nº 8/2015. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios (merenda escolar) para as Escolas da Rede Municipal de Ensino, Pré Escolas e Centros de Educação Infantil do Município. CONTRATADAS: CONTRATOS: VALOR TOTAL: Alimentar Distribuidora Ltda. 41/2015, R\$ 46.759,65; Otavio Varvenczak EPP, 42/2015, R\$ 2.840,80. PRAZO: 31/07/2015. Itaiópolis, 23/02/2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal.

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### LICITACAO Nº 10/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS/SC; Pregão Presencial nº 10/2015; Objeto: Contratação de empresa especializada em seguro para os veículos que compõe a frota do Fundo Municipal da Saúde. Entrega dos Envelopes; Até às 14:00 horas do dia 20 de março de 2015; Abertura dos Envelopes: às 14:15 horas do dia 20 de março de 2015, na Secretaria Municipal de Saúde; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas, fone 047 3652 1893. Itaiópolis, 06 de março de 2015. Eliseu Alexandre Gabardo, Secretário Municipal da Saúde.

### RESULTADO DE LICITAÇÃO

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE ITAIOPOLIS/SC

Pregão Presencial nº 03/2015. Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação de lixo hospitalar. Empresa vencedora: GR Soluções Ambientais Ltda - EPP, Valor R\$ 71.232,00; Vigência: 4 anos. Itaiópolis, 06 de março de 2015, Liandra Teresinha Koppe - Administradora Hospitalar.

# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO N. 35, DE 5 DE MARÇO DE 2015

DECRETO N. 35, DE 5 DE MARÇO DE 2015.

Concede majoração das tarifas do serviço de utilidade pública de Transporte Coletivo de Passageiros e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com a lei nº 1634 de 05.09.1995 e Lei Orgânica Municipal;

#### Decreta:

Art. 1º Fica concedida a majoração das tarifas do serviço de utilidade pública de transporte coletivo de passageiros, nas linhas autorizadas pelo Município, de acordo com as tabelas nº I, II, III e IV anexas, que ficam fazendo parte do presente Decreto.

Art. 2º Ficam os concessionários de trajetos de ônibus e lotações, obrigados a conceder aos estudantes e aos deficientes físicos, passagens com redução de 50% (cinquenta por cento), destas tabelas.

Art. 3º Os concessionários de trajetos de ônibus e lotação são obrigados a conceder aos aposentados e pensionistas, na faixa etária de 60 a 65 anos, do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), passagens com redução de 50% (cinquenta por cento), sobre estas tabelas.

Parágrafo único. Para os maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade do transporte coletivo de passageiros de conformidade com o constante no art. 39 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências."

Art. 4º Os concessionários são obrigados a fornecer o troco, e na falta deste, o passageiro pagará sua passagem a menor.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga, 5 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 34, DE 4 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 34, DE 4 DE MARÇO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Itapiranga SC, exercício de 2015, por conta do "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

#### Decreta:

Art. 1º Fica aberto o credito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, por conta do "Superavit Financeiro", verificado no exercício anterior, na fonte de Recurso

151 - Recursos do Tesouro do Exercício Anterior - Recurso Ordinário, no valor de R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil reais):

06.01 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental

12.361.0066.1029 - Construção, Reforma e Ampliação de Escolas Municipais

44.90.00.00.00.00.00.0151 - Aplicações diretas R\$ 110.000,00

06.03 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Outras Fontes

27.812.0073.1013 - Construção, Reforma de Ginásios de Esportes

44.90.00.00.00.00.00.0151 - Aplicações diretas R\$ 88.000,00

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 4 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 36, DE 5 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 36, DE 5 DE MARÇO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Itapiranga SC, exercício de 2015, por conta do "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

#### Decreta:

Art. 1º Fica aberto o credito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, por conta do "Superavit Financeiro", verificado no exercício anterior, na fonte de Recurso 151 - Recursos do Tesouro do Exercício Anterior - Recurso Ordinário, no valor de R\$ 60.392,38 (sessenta mil trezentos e noventa e dois reais e trinta e oito centavos):

03.01 - Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos

04.181.0014.2007 - Convênio de Trânsito

33.90.00.00.00.00.00.0151 - Aplicações diretas R\$ 11.000,00

44.90.00.00.00.00.00.0151 - Aplicações diretas R\$ 5.785,94

03.03 - Secretaria Municipal de Administração, Obras e Serviços Urbanos-Urbanismo

25.752.0076.2012 - Manutenção e Implantação de Rede de Iluminação Pública

33.90.00.00.00.00.00.0151 - Aplicações diretas R\$ 29.662,79

12.01 - Fundo Municipal Reeq. da OBM Furebom de Itapiranga

06.182.0141.2023 - Manutenção das Atividades do Funrebom

33.90.00.00.00.00.00.0151 - Aplicações diretas R\$ 13.943,65

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 5 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon  
Secretario Municipal de Administração.

**DISPENSA Nº 61/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 61/2015  
Dispensa de Licitação nº 61/2015  
Partes: Município de Itapiranga e Mantomac Com. de Peças e Serviços Ltda.  
Objeto: Aquisição de peças e serviços para conserto da escavadeira hidráulica PC 160 LC-7B Marca Komatsu, a disposição da Secretaria de Transportes, desta municipalidade.  
Fundamento: Inciso XVII, do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993  
Vigência: 180 dias  
Valor: R\$ 4.042,87

Itapiranga - SC., 06 de março de 2015  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREFEITURA Nº 022/2015 A 032/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
ATAS REGISTRO DE PREÇOS - PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2015  
PARTES: Município de Itapiranga e Companhia Ultragaz S.A.  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 006/2015.  
OBJETO: aquisição de cargas de gás "GLP" P-45 e P-13, para entrega parcelada, destinadas a manutenção das escolas municipais de ensino fundamental, infantil, creches e para as diversas secretarias desta municipalidade.  
VALOR: R\$ 35.400,00  
VIGÊNCIA: 22 de janeiro de 2016.  
Itapiranga - SC., 22 de janeiro de 2015.  
Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2015  
PARTES: Município de Itapiranga e Cooperativa de Livre Associação do Município de Itapiranga  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 007/2015.  
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza destinados para distribuição a famílias carentes cadastradas nos programas da secretaria de assistência social desta municipalidade.  
VALOR: R\$ 10.058,00  
VIGÊNCIA: 23 de janeiro de 2016.  
Itapiranga - SC., 23 de janeiro de 2015.  
Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2015  
PARTES: Município de Itapiranga e Açougue do Vicente Ltda  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 007/2015.  
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza destinados para distribuição a famílias carentes cadastradas nos programas da secretaria de assistência social desta municipalidade.  
VALOR: R\$ 27.660,00  
VIGÊNCIA: 23 de janeiro de 2016.

Itapiranga - SC., 23 de janeiro de 2015.  
Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2015  
PARTES: Município de Itapiranga e AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda EPP  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 007/2015.  
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza destinados para distribuição a famílias carentes cadastradas nos programas da secretaria de assistência social desta municipalidade.  
VALOR: R\$ 20.282,00  
VIGÊNCIA: 23 de janeiro de 2016.  
Itapiranga - SC., 23 de janeiro de 2015.  
Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2015  
PARTES: Município de Itapiranga e A.E.M. Oeste Comercial Ltda ME  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 007/2015.  
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza destinados para distribuição a famílias carentes cadastradas nos programas da secretaria de assistência social desta municipalidade.  
VALOR: R\$ 20.122,00  
VIGÊNCIA: 23 de janeiro de 2016.  
Itapiranga - SC., 23 de janeiro de 2015.  
Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2015  
PARTES: Município de Itapiranga e Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda - ME  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 007/2015.  
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza destinados para distribuição a famílias carentes cadastradas nos programas da secretaria de assistência social desta municipalidade.  
VALOR: R\$ 16.956,00  
VIGÊNCIA: 23 de janeiro de 2016.  
Itapiranga - SC., 23 de janeiro de 2015.  
Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2015  
PARTES: Município de Itapiranga e Eletro Construção Berwanger Ltda - EPP  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 004/2015.  
OBJETO: Aquisição de mudas e sementes de hortaliças e outros materiais e equipamentos destinados para a manutenção das hortas das escolas da rede municipal de ensino do município de Itapiranga.  
VALOR: R\$ 2.452,60  
VIGÊNCIA: 23 de janeiro de 2016.  
Itapiranga - SC., 23 de janeiro de 2015.  
Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2015  
PARTES: Município de Itapiranga e GEB - Comércio de Produtos Agropecuários Ltda - ME  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 004/2015.  
OBJETO: Aquisição de mudas e sementes de hortaliças e outros materiais e equipamentos destinados para a manutenção das hortas das escolas da rede municipal de ensino do município de Itapiranga.  
VALOR: R\$ 354,00  
VIGÊNCIA: 23 de janeiro de 2016.  
Itapiranga - SC., 23 de janeiro de 2015.  
Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2015



PARTES: Município de Itapiranga e Rádio Itapiranga Ltda  
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 009/2015.  
OBJETO: Contratação de serviços de radiodifusão para divulgação de atos oficiais, avisos e informações da administração municipal, para o ano de 2015.

VALOR: R\$ 97.760,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC., 26 de janeiro de 2015.

Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Rogério Luis Delavy - ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 011/2015.

OBJETO: Contratação de serviços de Motoniveladora para manutenção e recuperação da malha viária municipal, com amparo na lei nº 2.047/2002.

VALOR: R\$ 56.700,00

VIGÊNCIA: 26 de janeiro de 2016.

Itapiranga - SC., 26 de janeiro de 2015.

Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Albater Terraplanagem Ltda ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 011/2015.

OBJETO: Contratação de serviços de Motoniveladora para manutenção e recuperação da malha viária municipal, com amparo na lei nº 2.047/2002.

VALOR: R\$ 59.700,00

VIGÊNCIA: 26 de janeiro de 2016.

Itapiranga - SC., 26 de janeiro de 2015.

Inácio Oswald - Prefeito Municipal em Exercício

#### **EXTRATO DE CONTRATOS DA SAÚDE Nº 003/2015 A 006/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATOS CONTRATOS - SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Odontologia Muller S/S Ltda - ME

ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 004/2015 - FMS

OBJETO: Prestação de serviços odontológicos para confecção de próteses dentárias a pessoas necessitadas.

VALOR: R\$ 290.400,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC, 02 de fevereiro de 2015.

Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Inviolável Itapiranga Ltda - ME.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 02/2015 - FMS

OBJETO: Prestação de serviços de monitoramento (sistema de alarme) para as unidades básicas de saúde do município de Itapiranga.

VALOR: R\$ 9.900,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC, 02 de fevereiro de 2015.

Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Dedetizadora Itapiranga Ltda.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de dedetização preventiva e corretiva para atender a demanda nas unidades básicas de saúde.

VALOR: R\$ 7.150,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC, 05 de fevereiro de 2015.

Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2015

PARTES: Município de Itapiranga e Francisco Becker - ME.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de dedetização preventiva e corretiva para atender a demanda nas unidades básicas de saúde.

VALOR: R\$ 6.860,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

Itapiranga - SC, 13 de fevereiro de 2015.

Luis Carlos Steffenon - Administrador do FMS

#### **PREGÃO Nº 62/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA

REGISTRO DE PREÇOS

Nº 62/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 62/2015, cujo objeto é a aquisição de materiais de higiene e limpeza destinados para manutenção das atividades das creches e escolas municipais. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 24 de março de 2015. Informações e copia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga - SC, 06 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

#### **PREGÃO Nº 63/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 63/2015, cujo objeto é a contratação de empresa para animação musical dos intercâmbios dos grupos e a festa anual da terceira idade, da Secretaria de Assistência Social, deste município. Entrega da documentação e proposta até às 10:00 horas do dia 20 de março de 2015. Informações e copia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga - SC. 06 de março de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

**PREGÃO Nº 64/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
PREGÃO PRESENCIAL PARA  
REGISTRO DE PREÇOS  
Nº 64/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 64/2015, cujo objeto é a aquisição, de forma parcelada, de baterias destinadas para manutenção de máquinas e veículos, de propriedade do município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 23 de março de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga - SC, 06 de março de 2015.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

**PREGÃO Nº 65/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
PREGÃO PRESENCIAL PARA  
REGISTRO DE PREÇOS  
Nº 65/2015

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 65/2015, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de solda, preenchimento, recuperação de peças de máquinas pesadas e caminhões desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 25 de março de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br/](http://www.itapiranga.sc.gov.br/)

Itapiranga - SC, 06 de março de 2015.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

**Itapoá****PREFEITURA****EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2015

Contratante: Município de Itapoá-SC;  
Contratado: POLLIMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, com sede á Rua Bruno Hering, nº 783, Bom Retiro, Blumenau/SC, CEP: 89.036-160, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.040.912/0001-48, Inscrição Estadual: 254.889.611, representada neste ato pelo sócio, o Sr. JORGE ALBERTO RODRIGUEZ KONKEWICZ, portador do CNPF/MF nº 184.295.560-87 e do CI.RG nº 3/R 4.072.525 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2015 - PROCESSO Nº 15/2015;

Objeto: Aquisição material de Raio X (radiografia) do Pronto Atendimento 24 horas, conforme especificações constantes no Anexo V do edital.

Valor total: R\$ 18.665,00 (dezoito mil seiscentos e sessenta e cinco reais).

Data da assinatura: 04/03/2015;

Data vigência contratual: O contrato iniciará na data de assinatura, e o seu término está condicionado à entrega do total do objeto, ou até 31/12/2015.

Itapoá, 04 de março de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2015

Contratante: Município de Itapoá-SC;  
Contratado: CRAVO ENGENHARIA LTDA, com sede á Rua Heitor Blum, nº 230, sv nº 11, Bairro: Estreito, na cidade de Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.215.332/0001-19, neste ato representada pelo sócio administrador DANIEL CRAVO SILVEIRA, brasileiro, engenheiro eletricitista, portador da CI.RG nº 1.186.884 SSP/SC, e CNPF/MF:589.830.079-15.

Licitação: Contratação Direta

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia elétrica para elaboração de projeto eletromecânico para atender o loteamento São José I compreendendo uma totalidade de 670 postes, 13 km de rede de média tensão e carga instalada de 975 KVA, para utilização como referencia em processo licitatório, e outros.

Valor total: R\$ 14.800,00 (quatorze mil e oitocentos reais)

Data da assinatura: 06/03/2015;

Data vigência contratual: O contrato terá início imediato à assinatura, a vigência passará a contar a partir do dia 06/03/2015 e com término condicionado a 12 (doze) meses, ou a prestação total dos serviços, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, da Lei nº 8.666/93

Itapoá, 06 de março de 2015.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

**RESOLUÇÃO Nº 005/2015 - CMS**

RESOLUÇÃO CMS Nº 005/2015, de 06 de Fevereiro de 2015.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, instituído pela Lei Municipal nº 007/2001 de 18 de abril de 2001, em sua centésima quinquagésima quinta reunião ordinária, realizada no dia 06 de Fevereiro de 2015, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990,

**RESOLVE:**

- 1) Aprovar o Plano Municipal de Saúde - Gestão 2014/2017;
- 2) Aprovar a Programação Anual de Saúde - Ano 2014.

Itapoá, 06 de fevereiro de 2015.

Lana Rosélia Quadros Bevilaqua

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Cristian Angelo Grassi

Secretário Municipal de Saúde

Homologo a Resolução do Conselho Municipal de Saúde nº 005, de 06 de Fevereiro de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 007/2001, de 18 de Abril de 2001, artigo 7º inciso V.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº 006/2015 - CMS**

RESOLUÇÃO CMS Nº 006/2015, de 25 de Fevereiro de 2015.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, instituído pela Lei Municipal nº 007/2001 de 18 de abril de 2001, em sua Trigesima Oitava Reunião Extraordinária, realizada no dia 25 de Fevereiro de 2015, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990,

Considerando o que foi tratado na 1ª Pré-Conferencia Municipal de Saúde de Itapoá sobre a composição do Conselho Municipal de Saúde de Itapoá

**RESOLVE:**

- 1) Aprovar o processo de chamamento / eleição de duas Entidades para comporem o quadro de conselheiros preenchendo duas cadeiras em vacância no setor de usuários.

Itapoá, 25 de fevereiro de 2015

Lana Rosélia Quadros Bevilaqua

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Cristian Angelo Grassi

Secretario Municipal de Saúde

Homologo a Resolução do Conselho Municipal de Saúde nº 006, de 25 de Fevereiro de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 007/2001, de 18 de Abril de 2001, artigo 7º inciso V.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº 007/2015 - CMS**

RESOLUÇÃO CMS Nº 007/2015, de 25 de Fevereiro de 2015.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, instituído pela Lei Municipal nº 007/2001 de 18 de abril de 2001, em sua Trigesima Oitava Reunião extraordinária, realizada no dia 25 de Fevereiro de 2015, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 e pela lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990,

**RESOLVE:**

- 1) Aprovar as contas da Secretaria Municipal de Saúde do Ano de 2014.

Itapoá, 25 de fevereiro de 2015.

Lana Rosélia Quadros Bevilaqua

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Cristian Angelo Grassi

Secretario Municipal de Saúde

Homologo a Resolução do Conselho Municipal de Saúde nº 007, de 25 de Fevereiro de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 007/2001, de 18 de Abril de 2001, artigo 7º inciso V.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

# Ituporanga

## PREFEITURA

### AVISO DE NOVA DATA DE ABERTURA DA CHAMADA PÚBLICA 02/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE PRORROGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA nº 02/2015

A Prefeitura do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados, que foi transferido a abertura da Chamada Pública 02/2015 com o objeto "levantamento de valores para futura contratação de empresa jurídica técnica especializada em assessoria administrativa em adequação e recuperação econômica/financeira, no pagamento das tarifas de energia elétrica, com a conferência dos valores pagos a maior na verificação dos contratos de cada unidade consumidora e acompanhamento mensal de redução da tarifa por reequilíbrio, nos termos da redação de Resoluções Normativas da ANEEL" - de 120 Unidades Consumidoras - Ucs do dia 11 de março de 2015 para o dia 27 de março de 2015 no mesmo local e horário.. Maiores informações poderão ser direcionadas ao Departamento de Patrimônio, sito a Rua Joaquim Boeing, nº 40, Centro - Ituporanga, por telefone (47) 35331211 ou pelo endereço eletrônico: bruna\_prefeituraituporanga@hotmail.com, em horário comercial.

Ituporanga, 06 de março de 2015

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA

Prefeita em Exercício

### EDITAL DE PREGÃO 06/2015 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LANCHES PARA SER ENTREGUE NOS NOVE GRUPOS DE IDOSOS DA TERCEIRA IDADE NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº06/2015

Processo: 07/2015

Objeto. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LANCHES PARA SER ENTREGUE NOS NOVE GRUPOS DE IDOSOS DA TERCEIRA IDADE NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 19 de março de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 19 de março de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INÍCIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211.O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 09 de março de 2015

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA

Prefeita em Exercício

### LEI Nº 2.596, DE 06 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 2.596, de 06 de março de 2015.

Altera dispositivos da Lei 2.189, de 27 de setembro de 2007, que "dispõe sobre plano de cargos e vencimento de servidores públicos do Poder Executivo do Município de Ituporanga".

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA, Prefeita do Município de Ituporanga, em exercício. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera dispositivo no anexo I da Lei 2.189, de 27 de setembro de 2007, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. No Anexo I da Lei nº 2.189, de 27 de setembro de 2007, o vencimento do cargo efetivo de Agente de Controle Interno, do grupo profissional Atividade de Nível Superior - ANS, passa do nível "9" para o nível "10".

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2015.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente e suplementadas no decorrer do exercício se for necessário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 06 de março de 2015

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA

Prefeita do Município de Ituporanga, em exercício

### LEI Nº 2.597, DE 06 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 2.597, de 06 de março de 2015.

Cria Função de Confiança e institui adicional de função aos Cirurgiões Dentistas que atuam no Centro de Especialidades Odontológicas - CEO.

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA, Prefeita do Município de Ituporanga, em exercício. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o adicional de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento base previsto no inciso V, do Anexo II, da Lei nº 2.196, de 1º/11/2007, aos cirurgiões dentistas detentores de especialidades odontológicas que atuam no Centro de Especialidades Odontológicas - CEO.

Art. 2º. Fica criada a função de confiança de Coordenador do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO, a ser ocupado por cirurgião dentista do quadro efetivo ou de empregos públicos do município, o qual fará jus ao adicional de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento previsto no inciso V, do Anexo II, da Lei nº 2.196, de 1º/11/2007.

Parágrafo Único. O Coordenador do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO exercerá a coordenação do centro, realizando cumulativamente as atividades normais de cirurgião dentista, sem, entretanto, acumular o adicional previsto no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º. Os recursos necessários à implementação da presente Lei serão suportados pela dotação orçamentária da Secretaria da Saúde.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 06 de março de 2015

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA

Prefeita do Município de Ituporanga, em exercício



**LEI Nº 2.598, DE 06 DE MARÇO DE 2015**

LEI Nº 2.598, de 06 de março de 2015.

Dispõe sobre criação cargos no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Ituporanga com a alteração da Lei nº 2.141, de 16 de outubro de 2006.

Art. 1º. O inciso II, do art. 20, da Lei nº 2.141, de 16 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescido da alínea "c", com a seguinte redação:

Art. 20. ....

II - .....

c) Direção e Assessoramento Diverso - CM/DAD: cargo de provimento em comissão, para cujo desempenho é exigido prova de conclusão do ensino fundamental.

Art. 2º. O parágrafo único, do art. 27, da Lei nº 2.141, de 16 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 27. ....

Parágrafo único. A nomeação e exoneração de pessoal para os cargos de Assessor Parlamentar se dará por portaria da Presidência da Câmara Municipal, mediante indicação dos Vereadores no exercício do mandato, observando-se o limite máximo de um Assessor Parlamentar por partido político com assento na Câmara.

Art. 3º. Ficam criadas mais 3 (três) vagas para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar, com carga horária de 40 horas semanais, código CM/DAI-2, nível IX, referência 1, os quais passam a integrar o Anexo V - Cargos em Comissão, da Lei nº 2.141, de 16 de outubro de 2006.

Art. 4º. O Anexo XVIII, da Lei nº 2.141, de 16 de outubro de 2006 passa a vigor com a redação dada pelo Anexo I desta Lei.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 06 de março de 2015

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA

Prefeita do Município de Ituporanga, em exercício

**ANEXO I**

(Altera o Anexo XVIII, da Lei nº 2.141, de 16 de outubro de 2006)

DESCRIÇÃO DE CARGO
GRUPO PROFISSIONAL: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO DIVERSO
CÓDIGO: CM/DAD-1
CARGO: ASSESSOR PARLAMENTAR – CARGO EM COMISSÃO
NÍVEL: IX AMPLITUDE REFERÊNCIAS: 01
CARGA HORÁRIA SEMANAL: 40 horas

**ATRIBUIÇÕES:**

- Assessorar os Vereadores nas suas atividades legislativas;
- Redigir proposições solicitadas pelos Vereadores;
- Redigir correspondências solicitadas pelos Vereadores;
- Estar presente às reuniões das Comissões e às sessões plenárias da Câmara, quando for solicitado;
- Receber a pauta da Ordem do Dia, providenciar as cópias e distribuí-las aos Vereadores;
- Acompanhar o trâmite de assuntos da Câmara junto a outros órgãos: municipais, estadual e federal;
- Organizar e manter atualizado o arquivamento de toda a correspondência recebida e expedida pelos Vereadores;
- Permanecer à disposição dos Vereadores para execução de serviços;
- Redigir e datilografar cartas de apresentação, solicitadas pelos Vereadores;
- Organizar a agenda de compromissos do Vereador, comunicando-lhes com a antecedência necessária dia, hora e local dos compromissos;
- Receber e distribuir toda correspondência endereçada aos Vereadores e por estes expedidas;
- Anotar e transmitir recados recebidos, pessoais ou telefônicos, dirigidos aos Vereadores;
- Receber e proceder à entrega, ao respectivo Vereador, de processos que forem encaminhados;
- Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Presidente ou superior hierárquico;
- Dirigir o veículo oficial da Câmara quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse da Câmara Municipal;
- Executar outras tarefas correlatas.

**REQUISITOS PARA PROVIMENTO:**

- Escolaridade mínima: Ensino Fundamental completo.
- Idade mínima de 18 anos.

**CONDIÇÕES DE TRABALHO:**

Carga Horária: 40 horas semanais, sujeito à compensação na jornada de trabalho.

Outras: Sujeito a eventuais viagens a serviço ou para treinamento.

**LEI Nº 2.599, DE 06 DE MARÇO DE 2015**

LEI Nº 2.599, de 06 de março de 2015.

Cria Vagas e altera dispositivos da Lei 2.189, de 27 de setembro de 2007, que "dispõe sobre plano de cargos e vencimento de servidores públicos do Poder Executivo do Município de Ituporanga"

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA, Prefeita do Município de Ituporanga, em exercício. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1. Ficam criadas no quadro de pessoal do Município duas 2 (duas) vagas para o cargo de provimento efetivo de Educador Social, grupo profissional Atividade de Nível Médio - ANM, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento inicial nível 5, os quais passam a integrar o Anexo I da Lei nº 2.189, de 27 de setembro de 2007.

Parágrafo único - O anexo VIII, da Lei nº 2.189, de 27 de setembro de 2007, passa a vigor acrescido das atribuições e requisitos para provimento do cargo de Educador Social, do grupo de Atividades de Nível Médio - ANM, com a redação dada pelo Anexo I desta Lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente e suplementadas no decorrer do exercício se for necessário.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 06 de março de 2015

ANGELITA GOEDERT OLIVEIRA

Prefeita do Município de Ituporanga, em exercício

#### ANEXO I

CARGO: Educador Social

##### REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

- Possuir diploma e/ou Certificado de curso de ensino médio.

##### ATRIBUIÇÕES:

- realizar acompanhamento contínuo de cada caso através de atividades lúdicas individuais e em grupo, que favoreçam o processo de adaptação ao Programa;
- orientar sistematicamente os usuários quanto às rotinas de segurança e habitabilidade no local de proteção;
- orientar os responsáveis para o acompanhamento das/os adolescentes quanto ao desempenho e adaptação escolar ou em cursos profissionalizantes;
- prestar apoio e orientação sócio-familiar para inclusão social dos usuários em programas e serviços sócio-assistenciais, na perspectiva da garantia de direitos e formulação de alternativas de vida para si e suas famílias;
- orientar as/os usuárias/os em demandas referentes à saúde, educação, orçamento doméstico e lazer;
- planejar junto com o usuário e seus familiares a gestão dos recursos financeiros, avaliando os avanços e dificuldades;
- apoiar a coordenação e equipe técnica nos atendimentos, fazendo os devidos encaminhamentos necessários à realização dos mesmos, respeitando sempre a metodologia do programa;
- elaborar ofícios e relatórios sempre que solicitado;
- Atuar como referência para as crianças/adolescentes participantes do projeto
- Registrar as atividades bem como o desempenho de cada adolescente usuário, diariamente;
- Desenvolver atividades administrativas (documentos, registros, encaminhamentos, outros) relativas ao exercício do cargo, utilizando-se dos meios mecânicos e/ou informatizados disponíveis para esse fim;
- Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos, relacionados com as atribuições do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;
- Dirigir veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;
- Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo ou com a formação profissional, quando determinado por superior hierárquico.

## Jacinto Machado

### PREFEITURA

#### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015/PMJM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, a Pregoeira e sua Equipe de apoio, com devida autorização expedida pelo Senhor Prefeito Municipal, torna público a realização de licitação no dia 20/03/2015 às 08h45min, com entrega dos envelopes até às 08h30min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, forma de julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a "ELABORAÇÃO DE PROJETO DE FORTALECIMENTO DO TURISMO DE BASE LOCAL, AFIM DE AGREGAR VALOR AO DESTINO TURÍSTICO JACINTO MACHADO/SC POR MEIO DA PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO LOCAL NA ROTA CAMINHO DOS CANYONS. Conforme Termos de Referência em anexo ao Edital.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO, Estado de SANTA CATARINA, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: licitacao@jacinto-machado.sc.gov.br.

Jacinto Machado - SC, 06 de Março de 2015.  
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
Prefeito Municipal

## Joaçaba

### PREFEITURA

#### **DECRETO Nº 4735 DE 06 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 4735 DE 06 DE MARÇO DE 2015.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 4.567 DE 23/12/14 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 128.600,97 (cento e vinte e oito mil, seiscentos reais e noventa e sete centavos), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Joaçaba:

Órgão: 19 - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Proj./Atividade: 1.007 AMPLIAÇÃO DO QUARTEL - FUNREBOM

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - R\$ 175.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 06 de março de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

#### **EDITAL DE PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA Nº 001/2015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA DE JOAÇABA

EDITAL DE PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA Nº 001/2015 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. XV de novembro, 378, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e o Secretário Municipal de Educação, Sr. JOSÉ LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, da Lei Complementar nº 210/2011, resolve fixar normas e procedimentos para a realização de processo de ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA EFETIVA de professores regidos pela Lei Complementar n. 76/2003, da rede municipal de Ensino.

#### **1. DO LOCAL E HORÁRIO**

##### **1.1 LOCAL**

Na sede da Prefeitura de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, junto ao Setor de Protocolo, situada na Avenida XV de Novembro nº 378 - Centro - Joaçaba.

##### **1.2 PERÍODO E HORÁRIOS**

Dias: 12 a 13 de março de 2015.

Horário: das 13 às 18 horas.

#### **2. DA INSCRIÇÃO**

2.1 A inscrição deverá ser realizada através de requerimento pelo

professor, candidato à alteração de carga horária ou seu representante legal público, munido de procuração com firma reconhecida em cartório.

2.2 O candidato poderá alterar sua carga horária de acordo com o artigo 19, da Lei Complementar nº 210/2011, podendo optar pela vaga colocada à disposição no edital.

2.3. O servidor do Magistério Público Municipal somente poderá ampliar sua carga horária, em vagas de sua área de atuação, desde que haja compatibilidade de horário, turno e transporte entre as Escolas Municipais.

2.4. Deverão ser anexados os seguintes documentos:

- a) Cópia da Carteira de Identidade;
- b) Cópia da Portaria de Nomeação;
- c) Cópia do Diploma de Graduação/Especialização na área de atuação, pretendida;
- d) Declaração de tempo de serviço público municipal, fornecido pelo setor competente;
- e) Declaração de tempo de serviço em sala de aula, do magistério público do Município de Joaçaba;
- f) Declaração de acumulação de cargos públicos.

2.4. O protocolo de inscrição do Candidato deverá ser único.

2.5. O candidato que não apresentar juntamente com a ficha de inscrição todos os documentos solicitados com as devidas informações preenchidas será automaticamente desclassificado. Não será permitida a apresentação de qualquer documento após o protocolo do requerimento.

2.6. O servidor do Magistério Público Municipal que ampliar a sua carga horária deverá exercer a função na respectiva vaga no período mínimo de dois anos letivos, sob pena de perder a respectiva ampliação da carga horária, sendo permitida a permuta entre servidores efetivos com a mesma carga horária, dentro da mesma área de atuação.

2.7. Para efeito de remuneração, a carga horária ampliada, observada a proporcionalidade, terá o mesmo tratamento da outra carga horária efetiva.

### 3. QUADRO DE VAGAS

ESCOLA	DISCIPLINA/ÁREA	TURNO	HORAS/VAGAS
Centro Educacional Roberto Trompowsky	Artes	Vespertino	01 vaga de 20 h

### 4. DA ESCOLHA DAS VAGAS

4.1. Para a escolha da vaga será respeitada a ordem de classificação.

4.2. A vaga será escolhida seguindo os seguintes critérios de acordo com o artigo 17 da Lei Complementar 76/2003:

- a. maior tempo de serviço efetivo em sala de aula, no magistério público do Município de Joaçaba;
- b. maior habilitação na área de atuação da vaga;
- c. maior tempo de serviço no magistério municipal.

4.3 . Após a homologação deste processo, será expedida Portaria de alteração de carga horária.

### 5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

5.1. A Classificação dos candidatos estará disponível na página da Prefeitura de Joaçaba a partir do dia 17 de março de 2015.

5.2. A contar da data de divulgação da classificação dos candidatos, os mesmos terão 01 (um) dia útil para solicitar interposição de recursos mediante protocolo do requerimento para este fim, junto a recepção do Paço Municipal.

5.3. Este Edital estará disponível na íntegra no Mural localizado no prédio da Prefeitura de Joaçaba, na página da Prefeitura - [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios.

5.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial nomeada para a condução do processo de redistribuição que trata

o presente Edital, respeitada a Legislação vigente.

JOAÇABA (SC), 06 de março de 2015.

RAFAEL LASKE  
Prefeito Municipal

JOSÉ LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO  
Secretário de Educação

### ANEXO I

#### FICHA DE INSCRIÇÃO PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA EFETIVA

NOME:  
MATRÍCULA:  
CARGO:  
HABILITAÇÃO:  
LOTAÇÃO:

JOAÇABA, SC, de março de 2015.

ASSINATURA DO SERVIDOR

### EXTRATO PL 09/2015/FMS - PP 07/2015/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2015/FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015/FMS

Objeto: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 25/03/2015, a partir das 09 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 09 horas do dia 25/03/2015, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 06 de março de 2015.  
ADEMIR LUIZ RIGHI  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

### EXTRATO PL 24/2015/PMJ - PL 15/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2015/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015/PMJ

Objeto: A contratação de pessoa física e/ou jurídica para a locação de imóvel para fins residenciais destinado à moradia do instrutor do Tiro de Guerra 05-008. Forma de Julgamento: Menor Preço. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 27/03/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 27/03/2015,



na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 06 de março de 2015.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

#### **PORTARIA N.º 4043**

PORTARIA Nº 4.043 DE 04 DE MARÇO DE 2015  
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possível infração disciplinar por parte da servidora Marilei Schmitz Ebert conforme memorando interno da Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como, parecer jurídico.

2º DESIGNAR os servidores, HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, JANA TERESINHA PINTO PILGER e VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVIZAN, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 04 de março de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4044**

PORTARIA Nº 4.044 DE 04 DE MARÇO DE 2015  
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de

60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possível infração disciplinar por parte da servidora Ediles Drey de Giacometi conforme memorando interno da Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como, parecer jurídico.

2º DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI, DANIELE GALVÃO RODRIGUES E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 04 de março de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4045**

PORTARIA Nº 4.045 DE 04 DE MARÇO DE 2015  
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir da data de 02/03/2015, do(a) Sr.(a) LENITA LAVRATTI PEREIRA, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de março de 2015, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 04 de março de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4046**

PORTARIA Nº 4.046 DE 04 DE MARÇO DE 2015  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ROBERTO MINATI, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Coordenadoria de Controle Interno, referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de

dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 06 de março de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 06 de março de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de março de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4047**

PORTARIA Nº 4.047 DE 04 DE MARÇO DE 2015  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) FABRICIA ZUCCHI CASSOL, Professor, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Diretoria de Esportes, referente ao período de 23 de junho de 2010 a 22 de junho de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 02 de março de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de março de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de março de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4048**

PORTARIA Nº 4.048 DE 04 DE MARÇO DE 2015  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) NEUSA APARECIDA CORREA, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Diretoria de Esportes, referente ao período de 09 de abril de 2012 a 08 de abril de 2013 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 17 de março de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 17 de março de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 04 de março de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4049**

PORTARIA Nº 4.049 DE 04 DE MARÇO DE 2015  
"ANULA PORTARIA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 109, da Lei Complementar n.º 76/2003 e alterações, resolve:

Art. 1º ANULAR A PORTARIA N.º 3.908/2015 na qual ACATA O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) MARCIA BORSOI das funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual não formalizou o pedido e continua em atividade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 04 de março de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4050**

PORTARIA Nº 4.050 DE 04 DE MARÇO DE 2015  
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) FABIANE TAIS FORMIGUERI durante o período de 02 de fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 - Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar no Centro Educacional Frei Bruno que encontra-se em processo de municipalização.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de fevereiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 04 de março de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO**  
TERMO DE DESISTÊNCIA APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) ROSANE ANA WASSERBERG DE MELO, Cargo de Auxiliar de Serviços Internos, classificado em 70º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2011, fica registrado a desistência pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 25 de fevereiro de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO**  
TERMO DE DESISTÊNCIA APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) FELIPE JOSE FERREIRA, Cargo de Técnico de Administração, classificado em 84º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2011, fica registrado a desistência pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 03 de março de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO**  
TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) VIVIANE DA SILVA, Cargo de Auxiliar de Serviços Internos, referente ao edital n.º 001/2011, classificado em 71º lugar, fica o mesmo encaminhado ao final da lista de classificação conforme disposto no referido edital.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 05 de março de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**SIMAE****PORTARIA JHL 054/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL - Nº 054/2015 06.03.2015

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE MENCIONA".

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar à pedido o Servidor Cristiano Botan do cargo de Agente Administrativo, Padrão-3, Nível-1, Referência A, Matrícula 179, lotado na Diretoria Administrativa, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, de conformidade a Lei Complementar nº 193 de 06 de Setembro de 2010.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Art. 34, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11/12/03.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 07 de Março de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente  
Joaçaba-SC, 06 de março de 2015.



**HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 01-2015**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 1/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: 1/2015 Processo de Licitação: 1/2015 Data do Processo: 05/01/2015
	Folha: 1/3

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 1/2015  
b ) Licitação Nr.: 1/2015-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 06/03/2015  
e ) Data da Adjudicação: 06/03/2015 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ACOPLADOS AOS VEICULOS DA FROTA DO SIMAE

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**VIEIRA & VIEIRA MANUTENÇÃO DE VEICULOS LTDA (8010)**

1 SERVIÇO DE MECANICA GERAL PARA EQUIPAMENTOS ACOPLADOS AOS VEICULOS:	HR	100,00	0,0000	107,50	10.750,00
PLACA MARCA/MODELO SIMAE					
GUINDASTE MUNK HIDRÁULICO COM CAPACIDADE 4000 KGF/M, DUAS LANÇAS HIDRÁULICAS E UMA LANÇA MANUAL, MARCA ARGOS- ACOPLADO AO VEICULO FIAT IVECO					
PLACAS MKJ-1354 TECNICA ESGOTO					
RETROSCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO FORD					
CARGO PLACA MEB-6131 TECNICA AGUA					
RETROSCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO VOLKS					
VW10.160 PLACAS QHC-7075 - TECNICA AGUA - Marca: VIEIRA					

Joaçaba, 6 de Março de 2015.

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  <b>CNPJ:</b> 84.591.890/0001-43 <b>Rua Tiradentes, 123</b> <b>C.E.P.:</b> 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 1/2015 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> 1/2015 <b>Processo de Licitação:</b> 1/2015 <b>Data do Processo:</b> 05/01/2015
	Folha: 2/3

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **VIEIRA & VIEIRA MANUTENÇÃO DE VEICULOS LTDA (8010)**

2 SERVIÇOS DE MECANICA ESPECIALIZADA PARA EQUIPAMENTOS ACOPLADOS AOS VEICULOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE GUINDASTE MUNK HIDRÁULICO COM CAPACIDADE 4000 KGF/M. DUAS LANÇAS HIDRÁULICAS E UMA LANÇA MANUAL, MARCA ARGOS- ACOPLADO AO VEICULO FIAT IVECO PLACAS MKJ-1354 TECNICA ESGOTO RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO FORD CARGO PLACA MEB-6131 TECNICA AGUA RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO VOLKS VW10.160 PLACAS QHC-7075 - TECNICA AGUA - Marca: VIEIRA	HR	90,00	0,0000	107,50	9.675,00
3 SERVIÇO DE ELETRICIDADE PARA EQUIPAMENTOS ACOPLADOS AOS VEICULOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE GUINDASTE MUNK HIDRÁULICO COM CAPACIDADE 4000 KGF/M. DUAS LANÇAS HIDRÁULICAS E UMA LANÇA MANUAL, MARCA ARGOS- ACOPLADO AO VEICULO FIAT IVECO PLACAS MKJ-1354 TECNICA ESGOTO RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO FORD CARGO PLACA MEB-6131 TECNICA AGUA RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO VOLKS VW10.160 PLACAS QHC-7075 - TECNICA AGUA - Marca: VIEIRA	HR	40,00	0,0000	122,00	4.880,00

Joaçaba, 6 de Março de 2015.

-----  
 Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 1/2015 - PR</b>	
	Processo Administrativo:	1/2015
	Processo de Licitação:	1/2015
Data do Processo:		05/01/2015
Folha: 3/3		

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****VIEIRA & VIEIRA MANUTENÇÃO DE VEICULOS LTDA (8010)**

4	SERVIÇO DE FUNILARIA E PINTURA PARA EQUIPAMENTOS ACOPLADOS AOS VEICULOS: PLACA MARCA/MODELO SIMAE GUINDASTE MUNK HIDRÁULICO COM CAPACIDADE 4000 KGF/M. DUAS LANÇAS HIDRÁULICAS E UMA LANÇA MANUAL, MARCA ARGOS- ACOPLADO AO VEICULO FIAT IVECO PLACAS MKJ-1354 TECNICA ESGOTO RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO FORD CARGO PLACA MEB-6131 TECNICA AGUA RETROESCAVADEIRA GIRO MÓVEL MARCA IMAP MODELO RM 3500, COMPOSTA DE DUAS LANÇAS ARTICULADAS COM CILINDRO HIDRÁULICOS, 01 CAÇAMBA NA EXTREMIDADE CONSTRUÍDA EM FORMATO DE CONCHA DOTADO DE DENTES AUTO-AFIANTES - ACOPLADO AO VEICULO VOLKS VW10.160 PLACAS QHC-7075 - TECNICA AGUA - Marca: VIEIRA	HR	40,00	0,0000	100,00	4.000,00
---	---	----	-------	--------	--------	----------

Total do Fornecedor: 29.305,00

Total Geral: 29.305,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (18), 2.062.3.3.90.00.00.00.00.00 (22)

Joaçaba, 6 de Março de 2015.

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

# Lages

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO PP 15-2015 PML

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015 PML  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE LEITE PARA CONSUMO NAS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário da Administração, por orientação da Procuradoria Geral do Município, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 1º do art. 49 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, delibera pela "ANULAÇÃO" do Processo Licitatório em epígrafe.

Atenciosamente.

Lages, 06 de março de 2015.  
Pedro Marcos Ortiz  
Secretário de Administração

### EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 34/2013 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 34/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.501.900.

CONTRATADA: CONSORCIO PONTE GRANDE, inscrito no CNPJ sob n.º 17.331.768/0001-40, estabelecido à Rua Saldanha Marinho n.º 116 - 3º andar Ed. Liberal Center, Florianópolis/SC - cep: 88.010-450.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Contratação de Empresa de Consultoria Especializada para o Gerenciamento, Supervisão, Fiscalização, Supervisão Ambiental e desenvolvimento dos Projetos Executivos, As Built, Readequações e demais Estudos Complementares, relativos ao Plano de Saneamento Integrado - Canalização do Ribeirão Ponte Grande e Construção da Avenida Ponte Grande e Implantação e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Município de Lages - SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução Fica Prorrogado por mais 18 (dezoito) Meses.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica Prorrogado por mais 18 (dezoito) Meses..

Lages, 23 de Fevereiro de 2015.  
Antonio Arcanjo Duarte  
Prefeito em exercício de Lages, SC

### EXTRATO CONTRATO 15/2015 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 15/2015 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: COMERCIAL DE ALIMENTOS MILENIO LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 07.773.491/0001-52, com sede a Av. das Jânias, 550 - sala 01 - Santa Helena - Lages/SC. CEP: 88.504-420.

Processo Licitatório nº 08/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 07/2015.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material de consumo, higiene e limpeza para uso na secretaria municipal de águas e saneamento- semasa, para o ano de 2015, Av 1º 1700, bairro Popular, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), Incluindo o descarregamento em até 05(cinco) dias das solicitações, na Secretária Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA Av. 1º de Maio, nº 1700, B: Popular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de 6.853,00 (seis mil oitocentos e cinquenta e três reais).

Lages, 04 de Março de 2015.  
Benjamin Schultz  
Secretário Municipal

### EXTRATO CONTRATO 72/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 72/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: GRÁFICA E EDITORA LÍDER LTDA-EPP inscrita no CNPJ n.º 79.935.102/0001-59, com sede a Av. das Indústrias 330 - Cristo Redentor - Criciúma/SC CEP 88.815-526.

Contrato, em decorrência do Processo 21/2015, Correlato ao Pregão Presencial 16/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Diários da Criança/ Educação Infantil 2015, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 05 (cinco) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), da Secretaria Municipal de Educação, à Av. Papa João XXIII nº 1.115, Bairro Petrópolis, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda  
O valor a ser pago será de R\$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais)

Lages, 05 de Março de 2015.  
Antonio Arcanjo Duarte  
Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO CONTRATO 73/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 73/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: GRANDO PNEUS LTDA inscrita no CNPJ n.º 03.562.696/0001-38, com sede a Av. Jucelino K. de Oliveira, 8860



- Santa Terezinha - Vacaria/RS CEP 95.200-000.

Contrato, em decorrência do Processo 41/2015, Correlato ao Pregão Presencial 21/2015.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Recapagem e Vulcanização de Pneus, para uso nos Veículos e Máquinas da Frota do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 03 (três) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), na Garagem da PML, à Rua Ministro Pedro de Toledo nº 07, Bairro Coral, CEP 88509-220, Fone (49) 3223-3449, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

Obs.: A aquisição dos produtos/materiais/serviço será feita mediante Autorização de Fornecimento fracionada, conforme medições e autorizada pelo Secretário da Fazenda

O valor a ser pago será de R\$ 293.000,10 (duzentos e noventa e três mil e dez centavos)

Lages, 06 de Março de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

#### EXTRATO CONTRATO 74/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 74/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ADRIANA NUNES ZANELLA MENDES inscrita no CPF n.º 946.755.899-87, com sede a Rua Frei Rogério, 225 - Centro - CEP 88.502-160 - Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 65/2015, correlato à Dispensa de Licitação 28/2015.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel situado a rua Vidal Ramos Junior, 41 Centro na cidade de Lages/SC, a ser utilizado como anexo à Diretoria de fiscalização da Secretaria da Fazenda

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015

O valor a ser pago será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais

Lages, 05 de Janeiro de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

#### EXTRATO CONTRATO 75/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 75/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: LUCILA BORGES PAGANI inscrita no CPF n.º 030.436.919-54, com sede a Rua Benjamin Constant, 28 - Centro - CEP 88.501-903 - Lages/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 39/2015,

correlato à Dispensa de Licitação 11/2015.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel situado a rua Frei Justino, 23 Centro CEP 88.502-025, na cidade de Lages/SC, a ser utilizado pelo setor de Segurança e Medicina do Trabalho

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015

O valor a ser pago será de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) mensais

Lages, 09 de Fevereiro de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

#### EXTRATO CONTRATO 76/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 76/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: Sra. MARIA DA GRAÇA LEAL VIEIRA, CPF n.º 347.849.009-00, GIBRAN LEAL VIEIRA CPF n.º 041.170.259-96, MICHELE LEAL VIEIRA JACOBBER CPF n.º 923.810.579-00 e ANELISE LEAL VIEIRA CUBAS CPF n.º 829.028.879-49. Com sede a Rua Oscar Amâncio Ramos, 42 - Centro - Lages/SC.

Contrato, em decorrência do do Processo Licitatório nº 71/2015, correlato à Dispensa de Licitação 16/2015.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de Imóvel para instalação CEIM Chapeuzinho Vermelho

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015

O valor a ser pago será de R\$ 4.945,19 (quatro mil novecentos e quarenta e cinco reais e dezenove centavos) mensais

Lages, 23 de Fevereiro de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

#### EXTRATO CONTRATO 77/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 77/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: RENE ALEXANDRE VOLKERT, inscrito no CPF n.º 287.498.479-53, com sede a Av. Brasil, 815 - Bairro São Cristóvão - Lages/SC CEP 88.509-310.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 74/2015, correlato à Dispensa de Licitação 30/2015.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Processo Licitatório nº 74/2015, correlato à Dispensa de Licitação 30/2015

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2015;

2.3 Do Contrato, da data da assinatura até 31/12/2015

O valor a ser pago será de R\$ 4.945,19 O valor a ser pago será de

R\$ 5.499,22 (cinco mil quatrocentos e noventa e nove reais e vinte e dois centavos) mensais

Lages, 04 de Março de 2015.  
Antonio Arcanjo Duarte  
Prefeito Municipal em Exercício

**TP 03-2015 SEMASA; PP 31 E 32-2015 PML**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 31-2015 PML  
Objeto: Aquisição de Divisórias e Materiais para Fabricação de Móveis  
Tipo: Menor Preço Por Lote  
Abertura: 19/03/2015 às 10:30  
Valor Estimado: R\$ 15.365,34

Modalidade: PP 32-2015 PML  
Objeto: Prestação de Serviços de Confecção de Cavaletes  
Tipo: Menor Preço Por Item  
Abertura: 24/03/2015 às 14:30  
Valor Estimado: R\$ 12.000,00

Modalidade: TP 03-2015 SEMASA  
Objeto: Prestação de Serviços de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Bairro Promorar.  
Tipo: Menor Preço Global  
Abertura: 25/03/2015 às 14:30  
Valor Estimado: R\$ 371.579,35

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus.  
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 06 de março de 2015.  
Pedro Marcos Ortiz  
Secretário de Administração

## Lauro Muller

### PREFEITURA

**EDITAL DE PREGAO Nº29/2015 PMLM**

EDITAL DE PREGAO Nº29/2015 PMLM  
PROCESSO Nº29/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 19 de março de 2015 às 09:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para aquisição de madeiras brutas e beneficiadas de forma PARCELADA para atender as necessidades das Secretarias de Obra e Educação do Município de Lauro Muller, no decorrer do exercício de 2015, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 6 de março de 2015.  
Leandro Stangherlin  
Pregoeiro Municipal

# Lebon Regis

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 465/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS  
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
PORTARIA Nº. 0465/2015 de 02 DE MARÇO DE 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

#### RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR A PEDIDO A FUNCIONÁRIA, ELIANA ROSA GOMES, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 02/03/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,  
em 02 de Março de 2015.  
MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

### PORTARIA Nº 466/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS  
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0466/2015 de 02 DE MARÇO DE 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

#### RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR A FUNCIONÁRIA, ELAINE GRANEMANN SOUZA, ocupante do cargo de CHEFE DOS SERVIÇOS DE ENFERMAGEM do quadro de pessoal do hospital, a partir de 02/03/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,  
em 02 de Março de 2015.  
MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

### PORTARIA Nº 467/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS  
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
PORTARIA Nº. 0467/2015 de 03 de Março de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

#### RESOLVE:

ART. 1º - NOMEAR E EMPOSSAR, através de concurso público, a Servidora, ELAINE GRANEMANN SOUZA para ocupar o cargo de ENFERMEIRA constante do quadro de pessoal efetivo do Hospital, a partir de 03/05/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,  
em 03 de Maio de 2015.  
MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

### PORTARIA Nº 468/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS  
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
PORTARIA Nº. 0468/2015 de 03 DE MARÇO DE 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, e de conformidade com o Art. 96 da Lei Complementar nº 076 de 12/01/2012.

#### RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER FÉRIAS NORMAIS a servidora, ZENILDA APARECIDA GOMES, ocupante do cargo de SERVENTE relativo ao período aquisitivo de 31/08/2012 a 30/08/2013 e período de gozo de 03/03/2015 a 01/04/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,  
em 03 de Março de 2015.  
MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

### PORTARIA Nº 469/2015 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS  
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO  
PORTARIA Nº. 0468/2015 de 04 DE MARÇO DE 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de

conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, e de conformidade com o Art. 96 da Lei Complementar nº 076 de 12/01/2012.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER FÉRIAS NORMAIS a servidora, ALBERTH HEINE CARLIN BARRETO, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM relativo ao período aquisitivo de 07/11/2013 a 06/11/2014 e período de gozo de 04/03/2015 a 02/04/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,  
em 04 de Março de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

#### **PORTARIA Nº 470/2015 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0470/2015 de 04 de Março de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1º - NOMEAR E EMPOSSAR , através de concurso público, a Servidora, IZELINE CORREIA DE SOUZA DO VALLE para ocupar o cargo de ENFERMEIRA constante do quadro de pessoal efetivo do Hospital, a partir de 04/03/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,  
em 03 de Maio de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

#### **PORTARIA Nº 471/2015 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0471/2015 de 04 de Março de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, e de conformidade com o Art. 96 § 3º da Lei Complementar nº 076 de 12/01/2012.

RESOLVE:

ART. 1º - INDENIZAR INTEGRALMENTE, a Licença Prêmio de 18 dias a servidora, NEIVA MACIEL ROSA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, relativo ao período aquisitivo de 12/01/2014 a 11/01/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,  
em 04 de Março de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO  
Presidente

#### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2015 – REGISTRO PREÇOS 02/2015**

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2015 - REGISTRO PREÇOS 02/2015

O Município de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Lote. Objeto: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de materiais de construção, material hidráulico, material elétrico, pedra brita, tubos de concreto e madeiras para atendimento dos diversos Fundos, Setores e Secretarias da Administração Municipal pelo período de 12 meses. Recebimento da documentação e das propostas até 09h00min do dia 20 de Março de 2015. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do 20/03/2015. Obtenção do Edital e maiores informações: pelo site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br), e-mail: [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br) ou tel.: (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 05 de março de 2015.

Gilmar Francisco Peretti

Pregoeiro.



# Luzerna

## PREFEITURA

### CONTRATO PML Nº 041.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 041/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 013/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 007/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de fevereiro do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretária da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 013/2015, Pregão Presencial nº 007/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

1 - MECÂNICA FACIN LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.081.014/0001-40, com endereço na Rua Frei João, nº 161, Centro em Luzerna/SC, representada por seu sócio administrador, ITAMAR JULIO FACIN, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 3849524 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº 004.225.289-00, doravante denominado FORNECEDOR 1;

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de serviços, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura, destinados à manutenção de veículos e máquinas da frota municipal e dos Fundos Especiais, em conformidade com as especificações no anexo do Edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação LOTE: 1	Unid	Qtde	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	Serviço de mecânica geral para a categoria de veículos constantes da categoria 1 - veículos leves	HRS	1.100,00	31,00	34.100,00
2	Serviço de mecânica especializada para a categoria de veículos constantes da categoria 1 - veículos leves	HRS	1.100,00	37,00	40.700,00

O FORNECEDOR 1 - MECÂNICA FACIN LTDA - ME, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 74.800,00 (setenta e quatro mil oitocentos reais)

1.2. O objeto deverá ser executado de forma parcelada e atender às categorias de veículos descritos nos anexos do Edital.

1.3. Para esta contratação, entende-se por serviços de mecânica especializada, aqueles que envolvem a retífica e montagem de motores, caixa e diferencial, bem como, o sistema hidráulico e

injeção eletrônica, conforme o caso.

1.4. Os serviços de mecânica geral e eletricidade, basicamente, consistirão em:

- Verificação corretiva ou preventiva do sistema mecânico e/ou elétrico dos veículos e máquinas;
- Substituição de peças;
- Verificação da adequação e ensaio das peças a serem substituídas;
- Testes de funcionamento e segurança;
- Limpeza e lubrificação de sistemas mecânicos;
- Avaliação da necessidade de manutenção mecânica e/ou elétrica para a utilização eficiente e segura dos veículos e máquinas.

1.5. Os serviços de funilaria e pintura, basicamente, consistirão em:

- Verificação corretiva ou preventiva da carenagem e da pintura dos veículos e máquinas;
- Reforma ou substituição de partes;
- Verificação da adequação e ensaio das partes restauradas ou substituídas;
- Testes de funcionamento e segurança;
- Aplicação de proteção química nas áreas metálicas sujeitas a oxidação;
- Restauração da pintura das partes deterioradas ou realização de pintura integral em partes novas;
- Verificação da adequação e ensaio das cores nas partes restauradas ou substituídas;
- Testes de secagem e resistência da pintura;
- Aplicação de cera especial e execução de polimento nos veículos e/ou máquinas pintados.

1.6. Poderá ocorrer, a critério do Município, alteração nos veículos e máquinas descritos em cada categoria de veículos e máquinas, em virtude de renovação ou supressão da frota atual.

1.7. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.8. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência do contrato.

1.9. Havendo necessidade de substituição de peças, as mesmas serão cobradas em separado, mediante a apresentação de orçamento prévio, condicionado à autorização do Município, e obedecidos aos preços de mercado vigentes à época da substituição.

1.10. O Município reserva-se no direito de adquirir de terceiros as peças que tiverem de ser substituídas, desde que os preços apresentados pela empresa contratada sejam superiores aos cotados pelo Município com, no mínimo, mais 02 (dois) fornecedores.

1.11. O Município, por intermédio da secretaria ou órgão requisitante, procederá à entrega dos veículos e/ou máquinas no estabelecimento do FORNECEDOR, retirando-os do local logo após a execução dos serviços.

1.12. Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, o FORNECEDOR deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, oficina localizada a uma distância viária inferior a 10 (dez) quilômetros do prédio sede da Prefeitura, localizado à Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro.

1.13. Por ocasião do recebimento dos veículos e/ou máquinas, a empresa contratada, depois de constatado o problema, deverá fornecer a relação e o orçamento das peças, bem como a previsão de horas para a execução dos serviços necessários.

1.14. O Município irá se pronunciar em até 02 dias úteis, quanto à aplicação das peças e a efetiva execução dos serviços.

1.15. Os serviços deverão ser iniciados em até 24 horas contadas da ordem de execução e entregues no período de tempo previsto para a sua execução.

1.16. O Município reserva-se no direito de exercer ampla

fiscalização do fornecimento dos produtos e serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade.

1.17. O aceite dos serviços e/ou peças não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos serviços, ou por serviços prestados em desacordo com o estipulado no Edital, verificados posteriormente.

1.18. Constatado o fornecimento de produtos ou serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

1.19. O FORNECEDOR deverá fornecer a garantia mínima do fabricante para as peças de reposição e de, no mínimo, 03 meses para os serviços executados.

1.20. A prestação dos serviços e/ou o fornecimento de peças de forma inadequada, que não atenderem às exigibilidades, não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

1.21. O FORNECEDOR deverá fornecer, às suas expensas, as ferramentas e materiais de consumo de pequeno valor, necessários à execução dos serviços.

## CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os valores contratuais somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento formalizado pelo FORNECEDOR, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento

fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras através do telefone/fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

## CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Atender ao disposto nesta Ata, no Edital e seus anexos;

4.1.2. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.3. Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório;

4.1.4. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata;

4.1.6. Exigir documento de autorização emitido pelo Setor Municipal competente, para liberação dos serviços solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

## CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata

de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA

##### DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

6.3. O contrato decorrente desta licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Elemento - 3.3.90.30.51 - Material para conservação e manutenção de bens de uso comum do povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação - Outras Despesas Correntes

Categoria Economia - 3.3.90.00.00 - Outras Despesas Correntes

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.26.782.0067.2060 - Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município

#### CLÁUSULA NONA

##### DA VIGÊNCIA



A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, havendo interesse de ambas as partes, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores (art. 57).

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 27 de fevereiro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

ITAMAR JULIO FACIN

MECANICA FACIN LTDA - ME

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

#### CONTRATO PML Nº 042.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 042/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 013/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 007/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de fevereiro do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 013/2015, Pregão Presencial nº 007/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

2 - VALTER GEHM - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.315.230/0001-08, com endereço na Rua ROD. SC 303 KM 55, nº 55, Portal das Flores em Luzerna/SC, representada por seu sócio administrador, VALTER GEHM, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 11/C-1.071.627-SSP-SC e inscrito no CPF/MF sob nº 386.247.619-72, residente e domiciliado na Rua ROD. SC 303 KM 55, nº 55, Portal das Flores em Luzerna/SC, doravante denominado FORNECEDOR 2;

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de serviços, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura, destinados à manutenção de veículos e máquinas da frota municipal e dos Fundos Especiais, em conformidade com as especificações no anexo do Edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid	Qtde	Preço unitário R\$	Preço total R\$
3	LOTE: 3 Serviço de eletricidade para a categoria de veículos constantes da categoria 1 - veículos leves	HRS	610,00	27,00	16.470,00
7	LOTE: 5 Serviço de eletricidade para a categoria de veículos constantes da categoria 2 - vans, camionetas, caminhões e ônibus	HRS	890,00	39,00	34.710,00
12	LOTE: 9 Serviço de eletricidade para a categoria de veículos constantes da categoria 3 - máquinas pesadas	HRS	1.350,00	42,00	56.700,00

O FORNECEDOR 2 - VALTER GEHM - ME, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 107.880,00 (cento e sete mil e oitocentos e oitenta reais);

1.2. O objeto deverá ser executado de forma parcelada e atender



às categorias de veículos descritos nos anexos do Edital.

1.3. Para esta contratação, entende-se por serviços de mecânica especializada, aqueles que envolvem a retífica e montagem de motores, caixa e diferencial, bem como, o sistema hidráulico e injeção eletrônica, conforme o caso.

1.4. Os serviços de mecânica geral e eletricidade, basicamente, consistirão em:

a. Verificação corretiva ou preventiva do sistema mecânico e/ou elétrico dos veículos e máquinas;

b. Substituição de peças;

c. Verificação da adequação e ensaio das peças a serem substituídas;

d. Testes de funcionamento e segurança;

e. Limpeza e lubrificação de sistemas mecânicos;

f. Avaliação da necessidade de manutenção mecânica e/ou elétrica para a utilização eficiente e segura dos veículos e máquinas.

1.5. Os serviços de funilaria e pintura, basicamente, consistirão em:

a. Verificação corretiva ou preventiva da carenagem e da pintura dos veículos e máquinas;

b. Reforma ou substituição de partes;

c. Verificação da adequação e ensaio das partes restauradas ou substituídas;

d. Testes de funcionamento e segurança;

e. Aplicação de proteção química nas áreas metálicas sujeitas a oxidação;

f. Restauração da pintura das partes deterioradas ou realização de pintura integral em partes novas;

g. Verificação da adequação e ensaio das cores nas partes restauradas ou substituídas;

h. Testes de secagem e resistência da pintura;

i. Aplicação de cera especial e execução de polimento nos veículos e/ou máquinas pintados.

1.6. Poderá ocorrer, a critério do Município, alteração nos veículos e máquinas descritos em cada categoria de veículos e máquinas, em virtude de renovação ou supressão da frota atual.

1.7. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.8. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência do contrato.

1.9. Havendo necessidade de substituição de peças, as mesmas serão cobradas em separado, mediante a apresentação de orçamento prévio, condicionado à autorização do Município, e obedecidos aos preços de mercado vigentes à época da substituição.

1.10. O Município reserva-se no direito de adquirir de terceiros as peças que tiverem de ser substituídas, desde que os preços apresentados pela empresa contratada sejam superiores aos cotados pelo Município com, no mínimo, mais 02 (dois) fornecedores.

1.11. O Município, por intermédio da secretaria ou órgão requisitante, procederá à entrega dos veículos e/ou máquinas no estabelecimento do FORNECEDOR, retirando-os do local logo após a execução dos serviços.

1.12. Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, o FORNECEDOR deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, oficina localizada a uma distância viária inferior a 10 (dez) quilômetros do prédio sede da Prefeitura, localizado à Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro.

1.13. Por ocasião do recebimento dos veículos e/ou máquinas, a empresa contratada, depois de constatado o problema, deverá fornecer a relação e o orçamento das peças, bem como a previsão de horas para a execução dos serviços necessários.

1.14. O Município irá se pronunciar em até 02 dias úteis, quanto à aplicação das peças e a efetiva execução dos serviços.

1.15. Os serviços deverão ser iniciados em até 24 horas contadas da ordem de execução e entregues no período de tempo previsto para a sua execução.

1.16. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos produtos e serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade.

1.17. O aceite dos serviços e/ou peças não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos serviços, ou por serviços prestados em desacordo com o estipulado no Edital, verificados posteriormente.

1.18. Constatado o fornecimento de produtos ou serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

1.19. O FORNECEDOR deverá fornecer a garantia mínima do fabricante para as peças de reposição e de, no mínimo, 03 meses para os serviços executados.

1.20. A prestação dos serviços e/ou o fornecimento de peças de forma inadequada, que não atenderem às exigibilidades, não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

1.21. O FORNECEDOR deverá fornecer, às suas expensas, as ferramentas e materiais de consumo de pequeno valor, necessários à execução dos serviços.

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os valores contratuais somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento formalizado pelo FORNECEDOR, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão

Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras através do telefone/fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Atender ao disposto nesta Ata, no Edital e seus anexos;

4.1.2. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.3. Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório;

4.1.4. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata;

4.1.6. Exigir documento de autorização emitido pelo Setor Municipal competente, para liberação dos serviços solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a

irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

6.3. O contrato decorrente desta licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser identificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Elemento - 3.3.90.30.51 - Material para conservação e manutenção de bens de uso comum do povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação - Outras Despesas Correntes

Categoria Economia - 3.3.90.00.00 - Outras Despesas Correntes

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.26.782.0067.2060 - Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município

#### CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, havendo interesse de ambas as partes, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores (art. 57).

#### CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 27 de fevereiro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

VALTER GEHM

VALTER GEHM - ME

FORNECEDOR 2

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_



**CONTRATO PML Nº 043.15**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 043/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 013/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 007/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de fevereiro do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 013/2015, Pregão Presencial nº 007/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

3 - MECÂNICA E CHAPEAÇÃO PORTAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.110.040/0001-72, com endereço na Rua Frei João, nº 640, Centro, em Luzerna/SC, representada por seu representante legal IDALIR BRESSAN, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 1.707.829-SSP-SC e inscrito no CPF/MF sob nº 501.242.779-34, residente e domiciliado na Rua Dois Irmãos, nº 86, Vila Alemanha, em Luzerna/SC, doravante denominado FORNECEDOR 3;

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de serviços, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura, destinados à manutenção de veículos e máquinas da frota municipal e dos Fundos Especiais, em conformidade com as especificações no anexo do Edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid	Qtde	Preço unitário R\$	Preço total R\$
4	LOTE:3 Serviço de funilaria e pintura para a categoria de veículos constantes da categoria 1 - veículos leves	HRS	570,00	49,00	27.930,00
5	LOTE:4 Serviço de mecânica geral para a categoria de veículos constantes da categoria 2 - vans, camionetas, caminhões e ônibus	HRS	1.390,00	45,00	62.550,00
6	LOTE:4 Serviço de mecânica especializada para a categoria de veículos constantes da categoria 2 - vans, camionetas, caminhões e ônibus	HRS	1.390,00	58,00	80.620,00

8	LOTE:6 Serviço de funilaria e pintura para a categoria de veículos constantes da categoria 2 - vans, camionetas, caminhões e ônibus	HRS	540,00	48,00	25.920,00
9	LOTE:7 Serviços de solda para categoria de veículos constantes da categoria 2 - vans, camionetas, caminhões e ônibus	HRS	600,00	49,00	29.400,00
10	LOTE:8 Serviço de mecânica geral para a categoria de veículos constantes da categoria 3 - máquinas pesadas	HRS	1.600,00	70,00	112.000,00
11	LOTE:8 Serviço de mecânica especializada para a categoria de veículos constantes da categoria 3 - máquinas pesadas	HRS	1.600,00	70,00	112.000,00
13	LOTE:10 Serviço de funilaria e pintura para a categoria de veículos constantes da categoria 3 - máquinas pesadas	HRS	1.120,00	70,00	78.400,00

O FORNECEDOR 3 - MECÂNICA E CHAPEAÇÃO PORTAL LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 528.820,00 (quinhentos e vinte e oito mil e oitocentos e vinte reais);

1.2. O objeto deverá ser executado de forma parcelada e atender às categorias de veículos descritos nos anexos do Edital.

1.3. Para esta contratação, entende-se por serviços de mecânica especializada, aqueles que envolvem a retífica e montagem de motores, caixa e diferencial, bem como, o sistema hidráulico e injeção eletrônica, conforme o caso.

1.4. Os serviços de mecânica geral e eletricidade, basicamente, consistirão em:

- Verificação corretiva ou preventiva do sistema mecânico e/ou elétrico dos veículos e máquinas;
- Substituição de peças;
- Verificação da adequação e ensaio das peças a serem substituídas;
- Testes de funcionamento e segurança;
- Limpeza e lubrificação de sistemas mecânicos;
- Avaliação da necessidade de manutenção mecânica e/ou elétrica para a utilização eficiente e segura dos veículos e máquinas.

1.5. Os serviços de funilaria e pintura, basicamente, consistirão em:

- Verificação corretiva ou preventiva da carenagem e da pintura dos veículos e máquinas;
- Reforma ou substituição de partes;
- Verificação da adequação e ensaio das partes restauradas ou substituídas;
- Testes de funcionamento e segurança;
- Aplicação de proteção química nas áreas metálicas sujeitas a oxidação;
- Restauração da pintura das partes deterioradas ou realização de pintura integral em partes novas;



- g. Verificação da adequação e ensaio das cores nas partes restauradas ou substituídas;  
h. Testes de secagem e resistência da pintura;  
i. Aplicação de cera especial e execução de polimento nos veículos e/ou máquinas pintados.

1.6. Poderá ocorrer, a critério do Município, alteração nos veículos e máquinas descritos em cada categoria de veículos e máquinas, em virtude de renovação ou supressão da frota atual.

1.7. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.8. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência do contrato.

1.9. Havendo necessidade de substituição de peças, as mesmas serão cobradas em separado, mediante a apresentação de orçamento prévio, condicionado à autorização do Município, e obedecidos aos preços de mercado vigentes à época da substituição.

1.10. O Município reserva-se no direito de adquirir de terceiros as peças que tiverem de ser substituídas, desde que os preços apresentados pela empresa contratada sejam superiores aos cotados pelo Município com, no mínimo, mais 02 (dois) fornecedores.

1.11. O Município, por intermédio da secretaria ou órgão requisitante, procederá à entrega dos veículos e/ou máquinas no estabelecimento do FORNECEDOR, retirando-os do local logo após a execução dos serviços.

1.12. Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, o FORNECEDOR deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, oficina localizada a uma distância viária inferior a 10 (dez) quilômetros do prédio sede da Prefeitura, localizado à Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro.

1.13. Por ocasião do recebimento dos veículos e/ou máquinas, a empresa contratada, depois de constatado o problema, deverá fornecer a relação e o orçamento das peças, bem como a previsão de horas para a execução dos serviços necessários.

1.14. O Município irá se pronunciar em até 02 dias úteis, quanto à aplicação das peças e a efetiva execução dos serviços.

1.15. Os serviços deverão ser iniciados em até 24 horas contadas da ordem de execução e entregues no período de tempo previsto para a sua execução.

1.16. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos produtos e serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade.

1.17. O aceite dos serviços e/ou peças não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos serviços, ou por serviços prestados em desacordo com o estipulado no Edital, verificados posteriormente.

1.18. Constatado o fornecimento de produtos ou serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

1.19. O FORNECEDOR deverá fornecer a garantia mínima do fabricante para as peças de reposição e de, no mínimo, 03 meses para os serviços executados.

1.20. A prestação dos serviços e/ou o fornecimento de peças de forma inadequada, que não atenderem às exigibilidades, não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

1.21. O FORNECEDOR deverá fornecer, às suas expensas, as ferramentas e materiais de consumo de pequeno valor, necessários à execução dos serviços.

## CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os valores contratuais somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento formalizado pelo FORNECEDOR, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

## CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras através do telefone/fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

## CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Atender ao disposto nesta Ata, no Edital e seus anexos;

4.1.2. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.3. Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório;

4.1.4. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.5.Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata;

4.1.6.Exigir documento de autorização emitido pelo Setor Municipal competente, para liberação dos serviços solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

6.3.O contrato decorrente desta licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d.Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço

registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Elemento - 3.3.90.30.51 - Material para conservação e manutenção de bens de uso comum do povo  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação - Outras Despesas Correntes

Categoria Economia - 3.3.90.00.00 - Outras Despesas Correntes

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.26.782.0067.2060 - Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município

#### CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, havendo interesse de ambas as partes, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores (art. 57).

#### CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado,

declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 27 de fevereiro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

IDALIR BRESSAN

MECÂNICA E CHAPEAÇÃO PORTAL LTDA

FORNECEDOR 3

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

#### CONTRATO PML Nº 044.15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 044/2015

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 013/2015

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 007/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de fevereiro do ano de 2015, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 013/2015, Pregão Presencial nº 007/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

4 - INCOGIL IND. DE PEÇAS CONS. GIACOMIN LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.395.430/0001-00, com endereço a Rua Celeste Sbruzzi, Centro, em Luzerna/SC, CEP 89609-000, representada por seu



representante legal MARCOS ANDRE GIACOMIN, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 2819136-SSP-SC e inscrito no CPF/MF sob nº 828.424.509-49, doravante denominado FORNECEDOR 4;

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de serviços, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura, destinados à manutenção de veículos e máquinas da frota municipal e dos Fundos Especiais, em conformidade com as especificações no anexo do Edital, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid	Qtde	Preço unitário R\$	Preço total R\$
14	LOTE:11 Serviço de solda para a categoria de veículos constantes da categoria 3 – máquinas pesadas	HRS	600,00	60,00	36.000,00

O FORNECEDOR 3 - INCOGIL IND. DE PEÇAS CONS. GIACOMIN LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima receberá o valor global total de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais);

1.2. O objeto deverá ser executado de forma parcelada e atender às categorias de veículos descritos nos anexos do Edital.

1.3. Para esta contratação, entende-se por serviços de mecânica especializada, aqueles que envolvem a retífica e montagem de motores, caixa e diferencial, bem como, o sistema hidráulico e injeção eletrônica, conforme o caso.

1.4.Os serviços de mecânica geral e eletricidade, basicamente, consistirão em:

- Verificação corretiva ou preventiva do sistema mecânico e/ou elétrico dos veículos e máquinas;
- Substituição de peças;
- Verificação da adequação e ensaio das peças a serem substituídas;
- Testes de funcionamento e segurança;
- Limpeza e lubrificação de sistemas mecânicos;
- Avaliação da necessidade de manutenção mecânica e/ou elétrica para a utilização eficiente e segura dos veículos e máquinas.

1.5.Os serviços de funilaria e pintura, basicamente, consistirão em:

- Verificação corretiva ou preventiva da carenagem e da pintura dos veículos e máquinas;
- Reforma ou substituição de partes;
- Verificação da adequação e ensaio das partes restauradas ou substituídas;
- Testes de funcionamento e segurança;
- Aplicação de proteção química nas áreas metálicas sujeitas a oxidação;
- Restauração da pintura das partes deterioradas ou realização de pintura integral em partes novas;
- Verificação da adequação e ensaio das cores nas partes restauradas ou substituídas;
- Testes de secagem e resistência da pintura;
- Aplicação de cera especial e execução de polimento nos veículos e/ou máquinas pintados.

1.6.Poderá ocorrer, a critério do Município, alteração nos veículos e máquinas descritos em cada categoria de veículos e máquinas, em virtude de renovação ou supressão da frota atual.

1.7.Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente

existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.8. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência do contrato.

1.9. Havendo necessidade de substituição de peças, as mesmas serão cobradas em separado, mediante a apresentação de orçamento prévio, condicionado à autorização do Município, e obedecidos aos preços de mercado vigentes à época da substituição.

1.10. O Município reserva-se no direito de adquirir de terceiros as peças que tiverem de ser substituídas, desde que os preços apresentados pela empresa contratada sejam superiores aos cotados pelo Município com, no mínimo, mais 02 (dois) fornecedores.

1.11.O Município, por intermédio da secretaria ou órgão requisitante, procederá à entrega dos veículos e/ou máquinas no estabelecimento do FORNECEDOR, retirando-os do local logo após a execução dos serviços.

1.12. Considerando-se questões de ordem operacional e financeira na relação custo-benefício e, preservando-se o interesse público, o FORNECEDOR deverá disponibilizar, para a execução dos serviços, oficina localizada a uma distância viária inferior a 10 (dez) quilômetros do prédio sede da Prefeitura, localizado à Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro.

1.13. Por ocasião do recebimento dos veículos e/ou máquinas, a empresa contratada, depois de constatado o problema, deverá fornecer a relação e o orçamento das peças, bem como a previsão de horas para a execução dos serviços necessários.

1.14. O Município irá se pronunciar em até 02 dias úteis, quanto à aplicação das peças e a efetiva execução dos serviços.

1.15. Os serviços deverão ser iniciados em até 24 horas contadas da ordem de execução e entregues no período de tempo previsto para a sua execução.

1.16. O Município reserva-se no direito de exercer ampla fiscalização do fornecimento dos produtos e serviços, verificando se estão sendo cumpridos os termos contratuais, não se excluindo a empresa contratada da responsabilidade por qualquer irregularidade.

1.17. O aceite dos serviços e/ou peças não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos serviços, ou por serviços prestados em desacordo com o estipulado no Edital, verificados posteriormente.

1.18.Constatado o fornecimento de produtos ou serviços de má qualidade, o Município poderá utilizar-se do disposto na Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

1.19. O FORNECEDOR deverá fornecer a garantia mínima do fabricante para as peças de reposição e de, no mínimo, 03 meses para os serviços executados.

1.20.A prestação dos serviços e/ou o fornecimento de peças de forma inadequada, que não atenderem às exigibilidades, não serão recebidos e o pagamento ficará suspenso até sua regularização de forma integral.

1.21. O FORNECEDOR deverá fornecer, às suas expensas, as ferramentas e materiais de consumo de pequeno valor, necessários à execução dos serviços.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os valores contratuais somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento formalizado pelo FORNECEDOR, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste;

2.2.O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.



2.3.O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4.Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5.Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras através do telefone/fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

3.5. Os preços não serão reajustados.

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

#### CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1.Atender ao disposto nesta Ata, no Edital e seus anexos;

4.1.2.Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.3.Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório;

4.1.4.Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.5.Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução da Ata;

4.1.6.Exigir documento de autorização emitido pelo Setor Municipal competente, para liberação dos serviços solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

#### CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.6.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR a da ordem de serviços.

5.6.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.7.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;  
6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;  
6.3. O contrato decorrente desta licitação, somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

##### DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nas seguintes

casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

#### CLÁUSULA OITAVA

##### DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Elemento - 3.3.90.30.51 - Material para conservação e manutenção de bens de uso comum do povo

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Modalidade de Aplicação - Outras Despesas Correntes

Categoria Economia - 3.3.90.00.00 - Outras Despesas Correntes

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.26.782.0067.2060 - Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município

#### CLÁUSULA NONA

##### DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, havendo interesse de ambas as partes, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores (art. 57).

#### CLÁUSULA DÉCIMA

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da

Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 27 de fevereiro de 2015.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna  
CONTRATANTE

MARCOS ANDRE GIACOMIN  
INCOGIL IND. DE PEÇAS CONS. GIACOMIN LTDA  
FORNECEDOR 4

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

#### EXTRATO DE CONVÊNIO 0022015

EXTRATO DE CONVÊNIO  
PML 2015

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2015

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LUZERNA -ADR

VALOR: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

OBJETO: operacionalização do PROGRAMA PLANTE MAIS para aquisição de óleo diesel a ser utilizado pela entidade nos seus trabalhos fazendo com que a hora/máquina mantenha-se a um preço acessível ao agricultor, aumentando os serviços prestados, refletindo no aumento da produção e nos investimentos dos agricultores, gerando maior retorno ao agricultor e, em decorrência, acréscimo no índice de retorno da receita do ICMS.

DOTAÇÃO: Atividade - 0901.20.606.0052.1087 - Programa Plante Mais - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

VIGÊNCIA: Até 31/12/2015.

Luzerna, 05 de março de 2015.

MOISES DIERSMANN Prefeito Municipal de Luzerna CONVENIENTE	ALTAIR FIORIN ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LUZERNA -ADR CONVENIADA
---	---

#### EXTRATO DE CONVÊNIO 00322015

EXTRATO DE CONVÊNIO  
PML 2015

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 003/2015

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA  
CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LUZERNA -ADR

VALOR: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

OBJETO: repasse de recursos financeiros para a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LUZERNA visando a aquisição de equipamentos agrícolas consistindo em uma ensiladeira semi-hidráulica e uma carreta, 6 toneladas, rodado tambei de pneus com aplicador de inoculante para utilização no atendimento dos produtores rurais do Município através da referida Associação.

DOTAÇÃO: Unidade Gestora - Prefeitura Municipal de Luzerna - 09 - Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente - Projeto - 0901.20.606.0052.1014 - Aquisição de Veículos e Equipamentos e Renovação da Patrulha Mecanizada Agrícola - Modalidade de Aplicação - 4.4.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - Fonte de Recursos 00 - Recursos Ordinários - Detalhamento 000000 - Sem Detalhamento.

VIGÊNCIA: Até 20/12/2015.

Luzerna, 05 de março de 2015.

MOISES DIERSMANN Prefeito Municipal de Luzerna CONVENIENTE	ALTAIR FIORIN ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE LUZERNA -ADR CONVENIADA
---	---

#### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 131/2014 - CC 007/2014 - TERRENOS DISTRITO INDUSTRIAL - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 131/2014 - PML

Concorrência Pública nº 007/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 131/2014, nos seguintes termos:

- Modalidade: Concorrência Pública

- Objeto: A presente licitação tem por objeto a concessão de direito real de uso sobre bens imóveis abaixo arrolados, localizados na áreas indicadas, de propriedade do Município, com a finalidade de incentivo e estímulo à instalação de empresa ou a prevenção de sua evasão do município, e a geração de emprego e renda, com encargos e cláusula de reversão, constante da descrição abaixo: LOTE 01 - Terreno urbano denominada área "3 - E", com um área superficial de 3.245,10 m². LOTE 02- Terreno urbano denominada área "3 - F", com uma área superficial de 4.257,01 m².

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* SOLUFRIGO COMPONENTES INDUSTRIAIS LTDA - EPP

\* HIPER MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA - EPP

Luzerna (SC), 02 de março de 2015.

MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML.073.12**

EXTRATO DE CONTRATO  
PML 2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº: Contrato pml.073.12 - Sexto Termo Aditivo

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: SUPRESSÃO correspondente ao valor de R\$ 1.240,55 (mil duzentos e quarenta reais e cinquenta e cinco centavos) do valor do contrato, nos termos previstos em sua Cláusula Décima Primeira.

Luzerna(SC), 04 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR BETHA SISTEMAS LTDA CONTRATADA
--	---

**EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML.073.12**

EXTRATO DE CONTRATO  
PML 2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº: Contrato pml.073.12 - Sétimo Termo Aditivo

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: ACRESCENTAR ao contrato correspondente ao valor de R\$ 1.515,93 (um mil quinhentos e quinze reais e noventa e três centavos) do valor do contrato, nos termos previstos em sua Cláusula Décima Primeira.

Luzerna(SC), 04 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN Prefeito de Luzerna CONTRATANTE	ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR BETHA SISTEMAS LTDA CONTRATADA
--	---

**PORTARIA 027/15**

PORTARIA Nº 027/15 de 02 de março de 2015.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR A PEDIDO o servidor PEDRO LUCIANO SORGATO, ocupante do emprego público de ENGENHEIRO CIVIL, Nível 04, Classe "A", do Grupo IV - Atividades de Nível Superior/ANS, do Anexo I, da Tabela de Empregos de Provedimento Efetivo da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores, a partir de 02 de março de 2015.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de março de 2015.

Luzerna(SC), 02 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**PORTARIA 028/15**

PORTARIA Nº 028/15 de 02 de março de 2015.

"ACATA PEDIDO DE DISPENSA DE SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ACATAR PEDIDO DE DISPENSA da servidora TAIZE Sabei, contratada para exercer a função de Professora II, 40 horas semanais, na Educação Especial, através da Portaria nº 051/14 de 17 de fevereiro de 2014, a partir de 02 de março de 2015.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de março de 2015.

Luzerna(SC), 02 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**PORTARIA 029/15**

PORTARIA Nº 029/15 de 02 de março de 2015.

"NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR JOÃO MARCOS VARELA, para o cargo de provimento em comissão de GESTOR DA INCUBADORA TECNOLÓGICA, Nível CC-3, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provedimento em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, a partir de 02 de março de 2015.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de março de 2015.

Luzerna(SC), 02 de março de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna



**PORTARIA 030/15**

PORTARIA Nº 030/15 de 02 de março de 2015.  
"DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art.1º- DESIGNAR o servidor DEJAIR TEDESCO, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 01, Classe "A", do Grupo I - Atividades de Nível Auxiliar/ANA do Anexo I, da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores, para o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Paisagismo, Nível CC-2, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, a partir de 02 de março de 2015.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de março de 2015, revogadas as disposições da Portaria nº 149/13 de 29 de maio de 2013.

Luzerna(SC), 02 de março de 2015.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

**Macieira****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO\_ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0010/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2015****EDITAL DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2015

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0010/2015

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0010/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0008/2015, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que até 09h00min, do dia 23 de março de 2015, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3264, de 05 de janeiro de 2015, estará recebendo propostas para a contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra, destinados aos serviços de lavagem, preparação e pintura das paredes dos espaços Municipais, compreendendo o prédio da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores, prédio da Casa da Cultura e Conselho Tutelar, Escola Municipal Pequenos Brilhantes e Escola Municipal Professora Cândida Zucatti, de acordo com a descrição, quantitativos e prazos especificados no Edital e seu Anexo I.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 23/03/2015, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0008/2015, através do e-mail [compras2@macieira.sc.gov.br](mailto:compras2@macieira.sc.gov.br) ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2019, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 06 de março de 2015.  
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO  
Pregoeira

**AVISO DE LICITAÇÃO\_ PROCESSO Nº 0002/2015 - FMS****EDITAL DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2015

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2015

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através do Fundo Municipal de Saúde de Macieira, representado pela Sra. Mariza Aparecida Pérego Schmitz, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva

ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº. 0002/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0001/2015, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que até 09h00min, do dia 19 de março de 2015, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3264, de 05 de janeiro de 2015, estará recebendo propostas para a contratação de empresa para fornecimento de motor novo ou usado, para substituição do motor do veículo ambulância FORD TRANSIT, ano/modelo 2010, placas MIF 2337, com mão de obra, teste do motor e reparos inclusos, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde de Macieira, conforme especificações e condições estabelecidas no anexo I deste Edital.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do dia 19/03/2015, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0001/2015, ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2019, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 05 de março de 2015.  
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO  
Pregoeira

**RREO 1º BIMESTRE 2015**

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>11.635.870,00</b>	<b>11.635.870,00</b>	<b>2.064.699,27</b>	<b>17,74</b>	<b>2.064.699,27</b>	<b>17,74</b>	<b>9.571.170,73</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>11.635.852,00</b>	<b>11.635.852,00</b>	<b>2.015.752,27</b>	<b>17,32</b>	<b>2.015.752,27</b>	<b>17,32</b>	<b>9.620.099,73</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	341.000,00	341.000,00	27.921,90	8,19	27.921,90	8,19	313.078,10
IMPOSTOS	303.600,00	303.600,00	23.495,85	7,74	23.495,85	7,74	280.104,15
TAXAS	15.400,00	15.400,00	4.426,05	28,74	4.426,05	28,74	10.973,95
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	307.320,00	307.320,00	30.575,02	9,95	30.575,02	9,95	276.744,98
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	274.320,00	274.320,00	21.514,07	7,84	21.514,07	7,84	252.805,93
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	33.000,00	33.000,00	9.060,95	27,46	9.060,95	27,46	23.939,05
RECEITA PATRIMONIAL	462.990,00	462.990,00	225.684,00	48,74	225.684,00	48,74	237.306,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	462.990,00	462.990,00	225.684,00	48,74	225.684,00	48,74	237.306,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.300,00
Outras Receitas Agropecuárias	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.300,00
RECEITA DE SERVIÇOS	31.900,00	31.900,00	2.649,62	8,31	2.649,62	8,31	29.250,38
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.419.468,00	10.419.468,00	1.720.463,29	16,51	1.720.463,29	16,51	8.699.004,71
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.334.468,00	10.334.468,00	1.720.463,29	16,65	1.720.463,29	16,65	8.614.004,71
Transf. de Conv.	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	69.874,00	69.874,00	8.458,44	12,11	8.458,44	12,11	61.415,56
Multas e Juros de Mora	14.300,00	14.300,00	3.508,44	24,53	3.508,44	24,53	10.791,56
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15.400,00	15.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.400,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
RECEITAS DIVERSAS	29.174,00	29.174,00	4.950,00	16,97	4.950,00	16,97	24.224,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>18,00</b>	<b>18,00</b>	<b>48.947,00</b>	<b>927,78</b>	<b>48.947,00</b>	<b>927,78</b>	<b>-48.929,00</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	48.947,00	927,78	48.947,00	927,78	-48.929,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18,00	18,00	48.947,00	927,78	48.947,00	927,78	-48.929,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>548.640,00</b>	<b>548.640,00</b>	<b>40.070,23</b>	<b>7,30</b>	<b>40.070,23</b>	<b>7,30</b>	<b>508.569,77</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>548.640,00</b>	<b>548.640,00</b>	<b>40.070,23</b>	<b>7,30</b>	<b>40.070,23</b>	<b>7,30</b>	<b>508.569,77</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	548.640,00	548.640,00	40.070,23	7,30	40.070,23	7,30	508.569,77
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	548.640,00	548.640,00	40.070,23	7,30	40.070,23	7,30	508.569,77
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>12.184.510,00</b>	<b>12.184.510,00</b>	<b>2.104.769,50</b>	<b>17,27</b>	<b>2.104.769,50</b>	<b>17,27</b>	<b>10.079.740,50</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual						
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>12.184.510,00</b>	<b>12.184.510,00</b>	<b>2.104.769,50</b>	<b>17,27</b>	<b>2.104.769,50</b>	<b>17,27</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>12.184.510,00</b>	<b>12.184.510,00</b>	<b>2.104.769,50</b>	<b>17,27</b>	<b>2.104.769,50</b>	<b>17,27</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>346.248,75</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>151.401,49</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	346.248,75	—	—	151.401,49	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>11.009.870,00</b>	<b>1.074.881,34</b>	<b>12.084.751,34</b>	<b>2.511.550,98</b>	<b>2.511.550,98</b>	<b>1.287.920,35</b>	<b>1.287.920,35</b>	<b>10,66</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.614.892,00</b>	<b>44.104,73</b>	<b>9.658.996,73</b>	<b>2.301.521,94</b>	<b>2.301.521,94</b>	<b>1.091.506,17</b>	<b>1.091.506,17</b>	<b>11,30</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.261.360,00	7.217,35	5.268.577,35	746.107,65	746.107,65	727.575,65	727.575,65	13,81
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.000,00	0,00	12.000,00	1.618,09	1.618,09	1.618,09	1.618,09	13,48
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.341.532,00	36.887,38	4.378.419,38	1.553.796,20	1.553.796,20	362.312,43	362.312,43	8,27
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>589.478,00</b>	<b>1.030.776,61</b>	<b>1.620.254,61</b>	<b>210.029,04</b>	<b>210.029,04</b>	<b>196.414,18</b>	<b>196.414,18</b>	<b>12,12</b>
INVESTIMENTOS	502.278,00	1.030.776,61	1.533.054,61	174.651,98	174.651,98	161.037,12	161.037,12	10,50
INVERSOES FINANCEIRAS	2.200,00	0,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	85.000,00	0,00	85.000,00	35.377,06	35.377,06	35.377,06	35.377,06	41,62
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>805.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>805.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>536.640,00</b>	<b>0,00</b>	<b>536.640,00</b>	<b>79.003,58</b>	<b>79.003,58</b>	<b>79.003,58</b>	<b>79.003,58</b>	<b>14,72</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	536.640,00	0,00	536.640,00	79.003,58	79.003,58	79.003,58	79.003,58	14,72
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>11.546.510,00</b>	<b>1.074.881,34</b>	<b>12.621.391,34</b>	<b>2.590.554,56</b>	<b>2.590.554,56</b>	<b>1.366.923,93</b>	<b>1.366.923,93</b>	<b>10,83</b>

Continua 2/3



Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (c)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>11.546.510,00</b>	<b>1.074.881,34</b>	<b>12.621.391,34</b>	<b>2.590.554,56</b>	<b>2.590.554,56</b>	<b>1.366.923,93</b>	<b>1.366.923,93</b>	<b>11.254.467,41</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>737.845,57</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>11.546.510,00</b>	<b>1.074.881,34</b>	<b>12.621.391,34</b>	<b>2.590.554,56</b>	<b>2.590.554,56</b>	<b>1.366.923,93</b>	<b>2.104.769,50</b>	<b>11.254.467,41</b>

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 161.127,24

FONTE:

Macieira, 06/03/2015

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHIN  
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2014	377.008,72	71.669,30	305.339,42	6.440.637,41
2015	390.317,42	306.979,01	83.338,41	6.523.975,82
2016	367.437,25	356.886,15	10.551,10	6.534.526,92
2017	380.112,58	407.489,64	-27.377,06	6.507.149,86
2018	394.973,14	455.941,21	-60.968,07	6.446.181,79
2019	422.856,14	502.252,70	-79.396,56	6.366.785,23
2020	402.051,91	538.980,92	-136.929,01	6.229.856,22
2021	417.067,23	566.472,30	-149.405,07	6.080.451,15
2022	416.149,84	594.220,00	-178.070,16	5.902.380,99
2023	437.607,63	631.990,23	-194.382,60	5.707.998,39
2024	432.438,05	680.935,63	-248.497,58	5.459.500,81
2025	445.831,25	734.254,07	-288.422,82	5.171.077,99
2026	455.430,08	777.389,37	-321.959,29	4.849.118,70
2027	466.970,53	816.389,74	-349.419,21	4.499.699,49
2028	462.917,54	852.131,02	-389.213,48	4.110.486,01
2029	467.261,57	896.110,71	-428.849,14	3.681.636,87
2030	486.621,47	943.361,18	-456.739,71	3.224.897,16
2031	506.909,08	996.358,95	-489.449,87	2.735.447,29
2032	499.049,36	1.041.137,64	-542.088,28	2.193.359,01
2033	504.728,68	1.074.712,57	-569.983,89	1.623.375,12
2034	507.730,59	1.101.161,70	-593.431,11	1.029.944,01
2035	520.559,65	1.127.715,36	-607.155,71	422.788,30
2036	507.340,64	1.157.247,54	-649.906,90	-227.118,60
2037	515.683,62	1.180.175,44	-664.491,82	-891.610,42
2038	512.443,01	1.196.062,42	-683.619,41	-1.575.229,83
2039	523.285,42	1.211.878,02	-688.592,60	-2.263.822,43
2040	519.274,52	1.222.433,93	-703.159,41	-2.966.981,84
2041	515.050,49	1.229.677,78	-714.627,29	-3.681.609,13
2042	512.853,34	1.233.666,10	-720.812,76	-4.402.421,89
2043	513.341,23	1.244.123,51	-730.782,28	-5.133.204,17
2044	514.872,61	1.251.378,70	-736.506,09	-5.869.710,26
2045	509.666,02	1.251.807,04	-742.141,02	-6.611.851,28
2046	260.714,31	1.241.243,20	-980.528,89	-7.592.380,17
2047	254.896,73	1.221.563,74	-966.667,01	-8.559.047,18
2048	249.239,35	1.196.420,67	-947.181,32	-9.506.228,50
2049	243.479,91	1.168.792,77	-925.312,86	-10.431.541,36
2050	237.461,15	1.139.989,99	-902.528,84	-11.334.070,20
2051	231.305,46	1.110.443,62	-879.138,16	-12.213.208,36
2052	224.972,66	1.080.041,56	-855.068,90	-13.068.277,26
2053	218.477,16	1.048.858,20	-830.381,04	-13.898.658,30
2054	211.861,62	1.017.098,51	-805.236,89	-14.703.895,19
2055	205.132,79	984.794,97	-779.662,18	-15.483.557,37
2056	198.317,43	952.075,97	-753.758,54	-16.237.315,91
2057	191.474,86	919.226,42	-727.751,56	-16.965.067,47
2058	184.577,36	886.113,11	-701.535,75	-17.666.603,22
2059	177.597,80	852.605,87	-675.008,07	-18.341.611,29
2060	170.527,93	818.665,03	-648.137,10	-18.989.748,39
2061	163.397,37	784.432,90	-621.035,53	-19.610.783,92
2062	156.227,01	750.009,64	-593.782,63	-20.204.566,55
2063	149.023,37	715.426,62	-566.403,25	-20.770.969,80
2064	141.251,39	678.115,18	-536.863,79	-21.307.833,59
2065	134.273,96	644.618,16	-510.344,20	-21.818.177,79
2066	127.394,72	611.592,53	-484.197,81	-22.302.375,60
2067	120.623,72	579.086,50	-458.462,78	-22.760.838,38
2068	113.942,08	547.009,51	-433.067,43	-23.193.905,81
2069	107.360,02	515.410,58	-408.050,56	-23.601.956,37
2070	100.933,44	484.558,04	-383.624,60	-23.985.580,97
2071	94.712,86	454.694,47	-359.981,61	-24.345.562,58
2072	88.752,97	426.082,45	-337.329,48	-24.682.892,06
2073	83.013,00	398.526,18	-315.513,18	-24.998.405,24

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2074	77.505,60	372.086,41	-294.580,81	-25.292.986,05
2075	72.217,77	346.700,76	-274.482,99	-25.567.469,04
2076	67.199,41	322.608,78	-255.409,37	-25.822.878,41
2077	62.451,61	299.815,69	-237.364,08	-26.060.242,49
2078	58.031,74	278.596,94	-220.565,20	-26.280.807,69
2079	53.937,48	258.941,32	-205.003,84	-26.485.811,53
2080	50.128,00	240.652,89	-190.524,89	-26.676.336,42
2081	46.581,15	223.625,30	-177.044,15	-26.853.380,57
2082	43.302,03	207.882,99	-164.580,96	-27.017.961,53
2083	40.332,59	193.627,39	-153.294,80	-27.171.256,33
2084	37.645,78	180.728,68	-143.082,90	-27.314.339,23
2085	35.189,61	168.937,14	-133.747,53	-27.448.086,76
2086	32.994,57	158.399,26	-125.404,69	-27.573.491,45
2087	31.037,65	149.004,57	-117.966,92	-27.691.458,37
2088	29.289,58	140.612,47	-111.322,89	-27.802.781,26

Projeção atuarial elaborada em 30/03/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Macieira, 06/03/2015

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN  
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	550,00	0,00	0,00	550,00
Investimentos	550,00	0,00	0,00	550,00
<b>TOTAL</b>	550,00	0,00	0,00	550,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	63.707,37	0,00	63.707,37

FONTE:

Macieira, 06/03/2015

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN  
CONTABILISTA



Município de Madeira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	316.800,00	316.800,00	23.495,85	7,42
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	22.000,00	22.000,00	188,54	0,86
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	44.000,00	44.000,00	4.244,76	9,65
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	88.000,00	88.000,00	3.511,88	3,99
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	149.600,00	149.600,00	15.550,67	10,39
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	9.900,00	9.900,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.447.700,00	10.447.700,00	1.811.838,32	17,34
Receita-Parte FPM	6.600.000,00	6.600.000,00	1.211.141,28	18,35
Cola-Parte ITR	16.500,00	16.500,00	0,00	0,00
Cola-Parte IPVA	110.000,00	110.000,00	12.714,00	11,56
Cola-Parte ICMS	3.400.000,00	3.400.000,00	577.973,13	17,00
Cola-Parte IPI-Exportação	50.600,00	50.600,00	10.009,91	19,78
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	270.600,00	270.600,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	17.600,00	17.600,00	0,00	0,00
Outras	253.000,00	253.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	10.764.500,00	10.764.500,00	1.835.334,17	17,05

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS					
Provenientes da União		586.688,00	586.688,00	76.806,15	13,09
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS		586.688,00	586.688,00	76.806,15	13,09
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		2,00	2,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
		110,00	110,00	1.324,20	1.203,82
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>		<b>586.800,00</b>	<b>586.800,00</b>	<b>78.130,35</b>	<b>13,31</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES		2.575.813,00	2.575.813,00	552.493,13	21,45	360.113,94	13,98
Pessoal e Encargos Sociais		1.808.600,00	1.808.600,00	289.591,62	16,01	279.591,62	15,46
Outras Despesas Correntes		767.213,00	767.213,00	262.901,51	34,27	80.522,32	10,50

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	62.912,00	62.912,00	14.649,35	23,29	9.136,49	14,52
Investimentos	62.912,00	62.912,00	14.649,35	23,29	9.136,49	14,52
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	2.638.725,00	2.638.725,00	567.142,48	21,49	369.250,43	13,99
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	586.800,00	586.800,00	68.710,64	12,12	57.324,78	15,52
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	586.688,00	586.688,00	68.710,64	12,12	57.324,78	15,52
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	112,00	112,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	586.800,00	586.800,00	68.710,64	12,12	57.324,78	15,52
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	2.051.925,00	2.051.925,00	498.431,84	87,88	311.925,65	84,48
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
<b>(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>			17,00			
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100]⁶</b>			36.625,52			

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
0,00	0,00			0,00	
0,00	0,00			0,00	
TOTAL (VIII)					
LIMITE NÃO CUMPRIDO					
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
-	-			-	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (j/Total j)*100	Até Bimestre (m)	% (n/Total n)*100
Atenção Básica	2.604.585,00	2.604.585,00	557.062,18	98,22	364.909,77	98,82
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.720,00	5.720,00	2.343,00	0,41	2.343,00	0,63
Vigilância Sanitária	13.420,00	13.420,00	7.222,50	1,27	1.482,86	0,40
Vigilância Epidemiológica	15.000,00	15.000,00	514,80	0,09	514,80	0,14
<b>TOTAL</b>	<b>2.638.725,00</b>	<b>2.638.725,00</b>	<b>567.142,48</b>	<b>100,00</b>	<b>369.250,43</b>	<b>100,00</b>

FONTE:

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup> O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

Macieira, 06/03/2015

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHIN  
CONTABILISTA



Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESSAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
------------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Macieira, 06/03/2015

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN  
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	12.184.510,00	
Previsão Atualizada		—	12.184.510,00	
Receitas Realizadas		2.104.769,50	2.104.769,50	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	151.401,49	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	11.546.510,00	
Créditos Adicionais		—	1.074.881,34	
Dotação Atualizada		—	12.621.391,34	
Despesas Empenhadas		2.590.554,56	2.590.554,56	
Despesas Liquidadas		1.366.923,93	1.366.923,93	
Superavit Orçamentário		—	737.845,57	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.590.554,56	2.590.554,56	
Despesas Liquidadas		1.366.923,93	1.366.923,93	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			11.169.512,16	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		197.095,35	197.095,35	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		35.968,11	35.968,11	
Liquidadas		35.968,11	35.968,11	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		161.127,24	161.127,24	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-478.716,75	0,00
Resultado Primário		365.990,00	549.156,72	150,05
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	409.954,37	0,00	153.436,48	256.517,89
EXECUTIVO	409.954,37	0,00	153.436,48	256.517,89
TOTAL:	409.954,37	0,00	153.436,48	256.517,89
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		475.585,80	25%	25,91
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		88.482,91	60%	62,58
Liquidadas		88.482,91		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		196.414,18	1.423.840,43	

Continua 1/2

Município de Macieira - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	390.317,42	437.607,63	504.728,68	249.239,35
Despesas Previdenciárias (V)	306.979,01	631.990,23	1.074.712,57	1.196.420,67
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	83.338,41	-194.382,60	-569.983,89	-947.181,32

  

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	550,00

  

DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	311.925,65	15,00	17,00
Liquidadas	311.925,65		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		

  

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Macieira, 06/03/2015

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN  
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Administração	11.009.870,00	12.084.751,34	2.511.550,98	2.511.550,98	1.287.920,35	1.287.920,35	94,22	10,66
Administração Geral	1.508.624,00	1.508.624,00	560.050,34	560.050,34	210.402,67	210.402,67	15,39	13,95
Segurança Pública	1.508.624,00	1.508.624,00	560.050,34	560.050,34	210.402,67	210.402,67	15,39	13,95
Policimento	16.148,00	16.148,00	855,00	855,00	855,00	855,00	0,06	5,29
Assistência Social	16.148,00	16.148,00	855,00	855,00	855,00	855,00	0,06	5,29
Assistência ao Idoso	357.451,00	357.451,00	50.569,26	50.569,26	22.618,30	22.618,30	1,65	6,33
Assistência à Criança e ao Adolescente	33.000,00	33.000,00	3.234,56	3.234,56	1.335,00	1.335,00	0,10	4,05
Assistência Comunitária	10.450,00	10.450,00	4.500,00	4.500,00	652,86	652,86	0,05	6,25
Previdência Social	314.001,00	314.001,00	42.834,70	42.834,70	20.630,44	20.630,44	1,51	6,57
Previdência do Regime Estatutário	422.960,00	422.960,00	36.974,95	36.974,95	35.968,11	35.968,11	2,63	8,50
Saúde	422.960,00	422.960,00	36.974,95	36.974,95	35.968,11	35.968,11	2,63	8,50
Atenção Básica	2.466.476,00	2.466.476,00	540.026,70	540.026,70	340.209,29	340.209,29	24,89	13,68
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.384.585,00	2.384.585,00	522.949,29	522.949,29	330.796,88	330.796,88	24,20	13,87
Vigilância Sanitária	5.720,00	5.720,00	2.343,00	2.343,00	2.343,00	2.343,00	0,17	40,96
Vigilância Epidemiológica	13.420,00	13.420,00	7.222,50	7.222,50	1.482,86	1.482,86	0,11	11,05
Alimentação e Nutrição	15.000,00	15.000,00	514,80	514,80	514,80	514,80	0,04	3,43
Abastecimento	66.750,00	66.750,00	6.997,11	6.997,11	5.071,75	5.071,75	0,37	7,60
Educação	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Fundamental	2.549.997,00	2.585.823,15	469.334,36	469.334,36	240.977,78	240.977,78	17,63	9,32
Ensino Médio	2.520.897,00	2.556.723,15	455.537,86	455.537,86	236.474,78	236.474,78	17,30	9,25
Ensino Superior	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	10.000,00	10.000,00	8.846,50	8.846,50	4.503,00	4.503,00	0,33	45,03
Cultura	6.600,00	6.600,00	4.950,00	4.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	85.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	257.415,00	257.415,00	230.000,00	230.000,00	9.757,58	9.757,58	0,71	3,79
Serviços Urbanos	10.002,00	10.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação	247.413,00	247.413,00	230.000,00	230.000,00	9.757,58	9.757,58	0,71	3,94
Habitação Urbana	11.201,00	11.201,00	1.499,95	1.499,95	0,00	0,00	0,00	0,00
	11.201,00	11.201,00	1.499,95	1.499,95	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3



Continuação 2/3

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES E SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Saneamento	11.009.870,00	12.084.751,34	2.511.550,98	2.511.550,98	1.287.920,35	1.287.920,35	94,22	10,66
Saneamento Básico Rural	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	1.001,00	1.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	6.500,00	6.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Vegetal	805.001,00	805.001,00	177.328,51	177.328,51	96.878,81	96.878,81	7,09	12,03
Produção Industrial	22.001,00	22.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	783.000,00	783.000,00	177.328,51	177.328,51	96.878,81	96.878,81	7,09	12,37
Promoção Industrial	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	501,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	501,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	1.439.393,00	2.052.268,12	295.809,16	295.809,16	261.415,37	261.415,37	19,12	12,74
Desporto e Lazer	1.439.393,00	2.052.268,12	295.809,16	295.809,16	261.415,37	261.415,37	19,12	12,74
Desporto Comunitário	29.701,00	455.881,07	13.107,60	13.107,60	12.335,94	12.335,94	0,90	2,71
Encargos Especiais	29.701,00	455.881,07	13.107,60	13.107,60	12.335,94	12.335,94	0,90	2,71
Outros Encargos Especiais	222.000,00	222.000,00	135.995,15	135.995,15	56.501,50	56.501,50	4,13	25,45
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	222.000,00	222.000,00	135.995,15	135.995,15	56.501,50	56.501,50	4,13	25,45
	805.500,00	805.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Administração	536.640,00	536.640,00	79.003,58	79.003,58	79.003,58	79.003,58	5,78	14,72
Administração Geral	42.000,00	42.000,00	7.390,35	7.390,35	7.390,35	7.390,35	0,54	17,60
Saúde	42.000,00	42.000,00	7.390,35	7.390,35	7.390,35	7.390,35	0,54	17,60
Atenção Básica	220.000,00	220.000,00	34.112,89	34.112,89	34.112,89	34.112,89	2,50	15,51
Educação	220.000,00	220.000,00	34.112,89	34.112,89	34.112,89	34.112,89	2,50	15,51
Ensino Fundamental	152.640,00	152.640,00	21.665,65	21.665,65	21.665,65	21.665,65	1,58	14,19
Agricultura	152.640,00	152.640,00	21.665,65	21.665,65	21.665,65	21.665,65	1,58	14,19
Produção Industrial	56.000,00	56.000,00	7.429,71	7.429,71	7.429,71	7.429,71	0,54	13,27
	56.000,00	56.000,00	7.429,71	7.429,71	7.429,71	7.429,71	0,54	13,27

Continua 2/3

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	536.640,00	536.640,00	79.003,58	79.003,58	79.003,58	79.003,58	5,78	14,72
Transporte	66.000,00	66.000,00	8.404,98	8.404,98	8.404,98	8.404,98	0,61	12,73
Transporte Rodoviário	66.000,00	66.000,00	8.404,98	8.404,98	8.404,98	8.404,98	0,61	12,73
TOTAL (III) = (I + II)	11.546.510,00	12.621.391,34	2.590.554,56	2.590.554,56	1.366.923,93	1.366.923,93	100,00	10,83
								11.254.467,41

FONTE:

Macieira, 06/03/2015

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN  
CONTABILISTA

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## Município de Madeira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

REO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
		Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Agô/2014	Set/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015		TOTAL (ULT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>															
RECEITA TRIBUTÁRIA		885.067,99	1.053.422,25	1.540.439,75	924.090,58	1.049.745,31	1.030.994,86	888.670,31	978.245,31	1.085.702,96	1.369.773,54	1.220.998,21	1.148.421,46	13.205.072,53	13.674.792,00
IPTU		0,00	24.398,62	24.020,78	24.809,45	17.355,75	16.310,64	23.226,92	25.353,73	14.710,80	43.572,71	18.999,57	9.022,33	256.388,33	341.000,00
IRR/F		10.704,79	10.481,26	11.535,27	2.209,94	2.399,94	67,06	359,59	783,28	0,00	1.279,10	0,00	188,54	22.000,00	22.000,00
L.S.S.		1.402,11	1.957,17	2.730,67	2.016,19	4.237,65	4.446,46	4.000,51	5.396,84	7.466,12	8.193,45	2.692,38	819,50	45.351,05	88.000,00
LTBL		1.493,10	652,91	1.188,07	7.741,88	872,57	5.498,57	4.177,23	9.406,59	1.939,37	9.373,74	3.454,96	789,90	46.590,78	44.000,00
Outras Receitas Tributárias		1.395,23	581,30	140,00	2.511,61	150,00	640,00	598,59	220,00	0,00	300,00	1.700,00	2.726,05	10.963,78	37.400,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		15.993,51	21.512,94	21.356,92	22.625,94	19.921,08	21.940,59	21.740,19	21.757,22	21.511,01	34.672,82	26.399,04	4.216,98	253.007,24	307.320,00
RECEITA PATRIMONIAL		26.917,40	64.751,79	93.881,58	10.171,86	176.044,58	114.417,19	19.406,86	49.779,34	71.684,59	18.422,24	172.632,71	52.851,29	871.141,43	462.990,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.300,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		967,61	1.626,94	3.334,74	0,00	824,14	3.707,97	8.330,97	3.944,07	5.881,48	3.351,67	2.135,83	513,79	34.819,21	31.900,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		767.194,25	999.349,82	1.394.855,81	861.399,52	769.415,37	870.251,01	821.245,06	921.310,60	979.678,88	1.263.794,48	1.001.013,62	1.081.817,07	11.693.315,49	12.458.408,00
Cota-Parte do FPM		376.793,29	430.046,10	573.099,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	393.082,94	371.930,84	491.732,79	540.132,51	599.339,67	611.805,61	5.634.854,72	6.600.000,00
Cota-Parte do ICMS		257.344,06	252.064,10	266.975,56	256.274,99	244.593,10	252.611,86	242.593,10	279.511,46	307.896,46	293.279,94	305.939,65	272.163,46	3.252.342,88	3.400.000,00
Cota-Parte do IPVA		9.169,83	14.023,97	14.439,23	11.274,42	13.470,81	10.498,90	1.351,46	6.927,05	6.692,65	4.366,12	5.887,07	7.026,93	113.967,44	110.000,00
Cota-Parte do ITR		0,00	0,00	10,93	0,00	0,00	6,45	1.222,88	9.420,98	100,91	0,00	0,00	0,00	10.782,15	16.500,00
Outras Transferências Correntes		54.742,00	172.157,52	472.793,96	90.756,42	93.711,11	85.654,05	71.591,30	176.332,18	91.877,87	343.063,89	83.905,15	113.006,90	1.849.592,35	1.363.708,00
Transferências da LC 61/1989		3.469,91	3.802,02	4.135,32	3.781,11	4.046,23	4.170,77	3.924,91	4.203,26	4.826,58	4.762,43	6.276,08	3.733,83	51.152,45	50.000,00
Transferências da LC 87/1986		0,00	1.114,79	1.114,79	1.114,79	1.114,79	1.114,79	1.114,79	1.114,79	1.114,79	2.229,58	0,00	0,00	11.147,90	17.600,00
Transferências do FUNDEB		65.655,16	66.121,32	72.297,72	68.417,80	63.352,70	67.769,14	66.198,48	72.257,02	75.436,83	74.950,11	0,00	74.060,32	769.495,60	900.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		59.793,99	1.782,14	3.009,92	5.093,81	46.183,39	4.997,46	4.720,31	-44.109,65	2.295,40	3.959,62	8.459,44	0,00	96.100,63	69.874,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>															
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor		143.271,22	159.352,87	188.866,63	158.833,31	145.043,83	162.086,87	165.395,01	153.296,58	181.303,61	204.226,57	203.651,59	181.229,88	2.035.590,37	2.313.260,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor		13.911,94	19.138,97	18.915,95	18.520,47	18.573,61	19.298,30	19.298,30	18.752,85	18.830,87	34.672,82	20.230,02	1.294,05	220.841,07	274.320,00
Dedução de Receita Para Formação do FUNDEB		128.359,28	140.213,90	169.952,68	140.312,84	126.470,22	143.365,65	136.106,71	134.544,13	162.472,74	169.553,75	183.421,57	178.946,83	1.814.719,30	2.038.940,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		742.596,77	894.069,38	1.351.571,12	765.257,27	904.701,48	868.907,99	743.275,30	824.948,33	914.396,35	1.165.546,97	1.026.046,62	968.191,58	11.169.512,16	11.361.532,00

EDMAR NICOLAU KUHN  
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00		
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
			157.025,12	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	674.320,00	674.320,00	157.025,12	96.592,23
RECEITAS CORRENTES	674.320,00	674.320,00	157.025,12	96.592,23
Recarga de Contribuições dos Segurados	274.320,00	274.320,00	21.514,07	31.137,24
Pessoal Civil	274.320,00	274.320,00	21.514,07	31.137,24
Ativo	265.520,00	265.520,00	21.514,07	31.137,24
Inativo	8.800,00	8.800,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	400.000,00	400.000,00	135.511,05	65.454,99
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	400.000,00	400.000,00	135.511,05	65.454,99
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	548.640,00	548.640,00	40.070,23	45.013,53
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	1.222.960,00	1.222.960,00	197.095,35	141.605,76
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
			35.968,11	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	422.960,00	422.960,00	35.968,11	22.432,32
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	2.680,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	2.680,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	422.960,00	422.960,00	35.968,11	19.752,32
Continua 1/4				



Continuação 2/4

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	34.574,95	34.574,95
Aposentadorias	0,00	0,00	31.295,78	31.295,78
Pensões	0,00	0,00	3.279,17	3.279,17
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	422.960,00	422.960,00	1.393,16	1.393,16
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	422.960,00	422.960,00	1.393,16	1.393,16
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	422.960,00	422.960,00	35.968,11	35.968,11
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	800.000,00	800.000,00	161.127,24	161.127,24
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2015
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
Valor				800.000,00
BENS E DIREITOS DO RPPS				
Bancos Conta Movimento Investimentos	JANEIRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
		2015	2014	
		2.552.886,51	1.529.224,82	
		0,00	312.795,30	

Continua 2/4



Continuação 4/4

Município de Macieira - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Macieira, 06/03/2015

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN  
CONTABILISTA

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	109.034,41	109.034,41	73.657,35
DEDUÇÕES (II)	5.246.285,25	5.246.285,25	5.689.624,94
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.246.285,25	5.246.285,25	5.837.883,20
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	148.258,26
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-5.137.250,84	-5.137.250,84	-5.615.967,59
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-5.137.250,84</b>	<b>-5.137.250,84</b>	<b>-5.615.967,59</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-478.716,75</b>	<b>-478.716,75</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	2.475.975,22	2.475.975,22	2.553.082,60
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.475.975,22	2.475.975,22	2.553.179,18
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	96,58
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-2.475.975,22	-2.475.975,22	-2.553.082,60
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>-2.475.975,22</b>	<b>-2.475.975,22</b>	<b>-2.553.082,60</b>

FONTE:

Macieira, 06/03/2015

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN  
CONTABILISTA



Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>11.721.502,00</b>	<b>1.830.138,50</b>	<b>1.830.138,50</b>	<b>1.843.639,98</b>
Receita Tributária	341.000,00	27.921,90	27.921,90	51.642,26
I.P.T.U.	22.000,00	188,54	188,54	0,00
I.S.S.	88.000,00	3.511,88	3.511,88	3.714,36
I.T.B.I.	44.000,00	4.244,76	4.244,76	6.704,07
I.R.R.F.	149.600,00	15.550,67	15.550,67	37.202,18
Outras Receitas Tributárias	37.400,00	4.426,05	4.426,05	4.021,65
Receita de Contribuição	855.960,00	70.645,25	70.645,25	80.925,66
Receitas Previdenciárias	822.960,00	61.584,30	61.584,30	76.150,77
Outras Contribuições	33.000,00	9.060,95	9.060,95	4.774,89
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	462.990,00	225.684,00	225.684,00	76.210,52
(-) Aplicações Financeiras	462.990,00	225.684,00	225.684,00	76.210,52
Transferências Correntes	10.419.468,00	1.720.463,29	1.720.463,29	1.695.056,86
F.P.M.	5.280.000,00	968.913,08	968.913,08	984.019,47
I.C.M.S.	2.720.000,00	462.378,69	462.378,69	418.697,29
Convênios	85.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	2.334.468,00	289.171,52	289.171,52	292.340,10
Demais Receitas Correntes	105.074,00	11.108,06	11.108,06	16.015,20
Dívida Ativa	11.000,00	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	94.074,00	11.108,06	11.108,06	16.015,20
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>18,00</b>	<b>48.947,00</b>	<b>48.947,00</b>	<b>167.600,00</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	167.600,00
Transferências de Capital	18,00	48.947,00	48.947,00	0,00
Convênios	18,00	48.947,00	48.947,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>18,00</b>	<b>48.947,00</b>	<b>48.947,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>11.721.520,00</b>	<b>1.879.085,50</b>	<b>1.879.085,50</b>	<b>1.843.639,98</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>10.195.636,73</b>	<b>1.170.509,75</b>	<b>1.170.509,75</b>	<b>1.342.542,98</b>
Pessoal e Encargos Sociais	5.805.217,35	806.579,23	806.579,23	1.020.487,78
Juros e Encargos da Dívida (IX)	12.000,00	1.618,09	1.618,09	4.723,53
Outras Despesas Correntes	4.378.419,38	362.312,43	362.312,43	317.331,67
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>10.183.636,73</b>	<b>1.168.891,66</b>	<b>1.168.891,66</b>	<b>1.337.819,45</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>1.620.254,61</b>	<b>196.414,18</b>	<b>196.414,18</b>	<b>79.626,04</b>
Investimentos	1.533.054,61	161.037,12	161.037,12	44.248,98
Inversões Financeiras	2.200,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	2.200,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	85.000,00	35.377,06	35.377,06	35.377,06
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>1.535.254,61</b>	<b>161.037,12</b>	<b>161.037,12</b>	<b>44.248,98</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>805.500,00</b>	-	-	-

Município de Macieira - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	805.500,00	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>12.524.391,34</b>	<b>1.329.928,78</b>	<b>1.329.928,78</b>	<b>1.382.068,43</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-802.871,34</b>	<b>549.156,72</b>	<b>549.156,72</b>	<b>461.571,55</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>365.990,00</b>

FONTE:

Macieira, 06/03/2015

\_\_\_\_\_  
 EMERSON ZANELLA  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 EDEMAR NICOLAU KUHN  
 CONTABILISTA

Município de Madeira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Em Exercícios Anteriores				Em 31 de Dezembro de 2014					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA GABINETE DO PREFEITO SECRET. MUNIC. DE INFRAESTRUTURA E DESENV. SECRET. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZEND.	-	-	-	-	-	-	409.954,37	153.436,48	153.436,48	-	256.517,89
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	409.954,37	153.436,48	153.436,48	0,00	256.517,89
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	186,70	186,70	186,70	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.900,00	68.900,00	68.900,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	340.867,67	84.349,78	84.349,78	0,00	256.517,89
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	409.954,37	153.436,48	153.436,48	0,00	256.517,89

FONTE:

Madreia, 09/03/2015

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN  
CONTABILISTA

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	316.800,00	316.800,00	23.495,85	23.495,85	7,42
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	34.100,00	34.100,00	188,54	188,54	0,55
1.1.1- IPTU	22.000,00	22.000,00	188,54	188,54	0,86
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.200,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	8.800,00	8.800,00	0,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	44.000,00	44.000,00	4.244,76	4.244,76	9,65
1.2.1- ITBI	44.000,00	44.000,00	4.244,76	4.244,76	9,65
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	89.100,00	89.100,00	3.511,88	3.511,88	3,94
1.3.1- ISS	88.000,00	88.000,00	3.511,88	3.511,88	3,99
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	149.600,00	149.600,00	15.550,67	15.550,67	10,39
1.4.1- IRRF	149.600,00	149.600,00	15.550,67	15.550,67	10,39
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	10.194.700,00	10.194.700,00	1.811.836,32	1.811.836,32	17,77
2.1- Cota-Parte FPM	6.600.000,00	6.600.000,00	1.211.141,28	1.211.141,28	18,35
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.600.000,00	6.600.000,00	1.211.141,28	1.211.141,28	18,35
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.400.000,00	3.400.000,00	577.973,13	577.973,13	17,00
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº67/1996	17.600,00	17.600,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	50.600,00	50.600,00	10.009,91	10.009,91	19,78
2.5- Cota-Parte ITR	16.500,00	16.500,00	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	110.000,00	110.000,00	12.714,00	12.714,00	11,56
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>10.511.500,00</b>	<b>10.511.500,00</b>	<b>1.835.334,17</b>	<b>1.835.334,17</b>	<b>17,46</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	124.300,00	124.300,00	95.130,61	95.130,61	76,53
5.1- Transferências do Salário-Educação	99.000,00	99.000,00	94.488,04	94.488,04	95,44
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - FNATE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1.100,00	1.100,00	642,57	642,57	58,42
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	55.002,00	55.002,00	48.947,00	48.947,00	88,99
6.1- Transferências de Convênios	55.002,00	55.002,00	48.947,00	48.947,00	88,99
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	298.650,00	298.650,00	4.152,06	4.152,06	1,39
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>477.952,00</b>	<b>477.952,00</b>	<b>148.229,67</b>	<b>148.229,67</b>	<b>31,01</b>
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.038.940,00	2.038.940,00	362.367,40	362.367,40	17,77
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.320.000,00	1.320.000,00	242.228,20	242.228,20	18,35
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	680.000,00	680.000,00	115.594,44	115.594,44	17,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.520,00	3.520,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	10.120,00	10.120,00	2.001,97	2.001,97	19,78
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	22.000,00	22.000,00	2.542,79	2.542,79	11,56
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	904.400,00	904.400,00	141.394,68	141.394,68	15,63
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	900.000,00	900.000,00	74.080,32	74.080,32	8,23
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	4.400,00	4.400,00	67.314,36	67.314,36	1.529,87
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-1.138.940,00</b>	<b>-1.138.940,00</b>	<b>-288.287,08</b>	<b>-288.287,08</b>	<b>25,31</b>
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					



MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	812.640,00	812.640,00	88.482,91	88.482,91	10,89
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	812.640,00	812.640,00	88.482,91	88.482,91	10,89
14- OUTRAS DESPESAS	91.760,00	98.977,35	7.217,35	7.217,35	7,29
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	91.760,00	98.977,35	7.217,35	7.217,35	7,29
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	904.400,00	911.617,35	95.700,26	95.700,26	10,50
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					95.700,26
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					62,58
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					5,10
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					32,32
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					7.217,35
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 <sup>2</sup>					7.217,35
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	2.627.875,00	2.627.875,00	458.833,54	458.833,54	17,46
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	10.000,00	10.000,00	4.503,00	4.503,00	45,03
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.473.335,00	2.480.552,35	257.324,43	257.324,43	10,37
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	904.400,00	911.617,35	95.700,26	95.700,26	10,50
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.568.935,00	1.568.935,00	161.624,17	161.624,17	10,30
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.483.335,00	2.490.552,35	261.827,43	261.827,43	10,51
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-288.287,08
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					67.314,36
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					7.214,35
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-213.758,37
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					475.585,80
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					25,91
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	100.100,00	100.100,00	816,00	816,00	0,82
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	130.400,00	159.008,80	5.071,75	5.071,75	3,19
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	230.500,00	259.108,80	5.887,75	5.887,75	2,27
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.713.835,00	2.749.661,15	267.715,18	267.715,18	9,74

MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	74.080,32	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	67.314,36	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	141.394,68	0,00

Maceira, 06/03/2015

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN  
CONTABILISTA

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 7.214,36, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de Macieira - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.620.254,61	196.414,18	0,00	1.423.840,43
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>1.620.254,61</b>	<b>196.414,18</b>	<b>0,00</b>	<b>1.423.840,43</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-1.620.254,61</b>	<b>-196.414,18</b>		<b>-1.423.840,43</b>

FONTE:

Macieira, 06/03/2015

EMERSON ZANELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

EDEMAR NICOLAU KUHN  
CONTABILISTA

# Maracajá

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO 26/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 26/2015

Contratante: Município de Maracajá,

Contratado: Rafael Silverio 05166487990

Objeto: Prestação de monitor de capoeira para desenvolver o projeto sócio educacional e integração social: Educa-Ginga, párea as crianças e adolescentes do município inseridos no Programa Bolsa Família e Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Peti).

Valor: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), mensal

Vigência: de 02/03/2015 a 31/12/2015

### EXTRATO DO CONTRATO 27/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 27/2015

Contratante: Município de Maracajá,

Contratado: José Paulo Polla 04207380965

Objeto: Prestação de serviço de monitor de ginástica laboral, para as crianças e adolescentes do município inseridos no Programa Bolsa Família e Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Peti).

Valor: R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), mensal

Vigência: de 02/03/2015 a 31/12/2015

### EXTRATO DO CONTRATO 28/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 28/2015

Contratante: Município de Maracajá,

Contratado: Sandro Dos Santos Moraes 96825200020

Objeto: Prestação de serviços de educação musical através da Gestão do "Programa Fanfarra Municipal", realizando aulas de teoria e prática musical, instrução de fanfarra, afinação e pequenos reparos nos instrumentos musicais na fanfarra, montagem e ensaios de linhas de frente, compreendendo mor e pelotão das bandeiras.

Valor: R\$ 795,00 (setecentos e noventa e cinco reais) mensal

Vigência: de 02/03/2015 a 31/12/2015

### EXTRATO DO CONTRATO 29/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 29/2015

Contratante: Município de Maracajá,

Contratado: Claudio Junior Lima da Rocha 00953171981

Objeto: prestação de serviço de assessoria administrativa nos programas de apoio ao Ministério de Educação e no Plano Municipal da Educação, Prestação de Contas FNDE, Monitoramento do Simec -PAR, revisão nos PPs das Unidades Escolares e CEI e alteração de APPs para Conselhos Escolares.

Valor: R\$ 798,00 (setecentos e noventa e oito reais) mensal

Vigência: de 02/03/2015 a 31/12/2015



**Maravilha****PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO N. 1.054/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 1.054/2015 - Modalidade de Tomada de Preços n. 004/2015.

Valor orçado da obra: R\$ 637.666,00

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços n. 004/2015, para contratação de empresa especializada para execução de passeio público na Rua Hercílio Luz, no Município de Maravilha - SC, com área total de 3.524,29m², conforme projetos, tipo menor preço global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 09 horas do dia 25 de março de 2015, prosseguindo, na sequência, com o julgamento dos documentos de habilitação. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 06 de março de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

**Massaranduba****PREFEITURA****CO 20.2015 - DR. PEDRO G. S. JUSTO**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 20 / 2015

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

Processo Licitatório nº. 41/2014

INEXIGIBILIDADE nº. 1/2014

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: DR. PEDRO GASPAR SOARES JUSTO

OBJETO: Prestação de Serviço para Atendimento Médico de Urgência, através de plantão médico, no Pronto Atendimento do Hospital Municipal.

VIGENCIA: 02.02.2015 a 31.12.2015

VALOR: R\$ 85,36 (oitenta e cinco reais e trinta e seis centavos) por hora

SUZANE E. F. REINKE - Gestora

**DECRETO Nº. 3077 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015**

DECRETO Nº. 3077 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MEDICA

0602.010.301.0190.2101 - Manutenção do Serviço de Atendimento à População

0602 - 44900000 - Aplicações Diretas

0602 - 30000 - Recursos Ordinários .....

..... R\$ 28.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 27 de Fevereiro de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

# Modelo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 091/2015

DECRETO Nº 091/2015 DE 03.03.2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ELIZABETE CRISTINA BORRE PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada nesta data, a Sra. ELIZABETE CRISTINA BORRE, portadora do CPF nº 058.682.809-54, RG nº 4.815.820, para desempenho do cargo em comissão de COORDENADORA GERAL DE EQUIPES/AÇÕES E DEPARTAMENTO, para responder pelos serviços de Coordenação Geral do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, especialmente do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS de Modelo/SC, com dedicação integral.

Art. 2º - A Servidora nomeada através deste decreto perceberá a remuneração do cargo de conformidade com as disposições legais, sendo nível CC - 05, do quadro de Servidores Cargos em Comissão do Município de Modelo - SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo,  
aos 03 de março de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Chefe de Setor

#### TERMO DE POSSE 009/2015

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 091/2015

Cargo em Comissão: Coordenadora Geral de Equipes/Ações e Departamento

Aos três dias do mês de março de dois mil e quinze, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo - SC, compareceu a Senhora ELIZABETE CRISTINA BORRE, portadora do CPF nº 058.682.809-54, RG nº 4.815.820, a fim de tomar posse no cargo de COORDENADORA GERAL DE EQUIPES/AÇÕES E DEPARTAMENTO, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 091/2015, com lotação e atribuição de exercício no Departamento Municipal de Assistência Social de Modelo - SC.

Nesta oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional

seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

"Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo em provimento efetivo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos".

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 03 de março de 2015.  
ELIZABETE CRISTINA BORRE  
Servidora

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 092/2015

DECRETO Nº 092/2015 DE 03.03.2015.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ENSINO SUPERIOR ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.198/2015, Considerando não haver mais aprovados para o cargo no Processo Seletivo nº 002/2014, Considerando Concurso Público 001/2015 em andamento,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação, a Sra. GRAZIANE FRIGO HASLINGER, portadora do CPF nº 052.475.779-81, RG nº 4.970.129, para exercer as funções do cargo de PROFESSORA ENSINO SUPERIOR, Habilitação: Educação Infantil, com atribuição de exercício no Centro de Educação Infantil Pequeno Lar, com carga horária de 20 horas semanais, turno Vespertino, visando atender serviços essenciais de acordo com o constante na justificativa elaborada pelo Departamento Municipal de Educação e disposições do Contrato Administrativo para Admissão Temporária de Pessoal Por Excepcional Interesse Público nº 023/2015, anexo integrante deste Decreto.

Art. 2º - A vigência do contrato é de 03.03.2015 a 30.04.2015, percebendo a remuneração da Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência "A".

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,  
aos 03 de março de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:  
FRANCIELI PAVALICINI  
Chefe de Setor

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 023/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MODELO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, Inscrito no CNPJ sob nº 83.021.832/0001-11, com sede à Rua do Comércio, nº 1304, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RICARDO LUIS MALDANER.

CONTRATADA: GRAZIANE FRIGO HASLINGER, brasileira, casada, portadora do CPF nº 052.475.779-81, RG nº 4.970.129, residente e domiciliada na Rua Tiradentes, 609, Bairro Floresta - município de Modelo/SC CEP 89.872-000.

OBJETO: Contratação para desempenho das funções previstas em Lei do cargo de PROFESSOR ENSINO SUPERIOR.

LOCAL DE TRABALHO: Maternal III 1, atribuição de exercício no Centro de Educação Infantil Pequeno Lar e lotação no Departamento Municipal de Educação do município de Modelo/SC.

FUNDAMENTAÇÃO: Para atender a necessidade de excepcional interesse público, em virtude da ampliação do atendimento na Creche, não haver mais aprovados para o cargo no Processo Seletivo 002/2014 e prazo para homologação final do Concurso Público 001/2015, conforme fundamentado em justificativa pelo Departamento Municipal de Educação. A contratação possui embasamento na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa, e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.386/1999, 1.513/2002 e 2.198/2015.

PRAZO/VIGÊNCIA: Início: 03 de março de 2015. Término: 30 de abril de 2015. Poderá ser prorrogado no interesse público e de conformidade com as disposições legais, em especial em atendimento ao objeto e fundamentação.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.360,41 (Um mil, trezentos e sessenta reais e quarenta e um centavos) e a respectiva regência de classe conforme disposições legais. Vencimento previsto em Lei Municipal - Tabela de Isonomia Salarial do Grupo Magistério, nível 4 referência "A".

TURNO, JORNADA E HORÁRIO DE TRABALHO: A jornada de trabalho da contratada é no turno Vespertino, 20 (vinte) horas semanais, e será estabelecida e controlada pelo Departamento Municipal de Educação,

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito de Admissão Temporária de Excepcional Interesse Público. SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme Lei Municipal 1.347/1999.

DEVERES DO CONTRATADO: A Contratada vincula-se aos deveres funcionais, na forma deste Contrato, aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares.

EXTINÇÃO/RESCISÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação ou a qualquer tempo por iniciativa do Município, observado o excepcional interesse público, ou por iniciativa do empregado, não havendo qualquer indenização ou outra vantagem, nem obrigações sociais e ou trabalhistas adicionais e não expressas na legislação acima mencionada, ficando ressalvadas as verbas rescisórias e remuneração/saldo de salário; férias a que faz jus relativo ao período e 13º proporcional. A extinção do contrato por iniciativa do contratado

deverá ser comunicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, salvo os casos devidamente justificados.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem as partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Modelo/SC, aos 03 de março de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

GRAZIANE FRIGO HASLINGER  
Contratada

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

### DECRETO Nº 093/2015

DECRETO Nº 093/2015 de 05.03.2015.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DELINA FATIMA SCATOLIN, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.198/2015, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento de exoneração apresentado pela Servidora,

#### DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada a pedido, a partir de 06/03/2015, a Servidora DELINA FATIMA SCATOLIN, do cargo efetivo de Agente de Saúde Pública, do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 05 de março de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

DELINA FATIMA SCATOLIN

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Chefe de Setor

**DECRETO Nº 094/2015**

DECRETO Nº 094/2015 DE 05 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 2092/2013 e Decreto Municipal nº 211/2013,

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam nomeados os membros que constituirão a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, conforme abaixo especificado:

**I. COORDENADORA:**

MARCIA WENDLING RÜDIGER - Secretária da Agricultura

**II. CONSELHO MUNICIPAL:**

- Representante da Câmara dos Vereadores:

VEREADOR HÉLIO TREVISAN

- Representante do Poder Executivo:

- MARIZETE MARIA FLOSS - Promoção Social

- JORGE LUIS VARNIER - Departamento da Agricultura

MARCIA TERESINHA JACOBY - Secretária da Saúde

- JUSSANE MARCANSONI TOSETO FRANDOLOSO - Secretária da Educação

- Representante do Poder Judiciário:

GEOVANI ANDRÉ RODRIGUES - Polícia Civil

- Representante de Órgãos Não Governamentais: ( Lions e ou Leo Clube);

MICHELÍ DANELUZ - Lions Clube

- Representante de outras entidades: Associação Comercial e Industrial de Modelo e Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

- DANIEL SOARES - ACIMO

- HELIO BILLIG - SINTRAF

**III - SECRETARIA (Apoio Administrativo)**

- ADILSON CESAR BRAUN - Secretária de Administração

**IV - SETOR TÉCNICO (Seção de Minimização de Desastres)**

- SARGENTO VILMAR KREUZBERG (Bombeiros Militares)

- SARGENTO JULIANO GASPERIN (Bombeiros Militares)

- JOANI WICKERT - Escola de Ed. Básica Dom Helder Câmara

- KATIA RAGAZZON - Arquiteta

- ILDO RAUBER - EPAGRI

**V. SETOR OPERATIVO**

- ALSEDIR FRANCISCO DE SOUZA - DMER

- FLÁVIO SCHWAAB - CASAN

- JOAO DIEHL - CELESC

- MARIVETE SANTOLIN - (BOMBEIROS COMUNITARIOS)

- ELMO RUCKS - GRUPO DE IDOSOS

- LEOCIR SCATOLIN - GERENTE CREDI ITAIPU

- RUDINEI BACK - Departamento da Agricultura

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,  
ao 05 de março de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER

CONTADORA

**DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES  
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MODELO

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2015

Nos termos do Edital nº 001/2015, O ICAP - Instituto de Consultoria em Administração pública e a comissão de acompanhamento do concurso tornam público o DEFERIMENTO E INDEFERIMENTOS DAS INSCRIÇÕES, conforme abaixo:

**INSCRIÇÕES DEFERIDAS**

AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
108436	RAFAEL FELIPE ESCHER
108178	WILLIAN LOIR SCHLOSSER TERNUS
AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
108364	ALTAIR EVANDRO RINTZEL
108161	BRUNA FERNANDA KUSTER RAUEN
108286	ELISANDRA ANA JUNGES
108467	JANETE TIECKER
108110	NEIVA TEREZINHA DE CAMPOS DA COSTA
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTENOS	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
108202	ELIANE RODRIGUES DA SILVA
108484	IVETE MARIA PLETSCH DA LUZ
108387	JULIETA ORTIZ
AUXILIAR EDUCACIONAL	
INSCRIÇÃO	CANDIDATO
108374	ADILCI SIEBAUER
108193	AMANDA BATISTA BORGES
108337	ANDRESSA NEMERSKI
108296	CATIANE APARECIDA BEGNINI
108066	CINAIDE BALDINA LAMBRECHT
108065	CRISTIANA MARLI PFEIFER
108258	DAIANE MICHELE SCHUH
108220	DIANA CHAVES
108076	DONISETE EUZÉBIO
108377	ELIZETE PAVALICINI RAUBER
108410	ELOISE KNORST
108267	IVETE REGINA RINTZEL
108366	JAINE ANDRESSA ALBANI



108107	JANICE BILLIG
108268	JUCELIA APARECIDA DE QUADRO
108372	JUCIÉLI VANI
108320	JULIANA WERLANG
108188	JULIANE PICCOLI SCHMITT
108060	PATRÍCIA BIGOLIN GRANZOTO
108216	ROSILENE TRAVERSSINI BIRK
108455	SANDRA LIANI PULTER
108386	SIMONE DEOLIVEIRA STEFFENS
108246	VERONICE STRAPAZZON BALDIN

## MOTORISTA

INSCRIÇÃO	CANDIDATO
108382	ADEMIR SOUZA LEITE TURMINA
108402	ALMERINDO JOSE RINTZEL
108396	ARCIZIO NICOLAU WERNER
108165	CLAIRTON JOSÉ BEVILAQUA
108434	CLAUDEMIR TEODORO
108400	ELTON BAUERMANN
108389	ERALDO FACCO
108490	ERIVELTO JOSÉ PISONI
108062	GELSON SIMAO
108063	GILSON HISTER
108393	GUSTAVO NUNES PORTELLA
108224	IVANOR NASCIMENTO
108276	JOEL FERNANDO EBERHART
108064	JOEL MACIEL
108132	JOSE CELSO SEIBEL
108376	JOSIMAR MACHADO
108225	JUCIANO GREGORIO WRZESINSKI
108129	JULIANO TOMALOK
108124	JUNIOR CARLOS BOIANI
108388	LIAMARA DE SOUZA
108098	MAURÍCIO HENRIQUE RAUBER
108295	RODRIGO ALBERTO RAUBER
108243	SILVANDRO CECATTO
108327	TIAGO MARTINS

## OPERADOR DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO	CANDIDATO
108378	ALDAIR VALDECIR WALL
108367	ANDRE CARLOS SCHLOSSER
108443	ANDREI ZANCO
108067	EVAIR RODRIGO KOTTWITZ
108391	GEOVANI LUIS ALBANI
108466	JEAN CARLO NERES
108227	JEFFERSON LUIZ DA COSTA MORAES
108265	LEOCIR JOSÉ CANTELE
108380	MARCELO FICAGNA
108271	NELVO ALBANI
108282	VOLNEI ALBANI

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20H

INSCRIÇÃO	CANDIDATO
108175	ADRIELI OLTRAMARI
108108	CLAISE TERESINHA KRAEMER CEREZOLLI
108405	CLAUDIA INÊS SCHMITZ ALGAYER
108177	CRISTIANE FUZINATO
108135	DANIELA FRANDOLOSO MARINS
108385	DERLICE TURMINA
108071	DIANA CENTA BERNARDY
108336	DIRLEI MARINS ALLEBRANDT
108381	ELISETE MARIA SPEROTTO BAMPÍ
108319	ELIZANDRA KOMINKIEWICZ WRZESINSKI
108279	ELIZETE MÜLLER SCATOLIN
108192	GLACI BALDIN SIEBAUER
108261	GRAZIANE FRIGO HASLINGER
108074	HELLEN ALVES DE ANDRADE
108365	JANETE TEREZINHA EBERHARDT
108403	KELLY CRISTINA DA CRUZ VALMORBIDA
108395	LOVANI TEREZINHA BARON
108061	LÚCIA EUZÉBIO
108287	LUCIA ILETE KIRCH FRANDOLOSO
108194	MAGALEI SALETE JOHANN DE GREGORI
108312	MAGALI CARMEN SIGNOR
108139	MAILA PATRICIA NAZARIO ROCHA
108407	MARGARETE ASSIS DE ALMEIDA SOUZA
108394	MARGARETE SCHLINTWEIN TURELLA
108257	MARISA SALETE VIEIRA GRAEFF
108331	MICHELI CRISTIANE DA VEIGA KRIESER
108215	MIRIAM FREY CECATTO
108488	MIRTES PESCADOR SGANZERLA
108384	NILDA SALETE CUOCHINSKI
108210	RAQUEL CRISTINA COIMBRA DE PAULA
108075	ROSANE CRISTINA JACOBY
108330	ROSANE VALENTE FREY
108370	ROSANGELA KNORST DEOTTI
108468	SANDRA KARINA TEIXEIRA THOMAS
108444	SANDRA LETICIA SCHUSTER LAMBRECHT
108328	SIDRIANA FATIMA BACH METDLER
108077	SIMPLICIA MARIA DA CUNHA
108379	SIRLEI MARINS DA COSTA
108438	VANESSA DA SILVA
108078	VIVIANE BALDIN

## INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

Inscrição	Situação
108446	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108440	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108089	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108091	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108425	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108309	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108413	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108163	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108411	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108417	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108482	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108237	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108171	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108392	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108082	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108232	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108316	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108299	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108399	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108134	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108149	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108095	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108142	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108487	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108127	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108236	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108164	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108214	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108477	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108117	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108358	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL

108362	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108454	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108397	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108143	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108292	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
108478	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL

Modelo, SC, 04 de fevereiro de 2015.

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### PORTARIAS 1-66/2015

Portaria	Data	Ementa
001/2015	05/01/2015	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA AO SERVIDOR JOSÉ ANTONIO RABELLO, OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS.
002/2015	05/01/2015	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE ISABEL CRISTINA HANN BATISTA, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
003/2015	07/01/2015	CONCEDE PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO A SERVIDORA JANETE DE FÁTIMA DOS SANTOS BORDIN OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA.
004/2015	09/01/2015	CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SERVIDOR MIGUEL ZACCARON DAROLT, OCUPANTE DO CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL.
005/2015	09/01/2015	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 447/2011 QUE CEDEU O SERVIDOR DENIS DOUGLAS PÉRICO OCUPANTE DO CARGO DE OFICIAL ADMINISTRATIVO À SDR 21º - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE CRICIÚMA.
006/2015	09/01/2015	CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA FERNANDA BITTENCOURT DIAS, OCUPANTE DO CARGO DE OFICIAL ADMINISTRATIVO.
007/2015	09/01/2015	NOMEIA A SERVIDORA CRISTINA PEREIRA MACCARI PARA EXERCER INTERINAMENTE O CARGO DE SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
008/2015	12/01/2015	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 257/2013 QUE REDUZIU A PEDIDO A CARGA HORÁRIA DA PROFESSORA MIRELA MATILDE SORATO BITENCOURT.
009/2015	12/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PRISCILA GUOLLO RECCO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
010/2015	12/01/2015	CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA ANGELA MARIA DOS SANTOS, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
011/2015	14/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIANE NUNES PARA O CARGO DE PROFESSORA.
012/2015	15/01/2015	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 503/2014 DE 29/10/2014 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA, ALBANI NANDI DA ROSA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
013/2015	15/01/2015	NOMEIA ELIANE NUNES PARA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE COORDENADORA DO CEI PELLEGRIN PADOIN.
014/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GENI VARGAS COSTA PARA O CARGO DE PROFESSORA.

015/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA SILVEIRA BORGES PARA O CARGO DE PROFESSORA.
016/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JAQUELINE TUAN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
017/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUANA DE SOUZA HESPANHOL PARA O CARGO DE PROFESSORA.
018/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FERNANDA BIEGER AGRINFO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
019/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANTONINA GENI SOUZA DOS SANTOS PARA O CARGO DE PROFESSORA.
020/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO BRUNA DOS SANTOS FORMENTIN TOMAZ PARA O CARGO DE PROFESSORA.
021/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SILVANA TEIXEIRA ROCHA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
022/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KARINA GABRIEL GUOLLO DAGOSTIN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
023/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JEOVANA BORTOLON DE BEM PARA O CARGO DE PROFESSORA.
024/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOSIANE SANTOS DA SILVA CANDIDO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
025/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KARINA CONSTANTE RICARDO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
026/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOSIANE DA SILVA ABEL PARA O CARGO DE PROFESSORA.
027/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO RUBIA RECCO ZACCARON PARA O CARGO DE PROFESSORA.
028/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VAÉDINA LOPES FELISBINO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
029/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LIDIANE GONÇALVES DE SOUZA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
030/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EMA KETY TOMÉ PARA O CARGO DE PROFESSORA.
031/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CINTIA GENEROSO PACHECO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
032/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOSIANE KONZEN SALVALAIO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
033/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JULIANA RONSANI ROSSO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
034/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JULIANE HENFRAIN MARAGNO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
035/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSICLÉIA CARDOSO ROCHA PARA O CARGO DE PROFESSORA.

036/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOELMA DA SILVA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
037/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DEISE SILVANA CUSTÓDIO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
038/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALINI CARDOSO DE SOUZA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
039/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA STEINBACK PARA O CARGO DE PROFESSORA.
040/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDIMARA DALMOLIN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
041/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSANGELA WAGNER CARDOSO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
042/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOSIANE DE FREITAS MACHADO PARA O CARGO DE ZELADORA.
043/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LEA JOSÉ DE SOUZA MEDEIROS PARA O CARGO COZINHEIRA – CAPS.
044/2015	19/01/2015	CESSAM OS EFEITOS DO DECRETO SAF/ Nº 1968 DE 20/02/2003 QUE COLOCOU A SERVIDORA TERESINHA DAGOSTIN OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA À DISPOSIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.
045/2015	19/01/2015	CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA TERESINHA DAGOSTIN, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
046/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CLARICE DE FREITAS CASAGRANDE PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
047/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOELMA QUIRINO DE SOUZA MONTEIRO PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA
048/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VALDIRA DE SOUZA DOS SANTOS PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA
049/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADAIANE PIRES PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA
050/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NILVANIA MARIA SARTOR SERAFIM PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA
051/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARLI DA SILVA GOULART PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA
052/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIZANGELA PEDRO DE OLIVEIRA PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA
053/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MICHELI DE SOUZA EINECKE COSTA PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA
054/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCIANI PEREIRA SARTOR PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA
055/2015	19/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA DE LOURDES ALVES FERNANDES PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA

056/2015	21/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PRISCILA CARLOS RICARDO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO
057/2015	21/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DANIELA CENI BURATO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO
058/2015	21/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA SIMONI GUOLLO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO
059/2015	21/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FALVIA DE MORAIS COELHO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO
060/2015	21/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VANESSA DA SILVA DA SILVEIRA PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO
062/2015	21/01/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VANESSA BUENO DE MELO VENANCIO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO
063/2015	21/01/2015	ENQUADRA A SERVIDORA PRISCILA GUOLLO RECCO NO ARTIGO 39 PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 028/2014
064/2015	26/01/2015	ENQUADRA A SERVIDORA PRISCILA GUOLLO RECCO NO ARTIGO 39 PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 028/2014
065/2015	30/01/2015	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE ELINI FRATONI, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM.
066/2015	30/01/2015	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 001/2015 DE 05/01/2015 QUE AFASTOU POR AUXÍLIO DOENÇA O SERVIDOR, JOSÉ ANTONIO RABELLO, OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS.

### PORTARIAS 67-231/2015

Portaria	Data	Ementa
067/2015	02/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SUELEN JUNG PEDRO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO
068/2015	02/02/2015	NOMEIA BRUNA INEZ DA COSTA PARA O CARGO DE ASSESSOR II.
069/2015	02/02/2015	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 279/2014 DE 02/04/2014 QUE REDUZIU A PEDIDO A CARGA HORÁRIA DA PROFESSORA GREICY SALVADOR ZACCARON.
070/2015	02/02/2015	REDUZ A PEDIDO A CARGA HORÁRIA DA PROFESSORA TATIANE ZANELATTO.
071/2015	02/02/2015	REDUZ A PEDIDO A CARGA HORÁRIA DA PROFESSORA FABIANA MAURICIO GOMES PADOIN.
072/2015	02/02/2015	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTO PARTICULAR A SERVIDORA MIRIANI DAGOSTIN OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
073/2015	02/02/2015	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTO PARTICULAR A SERVIDORA ELESSANDRA MEDIANEIRA OLIVEIRA DIAS OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.



074/2015	02/02/2015	CONCEDE GRATIFICAÇÃO À COMISSÃO DE LICITAÇÃO E AO PREGOEIRO OFICIAL, CONFORME LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 017/2014.
075/2015	03/02/2015	CONCEDE PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO A SERVIDORA ALICE LOUISE PIMENTEL VIEIRA OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA.
076/2015	03/02/2015	RESCINDE A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE JACKIANI MARTIGNAGO CASAGRANDE, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
077/2015	03/02/2015	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE DANILA DELA VEDOVA GOMES OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
078/2015	03/02/2015	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA LUCILENE MENDES FARIAS, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
079/2015	03/02/2015	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A SERVIDORA MARIA LÚCIA FERBONINK GARCIA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
080/2015	03/02/2015	NOMEIA VIVIANE INÁCIO DA SILVA PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO II.
081/2015	03/02/2015	ALTERA A PORTARIA 060/2014 DE 20/01/2014 QUE NOMEOU FLAVIA MARIA JUNG FOGAÇA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III.
082/2015	03/02/2015	ALTERAÇÃO PERMANENTE DE CARGA HORÁRIA DOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO.
083/2015	09/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JUSSARA OLIVEIRA BAPTISTA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
084/2015	11/02/2015	NOMEIA GISLAINE ROUSSENQ PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
085/2015	11/02/2015	NOMEIA EDIVANIA ZILLI BERTAN PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
086/2015	11/02/2015	NOMEIA JANAINA GABRIEL MACHADO MORONA PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
087/2015	11/02/2015	NOMEIA DAIANI HONORATO PIVA PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
088/2015	11/02/2015	NOMEIA CLAUDIA MARA DE SOUZA OLIVEIRA PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
089/2015	11/02/2015	NOMEIA FRANCIELE CASAGRANDE PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
090/2015	11/02/2015	NOMEIA JULIANA ROCHA CANARIN CARVALHO PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
091/2015	11/02/2015	NOMEIA MILAINE EUZEBIO DA ROSA PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
092/2015	11/02/2015	NOMEIA PATRICIA POLICARPO SARTOR PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
093/2015	11/02/2015	NOMEIA VANESSA CASTELLO BRANCO PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

094/2015	11/02/2015	NOMEIA LAIS TISCOSKI DA SILVA PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
095/2015	11/02/2015	NOMEIA JANILI MARTIGNAGO CASAGRANDE PARA OCUPAR O CARGO DE PROFESSORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
096/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LAIS TISCOSKI DA SILVA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
097/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SABRINA SCHMITZ PADILHA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
098/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MICHELI GOLOMBIESKI BERTAN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
099/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIZANGELA CASAGRANDE PARA O CARGO DE PROFESSORA.
100/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SIMONI MARLENE PINTO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
101/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LAURENICE MANOEL MARIANO PELIZZARI PARA O CARGO DE PROFESSORA.
102/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSANE APARECIDA SIMÃO DA ROSA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
103/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SALETE DE ALMEIDA GOULART PARA O CARGO DE PROFESSORA.
104/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARISTELA SARTOR PARA O CARGO DE PROFESSORA.
105/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KATIA APARECIDA DUARTE MACHADO NIERO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
106/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARILZA BITENCOURT CAVAGNOLI PARA O CARGO DE PROFESSORA.
107/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANDRESSA PAGNAN TEIXEIRA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
108/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FRANCIELE DE FÁTIMA MENK PARA O CARGO DE PROFESSORA.
109/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDERALDO PRUDÊNCIO PARA O CARGO DE PROFESSOR.
110/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIZA SARTOR PARA O CARGO DE PROFESSORA.
111/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ISABELA ZANATTA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
112/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SABRINA DE ALMEIDA HENFRAIN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
113/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GEOVANA MARIA DE BITENCOURT PARA O CARGO DE PROFESSORA.
114/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FÁBIA CRISTINA DE QUADRA CALEGARI PARA O CARGO DE PROFESSORA.
115/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSEMARY DAGOSTIN FRASSON PARA O CARGO DE PROFESSORA.

116/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JULIANA D'AGOSTIN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
117/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO BRUNA MACHADO GUOLLO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
118/2015	11/02/015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO BRUNO PEREIRA ROCHA PARA O CARGO DE PROFESSOR.
119/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NATALI LEONARDO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
120/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO TANIZE DA CRUZ DA COSTA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
121/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SILVIA FRANCISCO MOTA MENDES DA COSTA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
122/2015	11/20/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LIZIANE SARTOR STUDZINSKI PARA O CARGO DE PROFESSORA.
123/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FABIANA CASAGRANDE DE AGUIAR PARA O CARGO DE PROFESSORA.
124/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GIZELLI KEMPER PARA O CARGO DE PROFESSORA.
125/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EVELYN PEREIRA GOMES DE SÁ PARA O CARGO DE PROFESSORA.
126/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DIANDRA BERTAN PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
127/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIANA DE ALMEIDE HENFRAIN RODRIGUES PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
128/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DENISE DE FREITAS CARDOSO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
129/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO TAMIRES DA SILVA DE SOUZA PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
130/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GISLAINE MARTINS ELIAS PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
131/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALBERTINA MARIA VIEIRA FERNANDES PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
132/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JANETE SILVANO CARDOZO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
133/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MABEL APARECIDA DE COSTA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
134/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARCOS MEDEIROS PEREIRA PARA O CARGO DE PROFESSOR.
135/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JUCELI FORMANSKI PARA O CARGO DE PROFESSORA
136/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PATRICIA POLICARPO SARTOR PARA O CARGO DE PROFESSORA.

137/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ISADORA MARTINS CONCER PARA O CARGO DE PROFESSORA
138/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSIMERI DOS REIS SALVALAIO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
139/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO BRUNA LEACI DAGOSTIN PARA O CARGO DE PROFESSORA
140/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KAREN BORTOLIN SALVAN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
141/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MATEUS DE PEIRI MODOLON PARA O CARGO DE PROFESSOR.
142/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDIANE MACEDO RECCO PAGNAN PARA O CARGO DE PROFESSORA
143/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DOUGLAS UGIONI DE SOUZA PARA O CARGO DE PROFESSOR.
144/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CAMILA SILVEIRA JOSÉ PARA O CARGO DE PROFESSORA.
145/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARCOS UGIONI DE SOUZA PARA O CARGO DE PROFESSOR
146/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DANIELA BOM SIMON PARA O CARGO DE PROFESSORA.
147/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DRIELI MENDES MACCARI PARA O CARGO DE PROFESSORA.
148/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CRISTIANE DOS SANTOS PEREIRA MARQUES PARA O CARGO DE PROFESSORA.
149/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GISLAINE DE SOUZA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
150/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CAMILA FIDELIX PARA O CARGO DE PROFESSORA.
151/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MAIARA SOARES CÂNDIDO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
152/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JULIANA ALBANI SALVAN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
153/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VALKIRIA ZOLEIDE DA SILVA FLORIANO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
154/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CRISTINA RÉUS PATRÍCIO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
155/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LISLAINE BERTAN PACHECO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
156/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FABIANA COMIN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
157/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KÁTIA FRANCISCO SILVEIRA PARA O CARGO DE PROFESSORA.

158/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PRISCILA DE SOUZA CLAUDINO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
159/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FABRICIA DA SILVA SOARES PARA O CARGO DE PROFESSORA.
160/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JÚLIA MACCARI ESPINDULA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
161/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIANE SARTOR PACHECO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
162/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SÔNIA REGINA PIROLA DAGOSTIN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
163/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDERALDO COLOSSI PARA O CARGO DE PROFESSOR.
164/2015	11/02/2015	DESIGNA A PROFESSORA JOSIANE DOS SANTOS DA SILVA CÂNDIDO A RESPONDER POR MAIS 15 HORAS SEMANAIS.
165/2015	11/02/2015	DESIGNA A PROFESSORA JOELMA DA SILVA A RESPONDER POR MAIS 10 HORAS SEMANAIS.
166/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GRAZIELA DAMÁSIO VIRTUOSO PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
167/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSÁLIA LUCIANO PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
168/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SÔNIA BARBOSA RABELLO PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA
169/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARILÉIA IZEPON PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
170/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ZENAIDE MARIA FELICIANO IZEPON PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
171/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALBERTINA APOLINÁRIO PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
172/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JÉSSICA BARBOSA PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
173/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SULEMAR MACHADO DOS SANTOS SARTOR PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
174/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANA VANILDE RODRIGUES PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
175/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSA FAUSTA RICARDO MÁXIMO PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
176/2015	11/02/2015	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE JOSIANE DE FREITAS MACHADO OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA.
177/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PATRICIA SORATO CESCA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
178/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA ISOLETE LAURINDO PARA O CARGO DE PROFESSORA.

179/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CAMILA MAGAGNIN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
180/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JANICE MARTIGNAGO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
181/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADRIANA APARECIDA HENFRAIN GUOLLO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
182/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOSIANE DE FREITAS MACHADO PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
183/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARICELIA APARECIDA MENDES FRANCISCONI PARA O CARGO DE INSTRUTOR DE CURSO PROFISSIONALIZANTE.
184/2015	11/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SIRLEI MARIA LUZA PARA O CARGO DE INSTRUTOR DE CURSO PROFISSIONALIZANTE.
185/2015	12/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DANIÉLI VIEL DE OLIVEIRA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
186/2015	12/02/2015	NOMEIA BEATRIS FORMENTIN MORONA PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO IV.
187/2015	18/02/2015	CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA ALBERTINA FRANCISCO DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
188/2015	18/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADAIANE PIRES PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
189/2015	18/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CLARICE DE FREITAS CASAGRANDE PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
190/2015	18/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIZANGELA PEDRO DE OLIVEIRA PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
191/2015	18/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOELMA QUIRINO DE SOUZA MONTEIRO PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
192/2015	18/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCIANI PEREIRA SARTOR PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
193/2015	18/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA DE LOURDES ALVES FERNANDES PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
194/2015	18/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARLI DA SILVA GOULART PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
195/2015	18/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MICHELE DE SOUZA EINECKE COSTA PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
196/2015	18/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NILVANIA MARIA SARTOR SERAFIM PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
197/2015	18/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO VALDIRA DE SOUZA DOS SANTOS PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
198/2015	18/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALBERTINA FRANCISCO DA SILVA PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.

199/2015	18/02/2015	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 070/2013 DE 23/01/2013 QUE DESIGNOU A SERVIDORA MARIELI FRASSON DAMASIO PARA A FUNÇÃO DE DIRETORA DA EEBM VICENTE GUOLLO.
200/2015	18/02/2015	DESIGNA A PROFESSORA FABIANA ZANIN CASAGRANDE ROSSO PARA A FUNÇÃO DE DIRETORA DA EEBM LUIZ CASAGRANDE.
201/2015	18/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALINE RICARDO DE SOUZA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
202/2015	18/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GABRIELA CANCELLIER PARA O CARGO DE PROFESSORA.
203/2015	18/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO BRUNA TOMAZ BITENCOURT PARA O CARGO DE PROFESSORA.
204/2015	18/02/2015	DESIGNA A PROFESSORA FRANIELE DE FÁTIMA MENK A RESPONDER POR MAIS 20 HORAS SEMANAIS.
205/2015	18/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARILZA TEIXEIRA DE SOUZA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
206/2015	18/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FLAVIO TEIXEIRA PARA O CARGO DE PROFESSOR.
207/2015	18/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DJALMA SANTOS ARAÚJO PARA O CARGO DE PROFESSOR
208/2015	18/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SUZANA DA SILVA PARA O CARGO DE PROFESSORA.
209/2015	18/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CRISTINA SILVANO FERNANDES SARTOR PARA O CARGO DE PROFESSORA.
210/2015	18/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARCEL MADEIRA DE COSTA PARA O CARGO DE PROFESSOR.
211/2015	18/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GÉSSICA PADOIN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
212/2015	18/02/2015	ENQUADRA A SERVIDORA GÉSSICA PADOIN NO ARTIGO 39 PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 028/2014
213/2015	18/02/2015	ENQUADRA O SERVIDOR MARCEL MADEIRA DE COSTA NO ARTIGO 39 PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 028/2014
214/2015	18/02/2015	ENQUADRA A SERVIDORA CRISTINA SILVANO ERNANDES SARTOR NO ARTIGO 39 PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 028/2014
215/2015	19/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOSIANE TRESI XAVIER PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
216/2015	19/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIA TERMA OLIVEIRA PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
217/2015	19/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LETICIA MAURICI PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
218/2015	20/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KELLI COLODEL MOTA PARA O CARGO DE PROFESSORA.

219/2015	20/02/2015	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE JESSICA BARBOSA OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
220/2015	23/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSELI MENDES PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
221/2015	23/02/2015	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE MARCOS MEDEIROS PEREIRA OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR.
222/2015	23/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIANE MARQUES PARA O CARGO DE PROFESSORA.
223/2015	23/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SINARA NASPOLINI PARA O CARGO DE OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS ESCOLARES.
224/2015	23/02/2015	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GILDO ALVES PARA O CARGO DE OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS ESCOLARES.
225/2015	23/02/2015	CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA ELIZANDRA LILIAN SORATO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
226/2015	23/02/2015	CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA DAIANA CRISTINA PORTINHO, OCUPANTE DO CARGO DE OFICIAL ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
227/2015	23/02/2015	EXONERA O SERVIDOR ADEMIR VARGAS FILHO, OCUPANTE DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III.
228/2015	24/02/2015	CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA LUCIANE SATORNO DURANTE, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
229/2015	27/02/2015	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE EDILÉIA PIRES HREMENEGILDO OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
230/2015	27/02/2015	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO DE JEBSEN YANAGIHARA COELHO GALVÃO OCUPANTE DO CARGO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL – ESF.
231/2015	27/02/2015	DESIGNA A SERVIDORA JESSICA SAVIATO SALVAN OCUPANTE DO CARGO DE FARMACÊUTICA, PARA ATUAR COMO FISCAL JUNTO AO SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.



# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA I VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 26 2015 PMN CONVOCAÇÃO

ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015 PMN / CONVOCAÇÃO

Aos 04 dias do mês de março de 2015 os responsáveis pela análise das amostras referente o pregão nº 26/2015 PMN, objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC, verificaram e deram o parecer - aprovação/reprovação dos produtos apresentados conforme segue:

ITENS	Licitantes colocados	Aprovação/reprovação	LICITANTES COLOCADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL
01	1º BARKI	APROVADO	-----
02	1º PJ	APROVADO	-----
03	1º BARKI	APROVADO	-----
04	1º BARKI	APROVADO	-----
05	1º ECO	APROVADO	-----
06	1º ECO	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
07	1º BARKI	APROVADO	-----
08	1º BARKI	APROVADO	-----
09	1º PJ	APROVADO	-----
10	1º BARKI	APROVADO	-----
11	1º BARKI	APROVADO	-----
12			
13	1º PJ	APROVADO	-----
14	1º BARKI	APROVADO	-----
15	1º BARKI	APROVADO	-----
16	1º ECO	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
17	1º BARKI	APROVADO	-----
18	1º PJ	APROVADO	-----
19	1º BARKI	APROVADO	-----
20	1ºFORNECEDORA	APROVADO	-----
21	1ºFORNECEDORA	APROVADO	-----
22	1º PJ	REPROVADO – NÃO APRESENTOU DESCRITIVO: FORRADA COM FLOCOS DE ALGODÃO, ANTIDERRAPANTE, QUE DISPENSE O USO DE TALCO.	3º ECO
23	1º BARKI	APROVADO	-----
24	1ºFORNECEDORA	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	2º BARKI

25	1º BARKI	APROVADO	-----
26	1º BARKI	APROVADO	-----
27	1º BARKI	APROVADO	-----
28	1º PJ	APROVADO	-----
29	1º PJ	REPROVADO – NÃO APRESENTOU DESCRITIVO: 3 DOBRAS. FARDO KRAFT CONTENDO 5 PACOTES COM 250 FOLHAS = 1250 FOLHAS	2º BARKI
30	1º BARKI	APROVADO	-----
31	1º BARKI	APROVADO	-----
32	1º BARKI	APROVADO	-----
33	1º BARKI	APROVADO	-----
34	1ºFORNECEDORA	APROVADO	-----
35	1º BARKI	APROVADO	-----
36	1º PJ	APROVADO	-----
37	1º BARKI	APROVADO	-----
38	1º PJ	APROVADO	-----
39	1º PJ	APROVADO	-----
40	1º PJ	APROVADO	-----
41	1º BARKI	APROVADO	-----
42	1º BARKI	APROVADO	-----
43	1º BARKI	APROVADO	-----
44	1º BARKI	APROVADO	-----

Obs.; OS LICITANTES INTERESSADOS QUE TIVEREM SUAS AMOSTRAS REPROVADAS DEVERÃO RETIRAR AS MESMAS NO PRAZO DE 24 HORAS DESTA PUBLICAÇÃO.

Douglas Lemos - Pregoeiro  
Maria Benedita - Pregoeira substituta

Equipe de apoio:  
Adriana Correa  
Carla Claudino  
Franciele Justino  
Pedro Paulo

### ATA II DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015 PMN

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015 PMN

Aos 06 dias de março de 2015, às 10:15 horas, reuniu-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria número 71 de 29/01/2015, com intuito de analisar e julgar o recurso e a impugnação ao recurso do Pregão Presencial nº 27/2015, cujo OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS (CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS) COM OPERADORES E MOTORISTAS PARA AUXILIAR NAS ATIVIDADES DA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC.

#### PRELIMINARMENTE

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, ao receber o recurso, verificou que foi protocolado tempestivamente e na forma prevista em lei, decidindo, portanto, recebê-lo, passando a analisá-lo, com fulcro

nos fatos e fundamentos a seguir descritos.  
---RECURSO Protocolado pela empresa ESGOTOU LIMPEZA E DESENTUPIDORA LTDA -ME - em 03/03/2015.

Do Recurso:

Em síntese, manifesta-se a empresa ESGOTOU arguindo:

1 - O recorrente requer sua habilitação uma vez que na sessão licitatória apresentou CRQ/SC do engenheiro responsável, quando no edital exigia CREA/SC, sob alegação o recorrente desempenhar a atividade completa, ou seja, responsável pelo hidrojateamento e posteriormente o transporte e tratamento dos resíduos retirados, menciona legislação etc.

DA DECISÃO:

Diante do exposto, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio decide pela PROCEDÊNCIA do recurso conforme segue:

1 - O recurso foi deferido, após segunda análise, inclusive sob orientação do sr Paulo Celso Mafra Superintendente da FUMAN, o serviço sob responsabilidade do Engenheiro Químico é completo, com base legal temos:

Lei 8666/93, Art 30: § 3o Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Desta forma a administração visando atender o principio da razoabilidade decide por acatar a justificativa e habilitar o recorrente.

- Publique-se

É a decisão.

Navegantes, 06 de março de 2015.  
DOUGLAS LEMOS  
Pregoeiro

MARIA BENEDITA CORRÊA  
Pregoeira substituta

Equipe de apoio:  
PEDRO PAULO DA COSTA

CARLA CLAUDINO

ADRIANA CORREA

FRANCIELE JUSTINO

Ratificando:  
BENILDE PERÃO  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

## **ATA VERIFICAÇÃO SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DAS EMPRESAS 3º COLOCADOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015 PMN**

ATA VERIFICAÇÃO SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DAS EMPRESAS 3º COLOCADOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015 PMN .

REABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE AS 8 HORAS DO DIA 06/03/2015, AS LICITANTES DA PRIMEIRA SESSÃO NÃO COMPARECERAM, APÓS AS CONSIDERAÇÕES FOI FEITA VERIFICAÇÃO DAS HABILITAÇÕES , APÓS FORAM DADOS OS SEGUINTE APONTAMENTOS: FORAM INABILITADA AS EMPRESAS MARA TEREZINHA MOREIRA-EPP (10681) E MÁXIMA DISTRIBUIDORA EIRELI (10338) POR QUE NÃO APRESENTAM CERTIDÃO DO INSS , AS DEMAIS EMPRESAS FORAM HABILITADAS. NÃO HAVENDO MAIS APONTAMENTOS, ENCERRA-SE A PRESENTE SESSÃO. E DESDE JÁ AS EMPRESAS LICITANTES HABILITADAS DEVERÃO APRESENTAR AS AMOSTRAS CONFORME ITEM 4.1, INDEPENDENTE DE INTIMAÇÃO EM ATÉ 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS APÓS A DATA DESTA PUBLICAÇÃO.

Douglas Lemos - Pregoeiro  
Maria Benedita - Pregoeira substituta  
Equipe de apoio:  
Adriana Correa  
Carla Claudino  
Franciele Justino  
Pedro Paulo  
Navegantes, 06 de março de 2015.

## **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 44/2015 PMN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2015 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS (CARNES) PARA COMPOSIÇÃO DO CARDÁPIO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGISTICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 19/03/2015 até às 13:50 hs. Abertura envelopes: 19/03/2015 às 14:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 6 de março de 2015. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

## **CARTA DE CONVOCAÇÃO**

Navegantes, 06 de março de 2015.

Ilma Sra.  
BERENICE VALENÇA VIANNA  
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da CONTRATAÇÃO através do PROCESSO SELETIVO de nº 005/2014, para a função de ARTE EDUCADOR DE BALÉ.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller  
Diretoria de Gestão em RH

Navegantes, 06 de março de 2015.  
Ilma Sra.  
ROSIANE DOMICIANO SERAFIM  
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da CONTRATAÇÃO através do PROCESSO SELETIVO de nº 005/2014, para a função de ARTE EDUCADOR DE ARTES PLÁSTICAS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller  
Diretoria de Gestão em RH

### PORTARIA 773 SINDICÂNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 773 DE 6 DE MARÇO DE 2015  
INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

#### RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultora Administrativa - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar possível inobservância do dever funcional, conforme a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### PORTARIA 774 SINDICÂNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 774 DE 6 DE MARÇO DE 2015  
INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

#### RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultora Administrativa - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar possível inobservância do dever funcional, conforme a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### PORTARIA 775 SINDICÂNCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 775 DE 6 DE MARÇO DE 2015  
INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60,

combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultora Administrativa - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar possível inobservância do dever funcional, conforme a lei complementar n.º 7 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 776 SINDICÂNCIA**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N.º 776 DE 6 DE MARÇO DE 2015  
INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultora Administrativa - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar possível irregularidade em certame.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 777 SINDICÂNCIA**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N.º 777 DE 6 DE MARÇO DE 2015  
INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultora Administrativa - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar as circunstâncias de possível enfermidade de servidor.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 778 SINDICÂNCIA**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N.º 778 DE 6 DE MARÇO DE 2015  
INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA



O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim - Atendente de Posto de Saúde -, Juliana Rúbia da Costa Succo - Analista Consultora Administrativa - e Euclides Mendes - Professor - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE SINDICÂNCIA para apurar possível alteração fraudulenta de cadastro urbano.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 6 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 6 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## Nova Trento

### PREFEITURA

#### **PORTARIA Nº 279/2015**

PORTARIA Nº 279/ 2015

Exonera Servidor

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, VIVIANI DE LIMA, matrícula nº 6495, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 04 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 04 de março de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 04 de março de 2015.

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e D. Comunitário, em exercício.

#### **PORTARIA Nº 281/2015**

PORTARIA Nº 281/ 2015

Exonera Servidor

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, JANA LETÍCIA CORREIA, matrícula nº 5243, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 27 de fevereiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 04 de março de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 04 de março de 2015.

Vilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e D. Comunitário, em exercício.

**PORTARIA Nº 286/2015**

PORTARIA Nº 286/ 2015

Concede Licença Tratamento de Saúde em Pessoa da Família

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à Servidora Pública Municipal IVANA REGINA CADORE, matrícula nº 81, concursada no cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 04 de março de 2015 a 02 de abril de 2015, conforme atestado médico datado de 04/03/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de março de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 04 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015**

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2015

HOMOLOGAÇÃO: 06/03/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA DE NOVA TRENTO

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviço gráfico (impressão de revista institucional), conforme as condições e especificações constantes deste Edital e de seus Anexos.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

**EMPRESA VENCEDORA:**

ALEX SANDRO DALPRÁ 04801439942 (CNPJ Nº 19.376.641/0001-73) - Valor Total: R\$ 6.800,00 (Seis mil e oitocentos reais).

Nova Trento/SC, 06 de março de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

**Novo Horizonte****PREFEITURA****AVISO DE RESULTADO DO PP Nº 006/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 006/2015 - que tem como objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, VISANDO A RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DA MOTONIVELADORA HWB 205-S, ANO 1985, FROTA Nº 46, PATRIMÔNIO Nº 4567, DE USO DO DPTO DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 06/03/2015 às 09:00 hs, que teve como única empresa participante: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI sagrando-se vencedora com valor global de R\$ 17.817,16 (Dezessete mil, oitocentos e dezessete reais e dezesseis centavos). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz as exigências do edital; a empresa vencedora encontra-se devidamente habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro a empresa acima mencionada como Vencedora do Pregão Presencial Nº 006/2015.

Novo Horizonte/SC, em 06 de Março de 2015.

ARNO GOLDSCHMIDT

Pregoeiro

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 039/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 039/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI - ME

Valor ..... : 17.817,16 (dezessete mil oitocentos e dezessete reais e dezesseis centavos)

Vigência ..... : Início: 06/03/2015 Término: 05/09/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (93) Saldo: 305.960,35

Objeto ..... : O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, VISANDO A RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DA MOTONIVELADORA HWB 205-S, ANO 1985, FROTA Nº 46, PATRIMÔNIO Nº 4567, DE USO DO DPTO DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes no edital.

Novo Horizonte/SC, em 6 de Março de 2015

**EXTRATO DE CONTRATOS DIA 06-03-2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 036/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: SETEMBRINO CARNEIRO 54724724900

Valor ..... : 7.000,00 (sete mil reais)

Vigência ..... : Início: 06/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (39), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (93), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (117), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (128)

Objeto ..... : Constitui o objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE LOGRADOUROS E TERRENOS MUNICIPAIS, BEM COMO À REALIZAÇÃO DE REPAROS NOS PRÉDIOS PÚBLICOS E VIAS PÚBLICAS, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme condições constantes no Processo Licitatório Nº 017/2015 .

Contrato Nº.: 037/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: CLOVIS ZANKOSKI 69444498972

Valor ..... : 28.000,00 (vinte e oito mil reais)

Vigência ..... : Início: 06/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (39), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (93), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (117), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (128)

Objeto ..... : Constitui o objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE LOGRADOUROS E TERRENOS MUNICIPAIS, BEM COMO À REALIZAÇÃO DE REPAROS NOS PRÉDIOS PÚBLICOS E VIAS PÚBLICAS, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme condições constantes no Processo Licitatório Nº 017/2015.

Contrato Nº.: 038/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: GUSTA SOMARIVA 07302521913

Valor ..... : 6.000,00 (seis mil reais)

Vigência ..... : Início: 06/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (39), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (93), 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 (117), 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 (128)

Objeto ..... : Constitui o objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE LOGRADOUROS E TERRENOS MUNICIPAIS, BEM COMO À REALIZAÇÃO DE REPAROS NOS PRÉDIOS PÚBLICOS E VIAS PÚBLICAS, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme condições constantes no Processo Licitatório Nº 017/2015.

Novo Horizonte/SC, em 06 de Março de 2015-ELI MARIOTT - Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL FMS Nº 011-2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 011/2014

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 007/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 002/2014

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 05/03/2015

CONTRATADO: MARK LABORATÓRIO DE PROTESES DENTÁRIAS

LTDA-ME

CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para REGISTRO DE PREÇOS visando futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO E RESTAURAÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, PARA ATENDIMENTO A PESSOAS CARENTES INCLUIDAS NO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL, DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.710,00 (Hum mil, setecentos e dez reais).

DATA: 05/03/2015 - DIRCEU MEZOMO - Secretario De Saúde E Promoção Social/gestor Fms.

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 014-2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2014

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 05/03/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual aquisição de Tubos de Concreto e Meio-fios para uso da Secretaria Municipal de Agricultura, Transporte, Obras e Meio Ambiente, conforme descrição e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital.

CONTRATADO: EMPLEITERRA SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.590,0 (três mil, quinhentos e noventa reais)

DATA: 05/03/2015 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 017/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2015

CONVITE Nº 002/2015

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 06/03/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: Constitui o objeto da presente Licitação a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE LOGRADOUROS E TERRENOS MUNICIPAIS, BEM COMO À REALIZAÇÃO DE REPAROS NOS PRÉDIOS PÚBLICOS E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme condições e especificações constantes neste edital e em seus Anexos I a VIII.

CONTRATADO: SETEMBRINO CARNEIRO 54724724900

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

CONTRATADO: CLOVIS ZANKOSKI 69444498972

VALOR DA DESPESA: R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)

CONTRATADO: GUSTA SOMARIVA 07302521913

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Novo Horizonte/SC - DATA: 06/03/15 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

-----

### **EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 019/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

-----

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 06/03/2015  
CONTRATADO: VILAMIR VALMOR ROMANOSKI - ME  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: A presente licitação tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, VISANDO A RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DA MOTONIVELADORA HWB 205-S, ANO 1985, FROTA Nº 46, PATRIMÔNIO Nº 4567, DE USO DO DPTO DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 17.817,16 (dezessete mil oitocentos e dezessete reais e dezesseis centavos)  
DATA: 06/03/2015 - ELI MARIOTT - Prefeito Municipal.

-----

### **EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL Nº 023/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

-----

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2014  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2014  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 06/03/2015  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES DE CÂMARAS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;

-----

CONTRATADO: SUL REAL COMERCIO DE PNEUS LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.760,00 (Três mil setecentos e sessenta reais)

-----

Novo Horizonte/SC, Dia 06-03-2015-ELI MARIOTT - Prefeito Municipal



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 1/22

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/03/2015      Válido até: 05/03/2016									
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
1	ERVA-MATE PARA CHIMARRÃO, 100% ERVA-MATE, DE 1ª QUALIDADE, DE GRANULAGEM MÉDIA, EMBALAGEM DE PAPEL, DE 1 KG, COM DATA DE FABRICAÇÃO INFERIOR A 30 DIAS DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO.	KG	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	MATERVA	0	10,8900	1		
			AP OESTE DIST E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	4331CHIRU	0	10,9000	2		
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	DABOA	0	11,1000	3		
2	FILTRO PARA BOMBA DE CHIMARRÃO (CAMISINHA) PARA NÃO ENTUPIR A BOMBA, PCT C02 UNIDADES.	PCT	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	UNIÃO	0	1,2500	1		
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	DIVINA	0	1,3000	2		
3	COLA ADESIVA INSTANTÂNEA UNIVERSAL. EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 5 GR	UN	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	SUPER BONDER	0	6,4000	1		
4	ESCOVA PARA LIMPEZA DE UNHA PEQUENA DE PLÁSTICO	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	CONDOR	0	3,1000	1		
			AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	1383BETANIN	0	3,1500	2		
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	BETANIN	0	3,3000	3		
5	FILTRO PARA CAFE Nº 103, COM TECNOLOGIA DE MICROFURROS QUE MANTÊM O PÓ E ÁGUA JUNTOS PELTO TEMPO IDEAL PARA UM CAFE PERFEITO, CAIXA COM 30 UN	CX	AP OESTE DIST E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	3248MELITA	0	3,7000	1		
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	BRIGITA	0	3,8000	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/03/2015      Válido até: 05/03/2016						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	DIVINA	0	3,8000
6	CAFÉ EM PÓ, GRÃOS MÓIDOS E EMBALADOS A VACUO, COM GRÃOS SELECIONADOS E TORRADOS EM SUSPENSÃO, SABOR TRADICIONAL, EMBALAGEM DE 500 GRS	UN	AP OESTE DIST E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	CREMOSO	0	9,6400
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	SUDOESTE	0	9,6500
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	ODEBRECH	0	10,6000
7	Canela em pó pct de 50gr	PCT	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	APTI	0	3,2500
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	INCAS	0	3,3000
8	Cravo da india pct de 40/gr	PCT	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	APTI	0	11,9900
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	INCAS	0	12,0000
9	BANANA FRESCA TIPO CATURRA, TAMANHO MÉDIO, COM AS CARACTERÍSTICAS ORGANOLEPTICAS MANTIDA;	KG	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	COBALCHINI	0	1,8000
10	MAÇÃ TIPO FUJI CLASSIFICAÇÃO 1, TAMANHO MÉDIO, SEM SINAIS DE AMASSADO, PRONTA PARA CONSUMO;	KG	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	REAL	0	4,2500

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/03/2015      Válido até: 05/03/2016						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
11	LARANJA DO TIPO PÉRA, CASCA DE COR ALARANJADA, ODOR AGRAVÁVEL, IN NATURA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, AROMA E SABOR DA ESPÉCIE, UNIFORMES, COM AUSÊNCIA DE FERIMENTOS OU DEFEITOS, SUJIDADES, PARASITOS E LARVAS	KG	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	REAL	0	3,1500
12	Adoçante dietético líquido, 100% stevia, embalagem de no mínimo 65 ml	UN	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	MAGRO	0	14,1500
13	Açúcar Cristal branco, embalagem plástica, pct c/5kg	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	SANTA ISABEL	0	8,6000
			AP OESTE DIST E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	1260STA IZABEL	0	8,6500
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	ESTRELA	0	8,7000
14	CAFÉ SOLÚVEL GRANULADO, COM GRÃOS EM PONTO DE TORRA CLÁSSICA, SABOR TRADICIONAL, EMBALAGEM DE VIDRO 500G	UN	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	PELE	0	10,5000
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	ODEBRECH	0	10,6000
15	CHÁ, SABORES SORTIDOS DE ABACAXI, ERVA DOCE, MAÇA, CANELA, NATURAL E FRUTAS VERMELHAS, CX COM NO MÍNIMO 15 SACHES DE NO MÍNIMO 15 GR.	CX	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	CHILENO	0	3,4900
			AP OESTE DIST E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	BARAO	0	3,5000
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	PRENDA	0	3,8000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/03/2015      Válido até: 05/03/2016						
Objeto da Compra:O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
16	PAPEL TOALHA, FOLHA DUPLA, PICOTADA, COM 02 UN. COM 50 TOALHAS CADA DE NO MINIMO 19CMX21,5CM, PARA USO NA COZINHA	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	SORELLA	0	3,4500
			AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	SORELLA	0	3,5000
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	MILI	0	3,8000
17	Papel alumínio, rolo de no mínimo 45 cm x 7,5 metros	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	DIVINA	0	5,7000
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	BREDA	0	5,7000
			AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	TERMINICA	0	5,7500
18	Filme de pvc transparente, medindo no mínimo 28cm x 30 metros	RL	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	DIVINA	0	4,5800
			AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	BOREDA	0	4,5900
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	ROYAL	0	4,6000
19	Saco plástico transparente para freezer 2kg, rolo c/ no mínimo 20 unidades	RL	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	START	0	3,4000
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	MEGA	0	3,4000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/03/2015      Válido até: 05/03/2016						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	MEGA	0	3,4500
20	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO EM GEL, NÃO AROMATIZADO, LÍMPIDO, TRANSPARENTE E ISENTO DE RESÍDUOS. O PRODUTO DEVERÁ SER EMBALADO EM FRASCOS PLÁSTICOS CONTENDO NO MÍNIMO 480 GR.	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	MEGA	0	4,3400
			AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	2612FLOP'S	0	4,3500
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	COPERALCOOL	0	4,7500
21	Colher para sobremesa descartável, na cor branca pct com 50 unidades	PCT	AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	4013STRAWPLAST	0	4,6000
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	INCAS	0	4,6000
22	Leite Longa Vida Integral pasteurizado, embalagem caixa tetra brick de 1 litro, c/data de fabricação e prazo de validade dentro do limite do consumo	LI	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	REALTA	0	2,2300
			AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	2284PIRACANJUBA	0	2,2400
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	TERRA VIVA	0	2,2500
23	OVOS DE GALINHA, TIPO 2, GRANDES, INTEIROS, SEM RACHADURAS E LIMPOS, EMBALAGEM COM DATA E VALIDADE, AVIÁRIO DE ORIGEM, COM REGISTRO NO SIM, SIF OU CISPOA.	DZ	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	PEDAL	0	4,8500

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 6/22

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/03/2015      Válido até: 05/03/2016						
Objeto da Compra:O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
24	ÓLEO DE SOJA REFINADO, EMBALAGEM PET DE 900 ML, ORTIDO DE MATÉRIA-PRIMA VEGETAL EM BOM ESTADO SANITÁRIO, EMBALAGEM COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE DENTRO DO LIMITE;	UN	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	CONCORDIA	0	3,3400
						1
			AP OESTE DIST E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	2745COAMO	0	3,3600
						2
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	COCAMAR	0	3,4500
						3
25	FARINHA DE TRIGO, DO TIPO "ESPECIAL" COM INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, FERRO E ÁCIDO FÓLICO (VITAMINA B9), PCT DE 1KG., COM TODAS AS INFORMAÇÕES PERTINENTES AO PRODUTO, PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE; CONSTANDO DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE NOS PACOTES.	KG	AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	MARX	0	2,9700
						1
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	FLOR DO OESTE	0	5,0000
						2
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	ORQUIDEA	0	5,4500
						3
26	MISTURA PARA BOLO, NOS SABORES DE BAUNILHA, CHOCOLATE E AIPIM, EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 400 GR.	UN	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	APTI	0	2,8000
						1
27	MARGARINA VEGETAL COM SAL, EMBALAGEM DE 500GR CADA, DE 1ª QUALIDADE, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA	UN	AP OESTE DIST E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	1233PRIME	0	4,1500
						1
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	PRIME	0	4,4500
						2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/03/2015      Válido até: 05/03/2016						
Objeto da Compra:O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
28	FERMENTO QUIMICO EM PÓ, COM INGREDIENTES: AMIDO DE MILHO OU FÉCULA DE MANDIOCA, FOSFATO MONOCÁLCIO, BICARBONATO DE SÓDIO E CARBONO DE CÁLCIO, S/GLÚTEN, EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 100 GR. ENTREGA COM PRAZO DE VALIDADE PARA SER CONSUMIDO NO PERÍODO DE 06 MESES.	UN	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	APTI	0	3,1400
29	ABACAXI TAMANHO MÉDIO, 1º QUALIDADE, COM CASCA SÁ, SEM SINAIS DE RUPTURAS OU MACHUCADOS, GRAU DE AMADURECIMENTO IDEAL PARA CONSUMO;	UN	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	REAL	0	5,8500
30	BARRA DE CEREAL INTEGRAL, SABOR CÓCO E CHOCOLATE OU CASTANHA DO PARA COM CHOCOLATE; EMBALAGEM DE 25G. AS EMBALAGENS DEVEM CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DE PRODUTO. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UN	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	PARTI	0	1,1500
31	AMIDO DE MILHO, EXTRAÍDO DO MILHO DE MELHOR QUALIDADE, QUE NÃO CONTÉM GLÚTEN, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	UN	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	VALAR	0	3,3900
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	RITTER	0	1,2500
			AP OESTE DIST E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	NATURALE	0	1,1600
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	DAJU	0	3,4000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 8/22

Número do Registro de Preços: 1/2015Data do Registro: 05/03/2015Válido até: 05/03/2016

Objeto da Compra:O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	DAJU	0	3,4500	3
32	MANGA, UNIDADES ÍNTEGRAS, FRESCAS E LIMPAS, TAMANHO MÉDIO SEM MACHUCADOS E MADURAS, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO.	KG	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	REAL	0	3,7500	1
33	BOMBOM RECHEADO COM CREME DE CASTANHA DE CAJU, COBERTO COM CHOCOLATE, EMBALAGEM SACO DE 1K, COM APROXIMADAMENTE 48 UNIDADES.	PCT	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	NEUGEBAUER	0	27,8500	1
			AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	NEGBAUER	0	27,8700	2
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	AMOR CARIOCA	0	28,9500	3
34	PIRULITOS DUROS RECHEADOS COM CHICLE SABORES MORANGO, LARANJA E UVA, SORTIDO EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 700 GRAMAS E APROXIMADAMENTE 50 UNID.	PCT	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	PECCIN	0	7,3900	1
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	PRODASA	0	7,4000	2
35	BALA MASTIGÁVEL, SABORES DIVERSOS, EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 600 GRAMAS.	PCT	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	SIMONETTO	0	7,2900	1
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	PRODASA	0	7,3000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 9/22

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/03/2015      Válido até: 05/03/2016						
Objeto da Compra:O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
36	GELATINA EM PÓ PARA PREPARO, COM CORANTE NATURAL (SABORES DE MORANGO, UVA, LIMÃO E ABAÇAXI), EMBALAGEM CONTENDO 45GR DO PRODUTO. DATA DE FABRICAÇÃO, O PRODUTO DEVE TER SIDO FABRICADO NO MAXIMO 30 DIAS ANTES DA DATA DE ENTREGA	UN	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	APTI	0	0,7900
			AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	LEO	0	0,8000
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	DAJU	0	0,8500
37	CREME DE LEITE TRADICIONAL – UHT, EMBALAGEM DE 200 GRAMAS, COM PRAZO DE VALIDADE DE 06 MESES APARTIR DA DATA DA ENTREGA	UN	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	TERRA VIVA	0	1,6300
			AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	PIRACANJUBA	0	1,6400
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	PIRACANJUBA	0	1,6500
38	LEITE CONDENSADO, EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 395 GRS, COM PRAZO DE VALIDADE DE 06 MESES APARTIR DA DATA ENTREGA.	UN	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	PIRACANJUBA	0	2,9900
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	PIRACANJUBA	0	3,0000
			AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	PIRACANJUBA	0	3,0000
39	Biscoito integral doce, do tipo " cookies" embalagem de no mínimo 150 gr	PCT	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	BELSOFT	0	4,6900
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	VITÃO	0	4,7000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 10/22

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/03/2015      Válido até: 05/03/2016						
Objeto da Compra:O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
40	Biscoito integral salgado, embalagem de no mínimo 400gr	PCT	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	CASAREDO	0	4,7700
			AP OESTE DIST E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	2092PRODASA	0	4,7800
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	PARATI	0	5,0000
41	Biscoito Cream Creader, embalagem de no mínimo 370gr	PCT	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	CASAREDO	0	4,3500
			AP OESTE DIST E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	2422PRODASA	0	4,3600
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	PRODASA	0	4,5000
42	FERMENTO BIOLÓGICO SECO INSTANTÂNEO, EMBALADO A VÁCUO, S/GLUTEN, EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 125 GRAMAS.	UN	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	FLESCHMANN	0	4,1400
			AP OESTE DIST E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	TOK	0	4,1500
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	PAKMAIA	0	4,2000
43	COPO PLASTICO DESCARTAVEL DE 180ML, TRANSPARENTE TIRAS COM 100 UNIDADES, SEGUNTO NORMAS DA ABNT, FABRICADO EM POLIPROPILENO	UN	AP OESTE DIST E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	2312COPOSUL	0	3,6700
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	TOTALPLAST	0	3,6800

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 11/22

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/03/2015      Válido até: 05/03/2016						
Objeto da Compra:O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	COPOSUL	0	4,0500
44	PÓ PARA PUDIM SABORES CHOCOLATE E BAUNILHA, EMBALAGEM DE 85GR DE POLIETILENO ATÓXICO, PROTEGIDO POR CAIXA DE PAPELÃO COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	UN	AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	LEO	0	1,2500
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	APTI	0	1,6000
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	APTI	0	1,6500
45	MAMÃO FORMOSA VERMELHO DE 1ª QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, SEM SINAIS DE AMASSADO, SEM RUPTURAS	KG	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	REAL	0	4,5000
46	BISCOITO RECHEADO, SABORES SORTIDOS, EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 140 GRAMAS.	UN	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	YUPI	0	1,9900
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	RITTER	0	2,0000
47	BISCOITO DOCE, DE SABOR DE MAISENA, EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 370 GRAMAS.	UN	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	CASAREDO	0	3,6400
			AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	2132PRODASA	0	3,6500
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	PRODASA	0	3,9000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 12/22

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/03/2015      Válido até: 05/03/2016						
Objeto da Compra:O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
48	Hastes flexíveis cotonetes, cx com no mínimo 75 unidades	UN	AP OESTE DIST E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	USE	0	3,0000
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	COTTON	0	3,1000
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	ANJINHO	0	3,1000
49	ESPONJA PARA LOUÇA, MULTIUSO, DUPLA FACE C/ESPUMA DE POLIURETANO E FIBRA SINTÉTICA COM ABRASIVO, EMBALAGEM C/03 UNIDADES, MEDINDO 110MMX75MMX20MM CADA ESPONJA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE.	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	BETANIN	0	3,8800
			AP OESTE DIST E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	BETANIN	0	3,8900
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	BRILHUS	0	3,9900
50	Aparelho de barbear, com lâmina de aço, embalagem com 02 unidades	PCT	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	PROBAC	0	4,2500
			AP OESTE DIST E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	BIC	0	4,3900
51	FRALDA DESCARTÁVEL, TRIPLA PROTEÇÃO, FECHO AJUSTÁVEL, PROTEÇÃO POR ATÉ 10 HORAS, NO TAMANHO P, PACOTE COM NO MÍNIMO 11 UNIDADES.	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	FERINHA	0	12,0000
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	ANJINHO	0	12,3900
52	SABONETE EM BARRA, CREMOSO, PARA PELE DELICADA DO BEBÊ, EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 80 GRAMAS.	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	FRANCIS	0	3,1000



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 13/22

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/03/2015      Válido até: 05/03/2016						
Objeto da Compra:O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			AP OESTE DIST E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	1,2,3BABY	0	3,1200
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	FONTANA	0	3,2500
53	SHAMPOO PARA BEBÊ, FÓRMULA CLINICAMENTE TESTADA, SEM LÁGRIMAS*, COM PH BALANCEADO, ISENTO DE SABÃO E ÁLCOOL, SUAVE PARA O COURO CABELUDO DO BEBÊ, COM SUAVE FRAGRÂNCIA, EMBALAGEM DE 400ML	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	ANJINOS	0	8,2000
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	ANJINHO	0	8,2100
54	TOALHA LIMEDECIDA, MACIAS E RESISTENTES, QUE PROPORCIONA LIMPEZA NA TROCA DE FRALDAS, DERMATOLOGICAMENTE TESTADAS, EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 40 UNIDADES.	UN	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	ANJINHO	0	5,5900
55	TALCO PARA BEBE, PRODUZIDO COM TALCO DA MAIS ALTA QUALIDADE E PUREZA, COM FRAGRÂNCIA SUAVE, EMBALAGEM DE 200 GRAMAS.	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	ANJINHOS	0	8,3500
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	ANJINHO	0	8,3900
56	POMADA PREVENTIVA DE ASSADURAS, PARA PROTEGER A DELICADA PELE DO BEBÊ DAS ASSADURAS, FÓRMULA, COM VITAMINAS A (RETINOL) E D (COLECALCIFEROL), INCORPORADAS A AGENTES PENETRANTES, EMOLIENTES E HIDRATANTES, QUE FORMA UMA CAMADA PROTETORA CONTRA SUBSTÂNCIAS PRESENTES NAS FEZES E NA URINA QUE CAUSAM ASSADURAS, EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 45 GRAMAS.	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	BABY	0	16,0000
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	ANJINHO	0	16,4200

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 14/22

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/03/2015      Válido até: 05/03/2016						
Objeto da Compra:O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
57	LENÇO DESCARTÁVEL DUPL0, SUAVE SEM PERFUME, MEDINDO NO MÍNIMO 14,2CMX21,2CM CADA, CAIXA COM 50 UNIDADES	UN	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	ANJINHO	0	3,3500
58	COCO RALADO DESIDRATADO E PARCIALMENTE DESENGORDURADO, 0% DE GORDURAS TRANS, EMBALAGEM DE 100 GRs.	UN	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	APTI	0	3,8700
59	MILHO PARA PIPOCA, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	VALAR	0	3,9000
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	CAROL	0	2,4900
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	DAJU	0	2,5000
			AP OESTE DIST E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	DAJU	0	2,5700
60	MILHO PARA CANJICA AMARELO, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	DAJU	0	2,2000
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	DUBOM	0	2,2100
			AP OESTE DIST E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	DAJU	0	2,2300
61	Detergente líquido de alto rendimento, glicerinado para louça, neutro, embalagem 500 ml	UN	AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	1060ZAVASKI	0	1,3500
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	ZAVASKI	0	1,4500

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 15/22

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/03/2015      Válido até: 05/03/2016						
Objeto da Compra:O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	LIMPA	0	1,4800
62	ÁGUA SANITÁRIA, PARA USO GERAL COM ALVEJANTE, QUE ELIMINA BACTÉRIAS, ALVEJA E DESINFETA. COMPONENTE ATIVO: HIPOCLORITO DE SÓDIO COM TEOR DE CLORO ATIVO ENTRE 2,0% - 2,5 % P/P, FRASCO COM 1000ML, COM A INDICAÇÃO DO REGISTRO DO PRODUTO JUNTO A ANVISA E AO MINISTÉRIO DA SAÚDE.	UN	AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	FLEX	0	2,4900
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	ZAVASKI	0	2,5000
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	UNIVERSAL	0	2,5200
63	SAPONÁCEO LIQUIDO CREMOSO, SABOR ORIGINAL, EMBALAGEM DE 300ML	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	CLASS	0	4,5500
			AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	PRATIK	0	4,5800
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	UAU	0	4,7300
64	SABÃO DE ÁLCOOL EM BARRA DE NO MINIMO 200 GRAMAS	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	PLANALTO	0	2,6000
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	REDE FORTE	0	2,6100
65	ESCOVA PARA LAVAR ROUPAS, COM BASE DE PLÁSTICO E CERDAS RESISTENTES.	UN	NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	FORTA	0	4,3000
			AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	DESAFIO	0	4,3900

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 16/22

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/03/2015      Válido até: 05/03/2016						
Objeto da Compra:O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	DESAFO	0	4,6000
						3
66	SABÃO EM PÓ MULTI AÇÃO, COMPOSTO DE TENSOATIVO ANIÔNICO, TAMPONANTES COADJUVANTES, SINERGISTA, CORANTES, ENZIMA BRANQUEADORES ÓPTICO, DE 1ª QUALIDADE, CAIXA COM 1 KG, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	ASSIM	0	7,3000
						1
			AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	FHAS	0	7,3400
						2
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	TIXAN	0	7,9500
						3
67	ESPONJA DE AÇO, COMPOSIÇÃO AÇO CARBONO, COM 08 UNIDADES, PACOTE DE 60 GRAMAS, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE.	UN	AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	INOVE	0	1,5200
						1
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	BRILHUS	0	1,5900
						2
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	INOVE	0	1,6000
						3
68	DESINFETANTE LÍQUIDO PRONTO USO, PARA USO EM BANHEIROS, AROMA ORIGINAL A BASE DE PINHO QUE: DESINFETA, LIMPA, PERFUMA E ELIMINA GERMES E BACTÉRIAS, EMBALAGEM PET DE 500 ML, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE.	UN	AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	ZAVASKI	0	2,1700
						1
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	ZAVASKI	0	3,1000
						2
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	TROP	0	3,1200
						3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 17/22

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/03/2015      Válido até: 05/03/2016						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
69	DESODORIZADOR DE AMBIENTE EM AEROSOL (SPRAY), FRASCO COM NO MINIMO 360 ML, FRAGÂNCIA DE LAVANDA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE.	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	ULTRACH	0	8,7000
						1
			AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	CRIVALII	0	8,8000
						2
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	BOMBRIL	0	8,9900
						3
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	SANY	0	14,0000
						1
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	SANIBRIL	0	14,1000
						2
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	ZAVAKI	0	2,4000
						1
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	BRILHOINOX	0	2,4300
						2
			AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	SEMPRE VIVA	0	4,9500
						1
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	UNIVERSAL	0	5,4900
						2
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	ZAVASKI	0	5,5000
						3
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	DESAFIO	0	34,0000
						1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 18/22

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/03/2015      Válido até: 05/03/2016						
Objeto da Compra:O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	SENDOR	0	34,9500
						2
74	PANO DE CHÃO GRANDE, MEDINDO NO MINIMO 60X40CM, IDEAL PARA LIMPEZA DE PISOS, QUE ABSORVE MAIS, TECIDO NA COMPOSIÇÃO DE NO MINIMO 80% ALGODÃO.	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	MARTINS	0	5,1800
						1
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	ALGOBOM	0	5,1900
						2
			AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	GABELLEI	0	5,2900
						3
75	VASSOURA DE PALHA COLONIAL REFORÇADA, DE NO MÍNIMO 40 CM DE LARGURA, COM 03 COSTURAS NA PALHA, FORTE E RESISTENTE, COM CABO DE MADEIRA.	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	COLONIAL	0	18,0000
						1
			AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	1300COLONIAL	0	18,2500
						2
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	CATARINA	0	18,9000
						3
76	VASSOURA DE NYLON COM DIMENSÕES MINIMAS DE 40 CM, 03 CARREIRAS DE CERDAS, MATERIAL SINTÉTICO E METAL IDEAL PARA PISOS LISOS C/CABO	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	DESAFIO	0	9,9500
						1
			AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	DESAFIO	0	9,9800
						2
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	CONDOR	0	9,9900
						3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 19/22

Número do Registro de Preços: 1/2015      Data do Registro: 05/03/2015      Válido até: 05/03/2016						
Objeto da Compra: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
77	PEDRA SANITÁRIA VÁRIAS FRAGRÂNCIAS, EMBALAGEM DE 25 GR	UN	AP OESTE DIST E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	SANY	0	2,3500
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	REDE FORTE	0	2,4900
			SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	SANY	0	2,5000
78	FLANELA BRANCA, PARA LIMPEZA, 100% ALGODÃO, MEDINDO NO MÍNIMO 58X40 CM.	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	MARTINS	0	4,8000
			AP OESTE DIST E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	GABELLEI	0	4,8500
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	PANO SUL	0	4,8500
79	Limpador para vidros tradicional, sem gatilho pulverizador (refil), embalagem de 500 ml, com álcool, composição: lauri éter, sulfato de sódio, coadjuvantes, corantes, solvente, água	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	DAILHA	0	6,2000
			AP OESTE DIST E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	PRATIK	0	6,3500
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	REDE FORTE	0	6,4900
80	SACO CRU ALVEJADO, MEDINDO NO MÍNIMO 43X65 CM	UN	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	MARTINS	0	3,9800
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	PANO SUL	0	3,9900

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 20/22

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/03/2015		Válido até: 05/03/2016			
Objeto da Compra:O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
81	SACO PARA LIXO COM CAPACIDADE PARA 50 LITROS, MICRAS 0,5, PACOTE COM 100 UNIDADES.	PCT	SCS COMÉRCIO LTDA ME (1684)	SCS	0	24,0000	1
			AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP (1685)	1405OESTE	0	24,9700	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 21/22

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/03/2015		Válido até: 05/03/2016			
<b>Objeto da Compra:</b> O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NOAL & TREVISOL LTDA ME (1761)	REDE FORTE	0	24.9900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2015

Página: 22/22

Número do Registro de Preços: 1/2015		Data do Registro: 05/03/2015		Válido até: 05/03/2016			
Objeto da Compra:O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2015  
PROCESSO Nº 3/2015

- (1684) - SCS COMÉRCIO LTDA ME
- (1685) - AP OESTE DIST.E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-EPP
- (1761) - NOAL & TREVISOL LTDA ME

Novo Horizonte, 5 de Março de 2015.

**Orleans****PREFEITURA****EDITAL DE APRESENTAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº004/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2015**

O Município de Orleans torna público que se acham abertas as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para o preenchimento de vagas no cargo de professor com atuação na Educação Básica nos Anos Iniciais ☐ 2º ao 5º ano - Lei nº 2076/2007.

Inscrições: A Ficha de Inscrição e o e Edital completo contendo as informações e orientações estará disponível aos interessados a partir de 06/03/2015 no mural das publicações da Secretaria de Educação e no site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br).

Para efetuar a inscrição o candidato deverá preencher a Ficha de Inscrição e anexar os documentos solicitados no Edital do Processo Seletivo Nº 004/2015 na Secretaria Municipal de Educação, sito à Praça Celso Ramos, 193 ☐ Centro ☐ Orleans, nos dias 09, 10 e 11 de março de 2015, no horário das 13 às 17 horas.

Orleans (SC), 06 de março de 2015.  
ELIETE BIANCO ZANINI DAMÁZIO  
Secretária Municipal de Educação

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito Municipal

**Ouro Verde****PREFEITURA****0012/2015 PR**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 0013/2015 O Município de Ouro Verde, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Aquisição de forma parcelada de EPI's para as secretarias de Educação, Administração, Agricultura, Saúde e Infra - estrutura do Município de Ouro Verde /SC. Sessão publica Entrega Envelopes: Até as 09h00min 23/03/2015. Obt. informações Secre. Geral de Administração - Setor de licit. da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site [www.ouroverde.sc.gov.br](http://www.ouroverde.sc.gov.br), fone (49) 3447-0007,

Ouro Verde (SC), 09 de março de 2015.  
Rosane Minetto Selig  
Prefeita Municipal.

# Palhoça

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº23/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº23/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº.23/2015, no dia 20 de Março de 2015, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº23/2015 tem como objeto à contratação de empresa para serviço de locação de banheiros químicos que serão utilizados nas praias e em eventos realizados pela Prefeitura, dentro do Município, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net.

Palhoça, 06 de Março de 2015.  
Pregoeiro.

### DECRETO Nº 1.788, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 1.788, DE 05 DE MARÇO DE 2015.  
SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

#### DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 520.000,00, (quinhentos e vinte mil reais), as dotações orçamentárias abaixo:

07.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO 07.01 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

1.152 - Aquisição e Desapropriação do Município R\$ 450.000,00  
053 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 450.000,00

2.067 - Encargos Com Exec.de Setenças Judiciais R\$ 70.000,00  
086 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto, ocorrerá por conta das anulações de dotações orçamentárias abaixo:

10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
10.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
2.066 - Functo e Manutenção da Secretaria de Finanças R\$ 100.000,00

169 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

14.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA  
14.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA  
1.015 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente R\$

300.000,00

051 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

25.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA REGIÃO SUL

25.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA REGIÃO SUL

2.114 - Functo e Manutenção da Secretaria Região Sul R\$ 70.000,00

020 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

27.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

27.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2.165 - Functo e Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 50.000,00

082 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000142 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 05 de março de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 22/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 19 de março de 2015, às 9:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na contratação de empresa para confecção de camisetas mediante entrega parcelada Secretaria de Educação - Programa PROERD, no Sistema de Registro de Preços, conforme discriminado nos anexos deste edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 06 de março de 2015.  
PREGOEIRA.



# Palmitos

## PREFEITURA

### DECRETO 001/15

DECRETO Nº 001/2015. De 05 de janeiro de 2015.	DESIGNA E HOMOLOGA COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
---	---

#### DECRETA

Art. 1º Ficam, pelo presente Decreto, designados e homologados os membros da Comissão Municipal de Licitação, composta pelos seguintes membros:

- PAULINO PARISOTTO - Presidente
- ALINE CARINA POTTKER - Membro
- SOELI MARIA CASTOLDI - Membro
- EDUARDO RAMIRO PORN DE MORAES - Suplente
- SILVANE SALETE BONOMETTI CAUMO - Suplente

Art. 2º Fica designado e homologado Pregoeiro Oficial do Município, bem como designados e homologados os membros da Equipe de Apoio, a seguir nominados:

- ANDRESSA TRIACCA - Pregoeiro (a)
- JOÃO BATISTA TRICHES - Pregoeiro Suplente
- ALINE CARINA POTTKER - Membro
- SOELI MARIA CASTOLDI - Membro
- EDUARDO RAMIRO PORN DE MORAES - Suplente
- SILVANE SALETE BONOMETTI CAUMO - Suplente

Art. 3º A Comissão Municipal de Licitação tem como função, a abertura, julgamento e adjudicação de propostas, objeto de processos licitatórios.

DECRETO Nº 001/2015.

De 05 de janeiro de 2015.

Art. 4º São atribuições do Pregoeiro (a) e seus membros, o recebimento das propostas e lances, análise de aceitabilidade e classificação, bem como habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 5º Os serviços da Comissão de Licitação, Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, iniciaram em 05 de janeiro de 2015 e encerrar-se-ão em 31 de dezembro de 2016, sendo considerados de caráter relevante, não lhes sendo atribuído qualquer vínculo empregatício e sem ônus para o erário público.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, notadamente o Decreto nº 001/2014, de 02 de janeiro de 2014.

Município de Palmitos/SC, em 05 de janeiro de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Silvio Ricardo Valcarenghi  
Chefe de Gabinete

### DECRETO 002/15

DECRETO Nº 002/2015. De 05 de janeiro de 2015.	DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS TRIBUTOS, PLANTA GENÉRICA DE VALORES E DÉBITOS FISCAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
---	---

#### DECRETA

Art. 1º Fica, pelo presente Decreto, fixada a atualização monetária dos tributos, planta genérica de valores e débitos fiscais em 3,6749%, com base no IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a qual incidirá sobre os valores expressos em 31 de dezembro de 2014, bem como ficam fixados os preços e serviços públicos realizados por máquinas e equipamentos do Município, conforme anexos I, II e III.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 002/2014, de 02 de janeiro de 2014.

Município de Palmitos/SC, em 05 de janeiro de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Silvio Ricardo Valcarenghi  
Chefe de Gabinete

### ANEXO I - DECRETO Nº 002/2015

#### TABELA I

Base de cálculo para cobrança do ITBI

LOCALIZAÇÃO/TIPO DO IMÓVEL	VALOR P/M²
TERRENOS	
Zona Comercial 1	23,55
Zona Comercial 2	17,51
Zona Residencial 1	8,79
Zona Residencial 2	6,06
Zona Residencial 3	3,50
Zona de Uso Diversificado	0,88
Ilha Redonda	0,35
Santa Lucia	6,07
CONSTRUÇÕES	

Alvenaria	301,61
Mista	195,56
Madeira	113,51
Galpão de Alvenaria	91,38
Galpão de Madeira	55,54
Chiqueiro de Alvenaria	91,37
Chiqueiro de Madeira	55,54
Galinheiro de Madeira	55,54
Apartamentos	363,59
Alinhamento Predial (muro frontal)	2,60
Alvará para Construção	2,60
LOTES RURAIS	
Lotes Rurais	0,26
Chácaras	0,35

ANEXO II - DECRETO  
Nº 002/2015

TABELA II

Taxas de Expediente e Outras

SERVIÇOS	VALORES (R\$)
Atestados, Certidões, Declarações	30,49
Cadastramentos de Bens	30,49
Atualização de cadastro mobiliário e imobiliário	30,49
Fornecimento de Alvarás	30,49
Emissão de Guias e Talões	30,49
Emissão de 2º vias de documentos	30,49
Transf. Concessão e Perm. Táxi, Ônibus	419,52
Editais	10,44
Atestado de Averbações e Demolições	54,26
Elaboração de Contratos	54,26
Taxa de Medição de Terrenos	57,80
Croqui de Localização	57,80
Taxa de Reavaliação de Bailes	114,13
Taxa de Reavaliação de Bailes não integrante no calendário de eventos	371,86
Taxa de reavaliação de Festas	40,86
Taxa de Reavaliação de Festas não integrante no calendário de eventos	247,91
Alvará de Habite-se	30,49
Alvará Demolição - Alvenaria	81,38
Alvará Demolição - mista	67,22
Alvará Demolição - Madeira	54,26
Cópia Autenticada	2,04
Venda Ambulante - Diária	91,90
Xerox/Folha	0,40

ANEXO III - DECRETO Nº 002/2015  
TABELA III

EQUIPAMENTOS	VALORES R\$
Carga de Terra ou Cascalho	30,98
Carga de Pedra	37,18
Trator de esteira	148,73
Motoniveladora	148,73
Retroescavadeira	99,15
Pá Carregadeira	99,15
Trator pneumático	74,37
Carga de Água	30,98
Recolhimento de Entulhos	30,98
Rolo Compactador	74,37
Carga Caçamba - Truque	82,05
Carga Caçamba - Toco	60,17
Carga - Britão	41,57
Escavadeira Hidráulica-PC 120	142,22
Escavadeira Hidráulica-PC 150	169,57

DECRETO 003/15

DECRETO Nº 003/2015. De 05 de janeiro de 2015.	DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 3.124/2007 E DÁ OUTRAS PROVI- DÊNCIAS.  Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
---	---

DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto alterado o Anexo Único da Lei nº 3.124, de 06 de setembro de 2007, atualizado pelo IGPM, os valores da cobrança de taxa de licença para o exercício do comércio eventual e ambulante, em todo o território do Município de Palmitos - SC.

Parágrafo único. O valor a ser cobrado para expedição da taxa de licença passa a ter os seguintes reajustes:

FEIRAS COMERCIAIS E EXPOSIÇÕES	R\$ 5.142,20
COMÉRCIO AMBULANTE SEM AUXÍLIO DE VEÍCULOS ESTABELECIMENTO OU LOCALIZAÇÃO FIXA	R\$ 114,25
COMÉRCIO EM BALCÕES, BARRACAS, MESAS, TABULEIROS E SEMELHANTES	R\$ 277,48
COMÉRCIO EM VEÍCULOS DE PASSEIO	R\$ 244,85
COMÉRCIO EM VEÍCULOS UTILITÁRIOS COM CAPACIDADE ATÉ 2 (DUAS) TONELADAS	R\$ 311,51
COMÉRCIO EM VEÍCULOS ATÉ 4 (QUATRO) TONELADAS	R\$ 571,36

COMÉRCIO EM VEÍCULOS ACIMA DE 4 (QUATRO) TONELADAS

R\$ 816,20

DECRETO Nº 003/2015.  
De 05 de janeiro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01 de janeiro de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário em especial o art. 1º, parágrafo único do Decreto nº 003/2014, de 02 de janeiro de 2014.

Município de Palmitos SC, em 05 de janeiro de 2015.  
NORBERTO PAULO GONZATTI  
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Silvio Ricardo Valcarenghi  
Chefe de Gabinete

## DECRETO 004/15

DECRETO Nº 004/2015.  
De 05 de janeiro de 2015.

"APROVA O DESDOBRAMENTO DA RECEITA LÍQUIDA PREVISTA EM METAS MENSIS E BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO, COM VISTAS À COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE A REALIZAÇÃO DA RECEITA E A EXECUÇÃO DA DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015, DE QUE TRATAM OS ARTIGOS 13 E 8º DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e conforme o que dispõe os artigos 13 e 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

Considerando a Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000 - a Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê, em seu Art. 8º, que o Poder Executivo estabelecerá, em até trinta dias da promulgação do orçamento, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso e, no Art. 13, que prevê o desdobramento em metas bimestrais de arrecadação;  
Considerando as normas de escrituração previstas na Lei 4.320/64 e no Art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000;  
Considerando a transparência necessária das informações contábeis através do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, da Lei Complementar nº 101/2000, previsto nos Arts. 52 a 54;  
Considerando o encaminhamento realizado por cada Secretaria de Governo das necessidades de realização de despesas durante o exercício;  
Considerando que a programação da despesa pública continuada

e os investimentos devem respeitar o comportamento da receita;

DECRETO Nº 004/2015.  
De 05 de janeiro de 2015.

Considerando a cronologia dos pagamentos dos restos a pagar e demais exigibilidades inscritas no passivo e a necessidade de o município manter a compatibilidade entre as receitas e despesas orçamentárias conjugadas com o fluxo de recursos extra orçamentários.

DECRETA

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas as metas mensais e bimestrais de arrecadação e os limites para movimentação de empenhos e para pagamentos relativos às dotações constantes na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2015 - Lei nº 3747, de 20 de dezembro de 2013, na forma discriminada no Anexo Único, que integra o presente Decreto.

## CAPÍTULO II

### DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

#### Seção I

#### Das Finalidades

Art. 2º. A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com o objetivo de cumprir o princípio do planejamento e do equilíbrio das contas públicas destina-se a:

- I - assegurar às Secretarias de Governo a implementação do planejamento realizado em cada Pasta, com vistas à melhor execução dos programas de governo;
- II - identificar as causas do déficit financeiro ou orçamentário, quando houver;

DECRETO Nº 004/2015.  
De 05 de janeiro de 2015.

III - servir de subsídio para a definição dos critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira, em caso de não atingimento dos resultados fiscais nominais e primários previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme Art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000;

IV - possibilitar identificar as falhas no planejamento orçamentário;

V - permitir o planejamento do fluxo de caixa de toda a Administração Municipal e seus Fundos Municipais, e o controle deste fluxo, conforme prevê o Art. 50, II, da Lei Complementar nº 101/2000;

VI - fazer frente, financeiramente, aos riscos fiscais previstos no Anexo de Riscos Fiscais de que trata o Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 e previstos no orçamento na Reserva de Contingência, conforme Art. 5º, III, "b" da mesma Lei;

VII - permitir a correta utilização dos recursos financeiros legalmente vinculados ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso;

VIII - permitir ao Município o cumprimento dos compromissos legais e os decorrentes de fornecimentos e prestação de serviços com o Poder Público;

IX - viabilizar o instrumento de comprovação do planejamento do impacto orçamentário-financeiro, previsto na Lei Complementar nº 101, no exercício e nos dois seguintes:

- a) da renúncia de receita, conforme Art. 14, e a comprovação das medidas de compensação, quando for o caso;
- b) da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação

governamental, prevista no Art. 16, I;  
c) da despesa obrigatória de caráter continuado, prevista no Art. 17, § 1º.

### CAPÍTULO III

#### DA METAS DE ARRECADAÇÃO E DE EXECUÇÃO DA DESPESA

Art. 3º. Ficam estabelecidas, conforme Anexo Único deste Decreto, as metas mensais e bimestrais de arrecadação e as despesas mensais e bimestrais para o presente exercício, estabelecidas com base no fluxo de arrecadações e de despesas dos últimos três exercícios.

DECRETO Nº 004/2015.  
De 05 de janeiro de 2015.

§ 1º. As metas de arrecadação e a programação da despesa poderão ser revistas bimestralmente, com vistas a adequar o planejamento à receita realizada e às novas previsões no bimestre, na forma do Anexo Único deste Decreto.

§ 2º. Os valores autorizados a empenhar serão os mesmos autorizados a liquidar e a pagar.

§ 3º. O planejamento bimestral da receita e da despesa deverá ser refletido no Demonstrativo de que trata o Art. 52 da Lei Complementar nº 101/2000.

### CAPÍTULO IV

#### DOS DESEMBOLSOS

##### Seção I Dos Critérios Para os Desembolsos

Art. 4º. As exigibilidades inscritas na contabilidade do Município no Passivo Circulante, de origem financeira, obedecerão à estrita ordem cronológica de seus vencimentos de acordo com o vínculo de recursos, nos exatos termos do art. 5º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada.

Parágrafo único. A observância da ordem de que trata o caput poderá ser alterada:

- I - no pagamento das despesas com pessoal e encargos sociais;
- II - para os pagamentos de diárias e adiantamento de despesas de que trata a legislação municipal vigente;
- III - nos casos em que decorra vantagem financeira para o Erário, como descontos e abatimentos que sejam capazes de justificar a alteração da ordem;

DECRETO Nº 004/2015.  
De 05 de janeiro de 2015.

- IV - nos casos em que for decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública no Município;
- V - no pagamento da contribuição ao PASEP;
- VI - no pagamento da dívida pública; e,
- VII - no pagamento de sentenças judiciais.

Art. 5º. A elaboração dos contratos e atos convocatórios de licitação, no que se refere à forma prevista no Art. 40, XIV, "b" e Art. 55, III, da Lei 8.666/93, deverão obedecer ao fluxo de caixa do órgão/entidade.

##### Seção II

##### Dos Repasses Financeiros Para o Poder Legislativo

Art. 6º. Os repasses financeiros ao Poder Legislativo serão efetuados até o dia vinte de cada mês, em conta bancária especificada para esta finalidade em nome e movimentação daquele Poder.

Art. 7º. Os repasses mensais no exercício atenderão:

§ 1º. Ao limite constitucional e aos valores referentes às dotações consignadas na Unidade Orçamentária Câmara de Vereadores para o exercício e em créditos adicionais, e obedecerá ao cronograma de desembolso elaborado pelo Legislativo para atendimentos de suas despesas.

§ 2º. Em caso de o Poder Legislativo não elaborar o seu cronograma de desembolso mensal, para efeitos de repasse, será utilizado o sistema de duodécimos, sendo repassado 1/12 avos mensalmente do valor do orçamento da Câmara.

§ 3º. Ao final do exercício, depois de deduzidas todas as exigibilidades inscritas no passivo financeiro relativas à Câmara e os valores para os quais haja vinculação de gastos do Legislativo, os saldos de recursos financeiros deverão ser devolvidos ao Executivo Municipal.

§ 4º. O produto da aplicação financeira dos recursos do Poder Legislativo, bem como, as retenções de receitas efetuadas deverão ser contabilizados no fluxo extra-orçamentário e repassados ao Executivo Municipal.

DECRETO Nº 004/2015.  
De 05 de janeiro de 2015.  
Seção III

##### Dos Repasses Financeiros para atender as Vinculações Constitucionais e Legais e as Receitas de Aplicações Financeiras

Art. 8º. Os valores do retorno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB serão creditados em conta específica e os recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE de que trata a Lei 9.394/96, Art. 70, serão controlados nas fontes de recursos específicas.

Art. 9º. Os valores vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde serão controlados nas fontes de recursos específicas.

Art. 10. O produto da alienação de bens e direitos e os recursos provenientes de transferências voluntárias, convênios ou congêneres, serão depositados em conta bancária vinculada específica para atendimento do disposto no Art. 44 e 50, I, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 11. Os valores decorrentes da receita de aplicação financeira oriunda de recursos vinculados de que tratam os Arts. 8º 9º e 10 serão contabilizados como receita patrimonial e terão o mesmo objeto de aplicação do que o depósito que lhe originou a receita.

### CAPÍTULO V

#### DA ALTERAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Art. 12. A Secretaria da Administração e Fazenda juntamente com o Setor de Contabilidade ficará responsável pela elaboração e coordenação do planejamento de que trata este Decreto.

DECRETO Nº 004/2015.  
De 05 de janeiro de 2015.

Parágrafo único. A cada bimestre poderá ser efetuada a reprogramação do Anexo Único de que trata este Decreto.

Art. 13. Os limites autorizados somente poderão ser alterados por outro decreto que o retifique, ficando vedada a alteração no sistema de informática por servidor sem a devida autorização legal.

Art. 14. Os créditos adicionais suplementares ou especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos especiais e extraordinários reabertos, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.



Art. 15. Os Secretários Municipais deverão providenciar o bloqueio provisório das dotações orçamentárias e a suspensão da autorização de compra em caso de não realização da receita, ou tendência desta, podendo ocorrer à recomposição das dotações na proporção dos bloqueios realizados.

Parágrafo único. O Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal adotará as providências necessárias à limitação de empenho no sistema de informática a fim de equacionar o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município, conforme as premissas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 3.708/2013, de 06 de novembro de 2013.

## CAPÍTULO VI

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. A responsabilidade pelo cumprimento e aprimoramento das normas deste Decreto é de cada Secretário Municipal quanto à sua pasta.

Art. 17. A fiscalização e acompanhamento do presente Decreto ficam a cargo da Secretaria da Administração e Fazenda que comunicará ao Prefeito Municipal o resultado financeiro dos fluxos de caixa e procederá à avaliação do cumprimento por parte das Unidades Orçamentárias.

DECRETO Nº 004/2015.  
De 05 de janeiro de 2015.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 2º de janeiro de 2015.

Município de Palmitos SC, em 05 de janeiro de 2015.  
NORBERTO PAULO GONZATTI  
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Silvio Ricardo Valcarenghi  
Chefe de Gabinete

## DECRETO 005/15

<p>DECRETO Nº 005/2015. De 05 de janeiro de 2015.</p>	<p>AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 11º, da Lei Municipal nº. 3.832/2014, de 19 de dezembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual.</p>
---	--

## DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, no valor de R\$ 746.019,69 (setecentos e quarenta e seis mil, dezenove reais e sessenta e nove centavos), nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Projeto: 1.005 - Construção e Ampliação de Quadras Esportivas Escolares

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0062(xx) R\$ 246.385,53

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0003(xx) R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 276.385,53

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Projeto: 1.006 - Construção e Ampliação de Unidades Educacionais

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0070(xx) R\$ 186.864,47

TOTAL R\$ 186.864,47

DECRETO Nº 005/2015.  
De 05 de janeiro de 2015.

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Projeto: 1.018 - Obras de Saneamento Básico

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000(xx) R\$ 257.700,00

TOTAL R\$ 257.700,00

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS VIÁRIOS

Unidade: 08.01 - Departamento de Transportes e Serviços Viários

Projeto: 1.032 - Manutenção do Departamento de Transportes

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0013(xx) R\$ 25.069,69

TOTAL R\$ 25.069,09

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que determina o artigo 1º deste Decreto no valor de R\$ 746.019,69 (setecentos e quarenta e seis mil, dezenove reais e sessenta e nove centavos), sendo que, R\$ 246.385,53 (duzentos e quarenta e seis mil, trezentos e oitenta e cinco mil e cinquenta e três centavos), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos na fonte de recurso 0062 - recursos vinculados ao FNDE. R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos na fonte de recurso 0003 - recursos vinculados ao Salário Educação. R\$ 186.864,47 (cento e oitenta e seis mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos na fonte de recurso 0070 - recursos vinculados a Educação - Gov. Federal. R\$ 257.700,00 (duzentos e cinquenta e sete mil e setecentos reais), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos na fonte de recurso 0000 - recursos ordinários, R\$ 25.069,69 (vinte e cinco mil, sessenta e nove reais e sessenta e nove centavos), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos na fonte de recurso 0013 - recursos vinculados ao Governo Estadual, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

DECRETO Nº 005/2015.  
De 05 de janeiro de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 05 de janeiro de 2015.  
NORBERTO PAULO GONZATTI  
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Silvio Ricardo Valcarenghi  
Chefe de Gabinete

## DECRETO 006/15

<p>DECRETO Nº 006/2015. De 05 de janeiro de 2015.</p>	<p>AUTORIZA A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E INCLUSÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 11º, da Lei Municipal nº. 3.832/2014, de 19 de dezembro de 2014 – Lei Orçamentária Anual.</p>
---	--

### DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a abertura de um Crédito Adicional Suplementar, por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, no valor de R\$ 73.232,71 (setenta e três mil, duzentos e trinta reais e setenta e um centavos), nas dotações orçamentárias constantes no Orçamento vigente do Município de Palmitos, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DO TRAB. IND. COM. SERVIÇOS E TURISMO

Unidade: 07.01 - Departamento do Trab.Ind. Com. Serv. E Turismo  
Projeto: 2.026 - Manutenção da Secretaria Trab. Ind. Com e Serviços

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0012(xx) R\$ 431,56

TOTAL

R\$ 431,56

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos  
Projeto: 2.029 - Manutenção das Atividades Depart. Obras e Serviços Urbanos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0012(xx) R\$ 850,78

TOTAL R\$ 850,78

DECRETO Nº 006/2015.

De 05 de janeiro de 2015.

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos  
Projeto: 2.032 - Manutenção do Departamento de Transportes

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0013(xx) R\$ 60.668,77

TOTAL R\$ 60.668,77

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 08.01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos  
Projeto: 2.027 - Manutenção das Atividades Funrebom

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0010(xx) R\$ 11.281,60

TOTAL R\$ 11.281,60

Art. 2º Os recursos a serem utilizados, para atendimento ao que

determina o artigo 1º deste Decreto no valor de R\$ 73.232,71 (setenta e três mil, duzentos e trinta reais e setenta e um centavos), sendo que, R\$ 1.282,34 (Um mil, duzentos e oitenta e dois reais e trinta e quatro centavos), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos na fonte de recurso 0012 - recursos vinculados ao Governo Federal, R\$ 60.668,77 (Sessenta mil, seiscentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos na fonte de recurso 0013 - recursos vinculados ao Governo Estadual. R\$ 11.281,60 (Onze mil, duzentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), são os provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014 do Município de Palmitos na fonte de recurso 0010 - recursos vinculados ao Funrebom, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DECRETO Nº 006/2015.

De 05 de janeiro de 2015.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 05 de janeiro de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Silvio Ricardo Valcarenghi  
Chefe de Gabinete

## DECRETO 007/15

<p>DECRETO Nº 007/2015 De 12 de janeiro de 2015.</p>	<p>DISPÕE SOBRE A REVISÃO DA REMUNERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E AGENTES POLÍTICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>José Roberto Gomes, Prefeito em Exercício do Município de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 60, inciso V e VI, da Lei Orgânica Municipal e Decreto-Lei nº 3.365/41, alterada pela Lei Federal nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999.</p>
--	--

### DECRETA

Art. 1º Fica, nos termos do artigo 6º, da Lei Complementar nº 041/2012, de 16 de março de 2012, concedida a Revisão Geral Anual de que trata o artigo 37, inciso X, da Constituição Federal, acrescentando-se a reposição das perdas salariais no percentual de 6,23% (seis vírgula vinte e três por cento) sobre o vencimento dos servidores públicos municipais do Poder Executivo e do Poder Legislativo, incluindo os subsídios dos Agentes Políticos, a incidir a partir do dia 01 de janeiro de 2015, a título de reposição da inflação acumulada nos meses compreendidos entre janeiro a dezembro de 2014, calculada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo IBGE. Art. 2º O benefício de que trata o presente Decreto alcança os servidores aposentados e pensionistas, atendendo ao percentual expresso no artigo 1º.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto, correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas anualmente no

orçamento municipal no Grupo de Natureza de Despesa 3.1.90 - Pessoal e Encargos Sociais.

DECRETO Nº 007/2015  
De 12 de janeiro de 2015.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 1º de janeiro de 2015.

Município de Palmitos/SC, 12 de janeiro de 2015.  
JOSÉ ROBERTO GOMES  
Prefeito em Exercício de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Ricardo Rodrigues  
Secretário Municipal da Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

### DECRETO 008/15

DECRETO Nº 008/2015. De 19 de janeiro de 2015	DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  José Roberto Gomes, Prefeito de Palmitos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
--	---

#### DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, designada a Servidora Pública Andréia Fadani Schenatto, Assessora de Planejamento, como responsável pela publicação de atos do Poder Executivo Municipal, no Mural Público já instituído, a partir de 19 de janeiro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 19 de janeiro de 2015.  
José Roberto Gomes  
Prefeito de Palmitos em Exercício

Registrado e Publicado em local de costume

Ricardo Rodrigues  
Secretário Municipal da Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

### DECRETO 009/15

DECRETO Nº. 009/2015. De 23 de janeiro de 2015.	DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DO DIA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  José Roberto Gomes, Prefeito de Palmitos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
--	--

#### DECRETA

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, designados e homologados os membros da Comissão Central Organizadora do Dia do Município, festividades referente a programação dos 61 anos de Emancipação Político-Administrativo e 89 anos de Colonização de Palmitos, a seguir nominados:

Representantes da Secretaria Municipal da Administração Finanças e Planejamento

- Paulino Parisotto
- Andréia Fadani Schenatto

Representante da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

- Luiz Antônio Cavalleri
- Fernando Bittencurt

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social

- Andreza Slomski
- Rosanes Izabel Guzzon Scheidt

Representante da Secretaria da Educação Cultura e Esporte

- Darlise Vaccarin Fadani
- Gilvane Dessanti
- Fernando Ehlers

Representantes da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

- Ricardo Rodrigues

DECRETO Nº. 009/2015.

De 23 de janeiro de 2015.

Representante da Secretaria Municipal da Saúde

- Tânia de Fátima Hennen
- Natalia Berlt Maihack

Representante da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos

- Waldir König
- Arno Pöttker

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 23 de janeiro de 2015.

José Roberto Gomes  
Prefeito de Palmitos em Exercício

Registrado e Publicado em local de costume

Ricardo Rodrigues  
Secretário Municipal da Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

**DECRETO 010/15**

<p>DECRETO Nº 010/2015. De 23 de janeiro de 2015.</p>	<p>DESIGNA E HOMOLOGA MEMBROS DA COMISSÃO DE ESTUDOS PARA ADEQUAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO, PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, REGIMENTO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E REGIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>José Roberto Gomes, Prefeito de Palmitos em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.</p>
---	---

**DECRETA**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, designados e homologados, a partir desta data, os membros para integrarem a Comissão de Estudos para Adequação do Sistema Municipal de Ensino, Plano de Cargos e Salários, Regimento dos Centros de Educação Infantil e Regimento do Ensino Fundamental, a seguir nominados:

**Representantes Administração:**

- Paulino Parisotto
- Rosane Schafer Warken

**Representante Jurídico:**

- Elimara Frank Stahlhofer

**Representante Sindicato:**

- Catarina Andrade

**Representantes Secretaria de Educação**

- Darlise Vaccarin Fadanni
- Michelli Renata Hirch Galvan
- Cristiane Cimara Jaroskeski Rodrigues
- Ivani Inês Stumer Gonzatti
- Lenemar Lúcia Penso Fraportti

**DECRETO Nº 010/2015.**

De 23 de janeiro de 2015.

**Representantes Coordenação Educação Infantil**

- Clarice de Fátima Girelli
- Ivete de Fátima Aita

**Representantes Coordenação Ensino Fundamental**

- Eduardo Antônio Schfferli
- Marlene Maron Back
- Marli Aparecida Canello
- Salete Maria Rodrigues
- Salete Maria Vilke

**Representantes Educação Infantil**

- Jucilei Piroca
- Kelly Cristina Ferronato
- Carmen Inez Nicolau

**Representantes Ensino Fundamental- Séries Iniciais**

- Asta Koenig Borsatto
- Inez Salete Dall Agnol

**Representantes Ensino Fundamental - Séries Finais**

- Marta Dacroce Martin
- Adriana Schonarth
- Nailê Locatelli Fantin

DECRETO Nº 010/2015.

De 23 de janeiro de 2015.

**Representante Esporte**

- Fernando Ehlers

**Representante Assistente Técnico Pedagógico**

- Simone Carla Fraportti Miotto

**Representante Técnico adm. Educacional**

- Carla Vanessa Bervian Maschke

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Palmitos/SC, em 23 de janeiro de 2015.

JOSÉ ROBERTO GOMES

Prefeito de Palmitos em exercício

Registrado e Publicado em local de costume

Ricardo Rodrigues

Secretário Municipal da Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

**DECRETO 011/15**

<p>DECRETO Nº 011/2015. De 02 de fevereiro de 2015</p>	<p>DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p> <p>Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.</p>
--	--

**DECRETA**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, designada a Servidora Pública Aline Carina Pottker, Técnica Administrativa, como responsável pela publicação de atos do Poder Executivo Municipal, no Mural Público já instituído, a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, 02 de fevereiro de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento



**DECRETO 012/13**

DECRETO Nº 012/2015. De 02 de fevereiro de 2015.	DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
---	---

**DECRETA**

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais nos dias 16 (segunda-feira) e 17 (terça-feira) de fevereiro de 2015 em decorrência da passagem do carnaval.

Art. 2º O expediente será normalizado a partir do dia 18 de fevereiro de 2015 (quarta-feira) a partir das 07h30min na Sede Administrativa e nos demais Órgãos.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na sua data de publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos, em 02 de fevereiro de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

**DECRETO 013/15**

DECRETO Nº 013/2015 De 02 de fevereiro de 2015.	DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  NORBERTO PAULO GONZATTI, Prefeito Municipal de Palmitos, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município:
--	---

CONSIDERANDO a informação do Departamento de Tributos da municipalidade acerca do lançamento equivocado, tendo vista o processo de deferimento isenção IPTU/2014 (contribuinte maior de 65 anos) referente ao débito - cadastro 2429, em nome de ANA VILKE- CPF/MF 430.430.899-87;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Municipal prevê em seu art. 59, inciso VI, a expedição de Decretos para atos da Administração, pelo presente:

**DECRETA**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto declarada a inexistência da dívida ativa referente ao débito de IPTU/2014 - cadastro 2429, em relação a contribuinte ANA VILKE - CPF/MF 430.430.899-87, e, conseqüentemente, CANCELADO o lançamento do crédito tributário em dívida ativa relativo à cobrança de IPTU da referido contribuinte.

Art. 2º Fica determinado ao Departamento de Finanças, Tributos e Fiscalização proceder ao cancelamento da dívida ativa em nome da contribuinte ANA VILKE - CPF/MF 430.430.899-87, cadastro nº 2429 referente ao débito de IPTU/2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Palmitos em 02 de fevereiro de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

**DECRETO 014/15**

DECRETO Nº 014/2015. De 06 de fevereiro de 2015.	APROVA DESMEMBRAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas por Lei.
---	---

**DECRETA**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto, aprovado o desmembramento de Parte Oeste Lote Urbano nº 77, Parte oeste do Lote Urbano nº 78 e pequena faixa Sudeste do Lote Urbano nº 78, e Parte Norte do Lote Urbano nº 79, para desmembramento em favor de João Alba e atualização de área e medidas, conforme Matrícula nº 76, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos, sendo criadas as seguintes frações:

**SITUAÇÃO ATUAL, CONFROTAÇÕES CONFORME MAT. nº 76**

Parte Oeste do Lote Urbano nº 77 .....  
.....1.080,50 m²  
Parte Oeste do Lote Urbano nº 78 e pequena faixa Sudeste do Lote Urbano nº 78....904,50 m²  
Parte Norte do Lote Urbano nº 79 .....  
..... 530,00 m²  
Área Total .....  
..... 2.515,00 m²

Norte com parte do lote urbano nº 76 de Rubens Prass e Valdecir Pagliari, ou quem de direito, onde mede 45,183 metros e a Fração "C" de Enelice Bervian, ou quem de direito, onde mede 30,00 metros;

Sul com parte do mesmo lote urbano nº 79 de Gabriel Nagel e João Alba, ou quem de direito, onde mede 58,80 metros;

Leste com a Fração "A" de Valmor Roque Veroneze, ou quem de direito, Fração "B" de Moacir Vacarin, ou quem de direito e Fração "C" de Enelice Bervian, ou quem de direito, onde mede 46,80 metros e com a Rua Visconde do Rio Branco, onde mede 11,70 metros;

Oeste com a Avenida Brasil, onde mede 58,50 metros.

DECRETO Nº 014/2015.

De 06 de fevereiro de 2015.

**MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA ÁREA A DESMEMBRAR**

Lote Urbano nº 79-B

Parte Sudeste do Lote Urbano nº 78 .....  
..... 75,00 m²

Parte Nordeste do Lote Urbano nº 79 .....  
..... 276,00 m²

Área Total .....  
.....

..... 351,00 m<sup>2</sup>

Norte com a Fração "C" de Enelice Bervian, ou quem de direito, onde mede 30,00 metros;  
Sul com parte do mesmo lote urbano nº 79 de João Alba, ou quem de direito, onde mede 30,00 metros;  
Leste com a Rua Visconde do Rio Branco, onde mede 11,70 metros;  
Oeste com parte do mesmo lote urbano nº 78 de Áurea de Lourdes Lucca Stoffel e Outros, onde mede 2,50 metros e com parte do mesmo lote urbano nº 79 de Áurea de Lourdes Lucca Stoffel e Outros, onde mede 9,20 metros, perfazendo um total de 11,70 metros.

#### MEDIDAS E CONFRONTAÇÕES DA ÁREA REMANESCENTE

Parte Oeste do Lote Urbano nº 77 ..... 1.080,50 m<sup>2</sup>  
Parte Oeste do Lote Urbano nº 78 ..... 829,50 m<sup>2</sup>  
Parte Noroeste do Lote Urbano nº 79 ..... 254,00 m<sup>2</sup>  
Área Total ..... 2.164,00 m<sup>2</sup>

DECRETO Nº 014/2015.  
De 06 de fevereiro de 2015.

Norte com parte do lote urbano nº 76 de Rubens Prass e Valdecir Pagliari, ou quem de direito, onde mede 45,183 metros;  
Sul com parte do mesmo lote urbano nº 79 de Gabriel Nagel, ou quem de direito, onde mede 28,80 metros;  
Leste com a Fração "A" de Valmor Roque Veroneze, ou quem de direito, Fração "B" de Moacir Vacarin, ou quem de direito, Fração "C" de Enelice Bervian, ou quem de direito e com o lote urbano nº 79B de João Alba, ou quem de direito onde mede 58,50 metros;  
Oeste com a Avenida Brasil, onde mede 58,50 metros.

Art. 2º É parte integrante do presente Decreto: mapas, memorial descritivo e A.R.T. firmado pelo Engenheiro Civil Mauro José Lucca, CREA/SC 11.068-7, Parecer Técnico nº 013/2015 do Departamento Municipal de Obras e Engenharia, Parecer Jurídico, cópia da Matrícula nº 76, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos e cópias das procurações prot. 881478, 820667, 16098 e 1099.

Art. 3º Conforme Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, artigo 18, este Decreto possui validade para submete-lo ao Registro Imobiliário em até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 06 de fevereiro de 2015.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em local de costume

Paulino Parisotto

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

## Papanduva

### PREFEITURA

#### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2015 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2015 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2015. Objeto: Aquisição de 01 retroescavadeira nova, 0 (zero) hora, para o uso da Secretaria Municipal de Agricultura. Tipo: Menor Preço Unitário e Eletrônico; Início do recebimento das Propostas: Dia 10 de março de 2015 a partir das 08:00hs até dia 23/03/2015 as 08:30hs; Início da disputa de lances: 23/03/2015 - 10:00hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 2519 de 05 de março de 2015 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos nos sites [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br), [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 09 de março de 2015

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

#### CONTRATO Nº 007/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº 007/2015, Objeto: Locação de uma área de 5.870,76 m<sup>2</sup> (cinco mil, oitocentos e setenta metros e setenta e seis centímetros quadrados), para realizar a exploração de cascalho existente na referida área e instalar britador e seus equipamentos, a qual situa-se na localidade de Rancho Grande, neste Município. Contratados: CESAR ANTONIO REMUS e TANIA APARECIDA SCHWEITER REMUS, totalizando o montante de R\$ 12.386,40 (doze mil, trezentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), sendo R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) mensais. Vigência: O presente instrumento terá início no dia 20 de fevereiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2015.

Papanduva, 20 de fevereiro de 2015

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

#### DECRETO Nº 2508, DE 02.03.2015 - SUBDIVISÃO DE IMÓVEL DE NIVALDO F. ANDRADE

DECRETO Nº 2508, 02 DE MARÇO DE 2015.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE NIVALDO FERREIRA DE ANDRADE.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

#### DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de NIVALDO FERREIRA

DE ANDRADE, com a área total de 819,52m<sup>2</sup> (oitocentos e dezanove metros e cinquenta e dois decímetros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Vereador Otávio Pechebela, esquina com o lado ímpar da Rua Presidente Nereu Ramos, com base no ponto OPP, neste Município de Papanduva/SC - devidamente registrado sob a matrícula nº 8.771, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "A1" - 562,89m<sup>2</sup>

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Vereador Otávio Pechebela, esquina com o lado ímpar da Rua Presidente Nereu Ramos, com base no ponto OPP.

Frente:- 15,75 metros com o Município pela Rua VEREADOR OTÁVIO PECHEBELA, lado ímpar;

Fundos:- 45,39 metros, com a Matrícula nº 7.401-Itaiópolis/SC de NADIA POVALUCK DE CARVALHO (protocolo nº 20.572-10/07/2013);

Lado Direito:- 23,11 metros, 11,28 metros, 8,24 metros com o Lote "A2" Desmembrado; 14,24 metros com a Matrícula nº 8.772-Papanduva/SC de JOSE EDGAR DOBROVOLSKI, Lote "5B"; 17,81 metros com o Imóvel de Posse de ANGELA MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO KARMIRZCAK;

Lado Esquerdo:- 17,14 metros com o Município pela Rua PRESIDENTE NEREU RAMOS, lado ímpar.

Descrição do Lote "A2" - 256,63m<sup>2</sup>

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Vereador Otávio Pechebela, distante 15,75 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Presidente Nereu Ramos, com base no ponto OPP.

Frente:- 10,00 metros com o Município pela Rua VEREADOR OTÁVIO PECHEBELA, lado ímpar;

Fundos:- 11,28 metros com o Lote "A1" Desmembrado;

Lado Direito:- 19,98 metros com a Matrícula nº 8.772-Papanduva/SC de JOSE EDGAR DOBROVOLSKI, Lote "5B"; 8,24 metros com o Lote "A1" Desmembrado;

Lado Esquerdo:- 23,11 metros com o Lote "A1" Desmembrado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 02 de março de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

De acordo:

Orlando Marcelo Vieira

Procurador Jurídico

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

## **DECRETO Nº 2509, DE 02.03.2015 - SUBDIVISÃO DE IMÓVEL DE IRENE WATRAZ CHUPEL**

DECRETO Nº 2509, 02 DE MARÇO DE 2015.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE IRENE WATRAZ CHUPEL.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de IRENE WATRAZ CHUPEL, com a área total de 1.073,25m<sup>2</sup> (hum mil e setenta e três metros e vinte e cinco decímetros quadrados), localizado no lado par da Rua Tenente Ary Rauen, distante 32,00 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Pedro Melnik, com base no ponto OPP, neste Município de Papanduva/SC - devidamente registrado sob a matrícula nº 9.113, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "A1" - 500,00m<sup>2</sup>

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Tenente Ary Rauen, distante 42,00 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Pedro Melnik, com base no ponto OPP.

Frente:- 21,70 metros com o Município pela Rua Tenente Ary Rauen, lado par;

Fundos:- 17,35 metros com o Lote "A2" Desmembrado;

Lado Direito:- 25,33 metros com a Matrícula nº 3.708-Papanduva/SC de PEDRO GIACOMO DE LUCA e outros;

Lado Esquerdo:- 8,47 metros e 16,45 metros com o Lote "A2" Desmembrado.

Descrição do Lote "A2" - 573,25m<sup>2</sup>

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Tenente Ary Rauen, distante 32,00 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Pedro Melnik, com base no ponto OPP.

Frente:- 10,00 metros com o Município pela Rua Tenente Ary Rauen, lado par;

Fundos:- 16,00 metros com a Matrícula nº 8.118-Papanduva/SC de SIRINEU DOLISETE DOS PRAZERES, Lote nº 06;

Lado Direito:- 8,47 metros, 16,45 metros e 17,35 metros com o Lote "A1" Desmembrado; 22,33 metros com a Matrícula nº 3.708-Papanduva/SC de PEDRO GIACOMO DE LUCA e outros;

Lado Esquerdo:- 17,00 metros com a Matrícula nº 5.941-Papanduva/SC de BONIFÁCIO TUREK, Lote nº 07-A; 14,00 metros com a Matrícula nº 9.114-Papanduva/SC de AMARILDO BILIK, Lote "B"; 14,00 metros com a Matrícula nº 5.479-Papanduva/SC de BERNARDO KARVAT, Lote nº 07-C.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 02 de março de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

De acordo:

Orlando Marcelo Vieira

Procurador Jurídico

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e

publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

### **DECRETO Nº 2510, DE 02.03.2015 - SUBDIVISÃO DE IMÓVEL DE LUCIMAR FERENS E OUTRO**

DECRETO Nº 2510, 02 DE MARÇO DE 2015.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE LUCIMAR FERENS e outro.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

#### **DECRETA**

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de LUCIMAR FERENS e outro, com a área total de 800,00m<sup>2</sup> (oitocentos metros quadrados), localizado no lado ímpar da Rua 11 de Abril, distante 29,87 metros da esquina com o lado ímpar da Avenida Papa João XXIII, com base no Ponto OPP, Quadra 02, neste Município de Papanduva/SC - devidamente registrado sob a matrícula nº 5.366, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "6A" - 400,00m<sup>2</sup> - Lucimar Ferens

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua 11 de Abril, distante 29,87 metros da esquina com o lado ímpar da Avenida Papa João XXIII, com base no Ponto OPP, Quadra 02.

Frente:- 10,00 metros com o Município pela Rua 11 de ABRIL, lado ímpar;

Fundos:- 10,00 metros com a Matrícula nº 3.304-Papanduva/SC de MARCO AURELIO PINOTTI;

Lado Direito:- 40,00 metros com o Lote "6B" Desmembrado;

Lado Esquerdo:- 20,00 metros com a Matrícula nº 950-Papanduva/SC de IRINEU FERENS; 20,00 metros com a Matrícula nº 3.397-Papanduva/SC de JONAS POCKSZEWNICKI e outros.

Descrição do Lote "6B" - 400,00m<sup>2</sup> - Luciano Ferens

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua 11 de Abril, distante 39,87 metros da esquina com o lado ímpar da Avenida Papa João XXIII, com base no Ponto OPP, Quadra 02..

Frente:- 10,00 metros com o Município pela Rua 11 de ABRIL, lado ímpar;

Fundos:- 10,00 metros com a Matrícula nº 3.304-Papanduva/SC de MARCO AURELIO PINOTTI;

Lado Direito:- 40,00 metros com a Matrícula nº 145-Papanduva/SC de PAULO OKOPNIKI;

Lado Esquerdo:- 40,00 metros com o Lote "6A" Desmembrado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, de 02 de março de 2015.

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

De acordo:  
Orlando Marcelo Vieira  
Procurador Jurídico

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

### **DECRETO Nº 2512, DE 02.03.2015 - SUBDIVISÃO DE IMÓVEL DE MARIA W. SEIDEL**

DECRETO Nº 2512, 02 DE MARÇO DE 2015.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE Maria Wojciekowski Seidel.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

#### **DECRETA**

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de Maria Wojciekowski Seidel, com a área total de 587,00m<sup>2</sup> (quinhentos e oitenta e sete metros quadrados), localizado no lado par da Rua Henrique Martins Haas, distante 29,35 metros do lado par da Rua Tenente Ernesto Greinert, com base no Ponto OPP neste Município de Papanduva/SC - devidamente registrado sob a matrícula nº 9.246, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do Lote 01 - 250,00m<sup>2</sup>

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Henrique Martins Haas, distante 48,70 metros do lado ímpar da Rua Tenente Ernesto Greinert, com base no Ponto OPP, conforme o croqui anexo.

Frente:- 10,00 metros com o Município pela Rua HENRIQUE MARTINS HAAS, lado par;

Fundos:- 20,42 metros com a Matrícula nº 5.717-Papanduva/SC de MARILDA DE FÁTIMA STANZACK;

Lado Direito:- 15,18 metros, 10,42 metros e 4,82 metros com o Lote "02" Desmembrado;

Lado Esquerdo:- 20,00 metros com a Matrícula nº 3.444-Itaiópolis/SC de NILSON DE AGUIAR KLIPP.

Descrição do Lote 02 - 337,00m<sup>2</sup>

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Henrique Martins Haas, distante 29,35 metros do lado ímpar da Rua Tenente Ernesto Greinert, com base no Ponto OPP, conforme o croqui anexo.

Frente:- 19,35 metros com o Município pela Rua HENRIQUE MARTINS HAAS, lado par;

Fundos:- 8,93 metros com a Matrícula nº 5.717-Papanduva/SC de MARILDA DE FÁTIMA STANZACK;

Lado Direito:- 20,00 metros com a Matrícula nº 8.858-Papanduva/SC de EVERTON RODNEY KLIPP, Lote B;

Lado Esquerdo:- 15,18 metros, 10,42 metros e 4,82 metros com o Lote "01" Desmembrado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.



Município de Papanduva, de 02 de março de 2015.  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

De acordo:  
Orlando Marcelo Vieira  
Procurador Jurídico

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

### **DECRETO Nº 2513, DE 02.03.2015 - SUBDIVISÃO DE IMÓVEL DE SIBILA GSS**

DECRETO Nº 2513, 02 DE MARÇO DE 2015.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE SIBILA GOSS.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de SIBILA GOSS, com a área total de 782,08m² (setecentos e oitenta e dois metros e oito décimos quadrados), localizado no lado par da Rua Rufino Mendes de Souza, distante 26,10 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Capitão Estevão Furtado, com base no ponto OPP, Lote nº 02, do Loteamento Paulino Furtado de Mello, neste Município de Papanduva/SC - devidamente registrado sob a matrícula nº 9.240, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "2A" - 394,35m²

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Rufino Mendes de Souza, distante 26,10 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Capitão Estevão Furtado, com base no ponto OPP, do Loteamento Paulino Furtado de Mello.

Frente:- 13,57 metros com o Município pela Rua RUFINO MENDES DE SOUZA, lado par;

Fundos:- 13,30 metros com a Matrícula nº 8.395-Papanduva/SC de MARIA ZITA POCKSZEWNICKI;

Lado Direito:- 18,38 metros com a Matrícula nº 8.865-Papanduva/SC de MARTHA BOROVIK, Lote 1-A; 11,00 metros com a Matrícula nº 8.866-Papanduva/SC de NELI GOS, Lote 1-B;

Lado Esquerdo:- 29,34 metros com o Lote "2B" Desmembrado.

Descrição do Lote "2B" - 387,73m²

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Rufino Mendes de Souza, distante 39,67 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Capitão Estevão Furtado, com base no ponto OPP, do Loteamento Paulino Furtado de Mello.

Frente:- 13,09 metros com o Município pela Rua RUFINO MENDES DE SOUZA, lado par;

Fundos:- 13,36 metros com a Matrícula nº 8.395-Papanduva/SC de MARIA ZITA POCKSZEWNICKI;

Lado Direito:- 29,34 metros com o Lote "2A" Desmembrado;

Lado Esquerdo:- 29,31 metros com a Matrícula nº 3.653-Papanduva/SC de MARIA ROSE HASS KLAINUBING, Lote nº 03.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, de 02 de março de 2015.  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

De acordo:

Orlando Marcelo Vieira  
Procurador Jurídico

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

### **DECRETO Nº 2515, DE 02.03.2015 - SUBDIVISÃO DE IMÓVEL DE ANDRÉ MATHIOSKI**

DECRETO Nº 2515, 02 DE MARÇO DE 2015.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE ANDRÉ MATIOSKI.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de ANDRÉ MATIOSKI, com a área total de 800,00 m² (oitocentos metros quadrados), localizado no lado par da Rua Capitão Manoel Estevão Furtado, distante 20,00 metros da esquina com o lado par da Rua Basílio Heuko, com base no Ponto OPP, neste Município de Papanduva/SC - devidamente registrado sob a matrícula nº 7.718, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do Lote 1 - 400,00m²

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Capitão Manoel Estevão Furtado, distante 20,00 metros da esquina com o lado par da Rua Basílio Heuko, com base no Ponto OPP.

Frente:- 10,00 metros com o Município pela Rua Capitão Manoel Estevão Furtado, lado par;

Fundos:- 10,00 metros com a Matrícula nº 9.100-Papanduva/SC de RENATO SABATKE SCHICOVSKI, Lote 44;

Lado Direito:- 20,00 metros com a Matrícula nº 8.629-Papanduva/SC de CAMILA KIESKI e outros, Lote 7-A; 20,00 metros com a Matrícula nº 8.630-Papanduva/SC de FRANCIELI KIESKI, Lote 7-B;

Lado Esquerdo:- 40,00 metros com o Lote "2" Desmembrado.

Descrição do Lote "2" - 400,00m²

Localização: O imóvel está localizado no lado par da Rua Capitão Manoel Estevão Furtado, distante 30,00 metros da esquina com o lado par da Rua Basílio Heuko, com base no Ponto OPP.

Frente:- 10,00 metros com o Município pela Rua Capitão Manoel Estevão Furtado, lado par;

Fundos:- 10,00 metros com a Matrícula nº 9.100-Papanduva/SC de RENATO SABATKE SCHICOVSKI, Lote 44;

Lado Direito:- 40,00 metros com o Lote "1" Desmembrado;  
Lado Esquerdo:- 40,00 metros com a Matrícula nº 6.011-Papandu-  
va/SC de JOÃO KASMIRCZAK.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, de 02 de março de 2015.

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

De acordo:  
Orlando Marcelo Vieira  
Procurador Jurídico

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e pu-  
blicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal,  
e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

### **DECRETO Nº 2517, DE 02.03.2015 - NOMEIA COMISSÃO COORDENADORA - PLANO MUN. EDUCAÇÃO**

DECRETO Nº 2517, 02 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA COMISSÃO COORDENADORA PARA ADEQUAÇÃO DO  
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PAPANDU-  
VA/SC, PARA O DECÊNIO DE 2015/2025 E DÁ OUTRAS PROVI-  
DÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no  
uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso  
VI, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 8º da Lei nº  
13005, de 25 de julho de 2014, que aprova o Plano Nacional de  
Educação - PNE,

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros para comporem  
a Comissão Coordenadora para adequação do Plano Municipal de  
Educação - PME do Município de Papanduva, Estado de Santa Ca-  
tarina, para o decênio 2015/2025:

I- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO:  
EDNA CARLA GONÇALVES  
NELIA KUCARZ

II-PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS: SI-  
MONE DE FÁTIMA WUNSCH BOEIRA  
GEISE BEL LISBOA

III-PROFISSIONAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS:  
MARIZA DAS GRASSAS VEIGA DE SOUZA  
MARLENE ADADA

IV-PROFISSIONAIS DO ENSINO MÉDIO:  
ANA HENZEN  
SOILE DE SOUZA MARON

V-SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:  
ELIANE PADILHA  
CRISTIANE NARLOCH

VI-CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:  
EVANIR FREDERICO  
MARIA VERCÍLIA MATIOSKI JUNGLES

VII- PROFISSIONAIS DO ENSINO MODALIDADE EDUCAÇÃO ES-  
PECIAL:

MARINA ALVES ELIAS  
JUSSARA DE SOUZA MARON

VIII- PROFISSIONAIS DO ENSINO MODALIDADE EDUCAÇÃO IN-  
FANTIL:

ROSIMERI MOREIRA DOS SANTOS  
DENISE DE PAULA

IX-REPRESENTANTES PROFISSIONAIS DO ENSINO MODALIDADE  
EDUCAÇÃO DO CAMPO:

MARIA INÊS M. DOS PASSOS  
MARCIA SASKOSKI

X-REPRESENTANTES DA CÂMARA DE VEREADORES:

JACINTA MIKALOVICZ  
DJANA PAULA MATIOSKI

XI- REPRESENTANTES DO EXECUTIVO:

ERLI EDVINA WUNSCH BACELAR  
ESTELA MARI FERENS

XI-REPRESENTANTES CONSELHO TUTELAR:

MARIA AP. HELLINGER  
LIDIANE CLAUDINE DE LUCA

XII- REPRESENTANTES DOS GESTORES MUNICIPAIS:

IVANILDA BARABACH  
DEOZONE BOSSE

XIII- REPRESENTANTES DOS GESTORES ESTADUAIS:

EDSON DE MELLO  
VÂNIA KMIECKI JASCHKE

XIV- REPRESENTANTES DA GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO:  
JAQUELINE BALENA

XV- REPRESENTANTES DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO:

ARILDO FERNANDES DIAS  
MARCIA ZENF

XVI-REPRESENTANTES DA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SO-  
CIAL:

FERNANDA PIECZARKA  
LUCIANA LOPES DE MEDEIROS

XVII- REPRESENTANTES DOS PAIS:

GERCILIANO MOREIRA DA SILVA  
ALTANIR DOMINIAC  
CLADIR RIBOSKI DE LIMA

XVIII-REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDA-  
MENTAL I:

DÉBORA CRISTINA DA SILVA BUENO  
CARINE BENCZ

XIX-REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDA-  
MENTAL II:

LARISSA AMANDA CHUPEL  
ANGELICA FARYNIAK

XX-REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO:

JÚLIO HENRIQUE KARPEN  
GESSANA DUFFECK LISBOA

XXI-REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DO ENSINO

PROFISSIONALIZANTE:  
LIRIE BORGES  
FERNANDA ALICE FERREIRA  
CLAUCIA SATIE KOMAKOME

XXII - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:  
KÁTIA NAIANA MULLER  
PATRÍCIA LORENZO DE SOUZA

XXIII - REPRESENTANTES DA MODALIDADE JOVENS E ADULTOS:  
SILMARA VIEIRA  
ADRIANA LESSAK

Parágrafo único. A Comissão prevista no presente artigo elegerá entre os seus pares, um Presidente e um Secretário.

Art. 2º. Fica autorizado à Comissão Coordenadora prevista no art. 1º deste Decreto, mediante Resoluções, a:

I - organizar as atividades inerentes à coordenação dos trabalhos para adequação do PME;  
II - nomear e constituir equipes técnicas para adequação do Plano Municipal de Educação - PME para o decênio 2015/2025;

III - convocar audiência pública para aprovação do Plano Municipal de Educação - PME para o decênio 2015/2025;

IV - elaborar o regimento ou norma da audiência pública prevista no inciso III deste artigo;

V - nomear comissão de redação final do Plano Municipal de Educação - PME;

VI - organizar e executar outras atividades relacionadas à adequação do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º. As decisões das comissões coordenadoras, técnicas, redação final e da audiência pública previstas nos incisos II, III e IV do art. 2º do presente Decreto serão tomadas pela maioria simples.

§ 1º. Para as tomadas de decisões da comissão coordenadora, das comissões técnicas e comissão de redação final, deverá haver a presença mínima de 50 % (cinquenta por cento) mais 1 (um) de seus membros.

§ 2º. Ocorrendo empate nas decisões das comissões previstas no § 1º deste artigo, o Presidente usará o "voto minerva".

Art. 4º. As despesas pela aplicação do presente Decreto, se houverem, correrão por conta do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, de 02 de março de 2015.

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

## **DECRETO Nº 2518, DE 02.03.2015 - NOMEIA COMISSÃO TÉCNICA PLANO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**

DECRETO Nº 2518, 02 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA COMISSÃO TÉCNICA PARA ADEQUAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA/SC, PARA O DECÊNIO DE 2015/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 8º da Lei nº 13005, de 25 de julho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE, e Considerando o pedido feito pela Comissão de Coordenação para adequação do Plano Municipal de Educação - PME do Município de Papanduva, nomeada através do Decreto nº 2517, de 02 de março de 2015,

### **DECRETA**

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros para comporem a Comissão Técnica para adequação do Plano Municipal de Educação - PME do Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, para o decênio 2015/2025:

#### **REPRESENTANTES DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO:**

EVERTON RODNEI KLIPP  
MARLENE SASKOSKI

#### **REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA:**

JOSÉ RATOCHINSKI FILHO  
ELICIR BERNADETE SCHICOVSKI

#### **REPRESENTANTES DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO:**

ERLI E. WUNSCH BACELLAR  
FÁBIO JOSÉ PADILHA

#### **REPRESENTANTES DO DEPARTAMENTO JURÍDICO:**

ORLANDO MARCELO VIEIRA  
ESTELA MARI FERENS

#### **REPRESENTANTES DO FUNDEB:**

IVANILDA BARABACH  
MARINA ELIAS

#### **REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:**

NELIA KUCARZ  
SIRLE KAMINSKI DUFECK GREIN

#### **REPRESENTANTES DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS:**

ALISSON SAUL WUNSHCE  
DANIELI FIGUEROA

#### **COORDENADOR DA EQUIPE:**

EDNA CARLA GONÇALVES

Art. 2º. Ficará a cargo desta Comissão Técnica a Organização de todas as etapas de adequação e atualização do Plano Municipal de Educação, incluindo divulgação, levantamento de dados educacionais, análise situacional, realização de seminários e acompanhamento, dentre outras para a melhor e mais correta realização dos trabalhos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, de 02 de março de 2015.

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal,

e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

**DECRETO Nº 2519, DE 05.03.2015 - DÁ NOVA REDAÇÃO AO ANEXO II DO DECRETO 1783, DE 31.05.2007**

DECRETO Nº 2519, 05 DE MARÇO DE 2015.

Dá nova redação ao Anexo II do Decreto nº 1783, de 31 de maio de 2007.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. O Anexo II do Decreto nº 1783, de 31 de maio de 2007, passa a constar e vigorar de acordo com o Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, de 05 de março de 2015.

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

**ANEXO ÚNICO  
PROCEDIMENTOS PARA O PREGÃO ELETRÔNICO**

Art. 1º. Este Anexo estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica.

Art. 2º. Para efeito deste Anexo considera-se:

I - "BLL-Compras": portal de compras municipais, definido pelo Poder Executivo Municipal como o sistema eletrônico a ser utilizado no âmbito da administração pública municipal para realização do pregão e demais aquisições de bens e serviços através do uso da tecnologia da informação. Sítio: [http:// www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

II - Confederação Nacional de Municípios é a entidade responsável pelo apoio técnico e operacional, que atuará como provedora do sistema eletrônico de compras denominado Cidade Compras;

Art. 3º. O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

Parágrafo único. O sistema a que se refere este artigo será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame.

Art. 4º. O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo órgão ou entidade promotora da licitação, com apoio técnico e operacional da Confederação Nacional de Municípios, através do BLL-Compras, para todos os órgãos integrantes da Administração Pública Municipal.

Art. 5º. Serão previamente credenciados perante o BLL-Compras a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, os operadores do sistema e os licitantes que participam do pregão eletrônico.

§ 1º - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de

identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico e deverá ser providenciado junto ao BLL-Compras.

§ 2º - A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descredenciamento por órgão participante do BLL-Compras.

§ 3º - A perda da senha ou a quebra do sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

§ 4º - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

§ 5º - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

Art. 6º. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se no BLL-Compras para certames promovidos por órgãos ou entidades pertencentes ao Município, no prazo mínimo de três dias úteis antes da data de realização do pregão;

II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos.

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

VI - utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado no Cidade Compras terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

Art. 7º. A documentação exigida para atender ao disposto no edital do certame licitatório, na forma eletrônica, poderá ser substituída pelo certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral a ser adotado e integrado com o BLL-Compras.

Art. 8º. A íntegra do edital de pregão, na forma eletrônica, será disponibilizada no Portal BLL-Compras, sítio: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

§ 1º - O aviso do edital conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida e obtida a íntegra do edital, bem como o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data de sua realização e a indicação de que o pregão, na forma eletrônica, será realizado por meio da internet.

§ 2º - A publicação referida neste artigo será efetuada no BLL-Compras e poderá ser feita conjuntamente em sítios oficiais da administração pública, na internet, desde que certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil.

§ 3º - Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem do tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.



Art. 9º. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

§ 1º - A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

§ 2º - Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

§ 3º - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

§ 4º - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

Art. 10. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º - Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º - O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

§ 3º - A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

§ 4º - As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

§ 5º - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 11. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

Art. 12. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º - No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

§ 2º - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

§ 4º - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§ 6º - A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

§ 7º - O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

§ 8º - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

§ 9º - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 10 - No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

§ 11 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo

superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

Art. 13. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

§ 1º - A habilitação dos licitantes será verificada preferencialmente por meio eletrônico através dos sítios de emissão de documentos ou através de consultas diretas aos sistemas de registros cadastrais que atendam aos requisitos da legislação pertinente.

§ 2º - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados nos sítios referidos no parágrafo anterior deverão ser apresentados via fax, no prazo e condições definidas no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

§ 3º - Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, nos prazos estabelecidos no edital.

§ 4º - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

Art. 14. Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia e motivada do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contra razões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios.

Art. 15. Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas.

Art. 16. A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

Art. 17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal no BLL-Compras - e, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período.

Parágrafo único. Somente a autoridade que registrou as penalidades no BLL-Compras poderá fazer a sua retirada.

Art. 18. Qualquer interessado poderá acompanhar os processos no endereço eletrônico [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

## **DECRETO Nº 2520, DE - 05.03.2015 - ANULA PROCESSO LICITATÓRIO**

DECRETO Nº 2520, 05 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a anulação do Processo Licitatório n. 002/2015, na modalidade de Pregão Eletrônico n. 002/2015 e dá outras providências.

DARIO SCHICOVSKI, PREFEITO MUNICIPAL DE PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, combinada com o artigo 49 da Lei n. 8666/93 e,

Considerando que foram verificadas algumas incompatibilidades no Edital em questão, em especial quanto à descrição do objeto e as condições de garantia e manutenção do equipamento, situações estas que poderão causar prejuízo ao serviço público;

Considerando ainda, que para realização do procedimento licitatório em questão foi utilizado o sistema da Bolsa de Licitações e Leilões, no aplicativo "BLL - Compras", contrariando o Decreto Municipal 1783, de 31.05.2007, que estabelece a utilização do "Cidade Compras" e o sistema da Confederação Nacional de Municípios;

Considerando que de acordo com a Súmula 473 do egrégio Supremo Tribunal Federal, "A administração pode anular seus próprios atos, quando evitados de vícios que os tornam ilegais, porque deles

não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”, justamente como é o caso em apreço;

#### DECRETA

Art. 1º. Fica anulado o Edital de Processo Licitatório n. 002/2015, na modalidade de Pregão Eletrônico n. 002/2015, que tem por objeto a aquisição de uma retroescavadeira nova para uso da Secretaria Municipal de Agricultura.

Parágrafo único. Determina-se a repetição do procedimento licitatório, com as adequações necessárias.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 5 de março de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

### **LEI COMPLEMENTAR Nº057, DE 5 DE MARÇO DE 2015 - FIXA O NOVO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA**

Lei Complementar nº 057, de 05 de março de 2015.

Fixa o Novo Perímetro Urbano do Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu, sanciono a seguinte

#### LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º. Os limites do Perímetro Urbano do Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, passam a vigorar de acordo com o seguinte Memorial Descritivo:

I - Memorial Descritivo da Ampliação do Perímetro Urbano da Sede Urbana do Município de Papanduva/SC, Comarca de Papanduva/SC, com a área total de 21.354.814,75 m² ou 2.135,4815 ha e perímetro de 22.412,98 m.

#### DESCRIÇÃO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice PDV-M-0001, de coordenadas N 7.082.581,012 m e E 584.780,522 m; situado na Linha Férrea no sentido Mafra/SC a Lajes/SC; deste segue confrontando por linha seca com o seguinte azimuth e distância: 117°38'52" e 1.710,29 m até o vértice PDV-M-0002, de coordenadas N 7.081.787,377 m e E 586.295,522 m; situado no lado direito da Faixa de Domínio da Rodovia Federal BR-116 no sentido Curitiba/PR a Lages/SC; deste segue atravessando a referida Faixa de Domínio com o seguinte azimuth e distância: 139°58'39" e 71,72 m até o vértice PDV-M-0003, de coordenadas N 7.081.732,457 m e E 586.341,642 m; situado no lado esquerdo da Faixa de Domínio da Rodovia Federal BR-116 no sentido Curitiba/PR a Lages/SC e no lado direito do trecho inicial da Rua Mafra deste segue confrontando pela referida rua com o seguinte azimuth e distância: 139°58'39" e 298,62 m até o vértice PDV-M-0004, de coordenadas N 7.081.503,773 m e E 586.533,684 m; situado no lado direito do trecho final da Rua Mafra; deste segue confrontando por linha

seca com os seguintes azimutes e distâncias: 43°39'32" e 158,56 m até o vértice PDV-M-0005, de coordenadas N 7.081.618,487 m e E 586.643,150 m; 123°05'38" e 85,59 m até o vértice PDV-M-0006, de coordenadas N 7.081.571,752 m e E 586.714,857 m; 137°19'30" e 75,43 m até o vértice PDV-M-0007, de coordenadas N 7.081.516,294 m e E 586.765,987 m; 161°31'27" e 132,81 m até o vértice PDV-M-0008, de coordenadas N 7.081.390,331 m e E 586.808,075 m; 141°55'35" e 214,03 m até o vértice PDV-M-0009, de coordenadas N 7.081.221,845 m e E 586.940,060 m; situado no lado direito do trecho inicial de uma Estrada Vicinal; deste segue confrontando pela referida Estrada com a distância de 115,15m até o vértice PDV-M-0010, de coordenadas N 7.081.180,681 m e E 586.837,454 m; situado no lado direito do trecho inicial da Rua Mafra; deste segue confrontando pela referida Rua com a distância de 1.283,81m até o vértice PDV-M-0011, de coordenadas N 7.080.027,736 m e E 586.555,428 m; situado no lado direito do trecho final da Rua Mafra; deste segue confrontando por linha seca com os seguintes azimutes e distâncias: 108°52'52" e 249,71 m até o vértice PDV-M-0012, de coordenadas N 7.079.946,929 m e E 586.791,702 m; 208°16'45" e 264,30 m até o vértice PDV-M-0013, de coordenadas N 7.079.714,177 m e E 586.666,487 m; 109°55'21" e 1.377,72 m até o vértice PDV-M-0014, de coordenadas N 7.079.244,723 m e E 587.961,758 m; situado no trecho inicial de uma Estrada Vicinal; deste segue confrontando pela referida Estrada com os seguintes azimutes e distâncias: 199°44'17" e 389,21 m até o vértice PDV-M-0015, de coordenadas N 7.078.878,383 m e E 587.830,315 m; 195°30'26" e 38,32 m até o vértice PDV-M-0016, de coordenadas N 7.078.841,460 m e E 587.820,070 m; 181°44'20" e 20,10 m até o vértice PDV-M-0017, de coordenadas N 7.078.821,373 m e E 587.819,461 m; 168°30'35" e 15,27 m até o vértice PDV-M-0018, de coordenadas N 7.078.806,414 m e E 587.822,501 m; 131°46'00" e 474,08 m até o vértice PDV-M-0019, de coordenadas N 7.078.490,631 m e E 588.176,099 m; situado no trecho final de uma Estrada Vicinal; deste segue confrontando por linha seca com o seguinte azimuth e distância: 166°54'03" e 697,62 m até o vértice PDV-M-0020, de coordenadas N 7.077.811,166 m e E 588.334,204 m; situado no trecho inicial do Rio Papanduva; deste segue confrontado pelo referido Rio à montante com a distância de 974,95m até o vértice PDV-M-0022, de coordenadas N 7.077.027,639 m e E 588.773,444 m; situado no trecho final do Rio Papanduva; deste segue confrontando por linha seca com os seguintes azimutes e distâncias: 175°14'52" e 521,21 m até o vértice PDV-M-0023, de coordenadas N 7.076.508,218 m e E 588.816,625 m; 231°03'42" e 557,91 m até o vértice PDV-M-0024, de coordenadas N 7.076.157,581 m e E 588.382,671 m; situado no lado direito da Estrada Municipal PDV-105; deste segue confrontando por linha seca (divisor de águas) com os seguintes azimutes e distâncias: 281°14'15" e 2.859,58 m até o vértice PDV-M-0025, de coordenadas N 7.076.714,851 m e E 585.577,919 m; 317°20'28" e 3.884,96 m até o vértice PDV-M-0026, de coordenadas N 7.079.571,847 m e E 582.945,343 m; 239°43'03" e 417,03 m até o vértice PDV-M-0027, de coordenadas N 7.079.361,556 m e E 582.585,220 m; 325°11'45" e 262,51 m até o vértice PDV-M-0028, de coordenadas N 7.079.577,104 m e E 582.435,388 m; 311°33'37" e 340,76 m até o vértice PDV-M-0029, de coordenadas N 7.079.803,167 m e E 582.180,411 m; deste segue confrontando por linha seca com os seguintes azimutes e distâncias: 47°14'08" e 619,43 m até o vértice PDV-M-0030, de coordenadas N 7.080.223,748 m e E 582.635,164 m; 29°27'31" e 169,21 m até o vértice PDV-M-0031, de coordenadas N 7.080.371,077 m e E 582.718,379 m; situado no trecho inicial de um Córrego Sem Denominação; deste segue confrontante pelo referido Córrego à jusante com a distância de 77,10m até o vértice PDV-M-0032, de coordenadas N 7.080.438,538 m e E 582.748,228 m; situado no trecho final de um Córrego Sem Denominação e no lado esquerdo da Faixa de Domínio da Rodovia Federal BR-116 no sentido Curitiba/PR a Lages/SC; deste segue atravessando a referida Faixa de Domínio com o seguinte azimuth e distância: 21°46'30" e 69,85 m até o vértice PDV-M-0033, de coordenadas N

7.080.503,400 m e E 582.774,139 m; situado no lado direito da Faixa de Domínio da Rodovia Federal BR-116 no sentido Curitiba/PR a Lages/SC e no trecho inicial de um Córrego Sem Denominação; deste segue confrontando pelo referido Córrego à jusante com a distância de 637,64m até o vértice PDV-M-0034, de coordenadas N 7.080.851,209 m e E 582.453,148 m; situado no trecho final de um Córrego Sem Denominação e no trecho inicial da Linha Férrea no sentido Mafra/SC a Lajes/SC; deste segue confrontando pela referida Linha Férrea com a distância de 3.338,85m até o vértice PDV-M-0001, de coordenadas N 7.082.581,012 m e E 584.780,522 m e vértice inicial da descrição deste perímetro, fechando seu polígono em 2.135,4815 ha. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontra-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51o WGr, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º. O Mapa da área fixada como perímetro urbano fica fazendo parte integrante desta Lei Complementar, conforme Anexo Único.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 521, de 24 de outubro de 1979.

Município de Papanduva, em 5 de março de 2015.

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

Esta Lei Complementar foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

## **LEI N. 2040, DE 05.03.2015 - INSTITUI O HINO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA**

Lei nº 2040, de 5 de março de 2015.

Institui o Hino Oficial do Município e dá outras providências.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele, sanciona a seguinte

### **LEI**

Art. 1º. Fica instituído, como HINO OFICIAL de Papanduva, a composição de Edival Olynek, conforme letra que compõe o Anexo único desta Lei.

Art. 2º. O Hino deverá ser executado ou cantado em eventos públicos municipais, especialmente em ambientes escolares e eventos esportivos.

Parágrafo único. O ensino do Hino Oficial do Município é obrigatório nas escolas públicas municipais.

Art. 3º. Os exemplares reproduzidos do Hino Oficial do Município de Papanduva não podem ser postos à venda, nem distribuídos gratuitamente sem que tragam impressos na capa ou no corpo do material reproduzido, o nome de seus autores, bem como o número da Lei que o instituiu.

Art. 4º. A Prefeitura Municipal contratará empresa especializada para promover a gravação, execução instrumental e vocal do hino oficial do Município, bem como de sua letra declamada, disponibilizando-os às redes de ensino municipais e estaduais, bem como às instituições públicas e privadas do Município de Papanduva.

Art. 5º. Compete ao Poder Executivo implementar todas as medidas necessárias para a correta aplicação desta Lei.

Art. 6º. O Poder Executivo Municipal regulará através de Ato próprio, os pormenores de cerimonial referente ao Hino Oficial do Município de Papanduva.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução desta Lei serão custeadas pelo orçamento vigente e de exercícios ocorrentes, caso necessário.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Papanduva/SC, em 5 de março de 2015.

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Fábio José Padilha  
Secretário da Administração

ANEXO ÚNICO -  
LEI MUNICIPAL Nº 2040, DE 05.03.2015.

Hino Oficial do Município de Papanduva  
Autor: Edival Olynek

Ergue-se majestosa ao Norte de Santa Catarina,  
Papanduva tu és a estrela que embeleza e ilumina.

Na região do Contestado, onde as tropas,  
Vindas do Sul no passado se instalavam.  
Os tropeiros encostavam suas carroças.  
E o "papuã" seus animais aqui pastavam.

Ergue-se majestosa ao Norte de Santa Catarina,  
Papanduva tu és a estrela que embeleza e ilumina.

Formou-se um povo amistoso e hospitaleiro,  
Com muita fé e um coração acolhedor,  
Que trabalha duro com amor o ano inteiro,  
Sem distinção de credo, raça e cor.

Ergue-se majestosa ao Norte de Santa Catarina,  
Papanduva tu és a estrela que embeleza e ilumina.

A agricultura e a pecuária hoje são fortes,  
A cultura, a indústria e os esportes,  
São nossas riquezas e nos enchem de orgulho,  
Nos fazem ser papanduvenses até a morte.

Ergue-se majestosa ao Norte de Santa Catarina,  
Papanduva tu és a estrela que embeleza e ilumina.

Nossa bandeira em suas cores representa,  
O verde a honra, a esperança e alegria.  
O vermelho mostra nossa audácia e coragem,  
Amor à pátria, dedicação e valentia.

Ergue-se majestosa ao Norte de Santa Catarina,  
Papanduva tu és a estrela que embeleza e ilumina.

**Passos Maia****PREFEITURA****RETIFICAÇÃO Nº 001 DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015.**

Ato 001/PM/ED1/15

PRIMEIRA RETIFICAÇÃO

DO EDITAL Nº 001/2015 DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público, torna público, a primeira retificação do edital 001/2015 conforme segue:

**RESOLVE:**

1. Retificar o Anexo I do Edital quanto a habilitação dos cargos de Jardineiro, Motorista, Operadores, Pedreiro e Trabalhador Especializado, e o número de vagas do cargo de Enfermeiro, que passa a vigorar da seguinte forma:

DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

Cargo	N. Vagas	C.H	Remuneração	Requisitos/Habilitação
1. Enfermeiro	RT*	40 H	R\$ 2.699,98	Ensino superior completo. Registro no Conselho Regional de enfermagem
2. Jardineiro	1	40 H	R\$ 984,58	Ensino fundamental completo ou alfabetizado e/ou experiência comprovada na área de atuação.
3. Motorista	1	40 H	R\$ 984,58	Ensino fundamental completo e/ou experiência comprovada na área de atuação, de no mínimo 02 (dois) anos e Carteira Nacional de Habilitação Categoria mínima "C".
4. Operador de Máquinas (motoniveladora)	RT*	40 H	R\$ 984,58	Ensino fundamental completo e/ou experiência comprovada na área de atuação, de no mínimo 02 (dois) anos e carteira nacional de habilitação exigida em regulamento.
5. Operador de Máquinas (retroescavadeira)	1	40 H	R\$ 984,58	Ensino fundamental completo e/ou experiência comprovada na área de atuação, de no mínimo 02 (dois) anos e carteira nacional de habilitação exigida em regulamento.
6. Operador de Máquinas (trator de esteiras)	RT*	40 H	R\$ 984,58	Ensino fundamental completo e/ou experiência comprovada na área de atuação, de no mínimo 02 (dois) anos e carteira nacional de habilitação exigida em regulamento.
7. Operador de Máquinas (trator agrícola com pneus)	1	40 H	R\$ 984,58	Ensino fundamental completo e/ou experiência comprovada na área de atuação, de no mínimo 02 (dois) anos e carteira nacional de habilitação exigida em regulamento.
8. Operador de Máquinas (escavadeira Hidráulica)	RT*	40 H	R\$ 984,58	Ensino fundamental completo e/ou experiência comprovada na área de atuação, de no mínimo 02 (dois) anos e carteira nacional de habilitação exigida em regulamento.
9. Pedreiro	1	40 H	R\$ 984,58	Ensino fundamental completo e/ou experiência comprovada na área de atuação.
10. Trabalhador Especializado	1	40 H	R\$ 742,09	Ensino fundamental completo e/ou experiência comprovada na área de atuação.

2. As demais normas do edital permanecem inalteradas.

Passos Maia, 06 de Março de 2015

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal



**Paulo Lopes****PREFEITURA****AVISO DE TOMADA DE PREÇO Nº 002/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº. 002/2015

O Município de Paulo Lopes torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO, sob regime de empreitada por preço unitário, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a Contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem e pavimentação asfáltica de trecho da Rua Gerassino de Assis no bairro Penha, Município de Paulo Lopes, conforme especificações constates do projeto básico. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "DOCUMENTAÇÃO" e nº. 2 - "PROPOSTA" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a José Pereira da Silva, centro, Paulo Lopes/SC, até as 09h55min do dia 24/03/2015. A sessão se dará a partir das 10h00min do dia 24/03/2015, no endereço acima especificado. O edital encontra-se a disposição dos interessados, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Paulo Lopes, 06 de março de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

**AVISO DE TOMADA DE PREÇO Nº 003/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº. 003/2015

O Município de Paulo Lopes torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO, sob regime de empreitada por preço unitário, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem e pavimentação asfáltica de trecho da Rua Heleodoro Serafim Schimdt no bairro Ribeirão, Município de Paulo Lopes, conforme especificações constates do projeto básico. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "DOCUMENTAÇÃO" e nº. 2 - "PROPOSTA" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, centro, Paulo Lopes/SC, até as 10h55min do dia 24/03/2015. A sessão se dará a partir das 11h00min do dia 24/03/2015, no endereço acima especificado. O edital encontra-se a disposição dos interessados, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Paulo Lopes, 06 de março de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

**Penha****PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015 – PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015 - PMP  
Pregão Presencial nº 03/2015 - PMP Processo Licitatório nº06/2015 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Assinatura da Ata: 05/03/2015.

Vigência: 12 meses a contar da data da publicação.

Empresa Adjudicatária: MEDIGRAM DISTRIB DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor R\$ 18.200,00 (dezoito mil, duzentos reais)

A ata com os preços e demais especificações encontra-se disponibilizada para consulta nesta Prefeitura Municipal de Penha, na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 190, Centro,

Penha/SC, ou no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br)

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015 - PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015 - PMP  
Pregão Presencial nº 03/2015 - PMP Processo Licitatório nº06/2015 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Assinatura da Ata: 05/03/2015.

Vigência: 12 meses a contar da data da publicação.

Empresa Adjudicatária: LICISUL COMERCIAL LTDA

Valor R\$ 61.718,00 (Sessenta e um mil, setecentos e dezoito reais)

A ata com os preços e demais especificações encontra-se disponibilizada para consulta nesta Prefeitura Municipal de Penha, na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 190, Centro,

Penha/SC, ou no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br)

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015 - PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2015 - PMP  
Pregão Presencial nº 03/2015 - PMP Processo Licitatório nº06/2015 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Assinatura da Ata: 05/03/2015.

Vigência: 12 meses a contar da data da publicação.

Empresa Adjudicatária: ITAVOL COMERCIAL LTDA

Valor R\$ 26.990,00 (Vinte e seis mil, novecentos e noventa reais)  
A ata com os preços e demais especificações encontra-se disponibilizada para consulta nesta Prefeitura Municipal de Penha, na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 190, Centro,

Penha/SC, ou no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br)  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

#### **ATA Nº 07/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2015 - PMP  
Pregão Presencial nº 03/2015 - PMP Processo Licitatório nº06/2015 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Assinatura da Ata: 05/03/2015.

Vigência: 12 meses a contar da data da publicação.

Empresa Adjudicatária: COMERCIAL STORINNY LTDA-EEP

Valor R\$ 272.476,95 (DUZENTOS E SETENTA E DOIS MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS)

A ata com os preços e demais especificações encontra-se disponibilizada para consulta nesta Prefeitura Municipal de Penha, na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 190, Centro,

Penha/SC, ou no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br)  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

#### **ATA Nº 08/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2015 - PMP  
Pregão Presencial nº 03/2015 - PMP Processo Licitatório nº06/2015 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Assinatura da Ata: 05/03/2015.

Vigência: 12 meses a contar da data da publicação.

Empresa Adjudicatária: PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA ME

Valor R\$ 59.684,00 (CINQUENTA E NOVE MIL, SEISCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS)

A ata com os preços e demais especificações encontra-se disponibilizada para consulta nesta Prefeitura Municipal de Penha, na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 190, Centro,

Penha/SC, ou no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br)  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

#### **ATA Nº 09/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015 - PMP  
Pregão Presencial nº 03/2015 - PMP Processo Licitatório nº06/2015 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Assinatura da Ata: 05/03/2015.

Vigência: 12 meses a contar da data da publicação.

Empresa Adjudicatária: NEW WAY COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA

Valor R\$ 35.443,00 (TRINTA E CINCO MIL E QUATROCENTOS E QUARENTA E TRES REAIS)

A ata com os preços e demais especificações encontra-se disponibilizada para consulta nesta Prefeitura Municipal de Penha, na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 190, Centro,

Penha/SC, ou no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br)  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

#### **ATA Nº 13/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2015 - PMP  
Pregão Presencial nº 03/2015 - PMP Processo Licitatório nº06/2015 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DAS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

Assinatura da Ata: 05/03/2015.

Vigência: 12 meses a contar da data da publicação.

Empresa Adjudicatária: CASA DA MERENDA COMERCIO ALIMENTÍCIOS LTDA

Valor R\$ 22.980,00 (VINTE E DOIS MIL, NOVECIENTOS E OITENTA REAIS)

A ata com os preços e demais especificações encontra-se disponibilizada para consulta nesta Prefeitura Municipal de Penha, na Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, 190, Centro,

Penha/SC, ou no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br)  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

#### **CONTRATO DE ESTAGIO 03/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 03/2015  
Contratado (A): SIMONÍ VALÉRIA ROMÃO, na função de Estagiária, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar junto a Secretaria de Educação.

Penha/SC, 02 de março de 2015.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

**CONTRATO DE ESTAGIO 04/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 04/2015

Contratado (A): AMANDA DA SILVA, na função de Estagiária, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar junto a Secretaria de Educação.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**CONTRATO DE ESTAGIO 05/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 05/2015

Contratado (A): MERIELE DA COSTA, na função de Estagiária, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar junto a Secretaria de Educação.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**CONTRATO DE ESTAGIO 06/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 06/2015

Contratado (A): STEPHANI AMORIM DOS SANTOS, na função de Estagiária, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar junto a Secretaria de Educação.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**CONTRATO DE ESTAGIO 07/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 07/2015

Contratado (A): HÉRICA TODESCATTO WAGNER, na função de Estagiária, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar junto a Secretaria de Educação.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**CONTRATO DE ESTAGIO 08/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 08/2015

Contratado (A): BEATRIZ VANZUITA, na função de Estagiária, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar junto a Secretaria de Educação.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**CONTRATO DE ESTAGIO 09/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 09/2015

Contratado (A): ROSELI VALTRICH PONICK, na função de Estagiária, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar junto a Secretaria de Educação.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**CONTRATO DE ESTAGIO 10/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 10/2015

Contratado (A): VITÓRIA GABRIELA PEREIRA, na função de Estagiária, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar junto a Secretaria de Educação.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**CONTRATO DE ESTAGIO 11/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 11/2015

Contratado (A): JÉSSICA CAROLINE DOS SANTOS, na função de Estagiária, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar junto a Secretaria de Educação.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**CONTRATO DE ESTAGIO 12/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 12/2015

Contratado (A): TALITTA ANNY LEITE CELISTA, na função de Estagiária, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar junto a Secretaria de Educação.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**CONTRATO DE ESTAGIO 13/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 13/2015

Contratado (A): TAIANE NILSA LEITE, na função de Estagiária, início em 02/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuar junto a Secretaria de Educação.

Penha/SC, 02 de março de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO EDITAL 01/2014 ESF**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a)s candidato(a)s para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 16/03/2015, das 08:00hs às 12:00hs ou das 13:30hrs às 17:30hrs, conforme Edital do Concurso Público - Emprego Público nº 01/2014 - ESF.

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - BAIRRO SÃO CRISTOVÃO

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
1º	0000073	NEY MARIO FERREIRA
2º	0000072	MARCOLINA IRENE DOS SANTOS
3º	0000092	NELCI CUSTÓDIO MACIEL
4º	0000051	FABIANA REGINA PEDROSO

O(a)s candidato(a)s deverão apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da

nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;

o) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);

p) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

q) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;

r) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

s) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;

t) Fotocópia Comprovante de residência no bairro que vai atuar, conforme inscrição, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde - ACS, conforme item 1.3 do edital.

u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público - Emprego Público e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 06 de março de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO EDITAL 01/2014 - EDUCAÇÃO**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a)s candidato(a)s para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 13/03/2015, das 08:00hs às 12:00hs ou das 13:30hrs às 17:30hrs, conforme Edital de Processo Seletivo nº 01/2014 - ACT Educação.

Cargo: SERVENTE-MERENDEIRA

Nº INSCRIÇÃO	NOME
47º- 0000341	WANDERLÉIA JOAQUINA DE SOUZA ARAÚJO
48º- 0000598	MARIA DE LURDES PEDROSO
49º - 0000225	KELER APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA
50º - 0000583	MARIA HELENA PADILHA DE CASTRO
51º - 0000369	TÂNIA MARIA CORREIA
52º - 0000284	ANGELA MARIA DA SILVA
53º - 0000348	ALVENTINA AMARA ROSA

O(a)s candidato(a)s deverão apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;



- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);  
 d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;  
 e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;  
 f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);  
 g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;  
 h) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;  
 i) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;  
 j) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.  
 k) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;  
 l) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;  
 m) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;  
 n) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);  
 o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;  
 p) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;  
 q) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;  
 r) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;  
 s) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS: Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 06 de março de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

## CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO EDITAL 01/2014 FMAS

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 11/03/2015, das 08:00hs às 12:00hs ou das 13:30hrs às 17:30hrs, conforme Edital do Processo Seletivo nº 01/2014 - FMAS.

Cargo: SERVENTE MERENDEIRA

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
28º	0000196	MARINA ANDRADE NEVES

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;  
 b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;  
 c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);  
 d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;  
 e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;  
 f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);  
 g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;  
 h) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;  
 i) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;  
 j) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.  
 k) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;  
 l) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;  
 m) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;  
 n) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);  
 o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;  
 p) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;  
 q) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;  
 r) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;  
 s) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 06 de março de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

**LEI 2740**

LEI Nº 2740/2015

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A AUSENTAR-SE DO PAÍS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º- Fica o Prefeito Municipal autorizado a ausentar-se do País, em gozo de suas férias, no período compreendido entre os dias 11 de março/2015 a 25 de março/2015, compreendendo o seguinte roteiro: Orlando e Miami.

Art.2º- A autorização mencionada no artigo supra não acarretará nenhum ônus ao Município, devendo toda e qualquer despesa ser custeada pelo Prefeito Municipal.

Art.3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 06 de março de 2015.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na Secretaria da Administração, aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de Projeto de Lei nº. 05/2015 que "AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL A AUSENTAR-SE DO PAÍS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O referido projeto consiste em solicitar autorização para o Prefeito ausentar-se do país no período de 11 de março a 25 de março, dentro do período de suas férias, conforme Lei Orgânica do Município.

Toda e qualquer despesa será custeada pelo Prefeito Municipal e não acarretará nenhum ônus ao Município.

Diante do exposto, clamo aos Senhores Vereadores para, com o necessário apoio, aprovarmos o presente Projeto de Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA,  
Em, 27 de fevereiro de 2015.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

**TERMO DE RESCISÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato nº 419/2014 - PMP, firmado entre a Sr.LEILA ADRIANA PEREIRA e esta PREFEITURA, em 02 de dezembro de 2014, por interesse público, a contar desta data:

Penha/SC, 02 de março 2015.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

**TERMO DE RESCISÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato nº 413/2014 - FMS, firmado entre aSr. CAMILA GREGORIA PEREIRA DOS SANTOS SARAIVA e esta PREFEITURA, em 25 de setembro de 2014, por interesse público, a contar desta data:

Penha/SC,02 de março 2015.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

**TERMO DE RESCISÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Termo Aditivo nº582/2014 Contrato nº 320/2014PMP, firmado entre a Sra. ROZANA APARECIDA DE OLIVEIRA e esta PREFEITURA, em 17 de dezembro de 2014, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC,02 de março 2015.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

**TERMO DE RESCISÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato nº 420/2014 - FMS, firmado entre a Sr.PATRICIA DO SANTOS TAVARES e esta PREFEITURA, em 03 de dezembro de 2014, por interesse público, a contar desta data:

Penha/SC, 02 de março 2015.  
Evandro Eredes dos Navegantes  
Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA**

Ata da 1ª Sessão Extraordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos vinte e dois de janeiro de 2015. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quorum legal, o Exmo. Sr. Presidente Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão, iniciando o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno com a leitura e votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. No Grande Expediente de acordo com o Art. 130 R.I. foi determinada a leitura do Projeto de Lei Complementar nº 1/2015 de autoria da Mesa Diretora: DISPÕE SOBRE CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS RELATIVAS A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA, A FIXAÇÃO DE VENCIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Leitura do Projeto de Resolução nº 1/2015 de autoria da Mesa Diretora: AUTORIZA A CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA A UTILIZAR-SE DE MEIO ELETRÔNICO PARA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. Leitura do

Projeto de Resolução nº 2/2015 de autoria da Mesa Diretora: MODIFICA REDAÇÃO DO ARTIGO 127 DA RESOLUÇÃO Nº 001/1999 QUE INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENHA, ALTERANDO OS DIAS DE REALIZAÇÃO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Leitura do Projeto de Lei Ordinária nº 1/2015 do Poder Executivo, EM REGIME DE URGÊNCIA: DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE PRÊMIOS PARA AS PARTICIPANTES DO CONCURSO DA RAINHA 2015 DA 20ª FESTA NACIONAL DO MARISCO. Em votação em Plenário, o REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei Ordinária nº 1/2015 do Poder Executivo foi aprovado por unanimidade. Neste momento foi suspensa temporariamente a sessão para que as Comissões Permanentes exarassem parecer aos referidos projetos. Reaberta a sessão, passou-se à Ordem do Dia conforme o ART. 131 R.I. Tramitou em única votação o Projeto de Resolução nº 1/2015 de autoria da Mesa Diretora, Aprovado por maioria absoluta, com ausência dos Vereadores Clóvis Bergamaschi e Antônio Alfredo Cordeiro Filho. Em única votação o Projeto de Resolução nº 2/2015 de autoria da Mesa Diretora, Aprovado por maioria absoluta, com ausência dos Vereadores Clóvis Bergamaschi e Antônio Alfredo Cordeiro Filho. Em única votação o Projeto de Lei Ordinária nº 1/2015 do Executivo, Aprovado por maioria absoluta, com ausência dos Vereadores Clóvis Bergamaschi e Antônio Alfredo Cordeiro Filho. Neste momento o Exmo. Sr. Presidente informou aos presentes que houve solicitação de vistas ao Projeto de Lei Complementar nº 1/2015 de autoria da Mesa Diretora, e que deverá ser exarado Parecer referente ao Pedido de Vistas ao término de 48 horas. Nada mais havendo, o Exmo. Sr. Presidente encerrou a presente sessão convocando os senhores Vereadores para a próxima reunião extraordinária, em 28 de janeiro as dez horas da manhã.

Sala das Sessões, 22 de janeiro de 2015.

FELIPE REBELLO SCHMIDT

Presidente

ISAC HAMILTON DA COSTA

1º Secretário

### **ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA**

Ata da 2ª Sessão Extraordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos três de fevereiro de 2015. Ausente o Vereador Adriano de Souza, presentes os Senhores Vereadores, havendo o quorum legal. O Exmo. Sr. Presidente Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão e iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno solicitando a leitura e votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. No GRANDE EXPEDIENTE - ART. 130 R.I. foi determinada a leitura do Projeto de Lei Complementar nº 1/2015 de autoria do Executivo: ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2015 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 72/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Neste momento a sessão foi suspensa para que as Comissões Permanentes emitissem parecer. Em tempo, o Vereador Jefferson Ademir Custódio informou aos Vereadores que os representantes da Empresa de Segurança Balkon que deseja instalar-se no Município estavam em Plenário aguardando por reunião. Reaberta a sessão, foi determinada a leitura do Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, Finanças e Orçamento referente ao Projeto, e ato, contínuo, iniciou-se a Ordem do Dia de acordo com o art. 131 do Regimento Interno, tramitando em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 01/2015 do Executivo, a qual foi aprovado por unanimidade dos presentes. Nada mais havendo o Exmo. Sr. Presidente agradeceu a presença de todos convocando para a próxima reunião imediatamente após o término desta.

Sala das Sessões, 03 de fevereiro de 2015.

FELIPE REBELLO SCHMIDT

Presidente

ISAC HAMILTON DA COSTA

1º Secretário

### **ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA**

Ata da 3ª Sessão Extraordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos três de fevereiro de 2015. Ausente o Vereador Adriano de Souza, presentes os Senhores Vereadores, havendo o quorum legal. O Exmo. Sr. Presidente Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão e iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno solicitando a leitura e votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Ato, contínuo, iniciou-se a Ordem do Dia de acordo com o art. 131 do Regimento Interno, tramitando em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 01/2015 do Executivo: ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2015 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 72/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, a qual foi aprovado por unanimidade dos presentes. Nada mais havendo o Exmo. Sr. Presidente agradeceu a presença de todos convocando para a próxima reunião ordinária dia vinte e três de fevereiro após o término do recesso legislativo. E para constar, eu, IVANA DA COSTA, lavrei a presente Ata que após aprovada, segue assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e 1º Secretário.

Sala das Sessões, 03 de fevereiro de 2015.

FELIPE REBELLO SCHMIDT

Presidente

ISAC HAMILTON DA COSTA

1º Secretário

### **ATA DE DEMONSTRAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015**

ATA DA SESSÃO DE DEMONSTRAÇÃO DE FUNCIONALIDADE DO OBJETO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2014

No dia três de março de dois mil e quinze, a partir das 19:00 horas, reuniram-se na Câmara de Vereadores de Penha, sito à Avenida Antônio Joaquim Tavares, 101, Centro, a Pregoeira Zaira Cristina da Silva Hanemann, e Equipe de Apoio formada por Glaucia Costa dos Santos Francisco, Ivana da Costa e Tatiane da Silva Willem, designadas pela Portaria Nº 11/2014, o Assessor Jurídico Wlamir Mendonça Ferreira da Silva, e o Sr. Mário Sérgio Brum representando a empresa Criacom contratada para acompanhamento técnico da demonstração de funcionalidade do objeto do Pregão Presencial Nº 01/2015, Processo Licitatório Nº 02/2015. Ato contínuo registra-se o comparecimento da Empresa Catarina Comunicação LTDA ME tendo como representante o Sr. Diego Gomes, Iris de Souza Gomes e equipe técnica para realização da demonstração de funcionalidade do objeto deste certame, e a Empresa MEP Produções LTDA ME tendo como representante o Sr. Edson Shroeder no dia 03 de março para acompanhar a demonstração. Encerrada a demonstração de funcionalidade do objeto do presente certame, a Pregoeira e Equipe de Apoio constataram o pleno atendimento dos requisitos constantes no edital. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a referente demonstração, cuja ata vai assinada pela Pregoeira e membros da Equipe de Apoio.

Sala das Comissões, 06 de março de 2015.  
Zaira C. da S. Hanemann  
Pregoeira

Glauca C. dos S. Francisco  
Membro da Equipe Apoio

Ivana da Costa  
Membro da Equipe Apoio

Tatiane da S. Willem  
Membro da Equipe Apoio

### **ATA DE ENCERRAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015**

ATA DE REABERTURA DA SESSÃO  
DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO  
Nº 02/2015

No dia seis de março de dois mil e quinze, às treze horas, reuniram-se na Câmara de Vereadores de Penha, na Sala das Comissões, sito à Avenida Antônio Joaquim Tavares, 101, Centro, a Pregoeira Zaira Cristina da Silva Hanemann, e Equipe de Apoio formada por Ivana da Costa, Glauca Costa dos Santos Francisco, e Tatiane da Silva Willem, designadas pela Portaria Nº 11/2014, o Assessor Jurídico Wlamir Mendonça Ferreira da Silva, convocado pela Comissão de Licitação, para acompanhamento técnico da sessão pública de abertura do Processo Licitatório Nº 02/2015, Pregão Presencial Nº 01/2015 referente a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de cobertura cinematográfica das sessões legislativas, produção e veiculação de noticiário periódico ou ferramenta similar, filmagens de eventos internos e externos, além de edição em arquivo digital e finalização em mídia DVD até o limite 675 horas de captura de imagens internas, 36 horas de captura de imagens externas, 783 horas de edição e finalização em mídia DVD e arquivo digital e 225 horas de codificação de sinal em Flash Player (FLV) para transmissão em streaming, para a Câmara de Vereadores de Penha, atendendo as especificações mínimas contidas no Anexo I do Edital - TERMO DE REFERÊNCIA. Ato contínuo com base na ata de demonstração de funcionalidade do objeto, e verificado o pleno atendimento de todos os itens do Edital A Empresa Catarina Comunicação LTDA ME é declarada dessa forma vencedora. Registra-se que a Empresa Catarina Comunicação ressalta o fato de que os equipamentos estavam a disposição de acordo com o check-list realizado pela Pregoeira, não sendo utilizado no momento da sessão por conta do espaço que não suporta a instalação de tudo ao mesmo tempo. Registra-se a intenção de recurso da Empresa MEP Produções LTDA ME questionando a capacidade técnica da empresa que realizou a demonstração, bem como a falta de equipamentos solicitados no edital. Com base no Art. 4 inciso XVIII da Lei 8.666/93, concede-se o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pública do presente pregão, cuja ata vai assinada pela Pregoeira e membros da Equipe de Apoio.

Sala das Comissões, 06 de março de 2015.  
Zaira C. da S. Hanemann  
Pregoeira

Glauca C. dos S. Francisco  
Pregoeira Substituta

Ivana da Costa  
Membro da Equipe Apoio

Tatiane da S. Willem  
Membro da Equipe Apoio

### **EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2015**

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2015

A Câmara de Vereadores de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA para tratar da SEGURANÇA PÚBLICA no Município de Penha, para tratar do resgate do CONSEG - Conselho Comunitário de Segurança, a ser realizada no Plenário Expedicionário Tenente Milton Fonseca, sito Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 101 - Centro - Penha, no dia 12 de março de 2015, quinta-feira, a partir das 19h00min (dezenove horas).

Penha, 02 de março de 2015.  
FELIPE REBELLO SCHMIDT  
Presidente



# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.183, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 4.183, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 48.074,11 (Quarenta e oito mil, setenta e quatro reais e onze centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária: 2006 - Secretaria de Transportes e Obras

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 23 - Estradas Vicinais

Atividade: 1.16 - Obras de Infraestrutura Rural

Modalidade de Aplicação: 4490-0000

Fonte: 03.89

Total Suplementado .....  
..... R\$ 48.074,11

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2014, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial. (Alienação de bens Imóveis)

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 4.184, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 4.184, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.798 de 18 de novembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária: 2002 - Secretaria de Administração e Finanças

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 3 - Administração Geral

Atividade: 2.22 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

Modalidade de Aplicação: 3390-0000

Fonte: 03.89

Total Suplementado .....  
..... R\$ 1.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto de 2014, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial. (Alienação de bens Imóveis)

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

### LEI COMPLEMENTAR Nº 209, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 209, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

REDUZ CARGA HORÁRIA DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica reduzida para 20 (vinte) horas semanais a carga horária do cargo de provimento em comissão de "Coordenador Administrativo Escolar" de que trata a Lei Complementar nº 142, de 25 de março de 2008, com redução proporcional no vencimento (50 %).

Parágrafo único. Fica alterada a redação do ANEXO III da Lei Complementar nº 142, de 25 de março de 2008, item carga horária/semanal, cargo de "Coordenador Administrativo Escolar", passando a carta horária para 20 horas, com vencimento previsto no "caput" deste artigo.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO - SC, 06 DE MARÇO DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA N.º 093 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA N.º 093 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DE CLASSE E REPRESENTATIVIDADES PARA O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FME).

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 4º do Decreto Municipal nº 4093 de 23 de outubro de 2014.

Art. 4º. O Fórum Municipal de Educação será integrado pelas

seguintes representatividades:

a) Secretaria Municipal de Educação - SEMED:

- Secretário(a) Municipal de Educação;  
GENI DE OLIVEIRA CPF: 437589839-91  
- Diretores Escolares da Rede Municipal de Ensino;  
VERONICE FRITZEN CPF: 799.945.209-20  
BERNARDETE PASETO FARINA CPF: 637900099-20  
- Técnico da Secretaria Municipal de Educação.  
KARINA CHIARANI FACCIN CPF:033597389-26

b) Câmara Municipal de Vereadores:

- 2 Membros da Comissão de Educação.  
MAURO NEY OSMARIN - CPF 817043139-53  
EDISON LUIZ CARDOSO DE AGUIAR - CPF 000156949-09

c) Conselho Municipal de Educação:

- Todos os conselheiros titulares da Câmara de Educação Básica e Câmara do FUNDEB.

- Câmara do FUNDEB.

MARISA APARECIDA BORGIA FARINA CPF 015776949-61  
GENI DE OLIVEIRA CPF 437589839-91  
LEONICE PELLICOLI CPF 501892989-87  
KELI REGINA PIVA CPF 950764509-82  
JUSTINA MAZUREK MARIANI CPF 534345879-34  
JORGE RIGO CPF 549105369-49  
CLEODETE MAZURECK CPF 76621449-91  
GABRIELA DELANI GOETTEN CPF 070232129-06

FABIANA ORÇATTO CPF 039994639-02  
IVANIA BEAL BRESSAN CPF 657072909-82  
ANA PAULA DEMORI CARLETO CPF 949608529-68

- Conselheiros titulares da Câmara de Educação Básica  
GENI DE OLIVEIRA CPF 437589839-91  
IVANIA BEAL BRESSAN CPF 657072909-82  
BERNARDETE PASETO FARINA CPF637900099-20  
ADEMILSON EINSWEILLER CPF 649831029-49  
VERA LUCI DE OLIVEIRA ZANELLA CPF 518241169-34  
ELOISA HACK 087400439-08

d) Conselho Municipal de Alimentação Escolar:

- Todos os membros titulares do CAE.  
IVONETE PICCOLI CPF: 572250289-87  
DEJAIR RODRIGUES CPF: 927922789-00  
EMERSON JOSÉ DA SILVA CPF: 846228499-68  
GENI MARLI BIRCK DE OLIVEIRA CPF:437589839-91  
GENI ZANELLA HOCHIOVE CPF: 460938009-97  
GOUEMAR LOURDES MATTANA DALMOLIN CPF 927924809-04  
VALDERI PERAZZOLI CPF: 384859159-68

e) Associação de Pais e Mestre - APPs:

- Nomeação de três pais de alunos de cada APP.  
ITACIR LUIZ BOESING - CPF 594541219-87  
VALDERI PERAZZOLI - CPF 384859159-68  
CIRO ORLANDO RIGO - CPF 845500829-68  
GOUEMAR LOURDES MATTANA DALMOLIN CPF: 927924809-04  
CLEODETE APARECIDA DOS SANTOS MAZURECK CPF: 766621449-91  
MICHELLE NEIS TRAGANCIN CPF 008657339-02

f) Representante dos profissionais da educação:

- Nomeação de dois representantes de cada nível de escolaridade ofertado, da Rede Municipal e Estadual de Ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio).  
SOLANGE BATISTA MANICA CPF 927.927.669-72  
JUSSARA TREVISOL EINSWEILER CPF 845.501.989-15

IVONETE CERON PICCOLI - CPF 572250289-87  
ROSANA DOS SANTOS - CPF 019443139-82

CLEODETE APARECIDA DOS SANTOS MAZURECK - CPF 766621449-91  
MARTA GOTTSELIG VOLPATO CPF 509275239-49  
GENI ZANELLA HOCHIOVE CPF 460938009-97  
VERA LUCI DE OLIVEIRA ZANELLA CPF 518241169-34

g) Educação Especial:

- Dois pais de aluno.  
JURACI MATTANA HENTZ CPF: 991262499-87  
CLORI MARIA FELICETTI CPF 016140609-24

h) Conselho Tutelar:

- Todos os conselheiros ativos.  
ANA PAULA DEMORI CARLETO CPF: 949608529-68  
VERA LUCIA ZAGO CPF: 296663769-20  
LORETE HACK RABUSKE CPF: 799943189-34  
GLADIS MAGALI FANÇA CPF: 837762499-00  
JUREMA CAVAZINI CPF: 049729409-56

i) Ensino Superior:

- Dois representantes dos alunos universitários.  
CINTIA MANICA CPF: 085548649-05  
VINÍCIUS DE COSTA CPF:073359179-56

j) Ensino Técnico Profissionalizante:

- Dois representantes dos alunos do ensino técnico.  
JEAN PICCININ CPF:082881349-39  
ANA CAROLINA VECENTIN CPF 080277549-76

k) Secretaria Municipal da Saúde:

- Um representante de coordenação dos programas de saúde da família;  
HEMILY RAAP DO NASCIMENTO CPF 074920469-95

- Dois representantes dos agentes de saúde.  
FABIANE JANAINA GESSI CPF 010427879-05  
GOUEMAR LOURDES MATTANA DALMOLIN CPF 927924809-04

l) Secretaria Municipal de Assistência Social:

- Dois representantes.  
JURCELEI BERTA CPF 637448139-94  
ELAINE TIMM DUARTE CPF 260419790-15

m) Secretaria Municipal de Administração e Finanças

- Um representante

JESSICA BADO CPF 084359059-93

n) Dois representantes de Associações ligado a área educacional.

SIRLEI MUGNOL CPF: 893410829-00  
MARLENE ORTH MEGIOLARO CPF 522047159-72

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos imediatos.

Pinheiro Preto (SC), 02 de Março de 2015.  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 095, DE 06 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA Nº 095, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

AUTORIZA SERVIDORA A CONCLUIR PERÍODO DE FÉRIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e

CONSIDERANDO as férias concedidas à servidora INÊS APARECIDA NUNES, período de 1º a 31 de janeiro de 2015;

CONSIDERANDO que, em razão de a necessidade do serviço, a servidora teve o período de férias interrompido em 12/01/2015;

CONSIDERANDO a aquiescência da servidora,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora a gozar o período remanescente de férias a que tem direito, com início em 09/03/2015 e término em 27/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de março de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 06 de março de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 96 DE 06 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA Nº 96 DE 06 DE MARÇO DE 2015

EXONERA DANIELLI POSSERA, EXERCENTE DE FUNÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, DANIELLI POSSERA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 081.849.649-51, da função em caráter temporário de Atendente de Creche I.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de março de 2015.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 06 de Março de 2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 044, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 044, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA ROSÂNIA INÊS ZAGO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 148, VI, da Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à servidora ROSÂNIA INÊS ROSSATTO ZAGO, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA ESPECIALISTA, 03 (três) meses de LICENÇA PRÊMIO, referente período aquisitivo de 16 de fevereiro de 1990 a 16 de fevereiro de 1995, cujo gozo do benefício dar-se-á no período compreendido entre 04/02/2015 a 04/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

com efeitos retroativos a partir de 04 de fevereiro de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 10 de fevereiro de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 089, DE 02 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA Nº. 089, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO À SERVIDORA BERNARDETE PASETTO FARINA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 148, VI, da Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à servidora BERNARDETE PASETTO FARINA, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA PÓS GRADUADA, 03 (três) meses de LICENÇA PRÊMIO, referente período aquisitivo de 16 de fevereiro de 2005 a 16 de fevereiro de 2010 (um mês), e 16/02/2010 a 16/02/2015 (dois meses, cujo gozo do benefício dar-se-á no período compreendido entre 02/03/2015 a 31/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2015.

Centro Administrativo Municipal, 02 de março de 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

# Pomerode

## PREFEITURA

### EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 001/2015.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A REALIZAÇÃO DE ENCONTROS, CAPACITAÇÕES, PALESTRAS, CAMPANHAS, OFICINAS COM FAMÍLIAS E/OU INDIVÍDUOS E EVENTOS COMUNITÁRIOS REALIZADOS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS, PELO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS E BOLSA FAMÍLIA.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 20/03/2015.  
Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 20/03/2015.  
Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode/SC, 06 de Março de 2015.  
ANTONIO VARELA BORGES  
Secretário de Desenvolvimento Social e Habitação

### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001/2015

Processo Administrativo n.º 005/2015.  
Inexigibilidade de Licitação n.º 002/2015.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE.  
Objeto: CONTRATAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PLANTÃO MÉDICO REALIZADO PELA ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR E EDUCACIONAL DE POMERODE, ATRAVÉS DO HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TESTO.  
Valor total contratado: R\$1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais).  
Prazo de vigência: 31/12/2015.

Pomerode/SC, 12 de Fevereiro de 2015.  
ROLF NICLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: D.M. SYSTEM INFOMÁTICA LTDA ME.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS APLICADOS À TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DO SITE/PORTAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC.  
Valor mensal contratado: R\$650,00 (seiscentos e cinquenta reais).  
Valor total contratado - 12 meses: R\$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).  
Prazo de vigência: 11/02/2016.

Pomerode/SC, 12 de Fevereiro de 2015.  
ROLF NICLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 003/2015

Processo Administrativo n.º 006/2015.  
Credenciamento Público n.º 001/2015  
Inexigibilidade de Licitação n.º 003/2015.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: LABORATÓRIO SANDRINI S/S LTDA.  
Objeto: Contratação de entidades prestadoras de serviços de assistência à saúde, NA ÁREA DE EXAMES LABORATORIAIS, para atendimento do Sistema Único de Saúde - SUS, em conformidade com os prazos, procedimentos e demais condições descritas no edital e em seus anexos.  
Valor total contratado - estimado: R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).  
Prazo de vigência: 31/12/2015.

Pomerode/SC, 24 de Fevereiro de 2015.  
ROLF NICLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

### PROCESSO LICITATÓRIO N.º 074/2014 CONCORRÊNCIA N.º 002/2014 TERCEIRA SESSÃO PÚBLICA ATA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 074/2014  
CONCORRÊNCIA N.º 002/2014

TERCEIRA SESSÃO PÚBLICA  
ATA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS



Às oito horas (08h00min.), do sexto dia do mês de Março do ano de dois mil e quinze (06/03/2015), na Sala de Licitações do MUNICÍPIO DE POMERODE - SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designados pela Portaria n.º 18.758/2015, para a terceira sessão pública, destinada para a abertura dos Invólucros n.º 04, analisar e julgar as propostas de preços, realizar a classificação geral mediante a aplicação da fórmula prevista no edital e informar o resultado do julgamento da proposta de preços e do julgamento final das propostas. Compareceram para a quarta sessão pública as seguintes licitantes: FÓRMULA COMUNICAÇÃO LTDA EPP - ANGELO TOMIO JUNIOR. Verificou-se que não estavam presentes na Sessão as licitantes: EZCÚZÊ AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA - CICERO BRAZ DE BEM; CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA EPP - JORGE GAVA DESTRO FILHO; PENSO COMUNICAÇÃO LTDA - MAIKON MARCELO FERREIRA WERNER; FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA - ROGÉRIO TEÓFILO DA SILVA; e SAL MARKETING E WEB LTDA ME - LEANDRO BONK SABINO. Dando seguimento à presente sessão, após certificar-se de que todos preenchiam as condições de participação fixadas no Edital, o Presidente da Comissão Permanente de Licitações informou aos participantes que, de acordo com a análise das manifestações apresentadas, todos foram considerados classificados. Em seguida, o Presidente da Comissão mostrou aos presentes os Invólucros n.º 04 para que verificassem que os mesmos encontravam-se fechados e rubricados no fecho, sem qualquer violação. Após a abertura do Invólucro n.º 04, em continuidade ao rito concorrencial a Comissão Permanente de Licitações analisou e conferiu as propostas com as exigências editalícias, classificando as propostas e selecionando a melhor pontuação, conforme planilhas:

- Empresa FÓRMULA COMUNICAÇÃO LTDA EPP.

Desconto/Honorários	Pontos (N)	Nota
Percentual de desconto sobre os custos internos, baseado na Tabela Referencial de Preços n.º 038 do SINAPRO/SC.	$N1 = 10 \times (30 - 10)$	200 pontos
Percentual de honorários incidente sobre os serviços e suprimentos externos contratados com quaisquer fornecedores referentes ao planejamento e a execução de peças, campanhas ou ação publicitária.	$N2 = 10 \times (15 - 10)$	50 pontos
Percentual de honorários especiais, incidente sobre os serviços e suprimentos externos contratados com quaisquer fornecedores quando a responsabilidade da agência limitar-se, exclusivamente, à contratação ou pagamento do serviço ou suprimento.	$N3 = 10 \times (10 - 5)$	50 pontos
TOTAL		300 pontos

$$NF = (NT \times 7) + (NP \times 3)$$

$$NF = (278 \times 7) + (300 \times 3)$$

$$NF = 1.946 + 900$$

$$NF = 2.846$$

- Empresa FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA.

Desconto/Honorários	Pontos (N)	Nota
---------------------	------------	------

Percentual de desconto sobre os custos internos, baseado na Tabela Referencial de Preços n.º 038 do SINAPRO/SC.	$N1 = 10 \times (30 - 10)$	200 pontos
Percentual de honorários incidente sobre os serviços e suprimentos externos contratados com quaisquer fornecedores referentes ao planejamento e a execução de peças, campanhas ou ação publicitária.	$N2 = 10 \times (15 - 10)$	50 pontos
Percentual de honorários especiais, incidente sobre os serviços e suprimentos externos contratados com quaisquer fornecedores quando a responsabilidade da agência limitar-se, exclusivamente, à contratação ou pagamento do serviço ou suprimento.	$N3 = 10 \times (10 - 5)$	50 pontos
TOTAL		300 pontos

Empresa com proposta de preços desclassificada em virtude da não apresentação das Declarações indicadas no item 9.1.2, "a" e "b".

$$NF = (NT \times 7) + (NP \times 3)$$

$$NF = (255 \times 7) + (0 \times 3)$$

$$NF = 1.785 + 0$$

$$NF = 1.785$$

- Empresa CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA EPP.

Desconto/Honorários	Pontos (N)	Nota
Percentual de desconto sobre os custos internos, baseado na Tabela Referencial de Preços n.º 038 do SINAPRO/SC.	$N1 = 10 \times (30 - 10)$	200 pontos
Percentual de honorários incidente sobre os serviços e suprimentos externos contratados com quaisquer fornecedores referentes ao planejamento e a execução de peças, campanhas ou ação publicitária.	$N2 = 10 \times (15 - 10)$	50 pontos
Percentual de honorários especiais, incidente sobre os serviços e suprimentos externos contratados com quaisquer fornecedores quando a responsabilidade da agência limitar-se, exclusivamente, à contratação ou pagamento do serviço ou suprimento.	$N3 = 10 \times (10 - 5)$	50 pontos
TOTAL		300 pontos

Empresa com proposta de preços desclassificada em virtude da não apresentação das Declarações indicadas no item 9.1.2, "a" e "b".

$$NF = (NT \times 7) + (NP \times 3)$$

$$NF = (238 \times 7) + (0 \times 3)$$

$$NF = 1.666 + 0$$

$$NF = 1.666$$

- Empresa EZCUZÊ AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA.

Desconto/Honorários	Pontos (N)	Nota
Percentual de desconto sobre os custos internos, baseado na Tabela Referencial de Preços n.º 038 do SINAPRO/SC.	$N1 = 10 \times (30 - 10)$	200 pontos
Percentual de honorários incidente sobre os serviços e suprimentos externos contratados com quaisquer fornecedores referentes ao planejamento e a execução de peças, campanhas ou ação publicitária.	$N2 = 10 \times (15 - 10)$	50 pontos
Percentual de honorários especiais, incidente sobre os serviços e suprimentos externos contratados com quaisquer fornecedores quando a responsabilidade da agência limitar-se, exclusivamente, à contratação ou pagamento do serviço ou suprimento.	$N3 = 10 \times (10 - 5)$	50 pontos
TOTAL		300 pontos

$$NF = (NT \times 7) + (NP \times 3)$$

$$NF = (225 \times 7) + (300 \times 3)$$

$$NF = 1.575 + 900$$

$$NF = 2.475$$

- Empresa SAL MARKETING E WEB LTDA ME.

Desconto/Honorários	Pontos (N)	Nota
Percentual de desconto sobre os custos internos, baseado na Tabela Referencial de Preços n.º 038 do SINAPRO/SC.	$N1 = 10 \times (30 - 10)$	200 pontos
Percentual de honorários incidente sobre os serviços e suprimentos externos contratados com quaisquer fornecedores referentes ao planejamento e a execução de peças, campanhas ou ação publicitária.	$N2 = 10 \times (15 - 15)$	0 pontos
Percentual de honorários especiais, incidente sobre os serviços e suprimentos externos contratados com quaisquer fornecedores quando a responsabilidade da agência limitar-se, exclusivamente, à contratação ou pagamento do serviço ou suprimento.	$N3 = 10 \times (10 - 10)$	0 pontos
TOTAL		200 pontos

Empresa com proposta de preços desclassificada em virtude da não apresentação das Declarações indicadas no item 9.1.2, "a" e "b".

$$NF = (NT \times 7) + (NP \times 3)$$

$$NF = (217 \times 7) + (0 \times 3)$$

$$NF = 1.519 + 0$$

NF = 1.519

- Empresa PENSO COMUNICAÇÃO LTDA.

Desconto/Honorários	Pontos (N)	Nota
Percentual de desconto sobre os custos internos, baseado na Tabela Referencial de Preços n.º 038 do SINAPRO/SC.	$N1 = 10 \times (30 - 10)$	200 pontos
Percentual de honorários incidente sobre os serviços e suprimentos externos contratados com quaisquer fornecedores referentes ao planejamento e a execução de peças, campanhas ou ação publicitária.	$N2 = 10 \times (15 - 15)$	0 pontos
Percentual de honorários especiais, incidente sobre os serviços e suprimentos externos contratados com quaisquer fornecedores quando a responsabilidade da agência limitar-se, exclusivamente, à contratação ou pagamento do serviço ou suprimento.	$N3 = 10 \times (10 - 5)$	50 pontos
TOTAL		250 pontos

$$NF = (NT \times 7) + (NP \times 3)$$

$$NF = (214 \times 7) + (250 \times 3)$$

$$NF = 1.498 + 750$$

$$NF = 2.248$$

Segue o resultado final do julgamento das propostas:

COLOCAÇÃO	EMPRESA	PONTUAÇÃO FINAL
1º Colocado	FÓRMULA COMUNICAÇÃO LTDA EPP.	2.846
2º Colocado	EZCUZÊ AGÊNCIA DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA.	2.475
3º Colocado	PENSO COMUNICAÇÃO LTDA.	2.248
4º Colocado	FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA. Proposta de preços desclassificada.	1.785
5º Colocado	CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA EPP. Proposta de preços desclassificada.	1.666
6º Colocado	SAL MARKETING E WEB LTDA ME. Proposta de preços desclassificada.	1.519

Foram desclassificados as propostas das Empresas:

EMPRESA
FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA
CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA EPP.
SAL MARKETING E WEB LTDA ME.
Empresa com proposta de preços desclassificada em virtude da não apresentação das Declarações indicadas no item 9.1.2, "a" e "b".

Assim, o presidente da Comissão Permanente de Licitações informou que o resultado do julgamento final das propostas será publicado no DOM, data a partir da qual estará franqueada vista ao processo, bem como a íntegra da presente Ata será disponibilizada no sítio da Prefeitura Municipal de Pomerode e que, oportunamente, marcará data, hora, e local para os procedimentos previstos na quarta sessão, na qual serão recebidos os Invólucros de n.º 05 - Documentos de Habilitação. Nada mais havendo a tratar ou registrar, às 10:00h, o presidente da Comissão Permanente de Licitações encerrou a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata, que segue assinada por todos os seus membros e pelos representantes constituídos das licitantes.

Pomerode/SC, 06 de Março de 2015.  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ALCINO SIEWERT  
Presidente

MARCOS ALBERTO REITER  
Secretário

WALDEMAR WILHELM  
Membro

INGELORE KRAFT  
Membro

REPRESENTANTES DAS LICITANTES

ANGELO TOMIO JUNIOR  
FÓRMULA COMUNICAÇÃO LTDA EPP

## SAMAE

### 1º RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO 03/2015

I RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2015

O SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE - DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que ALTERA:

#### ESCOPO DO EDITAL

Onde se lê:

#### 2 - DO OBJETO

O Presente Edital tem por objetivo receber propostas para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO BASCULANTE TOCO E SERVIÇO DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor referência unitário em R\$
1	1000	HORAS	SERVIÇO DE CAMINHÃO BASCULANTE TOCO	R\$ 77,25
2	1000	HORAS	SERVIÇOS DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA.	R\$ 108,50

Leia-se:

#### 2 - DO OBJETO

O Presente Edital tem por objetivo receber propostas para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO BASCULANTE TOCO E SERVIÇO DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor referência unitário em R\$
1	1000	HORAS	Serviço de caminhão basculante toco ANO DE FABRICAÇÃO 2011 ou acima com capacidade mínima de 5M3 para transporte de material bota fora, areia, macadame etc... oferecendo suporte para consertos, ampliações e substituições de redes de água e esgoto no âmbito do município de Pomerode conforme necessidade do SAMAE	R\$ 77,25
2	1000	HORAS	Serviço de máquina retro escavadeira ANO DE FABRICAÇÃO 2011 ou acima com porte mínimo de 6 toneladas com tração 4x4 para abertura de valas, remoção de materiais etc... a ser realizado no âmbito do município de Pomerode conforme necessidade do SAMAE.	R\$ 108,50

#### ANEXO I

Onde se lê:

#### 3 ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS :

ITEM	SERVIÇO	DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS	QUANT	UND	VALOR UNIT REF
1.00	SERVIÇO DE CAMINHÃO BASCULANTE TOCO	Serviço de caminhão basculante toco com capacidade mínima de 5M3 para transporte de material bota fora, areia, macadame etc... oferecendo suporte para consertos, ampliações e substituições de redes de água e esgoto no âmbito do município de Pomerode conforme necessidade do SAMAE	1000	HORAS	R\$ 77,25

2.00	SERVIÇO DE RETRO MAQUINA RETROESCAVADEIRA	Serviço de máquina retro escavadeira com porte mínimo de 6 toneladas com tração 4x4 para abertura de valas, remoção de materiais etc... a ser realizado no âmbito do município de Pomerode conforme necessidade do SAMAE.	1000	HORAS	R\$ 108,50
------	---	---	------	-------	------------

Leia-se:

### 3 ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS :

ITEM	SERVIÇO	DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS	QUANT	UND	VALOR UNIT REF
1.00	SERVIÇO DE CAMINHÃO BASCULANTE TOCO	Serviço de caminhão basculante toco ANO DE FABRICAÇÃO 2011 ou acima com capacidade mínima de 5M3 para transporte de material bota fora, areia, macadame etc... oferecendo suporte para consertos, ampliações e substituições de redes de água e esgoto no âmbito do município de Pomerode conforme necessidade do SAMAE	1000	HORAS	R\$ 77,25
2.00	SERVIÇO DE RETRO MAQUINA RETRO-ESCAVADEIRA	Serviço de máquina retro escavadeira ANO DE FABRICAÇÃO 2011 ou acima com porte mínimo de 6 toneladas com tração 4x4 para abertura de valas, remoção de materiais etc... a ser realizado no âmbito do município de Pomerode conforme necessidade do SAMAE.	1000	HORAS	R\$ 108,50

Onde se lê:

### ANEXO III PROPOSTA COMERCIAL

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor referência unit. em R\$
1	1000	HORAS	SERVIÇO DE CAMINHÃO BASCULANTE TOCO	R\$ 77,25
2	1000	HORAS	SERVIÇOS DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA.	R\$ 108,50

Leia-se:

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor referência unit. em R\$
1	1000	HORAS	Serviço de caminhão basculante toco ANO DE FABRICAÇÃO 2011 ou acima com capacidade mínima de 5M3 para transporte de material bota fora, areia, macadame etc... oferecendo suporte para consertos, ampliações e substituições de redes de água e esgoto no âmbito do município de Pomerode conforme necessidade do SAMAE	R\$ 77,25
2	1000	HORAS	Serviço de máquina retro escavadeira ANO DE FABRICAÇÃO 2011 ou acima com porte mínimo de 6 toneladas com tração 4x4 para abertura de valas, remoção de materiais etc... a ser realizado no âmbito do município de Pomerode conforme necessidade do SAMAE.	R\$ 108,50

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e para que este produza os seus efeitos conforme Lei 8.666/93, art. 21, III, § 4, mantendo-se a mesmas datas e horário fixados.

Os interessados poderão obter maiores informações no Departamento de Licitações e Compras do SAMAE - POMERODE e no endereço eletrônico: pomerode.sc.gov.br ou 3387 2550

Pomerode, 05 de MARÇO de 2015.  
MARCIO SCHEIDEMANTEL  
Presidente SAMAE



# Porto Belo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - 007/2015 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de assistência e suporte técnico na área de informática, compreendendo a instalação e manutenção integral de servidores, computadores, câmaras de segurança, ativos de rede, manutenção preventiva e corretiva de hardware com e sem troca de peças, sistema de gestão de inventário dinâmico e desenvolvimento de aplicativos e software do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I e II deste Edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 20/03/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 20/03/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 06 de março de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

### PREGÃO - 007/2015 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - 007/2015 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de assistência e suporte técnico na área de informática, compreendendo a instalação e manutenção integral de servidores, computadores, câmaras de segurança, ativos de rede, manutenção preventiva e corretiva de hardware com e sem troca de peças, sistema de gestão de inventário dinâmico e desenvolvimento de aplicativos e software do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I e II deste Edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 20/03/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 20/03/2015, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail [licitacao@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 06 de março de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

**ANEXO 1 RGF - 2º SEMESTRE 2014**

**MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC - PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014**

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	26.156.718,46	0,00
Pessoal Ativo	24.992.314,49	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	1.164.403,97	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.569.036,58	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	404.632,61	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.164.403,97	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>24.587.681,88</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>24.587.681,88</b>	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	49.785.742,28	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	49,39	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	26.884.300,83	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	25.540.085,79	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	24.195.870,75	
FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.02, Unidade Responsável Secretaria da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 20:43		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PORTO BELO, 30/01/2015

\_\_\_\_\_  
**IVALDO JOSE GUERREIRO FILHO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_  
**RENEU NYLAND**  
**COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO**

\_\_\_\_\_  
**ROBERTO BAYER BATTISTOTTI**  
**SECRETÁRIO DA FAZENDA**

\_\_\_\_\_  
**CLARICE LOURDES DORFSCHMIDT**  
**CONTADORA - CRC 029510/O-0**

\_\_\_\_\_  
**JOÃO ONEIDES LIRA**  
**CONTADOR - CRC 028270/O-7**

30/01/2015 20:43:56 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

**ANEXO 1 RGF CONSOL- 2º SEMESTRE 2014**

**MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014**

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	27.065.067,62	324,22
Pessoal Ativo	25.900.663,65	324,22
Pessoal Inativo e Pensionista	1.164.403,97	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.569.036,58	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	404.632,61	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.164.403,97	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	25.496.031,04	324,22
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	25.496.355,26	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	49.785.742,28	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	51,21	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	29.871.445,37	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	28.377.873,10	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%	26.884.300,83	
FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.02, Unidade Responsável Secretaria da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 21:19		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PORTO BELO, 30/01/2015

\_\_\_\_\_  
EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
RENEU NYLAND  
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
ROBERTO BAYER BATTISTOTTI  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

\_\_\_\_\_  
CLARICE LOURDES DORFSCHMIDT  
CONTADORA - CRC 029510/O-0

\_\_\_\_\_  
JOÃO ONEIDES LIRA  
CONTADOR - CRC 028270/O-7

30/01/2015 21:19:53 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO 1 RREO - 6º BIMESTRE 2014

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	56.975.317,00	56.975.317,00	10.196.722,36	17,90	53.887.112,71	3.078.204,29
RECEITAS CORRENTES	44.372.317,00	44.372.317,00	8.939.268,86	20,15	50.937.325,77	-6.565.008,77
RECEITA TRIBUTÁRIA	13.197.367,00	13.197.367,00	1.982.154,00	15,02	14.825.021,49	-1.627.654,49
IMPOSTOS	11.513.200,00	11.513.200,00	1.641.581,39	14,26	12.625.216,01	-1.112.016,01
TAXAS	1.684.167,00	1.684.167,00	340.194,94	20,20	2.199.427,81	-515.260,81
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	377,67	0,00	377,67	-377,67
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.730.000,00	1.730.000,00	612.192,05	35,39	2.141.353,27	-411.353,27
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	780.000,00	780.000,00	335.604,46	43,03	1.151.563,49	-371.563,49
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	950.000,00	950.000,00	276.587,59	29,11	989.768,78	-39.768,78
RECEITA PATRIMONIAL	787.320,00	787.320,00	273.406,44	34,73	1.593.340,40	-806.020,40
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	787.320,00	787.320,00	273.406,44	34,73	1.593.340,40	-806.020,40
RECEITA DE SERVIÇOS	700.000,00	700.000,00	282.772,24	4,04	516.641,08	183.358,92
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	26.752.130,00	26.752.130,00	5.761.292,56	21,54	30.241.934,12	-3.489.804,12
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	26.129.130,00	26.129.130,00	5.761.292,56	22,05	30.241.609,94	-4.112.479,94
Transf. de Instituições Privadas	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	324,18	15.675,82
Transf. de Pessoas	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
Transf. de Conv.	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.205.500,00	1.205.500,00	281.946,57	23,39	1.619.035,41	-413.535,41
Multas e Juros de Mora	231.500,00	231.500,00	143.959,56	62,19	620.169,16	-388.669,16
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3.000,00	3.000,00	19.980,10	666,00	139.445,08	-136.445,08
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	950.000,00	950.000,00	117.282,33	12,35	857.318,21	92.681,79
RECEITAS DIVERSAS	21.000,00	21.000,00	724,58	3,45	2.102,96	18.897,04
RECEITAS DE CAPITAL	12.603.000,00	12.603.000,00	1.257.453,50	9,98	2.959.786,94	9.643.213,06
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.500.000,00	3.500.000,00	468.942,64	13,40	468.942,64	3.031.057,36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3.500.000,00	3.500.000,00	468.942,64	13,40	468.942,64	3.031.057,36
ALIENAÇÃO DE BENS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.033.000,00	9.033.000,00	788.510,86	8,73	2.490.844,30	6.542.155,70
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	253.636,80	746.363,20
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	8.033.000,00	8.033.000,00	788.510,86	9,82	2.237.207,50	5.795.792,50
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.240.000,00	1.240.000,00	396.605,98	31,98	1.582.935,30	-342.935,30
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.240.000,00	1.240.000,00	396.605,98	31,98	1.582.935,30	-342.935,30
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.240.000,00	1.240.000,00	396.605,98	31,98	1.582.935,30	-342.935,30
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.240.000,00	1.240.000,00	396.605,98	31,98	1.582.935,30	-342.935,30
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	58.215.317,00	58.215.317,00	10.593.328,34	18,20	55.480.048,01	2.735.269,99

Continua 1/3





Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)	%	SALDO A EXECUTAR (i - (g + h))
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.653.700,00	-22.700,00	1.631.000,00	352.171,95	1.580.856,35	375.555,44	1.580.856,35	0,00	96,93	50.143,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.588.700,00	40.800,00	1.629.500,00	352.171,95	1.580.856,35	375.555,44	1.580.856,35	0,00	97,01	48.643,65
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.000,00	-63.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	58.215.317,00	9.514.096,30	67.729.413,30	6.333.330,53	53.489.052,06	11.007.766,91	49.776.014,01	3.713.038,05	78,97	14.240.361,24
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	58.215.317,00	9.514.096,30	67.729.413,30	6.333.330,53	53.489.052,06	11.007.766,91	49.776.014,01	3.713.038,05	78,97	14.240.361,24
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	1.990.995,95		-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	58.215.317,00	9.514.096,30	67.729.413,30	6.333.330,53	53.489.052,06	11.007.766,91	55.480.048,01		81,91	14.240.361,24

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 2.267.241,73

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: Sistema Beta Sapo v 6.0.02. Unidade Responsável Secretária da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 17:58

PORTO BELO, 30/01/2015

EUVALDO JOSE GUERREIRO FILHO PREFEITO MUNICIPAL	RENEU NYLAND COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO	ROBERTO BAYER BATTISTOTTI SECRETÁRIO DA FAZENDA
CLARICE LOURDES DORFSCHMIDT CONTADORA - CRC 029510/O-0	JOÃO ONEIDES LIRA CONTADOR - CRC 028270/O-7	

**ANEXO 10 RREO - 6º BIMESTRE 2014**

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	4.359.795,20
2014	2.168.031,03	1.223.313,33	944.717,70	5.304.512,90
2015	2.291.176,01	1.318.474,41	972.701,60	6.277.214,50
2016	2.397.773,74	1.381.148,56	1.016.625,18	7.293.839,68
2017	2.512.408,42	1.435.096,02	1.077.312,40	8.371.152,08
2018	2.609.902,16	1.646.687,53	963.214,63	9.334.366,71
2019	2.730.227,50	1.790.748,25	939.479,25	10.273.845,96
2020	2.858.462,98	1.936.388,20	922.074,78	11.195.920,74
2021	3.001.266,27	2.141.581,07	859.685,20	12.055.605,94
2022	3.159.208,96	2.253.144,22	906.064,74	12.961.670,68
2023	3.189.249,33	2.634.887,69	554.361,64	13.516.032,32
2024	3.414.330,15	2.835.977,68	578.352,47	14.094.384,79
2025	3.564.865,35	3.028.630,35	536.235,00	14.630.619,79
2026	3.706.293,99	3.375.528,63	330.765,36	14.961.385,15
2027	3.858.446,94	3.657.854,52	200.592,42	15.161.977,57
2028	4.021.221,40	3.861.076,59	160.144,81	15.322.122,38
2029	4.169.788,28	4.170.037,55	-249,27	15.321.873,11
2030	4.364.707,92	4.368.088,22	-3.380,30	15.318.492,81
2031	4.549.825,65	4.513.337,60	36.488,05	15.354.980,86
2032	4.738.973,07	4.626.758,81	112.214,26	15.467.195,12
2033	4.852.605,23	5.108.008,33	-255.403,10	15.211.792,02
2034	4.971.652,89	5.499.004,66	-527.351,77	14.684.440,25
2035	5.217.161,59	5.760.757,83	-543.596,24	14.140.844,01
2036	5.382.524,95	5.951.476,68	-568.951,73	13.571.892,28
2037	5.536.298,44	6.092.286,67	-555.988,23	13.015.904,05
2038	5.570.072,91	6.600.836,50	-1.030.763,59	11.985.140,46
2039	5.575.725,82	6.894.032,91	-1.318.307,09	10.666.833,37
2040	5.881.034,86	7.128.056,52	-1.247.021,66	9.419.811,71
2041	5.998.091,39	7.329.189,63	-1.331.098,24	8.088.713,47
2042	6.109.410,67	7.413.145,42	-1.303.734,75	6.784.978,72
2043	6.110.517,82	7.842.869,23	-1.732.351,41	5.052.627,31
2044	6.293.185,65	7.837.980,34	-1.544.794,69	3.507.832,62
2045	6.338.394,20	8.053.463,87	-1.715.069,67	1.792.762,95
2046	6.439.671,98	7.968.471,06	-1.528.799,08	263.963,87
2047	6.507.569,36	7.872.202,15	-1.364.632,79	-1.100.668,92
2048	6.572.130,22	7.863.242,37	-1.291.112,15	-2.391.781,07
2049	6.585.623,71	8.001.913,86	-1.416.290,15	-3.808.071,22
2050	6.686.901,34	7.964.620,83	-1.277.719,49	-5.085.790,71
2051	6.732.852,33	7.942.618,53	-1.209.766,20	-6.295.556,91
2052	6.773.822,31	7.925.829,40	-1.152.007,09	-7.447.564,00
2053	6.855.990,70	7.816.204,95	-960.214,25	-8.407.778,25
2054	6.901.426,92	7.733.976,87	-832.549,95	-9.240.328,20
2055	6.943.485,63	7.867.880,62	-924.394,99	-10.164.723,19
2056	7.007.030,69	7.758.868,21	-751.837,52	-10.916.560,71
2057	7.034.304,83	7.684.058,90	-649.754,07	-11.566.314,78
2058	7.101.044,55	7.533.558,72	-432.514,17	-11.998.828,95
2059	7.064.316,55	7.690.843,95	-626.527,40	-12.625.356,35
2060	7.087.211,08	7.849.578,65	-762.367,57	-13.387.723,92
2061	7.147.502,54	7.752.074,24	-604.571,70	-13.992.295,62
2062	7.174.771,87	7.693.768,42	-518.996,55	-14.511.292,17
2063	7.216.957,42	7.532.626,13	-315.668,71	-14.826.960,88
2064	7.128.921,68	7.751.315,55	-622.393,87	-15.449.354,75
2065	7.208.384,43	7.842.936,49	-634.552,06	-16.083.906,81
2066	7.240.892,36	7.658.737,14	-417.844,78	-16.501.751,59
2067	7.230.496,72	7.545.719,68	-315.222,96	-16.816.974,55
2068	7.255.063,06	7.388.660,59	-133.597,53	-16.950.572,08
2069	7.195.910,11	7.465.502,14	-269.592,03	-17.220.164,11
2070	7.213.603,34	7.520.145,82	-306.542,48	-17.526.706,59

30/01/2015 20:18:24 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2071	7.207.550,13	7.511.138,72	-303.588,59	-17.830.295,18
2072	7.201.023,39	7.442.038,62	-241.015,23	-18.071.310,41
2073	7.189.777,80	7.420.459,55	-230.681,75	-18.301.992,16
2074	7.099.318,98	7.675.270,70	-575.951,72	-18.877.943,88
2075	7.075.070,88	7.875.444,10	-800.373,22	-19.678.317,10
2076	7.047.395,30	7.704.251,14	-656.855,84	-20.335.172,94
2077	7.004.913,31	7.545.629,82	-540.716,51	-20.875.889,45
2078	6.967.157,32	7.606.516,11	-639.358,79	-21.515.248,24
2079	6.918.180,95	7.618.495,06	-700.314,11	-22.215.562,35
2080	6.904.921,52	7.536.528,22	-631.606,70	-22.847.169,05
2081	6.873.370,72	7.394.879,24	-521.508,52	-23.368.677,57
2082	6.852.357,61	7.258.761,27	-406.403,66	-23.775.081,23
2083	6.829.449,66	7.144.150,43	-314.700,77	-24.089.782,00
2084	6.800.695,25	7.108.392,51	-307.697,26	-24.397.479,26
2085	6.774.152,21	7.314.412,98	-540.260,77	-24.937.740,03
2086	6.721.268,54	7.444.599,11	-723.330,57	-25.661.070,60
2087	6.676.043,00	7.410.016,97	-733.973,97	-26.395.044,57

Projeção atuarial elaborada em 15/01/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.02, Unidade Responsável Secretária da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 20:18

PORTO BELO, 30/01/2015

\_\_\_\_\_  
EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
RENEU NYLAND  
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
ROBERTO BAYER BATTISTO  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

\_\_\_\_\_  
CLARICE LOURDES DORFSCHMIDT  
CONTADORA - CRC 029510/O-0

\_\_\_\_\_  
JOÃO ONEIDES LIRA  
CONTADOR - CRC 028270/O-7



**ANEXO 11 RREO - 6º BIMESTRE 2014**

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	70.000,00	0,00	70.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	70.000,00	0,00	70.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>70.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>70.000,00</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Semestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	48.000,00	29.486,00	0,00	18.514,00
Investimentos	48.000,00	29.486,00	0,00	18.514,00
<b>TOTAL</b>	<b>48.000,00</b>	<b>29.486,00</b>	<b>0,00</b>	<b>18.514,00</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	33.646,32	-29.486,00	4.160,32

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.02, Unidade Responsável Secretária da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 20:25

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANEXO 12 RREO - 6º BIMESTRE 2014

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	12.527.700,00	12.527.700,00	13.765.359,83	109,88
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	6.598.500,00	6.598.500,00	6.063.626,96	91,89
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.598.000,00	2.598.000,00	3.224.924,58	124,13
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.999.700,00	1.999.700,00	2.625.783,37	131,31
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	317.000,00	317.000,00	710.881,10	224,25
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	24.000,00	24.000,00	59.379,22	247,41
Dívida Ativa dos Impostos	865.000,00	865.000,00	755.164,94	87,30
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	125.500,00	125.500,00	325.599,66	259,44
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	16.930.000,00	16.930.000,00	19.980.700,32	118,02
Cota-Parte FPM	9.300.000,00	9.300.000,00	11.697.069,05	125,77
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	21.410,56	214,11
Cota-Parte IPVA	1.500.000,00	1.500.000,00	1.562.544,31	104,17
Cota-Parte ICMS	6.000.000,00	6.000.000,00	6.570.280,97	109,50
Cota-Parte IPH-Exportação	90.000,00	90.000,00	101.891,79	113,21
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	30.000,00	30.000,00	27.503,64	91,68
Desoneração ICMS (LC 87/96)	30.000,00	30.000,00	27.503,64	91,68
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	29.457.700,00	29.457.700,00	33.746.060,15	114,56

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	4.033.580,00	4.033.580,00	2.546.289,94	63,13
Provenientes da União	3.822.880,00	3.822.880,00	2.338.026,67	61,16
Provenientes dos Estados	210.700,00	210.700,00	208.263,27	98,84
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	183.000,00	183.000,00	268.969,14	146,98
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	4.216.580,00	4.216.580,00	2.815.259,08	66,77

Continua 1/6

Continuação 2/6

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Semestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS CORRENTES	8.260.343,00	10.205.624,05	8.947.127,33	346.545,70	91,06
Pessoal e Encargos Sociais	5.006.000,00	5.853.510,44	5.619.010,67	0,00	95,99
Outras Despesas Correntes	3.254.343,00	4.352.113,61	3.328.116,66	346.545,70	84,43
DESPESAS DE CAPITAL	1.755.200,00	2.386.193,53	629.929,49	480.948,72	46,55
Investimentos	1.755.200,00	2.386.193,53	629.929,49	480.948,72	46,55

Continua 2/6

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 3/6

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Semestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% (f+g)/e
DESPESAS DE CAPITAL	1.755.200,00	2.386.193,53	629.929,49	480.948,72	46,55
Investimentos	1.755.200,00	2.386.193,53	629.929,49	480.948,72	46,55
<b>TOTAL (IV)</b>	10.015.543,00	12.591.817,58	9.577.056,82	827.494,42	82,63
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até Semestre (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	% (h+i)/IV(f+g)
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	4.233.580,00	5.079.969,02	2.546.289,94	-2.546.289,94	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.233.580,00	5.079.969,02	2.546.289,94	-2.546.289,94	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	4.233.580,00	5.079.969,02	2.546.289,94	-2.546.289,94	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [IV(f+g) - V(h+i)]</b>	5.781.963,00	7.511.848,56		10.404.551,24	100,00
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4					30,83

Continua 3/6



Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 4/6

30/01/2015 20:17:25 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Continua 4/6

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 5/6

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2013		159.098,98	85.886,60	42.187,43	116.911,55	0,00
Inscritos em 2012		0,00	43.966,55	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>159.098,98</b>	<b>129.833,15</b>	<b>42.187,43</b>	<b>116.911,55</b>	<b>0,00</b>

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	
		SALDO INICIAL	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)	
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2012		43.966,55	43.966,55
<b>TOTAL (VIII)</b>		<b>43.966,55</b>	<b>43.966,55</b>

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º		LIMITE NÃO CUMPRIDO	
		SALDO INICIAL	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	
		-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		% ((f+g)/e)
			LIQUIDADAS Até o Semestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
Atenção Básica	7.958.503,00	9.478.637,92	7.579.975,54	457.944,23	77,25
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.591.090,00	2.517.125,56	1.480.390,91	311.608,54	17,22
Suporte Profilático e Terapêutico	261.200,00	308.304,10	254.369,32	45.871,96	2,89
Vigilância Sanitária	119.250,00	132.250,00	120.064,73	8.649,69	1,24
Vigilância Epidemiológica	85.500,00	155.500,00	142.256,32	3.420,00	1,40

Continua 5/6

Continuação 6/6

Município de PORTO BELO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até o Semestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
Vigilância Epidemiológica	85.500,00	155.500,00	142.256,32	3.420,00	1,40
<b>TOTAL</b>	<b>10.015.543,00</b>	<b>12.591.817,58</b>	<b>9.577.056,82</b>	<b>827.494,42</b>	<b>100,00</b>

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas: consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: Sistema Beta Sapo v 6.0.02, Unidade Responsável Secretaria da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 20:14

<sup>4</sup>Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

<sup>2</sup>O valor apresentado na intercessão com a coluna "f" ou com a coluna "h+f"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

<sup>3</sup>O valor apresentado na intercessão com a coluna "f" ou com a coluna "h+f"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

**ANEXO 13 RREO - 6º BIMESTRE 2014**

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Semestre	Até o Semestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE: Sistema Beta Sapo v 6.0.02, Unidade Responsável Secretaria da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 18:13

PORTO BELO, 30/01/2015

\_\_\_\_\_  
EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
RENEU NYLAND  
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
ROBERTO BAYER BATTISTOTTI  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

\_\_\_\_\_  
CLARICE LOURDES DORFSCHMIDT  
CONTADORA - CRC 029510/O-0

\_\_\_\_\_  
JOÃO ONEIDES LIRA  
CONTADOR - CRC 028270/O-7

30/01/2015 18:13:30 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA



**ANEXO 14 RREO - 6º BIMESTRE 2014**

Município de PORTO BELO - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	58.215.317,00	
Previsão Atualizada		—	58.215.317,00	
Receitas Realizadas		10.593.328,34	55.480.048,01	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	3.228.978,94	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	58.215.317,00	
Créditos Adicionais		—	9.514.096,30	
Dotação Atualizada		—	67.729.413,30	
Despesas Empenhadas		6.333.330,53	53.489.052,06	
Despesas Executadas		11.007.766,91	53.489.052,06	
Liquidadas		11.007.766,91	49.776.014,01	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		—	3.713.038,05	
Superávit Orçamentário		—	1.990.995,95	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		6.333.330,53	53.489.052,06	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		868.427,70	3.514.086,11	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		245.221,06	1.252.693,13	
Liquidadas		245.221,06	1.246.844,38	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	5.848,75	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		623.206,64	2.261.392,98	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-5.352.131,11	1.064.007,05	-19,88
Resultado Primário		-2.996.320,00	646.163,85	-21,57
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	4.766.584,98	548.922,52	3.817.147,23	400.515,23
EXECUTIVO	4.542.340,54	504.955,97	3.764.309,46	273.075,11
LEGISLATIVO	19.561,41	0,00	17.093,32	2.468,09
EXECUTIVO	204.683,03	43.966,55	35.744,45	124.972,03
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	609.366,43	129.842,29	466.662,26	12.861,88
EXECUTIVO	453.695,52	121.432,12	332.263,40	0,00
LEGISLATIVO	3.939,45	0,00	3.058,09	881,36
EXECUTIVO	137.547,23	8.410,17	117.156,54	11.980,52
LEGISLATIVO	14.184,23	0,00	14.184,23	0,00
TOTAL:	5.375.951,41	678.764,81	4.283.809,49	413.377,11
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		8.936.260,58	25%	26,48
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		7.780.300,97	60%	80,83
Liquidadas		7.780.300,97		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		468.942,64	3.031.057,36	
Despesa de Capital Líquida		7.625.116,95	11.024.640,80	

Continua 1/2

Município de PORTO BELO - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	2.168.031,03	3.159.208,96	4.738.973,07	6.507.569,36
Despesas Previdenciárias (V)	1.223.313,33	2.253.144,22	4.626.758,81	7.872.202,15
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	944.717,70	906.064,74	112.214,26	-1.364.632,79
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		10.404.551,24	15,00	30,83
Liquidadas		7.030.766,88		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		3.373.784,36		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.02, Unidade Responsável Secretaria da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 20:58

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**ANEXO 2 RGF - 2º SEMESTRE 2014**

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>1.010.499,20</b>	<b>763.220,51</b>	<b>955.922,16</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	968.880,47	723.297,20	940.191,74
Interna	968.880,47	723.297,20	940.191,74
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	22.888,31	22.888,31	0,00
Outras Dívidas	18.730,42	17.035,00	15.730,42
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>10.683.538,65</b>	<b>13.425.924,17</b>	<b>9.762.085,89</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.862.616,88	14.223.298,17	10.677.627,53
Demais Haveres Financeiros	429.084,01	425.648,26	62.505,68
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	608.162,24	1.223.022,26	978.047,32
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-9.673.039,45</b>	<b>-12.662.703,66</b>	<b>-8.806.163,73</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>46.681.049,68</b>	<b>47.987.214,77</b>	<b>49.785.742,28</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>2,16%</b>	<b>1,59%</b>	<b>1,92%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>-20,72%</b>	<b>-26,39%</b>	<b>-17,69%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>56.017.259,62</b>	<b>57.584.657,72</b>	<b>59.742.890,74</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>50.415.533,65</b>	<b>51.826.191,95</b>	<b>53.768.601,66</b>

  

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	968.880,47	723.297,20	940.191,74
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	564.213,91	470.380,66	370.082,58
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	564.213,91	470.380,66	370.082,58
Previdenciárias	564.213,91	470.380,66	370.082,58
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	404.666,56	252.916,54	570.109,16

  

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	552.451,76	641.950,08	75.321,25
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.760.815,98	10.578.553,92	4.107.392,04

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.02, Unidade Responsável Secretaria da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 20:49

Continua 1/2

30/01/2015 20:49:40 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>3.613.928,96</b>	<b>3.613.928,96</b>	<b>26.746.016,98</b>
Passivo Atuarial	3.613.928,96	3.613.928,96	26.746.016,98
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>4.334.619,21</b>	<b>5.309.650,78</b>	<b>6.384.238,39</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	463,17	56,72	315.557,41
Investimentos	4.335.360,23	5.311.483,96	6.073.969,11
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	1.204,19	1.889,90	5.288,13
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>14.579,24</b>	<b>41.234,43</b>	<b>19.113,42</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>-720.690,25</b>	<b>-1.695.721,82</b>	<b>20.361.778,59</b>

PORTO BELO, 30/01/2015

\_\_\_\_\_  
EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
RENEU NYLAND  
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
ROBERTO BAYER BATTISTOTTI  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

\_\_\_\_\_  
CLARICE LOURDES DORFSCHMIDT  
CONTADORA - CRC 029510/O-0

\_\_\_\_\_  
JOÃO ONEIDES LIRA  
CONTADOR - CRC 028270/O-7

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.02, Unidade Responsável Secretaria da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 20:49

30/01/2015 20:49:40 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA



**ANEXO 2 RREO - 6º BIMESTRE 2014**

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))	
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/Total (b + c))		
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	56.561.617,00	66.098.413,30	5.981.158,58	51.908.195,71	10.632.211,47	48.195.157,66	3.713.038,05	97,04	78,53	14.190.217,59
Legislativa	1.538.500,00	1.238.500,00	-63.954,16	1.102.637,13	210.531,69	1.062.785,39	39.851,74	2,06	89,03	135.862,87
Ação Legislativa	1.538.500,00	1.238.500,00	-63.954,16	1.102.637,13	210.531,69	1.062.785,39	39.851,74	2,06	89,03	135.862,87
Judiciária	280.000,00	52.000,00	14,02	39.526,15	14,02	39.526,15	0,00	0,07	76,01	12.473,85
Ação Judiciária	280.000,00	52.000,00	14,02	39.526,15	14,02	39.526,15	0,00	0,07	76,01	12.473,85
Administração	5.088.446,00	6.575.396,00	547.961,42	5.641.474,07	985.324,59	5.365.694,33	275.779,74	10,55	85,80	933.921,93
Administração Geral	3.359.446,00	4.302.396,00	435.939,21	3.936.065,47	709.953,92	3.829.354,30	106.711,17	7,36	91,49	366.330,55
Administração Financeira	1.615.000,00	2.144.000,00	106.544,49	1.617.119,44	258.253,55	1.453.899,62	163.219,82	3,02	75,43	526.880,56
Previdência do Regime Estatutário	114.000,00	129.000,00	5.477,72	88.289,16	17.117,12	82.440,41	5.848,75	0,17	68,44	40.710,84
Segurança Pública	504.200,00	546.200,00	19.935,95	287.940,03	65.395,43	288.103,37	19.836,66	0,54	52,72	258.259,97
Policimento	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	480.200,00	546.200,00	19.935,95	287.940,03	65.395,43	288.103,37	19.836,66	0,54	52,72	258.259,97
Assistência Social	1.239.120,00	2.238.198,39	299.342,75	1.749.375,85	410.051,31	1.618.519,71	130.856,14	3,27	78,16	488.822,54
Assistência ao Idoso	26.000,00	91.000,00	60,00	80.301,71	5.550,00	80.241,71	60,00	0,15	88,24	10.698,29
Assistência ao Portador de Deficiência	165.000,00	171.000,00	3.126,62	164.559,22	40.457,67	161.042,81	3.516,41	0,31	96,23	6.440,78
Assistência à Criança e ao Adolescente	208.500,00	278.250,00	22.399,82	168.190,86	46.031,42	156.401,54	11.789,32	0,31	60,45	110.059,14
Assistência Comunitária	839.620,00	1.697.948,39	273.756,31	1.336.324,06	318.012,22	1.220.833,65	115.490,41	2,50	78,70	361.624,33
Previdência Social	2.324.000,00	2.309.000,00	228.103,94	1.164.403,97	228.103,94	1.164.403,97	0,00	2,18	50,43	1.144.596,03
Previdência do Regime Estatutário	2.324.000,00	2.309.000,00	228.103,94	1.164.403,97	228.103,94	1.164.403,97	0,00	2,18	50,43	1.144.596,03
Saúde	9.765.543,00	12.340.317,58	1.489.476,42	10.158.627,55	1.945.131,07	9.331.133,13	827.494,42	18,99	82,32	2.181.690,03
Atenção Básica	7.713.503,00	9.229.637,92	1.169.705,44	7.793.157,18	1.489.156,37	7.335.212,95	457.944,23	14,57	84,44	1.436.480,74
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.591.090,00	2.517.125,56	266.709,15	1.791.999,45	329.824,85	1.480.390,91	311.608,54	3,35	71,19	725.126,11
Suporte Profilático e Terapêutico	261.200,00	308.304,10	21.219,51	300.241,28	37.014,71	254.369,32	45.871,96	0,56	97,38	8.062,82
Vigilância Sanitária	116.750,00	129.750,00	27.715,33	127.553,32	19.146,14	118.903,63	8.649,69	0,24	98,31	2.196,68
Vigilância Epidemiológica	83.000,00	155.500,00	4.126,99	145.676,32	69.989,00	142.256,32	3.420,00	0,27	93,68	9.823,68

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		LIQUIDADAS		DESPESAS EXECUTADAS		SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/total (b + c))	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	56.561.617,00	66.068.413,30	5.981.158,58	51.908.195,71	10.632.211,47	48.165.157,66	3.713.038,05	97,04	14.190.217,59
Educação	15.324.104,00	18.493.421,44	2.247.896,74	17.130.430,35	3.407.349,12	16.330.879,69	799.550,66	32,03	1.362.991,09
Alimentação e Nutrição	839.300,00	1.140.362,85	-7.102,66	1.132.791,82	168.631,89	1.063.387,67	69.404,15	2,12	7.571,03
Educação Fundamental	9.636.854,00	10.866.457,48	1.286.007,83	9.856.332,37	2.184.719,68	9.177.708,45	678.623,92	18,43	1.010.125,11
Educação Médio	950,00	950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	950,00
Educação Superior	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	4.662.000,00	6.361.651,11	968.991,57	6.041.306,16	1.023.997,55	5.989.783,57	51.522,59	11,29	320.344,95
Educação de Jovens e Adultos	44.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
Educação Especial	81.000,00	106.000,00	0,00	100.000,00	30.000,00	100.000,00	0,00	0,19	6.000,00
Cultura	550.000,00	679.550,00	68.044,78	656.833,27	109.123,88	649.935,56	6.897,71	1,23	22.716,73
Patrimônio Histórico, Artist. e Arqueolog.	150.000,00	25.000,00	0,00	24.300,00	0,00	24.300,00	0,00	0,05	700,00
Divulgação Cultural	400.000,00	654.550,00	68.044,78	632.533,27	109.123,88	625.635,56	6.897,71	1,18	22.016,73
Direitos da Cidadania	30.000,00	5.000,00	0,00	279,30	0,00	279,30	0,00	0,00	4.720,70
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	30.000,00	5.000,00	0,00	279,30	0,00	279,30	0,00	0,00	4.720,70
Urbanismo	11.184.500,00	12.131.330,38	798.021,36	8.986.678,26	2.262.589,15	7.519.125,04	1.467.553,22	16,80	3.144.652,12
Infra-Estrutura Urbana	6.186.500,00	6.057.500,00	174.434,54	3.526.017,66	1.311.650,44	2.279.213,70	1.246.803,96	6,59	2.531.482,34
Serviços Urbanos	5.015.000,00	6.073.830,38	623.586,82	5.460.660,60	950.938,71	5.239.911,34	220.749,26	10,21	613.169,78
Habituação	2.108.600,00	1.970.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.970.000,00
Habituação Urbana	2.108.600,00	1.970.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.970.000,00
Saneamento	701.000,00	791.500,00	-10.378,32	747.016,90	135.919,22	745.793,23	1.223,67	1,40	44.483,10
Saneamento Básico Urbano	701.000,00	791.500,00	-10.378,32	747.016,90	135.919,22	745.793,23	1.223,67	1,40	44.483,10
Gestão Ambiental	525.612,00	742.112,00	70.462,01	704.318,18	163.905,78	668.778,37	34.539,81	1,32	37.793,82
Preservação e Conservação Ambiental	485.968,00	742.112,00	70.462,01	704.318,18	163.905,78	668.778,37	34.539,81	1,32	37.793,82
Recuperação de Áreas Degradadas	39.644,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/5

Continuação 3/5

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/ total (a + c))	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
Agricultura	56.561.617,00	66.068.413,30	5.981.158,58	51.908.195,71	10.632.211,47	48.195.157,66	3.713.038,05	97,04	78,53
Extensão Rural	554.000,00	686.500,00	88.984,54	522.245,27	113.776,29	513.351,84	8.893,43	0,98	76,07
Comércio e Serviços	554.000,00	686.500,00	88.984,54	522.245,27	113.776,29	513.351,84	8.893,43	0,98	76,07
Turismo	2.926.667,00	3.334.287,15	113.297,38	1.356.353,32	274.999,41	1.271.793,99	84.559,33	2,54	40,68
Desporto e Lazer	2.926.667,00	3.334.287,15	113.297,38	1.356.353,32	274.999,41	1.271.793,99	84.559,33	2,54	40,68
Desporto Comunitário	581.000,00	707.000,00	43.654,28	465.025,00	79.280,78	449.085,45	15.939,55	0,87	65,77
Encargos Especiais	581.000,00	707.000,00	43.654,28	465.025,00	79.280,78	449.085,45	15.939,55	0,87	65,77
Serviço da Dívida Interna	1.281.325,00	1.203.100,36	39.295,47	1.195.031,11	240.715,79	1.194.969,14	61,97	2,23	99,33
Outras Transferências	830.000,00	725.000,00	12.278,30	717.450,94	131.987,32	717.450,94	0,00	1,34	98,96
Reserva de Contingência 1	451.325,00	478.100,36	27.017,17	477.580,17	108.728,47	477.518,20	61,97	0,89	99,89
Reserva de Contingência	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
Legislativa	1.653.700,00	1.631.000,00	352.171,95	1.580.856,35	375.555,44	1.580.856,35	0,00	2,96	96,93
Ação Legislativa	61.500,00	61.500,00	-14.319,95	35.680,05	9.063,53	35.680,05	0,00	0,07	98,02
Administração	61.500,00	61.500,00	-14.319,95	35.680,05	9.063,53	35.680,05	0,00	0,07	98,02
Administração Geral	218.700,00	203.200,00	41.620,16	193.272,96	41.620,16	193.272,96	0,00	0,36	95,11
Administração Geral	138.500,00	128.000,00	25.866,45	125.341,41	25.866,45	125.341,41	0,00	0,23	97,92
Administração Financeira	75.000,00	70.000,00	15.753,71	67.931,55	15.753,71	67.931,55	0,00	0,13	97,05
Previdência do Regime Estatutário	5.200,00	5.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	41.000,00	64.900,00	18.002,99	64.435,33	18.002,99	64.435,33	0,00	0,12	99,28
Assistência Comunitária	41.000,00	64.900,00	18.002,99	64.435,33	18.002,99	64.435,33	0,00	0,12	99,28
Saúde	250.000,00	251.500,00	60.496,99	245.923,69	60.496,99	245.923,69	0,00	0,46	97,78
Atenção Básica	245.000,00	249.000,00	60.496,99	244.762,59	60.496,99	244.762,59	0,00	0,46	98,30
Vigilância Sanitária	2.500,00	2.500,00	0,00	1.161,10	0,00	1.161,10	0,00	0,00	46,44
									Continua 3/5

Continua 3/5

30/01/2015 18:02:26 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Continuação 4/5

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LÍQUIDAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% ((b + c)/a)	
					Até o Bimestre (b)		% ((b + c)/a)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>								
Saúde	1.653.700,00	1.631.000,00	352.171,95	1.580.856,35	375.555,44	1.580.856,35	2,96	50.143,65
Vigilância Epidemiológica	250.000,00	251.500,00	60.496,99	245.923,69	60.496,99	245.923,69	0,46	5.576,31
Educação	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Fundamental	882.000,00	873.900,00	207.467,52	873.575,63	207.467,53	873.575,63	1,63	324,37
Educação Infantil	540.000,00	574.950,00	137.759,23	574.701,30	137.759,24	574.701,30	1,07	248,70
Cultura	342.000,00	298.950,00	69.708,29	298.874,33	69.708,29	298.874,33	0,56	75,67
Difusão Cultural	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	140.000,00	132.000,00	29.388,03	126.541,04	29.388,03	126.541,04	0,24	5.456,96
Serviços Urbanos	25.000,00	25.000,00	3.529,56	20.509,09	3.529,56	20.509,09	0,04	4.490,91
Gestão Ambiental	115.000,00	107.000,00	25.838,47	106.031,95	25.838,47	106.031,95	0,20	968,05
Preservação e Conservação Ambiental	2.000,00	10.500,00	2.385,87	10.373,96	2.385,87	10.373,96	0,02	126,04
Agricultura	2.000,00	10.500,00	2.385,87	10.373,96	2.385,87	10.373,96	0,02	126,04
Extensão Rural	25.000,00	26.500,00	6.392,62	26.355,78	6.392,62	26.355,78	0,05	144,22
Comércio e Serviços	25.000,00	26.500,00	6.392,62	26.355,78	6.392,62	26.355,78	0,05	144,22
Turismo	25.500,00	6.000,00	757,72	4.697,91	757,72	4.697,91	0,01	1.302,09
Desporto e Lazer	25.500,00	6.000,00	757,72	4.697,91	757,72	4.697,91	0,01	1.302,09
Desporto Comunitário	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 4/5

30/01/2015 18:02:26 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Continuação 5/5

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS				SALDO (a - (b + c))
			No Bimestre	Até o Bimestre	LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (c)	% (b + c)/ Total (b + c)	
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.653.700,00	1.631.000,00	352.171,95	1.580.856,35	375.555,44	1.580.856,35	0,00	2,96	50.143,65
Desporto e Lazer	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	58.215.317,00	67.729.413,30	6.333.330,53	53.489.052,06	11.007.766,91	49.776.014,01	3.713.038,05	100,00	78,97
									14.240.361,24

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.02, Unidade Responsável Secretaria da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 18:01

PORTO BELO, 30/01/2015

EVALDO JOSE GUERRIERO FILHO PREFEITO MUNICIPAL	RENEU NYLAND COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO	ROBERTO BAYER BATTISTOTTI SECRETÁRIO DA FAZENDA
CLARICE LOURDES DORFSCHMIDT CONTADORA - CRC 023510/O-0	JOÃO ONEIDES LIRA CONTADOR - CRC 028270/O-7	

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aqueles em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

30/01/2015 18:02:26 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA



**ANEXO 3 RGF - 2º SEMESTRE 2014**

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>EXTERNAS (I)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (II)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>46.681.049,68</b>	<b>47.987.214,77</b>	<b>49.785.742,28</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>10.269.830,93</b>	<b>10.557.187,25</b>	<b>10.952.863,30</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>9.242.847,84</b>	<b>9.501.468,52</b>	<b>9.857.576,97</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>EXTERNAS (V)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.02, Unidade Responsável: Secretária da Fazenda, Data de emissão: 30/Jan/2015 e hora de emissão: 20:42

ANEXO 3 RREO - 6º BIMESTRE 2014

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ULT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
			Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Maio/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014		
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	4.341.132,09	6.507.444,71	5.584.955,72	4.441.050,71	4.344.914,98	3.834.040,17	3.924.596,54	3.880.018,05	4.284.215,52	4.066.576,26	4.449.857,84	5.183.215,78	54.832.916,37	47.758.377,00	
	IRPJ	546.371,41	2.977.760,88	2.681.324,77	1.091.764,82	830.148,59	918.070,64	996.291,58	808.255,38	930.615,53	1.052.255,89	1.039.073,54	943.080,46	14.825.021,49	13.197.387,00	
	IRPJ	17.894,95	1.838.089,22	1.830.313,78	462.782,15	228.221,97	239.430,39	248.104,59	189.755,39	256.591,06	365.797,40	181.624,73	187.440,93	6.083.626,96	6.596.500,00	
	IRPJ	36.426,35	18.723,81	23.961,83	46.425,41	9.544,60	145.532,10	44.883,55	43.915,76	43.915,76	33.930,13	45.206,78	110.703,76	710.881,10	317.000,00	
	I.S.S.	171.868,66	380.627,45	220.858,61	187.972,41	176.583,32	206.721,56	188.982,88	219.340,84	146.600,84	228.291,36	251.688,20	245.246,24	2.625.783,37	1.996.700,00	
	I.T.B.I.	192.858,30	273.553,54	210.378,26	204.279,28	292.323,89	218.028,81	287.592,38	248.252,37	387.066,00	290.932,20	347.690,75	281.590,00	3.224.924,38	2.598.000,00	
	Outras Receitas Tributárias	127.322,15	485.788,86	393.812,29	190.325,57	125.475,01	104.372,86	115.979,23	96.403,23	96.420,87	142.334,80	212.873,08	127.699,53	2.198.805,48	1.884.167,00	
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	148.407,17	161.748,57	89.238,41	163.255,73	235.887,07	193.958,47	160.783,21	169.873,65	157.681,49	83.673,45	177.085,08	435.105,97	2.141.353,27	1.730.000,00	
	RECEITA PATRIMONIAL	65.708,54	210.936,17	104.412,18	152.697,02	178.696,42	104.172,46	127.755,14	105.516,60	170.913,00	98.126,43	174.786,59	98.619,45	1.593.340,40	787.320,00	
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	RECEITA DE SERVIÇOS	324.509,28	82.371,88	13.394,16	13.409,91	10.498,62	8.478,41	8.790,29	7.004,47	14.033,98	5.672,54	17.886,82	10.610,42	516.641,08	700.000,00	
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.057.741,02	2.890.154,95	2.545.246,14	2.899.525,83	2.981.502,19	2.590.523,77	2.538.838,25	2.688.973,56	2.789.087,46	2.692.836,23	2.945.152,70	3.559.942,82	34.137.594,72	30.138.130,00	
	Cota-Parte do FPM	1.188.662,73	1.270.385,79	753.995,58	860.092,19	1.146.178,61	859.559,97	738.253,26	886.852,12	785.165,86	631.054,08	983.465,71	1.581.812,15	11.697.069,05	9.300.000,00	
	Cota-Parte do ICMS	562.723,67	524.240,50	529.089,45	517.894,10	527.944,86	532.282,28	485.285,11	518.879,84	556.343,24	574.244,09	632.559,71	606.693,92	6.570.280,97	6.000.000,00	
	Cota-Parte do IRVA	90.800,17	103.318,15	122.871,67	146.783,85	147.412,70	145.893,17	169.887,88	132.722,37	142.652,61	223.578,28	74.854,60	61.989,06	1.962.544,31	1.500.000,00	
	Outras-Parte do ITR	10.128,16	14,90	14,68	10,00	3.002,11	3.002,11	29,14	29,14	911,10	6.087,95	67,01	365,51	2.140,56	10.000,00	
	Outras Transferências Correntes	372.775,29	206.317,08	382.012,65	606.263,26	318.345,88	229.757,92	385.092,63	354.308,61	511.540,16	420.398,82	379.478,93	385.353,08	4.559.644,11	4.806.130,00	
	Transferências de LC 61/1999	8.780,98	7.417,28	7.247,84	7.891,82	8.581,63	8.173,56	8.386,78	8.656,24	8.145,01	8.722,82	10.016,17	9.883,06	101.891,79	90.000,00	
	Transferências de LC 87/1996	2.291,97	2.291,97	0,00	2.291,97	2.291,97	2.291,97	2.291,97	2.291,97	2.291,97	2.291,97	2.291,97	2.291,97	4.583,94	30.000,00	
Transferências do FUNDEC	830.598,05	813.169,28	750.623,47	756.236,84	826.944,33	782.944,33	724.630,82	775.134,17	791.037,51	826.478,82	862.418,60	867.281,90	9.597.180,29	8.400.000,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	198.394,67	144.471,16	151.139,06	120.377,40	108.181,89	84.196,42	104.138,07	81.194,39	221.885,06	123.109,72	96.092,71	185.853,86	1.619.035,41	1.205.500,00		
DEDUÇÕES (II)	Outras DEDUÇÕES	443.897,34	459.236,67	286.861,94	386.942,29	524.783,38	392.852,13	369.946,82	397.336,79	383.142,71	372.867,00	421.164,54	608.242,88	5.047.174,09	4.166.000,00	
	Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	73.024,04	77.703,15	79.846,26	157.643,32	83.212,15	87.123,86	85.630,84	83.946,19	83.946,19	83.675,45	80.513,69	255.090,77	1.151.583,48	780.000,00	
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	370.873,30	381.533,52	282.390,17	306.994,03	367.140,06	309.639,98	282.822,76	311.905,95	299.595,52	288.191,55	340.650,85	353.151,91	3.386.590,60	3.386.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		3.897.234,75	6.048.208,04	5.298.093,78	4.054.209,42	3.820.131,60	3.441.189,04	3.554.649,92	3.463.481,26	3.911.072,81	3.683.809,26	4.028.693,30	4.574.971,10	49.785.742,28	43.692.377,00	
FONTE: Sistema Belto Sapo v.6.0.02, Unidade Responsável Secretária da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 18:05																
PORTO BELO, 30/01/2015																
EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO PREFEITO MUNICIPAL		RENEU NYLAND COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO		ROBERTO BAYER BATTISTOTTI SECRETÁRIO DA FAZENDA												
				JOÃO ONEIDES LIRA CONTADOR - CRC 0282700-7												

**ANEXO 4 RGF - 2º SEMESTRE 2014**

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>468.942,64</b>	<b>468.942,64</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	468.942,64	468.942,64
Interna	468.942,64	468.942,64
Abertura de Crédito	468.942,64	468.942,64
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>49.785.742,28</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>468.942,64</b>	<b>0,94</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>7.965.718,76</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>7.169.146,89</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>3.485.001,96</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>468.942,64</b>	<b>0,94</b>

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.02, Unidade Responsável Secretária da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 20:41

ANEXO 4 RREO - 6º BIMESTRE 2014

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2014	Até o Semestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.203.200,00	1.203.200,00	1.039.440,54	1.931.150,81	1.120.399,50
RECEITAS CORRENTES	1.203.200,00	1.203.200,00	1.039.440,54	1.931.150,81	1.120.399,50
Recursos de Contribuições dos Segurados	780.000,00	780.000,00	675.680,80	1.151.583,49	822.585,83
Pessoal Civil	780.000,00	780.000,00	675.680,80	1.151.583,49	822.585,83
Ativo	780.000,00	780.000,00	675.680,80	1.151.583,49	822.585,83
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Patrimoniais	423.200,00	423.200,00	363.759,74	779.567,32	296.547,19
Recursos Imobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Valores Mobiliários	423.200,00	423.200,00	363.759,74	779.567,32	296.547,19
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.240.000,00	1.240.000,00	864.331,87	1.582.935,30	1.240.907,62
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	2.443.200,00	2.443.200,00	1.903.772,41	3.514.086,11	2.361.307,12

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			Em 2014		Em 2013	
			No Semestre	Até o Semestre/2014	LIQUIDADAS Até o Semestre/2013	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	1.319.000,00	1.319.000,00	678.171,13	1.246.844,38	5.848,75	5.953,89
ADMINISTRAÇÃO	114.000,00	129.000,00	46.811,75	82.440,41	5.848,75	5.953,89
Despesas Correntes	107.000,00	122.000,00	46.214,75	81.843,41	5.848,75	5.953,89
Despesas de Capital	7.000,00	7.000,00	597,00	597,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.205.000,00	1.190.000,00	631.359,38	1.164.403,97	0,00	5.769,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	631.359,38	1.164.403,97	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	443.895,33	828.002,28	0,00	0,00
Continua 1/4						

Continuação 2/4

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS					
			Em 2014		Em 2013			
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Semestre/2013	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			No Semestre	Até o Semestre/2014				
Pensões	0,00	0,00	187.464,05	336.401,69	0,00	0,00	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	1.205.000,00	1.190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Despesas Previdenciárias	1.205.000,00	1.190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	5.200,00	5.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	1.324.200,00	1.324.200,00	678.171,13	1.246.844,38	5.848,75	5.953,89	5.769,00	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO – RPPS (VII) = (III - VI)	1.119.000,00	1.119.000,00	1.225.601,28	2.261.392,98		2.349.584,23		
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
			No Semestre	Até o Semestre/2014		Até o Semestre/2013		
				Até o Semestre/2014		Até o Semestre/2013		
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor			1.119.000,00					
BENS E DIREITOS DO RPPS								
Bancos Conta Movimento Investimentos		NOVEMBRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA					
			2014	2013				
			9.593,44	315.557,41	463,17			
			5.903.180,97	6.073.969,11	4.335.360,23			
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS			RECEITAS REALIZADAS					
			No Semestre	Até o Semestre/2014		Até o Semestre/2013		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.240.000,00	1.240.000,00	864.331,87	1.582.935,30		1.240.907,62		
RECEITAS CORRENTES (VII)	1.240.000,00	1.240.000,00	864.331,87	1.582.935,30		1.240.907,62		
Continua 2/4								

30/01/2015 18:30:54 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA



Município de PORTO BELO - SC

Continuação 3/4

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Semestre	Até o Semestre/2014
Recorta de Contribuições Patronais	1.240.000,00	1.240.000,00	864.331,87	1.582.935,30
Pessoal Civil	1.240.000,00	1.240.000,00	864.331,87	1.582.935,30
Ativo	1.240.000,00	1.240.000,00	864.331,87	1.582.935,30
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recorta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recultas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recultas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recultas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recorta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recultas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recultas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>1.240.000,00</b>	<b>1.240.000,00</b>	<b>864.331,87</b>	<b>1.582.935,30</b>

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			Em 2014		Em 2013	
			LIQUIDADAS		LIQUIDADAS	
			No Semestre	Até o Semestre/2014	Até o Semestre/2013	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	5.200,00	5.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO (XII)	5.200,00	5.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	5.200,00	5.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)</b>	<b>5.200,00</b>	<b>5.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema Betra Sapo v 6.0.02. Unidade Responsável Secretaria da Fazenda, Data de emissão 07/Mar/2015 e hora de emissão 16:51

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Continua 3/4

30/01/2015 18:30:54 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

Continuação 4/4

PORTO BELO, 30/01/2015

_____ EVALDO JOSE GUERREIRO FILH PREFEITO MUNICIPAL	_____ ROBERTO BAYER BATTISTOTTI COORDENADOR DE CONTROLE SECRETÁRIO DA FAZENDA	_____ CLARICE LOURDES DORFSCHMIDT CONTADORA - CRC 029510/O-0 COI
---	---	--

**ANEXO 5 RGF - 2º SEMESTRE 2014**

**MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC - PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2014**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	2.071,56	0,00	2.071,56
Assistência Farmacêutica Básica	29.313,23	0,00	29.313,23
Atenção Básica	448.222,43	38.545,77	409.676,66
Bolsa Família	14.050,47	0,00	14.050,47
Contrib. Interv. do Dom. Econ. - CIDE	6.074,48	0,00	6.074,48
Convênio MTur n. 767842/2011 - Material Turístico	25,70	0,00	25,70
Convênio Trânsito - Civil	(7.316,31)	378,30	(7.694,61)
Convênio Trânsito - Militar	(11.086,09)	0,00	(11.086,09)
Convênio Trânsito - Prefeitura	94.001,40	0,00	94.001,40
CONVÊNIO: PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE RUAS	0,00	85.274,06	(85.274,06)
FIA Demais Recursos	19.250,45	1.250,00	18.000,45
Fundo Especial do Petróleo	326.833,83	0,00	326.833,83
Gestão do SUS	70,11	0,00	70,11
MAC - Média e Alta Complexidade	38.635,37	1.267,95	37.367,42
MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	13.842,65	13.842,65	0,00
Outras Transferências FAS	210.318,56	11.251,90	199.066,66
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola	1.148,88	0,00	1.148,88
PFMC III - Piso Fixo Média Complexidade III	3.334,04	0,00	3.334,04
PISO BÁSICO FIXO - CRAS	5.060,86	0,00	5.060,86
PNAE - ENSINO FUNDAMENTAL	19,32	19,32	0,00
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	1.173,59	0,00	1.173,59
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	28,77	0,00	28,77
Programa Nacional Alimentação Escolar - PNAE	70.227,76	86,46	70.141,30
Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD	2.756,48	0,00	2.756,48
PVMC - PETI	70,98	0,00	70,98
Rec:COSIP	131.950,07	5.410,60	126.539,47
Rec. Imp. Transf. de Imp. - Saúde	334.921,45	133.597,89	201.323,56
Rec. Imp. Transf. de Imp. - Educação	(4.227.650,49)	148.064,17	(4.375.714,66)
Rec. Imp. Transf. de Imp. - Saúde	(5.052.641,50)	0,00	(5.052.641,50)
Recursos Ordinários	14.411.872,72	386.473,01	14.025.399,71
Salário Educação	557.362,56	0,00	557.362,56
SF - Assist. Farm. Estrat. - Prog. Diabetes	4.746,43	0,00	4.746,43
SF - Assistência Farm. Básica	15.825,93	440,00	15.385,93
SF - Atenção Básica	260.580,72	17.901,04	242.679,68
SF - Bolsa Família	31.897,96	1.141,90	30.756,06
SF - Convênio Trânsito - Militar	5.146,82	0,00	5.146,82
SF - Fundo Especial do Petróleo	51.397,59	0,00	51.397,59
SF - Gestão do SUS	1.084,96	0,00	1.084,96
SF - MAC - Média e Alta Complexidade	15.023,73	0,00	15.023,73
SF - Outros Recursos do FNDE	954,66	0,00	954,66
SF - PETI	509,04	0,00	509,04
SF - PNAE - Progr. Nacional de Alimentação Escolar	470,02	74,38	395,64
SF - Progr. Nacional de Transporte Escolar - PNATE	5.584,87	0,00	5.584,87
SF - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	13,50	0,00	13,50
SF - Rec:COSIP	234.147,31	55.263,02	178.884,29
SF - Recursos de Convênio Estado/União	77.369,99	0,00	77.369,99
SF - RPPS	12.610,65	0,00	12.610,65
SF - Salário Educação	35.954,31	0,00	35.954,31
SF - Transf. de Convênios - Saúde	9.292,52	0,00	9.292,52

Continua 1/2

**MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC - PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2014**

Continuação 2/2

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
SF - Transf. FAS - Piso Básico Fixo	193.703,73	10.034,78	183.668,95
SF - Vigilância em Saúde - VISA	44.519,51	0,00	44.519,51
SF Alienações de Bens destinados a Outros Programas	3.962,68	0,00	3.962,68
SF CIDE	44.934,37	0,00	44.934,37
SF Convênio Trânsito - Civil	3.633,35	0,00	3.633,35
SF Convênio Trânsito - Prefeitura	23.925,65	0,00	23.925,65
SF FIA Demais Recursos	63.888,52	0,00	63.888,52
SF Transferências de Convênios - Outros	620.346,99	0,00	620.346,99
SF: CONVÊNIO N. 703544/2010 - PROINFÂNCIA	81.012,95	81.012,95	0,00
SF: PBT - INFÂNCIA	142,89	0,00	142,89
SF: Salário-Educação	26.859,08	26.859,08	0,00
TAXA DE ANCORAGEM DE NAVIOS	96.390,12	17.100,00	79.290,12
Transferências de Convênios - Educação	235.800,10	20.496,00	215.304,10
Transferências de Convênios - Outros	(494.667,91)	132.043,00	(626.710,91)
Transferências de Convênios - Saúde	361.351,52	0,00	361.351,52
Transferências do FUNDEB - 40%	(3.849.660,71)	158,37	(3.849.819,08)
Transferências do FUNDEB - 60%	3.910.800,70	3.451,62	3.907.349,08
Vigilância em Saúde - VISA	96.783,24	2.767,00	94.016,24
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>9.650.281,12</b>	<b>1.194.205,22</b>	<b>8.456.075,90</b>
<b>Entidade 10 - Conta 7169: não foi informado o recurso padrão desta conta.</b>	<b>800,48</b>	<b>0,00</b>	<b>800,48</b>
IGDSUAS	1.168,16	0,00	1.168,16
Outros Recursos do FNDE	82.525,70	1.024,20	81.501,50
Progr. Nacional de Transporte Escolar - PNATE	(22.320,53)	0,00	(22.320,53)
REC. IMPOSTOS E TRANSF. DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	0,00	(491,16)	491,16
REC. IMPOSTOS E TRANSF. DE IMP - SAÚDE	12.058,92	12.058,92	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS	403.395,97	174.182,87	229.213,10
Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	100.028,74	714,34	99.314,40
Recursos Ordinários - Tx Ancoragem	20.477,79	2.110,51	18.367,28
RPPS	34.175,37	0,00	34.175,37
SF - Rec. Imp. Transf. de Imp. - Saúde	20.000,00	0,00	20.000,00
SF - Recursos Ordinários	293.478,86	62.918,63	230.560,23
SF - Recursos Ordinários - Tx Ancoragem	56.990,10	0,00	56.990,10
SF Rec. Imp. e Transf. - Saúde	79,15	79,15	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>1.002.858,71</b>	<b>252.597,46</b>	<b>750.261,25</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>10.653.139,83</b>	<b>1.446.802,68</b>	<b>9.206.337,15</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*</b>	<b>6.389.526,52</b>	<b>18.552,80</b>	<b>6.370.973,72</b>

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.02, Unidade Responsável Secretária da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 20:55

Nota: \* A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

PORTO BELO, 30/01/2015

\_\_\_\_\_  
 EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 RENEU NYLAND  
 COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
 ROBERTO BAYER BATTISTOTTI  
 SECRETÁRIO DA FAZENDA

\_\_\_\_\_  
 CLARICE LOURDES DORFSCHMIDT  
 CONTADORA - CRC 029510/O-0

\_\_\_\_\_  
 JOÃO ONEIDES LIRA  
 CONTADOR - CRC 028270/O-7

30/01/2015 20:57:13 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA



**ANEXO 5 RGF CONSOL- 2º SEMESTRE 2014**

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	1.897,64	0,00	1.897,64
Assistência Farmacêutica Básica	29.313,23	0,00	29.313,23
Atenção Básica	448.222,43	38.545,77	409.676,66
Bolsa Família	14.052,83	0,00	14.052,83
Contrib. Interv. do Dom. Econ. - CIDE	6.074,48	0,00	6.074,48
Convênio Trânsito - Civil	25.199,37	378,30	24.821,07
Convênio Trânsito - Militar	21.429,59	0,00	21.429,59
Convênio Trânsito - Prefeitura	28.964,08	0,00	28.964,08
CONVÊNIO: PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO DE RUAS	0,00	85.274,06	(85.274,06)
FIA Demais Recursos	19.250,45	1.250,00	18.000,45
Fundo Especial do Petróleo	326.833,83	0,00	326.833,83
Gestão do SUS	70,11	0,00	70,11
MAC - Média e Alta Complexidade	43.688,27	1.267,95	42.420,32
MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	13.842,65	13.842,65	0,00
Outras Transferências FAS	220.024,51	11.251,90	208.772,61
PNAE - ENSINO FUNDAMENTAL	19,32	19,32	0,00
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	1.242,21	0,00	1.242,21
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	1.177,65	0,00	1.177,65
Programa Nacional Alimentação Escolar - PNAE	44.635,76	86,46	44.549,30
Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD	2.756,48	0,00	2.756,48
Rec: COSIP	131.950,07	5.410,60	126.539,47
Rec. Imp. Transf. de Imp. - Saúde	336.931,10	133.597,89	203.333,21
Rec. Imp. Transf. de Imp. - Educação	433.186,46	148.064,17	285.122,29
Rec. Imp. Transf. de Imp. - Saúde	264.775,98	0,00	264.775,98
Recursos Ordinários	3.456.920,00	386.473,01	3.070.446,99
Salário Educação	557.362,56	0,00	557.362,56
SF - Assist. Farm. Estrat. - Prog. Diabetes	4.746,43	0,00	4.746,43
SF - Assistência Farm. Básica	15.825,93	440,00	15.385,93
SF - Atenção Básica	260.580,72	17.901,04	242.679,68
SF - Bolsa Família	31.897,96	1.141,90	30.756,06
SF - Convênio Trânsito - Militar	5.146,82	0,00	5.146,82
SF - Fundo Especial do Petróleo	51.397,59	0,00	51.397,59
SF - Gestão do SUS	1.084,96	0,00	1.084,96
SF - MAC - Média e Alta Complexidade	15.023,73	0,00	15.023,73
SF - Outros Recursos do FNDE	954,66	0,00	954,66
SF - PETI	509,04	0,00	509,04
SF - PNAE - Progr. Nacional de Alimentação Escolar	470,02	74,38	395,64
SF - Progr. Nacional de Transporte Escolar - PNATE	5.584,87	0,00	5.584,87
SF - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	13,50	0,00	13,50
SF - Rec: COSIP	234.147,31	55.263,02	178.884,29
SF - Recursos de Convênio Estado/União	77.369,99	0,00	77.369,99
SF - RPPS	12.610,65	0,00	12.610,65
SF - Salário Educação	35.954,31	0,00	35.954,31
SF - Transf. de Convênios - Saúde	9.292,52	0,00	9.292,52
SF - Transf. FAS - Piso Básico Fixo	193.703,73	10.034,78	183.668,95
SF - Vigilância em Saúde - VISA	44.519,51	0,00	44.519,51
SF Alienações de Bens destinados a Outros Programas	3.962,68	0,00	3.962,68
SF CIDE	44.934,37	0,00	44.934,37
SF Convênio Trânsito - Civil	3.633,35	0,00	3.633,35

Continua 1/2

30/01/2015 21:23:09 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA



**MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2014**

Continuação 2/2

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
SF Convênio Trânsito - Prefeitura	23.925,65	0,00	23.925,65
SF FIA Demais Recursos	63.888,52	0,00	63.888,52
SF Transferências de Convênios - Outros	620.346,99	0,00	620.346,99
SF: CONVÊNIO N. 703544/2010 - PROINFÂNCIA	81.012,95	81.012,95	0,00
SF: Salário-Educação	26.859,08	26.859,08	0,00
TAXA DE ANCORAGEM DE NAVIOS	17.100,00	17.100,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação	235.800,10	20.496,00	215.304,10
Transferências de Convênios - Outros	700.800,73	132.043,00	568.757,73
Transferências de Convênios - Saúde	359.341,87	0,00	359.341,87
Transferências do FUNDEB - 40%	158,37	158,37	0,00
Transferências do FUNDEB - 60%	60.981,62	3.451,62	57.530,00
Vigilância em Saúde - VISA	91.730,34	2.767,00	88.963,34
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>9.765.131,93</b>	<b>1.194.205,22</b>	<b>8.570.926,71</b>
Outros Recursos do FNDE	82.525,70	1.024,20	81.501,50
Progr. Nacional de Transporte Escolar - PNATE	3.271,47	0,00	3.271,47
REC. IMPOSTOS E TRANSF. DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	0,00	(491,16)	491,16
REC. IMPOSTOS E TRANSF. DE IMP - SAÚDE	12.058,92	12.058,92	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS	177.723,62	177.723,62	0,00
Recursos Ordinários	43.079,62	3.227,88	39.851,74
Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	100.829,22	714,34	100.114,88
Recursos Ordinários - Tx Ancoragem	95.388,21	2.110,51	93.277,70
RPPS	25.293,50	0,00	25.293,50
SF - Rec. Imp. Transf. de Imp. - Saúde	20.000,00	0,00	20.000,00
SF - Recursos Ordinários	286.619,80	62.918,63	223.701,17
SF - Recursos Ordinários - Tx Ancoragem	56.990,10	0,00	56.990,10
SF Rec. Imp. e Transf. - Saúde	79,15	79,15	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>903.859,31</b>	<b>259.366,09</b>	<b>644.493,22</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>10.668.991,24</b>	<b>1.453.571,31</b>	<b>9.215.419,93</b>
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	6.389.526,52	18.552,80	6.370.973,72

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.02, Unidade Responsável Secretaria da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 21:22

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

PORTO BELO, 30/01/2015

\_\_\_\_\_  
 EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 RENEU NYLAND  
 COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
 ROBERTO BAYER BATTISTOTTI  
 SECRETÁRIO DA FAZENDA

\_\_\_\_\_  
 CLARICE LOURDES DORFSCHMIDT  
 CONTADORA - CRC 029510/O-0

\_\_\_\_\_  
 JOÃO ONEIDES LIRA  
 CONTADOR - CRC 028270/O-7

**ANEXO 5 RREO - 6º BIMESTRE 2014**

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.010.499,20	763.220,51	955.922,16
DEDUÇÕES (II)	10.683.538,65	13.425.924,17	9.762.085,89
Disponibilidade de Caixa Bruta	10.862.616,88	14.223.298,17	10.677.627,53
Demais Haveres Financeiros	429.084,01	425.648,26	62.505,68
(-) Restos a Pagar Processados (Excoeto Precatórios)	608.162,24	1.223.022,26	978.047,32
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-9.673.039,45	-12.662.703,66	-8.806.163,73
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	582.944,33	487.415,66	385.813,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-10.255.983,78</b>	<b>-13.150.119,32</b>	<b>-9.191.976,73</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Dez 2014 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>3.958.142,59</b>	<b>1.064.007,05</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-5.352.131,11</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Dez 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	3.613.928,96	3.613.928,96	26.746.016,98
Passivo Atuarial	3.613.928,96	3.613.928,96	26.746.016,98
DEDUÇÕES (VIII)	4.334.619,21	5.309.650,78	6.384.238,39
Disponibilidade de Caixa Bruta	463,17	56,72	315.557,41
Investimentos	4.335.360,23	5.311.483,96	6.073.969,11
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.204,19	1.889,90	5.288,13
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-720.690,25	-1.695.721,82	20.361.778,59
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>-720.690,25</b>	<b>-1.695.721,82</b>	<b>20.361.778,59</b>

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.02, Unidade Responsável Secretária da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 18:10

PORTO BELO, 30/01/2015

\_\_\_\_\_  
EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
RENEU NYLAND  
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
ROBERTO BAYER BATTISTOTTI  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

\_\_\_\_\_  
CLARICE LOURDES DORFSCHMIDT  
CONTADORA - CRC 029510/O-0

\_\_\_\_\_  
JOÃO ONEIDES LIRA  
CONTADOR - CRC 028270/O-7

30/01/2015 18:11:35 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO 6 RGF - 2º SEMESTRE 2014

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS( NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Alienações de Bens destinados a Outros Programas ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA Atenção Básica Bolsa Família Contrib. Interv. do Dom. Econ. - CIDE Convênio - Pavimentação e Urbanização de Ruas CONVÊNIO TRANSITO - CIVIL CONVÊNIO TRANSITO - MILITAR CONVÊNIO TRANSITO - PREFEITURA CONVÊNIO: PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO FIA Demais Recursos Fundo Especial do Petróleo Gestão do SUS MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE Operações de Crédito Internas - Outros Programas Outras Transferências FAS Programa de Erradicação do Trabalho Infantil II Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PDDE Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Programa Nacional Alimentação Escolar - PNAE Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física Rec. Imp. Transf. de Imp. - Saúde Rec. Imp. Transf. de Imp. - Educação Rec. Imp. Transf. de Imp. - Saúde Rec:COSIP Recursos Ordinários SALARIO EDUCACAO Salário-Educação SF - Assist. Farm. Estrat. - Prog. Diabetes SF - Assistência Farm. Básica	0,00	0,00	0,00	1.700,00	1.897,64	0,00
	0,00	0,00	0,00	21.655,57	29.313,23	0,00
	0,00	35.038,65	0,00	31.654,18	409.676,66	0,00
	0,00	0,00	0,00	4.428,70	14.052,83	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	6.074,48	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	(85.274,06)	0,00
	0,00	378,30	0,00	3.177,50	24.821,07	0,00
	0,00	0,00	0,00	2.853,76	21.429,59	0,00
	0,00	0,00	0,00	1.250,00	28.964,08	0,00
	0,00	0,00	85.274,06	0,00	(85.274,06)	0,00
	0,00	1.187,50	0,00	0,00	18.000,45	0,00
	0,00	0,00	0,00	123.811,79	326.833,83	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	70,11	0,00
	0,00	0,00	13.842,65	30.239,83	42.420,32	0,00
	0,00	0,00	0,00	298.737,40	0,00	0,00
	0,00	11.101,73	0,00	69.449,83	208.772,61	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	1.242,21	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	1.242,21	0,00
	0,00	0,00	0,00	1.105,65	1.177,65	0,00
	0,00	0,00	0,00	19.974,00	44.549,30	0,00
	0,00	0,00	0,00	2.371,59	2.756,48	0,00
	0,00	117.730,73	0,00	460.535,77	468.109,19	0,00
	0,00	147.247,05	0,00	261.058,58	285.122,29	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	468.109,19	0,00
	0,00	5.410,60	0,00	20.517,10	126.539,47	0,00
	0,00	347.158,85	0,00	720.101,36	3.070.446,99	0,00
	0,00	0,00	0,00	146.591,65	557.362,56	0,00
0,00	0,00	0,00	0,00	557.362,56	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	4.746,43	0,00	
0,00	440,00	0,00	0,00	11.941,84	15.385,93	0,00

Continua 1/4

30/01/2015 20:38:03 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

**MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC - PODER EXECUTIVO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2014**

Continuação 2/4

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS( NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
SF - Atenção Básica	0,00	17.889,24	0,00	18.735,04	242.679,68	0,00
SF - Bolsa Família	0,00	1.141,90	0,00	955,80	30.756,06	0,00
SF - Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	1.259,68	5.146,82	0,00
SF - Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	51.397,59	0,00
SF - Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.084,96	0,00
SF - MAC - Média e Alta Complexidade	0,00	0,00	0,00	13.227,40	15.023,73	0,00
SF - Outros Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	944,40	954,66	0,00
SF - PETI	0,00	0,00	0,00	509,04	509,04	0,00
SF - PNAE - Progr. Nacional de Alimentação Es	0,00	0,00	0,00	0,00	395,64	0,00
SF - Progr. Nacional de Transporte Escolar - P	0,00	0,00	0,00	0,00	5.584,87	0,00
SF - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDC	0,00	0,00	0,00	0,00	13,50	0,00
SF - RecCOSIP	0,00	55.263,02	0,00	70.325,00	178.884,29	0,00
SF - Recursos de Convênio Estado/União	0,00	0,00	0,00	0,00	77.369,99	0,00
SF - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	12.610,65	0,00
SF - Salário Educação	0,00	0,00	0,00	19.388,91	35.954,31	0,00
SF - Transf. de Convênios - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	9.292,52	0,00
SF - Transf. FAS - Piso Básico Fixo	0,00	8.859,20	0,00	28.202,37	183.668,95	0,00
SF - Vigilância em Saúde - VISA	0,00	0,00	0,00	0,00	44.519,51	0,00
SF Alienações de Bens destinados a Outros Pr	0,00	0,00	0,00	0,00	3.962,68	0,00
SF CIDE	0,00	0,00	0,00	3.924,76	44.934,37	0,00
SF Convênio Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	3.633,35	0,00
SF Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	161,60	23.925,65	0,00
SF FIA Demais Recursos	0,00	0,00	0,00	10.400,00	63.888,52	0,00
SF Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	35.954,31	0,00
SF Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	620.346,99	0,00
SF: CONVÊNIO N. 703544/2010 - PROINFÂNC	0,00	0,00	81.012,95	0,00	0,00	0,00
SF: CONVÊNIO TRÂNSITO - CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	3.633,35	0,00
SF: CONVÊNIO TRÂNSITO - MILITAR	0,00	0,00	0,00	0,00	5.146,82	0,00
SF: CONVÊNIO TRÂNSITO - PREFEITURA	0,00	0,00	0,00	0,00	23.925,65	0,00
SF: Salário-Educação	0,00	0,00	26.859,08	0,00	35.954,31	0,00

Continua 2/4

30/01/2015 20:38:03 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

**MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC - PODER EXECUTIVO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2014**

Continuação 3/4

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
TAXA DE ANCORAGEM DE NAVIOS	0,00	0,00	17.100,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	20.496,00	0,00	174.157,50	215.304,10	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	127.883,64	0,00	805.091,04	568.757,73	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	0,00	0,00	207.652,29	359.341,87	0,00
Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	57.530,00	0,00
Vigilância em Saúde - VISA	0,00	2.767,00	0,00	11.852,50	88.963,34	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	899.993,41	224.088,74	3.599.943,43	9.616.981,05	0,00
Outros Recursos do FNDE	0,00	1.024,20	0,00	0,00	81.501,50	0,00
Progr. Nacional de Transporte Escolar - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	3.271,47	0,00
REC. IMPOSTOS E TRANSF. DE IMPOSTOS -	0,00	0,00	0,00	0,00	491,16	0,00
REC. IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMF	12.058,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	173.880,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	714,34	0,00	1.660,00	100.114,88	0,00
Recursos Ordinários - Tx Ancoragem	0,00	2.086,30	0,00	0,00	93.277,70	0,00
RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	25.293,50	0,00
SF - Rec. Imp. Transf.de Imp. - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
SF - Recursos Ordinários	0,00	57.864,72	0,00	45.734,13	223.701,17	0,00
SF - Recursos Ordinários - Tx Ancoragem	0,00	0,00	0,00	0,00	56.990,10	0,00
SF- Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	223.701,17	0,00
SF- Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	223.701,17	0,00
SF- Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	223.701,17	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	12.058,92	61.689,56	173.880,00	67.394,13	1.275.744,99	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	12.058,92	961.682,97	397.968,74	3.667.337,56	10.892.726,04	0,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00	4.039,36	0,00	3.068,00	0,00	0,00
---	------	----------	------	----------	------	------

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.02, Unidade Responsável Secretária da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 20:35

Nota: \* A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

30/01/2015 20:38:03 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Continua 3/4



MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 4/4

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

ANEXO 6 RGF CONSOL - 2º SEMESTRE 2014

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (CANCELADOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados				
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício			
Alienações de Bens destinados a Outros Programas ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA Atenção Básica Bolsa Família Contrib. Interv. do Dom. Econ. - CIDE Convênio - Pavimentação e Urbanização de Ruas CONVÊNIO TRANSITO - CIVIL CONVÊNIO TRANSITO - MILITAR CONVÊNIO TRANSITO - PREFEITURA CONVÊNIO: PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO FIA Demais Recursos Fundo Especial do Petróleo Gestão do SUS MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE Operações de Crédito Internas - Outros Programas Outras Transferências FAS Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - FAS Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PDDE Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Programa Nacional Alimentação Escolar - PNAE Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física Rec. Imp. Transf. de Imp. - Saúde Rec. Imp. Transf.de Imp. - Educação Rec. Imp. Transf.de Imp. - Saúde Rec:COSIP Recursos Ordinários SALARIO EDUCACAO Salário-Educação SF - Assist. Farm. Estrat. - Prog. Diabetes SF - Assistência Farm. Básica	0,00	0,00	0,00	1.700,00	1.897,64	0,00	
	0,00	0,00	0,00	21.655,57	29.313,23	0,00	
	0,00	35.038,65	0,00	31.654,18	409.676,66	0,00	
	0,00	0,00	0,00	4.428,70	14.052,83	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	6.074,48	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	(85.274,06)	0,00	
	0,00	378,30	0,00	3.177,50	24.821,07	0,00	
	0,00	0,00	0,00	2.853,76	21.429,59	0,00	
	0,00	0,00	0,00	1.250,00	28.964,08	0,00	
	0,00	0,00	85.274,06	0,00	(85.274,06)	0,00	
	0,00	1.187,50	0,00	0,00	18.000,45	0,00	
	0,00	0,00	0,00	123.811,79	326.833,83	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	70,11	0,00	
	0,00	0,00	13.842,65	30.239,83	42.420,32	0,00	
	0,00	0,00	0,00	298.737,40	0,00	0,00	
	0,00	11.101,73	0,00	69.449,83	208.772,61	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	1.242,21	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	1.242,21	0,00	
	0,00	0,00	0,00	1.105,65	1.177,65	0,00	
	0,00	0,00	0,00	19.974,00	44.549,30	0,00	
	0,00	0,00	0,00	2.371,59	2.756,48	0,00	
	0,00	117.730,73	0,00	460.535,77	468.109,19	0,00	
	0,00	147.247,05	0,00	261.058,58	285.122,29	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	468.109,19	0,00	
	0,00	5.410,60	0,00	20.517,10	126.539,47	0,00	
	0,00	347.158,85	0,00	720.101,36	3.070.446,99	0,00	
	0,00	0,00	0,00	146.591,65	557.362,56	0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	557.362,56	0,00		
0,00	0,00	0,00	0,00	4.746,43	0,00		
0,00	440,00	0,00	11.941,84	15.385,93	0,00		

Continua 1/4

**MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2014**

Continuação 2/4

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")					R\$ 1,1	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS( NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
SF - Atenção Básica	0,00	17.889,24	0,00	18.735,04	242.679,68	0,00
SF - Bolsa Família	0,00	1.141,90	0,00	955,80	30.756,06	0,00
SF - Convênio Trânsito - Militar	0,00	0,00	0,00	1.259,68	5.146,82	0,00
SF - Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	51.397,59	0,00
SF - Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.084,96	0,00
SF - MAC - Média e Alta Complexidade	0,00	0,00	0,00	13.227,40	15.023,73	0,00
SF - Outros Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	944,40	954,66	0,00
SF - PETI	0,00	0,00	0,00	509,04	509,04	0,00
SF - PNAE - Progr. Nacional de Alimentação Es	0,00	0,00	0,00	0,00	395,64	0,00
SF - Progr. Nacional de Transporte Escolar - PN	0,00	0,00	0,00	0,00	5.584,87	0,00
SF - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDD	0,00	0,00	0,00	0,00	13,50	0,00
SF - Rec: COSIP	0,00	55.263,02	0,00	70.325,00	178.884,29	0,00
SF - Recursos de Convênio Estado/União	0,00	0,00	0,00	0,00	77.369,99	0,00
SF - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	12.610,65	0,00
SF - Salário Educação	0,00	0,00	0,00	19.388,91	35.954,31	0,00
SF - Transf. de Convênios - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	9.292,52	0,00
SF - Transf. FAS - Piso Básico Fixo	0,00	8.859,20	0,00	28.202,37	183.668,95	0,00
SF - Vigilância em Saúde - VISA	0,00	0,00	0,00	0,00	44.519,51	0,00
SF Alienações de Bens destinados a Outros Pro	0,00	0,00	0,00	0,00	3.962,68	0,00
SF CIDE	0,00	0,00	0,00	3.924,76	44.934,37	0,00
SF Convênio Trânsito - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	3.633,35	0,00
SF Convênio Trânsito - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	161,60	23.925,65	0,00
SF FIA Demais Recursos	0,00	0,00	0,00	10.400,00	63.888,52	0,00
SF Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	35.954,31	0,00
SF Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	81.012,95	0,00	620.346,99	0,00
SF: CONVÊNIO N. 703544/2010 - PROINFÂNC	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
SF: CONVÊNIO TRÂNSITO - CIVIL	0,00	0,00		0,00	3.633,35	0,00
SF: CONVÊNIO TRÂNSITO - MILITAR	0,00	0,00		0,00	5.146,82	0,00
SF: CONVÊNIO TRÂNSITO - PREFEITURA	0,00	0,00		0,00	23.925,65	0,00
SF: Salário-Educação	0,00	0,00	26.859,08	0,00	35.954,31	0,00

Continua 2/4

30/01/2015 21:30:21 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

**MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2014**

Continuação 3/4

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")						R\$ 1,0
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS( NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
TAXA DE ANCORAGEM DE NAVIOS	0,00	0,00	17.100,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	20.496,00	0,00	174.157,50	215.304,10	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	127.883,64	0,00	805.091,04	568.757,73	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	0,00	0,00	207.652,29	359.341,87	0,00
Transferências do FUNDEB - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	57.530,00	0,00
Vigilância em Saúde - VISA	0,00	2.767,00	0,00	11.852,50	88.963,34	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,00	899.993,41	224.088,74	3.599.943,43	9.616.981,05	0,00
Outros Recursos do FNDE	0,00	1.024,20	0,00	0,00	81.501,50	0,00
Progr. Nacional de Transporte Escolar - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	3.271,47	0,00
REC. IMPOSTOS E TRANSF. DE IMPOSTOS -	0,00	0,00	0,00	0,00	491,16	0,00
REC. IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMP	12.058,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	1.115,45	3.189,98	176.114,00	39.851,74	39.851,74	0,00
Recursos Ordinários - Tesouro-Ex.Cor.	0,00	714,34	0,00	1.660,00	100.114,88	0,00
Recursos Ordinários - Tx Ancoragem	0,00	2.086,30	0,00	0,00	93.277,70	0,00
RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	25.293,50	0,00
SF - Rec. Imp. Transf.de Imp. - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
SF - Recursos Ordinários	0,00	57.864,72	0,00	45.734,13	223.701,17	0,00
SF - Recursos Ordinários - Tx Ancoragem	0,00	0,00	0,00	0,00	56.990,10	0,00
SF Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	223.701,17	0,00
SF- Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	223.701,17	0,00
SF- Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	223.701,17	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	13.174,37	64.879,54	176.114,00	107.245,87	1.315.596,73	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	13.174,37	964.872,95	400.202,74	3.707.189,30	10.932.577,78	0,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	4.039,36	0,00	3.068,00	0,00	0,00
---	------	----------	------	----------	------	------

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.02, Unidade Responsável Secretária da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 21:28

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atual.

Continua 3/4

30/01/2015 21:30:21 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014

Continuação 4/4

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")  
PORTO BELO, 30/01/2015

R\$ 1,00

EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO PREFEITO MUNICIPAL	RENEU NYLAND COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO	ROBERTO BAYER BATTISTOTTI SECRETÁRIO DA FAZENDA
CLARICE LOURDES DORFSCHMIDT CONTADORA - CRC 029510/O-0	JOÃO ONEIDES LIRA CONTADOR - CRC 028270/O-7	



**ANEXO 6 RREO - 6º BIMESTRE 2014**

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		No Semestre	Até o Semestre/2014
			Até o Semestre/2013
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>44.824.997,00</b>	<b>23.989.972,71</b>	<b>50.926.920,67</b>
Receita Tributária	13.197.367,00	5.779.560,38	14.825.021,49
I.P.T.U.	6.598.500,00	1.448.924,50	6.063.626,96
I.S.S.	1.999.700,00	1.281.150,36	2.625.783,37
I.T.B.I.	2.598.000,00	1.833.502,70	3.224.924,58
IR.R.F.	317.000,00	424.272,08	710.881,10
Outras Receitas Tributárias	1.684.167,00	791.710,74	2.199.805,48
Receita de Contribuição	2.970.000,00	2.048.547,72	3.724.288,57
Receitas Previdenciárias	2.020.000,00	1.540.012,67	2.734.518,79
Outras Contribuições	950.000,00	508.535,05	989.769,78
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	787.320,00	776.717,61	1.593.340,40
(-) Aplicações Financeiras	787.320,00	776.717,61	1.593.340,40
Transferências Correntes	26.752.130,00	15.285.811,28	30.241.934,12
F.P.M.	7.440.000,00	4.594.392,10	9.457.964,94
I.C.M.S.	4.800.000,00	2.708.885,41	5.256.225,90
Convênios	600.000,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	13.912.130,00	7.982.533,77	15.527.743,28
Demais Receitas Correntes	1.905.500,00	876.053,33	2.135.676,49
Dívida Ativa	950.000,00	354.766,21	857.318,21
Diversas Receitas Correntes	955.500,00	521.287,12	1.278.358,28
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>12.603.000,00</b>	<b>1.569.449,08</b>	<b>2.959.786,94</b>
Operações de Crédito (III)	3.500.000,00	468.942,64	468.942,64
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	70.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	9.033.000,00	1.100.506,44	2.490.844,30
Convênios	8.033.000,00	1.070.093,64	2.237.207,50
Outras Transferências de Capital	1.000.000,00	30.412,80	253.636,80
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>9.033.000,00</b>	<b>1.100.506,44</b>	<b>2.490.844,30</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>53.857.997,00</b>	<b>25.090.479,15</b>	<b>53.417.764,97</b>

30/01/2015 19:55:56 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014			EM 2013	
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS Até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre			
DESPESAS CORRENTES (VIII)	47.905.655,55	23.691.447,34	44.400.740,17	1.463.194,94	38.993.982,53	3.086.275,73
Pessoal e Encargos Sociais	27.511.738,92	14.583.175,50	27.065.067,62	324,22	22.176.756,13	15.079,46
Juros e Encargos da Dívida (IX)	220.000,00	104.116,06	217.014,99	0,00	335.087,21	413,58
Outras Despesas Correntes	20.173.916,63	9.004.155,78	17.118.657,56	1.462.870,72	16.482.139,19	3.070.782,69
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	47.685.655,55	23.587.331,28	44.183.725,18	1.463.194,94	38.658.895,32	3.085.862,15
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	18.649.757,75	3.976.350,41	5.375.273,84	2.249.843,11	3.919.988,12	1.475.626,22
Investimentos	17.864.757,75	3.722.997,73	4.594.837,89	2.249.843,11	3.315.533,57	1.475.430,80
Inversões Financeiras	280.000,00	0,00	280.000,00	0,00	253.000,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	280.000,00	0,00	280.000,00	0,00	253.000,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	505.000,00	253.352,68	500.435,95	0,00	351.454,55	195,42
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	18.144.757,75	3.722.997,73	4.874.837,89	2.249.843,11	3.568.533,57	1.475.430,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.174.000,00	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-	-

30/01/2015 19:55:56 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS				
		EM 2014			EM 2013	
		LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		No Bimestre	Até o Bimestre			
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-	-
DESPA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	67.004.413,30	27.310.329,01	49.058.563,07	3.713.038,05	42.227.428,89	4.561.292,95
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-13.146.416,30	-2.219.849,86		646.163,85		2.586.449,87
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Superávit Financeiro Reabertura de Créditos Adicionais	-	-		3.228.978,94		0,00
	-	-		3.228.978,94		0,00
	-	-		0,00		0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					-2.996.320,00	

FONTE: Sistema Bétha Sapo v 6.0.02. Unidade Responsável Secretaria da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 19:52

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PORTO BELO, 30/01/2015

**ANEXO 7 RGF - 2º SEMESTRE 2014**

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 2º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	24.587.681,88	49,39
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	26.884.300,83	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	25.540.085,79	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-8.806.163,73	-17,69
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	59.742.890,74	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	10.952.863,30	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	468.942,64	0,94
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	7.965.718,76	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.485.001,96	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	3.673.186,31	10.892.726,04

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.02, Unidade Responsável Secretaria da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 20:58  
PORTO BELO, 30/01/2015

\_\_\_\_\_  
EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
RENEU NYLAND  
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
ROBERTO BAYER BATTISTOTTI  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

\_\_\_\_\_  
CLARICE LOURDES DORFSCHMIDT  
CONTADORA - CRC 029510/O-0

\_\_\_\_\_  
JOÃO ONEIDES LIRA  
CONTADOR - CRC 028270/O-7

**ANEXO 7 RGF CONSOL- 2º SEMESTRE 2014**

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 2º Semestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	24.587.681,88	49,39
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	26.884.300,83	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	25.540.085,79	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-8.806.163,73	-17,69
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	59.742.890,74	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	10.952.863,30	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	468.942,64	0,94
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	7.965.718,76	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.485.001,96	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	3.673.186,31	10.892.726,04

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.02, Unidade Responsável Secretaria da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 20:58  
PORTO BELO, 30/01/2015

\_\_\_\_\_  
EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
RENEU NYLAND  
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
ROBERTO BAYER BATTISTOTTI  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

\_\_\_\_\_  
CLARICE LOURDES DORFSCHMIDT  
CONTADORA - CRC 029510/O-0

\_\_\_\_\_  
JOÃO ONEIDES LIRA  
CONTADOR - CRC 028270/O-7



**ANEXO 7 RREO - 6º BIMESTRE 2014**

**Município de PORTO BELO - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2014(SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO)**

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS		RP NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00	
		Inscritos		Saldo	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013							
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	<b>EXECUTIVO</b>	70.159,63	387.475,34	121.432,12	881,36	335.321,49	3.817.456,72	3.817.147,23	548.922,52	400.515,23
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		67.625,92	363.802,05	118.085,73	0,00	313.342,24	3.434.392,65	3.434.392,65	527.630,49	220.947,14
FUNDO M. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADO		0,00	5.364,60	34,90	0,00	5.329,70	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO M. REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOM		0,00	2.054,24	0,00	0,00	2.054,24	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		4.852,17	6.050,54	4.852,17	0,00	6.050,54	37.219,72	37.219,72	10.538,04	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	48.381,05	8.404,40	0,00	38.976,65	411.744,96	411.744,96	148.384,77	107.872,03
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		1.160,85	2.925,35	0,00	0,00	0,00	1.027.372,84	1.027.372,84	15.771,65	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	84.208,65	1.062,46	-0,00	83.146,19	424.875,96	424.875,96	157.457,89	13.921,05
FUNDO PREVIDENCIÁRIO CAPITALIZADO		0,00	449,19	0,00	0,00	449,19	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO PREVIDENCIÁRIO FINANCEIRO		0,00	755,00	0,00	0,00	755,00	2.829,00	2.829,00	2.940,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO		0,00	697,65	0,00	0,00	697,65	22.306,00	22.306,00	5.520,12	0,00
Gabinete do Prefeito		47,50	0,00	47,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO		17.451,74	10.000,04	18.556,09	0,00	8.495,69	0,00	0,00	0,00	0,00
Gabinete do Prefeito		5.021,13	0,00	5.021,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO		0,00	1.974,27	1.974,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gabinete do Prefeito		5,50	0,00	5,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO		0,00	1.161,12	0,00	0,00	1.161,12	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Administração		3.581,43	0,00	3.581,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA		581,76	27.436,94	664,05	0,00	27.354,65	437.319,42	437.319,42	75.916,72	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	10.838,53	801,32	0,00	10.038,21	91.154,28	91.154,28	57.441,80	13.880,00
Secretaria de Administração		39,32	0,00	39,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		594,90	1.042,38	594,90	0,00	1.042,38	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Administração		1,20	0,00	1,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		136,08	3.340,31	136,08	0,00	3.340,31	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Administração		9,89	0,00	9,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		399,30	0,00	399,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Administração		94,40	0,00	94,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		678,25	0,46	678,25	0,00	0,46	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Administração		9,89	0,00	9,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		10.084,09	3.054,65	12.778,74	0,00	340,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Administração		107,64	0,00	107,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	8.318,75	7.569,64	0,00	719,11	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Administração		62,50	0,00	62,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	9.470,20	3.070,11	-0,00	6.400,09	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Esportes		628,00	0,00	628,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Finanças		620,00	0,00	620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PESCA E AGRICULTURA		80,00	1.947,00	527,23	0,00	1.498,77	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Pesca e Agricultura		201,65	0,00	201,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PESCA E AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.339,75	7.339,75	2.883,71	0,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEI		1.506,78	115.956,93	13.918,98	0,00	103.544,73	30.063,59	30.063,59	12.697,79	0,00
Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Amb.		460,70	0,00	460,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Transportes e Obras		375,30	0,00	375,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.		18.853,95	18.373,20	26.380,59	0,00	10.946,56	942.164,13	942.164,13	38.133,00	85.274,06
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE PORTO BE		0,00	6.440,59	342,37	0,00	6.098,22	42.268,12	39.223,87	3.044,25	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	6.440,59	342,37	0,00	6.098,22	39.223,87	39.223,87	3.044,25	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE PORTO E		0,00	3.638,58	0,00	0,00	3.638,58	8.316,03	8.316,03	1.001,20	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES		0,00	3.638,58	0,00	0,00	3.638,58	8.316,03	8.316,03	1.001,20	0,00

**Município de PORTO BELO - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013			Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013		
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>								
<b>EXECUTIVO</b>								
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO PORTO BELO	1.539,82	7.071,79	2.892,22	0,00	204.683,03	4.561.901,95	3.817.147,23	548.922,52
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO	1.539,82	7.071,79	2.892,22	0,00	34.500,00	459.287,85	298.576,27	17.111,58
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE POI	0,00	3.576,77	111,80	0,00	34.500,00	459.287,85	298.576,27	17.111,58
FUNDAÇÃO MUN. MEIO AMBIENTE	0,00	3.576,77	111,80	0,00	0,00	18.680,09	18.545,09	135,00
<b>LEGISLATIVO</b>								
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	993,89	2.945,56	0,00	881,36	0,00	18.680,09	18.545,09	135,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	581,25	0,00	0,00	73,68	0,00	19.561,41	17.327,41	0,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	150,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	185,20	1.070,70	0,00	185,20	0,00	0,00	0,00	0,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	88,00	0,00	0,00	88,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	9,44	1.934,86	0,00	394,48	0,00	19.561,41	17.327,41	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>								
<b>EXECUTIVO</b>								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	5.638,59	127.548,96	8.410,17	11.980,52	-	-	-	-
FUNDO M. REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOM	0,00	65,09	0,00	11.980,52	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	4.787,69	745,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	60.132,76	575,83	-0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	38.983,59	381,93	11.980,52	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	44,83	1.655,95	44,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	4.827,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	5.342,39	6.036,66	6.376,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PESCA E AGRICULTURA	0,00	1.629,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEI	251,37	2.266,63	251,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.	0,00	7.183,02	34,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE PORTO BE	0,00	258,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	258,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE PORTO E	0,00	349,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	349,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO PORTO BELO	0,00	2.864,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO	0,00	2.864,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE POI	0,00	887,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUN. MEIO AMBIENTE	0,00	887,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>LEGISLATIVO</b>								
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	14.184,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	14.184,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

30/01/2015 18:34:12 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						RP NÃO PROCESSADOS				Saldo	
		Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos		Cancelados
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013	Em Exercícios Anteriores				Em 31 de Dezembro de 2013					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) LEGISLATIVO CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		19.822,82	131.908,64	131.340,77	8.410,17	11.980,52	-	-	-	-	-	-	
		14.184,23	0,00	14.184,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		14.184,23	0,00	14.184,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (II) = (I + II):		88.982,45	519.393,98	466.662,26	129.842,29	12.861,88	204.683,03	4.561.901,95	3.817.459,72	3.817.147,23	548.922,52	400.515,23	

FONTE: Sistema Belha Sapov 6.0.02, Unidade Responsável Secretária da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 18:31

PORTO BELO, 30/01/2015

EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO PREFEITO MUNICIPAL	RENEU NYLAND COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO	ROBERTO BAYER BATTISTOTTI SECRETÁRIO DA FAZENDA
CLARICE LOURDES DORFSCHMIDT CONTADOR-A - CRC 028510/0-0	JOÃO ONEIDES LUFA CONTADOR - CRC 028270/0-7	

**ANEXO 8 RREO - 6º BIMESTRE 2014**

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	12.527.700,00	12.527.700,00	1.819.133,23	13.765.359,83	109,88
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	7.594.500,00	7.594.500,00	533.151,53	7.099.296,23	93,48
1.1.1- IPTU	6.600.000,00	6.600.000,00	379.374,73	6.070.239,88	91,97
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	21.000,00	21.000,00	9.846,17	39.573,68	188,45
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	850.000,00	850.000,00	82.279,05	689.728,04	81,14
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	125.000,00	125.000,00	61.960,65	306.367,55	245,09
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(1.500,00)	(1.500,00)	(309,07)	(6.612,92)	440,86
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.598.500,00	2.598.500,00	610.030,75	3.225.343,80	124,12
1.2.1- ITBI	2.600.000,00	2.600.000,00	622.030,75	3.253.241,81	125,12
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	500,00	500,00	360,00	419,22	83,84
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(2.000,00)	(2.000,00)	(12.360,00)	(28.317,23)	1.415,86
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.017.700,00	2.017.700,00	520.040,41	2.729.838,70	135,29
1.3.1- ISS	2.000.000,00	2.000.000,00	496.934,44	2.645.386,58	132,27
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.500,00	2.500,00	2.196,20	19.386,32	775,45
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	15.000,00	15.000,00	14.262,65	65.436,90	436,25
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	500,00	500,00	6.647,12	19.232,11	3.846,42
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(300,00)	(300,00)	0,00	(19.603,21)	6.534,40
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	317.000,00	317.000,00	155.910,54	710.881,10	224,25
1.4.1- IRRF	317.000,00	317.000,00	155.910,54	710.881,10	224,25
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	16.930.000,00	16.930.000,00	3.970.562,81	19.980.700,32	118,02
2.1- Cota-Parte FPM	9.300.000,00	9.300.000,00	2.565.277,86	11.697.069,05	125,77
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.300.000,00	9.300.000,00	2.063.730,75	11.195.521,94	120,38
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	501.547,11	501.547,11	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	6.000.000,00	6.000.000,00	1.241.253,63	6.570.280,97	109,50
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	6.875,91	27.509,64	91,68
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	90.000,00	90.000,00	19.899,23	101.891,79	113,21
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	432,52	21.410,56	214,11
2.6- Cota-Parte IPVA	1.500.000,00	1.500.000,00	136.823,66	1.562.544,31	104,17
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>29.457.700,00</b>	<b>29.457.700,00</b>	<b>5.789.696,04</b>	<b>33.746.060,15</b>	<b>114,56</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	1.161.350,00	1.161.350,00	238.853,28	1.439.549,03	123,95
5.1- Transferências do Salário-Educação	900.000,00	900.000,00	165.206,20	974.696,81	108,30
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	1.140,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	238.300,00	238.300,00	58.716,00	293.580,00	123,20
5.4- Transferências Diretas - PNATE	7.950,00	7.950,00	1.759,23	7.505,07	94,40
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	80.223,48	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	15.100,00	15.100,00	13.171,85	82.403,67	545,72
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	950.000,00	950.000,00	0,00	487.052,51	51,27
6.1- Transferências de Convênios	950.000,00	950.000,00	0,00	487.052,51	51,27
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	476.000,00	476.000,00	91.613,60	585.726,19	123,05
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>2.587.350,00</b>	<b>2.587.350,00</b>	<b>330.466,88</b>	<b>2.512.327,73</b>	<b>97,10</b>
<b>FUNDEB</b>					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	3.386.000,00	3.386.000,00	693.802,76	3.895.590,60	115,05
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.860.000,00	1.860.000,00	412.746,10	2.239.104,11	120,38
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.200.000,00	1.200.000,00	248.250,56	1.314.055,07	109,50
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	1.375,17	5.500,68	91,68
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	18.000,00	18.000,00	3.979,85	20.379,78	113,22
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	86,49	4.276,88	213,84
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	300.000,00	300.000,00	27.364,59	312.274,08	104,09
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	8.430.000,00	8.430.000,00	1.723.453,57	9.625.364,35	114,18
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	8.400.000,00	8.400.000,00	1.719.700,50	9.597.180,29	114,25
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.000,00	30.000,00	3.753,07	28.184,06	93,95
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>5.014.000,00</b>	<b>5.014.000,00</b>	<b>1.025.897,74</b>	<b>5.701.589,69</b>	<b>113,71</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

Continua 1/3

30/01/2015 19:24:31 - Sistema Sapo Versão 6.0.0.1 - SECRETARIA DA FAZENDA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS				%
			LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=((e+f)/d)x100	
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)			
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	6.747.000,00	7.805.665,23	1.350.773,86	7.780.300,97	0,00	99,68	
13.1- Com Educação Infantil	2.800.000,00	3.617.000,00	646.219,55	3.601.708,85	0,00	99,58	
13.2- Com Ensino Fundamental	3.947.000,00	4.188.665,23	704.554,31	4.178.592,12	0,00	99,76	
14- OUTRAS DESPESAS	1.683.000,00	1.731.650,00	281.034,55	1.727.232,60	0,00	99,75	
14.1- Com Educação Infantil	580.000,00	710.650,00	116.142,70	710.636,51	0,00	100,00	
14.2- Com Ensino Fundamental	1.103.000,00	1.021.000,00	164.891,85	1.016.656,09	0,00	99,57	
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	8.430.000,00	9.537.315,23	1.631.808,41		9.507.593,57	99,69	
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—	
16.1 - FUNDEB 60%						—	
16.2 - FUNDEB 40%						—	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00	
17.1 - FUNDEB 60%						0,00	
17.2 - FUNDEB 40%						0,00	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00	
INDICADORES DO FUNDEB							
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					9.507.593,57		
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério <sup>1</sup> (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					80,83		
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					17,95		
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %					1,22		
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR		
20 –RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00		
21 –DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 <sup>2</sup>					7.065,23		
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	7.364.425,00	7.364.425,00	1.447.424,01	8.436.515,04	114,56		
DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=((e+f)/d)x100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.767.000,00	5.844.087,40	1.086.681,64	5.776.247,87	40.305,04	99,53	
23.1- Creche	4.767.000,00	5.844.087,40	1.086.681,64	1.463.902,51	40.305,04	25,74	
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.380.000,00	4.327.650,00	762.362,25	0,00	0,00	0,00	
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.387.000,00	1.516.437,40	324.319,39	1.463.902,51	40.305,04	99,19	
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
24- ENSINO FUNDAMENTAL	8.236.579,00	8.892.403,83	1.826.159,44	8.635.793,11	220.753,54	99,60	
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.050.000,00	5.209.665,23	869.446,16	5.195.248,21	0,00	99,72	
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.186.579,00	3.682.741,60	956.713,28	3.440.544,90	220.753,54	99,42	
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
29- TOTAL DAS DESPESAS COMAÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	13.003.579,00	14.736.494,23	2.912.841,08		14.673.099,56	99,57	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR		
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					5.701.589,69		
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—		
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (501)					28.184,06		
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					7.065,23		
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00		
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>					—		
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 h)					—		
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					5.736.838,98		
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					8.936.260,58		
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					26,48		
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS		%		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	(g)=((e+f)/d)x100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	914.000,00	1.367.000,00	341.951,54	884.688,03	165.980,56	76,86	
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.421.525,00	3.366.655,80	373.441,06	2.009.712,28	370.750,84	70,71	
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	3.335.525,00	4.733.655,80	715.392,60		3.431.131,71	72,48	

Continuação 2/3



MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	16.339.104,00	19.470.150,08	3.628.233,68	18.104.231,27	92,98
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE			CANCELADO EM 2014 (R)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00			0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00			0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00			0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS				VALOR	
				FUNDEB (R)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013				123.751,48	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE				9.597.180,29	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE				9.687.975,84	0,00
49.1 Orçamento do Exercício				9.661.139,21	0,00
49.2 Restos a Pagar				26.836,63	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE				28.184,06	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL				61.139,99	0,00

PORTO BELO, 30/01/2015

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.02, Unidade Responsável Secretária da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 19:22

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do acréscimo do FUNDEB foi de R\$ 7.035,23, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

**ANEXO 9 RREO - 6º BIMESTRE 20149**

Município de PORTO BELO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2014/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO<sup>1</sup> (I)</b>	<b>3.500.000,00</b>	<b>468.942,64</b>		<b>3.031.057,36</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	18.649.757,75	5.375.273,84	2.249.843,11	11.024.640,80
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>18.649.757,75</b>	<b>5.375.273,84</b>	<b>2.249.843,11</b>	<b>11.024.640,80</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-15.149.757,75</b>	<b>-7.156.174,31</b>		<b>-7.993.583,44</b>

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.02, Unidade Responsável Secretaria da Fazenda, Data de emissão 30/Jan/2015 e hora de emissão 18:30

Notas:

<sup>1</sup> Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.<sup>2</sup> Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PORTO BELO, 30/01/2015

\_\_\_\_\_  
EVALDO JOSE GUERREIRO FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
RENEU NYLAND  
COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO

\_\_\_\_\_  
ROBERTO BAYER BATTISTOTTI  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

\_\_\_\_\_  
CLARICE LOURDES DORFSCHMIDT  
CONTADORA - CRC 029510/O-0

\_\_\_\_\_  
JOÃO ONEIDES LIRA  
CONTADOR - CRC 028270/O-7

# Porto União

## PREFEITURA

### CONVÊNIO Nº 004/2015

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ASSOCIAÇÃO FAMÍLIA ZALEWSKI - CASA DE APOIO AMOR FRATERNAL

CONVÊNIO Nº 004/15

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e a ASSOCIAÇÃO FAMÍLIA ZALEWSKI - CASA DE APOIO AMOR FRATERNAL, com sede no Município de Porto União - SC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, nº 126 - Centro - Porto União - SC, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador do RG nº 325.323-SSP/SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO FAMÍLIA ZALEWSKI - CASA DE APOIO AMOR FRATERNAL, com sede na Rua Matos Costa, nº 131 - Centro - Porto União - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 10.201.460/0001-31, doravante denominada ASSOCIAÇÃO CONVENIADA, neste ato representada pela sua Presidente Sra. LAURETE DUB PINTO CONTE, brasileira, residente e domiciliada na Rua D. Pedro II, nº 131 - Centro - Porto União - SC, portadora da CI nº 5.026.607-9 - SSP - PR e do CPF nº 752.337.979-68, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.304, de 03 de março de 2015, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

Constitui objeto deste convênio, o repasse de recursos financeiros à ASSOCIAÇÃO CONVENIADA, a título de subvenção, para auxiliar nas despesas conforme Plano de Trabalho.

Parágrafo único. A execução do presente convênio compreende o alcance dos seguintes objetivos específicos visando à integração social:

I- assistência a todos os pacientes que necessitam de tratamento oncológico, que residam fora da área de União da Vitória - PR e Porto União - SC, além de outras cidades circunvizinhas, com dificuldade de deslocamento e principalmente que não possuam recursos financeiros para manutenção durante o tratamento da doença;

II- promoção social.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Do Valor e Liberação dos Recursos

O CONCEDENTE repassará recursos financeiros no valor de R\$ 800,00 (Oitocentos reais) por mês, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos, totalizando R\$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais) em conta bancária de instituição financeira oficial do Município, em nome da Associação Família Zalewski - Casa de Apoio Amor Fraternal, em c/c específica sob o nº 3110-0, Ag. 0422, Caixa Econômica Federal, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária consignada no orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0209	SEC.MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL
ATIVIDADE	2026	Manutenção Sec. Mun. Desenvolvimento Social

MODALIDADE	3350 - 100	Transf. a Instituições Privadas sem fins lucrativos
------------	------------	---

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Da Utilização dos Recursos

Os recursos liberados visam auxiliar nas despesas de manutenção, conforme o Plano de Trabalho apresentado.

#### CLÁUSULA QUARTA - Das Obrigações

##### I - Do CONCEDENTE:

O CONCEDENTE obriga-se a repassar mensalmente até o 15º dia útil de cada mês à ASSOCIAÇÃO CONVENIADA o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Segunda, desde que as prestações de contas estejam em dia.

##### II - Da ASSOCIAÇÃO CONVENIADA:

A ASSOCIAÇÃO CONVENIADA obriga-se a prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, nos termos dos Artigos 27 a 31 da Lei nº 3.816/2010, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos.

#### CLÁUSULA QUINTA - Da Legislação Aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

#### CLÁUSULA SEXTA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO CONVENIADA será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - Da Fiscalização e Auditoria

O CONCEDENTE e o CONVENIADO ficam obrigados a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, a permitir o acesso a servidores do Sistema de Controle Interno Municipal ao qual estejam subordinados em sua missão de fiscalização e auditoria.

#### CLÁUSULA OITAVA - Da Publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - Da Vigência

O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Rescisão

O presente Convênio ficará rescindido, de pleno direito, por inatendimento de qualquer das obrigações aqui pactuadas. Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da Restituição

A ASSOCIAÇÃO CONVENIADA assume o compromisso de restituir o CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data do evento, o valor transferido, atualizado monetariamente, de acordo com índices aplicáveis aos débitos para com a Fazenda Pública, desde a data do recebimento, na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

- I- quando da não execução do objeto do convênio;  
 II- quando não for apresentada, no prazo exigido e dentro das normas vigentes, a prestação de contas parcial ou final;  
 III- quando os recursos não forem utilizados na finalidade estabelecida no convênio;  
 IV- quando houver sobra de recurso não aplicado dentro do prazo de vigência do convênio; e  
 V- quando não forem aceitas as justificativas pelo não cumprimento das metas e indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio, que não forem resolvidas administrativamente.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 03 de março de 2015.

Prefeito Municipal	Presidente da Associação Família Zalewski – Casa de Apoio Amor Fraternal
TESTEMUNHAS:	
1.Nome: Paulo Rubens Buch CPF nº 485.157.019-87	2. Nome: Ricardo Dragoni CPF nº 420.445.539-53

oberto Bonfleur

### CONVÊNIO Nº 005/2015

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO  
 ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE BOMBEIROS DE PORTO UNIÃO

#### CONVÊNIO Nº 005/15

Convênio que entre si celebram o Município de Porto União e a Associação Comunitária de Bombeiros de Porto União, com sede no Município de Porto União - SC.

Por este instrumento, de um lado, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Padre Anchieta, 126 - Centro - Porto União - Santa Catarina, com inscrição no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. ANIZIO DE SOUZA, portador do RG nº 325.323 - SC e CPF nº 180.245.569-87, doravante denominado CONCEDENTE e a Associação Comunitária de Bombeiros de Porto União, inscrita no CNPJ sob o nº 04.244.229/0001-22, com sede na Av. João Pessoa, 1270, Centro, Porto União, denominada ASSOCIAÇÃO CONVENIADA, neste ato representada por seu Presidente, Sr. LUIZ ALBERTO PASQUALIN, brasileiro, portador da CI nº 326.630 SSP SC e do CPF nº 193.221.869-68, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.306, de 03 de março de 2015, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

O objeto do presente Convênio é o repasse de recursos financeiros à ASSOCIAÇÃO CONVENIADA, a título de subvenção, destinados a auxiliar nas despesas conforme Plano de Trabalho.

Parágrafo único. A execução do presente convênio compreende o alcance dos seguintes objetivos específicos:

I- equipar cada vez mais a Associação de Bombeiros Comunitários, que trabalham conjuntamente com os Bombeiros Militares de Porto União, objetivando melhor qualidade no atendimento à comunidade, na área que lhes é destinada (combate a incêndios, resgate veicular, resgate em matas, salvamento aquático, pré-hospitalar e outros).

II- aquisição de materiais de consumo, tais como: EPI, fardamentos, botas tipo CB, botas de combate a incêndios, roupas de aproximação para combate a incêndios, viagens de estudos, cursos e treinamentos em outras regiões do Estado, alimentação, etc.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Do valor e liberação dos recursos

O CONCEDENTE repassará recursos financeiros no valor total de R\$ 6.780,00 (Seis mil, setecentos e oitenta reais), desembolsáveis em 05 (cinco) parcelas mensais e consecutivas de R\$ 1.356,00 (Um mil, trezentos e cinquenta e seis reais), em conta bancária de instituição financeira oficial do Município, em nome da Associação Comunitária de Bombeiros, em c/c específica sob o nº 70.752-8, Ag. 0114-7, Banco Credimil Sul (085), correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município na rubrica:

ÓRGÃO	0200	PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE	0210	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
ATIVIDADE	2033	Encargos Gerais da Administração
MODALIDADE	3350 -100	Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Da utilização dos recursos

Os recursos liberados deverão ser utilizados para auxiliar nas despesas de manutenção, conforme o Plano de Trabalho apresentado.

#### CLÁUSULA QUARTA - Das obrigações

##### I - Do CONCEDENTE:

O CONCEDENTE obriga-se a repassar mensalmente até o 15º dia útil de cada mês à ASSOCIAÇÃO CONVENIADA o valor correspondente à parcela, conforme mencionado na Cláusula Segunda, desde que as prestações de contas estejam em dia.

##### II - Da ASSOCIAÇÃO CONVENIADA:

A ASSOCIAÇÃO CONVENIADA obriga-se a prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos valores, nos termos dos Artigos 27 a 31, da Lei nº 3.816/2010, mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos.

#### CLÁUSULA QUINTA - Da legislação aplicável

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

#### CLÁUSULA SEXTA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o concedente e a associação conveniada, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo concedente, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA - Da fiscalização e auditoria

O CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO CONVENIADA ficam obrigados

a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado a permitir o acesso a servidores do Sistema de Controle Interno Municipal ao qual estejam subordinados em sua missão de fiscalização e auditoria.

#### CLÁUSULA NONA - Dos casos omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - Da vigência

O período de vigência do Convênio será da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da rescisão

Poderão as partes, a qualquer tempo, observadas as suas conveniências, darem por extinto o presente termo, devendo o interessado notificar por escrito o outro, de suas intenções, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da restituição

A ASSOCIAÇÃO CONVENIADA assume o compromisso de restituir o CONCEDENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data do evento, o valor transferido, atualizado monetariamente, de acordo com índices aplicáveis aos débitos para com a Fazenda Pública, desde a data do recebimento, na forma da legislação em vigor, nos seguintes casos:

- I- quando da não execução do objeto do convênio;
- II- quando não for apresentada, no prazo exigido e dentro das normas vigentes, a prestação de contas parcial ou final;
- III- quando os recursos não forem utilizados na finalidade estabelecida no convênio;
- IV- quando houver sobra de recurso não aplicado dentro do prazo de vigência do convênio; e
- V- quando não forem aceitas as justificativas pelo não cumprimento das metas e indicadores estabelecidos no Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio, que não forem resolvidas administrativamente.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Porto União (SC), 03 de março de 2015.

Prefeito Municipal	Presidente da Associação de Bombeiros Comunitários de Porto União
TESTEMUNHAS:	
1.Nome: Paulo Rubens Buch CPF nº 485.157.019-87	2.Nome: Ricardo Dragoni CPF nº 420.445.539-53

### DECRETO Nº 661/2015

DECRETO Nº 661, de 02 de março de 2015.

Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.240, de 05 de maio de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º NOMEIA JOSÉ VALMOR ALVES, para o cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Obras e Serviços Públicos, Símbolo AS, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.240, de 05 de maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### DECRETO Nº 662/2015

DECRETO Nº 662, de 02 de março de 2015.

Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.240, de 05 de maio de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º NOMEIA ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, para o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, Símbolo DS, previsto no Anexo III da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.240, de 05 de maio de 2014, sem ônus para o Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de 06 de março de 2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte



**DECRETO Nº 663/2015**

DECRETO Nº 663, de 02 de março de 2015.

Dispõe sobre nomeação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.240, de 05 de maio de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º NOMEIA ROGÉRIO LUÍS STASIAK, para o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente, Símbolo DS, previsto no Anexo III da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.240, de 05 de maio de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de 06 de março de 2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 02 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**LEI Nº 4.304/2015**

LEI Nº 4.304, de 03 de março de 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Associação Família Zalewski - Casa de Apoio Amor Fraternal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação Família Zalewski - Casa de Apoio Amor Fraternal, pessoa jurídica de direito privado, de caráter assistencial, sem fins lucrativos, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 3.546, de 18 de dezembro de 2008, inscrita no CNPJ sob o nº 10.201.460/0001-31, com sede e foro na cidade de Porto União - SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar à Associação Família Zalewski - Casa de Apoio Amor Fraternal, uma subvenção no valor de R\$ 800,00 (Oitocentos reais) por mês, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de sua assinatura, totalizando R\$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais), para auxiliar nas despesas de manutenção geral da sede provisória da instituição.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte:

ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO

UNIDADE 0209 SEC. MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ATIVIDADE 2026 Manutenção da Sec. Mun. Desenvolvimento Social

MODALIDADE 3350 - 100 Transf. a Instituições privadas sem fins lucrativos

Art. 4º A Associação Família Zalewski - Casa de Apoio Amor Fraternal obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos, conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 03 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**LEI Nº 4.305/2015**

LEI Nº 4.305, de 03 de março de 2015.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 590.000,00 (Quinhentos e noventa mil reais):

ÓRGÃO	ORGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE		0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE		2096 – PMAQ – AB		
MODALIDADE		3190 – 450 – Aplicações Diretas		150.000,00
MODALIDADE		3390 – 450 – Aplicações Diretas		80.000,00
MODALIDADE		4490 – 450 – Aplicações Diretas		70.000,00
ATIVIDADE		2097 – NASF – Núcleo Apoio Saúde da Família		
MODALIDADE		3190 – 450 – Aplicações Diretas		160.000,00
MODALIDADE		3390 – 450 – Aplicações Diretas		40.000,00
MODALIDADE		4490 – 450 – Aplicações Diretas		40.000,00
ATIVIDADE		2099 – HIV/AIDS		
MODALIDADE		3390 – 458 – Aplicações Diretas		40.000,00
MODALIDADE		4490 – 458 – Aplicações Diretas		10.000,00
		TOTAL DO CRÉDITO		590.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do Exercício, nas respectivas Fontes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 03 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
rPrefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI JAIR GIRALDI  
Secretário Municipal de Finanças Secretário Municipal de Saúde e Contabilidade

**LEI Nº 4.306/2015**

LEI Nº 4.306, de 03 de março de 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Associação Comunitária de Bombeiros de Porto União, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação Comunitária de Bombeiros de Porto União, Associação Civil, de personalidade jurídica, sem fins lucrativos, regida por estatuto, declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº 2.588, de 23 de março de 2001, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.905, de 11 de agosto de 2011, inscrita no CNPJ sob o nº 04.244.229/0001-22, com sede e foro na cidade de Porto União - SC.

Art. 2º O convênio tem por objetivo repassar à Associação de Bombeiros Comunitários de Porto União, no decorrer do exercício de 2015, a contar da data de sua assinatura, recursos financeiros no valor total de R\$ 6.780,00 (Seis mil, setecentos e oitenta reais), desembolsáveis em 05 (cinco) parcelas mensais e consecutivas de R\$ 1.356,00 (Um mil, trezentos e cinquenta e seis reais), para auxiliar nas despesas, conforme Plano de Trabalho.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a lançar mão da seguinte Dotação Orçamentária consignada no Orçamento Geral do Município, conforme discriminação seguinte: ÓRGÃO 0200 PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO UNIDADE 0210 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO ATIVIDADE 2033 Encargos Gerais da Administração MODALIDADE 3350 - 100 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 4º A Associação de Bombeiros Comunitários de Porto União, obriga-se a prestar contas dos recursos recebidos conforme a Lei Municipal nº 3.816, de 27 de outubro de 2010.

Art. 5º O período de vigência do Convênio será até 31 de dezembro de 2015, contados da data de sua assinatura.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 03 de março de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 017/2015-CARONA**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 017/2015- Carona  
Pregão Presencial 005/2015- Carona  
Termo de Revogação  
Revoga-se o aludido processo licitatório, com base no artigo 49 da Lei 8666/93, tendo em vista que o mesmo deu-se deserta.

Porto União SC, 05 de março de 2015.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

#### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 001/2015- EDUCAÇÃO**

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 001/2015- Educação  
Pregão Presencial 001/2015- Educação  
Termo de Homologação  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPÉIS E REVISTAS LTDA, LUIS KAMINSKI ME, MAXIMA PAPELARIA LTDA, MERCADO KOSERA LTDA - ME, RECIER JOSE GREGORIO - ME e SATELITE COMERCIAL LTDA - EPP.

Porto União SC, 04 de março de 2015.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

## **Presidente Castello Branco**

### **PREFEITURA**

#### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015**

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015

#### **E X T R A T O**

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:30 (oito horas e trinta minutos), do dia 19 (dezenove) de março de 2015, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de Empresa Gráfica para a confecção de materiais gráficos, destinada ao atendimento dos diversos segmentos administrativos desta municipalidade, para o exercício de 2015, conforme especificações, detalhamento, amostra e preço máximo dos itens constantes no Anexo I do presente Instrumento Convocatório. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br)

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 06 DE MARÇO DE 2015.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 250/2015 - ALEXANDRE DA ROCHA KLAUMANN CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 250/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ALEXANDRE DA ROCHA KLAUMANN, portador(a) do CPF nº 048.466.289-90, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, S/N, Bairro: Valada São Paulo - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor de História, com jornada de 20 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Roberto Machado, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.078,75 (mil e setenta e oito reais e setenta e cinco centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

**Parágrafo único** □ De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 06/03/2015 e encerrando-se em 06/04/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº. 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**Parágrafo único** - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA:** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul

(SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 03 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA	ALEXANDRE DA ROCHA KLAUMANN
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 252/2015 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 252/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSENEIDE APARECIDA DE MOURA, portador(a) do CPF nº 970.102.279-34, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua São Luiz, nº 39 - Bairro Boa Vista - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Anos Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Prefeito Luis Adelar Soldatelli, em substituição a Margarete Franz, que está em Licença para Tratamento de Saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.876,67 (dois mil oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e sete centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

**Parágrafo único** □ De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 09/03/2015 e encerrando-se em 08/04/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº . 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**Parágrafo único** - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA:** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.



CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 05 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA	ROSENEIDE APARECIDA DE MOURA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 253/2015 - JOSELAINE CRISTINE BARBOSA**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 253/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) JOSELAINE CRISTINE BARBOSA, portador(a) do CPF nº 076.330.409-39, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) Rua João Ledra, nº 59 - Bairro Taboão □ Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Anos Iniciais, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Aníbal de Barba, em substituição a Vera Luci Roveda, designada para assumir cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.876,67 (Dois mil oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e sete centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único □ De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 09/03/2015 e encerrando-se em 08/04/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 05 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA	JOSELAINE CRISTINE BARBOSA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 254/2015**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 254/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) BIANCA DA SILVA ORSO, portador(a) do CPF nº 077.423.169-60, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua João Pasqualini, nº 151 - Apto 03 - Bairro Canta Galo - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Especial, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Prefeito Luis Adelar Soldatelli, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.157,50 (dois mil cento e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único □ De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 09/03/2015 e encerrando-se em 08/04/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.



CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 06 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA	BIANCA DA SILVA ORSO
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

### DECRETO Nº 4574, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4574, de 04 de março de 2015.

“ALTERA O DECRETO Nº 4506, DE 12 DE JANEIRO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO, CARGOS COM RESPECTIVO NÚMERO DE VAGAS, NÍVEL DE VENCIMENTO, JORNADA DE TRABALHO E GRUPO OCUPACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS QUE INTEGRAM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina em exercício, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento ao disposto no parágrafo 3º do art.15, da Lei Complementar n. 208, de 28 de setembro de 2010, acrescentado pela Lei Complementar n. 243, de 29 de março de 2012,

#### DECRETA:

Art.1º - Fica alterada a lotação dos cargos com respectivo número de vagas, nível de vencimento, jornada de trabalho e grupo ocupacional dos servidores efetivos que integram a estrutura organizacional da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal passando a vigorar na conformidade com o Anexo I que integra o presente Decreto.

Parágrafo único: A alteração do Decreto Nº 4506 de 12 de janeiro de 2015, ocorre em face da:

I - Redistribuição de 02 (duas) vagas ocupada do cargo de Auxiliar Administrativo I (em extinção) da Secretaria Municipal de Administração, sendo 01 (uma) vaga para a Secretaria Municipal de Saúde e 01 (uma) vaga para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, ficando 05(cinco) vagas na Secretaria Municipal de Administração, 11 (onze) vagas na Secretaria Municipal de Saúde e 01 (uma) vaga na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

II - Redistribuição de 01 (uma) vaga ocupada do cargo de Motorista de Caminhão da Secretaria Municipal de Assistência Social e

Habitação, para a Secretaria Municipal de Administração, ficando 02 (duas) vagas na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e 01 (uma) vaga na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Anexo I que integra o Decreto Nº 4506, de 12 de janeiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO.

04 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

#### ANEXO I

##### LOTAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS

a) Lotação Administração Direta				
I - Gabinete do Prefeito				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	8	E	40	GA
Agente de Defesa Civil	2	E	40	GA
Auditor Interno	1	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	5	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	2	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	1	A	40	GO
Engenheiro Civil	2	H	40	GS
Fiscal do PROCON	2	G	40	GS
Guarda Municipal	30	E	40	GO
Motorista de Caminhão	2	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO
Pedreiro	1	D	40	GO
Pintor	1	C	40	GO
Telefonista	2	C	36	GA
II - Gabinete do Vice-Prefeito				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
III - Procuradoria Jurídica				
Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Advogado (em extinção)	1	H	20	GS
Advogado	7	H	20	GS
Agente Administrativo	7	E	40	GA

IV - Secretaria Municipal de Administração				
Cargos	Va- gas	Ní- vel	Jornada	G. Ocup.
Analista de Sistemas	3	H	40	GS
Agente Administrativo	19	E	40	GA
Assistente Social	2	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	5	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	5	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	6	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2	A	40	GO
Coveiro	3	B	40	GO
Digitador (em extinção)	1	E	36	GA
Eletricista	1	D	40	GO
Médico Perito	1	H	20	GS
Motorista de Caminhão	1	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO
Programador (em extinção)	1	E	40	GA
Psicólogo	1	H	40	GS
Técnico em Enfermagem	1	F	40	GT
Técnico em Informática	2	F	40	GT
Técnico em Segurança no Trabalho	1	F	40	GT
Telefonista	2	C	36	GA
Vigia (em extinção)	11	B	40	GO
V - Secretaria Municipal de Fazenda				
Cargos	Va- gas	Ní- vel	Jornada	G. Ocup.
Arquivista	1	H	40	GS
Agente Administrativo	14	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	3	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	3	D	40	GA
Contador	2	H	40	GS
Fiscal de Tributos	12	G	40	GS
Fiscal de Obras (em extinção)	2	G	40	GS
Fiscal de Obras e Posturas	6	G	40	GS
Fiscal de Posturas (em extinção)	1	G	40	GS
VI - Secretaria Municipal de Saúde				
Cargos	Va- gas	Ní- vel	Jornada	G. Ocup.
Administrador	1	H	40	GS
Agente Administrativo	27	E	40	GA
Agente de Saúde (em extinção)	2	F	40	GA
Almoxarife (em extinção)	1	B	40	GA
Analista de Sistemas	1	H	40	GS
Assistente Social	2	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	11	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	4	D	40	GA

Auxiliar de Saúde Bucal	20	C	40	GO
Auxiliar de Enfermagem (em extinção)	36	D	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	18	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	5	A	40	GO
Carpinteiro	1	D	40	GO
Cirurgião Dentista	30	H	20	GS
Cirurgião Dentista (em extinção)	1	J	30	GS
Eletricista	1	D	40	GO
Enfermeiro	26	H	40	GS
Enfermeiro Obstétrico	2	H	40	GS
Farmacêutico	7	H	40	GS
Fiscal de Saúde Pública	4	G	40	GS
Fisioterapeuta	2	H	40	GS
Fonoaudiólogo	3	H	40	GS
Médico	14	H	20	GS
Médico (em extinção)	1	J	30	GS
Médico	13	K	40	GS
Médico Angiologista	1	H	20	GS
Médico Auditor	1	H	20	GS
Médico Autorizador	1	H	20	GS
Médico Cardiologista	2	H	20	GS
Médico Cirurgião Geral	2	H	20	GS
Médico Cirurgião Pediátrico	1	H	20	GS
Médico Dermatologista	1	H	20	GS
Médico Endocrinologista	1	H	20	GS
Médico Ginecologista/Obstetra	6	H	20	GS
Médico Neurologista	2	H	20	GS
Médico Pediatra	6	H	20	GS
Médico Pneumologista	1	H	20	GS
Médico Psiquiatra	2	H	20	GS
Médico Oftalmologista	3	H	20	GS
Médico Oncologista	1	H	20	GS
Médico Ortopedista	1	H	20	GS
Médico Otorrinolaringologista	2	H	20	GS
Médico Urologista	2	H	20	GS
Médico Veterinário	1	H	40	GS
Motorista de Caminhão	10	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	14	D	40	GO
Nutricionista	2	H	40	GS
Psicólogo	8	H	40	GS
Radiologista/Odontológico	3	H	20	GS
Recepcionista (em extinção)	1	B	40	GA
Técnico em Análises Clínicas	2	F	40	GT
Técnico em Enfermagem	57	F	40	GT
Técnico em Informática	2	F	40	GT
Técnico em Radiologia	2	F	20	GT
VII - Secretaria Municipal de Educação				
Cargos	Va- gas	Ní- vel	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	20	E	40	GA

Assistente Social	1	H	40	GS
Atendente de Educação Infantil (em extinção)	3	B	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	2	C	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	112	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	9	A	40	GO
Cozinheiro	40	B	40	GO
Engenheiro de Alimentos	1	H	40	GS
Fonoaudiólogo (em extinção)	1	G	30	GS
Fonoaudiólogo	4	H	40	GS
Instrutor de Trabalhos Manuais (em extinção)	2	B	20	GO
Motorista de Caminhão	10	E	40	GO
Motorista de veículo leve	4	D	40	GO
Nutricionista	3	H	40	GS
Professor I (em extinção)	4	B	40	GA
Psicólogo	2	H	40	GS
Psicopedagogo	1	H	40	GS
Técnico em Informática	1	F	40	GT

#### VIII - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

Cargos	Va- gas	Ní- vel	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	3	E	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	1	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	2	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	3	A	40	GO
Turismólogo	2	H	40	GS

#### IX - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Cargos	Va- gas	Ní- vel	Jornada	G. Ocup.
Advogado	2	H	20	GS
Agente Administrativo	19	E	40	GA
Assistente Social	30	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	12	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	3	A	40	GO
Cozinheiro	1	B	40	GO
Educador Social	13	E	40	GA
Engenheiro Civil	1	H	40	GS
Psicólogo	17	H	40	GS
Psicopedagogo	3	H	40	GS
Motorista de Caminhão	2	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	6	D	40	GO

#### X - Secretaria Municipal de Agricultura

Cargos	Va- gas	Ní- vel	Jornada	G. Ocup.
--------	------------	------------	---------	----------

Agente Administrativo	2	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	3	A	40	GO
Engenheiro Agrônomo	2	H	40	GS
Médico Veterinário	2	H	40	GS
Motorista de Caminhão	1	E	40	GO
Operador de Equipamentos	8	E	40	GO
Técnico em Agropecuária	4	F	40	GT

#### XI - Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

Cargos	Va- gas	Ní- vel	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	8	E	40	GA
Arquiteto	4	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	1	D	40	GA
Auxiliar de Topografia	4	B	40	GO
Biólogo	1	H	40	GS
Desenhista	6	F	40	GT
Engenheiro Civil	6	H	40	GS
Engenheiro Florestal	1	H	40	GS
Engenheiro Sanitarista	1	H	40	GS
Fiscal de Meio Ambiente	2	G	40	GS
Fiscal de Serviço Público	4	G	40	GS
Motorista de Caminhão	1	E	40	GO
Topógrafo	2	F	40	GT

#### XII - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Cargos	Va- gas	Ní- vel	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	4	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	1	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	15	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	59	A	40	GO
Calceteiro	12	C	40	GO
Carpinteiro	6	D	40	GO
Detonador (em extinção)	1	B	40	GO
Engenheiro Civil	1	H	40	GS
Lubrificador	1	B	40	GO
Motorista de Caminhão	23	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	4	D	40	GO
Operador de Equipamentos	20	E	40	GO
Pedreiro	9	D	40	GO
Pintor	1	C	40	GO

b) Lotação Administração Indireta - Fundação Cultural				
Cargos	Va- gas	Ní- vel	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	5	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	4	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	5	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	2	A	40	GO
Bibliotecário	1	H	40	GS
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO
Telefonista	2	C	36	GA
c) Lotação Administração Indireta - Fundação Municipal de Desporto				
Cargos	Va- gas	Ní- vel	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	2	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	2	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	4	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	6	A	40	GO
Motorista de Caminhão	1	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO

**DECRETO Nº 4576, DE 04 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 4576, de 04 de março de 2015.

"SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº 3.260/98, alterada pelas Leis Municipais nºs 3.333/98, 3.363/99 e 3.579/2000,

**DECRETA:**

Art.1º - Ficam substituídos os membros para compor o Conselho Municipal de Educação abaixo relacionados, como representantes das respectivas entidades:

X - Entidades Filantrópicas de Atendimento à Educação Infantil:  
Simone Cristina de Oliveira Sebold (Suplente)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

04 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 826/2015**

PORTARIA Nº 826, DE 06 DE MARÇO DE 2015

Nomeia a Assessora Parlamentar Natascha Fernanda kneidl

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

**NOMEAR:**

Art. 1o A partir de 09 de março de 2015, NATASCHA FERNANDA KNEIDL, para ocupar o cargo de provimento em Comissão, Assessor Parlamentar - Padrão CC-1, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de março de 2015.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

## Santa Cecília

### PREFEITURA

#### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 017/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial Registro de Preços, no dia 20 de Março de 2015 às 13h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, materiais de copa, cozinha, higiene e de limpeza, para manutenção das atividades do CAPS e das unidades de saúde, através do Fundo Municipal de Saúde. Melhores informações e cópia do presente edital na integra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. OBS: A cópia do Edital deverá ser retirada pessoalmente, pelo interessado junto à prefeitura municipal.

Santa Cecília, 06 de Março de 2015.  
DOMINGOS SCARIOT JUNIOR  
Prefeito Municipal

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA

#### DECRETO 53-A

DECRETO Nº 053-A/2015, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015  
CONSTITUI COMISSÃO E DESIGNA MEMBROS PARA ACOMPANHAMENTO DA APLICAÇÃO DAS PROVAS DO CONCURSO PÚBLICO N.º 002/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 41, V e VII da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão de Acompanhamento e fiscalização da aplicação das Provas do Concurso Público Nº 001/2015, designando os seguintes membros para sua composição:

- I - Eroni Allebrandt- Presidente;
- II - Nelson Carlos Liebert - Secretário
- III - Lúcia Risso - Membro;
- IV - Noeli Terezinha Vanin - Membro;
- V - Walmor Heitor Bernstein - Membro;
- VI - Raul de Souza Campos - Membro;
- VII - Jair de Souza Campos - Membro;
- VIII - Margarete Alves - Membro;

Art. 2º. Os membros designados, nos termos do artigo anterior, não receberão remuneração extra para o exercício do presente mandato, podendo ausentar-se das atribuições normais dos respectivos cargos, para dedicar-se ao acompanhamento do Concurso Público Nº 001/2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso (SC), em 25 de Fevereiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

#### DECRETO 53-B

DECRETO Nº 053-B/2015, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015  
CONSTITUI COMISSÃO E DESIGNA MEMBROS PARA ACOMPANHAMENTO DA APLICAÇÃO DAS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO N.º 001/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 41, V e VII da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão de Acompanhamento e fiscalização da aplicação das Provas do Concurso Público Nº 001/2015, designando os seguintes membros para sua composição:

- I - Eroni Allebrandt- Presidente;
- II - Nelson Carlos Liebert - Secretário
- III - Lúcia Risso - Membro;
- IV - Noeli Terezinha Vanin - Membro;
- V - Walmor Heitor Bernstein - Membro;



VI - Raul de Souza Campos - Membro;  
VII - Jair de Souza Campos - Membro;  
VIII - Margarete Alves - Membro;

Art. 2º. Os membros designados, nos termos do artigo anterior, não receberão remuneração extra para o exercício do presente mandato, podendo ausentar-se das atribuições normais dos respectivos cargos, para dedicar-se ao acompanhamento do Concurso Público Nº 001/2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso (SC), em 25 de Fevereiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

### DECRETO 53/2015

DECRETO Nº 053/2015, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015  
CONSTITUI COMISSÃO E DESIGNA MEMBROS PARA ACOMPANHAMENTO DA APLICAÇÃO DAS PROVAS DO CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 41, V e VII da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão de Acompanhamento e fiscalização da aplicação das Provas do Concurso Público Nº 001/2015, designando os seguintes membros para sua composição:

I - Eroni Allebrandt- Presidente;  
II - Nelson Carlos Liebert - Secretário  
III - Lúcia Risso - Membro;  
IV - Noeli Terezinha Vanin - Membro;  
V - Walmor Heitor Bernstein - Membro;  
VI - Raul de Souza Campos - Membro;  
VII - Jair de Souza Campos - Membro;  
VIII - Margarete Alves - Membro;

Art. 2º. Os membros designados, nos termos do artigo anterior, não receberão remuneração extra para o exercício do presente mandato, podendo ausentar-se das atribuições normais dos respectivos cargos, para dedicar-se ao acompanhamento do Concurso Público Nº 001/2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso (SC), em 25 de Fevereiro de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

### DECRETO Nº002/2015 ALTERAÇÃO ORÇAMENTARIA DECRETO Nº 002/2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, por conta dos recursos do superávit financeiro, por fonte de recursos, do exercício de 2014, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso III, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei nº 1237 de 09 de Dezembro de 2014;

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de até R\$ 406.692,40 (quatrocentos e seis mil seiscientos e noventa e dois reais quarenta centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Departamento de Administração				
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Dpto de Administração				
125	0300	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.02 Departamento de Fazenda				
041230009.0.001000 Pagamento de Financiamentos e parcelamentos				
131	0300	4.6.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	150.000,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Departamento de Educação				
123610018.2.012000 Manutenção do Transporte Escolar				
124	0300	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	105.000,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Departamento de Educação				
123610018.1.037000 Construção de Quadra Escolar Completa				
126	0337	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	70.479,80

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.1.039000 Ampliação da Unidade de Saúde				
42	0389	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.634,01
41	0333	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.765,96

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103040025.2.042000 Vigilância Sanitária				
43	0338	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	12.000,00

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.028003 Assistência Social				
128	0335	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	280,00
129	0335	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	2.319,51
130	0335	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	573,60

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.056000 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculos - SCFV				
127	0335	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	6.639,52

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 406.692,40 (quatrocentos e seis mil seiscientos e noventa e dois reais quarenta centavos) de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos do superávit financeiro, por fonte de recursos, verificado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 02 de Janeiro de 2015.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

GISELDA DEOLA  
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS  
MATRICULA Nº1268/8

### DECRETO Nº057/2015 CREDITO ESPECIAL

DECRETO Nº 057/2015

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para crédito adicional especial, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, constante da Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1247/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional especial, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de que trata a Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.1.043000 Aquisição de Terreno para a Secretária de Saúde				
44	0102	4.5.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	80.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a seguir especificados:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.1.038000 Construção de Unidade Básica de Saúde Nova				
1	0102	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	80.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 05 de Março de 2015.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT  
ASSESSORIA EM PROJETOS  
Matricula nº 136/8

### DECRETO Nº058/2015 CREDITO ESPECIAL

DECRETO Nº 058/2015

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para crédito adicional especial, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, constante da Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1248/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional especial, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de que trata a Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
45	0102	3.1.71.00.00.0000	Transferência a Consórcio Público	4.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a seguir especificados:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
17	0102	3.1.93.00.00.0000	Aplicações Diretas Consórcio Público	4.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 05 de Março de 2015.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT  
ASSESSORIA EM PROJETOS  
Matricula nº 136/8

### DECRETO Nº059/2015 SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 059/2015

Dispõe sobre a regulamentação da autorização para crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, constante da Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014 e dá outras providências

JACOB GILMAR JUNGES, O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1249/2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de que trata a Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de até R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
21	0102	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	170.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), a seguir especificados:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.1.038000 Construção de Unidade Básica de Saúde Nova				
1	0102	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	170.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 05 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT  
ASSESSORIA EM PROJETOS  
Matricula nº 136/8

### DECRETO Nº060/2015 ALTERAÇÃO ORÇAMENTARIA DECRETO Nº 060/2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, por conta dos recursos do superávit financeiro, por fonte de recursos, do exercício de 2014, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso III, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei nº 1237 de 09 de Dezembro de 2014;

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de até R\$ 60.612,45 (sessenta mil seiscentos e doze reais quarenta e cinco centavos) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

04.00 Secretaria de Educação				
04.02 FUNDEB				
123610018.2.10000 Manutenção das atividades de Ensino Fundamental - FUNDEB				
133	0318	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	16.513,07

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Dpto de Obras				
267820040.2.32000 Manutenção das estradas de rodagem				
134	0307	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.955,99

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Dpto de Serviços Urbanos				
154520040.2.036000 Manutenção, melhoria e ampliação da iluminação Pública				
132	0308	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.111,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
46	0338	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	3.732,25
48	0338	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	444,14
49	0367	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.086,00
50	0367	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	1.770,00

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103050025.2.055000 Vigilância em Saúde				
47	0338	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 60.612,45 (sessenta mil seiscentos e doze reais quarenta e cinco centavos) de que trata o artigo 1º deste Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar os recursos do superávit financeiro, por fonte de recursos, verificado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 05 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT  
ASSESSORIA EM PROJETOS  
Matricula nº 136/8

## DECRETO Nº061/2015 ALTERAÇÃO ORÇAMENTARIA

DECRETO Nº 061/2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, constante da Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso III, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei nº 1237 de 09 de Dezembro de 2014;

### DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, por provável excesso de arrecadação, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de que trata a Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

1000.00.00.00.00 Receitas Correntes

1700.00.00.00.00 Transferências Correntes

1720.00.00.00.00 Transferências Intergovernamentais

1721.00.00.00.00 Transferências da União

1721.33.00.00.00 Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS

138 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União

Art. 2º. Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de que trata a Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de até R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) para reforçar dotações orçamentárias no seguinte Projeto/Atividade:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
26	0138	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	23.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 05 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT  
ASSESSORIA EM PROJETOS  
Matricula nº 136/8

## LEI 1247/2015

LEI Nº 1247 DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, constante da Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de que trata a Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.1.043000 Aquisição de Terreno para a Secretária de Saúde				
44	0102	4.5.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	80.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a seguir especificados:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.1.038000 Construção de Unidade Básica de Saúde Nova				
1	0102	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	80.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 05 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT  
ASSESSORIA EM PROJETOS  
Matricula nº 136/8

## LEI 1248/2015

LEI Nº 1248 DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, constante da Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:



Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de que trata a Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
45	0102	3.1.71.00.00.0000	Transferência a Consórcio Público	4.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a seguir especificados:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
17	0102	3.1.93.00.00.0000	Aplicações Diretas Consórcio Público	4.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 05 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT  
ASSESSORIA EM PROJETOS  
Matricula nº 136/8

## LEI 1249/2015

LEI Nº 1249 DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, constante da Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de que trata a Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de até R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
21	0102	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	170.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), a seguir especificados:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.1.038000 Construção de Unidade Básica de Saúde Nova				
1	0102	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	170.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 05 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT  
ASSESSORIA EM PROJETOS  
Matricula nº 136/8

## LEI Nº 1247

LEI Nº 1247 DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, constante da Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de que trata a Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.1.043000 Aquisição de Terreno para a Secretária de Saúde				
44	0102	4.5.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	80.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a seguir especificados:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.1.038000 Construção de Unidade Básica de Saúde Nova				
1	0102	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	80.000,00



Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 05 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT  
ASSESSORIA EM PROJETOS  
Matricula nº 136/8

### LEI Nº 1248

LEI Nº 1248 DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, constante da Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de que trata a Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
45	0102	3.1.71.00.00.0000	Transferência a Consórcio Público	4.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), a seguir especificados:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
17	0102	3.1.93.00.00.0000	Aplicações Diretas Consórcio Público	4.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 05 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT  
ASSESSORIA EM PROJETOS  
Matricula nº 136/8

### LEI Nº 1249

LEI Nº 1249 DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, constante da Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014 e dá outras providências.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de que trata a Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de até R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais).

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.2.025000 Fundo Municipal de Saúde				
21	0102	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	170.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1237, de 09 de Dezembro de 2014, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), a seguir especificados:

09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103010025.1.038000 Construção de Unidade Básica de Saúde Nova				
1	0102	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	170.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 05 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT  
ASSESSORIA EM PROJETOS  
Matricula nº 136/8

## Santiago do Sul

### PREFEITURA

#### EDITAL 02/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Fundo Municipal de Saúde - FMS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 03/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 02/2015.
Tipo: Unitário.
Objeto: Aquisição de material de higiene e limpeza para utilização no Fundo Municipal de Saúde.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 19 de março de 2015.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 19 de março de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 05 de março de 2015.
TADEU PAULO TOAZZA
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### EDITAL 03/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Fundo Municipal de Saúde - FMS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 04/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 03/2015.
Tipo: Unitário.
Objeto: Aquisição de material odontológico para utilização nos serviços prestados pelo cirurgião dentista na Unidade Básica de Saúde.
Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 19 de março de 2015.
Abertura dos Envelopes: 13:30 horas do dia 19 de março de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 05 de março de 2015.
TADEU PAULO TOAZZA
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

## São Bento do Sul

### PREFEITURA

#### AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 59/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 59/2015  
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, que receberá até às 08:30 horas do dia 08 de abril de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para: DO OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA WENCESLAU HUBL, BAIRRO DONA FRANCISCA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 803355/2014/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, PROCESSO Nº SR.2626.1.016.496-46/2014.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 23 de fevereiro de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

#### AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 60/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 60/2015  
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, que receberá até às 13:30 horas do dia 08 de abril de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para: DO OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS JORGE WEISS E SEVERINO EICHENDORF, BAIRRO DONA FRANCISCA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 803543/2014/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, PROCESSO Nº SR.2626.1.016.603-34/2014.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 23 de fevereiro de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 56/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2015

MENOR PREÇO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 18 de março de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA SERVIÇO DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO. PARA 12 MESES.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração ☐ Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira

**DECRETO Nº 0879/2015**

DECRETO Nº 0879, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 01 - Assistência Social

Atividade: 2.037 - Gestão Administrativa da SEMAS

(130) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PJ	R	\$
40.000,00		

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 - Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.037 - Gestão Administrativa da SEMAS

(118) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC R	\$
40.000,00	

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de março de 2014.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**ERRATA AO CONTRATO Nº 011/2015 FMS**

ERRATA AO CONTRATO Nº 011/2015 FMS

No Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC nº 1694, de 03 de março de 2015, página 388, na publicação do Extrato de Contrato nº 011/2015 FMS, onde se lê: "I - A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 até 31 de janeiro de 2016, podendo ser prorrogado por outros períodos, mediante Termo Aditivo, ficando adstrita a vigência dos respectivos créditos orçamentários, limitado a 60 (sessenta) meses, conforme

art. 57, II da Lei nº 8.666/93.", leia-se: "I - A vigência do contrato será de 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado por outros períodos, mediante Termo Aditivo, ficando adstrita a vigência dos respectivos créditos orçamentários, limitado a 60 (sessenta) meses, conforme art. 57, II da Lei nº 8.666/93."

**ERRATA AO CONTRATO Nº 012/2015 FMS**

ERRATA AO CONTRATO Nº 012/2015 FMS

No Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC nº 1694, de 03 de março de 2015, página 388, na publicação do Extrato de Contrato nº 012/2015 FMS, onde se lê: "I - A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 até 31 de janeiro de 2016, podendo ser prorrogado por outros períodos, mediante Termo Aditivo, ficando adstrita a vigência dos respectivos créditos orçamentários, limitado a 60 (sessenta) meses, conforme art. 57, II da Lei nº 8.666/93.", leia-se: "I - A vigência do contrato será de 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado por outros períodos, mediante Termo Aditivo, ficando adstrita a vigência dos respectivos créditos orçamentários, limitado a 60 (sessenta) meses, conforme art. 57, II da Lei nº 8.666/93."

**ERRATA AO CONTRATO Nº 016/2015 FMS**

ERRATA AO CONTRATO Nº 016/2015 FMS

No Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC nº 1694, de 03 de março de 2015, páginas 388 e 389, na publicação do Extrato de Contrato nº 016/2015 FMS, onde se lê: "I - A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 até 31 de janeiro de 2016, podendo ser prorrogado por outros períodos, mediante Termo Aditivo, ficando adstrita a vigência dos respectivos créditos orçamentários, limitado a 60 (sessenta) meses, conforme art. 57, II da Lei nº 8.666/93.", leia-se: "I - A vigência do contrato será de 11 (onze) meses, a contar de 01 de fevereiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado por outros períodos, mediante Termo Aditivo, ficando adstrita a vigência dos respectivos créditos orçamentários, limitado a 60 (sessenta) meses, conforme art. 57, II da Lei nº 8.666/93."

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Imóvel que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CENTER VARIEDADES LTDA.

DO OBJETO: A LOCADORA é proprietária de dois imóveis (prédios) com dois pavimentos cada, sendo um com área de 335,15 m2 e outro com 179,62 m2, situado na Rua Capitão Ernesto Nunes, esquina com a Rua Padre Fidelis Tomelin, Centro, São Bento do Sul, loca-o ao segundo, aqui designado LOCATÁRIO. O LOCATÁRIO destina o objeto da presente locação para abrigar o Centro de Especialidades Médicas e Laboratoriais do Município, conforme Dispensa de Licitação nº 4/2015.

DO VALOR: R\$ 122.090,52 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2015.

São Bento do Sul, 22 de janeiro de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

CENTER VARIEDADES LTDA, como Locadora.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Médica e Psicológica que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CLÍNICA MÉDICA HJ LTDA.

DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de assistência médica e psicológica a doentes mentais carentes de São Bento do Sul - SC (internação por leitos) sendo 84 (oitenta e quatro) leitos mensais para atendimento à maiores de 18 anos e 12 (doze) leitos mensais para atendimento a adolescente de 12 a 18 anos pelo período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015.

DO VALOR: R\$ 216.576,24 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2015.

São Bento do Sul, 23 de janeiro de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

CLÍNICA MÉDICA HJ LTDA, como Locador.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 056/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Auxílio Funeral para Famílias Carentes que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SERVIÇO FUNERÁRIO BOM JESUS LTDA - ME.

DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa funerária para serviço de auxílio funeral para famílias carentes referenciadas pelo CRAS da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul conforme Lei Municipal nº 322 de 15 de dezembro de 1998, Decreto nº 077 de 11 de março de 2013 e decreto nº 151 de 14 de outubro de 1997, referente aos benefícios eventuais pelo período de 02 de janeiro de 2015 à 24 de maio de 2015, de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 28/2015 de 29 de janeiro de 2015.

DO VALOR: R\$ 23.443,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses e 23 (vinte e três) dias, a contar de 02/01/2015.

São Bento do Sul, 09 de fevereiro de 2015.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

SERVIÇO FUNERÁRIO BOM JESUS LTDA - ME, como Contratado.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 057/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 057/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Auxílio Funeral para Famílias Carentes que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME.

DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa funerária para serviço de auxílio funeral para famílias carentes referenciadas pelo CRAS da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul conforme Lei Municipal nº 322 de 15 de dezembro de 1998, Decreto nº 077 de 11 de março de 2013 e decreto nº 151 de 14 de outubro de 1997, referente aos benefícios eventuais pelo período de 02 de janeiro de 2015 à 24 de maio de 2015, de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 30/2015 de 30 de janeiro de 2015.

DO VALOR: R\$ 12.135,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses e 23 (vinte e três) dias, a contar de 02/01/2015.

São Bento do Sul, 09 de fevereiro de 2015.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME, como Contratado.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 058/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Auxílio Funeral para Famílias Carentes que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa FSB SERVIÇOS PÓSTUMOS LTDA - ME.

DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa funerária para serviço de auxílio funeral para famílias carentes referenciadas pelo CRAS da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul conforme Lei Municipal nº 322 de 15 de dezembro de 1998, Decreto nº 077 de 11 de março de 2013 e decreto nº 151 de 14 de outubro de 1997, referente aos benefícios eventuais pelo período de 02 de janeiro de 2015 à 24 de maio de 2015, de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 31/2015 de 30 de janeiro de 2015.

DO VALOR: R\$ 5.516,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses e 23 (vinte e três) dias, a contar de 02/01/2015.

São Bento do Sul, 09 de fevereiro de 2015.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

FSB SERVIÇOS PÓSTUMOS LTDA - ME, como Contratado.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2015 FC**

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 - Centro

Fone/Fax: (47) 3631-6043

89.280-364 - SÃO BENTO DO SUL - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2015

DA ESPÉCIE: Contrato de locação por tempo determinado, que entre si celebram a FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL e a SOCIEDADE DESPORTIVA BANDEIRANTES.

DO OBJETO: Contrato de parte de imóvel (Sociedade Desportiva Bandeirantes), localizado a Rua Alfredo Klimmek, nº 168, sendo: salão de festas de no mínimo 300 m², com 40 mesas e com banheiros disponíveis e estacionamento de suas dependências, sendo que a locação é por prazo determinado, dentro das datas preestabelecidas no cronograma de eventos (CLÁUSULA SEXTA - DAS DATAS E QUANTIDADES DE EVENTOS), conforme Convite nº 3/2015, de 6 de fevereiro de 2015.

DO VALOR: R\$ 11.950,00 (onze mil, novecentos e cinquenta reais) para 5 (cinco) eventos.

DA VIGÊNCIA: de 23 de fevereiro a 23 de dezembro de 2015.

São Bento do Sul, 23 de fevereiro de 2015.

Ass: BRAULIO HANTSCHER, pela Fundação Cultural

EDUARDO ROBERTO HASTREITER, pela Sociedade



**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 001/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2015

DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços referente á Seguro Total e Contra Terceiros de Veículos do Fundo Municipal de Saúde nº 034/2012, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS S/A, em 20 de ABRIL de 2012, conforme edital de Pregão nº 35/2012.

Considerando o objeto do Contrato de nº 034/2012 que consiste na contratação de empresa seguradora para a realização de seguro total e contra terceiros dos veículos do Fundo Municipal de Saúde;

Considerando a aquisição pelo Fundo Municipal de Saúde de um veículo novo, sendo Ambulância do SAMU - Placa QHG-1430, chassi nº 93YMAF4LAF1706833, Renavam 243454, conforme documentos anexos a este Termo Aditivo, faz-se necessário aditar o referido Contrato, nos seguintes termos:

Fica incluso no Contrato o valor de R\$ 900,62 (novecentos reais e sessenta e dois centavos).

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 21 de janeiro de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS S/A, como Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 074/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 074/2015

DA ESPÉCIE: Décimo Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 094/2012, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, em 07 de MARÇO de 2012, conforme Edital de Concorrência Pública nº 37/2012.

Considerando o objeto do Contrato de nº 094/2012, que consiste na construção da Praça do PEC - Praça do Esporte e da Cultura Modelo 3000 m2 - Programa: Praças do PAC, com fornecimento de material de construção, mão de obra e demais equipamentos e obrigações necessárias, bem como responsabilidade técnica pela execução, conforme Termo de Compromisso nº 0363.525-07/2011 Ministério da Cultura/Caixa, memorial descritivo e projetos; Considerando algumas alterações no projeto inicial e também alguns itens do projeto ter sido orçado em quantidade superior ao utilizado, conforme abaixo:

- itens 9.5, 11.1, 15.6: houve redução pelo fato de a quantidade indicada em projeto ser inferior ao que foi considerado em orçamento, dessa forma ajustando orçamento e projeto para que fiquem com mesmas quantidades.

- itens 17.2, 17.9: foi feita a redução, pois no local onde deveria haver calçada em blocos de concreto e meio-fio foi acordado em deixar um ponto de táxi existente, dessa forma esse itens não foram executados e deve haver redução dos mesmos.

- itens 9.8, 9.9, 24.2, 30.11: houve supressão pelo fato de os mesmos não constarem em projeto, impossibilitando a execução e havendo a necessidade de supressão de 100% no orçamento, Diante do exposto faz-se necessário suprimir o referido Contrato, com base no Art. 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica suprimido do Contrato o valor total de R\$ 21.149,10 (vinte e um mil, cento e quarenta e nove reais e dez centavos).

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 23 de fevereiro de 2015.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.

RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

RAPHAEL BEDIN BUENO, como Engenheiro Civil.  
JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, como Contratada.

**LISTAGEM PORTARIAS Nº 03/2015**

Portaria nº 8222, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 05 de março de 2015. Silvana Aparecida Krauss Granza. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. SEMAS.

Portaria nº 8223, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 05 de março de 2015. Janaina Madeira. Auxiliar de Serviços. 40 horas semanais. SEMAS.

Portaria nº 8224, de 05 de março de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 05 de março de 2015. Patricia de Oliveira Mendes. Atendente Educativo. Grupo Ocupacional Assistência Educacional, Classe A, Nível I, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8225, de 05 de março de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 05 de março de 2015. Josiane Randig Stiegler. Atendente Educativo. Grupo Ocupacional Assistência Educacional, Classe A, Nível I, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8226, de 05 de março de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 05 de março de 2015. Cintia Rodrigues Skonieczny. Atendente Educativo. Grupo Ocupacional Assistência Educacional, Classe A, Nível I, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8227, de 05 de março de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 05 de março de 2015. Riciely Maria Gottardo. Atendente Educativo. Grupo Ocupacional Assistência Educacional, Classe A, Nível I, com 30 horas semanais. SEMED.

Portaria nº 8228, de 05 de março de 2015. Revoga Portaria nº 8227/15 que nomeou servidora pública Riciely Maria Gottardo no cargo de Atendente Educativo, por desistência espontânea em 05 de março de 2015.

Portaria nº 8230, de 05 de março de 2015. Exonera Chefe de Divisão de Alta Complexidade, a partir de 01 de março de 2015, Genésio Cristofolini. SEMAS.

Portaria nº 8231, de 05 de março de 2015. Nomeia Chefe de Divisão de Média Complexidade, a partir de 01 de março de 2015, Genésio Cristofolini. SEMAS.

Portaria nº 8232, de 05 de março de 2015. Exonera Coordenador de Setor dos Centros de Referência Especializados em Assistência Social - CREAS, a partir de 01 de março de 2015, Berselia da Silva. SEMAS.

Portaria nº 8233, de 05 de março de 2015. Nomeia Chefe de Divisão de Alta Complexidade, a partir de 01 de março de 2015, Berselia da Silva. SEMAS.

Portaria nº 8234, de 05 de março de 2015. Exonera Coordenador de Serviços de Recepção de CRAS, a partir de 01 de março de 2015, Sandra Regina dos Santos Veiga. SEMAS.

Portaria nº 8235, de 05 de março de 2015. Nomeia Coordenador de Setor dos Centros de Referência Especializados em Assistência Social - CREAS, a partir de 01 de março de 2015, Sandra Regina dos Santos Veiga. SEMAS.

Portaria nº 8236, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 24 de fevereiro de 2015. DEBORA DUARTE E SOUZA. ATENDENTE EDUCATIVO. 30 horas semanais. EBM Prof. Adélia Lutz. SEMED.



Portaria nº 8237, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. FERNANDA APARECIDA MARTINS. ATENDENTE EDUCATIVO. 30 horas semanais. CEIM Algodão Doce. SEMED.

Portaria nº 8238, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. SILVANA MARIA DOS SANTOS. ATENDENTE EDUCATIVO. 30 horas semanais. EBM Maria Waltrudes Vasconcellos Kruger. SEMED.

Portaria nº 8239, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. VIVIANE AUGUSTIN GUIMARAES. ATENDENTE EDUCATIVO. 30 horas semanais. CEIM Fada Madrinha. SEMED.

Portaria nº 8240, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. TAIS BUBA KOTOVICZ. ATENDENTE EDUCATIVO. 30 horas semanais. CEIM Tico e Teco. SEMED.

Portaria nº 8241, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. ANGELA MARIA DE SOUZA. ATENDENTE EDUCATIVO. 30 horas semanais. EBM Garibaldina Silveira Fuginaga. SEMED.

Portaria nº 8242, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 03 de março de 2015. MILEINE DE CARVALHO. ATENDENTE EDUCATIVO. 30 horas semanais. CEIM Neide de Fátima Lobermeyer. SEMED.

Portaria nº 8243, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 03 de março de 2015. MARGARETH APARECIDA ALVES DA ROSA HINKE. ATENDENTE EDUCATIVO. 30 horas semanais. CEIM Ver. Silvio Ivens Grossl. SEMED.

Portaria nº 8244, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 03 de março de 2015. GABRIELA TIBES BUENO. ATENDENTE EDUCATIVO. 30 horas semanais. EBM Baselisse Carvalho Ramos Virmond. SEMED.

Portaria nº 8245, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 05 de março de 2015. SILVANA BERTOLI SANTOS EHRESMANN. ATENDENTE EDUCATIVO. 30 horas semanais. EBM Dr. Hercílio Malinowsky. SEMED.

Portaria nº 8246, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 03 de março de 2015. EVANILSE APARECIDA PIO. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. EBM Profª Aracy Hansen. SEMED.

Portaria nº 8247, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de março de 2015. NAYARA FRITZ. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. CEIM Trenzinho Maluco. SEMED.

Portaria nº 8248, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de março de 2015. CINTIA DE SOUZA. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. CEIM Vera Lucia Drechsler Kitzberger. SEMED.

Portaria nº 8249, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de março de 2015. ROSINETE LIMA DE ASSUNÇÃO. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. EBM Sophia Schwedler. SEMED.

Portaria nº 8250, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. DINOCI GOMES. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. EBM Profª Adélia Lutz. SEMED.

Portaria nº 8251, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. SIMONE SIMBALISTA SCHADEK. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. CEIM Sono Meu. SEMED.

Portaria nº 8252, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. NAIARA RODRIGUES. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. CEIM Pequenos Passos. SEMED.

Portaria nº 8253, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. LORECI DIAS DE SIQUEIRA. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. EBM Pres. Castelo Branco. SEMED.

Portaria nº 8254, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. MARIA ZONI APARECIDA DA SILVA SARZI. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. EBM Denise Cristiane Harms. SEMED.

Portaria nº 8255, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. CRISTILAIN ALVES NUNES LOURENÇO. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. EBM Maria Waltrudes Vasconcellos Kruger. SEMED.

Portaria nº 8256, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. MARIA JANETE LEITE MARTINS PEREIRA. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. EBM Profª Aracy Hansen. SEMED.

Portaria nº 8257, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. LILIAN DOS ANJOS. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. CEIM Peter Pan. SEMED.

Portaria nº 8258, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. SHEILA SHTIGLER. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. EBM Pref Antônio Tremel. SEMED.

Portaria nº 8259, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. TANIA REGINA SILVEIRO. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. EBM Annelize B. Mallon. SEMED.

Portaria nº 8260, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. SONIA KRUGER. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. EBM Profª Adélia Lutz. SEMED.

Portaria nº 8261, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 03 de março de 2015. INDIA NARA SIQUEIRA. AUXILIAR DE SERVIÇOS. 40 horas semanais. EBM Profª Adélia Lutz. SEMED.

Portaria nº 8262, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 23 de fevereiro de 2015. NADINI DA SILVA. PROFESSOR ANOS FINAIS - OFICINA DE DANÇA. totalizando 20 horas semanais na EBM Dalmir Pedro Cubas e na EBM Pres. Castelo Branco. SEMED.

Portaria nº 8263, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 24 de fevereiro de 2015. CELIA REGINA SIMIONI VARELA. PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL. 40 horas semanais. CEIM Peter Pan. SEMED.

Portaria nº 8264, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 24 de fevereiro de 2015. EVILIANE OSNILDA CUBAS MUNHOZ. PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL. 40 horas

semanais. CEIM Sonho Meu. SEMED.

Portaria nº 8265, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 24 de fevereiro de 2015. SIRLEI DA CRUZ MARTINS. PROFESSOR ANOS INICIAIS. 20 horas semanais. EBM Rodolfo Berti. SEMED.

Portaria nº 8266, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 24 de fevereiro de 2015. DEBORA ANIAIA. PROFESSOR ANOS FINAIS - INTERPRETE DE LIBRAS. totalizando 40 horas semanais na EBM Profª Lucia Tschoeke e na Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos. SEMED.

Portaria nº 8267, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 24 de fevereiro de 2015. VANIA MARINETI PADILHA. PROFESSOR ANOS FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA. 20 horas semanais. EBM Denise Harms. SEMED.

Portaria nº 8268, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. MARCIA HANTSCHHEL MOURA. PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL. 40 horas semanais. CEIM Castelo Encantado. SEMED.

Portaria nº 8269, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. FERNANDA DA SILVA ENGEL. PROFESSOR ANOS FINAIS - OFICINA DE CORAL. totalizando 20 horas semanais. EBM Profª Adélia Lutz e EBM Garibaldi na Silveira Fuginaga. SEMED.

Portaria nº 8270, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. ERVINO SENN. PROFESSOR ANOS FINAIS - GEOGRAFIA. 20 horas semanais. EBM Pref Antônio Tremel. SEMED.

Portaria nº 8271, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. CAMILA DE CASTRO NOGUEIRA. PROFESSOR ANOS FINAIS - OFICINA DE DANÇA. 20 horas semanais. EBM Dr. Hercílio Malinowsky. SEMED.

Portaria nº 8272, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. LUCIANA YARENHUK DA SILVA. PROFESSOR ANOS FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA. 10 horas semanais. EBM Cel Osny Vasconcellos. SEMED.

Portaria nº 8273, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. LUCIANA YARENHUK DA SILVA. PROFESSOR ANOS FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA. 10 horas semanais. EBM Maria Ferreira Ziemann. SEMED.

Portaria nº 8274, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. SILVANE GROSSL LIEBL. PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL. 40 horas semanais. EBM Pres Castelo Branco. SEMED.

Portaria nº 8275, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. ROSA JANE OLIVEIRA BOENO FROEHNER. PROFESSOR ANOS FINAIS - ARTES. 10 horas semanais. CEIM Raio de Sol. SEMED.

Portaria nº 8276, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. ROSA JANE OLIVEIRA BOENO FROEHNER. PROFESSOR ANOS FINAIS - ARTES. 20 horas semanais. EBM Prof. Lúcia Tschoeke. SEMED.

Portaria nº 8277, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. OSMARINA PEREIRA DE CAMARGO SCHUTZLER. ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS. 40 horas semanais. EBM Dalmir Pedro Cubas. SEMED.

Portaria nº 8278, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. MILTON RAMOS. PROFESSOR ANOS FINAIS - HISTÓRIA. 10 horas semanais. EBM Sophia Schwedler. SEMED.

Portaria nº 8279, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. MILTON RAMOS. PROFESSOR ANOS FINAIS - HISTÓRIA, totalizando 20 horas semanais. EBM Prof. Lúcia Tschoeke e EBM Prof. Aracy Hansen. SEMED.

Portaria nº 8280, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 03 de março de 2015. IDAZINA MIRANDA DA CRUZ MARTINS. PROFESSOR ANOS FINAIS - ARTES. 20 horas semanais. EBM Denise Cristiane Harms. SEMED.

Portaria nº 8281, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 03 de março de 2015. IDAZINA MIRANDA DA CRUZ MARTINS. PROFESSOR ANOS FINAIS - ARTES. 20 horas semanais. EBM Prof. Adélia Lutz. SEMED.

Portaria nº 8282, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. IARA CAROLINE FUERST DE SOUZA. PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, totalizando 40 horas semanais. EBM Emílio Engel e CEIM Estrela Guia. SEMED.

Portaria nº 8283, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 02 de março de 2015. NERLI BORGES DE SOUZA SCHOFFEL. PROFESSOR ANOS FINAIS - ARTES, totalizando 20 horas semanais. EBM Pref Alfredo Diener e EBM Rodolfo Berti. SEMED.

Portaria nº 8284, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 03 de março de 2015. SOLANGE SIRLEY GRAZEK PEREIRA. SECRETÁRIA DE ESCOLA. 40 horas semanais. EBM Profª Aracy Hansen. SEMED.

Portaria nº 8285, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de março de 2015. LINDACIR DE LIMA ROCHA MAIA. PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL. 40 horas semanais. CEIM Silvio Ivens Grossl. SEMED.

Portaria nº 8286, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de março de 2015. FLAVIA RAQUEL STAHELIN. PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL. 40 horas semanais. CEIM Peter Pan. SEMED.

Portaria nº 8287, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de março de 2015. EDILENE DE FATIMA NENEMANN. ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS. 40 horas semanais. EBM Cel Osny Vasconcellos. SEMED.

Portaria nº 8288, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 04 de março de 2015. ELIANE MARTINS ROCHA SCHIOCHET. PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL. 40 horas semanais. CEIM Algodão Doce. SEMED.

Portaria nº 8289, de 05 de março de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 05 de março de 2015. MARCIA MORETO. PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL. 40 horas semanais. CEIM Neide de Fátima Lobermeyer. SEMED.

,

**PORTARIA Nº 8229/2015**

PORTARIA Nº 8229, DE 05 DE MARÇO DE 2015

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal ROSIMERI HANNE-MANN DA SILVA, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00105/13-7, de 09 anos, 08 meses e 06 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 1341, de 05 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2015**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 43/2014

Contrato Nº: 13/2015 - 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 74/2014

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: Continental Empreiteira de Mão de Obra Ltda

Vigência: Início: 24/02/2015 - Término: 24/08/2015

Recursos: Dotação:

(93) 3.3.90.37.00.00.00.00 - Obras e Instalações - Setor de Abastecimento de Água

(60) 3.3.90.37.00.00.00.00 - Obras e Instalações - Setor de Esgoto Sanitário

Objeto: Locação de mão de obra de 04 auxiliares de operações para implantação de redes coletoras e recalques de esgoto e redes de distribuição de água.

Valor: R\$ 13.100,00 (Treze Mil e Cem Reais) por mês.

São Bento do Sul, 06 de março de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

**São Domingos****PREFEITURA****ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 028 MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA**

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO DO CONVÊNIO:

Mês/Ano: Dezembro/2014

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 028/2014 de 31 de dezembro de 2014 ( 5º Termo Aditivo - Processo nº 00350.004787/2009-55- Convênio nº 128/2009)

Descrição: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contido na Cláusula Segunda do Terceiro Termo Aditivo ao Convênio em tela.

Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC 33076

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: Ministério da Pesca e Aquicultura

CNPJ: 05.482.692/0001-75

Data Vencimento: 28/06/2015

**DEC 1827 DE 03 02 15 ADMITE PROFESSORA ACT DEOCLEIA APARECIDA SPANHOL**

DECRETO Nº 1827, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015.

Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas:

1. Pelo Inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal;
2. Pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990;
3. Pela Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998 atualizada;
4. Pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada;
5. Pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/2012, atualizada;
6. Pela Lei Complementar nº 043 de 26/07/2012;
7. De conformidade com a Lei Complementar nº 045, de 06/11/2012 atualizada;

- Considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para desempenhar funções dos cargos do Magistério Público Municipal;

- Considerando o Edital n. 008, de 30 de janeiro de 2015, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 001/2014;

- Considerando o Primeiro Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015;

- Considerando a necessidade da contratação de servidores para atender às demandas existentes em caráter temporário, uma vez que o Concurso Público vigente é de caráter efetivo e em diversas situações não contempla as necessidades;

- Considerando que existem servidores efetivos com o cargo de Professor, que ocupam as funções de direção, chefia e assessoramento;

- Considerando a necessidade de preencher as vagas excedentes;

- Considerando que o município possui alunos que necessitam de atendimento especial, e com isso é necessário contratar professores em caráter temporário uma vez que, a demanda poderá não ser contínua e estes professores atuarão como "segundo professor" em sala de aula;

- Considerando todos os princípios que norteiam a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Deocleia Aparecida Spanhol, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Física), Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será durante o ano letivo de 2015, conforme o que estabelece a Lei Complementar nº 043 de 26 de julho de 2012.

Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, conforme disposto na legislação municipal atualizada.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 03 de fevereiro de 2015.

Sandro Figueiró

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

Fabiano Batistel

Secretário de Administração e Fazenda, Designado

### DEC 1883 DE 03 03 2015 SUPERÁVIT

DECRETO Nº 1883, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2014 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.750, de 10/12/14;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional, pelo superávit financeiro, cria a modalidade de aplicação e adiciona o valor de R\$ 368.541,17 (trezentos e sessenta e oito mil, quinhentos e quarenta e um reais e dezessete centavos), nas seguintes programações de despesas:

03.00 – Secretaria de Administração e Fazenda				
04.122.1003.2003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicação Direta Decor. de Op.entre Órgãos	178	0.3.0000	1.120,00
44900000	Aplicações Diretas	179	0.3.0000	115.695,80
04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes				
12.361.1005.2053 – Manutenção do Transporte Escolar				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	168	0.3.0022	36.043,26
33900000	Aplicações Diretas	169	0.3.0061	8.920,74
12.306.1005.2054 – Manutenção da Alimentação Escolar - Ensino Fundamental				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	170	0.3.0060	3.805,16
12.306.1005.2055 – Manutenção da Alimentação Escolar - Ensino Infantil				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	171	0.3.0062	70.000,00
12.365.1005.2052 – Manutenção do Ensino Infantil				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	173	0.3.0062	51.304,05
44900000	Aplicações Diretas	172	0.3.0062	6.000,00
06.00 – SECRETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO				
04.122.1003.2003 – Implantação de Sinalização Turística e Urbana				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	174	0.3.0000	1.818,88
07.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. PÚBLICOS				
15.451.1009.1014 – Pavimentação de Vias Públicas				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	164	0.3.0000	32.371,80
15.451.1009.1016 – Construção e Revitalização de Praças Públicas				



Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	175	0.3.0000	29.250,00
11.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
08.244.1007.1011 – Edificação, Reforma de Equipamentos Sociais				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
44900000	Aplicações Diretas	176	0.3.0000	12.211,48

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior, nos seguintes valores:

R\$ 192.467,96 Fonte de recursos ordinários - 0.3.0000;

R\$ 36.043,26 Fonte de recursos Transporte Escolar Estado - 0.3.0022;

R\$ 8.920,74 Fonte de recursos PNATE - 0.3.0061;

R\$ 3.805,16 Fonte de recursos PNAE - 0.3.0060;

R\$ 127.304,05 Fonte de recursos Outras Transferências do MDE - 0.3.0062;

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 03 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

## **DEC 1886 DE 04 03 15 DESIGNA COMISSÃO DAS FESTIVIDADES DO MUNICIPIO**

DECRETO Nº 1886, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Designa Comissão Organizadora das Festividades do Município de São Domingos.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

- Considerando a necessidade de organização das festividades do Município, principalmente para a realização das atividades de comemoração do 52º Aniversário de emancipação política e administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para compor a Comissão Organizadora das Festividades do Município de São Domingos, os seguintes membros:

I. Viane Ferrarini Meoti (Presidente);

II. Odila Girotto Elger;

III. Ana Claudia Barizon Fontana da Luz;

IV. Ari Pertille;

V. Silvia Rozani de Brito Baggio;

VI. Aldair Luiz da Silveira;

VII. Paula Natana Comachio;

VIII. Sandra Maria Fiorese;

IX. Simone Zanin;

X. Keli Camiloti;

XI. Elieze Comachio;

XII. Fabiano Batistel.

Parágrafo único. As atribuições e as tarefas da comissão têm prioridade sob quaisquer outros serviços públicos.

Art. 2º Aos membros da comissão não será pago qualquer remuneração, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 04 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda



**DEC 1890 DE 04 03 15 TRANSFERE FERIADO MUNICIPAL 07 04 2015**

DECRETO Nº 1890, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Transfere, excepcionalmente para o ano de 2015, feriado municipal comemorativo a data de emancipação político administrativa do Município de São Domingos - SC, 07 de abril, disposto na Lei Complementar Municipal nº 0018/2008 e dá outras providências. O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

- Considerando que o feriado municipal de 07 de abril, quando comemora-se o Dia do Aniversário do Município, se dará em uma terça-feira, logo após os feriados religiosos da Semana Santa;

- Considerando a demanda dos trabalhos exigidos para a preparação das festividades alusivas ao aniversário do Município;

- Considerando que os servidores municipais teriam que trabalhar na organização e preparativos das festividades durante os feriados de Sexta-Feira Santa, Sábado de Aleluia e Domingo de Páscoa;

- Considerando a programação religiosa realizada pela Igreja Matriz para os dias que antecedem ao dia 07 de abril, durante a Semana Santa;

- Considerando a necessidade da instalação das estruturas (pavilhão, palco, sonorização, entre outros) na Avenida Irineu Bornhausen, para a realização das festividades de aniversário do Município;

- Considerando a proximidade com a Igreja Matriz, do local onde serão instaladas as estruturas, bem como o barulho e a movimentação ocasionados durante a instalação das mesmas;

- Considerando a necessidade de interdição das ruas onde serão montadas as estruturas para a realização da programação alusiva ao aniversário do Município;

- Considerando o Ofício da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL de São Domingos, protocolo nº 559/2015, onde manifesta concordância com a transferência do feriado;

- Considerando a necessidade de organização das festividades do Município, principalmente para a realização das atividades de comemoração do 52º Aniversário de emancipação política e administrativa;

- Considerando o princípio da economicidade e a preservação do interesse público;

DECRETA:

Art. 1º Fica transferido, excepcionalmente para o ano de 2015, o feriado municipal de 07 de abril (terça-feira), comemorativo à data de emancipação político administrativa do Município de São Domingos - SC, disposto na Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28 de janeiro de 2008, para o dia 11 de abril (sábado).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 05 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 302-2015 ALTERA CARGA HORARIA**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 302 de 27.02.2015

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA DE SERVIDOR DA CÂMARA DE VEREADORES.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno e Resolução nº 001/2011 (Organização Administrativa da Secretaria quadro de pessoal, gratificações, vencimentos mensais e descrição dos

cargos dos servidores da Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos - SC, e da outras Providências);

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a carga horária semanal de 20 horas para 40 horas, da Servidora Élen Magali Aiolfi, ocupante do Cargo em Comissão de Diretora do Departamento de Finanças, enquadrada no Anexo II - Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, Código 06, da Resolução nº 001/2011.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor apartir de 01 de março de 2015.

Câmara Municipal de Vereadores de São Domingos - SC, 27 de fevereiro de 2015.

NEUDI JOSE BURATTI

Presidente da Câmara de Vereadores

Este Decreto Legislativo foi registrado e publicado em data supra.

MILTON BERTOLDI

1º Secretário

**PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 024/2015**

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 024/2015 - INEXIGIBILIDADE N. 002/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO NACIONAL COM A DUPLA MARCOS & BELUTTI NO DIA 12 DE ABRIL DE 2015, EM COMEMORAÇÃO AO 52º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC.

Com base nas informações constantes no Processo Licitatório n. 024/2015, referente à inexigibilidade n. 002/2015, bem como no parecer emitido pela Assessoria Jurídica e em cumprimento aos termos do artigo 26, caput, da Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores, ACOLHO O RELATÓRIO e RATIFICO a inexigibilidade 002/2015, em favor da empresa CONTRATADA: F & S PRODUTORES ARTÍSTICAS LTDA, inscrita no CNPJ n. 11.515.243/0001-89, com o valor total de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), fundamentada no Art. 25, III, da Lei n. 8.666/93 e suas alterações.

Publique-se e cumpra-se. São Domingos, 06 de março de 2015.

Alcimar de Oliveira - Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 025/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 025/2015

PREGÃO PRESENCIAL PREFE N. 010/2015

O Pregoeiro Oficial do Município TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 19 de março de 2015, estará recebendo as propostas dos interessados para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) EM LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS; FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA; FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE LIMPEZA; MATERIAIS E SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AOS 52 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS eventos que serão realizados nos dias 10, 11 e 12 de abril de 2015. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 05 de março de 2015.  
FLÁVIO CELESTE LORENZI  
PREGOEIRO OFICIAL

### **TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 021/2015 - INEXIGIBILIDADE N. 001/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SHOW ARTISTICO PARA REALIZAÇÃO DO 3º CANTA SÃO DOMINGOS - FESTIVAL DA CANÇÃO SERTANEJA DE SÃO DOMINGOS - SC, A SER REALIZADO NOS DIAS 10 E 11 ABRIL DE 2015 (SEXTA E SÁBADO).

Com base nas informações constantes no Processo Licitatório n. 021/2015, referente à inexigibilidade n. 001/2015, bem como no parecer emitido pela Assessoria Jurídica e em cumprimento aos termos do artigo 26, caput, da Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores, ACOLHO O RELATÓRIO e RATIFICO a inexigibilidade 001/2015, em favor da empresa DARCI ANTONIO ZATTERA E CIA LTDA ME inscrita no CNPJ n. 11.041.683/0001-41, com o valor total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), fundamentada no Art. 25, III, da Lei n. 8.666/93 e suas alterações.

Publique-se e cumpra-se.

São Domingos, 06 de março de 2015.  
Alcimar de Oliveira  
Prefeito Municipal

# São José

## **PREFEITURA**

### **DECRETO Nº 4061/2015**

DECRETO Nº 4061/2015  
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora KÁTIA CILENE DIAS do cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de fevereiro de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4062/2015**

DECRETO Nº 4062/2015  
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada KÁTIA CILENE DIAS para o cargo em comissão de Assessor III Administrativo - CCM 4, com lotação no Gabinete da Prefeita, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de fevereiro de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4063/2015**

DECRETO Nº 4063/2015  
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor JOSÉ CARLOS DE MELO do cargo de Supervisor da Fiscalização de Tributos - CCM6, com lotação na Secretaria da Receita.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de fevereiro de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4064/2015**

DECRETO Nº 4064/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado ANTÔNIO ALFREDO TORQUATO para o cargo em comissão de Assessor V Administrativo - CCM 5, com lotação Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 059/2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4065/2015**

DECRETO Nº 4065/2015

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder à servidora TASSIANI LEMOS STANK, matrícula nº 35.265, a função gratificada de Coordenador de Setor, nível FG-CH.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4072/2015**

DECRETO Nº 4072/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado CARLOS EDUARDO JORGE para exercer o cargo em comissão de Supervisor da Fiscalização de Tributos - CCM6, com lotação na Secretaria da Receita, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4073/2015**

DECRETO Nº 4073/2015

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder ao servidor JOSÉ CARLOS DE MELO, matrícula nº 6.043-7, a função gratificada de Diretor de Diretoria, nível FG-DI.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de fevereiro de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4075/2015**

DECRETO Nº 4075/2015

DECRETA ÁREA DE FESTA.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretada área de festa, nos dias 16, 17 e 18 de maio do corrente ano, toda a área que envolve o Centro Histórico de São José, ou seja, as Praças Hercílio Luz e Arnaldo de Souza, as Ruas Xavier Câmara, Padre Macário, 14 de Julho, Virgílio Espíndola, Germano Gerlach, Vicente de Carvalho, Irineu Comelli e o Beco da Carioca, tendo em vista a realização da Festa do Divino Espírito Santo e São José.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4078/2015**

DECRETO Nº 4078/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. ALESSANDRA FERREIRA SILVA para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cirurgiã-dentista, com carga horária de 20 horas semanais, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4079/2015**

DECRETO Nº 4079/2015

NOMEIA SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que a candidata foi aprovada em concurso público referente ao Edital N.º 001/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. TASSIANA GULIAS para ocupar o cargo de provimento efetivo de Farmacêutica, com carga horária de 30 horas semanais, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4089/2015**

DECRETO Nº 4089/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada MARIA IDALINA SCHMIDT para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4092/2015**

DECRETO Nº 4092/2015

CESSA EFEITOS DO DECRETO 2543/2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Cessa efeitos do decreto 2543/2014, de 16 de abril de 2014, que concede a RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO, matrícula nº 35.601, a função gratificada de Coordenador de Setor, nível FG-CO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4093/2015**

DECRETO Nº 4093/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada RITA DE CASSIA FAVERSANI FURTADO para exercer o cargo de Secretária Adjunta da Assistência Social - SMA, com lotação na Secretaria da Assistência Social, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4094/2015**

DECRETO Nº 4094/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora KELEN ROSA DA SILVA do cargo de Assessor II ADMINISTRATIVO - CCM 2, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a de 02 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4095/2015**

DECRETO Nº 4095/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor FELIPE DOS SANTOS SCHMITZ do cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal



**DECRETO Nº 4096/2015**

DECRETO Nº 4096/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado FELIPE DOS SANTOS SCHMITZ para exercer o cargo de Assessor II ADMINISTRATIVO - CCM 2, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Ordinária nº 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4097/2015**

DECRETO Nº 4097/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada GISELI MONSINHOR MACHADO SIMEÃO para exercer o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004 e Lei nº 4.285/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4099/2015**

DECRETO Nº 4099/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor ABEL VEIGA do cargo de Coordenador de Ginásio - CCM 5, com lotação na Fundação Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4112/2015**

DECRETO Nº 4112/2015

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, a Lei 4.955/2010 e a Lei 5.388/2014,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2015/FUNDESJ - Fundação Municipal Educacional;

DECRETA:

Art.1º - Ficam admitidos(as), os(as) seguintes servidores(as) contratados por processo seletivo, ocupantes de cargos temporários:

	Servidor	Função	Carga Horária Contratação	Data Admissão
I	Odimar Lorensen	Professor de Ensino Superior Substituto – Área Educação - 2º colocado.	07h	09/03/2015
II	Rosane Nienchoter	Professor de Ensino Superior Substituto – Área Educação - 4º colocada.	07h	09/03/2015

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de março de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4114/2015**

DECRETO Nº 4114/2015

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÕES - JARI, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A Prefeita Municipal de São José, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - O Art. 2º do Decreto N.º 1799 de 27 de dezembro de 2013 que Nomeia a Composição da Junta Administrativa de Recurso de Infrações - JARI passa a vigorar com a seguinte redação: [...]

Art. 2º. - Compõem a Primeira Junta Administrativa de Recurso de Infração - 1ª JARI, no Município de São José, para cumprimento de mandato, tendo como limite de permanência o disposto no art. 4º, §3º, do Decreto nº 30.024/2009, que dispõe sobre o Regimento Interno da JARI:

I - - CARLO OSVALDO AMARAL - Membro Titular;

- MAURÍCIO HAROLDO DUARTE - Membro Suplente;

II - - JULIANO DE QUADROS ESPÍNDOLA - Membro Titular;

- ALCEU DOS SANTOS - Membro Suplente;

III - - EZIO JOÃO RODRIGUES JÚNIOR - Membro Titular;

- GUIDO OSVALDO BOMPANI JÚNIOR - Membro Suplente;

IV - - ANDRÉ LUIZ CORREA MEIRA - Secretário.

[...]

Art. 2º - Torna-se sem efeito, desde a data de sua publicação, o Decreto Nº 4091/2015.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,



revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N.º 3782/2015.

Paço Municipal em São José (SC),  
05 de março de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

ANDRÉA IRANY PACHECO RODRIGUES  
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

### DECRETO Nº 4115/2015

DECRETO Nº 4115/2015  
DEMITE SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, IV, da Lei Orgânica Municipal, do Art. 31 e 160 da Lei N.º 2.248/1991, e,

CONSIDERANDO o relatório final constante nos autos do Processo Administrativo Disciplinar N.º 5.263/2014-C no qual ficou configurado o abandono de emprego;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida a servidora MARILEI DE FÁTIMA KOVATLI ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Paço Municipal em São José (SC), 06 de março de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 4116/2015

DECRETO Nº 4116/2015  
ALTERA O DECRETO Nº 3.088, DE 25 DE AGOSTO DE 2014, O QUAL NOMEOU OS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ - CMAS/SJ PARA O BIÊNIO 2014-2016.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e os artigos 8º e 9º, da Lei Municipal nº 4.308, de 06 de junho 2005,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o inciso III, do Parágrafo Terceiro, do Artigo 1º do Decreto nº 3.088, de 25 de agosto de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º .....  
§3º - REPRESENTANTES SUPLENTE DA SOCIEDADE CIVIL:  
[...]  
III - AÇÃO SOCIAL DE BARREIROS  
Representante: DANIELA MARQUES;” (NR)  
[...]

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de março de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL DO CONVÊNIO Nº067/2014

TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL DO CONVÊNIO Nº067/2014  
TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL DO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ-SC, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE/SJ PARA AVALIAÇÃO E ATENDIMENTO DOS EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de público interno, CNPJ nº. 82.892.274/0001-05, com sede na Avenida Acioni Souza Filho, nº. 403, Praia Comprida, CEP. 88103-790, São José, Santa Catarina, neste ato representado pela Prefeita Sra. ADELIANA DAL PONT e pela Sra. DANIELA DA SILVA FRAGA, Secretária Interina da Educação, e a ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE/SJ inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.274/0001-05, estabelecida à Rua Nereu Neto Capistrano, nº 101, Bairro Fazenda Sto. Antônio, São José, representada por sua Presidenta Sr.ª AMÉLIA INÁCIA LUDWIG, CPF nº 588.037.939-68, tem justo e firmado entre si o presente TERMO DE RESCISÃO CONSENSUAL DE CONVÊNIO Nº 067/2014, ao amparo da cláusula nona, declarando que não há mais nenhuma obrigação das partes a ser observada em decorrência do convênio, ora rescindido. E por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas subscritas.

São José (SC), 18 de fevereiro de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA                      AMÉLIA INÁCIA LUDWIG  
Secretária Interina da Educação              Presidente da Entidade

Testemunha 1  
Nome:  
CPF:

Testemunha 2  
Nome:  
CPF:

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.554, DE 05 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 5.554, DE 05 DE MARÇO DE 2015  
"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias do funcionário público municipal CAROLINE INÊS COLLE, ocupante do cargo de Chefe de Departamento de Secretaria, Matrícula nº 2.766, DAC 07, no período de 05 a 31 de março de 2015, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 05 de março de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### DECRETO Nº. 037/2015 - SF

DECRETO Nº. 037/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial Adicional no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 36.180,85 (trinta e seis mil, cento e oitenta reais com oitenta e cinco centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL  
2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL  
"411" 3.3.90.30.00.00.3.0019 Material de Consumo .....  
..... R\$36.180,85

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizado o valor de R\$ 36.180,85 (trinta e seis mil, cento e oitenta reais com oitenta e cinco centavos), Recursos FUNDEB 40%, Fonte 3.0019.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 DE MARÇO DE 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### DECRETO Nº. 038/2015 - SF

DECRETO Nº. 038/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL  
2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL  
"149" 3.3.90.30.00.00.1.0001 Material de Consumo .....  
..... R\$15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), Recursos Transf. De Impostos - Educação, Fonte 1.0001, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL  
2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL  
"152" 3.3.90.39.00.00.1.0001 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica...R\$15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 DE MARÇO DE 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**DECRETO Nº. 039/2015 - SF**

DECRETO Nº. 039/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

**04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO****03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS****2.089 MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLÍCIA CIVIL**

"73" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$850,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

**04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO****03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS****2.089 MANUTENÇÃO CONVÊNIO POLÍCIA CIVIL**

"72" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$850,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 DE MARÇO DE 2015.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**DECRETO Nº. 5.555, DE 05 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº. 5.555, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

"CRIA COMISSÃO ESPECIAL E NOMEIA SEUS MEMBROS".

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos XI do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de julho de 1990;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica criada e nomeada Comissão Especial para proceder à avaliação dos bens imóveis, já autorizados a serem leiloados pelas Lei Municipal 4.270 de 16 de Julho de 2014 de propriedade da Prefeitura Municipal, Matrículas 13.080 e 13.081, situados na Rua Maranhão, esquina com a Rua Jacob Stein, do Loteamento Roque Machry do Município de São José do Cedro. A Comissão será composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

ALDO ANTONIO RIGO - Corretor de Imóveis;  
DIOGO LOCATELLI - Corretor de Imóveis;  
JOSÉ TARCÍ SCHOLL - Corretor de Imóveis;  
MARIEL PERIN - Engenheiro Civil;

MÁRCIO CANTON - Corretor de Imóveis;  
LUIZ PERONDI - Almoxarife;  
ETELVINO FESTA - Escriturário Aposentado.

Art. 2º - A Comissão Especial terá 15 (quinze) dias para apresentar o parecer com a avaliação da efetiva valorização dos imóveis.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Findos os trabalhos, a comissão fica automaticamente extinta.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de março de 2015.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**DECRETO Nº. 5.556, DE 06 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº. 5.556, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

"REGULAMENTA O ARTIGO 4º. DA LEI MUNICIPAL Nº. 4.271/2014 DE 16 DE JULHO DE 2014, DEFININDO AS DIRETRIZES PARA ORGANIZAÇÃO DA HORA/ATIVIDADE NAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DURANTE O ANO LETIVO DE 2015 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso VI e IX do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município;

**DECRETA:**

Art. 1º. A jornada de trabalho dos Servidores Públicos Municipais pertencentes ao Magistério é constituída de hora/aula e hora/atividade.

§ 1º. A hora/atividade é destinada para atividades de estudo, planejamento e avaliação.

§ 2º. O tempo destinado à hora/atividade deverá contemplar atividades desenvolvidas no local de trabalho onde o servidor estiver lotado ou atribuído ou em espaços definidos pela Direção da Unidade de Ensino ou pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e as atividades individuais a critério do próprio servidor.

§ 3º. A organização da hora/atividade deverá ser previamente definida, respeitadas as diretrizes da Unidade de Ensino e o calendário de atividades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º. A hora/atividade dos Servidores Públicos Municipais pertencentes ao Magistério, no efetivo exercício da função docente, que atuam na Educação Infantil (disciplinas específicas) e Ensino Fundamental I e II nas Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal (Regime de 52 aulas semanais), será organizada semanalmente consoante a tabela abaixo:

Jornada Semanal	Total de Aulas	Aulas Dadas	Hora Atividade a Cumprir na U.E.
40 Horas	52 Aulas	36 a 40	8 aulas
		35	9 aulas
		34	10 aulas
		33	10 aulas

30 Horas	39 Aulas	27 a 30 26 25 24	6 aulas 7 aulas 8 aulas 8 aulas
20 Horas	26 Aulas	18 a 20 17 16	4 aulas 5 aulas 6 aulas
10 Horas	13 Aulas	9 a 10 8 7 6	2 aulas 3 aulas 4 aulas 4 aulas

Art. 3º. A hora/atividade dos Servidores Públicos Municipais pertencentes ao Magistério, no efetivo exercício da função docente, que atuam na Educação Infantil (03 a 05 anos) e Ensino Fundamental I nas Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal (Regime de 50 aulas semanais), será organizada semanalmente consoante a tabela abaixo:

Jornada Semanal	Total de Aulas Semanais	Aulas Dadas	Hora Atividade a Cumprir na U.E.
40 Horas	50 Aulas	34	8 aulas
20 Horas	25 Aulas	17	4 aulas

Art. 4º. A hora/atividade dos Servidores Públicos Municipais pertencentes ao Magistério, no efetivo exercício da função docente, que atuam na Educação Infantil (0 a 03 anos) nas Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal, serão implantadas gradativamente a partir do ano de 2015, das quais 50% deverão ser cumpridas na Unidade de Ensino.

Art. 5º. O membro do magistério que não esteja no efetivo exercício da função, ou seja, por motivo de readaptação funcional, ou nomeado para exercer cargo em comissão, ou função gratificada, deverá cumprir sua jornada de trabalho integralmente no seu local de trabalho.

Art. 6º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de março de 2015.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 024/2015

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 024/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2013, de 18 de dezembro de 2013, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.346/2014, de 11 de fevereiro de 2014, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

DENTISTA - ESF

WILSON MORETTI

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de Março de 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

## EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.23/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº23/2015

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 23/2015, Edital de Pregão Nº 23/2015, Objeto: contratação de maestros para a banda são josé, regente de coral/ professor para estruturação e manutenção do coral estrela d' alva, os rouxinóis, coral da terceira idade vozes da primavera e luz e alegria, bem como contratação de professores para ministrar aulas de instrumentos musicais para alunos do município. Recebimento das propostas até às 14:00 horas do dia 20/03/2015. Abertura dos envelopes às 14:00 horas do dia 20/03/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br) ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou. São José do Cedro - SC. Antonio Plinio de Castro Silva - Prefeito Municipal.

**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.24/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº24/2015

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 24/2015, Edital de Pregão Nº 24/2015, Objeto: aquisição de doces para distribuição aos alunos das escolas da rede municipal de ensino, em decorrência da comemoração da páscoa, conforme a lei municipal nº 4.067/2013. Recebimento das propostas até às 09:00 horas do dia 20/03/2015. Abertura dos envelopes às 09:00 horas do dia 20/03/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br) ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou. São José do Cedro - SC. Antonio Plinio de Castro Silva - Prefeito Municipal.

**São Lourenço do Oeste****PREFEITURA****DECRETO Nº 5.039, DE 06 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 5.039, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

Altera o Decreto nº 4.075, de 15 de julho de 2010, que estabelece valores de diárias pagas aos Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pelo inciso VII do artigo 55, da Lei Orgânica do Município, artigo 84 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010 e art. 92, inciso VI, alínea "d", da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013,

**DECRETA:**

Art. 1º O Anexo III, do Decreto nº 4.075, de 15 de julho de 2010, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06 de março de 2015.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de março de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**ANEXO ÚNICO**

(Decreto nº 5.039, de 06 de março de 2015.

"ANEXO III

(Decreto nº 4.075, de 15 de julho de 2010)



## VALORES DAS DIÁRIAS - QUADRO ÚNICO DE PESSOAL"

Nível	GRUPO CATEGORIA	Percentual (%)	Valor da Diária*	Deslocamento para a Capital do Estado*	Deslocamento para a Capital Federal*
.....	.....	.....	.....	.....	.....
II	Secretários Municipais e Servidores ocupantes de cargo de chefia dos Órgãos Especiais da Administração Superior do Poder Executivo; Procurador Geral do Município; Controlador Geral do Município; Contador Geral do Município; e Presidente da Autarquia.	2,5	R\$ 357,45	R\$ 536,18	R\$ 714,90
.....	.....	.....	.....	.....	.....

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de março de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 5.040, DE 06 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 5.040, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, e de acordo com o inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 37.837,83 (trinta e sete mil, oitocentos e trinta e sete reais e oitenta e três centavos), na seguinte dotação orçamentária:

11.00	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
11.02	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA			
08.243.4509.2.030 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0009		188	Aplicações Diretas	R\$ 37.837,83

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014 e o art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de março de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.202, DE 06 DE MARÇO DE 2015.**

LEI Nº 2.202, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza a doação de equipamento para a Associação de Desenvolvimento do Distrito de São Roque, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar 01 (uma) Colhedora Forrageira Pecu, 9004, Geração 4, registro patrimonial nº 7157, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, avaliada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme laudo de avaliação constante do Anexo Único desta Lei, à Associação de Desenvolvimento do Distrito de São Roque, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 03.151.088/0001-30.

Art. 2º A doação, prevista no artigo 1º desta lei, será feita com o encargo da utilização dos bens na execução de serviços agrícolas, em prol

da respectiva comunidade na qual está domiciliada a associação.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a baixa do bem doado do patrimônio do Município.

Art. 4º Para cobrir as despesas decorrentes da execução desta Lei, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de março de 2015.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO  
(Lei nº 2.202, de 06 de março de 2015).

LAUDO DE AVALIAÇÃO

São Lourenço do Oeste - SC, 06 de março de 2015.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

## São Miguel da Boa Vista

### PREFEITURA

#### SEGUNDA ERRATA DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO 18/2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA.  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 18/2015.  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL.  
2º ERRATA

O Município de São Miguel da Boa Vista/SC torna publico a Errata do Edital de Licitação 18/2015 na modalidade de Pregão Presencial cujo objeto é aquisição 01 (UM) ROLO COMPACTADOR DE SOLO VIBRATÓRIO E 01 (UMA) ESCAVADEIRA HIDRAULICA, NOVOS.

A alteração do Edital será no item 4.6 - A indicação de empresa(s) especializada(s) e autorizada(s) pelo fabricante à prestar Assistência Técnica e ter representação de peças da marca ofertada (loja/seção de peças), as quais deverão estar localizadas, comprovadamente, no máximo, à 120Km da sede do Município de São Miguel da Boa Vista/SC, - a participante que não atender estes itens, será, automaticamente, desclassificada. Atendendo com parecer favorável ao ato de impugnação imposto pela empresa LINCK Máquinas SA, este item foi extinto do edital.

As demais cláusulas do edital e seus anexos ficarão inalterados, e encontram-se junto de informações no site do Município, bem como no setor de Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 as 13:00.

Em virtude das mudanças a data de abertura e recebimento dos envelopes dar-se-ão em:

Entrega dos envelopes: 19/03/2015 as 08h30min.

Abertura dos envelopes: 19/03/2015 as 09h00min.

São Miguel da Boa Vista (SC), 06 de março de 2015.  
VALMIR CESAR SCHROTER  
Prefeito Municipal em exercício.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### **DECRETO 8.263 - TRANSFERE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE – FUNCULTURA E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO MIGUEL DO OESTE – FUMDESMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 8.263/2015

TRANSFERE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE - FUNCULTURA E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO MIGUEL DO OESTE - FUMDESMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe conferem o art. 72, VI, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990, c/c 23, § 1º, da LCM n. 031/2013 e Lei Complementar n. 001/2006,

DECRETA:

Art. 1º Ficam transferidos para o quadro de pessoal da FUNCULTURA e FUMDESMO, os seguintes servidores:

I - Para a FUNCULTURA:

Esaura Terezinha Bacin;  
Selita Fatima Lovison Belló;  
Celi Fatima de Pauli;  
Ana Maria de Ramos;  
Clarice Aparecida Lunks.

II - Para a FUMDESMO:

Marineusa Dracheski;  
Osvaldo Augusto Correa de Correa;  
Venderlei José Rosa;  
Salete Fátima Simon Klein.

Art. 2º Aplicam-se aos servidores ora transferidos todos os direitos e deveres previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e na Lei Cargos e Salários a que se encontra vinculado o servidor transferido.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC

Em 26 de fevereiro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária Municipal de Administração.

Este decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios

RÚBIA MARA WIEDERKEHR  
Técnico Administrativo

### **DECRETO Nº 8.261-AUTORIZA CORTE ÁRVORE** DECRETO Nº 8.261/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 178, da Lei Municipal nº 1.358 de 11 de dezembro de 1981;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 01 (uma) árvore, da espécie Angico, localizada na Rua Chui, esquina com a Rua Barão do Triunfo, Centro, neste Município, devido ao fato de apresentar risco de queda, devido as obras de infra estrutura realizadas na Rua Chui, onde houve um corte maciço das raízes.

Art. 2º Como medida compensadora, a árvore em questão deverá ser substituída, por outro exemplar, sendo sugeridas as espécies de Angico, Canela, Ipê, Quaresmeira, Timbaúvas, entre outras espécies nativas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 26 de fevereiro de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ  
Secretária Municipal de Administração

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

RÚBIA MARA WIEDERKEHR  
Técnico Administrativo

### **DECRETO Nº 8.264-DETERMINA À REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA DE COMBUSTÍVEIS PARA USO DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 8.264/2015

DETERMINA À REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA DE COMBUSTÍVEIS PARA USO DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, VII, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a greve dos caminhoneiros tem impactado consideravelmente na distribuição de combustíveis na Região;

CONSIDERANDO a responsabilidade do Município em relação aos serviços de Saúde, não podendo estes, por força da própria legislação, serem interrompidos;

CONSIDERANDO que muito embora tenha havido à finalização do Certame que prevê a contratação do fornecimento de combustíveis para uso da Municipalidade, seus vencedores não têm os respectivos produtos em estoque;

CONSIDERANDO o iminente perigo público gerado pela falta de combustíveis em veículos oficiais de uso da Secretaria Municipal da Saúde, o que pode inclusive comprometer o transporte de pacientes que se submetem a tratamento foram da jurisdição do

Município; e

CONSIDERANDO, ainda, que apenas um fornecedor (ABASTECE-DORA DALTOÉ LTDA.) possui disponível em estoque, os combustíveis precisados pela Municipalidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinada a requisição administrativa - ao fornecedor denominado de ABASTECEDORA DALTOÉ LTDA. - de 5.000 mil (cinco) litros de óleo diesel S10 e 5.000 mil (cinco) litros de gasolina comum, que deverão ficar reservados para uso exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Oeste.

Art. 2º Da requisição administrativa, considerando a iminência da situação, o Município providenciará procedimento para a contratação direta do fornecimento, em regime emergencial, tal como prevê o inciso IV, do art. 24, da Lei nº 8.666, de 21.06.1993.

Art. 3º O Secretário Municipal da Saúde será o responsável direto pela gestão do referido do contingente.

Art. 4º As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC

Em 02 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretaria Municipal da Administração

Este decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios.

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

### **DECRETO Nº 8.265 - AUTORIZA CORTE DE ÁRVORE**

DECRETO Nº 8.265/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 178, da Lei Municipal nº 1.358 de 11 de dezembro de 1981;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 01 (uma) árvore, da espécie Grevília, localizada na Rua Silva Jardim, Bairro Agostini, neste Município, devido ao fato de estar aparentemente morta, podendo causar risco eventual de queda.

Art. 2º Como medida compensadora, a árvore em questão deverá ser substituída, por outro exemplar, sendo sugeridas as espécies de Canela, Ipê, Quaresmeira, entre outras espécies nativas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 02 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

### **DECRETO Nº 8.266 - AUTORIZA CORTE DE ÁRVORES**

DECRETO Nº 8.266/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 178, da Lei Municipal nº 1.358 de 11 de dezembro de 1981;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 03 (três) árvores, da espécie Legustro e 01 (uma) árvore da espécie Extremosa, localizadas na Rua Chuí, esquina com a Rua Marquês do Herval, Centro, neste Município, devido ao fato do terreno em questão estar em obras, para a construção de uma clínica médica, e posterior a execução de um novo passeio público.

Art. 2º Como medida compensadora, as árvores em questão deverão ser substituídas, pelo mesmo número, sendo sugeridas as espécies de Canela, Ipê, Quaresmeira, entre outras espécies nativas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 02 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

### **DECRETO Nº 8.268 - AUTORIZA CORTE DE ARVORES**

DECRETO Nº 8.268/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 178, da Lei Municipal nº 1.358 de 11 de dezembro de 1981;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 03 (três) árvores, da espécie Chorão Americano, localizadas na Rua Marílio Dias nº 186, Centro, neste Município, devido ao fato das mesmas estarem dificultando a passagem de pedestres no passeio público.

Art. 2º Como medida compensatória, o solicitante já realizou o plantio de 03 (três) árvores da espécie Pata de Vaca Ornamental.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 06 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

### EDITAL Nº 002-A-2015 DE CLASSIFICAÇÃO DE ANÁLISE DE CURRÍCULUM VITAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ENSINO

EDITAL Nº 002-A/2015 DE CLASSIFICAÇÃO DE ANÁLISE DE CURRÍCULUM VITAE

O PREFEITO MUNICIPAL NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES TORNA PÚBLICO O RESULTADO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DE CURRÍCULOS INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 030/2015, APÓS ANÁLISE DOS CURRÍCULOS APRESENTADOS DE ACORDO COM AS NORMAS DO EDITAL Nº 002/2015, DELIBERA OS SEGUINTE CLASSIFICADOS CANDIDATOS POR FUNÇÃO A SABER:

CLASSIFICAÇÃO PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS

DISCIPLINA DE CIÊNCIAS

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL	
DAYSE MARIA TERRA FABRICIO PEREIRA	2.0	-	6.0	13/04/1962	49 – 8822 979 9181 6223 8834 4174	8.0	
MADALENA ZANCAN	2.0	0.50	5.5	01/10/1981	49-3627 0160 84361944	8.0	
EMANUELI PRISCILA DE OLIVEIRA	2.0	1.0	0.80	12/08/1985	49-9142 2703 9825 4307	3.80	

NÃO HABILITADOS - PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS  
DISCIPLINA DE CIÊNCIAS

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	DATA DE NASCIMENTO	TOTAL	
SIMONE MAIA BRACHT	-	-	2.7	22/03/2006	49 -9105 9268	2.7	
CRISTIANO DALLA COSTA	-	-	-	18/11/1987	49- 9187 2850	-	
ANDRÉ LUIZ DALL'ACQUA	-	-	-	25/06/1980	49 – 9112 096 9181 3138		



OBSERVAÇÃO: A CANDIDATA SAMARA CRISTINA GUINAMI FOI DESCLASSIFICADA POR NÃO APRESENTAR DOCUMENTOS QUE COMPROVAM OS DADOS DO CURRÍCULO.

CLASSIFICAÇÃO PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS  
DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
LIANE FÁTIMA CHRISTAMANN	2.0	1.0	6.0	30/10/1979	49 – 9111 7413	9.0
JOSEANE LANCINI	2.0	0.20	6.0	01/07/1981	49 – 9947 0225 8836 5663	8.20
CLECI DOSSANTOS DALSOTTO	2.0	-	-	05/06/1965	49 – 3621 1368 9996 0205	2.0

NÃO HABILITADOS - PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS  
DISCIPLINA DE GEOGRAFIA

NOME  
GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO  
PONTUAÇÃO CURSOS  
TEMPO DE SERVIÇO  
DATA DE NASCIMENTO  
TELEFONE  
TOTAL

ANDRÉ LUIZ DALL'ACQUA

-

-

-

25/06/1980

49 – 9112 2096  
9181 3138

-

CLASSIFICAÇÃO PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS  
DISCIPLINA DE HISTÓRIA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
LIANE FÁTIMA CHRISTAMANN	2.0	1.0	6.0	30/10/1979	49 – 9111 7413	9.0
SIDINEI RODRIGUES ALVES DA SILVA JANOWITZ	2.0	1.0	3.3	29/04/1979	49- 3621 2571 9195 2571	6.3
ANDRIA RAMOS	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	2.9	01/01/1983	49 – 9124 8430	3.9
MATEUS RODRIGO NASCIMENTO	1.0 (GRADUAÇÃO)	1.0	0.8	18/07/1988	49 – 9827 0062	2.8

DANIELI LOPES DA SILVA	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	-	19/09/1984	49 – 8806 3236	1.0
PEDRO ALVES PINHEIRO	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	-	19/05/1987	49 3622 7263 9107 0734	1.0

NÃO HABILITADOS - PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS  
DISCIPLINA DE HISTÓRIA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
ANDRÉ LUIZ DALL'ACQUA	-	-	-	25/06/1980	49 – 9112 2096 9181 3138	-

CLASSIFICAÇÃO PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS  
DISCIPLINA DE MATEMÁTICA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
DAYSE MARIA TERRA FABRICIO PEREIRA	2.0	-	6.0	13/04/1962	49 – 8822 1979 9181 6223 8834 4174	8.0
ÍRIS LÚCIA WRONSKI	2.0	-	6.0	26/02/1963	49 - 9118 7114	8.0
LORIANE SMANIOTTO	2.0	0.20	3.9	25/01/1981	49 – 9112 1873	6.10
ADRIANA BALESTRO FRITZEN	2.0	0.50	0.6	10/03/1985	49 - 9966 7279	3.0
HELOISA DA CUNHA GOHLKE	2.0	1.0	-	25/11/1987	49 – 3622 5066 8812 4414	3.0
JULHANA FÁTIMA FLACH	2.0	-	0.8	22/07/1984	49 – 9125 6303	2.8
ANA PAULA MENEGOTTO MENDES	1.0 (GRADUAÇÃO)	0.40	1.4	09/03/1976	49 – 8831 7363	2.8

NÃO HABILITADOS - PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS  
DISCIPLINA DE MATEMÁTICA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
DIOSER DALLA VECCHIA	6º PERÍODO	1.0	1.8	09/03/1988	49 – 8833 0393	2.8
CLERICE SIVIERO	6º PERÍODO	-	2.5	08/09/1973	49 – 9182 3617 9152 1690	2.5

ADRIANA AUGUSTA CORÁ	3º PERÍODO	0.20	2.4	22/03/1988	49- 9135 0461	2.60
----------------------	------------	------	-----	------------	---------------	------

CLASSIFICAÇÃO PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS  
DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
DAIANE LENIR VACCARIN MOREIRA	2.0	1.0	5.8	08/11/1982	49 – 9927 7289 8437 9415	8.8
ELAINE MÜLLER	2.0	0.10	6.0	11/02/1980	-	8.10
ROSANA DE MOURA LISOT	2.0	-	6.0	20/08/1981	49 – 9916 4749 9821 1010 3621 2590 R – 22	8.0
PATRÍCIA ALESSI	2.0	1.0	2.0	26/02/1992	49 – 9151 6295	5.0
FERNANDA STANGA AZEVEDO	2.0	1.0	1.4	01/05/1992	49 – 8409 4358 3627 0156	4.4
ÉDINA REGINA CASSEL KEMPA	2.0	-	2.2	03/11/1977	49 – 8819 3400 8417 1785	4.2
DANIELE ZAPPANI	2.0	0.20	1.5	06/05/1991	49 – 9158 1209	3.25
THIAGO KEMPA	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	6.0	11/12/1978	49 - 8826 6757 9191 8222	7.0
DENISE FÁTIMA DALPASQUALE	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	6.0	15/04/1972	49 – 9812 9820	7.0
SINARA BIEGER	1.0 (GRADUAÇÃO)	1.0	4.4	18/08/1992	-	6.4
SAMARA JÉSSICA DA VEIGA	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	4.5	10/10/993	49 – 9168 5918	5.5
JORGE LUIZ MASCARELLO RODRIGUES	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	-	03/07/1965	49 – 8411 4876	1.0
JAICON MELVIS DILLI	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	-	09/07/1979	49 – 3622 4707 9108 7503	1.0

NÃO HABILITADOS -PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS  
DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
LEONARDO DANYEL PEDROZO	8º PERÍODO	0.30	-	01/07/1994	49 – 9985 6179	0.30
CLEIDIANE FOLLMANN	7º PERÍODO	-	-	27/06/1993	49 – 8809 2214	-
DOMINIQUE BELTRAME	6º PERÍODO	0.40	-	24/08/1992	49 9139 2988	0.40
RICARDO CASAGRANDE	5º PERÍODO	-	-	28/01/1992	49 – 9171 9593	-

OBSERVAÇÃO: A CANDIDATA MARINÊS A. DOS SANTOS FACCIO FOI DESCLASSIFICADA POR NÃO APRESENTAR DOCUMENTOS QUE COMPROVAM OS DADOS DO CURRÍCULO.

CLASSIFICAÇÃO PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS  
DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
SILVANA RIBEIRO DOS SANTOS	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	2.0	18/01/1974	49 – 8501 0406	3.0
ANDRÉ LUIZ DALL'ACQUA	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	-	25/06/1980	49 – 9112 2096 9181 3138	-

CLASSIFICAÇÃO PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS  
DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
JANE SIMON	2.0	-	3.1	06/02/1983	49 9807 4665 9165 1380	5.1
JESSICA KARINA DESBESELL	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	6.0	12/06/1984	49 – 8879 4840	7.0
JANAÍNA PAULA MARQUES DA ROSA	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	5.4	14/01/1985	49 – 9118 5165	6.4
ELIS REGINA FRIGERI	1.0 (GRADUAÇÃO)	0.20	4.0	05/05/1987	49 – 3622 6638 9168 1410	5.20

SALETE ROSELEI ALMEIDA BÉE	1.0 (GRADUAÇÃO)	0.20	1.5	04/08/1064	49 – 9964 7060	2.7
CLEUDES MARIA MAZIERO	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	-	31/12/1959	49 – 9166 1909	1.0
IRACI LURDES BAPTISTA ANTUNES						
ALINE FLACH VON DENTZ	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	0.7	26/01/1991	49 – 9949 1769	0.7

NÃO HABILITADOS -PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS  
DISCIPLINA DE LÍNGUA PORTUGUESA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
JONNY DAYLLON	-	-	1.0	14/08/1989	49 – 9964 7060 9147 4033	1.0
VERENICE TRESSOLDI	-	-	-	05/09/1989	49 - 91441448	-

CLASSIFICAÇÃO PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS  
DISCIPLINA DE LÍNGUA INGLESA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
GABRIELA KETLIIN DE SOUZA RUEDEL	2.0	0.10	5.7	12/03/1986	49 – 8433 6995	7.8
JESSICA KARINA DESBESELL	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	6.0	12/06/1984	49 – 8879 4840	7.0
SALETE ROSELEI ALMEIDA BÉE	1.0 (GRADUAÇÃO)	0.20	1.5	04/08/1064	49 – 9964 7060	2.70
IRACI LURDES BAPTISTA ANTUNES	1.0 (GRADUAÇÃO)	0.20	1.6	03/06/1970	49 – 9953 9201	2.26
ALINE FLACH VON DENTZ	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	0.7	26/01/1991	49 – 9949 1769	0.7



NÃO HABILITADOS -PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS  
DISCIPLINA DE LÍNGUA INGLESA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
JONNY DAYLLON	-	-	1.0	14/08/1989	49 – 9964 7060 9147 4033	1.0

CLASSIFICAÇÃO PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS  
DISCIPLINA DE LÍNGUA ESPANHOLA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
ELONI TERESINHA GRANDO	1.0 (GRADUAÇÃO)	-	6.0	16/07/1966	49 – 8805 8515	7.0

NÃO HABILITADOS -PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS  
DISCIPLINA DE LÍNGUA ESPANHOLA

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
VERENICE TRESSOLDI	-	-	-	05/09/1989	49 - 91441448	-

OBSERVAÇÃO: A CANDIDATA FABIANI LIBERACI HOPPE CÂMARA FOI DESCLASSIFICADA POR NÃO APRESENTAR DOCUMENTOS QUE COMPROVAM OS DADOS DO CURRÍCULO.

CLASSIFICAÇÃO PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS  
DISCIPLINA DE ARTES

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
AHLANA BIÁ NAUE PETRI PEREIRA	1.0 (GRADUAÇÃO)	1.0	3.9	25/09/1991	49 – 9175 7801	5.9
GYSLAINE CECÍLIA CORDEIRO DE MELLO						

**NÃO HABILITADOS -PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS  
DISCIPLINA DE ARTES**

NOME	GRADUAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	PONTUAÇÃO CURSOS	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
JULIANE BARROS	-	-	-	27/10/1975	41 – 9931 5719	-

**CLASSIFICAÇÃO - OPERADOR DE MÁQUINAS**

NOME	ESCOLARIDADE	CNH	TEMPO DE SERVIÇO	DATA DE NASCIMENTO	TELEFONE	TOTAL
EGON INÁCIO BOTH	-	00278516989	5.0	18/03/1975	49 – 3622 3708	5.0

**OBSERVAÇÃO:**

- O CANDIDATO NEUDI DISEGNA FOI DESCLASSIFICADO POR NÃO POSSUIR HABILITAÇÃO E ESCOLARIDADE PARA EXERCER A FUNÇÃO.
- OS CANDIDATOS UBIATAN DALPOSSO BELLÓ E LUIZ ALEXANDRE RALDI FORAM DESCLASSIFICADOS POR NÃO SE ENQUADRAREM EM NEM UM DOS ITENS CONSTANTES NO EDITAL.

**CLASSIFICAÇÃO - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL**

PÓS GRADUAÇÃO E PEDAGOGIA							
NOME	Pós-Graduação	Graduação	Cursos	Tempo de Serviço	Total de Pontos	Data de Nasc.	TELEFONE
Lenice Gisela Herr	1	1	1	6	9	07/08/62	36224200
Sirlei Cavalheiro Lopes Donada	1	1	1	6	9,0	06/04/66	88052353
Maristela Borges de G. Rautta	1	1	0.4	6	8.4	12/08/62	36223262/91774060
Clair M. W Lavall	1	1	-	6	8,0	11/09/71	36430857/91592485
Denilde Fátima Bacin Finato	1	1	1	4,8	7,8	29/11/76	88190971
Rosangela A. Câmara	1	1	1	3	6	29/10/82	99205398/91156937
Adriane Devicari	1	1	1	3	6	25/10/91	88489757/91893591
Janice Fabiane Muller	1	1	-	2.9	4.9	09/01/83	91353572/91167409
Icledes de Fátima Saggioratto	1	1	1	1,8	4.8	17/10/76	91625229
Daniela Geremia	1	1	1	1.7	4.7	24/09/85	91840664
Simone Gregolon	1	1	1	1.1	4.1	26/09/75	36228583/ 99781436
Rosani G. L. da Silva	1	1	1	1	4.0	23/01/68	36223896 / 88706062
Marizete Brustolin Valentin	1	1	-	2	4,0	15/03/79	88179945/91532293
Clarice L. de Oliveira Forgiarini	1	1	-	1.2	3.2	16/07/71	91028091
Andreia Wantz	1	1	1	-	3	08/03/90	91476146
Liliane Cristina Dall Agnol	1	1	1	-	3	27/03/90	91247415
Joseli Romanoski de Moura	1	1	-	1	3	07/02/71	99932399/36212751
Ines Rita Gose	1	1	-	-	2	21/08/63	88620019
Gisele Aparecida da Veiga	1	1	-	-	2	05/09/76	91383451
PEDAGOGIA							
Juliana Both Maldaner		1	1	3.0	5	02/10/86	88290525/ 91740453
Fernanda P. Moreno Araujo		1	1	2.0	4	16/11/84	8433 7376/91967809
Camila Trevisol		1	0,2	1	2,2	31/01/92	88558153/ 88200915
Andreia Wantz		1	1	-	2	08/03/90	91476146
Nara Carolina Scherer		1	1	-	2	31/01/92	91762220
Tatiane Schroeder Silva		1	0,2	0,3	1,5	08/03/91	88418684

Elisiane Schulmann		1	0,4	-	1,4	29/04/90	91146281/91494086
Edineide T. da Silva Lima		1	-	-	1	16/08/69	36227129/ 98080349
Rubiel Scariot		1	-	-	1	03/12/80	51-37516665/51-95958838
MAGISTÉRIO E FREQUENTANDO PEDAGOGIA							
Gabriele Cristiane Pereira		Magistério e 7º PED	1	-	1	08/01/81	88746763/88513401
Jociane Mosquen		Magistério/7º PED	0,5	-	0,5	26/01/89	91093817
Roseli Carmen Heineck		Magistério e 7º PED	0,1	-	0,1	21/09/91	91631812/ 99485905
Emanuelle Helfenstein Rosa		Magistério/ 3º PED	-	-	-	01/03/95	91760754
Neiva Maria Perego Tonet		Magistério/2º PED	-	-	-	06/10/68	91773606/88639585
MAGISTÉRIO							
Gislaine Cecilia C. de Mello	1	Magistério	-	6	7	02/01/74	91922095/91559308
Carla Jaqueline Ourique Lemos		Magistério	-	6	6	11/08/77	99137074/ 91411158
Regiane F. Grutzmann		Magistério	1	-	1	08/05/72	91414635/91896868

## CLASSIFICAÇÃO PROFESSOR - ANOS INICIAIS

PÓS GRADUAÇÃO E PEDAGOGIA							
NOME	Pós-Graduação	Graduação	Cursos	Tempo de Serviço	Total de Pontos	Data de Nasc.	TELEFONE
Ines Rita Gose	1	1	-	6	8	21/08/63	88620019
Denilde Fátima Bacin Finato	1	1	1	4,8	7,8	29/11/76	88190971
Izete Carmen Lourenço	1	1	1	3.3	6.3	14/07/77	36228038/88630687
Janice Fabiane Muller	1	1	-	4.1	6.1	09/01/83	91353572/91167409
Adriane Devicari	1	1	1	3	6	25/10/91	88489757/91893591
Liliane Cristina Dall Agnol	1	1	1	2.5	5.5	27/03/90	91247415
Gisele C. Hammes Massignani	1	1	-	3.4	5.4	18/02/83	36224318/88315207
Daniela Geremia	1	1	1	1.7	4.7	24/09/85	91840664
Clarice L. de Oliveira Forgiarini	1	1	-	2.5	4.5	16/07/71	91028091
Simone Gregolon	1	1	1	1.1	4.1	26/09/75	36228583/ 99781436
Rosani G. L. da Silva	1	1	1	1	4	23/01/68	36223896 / 88706062
Marizete Brustolin Valentin	1	1	-	2	4	15/03/79	88179945/91532293
Andreia Wantz	-	1	1	3	5,4	08/03/90	91476146
Rosangela A. Câmara	1	1	1	-	3	29/10/82	99205398/91156937
Icledes de Fátima Saggioratto	1	1	1	-	3	17/10/76	91625229
Maristela Borges de G. Rautta	1	1	0.4	-	2.4	12/08/62	36223262/91774060
Joseli Romanoski de Moura	1	1	-	-	2	07/02/71	99932399/36212751
Gisele Aparecida da Veiga	1	1	-	-	2	05/09/76	91383451
PEDAG PEDAGOGIA OGIA							
Fernanda P. Moreno Araujo	-	1	1	2.0	4.0	16/11/84	8433 7376/91967809
Andreia Wantz		1	1	1.7	3.7	08/03/90	91476146
Nara Carolina Scherer		1	1	1.1	3.1	31/01/92	91762220
Camila Trevisol	-	1	0,2	1	2,2	31/01/92	88558153/ 88200915
Juliana Both Maldaner	-	1	1	-	2	02/10/86	88290525/ 91740453
Tatiane Schroeder Silva	-	1	0,2	-	1,2	08/03/91	88418684
Edineide T. da Silva Lima	-	1	-	-	1	16/08/69	36227129/ 98080349
Rubiel Scariot	-	1	-	-	1	03/12/80	5137516665/5195958838
MAGISTÉRIO E FREQUENTANDO PEDAGOGIA							
Gabriele Cristiane Pereira		Magistério/7º PED	1	0,5	1.5	08/01/81	88746763/88513401

Roseli Carmen Heineck		Magistério/7º PED	0,1	1.2	1.3	21/09/91	91631812/ 99485905
Jociane Mosquen		Magistério/ 7º PED	0,5	-	0,50	26/01/89	91093817
Emanuelle Helfenstein Rosa		Magistério/3º PED	-	-	-	01/03/95	91760754
Neiva Maria Perego Tonet		Magistério/2º PED	-	-	-	06/10/68	91773606/88639585
MAGISTÉRIO							
Gislaine Cecilia C. de Mello		Magistério	-	4.3	4.3	02/01/74	91922095/91559308
Regiane F. Grutzmann		Magistério	1	2.0	1.2	08/05/72	91414635/91896868
Carla Jaqueline Ourique Lemos		Magistério	-	-	-	11/08/77	99137074/ 91411158

## CLASSIFICAÇÃO PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADOS

FREQUENTANDO PEDAGOGIA							
NOME	Pós-Graduação	Graduação	Cursos	Tempo de Serviço	Total de Pontos	Data de Nasc.	TELEFONE
Samara Ramos		8º período	1	-	1	08/06/90	88247215/ 91223954/ 36224848/ 36210093
Franciele de Lemes Joner		7º período	1	1.9	2.9	25/08/82	36226032
Angelica Wenfling		7º período	1	0.2	1,2	13/06/91	99037818
Maria leonilda Mascarellos		7º período	1	-	1	11/02/64	84087323~36220222
Cleonice Troiani		7º período	1	-	1	20/09/72	91253372/98072875
Francielle Boff		7º período	1	-	1	08/03/87	36224756/88069683
Talita Antunes Assumpção		7º período	1	-	1	30/08/88	84090938
Juliane Basso		7º período	1	-	1	19/10/98	91437207/ 91785880
Rosiane Dal Magro		7º período	0,5	-	0,5	03/06/89	88080499/ 91085577
Maria Paulina Machado da Silva Modrac		7º período	0,2		0,2	19/07/76	91979525
Naiara Kosloski		7º período	0.2	-	0,2	02/04/93	91131373 / 91911393
Danieli Anschau Martins		7º período	-	-	-	31/01/91	91994501
Juliana Flávia Moschen		7º período	-	-	-	05/05/86	91032089/ 88521780
Monica Ramos		7º período	-	-	-	02/11/93	91484485
Luciane F. Alanes		6º período	-	-	-	28/03/76	91584569
Riciane Foletto		4º período	1	-	1	06/10/88	91373020
Daniele Cordova Sachett		2º período	-	-	-	04/05/85	99679089/ 36222986
Rosmeri S. Martin Beker		2º período	-	-	-	08/09/68	84344042/36240212 84359931
Daiane Battaglin Eidt		2º período	-	-	-	25/05/88	36211247/91910511
Jacinta Degani	SEM COMPROVAÇÕES	?	1	?	?	20/10/70	?

## CLASSIFICAÇÃO PROFESSOR ANOS INICIAIS - NÃO HABILITADOS

FREQUENTANDO PEDAGOGIA							
NOME	Pós-Graduação	Graduação	Cursos	Tempo de Serviço	Total de Pontos	Data de Nasc.	TELEFONE
Samara Ramos		8º período	1	-	1	08/06/90	88247215/ 91223954/ 36224848/ 36210093
Franciele de Lemes Joner		7º período	1	3.3	4.3	25/08/82	36226032
Juliane Basso		7º período	1	2.8	2.8	19/10/98	91437207/ 91785880
Angelica Wenfling		7º período	1	1.6	2.6	13/06/91	99037818
Naiara Kosloski		7º período	0.2	1.4	1.6	02/04/93	91131373 / 91911393
Francielle Boff		7º período	1	2.0	1.2	08/03/87	36224756/88069683
Monica Ramos		7º período	-	1.2	1.2	02/11/93	91484485
Maria L. Mascarellos		7º período	1	-	1	11/02/64	84087323~36220222

Cleonice Troiani		7º período	1	-	1	20/09/72	91253372/98072875
Talita Antunes Assumpção		7º período	1	-	1	30/08/88	84090938
Rosiane Dal Magro		7º período	0,5	-	0,5	03/06/89	88080499/ 91085577
Maria Paulina Machado da Silva Modrac		7º período	0,2		0,2	19/07/76	91979525
Juliana Flávia Moschen		7º período	-	-	-	05/05/86	91032089/ 88521780
Danieli Anschau Martins		7º período	-	-	-	31/01/91	91994501
Luciane F. Alanes		6º período	-	-	1	28/03/76	91584569
Riciane Foletto		4º período	1	-	1	06/10/88	91373020
Daniele Cordova Sachett		2º período	1	-	1	04/05/85	99679089/ 36222986
Rosmeri S. Martin Beker		2º período	-	-	-	08/09/68	84344042/36240212 84359931
Jacinta Degani		?	1	?	?	20/10/70	?

## CLASSIFICAÇÃO - COORDENADORA PEDAGÓGICA

GRADUAÇÃO e ESPECIALIZAÇÃO							
NOME	Pós-Graduação	Graduação	Cursos	Tempo de Serviço	Total de Pontos	Data de Nasc.	TELEFONE
Elizabete Francescon Mello	1	1	1	4.3	7.3	05/06/74	91875854
Izete Carmen Lourenço	1	1	1	4.1	7.1	14/07/77	36228038/88630687
Rosangela A. Câmara	1	1	1	3	6	29/10/82	99205398/91156937
Liliane Cristina Dall Agnol	1	1	1	2.5	5.5	27/03/90	91247415
GRADUAÇÃO							
Fernanda P. Moreno Araujo	-	1	1	4.5	7.5	16/11/84	8433 7376/91967809
Nara Carolina Scherer	-	1	1	2.8	4.8	31/01/92	91762220
Andreia Wantz	-	1	1	2.0	4.0	08/03/90	91476146

CLASSIFICAÇÃO MERENDEIRA				
Nome	Escolaridade	Tempo Serviço	Data Nascimento	Total de Pontos
1.Sonia Peiter	Ensino médio	15 anos	14/04/1954	(6,0)
2.Cleci Savegnago	Ensino fundamental	10 anos	21/03/1955	(6,0)
3.Tereza Eneli Chaves	Ensino médio	16 anos	14/07/1957	(6,0)
4.Claudete Scain	Ensino Fundamental	05 anos	13/05/1977	(6,0)
5.Idilene Tonsak	Ensino médio	08 anos	28/07/1979	(6,0)
6.Rosangela Maria Vargas	Ensino médio	03 anos	27/03/1983	(3,6)
7.Elizete Murceli	Ensino médio	03 anos	18/12/1987	(3,6)
8.Tatiane Zatta	Ensino médio	01 ano e 05 meses	13/08/1986	(1,7)
9.Eliete do Nascimento Araujo	Ensino médio	01 ano e 03 meses	19/10/1987	(1,5)
10.Loreci Hunhnfleisel	Ensino médio	01 ano e 01 mês	11/01/1980	(1,3)
11.Marili Casemiro	Ensino fundamental	10 meses	14/02/1981	(1,0)
12.Libra Justina Spironello	Ensino médio	05 meses	12/10/1963	(0,5)
13.Leodete Wendling	Ensino fundamental	03 meses	14/05/1961	(0,3)
14.Patricia Bueno	Ensino fundamental	01 mês	23/08/1996	(0,1)
15.Ana Scaim	Ensino fundamental	-	17/07/1959	-
16.Janete da Silva Moura	Ensino médio	-	04/08/1968	-
17.Ivanete Scaim	Ensino fundamental	-	12/07/1970	-
18.Veranice Lorena Puhl Weirich	Ensino médio	-	22/03/1977	-
19.Adriane Claucia K.Vargas	Ensino médio	-	20/12/1977	-
20.Marcia Maria Soares da Silva	Ensino médio	-	24/06/1980	-
21.Alcinéia Araujo Carvalho	Ensino superior in-completo	-	21/05/1982	-
22.Alessandra Miranda	Ensino médio	-	14/10/1982	-



23. Angélica Huisler Scindwein	Ensino médio	-	25/01/1983	-
24. Eleia Paula Roier	Ensino médio	-	22/09/1984	-
25. Aline Dalla Costa Mezomo S.	Ensino médio	-	03/11/1985	-
26. Luciane Carvalho	Ensino médio	-	12/12/1985	-
27. Vanete B. Rosa	Ensino fundamental	-	20/10/1987	-
28. Lilian Carla Dall Agnol	Ensino superior	-	13/09/1992	-
29. Daiane Motta	Ensino fundamental	-	07/10/1992	-
30. Vanessa Henrich	Ensino fundamental	-	22/11/1992	-
31. Claudia Luvison Oliveira	Ensino médio	-	01/04/1993	-
32. Jhennifer Siviero Cordeiro	Curso técnico alimentos	-	12/06/1995	-

OBS.: Todos os candidatos deverão apresentar no ato do chamamento os documentos que comprovam os dados preenchidos nos currículos.  
Desclassificadas por falta de escolaridade

Nome	Escolaridade	
Darli Terezinha Machado	ensino fund. incompleto	desclassificada
Fátima Pelegrini	ensino fund. incompleto	desclassificada
Maria Lemes da Silva	ensino fund. incompleto	desclassificada
Ivone Slate Dall Agnol	ensino fund. incompleto	desclassificada
Verena Rist Minatti	ensino fund. incompleto	desclassificada
Cleni Soares	ensino fund. incompleto	desclassificada
Adriana de Ré	Não apresentou escolaridade	desclassificada
Sandra Balbinot	Não apresentou escolaridade	desclassificada

São Miguel do Oeste, 27 de fevereiro de 2015.

Comissão de Avaliação

Terezinha Osmari Bagatini

Olema Teresa Trevisol

Catarina Ledi Bataglin

Dalianne Cássia Zanchet Camilotti Martiny

Julio Antonio Bagetti

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 25.2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 25/2015- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: A aquisição parcelada e estimada de Material Permanente, eletrodomésticos e eletroeletrônicos para a Prefeitura Municipal e o Fundo Municipal de Saúde, conforme especificação e quantitativos do ANEXO I deste Edital.

DATA DE ABERTURA: 19/03/2015 às 09:00h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08:45h do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no pelo email: [compras@pmspa.sc.gov.br](mailto:compras@pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h. São Pedro de Alcântara, 06/03/2015.

JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal.

### AVISO DE LICITAÇÃO 26.2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 26/2015- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a locação de Tendas para o evento 5º Moto Trilha Demolidores da Lama - no aniversário do Município, com as características e especificações constantes no Anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 20/03/2015 às 09:00h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08:45h do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no pelo email: [compras@pmspa.sc.gov.br](mailto:compras@pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h. São Pedro de Alcântara, 06/03/2015.

JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal.

### AVISO DE LICITAÇÃO 27.2015

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 27/2015- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para realizar transporte de passageiros em Ônibus, Micro-Ônibus para atender as necessidades de todas as Secretarias e Coordenadorias da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, de acordo com os quantitativos e especificações constantes no anexo deste edital.

DATA DE ABERTURA: 23/03/2015 às 09:00h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08:45h do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no pelo email: [compras@pmspa.sc.gov.br](mailto:compras@pmspa.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202

e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00h. São Pedro de Alcântara, 06/03/2015.

JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal.

### AVISO DE TOMADA DE PREÇOS 28.2015

O Município de São Pedro de Alcântara. Avisa da abertura do Processo nº 28.2015 Tomada de Preços - Tipo: Menor Preço Global - Empreitada por Preço Global (art. 10, II, "a", da Lei n.º 8.666/1993). Objeto: A contratação de uma empresa especializada para a construção de passeios da Rua João Pering, numa extensão de 244 metros, conforme memorial descritivo, orçamento e projetos dispostos aos Anexos do Edital.. Data de Abertura com entrega dos envelopes 01/04/2015 às 09:00h

Maiores Informações: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, ou pelo e-mail: [compras@pmspa.sc.gov.br](mailto:compras@pmspa.sc.gov.br) - São Pedro de Alcântara, 06/03/2015- JUCÉLIO KREMER - Prefeito Municipal.

### EDITAL DE DISPENSA 30.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.223

[www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) - [licitacoes@pmspa.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pmspa.sc.gov.br) - [compras@pmspa.sc.gov.br](mailto:compras@pmspa.sc.gov.br)

#### PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 30/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, localizado na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro, torna público que realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Orgânica Municipal, pelos Decretos n.º 08 de 23 de Janeiro de 2011, bem como por este EDITAL, em conformidade com as condições e anexos que seguem:

Nos termos do art. 24, XXVI, da Lei n.º 8.666/1993, dispensável é a licitação com a empresa EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI), CNPJ 83.052.191/0023-78, para a contratação dos serviços visando atender as demandas oriundas das famílias rurais, e também demandas institucionais nas áreas de assistências técnica e extensão rural.

O preço que a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA será de R\$ 25.817,00 (vinte e cinco mil oitocentos e dezessete), até 31/12/2015.

JUSTIFICATIVA: O Plano prevê os projetos com suas ações e atividades a serem executadas junto aos agricultores e suas famílias, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável, possibilitando o aumento da renda, melhorando a qualidade de vida e zelando pela preservação ambiental.

E para atendimento ao preceito do art. 26, da Lei n.º 8.666/1993, além da justificativa acima, expõe-se o que segue:

Contrata-se a Empresa acima descrita para a contratação dos serviços visando atender as demandas oriundas das famílias rurais, e também demandas institucionais nas áreas de assistências técnica e extensão rural, EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI), Associação pública com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.052.191/0023-78, estabelecida na Rodovia Ademir Gonzaga, 1188 - Itacorubi - Florianópolis SC- CEP: 88.034-901.

Para a assinatura do contrato e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou cópia da cédula de identidade, se pessoa física;

b) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Federal (CND);  
c) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);  
d) prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente (CND);  
e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS (CND);  
f) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CND);  
g) declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;  
Os recursos para dos serviços que constam neste Edital correrão por conta de dotação orçamentária específica: 10.01.2.027.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 (120)  
No mais, a presente contratação, na modalidade Dispensa de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/1993, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de março de 2015.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N.º 126/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 126/2015  
Exonera SCHEILA DUTRA do cargo de Professora I - Auxiliar de Sala.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar a pedido da servidora, SCHEILA DUTRA do cargo de Professor I - Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 043/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de março de 2015.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 127/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222.  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 127/2015  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA

DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA DR. ADALBERTO TOLENTINO DE CARVALHO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 18, da Lei Complementar nº. 08 de 02 de março de 1998,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- A servidora ANA RUTE DA SILVA COSTA OLIVEIRA ocupante de cargo de Professora II Horista do Ensino Fundamental, passa a cumprir carga horária semanal de 38 horas/aulas, devido à ampliação de sua carga horária.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de março de 2015.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 128/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222.  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 128/2015  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA EFETIVA DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA DR. ADALBERTO TOLENTINO DE CARVALHO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 18, da Lei Complementar nº. 08 de 02 de março de 1998,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- A servidora DERLANE MOURA GRIMOUTH, ocupante do cargo efetivo de Professora II Horista - Educação Física, passa a cumprir carga horária de 47 horas/aulas semanais, conforme solicitado pelo estabelecimento de ensino, através da C.I. 01/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de março de 2015.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 129/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 129/2015

Concede Função Gratificada a servidora MARIA DELENE SCHVEITZER JUNCKES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei 947/2015,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MARIA DELENE SCHVEITZER JUNCKES, ocupante do cargo de Agente Administrativa, a Função Gratificada de FG - Setor de Dívida Ativa.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de março de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 130/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 130/2015

Concede licença para tratamento de saúde a servidora CAMILA GUIMARÃES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Odontóloga - ESFI, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, e o disposto na Lei Municipal nº. 08/97 de 29 de Janeiro de 1997,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a CAMILA GUIMARÃES DE OLIVEIRA, a partir de 11/02/2015, até a data da cessação do benefício homologada pela previdência Social.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11/02/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de março de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 026/2015**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 026/2015, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA ANA RUTE DA SILVA RIBEIRO OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II HORISTA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora ANA RUTE DA SILVA RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 970.629.019-20, residente e domiciliada a Rua José João Barcelos, nº. 1445 - Bela Vista - Palhoça/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 002/2014, conforme as disposições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente termo aditivo tem por objeto a alteração da cláusula nona do contrato de trabalho nº. 026/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica alterada permanente a carga horária de 28 horas/aulas para 38 horas/aulas semanais.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 02 de março de 2015.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

**RECLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 002/2014 PRISCILA NEIS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 002/2014

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de 2015, PRISCILA NEIS, foi colocada no final da lista dos aprovados no Processo Seletivo nº. 002/2014, relativo ao cargo de Professora I - Auxiliar de Sala, classificação nº. 06, haja vista, não ter assumido o referido cargo.

São Pedro de Alcântara/SC, 25 de fevereiro de 2015.

**TERMO DE DESISTÊNCIA PROCESSO SELETIVO  
EDITAL N.º 002/2014 ANDRÉ BATISTA RIBEIRO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE DESISTÊNCIA

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 002/2014

Aos quatro dias do mês de março do ano de 2015, ANDRÉ BATISTA RIBEIRO por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovado no Processo Seletivo Edital nº. 002/2014, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Médico Clínico Geral, classificação 01, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de março de 2015.

**Schroeder****PREFEITURA****AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2015 - PMS

PROCESSO LICITATORIO Nº. 37/2015-PMS - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de reforma no prédio do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, localizado na Estrada Rancho Bom, no Município de Schroeder/SC, totalizando uma área de 199,20m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 26 de março de 2015 às 14h.

Abertura do Processo: 26 de março de 2015 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 10 de março de 2015.

Osvaldo Jurck

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 3.262/2015 DE 4 DE MARÇO DE 2015**

DECRETO Nº 3.262/2015 de 4 de março de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 84.839,86 (oitenta e quatro mil oitocentos e trinta e nove reais e oitenta e seis centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.125.3001.2.420 - Manutenção do PROCON

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.750,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 570,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.365.3009.2.367 - Manutenção dos Jardins de Infância.

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0036 - Obras e Instalações R\$ 78.197,36

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO



08.01.17.512.3007.2.316 - Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico  
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.322,50

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 04 de março de 2015.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Diretor de Finanças

Publicado por  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 30/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 30/2015 - PMS  
Processo de licitação nº. 19/2015-PMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 12/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: RM COMÉRCIO E SERVIÇOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.153.403/0001-57, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco 50, Bairro Centro, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Gabinete do Prefeito, Procon, Polícia Militar e Civil do Município de Schroeder/SC, compreendendo: mecânica, elétrica e lanternagem em geral, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria e pintura, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

Lote	Descrição do Serviço		
01	Serviços de mão de obra mecânica em geral com fornecimento de peças para a frota de veículos leves da Prefeitura Municipal, conforme lote IV em anexo. Serviços como: revisão geral, suspensão, freio, embreagem, mangueiras hidráulicas, embuchamentos, câmbio, caixa de direção, afinação e retífica de motores e demais acertos nos motores, instalação de peças e acessórios, etc. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)		Custo por hora (R\$)	Total de Horas
		39,90	300
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE		ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG		DPG x 1,00	1%
Desconto sobre peças - Peças Originais		DPGx1,50	1,5%
Desconto sobre peças - Outras Peças		DPGx2,25	2,25%
VALOR TOTAL DO LOTE 1 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			36.720,00

Lote	Descrição do Serviço		
02	Serviço de manutenção elétrica para toda a frota da Prefeitura Municipal. Serviços como: revisão de chicote elétrico, alternadores, motor de arranque, motor de pára-brisa, troca de lâmpadas, capas, faróis, recuperar fiação elétrica, revisar painéis, trocar fusíveis, sensores, relógios de temperatura, entre outros serviços. Para máquinas, caminhões, microônibus e linha leve. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)		Custo por hora (R\$)	Total de Horas
		44,90	250
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE		ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG		DPG x 1,00	1%
Desconto sobre peças - Peças Originais		DPGx1,50	1,5%
Desconto sobre peças - Outras Peças		DPGx2,25	2,25%
VALOR TOTAL DO LOTE 2 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			31.025,00

Valor do contrato: R\$ 67.745,00 (sessenta e sete mil setecentos e quarenta e cinco reais)

Data da Assinatura: 06/03/2015 - Vigência: 06/03/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 31/2015 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 31/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 19/2015-PMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 12/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ELETRO DIESEL JARAGUÁ LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 76.844.869/0001-84, estabelecida na Avenida Waldemar Grubba, nº 3635, Bairro Vieira, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89256-500

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Gabinete do Prefeito, Procon, Polícia Militar e Civil do Município de Schroeder/SC, compreendendo: mecânica, elétrica e lanternagem em geral, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria e pintura, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

Lote	Descrição do Serviço		
03	Serviço de mão de obra de manutenção injeção a diesel, caixas de direção e direção hidráulica, manutenção eletrônica a diesel com fornecimento de peças para a linha de caminhões, microônibus, máquinas pesadas e agrícolas da Prefeitura Municipal. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)		Custo por hora (R\$)	Total de Horas
		65,00	250
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE		ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG		DPG x 1,00	7%
Desconto sobre peças - Peças Originais		DPGx1,50	10,5%
Desconto sobre peças - Outras Peças		DPGx2,25	15,75%
VALOR TOTAL DO LOTE 1 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)		44.150,00	

Valor do contrato: R\$ 44.150,00 (quarenta e quatro mil cento e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 06/03/2015 - Vigência: 06/03/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 32/2015 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 32/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 19/2015-PMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 12/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: MAIOCHI INSTALAÇÕES E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.328.414/0001-32, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 58, nº. 13354, Centro, na cidade de Guarimir, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Gabinete do Prefeito, Procon, Polícia Militar e Civil do Município de Schroeder/SC, compreendendo: mecânica, elétrica e lanternagem em geral, funilaria, borracharia, vidraçaria, capotaria, tapeçaria e pintura, com fornecimento não-exclusivo de peças genuínas, originais ou outras peças, e de materiais necessários ao perfeito funcionamento, assim como assistência de socorro mecânico (guincho), conforme especificações constantes deste Edital e seus Anexos, ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

Lote	Descrição do Serviço		
04	Serviço de mão de obra de manutenção de parte rotante para máquinas com Esteira. Fornecimento de peças como: roletes, correntes, sapatas, parafusos, preenchimento de roda motriz, recuperação de sapatas, pino e buchas. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)		Custo por hora (R\$)	Total de Horas
		50,00	300
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE		ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG		DPG x 1,00	0
Desconto sobre peças - Peças Originais		DPGx1,50	0
Desconto sobre peças - Outras Peças		DPGx2,25	0
VALOR TOTAL DO LOTE 1 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)		55.000,00	

Lote	Descrição do Serviço		
05	Serviço de solda com soldador, incluindo eletrodos, com fornecimento de chapas de aço para conchas, faca de concha, e suportes de concha Para máquinas, caminhões e microônibus. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.		
VALOR DA MÃO-DE-OBRA PARA O LOTE (Calculado sobre hora/homem)		Custo por hora (R\$)	Total de Horas
		68,00	400
CÁLCULO DO VALOR DAS PEÇAS PARA O LOTE		ÍNDICE	DESCONTO A SER APLICADO
Desconto sobre peças - Peças Genuínas - DPG		DPG x 1,00	0
Desconto sobre peças - Peças Originais		DPGx1,50	0
Desconto sobre peças - Outras Peças		DPGx2,25	0
VALOR TOTAL DO LOTE 1 - MÃO-DE-OBRA + PEÇAS (VALOR APÓS DESCONTO SOBRE PEÇAS GENUÍNAS)			47.200,00

Valor do contrato: R\$ 102.200,00 (cento e dois mil e duzentos reais)

Data da Assinatura: 06/03/2015 - Vigência: 06/03/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### **I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2015-PMS

PROCESSO Nº. 35/2015-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de item referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº. 20/2015-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de caminhão novo basculante com caçamba, com potência mínima de 270cv, tração mínima de 6x4 trucado, com capacidade mínima de 12 metros cúbicos de acordo com o contrato de repasse nº. 805933/2014/MAPA/CAIXA e contrapartida do Município para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência, deste instrumento convocatório, ficando assim determinado:

Leia-se:

#### **ANEXO VIII**

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 20/2015-PMS

TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
01	Caminhão Basculante tração mínima 6x4, trucado e traçado: Veiculo novo cor branca de fabricação nacional, ano e modelo 2015, cabina com ar condicionado, acionamento elétricos nos vidros e portas, alarme sonoro de ré, tacógrafo eletrônico com registro diário, motor diesel de 06 cilindros em linha turbocooler, mínimo 270 CV de potencia, sistema de injeção de combustível direta com gerenciamento eletrônico, direção servo-assistida totalmente hidráulica, transmissão manual com 10 marchas para frente e 3 ré, suspensão dianteira feixe de molas semi-elípticas com amortecedores telescópicos de dupla ação e barra estabilizadora, suspensão traseira com molas semi-elípticas invertidas para operação em terrenos irregulares, freios de serviço a ar comprimido de dois cilindros a tambor, freio de estacionamento com acionamento pneumático, freio a motor eletro-pneumatico podendo atuar com freio de serviço, pneus dianteiros e traseiros 10.00 R 20 PR 16 com câmara, ou pneu dianteiro e traseiro 275/80 R 22.5 sem câmara, peso bruto total 23.000 km; Basculamento padrão, bomba hidráulica hidrodinâmica - acoplada, com tomada de força, cilindros hidráulicos; Caçamba de 12m³ no ferro confeccionada em aço, espessura nas laterais 3/16" e no fundo 1/4", travessas e colunas de reforço em perfis "U".	01	Unidade	268.000,00	268.000,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					268.000,00

Schroeder, 06 de março de 2015.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 5.969/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 5.969/2015, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, o Sr. Samuel Corrêa, para exercer o cargo Comissionado de Assessor de Assistência Social, percebendo o nível salarial nº 001 Comissionados (Nível 178), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 05 de março de 2015.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

DAIANE REGINA AZEVEDO WOLF  
Diretora de Assistência Social

Publicada por:  
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 12/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 1/5

Número do Registro de Preços: 7/2015		Data do Registro: 06/03/2015		Válido até: 06/03/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretar							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviços de mão de obra mecânica em geral com fornecimento de peças para a frota de veículos leves da Prefeitura Municipal, conforme lote IV em anexo. Serviços como: revisão geral, suspensão, freio, embreagem, mangueiras hidráulicas, embuchamentos, câmbio, caixa de direção, afinação e retífica de motores e demais acertos nos motores, instalação de peças e acessórios, etc. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	39,9000	1
2	Valor com desconto mecanica linha leve	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	24.750,0000	1
3	Serviço de manutenção elétrica para toda a frota da Prefeitura Municipal. Serviços como: revisão de chicote elétrico, alternadores, motor de arranque, motor de pára-brisa, troca de lâmpadas, capas, faróis, recuperar fiação elétrica, revisar painéis, trocar fusíveis, sensores, relógios de temperatura, entre outros serviços. Para máquinas, caminhões, microônibus e linha leve. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	44,9000	1
4	valor com desconto elétrica	UN	RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA. - ME (9801)		0	19.800,0000	1
5	Serviço de mão de obra de manutenção injeção a diesel, caixas de direção e direção hidráulica, manutenção eletrônica a diesel com fornecimento de peças para a linha de caminhões, microônibus, máquinas pesadas e agrícolas da Prefeitura Municipal. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	ELETRO DIESEL JARAGUA LTDA (6565)		0	65,0000	1
6	valor com desconto njeção a diesel	UN	ELETRO DIESEL JARAGUA LTDA (6565)		0	27.900,0000	1
7	Serviço de mão de obra de manutenção de parte rotante para máquinas com Esteira. Fornecedor de peças como: roletes, correntes, sapatas, parafusos, preenchimento de roda motriz, recuperação de sapatas, pino e buchas. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (10050)		0	50,0000	1
8	valor com desconto manutenção de parte rotante	UN	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (10050)		0	40.000,0000	1



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Número do Registro de Preços: 7/2015      Data do Registro: 06/03/2015      Válido até: 06/03/2016						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretar						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
9	Serviço de solda com soldador, incluindo eletrodos, com fornecimento de chapas de aço para conchas, faca de concha, e suportes de concha Para máquinas, caminhões e microônibus. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (10050)		0	68.0000
10	valor com desconto solda	UN	MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA (10050)		0	20.000.0000
11	Serviços de mão de obra mecânica em geral e molas, para caninihões. Com o fornecimento de peças. Serviços de: revisão geral. Suspensão, freios, embreagem, para-brisas, inter clima, câmbio, embuchamento, mangueiras hidráulicas, bombas hidráulicas, caixa de direção, retífica de motores, mola, pinos centro, grampos, jumelos e parafusos. Instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	ERNESTO SCHNEIDER MECÂNICO ME (8214)		0	21.6100
12	valor com desconto mecânica em geral e molas	UN	NAIANA DOS SANTOS VERCELINO MECANICA CANARINHO ME (13026)		0	25.9434
		UN	ERNESTO SCHNEIDER MECÂNICO ME (8214)		0	26.212.0000
13	Serviços de mão de obra mecânica em geral, para ônibus e microônibus. Com o fornecimento de peças. Serviços de: revisão geral. Suspensão, freios, embreagem, para-brisas, inter clima, câmbio, embuchamento, mangueiras hidráulicas, bombas hidráulicas, caixa de direção, retífica de motores, mola, pinos centro, grampos, jumelos e parafusos. Instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	ERNESTO SCHNEIDER MECÂNICO ME (8214)		0	48.0000
14	valor com desconto mecânica em geral, para ônibus e mic	UN	ERNESTO SCHNEIDER MECÂNICO ME (8214)		0	29.700.0000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Número do Registro de Preços: 7/2015      Data do Registro: 06/03/2015      Válido até: 06/03/2016							
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretar							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Serviço de mecânica para máquinas pesadas, com o fornecimento de peças. Serviços como: revisão geral, Suspensão, embuchamento, mangueiras hidráulicas, freios, embreagem, compressores de ar condicionado, válvula de ar condicionado, câmbio, bombas hidráulicas, comandos, retifica de motores, serviços no ar condicionado, instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECÍLIA LTDA (6178)		0	53.0000	1
16	valor com desconto máquinas pesadas	UN	OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECÍLIA LTDA (6178)		0	59.400.0000	1
17	Serviço de mecânica para máquinas agrícolas, com o fornecimento de peças. Serviços como: revisão geral, Suspensão, embuchamento, mangueiras hidráulicas, freios, embreagem, compressores de ar condicionado, válvula de ar condicionado, câmbio, bombas hidráulicas, comandos, retifica de motores, serviços no ar condicionado, instalação de peças e acessórios, manutenções em geral. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	ERNESTO SCHNEIDER MECÂNICO ME (8214)		0	49.0000	1
18	valor com desconto máquinas agrícolas	UN	ERNESTO SCHNEIDER MECÂNICO ME (8214)		0	29.700.0000	1
19	Serviço de lataria, pintura, estofamento e vidraçaria; incluindo fornecimento de peças do segmento de lataria, com: portas, para choque, revestimentos internos teto, portas, painéis e volante. Incluindo material para serviços: tintas, massa, lixas, chapas de ferro, para máquinas, caminhões, microônibus e linha leve. Incluso fornecimento não-exclusivo de peças em geral, conforme Termo de Referência.	H	ERNESTO SCHNEIDER MECÂNICO ME (8214)		0	44.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 7/2015		Data do Registro: 06/03/2015		Válido até: 06/03/2016			
<b>Objeto da Compra:</b> Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretar							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
20	valor com desconto latoaria, pintura, estofamento e vidraça	UN	ERNESTO SCHNEIDER MECÂNICO ME (8214)		0	34.650,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Número do Registro de Preços: 7/2015		Data do Registro: 06/03/2015		Válido até: 06/03/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para os veículos pertencentes a frota das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretar							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

- REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2015
- PROCESSO Nº 19/2015
- (6178) - OFICINA MECÂNICA DE TRATORES SANTA CECÍLIA LTDA
- (6565) - ELETRO DIESEL JARAGUA LTDA
- (8214) - ERNESTO SCHNEIDER MECÂNICO ME
- (9801) - RM COMÉRCIO DE SERVIÇOS AUTO ELÉTRICOS LTDA - ME
- (10050) - MAIOCHI INST E MONTAGENS DE MÁQUINAS E EQUIP. LTDA
- (13026) - NAIANA DOS SANTOS VERCELINO MECANICA CANARINHO ME

Schroeder, 6 de Março de 2015.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PRESENCIAL 06/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Página: 1/5

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 06/03/2015		Válido até: 06/03/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos químicos para serem usados o tratamento de água da Estação de Tratamento pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	HIPOCLORITO DE SÓDIO COMERCIAL - Produto fornecido na forma de solução aquosa, alcalina, coloração amarelo claro, límpida e de odor característico. - O fornecimento deverá ser feito em containers de 1000 litros no qual a empresa deverá ceder por empréstimo dois (2) com paletes de plástico durante a vigência do contrato dessa licitação. - Validade de 45 dias após a data de entrega do produto. - Em cada entrega a empresa vencedora desta licitação deverá fornecer um rótulo que deverá ser colado no container em que será descarregado o produto com as seguintes informações: Identificação da empresa e do produto, nº do lote, data de fabricação, validade. - Toda entrega deverá vir acompanhada com certificado de análise de acordo com a NBR 15754-2014. - A primeira entrega é obrigatória à empresa fornecedor (02) duas vias de ficha técnica e de segurança (FISPQ). Condições específicas: o produto deve atender as características descritas abaixo:  Parâmetros físico-químicosEspecificações Cloro ativo (% em massa como Cl)Mínimo 10 % Densidade1,16 -1,20 g/cm³ pH (direto) 11,00 - 13,00 AspectoLíquido límpido amarelado Chumbolento Ferro Máx 3,0 mg/L Hidróxidos (% em massa como NaOH)Menor ou igual a 0,5%  PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA (12554)  QUIMISA S.A. (10295) Multicloro	KG	BUSCHLE & LEPPER S.A. (10251)		0	1,1800	1
					0	1,1900	2
					0	1,2000	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 06/03/2015		Válido até: 06/03/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos químicos para serem usados o tratamento de água da Estação de Tratamento pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	ÁCIDO FLUOSSILÍCICO - Ácido Fluossilícico produto na forma líquido, de aspecto visual incolor para tratamento de água. - O fornecimento deverá ser feito em containers de 1000 litros no qual a empresa deverá ceder por empréstimo dois (2) com paletes de plástico durante a vigência do contrato dessa licitação. - Validade de 09 meses após a data de entrega do produto. - Em cada entrega a empresa vencedora desta licitação deverá fornecer um rótulo que deverá ser colado no container ao qual será descarregado o produto com as seguintes informações: Identificação da empresa e do produto, nº do lote, data de fabricação, validade. - Toda entrega deverá vir acompanhada com certificado de análise de acordo com a NBR 15754-2014. - A primeira entrega é obrigatória à empresa fornecedor (02) duas vias de ficha técnica e de segurança (FISPQ). Condições específicas: o produto deve atender as características descritas abaixo: Parâmetros físico-químicosEspecificações Concentração (H2SiF6)/Min. 20 % Peso Molecular 144,0917 g/mol Acidez livre como HF Máx 1,0 % DensidadeMin 1,15 g/cm Solubilidade em 100 ml água0,762 g Fosfato (P2O5)Máx. 500 ppm ChumboMáx 20 ppm CádmioMáx 10 ppm CromoMáx 30 ppm	KG	BUSCHLE & LEPPER S.A. (10251)		0	1,1300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015			Data do Registro: 06/03/2015		Válido até: 06/03/2016		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos químicos para serem usados o tratamento de água da Estação de Tratamento pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO isento de ferro (a granel), para tratamento de água. - O fornecimento deverá ser feito em containers de 1000 litros no qual a empresa deverá ceder por empréstimo dois (2) com paletes de plástico durante a vigência do contrato. - Em cada entrega a empresa vencedora desta licitação deverá fornecer um rótulo que deverá ser colado no container ao qual será descarregado o produto com as seguintes informações: Identificação da empresa e do produto, nº do lote, data de fabricação, validade. - Validade de 09 meses após a data de entrega do produto. - Toda entrega deverá vir acompanhada com certificado de análise de acordo com a NBR 15754-2014.. - A primeira entrega é obrigatória à empresa fornecedor (02) duas vias de ficha técnica e de segurança (FISPQ). Condições específicas: o produto deve atender as características descritas abaixo:  Parâmetros físico-químicos Unidade Especificação Alumínio Total solúvel em água (em massa como Al2O3) %Maior ou igual a 7,50 Ferro Total solúvel em água (em massa como Fe2O3) %Menor ou igual a 0,005 Acidez livre (em massa como H2SO4)%Menor ou igual a 0,50 Basicidade (em massa como Al2O3)%Menor ou igual a 0,20 Resíduo insolúvel em água (em massa)%Menor ou igual a 0,20 pH-Máximo 1,80 Óxido de Alumínio Livre (Al2O3)-Ausente Densidade/g*cm³1,250 a 1,340 Concentração de Sulfato de Alumínio (Al2(SO4)3)%Igual ou maior que 47	KG	BUSCHLE & LEPPER S.A. (10251)		0	0,6000	1
			QUIMISA S.A. (10295)	Projesan	0	0,6100	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 06/03/2015		Válido até: 06/03/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos químicos para serem usados o tratamento de água da Estação de Tratamento pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA (12554)		0	0.9000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 6/2015

Número do Registro de Preços: 6/2015		Data do Registro: 06/03/2015		Válido até: 06/03/2016			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos químicos para serem usados o tratamento de água da Estação de Tratamento pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

- REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2015
- PROCESSO Nº 13/2015
- (10251) - BUSCHLE & LEPPER S.A.
- (10295) - QUIMISA S.A.
- (12554) - PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA

Schroeder, 6 de Março de 2015.

**Serra Alta****PREFEITURA****EXTRATO CONTRATUAL Nº 017/2015**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	017/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada	DEPARIS E BORBA LTDA ME.
Objeto.....	O objeto do presente contrato refere-se a contratação de espaço em Jornal de Circulação Regional, para publicações legais de Minutas de Editais licitatórios, de boletins informativos, avisos, comunicados e reportagens de interesse da população a nível municipal e regional.
Valor.....:	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços prestados, o preço total proposto de R\$ 4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais), valor bruto, a serem pagos, mediante apresentação de Nota Fiscal emitida em favor do Município de Serra Alta, até o segundo dia útil ao mês subsequente, com estrita observância na ordem cronológica de pagamento do departamento de finanças, distribuído por todo o Contrato em 10 (dez) parcelas mensais de iguais valores de R\$ 480,00 (Quatrocentos e oitenta reais).
Vigência....	09/03/2015 a 09/12/2015.
Dotação.....	Orçamento vigente: Projeto/Atividade 2.300 - MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL - 3.3.90.00 - DR:0.1.00 – Despesa 7.
SERRA ALTA, 09 de março de 2015.	
BELAMAR LÚCIA GHIDINI TEODORO	
PREFEITA DE SERRA ALTA EM EXERCÍCIO	

**PORTARIA Nº 024/2015**

PORTARIA Nº. 024/2015 DE 06 DE MARÇO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE NEIVA PROVENSI PARA O CARGO DE SERVENTE DE ESCOLA, POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO, Prefeita Municipal (em exercício) de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores, Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, do Município de Serra Alta/SC,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Contratada, a partir desta data, em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público, na forma e nas condições abaixo relacionadas:

SERVIDOR:	NEIVA PROVENSI
CPF:	026.697.099-07
RG:	11.017.504-3
CARGO:	SERVENTE DE ESCOLA
CARGA HORÁRIA:	40 HORAS SEMANAIS
LOTAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
GRUPO:	1 - SEG
NÍVEL:	11
LEI AUTORIZATIVA:	A Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006, Art. 2º, inciso VI “admissão para suprir vaga não preenchida em concurso público”;
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:	justifica-se a contratação pelo motivo de vaga não preenchida em concurso público.
VIGÊNCIA:	06/03/2015 a 06/05/2015. Ou mediante realização de concurso publico ou processo seletivo para esta vaga, se preenchida o contrato será rescindido.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente, percebendo o vencimento constante na Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e suas alterações posteriores vigentes do Município de Serra Alta/SC.

Art. 3º Os direitos do contratado são os previstos na Lei Municipal nº. 692/2006 de 13/04/2006 e aqueles previstos no CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO, assinado entre as partes.

Art. 4º Aplica-se a contratação desta portaria o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de Março de 2015.

BELAMAR LUCIA GHIDINI TEODORO

Prefeita Municipal de Serra Alta (em exercício)

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração



# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 51/2015

DECRETO Nº 51, de 03 de março de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO 2015 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais):

08.01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
2.028 - Apoio ao Pequeno Agricultor  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(109) - Aplicações diretas .....  
..... R\$ 30.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

08.01 - Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
2.028 - Apoio ao Pequeno Agricultor  
3.3.50.00.00.00.00.00.0080(108) - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 03 de março de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 52/2015

DECRETO Nº. 52, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida Jardilene Polli Feghera, Matrícula nº 2874, do Cargo de Monitor de Creche e Pré Escolar, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 05 de março de 2015.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 53/2015

DECRETO Nº 53, de 06 de março de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO 2015 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 7.000,00 (sete mil reais):

11.01 - Secretaria de Assistência Social e Habitação  
2.013 - Manutenção do Departamento de Promoção Social  
4.4.90.00.00.00.00.00.0080(123) - Aplicações diretas .....  
..... R\$ 7.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

11.01 - Secretaria de Assistência Social e Habitação  
2.013 - Manutenção do Departamento de Promoção Social  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(122) - Aplicações diretas .....  
..... R\$ 7.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 06 de março de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 54/2015

DECRETO Nº 54, de 06 de março de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO EXERCÍCIO 2015 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento Vigente do Município de Timbé do Sul, conforme abaixo discriminado, no valor total de R\$ 13.000,00 (treze mil reais):

03.01 - Secretaria de Administração e Finanças  
2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080(10) - Aplicações diretas .....  
..... R\$ 13.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial das seguintes dotações:

03.01 - Secretaria de Administração e Finanças  
2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
3.3.50.00.00.00.00.00.0080(9) - Aplicações diretas .....  
..... R\$ 13.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 06 de março de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 55/2015

DECRETO Nº. 55, DE 06 DE MARÇO DE 2015.

INSERE DESPESA, FONTE DE RECURSO E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO 2015 DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.737 de 02 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam inseridas na Unidade/Orçamentária e Projeto/Atividade abaixo identificada, a despesa e a fonte de recursos que passam a integrar o Orçamento do Município de Timbé do Sul com a seguinte estrutura orçamentária:

04.01 - Secretaria de educação, Cultura e Esportes

2.006 - Manutenção do Ensino Básico

3.3.90.00.00.00.00.00.0386(166)

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento por conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, na conta corrente 672.011-0; Caixa Econômica Federal, Agência 1084, no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), na dotação abaixo especificada:

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

2.006 - Manutenção do Ensino Básico

3.3.90.00.00.00.00.00.0386(166) - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 28.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 06 de março de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 11/2015

PORTARIA Nº 11, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Concede Adicional de Graduação e Adicional de Especialização

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 1.176, Art. 2º;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aos Servidores abaixo relacionados, adicional de graduação e adicional de especialização, correspondentes a 25% sobre seu vencimento base:

NOME	MATRICULA	CARGO
ROSELEI GOULART BIAVA	2998	PROFESSOR
CLAUDIONE PANATTO GHELHE-RE	3005	PROFESSOR
VANESSA ALÉSSIO	3014	PROFESSOR
ROSANGELA DE OLIVEIRA	3015	PROFESSOR

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 05 de março de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA 12/2015

PORTARIA Nº. 12, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO PARA EXTRAÇÃO MINERAL DE CASCALHO

ECLAIR ALVES COELHO Prefeito Municipal de Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pelo artigo 13º, Item XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença de localização ao titular do processo DNPM 815.991/2013, a empresa "ARIGONI & BOZA LTDA ME", devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.227.416/0001-26, estabelecida na Rodovia SC 448, nº 775 km 43, bairro Livramento - Município de Turvo/SC, Estado de Santa Catarina, para EXTRAIR e BENEFICIAR a substância mineral "CASCALHO", pelo prazo de 30 (Trinta) anos, numa área de 49,94 (Quarenta e nove vírgula noventa e quatro) hectares, no local denominado Rocinha, junto ao LEITO DO RIO SERRA VELHA, no município de Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina, conforme Licença Ambiental Prévia nº9595/2014 e Licença Ambiental de instalação nº 9600/2014 e coordenadas geográficas abaixo:

VÉRTICES	LATITUDE	LONGITUDE
01	-28 48' 26,764	-49 54' 05,555
02	-28 48' 26,764	-49 53' 54,061
03	-28 48' 28,890	-49 53' 54,061
04	-28 48' 28,890	-49 53' 41,716
05	-28 48' 30,676	-49 53' 41,716
06	-28 48' 30,676	-49 53' 35,368
07	-28 48' 32,783	-49 53' 35,368
08	-28 48' 32,783	-49 53' 29,095
09	-28 48' 34,177	-49 53' 29,095
10	-28 48' 34,177	-49 53' 27,777
11	-28 48' 36,196	-49 53' 27,777
12	-28 48' 36,196	-49 53' 18,947

13	-28 48' 37,912	-49 53' 18,947
14	-28 48' 37,912	-49 53' 13,000
15	-28 48' 39,677	-49 53' 13,000
16	-28 48' 39,677	-49 53' 01,687
17	-28 48' 44,343	-49 53' 01,687
18	-28 48' 44,343	-49 52' 55,584
19	-28 48' 45,651	-49 52' 55,584
20	-28 48' 45,651	-49 52' 52,209
21	-28 48' 48,542	-49 52' 52,209
22	-28 48' 48,542	-49 52' 47,704
23	-28 48' 51,995	-49 52' 47,704
24	-28 48' 51,995	-49 52' 45,562
25	-28 48' 55,284	-49 52' 45,562
26	-28 48' 55,284	-49 52' 40,948
27	-28 49' 00,894	-49 52' 40,948
28	-28 49' 00,894	-49 52' 38,325
29	-28 49' 04,005	-49 52' 38,325
30	-28 49' 04,005	-49 52' 36,663
31	-28 49' 08,736	-49 52' 36,663
32	-28 49' 08,736	-49 52' 40,371
33	-28 49' 06,332	-49 52' 40,371
34	-28 49' 06,332	-49 52' 43,296
35	-28 49' 02,824	-49 52' 43,296
36	-28 49' 02,824	-49 52' 46,935
37	-28 48' 58,965	-49 52' 46,935
38	-28 48' 58,965	-49 52' 49,696
39	-28 48' 55,593	-49 52' 49,696
40	-28 48' 55,593	-49 52' 53,802
41	-28 48' 51,535	-49 52' 53,802
42	-28 48' 51,535	-49 52' 59,267
43	-28 48' 48,844	-49 52' 59,267
44	-28 48' 48,844	-49 53' 05,200
45	-28 48' 47,470	-49 53' 05,200
46	-28 48' 47,470	-49 53' 08,029
47	-28 48' 45,850	-49 53' 08,029
48	-28 48' 45,850	-49 53' 13,247
49	-28 48' 41,785	-49 53' 13,247
50	-28 48' 41,785	-49 53' 24,684
51	-28 48' 39,511	-49 53' 24,684
52	-28 48' 39,511	-49 53' 39,876
53	-28 48' 34,508	-49 53' 39,876
54	-28 48' 34,508	-49 54' 05,555
55	-28 48' 26,764	-49 54' 05,555

\*Coordenadas geográficas em DATUM SAD 69

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 05 de março de 2015.

Eclair Alves Coelho  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA 13/2015**

PORTARIA Nº 13, DE 05 DE MARÇO DE 2015.

Concede Adicional de Graduação e Adicional de Especialização

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 1.176, Art. 2º;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder aos Servidores abaixo relacionados, adicional de graduação, correspondentes a 25% sobre seu vencimento base:

NOME	MATRICULA	CARGO
ALINE ZANIN	2993/3016	PROFESSOR
ANDREI FRASSETTO DE SOUZA	2991	PROFESSOR DE ED. FÍSICA
DAIANE DE PRÁ CESA	2996	PROFESSOR

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 05 de março de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI  
Secretário de Administração e Finanças

# Timbó

## PREFEITURA

### AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 01 2015 FME

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2015 FME

OBJETO: credenciamento de profissionais autônomos ou microempreendedores individuais para exercício das funções de árbitros, mesários e/ou assistentes, visando atender a demanda de eventos sazonais e/ou periódicos da Fundação Municipal de Esportes, conforme calendário esportivo de 2015. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e o Termo de Aceitação dos Preços, poderá ser feita durante o período para inscrições, de até 25 dias consecutivos da publicação, contados a partir da homologação do processo, sendo que a vigência do credenciamento será de 09/03/2015 a 31/12/2015. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Depto de Compras sito à Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó (SC), 05/03/2015.

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Presidente da Fundação Municipal de Esportes

### AVISO DE PREGAO PRESENCIAL Nº 24 2015 REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE GAS DE COZINHA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Pregão Nº 24/2015 - PMT

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FORNECIMENTO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (13KG - P13 E 45KG - P45) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09:00 horas do dia 23 de março de 2015. ABERTURA: dia 23/03/2015 às 09:10 horas. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 06/03/2015.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário de Fazenda e Administração

### EDITAL DE INDEFERIMENTO DA OPÇÃO AO SIMPLES NACIONAL PARA O ANO-CALENDÁRIO 2015

	MUNICÍPIO DE TIMBÓ SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
--	---

### EDITAL DE INDEFERIMENTO DA OPÇÃO AO SIMPLES NACIONAL PARA O ANO-CALENDÁRIO 2015

A Fazenda Municipal de Timbó, na competência atribuída pelo artigo 106 da Lei Complementar nº 142/98 (Código Tributário Municipal) e pelo art. 16, § 6º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno

Porte), regulamentado pelo art. 14 da Resolução CGSN nº 94, de 29.11.2011 e suas alterações, NOTIFICA os contribuintes abaixo identificados do INDEFERIMENTO de sua opção pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições, devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL, para o ano calendário 2015, em virtude de terem incorrido em hipótese de vedação ao ingresso no Simples Nacional prevista no artigo 17, inciso V e/ou XVI, da Lei Complementar nº 123/2006, decorrente do fato de apresentar débito(s) com a Fazenda Pública Municipal cuja exigibilidade não se encontra suspensa e/ou possuir pendência cadastral (ausência de inscrição municipal ou irregularidade em cadastro fiscal), e por não terem regularizado as pendências até o dia 31/01/2015.

A Fazenda Municipal de Timbó, comunica, ainda, que de acordo com as disposições do art. 14, parágrafo único da Resolução CGSN nº 94/2011 e nos termos do art. 206 da Lei Complementar Municipal nº 142/98, os contribuintes abaixo notificados têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste Edital para interpor recurso à Secretária Municipal da Fazenda e Administração impugnando este ato, mediante apresentação de requerimento escrito, protocolizado na Central de Atendimento - Guichê de Fiscalização Tributária, sala 04, na sede da Prefeitura de Timbó, juntando todos os documentos e elementos de prova que sustentem a pretensão requerida.

N.	CNPJ	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
1	13.844.229/0001-54	Hipótese de vedação, art. 17, V, LC 123/2006
2	17.475.383/0001-57	Hipótese de vedação, art. 17, V, LC 123/2006
3	12.760.304/0001-36	Hipótese de vedação, art. 17, V, LC 123/2006
4	16.891.425/0001-78	Hipótese de vedação, art. 17, V, LC 123/2006
5	13.443.653/0001-97	Hipótese de vedação, art. 17, V, LC 123/2006
6	15.952.541/0001-97	Hipótese de vedação, art. 17, V, LC 123/2006
7	03.717.349/0001-37	Hipótese de vedação, art. 17, V, LC 123/2006
8	13.040.093/0001-20	Hipótese de vedação, art. 17, V, LC 123/2006

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de fevereiro de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Daniela R. Witthoeft Krambeck	Maria Angélica Faggiani
Fiscal de Tributos - Matrícula 965.2	Secretária Municipal Da Fazenda e Administração

### LEI COMPLEMENTAR Nº 461, DE 09 DE MARÇO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 461, DE 09 DE MARÇO DE 2015  
Acresce uma vaga ao cargo de provimento efetivo de "Contador" no Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo do Poder Executivo.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica acrescida 01 (uma) vaga para o cargo de CONTADOR, no quadro geral de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo Municipal, estatuído pela Lei Complementar n.º 137 de 02 de julho de 1998.

Art. 2º Os requisitos para acesso ao cargo criados por esta Lei Complementar, bem como o descrevo detalhado de suas atribuições/



funções, será objeto de regulamentação do poder executivo nos termos do que estabelece o artigo 29 da Lei Complementar n.º 137 de 02 de julho de 1998.

Art. 3º Por força do disposto no artigo 1º desta Lei Complementar, o anexo I da Lei Complementar n.º 137 de 02 de julho de 1998, atualizado pelas alterações legislativas posteriores e que trata do quadro geral de cargos de provimento efetivo do Poder Executivo, passa a vigorar com a seguinte redação:

DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA INICIAL	QUANT. DE CARGOS	GRUPO OCUPACIONAL	JORNADA SEMANAL
...	...	...	...	...
CONTADOR	...	02 03	...	...
...	...	...	...	...

§1º O preenchimento do cargo criado por esta lei dependerá de prévia e expressa decretação de disponibilidade do cargo por parte do poder executivo e será preenchido mediante aprovação em concurso público.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação própria do orçamento municipal.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de março de 2015, 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### **PORTARIA Nº TIMBOPREV-056, DE 03 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA Nº TIMBOPREV-056, DE 03 DE MARÇO DE 2015  
Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade à Servidora Pública Municipal Marly Cattoni Uber.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e em conformidade com o art.36, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993 e art.17, da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, e,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade à Servidora Pública Municipal MARLY CATTONI UBER, brasileira, casada, nascida em 21 de dezembro de 1953, portadora do CPF sob nº 293.175.099-91, RG nº 385.124, residente na rua Aristiliano Ramos nº 229, Bairro das Capitais, em Timbó-SC, ocupante do cargo de Educadora Infantil, Referência Salarial C-31, matrícula nº 107250.1.6, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos calculados de forma proporcional ao tempo de contribuição, sem direito à paridade remuneratória, de conformidade com o art.40, §1º, inciso III, letra "b" da Constituição Federal, no valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV 006/2015, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

### **PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 151 2014 PMT - COFEE BREAK**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 151/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa fornecedora de unidades de alimentação (coffee break), parte integrante da aplicação dos recursos inerentes ao Programa de Educação Permanente em Saúde (EPS), de acordo com a programação dos eventos de educação permanente da Secretaria de Saúde de Timbó, com frequência mensal; e de unidades de alimentação (coffee break) a serem fornecidas aos usuários da Assistência Social, nas oficinas e encontros realizados junto ao CREAS, CRAS, FMAS/ BOLSA FAMÍLIA e demais programas da Secretaria Municipal de Assistência Social.

EMPRESA FORNECEDORA: Fabiana Mara Mohr Stein ME

TOTAL ESTIMADO: R\$ 28.634,40 (vinte e oito mil seiscentos e trinta e quatro reais)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 08/12/2015

Timbó, 09/12/2014

DEISE A. N. MENDES

Secretária de Assistência Social

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

### **PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 27 2014 SAMAE - EMBALAGENS DE POLIETILENO**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2014 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

OBJETO: Registro de preços, visando a aquisição de embalagens de polietileno reciclado destinadas a coleta seletiva de resíduos sólidos para o ano de 2015.

EMPRESA FORNECEDORA: Bela Vista Papelaria e Distribuidora Eireli - ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 186.917,50 (cento e oitenta e seis mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/12/2015

Timbó, 15/12/2014

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE



**CÂMARA MUNICIPAL****PARECER DA COMISSÃO DE MÉRITO AO PROJETO DE LEI Nº 2/2015****COMISSÃO DE MÉRITO**

Projeto de Lei Ordinária nº 2/2015 - Denomina e define as Ruas Projetadas dos Loteamentos Capitais, Capitais I, Capitais II, Capitais III e Capitais IV.

Iniciativa: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior.

Relator: Vereador Waldemar Gebauer.

**I) RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei que visa definir e denominar as ruas projetadas dos Loteamentos Capitais, Capitais I a IV, os quais já foram aprovados pela municipalidade.

O Projeto foi protocolado nesta Casa Legislativa no dia 13 de fevereiro, tendo sido despachado a esta Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora no dia 26 de fevereiro após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, cujo parecer foi publicado no dia 25 de fevereiro na forma regimental.

No mesmo dia esta Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião, exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

**II) FUNDAMENTAÇÃO**

Observa-se que o objetivo definir e denominar as ruas projetadas localizadas nos loteamentos Capitais e Capitais I a IV. Segundo a exposição de motivos tal pretensão se faz necessária para dar continuidade aos procedimentos de denominação dos logradouros no loteamento referido. A denominação das vias projetadas serão nomes de capitais dos países integrantes e associados do MERCOSUL, visando harmonizar a nomenclatura com as das vias do entorno.

Sendo assim, se faz necessária a adoção das providências pretendidas pelo Poder Executivo, de modo a possibilitar uma rápida e correta regularização da situação dos loteamentos em questão, razão pela qual, este Relator não encontra óbices a aprovação da presente proposição.

**III) CONCLUSÃO****VOTO DO RELATOR**

Considerando o exposto, este Relator resolve exarar o presente voto de forma favorável à aprovação da matéria.

Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Guilherme Voigt Júnior

Vereador Fabricio Dalcastagné

Sala das Comissões, em 26 de fevereiro de 2015.

Guilherme Voigt Júnior
Presidente

Fabricio Dalcastagné	Waldemar Gebauer
Membro	Relator

**PARECER DA COMISSÃO DE MÉRITO AO PROJETO DE LEI Nº 3/2015****COMISSÃO DE MÉRITO**

Projeto de Lei Ordinária nº 3/2015 - Denomina a Rua Rolando Mueller e altera a nomenclatura do Beco Gustavo Roepke.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Laércio Demerval Schuster Júnior

Relator: Vereador Waldemar Gebauer

**I) RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo que pretende denominar "Rolando Mueller" a via que interliga a Rua Blumenau à Rua Sete de Setembro, bem como dar status de rua ao Beco Gustavo Roepke, alterando sua denominação para Rua Gustavo Roepke.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 13 de fevereiro corrente tendo sido despachado pelo Presidente da Mesa Diretora a esta Comissão no dia 26 de fevereiro, após manifestação pela sua legalidade e constitucionalidade por parte da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, cujo parecer fora publicado no dia 25 de fevereiro na forma regimental.

No dia mesmo dia esta Comissão teve como pauta o presente em sua reunião quando exarou o parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

**II - FUNDAMENTAÇÃO**

A presente proposição tem por objetivo denominar "Rolando Mueller" a via que interliga a Rua Blumenau à Rua Sete de setembro, bem como dar status de rua ao Beco Gustavo Roepke, alterando sua denominação para Rua Gustavo Roepke.

No que diz respeito a alteração de status do Beco Gustavo Roepke para Rua Gustavo Roepke a mesma se faz necessária, tendo em vista que a via em questão, ante as modificações trazidas pela implementação do Binário Central, passou a ser classificada como rua.

Com relação a homenagem a ser prestada ao ilustríssimo Senhor Rolando Mueller (in memoriam, o mesmo era natural de Benedito Novo, tendo vindo para Timbó em meados de 1954, de modo a dar continuidade a seus estudos. Na mesma oportunidade, deu início a sua brilhante carreira profissional.

Durante toda a sua vida envidou esforços no sentido de construir uma sociedade timboense melhor, prestando serviço de imensurável importância para todo o Município de Timbó, deixando um legado de esperança e um exemplo a ser seguido. Faleceu em 22 de outubro de 2010, aos 71 anos de idade, deixando uma enorme lacuna entre aqueles que o conheceram.

Desta feita, vislumbrando-se que tal homenagem é merecida, em se tratando de um grande empreendedor, idealista por natureza, dedicado às causas políticas e sociais.

Deste modo e diante de tudo o que foi exposto, esse Relator se manifesta pela aprovação este da proposição em comento.

**III) CONCLUSÃO****VOTO DO RELATOR**

Considerando que a matéria respeita as normas vigentes, este Relator resolve exarar o presente de forma favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 03/2015.

Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Guilherme Voigt Júnior

Vereador Fabricio Dalcastagné

Sala das Comissões, em 26 de fevereiro de 2015.

Guilherme Voigt Júnior
------------------------

Presidente
------------

Fabrizio Dalcastagné
----------------------

Waldemar Gebauer
------------------

Membro
--------

Relator
---------

## Treze Tílias

### PREFEITURA

#### AVISO DE LICITAÇÃO PP 14/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS  
Processo Licitatório nº 14/2015 - PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios que compõe a merenda da Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier e Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 24/03/2015, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH  
Prefeito

#### AVISO DE LICITAÇÃO PP 18/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS  
Processo Licitatório nº 19/2015 - PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para avaliação do grau de satisfação dos serviços da rede municipal de ensino infantil, de acordo com as descrições constantes no Anexo I, do presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 23/03/2015, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH  
Prefeito

#### EXTRATO DE CONTRATO 14/2015

EXTRATO DE CONTRATO 13/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: DISNEY DE MARCO EIRELI

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para execução da rede de energia elétrica e iluminação, junto ao Novo Centro de Eventos, nas margens na SC 465, conforme projetos constantes no anexo I do presente Edital

PROCESSO LICITATÓRIO: CV 15/2015.

VIGÊNCIA: O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato é de R\$ 134.819,53 (Cento e trinta e quatro mil, oitocentos e dezenove reais e cinquenta e três centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregados recursos provenientes da COSIP, através da dotação orçamentária vigente para 2015: 05.02.2217.33.90.00.00.00.00.0017.

DATA ASSINATURA: 05/03/2015.

TREZE TÍLIAS, 05 de Março de 2015.

### **EXTRATO DE CONTRATO 15/2015**

EXTRATO DE CONTRATO 15/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA EPP.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento e instalação de placas indicativas (nomes de ruas), em conformidade com as especificações do Anexo I, integrante deste edital.

VIGÊNCIA: O Contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 45 dias.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 31.050,00 (Trinta e um mil e cinquenta reais) de acordo com o item vencedor do Processo de Licitação nº 05/2015, conforme Anexo I.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: O custo total estimado para a contratação é de R\$ 37.720.00 (Trinta e sete mil setecentos e vinte reais). Sendo que para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2015: 05.01.2005.33.90.00.00.00.00.00.

DATA ASSINATURA: 06/03/2015.

TREZE TÍLIAS, 25 de Fevereiro de 2015.

# Tunápolis

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FUNDO PROCESSO N30.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS

Página: 1/7

Processo Nº.: 30/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2014

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2014

No dia 12 do mês de Dezembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.273.240/0001-49, com sede administrativa localizada na Rua João Castilho, 111, bairro Centro, CEP nº. 89898-000, nesta cidade de Tunápolis/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). ENOI SCHERER, inscrito no CPF sob o nº. 656.321.769-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 27/2014, Processo Licitatório nº. 30/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando a "contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, pertencentes ao Fundo Municipal da Saúde em conformidade com as especificações dos Anexos. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6317	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS TUNAPOLIS LTDA ME	1, 2
6021	Auto Posto Canarinho Ltda	3, 4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS TUNAPOLIS LTDA ME	08.473.148/0001-55	NATIELE CRISTINE SCHAURICH	009.611.039-22
Auto Posto Canarinho Ltda	83.523.407/0001-20	Canisio Thomas	347.592.209-68

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando a "contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, pertencentes ao Fundo Municipal da Saúde em conformidade com as especificações dos Anexos.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6021 - Auto Posto Canarinho Ltda						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Óleo Diesel S 10.	L	POTENCIAL	12.000,000	2,7500	33.000,00
4	Álcool Etanol	L	POTENCIAL	2.000,000	2,4500	4.900,00

Fornecedor: 6317 - ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS TUNAPOLIS LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Gasolina Comum.	L	CHARRUA	20.000,000	3,1700	63.400,00
2	Óleo Diesel S 500	L	CHARRUA	18.000,000	2,5700	46.260,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS**

Página: 2/7  
Processo Nº.: 30/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2014

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 30/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2014

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 30/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2014

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 30/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2014

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 30/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2014

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 30/2014  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2014

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tunápolis para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Tunápolis, 12 de Dezembro de 2014.

\_\_\_\_\_  
**ENOI SCHERER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

#### **Empresas Participantes:**

ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS TUNAPOLIS LTDA ME CNPJ: 08.473.148/0001-55 \_\_\_\_\_

Auto Posto Canarinho Ltda CNPJ: 83.523.407/0001-20 \_\_\_\_\_



**ATA REGISTRO DE PREÇOS MEDICAMENTOS PROCESSO 04.2015****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/13

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS****Processo Nº.: 4/2015****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2015**

No dia 9 do mês de Fevereiro do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 12.273.240/0001-49, com sede administrativa localizada na Rua João Castilho, 111, bairro Centro, CEP nº. 89898-000, nesta cidade de Tunápolis/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). ENOI SCHERER, inscrito no CPF sob o nº. 656.321.769-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 4/2015, Processo Licitatório nº. 4/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de Medicamentos de forma parcelada, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante deste ato convocatório. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6739	A.G. KIENEN E CIA. LTDA	6, 7, 11, 27, 38, 43, 47, 55, 56, 61, 70, 75, 84, 102, 111, 112, 115, 117, 137, 145, 146, 147, 158, 161, 174, 192, 193, 205, 216, 223, 238, 246, 249, 258, 261, 269
6002	Altermed Mat. Med. Hospitalares Ltda	5, 8, 17, 21, 31, 32, 34, 39, 58, 63, 64, 65, 66, 67, 74, 81, 86, 96, 103, 104, 105, 107, 110, 113, 119, 130, 136, 139, 144, 149, 164, 180, 199, 211, 213, 233, 234, 235, 240, 241, 242, 248, 253, 254, 265
6664	Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda	29, 53, 68, 98, 101, 118, 150, 194, 228, 251, 264
6004	Centermedi-Com de Produtos Hospit Ltda	3, 9, 22, 23, 33, 48, 57, 60, 73, 77, 85, 100, 122, 127, 131, 140, 142, 152, 154, 166, 168, 169, 176, 178, 179, 184, 185, 207, 208, 209, 218, 221, 222, 225, 227, 231, 232, 245, 252, 262
6827	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES	20, 44, 52, 78, 93, 95, 126, 224, 226
6471	Comercial Cirurgica Rioclarense LTDA (Filial)	15, 30, 42, 49, 69, 88, 97, 114, 120, 133, 138, 170, 171, 173, 175, 203, 212, 243, 255, 266, 268, 271
6146	DAMEDI -Dambros Comércio de Medic.Ltda - EPP	19, 40, 51, 79, 82, 106, 128, 132, 143, 151, 165, 172, 182, 191, 257
6005	Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda	4, 10, 14, 24, 25, 36, 50, 54, 80, 90, 91, 125, 134, 141, 148, 156, 167, 186, 188, 190, 197, 200, 236, 237, 244
6826	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	2, 13, 45, 62, 76, 87, 89, 124, 129, 163, 198, 210, 219, 229, 230, 247, 256, 260
6219	S & R Distribuidora Ltda ME	1, 16, 18, 26, 28, 35, 37, 41, 46, 59, 71, 72, 94, 99, 108, 109, 116, 121, 123, 135, 153, 155, 157, 162, 181, 183, 187, 195, 196, 201, 202, 204, 206, 215, 217, 220, 239, 259, 263, 267

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A.G. KIENEN E CIA. LTDA	82.225.947/0001-65	FABIO EMANUEL REBONATO	046.973.639-90
Altermed Mat. Med. Hospitalares Ltda	00.802.002/0001-02	FABIO ELIAS LEAL	007.730.839-52
Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda	13.568.558/0001-10	JAYSON SILVEIRA DE MOURA	892.477.449-20
Centermedi-Com de Produtos Hospit Ltda	03.652.030/0001-70	RONALDO GIACOMELI	839.045.300-20
CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALAF	94.516.671/0002-34	WILMAR CEZAR ZANCHET	006.251.849-63
Comercial Cirurgica Rioclarense LTDA (Filial)	67.729.178/0004-91	GESSE BONFIM	009.296.149-50
DAMEDI -Dambros Comércio de Medic.Ltda - EPP	95.368.320/0001-05	DALCI DAMBROS	546.515.499-34
Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda	02.520.829/0001-40	JOCIMAR REVERS	015.307.050-10
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	76.386.283/0001-13	LUIZ AUGUSTO VARNIER	396.067.919-04
S & R Distribuidora Ltda ME	04.889.315/0001-92	AURI LINDENMAYR	032.599.789-68

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS**

Página: 2/13  
**Processo Nº.: 4/2015**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2015**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de Medicamentos de forma parcelada, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante deste ato convocatório.  
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6002 - Altermed Mat. Med. Hospitalares Ltda						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	Ácido Acetilsalicílico 100 mg	Cp	Imec	115.000,000	0,0200	2.300,00
8	Acido Fólico 5 mg	Cp	Natulab	10.000,000	0,0300	300,00
17	Aminofilina 100 mg	Cp	Vitapan	10.000,000	0,0300	300,00
21	Amitriptilina 25 mg	Cp	Neo Química	38.000,000	0,0400	1.520,00
31	Atropina 0,5mg	Amp	Hypofarma	50,000	0,7300	36,50
32	Azitromicina 200mg/05ml susp. oral	Frs	Pharlab	450,000	2,0000	900,00
34	Baclofeno 10 mg	Cp	Teuto	8.000,000	0,1100	880,00
39	bicarbonato de sódio 8,4%	Amp	Samtec	10,000	0,5100	5,10
58	Carbidopa + Levodopa 25/250mg	Cp	Neo Química	8.000,000	0,1700	1.360,00
63	CARVEDILOL 12,5 mg	Cp	Torrent	12.000,000	0,0800	960,00
64	Carvedilol 25mg	Cp	Torrent	2.500,000	0,1000	250,00
65	Carvedilol 3.125 mg	Cp	Torrent	10.000,000	0,0600	600,00
66	Carvedilol 6,25 mg	Cp	Torrent	15.000,000	0,0500	750,00
67	Cedilanid	Amp	União Química	8,000	1,2400	9,92
74	Citalopram 20mg cx c/ 30.	Cp	Torrent	20.000,000	0,1200	2.400,00
81	Cloreto de potássio 19,1%	Amp	Samtec	10,000	0,2400	2,40
86	Cloridrato de Memantina 10 mg	Cp	Arrow-Actavis	3.000,000	0,3500	1.050,00
96	Complexo B Solução	Frs	Belfar	400,000	1,3900	556,00
103	Diazepam 10 mg	Cp	Santisa	3.000,000	0,0400	120,00
104	Diazepam 5 mg	Cp	Santisa	10.000,000	0,0400	400,00
105	Diazepam 5 mg/ml	Amp	Santisa	10,000	0,6200	6,20
107	Digoxina 0,25mg	Cp	Vitapan	12.000,000	0,0400	480,00
110	Dimenidrato 25mg, cloridrato de piridoxina 5 mg, gotas 20 ml	Frs	Vitapan	350,000	2,4700	864,50
113	Dipirona sódica 500 mg cp	Cp	Sobral	20.000,000	0,0700	1.400,00
119	Enalapril 20 mg	Cp	Belfar	100.000,000	0,0500	5.000,00
130	Fenitoína 100 mg	Cp	Teuto	2.000,000	0,0900	180,00
136	Fluoxetina 20 mg	Cp	Teuto	28.000,000	0,0700	1.960,00
139	Furosemida 10mg/ml injetável	Amp	Santisa	100,000	0,7100	71,00
144	Glicose 50%	Amp	Isofarma	20,000	0,2500	5,00
149	Haloperidol 2mg/ml	Frs	Prati Donaduz	100,000	2,7300	273,00
164	Ivermectina 6 mg	Cp	Vitapan	50,000	0,2700	13,50
180	Losartana Potássica 25 mg	Cp	Torrent	12.000,000	0,0600	720,00
199	Midazolam 5 mg/ml	Amp	Hipolabor	10,000	1,4000	14,00
211	Oleo mineral frasco 100ml	Frs	Mariol	150,000	1,6200	243,00
213	Oxcarbamazepina 300 mg	Cp	Torrent	900,000	0,3300	297,00
233	Ranitidina 25mg/ml	Amp	Teuto	10,000	0,6800	6,80
234	Risperidona 1 mg	Cp	Torrent	10.000,000	0,1500	1.500,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS**

Página: 3/13  
 Processo Nº.: 4/2015  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2015

**Fornecedor: 6002 - Altermed Mat. Med. Hospitalares Ltda**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
235	Risperidona 2 mg	Cp	Torrent	4.000,000	0,2200	880,00
240	Seretide 50/250 mg com 60 doses	Frs	GlaxoSmithKli	150,000	66,3800	9.957,00
241	Seretide 50/500 com 60 doses	Frs	GlaxoSmithKli	20,000	113,6300	2.272,60
242	Sertralina 50 mg	Cp	Torrent	20.000,000	0,1000	2.000,00
248	Succinato sódico de hidrocortisona 100 mg.	Amp	Teuto	30,000	3,1100	93,30
253	Sulfato de Magnésio 10% 10 ml	Amp	Samtec	10,000	0,3400	3,40
254	Sulfato ferroso 25 mg/ml	Frs	Hipolabor	500,000	1,0000	500,00
265	Venlafaxina 75 mg	Cp	Torrent	10.000,000	0,6500	6.500,00

**Fornecedor: 6004 - Centermedi-Com de Produtos Hospit Ltda**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	Acetato de Betametasona 5mg/ml+ Fosfato Dissodico de Betametasona 2mg/ml	Amp	PHARLAB	380,000	2,3500	893,00
9	Acido Valproico 250 mg /	Cp	BIOLAB	1.250,000	0,2100	262,50
22	Amoxicilina 500mg + clavulanato potassico 125mg	Cp	E.M.S.	9.000,000	0,7900	7.110,00
23	Amoxacilina + clavulonato potassico 250mg/5ml + 62,5/5ml suspensão oral	Frs	EMS	600,000	6,0000	3.600,00
33	Azitromicina 500 mg	Cp	PRATI D.	4.000,000	0,3300	1.320,00
48	Bromidrato de fenoterol solução 5 mg	Frs	HIPOLABOR	200,000	1,5400	308,00
57	Carbamazepina 400 mg	Cp	TEUTO	5.000,000	0,1200	600,00
60	Carbonato de cálcio 600 + Vitamina D	Cp	VITAMED	60.000,000	0,0600	3.600,00
73	Ciprofloxacina 500 mg	Cp	PRATI D.	15.000,000	0,1300	1.950,00
77	Clonazepam 2 mg	Cp	EUROFARMA	8.000,000	0,0800	640,00
85	Cloridrato de Clorpromazina 40mg/ml gts	Frs	CRISTALIA	10,000	5,3000	53,00
100	DEXAMETAZONA CREME 1%	Tbo	MULTILAB	1.000,000	0,6000	600,00
122	Enantato de noretisterona/valerato de estradiol 5/50mg	Amp	MABRA	150,000	5,0000	750,00
127	Estrogenios Conjugados 0,625 mg	Cp	MABRA	500,000	0,4700	235,00
131	Fenobarbital 100 mg	Cp	TEUTO	8.000,000	0,1000	800,00
140	Gabapentina 300 mg	Cp	PRATI D.	20.000,000	0,2900	5.800,00
142	Glibenclamida 5 mg	Cp	GEOLAB	40.000,000	0,0200	800,00
152	Hidroclorotiazida 25 mg	Cp	TEUTO	160.000,000	0,0200	3.200,00
154	Hidróxido de alumínio	Frs	IFAL	450,000	1,4500	652,50
166	Levodopa 200+ Benzerazida 50mg	cap	ACHE	2.000,000	1,3100	2.620,00
168	levonorgestrel+etinilstradiol 0,15+0,03 mg cp	Crt	MABRA	2.000,000	0,5900	1.180,00
169	Levotiroxina Sódica 100 mcg	Cp	MERCK	18.000,000	0,1000	1.800,00
176	Loratadina 1mg/ml	Frs	MARIOL	300,000	1,7500	525,00
178	Lorazepam 2 mg	Cp	LEGRAND	7.000,000	0,8500	5.950,00
179	Losartana Potássica 100mg	Cp	PRATI D.	12.000,000	0,1800	2.160,00
184	Meloxicam 15 mg	Cp	PHARLAB	15.000,000	0,0900	1.350,00
185	Metformina 500 Mg	Cp	TEUTO	60.000,000	0,0500	3.000,00
207	Nitrofurantoína 100mg	Cp	TEUTO	5.000,000	0,1400	700,00
208	Norestistenona 0,35mcg	Cp	BIOLAB	4.025,000	0,1600	644,00
209	Nortriptilina 25mg	Cp	EUROFARMA	750,000	0,2200	165,00
218	Paroxetina 20 mg	Cp	AUROBINDO	28.000,000	0,1600	4.480,00
221	Permetrina 1%	Frs	IFAL	120,000	1,2100	145,20
222	Permetrina 5%	Frs	IFAL	120,000	2,2000	264,00
225	Prednisona 5 mg	Cp	PRATI D.	10.000,000	0,0700	700,00
227	Prometazina 25 mg/ml	Amp	SANVAL	10,000	1,7500	17,50
231	Propranolol 40mg	Cp	VITAPAN	80.000,000	0,0200	1.600,00
232	Ranitidina 150 mg	Cp	MEDQUIMICA	18.000,000	0,0800	1.440,00
245	Sinvastatina 40 mg	Cp	SANVAL	35.000,000	0,1100	3.850,00
252	Sulfametoxazol+ trimetropina 400/80mg	Cp	PRATI D.	5.000,000	0,0600	300,00
262	topiramato 50 mg	Cp	ZYDUS	3.500,000	0,1200	420,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS**

Página: 4/13  
 Processo Nº.: 4/2015  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2015

Fornecedor: 6005 - Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	Acetato de Medroxiprogesterona 150mg	Amp	U.QUIMICA	130,000	10,0000	1.300,00
10	Acido Valproico 500 mg	Cp	BIOLAB	3.500,000	0,5700	1.995,00
14	Alendronato Sódico 70 mg	Cp	DELTA	3.500,000	0,3400	1.190,00
24	Amoxicilina 500mg	Cp	TEUTO	18.000,000	0,1100	1.980,00
25	Amoxicilina Susp. 250mg/5ml frs	Frs	PRATI	1.200,000	1,5200	1.824,00
36	Benzilpenicilina benzatina 1.200.000 ui	Amp	TEUTO	750,000	4,6800	3.510,00
50	Butilbrometo de escopolamina 10 mg.	Cp	U.QUIMICA	1.500,000	0,2500	375,00
54	Captopril 25mg	Cp	TEUTO	90.000,000	0,0200	1.800,00
80	CLopidogrel, bissulfato 75mg	Cp	ACTAVIS	10.000,000	0,3800	3.800,00
90	Clorpromazina 100 mg	Cp	U.QUIMICA	8.000,000	0,1900	1.520,00
91	Clorpromazina 25 mg	Cp	CRISTALIA	2.500,000	0,2000	500,00
125	Espironolactona 25 mg	Cp	ASPEN	25.000,000	0,0900	2.250,00
134	Fluconazol 150 mg	cap	TEUTO	1.500,000	0,1900	285,00
141	Ginkg Biloba 80 mg	Cp	PRATI	50.000,000	0,1300	6.500,00
148	Haloperidol 1 mg	Cp	CRISTALIA	4.000,000	0,1200	480,00
156	Ibuprofeno 600mg	Cp	TEUTO	40.000,000	0,0700	2.800,00
167	Levomopromazina 25 mg	Cp	CRISTALIA	2.500,000	0,2500	625,00
186	Metformina 850 Mg	Cp	PRATI	60.000,000	0,0600	3.600,00
188	Metildopa 500mg	Cp	SANVAL	25.000,000	0,1700	4.250,00
190	Metoclopramida 10mg	Cp	HIPOLABOR	6.000,000	0,0600	360,00
197	Miconazol creme vaginal	Tbo	PRATI	300,000	4,4500	1.335,00
200	Neomicina 5mg+ Bacitracina 250UI 10gr	Tbo	MULTILAB	1.300,000	0,9200	1.196,00
236	Salbutamol 100mcg/dose	Tbo	GLENMARK	100,000	4,6900	469,00
237	Salbutamol xpe 2mg/5ml	Frs	HIPOLABOR	200,000	0,8900	178,00
244	Sinvastatina 20 mg	Cp	SANVAL	120.000,000	0,0600	7.200,00

Fornecedor: 6146 - DAMEDI -Dambros Comércio de Medic.Ltda - EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
19	Amiodarona 50mg/ml	Amp	hipolabor	35,000	1,3100	45,85
40	Biperideno 2mg (cloridrato de)	Cp	cristalia	12.000,000	0,1700	2.040,00
51	Butilbrometo de escopolamina 10mg/ml	Frs	prati	100,000	1,8600	186,00
79	Clonidina 0,150 mg	Cp	boehringer	8.000,000	0,2000	1.600,00
82	Cloreto de sódio 20%	Amp	isofarma	20,000	0,2200	4,40
106	Diclofenaco de Sódio 75mg	Amp	farmace	200,000	0,6400	128,00
128	Estrogenios Conjugados 0,625mg creme vaginal	Tbo	wyeth	300,000	29,6100	8.883,00
132	Fenobarbital 40 mg/ml frs C/20 ml	Frs	cristalia	30,000	2,7800	83,40
143	glicose 25%	Amp	samtec	20,000	0,2200	4,40
151	Haloperidol 70,52mg/ml	Amp	cristalia	75,000	6,4900	486,75
165	Levodopa 100+ Benzerazida 25mg HBS	cap	roche	6.000,000	1,4900	8.940,00
172	Levotiroxina Sódica 88 mg	Cp	merck	3.000,000	0,1900	570,00
182	Manitol 20% 250 ml	Frs	sanobiol	150,000	3,5600	534,00
191	Metoclopramida 10mg/2ml	Amp	isofarma	250,000	0,2600	65,00
257	Supositorio de glicerina 72mg pediatrico	Un	brost	80,000	0,6200	49,60

Fornecedor: 6219 - S & R Distribuidora Ltda ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Acebrofilina 5mg/ml (sem açúcar)	Frs	PRATI	500,000	2,6900	1.345,00
16	Alopurinol 300 mg	Cp	PRATI	11.000,000	0,0900	990,00
18	aminofilina 24 mg/ml	Amp	HIPOLABOR	20,000	0,6800	13,60
26	Anlodipino, besilato 10 mg	Cp	TEUTO	9.000,000	0,0400	360,00
28	Anlodipino, Besilato 5 mg.	Cp	GEOLAB	30.000,000	0,0300	900,00
35	Beclometasona 250 mcg/dose aerossol	Tbo	CHIESI	250,000	40,0000	10.000,00
37	Benzilpenicilina benzatina 600.000 ui	Amp	NOVAFARMA	100,000	3,7000	370,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS**

Página: 5/13  
 Processo Nº.: 4/2015  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2015

Fornecedor: 6219 - S & R Distribuidora Ltda ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
41	Bisacodil 5mg	Cp	HYPERMARC	500,000	0,0800	40,00
46	Butilbrometo de escopolamina 10mg+ dipirona sódica 250mg	Cp	HYPERMARC	18.000,000	0,2400	4.320,00
59	Carbonato de cálcio 500 mg	Cp	SOBRAL	5.000,000	0,0400	200,00
71	Cimetidina	Amp	TEUTO	20,000	0,5900	11,80
72	Cinarizina 75 mg	Cp	HYPERMARC	15.000,000	0,0800	1.200,00
94	Complexo b	Cp	VITAMED	20.000,000	0,0400	800,00
99	Dexametasona 2,5 mg/ml	Amp	HIPOLABOR	10,000	0,9400	9,40
108	Diltiazem 120 mg	Cp	BALDACCI	600,000	1,6400	984,00
109	Diltiazem 60 mg	Cp	TEUTO	5.000,000	0,1300	650,00
116	Dipropionato de Beclometasona 200mcg cx com 60 capsulas	cap	NOVARTIS	2.500,000	0,3400	850,00
121	Enalapril 10mg	Cp	VITAPAN	90.000,000	0,0400	3.600,00
123	Epinefrina 1 mg/ml	Amp	HIPOLABOR	20,000	1,2100	24,20
135	Flunarizina 10 mg	Cp	HYPERMARC	8.000,000	0,0500	400,00
153	Hidroclorotiazida 50mg	Cp	TEUTO	10.000,000	0,0300	300,00
155	Ibuprofeno 300mg	Cp	MULTILAB	25.000,000	0,0500	1.250,00
157	Ibuprofeno gotas 100mg/ml	Frs	MEDQUIMICA	900,000	2,1400	1.926,00
162	Isossorbida, dinitrato 10 mg	Cp	GERMED	30.000,000	0,0900	2.700,00
181	Losartana Potássica 50 mg	Cp	GEOLAB	200.000,000	0,0400	8.000,00
183	Mebendazol 100mg/5ml susp. oral	Frs	SOBRAL	400,000	0,6600	264,00
187	Metildopa 250mg	Cp	SANVAL	10.000,000	0,1000	1.000,00
195	Metronidazol 200mg/5ml	Frs	PRATI	250,000	1,4600	365,00
196	Metronidazol 250 mg	Cp	PRATI	7.000,000	0,0700	490,00
201	Nifedipina 100 mg	Cp	HYPERMARC	500,000	0,0300	15,00
202	Nifedipina 20 mg	Cp	HYPERMARC	2.500,000	0,0300	75,00
204	Nimesulida 100 mg	Cp	VITAPAN	20.000,000	0,0400	800,00
206	Nistatina Suspensão 100.000 UI/ml frs	Frs	PRATI	100,000	1,5500	155,00
215	Oxibutinina 5 mg	Cp	APSEN	6.500,000	0,6300	4.095,00
217	Paracetamol 500mg	Cp	HIPOLABOR	95.000,000	0,0400	3.800,00
220	Pentoxifilina 400 mg	Cp	GERMED	1.000,000	0,2600	260,00
239		Cp	VITAPAN	1.500,000	0,3700	555,00
259	Terbutalina	Amp	HIPOLABOR	10,000	1,7800	17,80
263	Valsartana 320 mg	Cp	HYPERMARC	1.000,000	0,4400	440,00
267	Verapamil Retard 240 mg	Cp	SANDOZ	500,000	0,6700	335,00

  

Fornecedor: 6471 - Comercial Cirurgica Rioclarense LTDA (Filial)						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
15	Alopurinol 100 mg	Cp	SANVAL	4.000,000	0,0400	160,00
30	Atenol 50mg	Cp	VITAPAN	120.000,000	0,0300	3.600,00
42	Bromazepam 3 mg	Cp	TEUTO	7.000,000	0,0500	350,00
49	Butilbrometo de escopolamina 10 + dipirona sodica 250 mg/ml frs 20 ml	Frs	FARMACE	400,000	1,9500	780,00
69	Cefalexina 500mg	Cp	CELLOFARM/	20.000,000	0,1500	3.000,00
88	Cloridrato de Ticlopidina 250 mg	Cp	EMS	2.500,000	0,3300	825,00
97	Cumarina +Troxerrutina 15/90mg	Cp	CIFARMA	1.000,000	0,1600	160,00
114	Dipirona Sodica 500mg/ml 20ml	Frs	NATULAB	1.000,000	0,8900	890,00
120	Enalapril 5 mg	Cp	BELFAR	20.000,000	0,0500	1.000,00
133	Finasterida 5 mg	Cp	AUROBINDO/	15.000,000	0,2400	3.600,00
138	Furosemida 40 mg	Cp	GEOLAB	60.000,000	0,0300	1.800,00
170	Levotiroxina Sodica 25 mcg	Cp	MERCK	18.000,000	0,1100	1.980,00
171	Levotiroxina Sódica 50 mcg	Cp	MERCK	18.000,000	0,1100	1.980,00
173	Lidocaina 2% frasco s/v injetavel 20 ml	Frs	HIPOLABOR	500,000	1,3600	680,00
175	Loratadina 10mg	Cp	GEOLAB	10.000,000	0,0500	500,00
203	Nifedipina Retard 20 mg	Cp	MEDQUIMICA	12.000,000	0,0600	720,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS**

Página: 6/13  
 Processo Nº.: 4/2015  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2015

**Fornecedor: 6471 - Comercial Cirurgica Rioclarense LTDA (Filial)**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
212	Omeprazol 20mg	cap	PRATI DONAI	200.000,000	0,0500	10.000,00
243	Sinvastatina 10 mg	Cp	LABORIS	12.000,000	0,0700	840,00
255	Sulfato ferroso 40 mg	Cp	PRATI DONAI	20.000,000	0,0300	600,00
266	Verapamil 80mg	Cp	PRATI DONAI	20.000,000	0,0500	1.000,00
268		Frs	SANVAL	300,000	2,7200	816,00
271	Protetor solar FPS 30, contendo com 200ml	Un	COSMODERM	34,000	11,1000	377,40

**Fornecedor: 6664 - Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
29	Atenolol 25 mg	Cp	VITAPAN	50.000,000	0,0200	1.000,00
53	Butilbrometode escopolamina 20mg/ml	Amp	TEUTO	20,000	1,0000	20,00
68	Cefalexina 250mg/5ml suspensão	Frs	TEUTO	750,000	2,7000	2.025,00
98	deslanosideo 0,2 mg/ml	Amp	UNIAO QUIMI	10,000	1,2000	12,00
101	Dexclorfeniramina 0,4mg/ml	Frs	TEUTO	500,000	0,9100	455,00
118	Doxazosina 4 mg	Cp	SANDOZ	25.000,000	0,2500	6.250,00
150	Haloperidol 5 mg	Cp	UNIAO QUIMI	7.000,000	0,0700	490,00
194	Metronidazol 100mg/g creme vaginal	Tbo	TEUTO	400,000	2,3000	920,00
228	Prometazina 25mg	Cp	PRATI	4.000,000	0,0700	280,00
251	Sulfametoxazol+ trimetopina 200/40mg/5ml	Frs	TEUTO	400,000	0,9000	360,00
264	Varfarina 5 mg	Cp	TEUTO	8.000,000	0,1000	800,00

**Fornecedor: 6739 - A.G. KIENEN E CIA. LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	Ácido Acetilsalicílico tamponado 100mg.	Cp	EMS	5.000,000	0,1100	550,00
7	Ácido Acetilsalicílico tamponado 81mg.	Cp	EMS	500,000	0,2000	100,00
11	ácido valproico suspensão 250mg/5 ml	Frs	HIPOLABOR	120,000	1,9500	234,00
27	Anlodipino, Besilato 2,5 mg	Cp	BIOSINTETIC	5.000,000	0,5200	2.600,00
38	betaistina 24mg	Cp	EUROFARMA	2.000,000	0,2700	540,00
43	Bromazepam 6 mg	Cp	TEUTO	3.000,000	0,0600	180,00
47	Brometo de Tiotrópio 2,5 mcg/dose (SPIRIVA RESPIMAT solução inal. 4ml)	Frs	BOEHRINGER	12,000	215,0000	2.580,00
55	Carbamazepina 200 mg	Cp	NEO QUIMICA	18.000,000	0,0800	1.440,00
56	Carbamazepina 20mg/ml	Frs	MEDLEY	15,000	4,1000	61,50
61	Carbonato de lítio 300 mg	Cp	HIPOLABR	7.000,000	0,1000	700,00
70	Cetoprofeno 100 mg/ml	Amp	UNIAO QUIMI	500,000	1,5000	750,00
75	Citrato de Potássio 1080 mg ( Lotocit)	Cp	APSEN	1.000,000	0,6900	690,00
84	Cloridrato de amilorida+hidroclorotiazida 5/50 mg cp	Cp	NEO QUIMICA	500,000	0,0600	30,00
102	Dexclorfeniramina 0,4mg/ml + betametasona 0,05mg/ml	Frs	HYPERMARC	800,000	2,6800	2.144,00
111	Dimenidrato 50mg/ml + cloridrato de piridoxina 50mg/ml	Amp	UNIAO QUIMI	200,000	1,3800	276,00
112	Dimeticona 75mg/ml gotas	Frs	HIPOLABOR	150,000	0,6500	97,50
115	Dipirona sódica 500mg/ml injetável	Amp	FARMACE	200,000	0,5200	104,00
117	Doxazosina 2 mg	Cp	EMS	20.000,000	0,0900	1.800,00
137	Fluoxetina 20 mg/ml	Frs	EMS	20,000	4,6000	92,00
145	glimepirida 2 mg	Cp	NEO QUIMICA	6.000,000	0,0600	360,00
146	Gluconato de Cálcio 10%	Amp	ISOFARMA	5,000	30,0000	150,00
147	Glucoreumim 1500 mg sachê	sachê	EMS	300,000	1,2500	375,00
158	Imipramina 10 mg	Cp	NOVARTIS	3.000,000	0,3900	1.170,00
161	Isossorbida retard 50 mg	Cp	BALDACCI	1.000,000	1,3000	1.300,00
174	Lidocaina gel 2%	Tbo	HIPOLABOR	10,000	1,3000	13,00
192	Metoclopramida gotas 4mg/ml frasco10ml	Frs	HIPOLABOR	400,000	0,4000	160,00
193	Metoprolol 50mg succinato de	Cp	ASTRA	15.000,000	1,0600	15.900,00
205	nimodipina 30 mg	Cp	NEO QUIMICA	5.000,000	0,0900	450,00
216	Paracetamol 200mg/ml/20ml	Frs	NATULAB	700,000	0,4600	322,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS**

Página: 7/13  
 Processo Nº.: 4/2015  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2015

**Fornecedor: 6739 - A.G. KIENEN E CIA. LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
223	Prednisolona, fosfato sodico de solução oral 3mg/ml	Frs	PRATI	200,000	2,4500	490,00
238	Salbutamol+Dipropionato de Beclometasona 100/50mcg aerossol	Frs	CHIESI	500,000	31,7000	15.850,00
246	Succinato de Metoprolol 100 mg	Cp	ASTRA	2.500,000	1,8500	4.625,00
249	Succinato sódico de Hidrocortisona 500mg	Amp	TEUTO	50,000	6,1000	305,00
258	Teofilina 200mg cps	cap	ABBOTT	8.000,000	0,6200	4.960,00
261	Tioridazina 50mg	Cp	UNIAO QUIMI	5.000,000	0,3200	1.600,00
269	Lidocaína spray 10%	Frs	HIPOLABOR	2,000	36,0000	72,00

**Fornecedor: 6826 - DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	Acebrofilina 10mg/ml (sem açúcar)	Frs	ELOFAR	500,000	3,7500	1.875,00
13	Albendazol susp 40mg/ml	Frs	NEOQUIMICA	800,000	0,9300	744,00
45	Brometo de ipratropio/bromidrato de fenoterol 0,04/0,1 mg	Frs	BOEHRINGER	30,000	10,5000	315,00
62	Carboximetilcelulose sodica 5 mg	Frs	UNIAO QUIMI	10,000	11,9000	119,00
76	Clomipramina 25mg	Cp	EMS	4.000,000	0,5600	2.240,00
87	Cloridrato de tetracaina 1% + Cloridrato de fenilefrina 0,1% solução oftálmica	Fr	ALLERGAN	6,000	6,3000	37,80
89	Cloridrato de triexifenidil 5 mg	Cp	APSEN	900,000	0,3100	279,00
124	Epítezan Pomada Oftálmica	Tbo	ALLERGAN	20,000	8,5000	170,00
129	Femprocumona 3 mg	Cp	MEDA PHARM	2.000,000	0,2800	560,00
163	Isossorbida, mononitrato 40mg	Cp	ZYDUS	5.000,000	0,1000	500,00
198	Miconazol, nitrato de, creme tópico 2%	Tbo	PRATIDONAC	450,000	1,4500	652,50
210	Nortriptilina 50mg	Cp	MEDLEY	750,000	0,3400	255,00
219	Pasta d'água	Frs	SANTA TERE	50,000	2,1000	105,00
229	Propafenona 300 mg	Cp	ABBOTT	1.000,000	2,2900	2.290,00
230	Propatilnitrato 10 mg	Cp	FARMOQUIMI	18.000,000	0,3500	6.300,00
247	Succinato de Metoprolol 25 mg	Cp	ASTRAZENECA	4.000,000	0,5500	2.200,00
256	Sulpirida 50 mg	Cp	SANOFI	4.000,000	0,4300	1.720,00
260	Tiamazol 5 mg	Cp	BIOLAB	6.000,000	0,1700	1.020,00

**Fornecedor: 6827 - CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
20	Amiodarona 200mg	Cp		14.000,000	0,2200	3.080,00
44	Brometo de Ipratropio	Frs		250,000	0,5800	145,00
52	butilbrometo de escopolamina 4mg/ml + dipirona sodica 500mg/ml	Amp		250,000	1,6000	400,00
78	Clonazepam 2,5mg/ml frs c/20ml	Frs		600,000	1,5100	906,00
93	Codeína 30 mg	Cp		10.000,000	0,7100	7.100,00
95	Complexo B Injetavel Obs: ( não pode ser Tiamin os pacientes apresentam reações adversas )	Amp		1.000,000	0,7600	760,00
126	Espironolactona 50 mg	Cp		8.000,000	0,1600	1.280,00
224	Prednisona 20mg	Cp		10.000,000	0,1100	1.100,00
226	Pregabalina 150mg	Cp		3.500,000	2,2000	7.700,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS**

Página: 8/13  
Processo Nº.: 4/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2015

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS**

Página: 9/13  
Processo Nº.: 4/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2015

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS**

Página: 10/13  
Processo Nº.: 4/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2015

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

**6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:**

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS**

Página: 11/13  
Processo Nº.: 4/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2015

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS**

Página: 12/13  
Processo Nº.: 4/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2015

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNAPOLIS**Página: 13/13  
Processo Nº.: 4/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2015**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tunápolis para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Tunápolis, 9 de Fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_  
**ENOI SCHERER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

A.G. KIENEN E CIA. LTDA	CNPJ: 82.225.947/0001-65	_____
Altermed Mat. Med. Hospitalares Ltda	CNPJ: 00.802.002/0001-02	_____
Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda	CNPJ: 13.568.558/0001-10	_____
Centermedi-Com de Produtos Hospit Ltda	CNPJ: 03.652.030/0001-70	_____
CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARE	CNPJ: 94.516.671/0002-34	_____
Comercial Cirurgica Rioclarense LTDA (Filial)	CNPJ: 67.729.178/0004-91	_____
DAMED I -Dambros Comércio de Medic.Ltda - EPP	CNPJ: 95.368.320/0001-05	_____
Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda	CNPJ: 02.520.829/0001-40	_____
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP	CNPJ: 76.386.283/0001-13	_____
S & R Distribuidora Ltda ME	CNPJ: 04.889.315/0001-92	_____

**Urussanga****PREFEITURA****AVISO PR 14/2015/PMU**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 14/2015/PMU

Objeto: aquisição parcelada de peças e serviços para o sistema hidráulico de veículos rodoviários, equipamentos agrícolas e máquinas pesadas. Recebimento dos envelopes: até às 14h do dia 19/03/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 14h do dia 19/03/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br)

Rosane Zatta  
Pregoeira

**Vargeão****PREFEITURA****EXTRATOS DE CONTRATOS DE Nº 068/2015 A Nº 070/2015**

EXTRATOS DE CONTRATOS de nº 068/2015 a nº 070/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA  
OBJETO: Aquisição parcelada de alimento nutricional em pó Pre-gomin Pepti.  
VALOR: R\$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 068/2015.  
Vargeão, SC, 04 de março de 2015.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: G.A. BEBIDAS LTDA - EPP  
OBJETO: Aquisição de refrigerante de qualidade resfriado de diversos sabores em embalagem de 2 litros.  
VALOR: R\$ 2.975,00 (dois mil novecentos e setenta e cinco reais).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 069/2015.  
Vargeão, SC, 05 de março de 2015.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: CIDIONEI DOS SANTOS - ME  
OBJETO: Aquisição de alimentação pronta (marmitex de isopor tipo nº 09 com tampa).  
VALOR: R\$ 17.460,00 (dezessete mil quatrocentos e sessenta reais).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 070/2015.  
Vargeão, SC, 05 de março de 2015.  
Amarildo Paglia  
Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 11.677/15

DECRETO Nº 11.677/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear, SABRINA ROBERTA BRUNETTA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

### DECRETO Nº 11.678/15

DECRETO Nº 11.678/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear, CLEUDES PEDROSO DE QUADROS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

### DECRETO Nº 11.679/15

DECRETO Nº 11.679/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear, CLEILA SALETE VINK CLOSS DE MORAIS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

### DECRETO Nº 11.680/15

DECRETO Nº 11.680/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear, LUCIA FERNANDES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício



**DECRETO Nº 11.681/15**

DECRETO Nº 11.681/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, ISABEL NOEMI ANDRIN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**DECRETO Nº 11.682/15**

DECRETO Nº 11.682/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, CRISTIANE RIBEIRO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**DECRETO Nº 11.683/15**

DECRETO Nº 11.683/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, MARISTELA ALVES DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**DECRETO Nº 11.685/15**

DECRETO Nº 11.685/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, MIRIA FERNANDES DA ROCHA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**DECRETO Nº 11.686/15**

DECRETO Nº 11.686/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, RENATA DOS ANJOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**DECRETO Nº 11.687/15**

DECRETO Nº 11.687/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, VANESSA DA COSTA TREVISOL DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**DECRETO Nº 11.688/15**

DECRETO Nº 11.688/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, ELIZANGELA APARECIDA RIBEIRO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**DECRETO Nº 11.689/15**

DECRETO Nº 11.689/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, CLARISSA MARIA MEITERLIN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**DECRETO Nº 11.690/15**

DECRETO Nº 11.690/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, ANA CAROLINE SOARES DOS SANTOS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**DECRETO Nº 11.691/15**

DECRETO Nº 11.691/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, NOEMI LANZANA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**DECRETO Nº 11.692/15**

DECRETO Nº 11.692/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, SIMONE CZERVINSKI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**DECRETO Nº 11.693/15**

DECRETO Nº 11.693/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, LUANA REGINA CONTE FAVERO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**DECRETO Nº 11.694/15**

DECRETO Nº 11.694/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, IARA NOVELLO ZAGO GHELLER, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**DECRETO Nº 11.695/15**

DECRETO Nº 11.695/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, FERNANDA PEREIRA FERREIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**DECRETO Nº 11.696/15**

DECRETO Nº 11.696/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, IRACI IRIA CERBATO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**DECRETO Nº 11.697/15**

DECRETO Nº 11.697/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, VIVIANE APARECIDA GRANDO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**DECRETO Nº 11.698/15**

DECRETO Nº 11.698/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, SONIA MARIA FERNANDES DA ROCHA RIBEIRO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**DECRETO Nº 11.699/15**

DECRETO Nº 11.699/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, ROSANA EVA DE OLIVEIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**DECRETO Nº 11.700/15**

DECRETO Nº 11.700/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, CIDIANE ORSATTI MANENTI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**DECRETO Nº 11.701/15**

DECRETO Nº 11.701/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Enfermeiro - ESF

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, TACIANA DENISE TOMASI, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 005/2012, homologado em 02 de julho de 2013, para exercer o emprego público de Enfermeiro - ESF, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício



**DECRETO Nº 11.702/15**

DECRETO Nº 11.702/15, DE 04 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia Atendente de Consultório Dentário

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, DAIANA SOARES ZANIN, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2014, homologado em 16 de junho de 2014, para exercer o emprego público de Atendente de Consultório Dentário - Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 04 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0003/15**

Extrato do Contrato n. 0003/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IVANIR BRIDI LANDSTEINER

CPF: 707.527.539-91

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO A SERVIDORA IVONETE APARECIDA LUZZI ZENERE QUE SE ENCONTRA NO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE DIRETORA DE CEMEI

VIGÊNCIA: de 02 de janeiro de 2015 a 23 de dezembro de 2015

FUNÇÃO: PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.791,09 (dois mil, setecentos e noventa e um reais e nove centavos)

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0117/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0117/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARISTELA ALVES DOS SANTOS

CPF: 049.570.559-47

OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e em substituição à servidora DEJANIRA DE SOUZA em licença de tratamento de saúde, conforme perícia médica" para "R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) e em substituição a servidora DEJANIRA DE SOUZA em razão à vacância do cargo ocupado pela servidora, aposentada, conforme Decreto n. 11.388/14".

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 31 de março de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0128/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0128/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ALINI RISSI

CPF: 047.660.809-04

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 31 de março de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0281/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0281/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IVONE FABER

CPF: 423.285.519-04

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 25 de abril de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0370/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0370/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SILVANA CARDOSO DE LIMA

CPF: 001.145.059-26

VIGÊNCIA: de 05 de março de 2014 até 02 de maio de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0410/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0410/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CAMILA ZARDO DE NARDI

CPF: 079.210.139-10

VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2014 até 31 de março de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0455/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0455/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARINES DA SILVA

CPF: 894.423.429-91

VIGÊNCIA: de 08 de maio de 2014 até 01 de março de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0458/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0458/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: JOSÉ ALEXANDRE TURETA

CPF: 706.322.357-72

VIGÊNCIA: de 13 de maio de 2014 até 31 de março de 2016

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0603/14**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0603/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VANESSA ALVES DOS SANTOS GIRIOLI

CPF: 050.827.479-67

VIGÊNCIA: de 11 de setembro de 2014 até 03 de março de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0031/15

Extrato do Termo de Rescisão n. 0031/2015  
Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0020/14  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: DANIELI JULIANE BERTI PANIGAZ  
CPF: 050.684.219-36  
OBJETO: Rescisão a pedido da contratada  
VIGÊNCIA: A partir de 20 de fevereiro de 2015.

### PORTARIA Nº 0167/15

PORTARIA nº 0167/15  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 3282/2015,

#### RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora ZILDA LUCIA FELCKILCKER, Auxiliar de Serviços Gerais, de 03 de março de 2015 até 03 de junho de 2015, referente ao quinquênio de 17 de março de 2008 até 16 de março de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 03 de março de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI  
Secretário de Administração em Exercício

### PORTARIA Nº 0169/15

PORTARIA nº 0169/15  
Autoriza o Uso do Estádio Municipal Luiz Leoni

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 3321/2015,

#### RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Estádio Municipal Luiz Leoni, pela Escola de Educação Básica Padre Bruno Pokolm, nos dias 09, 16, 23 e 30 de março de 2015, das 17h00min às 18h30min, a fim de ser utilizado para treinamento da equipe de futebol que irá participar do Moleque Bom de Bola.

§1º Os responsáveis pela utilização do espaço se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- Serviço de segurança no local do evento;
- Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou

- similares que possam danificar a o local;
- Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes de Videira, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Estádio Municipal Luiz Leoni quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido treinamento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 04 de março de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI  
Secretário de Administração em Exercício

### PORTARIA Nº 0170/15

PORTARIA nº 0170/15  
Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 10.307/2014, nomeada pela Portaria nº 0068/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no parágrafo único do art. 278, da Lei Complementar nº 129/12, e do despacho da presidente da Comissão de Sindicância;

#### RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 30 (trinta) dias, a partir de 06 de março de 2015, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 10.307/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 06 de março de 2015.

Videira, 04 de março de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 04 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI  
Secretário de Administração em Exercício

**PORTARIA Nº 0171/15**

PORTARIA nº 0171/15

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna nº 30/2015 da Secretaria de Planejamento,

**RESOLVE**

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 02 de março de 2015 até 31 de março de 2015, o gozo de férias do servidor MIGUEL ALBERTO VIECELI, ocupante do cargo efetivo de Analista de Nível Superior, referente ao período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2013 até 31 de janeiro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os efeitos a 02 de março de 2015.

Videira, 05 de março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI  
Secretário de Administração em Exercício

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 09/2015-FMS. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO COMPLETA DE EQUIPAMENTOS PARA SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DA UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO, DA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 20/03/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 06 de Março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015-FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 10/2015-FMS. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS NA UPA, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, ESTRATÉGIAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA E SETORES DO PAME 24 HRS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 20/03/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 06 de Março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015-PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 25/2015 - PMV. 1. OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE CARGAS DE BOTIJÕES DE GÁS P13 E P45 PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA E POLÍCIA CIVIL) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL). 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:30 horas do dia 24/03/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:30 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 06 de Março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº 13-2015**

Termo Aditivo nº: 13/2015

Contrato/Ata nº: ATA 24/2015

Licitação: PR 167/2014

Contratada: AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA

Objeto: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do preço do litro da gasolina comum, tendo em vista o aumento anunciado pela Petrobrás, passando para R\$ 3,10 o litro.

Data: 02/03/2015

**TERMO ADITIVO Nº 14-2015**

Termo Aditivo nº: 14/2015

Contrato/Ata nº: CT 25/2015

Licitação: IL 06/2015

Contratada: SANTA TEREZINHA TRANSPORTE E TURISMO S.A.-VIDEIRA

Objeto: Reajuste no preço do vale transporte tendo em vista o reajuste das tarifas urbanas através do Decreto Municipal nº

11.525/2015.  
Data: 02/03/2015  
Valor: R\$ 2.600,00

**TERMO ADITIVO Nº: 16/2015**

Termo Aditivo nº: 16/2015  
Contrato/Ata nº: CT 231/2014  
Licitação: PR 140/2014  
Contratada: FORMATTO NET LTDA  
Objeto: Inclusão de um link em fibra óptica para ser instalado na guarita do Parque Linear do Rio do Peixe - Praça do Lazer, conforme solicitação e justificativa apresentada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Habitação  
Data: 05/03/2015  
Valor: R\$ 432,00

**TERMO DE RESCISÃO Nº 001/2015**

Termo de Rescisão nº 001/2015  
Contrato de Locação nº 153/2013  
Termo de Aditamento nº 62/2014  
Dispensa de Licitação nº 03/2013-FMAS  
Locador: SERGIO DENARDI  
Objeto: Rescisão amigável do Contrato de Locação nº 153/2013 e Termo de Aditamento nº 62/2014, tendo em vista que a partir de 01/03/2015 será disponibilizado ao Departamento de Ação Social deste Município, mediante concessão de espaço próprio, novo local para o funcionamento do CRAS - Centro de Referência da Assistência Social.  
Valor: R\$ 4.667,44  
Data: 02/03/2015

**TOMADA DE PREÇOS 06/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA RUA TEREZINHA SCOPEL E PARTE DA RUA JOÃO N. ANTUNES. INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA. CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DAS CIDADES ATRAVÉS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CONTRATO DE REPASSE Nº 1007994-91-0/0. As propostas e documentos serão recebidos até às 14h00min do dia 01 de Abril de 2015. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), link "Licitações", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto Departamento de Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9032.

Videira, 06 de Março de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### 2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2014

#### 2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2014

Ao sexto dia do mês de março do ano de 2015, a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, celebra o 2º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preço nos termos Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis, decorrentes do processo licitatório nº 040/2014 homologada em 10/12/2014, cujo objeto fora a formalização de registro de preço para futuras aquisições de merenda escolar, processado nos termos do processo administrativo nº 040/2014.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O presente Termo aditivo tem por objeto o reajuste de preços em 20,00% para o item 01, 20,00% para o item 014, 19,75% para o item 017, 20,00% para o item 026, 20,00% para o item 047, 19,86% para o item 051, 20,00% para o item 066, 20,00% para o item 068, 20,00% para o item 070, 20,00% para o item 077 e 19,79% para o item 079, repassado pelos fornecedores conforme documentação apresentada, no item nº "00001" passando a vigorar conforme especificações abaixo;

3044.9 - SUPERMERCADO 1 DE MAIO EIRELI - EPP						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	UN	ABACAXI	SÃO FRANCISCO	150,00	4,18	627,12
00014	KG	BANANA BRANCA	SÃO FRANCISCO	800,00	3,14	2.515,20
00017	KG	BATATA DOCE	SÃO FRANCISCO	200,00	2,92	583,20
00026	KG	CEBOLA BRANCA	SÃO FRANCISCO	500,00	1,53	766,39
00047	KG	LARANJA LIMA	SÃO FRANCISCO	700,00	3,96	2.772,00
00051	KG	MACA FUJI	SÃO FRANCISCO	2.500,00	3,74	9.360,00
00066	DUZIA	OVOS DE GALINHA	LOCKS	600,00	3,93	2.358,99
00068	KG	PEPINO SALADA	SÃO FRANCISCO	100,00	2,84	284,40
00070	KG	PIMENTAO VERDE	SÃO FRANCISCO	50,00	5,96	298,20
00077	UN	REPOLHO	SÃO FRANCISCO	300,00	1,56	468,00
00079	KG	TOMATE CLASSE MEDIA	SÃO FRANCISCO	700,00	4,76	3.334,80

As demais cláusulas a Ata de Registro de Preços permanecem inalteradas.

E por estarem às partes de pleno acordo com cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir os efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles, em 06 de março de 2015.

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO

Pregoeiro

JAIR WIPPEL

Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING

Equipe de Apoio

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

SUPERMERCADO 1 DE MAIO EIRELI - EPP

Empresa



**EDITAL ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR Nº 001/2015**  
**EDITAL Nº 001/2015 ELEIÇÃO SUPLEMENTAR ESPECIAL EM REGIME DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

ABRE INSCRIÇÕES PARA CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS DE TOTAL EXCEPCIONALIDADE DE INTERESSE PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, através do Departamento de Recursos Humanos e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMDCA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e de conformidade com a Lei com fundamento no que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Municipal nº 0880/2014, considerando a necessidade de escolha de CONSELHEIROS TUTELARES E SUPLENTEs, torna público pelo presente edital a realização de Processo Eletivo Suplementar Especial em Regime de Excepcional Interesse Público, que será regido pelas normas estabelecidas neste Edital.

A divulgação oficial do inteiro teor deste Edital, relativo às etapas deste Processo Eletivo Suplementar Especial em Regime de Excepcional Interesse Público dar-se-á com a afixação no Painel de Publicações do Município e/ou seus extratos serão publicados na internet, pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br).

É obrigação do candidato acompanhar todo o edital e possíveis retificações referentes ao andamento do presente Teste Seletivo.

**CAPITULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 O Processo Eletivo Suplementar Especial em Regime de Excepcional Interesse Público será executado por intermédio de Comissão composta por cinco representantes sendo os mesmos dos Setores: Jurídico, RH e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, designados através de Portaria.

1.1.1 As reuniões e deliberações da Comissão será objeto de registros em atas.

1.2 Durante toda a realização do Processo Eletivo Suplementar Especial em Regime de Excepcional Interesse Público serão prestigiados, sem prejuízo de outros, os princípios estabelecidos no art. 37, "caput", da Constituição da República.

1.3 O edital de abertura do Processo Eletivo Suplementar Especial em Regime de Excepcional Interesse Público será publicado integralmente no Mural de publicações oficiais, e site da Prefeitura Municipal.

1.4 O Processo Eletivo Suplementar Especial em Regime de Excepcional Interesse Público, será pelo voto popular, conforme critérios definidos neste Edital.

1.5 A validade do Processo Eletivo Suplementar Especial em Regime de Excepcional Interesse Público será a contar da homologação do resultado final, até 09 de janeiro de 2016.

**CAPÍTULO II - DAS VAGAS****2. DAS VAGAS**

2.1 O quadro de vagas, para a contratação temporária por excepcional interesse público, tem a seguinte distribuição:

2.1.1 CONSELHEIRO (A) TUTELAR- 02 (duas) vagas, para atuar no Conselho Tutelar de Vitor Meireles, de 17 de abril de 2015 a 09 de janeiro de 2016, com vencimento R\$ 731,68 (setecentos e trinta e um reais e sessenta e oito centavos) mensais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, não podendo, contudo, ser inferior ao salário mínimo vigente.

2.1.2 CONSELHEIRO (A) TUTELAR - 01 (uma) vaga, para atuar no

Conselho Tutelar de Vitor Meireles, para suprir a licença gestação, de 02 de fevereiro de 2015 a 1ª junho de 2015, com vencimento R\$ 731,68 (setecentos e trinta e um reais e sessenta e oito centavos) mensais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, não podendo, contudo, ser inferior ao salário mínimo vigente.

2.1.3 CONSELHEIRO (A) TUTELAR - 03 (três) vagas de suplentes, para atuar no Conselho Tutelar de Vitor Meireles, por existência de vacância, com vencimento R\$ 731,68 (setecentos e trinta e um reais e sessenta e oito centavos) mensais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, não podendo, contudo, ser inferior ao salário mínimo vigente.

**CAPÍTULO III - DAS INSCRIÇÕES**

3.1. A inscrição no Processo Eletivo Suplementar Especial em Regime de Excepcional Interesse Público implica, desde logo, no conhecimento e tácita aceitação pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital.

3.2. As Inscrições serão realizadas na Casa da Cidadania de Vitor Meireles.

3.3. Não serão permitidas inscrições por telefone, correspondência, fax, internet.

3.4. A inscrição do candidato deverá ser única.

Parágrafo único - Conforme a Lei 0880/2014 ficam impedidos de atuar no mesmo Conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto e enteado.

3.5. PERÍODO: de 06/03/2015 a 17/03/2015.

3.6. DO LOCAL E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES:

3.6.1. As inscrições deverão ser efetuadas na Casa da Cidadania de Vitor Meireles, na Biblioteca Pública Cruz e Souza, recebidas pela Comissão Especial Composta para o pleito, sito a Rua Santa Catarina, número 1069, Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina.

3.6.2. As inscrições estarão abertas no período de 06/03/2015 a 17/03/2015, no horário das 13h às 17h, observando-se rigorosamente os termos do presente Edital.

3.7. DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A INSCRIÇÃO:

3.7.1. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

a) CPF;

b) Carteira de Identidade;

c) Comprovante de Residência mínima de dois anos no município;

d) Diploma original de Ensino Médio;

e) Comprovante de idoneidade moral; Certidão de antecedentes criminais (Fórum de Presidente Getúlio)

Observação: O candidato deverá apresentar cópias dos documentos citados acima, acompanhados dos originais, para conferência.

**CAPÍTULO IV - DAS IMPUGNAÇÕES**

4.1 Terminado o prazo para registro das candidaturas, a Comissão Especial através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, publicará Edital na imprensa, no Mural de Publicações do Município e site da Prefeitura Municipal informando o nome dos candidatos registrados, fixando o prazo de 03 (três) dias úteis para recebimento de impugnação por qualquer entidade ou membro da comunidade.

4.2 Oferecida impugnação, os autos serão encaminhados para a Comissão Especial para decisão, em 2 (dois) dias úteis.

4.3 Das decisões relativas às impugnações caberá recurso a própria Comissão Especial, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da intimação via edital, que será fixado no Mural de Publicações do Município.

4.4 Interposto recurso, os autos serão novamente encaminhados para a Comissão Especial, que deverá prolatar decisão no prazo de 2 (dois) dias úteis.

4.5 Da decisão final proferida pela Comissão Especial não caberá recurso.

**CAPITULO V - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:**

- 5.1. Vencidas as fases de impugnação e recursos, a Comissão Especial publicará Edital com o nome dos candidatos habilitados ao pleito.
- 5.2. O candidato terá acesso ao edital de homologação, com a respectiva relação de inscritos, através do Mural de Publicações do Município e no site da Prefeitura Municipal.

**CAPITULO VI - DAS ELEIÇÕES**

- 6.1. A data do Processo Eletivo Suplementar Especial em Regime de Excepcional será designada pela Comissão especial, mediante Edital publicado no Mural de Publicações do Município e no site da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, no dia seguinte à homologação da relação de candidatos.
- 6.2. É vedada propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social, admitindo-se somente a realização de abordagem individual e entrevistas.
- 6.3. É proibida a propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas fixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público ou particular, com exceção de locais autorizados pela Prefeitura, para utilização por todos os candidatos em igualdade de condições.
- 6.3. As cédulas eleitorais serão confeccionadas pela Prefeitura Municipal, mediante modelo previamente aprovado pela Comissão Especial.
- 6.4. A cédula para a escolha dos conselheiros tutelares será rubricada pelos membros da mesa receptoras de votos antes de sua efetiva utilização pelo cidadão.
- 6.5. A cédula conterá os nomes de todos os candidatos cujo registro de candidatura tenha sido homologado, obedecendo à ordem alfabética das candidaturas, organizada pela Comissão Especial.
- 6.6. Os cidadãos poderão votar em (6) seis nomes, dos constantes na cédula, sendo nulas as cédulas que contiverem mais de seis nomes assinalados ou que tenham qualquer tipo de inscrição que possa identificar o votante.
- 6.7. O Município de Vitor Meireles, providenciará a confecção das cédulas no montante necessário para a escolha popular indicada pela Comissão Especial.

**CAPITULO VII - DA APURAÇÃO E ORDEM DOS ELEITOS**

- 7.1. Aplicar-se-á no que couber, o disposto na legislação eleitoral em vigor, quanto ao exercício do sufrágio e na apuração dos votos.
- 7.2. Após a contabilização dos votos, anunciado o resultado, poderão os candidatos apresentar impugnação, no prazo de 2 (dois) dias úteis, que serão decididas pela Comissão Especial em caráter definitivo, no mesmo prazo.
- 7.3. Decididas as impugnações a comissão Especial proclamará o resultado da eleição mandando publicar os nomes dos candidatos e o número de votos recebidos.
- 7.4. Os 02 (dois) primeiros mais votados serão considerados eleitos para o período suplementar que finda no dia 09 de janeiro de 2016.
- 7.5. O (3º) mais votado será considerado eleito para o período suplementar para suprir a licença gestação de fevereiro de 2015 a junho de 2015.
- 7.6. O (4º, 5º e 6º) quarto, quinto e sexto candidatos mais votados serão considerados efetivamente suplentes pela ordem.
- 7.7. Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato mais idoso

**CAPITULO VIII - DA POSSE**

- 8.1. A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia imediatamente posterior ao término do prazo da decisão das impugnações, ou caso não haja impugnação, do término do prazo para o seu oferecimento.
- 8.2. Ocorrendo a vacância no cargo, substituição por férias ou licença do titular, assumirá o suplente que tiver obtido maior número de votos.

Vitor Meireles, 04/03/2015

Juarez Lima Varela  
Presidente do CMDCALourival Lunelli  
Prefeito Municipal**HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO 004/2015**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

01 - Convite p/ Compras e Serviços: 1/2015

Tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada através do decreto ou portaria No. 002/2015,

Homologo:

Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto da(o) 01 - Convite p/ Compras e Serviços numero 1/2015, com a finalidade de Aquisição de peças e serviços para recuperação de Veículos da Frota Rodoviária Municipal. o(s) participante(s):

Vencedores(Valores expressos em R\$)	
Fornecedor	Valor
AUTO MECANICA WITMARSUM LTDA ME	39.525,95

Vitor Meireles (SC), em 04 de março de 2015.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 045/2015**

PORTARIANº 045/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Processo Seletivo Municipal, Edital nº 001/2015, homologado no dia 06 de março de 2015,

Nome: ROSELENE DO CARMO FERREIRA

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Saúde, podendo ser lotada em qualquer das secretarias municipais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 09 de março de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 06 DE MARÇO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.  
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 046/2015**

PORTARIANº 046/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JULIETE MACHADO

Cargo: PROFESSOR NÍVEL III ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 018/2015, de 03 de fevereiro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 06 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 06 de março de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 06 DE MARÇO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.  
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.**PORTARIA Nº 047/2015**

PORTARIANº 047/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONTRATAR:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Processo Seletivo Municipal, Edital nº 002/2015, homologado no dia 06 de março de 2015,

Nome: JULIETE MACHADO

Cargo: PROFESSOR NÍVEL III - ACT

Do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, em Regime de Admissão em Caráter Temporário - ACT, para exercer suas funções na Secretaria de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na E.M. Serra da Abelha, como 2º professor do 5º ano, no período matutino, a partir do dia 09 de março de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 09 de março de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 06 DE MARÇO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.  
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.**RESOLUÇÃO Nº 001/2015 CMAS**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre a aprovação das contas do Fundo Municipal, Estadual e Federal da Assistência Social de Vitor Meireles - SC no exercício de 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 e suas alterações através da Lei nº 12.435/2011 e conferidas, na Lei Municipal nº 293 de 16 de novembro de 1995 em Assembleia ordinária da Ata nº 65 do dia 25 de fevereiro 2015.

CONSIDERANDO

- A Lei Orgânica de Assistência Social- Lei 8.742/1993 e suas alterações;
- A Política Nacional de Assistência Social através da Resolução/CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, e a NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social;
- A realidade do município de Vitor Meireles;
- O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social;
- Os repasses de recursos recebidos Estadual e Federal.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o balancete Fiscal das contas do fundo Municipal, Estadual e Federal da Assistência Social do Município de Vitor Meireles - SC.

Art. 3º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles 25 de fevereiro 2015

ALESIO ROMAR VANSUITA

Presidente CMAS

## Xavantina

### PREFEITURA

#### ATA RECEBIMENTO DE CONTRA RAZÕES E ENCAMINHAMENTO PARA PARECER JURÍDICO PP 09-2015 PMXV

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015 PMXV. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA COLOCAÇÃO EM ESTRADAS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO "C" DESTE EDITAL.

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, às onze horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se o Pregoeiro Sr. Emerson Salvagni e sua Equipe de Apoio, constituída pelos servidores Catia Mara Cosmann Boff, Keila Renata Olkowski e Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo, designada pelo Decreto 001/2015, com a finalidade de receber as Contrarrazões das Licitantes participantes da licitação em epígrafe. Depois de lidas as Contrarrazões, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio encaminharam o Processo Licitatório na íntegra para análise e posterior parecer da Assessoria Jurídica do Município de Xavantina com relação ao Recurso, Contrarrazões e Autorização para Homologação da licitação em epígrafe. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão.

Emerson Salvagni Pregoeiro	Catia Mara Cosmann Boff Membro da Equipe de Apoio
Keila Renata Olkowski Membro da Equipe de Apoio	Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo Membro da Equipe de Apoio

#### PE 10/2015 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2015 PMXV

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de gêneros alimentícios e produtos de limpeza, copa, cozinha e materiais escolares para utilização por professores e alunos nas Escolas Municipais de Ensino Infantil e Fundamental, Unidades Administrativas do Município de Xavantina, Fundo Municipal de Saúde, Centro de Referência de Assistência Social, Polícia Militar e Polícia Civil, conforme especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 19/03/2015.

Abertura: dia 19/03/2015, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 09 de março de 2015.

MAURO JUNES POLETTI,  
Prefeito Municipal.

## Associações

### AMMVI

#### ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS LICITAÇÃO 01-2015

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS

LICITAÇÃO: CONVITE Nº 01/2015

OBJETO: Prestação de serviços de Aquisição, Montagem e Instalação de Móveis na sede da AMMVI, conforme descrição dos itens relacionados no Anexo I do Instrumento Convocatório.

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e quinze (06/02/2015), às 10:00 horas, na sala da Assessoria Jurídica do 2º andar na sede da AMMVI, realizou-se reunião da Comissão de Licitações para análise das propostas na Licitação nº 01/2015.

De início, foi registrada a classificação provisória das propostas, conforme valores globais (item 1 e 2) consignados pelas empresas, na forma que segue:

- R\$ 36.985,00 apresentado pela empresa TCHILY CADEIRAS E MOVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA - ME 12.084.415/0001-70;
- R\$ 38.026,36 apresentado pela empresa DUCA MOVEIS LTDA - EPP CNPJ: 85.354.306/0003-60;
- R\$ 40.100,00 apresentado pela empresa ONEDA EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA - EPP, CNPJ: 80.480.874/0001-22.
- R\$ 41.218,00 apresentado pela empresa DISMACENTER SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ: 02.514.780/0001-13;

Desta forma, a Comissão de Licitações decide convocar a Licitante (TCHILY CADEIRAS E MOVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA - ME 12.084.415/0001-70) melhor classificada para apresentar, em até 24 (vinte e quatro) horas, uma amostra do produto cadeira proposto para verificação da conformidade com o Instrumento Convocatório sob pena de desclassificação.

Nada mais havendo a tratar, foi deliberado pela intimação das empresas licitantes, encerrando-se a reunião, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 06 de março de 2015.

Alexandre Carvalho Brigido Presidente	Richard Buchinski Secretária	Ricardo Sorroche Membro
---	---------------------------------	----------------------------



**RESOLUÇÃO Nº 05/15**

RESOLUÇÃO nº 05/15

Altera horário de expediente no dia 06 de março do corrente, em razão do evento de inauguração do novo auditório da AMMVI.

PAULO ROBERTO WEISS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e

Considerando-se que o evento (solenidade) de inauguração da ampliação da sede da AMMVI está prevista para o horário das 17:00 horas nos dias 06 de Março do corrente, coincidindo com horário regular de trabalho da AMMVI;

Considerando-se a necessidade de limpeza geral das salas e realocação de móveis na tarde do dia do evento, atrapalhando a atividade regular dos colaboradores;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado, em caráter excepcional, o horário de expediente e atendimento ao público na AMMVI, no dia 06 de março de 2015, será das 07h00min as 13h00min, em turno ininterrupto.

Art. 2º - O empregado impedido, por qualquer motivo, de cumprir os horários fixados deverá cumprir o seu horário normal de expediente.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 04 de Março de 2015; 45º Ano de Fundação.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente da AMMVI

**Consórcios****ARIS****DELIBERAÇÃO Nº 004/2015**

DELIBERAÇÃO n. 004/2015

Dispõe sobre a autorização para o reajuste das tarifas de abastecimento de água no município de Três Barras.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007, considerando a documentação encaminhada pelo SAMASA, responsável pela prestação dos Serviços de Abastecimento de Água município de Três Barras, anexa ao processo administrativo ARIS n. 012/2015, na qual a Autarquia requer a autorização de reajustamento do Plano Tarifário; de acordo com o parecer técnico da Diretoria de Regulação, também anexo ao referido processo, vem DELIBERAR:

1. Fica autorizada a Autarquia de Três Barras promover o reajuste de até 7,73% com base no IPC-A acumulado de Janeiro de 2014 a Janeiro 2015 sobre a Tarifa de Água atual, de forma linear em cada faixa de consumo, e também na Tabela de Serviços Complementares.
2. Os novos valores de Tarifas e Serviços Públicos Complementares somente terão eficácia após 30 (trinta) dias contados da sua efetiva publicação pela ARIS e da divulgação aos usuários pela Autarquia de Três Barras.
3. A veiculação do comunicado de reajuste deve se dar no mínimo, em jornal de circulação corrente no município, em rádio, site do SAMASA, comunicação oficial ao Executivo Municipal e à Câmara de Vereadores.
4. Solicita-se que sejam encaminhados a esta agência: cópia do jornal onde foi feita a publicação e cópia da nova tabela tarifária praticada, informação dos meios de comunicação onde foram veiculadas as informações.

Florianópolis, 25 de Fevereiro de 2015.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 008/2015 ATO DE DISPENSA Nº 005/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 008/2015

ATO DE DISPENSA Nº 005/2015

OBJETO: Contratação de entidade sem fins lucrativos para a prestação de serviços técnicos especializados em organização, planejamento, elaboração e execução de Concurso Público para provimento das seguintes vagas do Quadro de Pessoal deste Consórcio:

- Engenheiro Sanitarista (2 vagas + cadastro de reserva)
- Contador ( 1 vaga + cadastro de reserva)
- Analista de Fiscalização e Regulação (3 vagas + cadastro de reserva)
- Agente Administrativo ( 2 vagas + cadastro de reserva)

BASE LEGAL: Artigo 24, XIII da Lei nº 8.666/93

CONTRATADA: FUNDAÇÃO CARLOS JOFRE DO AMARAL

CNPJ: 02.532.755/0001-62.



VALOR ESTIMADO: R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais).

Florianópolis, 04 de março de 2015.  
Adir Faccio  
Diretor Geral da ARIS

### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 009/2015 DISPENSA Nº 006/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 09/2015  
DISPENSA Nº 06/2015

OBJETO: Aquisição de 1.000 unidades de relatório da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS.

CONTRATADA: Rocha Gráfica e Editora Ltda.

CNPJ: 95.833.307/0001-80.

VALOR: R\$ 11.600,00 (Onze mil e seiscentos reais).

Florianópolis, 06 de março de 2015.  
Adir Faccio  
Diretor Geral da ARIS

## **CIGA**

### **REQUERIMENTO DE EXONERAÇÃO DE EMPREGO PÚBLICO**

Requerimento de Exoneração de Emprego Público

Ao Diretor Executivo:  
Sr. Gilsoni Lunardi Albino

Eu, Danilo Murilo Chagas da Silva, portador do CPF nº 051.184.639-80, venho respeitosamente, por motivos de ordem particular, requerer exoneração do cargo de Técnico em T.I. a partir do dia 06 de março de 2015.

Necessitando ainda, deixar o emprego imediatamente, peço a Vossa Excelência a dispensa do cumprimento do aviso prévio.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Florianópolis, 04 de março de 2015.  
Danilo Murilo Chagas da Silva

Deferido por:  
Gilsoni Lunardi Albino  
Diretor Executivo do CIGA

### **TERMO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À ATA DA 13ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CIGA**

TERMO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO À ATA DA 13ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), REALIZADA EM 28 DE JANEIRO DE 2015.

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), com sede à Rua Santos Saraiva, n.º 1.546, Bairro Estreito, CEP 88.070-101, nesta Capital, inscrito no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais, pelo presente Instrumento, independentemente de realização de nova Assembleia Geral, vem RETIFICAR a Ata da 13ª Assembleia Geral Ordinária do CIGA, realizada em 28 de janeiro de 2015, tendo em vista que, por um erro material, quando da consolidação da Ata de Assembleia Geral em referência, constou como ano de realização "dois mil e quatorze", quando, na realidade, a Assembleia foi realizada no ano de "dois mil e quinze". Dessa forma, onde se lê "No dia vinte e oito janeiro do ano de dois mil e quatorze", leia-se "No dia vinte e oito de janeiro do ano de dois mil e quinze". Em decorrência da alteração acima, fica consolidada a Ata da 13ª Assembleia Geral Ordinária do CIGA e sua respectiva Lista de Presença, ratificando-se todos os demais termos e condições, que passa a vigorar a partir de 28 de janeiro de 2015. O presente Instrumento Particular é assinado em 01 (uma) via, na presença da testemunha abaixo.

Florianópolis, 06 de março de 2015.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

TESTEMUNHA:

MORGANA ARENT MICHELS  
Gerente Administrativa do CIGA

Ata da 13ª Assembleia Geral Ordinária do CIGA

No dia vinte e oito janeiro do ano de dois mil e quinze, atendendo ao Edital de Convocação nº 01/2015, reuniram-se em Assembleia Geral os Chefes do Poder Executivo dos Municípios integrantes do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA e demais Prefeitos presentes, conforme assinaturas na lista de presenças anexa. Às dez horas foi aberta a Assembleia Geral pelo Presidente do CIGA, Prefeito de Herval d'Oeste, Sr. Nelson Guindani, o qual cumprimentou os integrantes da Mesa: o presidente da Federação Catarinense de Municípios e Prefeito de Taió - Sr. Hugo Lembeck, o presidente Colegiado de Secretários Executivos das Associações de Municípios de Santa Catarina, Sr. Célio José Bernardino - Secretário Executivo da AMFRI e o Diretor Executivo do CIGA, Sr. Gilsoni Lunardi Albino, e concluiu estendendo seus cumprimentos aos demais presentes. Na sequência, o Sr. Nelson Guindani convidou o segundo vice-presidente do CIGA e Prefeito de Concórdia, Sr. João Girardi, para compor a mesa e agradeceu pela oportunidade de ter sido Presidente do CIGA durante dois anos, ressaltando as conquistas obtidas por meio do trabalho técnico da equipe que gera resultados bons para os municípios, e concedeu a palavra ao Diretor Executivo do CIGA, Sr. Gilsoni L. Albino, para que prosseguisse com a Assembleia. O Diretor Executivo cumprimentou os integrantes da mesa e todos os presentes, bem como comentou do crescimento do CIGA que ocorre devido à parceria e união dos municípios consorciados, pois já são 235 municípios consorciados até a presente data. Ainda, o Sr. Gilsoni L. Albino solicitou que os prefeitos deem sugestões de novos projetos, sempre que desejarem, para que o CIGA possa fazer cada vez mais pelos municípios consorciados. Em ato contínuo, o Diretor Executivo iniciou a apresentação, a qual obedeceu a seguinte ordem do

dia: 1) Deliberação sobre: Relatório de Atividades do Exercício de 2014; Prestação de Contas do Exercício de 2014; e Plano de Trabalho 2015; 2) Homologação dos reajustes dos valores dos Programas do CIGA para 2015; 3) Homologação do orçamento do CIGA para o exercício de 2015; 4) Homologação do ingresso de novos Municípios no CIGA; 5) Eleição e posse dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; e 6) Assuntos diversos. O Sr. Gilsoni L. Albino explanou brevemente acerca da origem do CIGA, concebido em 2007, ressaltou a importância da Assembleia Geral, a qual norteia as ações do CIGA para todo o exercício, e enalteceu a participação das Associações de Municípios e da FECAM no crescimento do CIGA. Logo, apresentou os Programas disponibilizados pelo CIGA aos entes consorciados: Diário Oficial dos Municípios, Gestão Tributária, Gestão de Obras e Gestão das Câmaras de Vereadores, e informou que o material entregue aos prefeitos - Relatório de Atividades e Prestação de Contas Exercício 2014; Plano de Trabalho e Proposta Orçamentária Exercício 2015 - contém dados mais detalhados da apresentação que foi realizada na Assembleia. O Diretor Executivo informou que o Conselho Fiscal do CIGA esteve reunido na última tarde, dia 27 de janeiro de 2015, e emitiu Parecer aprovando a Prestação de Contas do Exercício de 2014. O aumento do número de municípios consorciados foi destacado pelo Sr. Gilsoni L. Albino, tendo ingressado mais 31 municípios no exercício de 2014, sendo que nos dois últimos anos mais de 130 municípios ingressaram no CIGA. O Diretor Executivo destacou que o CIGA apresenta contínuo crescimento, o que impactou a arrecadação do Consórcio sem que houvesse aumento significativo nos valores dos Programas do CIGA, os quais são reajustados por índice inflacionário. Ainda, destacou o fato de que na área de tecnologia de informação, quanto mais usuários num determinado sistema, menor é o custo para os municípios. O Sistema do Simples Nacional, informou o Diretor Executivo, foi desenvolvido internamente no CIGA e consegue processar todas as informações do Simples Nacional a nível nacional, abrangendo todas as empresas do país, e foi recomendada a sua utilização pelo Comitê Gestor do Simples Nacional. O município de Recife é um caso de sucesso na utilização deste sistema do CIGA, destacou o Sr. Gilsoni L. Albino, e outras capitais brasileiras estão demonstrando interesse na sua utilização. Quanto ao Programa do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC continua sendo uma ferramenta de grande sucesso que assegura a transparência aos municípios, destacou o Diretor Executivo, sendo que em 2014 foram publicados mais de 200 mil atos e é o maior diário oficial dos municípios do país. Na sequência, convidou os Prefeitos que ainda não utilizam o DOM/SC a contatar o CIGA e conhecer melhor o seu funcionamento e as suas vantagens. Em dezembro de 2014, o CIGA alcançou o pico de publicações, e isto foi motivado, também, pela publicação de multas de trânsito no DOM/SC que está automatizada, devido à integração com o DETRAN de Santa Catarina, pois foram publicados 16 mil editais de infrações de trânsito neste mês e auxilia os municípios na arrecadação da parte da multa que cabe a estes entes. Atualmente, seguiu o Diretor Executivo, outro sistema de sucesso com várias adesões é o sistema do REGIN, cuja versão atualizada e suporte aos usuários são fornecidos pelo CIGA, sendo aproximadamente 250 municípios usuários desta nova versão, embora alguns destes precisem regularizar contrato com o CIGA para continuarem a obter as novas atualizações e suporte deste sistema. Na sequência, o Sr. Gilsoni L. Albino, destacou a aquisição do veículo próprio do CIGA - Fluency 2.0 CVT no valor de R\$ 72.750,00 (setenta e dois mil e setecentos e cinquenta reais). Seguindo a pauta, iniciou-se a apresentação da Prestação de Contas do Exercício de 2014 com o detalhamento da receita do CIGA no exercício de 2014, a qual totalizou R\$ 1.945.055,33 (um milhão e novecentos e quarenta e cinco mil e cinquenta e cinco reais e trinta e três centavos), com destaque para arrecadação do Programa de Gestão Tributária: R\$ 908.520,00 (novecentos e oito mil reais e quinhentos e vinte reais) e do Programa do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC: R\$ 721.625,03 (setecentos e vinte um mil e seiscentos e vinte e cinco reais e três

centavos). A arrecadação de municípios fora do estado de Santa Catarina, comentou o Diretor Executivo, foi de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) relativo ao Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santos e de R\$ 13.860,00 (treze mil e oitocentos e sessenta reais) relativo ao sistema do Simples Nacional utilizado por Recife-PE. Em ato contínuo, o Diretor Executivo expôs as despesas liquidadas pelo CIGA em 2014, as quais totalizaram R\$ 1.338.478,56 (um milhão e trezentos e trinta e oito mil e quatrocentos e setenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), sendo as maiores despesas com folha de pagamento e obrigações patronais (R\$ 617.278,65 - seiscentos e dezessete mil e duzentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos) e com serviços de terceiros (R\$ 526.238,89 - quinhentos e vinte e seis mil e duzentos e trinta e oito reais e oitenta e nove centavos). O Sr. Gilsoni L. Albino, comentou que o Consórcio não visa lucro, embora tenha apresentado um superávit que, conforme decisão da Assembleia, poderá ser utilizado para investimento na nova sede do CIGA. O Presidente do CIGA retomou a palavra e colocou em apreciação a prestação de contas do exercício de 2014, a qual foi homologada por unanimidade. Seguindo a pauta foi apresentado os novos valores dos Programas do CIGA para 2015, os quais foram reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC. Logo, apresentou o novo projeto do CIGA que será conduzido no decorrer do exercício de 2015, que é o Programa da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, cuja projeção de valores também foi apresentada. Em ato contínuo, o Diretor Executivo apresentou a Proposta Orçamentária de 2015, sendo a estimativa de Receita no valor de R\$ 2.250.000,00 (dois milhões e duzentos e cinquenta mil reais) e a Despesa estimada em R\$ 2.250.000,00 (dois milhões e duzentos e cinquenta mil reais), sendo R\$ 812.200,00 (oitocentos e doze mil e duzentos reais) para o Projeto Administração e manutenção do CIGA relacionado à Gerência Administrativa, e R\$ 1.437.800,00 (um milhão e quatrocentos e trinta e sete mil e oitocentos reais) para o Projeto Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas de TI relacionado à Gerência de Tecnologia da Informação. Logo, foi apresentada de forma breve a listagem dos projetos do CIGA que integram o Plano de Trabalho 2015, cuja listagem está no Relatório entregue aos prefeitos. A pedido do Sr. José Rafael Corrêa, secretário executivo da AMMVI, o Sr. Gilsoni L. Albino informou que os portais dos municípios e os portais das Câmaras são serviços oferecidos pela FECAM e CIGA, respectivamente, destacando que os atos publicados no DOM/SC estão integrados a estes portais de transparência. Logo, o Sr. Nelson Guindani, presidente do CIGA, colocou em apreciação os reajustes dos programas, o Plano de Trabalho de CIGA para 2015 e a Proposta Orçamentária do Exercício de 2015, sendo todos os itens aprovados e homologados por unanimidade. O próximo item da ordem dia foi o ingresso dos seguintes municípios ao CIGA: Nova Itaberaba, Nova Veneza, Belmonte, Jupiá, Rancho Queimado, Palma Sola, São Bernardino, São João Batista, Aurora, Quilombo, Cunha Porã, Formosa do Sul, Santiago do Sul, União do Oeste, Iporã do Oeste, São Martinho, Nova Erechim, Águas Frias, Jaborá, Balneário Camboriú, Entre Rios, Laguna, Imaruí, São Francisco do Sul, Balneário Barra do Sul, Agrolândia, Ipuacu, Braço do Norte, Agrolândia, Urussanga e São João do Oeste. O Sr. Nelson Guindani colocou aos presentes a apreciação do ingresso destes municípios, sendo unânime a homologação pela Assembleia. Na sequência, nos itens de assuntos gerais, o Diretor Executivo expôs a questão da aquisição da nova sede do CIGA, a qual será adquirida juntamente com a FECAM, Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS e a Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM. No momento, conforme informado pelo Sr. Gilsoni L. Albino, há indicação de um imóvel, o edifício Itaguaçu Center localizado na área continental de Florianópolis que está sendo analisado para aquisição. O Diretor Executivo ressaltou para a Assembleia que a mesma deve aprovar que o superávit do CIGA seja utilizado com o objetivo de acumular recursos para aquisição da sede do CIGA, de forma que não será solicitado valores adicionais pelos municípios consorciados ao CIGA para investimento neste projeto da nova sede. Logo, o Sr. Gilsoni

L. Albino colocou para a Assembleia a intenção de utilizar o Imposto de Renda Retido na Fonte acumulado, o qual não foi repassado aos municípios consorciados, e atualmente totaliza R\$ 93.958,98 (noventa e três mil e novecentos e cinquenta e oito reais e noventa e oito centavos) para ser investido na aquisição da sede. O Sr. Nelson Guindani, retomou a palavra e reiterou que na aquisição da nova sede do CIGA não há intenção de se fazer chamada de capital e solicitou que a Assembleia apreciasse a alteração de endereço da sede do CIGA e a forma de aquisição pretendida, sendo que a Assembleia aprovou de forma unânime. Na pauta de assuntos diversos, o Sr. Gilsoni L. Albino expôs o a proposta de desenvolvimento de um Programa de Gestão do Trânsito, pois atualmente o custo de obtenção deste sistema está sendo considerado muito alto por alguns municípios, sendo que o CIGA desenvolveria uma ferramenta que fosse mais econômica aos municípios. Na sequência, a cerimonialista apresentou o último item da pauta: eleição e posse dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e anunciou os prefeitos listados a seguir que compõem a proposição de chapa dos Conselhos para que a votação pudesse ser realizada:

Conselho de Administração

Presidente: Charles Rafael Schwambach - Prefeito de Braço do Trombudo (AMAVI)

Primeiro Vice-presidente: Ludovino Labas - Prefeito de Lebon Régis (AMARP)

Segundo vice-presidente: Everaldo dos Santos - Prefeito de Laguna (AMUREL)

Primeiro Secretário: Dirceu Favretto - Prefeito de Coronel Martins (AMNOROESTE)

Segundo Secretário: Daniel Christian Bosi - Prefeito de Ilhota (AM-FRI)

Nelson Cruz - Prefeito de Campos Novos (AMPLASC)

Conselho Fiscal

Titulares:

Nelson Cruz - Prefeito de Campos Novos (AMPLASC)

Dario Schicovski - Prefeito de Papanduva (AMPLANORTE)

Fabricao Kusmin Alves - Prefeito de Lauro Muller (AMREC)

Suplentes:

Airton Antonio Reinehr - Prefeito de Bom Jesus do Oeste (AMERIOS)

Vitor Joao Faccin - Prefeito de Ouro (AMMOC)

Gian Francesco Voltolini - Prefeito de Nova Trento (GRANFPOLIS)

Em ato contínuo, o Diretor Executivo colocou para apreciação a chapa, a Assembleia Geral elegeu os candidatos nomeados na respectiva chapa e foi dada a posse aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal do CIGA. O Sr. Gilsoni L. Albino agradeceu a dedicação do Sr. Nelson Guindani ao CIGA e passou a palavra ao Prefeito para o seu discurso de despedida da presidência do CIGA. O Sr. Nelson Guindani agradeceu pela oportunidade e enfatizou a importância do CIGA para prover economicidade aos municípios. Na sequência, foi entregue uma placa de homenagem ao Sr. Nelson Guindani. A cerimonialista convidou o Presidente eleito do CIGA e os demais membros do Conselho Administrativo e Fiscal para que viessem à mesa para assinar o termo de posse. O presidente eleito do CIGA, Sr. Charles Rafael Schwambach - Prefeito de Braço do Trombudo, tomou a palavra e fez seu discurso de posse, no qual agradeceu a aclamação dos presentes e enfatizou que o CIGA terá novos desafios devido ao grande crescimento da entidade. O Presidente do CIGA enfatizou os dois principais intuitos do CIGA que são aumentar a arrecadação e/ou diminuir, por meio de soluções de informática. O Sr. Charles Schwambach pediu que os prefeitos presentes ajudassem na divulgação do CIGA e dos seus Programas naqueles municípios que ainda não são consorciados, e enfatizou que o CIGA só cresce baseado nas demandas das prefeituras e que os prefeitos devem fazer que tais demandas cheguem até o CIGA. Por fim, encerrou seu discurso agradecendo a todos e solicitando colaboração. A cerimonialista deu por encerrada a 13ª Assembleia do CIGA.

Eu, Morgana Arent Michels redigi esta ata, a qual foi revisada pelo

Diretor Executivo do CIGA, Sr. Gilsoni Lunardi Albino.

MORGANA ARENT MICHELS

Gerente Administrativo

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo

## CIS/AMUREL

### EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 42/2015 EUGENIO

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 42/2015.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: EUGENIO JOSÉ SANT'ANA - Firma Individual.

Objeto: O Credenciado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, consultas especializadas na área de Ortopedia e Procedimentos Cirúrgicos.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009 e 001/2012).

Data da Assinatura: 23/02/2015.

Assinantes: Jorge Leonardo Nesi pelo Contratante e, Eugênio José Sant'ana pelo Contratado.

### EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 44/2015 IUDI

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 44/2015.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: IUDI CLÍNICA MÉDICA LTDA.

Objeto: O Contratado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, exames de Ultrassonografia.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 002/2009).

Data da Assinatura: 05/03/2015.

Assinantes: Jorge Leonardo Nesi pelo Contratante e, Valter Eduardo Kerber pelo Contratado.

## CIS/AMURES

### PORTARIA Nº 05/2015 - CIS/AMURES

PORTARIA Nº 05/2015

NOMEAÇÃO DE EMPREGO PÚBLICO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, Prefeito de Bom Jardim da Serra, Sr. Edelvanio Nunes Topanoti, no uso de suas atribuições que lhe confere seu respectivo estatuto, em seu artigo 22, inciso XX, e tendo em vista a classificação no concurso Público homologado em 22 de Setembro de 2014. RESOLVE:

Art. 1º- Nomear nos termos do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal do Brasil, 1988, a Sra. ANE CRISTINA DE BRITO, para exercer em caráter de emprego público, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, não havendo portanto, direito a estabilidade de emprego, conforme prevê a lei 11.107 de 06 de Abril de 2005, nível médio, criado pelo estatuto social em 30 de Setembro de 2013, do quadro de pessoal do CIS/AMURES, no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM e carga horária de 40 horas semanais.



Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 09 de Março de 2015.  
EDELVANIO NUNES TOPANOTI  
Presidente do CIS/AMURES

### **TERMO DE POSSE PARA CARGO EMPREGO PÚBLICO ANE CRISTINA DE BRITO**

TERMO DE POSSE PARA CARGO DE EMPREGO PÚBLICO - REGIDO PELA CLT "CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO"

#### **1-TERMO DE POSSE:**

Eu, ANE CRISTINA DE BRITO, brasileira, solteira, residente e domiciliada a rua Francisco Santiago Dantas, nº 27, Bairro Várzea, na cidade de Lages, SC, comprometo-me, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal do Brasil, de 1988, a cumprir as atribuições, deveres e responsabilidades, em caráter de emprego público, regido pela CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, não havendo portanto, direito a estabilidade de emprego, conforme Lei nº 11.107, que rege os Consórcios Públicos, inerentes ao cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, criado pelo estatuto social em 30 de Setembro de 2013, do quadro pessoal do CIS/AMURES, com carga horária de 40 horas semanais, nomeado pela Portaria nº 11 de 03 de Novembro de 2014, publicado no DOM de 03 de Novembro de 2014, em virtude de aprovação em concurso público, homologado em 02 de Setembro de 2014.

Apresento desde já a declaração de bens e valores que constituem meu patrimônio e informo que exerço emprego público no SAMU do Município de Otacílio Costa, no período noturno, direito que me garante o artigo 37, inciso XVI, alínea C, da Constituição Federal de 1988, que me permite exercer dois cargos ou emprego público desde que não seja cumulativo ao horário.

Lages, 09 de Março de 2015.  
EDELVANIO NUNES TOPANOTI      ANE CRISTINA DE BRITO  
Presidente CIS/AMURES      Empossado

---

### **CISAM**

---

### **RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - CONTRATO CISAM-MO Nº 04/2015**

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO  
CONTRATO CISAM-MO Nº 04/2015

FICA RETIFICADA A PUBLICAÇÃO DO CONTRATO CISAM-MO Nº 04/2015, REALIZADA EM 25/02/2015, NO QUE SE REFERE À VIGÊNCIA, ALTERANDO-SE A VIGÊNCIA DE 10.02.2015 A 09.02.2020 PARA VIGÊNCIA DE 01.03.2015 A 28.02.2020.

CAPINZAL/SC, 06/03/2015.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
PRESIDENTE CISAM-MO

### **RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - CONTRATO CISAM-MO Nº 05/2015**

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO  
CONTRATO CISAM-MO Nº 05/2015

FICA RETIFICADA A PUBLICAÇÃO DO CONTRATO CISAM-MO Nº 05/2015, REALIZADA EM 25/02/2015, NO QUE SE REFERE À VIGÊNCIA, ALTERANDO-SE A VIGÊNCIA DE 10.02.2015 A 09.02.2020 PARA VIGÊNCIA DE 01.03.2015 A 28.02.2020.

CAPINZAL/SC, 06/03/2015.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
PRESIDENTE CISAM-MO

### **RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - CONTRATO CISAM-MO Nº 06/2015**

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO  
CONTRATO CISAM-MO Nº 06/2015

FICA RETIFICADA A PUBLICAÇÃO DO CONTRATO CISAM-MO Nº 06/2015, REALIZADA EM 25/02/2015, NO QUE SE REFERE À VIGÊNCIA, ALTERANDO-SE A VIGÊNCIA DE 10.02.2015 A 09.02.2020 PARA VIGÊNCIA DE 01.03.2015 A 28.02.2020.

CAPINZAL/SC, 06/03/2015.  
ANDEVIR ISGANZELLA  
PRESIDENTE CISAM-MO

---

### **CONSÓRCIO CVC**

---

### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC  
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada para desenvolvimento de Web Site e a locação de Sistema Desenvolvido para o gerenciamento de compras compartilhadas para os municípios associados

Coronel Freitas, SC, 04 de março de 2015.  
Silvana F. V. Zanella  
Diretora Executiva

## CIGAMERIOS

### ERRATA DA RESOLUÇÃO Nº 003/2015/ CIGAMERIOS

#### ERRATA DA RESOLUÇÃO Nº 003/2015/ CIGAMERIOS

Art. 1º - O Presidente do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS retifica através da presente ERRATA, o Art. 2º, inciso II da RESOLUÇÃO Nº 003/2015/ CIGAMERIOS, de 24 de fevereiro de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios na Edição nº 1662, do dia 14 de janeiro de 2015, a qual dispõe sobre homologação da avaliação técnica de pneus câmaras de ar e protetores e dá outras providências, na descrição do modelo do pneus nos itens 79, 80 e 98, onde se lê: HDC1; Leia-se: HSC1.

Art. 2º - O Inciso II da RESOLUÇÃO Nº 003/2015/ CIGAMERIOS passa a obter a seguinte redação:

II - ATESTADO DE APROVAÇÃO 002/2015 - TERMO DE ANÁLISE 002/2015

Empresa: FM PNEUS LTDA, CNPJ Nº 81.374.845/0001-49.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PNEU	MARCA	MODELO
44	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	CONTI-NENTAL - GENERAL	HIBRID LA3 – GENERAL RA
55	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	CONTI-NENTAL	HDC1
79	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	CONTI-NENTAL	HSC1
80	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	CONTI-NENTAL	HSC1
97	PNEU 1100R22 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 151, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 22,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	CONTI-NENTAL	HDC1

98	PNEU 1100R22 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	CONTI-NENTAL	HSC1
----	---	--------------	------

Art. 3º - Esta errata entrará em vigor na data de sua publicação e será parte integrante da RESOLUÇÃO Nº 003/2015/ CIGAMERIOS.

Maravilha/SC, 06 de março de 2015

DILAIR MENIN

PRESIDENTE DA AMERIOS

PRESIDENTE DO CIGAMERIOS